ROCHA MARTINS
Da Academia das Ciências de Lisboa

Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal



1.º FASCICULO

ROCHA MARTINS
da
Academia das Ciências de Lisboa

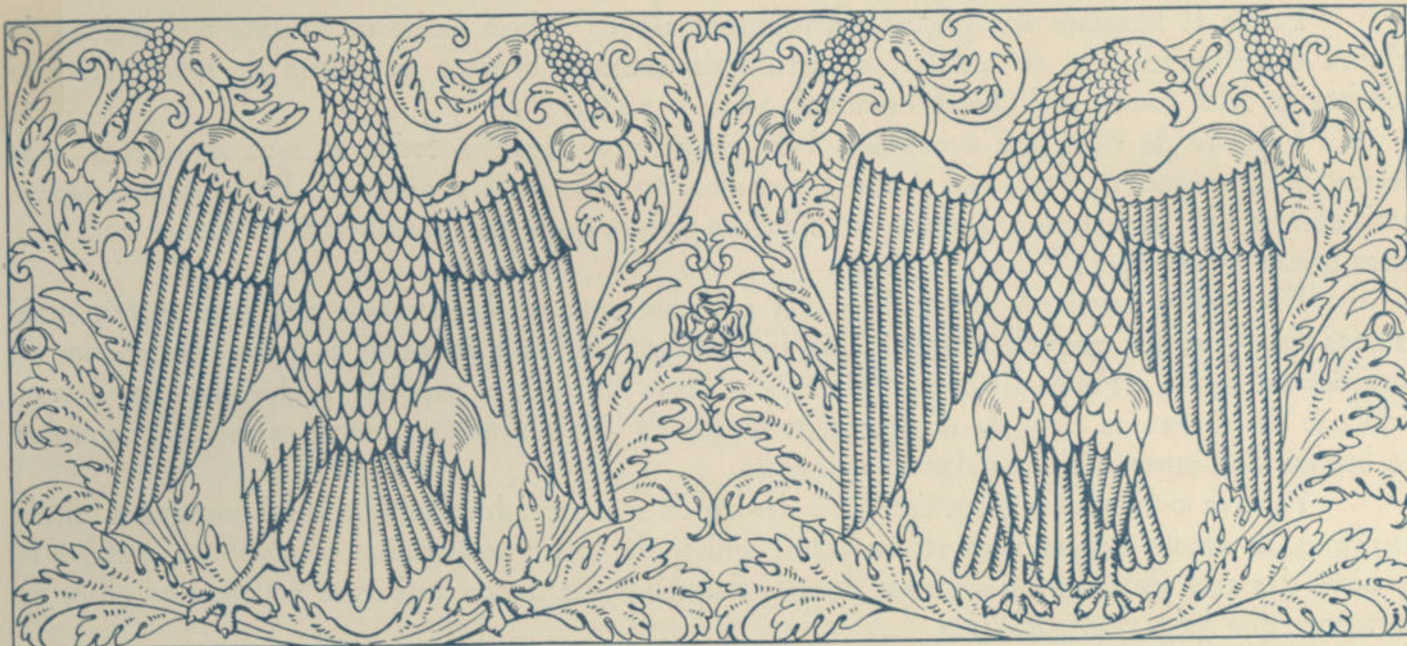


OS GRANDES VULTOS da Restauração de Portugal

OBRA COMEMORATIVA DO TRICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Edição da EMPRÊSA NACIONAL DE PUBLICIDADE — 1940





PREFÁCIO



O DRAMA português durou largos anos; dois de transigências e alucinações, sessenta de cativeiro, vinte e oito de guerra. Gerara tanto sofrimento a loucura de um rei que desejara manejar em terras de África o montante dos avós, desequilibrado batalhador subjugado pela idéia fixa de conquistar glórias, embora jogando a coroa e o País.

A sombra medrosa de um soberano valetudinário não chegava a aparecer sequer como fantasma digno de legenda. O Cardial sumiu-se na mortalha de púrpura e na opa roçagante da realeza, deixando Portugal como um cavaleiro ferido à beira de um charco cujos miasmas o empeçonhavam, enquanto o inimigo, em som de guerra inútil, o vexava, algemando-o. Empobrecera esgotando-se nos resgates, e quando um povo cai na miséria perde a dignidade desde que os chefes o almoedem.

Ao comêço, rezou, chorou, dilacerou as fibras da alma; depois, como todos os vencidos, expulsa a honra, viu a insensatez e a baixeza do seu lar vilipendiado.

Ante tantos heróis mutilados e febris, pálidos, emmagrecidos, vindos de Alcácer Quibir, gemiam-se queixas, cobriam-se de luto os corpos e as almas, mas logo triunfava a desesperança e começou o descaro. Os homens vendiam as consciências e as mulheres os beijos; quási todos preferiam considerar-se escravos a padecerem as lacerações da fome e do desabrigo, o cárcere, o degrêdo ou o patíbulo para serem livres.

A nobreza dera o exemplo da defecção; muitos dos netos rehabilitariam as memórias dos avós, mas nem só fidalgos pecaram ou se deram ao resgate. Entre o clero houve exemplos de alta grandeza moral.

Felipe II libertara das prisões marroquinas alguns nobres senhores; Ossuna e Cristóvão de Moura distribuíram-lhes as *cédulas*, a factura da compra, ornatos da coleira do novo cativeiro voluntário. Mal correu o dinheiro espanhol, voou o pudor.

Vivia-se de hipocrisia e cupidez. Não amavam a Espanha todos os seus servidores, mas deixavam-na tripudiar. Pedira-se alento à crendice, ao sofisma, à superstição. Eram lázaros espirituais alimentados de vermina. Esperavam milagres para os quais não concorriam ao menos com sinceras preces a Deus pela Pátria.

E o pobre cavaleiro prostrado ouvia o rumor marcial da cavalaria dos vencedores, mais astutos que valentes, naquele lance, e caía em letargo. Passaram sôbre êle os arcos engalanados de corações em oblata a Felipe III com as simbólicas flores do sono, as papoilas, as dormideiras. O vencido não despertara ao troar da artilharia do duque de Alba e menos ouviria as salvas e as vozes de bronze dos campanários saüdando o intruso.

Passava o tempo; o guerreiro jazia dentro da sua armadura sôbre a qual pousavam, ainda surprêsas, as águias do primeiro rei espanhol senhor da coroa portuguesa; procuravam desfibrá-lo os bicos das aves de prêsa do segundo dinasta daquela raça; depois quiseram arrancar os olhos ao dormente que julgavam paralítico.

O rei «Planeta», Felipe IV, viu as suas águias de penas arrepiadas e os olhos cegos pelo sol que se erguera sôbre o que julgavam o eterno e regelado cemitério português.

É a história do cativeiro e do resgate, seguida das desavenças nas próprias trincheiras, e com o inimigo à vista, que nos propomos vulgarizar, evocando a tragédia e erguendo do pó não só os grandes vultos da epopeia restauradora, mas também os humildes e, com ambos, as razões de muitas atitudes nem sempre condignas e ainda por explicar.

Portugal não morrera; a dinastia que pretendeu aniquilá-lo apagar-se-ia com a sua derradeira vergôntea, o reizinho tonto, enfêrmo, duende da grandeza, e, a-pesar-de novo, tão valetudinário como o Cardial D. Henrique.

Os estrangeiros entrariam, mais tarde, em Espanha, e a Nação, galharda e altiva, devia vislumbrar os sofrimentos de Portugal sob os Áustrias.

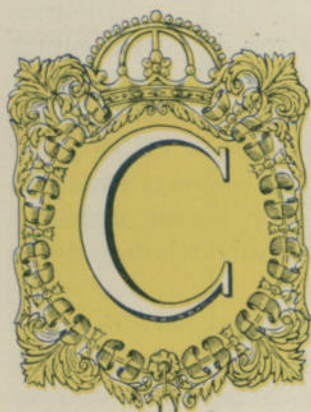
A história daqueles velhos tempos relembra-se, agora, para que refuljam os traços luminosos das nossas fronteiras e rebrilhe a lâmpada votiva da nossa independência.

Das amarguras de Portugal cativo não há que increpar a Espanha de hoje, livre, redimida, e, felizmente, há pouco ressuscitada.

Rocha Martins



PRÓLOGO



CUMPRIRA-SE largamente o vaticínio de Frederico III, imperador da Alemanha, alquimista, mago, astrólogo, que criara pela conjunção dos astros a fórmula desabrochada com o máximo esplendor:

A. E. I. O. U.

As vogais iniciavam a profecia realizada: *Austriae est imperare orbi universo.* «Pertence à Áustria o domínio do mundo».

Gordo, de barbas loiras, grosseiro, um gigante coroado, soberano do Sacro Império, só a ciência o espiritualizava sem que o rosto acusasse sua meditação. Casara com D. Leonor de Portugal, irmã de D. Afonso V, e dêsse consórcio nascera Maximiliano, que aumentou os estados e matrimoniaria seu filho, Felipe-o-Belo, com a primogénita de Isabel-a-Católica, forjando-se, por essa união com Joana-a-Louca, o primeiro elo de oiro do «império onde nunca se punha o sol» governado por Carlos V, herdeiro daquela grei.

Se não era a Áustria que dominava o mundo, eram pelo menos, os descendentes do imperial feiticeiro.

Felipe II recebera a pujante sucessão; sombrio, reservado, estranho, parecia esmagado sob o pêso da sua coroa mas dispondo-se a juntar-lhe mais florões. Dilatavam-se os domínios espanhóis: Castela, Aragão, Sicília, Nápoles, os Países Baixos, a Flandres e as vastíssimas e maravilhosas colónias da América. As conquistas completavam a obra da diplomacia que tratara dos casamentos os quais formaram o principal núcleo da assombrosa fortuna dos Áustrias.

A ambição não se detivera. O rei de Espanha pretendera dominar a Inglaterra; a morte do seu desvairado sobrinho, D. Sebastião, assegurava-lhe mais um reino.

Envolto na púrpura, regelado de mêdo e pelos sessenta e oito anos, levados em regras ascéticas e enfraquecedoras, D. Henrique hesitara em acção de dignidade temendo os exércitos felipinos, os venenos e os sicários que, segundo imaginava, D. António Prior do Crato poderia assalariar, visto tê-lo excluído da sucessão.

Não a assegurava, por qualquer forma, a determinada individualidade; firmara um documento dilata-

Envólucro dos documentos firmados pelo Cardial D. Henrique
(Govêrno de Espanha — Biblioteca da Ajuda — Vol. I)

tório, sofístico, que podia entreter algumas ingenuïdades mas não a diplomacia castelhana, seus agentes encarregados da compra das consciências e os já almoedados possuïdores das «Cédulas» ([1]) que valiam como palavra de rei.

Fórmulas e mais nada encerrava aquela espécie de descargo de alma, a pesada missão entregue a outros quando lhe pertencia resolver, legar em soberania incontestável.

Parecia ter esquecido o depósito feito por sua espontânea vontade nos cofres do Município com a nomeação dos juízes que deviam manifestar-se acêrca da herança da coroa, os árbitros da Causa Nacional. A prova do olvido de tão grave questão estava na escolha dos governadores quanto, no ano anterior, preferira que se pronunciassem os que de outro modo denominava.

Chancelara o envólucro dos documentos que dizia:

«Juízes. Neste maço (cerrado e selado com três sinetes das minhas Armas) está a Patente perq̃ declaro os onze Juízes que depois do meu fallecimento hão de determinar e julgar a Causa da Sucessão destes Reinos em caso que eu não deixe descendentes nem determinada a dita Causa. E tambem está neste maço o Regimẽto de que a dita Patente faz menção. E abrir se á este maço ao tempo a pelo modo declarado em Regimẽto por my assinado, que mando que este na Camara desta cidade. Em Lisboa a xiy de Junho de M. L. X. X. e nove. — Rey».

([1]) As Cédulas eram as letras ou obrigações de mercês firmadas pelo rei de Espanha para quando fôsse senhor de Portugal.

Em vez de onze juízes actuavam cinco governadores, quatro dos quais já pertenciam ao estrangeiro.

Pelo menos afirmava-o D. Cristóvão de Moura, o operoso e dedicado agente do soberano espanhol, ao escrever ao amo:

«Los gobernadores son cinco: D. Juan de Mascarenhas, el arçobispo de Lisboa, Francisco de Sá, D. Juan Tello mas tenemos los quatro solos; solo D. Juan Tello no se inclina mas V. M. haja cuenta que no tiene nada mientras no les dá calor porque ellos estaban antes desta indicados de castellanos para remedio deste dano no se osan menear em cosa que se incline a esta parte e no basta para que los discolos amenacem cada dia» ([1]).

O primeiro, herói do Oriente, não veria nas mãos o preço da perfídia porque morreu nove dias depois da invasão de Portugal; o prelado olisiponense, D. Jorge de Almeida, foi inquisidor-mor; o terceiro dos governadores, Diogo Lopes de Sousa, recebera dinheiro mas acabara em Elvas quando o exército do Duque de Alba pisava a terra portuguesa que êle ajudara a vender; Francisco de Sá, conde de Matozinhos, não teve melhor sorte após a corrupção. Só João Telo de Meneses escapou à baixeza completa, mas foi-lhe reconhecida a sua oposição ao Prior do Crato.

A vitória castelhana assegurava-se. O soberano dizia do reino: «É meu porque o herdei, o comprei e o conquistei».

A idéia vinha de longe. Os reis de Castela nunca tinham compreendido a independência de Portugal talhada pelo montante de D. Afonso Henriques ao repelir a suserania do primo, D. Afonso VII de Leão. Pelas guerras ou pelas alianças houvera sempre o propósito, também adoptado por alguns monarcas portugueses, da união da península sob um único cetro.

Os consórcios chancelavam as intenções disfarçadas de uns e de outros, as grinaldas das noivas eram as flâmulas dos direitos transformados depois em lábaros.

Não tinham outros fins as núpcias e as batalhas e, no reinado de D. Fernando, a esperança encorpou em Castela. Aljubarrota quebraria cerce a ilusão que, por sua vez, D. Afonso V perderia em Toro ao julgar-se senhor da coroa espanhola. D. João II impunha a sua personalidade. Era o «Homem», como lhe chamava Isabel-a-Católica, D. Manuel, que só venturas tivera, viu muito próxima a realização da secular cobiça ao nascer seu filho D. Miguel.

Morrera D. João, herdeiro dos tronos de Castela

([1]) Cartas de Cristóvão de Moura a Felipe II. — Mss. A. C. L.

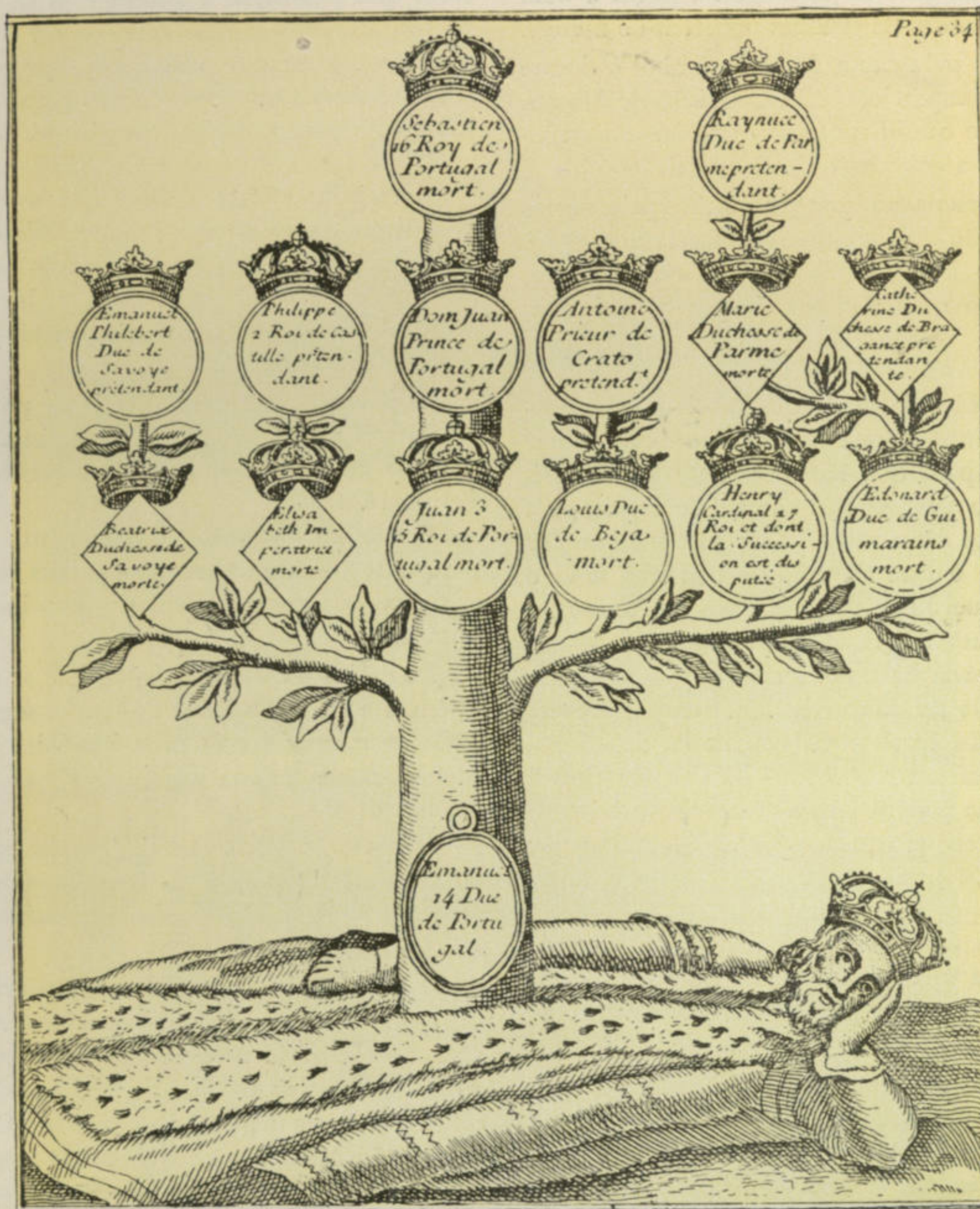
e Aragão; sucedia-lhe sua irmã D. Isabel que, tendo enviüvado do filho do Príncipe Perfeito, desposara o senhor do seu reino e, já agora, da mulher que o deslumbrara mal a vira, embora em bodas com o desditoso parente.

As côrtes castelhanas juraram os reis de Portugal como soberanos; as aragonesas recusaram-no mas em virtude da vinda ao mundo da vergôntea do sangue real desapareceram as dificuldades e D. Miguel da Paz —assim se baptizou o príncipe—devia herdar os sólios de Portugal, Castela e Aragão e também os de Leão e Sicília. A mãe morrera de parto; a criança, jurada rei em Lisboa, Saragoça e Toledo ([1]), ficara com os avós, Fernando e Isabel, mas o sonho tão dilatado dissipar-se-ia com a sua morte ([2]).

Não se desvanecera o projecto. Os povos podiam não desejar a união mas os monarcas cada vez mais a ambicionavam. Era como um jôgo; trocavam-se as princesas e os príncipes; uma filha do Venturoso, D. Maria, casava com Felipe de Espanha, primogénito de Carlos V, cuja irmã, D. Catarina, era rainha de Portugal e espôsa de D. João III, mas receando-se, ainda, que fôssem frágeis os laços, o sucessor da coroa portuguesa, o príncipe D. João consorciou-se com D. Joana de Áustria, também filha do imperador. Era linda e fogosa e tanto amor deu ao espôso que êle morreu esgotado deixando-lhe um filho no ventre.

O fruto dessas consangüinidades foi D. Sebastião e o imperial avô pretendeu que se jurasse em Lisboa o seu outro neto, D. Carlos, para o caso de falecer o rei português. Encarregara-se da missão o antigo duque de Gandia, D. Francisco de Borja, que, vestindo a roupeta da Companhia de Jesus para se remeter à humildade, fêz à sua sombra tanta política como jàmais tentara quando vivia pomposamente na côrte. A regente do reino volvera que não queria ser lapidada e isso lhe sucederia se levasse ao Conselho a proposta de Carlos V.

Outros foram os meios de que se serviram os soberanos de Espanha para obter a herança portuguesa. Era a sua vez; estava do lado dêles a vantagem. Vencera o ventre das princesas portuguesas, a formosa D. Isabel, imperatriz, que dera ao mundo D. Felipe, o Prudente. O último rebento da princesa espanhola D. Maria que se matrimoniara com D. Manuel I, viúvo, era agora uma sombra do valetudinário sobrecarregado com a púrpura da Igreja e o manto real e



ÁRVORE GENEALÓGICA DOS PRETENDENTES AO TRONO PORTUGUÊS

(«Histoire des Revolutions de Portugal» — Abade Vertot — 1689)

([1]) Fevereiro de 1499.

([2]) Finou-se em Granada em 19 de Julho de 1500, aos vinte e três meses.



tremia sempre como se tão pesadas vestes não o defendessem do frio que lhe invadia a alma e o corpo.

Felipe de Espanha manobrou hàbilmente num país arruïnado pela expedição a Marrocos, contaminado pela loucura do seu rei fantasma que parecia ter governado uma legião mórbida. Os portugueses lembravam duendes penando ou galerianos disputando os remos na galé do estrangeiro, pagos a bom ouro ou em promessas de grandes benefícios e mercês.

Trabalhavam pela causa do rei espanhol o duque de Ossuna, seu compatriota, e D. Cristóvão de Moura, tão espanholizado que disputava primazias em conseguir para o amo a submissão de Portugal.

Ao primeiro escrevera, por seu punho, pelo menos uma carta que não deixava dúvidas. Referindo-se aos mensageiros que iriam de Lisboa ao seu encontro, Manuel de Melo e D. Gaspar, bispo de Coimbra, o rei declarava:

«Resolvi tratá-los do modo que vereis pelo memorial que vai incluso, parecendo-me que devia tomar aquêle caminho para que não nos fique por experimentar nenhuma das coisas que podem servir para chamar à razão os dêsse reino, e obrigá-los a que por sua parte façam o que devem, tirando-lhes todo o género de achaque ou escusa, como parece teriam se não lhes desse nisto satisfação. E quando a sua dureza fôsse tanta que nada bastasse, serviria ao menos para inteira justificação do dano que lhes vier da guerra; cujos meios se vão aprontando sem perda de tempo, antes se aproveita por tal modo, que se fôr mister em poucos dias se poderá pôr na fronteira o número de gente que vereis da relação que vos há-de mostrar D. Cristóvão de Moura».

Citava nomes e títulos de parciais: «o marquês de Vila Real e a satisfação que mostrais ter dêle e da sua casa» e prometia: «hei-de honrar e favorecer a todos».

Outro indivíduo a beneficiar era D. Jorge de Noronha, da família dos vice-reis da Índia, e não se podia esquecer D. Jorge de Ataíde, então bispo de Viseu e que fôra capelão-mor de D. Henrique, «pelo que vos diz no bilhete que vos escreveu, que justo é agradecer-lhe a sua boa inclinação».

Ela era de má lei. O filho do conde da Castanheira, que tanto vivera no âmbito do cardial-rei, esperava muito do valimento que possuía. Seria sempre um vassalo respeitoso e interesseiro. A sua correspondência é elucidativa. Esmoler-mor do soberano espanhol, presidente da Mesa da Consciência, inquisidor geral e Conselheiro de Estado de Portugal em Madrid, postergara o nascimento e a mitra. Cristóvão de Moura teve nêle um especial agente tanto depois da aclamação como anteriormente ([1]).



FIDALGO NO REINADO DE D. SEBASTIÃO

O monarca continuara, dêste modo, a sua missiva para o duque de Ossuna:

«Se (o que Deus nunca permita) se houver de usar da fôrça, também então se publicará outro decreto que justifique a guerra e já cá mandei que se vá considerando o que deve conter e bom será que lá se faça o mesmo para aproveitar o tempo, conferindo-se depois um com o outro para se tomar a resolução que pareça mais a propósito».

E insistia: «Praza a Deus que as diligências que lá se fizerem com Braços e Governadores e cidades do primeiro banco tenham aproveitado tanto que de lá possa passar a êsse reino fácil e pacìficamente, o que muito desejaria que assim acontecesse, pelo que a êles próprios convém» ([2]).

A herança não fôra legítima, pois pertencia a D. Catarina de Bragança, filha do infante D. Duarte, o varão que devia suceder de preferência à mãe de Felipe II.

A compra dos votos, infelizmente, era verdadeira porque se tinham almoedado muitas consciências, até as da maioria dos governadores do reino que o cardial nomeara.

Fácil fôra a conquista, visto que se não organizara a defesa e apenas o Prior do Crato, seguido por guerrilha, que mais servia para bandeira do que representava fôrça, tentara acordar a nação submetida aos agentes do Prudente.

Êle juraria, nas côrtes de Tomar, manter os foros portugueses. O duque de Ossuna oferecera, no real nome, privilégios que pareciam torná-lo apenas nominal senhor do país.

A jura de guardar os usos, costumes e direitos do reino encabeçara as outras promessas. A côrtes reüniriam no território nacional; os vice-reis seriam portugueses ou pessoas da família real espanhola; os altos cargos, como os menores, na justiça e fazenda e alcaidarias não caberiam a estrangeiros e os ofícios palatinos conservar-se-iam nas mesmas famílias, exercendo-os sempre que as majestades viessem ao reino. As fortalezas e navios receberiam guarnições de naturais e bem assim não se modificaria cousa alguma em relação aos tratos da Índia e da Guiné e doutras possessões. O ouro e a prata portugueses seriam cunhados em moeda do país com suas armas.

([1]) B. N. de L., Colec. Pombalina, Cód. 641, 644, 648.
([2]) Govêrno de Espanha. Mss. da Bib. da Ajuda, vol. I.

As prelazias e todos os títulos eclesiásticos, inclusivé o de inquisidor-mor, teriam seus dignitários sempre nacionais e o mesmo se praticaria nas jurisdições de cidades, vilas e lugares. Manter-se-ia o usual nas ordens militares; conceder-se-iam moradias a duzentos fidalgos portugueses e nas suas visitas seriam os soberanos aposentados segundo o costume do reino.

Instituir-se-ia o Conselho de Portugal, que funcionaria em Madrid, composto por categorizados indivíduos filhos da nação e seus representantes.

As leis e ofícios lavrar-se-iam em língua portuguesa. Para as pastas da magistratura nomeavam-se nos antigos têrmos sendo os homens de justiça autóctones, e sem que houvesse a menor alteração nos códigos.

A capela real continuava a existir, com suas prerogativas e funções como se as majestades habitassem Lisboa. Os nobres serviriam na Capela Real de Espanha segundo o usado com os outros vassalos: os da Flandres e da Itália. Damas portuguesas fariam parte do séquito da rainha.

Abriam-se os portos secos; o pão de Castela poderia passar livremente a raia.

Anunciava mais regalias: proveria as armadas da Índia e do Brasil, oferecendo cento e vinte mil cruzados para o resgate de cativos nacionais; trinta mil destinavam-se a lenitivar os estragos da peste.

O rei prometia residir, durante algum tempo, na capital ou enviar-lhe seu filho demonstrando assim o seu amor aos vassalos. Datava-se o documento de Almeirim, em 20 de Março de 1580.



Felipe II
(Gravura do Livro de Caramuel «Philippus Prudens» — Antuérpia, 1639)

Apensava-se mais alguma cousa: «abendiçoando os seus sucessores que o cumprissem e amaldiçoando os que a ele faltassem; e o mais he, acrescentando: com condição que sendo cazo, o que Deus não permita nem espero, que o Serenissimo Rey Dom Fillipe ou seus sucessores, não goardem esta concordancia ou peção relaxação do juramento; que adiante se declara, os Tres Estados destes Reynos não sejam obrigados a estar pela dita concordia e lhe possam livremente negar a sogeição e vassalage e não lhe obedeçam sem por isso incorrẽrem em perjuro, crime de lesa magestade, nẽ outro mau cazo algũn» ([1]).

([1]) Esta cláusula não se imprimiu «na carta patente de confirmação destes capitulos nas Côrtes de Thomar de Abril do anno de 1581. Tra-la, porem, impressa em Madrid o Author da lei regia de Portugal, Fl.ª 1929. João Pinto Ribeiro, *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*



PARTIDA DA INVENCÍVEL ARMADA DO PÔRTO DE LISBOA EM 1588

(Desenho de J. H. Moujo no Portfólio da «História de España»)

Não seu cumprira estritamente o prometido. Condenaram-se os que não quiseram aceitar por soberano o filho de Carlos V, mas nem sempre era pública a justiça. Os religiosos irredutíveis à obediência não apareciam nos processos mas os pescadores da barra arrastavam nas suas rêdes cadáveres vestidos de burel. O bispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, fôra benzer as águas a-fim-de afastar o flagelo produzido pelos carrascos do usurpador.

Os castelhanos não tomaram os comandos das fortalezas, com suas guarnições; mas tropas nacionais eram enviadas à Flandres com os capitães e outras patentes; continuavam os direitos nas fronteiras sem se enxergar o pão de Castela; os navios portugueses foram encorporados na Invencível Armada que se aparelhou no Tejo e iria acabar contra os baixios da Mancha em 9 de Junho de 1588. Os barcos portugueses perderam-se. Iam dez galeões, e vinte e duas zabras, ao todo sete mil e cinqüenta e nove toneladas, com três mil cento e setenta e dois marinheiros. Armavam-nas trezentas e quarenta peças, pertencendo à divisão a *S. Martinho,* de mil toneladas e na qual embarcara o duque de Medina Sidónia, capitão general das dez esquadras reünidas. O material e dinheiro dos portugueses serviria às mil maravilhas. Acrescentaram-se ao estado naval mais quatro galés, tripuladas por trezentos e seis soldados e outros tantos marinheiros, mil e cem forçados e apetrechamento de vinte peças. Eram cento e quarenta e seis velas não contando as faluas com duas mil e quatrocentas bôcas de fogo, das quais mil e quinhentas de bronze.



As fôrças da marinha nacional eram tantas que tendo D. Sebastião reünido oitocentos e trinta navios para a expedição de África continuara, sem o menor embaraço, a navegação para a África, Índia e Brasil. Havia sempre prontos a seguir viagem mais de quatrocentos navios de alto bordo e mil e quinhentas caravelas e caravelões. A artilharia existente no arsenal no tempo de D. Henrique, mais de duas mil peças de bronze, além de outro numeroso armamento, desapa-



recera encontrando-se em Sevilha novecentas bôcas de fogo com as armas portuguesas.

Foram obrigados a deixar o reino indivíduos de categoria e, embora não se desprezassem tôdas as promessas, muitas se postergaram logo no começo do reinado.

Felipe II sempre escondera seus propósitos; não podia quebrar de vez a jura. Continuava a querer alargar e defender seus domínios pela política das alianças conjugais; refervia na defesa do catolicismo e refugiando-se no Escurial, como em gigantesco mausoléu, era como um avaro contemplando seus tesouros. Estendia as cartas, alongava a vista pelos mapas; e, considerando a fortuna sem par, sentia-se o homem providencial, o indicado por Deus para sustentáculo da fé.

A coroa da Alemanha passara para seu tio Fernando, êle, porém, era o monarca de Castela, Navarra, Aragão, Russilhão e Baleares; o senhor dos territórios descobertos e avassalados na América desde o México ao Paraguai e Rio da Prata; dominava na Oceania e Felipinas e parte das Molucas e reinava também na Itália em Milão, Nápoles, Sicília e Sardenha, nos Países Baixos no Franco Condado e em África, nas Canárias, sendo reconhecida a sua autoridade em Oran e Túnis. Juntara a seus estados Portugal e as vastas colónias do país cativo.

A-pesar-de todo o seu zêlo religioso, o papa Paulo IV retratara-o: «Arvorou a iniquidade, Felipe de Áustria, filho do chamado imperador Carlos, que fazendo-se passar por rei de Espanha compete com êle em infâmia e ainda procura sobrepossá-lo».

O duque de Alba invadira os estados pontifícios; cousa alguma detinha na terra o ímpeto das legiões felipinas, embora o potentado depois se rojasse na poeira pedindo perdão ao céu por ter combatido o papa.

Pálido, de olhos azuis, louro, prognata, lábios grossos sendo o inferior pendido, o rei era taciturno. Vestia-se de negro desde 1568. Gozava de alguma saúde mas não tinha alegria; o reumático atacava-o, porém, mal se queixava.

Vivia na sua grande mole de pedra dominando o Mundo. Era um déspota dentro de portentosa cripta.

Os flamengos revoltados ameaçavam a unidade do império; os calvinistas rebelavam-se; o sangue dos sacrificados condes de Egmont e de Hoorn, cujo suplício exasperara tôda a Flandres, pedia vingança; Aragão reclamara seus foros e o monarca só pensava no extermínio dos herejes nos autos de fé, embora ordenasse «que se organizassem bem os autos».

Não levava mais longe a sua perseguição em Portugal, porque tinha que acudir com as legiões, às



Brasão de D. João I

(Reprodução exacta do «Livro de Brasões» da Academia das Ciências de Lisboa. 1575)

Ilustrações de Aurora Severo
e Calderon Denis

revoltas do vasto império, às ameaças dos inimigos, às guerras sem tréguas dos Países Baixos e ainda às que travara com a França depois de ter procurado, debalde, vencer a Inglaterra.

Até se convencera de que o filho, D. Carlos, conspirava contra êle e, no segrêdo da sua alcova, o príncipe, filho de D. Maria de Portugal, penara, guardado à vista, sujeito ao processo que se lhe instaurara. Morrera no mistério dos seus aposentos e o pai explicaria os motivos daquele trágico desenlace:

«Não foi um castigo, porque, se o fôsse, teria fim; perdi a esperança de ver meu filho de inteligência sã. Decidi sacrificar a Deus o meu próprio sangue, preferindo o seu serviço e o bem universal a tôdas as considerações humanas».

O herdeiro do trono entretivera-se a escrever uma espécie de pasquim intitulado: *As grandes e admiráveis viagens do rei D. Felipe*. Encimavam as páginas as designações de supostos capítulos: *Viagem de Madrid ao Escurial, Viagem do Escurial a Madrid, Viagem do Escurial a Toledo, de Toledo a Madrid, de Madrid a Aranjuez, de Aranjuez ao Prado, do Prado ao Escurial* e continuava dêste modo pelas fôlhas manchadas por centenas de títulos semelhantes ([1]).

O pai capitulara-o de louco; receara ver os vassalos, espancados pelo seu cetro, derrubarem o sólio, destruindo o império dos Áustrias assombro do orbe, luzeiro da profecia do avoengo germano, mágico e alquimista.

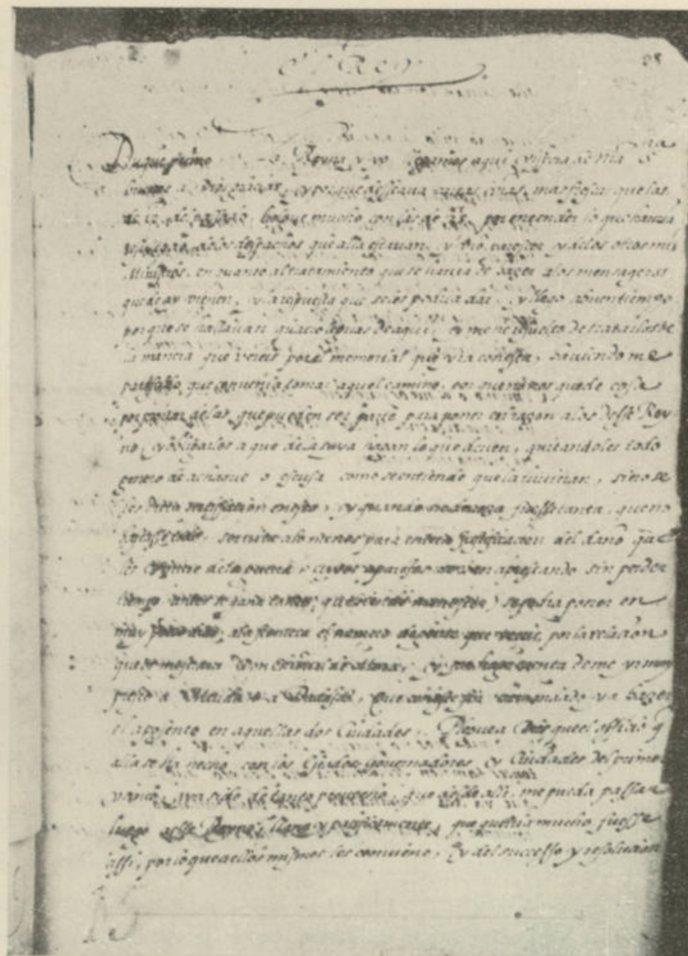
Entregara a vice-realeza de Portugal a seu sobrinho o cardial Alberto, que ao ser dispensado dos votos casaria com a princesa Isabel Clara Eugénia, sua prima. Aclamaram-nos reis dos estados da Flandres.

Ficaram no govêrno em Lisboa: D. Miguel de Castro; o conde de Portalegre, D. João da Silva; o conde de Santa Cruz, D. Francisco de Mascarenhas; o conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco; e Miguel de Moura, escrivão da puridade.

O primeiro aceitara o cargo constrangido; era um prelado digno que morreria arcebispo de Lisboa; o segundo nascera em Toledo, de pais que tinham exercido funções junto da imperatriz Isabel, espôsa de Carlos V. Batera-se em Alcácer Quibir, ficara prisioneiro e, liberto, fizera parte da Junta que devia tratar da sucessão do trono. Felipe II agraciara-o com o título e investira-o nas honras de mordomo-mor. Iria morrer à terra do seu nascimento, depois de renunciar suas honrarias, em 1601. Substituíra-o no pôsto D. Diogo da Silva Mendonça, marquês de Alenquer e conde de Salinas, em Espanha, um dos mais odientos fidalgos que exerceram o poder em Portugal.

D. Francisco de Mascarenhas, conde de Santa Cruz,

([1]) Saint Real — *D. Carlos*.



Autógrafo da carta de Felipe II para o Duque de Ossuna
(Biblioteca da Ajuda)

bravo soldado da Índia, e vice-rei, recebera o condado da Horta. Proclamara em Moçambique a realeza do usurpador. Não era mais português o conde de Sabugal, seu colega na governança.

No escrivão de puridade, Miguel de Moura, concorriam dotes de tanta habilidade quanto desmerecia por falta de carácter. No período da regência de D. Catarina, avó de D. Sebastião, dizia-se: «uns são da rainha, outros do rei, outros do cardial; Miguel Moura é de todos».

Manifestara-se abertamente por Castela e parecia querer desculpar-se de seus crimes contra a Pátria, fundando obras religiosas.

Pelas cinco horas da manhã, de 13 de Setembro de 1598, falecera o monarca espanhol «que não se atreveu de huma vez a quebrantar as promessas e o juramento feito, mais pollo receyo de se lhe poder o Reyno inquietar, renovando-se saudades dos Principes naturaes, que pollos querer comprir e goardar; mas em seu tempo se deram as primeiras mostras e se fizerão os moldes para tudo coanto se depois se obrou em nosso prejuizo e abatimento deste Reyno» ([1]).

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*.



Chegada de Felipe III a Lisboa

(Do livro de Lavanha — «História da Viagem da Católica Majestade» — B. N. L.)



No ano de 1600, entrava em Lisboa, no mês de Maio, D. Cristóvão de Moura, marquês de Castelo Rodrigo, o maior agente e valido de Felipe II. Morto o amo, o duque de Lerma, favorito do novo soberano, afastara-o da côrte dando-lhe a máxima grandeza em Portugal que êle vendera á Espanha. Jamais qualquer embaixador tivera tão colossal tarefa; espionara, intrigara, e mercadejando, revolvendo, metendo-se na vida das famílias, almoedando as mercês a conceder, contribuíra para o cativeiro da sua pátria mais do que os próprios exércitos felipinos.

Os compatriotas receberam-no com aquela frialdade que representa tanto a reprovação popular quanto a pontualidade é a gentileza dos reis. Acentuara-se o protesto mudo. Era gelado o ambiente que êle sentia, odiando. Lançara tributos indispensáveis sôbre os barcos mercantes. Destinara-os à defesa dos portos e litoral que os corsários atacavam. Mentira. Absorvera os dízimos na generalidade das despesas. Sobrecarregara o sal com um imposto de duzentos e vinte réis cada moio. Levedava a irritação. Manobraram os cristãos novos ante o vácuo do erário. Ofereceram um milhão e setecentos mil cruzados pelas tão apetecidas regalias: disporem de seus bens sem autorização régia; saída do reino quando entendessem, habilitação para todos os ofícios praticados pelos cristãos velhos e, bem assim, para as honrarias concomitantes.

Reboaram as diatribes. Os prelados de Lisboa, Braga e Évora substituíram-se aos preceitos no pagamento dos prometidos cabedais e só assim não se atenderam os pedidos dos relapsos.

O vice-rei sentia-se desprezado. Era velho; ia sendo mais vingativo à medida que se lhe atiravam ao rosto o desdém e a injúria da frieza nas saüdações. Até na maneira de o cumprimentar se notavam os sentimentos que a maioria albergava.

Lembrava um leproso coberto de oiro.

O clero condenava a sua atitude que o prejudicava; os fidalgos não o consideravam de estirpe tão alta que pudesse substituir os parentes dos reis indicados para a vice-realeza conforme a jura de Felipe II; o povo, com o seu instinto, desejava vê-lo espostejado.

Havia miséria: o tesouro despojara-se e debalde se procurava calar com mercês os mais esfaimados. Por cada benefício rebentavam dúzias de maiores descontentamentos. O favorito do falecido monarca partira para Madrid onde continuara na mesma política de



podridão. Dirigira, sempre, a perseguição contra os portugueses; esmagara-os de alcavalas; sentira a brutalidade dos doestos embora não lhos arremeçassem directamente, receosos dos castigos, e de tal maneira palpitara a situação, que encontrara como paliativo uma viagem do soberano a Lisboa onde acalmaria os ânimos.

Sucedera-lhe D. Afonso de Castelo Branco, bispo de Coimbra. Devoto, probo, caridoso, ocupou o poder como um duende pasmado de tais honras, escolha e responsabilidades. Guardou-o por pouco tempo ([1]).

Acumulavam-se as dificuldades e os ruins presságios. Postergavam-se os direitos dos oficiais portugueses.

O capitão-general de Lisboa era o marquês de São Germano; o comando dos regimentos fôra entregue a espanhóis e os nacionais irritavam-se tanto como as tripulações dos nossos navios quando o oficial castelhano, D. Luiz Fajardo, se dispusera a escoltar as naus que voltavam da Índia. Pretendeu visitá-las como autoridade superior. Atacaram-no e viu morrer trinta dos seus homens no encontro com os veteranos do Oriente.

Tinham-se redigido as Ordenações denominadas Felipinas ([2]); abriram-se os portos secos na raia para certas mercadorias. Entravam o gado, o pão, os cereais, as carnes fumadas, nanja as armas, cavalos, oiro e objectos de luxo que, todavia, podiam sair de Espanha com os veludos e as sêdas granadinas e as espadas toledanas.

Prosseguia inclemente a guerra com a Holanda; corriam rios de sangue. Oficiais e soldados portugueses militavam à sombra das bandeiras espanholas na Flandres. Apresentavam-se orçamentos fictícios; pagavam-se em Portugal algumas dívidas de Espanha. Descuravam-se quási todos os interêsses portugueses.

O bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho, ocupara o alto cargo deixado pelo seu colega conimbricense ([3]).

Iam ser nomeados espanhóis para o Conselho de Portugal, encarregando-se da fazenda. Escorraçavam-se os nacionais que requeriam em Madrid. Governava, então, de novo o marquês de Castelo Rodrigo que só pensava em explorar os portugueses. Morreria impenitente na religião da Pátria; fôra para ela herético, relapso e sacrílego.

D. Aleixo de Meneses, arcebispo de Braga, surpreendeu-se quando o nomearam para a altíssima função. Exercera a vice-realeza na Índia, tendo dado as suas magníficas provas. Devera-se-lhe a defesa do império contra os violentos ataques dos holandeses. Ao cabo de dois anos, abandonara o govêrno do reino e acabara ao fim de vinte meses.

O arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, seu sucessor na dignidade política ([1]), entregá-la-ia ao marquês de Alenquer que concitara mais do que ódios, repulsas inexoráveis.

Era êle o vice-rei quando Felipe III veio a Portugal ([2]).



Prepararam-se cerimónias de recepção com as maiores pompas. Havia quem muito esperasse da real presença benesses e mercês; o povo acreditava que o rei era enganado «por aquêles que rodeavam», maneira quási sempre hipócrita de isentar os soberanos dos erros e até dos crimes, atribuindo-os a ministros e paçãos sem verem que daquele modo capitulam os chefes de descuidosos, incapazes ou levianos.

Entrara Felipe em Elvas, onde um arco de triunfo o saüdava: «Com ambas as mãos vos ofereço o coração». Eis a legenda dos cativos ([3]).

Passara a Estremoz e logo a Évora, onde os jesuítas lhe ofereceram uma sessão científica na qual D. Rodrigo de Melo, marquês de Ferreira, defendeu teses; no Colégio representara-se uma trági-comédia e, na praça, o régio visitante assistira ao auto de fé o qual durou desde manhã ao entardecer. Queria-se mostrar ao monarca como havia no seu reino carne herética para repasto das chamas.

Emparceiravam homens e mulheres na procissão. Saíram cento e vinte e quatro penitenciados, dos quais doze rechinariam na fogueira purificadora. Demorava-se propositadamente a terrível cerimónia e entre as litânias dos frades e os brados populares os réus aproximaram-se do queimadouro à vista do monarca, da sua côrte e dos principais senhores vizinhos que tinham acorrido.

([1]) 22 de Agôsto de 1603 a 26 de Dezembro de 1604. Cognominaram-no «bispo esmoler». Legou trinta mil cruzados para a canonização de D. Isabel de Aragão. Morreu em 12 de Maio de 1615.

([2]) Carta de Lei de 11 de Janeiro de 1603.

([3]) Tomou posse em 1605 e exerceu a vice-realeza até 1609, retomando-a, depois, até 1613.

([1]) 1615 a 1617.

([2]) Saíu de Madrid em 26 de Abril de 1619.

([3]) Chegou em 13 de Maio; no dia seguinte estava em Estremoz e no outro em Évora. A 2 de Julho aposentou-se em Almada e no dia 10 em Lisboa.



SOBRESCRITO DA CARTA DE FELIPE II PARA O DUQUE DE OSSUNA

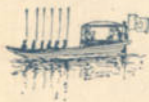
(Biblioteca da Ajuda) (Govêrno de Espanha)

A-pesar-de ter levantado tropas nacionais para a Flandres, nem por isso o entusiasmo era menor. Pretendia-se dar à visita régia o maior interêsse; ensilveiravam-se aspirações naquela viagem. Certamente que não viria apenas para o juramento ou para ouvir os procuradores; teria escutado as queixas dos vassalos e as suas lástimas.

Atraíra os portugueses para os seus exércitos e armadas pagando-lhes melhores soldos e pretendendo, assim, gerar afeições que, pouco a pouco, desligariam da Pátria a melhor gente em vez de a mandar defender as colónias atacadas pelos holandeses, franceses e inglêses. Apodreciam no Tejo os navios que podiam servir para embargar a marcha dos aventureiros. A tropa desmoralizava-se nas guarnições, imperita, falha de exercícios. Os tratos da Guiné, que sempre tinham dado que fazer aos castelhanos, eram abandonados às cobiças com a célebre fortaleza da Mina.

Tudo isto parecia esquecido perante o rei que com o príncipe, Felipe, presenciava o auto de fé em cujo braseiro se imolavam quatro herejes e oito relapsos.

Entrara alma nova nos portugueses que tinham sempre miragens sebásticas, messiânicas. Felipe III convocara as Côrtes para Tomar à imitação de seu pai. Queria reünir ali os Três Estados, no fulgor do mês das rosas. Aprazara-as para o dia 20 mas o atraso da jornada, as recepções nem sempre divertidas não permitiram a reünião naquela data.



Viajava em esplêndido côche, com as comodidades mais aperfeiçoadas da época, talvez em carro do género do que el-rei seu pai usara na sua viagem a Portugal já cativo. Não se descuraria a particularidade que se encontrava naquela carruagem: a necessária disfarçada sob as almofadas [1].

Descansou, o monarca, em Montemor e demorar-se-ia oito dias em Almada enquanto a capital se aprestava para o receber e à sua luzida comitiva de fidalgos espanhóis e portugueses.

Aguardavam-se, também, as galés castelhanas para o cortejo naval e engalanava-se a frota fundeada no Tejo.

Nas ruas principais tinham-se erguido arcos de triunfo. Nenhuma classe se negara a concorrer para a glorificação de Felipe III cujo sucessor vinha receber os juramentos das Côrtes prontas a reünir no convento dos Jerónimos em Belém, abandonada a idéia dos claustros de Tomar.

Os mercadores tinham primado na construção do seu arco. Disputavam-se primazias nas galas; todos queriam exceder-se nos preitos. A cidade, que, a ter sido eleita capital da Espanha, jamais seria liberta com o reino, primara na cortesia.

O monarca quisera espreitá-la sem que se quebrasse o seu incógnito e, atravessando o rio, assistira das varandas da Rua Nova à procissão do Corpo de Deus. Tinham desfilado mais de três mil pessoas no imponente cortejo. Martelavam-se os palanquins destinados à nobre assistência da entrada solene; esqueletos de monumentos erguiam-se para a glória do rei que devia despejar a cornucópia das graças.

Quando desembarcou com a comitiva, em 29 de Junho, dia de S. Pedro, que os portugueses festejavam com fogueiras e canções, o real visitante impou de orgulho. Passara por uma ala de embarcações embandeiradas no bergantim de remos dourados como as flamantes fardas da maruja e esvoaçavam sessenta galhardetes sôbre a sua cabeça. Soavam-se músicas festivas e aos barcos mascarados de monstros marinhos juntavam-se os que queriam figurar nereidas e tritões, sereias e golfinhos.

Ao pisar os degraus do improvisado cais, na Praça do Paço, viu a estátua de Lisboa esculpida em cera e levíssima, imitando mármore, entre vinte e seis pedestais, destacando-se os que sustentavam figuras simbólicas: o Amor à Obediência, a Verdade, a Fidelidade, o Zêlo com as suas alegorias.

Elvas, às mãos ambas, oferecera-lhe o coração; Lisboa abria-lhe os braços na sua cera modelada e virgem. A submissão chegara ao máximo e a linguagem dos símbolos era deprimente para os brios nacionais. A Fidelidade erguia uma bandeja atulhada de corações;

---

[1] Ainda existe no Museu dos Coches, em Belém, êste veículo, inscrito sob o n.º 10. «A decoração externa é constituída por diversas peças de ferro forjado e por pregaria ornamentada assente sôbre o couro», etc. «Internamente tem o parvesão de carvalho e pau santo e o tecto com balizas à vista, caprichosamente decoradas com talha dourada. Oferece comodidades de carácter íntimo», etc. Luciano Freire — *Catálogo do Museu dos Coches*.



Pendão real de Carlos I de Espanha — Imperador Carlos V
(Emblema dos Áustrias)

(Da Historia General de España, de Lafuente)

e um molho de papoilas significava o sono, a letargia, a calma, o sossêgo, a quebreira dos súbditos ante tão bom rei como era aquêle estrangeiro ao qual o Amor oferecia as dormideiras.

O presidente da Câmara, João Furtado de Mendonça, apresentara-lhe as chaves da Cidade perante a nobreza recamada de ouro e pedrarias, os magistrados em suas vestes negras e o clero paramentado a rigor.

O alcaide-mor de Lisboa era representado por D. Garcia de Castro que levava à rédea o cavalo ajaezado ricamente no qual o monarca montava. O trajo de sêda preta, o chapéu enfeitado de diamantes, com plumas pretas, destacavam-no entre as cintilações magníficas que opulentavam os adornos dos fidalgos.

Formara-se o imponente préstito a cuja frente bailavam regatoas enfeitadas com cordões de oiro, erguendo arcos garridos e enflorados; dançavam e o povo ria feliz para ajoelhar ou fazer mesuras por de-trás das armas. As guardas reais, espanhola e alemã, ostentando os soberbos e variegados uniformes, enquadravam os grandes, os ministros, os conselheiros, a nobreza, os condes, os marqueses, Castelo Rodrigo, Ferreira e Alenquer, que era o vice-rei. O mordomo-mor, conde de Portalegre, empunhava o bastão encimado pela «negrinha» ([1]), insígnia do seu cargo, evocadora dos indígenas da Guiné prêsa a Portugal que abrira ao mundo o caminho da maravilha, rasgara o trilho para o ignoto. Agora, cativo, recebia entre pompas o monarca estrangeiro tornado seu senhor. Arautos, reis de armas e passavantes anunciavam a legitimidade daquela realeza com os estandartes, as bandeiras, as signas.

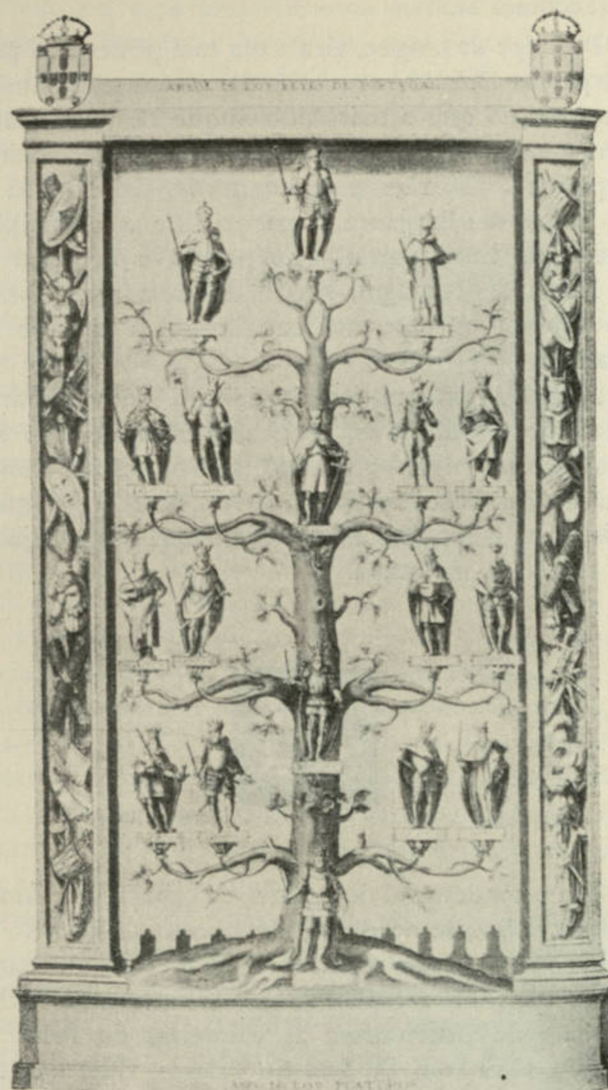
Felipe III ia sob o pálio, como um triunfador, escoltado por suas guardas e o príncipe Felipe recostava-se na imponência do coche forrado de tela de oiro. D. Maria vestia de azul enfeitada a brilhantes. Ostentava jóias dignas dos seus empórios maravilhosos das fabulosas pedrarias.

Atravessaram sob os dezassete arcos armados em sua honra; alguns eram verdadeiros monumentos com estátuas e figuras de menos relêvo. Italianos, flamengos e alemães tinham erguido admiráveis construções: a primeira era encimada pela tiara e pelas chaves pontificais sobrepujando a lôba amamentadora de Rómulo e Remo. Avultavam as armas de Portugal; os de Flandres tiveram congeminação mais bizarra pelos recortes e varandins; coubera aos germanos máquina de três arcarias e quatro colunas sustentando o emblema imperial com as águias bicéfalas.

Os pintores arvoravam a elegância nos ornatos artìsticamente traçados do seu arco. O mais original e rico era o dos artífices de prata. A árvore genealógica dos reis portugueses, desde D. Afonso Henriques, rebrilhava em madeira argentada com seus troncos e folhagem, pedestais e armas dos soberanos cujas quinze figuras era muito admiradas na sua moldura de instrumentos bélicos. Em baixo, como um gigante que talhara um reino, o Conquistador; a meio D. João I que repelira os invasores castelhanos fundando a dinastia de Aviz cujos últimos rebentos se estadeavam aos pés de Felipe III. Todos empunhavam cetros mas o do espanhol dominava. No alto floresciam os brasões de Portugal que os lapidários e ourives tinham pôsto em paralelo no seu bem lançado arco encimado por enorme globo, o mundo, que os reis sustentavam agigantando-se sôbre êle a estátua da Fé.



Paço da Ribeira



Arco dos Prateiros

Na recepção de Felipe III

(Do livro de Lavanha — Viagem da Catolica Majestade — B. N. L.)

([1]) Distintivo criado em 1448 por D. Afonso V e entregue a Álvaro de Sousa, senhor de Miranda e seu mordomo-mor.





Abriam-se, ainda, as passagens engalanadas, o pórtico dos Inglêses, edificado pelos oficiais da bandeira de S. Jorge; o dos Mercadores, o dos Armadores e os outros que representavam a glória felipina.

E o monarca, esmagando flôres lançadas a seus pés, com a nação, exclamava ao pisar as alcatifas do seu palácio: «Só neste dia sei que sou verdadeiramente rei».

Celebraram-se as Côrtes no Paço da Ribeira. Ardia Julho; despontara no dia 14, dedicado a S. Boaventura. Felipe III vestia-se de alvo tafetá enfeitado a oiro e prata; o manto roçagante talhara-se em tela dourada com seu fôrro bordado a enormes ramos, folhagem e pétalas; pendia-lhe a espada cintilante do talabarte riquíssimo. A gorra valia um diadema com a guarnição de pérolas e diamantes. O monarca sustentava o cetro de oiro. O condestável que empunharia o estoque na cerimónia era o duque de Bragança D. Teodósio II.

Príncipe de sangue, vira a sua casa postergada pelo usurpador. Debalde sua mãe, D. Catarina, se impusera mais do que o marido, o duque D. João, a afirmar os seus direitos. Filha do infante D. Duarte, duque de Guimarães, e da infanta D. Isabel, filha de D. Jaime de Bragança, pertencia-lhe a coroa pelo direito da linha varonil. Felipe era o herdeiro de D. Isabel de Portugal, mas a duquesa representava seu pai que sobrepassava em direitos a mãe do rei espanhol.

A altiva senhora jàmais deixara de verberar a usurpação; revoltara-se; sentira-se espoliada e o seu primogénito, enviado, quando menino de dez anos, a Alcácer Quibir onde ficara cativo, parecia ter guardado, com o orgulho materno, o vinco de pelejador em terras da mourama.



Era o condestável do reino e, de cabeça alta, jàmais quisera dobrar-se ao duque de Uceda, ao favorito de Felipe III. Batera-se contra os inglêses do almirante Drake que, no reinado anterior, tinham investido Lisboa para sustentarem as bandeiras do Prior do Crato. Casara com D. Ana de Velasco, filha de João Fernandes Velasco, condestável de Castela, sexto duque de Frias, conde de Haro, marquês de Berlengo, camareiro mor, conselheiro de estado, governador de Milão e presidente do conselho de Itália, gerarquia digna dos Braganças.

O príncipe português guardava a seu lado o primogénito, D. João, duque de Barcelos, então de quinze anos. Aureolara o seu nascimento, em 19 de Março de 1604, o luzeiro de um cometa maravilhoso. Não brilhara outro em Portugal desde o que iluminara o céu, em 1580, anunciando, dizia-se, a morte do Cardial D. Henrique e a do reino. O astro que lhe sucedera devia celebrar a vinda ao mundo de um futuro rei da nação livre. Era a crença dos sebastianistas. O seu soberano regressaria da ilha nebulosa. Entretanto os Braganças iam entrar no palácio da Ribeira quando um sumilher se atravessou ante êles fingindo não os conhecer.

Fôra um aleive do duque de Uceda, primeiro ministro de Felipe III e que negando ao duque, em Elvas, o título de Excelência, que lhe cabia, o vira, em todo o seu orgulho, a marcar-lhe o desprêzo. Agora, ou subordinava-o ou atirava-o para algum excesso que não pareceria bem. Encarava, artificiosamente, a atitude do dignitário. O grande senhor, afastando-o gravemente, disse-lhe: «Abri de todo as portas que tudo é necessário para nós entrarmos porque êste negócio que El-rei vai começar não o pode fazer sem nós» ([1]). Era a explosão justa de um legítimo desfôrço.

Daí a pouco, empunhava o estoque de condestável, junto do trono, sob o dossel, e viu seu filho prestando juramento ao primogénito do soberano espanhol. Contava um ano de menos que o duque de Barcelos. Nascera em 8 de Abril de 1605 e impunha-se na sua majestade, encarando aquêle rapaz cujos direitos andavam usurpados.

Ainda não se conheciam; jàmais tomariam intimidade; não podia ligá-los a simpatia. O moço espanhol seria o futuro soberano e o jovem português o seu primeiro vassalo no reino. Jurou; seguiram-se os duques de Aveiro e de Tôrres Novas. Usavam os tratamentos de Excelência que não se lhes negara como ao Bragança. Felipe, ao recebê-los, em Setúbal, mandara ao chefe a casa que se cobrisse. Parecia querer pôr em litígio os dois grandes senhores mas não contara com o orgulho brigantino.

À saída das Côrtes rebentara grande conflito entre a luzida comitiva do duque D. Teodósio e os soldados da guarda, um dos quais se arremessou contra o próprio condestável. Devia ter sido novo agravo do válido real, de Uceda, mas, depois, para emendarem a mão, fingiram querer mandar à fôrça o atrevido. Era português e o ofendido solicitou o seu perdão, sempre com a mesma altivez e mostrando bem não acreditar ter sido espontâneo o movimento do militar contra êle nem tampouco que o quisessem enforcar.

([1]) D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português*.



A voz do monarca erguera-se nas Côrtes claramente. Não pedia impostos; desejava ver decrescidos os encargos. O braço popular requeria que limitasse mais os dotes concedidos aos nobres e estes insistiam nas prerogativas e nas mercês.

¿Pois que teria vindo fazer a Portugal o rei se ia esquecê-los?

Surgira, porém, a principal reclamação. Nas Côrtes de Tomar tinha-se declarado que só a portugueses se confeririam os bens da Coroa e Ordens Militares. Não sucedera assim: o duque de Vila Hermosa obtivera apanágio privilegiado em trinta mil ducados de rendimento; a comenda de Alcácer entregara-se ao marquês de Fuentes; os condes de Hijar e de Fragiliana também tinham sido largamente contemplados. Além disso, desmembrara-se da Casa das Raínhas a vila de Alenquer para a tornar pertença de D. Diogo da Silva Mendonça, conde de Salinas, em Espanha, e vice-rei de Portugal. O duque de Lerma fôra agraciado com o reguengo de Serpa e Moura.

Faltara-se ao prometido. A nação via-se perdida e solicitava a benevolência de sua real majestade.

O duque de Uceda enfurecia-se; nunca julgara que se levantassem tão alto estas vozes. Era um político agro e insensível que derrotara o próprio pai, D. Francisco Gomes de Sandoval y Rojas, duque de Lerma, que se locupletara com bens portugueses e tantos outros. Desterrado para a região do seu apanágio, obrigaram-no a indemnizar o erário em avultada quantia. Pagara mais de um milhão.

D. Cristobal, conde de Cêa, duque de Uceda, vira o progénito vestir a púrpura, «*o colorado*», como dizia o povo, «para no ser ahorcado». Intrigara e substituíra-o no espírito régio. A sorte dos validos nem sempre era das melhores naquele país de reis desconfiados.

Felipe II fizera findar, por forma súbita, a influência do seu secretário privado, o ladino aragonês António Peres.

Acusaram-no de traidor ao Estado e a lei não o poupou. Aguardara o cadafalso; o povo seu conterrâneo libertara-o em nome dos foros, mas o político morreria, quási indigente, em Paris. O duque de Lerma fôra para o seu ducado cingido na salvadora veste cardinalícia e ainda vivia quando o filho sofreu igual dissabor por ordem do novo amo que o expulsara.

Durante a sua estada em Lisboa olhara arrogantemente os que se lhe chegavam; detestava o duque de Bragança D. Teodósio, que no seu íntimo era rebelde. Antes de figurar nas Côrtes na categoria de condestável, escreveu:

«*Protesto por diante de Deus como verdadeiro Juiz e Senhor de todas as cousas, e tomo por Juiz dêste meu Caso, e por minha advogada a Gloriosa Virgem Maria, e por testimunhas todos os santos, de que tudo o que mandey fazer, fiz e dey consentimento sobre a coroação de Sua Magestade neste Reyno de Portugal, digo, que não hei por valioso, por ser contra minha vontade e medo cadente,* inconstantem virum, *e reclamo* omni meliori modo, *que em direito houver lugar, e assim o revogo, e hei por revogado tudo que em meu prejuizo se fizer, e de meus herdeiros daqui por diante, e declaro que os juramentos não foram valiosos, por não ter vontade nem tenção, e ser menor de quatorze annos: e por firmeza disto fiz este por mim e o assigney e selley com o sinete do meu Escritório a 15 de Outubro do anno de 1592*» ([1]).



FIDALGO NO PRINCÍPIO DO SÉCULO XVI

Após esta declaração, ao servir de condestável no juramento do príncipe herdeiro, naquele ano de 1619, em 14 de Julho, acrescentara:

«*Torno a reclamar e haver por nulo o que se fez nestas Côrtes com o meu consentimento, por ser levado de medo cadente* inconstantem virum, *e revogo o que está feito em meu prejuizo, e na melhor forma, que em direito houver, e invoco em meu favor a Santissima Virgem, a São Bernardo, ao Santo Condestavel, e tomo por minhas testemunhas a todos os Santos, e assim protesto diante deste verdadeiro Juiz, e declaro, que tudo isto é sobre o direito que tenho á Corôa de Portugal*».

Assinara o documento de consciência e reconhecera-o Manuel de Oliveira, notário apostólico.

Assistira às Côrtes cheio de remorsos e o rei aborrecia-se ao ouvir falar do Conselho de Portugal instalado em Madrid cuja presidência fôra dada a D. Carlos de Borja, duque de Vila Hermosa. Era uma falta; não se estabelecera o cargo nas letras patentes das Côrtes de Tomar. Quisera primeiro honrar-se D. Aleixo de Meneses; recaíra, de seguida, em espanhol a mercê suprema.

A majestade resolvera que seu pai não jurara o que se dizia. Solicitado no sentido de não dar presidência ao Conselho, «não fôra servido fazê-lo».

Compreendeu-se como se apertavam mais os laços de sujeição; arrefecia, pouco a pouco, a esperança das primeiras horas; fundira-se a alegria cuja base se firmava no desagravo. Nunca se imaginara que Felipe III deixasse de corresponder às solicitações dos portugueses e a desilusão fôra enorme.

Por sua banda, o rei sentira gelar-se o ambiente. Convocara para Tomar o capítulo da Ordem de Cristo depois de querer reüni-lo à capital. Iam desmanchar-se os arcos triunfais com o desengano.

Os cortesãos diziam-lhe que o Nabão gerava

([1]) Referia-se ao juramento prestado a Felipe II em 16 de Abril de 1581. Contava apenas treze anos, pois nascera em 28 de Abril de 1568.



febres; mostravam-lhe alguns cavaleiros que tinham chegado e se obrigavam a novos gastos na viagem; queriam retê-lo na cidade mas não os escutara.

Quando o duque de Bragança se despedira dêle, o monarca, como se o assaltasse súbito presságio, dissera-lhe que solicitasse qualquer cousa.

D. Teodósio, nobremente, respondera:

«Seus avós de Vossa Majestade, e os meus, deram tanto à minha casa, que a desobrigaram de ter que pedir».

A fortuna dos Braganças, nessa época, não estava tão equilibrada que permitisse recusar benesses.

O Felipe III fartara-se de receber queixas mas jàmais ouvira recusar mercês e a resposta do grande fidalgo, se não lhe pareceu suspeita, seria, pelo menos, em sua consciência, indicadora de singular estado de espírito.

Quando tanta gente se atropelava pelos réditos e os requerimentos enchiam as bandejas que os pagens apresentavam ao duque de Uceda, era para reflectir em semelhante desapêgo.

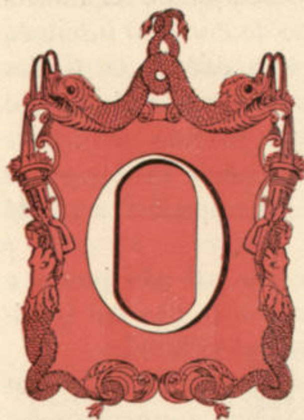
O deferimento dos requerimentos de uns tornava-se a mola impulsionadora das cóleras dos desfavorecidos; o povo silenciara-se; pelas próprias recâmaras do soberano notavam-se rostos encarrancados.

Lisboa devia parecer-lhe odiosa. Deixou-a. Foi para Setúbal abrir o capítulo da Ordem de Aviz e, depois da reünião em terra nabantina, passou a raia (¹).

Adoeceu em Casaruivos; e só em Dezembro pôde chegar a Madrid. Jamais recuperou a saúde; agonizara lentamente (²).

Não lhe tinham sido propícios os ares de Portugal.





O novo rei, Felipe IV, contava dezasseis anos; disseram-no ligeiro de ânimo, mal educado; amigo de divertimentos, amando a pintura pela vaidade de se ver retratado e os palcos porque se embriagava com as aplaudidas e disputadas graças das cómicas. Era elegante, garboso e seria belo sem o prognatismo acentuadíssimo e o lábio grosso e pendente dos Áustrias, alguns dos quais lembravam aves com uma cereja no bico. Não podia deixar de ter um favorito, o neto do Prudente, o filho do Piedoso que tão mal pagaram a validos.

O duque de Uceda, o confidente de Felipe III, que ajudara à queda de seu pai, duque de Lerma, fôra desterrado; o duque de Ossuna e o seu secretário, D. Francisco de Quevedo, o notável escritor, entraram em cárceres; D. Rodrigo Calderon, tão poderoso outrora, subira ao patíbulo.

Despontava o novo ministro, o valido indispensável.

Era D. Gaspar de Guzman, conde de Olivares, elevado a grande de Espanha. Seria duque de Sanlúcar. Assinalavam-lhe idéias de hegemonia da nação e sem reparar na herança recebida pelo amo lançava-se na realização do seu desígnio, querendo mover mil negócios ao mesmo tempo.

Pretendia apertar, primeiro, os laços que se alargavam na unificação do país.

Seu avô, Pedro Guzman, fôra general e batera-se, à vista de Carlos V, no meio de extenso olival e daí o título de conde de Olivares. Exercera o cargo de mordomo mor de Felipe II; seu filho Henrique preferira a diplomacia às armas; embaixador em Roma ameaçara Sisto V de o depor se favorecesse as propostas de Henrique IV, de França, recebendo o seu enviado extraordinário. Morrera em 1599 depois de ter subido a vice-rei de Nápoles.

O seu herdeiro era gentilhomem da câmara do príncipe D. Felipe, do futuro rei. Tornara-se o seu ministro preferido.

Olivares era carrancudo, feio, usava grande bigode e pera a disfarçar-lhe o queixo largo e rombo. Mos-

---

(¹) 24 de Outubro de 1619.

(²) 31 de Março de 1621.

trava-se ávido de honras e riquezas. Recebera o frutuoso cargo de chanceler das Índias e rodeava-se de luxo oriental numa monarquia desfalcada, a-pesar-de vastíssima ou talvez por isso mesmo. O ouro e as preciosidades ficavam pelo caminho. Precisavam defendê-las dos piratas e das cobiças de capitães e funcionários. As alfândegas internas dificultavam a existência nas diversas regiões, além de tudo, esmagadas pelos impostos. O dinheiro dos dízimos chegava deminuído ao erário. Criou-se a «alcaballa», dez por cento sôbre tôdas as vendas e trocas; sucederam os «milliones y cientos», nomeadamente as verbas com que se taxavam as entradas em Castela dos víveres e líquidos. Havia, ainda, as «tercias reales», mais uns direitos sôbre duas nonas partes dos réditos eclesiásticos, e os «servicios» aplicados às concessões feitas pelas Côrtes.

A série de contribuïções era enorme: «remessas das Índias», dízimos do mar e colheitas; e as denominadas: montazgos moneda forera, salinas, cruzada, puertos secos, estanco de la sal e outros.

A-pesar-de tantos impostos, o reino era pobre porque se desperdiçavam suas fontes de riqueza e prevaricava-se.

As guerras custavam rios de dinheiro; os filhos das classes médias desdenhavam a vida de seus pais; preferiam aos balcões e fábricas as aventuras nas Américas; a propriedade conglobava-se em poucas mãos; ninguém queria trabalhar manualmente porque as opulências dos felizes regressados das Índias ocidentais os deslumbravam. Soldados expulsos dos «tércios» corriam os caminhos em bandos; os quadrilheiros tornavam-se legião simpática aos olhos do povo. Os conventos atraíam a mocidade que não envergava as armas. A expulsão dos mouros e dos judeus concorrera para a escassez dos produtos.

A fúria religiosa, o fanatismo, a superstição, arrancara à labuta os braços da moirama, afeitos à terra desde séculos, e tão trabalhadora que dera origem ao verbo «mourejar». A expulsão dos israelitas quebrara o comércio; perecia a indústria e, como se lançavam grandes tributos sôbre os reinos e províncias avassalados, levedavam as conjuras na Itália onde a guerra da Valtelina [1], cujos habitantes pretendiam a independência, desafiava os outros povos a imitar a rebelião.

A França e a Holanda espreitavam o momento para vencerem de vez «o império onde nunca se punha o sol». O seu desmembramento representaria a fortuna dos outros países. Sabóia e Veneza não compreendiam o predomínio dos Áustrias na terra italiana.

Richelieu, o grande ministro de Luiz XIII, lançara vistas sôbre a Espanha, não obstante o seu soberano ter desposado Ana de Áustria, filha de Felipe III.

[1] Pequena região da Itália Setentrional entre o lago Como e Adda.



Felipe III

(*Reprodução do livro de Caramuel — Philippus Prudens — 1639 B. A. C. L.*)

A Flandres, apesar da feição de independência que lhe tinham querido dar, entregando-a ao arquiduque Alberto e a sua espôsa, D. Isabel Clara Eugénia, forcejava por soltar-se do domínio espanhol. Os holandeses tentavam apossar-se das colónias portuguesas quando as sentiam abandonadas. Os navios nacionais ou apodreciam no Tejo ou percorriam os mares sem escoltas poderosas, sujeitos aos corsários.

O conde de Olivares encarnava a soberba; o britânico o orgulho. Portugal era, aos olhos do ministro do novo soberano, o campo onde podia ensaiar a sua máquina de unificação dos estados. Aragão guardaria os «fueros» até decisivo golpe; à Catalunha intranqüila sucederia o mesmo, mas a nação vizinha, cativa há quarenta e dois anos, preocupava-o.

Demitira o vice-rei, marquês de Alenquer, por muito parcial do duque de Uceda desterrado, e nomeara um conselho de três membros: o conde de Basto, D. Nuno Álvares de Portugal e o bispo de Coimbra, D. Afonso de Mexia.

O conde, D. Diogo de Castro, fôra sempre bom

português e até àquela data como tal o consideravam. O segundo dos governantes, filho do conde de Vimioso, presidira ao Senado da Câmara e finar-se-ia antes de terminar o seu encargo no Conselho completado pelo antiste conimbricense que também não gozaria muita vida.



O primeiro acto dos recém-nomeados consistira em proïbir a partida do último vice-rei, acusado de delapidações, concussões e extorsões; queriam sequestrar-lhes os bens, a vila de seu título que se separara da Casa das Raínhas e o reguengo de Guimarães. Viera ordem de Madrid para o deixarem seguir livremente.

Rugiam ódios.

Felipe IV era um observador no meio das suas desordenadas atitudes. Pertencia à categoria dos «reis papelistas», amigos de se documentarem, de que falava seu avô, o Prudente, e enchera-se de boas intenções no comêço do seu reinado.

Êle próprio se definiria no prólogo da tradução da obra de Guicciardini, «*História de Itália*». Evocava a orfandade, seus poucos anos e inexperiência ao confessar : «Discorriendo en aquella edad de los caminos que más podriam despertar y abrir los ojos, con la inclinacion que todos han visto de aprender perfectamente quanto me ha tocado de ejercicios de caballos, la tuve igual de aprender mi oficio de Rey ; y asi me pareció el mejor camino tener los oídos abiertos para todos los que me quizieren hablar en audiencias publicas y particulares, como lo hecho siempre, sen negarle a nadie que me la podiere ni obligar le a registrar la con el ministro mas imediato ; mas antes por atajar tantos inconvenientes como habia oído y visto, le ordenè que no oyese a nadie que primero no me hubiese hablado a mi para con esto escoger que me pareciese».

Não se entregava exclusivamente ao conde duque de Olivares, assim amerceado ao receber o título ducal de San Lucar.

O soberano afiançava ter lido muito, sobretudo os historiadores desde a antiguidade. Queria ver tôda a correspondência sem auxílio de secretários ; ensaiara-se para falar em público e estudar os idiomas dos reinos e província de seus domínios:

«Quizo tomar el trabajo de aprenderlas, porque ellos — os vassalos — non tuviessem en estudar la mia».

E por isso se dedicara ao trabalho como desejou que ficasse bem assente :

— «Y asi aprendi y supe bien las lenguas de España, la mia, la aragonesa, catalana y portugueza ; mas non me satisfice con solos ellos, pues encomparacion del dominio que posea esta monarquia fuera de España, viene a quedar ella por una parte moderada».

Profundara o francês no qual muito praticou, como o flamengo e o italiano.

Entendia os vassalos ; os magistrados e mais oficiais públicos, bem como os ministros não deixaram de sobressaltar-se quando desejou impor uma lei pela qual todos os funcionários dessem contas de seus bens ao tomarem conta dos empregos, no final de suas carreiras ou ao cabo de alguns anos de exercício.

Levantaria celeuma a innovação. Em Portugal sucederia o mesmo quando se pretendesse inquirir quais os fidalgos que gozavam indevidamente bens da Coroa.

Era no momento em que os holandeses intensificavam ataques à Índia e ao Brasil e o alarme subia com a inquietação pelos irritados propósitos adivinhados em algumas regiões espanholas.

O conde-duque de Olivares queria a unificação, embora à fôrça, mas sentia-se ranger o cavername da nau do grande estado, «do império onde nunca se punha o sol».





PARTE PRIMEIRA

PRIMEIRO CAPÍTULO

A Casa de Bragança e o seu solar

O Condestável D. Nuno Álvares Pereira e a sua descendência — Do drama de Alfarrobeira à tragédia do cadafalso de Évora — O uxoricida D. Jaime de Bragança, fundador do paço de Vila Viçosa — A aliança com os Medina Sidónia — Esplendores brigantinos — D. Teodósio II, cativo da mourama — A Senhora D. Catarina — A Hora Trágica de Portugal — Propostas de Felipe II aos Braganças — A nação cativa



O CONDESTÁVEL D. Nuno Álvares Pereira casara a sua única filha, D. Beatriz Pereira Alvim, com o filho legitimado que o Mestre de Aviz houvera de Inês Pires Esteves. O pai desta, Pero Esteves, queriam uns que fôsse artífice, outros homem bom. Habitava em Veiros e, sapateiro ou lavrador, era inegàvelmente honrado, pois, segundo a crónica, deixara crescer as barbas em sinal de pêjo pela mancebia da filha que acabaria comendadeira no convento de Santos.

Elevado ao trono, o Mestre reconhecera o bastardo que vivera em Leiria, entregue aos cuidados de Gomes Martins de Lemos, depois senhor de Vila do Conde.

A união de D. Afonso com a herdeira [1] riquíssima do poderoso condestável deu ao noivo o título de conde de Barcelos [2] pertencente ao guerreiro tão desiludido que vestiria o burel carmelita. Também havia uma filha dos primeiros amores de D. João I com a veirense plebeia. Recebera o nome de Beatriz, como a filha do rei D. Fernando, irmão de seu pai, e casaria, em Inglaterra, com o conde Arundel.

O dote do varão foi pingue. O pai doara-lhe Neiva, Aguiar, Darque, Peralhal, Faria, Vermoim, Rates e todos os bens sequestrados a D. Gonçalo Telo que o «desservira». Era o irmão de Leonor Teles e seguira o pendão inimigo. Acrescentara-se o apanágio de D. Afonso com Penafiel e couto da Várzea além dos bens do condado oferecido pelo sogro. Parecia

---

[1] Realizou-se o casamento em 8 de Novembro de 1401.
[2] Era o nono conde do título.





Felipe IV

(Reprodução do quadro de Velasquez)

ter o propósito de despojar-se em benefício do genro. Passou-lhe os títulos de propriedade de suas terras de Chaves e Montenegro, Montalegre, Baltar, Barroso, Paços de Ferreira e Bustelo; as quintas de Canedo, Covas, Carvalhosa, Sarrações, Godinhães, Touga e Sanfins, os casais de Axoara, Bustelo e Pousada, após a morte de João Gonçalves, que fôra seu meirinho.

Se não houvesse descendência, ficaria herdeira a condessa de Barcelos mas, se Deus abençoasse o seu matrimónio, o sucessor nos apanágios seria o primogénito.



O condestável ia construindo templos pelo Alentejo fora e, em Vila Viçosa, quisera presidir às obras da capela de Nossa Senhora da Conceição, a Virgem invocada devotamente em Aljubarrota. Quando se dava à tarefa com os alvanéis, recebeu a notícia da morte da filha estremecida. Abalou, desesperado, para Chaves, onde a bem amada perecera em razão de um parto.

A alma do batalhador ennoitou-se e, mais do que nunca, pensou em amortalhar-se no burel. Portugal precisava, ainda, do seu braço e ofereceu-o para pelejar em Ceuta. Depois recolher-se-ia de vez ao Convento, erguido em pleno peito de Lisboa, e vestiria o hábito à volta do qual brincariam adoradas crianças: Isabel que desposaria o infante D. João, filho do rei de Boa Memória, D. Afonso e D. Fernando. O glorioso capitão guardava, ainda, dois condados, os de Ourém e de Arraiolos. Deu-os aos dois netos.

O conde de Barcelos aterrava-se ante a prodigalidade do sogro para com os frades; queria arrancar-lhes as dádivas de Frei Nuno de Santa Maria que lhe escrevera:

«Agora que son ja los pes no enterro me marteria muver que vos Senhor os não deixades em paz a ver o que le dei de bom grado que meu era, pesquizando le o que vosso não é, mas seu, porque se le dé é para bem porque se lo devia» ([3]).

Queria mais, o futuro duque de Bragança, que não perdoava aos irmãos D. Pedro e D. Henrique, os ducados de Coimbra e de Viseu. Lançou-se em tôdas as lutas para subir em honrarias e instigando ao ódio do jóvem sobrinho, D. Afonso V, levá-lo-ia à inglória acção de Alfarrobeira na qual pereceu o regente, tão grande príncipe como soberbo varão.

Tivera por saldune D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches, caído a seu lado e pelo mesmo pendão.

O velho gerifalte, erguido às honras ducais, refugiou-se na vila de Chaves, ostentando as orgulhosas armas escolhidas no seu regresso de Ceuta e aprovadas por el-rei seu pai: uma aspa vermelha em campo de prata e sôbre a aspa cinco escudos das quinas do reino sem a orla dos castelos: por timbre meio cavalo branco com três lançadas no pescoço em sangue, bridão de couro e cabeçadas e rédeas vermelhas ([1]).

D. Fernando, conde de Arraiolos, neto do Condestável, escolhera Vila Viçosa para moradia quando o irmão, D. Afonso, conde de Ourém, se finara e lhe coubera o ducado brigantino. Habitava o castelo onde devia pairar ainda a sombra do sublime avô. Batalharia muito por aquêles campos e suas vizinhanças. Os velhos reis tinham cercado de muralhas a

---

([1]) Frei Belchior de Santana, *Crónica das Carmelitas*.

([2]) Casou pela segunda vez, no ano de 1420, com D. Constança de Noronha, filha do conde Gijón, bastardo de Henrique II de Castela e de D. Isabel, igualmente bastarda de D. Fernando de Portugal.

vila cuja alcáçova constituía a defesa do tôpo do seu morro com as portas de Estremoz a norte, a de Évora a oeste e ao sul a de Olivença, também denominada do Sol.

D. Fernando I, o Formoso, mandara rasgar mais duas portadas: a de Elvas ao nascente; a da Tôrre ao poente. Ordenara obras, fortes e torreões, atalaias, vigias fenestradas e parapeitos desafiantes sob as eriçadas ameias da moradia brigantina.

O segundo duque fôra contemporizador nas lutas provocadas pelo pai contra o Regente; procurara defendê-lo mas o irmão, o conde de Ourém, indicára-o ao rei como suspeito e afastara-o para o seu govêrno de Ceuta. Ali sustentara duzentos cavaleiros e mil infantes, à sua custa; recebera, de D. Afonso V, o ducado de Guimarães com o marquesado de Vila Viçosa. Em Tânger comandara dois mil peões e setecentas lanças. A vila de Bragança foi elevada a cidade e o seu senhor ficou regente quando o soberano combateu em Arzila.

Do seu casamento com D. Joana de Castro, filha do senhor de Cadaval, D. João de Castro, nasceram nove filhos: D. Fernando, terceiro duque, alcunhado «o das pernas gordas» de preferência ao cognome de «Africano» que alguns lhe pretenderam impôr. Sucedera ao pai como primogénito. Os outros irmãos eram D. João, marquês de Montemor-o-Novo; D. Afonso, conde de Faro; D. Álvaro, conde de Tentúgal; D. António e D. Isabel que morreram novos; D. Brites, depois espôsa do marquês de Vila Real; D. Guiomar, condessa de Loulé e de Valença pelo seu enlace com D. Henrique de Meneses. A mais nova das filhas do duque, D. Catarina, teria sido condessa de Marialva se o noivo, D. João Coutinho, se expusesse menos em Arzila onde acabou.

Desencadear-se-ia uma grande catástrofe sôbre os poderosos Braganças.

O infante D. Pedro, morto em Alfarrobeira, deixara com os varões exues uma filha, D. Felipa, que, recolhida no convento de Odivelas, recordava o fim trágico do pai contemplando despojos de suas vestes colhidas no campo de batalha onde estivera durante dias sujeito às injúrias da vilanagem e à voracidade dos corvos. Quando o sepultaram, quási em segrêdo, acautelara-se o seu cadáver dos rancores inimigos. A nobre reclusa jamais perdoara ao primeiro duque de Bragança a crueldade da intriga que vitimara o Regente. Devia contar a história de tanta barbaridade ao sobrinho, ao futuro rei, ao infante D. João. ¿Quem sabe se ilustraria a crónica da luta com as vestes molhadas de sangue do vencido?! Dir-lhe-ia como acabara o avô e o ódio ao genro do Condestável, causador do drama, voaria dos seus lábios para o coração da real criança.

D. João II, ao subir ao trono, considerou-se «o rei das estradas de Portugal»; os Braganças eram mais ricos do que a Coroa. Quis que os grandes fidalgos



Conde-Duque de Olivares

(Reprodução do quadro de Velasquez)

lhe prestassem preito e júramento, de mãos nas mãos, em ligação inconfundível, em menagem

O monarca ordenara aquela jura, à maneira dos francos, e quando a nobreza sentiu o enorme golpe voltou-se para D. Fernando II, terceiro duque brigantino, como expoente da sua defesa.

Para demais, nupciara-se com D. Isabel filha do infante D. Fernando e de sua espôsa D. Beatriz, irmã da rainha D. Leonor, do duque de Viseu e de D. Manuel, depois soberano. Aumentara a prosápia de sua grei. Tinha-se matrimoniado, em primeiras núpcias, com D. Leonor de Meneses, filha do conde de Vila Real, D. Pedro de Meneses.

Grande senhor, possuindo mais castelos e vilas



que os de maior prosápia, não se rebelara, pois esperava algum auxílio forte. Combinara-o com os reis de Castela, Fernando e Isabel, que temiam o monarca português, cognominado por êles de «Homem».

Como se adivinhasse o drama em que seria envolvido, pretendera opôr-se à subida ao trono daquele intemerato príncipe que soubera bater-se bravamente em Arzila e Toro. Promovera, de acôrdo com o irmão, marquês de Montemor, e com o duque de Viseu, intriga vasta que provocaria a guerra e quando o soberano chamasse a nobreza ver-se-ia só ou quási só.

Chegara a denúncia dos entendimentos do Bragança com os estrangeiros, inimigos de Portugal, maus e invejosos vizinhos.

Em 1483, pela Quaresma, Gaspar Juzarte acusara a el-rei o irmão que andava por Castela na qualidade de agente brigantino. O príncipe D. Afonso, herdeiro da Coroa, estava nas terçarias de Moura como penhor do seu casamento com a princesa D. Isabel de Castela, mas começara a aparecer um óbice à união que se desejava transferir para a princesa D. Joana, visto sua irmã estar muito perto do trono. Enquanto o filho de D. João II se conservava em doce refém, dificilmente poderia o pai romper com os aliados dos castelhanos mas, desfeita a combinação, saberia actuar.

Tratou do juramento de obediência cujo padrão era definitivo: O rei era o «natural senhor»; prestava-se-lhe «preito e menagem de fortaleza» considerando-se alcaides por sua nova graça. Submissamente o seguiriam na guerra, sem detença, mediante carta chancelada respondendo pelo castelo mesmo quando o tivessem entregado a outra alcaidia.

Concluía o compromisso nestes termos: «E vos prometo e me obrigo, que tenha e mantenha, guarde e cumpra inteiramente êste dito preito e menagem, e tôdas as cláusulas, condições e obrigações e tôdas as coisas, e cada uma delas em elas conteúdas sem arte, cautela, fraude, engano nem minguamento e por firmeza disso assinei aqui».

Apensava-se, ainda, a chancela das testemunhas. O duque declarou-se isento de semelhante compromisso em virtude de privilégios anteriormente concedidos e para prova da sua afirmação mandou o bacharel João Afonso, vedor da sua fazenda, a Vila Viçosa buscar ao cofre os documentos comprovativos de suas garantias. Em vez de obedecer, o funcionário enviou o filho que aceitou a ajuda de Lopo de Figueiredo, escrivão da casa ducal. Foi êste que encontrou as cartas comprometedoras, o tráfico oculto com os castelhanos.

O duque estava sossegadamente em Évora quando D. João II teve conhecimento das letras esmagadoras. Mandou o denunciante colocar os papéis no lugar donde os tirara e observando, dia a dia, o parente, ganhou a certeza do conluio. O monarca devia ter movido a espionagem a que era muitíssimo atreito.

Quando foram a Almeirim, onde a rainha D. Leonor curtia febres, o soberano praticara com o duque em presença do bispo de Viseu, D. Fernão Gonçalves de Miranda, seu capelão mor. Disse ter-lhe chegado aos ouvidos que o Bragança andava ligado aos de Castela procedendo contra êle e traindo-o como ao estado.

Eram concunhados; um, o rei, o outro, o primeiro vassalo; mais valia usarem de lealdade. O conspirador declarou-se seu dedicado amigo, prègou frases que, a serem sinceras, o nobilitariam mais.

O valido real, Antão de Faria, estava tão senhor dos segredos da conjura como o amo.

Ao celebrarem-se, em Évora, as festas pela saída do príncipe das terçarias, D. Fernando apareceu de cabeça alta com o seu séquito. Ia despedir-se do rei. Fôra avisado de que alguma cousa misteriosa se passava mas não quisera escapar-se. Pediu audiência; foi recebido, em 29 de Maio de 1483. O soberano parecia bem disposto; mostrava-se jubiloso ao ouvi-lo, mais atrevidamente, pedir-lhe para castigar os delatores da sua suposta infidelidade. Estava longe de conceber até onde chegavam as provas que o comprometiam.

Com o mesmo modo amável, D. João II, levou-o do salão para a sua recâmara e ali lhe respondeu que bem desejava averiguar a verdade e para isso o deteria até ela surgir cabalmente. Seria assim melhor para ambos; a justiça completa ilibá-lo-ia. Iam dar satisfação aos boatos e alarmes.

O Bragança encarou, estupefacto, aquêle rei que lhe sorria cerimonioso, quási afável, ao dizer-lhe da sua desgraça. Tomaram conta dele Aires da Silva e Antão de Faria. Reüniu o Conselho; instaurou-se o processo; passou uma onda de terror sôbre a nobreza, a ponto de os irmãos do prêso largarem para Espanha, onde também foram ter os filhos dele: D. Felipe, D. Jaime e D. Denis. Não lhes faltou agasalho. Os reis católicos esperavam uma revolta da nobreza durante o inquérito, mas os julgadores condenavam; não se comoveram. «A cada voto em que cada juiz concluía na morte do duque el rei chorava com grandes soluços e muita tristeza» [1].

A cabeça de D. Fernando II duque de Bragança rolou nos panos de dó do cadafalso erguido em Évora [2].

O soberano vestiu-se de luto. A Casa de Bragança mergulhava na catástrofe.

Mal regressara de Castela o quarto duque de Bragança, D. Jaime, encontrara o carinhoso amparo do novo rei.

A desfortuna de D. João II, caído em plena luta, sucedera a ventura de seu cunhado e primo D. Ma-

[1] Rui de Pina — *Crónica de D. João II.*

[2] 20 de Junho de 1483.

nuel. Apressara-se a restituir e aumentar os bens ao exilado duque cuja casa desbaratada estivera em riscos de perecer totalmente.

Não havia filhos do primeiro casamento do pai; da prole das segundas núpcias existiam D. Jaime, D. Denis [1] e D. Margarida [2]. O primogénito, D. Felipe, morrera proscrito sob a suspeita de ter sido empeçonhado e também constara que ao irmão se ministrara veneno. Ficaria sempre sofrendo. Assim o escreveu D. Francisco Manuel de Melo: «Dice se, por cierto, que D. Jayme participando em su mocedad del proprio beruage que su mayor hermano Don Fellipe, ya que no peligró de vida, adolesio del seso».



Era êste enfêrmo de humores melancólicos que ia ser reempossado nas suas antigas propriedades e títulos acrescentados sobretudo depois que o rei, tendo enviüvado de D. Isabel de Castela e Aragão, o nomeou sucessor.

Impunha-o contra D. Jorge, duque de Coimbra, o bastardo do falecido monarca que desejara coroá-lo. Queixara-se de se ver precedido pelo parente brigantino mas o soberano volvera: «O duque de Bragança é filho de minha irmã e o duque de Coimbra filho de meu primo com irmão e desta sorte he, sem duvida, o primeiro parente o duque D. Jaime e assim lhe é, sem controvérsia, devido o primeiro lugar, como herdeiro presuntivo da Coroa».

Seriam muitos os seus apanágios. Além das herdades cedidas pelo Condestável e por D. João I pertenciam-lhe os senhorios de Braga, Vila do Conde, Monforte, Penela, Alter do Chão, ilha do Corvo. Também se anunciara a mercê da doação do Pôrto mas não se fôra tão longe em graças.

Cabia-lhe, como padroado eclesiástico, a colegiada de Santa Maria de Guimarães e as de Barcelos e Ourém, com oitenta igrejas, quarenta e uma comendas na Ordem de Cristo.

Os Braganças teriam as dezóito alcaidarias mores: Vila Viçosa, Monsaraz, Arraiolos, Monforte, Sousel, Montemor-o-Novo, Alter do Chão, Borba, Evoramonte, Ourém, Porto de Mós, Barcelos, Vila do Conde, Melgaço, Bragança, Monte Alegre, Piçonha e Outeiro. Mandavam nas ouvidorias e proviam mil e trezentos cargos de justiça. Os seus coutos salpicavam o reino em Trás-os-Montes, no Minho, na Estremadura, no Alentejo e Entre Douro e Minho.

Era duque de Bragança e depois de Guimarães, marquês de Valença e de Vila Viçosa, conde de Ourém, Arraiolos, Neiva, Faro, Faria e Penafiel, senhor de Monforte, Vila do Conde, Alegrete. Ao todo de vinte e uma vilas e muitos lugares mais. Na região flaviense contavam-se cento e oitenta e sete e na brigantina duzentos e dois. Juntaram-se no seu apanágio Guimarães, Vidigueira, Montemor-o-Novo, Almada e mais reguengos, foros e vilares. Gozava de inúmeros privilégios, sendo fronteiro mor de tôdas as terras transmontanas e alentejanas; grande senhor de imenso poderio, o segundo no reino.

Pensara em edificar paço condigno; deixando o vetusto castelo ligado à tragédia paterna e escolhera o sítio do Reguengo, na vila, cujas muralhas mandaria alargar; juntara-lhe parte do arrabalde e esperava concluir o solar onde acomodaria o seu estado. Tratavam-no de Excelência, como el rei D. Afonso V determinara em relação ao duque D. Fernando I que regera o reino; competia-lhe privilégio de infante e podia conferir graus de nobreza, desde o alvará de moços fidalgos às cartas de fidalgos cavaleiros que serviriam em sua casa com os mesmos privilégios que os nomeados por el rei e os duques. Jamais podiam deixar de ser ouvidos ou consultados por carta sempre que se celebrasse conselho de estado.

O seu séquito equiparava-se ao realengo, pois nem faltavam os oficiais-mores: camareiro, estribeiro, copeiro, capelão, vèdor e trinchante. O secretário particular, os escrivães da fazenda e da cozinha formavam outro quadro bem como os fidalgos escudeiros e cavaleiros. Seguiam-se o guarda-roupas, camareiro pequeno, estribeiro, moços das chaves e da câmara, mantieiro, porteiro da cana, do paço e das damas; reposteiros, arautos e passavantes, e a guarda. Pagava-se-lhes com moradia e fôro.

Não era menos pomposo o estado das duquesas; como as rainhas, tinham camareira mor, damas de honor e moças de câmara. Os Braganças, naquela época, mantinham ao seu serviço perto de quinhentas pessoas. Guardava-se rigorosa etiquêta tão cerimoniosamente como a usavam os reis.

Mais tarde, ao edificar-se a capela paçã, o papa Júlio II [1] conceder-lhes-ia as honras inerentes à do palácio real; o seu clero formaria colegiada com o deão, que devia ser nobre; tesoureiro-mor, dezas-

---

[1] Casou com D. Brites de Castro Osório, filha dos condes de Lemos, espanhóis.

[2] Esteve para casar com o duque de Beja, D. Manuel, mas faleceu.

[1] A capela do paço começou a edificar-se em 1505, por bula de Júlio II.

seis capelães, cantores, tangedores e moços ou sacristães ([2]).

Também se alterou o brasão brigantino desde que o duque D. Jaime foi escolhido para sucessor da Coroa.

Quando nasceu o primeiro filho de D. Manuel, o duque D. Jaime deixou de usar as armas reais de Portugal recebendo, porém, direito à divisa do banco de pinchar de ouro, atravessado pela orla vermelha, emblema só usado pelos filhos dos reis. Não lhe bastava tanta grandeza; esmaltou no seu brasão as armas reais de Castela, Inglaterra, Sicília e Aragão com as águias negras em campo de prata que lhe competiam por sua mãe.

Um poeta nobre, João Rodrigues de Sá, senhor de Sever, cantaria o escudo brigantino:

A quem fende um labeo
de dous escudos reaes,
sem outros nenhuns sinaes,
que não chegue de voleo
até Quinas Divinaes.
Sobrinho de Seu Senhor,
e de muito mor primor
do que meu louvor alcança
Senhor duque de Bragança,
o que tomou Azamor

O antigo brasão ducal passou aos legítimos parentes da grei, marqueses de Ferreira, condes de Vimioso, Faro e Mira, acrescentando-lhes na aspa, entre os escudos régios, quatro escudos de ouro floretados.

As armas que o primeiro duque escolhera eram enriquecidas com o seu timbre: o meio cavalo branco com três lançadas sangrando no pescoço e bridado de oiro, a cabeçada e as rédeas vermelhas. Tinha sido escolhido pelos Pereiras, antepassados do Condestável, em memória do aprisionamento de D. Sancho, irmão do rei D. Garcia, realizado em Santarém pelo conde D. Rodrigo Forjaz. O infante montava um corcel alvo que morrera trespassado por três lançadas. Preferira a meia serpe de oiro.

Glorificada, daquele modo, a Casa de Bragança, tratou-se de casar o duque herdeiro presuntivo da Coroa, edificador do paço de Vila Viçosa, taciturno, merencório, ao que diziam em virtude do veneno ingerido no exílio. Queria fazer-se acreditar que D. João II lhe mandara ministrar peçonha desejoso de exterminar a grei brigantina.

Tão grande fidalgo não encontraria no reino espôsa para uma aliança futura, daquelas que produzem as influências políticas.

([2]) O cabido foi nomeado mais tarde, com distinção conferida pelo papa Gregório XIII, e as obras do palácio iniciaram-se em 1501.

Pensara-se em ligá-lo à filha do rei de França; também, já tarde, se lembrara o consórcio do Bragança com a querida filha de Maximiliano, madama Margarida, neta de D. Duarte, o Eloqüente, e viúva de D. João de Castela. Contava dezassete anos e seria duquesa de Sabóia.

Procuraram-se em Espanha as noivas condignas da soberba grei brigantina e, folheando os armoriais, descobriram-se algumas de estirpes e fortunas equiparadas à do futuro cônjuge.

Apareceu, porém, a proposta de uma união com D. Leonor de Guzman, filha de D. João, duque de Medina-Sidónia, tão opulenta em bens como fidalga. Pertencia a uma raça de guerreiros, nobres e felizes, sendo aquêle senhor de Melilha que mandara conquistar e defender menos para apontar uma lança ao coração da mourama do que para arranjar feitoria, entreposto, mercado que mais o enriqueceu.

O duque, ainda subsidiado pelos monarcas em dinheiro e pão de munição, dilatara as tomadias até Oran. Estadeava infiéis aprisionados na praça de San Lucar de Barrameda. Pretendeu tomar o forte de Caçaça. Possuía seu bem de Gibraltar êsse «muy magnifico señor e gran gastador».

Não quis atender à insistência de Isabel a Católica para o escambo daquela posição distante por terras de Sevilha. Empavesava o séquito cada vez que os reis faziam suas pressões em tal sentido e apresentava-se com a mesma desenvoltura e arreganho dos antepassados. Como Afonso Peres de Gusmão não se pejara de servir o rei de Marrocos pois que, a-pesar de bom cristão, queria entesourar, enriquecer fabulosamente, ser mais opulento que os monarcas. Sustentou com o seu braço o imperador infiel mas defendeu Tarifa contra as investidas do infante D. João que se oferecera aos marroquinos para reconquistar a praça tomada pelos cristãos.

Da esplanada da fortaleza, o Guzman vira o príncipe apontá-lo ao som dos atabales e erguendo nos braços uma criança que fôra roubada pelo tredo. Era o filho do guerreiro que, enxergando o pequeno nas mãos do inimigo, ouvira a proposta de rendição.

Brava e estoicamente, recusara: «Dijo que antes queria que le matasen aquelle hijo y otros cinco si los tuviesse que non dar le la vila del rey su señor de que le hiciera omenage» ([1]).

À exigência da entrega de Gibraltar, a trôco dos territórios de Utrera, o descendente do herói retorquira: «fuesen suas altezas servidas de no le pedir Gibraltar pues no se la dieron».

Era êste o pai de D. Leonor, prometida espôsa, com bom dote, de D. Jaime de Bragança que contava vinte e três anos.

O herdeiro da Coroa poderia erguê-la ao trono e

([1]) Lafuente — *Historia de España.*

os monarcas católicos apressavam-se a dar a filha, D. Maria, ao rei, seu cunhado, talvez para evitarem ver uma vassala ostentando a realeza.

Discutira-se muito a quantia dotal; exigira-se bastante porque a categoria do duque era a dos infantes e, ao fim de muitos óbices, assentara-se no consórcio, embora o noivo não tivesse grande pressa. Confessaria: «e contudo el rei, meu senhor que Deus tem, concluiu o meu casamento contra minha vontade, que eu era mancebo e desejava pouco de casar e muito folgar».

Andavam à sua volta os frades franciscanos tentando-o a recolher-se a um mosteiro porque o viam, por vezes, melancólico.

O temperamento do duque de Bragança devia formar-se de abismos; uns dias cheio de júbilo outros de negrume como se a traça da peçonha ingerida no exílio se avivasse como uma cicatriz ao afluxo do sangue. Chegara a querer partir para Roma e solicitara licença para professar entre os seus queridos eremitas da Serra de Ossa. De repente, porém, pensaria nas alegrias da existência e, espancando as trevas de seu espírito, correria para o arrebol, que lhe anunciava talvez amores, quem sabe se outros prazeres mundanos!



Primeiro, largara para Aragão a caminho dos estados pontifícios. Sonhara vestir o burel na Terra Santa e regressar ungido. O rei mandara detê-lo e casara-o. Foi nula a sua impressão pelo matrimónio. Agasalharia os freis no convento da Piedade que queria edificar na sua vila solarenga; não desprezaria os solitários serrenhos que lhe pareciam animados do espírito dos primitivos cristãos que tinham habitado as furnas e lapas fugindo aos mouros e levando, na Valadeira, vida de anacoretas, pois isolavam-se em seus cenóbios distanciados uns dos outros nas brenhas.

Desde o reinado de D. João I que se edificara, na serra nua, um convento ampliado, pouco a pouco, até que se fundara a Congregação dos Monges Pobres na qual o Bragança se refugiava.

Já se dilatavam os regalos do mosteiro; cantavam as águas, que, despenhando-se pelos pedregulhos, refrescariam as vastas e viçosas hortas e jamais o calor, tão ardente no Alentejo, apoquentaria os bons monjes cobertos por suas sombras, ouvindo o rumor das fontes, em refrigéio de tantas penitências.

Alargar-se-ia sempre o magnífico convento; casas de noviciado, celeiros e adegas dar-lhe-iam o aspecto de esplêndida granja onde além do pão da alma, o da fé, se cultivasse, também, o do trigo com que se amassa o de alimento do corpo e se fabricam as hóstias..

Ao cabo de dez anos de casamento, na ante manhã escura de dois de Novembro de 1512, o duque D. Jaime mandara chamar apressadamente, ao novo paço do Reguengo, o seu ouvidor bacharel Gaspar Lopes, o juiz da vila João Álvares Mouro e o tabelião Álvaro Pacheco.

Começavam a tanger os sinos na alvorada, porque era Dia de Finados, e o grande senhor, sereno e grave, como um justiceiro, inacessível ao remorso, declarou aos magistrados ter morto sua mulher e mandado supliciar o pagem António Alcoforado, «por os achar ambos e intender que dormiam juntos e lhe comettiam adulterio».

Nunca se pôde comprovar cabalmente o crime que o duque atribuía à espôsa, mas assassinara-a como praticaria qualquer dos carrejões de seus senhorios, querendo, todavia, que se levantasse auto da acção exercida sôbre o que capitulava de ruim culpa com o pagem formoso cuja cabeça foi decepada. A duquesa jazia no chão, como o que lhe dava por amante, e não fôra menor o golpe que a prostrara, inundando de sangue a cota de veludo negro. Irrompiam os miolos do pagem pelas brechas da cabeça abatida. Notava-se no traje do assassinado garridice e até luxo desde o gibão prateado aos borzeguins pretos; a espôsa do Bragança vestia com singeleza.

No paço do Reguengo, os magistrados levantavam o auto da inquirição com os seus testemunhos, datado de dois de Novembro de 1512.

O duque declarava-se o matador da que tinha por infiel. Jorge Lourenço, escrivão de sua Câmara, corroborou a confissão, pois «vira tomar ao duque um traçado e se fôra para a dita Senhora e lhe dissera: esta era a minha doença destes dias; day-vos a Deus, e que lhe começara a dar com o dito traçado levando-a pelos cabellos e lhe deu as feridas conteudas no Auto de que luguo morreu».

Asseverava que o Alcoforado fôra abatido por «hum negro com hum manchil». Êle pôde pedir que lhe cobrissem o rosto e o escravo, acedendo a tapá-lo com um lençol, degolou-o. Tangiam os sinos no convento de Santo Agostinho, respondiam-lhe outros campanários, os da Conceição, S. Bartolomeu, de mais distância.

Era Dia de Finados. A desolação, a melancolia, a tristeza alastravam como o Charqueirão da vila.





Porta dos Nós no paço de Vila Viçosa

(Estado actual)

Duas crianças tinham ficado orfãs: D. Teodósio, que herdaria o título, e D. Isabel, que desposaria o infante D. Duarte, filho de D. Manuel I.

O duque entregara-se à penitência; correra que procurara fazer duma cisterna a sua cela, recordado dos cenóbios de Ossa. O povo repetia que a duquesa estava inocente, andando o matador a curtir remorsos. De repente, por um dos habituais saltos opostos do seu carácter, D. Jaime agitou-se; quis deslumbrar e entontecer.

Organizava-se a expedição a Azamor e o tesouro brigantino abriu-se para armar os mais belos contingentes. Assoldadara quatro mil homens, fardara-os brilhantemente e os guiões e estandartes da grei emprestavam à legião o cunho realengo.

A capitania geral do exército e da armada fôra confiada ao duque. Entrou na Sé de Lisboa, vestido de branco, esmaltado por magníficas pedrarias e colocou-se junto do monarca que lhe entregou a bandeira benzida pelo arcebispo. O alferes-mor da Casa de Bragança ergueu o estandarte da Pátria.

Depois do triunfo em terras africanas, o papa Leão X festejou o potentado, bem absolvido da morte da espôsa porque comandara o extermínio dos infiéis.

Casou de novo. D. Joana de Mendonça, filha de Diogo de Mendonça, alcaide-mor de Mourão e conselheiro de Estado, não receou ir habitar o paço do Reguengo onde D. Leonor fôra assassinada. As obras



prosseguiram; começara a erigir-se o convento das Chagas como já se estadeava o de Santa Cruz e o duque via nascer os filhos do segundo matrimónio, penhores da continuação da Casa de Bragança. Foram nove destacando-se entre êles D. Constantino, que seria viso-rei abrasado em ódio religioso; D. Teotónio, que abandonaria o paço pelo Colégio dos Jesuítas envergando a roupeta. O próprio Inácio de Loiola quis conhecê-lo e êle foi a Roma ajoelhar aos pés do geral. Era esmoler; despojara-se largamente; morreria em fama de santidade. Fundara albergues, hospitais e o mosteiro da Cartuxa. Amava as letras; possuía manuscritos e edições raríssimas de obras notáveis, sendo algumas em dialectos orientais. Príncipe pelo nascimento, esmagara as pompas no hábito. Preferira-o à sua mitra de Évora.

D. Fulgêncio, irmão do prelado, também abraçou a vida religiosa. Era simples e bom. Fôra, apagadamente, abade de Travanca, prior comendatário de Santa Maria de Moreira, chantre da Colegiada de Barcelos e D. Prior de Santa Maria de Guimarães.

D. Jaime via crescer a prole e dedicava-se à construção solarenga. Determinara que a talhassem vasta, soberba e sumptuosa para albergar a sua côrte. Traçara as linhas da tapada magnífica guardando os arvoredos e mandou plantar novas espécies.

O castelo, antiga habitação ducal, transformara-se, por seu impulso, em cidadela. Ergueram-se novos muros com suas portas: a da Esperança, a de Santa Luzia, a dos Nós que representava, na sua traça de cordame manuelino, todo o orgulho brigantino.

Para aquela banda ficavam as adegas, estrebarias, casario dos servos, a «Ilha» como designavam a localidade cuja porta arvorava a prosápia dos senhores: *Depois de vós, nós; depois de vós, nós.* E os nós esculpidos na boa cantaria, resistiriam aos séculos como os cabos fortes do seu M elegante bem entrançado na linha segura e simbólica.

Chamou-se D. Teodósio o primogénito da «duquesa assassinada». Sucederia ao pai, falecido em 1532. Continuou os trabalhos do paço e dos conventos; dispôs-se a edificar outros, encontrando o mais desvelado auxílio na piedade da espôsa, D. Maria, sua prima, filha de D. Denis de Portugal. O ducado de Guimarães passara em dote à irmã, D. Isabel, quando se consorciara com o infante D. Duarte, filho do Venturoso. Educado por D. Diogo Sigéu de Velasco, o erudito francês, pai de Ana e de Luísa Sigéa, as excelsas eruditas, o duque amou sempre a pompa e a majestade. Ficaria célebre o esplendor da comitiva com que fôra acompanhar à fronteira a princesa D. Maria, filha de D. João III, que ia casar com o herdeiro do trono espanhol, D. Felipe.

O duque D. Jaime instituíra uma guarda de cem



alabardeiros que seu filho, quinto duque de Bragança, faria avultar no séquito, vestida à tudesca, de amarelo e azul, empunhando alabardas douradas.

Os sessenta moços de câmara ostentavam as mesmas côres em suas vestes esplêndidas; os vinte estribeiros envergavam-se de pano amarelo com tarjas de azul e gorros roxos; as espadas eram prateadas.

Trombetas ostentando suas insígnias de damasco, bordadas com as armas ducais, uniam as vozes às das charamelas. Rufavam os tímbales; os estandartes desfraldados, entre trezentos e cinqüenta cavaleiros do cortejo, anunciavam a grandeza da Casa de Bragança.

O duque despendia seus rendimentos em exibições do mesmo género e na fundação de conventos, sobretudo em Vila Viçosa: o dos Capuchos sob a invocação da Nossa Senhora da Piedade, substituindo o que D. Jaime erigira junto á Fonte das Lágrimas.

Passara para o Outeiro do Ficalho a casa professa dos jesuítas, construída na Praça Nova, e, auxiliado pela espôsa, edificou, também, o mosteiro da Esperança, no qual foi sepulta sua mãe, a duquesa assassinada.

Amando a arte e sendo muito curioso, pagava a diversos indivíduos que lhe enviavam do estrangeiro quadros, livros, estátuas, notícias e informações. Guardava preciosamente os relatórios recebidos sob a designação de *Os Livros de muitas cousas*.

Viúvo, em 1558, consorciou-se no ano seguinte, com D. Brites de Lencastre, filha de D. Luiz de Lencastre comendador de Aviz e de sua espôsa D. Madalena de Granada, sendo bisneta de D. João II. O chefe da casa brigantina não pedira licença para se matrimoniar; realizou o acto clandestinamente e a rainha D. Catarina, viúva de D. João III, e regente, expulsou-o da côrte. Sua espôsa dera-se à piedade e ao bem, vivendo sempre modestamente no solar entre as aias e servas.

Aquêle consórcio tivera por fim acabar a questão existente entre as casas de Aveiro e de Bragança, mas parece que havia, pòliticamente, o propósito de não se consentir qualquer entendimento.

Tratava-se sempre das questões de precedências. D. Manuel preferia os Braganças; D. João III seguira-lhe as pisadas e os gestos. A rivalidade mantinha-se, embora se tivesse tentado apaziguá-la por várias vezes pelos matrimónios. D. Brites de Vilhena, filha de D. Álvaro de Bragança, casara com D. Jorge de Lencastre. Seu filho, D. João, também se unira a uma parente da grei brigantina, D. Joana de Lara, filha de D. Pedro de Meneses, primeiro marquês de Vila Real, mas continuava a intriga.

O duque D. Teodósio I julgou que poderia haver embaraços por parte da regente do reino às núpcias que tanto desejava. Mais valia revelá-las depois do facto consumado. Não se fêz tardar o castigo. A-pesar-de a noiva não ser a herdeira da casa, dificilmente se perdoou aquêle enlace.

O segundo duque de Aveiro, D. Jorge, como seu avô, casara, em Espanha, com D. Madalena Giron, filha do quarto duque de Ureña e irmã do primeiro duque de Ossuna.

Pareceria melhor esta união do que a contraída pelo Bragança sem o prévio pedido à rainha. O pai da noiva, D. Luís de Lencastre, foi prêso e o genro encarcerado no castelo de Tôrres Vedras, indo o duque de Aveiro cumprir no de Palmela o castigo que lhe foi infligido. A rainha não lhes perdoara a audácia.

Era o sexto duque de Bragança, D. João, trigueiro, de vista curta, boa a côr, mas nem por isso gozava grande saúde. Meão, bom cavaleiro, dado ao esplendor, transformara o solar em maravilhosa morada na qual se acumulavam tôdas as riquezas juntas através das gerações brigantinas.

Casara com sua prima D. Catarina, filha do infante D. Duarte e tão enérgica e altiva que, sendo duquesa, preferia ser tratada pelo seu nome como se êle bastasse para a entronizar.

D. Sebastião concedera o título de duque de Barcelos ao herdeiro da casa de Bragança, quatro dias antes do seu casamento com a real parente, e ao delinear a primeira jornada à África hospedara-se no paço ducal no regresso de uma viagem ao Algarve. Imagina-se a pompa dispendida com o soberano ao recordar-se a forma por que, dois anos antes, a família brigantina acolhera o cardial Alexandrino, Miguel Bonelo, sobrinho e legado do papa Pio V.

Reboariam as salvas no castelo e os jardins, alimentados abundantemente de água, floririam suas galas. A vila, cujo nome evoca a verdura, a fresquidão, o viço, acrescentaria a sua graça e garridice dos toldos variegados e ricos ensombrando suas ruas estreitas até à vasta praça fechada pelo bosque de ciprestes hieráticos vizinhos do convento.

Os olhos do monarca, já presos no sonho da conquista de Marrocos, fixar-se-iam nos rases que no tôpo da escadaria recordavam a vitória de Azamor e o duque D. Jaime. Outros eram quadros épicos, tecidos em Flandres, representando batalhas contra os detestados vizinhos castelhanos, e lá em cima, na sala, avultavam, trabalhados a trama de ouro, os painéis nos quais a glória de Nuno Álvares, o grande antepassado, reluzira na arte e na História.

Por tôda a parte móveis de preço, baixela argentina e dourada, os vasos preciosos, as agüeiras, os gomis, os grandes pratos em que se serviram as viandas ao som das charamelas, sôbre as finíssimas toalhas de bretanha e de tecidos orientais.

De dentro dos pastelões soberbos e saborosos voa-

vam as aves de adôrno enquanto os convivas, deslumbrados, comiam os pavões, perdizes, e os nacos suculentos de carnes bem temperadas com os condimentos, vertidos das elegantes molheiras, e sôbre as quais se lançava o açucar em pó ou derretido acepipe dos repastos elegantes.

Frutas de conserva, cobertas de calda e regadas de mel, emparceirando com os pomos frescos, constituíram a sobremesa e bem assim os pastéis folhados e que as freiras vizinhas tinham inventado como se por suas orações auferissem do céu o dom de consolar as almas enchendo de gozos os paladares.

As músicas ruïdosas, frautas, atabales, trombetas e adufes acompanharam as entradas das travessas conduzidas pelos servos de librés riquíssimas atrás dos oficiais de bôca que as deviam servir.

O duque e el-rei só beberam pura e cristalina água mas entre tanto arruído de instrumentos que se julgaria praticarem um rito com líquidos caros.

Gentishomens, reis de armas, maceiros, envergando vestuários surpreendentes, dalmáticas, tabardos, vestes e sobrevestes de veludo, ouro e sêda ajoelhavam quando os escanções, apresentando os jarros, preciosos, mitigavam a sêde dos senhores.

Quando da visita do legado à família brigantina, formara-se o cortejo de D. Isabel, mãe do duque, tôda vestida de prêto e soberba no seu manto ([1]); a seu lado D. Catarina, espôsa do chefe da casa, imitá-la-ia na côr do trajo, mas cintilando espiguilhas de ouro, diamantes e rubis, a cabeça erguida com o topete coifado de ouro, coberto de pedrarias e ostentando a cauda de gorgorão à qual pegava uma das muitas damas que formavam a comitiva no supremo rigor da etiquêta.

No meio dos deslumbramentos seria feito o convite para a jornada de África. Aprestar-se-iam dois mil infantes e seiscentos cavaleiros, o contingente que sua excelência deu para o exército real.

Nas vésperas da partida da segunda expedição, D. João, sexto duque de Bragança, entrara na tumultuosa Lisboa povoada de gentes de várias nações, aventureiros de diversas castas entre os quais abundavam os hespanhóis, pois D. Felipe II, favorecendo, em jôgo hábil, a idéia fixa, a excitação do sobrinho, prometera premiar quem o acompanhasse como se fôsse batalhar por si próprio.

Era em Maio; a hoste brigantina vestida de amarelo e vermelho e os corpos especiais de escarlate, produzira grande efeito nas ruas toldadas de vistosos panos, mas pouco tardou para tão garbosos soldados rixarem, com vantagem, sôbre os castelhanos. Recolhido no majestoso paço, D. João adoeceu. Não era forte e assaltaram-no as terçãs; mal poderia seguir na vistosa frota mas não queria que faltasse a representação da sua casa naquela guerra distante. Mandou vir o filho, D. Teodósio, que a-pesar da sua pouca idade muito bravamente quereria pelejar. Menino de dez anos, arvorava a pluma de sua gorra com o aprumo de um grande capitão junto do estandarte sustentado por seu alferes-mor. Os homens de guerra tinham continuado a brigar com os de Castela e os terços olhavam-nos raivosamente ao sentirem-se vencidos.

Depois da largada de el rei ainda a gente brigantina continuava na luta a tal ponto que dizimara muitos soldados nas Portas do Mar, junto da casa de Afonso de Albuquerque, a dos Bicos. O capitão espanhol, empunhando uma bandeira branca, ajoelhava pedindo trégua e dizendo os espanhóis irmãos dos portugueses e ao serviço de seu soberano.

Caíam sôbre êle pedras e golpes e a custo escapou, indo, no dia seguinte, solicitar de D. João de Bragança comedimento para a sua valorosa escolta, o que ordenou, com presente valioso: um cavalo, duzentos cruzados e um dos seus chapéus, visto o oficial ter perdido o sombreiro na refrega.

Os contrários espalharam que o duque era adversário da expedição; a intriga encorpou e êle solicitara a intervenção da justiça para punir os averiguados autores da desordem.

D. Teodósio portou-se bem; entre os seus homens de armas, no campo de Alcácer Kibir, a criança adestrada pelas montarias de Vila Viçosa, batendo os javalis e cercando caça grossa, quis arremeter contra os moiros e de tal maneira se impulsionara que o rei, ao vê-lo, o mandou recolher à liteira.

Como os abutres gulosos dos cadáveres caídos na terra africana endireitassem os sinistros vôos sôbre Portugal, parecia oferecer-se-lhes o próprio corpo enfraquecido do reino agonizante governado pela sombra lívida do ascético purpurado que procurava as fôrças, como um menino, no seio da robusta ama, a Maria da Mota.

O pequenino Bragança ficara cativo e o pai mandara Jorge de Lemos com o ouro suficiente para o resgate.

Estavam abandonados os gamos e os veados da frondosa mata. O duque entristecido não os monteava e ia sabendo pelos seus agentes que o filho não pagaria o ónus do cativeiro, visto o imperador de Marrocos ceder às instâncias de Felipe II que reclamava o parente.

Entrou em Espanha; rodearam-no de atenções e de festas como em jaula dourada. Morrera o cardial-rei; êle recebera a notícia em Gibraltar onde chegara e ao hospedar-se em casa do duque de Medina Sidónia, no belo paço de San Lucar de Barrameda, viu-se tão prêso como nos aduares marroquinos.

Celebravam-se preces na capela solarenga pela sua volta. Gregório XIII concedera grandes regalias ao serviço eclesiástico privativo dos grandes senhores bri-

---

([1]) Faleceu em 16 de Setembro de 1576.



D. Jaime de Bragança na tomada de Azamor

(Painel existente na escadaria do Palácio de Vila Viçosa)

gantinos. Haveria um deão bispo isento de obediência ao prelado eborense; um tesoureiro-mor e cleresia, sendo êles os jurisdicionais de Vila Viçosa em matéria religiosa.

Dificilmente se consentiu no regresso do herdeiro da casa que estava à beira do trono. Os Braganças bem sabiam quanto lhes cabia. Se D. João, adoentado e tristonho, não influía muito no pleito ante as hesitações do cardial para lhes negar a herança, a espôsa protestava e Felipe compreendera-os, logo de começo, na captação. Nem admitia que lhe falhasse o portentoso golpe durante tanto tempo meditado acêrca da sua sucessão.

Daria aos parentes o reino do Brasil, o Algarve e a mão de seu herdeiro, D. Diogo, a uma das filhas dos émulos que poderiam enviar, anualmente, à Índia uma nau para se carregar sem pagamento de dízimo.

Julgava estonteá-los mas a vasta colónia, o empório brasílico, devia aparecer-lhes como um destêrro com suas capitanias, selvagem qual África, região distante para quem ambicionava, em nome de incontestáveis direitos, o trono e suas possessões, o senhorio de Aquém e de Além Mar, os grandes e ressonantes títulos que esmaltavam o poderio dos reis nacionais.

O único apanágio digno dêles era o cetro sem mais discussões, pois consideravam-es os únicos sérios pretendentes, em nome da justiça, embora o castelhano possuísse o portentosa fôrça.

Oferecia-lhes muito mas, em troca, exigia a renúncia dos seus propósitos e que o reconhecessem como soberano.

A altiva D. Catarina recusou; o marido parecia menos audacioso. Ela não usava o título; queria, qual rainha, assinar apenas o seu nome. A luta foi enorme. Quando o cardial agonizava, a duquesa correu a Almeirim julgando demovê-lo de suas indecisões. Lutara fortemente pelos seus privilégios; dizia-lhe ser a representante do ramo varonil dos príncipes de Aviz, ao passo que Felipe II era filho de uma infanta à qual não caberia, em caso algum, a sucessão.

Altiva e orgulhosamente se colocava no seu lugar. O próprio D. Henrique mandara o jesuíta Jorge Serrão convencê-la a aceitar as propostas do rei espanhol; seguiu-se no mesmo papel o doutor Paulo Afonso, mas a um e outro a duquesa ouviu escandalizada. Dizam-lhe que «Sua Alteza mais como pai, que como parente, lhe aconselhava não quisesse deixar o certo pelo arriscado; que êle não podia negar que sempre tivera por sem duvida a justiça da Casa de Bragança e que o seu intento fôra preferi-la a todos os Pretendentes à coroa; porém que vendo as tropas de el rei D. Felipe muito vizinhas e o pouco poder com que a Casa de Bragança se achava para lhe resistir julgava que nomeá-la era o mesmo que destruí-la» ([1]). Aconselhava-a a aceitar a parte que o estrangeiro lhe doava. Jàmais consentiria em semelhante tratado, decla-



D. Afonso, 1.º duque de Bragança e sua mulher D. Beatriz Alvim
(Reprodução do quadro do palácio de Vila Viçosa) — *Cliché de Octávio Bobone*

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. I.

rou ela, em enérgico ímpeto, e explicou seus propósitos e direitos conforme expunha na longa carta datada de Vila Viçosa, em 20 de Outubro de 1579. Os governadores do reino, por morte do soberano, não contavam com os Braganças. Eram êles o arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, Diogo Lopes de Sousa, Francisco de Sá, D. João de Mascarenhas e D. João Telo de Meneses.

O prelado mostrava-se parcial de D. Felipe II que o nomeara inquisidor-mor. Não o era menos Diogo Lopes de Sousa, que o ouro corrompera. Estivera na Flandres com o monarca espanhol sendo embaixador português em Madrid.



Francisco de Sá e Meneses tinha quilate idêntico e também o heróico Mascarenhas que destruía, pela sua atitude antinacional, a glória do seu grande nome. Pelejara bravamente na Índia; sustentara o segundo cêrco de Diu com a indómita intrepidez de grande soldado e, ao voltar ao reino, todos o rodeavam admirando-o. Camões cantara o seu feito nos *Lusíadas:*

Vereis a inexpugnável Dio forte,
Que dois cercos terá, dos vossos sendo;
Ali se mostrará seu preço e sorte,
Feitos de armas grandisimos fazendo.

D. Sebastião quisera tê-lo no Conselho em que se decidiria da jornada a África e o famoso cavaleiro reprovára-o, e tanto, que o soberano se irritara e dissera propôr uma junta de médicos para averiguar «se um homem valente pode mudar com a idade».

O herói volvera: «Tenho oitenta anos para vos aconselhar e cinqüenta e dois para vos servir».

O cardial nomeou-o seu mordomo-mor e Cristóvão de Moura conseguiu ligá-lo fortemente à causa felipina. Prendera-o com cadeias de ouro. Em 2 de Maio de 1580, o negregado agente escrevera ao amo:

«*D. Juan Mascareñas y Francisco de Sá encaregan siempre que V. Magestad procure que Yelvas y Olivença se le entreguen pareciendo les que este exemplo será parte para que hagan lo mismo los demás pueblos; y asi nos parece a nos outros; y pienso que allá no deve haver descuido en esto porque conviene à la reputacion del negocio*».

Com outros fidalgos, prelados e conselheiros sucedia o mesmo. Referindo-se aos governadores, o futuro marquês de Castelo Rodrigo esclarecia o monarca: Descrevera-os, ligara-os na mesma ambição, exceptuando um; amarrara-os às cadeias de ouro que os deslumbravam com os títulos, mercês e outros benefícios. Não haveria maneira de os conduzir às claras, por enquanto, mas fortemente jungidos à causa felipina, jàmaiss se soltariam. Era o bastante. A corrupção vencera-os e poucos senhores escapavam às tentações.

O reino desolado e empobrecido tornara-se a prêsa indubitável. Caminhava-se para a conquista, legalizando-se a herança com a compra das consciências. Portugal foi cativo e D. Catarina de Bragança sentiu a sua causa perdida, com a do reino, quando o espôso, seguindo os governadores até Santarém, os viu alheios. Tampouco aceitou a aliança com o Prior do Crato, considerando-o bastardo. Êle quisera também negociar com o monarca espanhol nestes termos:

«*O rei de Castela não guerreará o Prior do Crato, se for êste o escolhido por sentença para rei de Portugal.*

D. António não guerreará a Felipe II, se a êste sair a sentença.

Que D. Felipe e D. António combaterão unidos contra o duque de Bragança se por êste se der a sentença».

Mais tarde, firmara-se nas seguintes bases propostas ao castelhano:

«*Que lhe arbitrem trezentos mil ducados de renda, parte deles perpétuos e transmissíveis a seu filho.*

Que o rei católico o auxilie a impetrar dispensa de Roma porque está na intenção de se casar.

Que Felipe II o faça governador perpétuo de Portugal».

Só os duques de Bragança não lidavam com o rival estrangeiro.

D. João, instalando-se na sua terra de Portel, expunha ainda as suas razões, títulos e direitos, «a linha do infante D. Duarte, que por ser de varão lograva a mais qualificada prerogativa, para ser preferida e anteposta a tôdas as outras, em que não concorria esta razão, por descenderem de fêmeas, juntando-se a estas razões o benefício da representação de Justiniano, admitida e praticada neste Reino, em virtude da qual representando a Duquesa ao infante D. Duarte seu Pai e El Rei D. Felipe à Imperatriz sua Mãe assim como o Infante, que el rei já ficava preferindo conforme o Direito e decisoens de jurisconsultos» ([1]).

Não lhes valeu a altíssima razão. O país foi vendido mais do que, conquistado.

Em 5 de Dezembro de 1581, Felipe II entrou

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. I.

em Elvas e deu beija-mão. O Bragança não podia faltar na audiência sem risco de perder os títulos e bens. Saíu de Portel para Vila Boim levando consigo o primogénito, o duque de Barcelos, D. Teodósio, sendo alvos de grandes afagos.

O monarca foi visitar D. Catarina e deu-lhe a mão a beijar como à sua primeira vassala portuguesa.

Em Tomar, o duque D. João empunhava o estoque de Condestável; foi o último no preito sendo o primeiro na vénia seu filho e herdeiro da Casa de Bragança acrescentada.

O soberano lançara o Tosão de Ouro ao pescoço do grande senhor «parece que só a fim de o prender com mais uma cadeia».

Começara a distribuïção das benesses aos vendidos, mas nem todos ficaram contentes. Julgavam valer mais do que a paga recebida. Ao Bragança, sujeito ante os factos consumados, houve pródigas mercês: o cargo de Condestável, em três vidas, para o herdeiro ducal; a promessa do consórcio do príncipe D. Diogo, proclamado em Tomar, com uma das filhas dos duques, mas o noivo faleceria pouco depois.

Não fôra propícia à família real espanhola a conquista de Portugal. Morrera, em Badajoz, a rainha D. Ana de Áustria quando o marido enviara o duque de Alba à tomadia do reino; depois de jurado acabara o príncipe.

Aos Braganças prometera-se mais a confirmação do título de Excelência; para o filho segundo, o marquesado de uma cidade de Castela com quatro mil habitantes e quatro mil cruzados de renda; ao terceiro varão, uma comenda de cinco mil cruzados pagando-se duzentos mil ao duque para desempenhar a sua fazenda e indemnizar-se do *«sacco que os castelhanos deram ao castelo de Vila Viçosa em que perdeu um grande tesouro»*.

Na noite de vinte e um para vinte e dois de Agôsto de 1580, tinham feito o assalto comandado pelo capitão Cisneros sendo roubado todo o dinheiro com outros valores. Grassava a peste na vila e os duques com a côrte estavam em Portel. Tornara-se impossível a resistência.

Já então o palácio erguia a sua fachada pomposa que devia ser coberta pelos célebres mármores de Montes Claros. Levantar-se-iam os andares, as três galerias, sendo a de baixo de ordem dórica, a do meio jónica e a superior coríntia mas acabada séculos depois ([1]).

Cuidava-se dos jardins; alargavam-se as salas com as suas janelas soberbas. As de trás abriam para o Reguengo ou Carrascal de D. Catarina e Horta das Freiras das Chagas.



D. FERNANDO II, TERCEIRO DUQUE DE BRAGANÇA

(B. A. C. L.)

A tapada, no outeiro de S. Bento, distanciada uns trezentos metros do paço e do amplo terreiro, fôra povoada de javalis, gamos, veados, corças, coelhos e caça de outras espécies. O duque D. Jaime murara a herdade do Mato e para ali ia divertir-se quando o ânimo não o convidava a refugiar-se no seu quarto lajeado para se aniquilar no remorso.

D. Teodósio mandara construir um pavilhão entre a verdura e, seu filho, D. João, ao dar maior largueza à tapada, fêz construir a capela da invocação de Nossa Senhora de Belém transformando o palacete vizinho. Também mandara edificar a praça de touros para os príncipes e os fidalgos se luzirem na arte de rojanear. Depois, a grande coutada foi-se estendendo sempre e a massa enorme de verdura alegrava, dando, ao mesmo tempo, imponência ao lugar. A ermida de Santo Eustáquio, redonda como o templo do Santo Sepulcro, destacar-se-ia na sua alvura. Correriam as águas soberbamente e a vasta lagoa, além da tapada, daria maior beleza ao campo de montarias povoado de sobreiros, pinheiros e azinheiras, por entre as quais se avistavam magníficas, deliciosas e surpreendentes paisagens.

Jàmais a duquesa D. Catarina deixou de protestar contra a extorção de que os Braganças eram vítimas.

([1]) No reinado de D. João V.

O marido deixou o mundo, em 22 de Fevereiro de 1583, depois de ter figurado nas côrtes celebradas em 15 de Janeiro em Lisboa, para juramento do príncipe D. Felipe, visto ter-se finado D. Diogo (¹).



Quiseram alguns historiadores (²) levar muito mais longe do que se podia comprovar a atitude da viúva de D. João que sobreviveria trinta e um anos ao passamento do marido. Aventou-se que Felipe II propusera casamento à nobilíssima parente empregando no pedido D. Inês de Noronha, mulher de Vasco da Silveira, avó materna dos condes de Unhão. A resposta teria sido digna de uma matrona romana:

«Que ela não havia de trocar as memórias do Duque D. João, pela vaidade da Corôa de Epanha, nem offender o direito de seu filho D. Teodosio por nenhum respeito humano, e se esse era o fim com que Elrey D. Felippe caminhava aquela pretenção, que errava o seu parecer e intento, porque seu filho não perdia o direito que tinha à Corôa de Portugal ainda que ella o renunciasse, nem Elrey se livrava de escrupulo, comprando o que não lhe podia vender e que quando estas razões não bastassem para o dissuadir, que recolhendo-se em um convento atalharia sua resolução».

Infelizmente não é presumível que a tivesse dado, pelo menos nas circunstâncias em que foi relatada. Perdeu-se uma grande página de orgulho.

No regresso a Espanha, o recém-entronizado passaria três dias no solar onde o duque, se não agonizava, estaria enfermo. Avizinhava-se a morte.

O monarca continuava com suas largas oferendas. D. Catarina vibrara a frase, ao mesmo tempo orgulhosa e paçã, pela qual não renunciava:

«Que se ela tinha justiça que não podia desherdar seu filho de tão generosa pretensão e que se não a tinha que Sua Majestade acharia nele muito bom soldado.»

Com efeito, êle foi capitão valoroso quando do ataque dos inglêses a Lisboa tendo vindo o almirante Drake em paladino do Prior do Crato.

O sétimo duque de Bragança, D. Teodósio II, combateu mas não renunciou ao que a mãe lhe ensinara a considerar seu, o trono de Portugal.

As anotações, confissões e propósitos que legou o demonstram.

Casara com D. Ana de Velasco (¹) filha do condestável de Castela, duque de Frias e a altiva Senhora D. Catarina (²) ainda viu brincar à roda da sua saia os netos: D. João (³) que seria rei e D. Duarte que seria mártir (⁴).

(¹) O conde da Ericeira, no seu livro *Portugal Restaurado*, 1.º vol., pág. 38, escreveu:

«Achou-se nas Côrtes o duque de Bragança exercitando o ofício de Condestável: acabadas elas se volveu a Vila Viçosa, onde morreu dentro de poucos dias, não podendo o ânimo com o pêso de tantos infortúnios».

Refere-se, sem dúvida, às Côrtes celebradas em Lisboa, no dia 15 de Janeiro de 1583, nas quais foi jurado herdeiro do reino o príncipe D. Felipe, visto ter falecido seu irmão D. Diogo.

A morte do duque de Bragança distou ainda mais de um mês daquele acto, pois deixou o mundo em 22 de Fevereiro.

(²) O mesmo historiógrafo, conde da Ericeira, a pág. 37 do 1.º vol. da sua obra, comenta os dizeres de D. Catarina nestes termos:

«Não cabe em peito humano maior valor, nem maior constância! Voltou-se a Lisboa D. Inês, com a resposta que admirou tôda a prudência de Elrei D. Felipe; o qual vendo desvanecida esta idéia, e conhecidas tôdas as disposições que bastavam para lhe segurar a Coroa, depois de dois anos de assistência em Portugal, determinou passar a Madrid, para dar calor a outros negócios da Monarquia que podiam tratar-se de mais perto.»

«Saíu de Lisboa e passou Vila Viçosa a visitar a duquesa de Bragança.»

Segundo Rebêlo da Silva, na sua *História de Portugal dos Séculos* XVII *e* XVIII, o rei de Espanha «saíu de Lisboa a 11 de Fevereiro de 1583».

A *História Genealógica*, que também insere as frases de D. Catarina, afirma que D. João de Bragança «faleceu em 22 de Fevereiro do mesmo ano».

Logo, a duquesa não era viúva quando o Prudente lhe enviou da capital a proposta de casamento, ficando a aguardar os resultados, e só então se dispondo a partir para Espanha, isto é, exactamente onze dias antes da morte de D. João de Bragança, finado em 22 de Fevereiro de 1583.»

(¹) 17 de Junho de 1603.

(²) Faleceu em 15 de Novembro de 1614.

(³) Nasceu em 19 de Março de 1604.

(⁴) Veio ao mundo em 30 de Março de 1605. Vendido aos espanhóis pelo imperador alemão Fernando III, a quem servira batendo-se bravamente em várias batalhas, faleceu cativo no castelo de Milão na Tôrre da Rochetta, em 30 de Setembro de 1649. Os outros filhos de D. Teodósio II foram D. Alexandre e D. Catarina que morreram novos.



SEGUNDO CAPÍTULO

O Oitavo Duque de Bragança

Sua Excelência o Senhor D. João II — Desgostos de D. Teodósio — D. Duarte, irmão do oitavo duque — Casamento do futuro rei de Portugal com D. Luíza Francisca de Guzman — Das esplêndidas cerimónias e festas às desavenças — Propósitos do conde de Olivares em relação a Portugal — A duquesa de Mântua — A espionagem de D. Diogo Soares e os seus minuciosos relatórios acêrca dos Conselheiros de Estado e da Nobreza — Família de Miguel de Vasconcelos e Brito — Os prazeres do Duque de Bragança



S FILHOS mais velhos de D. Teodósio II mostravam-se muito amigos.

Era D. João, de estatura meã, rosto agradável, sobretudo antes das bexixas que o atacaram; louro, de olhos azuis nos quais havia afável expressão, tendo a barba mais clara que o cabelo; sabia agradar quando desejava. Entroncado, robusto, dado aos torneios e à caça, desdenhava as pompas, sem as relegar, e quando se revestia guardava majestade.

Comia demais e sem escolha de pratos, dizendo que todo o alimento sustentava e todo o pano cobria. Espiritualmente dera sempre provas de observador; recatado, cheio de reserva e muito pronto nas respostas, elas jorravam-lhe dos lábios como de uma bica se expele o jacto contido durante algum tempo.

O irmão, mais novo um ano e onze dias, sobrepassava-o na estatura e no garbo; alegre por natureza, exprimia os seus pensamentos no semblante claro, rosado e formoso. Também era louro e tão elegante que dava nas vistas ([1]). Amava a caça e sonhava com a guerra; percorria a tapada de Vila Viçosa em busca das grandes prêsas, como o primogénito, a ensaiar combates a castelhanos ou à moirama. Ambos cavaleiros exímios, dava gôsto vê-los nas suas correrias. Bondoso era êle desde a meninice e, como é de uso mais favorecer os infantes, servia de empenho a favor dos pobres junto do pai que o adorava. Gostava de

([1]) «Aquela sua gentileza verdadeiramente real que tão bizarro e formoso príncipe o fazia aos olhos dos homens». — Padre António Vieira — Cit. por Silvestre Ribeiro — *Esbôço Histórico de D. Duarte de Bragança*.

proteger; amava tanto os humildes que ao comandar as hostes germânicas o alcunhariam de *Pai dos Soldados*.

Uma das paixões do herdeiro do ducado era a música, sua tão grande prenda que se deleitaria a defendê-la, segundo seu sentido, dedicando-lhe mais tarde verdadeiro culto.

O pai dera-lhe por professor de tão encantadora arte Roberto Torner, inglês, discípulo de Gende Grefren, e cuja fama ganha em Madrid o recomendara ao duque.

D. Diogo de Melo, parente dos Braganças, foi aio do futuro senhor da casa, sendo seu outro mestre Manuel do Vale. Instruíu-o, o primeiro, «nos bons princípios da antiga côrte portuguesa; em letras o segundo, sábio e virtuoso varão como tem mostrado em sua vida e escritos» (1).

«O mais austero requeria o mais constante progresso á creação do Duque de Barcelos (2) grandes razões de estado! Não sei se firmes lhos solicitarão ommissa ou intercadente. Fizerão entender ao Duque Dom Teodosio que crear um Filho com Magestade hera faze-lo Rey della e só se contentasse com sagralo qual lhe sahisse pois pelo resplendor do Carbunculo perde a vida o Animal de que ha produzido».

Educado com cálculo, aprendeu latinidade com a máxima perfeição, muito melhor a sacra do que a profana. Preferia, porém, ao estudo os grandes lances, as montarias e cavalgadas. O pai, que sempre guardara o feitio soldadesco, comunicado pelas recordações da infância, na batalha que perdera Portugal, agradava-se dos prazeres do seu primogénito: «Eram-lhe deleitosas as fadigas que do filho, Duque de Barcelos, lhe referião».

Por morte da espôsa, D. Ana de Velasco, o duque sofreu muito; considerou-se «duas vezes viúvo» e foi educando o filho naqueles preceitos de orgulhosa atitude como a tomada nas côrtes ante o sumilher que lhe impedia a entrada na rua com a soldadesca e em presença de Felipe III quando recusou seus presentes.

No decorrer da cena, à porta do Paço da Ribeira, a do arrôjo dos guardas contra a sua gente, D. João, que contava quinze anos, levara a mão à espada para acometer, mas o duque dissera-lhe: «Andar, filho, que El rei nos guarda as costas».

Morrera, pouco depois, o soberano e quando Felipe IV subiu ao trono e tomou por ministro D. Gaspar de Guzman, conde duque de Olivares, «êste ou porque entendesse convir-lhe contemporizar com tão grande vassalo ou por lançar mais subtis linhas perante ver os desígnios dos validos antecedentes, determinou corresponder, e com o melhor modo, com a Casa de Bragança, cujo Senhor chegou a recear e que, sendo de si a demonstração, seria porque tinha huma filha herdeira o Conde Duque, poderia solicitar ao dar o de Barcelos para genro».

Andava o duque de Bragança tão olvidado de suas obrigações para com os melhores servidores, que até o seu confessor agostinho, frei José de Pina, lhas lembrou resultando grande diferença entre ambos.

Os criados pretendiam trocar o seu serviço pelo do filho, outros «apartaram-se da sua assistência — e até da casa brigantina — e porque êste descontentamento, segundo a fama, compreendeu os mais beneficiados, escandalizado o Duque, antes dos meios que dos fins de seu afastamento, intentou compeli-los ao seu serviço por virtude de Bens Apostólicos donde se lhes permitia pudesse tirar as comendas que em sua casa se vencem e gozam a todos aquêles que sem causa justa o deixam».

O duque nunca executou êsse projecto «porque Dom de natureza, antes fácil que benigno, considerava como livre senhorio aos vassalos e criados.

«Esta diversidade e divisão que já começava a conhecer-se pela casa e Estado entre Pai e o Filho foi trazendo, cada dia, novos motivos para êste escândalo e para aquêle de liberdade a qual lisonjeada da intemperança, pelo ardor invencível, rebentou, não poucas vezes, em demonstrações que o Pai já não podia dissimular e o filho não sabia encobrir.

«O Duque D. João, mancebo robusto, soberano e livre, mais eram para lhe agradecer os excessos que não intentou que para lhe extranhar as demasias que empreendeu mas comtudo não isento de Repreensão nem da cousa a natureza obrou nêle subordinando à idade os próprios efeitos com que costuma dominar aos outros homens» (1).

À sua volta havia conselheiros irrequietos lisonjeando-o como ao herdeiro da casa. D. Teotónio pensou que a caça e os outros exercícios influíam nêle mais do que o amor à música tornando-o violento mas não era assim. Cansava-se nas montarias e deleitava-se com a arte, ouvindo duas horas por dia as

(1) Na biografia do oitavo duque de Bragança, depois rei, reproduzimos grande parte da obra inédita de D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português ou Vida e Morte. Ditos e Feitos do Senhor Rey D. João IV*. O manuscrito faz parte da preciosa colecção de Reservados da Academia das Ciências de Lisboa. É o códice 74.

(2) Título que usavam os primogénitos da Casa de Bragança, concedido por D. Sebastião por Carta Régia de 4 de Agôsto de 1562.

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Tacito Português* — Mss. inédito da Academia das Ciências de Lisboa.

lições de seu mestre Robert Torner, ou Torgh, que também ensinava os capelães cantores e os meninos do côro da capela ducal.

O duque estudara, igualmente, com o Rebelinho, João Soares Rebêlo, que tendo excelente voz de soprano se distinguira no côro. Tornara-se companheiro assíduo do moço; incutira-lhe o gôsto pela bela arte em verdadeira atracção. O afecto dedicado ao mestre levá-lo-ia a distingui-lo imensamente ([1]).

Dera-se de alma e coração à arte, mas a intriga desviava-o dos prazeres. Serpenteava sibilante. O pai pensou em dar-lhe espôsa, mas o rei de Espanha, como se tivesse, novamente, reservado propósito, baralhava os planos ; impedia os contratos nupciais e querendo «estorvar tôdas as bodas ao de Barcelos» «ou que havendo de ter, fôsse para lhe servir mais de freio que de espada». Limitavam-se as pretensões ; buscava-se guiar o acontecimento de modo a ver o noivo mais dominado do que fortalecido pela aliança. Obstou-se a um consórcio em Nápoles e o duque de Bragança alheou-se. Parecia outro ; encanecera : «os anos de D. Teodósio haviam destemperado boa parte do seu ânimo» ([2]).

Tinham-se ligado, cada vez mais, ao filho alguns fidalgos que procuravam o lugar de favoritos. Alguns eram ruins e ilhargas.

Destacava-se naquele propósito D. Francisco de Melo, filho de D. Constantino, um dos senhores da casa de Ferreira ([3]) «e os servidores ajudavam o mancebo a ponto do pai sentir a oposição. O filho escrevia-se com o conde-duque por intermédio de Francisco de Melo e por seu conselho também sôbre Negócios em que por fôrça quisera introduzi-lo; se tratavam ambos por estilo igual que para D. Teodósio foi o último escândalo da vida e têrmo último dela» ([4]).

Não era de aceitar, realmente, a companhia e os seus instintos. Aquêle fidalgo nascera em Madrid e lá ([5]) acabaria seus dias. Ao tempo em que se ensaiava para conduzir o Duque de Barcelos, contava trinta

([1]) Até no seu testamento D. João IV recordava o mestre e amigo cujo talento admirava: «Mandei imprimir em Itália, por conta da minha fazenda, as obras de João Soares Rebêlo, faço-lhe mercê daquela impressão e deixando-lhe uma dúzia de volumes da minha livraria fará espalhá-los mais por Castela e por Itália e por mais partes que lhe parecer.»

([2]) O duque nascera em 2 de Abril de 1568 e faleceu em 29 de Novembro de 1630. Contava, por conseqüência, sessenta e dois anos e meio.

([3]) Os marqueses de Ferreira eram muito parentes dos Braganças. O primeiro conde do título, D. Rodrigo de Melo, era filho de D. Álvaro de Bragança. O grande senhor casara com D. Felipa, filha do primeiro conde de Olivença.

([4]) D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português*.

([5]) Nasceu em 1597 e morreu em 1651.



e três anos redobrados em sabença política e intriga concomitante pela sua aprendizagem na côrte dos Felipes. Seria veador da rainha D. Isabel de Bourbon, espôsa de Felipe IV, e gentilhomem da câmara do monarca ; conde de Assumar e marquês de Villescas ; membro do conselho de Portugal em Madrid e o futuro negociador do cativeiro do infante D. Duarte na Alemanha. Governara a Flandres e combatendo a França seria vencido em Rocroy.

Estava longe, ainda, das altíssimas honrarias, traições e derrotas de tanto tômo, mas alguma vileza tramava ao aproximar o futuro duque de Bragança do seu particularíssimo amigo e ministro espanhol.

D. Teodósio preparou-se para bem morrer e chamou D. Agostinho Manuel ([1]) a-fim-de lhe ditar o testamento. Amava-o por seu feitio que julgava grato ; dera-lhe a honra de o tornar seu confidente e animara-o nas investigações de cronista. Era «homem contudo de melhor entendimento que vontade indo e vindo de Évora, onde assistia, gastar largos dias em conferências secretas com o Duque das quais o de Barcelos, não entendendo o certo fim, procurava informar-se, o que D. Agostinho logo fêz com tanta imprudência como ingratidão, de que se admirou de si, e, advertindo, veio a perdê-los a ambos a um por escandalizado, a outro por artificioso».

O pai acreditava no fidalgo letrado escolhido para a obra secreta que desejava realizar; levianamente, o outro revelara tudo ao herdeiro da casa que, por suas habilidades, o enganara. Tratava-se da forma de dispor dos seus bens.

«Aprendeu, o duque D. Teodósio, das paixões intrincadas que padecia cujos efeitos resultavam corporalmente em destemperança de humores tumultuosos, que nêle era fácil passar-se da confusão à rebeldia, porque não obedecendo ao estudo dos médicos nem faculdades da natureza lhe consumia o calor e nêle a vida.» ([2])

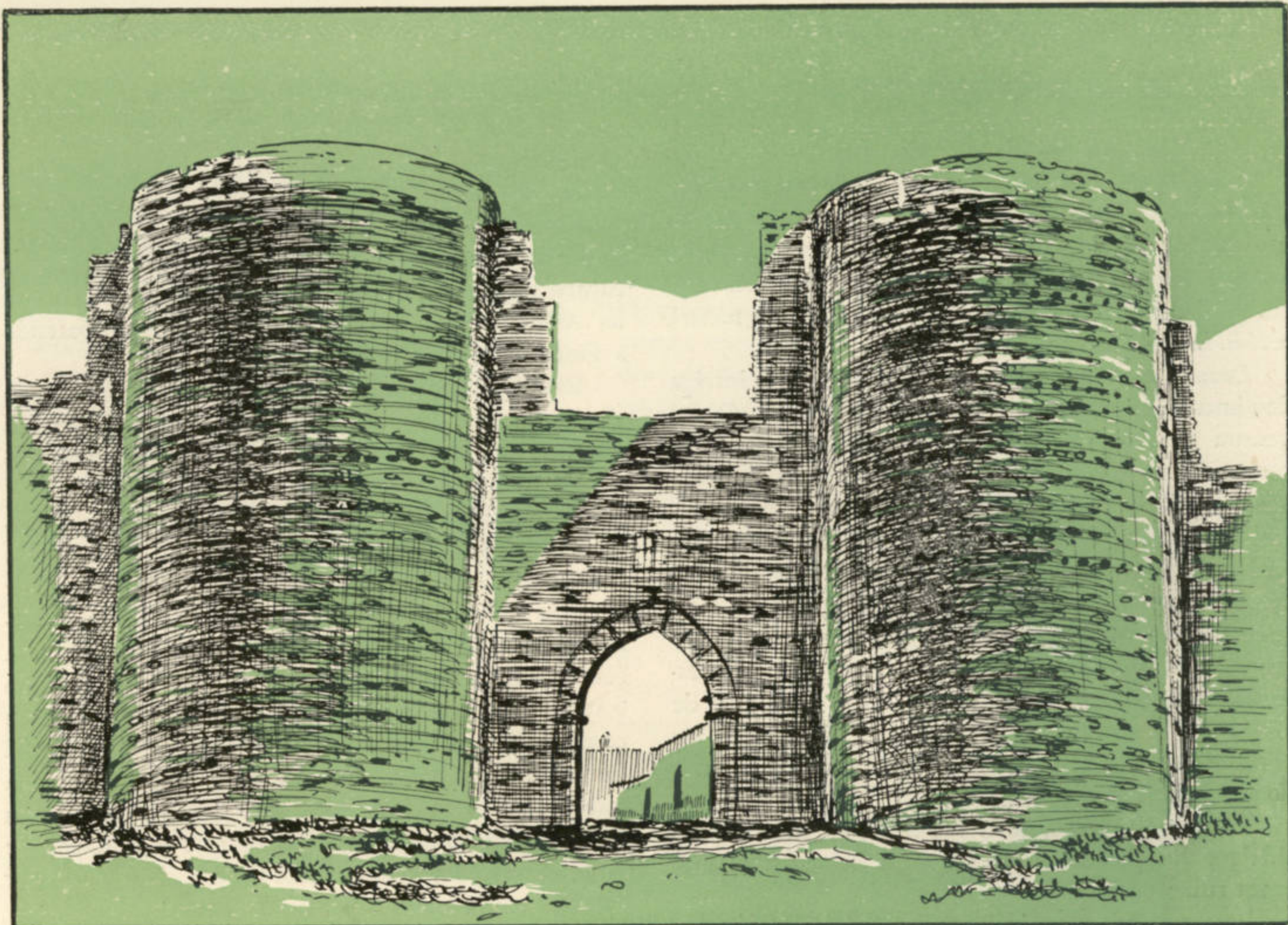
Finou-se em 29 de Novembro de 1630.

D. João, oitavo duque de Bragança, ficava com os irmãos, D. Duarte e D. Alexandre. O luto ia durar conforme a etiqueta. No solar brigantino ressoavam em exéquias as vozes dos cantores da capela regida pelo amigo do novo senhor.

Lá avultavam as maiores recordações do falecido, o Santo Lenho, a primacial relíquia do morgadio que êle instituíra, e o Espinho da Coroa de Jesus Cristo.

([1]) D. Agostinho Manuel de Vasconcelos nasceu em 1581. Era filho de Rui Mendes de Vasconcelos Casco, morgado de Machede, e de sua mulher D. Ana Manuel. Subiu ao cadafalso em Agôsto de 1641.

([2]) D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português*.



(Desenho de Calderon Denis)

TÔRRES DE VILA VIÇOSA

Ao vincular o apanágio, o pai do futuro rei, dissera estabelecê-lo «em memória da pouca idade em que estivera cativo». Doava-lhe um jaez de ouro que lhe oferecera Mulei Hamet em Marrocos; os juros de seu padrão de duzentos mil cruzados, prometidos pelo soberano ao duque D. João; a Tapada de Vila Viçosa e mais propriedades.

Denominar-se-ia o «Morgado da Cruz», ao qual D. Catarina remeteria o que sobejasse de sua terça no caso de faltarem seus descendentes para uma vinculação que também criara.

O precioso pedacinho do madeiro em que agonizara o Redentor teria sido presente, de incalculável valia, feito pelo papa Clemente VII a Honoré du Caix, embaixador francês junto de D. João III. Em vez de o ofertar ao soberano entregara-o, não se averiguou por que motivos, a Inês Álvares de Almeida, de Abrantes.

D. Teotónio de Bragança, arcebispo de Évora, filho de D. Jaime, levara para o castelo ducal o sagrado objecto do convento dos franciscanos abrantinos. Continha-o «uma cruz engastada em prata floretada, a modo de flor de lis com quatro pontas com meias canas; envoltas em um sendal de sêda branca». Só mais tarde se lhe consagraria mais belo relicário [1].



Ao tomar posse do ducado, D. João II nomeou camareiro-mor a D. António de Melo; estribeiro-mor Fernão Rodrigues de Brito e D. Luiz de Noronha foi escolhido para copeiro-mor. A Pedro de Melo e Castro investiu na vedoria e chamou para confessor frei Diogo dos Anjos, religioso da Ordem de Santo Agostinho.

---

[1] D. João IV mandaria lavrar o formoso emblema do morgado tomando por modêlo a cruz pertencente aos frades paulistas de Vila Viçosa. Começaram os trabalhos em 1655. Rodrigo Vicente de Almeida escreveu sôbre o assunto uma interessante monografia intitulada *A Cruz de Vila Viçosa*.

O secretário íntimo passou a ser António Pais Viegas, cavaleiro de Cristo, natural de Manjões, vizinho da Azóia, no âmbito de Loures. Era homem ponderado, conhecedor dos negócios da casa, fiel aos amos e muito inteligente. A sua erudição leva-lo-ia longe, quando o duque subiu ao trono ([1]). Fôra-lhe recomendado por seu tio D. Duarte, que não esquecera o licenciado no seu testamento.

Francisco de Sousa Coutinho empregou-se em tratar dos negócios ducais em Espanha «onde fêz vésperas de exame às grandes embaixadas que exercitou» ([2]).

Trabalharia em Madrid com D. Francisco Manuel de Melo para convencer o favorito de Felipe IV de que o duque não pensava deixar de servir o rei espanhol. Nascera na ilha de S. Miguel, que seu pai governara, e contava trinta e dois para trinta e três anos quando partiu para a côrte castelhana.

Ali o espionavam, também, porque a rêde dos agentes secretos ressuscitara, a imitar a do período da conquista de Portugal. Olivares pretendia apertar mais laços para a unificação.

O novo duque de Bragança era subtil e disfarçado. «Amava antes a Avareza que a Prudência» e por isso «levantara tôdas as tenças aos fidalgos velhos e pobres chegados de sua família». O pai socorrera-os sustentando-os na província e na côrte.

Aceitava muito bem o seu parente D. Francisco de Faro, senhor do Vimieiro, descendente do duque D. Fernando I, casado com D. Teresa Antónia de Mendonça e Lara, filho do primeiro conde daquele título.

Propunham-se matrimónios ao jovem herdeiro da casa brigantina e, entre êles, o que o ligaria à sua parente D. Mariana de Portugal, filha de D. Francisco Álvares de Portugal e Toledo, sucessor de seu pai, D. Duarte, marquês de Padilla e irmão do duque D. Teodósio. Também se falara da princesa de Stigliano, Ana Carrafa. Aparecera, porém, melhor proposta de consórcio. Escolhera-se para noiva D. Luísa Francisca de Guzman, filha do duque de Medina Sidónia, D. Manuel Perez de Guzman.

Vinham de recuadas eras os senhores de Niebla e S. Lucar de Barrameda, descendentes do famoso Afonso Perez de Guzman, el Bueno, senhor de Niebla e de Nebriga, que, mercê dos tesouros ganhos ao serviço do rei de Marrocos, aumentara o seu território andaluz, fundando a grei de que provinha D. Manuel, o pai da noiva do duque de Bragança, o oitavo duque daquele grande título espanhol.

([1]) Escreveu, entre outros trabalhos de valor, o *Célebre Manifesto do Reino de Portugal e no qual se declara o direito e as causas e o modo que teve para eximir-se da obediência de El Rei de Castela e tomar a voz do Sereníssimo D. João IV de nome, XVIII entre os reis verdadeiros dêste reino.*

([2]) Ministro na Holanda e em Roma depois de ter sido embaixador às potências do norte, após a Restauração.

Viria a Portugal para as bodas da irmã. A união duma Medina Sidónia com um Bragança recordaria o uxoricídio praticado por D. Jaime, mas já decorrera mais de um século sôbre o acto trágico e nenhum dos interessados no novo matrimónio roçou pelo dramático lance.

A mãe da noiva, D. Joana de Sandoval, era filha do duque de Lerma, descendente dos Bejar e Pastrana pelo lado paterno, sendo, pela linha materna, neta dos Gandia e Medina Coeli. D. Gaspar de Guzman, conde-duque de Olivares, era parente da futura duquesa de Bragança e julgara talvez favorável aos interêsses da política espanhola a união das duas nobilíssimas famílias vizinhas. Esperaria que a espôsa dominasse o marido.

Dotara-se a noiva com cento e vinte mil ducados, vinte mil em jóias e outros pertences do enxoval; por morte do pai asseguravam-se-lhe mais vinte e três mil, desde que não quisesse fazer partilhas com o irmão.

O presente de Felipe IV ao noivo de sua vassala fôra o ducado de Guimarães.

D. Duarte não concordara com o consórcio ; fizera objecções sem fortes entraves, mas lá ia de bom grado, pelo menos na aparência, buscar a cunhada a Badajoz. Acompanhava-o o outro irmão, D. Alexandre, também garboso e franco de rosto. Ela partira de S. Lucar em 3 de Janeiro de 1633; chegara oito dias depois à cidade fronteiriça com enorme pompa.

Além do seu côche de jornada vinham mais seis com a comitiva. Os arreios eram de prata; brasonados os cascavéis, arochas, ferragens, ante-olheiras e lâminas.

Esplendia o cortejo dos Braganças, que vestiam luxuosamente, ostentando magníficas jóias.

O conde de Niebla, irmão de D. Luísa, adiantara-se de Badajoz para se encontrar com D. Duarte de Bragança, que ia apresentar os seus cumprimentos à cunhada. Figuravam quatrocentos espanhóis no séquito, mas o estado brigantino sobrepassava-os em grandeza.

O côche ducal, puxado a seis parelhas, era forrado de veludo vermelho e oiro pregueado de prata e os arreios esmaltados a dourado; o que devia servir a D. Luísa de Gusmão viera, anos antes, de Roma, oferecido por D. Serafina, irmã de D. Teodósio. Era de talha lavrada com bronzes condignos dos lavores da madeira e a cobertura de veludo negro, forrada de vermelho por dentro, emmalhetado de oiro e negro. Ti-





D. Duarte de Bragança

ravam-no seis mulas e guardava imponência de veículo de arte entre os carros sumptuosos.

Dentro da cidade, na cerimónia, atrelaram-lhe seis cavalos ruços, ditos rodados, por suas manchas circulares na pelagem, ajaezados de veludo negro e oiro bem como as ferragens dos arreios nas quais ostentavam as armas ducais. Das cabeças pendiam borlas de oiro e sêda.

Êste estado era servido por vinte e quatro moços de câmara uniformizados de veludo verde, calções e roupetas golpeados de branco, mosqueados de prata, ostentando ferragoulos de pano Segóvia que lhes davam a compostura grave com seu capuz e cabeção bandeados de veludo e prata.

Seguiam-se oito moços do guarda-roupa de véstias verdes, a côr da casa de Aviz, golpeados sôbre tela branca, abotoados a prata tendo os calções ornatos caprichosos. Os chapéus negros, encrespados de rosas azuis pontilhados argentinamente, emplumavam-se de alvo e azul e as espadas e adagas prateadas destacavam-se nas cintas também de prata.

A casa ducal usava de grande aparato; faziam parte dela oficiais de várias dignidades como os moços fidalgos faustosamente trajados de verde com argênteos e áureos enfeites, abrindo-se nas orlas dos calções até as finas ligas, enfeites de largo torçal azul, as soguilhas, com abotoaduras de prata. Os ferragoulos, forrados de sêda azul clara floreada de amarelo forte, diziam bem com jubões ornados dos mesmos tecidos. Os chapéus daqueles gentilhomens eram prêtos com plumas verdes, brancas e azuis, apresilhados de oiro.

Severos nos trajes negros, avançavam os porteiros das câmaras ducais.

Em volta do côche de D. João, que levava a seu lado os irmãos D. Duarte e D. Alexandre, cavalgavam vinte e quatro moços de estribeira uniformizados de veludo verde, apresilhados de prata, armados do mesmo metal e nos chapeirões negros, tranças azuis e brancas. Duas dúzias de guardas ducais, fardados de azul com vivos brancos, mangas azulinas e seus botões de prata, ostentavam capas debruadas e os forros enfeitados no mesmo tom. Os chapéus negros de penachos verdes e brancos e as adagas doiradas completavam o uniforme. À frente ia o tambor todo de negro passamanado de prata e de meias prêtas; no chapéu, também da mesma côr, erguiam-se muitas plumas brancas.

A imponência do capitão da guarda, Francisco Serrão da Veiga, dava nas vistas. A sua capa de côr anogueirada, o ferragoulo forrado de tela de oiro e encarnada, com trinta alamares do mesmo metal e calções iguais, negro o chapéu com o cintilho de diamantes e suas plumas da côr da capa, compunham a bela farda que a espada dourada completava. O cavalo de raça axairelava-se de verde e oiro.

Aparecia o côche do duque, e os cocheiros, vestidos de veludo verde com quatro mangas e gorras ornadas de prata, guiavam três cavalos ao lado do veículo: um ajaezado de vermelho e oiro era castanho e destinava-se ao duque. Os arreios de prata e os estribos tauxiados de oiro faziam avultar a beleza da montada, junto da qual ia o corcel côr de pombo, pertencente a D. Duarte, e axairelado de côr de rosa.

O cavalo pertencente a D. Alexandre era melado e levava as crinas entrelaçadas de verde e prata com o teliz de idêntico colorido.

Os cavalos oferecidos a D. Luísa de Gusmão eram duas excelentes estampas. Um dêles, engualdrapado de veludo negro com cilhão ornamentado a oiro, lembrava um corcel árabe de jaezes ricos com fantasiosos gravados. Os arreios e os estribos de voltas de oiro mostravam o cuidado que houvera no axairelamento do nobre animal. O outro não o desmerecia, sendo o seu cilhão de prata e a gualdrapa de veludo negro.

Previra-se a chuva e também o cansaço da duquesa durante a jornada e mandara-se uma cadeirinha e uma liteira forrada de veludo carmezim pregueada a oiro com seus passamanes iguais. Os condutores vestiam de veludo vermelho ornados de áureos alamares.

Não faltavam os músicos, tanto os de pé como os de cavalo: o trombeta, com seu casaco verde apresilhado a prata, precedia os timbaleiros e outros trombeteiros montados sôbre os selins verdes. Marchavam duzentos soldados, também uniformizados de esmeraldina côr, meias e chapéus verdes aleonados com plumas iguais e de arcabuzes ao ombro.

No meio do cortejo caminhavam, bailando, homens e mulheres pitorescamente vestidos e no séquito iam quarenta fidalgos a cavalo, em côches pesados, no maior esplendor, acompanhados por seus servos ricamente vestidos.

Ao chegar a Elvas eram mais de oitocentos os vassalos do duque obrigados a segui-lo na sua jornada nupcial.

D. João vestira-se de tom anogueirado com passamanes de oiro e bordados de pérolas. Destacavam-se auríferas flores de lis. Cento e vinte botões de oiro marchetados de diamantes e rubis e quatro pérolas engalanavam o tabi. As mangas do jubão pareciam de fôlhas de oiro e sôbre o vestido do duque aglomeravam-se mais de dezóito mil pérolas. A espada tauxiada dizia bem com a adaga e o cinto. Pendia-lhe do pescoço o riquíssimo colar oferecido por D. Manuel ao melancólico duque D. Jaime quando o escolhera para herdeiro do trono. O chapéu prêto, cingido por jóia igual à do presente manuelino, ostentava uma pluma, quási de palmo e meio, formada de rubis, destacando-se as valiosas penas alvas.

A noiva metera-se na cadeirinha para se dirigir à Sé. Continuava a chover torrencialmente. Caía-lhe elegantemente a saia; a cota era ornada de jóias de grande preço e ficava-lhe bem o vestido verde bordado de prata e oiro com seu «alçacuelo» à castelhana. Toucava-se de rosas esmeraldinas pontilhadas de oiro sob o chapéu branco de largas rendas e com suas plumas brancas.

— Bodas molhadas são abençoadas! — exclamaria o povo sob as cordas de água.

O prelado que ia abençoá-las, D. Sebastião de Matos Noronha, inclinava-se muito para os espanhóis.

Finda a cerimónia no templo ([1]), entre tantos esplendores, foram comer ao paço episcopal e, na mais rigorosa etiqueta, ia decorrer o repasto quando o antiste, segundo uns, caíu com uma síncope ou, no dizer de outros, sofreu o insulto por ver recusados os mimos preparados que, todavia, o chefe brigantino lhe quisera pagar com jóia de valor de sessenta mil cruzados, logo repelida com digno orgulho.

«Neste sucesso quiseram muitos houvesse fundado aquêle ódio que desde êste dia ao último da sua vida o Bispo exercitou contra o Duque». ([2])

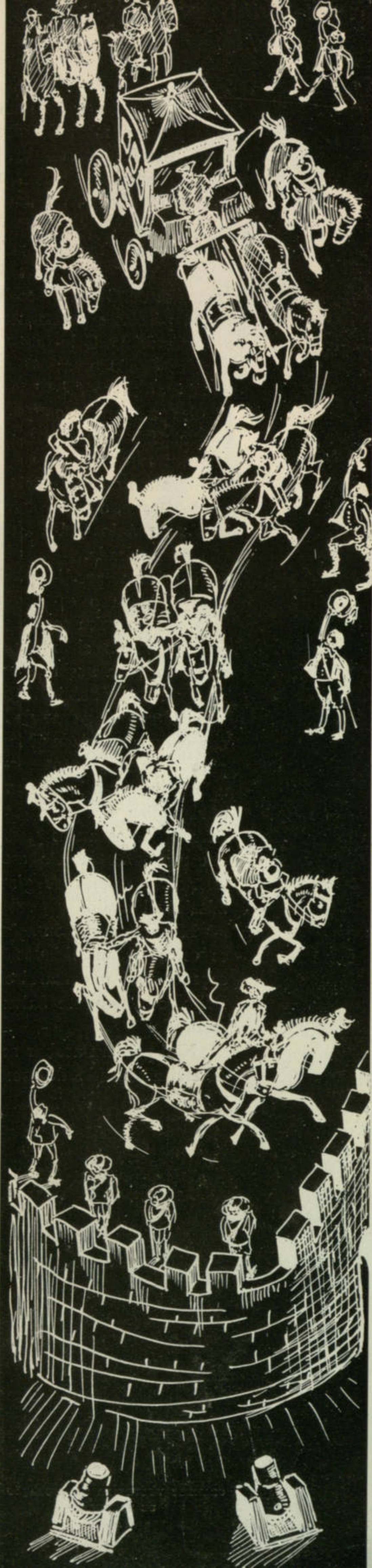
Êle, porém, era tão dado aos interêsses felipinos que no convento beneditino de S. Martinho de Madrid fôra sagrado pelo núncio Júlio Zachetti.

Descia a noite quando os noivos tomaram o côche que os conduziu ao paço ducal. Os reflexos avermelhados dos archotes e das tochas alumiavam o caminho sob os chuveiros que, de quando em quando, se desencadeavam. Dois mil arcabuzeiros das ordenanças de Borba, do comando dos capitães Bartolomeu Rodrigues, Francisco Pais e António Rodrigues Robles, faziam a guarda de honra. Salvava o castelo e a mosqueteria; ressoavam trombetas, clarins e atabales e sôbre as ruas molhadas afofavam a passagem palmas e flores. Diante da moradia senhorial duzentos homens, erguendo brandões, enchiam de luz a entrada. D. João dava a mão à espôsa, que se apoiava no braço de D. Duarte. D. Frei Lopo de Sequeira, bispo da Guarda, acolhera, com duas damas de honor, a nova duquesa fazendo-lhe a reverência à frente da côrte e, lá em cima, no limiar do salão, o arcebispo de Évora, D. José de Melo, filho do marquês de Ferreira, parente dos Braganças, acolheu-a de cruz alçada.

A filha dos Medina Sidónia recolheu à sua câmara.

Despendera-se muito dinheiro; o duque vendeu e empenhou fazenda e os parentes sem perdoar aos súbditos ([1]).

Tivera-se o propó-



([1]) 12 de Janeiro de 1633.

([2]) D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Portuguêès*. O bispo naquela época, contava quarenta e sete anos. Elevado, em 1635, à mitra bracarense, conjurou contra D. João IV, sendo prêso e morrendo na tôrre de S. Julião. Foram supliciados em 1641 os seus cúmplices. Contavam-se entre êles o duque de Caminha, o marquês de Vila Real, o conde de Armamar, sobrinho do prelado, e D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, que servira de mau confidente a D. Teodósio II.

([1]) D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português*.

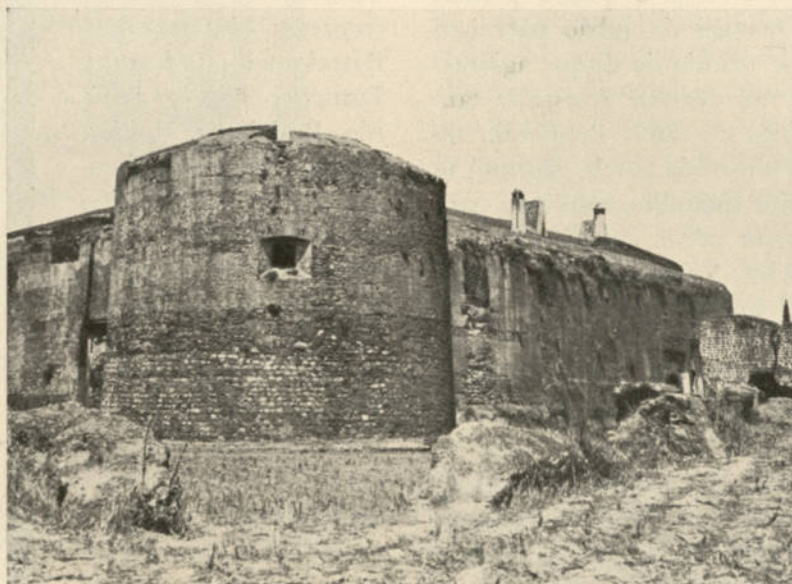
sito de apresentar as maiores riquezas e galas; por tôda a parte rases de oiro e os panos maravilhosos dos Triunfos constituíam os ornamentos surpreendentes. Pareciam ter-se animado os jardins e bosques; luziam as árvores no seu verde molhado e os lagos trasbordavam.

Correram-se touros; houve bailes e descantes, mascaradas e fogos de artifício e, no dia 14 de Janeiro, D. Luísa de Gusmão recebeu a oferenda opulenta de rubis, pérolas e diamantes com que se adornou para ir ouvir missa. Celebrou-se «Te Deum»; continuaram os folguedos na praça e houve páreos de ginetes, nos quais se distinguiu o estribeiro do duque, o celebrado António Galvão de Andrade.

Praticava prodígios; deixava o cavalo na carreira e com o pé no chão atirava-se para a sela na qual se empoleirava de seguida; ora esporeava a montada para o galope, logo a bridava a-súbitas, obrigando-a a ajoelhar e pôr as ancas em terra. Ainda não escrevera a sua notável obra *Arte de cavalaria de gineta e estardiota* mas era já admirável equite.

Houvera representações de comédias no terreiro; os toiros foram lidados por D. Luís de Noronha, caçador-mor, o camareiro-mor Fernão Rodrigues de Brito, o trinchante Salvador de Brito e Galvão de Andrade.

Não podiam acabar as festas sem um dos dilectos divertimentos do duque: uma montaria na tapada, na qual tomou parte o futuro duque de Medina Sidónia, irmão de D. Luísa de Gusmão. Os moços de monte carregaram nos carros os javalis, veados e gamos. Reboava a artilharia e das janelas do paço D. Duarte e D. Alexandre atiravam moedas ao povo, que as colhia às rebatinhas e com fúria de gerar desordem. Do alto de uma tôrre partiram as girândolas. Não foi de menos beleza o torneio de canas e repetiu-se a caçada com grande aprazimento do conde de Niebla, que só deixou Vila Viçosa quando seu pai o mandou chamar. Os mimos das hortas e pomares vizinhos, as viandas da tapada, currais e aviários, os bordalos e pardelhas das ribeiras Luçafece, Borba e Asseca tinham ajudado a delicadeza e abundância das ementas.



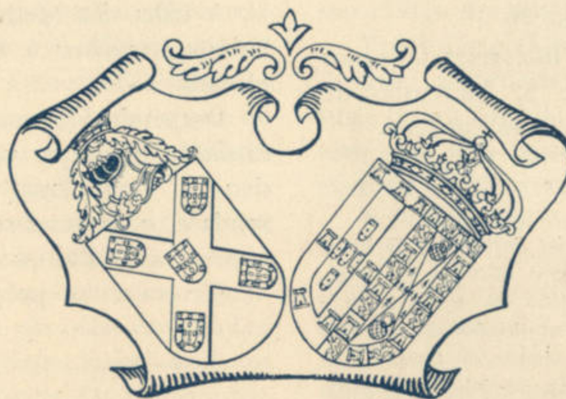
Um trecho do Castelo de Vila Viçosa

Formosas comédias deliciavam os convidados e um poeta celebraria, com outros, as bodas ducais enaltecendo os grandes senhores e a sua opulenta grei:

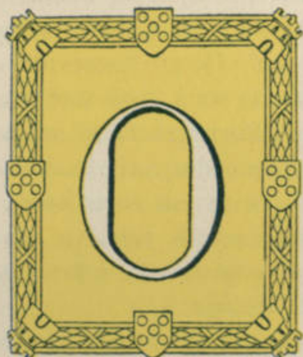
Inclue de Bragança, o senhorio,
Quatrocentos lugares cuja gente,
Se disparar de Marte o fogo ímpio,
Sanha à Espanha fará com fúria ardente,
E vinte e duas vilas cujos muros
Do bélico furor vivem seguros (¹).

Soava como um toque de clarim à carga.

(¹) Manuel de Galhegos, *Templo da Memória.*







OS VINTE e nove anos do marido e os vinte da espôsa compraziam-se no amor, mas começaria, em breve, a dissenção na família porque «depois do seu matrimónio o duque faltou a seus irmãos. D. Duarte, que seria menos poderoso, se não estimado menos, começou a conhecer grande pobreza e fazer tesouro de alheias vontades. Via com os anos, sempre a suficiência, capaz de poder começar o valor por si mesmo e em necessidade de valer do que valesse. Alguns entenderam que a cunhada se achava oprimida, pois além da obediência que devia ao marido não lhe seria de menos pêso o respeito que contribuía ao cunhado. Desta causa se originou, entre os dois, recíproca desconfiança, que, dizem muitos, foi esfôrço de suspeita que a Duquesa teve que D. Duarte olhava repreensivamente uma Criada menor de sua família» ([1]).

À honestidade da grave espanhola aborreciam algumas das atitudes do irmão do seu marido, que, por demais orgulhoso, não se dobraria à nova senhora do solar. Afrouxariam os laços de intimidade entre o chefe da casa e o altivo preferido de D. Teotónio ; faltar-lhe-ia a situação até aí exercida, o seu predomínio e acção, o que contrariaria quem tomara tôdas as responsabilidades domésticas.

Com efeito, o esbelto e formoso príncipe prendera-se de amores, os quais não deviam assombrar a honesta cunhada, porque estariam longe do paço ([2]). Teriam sido, pois, de incompatibilidades de temperamento as razões do afastamento de D. Duarte. Passou adiante a desconformidade e buscando o remédio um só havia : deixar D. Duarte o lado e casa do duque ([3]).

Partira para Espanha e estivera, durante doze dias, oculto, a-pesar-do seu grande e luzido séquito e a presença do seu aposentador-mor Francisco de Sousa Coutinho. O primogénito dera-lhe largo crédito no estrangeiro com o necessário para a jornada. Felipe IV não o recebeu; Olivares tampouco o distinguiu, não querendo magoar o duque de Bragança e deixando o viajante correr mundo. Assim julgavam uns; o intuito era de outro molde.

Por aquêle tempo, pensara-se em afastar de Portugal o próprio D. João. Houvera vários despachos reais: o duque de Alcalá ia para Nápoles; o de Ciudad Real governaria no México; o de Monterey passava a aio do príncipe. Partiria para Roma o duque de Medina de las Torres, a-fim-de se matrimoniar com a princesa de Stigliano, Ana Carrafa, que fôra indigitada noiva de D. João de Bragança; D. António de Mendoza ia para Génova e para a Flandres o conde de Castrillo; o de Humanes seguia para a Inglaterra e ao marquês de Puebla entregava-se a presidência do govêrno de Itália.

No decorrer destas mercês indicara-se o duque de Bragança para a vice-realeza de Milão «y porque se excusa lo mandan venir aqui», escreviam os jesuítas entre si, trocando informações utilíssimas que lhes permitiam estar ao facto de tudo quanto se passava ([1]).

Foi em Setembro de 1634 que os padres confidenciaram ter sido imposta a multa de quarenta mil cruzados ao nobre nomeado que não quisera comparecer na côrte.



A política espanhola pretendia afastar os dois Braganças.

Não corriam bem as cousas em Portugal para o ponto de vista da unificação que o conde duque de Olivares desejava realizar. Chegara-se ao extremo das

---

([1]) D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português*.

([2]) Idem.

([3]) Correu, muito mais tarde, e o ilustre escritor José Silvestre Ribeiro deu-lhe atenção, a fictícia notícia dos amores de D. Duarte com D. Maria de Lara, a Peregrina, poetisa e artista, filha do duque de Vila Real. É discutível a existência daquela dama. O irmão do duque de Bragança teve, com efeito, relações com outras senhoras em Vila Viçosa e constou que de um dos seus afectos nasceu um varão. Quando D. Duarte partiu de Portugal, estava outro para vir ao mundo. Demorara-se no estrangeiro combatendo no exército dos imperadores Fernando II e III da Alemanha, voltando à pátria em 20 de Outubro de 1638. O imperador Fernando II era parente dos Braganças e a princesa que seria sua mãe estivera para casar com o duque D. João I de Bragança.

([1]) Papéis dos Jesuítas insertos no *Memorial Historico Español*, publicado pela Academia Real de Madrid. São notáveis para o estudo dos acontecimentos de Portugal naquela época as cartas do padre Sebastião Gonzalez, dirigidas ao reverendo Rafael Pereira.

extorsões. Ordenara-se o pagamento de pesados impostos.

Fintavam-se as grandes e as pequenas casas. Seriam pagos quinhentos mil cruzados para as despesas da guerra e impunha-se a maneira da cobrança.

Instituíra-se uma Junta arrecadadora do dinheiro composta pelo presidente da Senado da Câmara, o vedor da fazenda, dois desembargadores, um do paço e outro da Casa da Suplicação, com delegados nas cabeças das comarcas. O governador do reino presidiria. O dízimo do real de água ficaria já hipotecado em cem mil cruzados que Lisboa pagava ; mais trinta mil se exigiam ao Pôrto.

O conde de Basto mostrou-se contrário àquela extorsão e desejou abandonar o seu alto cargo, ganhando muito aos olhos portugueses.

Em vez do príncipe D. Carlos, irmão do rei, que sempre daria mais honra à nação cativa, chamaram-se para a governança os condes de Castro Daire e de Vale de Reis. O primeiro comandara navios espanhóis às ordens do marquês de Santa Cruz na expedição à Terceira contra o Prior do Crato ; depois de um desastre que lhe sucedera como general da armada, ao ser abrasada pelos turcos a nau *Conceição,* fôra absolvido de culpas e premiado com os cargos de mordomo-mor da raínha D. Isabel na côrte de Madrid, presidente do conselho de Aragão, conselheiro de estado de Portugal e embaixador na Alemanha. O segundo recebera o título por graça de Felipe III e militara como mestre de campo em Flandres.

Nomearam-se para colhêr o imposto o conde de Castelo Novo e os doutores João Pinheiro e Cid de Almeida com o espanhol Tomaz Ibio Calderon.

Aplicara-se, logo, outra décima, a da «meia anata». Representava quási cinqüenta por cento dos ordenados dos funcionários. Vendiam-se os cargos públicos.

Pretendia-se impor um govêrno que exercesse a cabal coacção desprezando os processos e a jura de Felipe II ante as côrtes de Tomar. Os governadores sucediam-se. O conde de Castro Daire fôra demitido e capitulado de fraco; o seu colega, conde de Vale de Reis, falecera, bem como o sucessor de ambos, o arcebispo de Lisboa D. João Manuel. Êste era quinto neto de el-rei D. Duarte por um bastardo, do mesmo nome de João, que o pai muito distinguira. O prelado fôra favorecido pelos monarcas espanhóis.

Apelou-se de novo para a popularidade do conde de Basto, D. Diogo de Castro, mas reformara-se completamente o Conselho de Portugal em Madrid. Escolheram-se portugueses espanholizados. Contara-se com o valor do advogado, doutor Gabriel de Almeida e Vasconcelos, natural do Pôrto, que devia despachar as mercês das ordens militares e padroado. Luís Figueiredo Falcão exerceu as funções de secretário da Índia e Conquistas; nascera em Pinhel e recebera o título de secretário real. A Marçal da Costa coube o registo das mercês em Portugal. Diogo Soares deixava a escrevaninha da fazenda e ia ser a alma danada do Conselho em profundo ódio a Portugal. Seria, mais do que servo de Olivares, seu inspirador nas vexações e chefe da alta espionagem. Escrevia em castelhano; devera-se-lhe a secretíssima informação relativa aos portugueses de categoria e nas páginas do relatório marcava-se a sua alma tôrva de delator [1].

Duplo parentesco unia Diogo Soares a Miguel de Vasconcelos e Brito, nomeado escrivão da fazenda do reino. Era sogro e cunhado do valido do ministro de Felipe IV [2].

Parecia querer vingar-se nos compatriotas do assassínio de seu pai, o célebre jurisconsulto doutor Pedro Barbosa.

Recorrera-se à sua ciência para a aplicar aos direitos dos pretendentes à coroa de Portugal e pronunciara-se por Felipe II. Tornara-se, porém, «tão aborrecido do povo de Lisboa, por constar que dava arbítrios a Castela, que lhe apedrejaram a casa e rompendo-lhe as portas salvou a vida fugindo, mas que veio a perder, dentro de poucos dias [3]. Tinham-no alvejado a tiro no escuro. Se viram o criminoso, ninguém o denunciou.

Deixara aquêle filho de instintos vingativos «soberbo e áspero no trato, inimigo da nobreza e perseguidor dos iguais e inferiores e era de sorte o império com que mandava e tão prontas as execuções que fazia, que constituído tirano da República até as ordens superiores de El-rei desprezava, fazendo só obedecer as que lhe eram convenientes» [4].

Possuía bens, alguns legados, como a Casa de

---

(1) Bib. Nac. de Lisboa — Coll. Pombalina, Códice 738, pág. 347 a 353. A cópia do documento foi encontrada na secretária de Miguel de Vasconcelos quando o assassinaram, em 1 de Dezembro de 1640.

(2) Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado,* vol. I.

(3) Idem.

(4) Miguel de Vasconcelos e Brito matrimoniou-se com D. Catarina de Macedo Leite, filha de Diogo Leite Pacheco, e houveram Pedro de Vasconcelos Brito, Diogo de Vasconcelos e três filhas, entre elas D. Antónia de Melo, que casou com Diogo Soares, secretário do Conselho de Portugal em Madrid, senhor de Punhete, Serem, Préstimo, Moreira e Pinhel.

Pedro Barbosa de Luna, célebre jurisconsulto, casara com D. Antónia de Vasconcelos, descendente de D. João de Eça, alcaide-mor de Vila Viçosa, e do seu matrimónio nasceram: Pedro Barbosa, que foi bispo de Leiria, sagrado em 16 de Julho de 1606; Luís de Melo, jesuíta e deão de Braga, conselheiro do Santo Ofício; D. Maria de Eça, que casou com Diogo Soares, secretário do Conselho de Portugal em Madrid, e de cujo consórcio nasceu D. Leonor Soares, que desposou seu primo Diogo, filho de Miguel de Vas-

Viana do Castelo, mandada edificar pelo seu antepassado João Jácomo Lima, outros de granjeio fácil para quem lidava sem escrúpulos com os dinheiros, os pretendentes e os negócios de todo o jaez. Dispunha do mando; não guardava escrúpulos. Entendia-se magnìficamente com o genro Diogo Soares, secretário do conselho de Portugal em Madrid, e os seus pensamentos relativos aos portugueses eram esmaltados de injúrias. Recomendara aquêle ao conde-duque que desejava por «correspondente, com a mesma ocupação de secretário de Estado em Lisboa, a seu sogro e cunhado Miguel de Vasconcelos».

Assim disporiam ambos da nação: um no seu seio e outro no âmago do paço felipino.

O conde de Basto, governador do reino, não obedecia curvado, nem inteiramente, às ordens do favorito de Felipe IV; desagradava, também, aos dois sócios na partilha do poder.

Para a aplicação do tributo não servia o chefe popular. Subiram os protestos; falhara o projecto dos quinhentos mil cruzados anuais mas carregara-se sôbre os títulos da dívida pública; tomavam-se-lhes os juros não se privando da cobrança nem mesmo sôbre papéis pertencentes a institutos religiosos, a recolhimentos, a colégios de órfãos. O chanceler da Casa da Suplicação, Baltasar Fialho, protestara; castigara-se o tesoureiro da Alfândega por moroso ou inadvertido. O governador do reino não concordou com a sanção; pediu de novo a escusa do govêrno e o magistrado foi repreendido. Mandaram-no saír para a distância de catorze léguas da côrte. Assim o declararia, depois, Diogo Soares no seu relatório para o conde duque:

«El oydor Baltazar Fialho, que era Chançillier de la casa y sirvia de Regidor está suspenso y mandado salir de Lisboa *14* leguas, porque como era poco inclinado al servicio de S. Mg.^d siendo cabeça de la chancellaria de Lisboa, fue la mayor parte de la alteraçion que hubo en ella sobre el quartel» ([1]).

Referia-se à prestação do imposto.

Para substituir o conde de Basto pensou-se em D. Francisco de Borja, príncipe de Esquilache, que governara nas Índias Ocidentais e era irmão do duque de Vila Hermosa. Para uns teria sido êste quem evitara a nomeação, pois, simples membro do Conselho de Portugal, não desejava a supremacia do seu próprio sangue; segundo outros partira de Diogo Soares a intriga, querendo impedir que o príncipe interviesse nos negócios da sua vice-realeza de forma a prejudicar as situações ocupadas por êle e pelo sogro.

Tinham-se postergado tôdas as promessas e juramentos de Felipe II. Não havia respeito pelos portugueses; por uma vez êles deixavam-se esmagar, pois mais tratavam de não se comprometer do que da sua dignidade. Existiam no reino «duas sortes de homens ou contentes e soberbos com os favores e prémios conseguidos ou por dinheiro ou por particulares respeitos ou descontentes e humildes com o desengano de não lhe haverem de aproveitar suas virtudes e merecimentos e o sangue com gôsto em serviço da sua Pátria» ([1]).

Desrespeitavam-se todos os tratados e contratos; traficava-se com os empregos que eram almoedados; sucedia o mesmo com as hastas públicas: depois de arrematados os serviços ou indústrias entregavam-se a outros por mais dinheiro.

Sucedia outro tanto com o juro dos padrões adquiridos. Não se pagavam sem o desconto do tributo.

«Encorporou-se na fazenda Real o rendimento das terças dos bens dos Conselhos que os povos concederam para os reparos dos Castelos e seus muros gastando-se em outras cousas que se não podiam despender, dando causa a que os muros e castelos de todo se arruïnassem deixando-nos de todo abertos e desarmados e expostos aos incursos dos inimigos».

Era a maneira de se quebrarem possíveis e justas revoltas e reivindicações. Gastava-se até o dinheiro destinado ao resgate dos cativos da Barbaria; consumia-se em Espanha o produto das multas impostas aos contrabandistas. «Os juízes castelhanos julgavam e procediam contra os portugueses que se achavam em Castela e mais reinos da sua Coroa e os castelhanos em Portugal tinham juízes castelhanos» ([2]), que não os castigavam, incitando-os, assim, a novos delitos. Criara-se a Companhia de S. Diogo, na qual se inscreviam os de além-raia e até seus parentes nados em Portugal e tinha-se-lhe concedido grandes privilégios à sucapa.



«Punhão-se nas Alfândegas e Conselho da Fazenda

---

concelos, cunhado de Soares pela união dêste, em segundas núpcias, com D. Maria de Eça.

Outra filha do dr. Pedro Barbosa chamou-se D. Maria Antónia e foi mulher de Pedro Macedo Leite.

O mais novo dos filhos do jurisconsulto era Miguel de Vasconcelos.

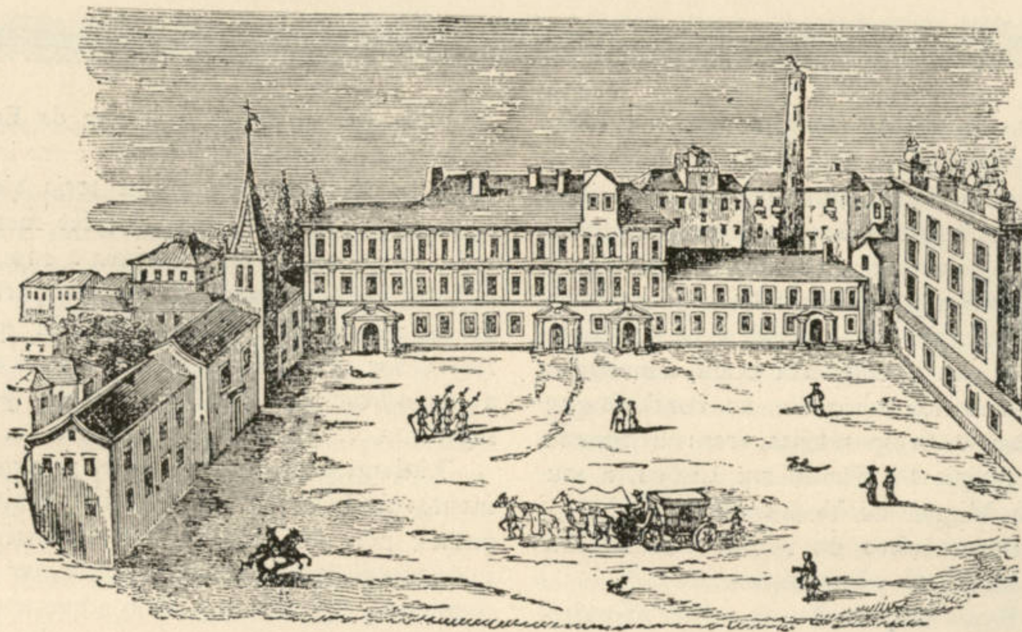
O apelido provinha do casamento da sua antepassada D. Margarida de Eça com João Mendes de Vasconcelos, senhor de Alvarenga, de quem teve Bernardo de Vasconcelos Almeida, que se matrimoniou com Violante de Almeida, filha de Cristóvão de Almeida, nascendo D. Guiomar de Vasconcelos, que veio a ser espôsa de Miguel da Franca Moniz Serzedelo, corregedor no Pôrto. D. Antónia de Vasconcelos foi a mãe de Miguel de Vasconcelos.

([1]) Do Papel de Diogo Soares para o conde-duque de Olivares.

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) Idem.

olheyros castelhanos; não se usava este excesso nas de Castela em favor dos Portugueses, sendo coalquer Ministro Castelhano conhecido por menos limpo de mãos que cem ministros Portugueses».



Palácio de Vila Viçosa

(Gravura antiga)

«Toda esta maquina de injustiças de tributos, de emprestimos, pedidos e imposições, apertos e vexações topava em se dar comprimento aos capitulos daquelle pezado conselho, tenção manifestada injusta e inconsideramente per boca do mesmo Rey que devera pollo que lhe convinha e pollo que de justiça nos devia trabalhar com toda a ancia e cuydado de nos ter satisfeitos e contentes».

«Achava-se no principio do seu governo hum dia só com o conde duque e rompeu nestas palavras: Que faremos com estes portugueses, não acabaremos com elles de huma vez?».

O valido retorquira: «Deixe Vossa Magestade isto á minha conta que eu lha darey delles» ([1]).

Como não convinha governador ou vice-rei que pretendesse cuidar dos negócios de Portugal com isenção, condenou-se a candidatura de Esquilache, que falara em demasia e aparecera, de-repente, a idéia da nomeação de D. Margarida, duquesa de Mântua, prima do rei de Espanha.

Era neta de Felipe II, nascida de sua filha D. Catarina, espôsa de Carlos Manuel de Sabóia. O duque de Mântua, Vicente Gonzaga, desposara-a e ao enviüvar fôra escorraçada de seus estados porque Carlos Gonzaga, duque de Nevers, em França, disputava a coroa à parente, Catarina de Mântua, filha da duquesa. Impunha a sua varonia. Refugiadas em Pisa as parentes de Felipe IV, esperavam que as armas espanholas as impusessem. O rei de França defendia o seu súbdito; a Alemanha recordava o feudo imperial e rebentaram as guerras.

D. Margarida foi convidada para o govêrno de Portugal. Seria vice-rainha. Era como um insulto ao país enviar-se-lhe uma mulher cujo parentesco com o rei não era muito do grau preciso para tão alto cargo e ofendia os brios varonis. Havia portugueses distintos para ocuparem a regência em nome do monarca espanhol; o príncipe de Esquilache tinha nas veias sangue português, mas preferira-se-lhe a duquesa de Mântua.

Chegou a viúva de Vicente Gonzaga a Madrid pelos fins de Novembro. O conde-duque, seguido por brilhante comitiva de cavaleiros, esperara-a no Retiro onde estava Felipe IV. O carro de viagem era escoltado com as honras devidas ao título e categoria da princesa. Percorrera os caminhos desde a nação que a repelira; atravessara as estradas por aquêle ruim tempo e ao entrar em Espanha não fôra mais feliz a jornada.

O monarca estava numa das ermidas do Retiro e ao deparar-se-lhe o cortejo numeroso, cansado e pouco vistoso, apeara-se do côche e dirigira-se ao encontro da parente. Abraçara-a e conduzira-a ao paço, onde a duquesa de Olivares a recebera, conduzindo-a até à sala do Tesouro, onde se instalaria. Passou depois a cumprimentar a rainha no salão do trono. Finda a recepção, tratou de descansar, pois bem tormentosamente decorrera a viagem pelos rigores da invernia. A vice-rainha teria poucos cuidados com o govêrno porque lhe davam assessores de alto vulto. Contavam os jesuítas: «O marquês de Puebla vai com a duquesa como mordomo-mor com doze mil ducados de ajuda de custo e propriedade da Previdência e da Fazenda» ([1]).

Entregava-lhe a nota das regras que devia seguir; a carta de lei que o soberano assinara e lhe dirigira, sob o tratamento de Senhora Prima:

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([1]) *Memorial Historico Español* — Papéis dos jesuítas.



Palácio de Vila Viçosa

(estado actual)

Pela instrução que se vos dará pelo meu Conselho de Portugal, sois advertida de tudo que, por aquela via, pode dar maior luz para que entreis no govêrno daquele reino com estas notícias para que as decisões sejam mais seguras, como espero, da atenção que poreis em tôdas as matérias e assim, remetendo-me ao que se vos apresentará por aquêle meio nas matérias correntes com mais reserva, pareceu-me dizer-vos o seguinte:

1 — *Não é o que menos mostro ao mundo a estima que tenho da vossa pessoa por vos ter encarregado de um dos governos de Espanha que cabe a Pessoas Reais, e, nesta ocasião, o mais importante de todos. Nêle esteve o arquiduque Alberto, meu tio; e já esteve nomeado o infante D. Carlos, meu irmão. Enquanto estiverem turbadas as coisas em Itália, e para que tenhais ocupação fora dela por estes dois anos, e para não vos apartar mais tempo da vossa filha, pois é crível que durante êle se componham as coisas e que possais viver com ela com o prazer que desejo. Isto não é o menos que vos deve mover a procurar dispor as coisas do meu serviço pendentes naquele reino de maneira que se consigam as que hoje se tratou e encaminham para se recuperar o Brasil, que está quási todo ocupado pelos holandeses e, se não se faz um último esfôrço, totalmente se correrá para a perda dêle, com prejuízo irreparável daquele Reino, pois cessará o seu comércio e daí resultarão não menores danos a tôda a minha Monarquia, pois com tirar-lhe a ela engrossarão outros suas fôrças e mais dificilmente se poderão reprimir em seus limites.*

2 — *Fizeram-se diversas diligências para que o reino consigne renda fixa para a recuperação e conservação do Brasil, mas até agora não deram resultado nem espero que os meios aplicados sejam bastantes, se com resolução, quando não se deixares persuadir da conveniência própria, não os apertar a que o façam. Neste propósito haveis de velar muito sôbre o que praticam os ministros que na sua qualidade de naturais se deixam facilmente impressionar do que falta na Fazenda, não considerando que têm a obrigação de olhar mais pelo benefício público e prejuízo que proviria da perda do Brasil que do aplauso que pensam conseguir por se mostrarem muito patrícios e ciosos de livrar o povo de novos encargos. Neste ponto não posso deixar de advertir-vos que em todo o género de negócios atendais muito a que a natureza dos próprios interêsses não se afastem do verdadeiro caminho, em todo o «género de assuntos», pois assim convém para a recta administração da Justiça e satisfação pública dos meus súbditos. Sempre que vos parecer que nesta ou em qualquer outra coisa é conveniente ocultar a notícia dos ministros portugueses que me assistem, no Conselho daquele reino, enviar-me-eis o despacho com essa advertência para que com êle tome a resolução que fôr conveniente tomar.*

3 — *Não posso duvidar da fidelidade daqueles vassalos, mas, sendo precisos para conter obedientes os castelos do reino guarnecê-los de gente estrangeira, tomarei muita atenção para que se conservem favorecendo tudo quanto respeite à capitania geral sem que pareça procederdes assim por desconfiança dêles, senão pela conservação do reino, e neste ponto vos encarrego de rápido apresto de armadas, pois, ao que julgo, por negligência dos Ministros, tem sofrido grandes demoras, deixando-se de obter os bons sucessos que com a rapidez se podiam conseguir, executando as minhas ordens e resoluções. Não dissimularei que isto consiste a maior parte do acêrto do vosso govêrno.*

4 — *Para que vos ajudem em tantos negócios, nomeei o marquês de Puebla ministro independente, mas não é natural, a todos os respeitos, e será bom que atendais muito ao que vos aconselhar para vos habituardes a ouvi-lo nos casos consideráveis e duvidosos em que não tiverdes tempo de comunicar comigo e esta comunicação e assistência é nos negócios de todo o Reino sem qualquer excepção, se bem que em publico hão-de actuar os ministros portugueses como está assente e contém a instrução que mandei dar-vos pelo meu Conselho de Portugal. Não assinareis despachos nem dareis ordens sem o conselho do marquês e do secretário Gabriel Ruiz, que é do meu Conselho de Guerra e que por isso mesmo escolhi para vos assistir e por cuja mão se há-de tomar a determinação final. Todos os negócios referentes à Capitania Geral tratareis com a única intervenção dos ditos ministros de Castela, despachando as matérias respectivas com o dito secretário Gaspar Ruiz de Escaray. Será bom que àqueles ministros mostrareis particular satisfação, honrando-os e estimando-os, como imediatos da vossa pessoa, pela confiança que deposito nêles e pelo que conheço de suas prendas e desejo de ajudar-vos tanto como vereis sob o pêso dos encargos dêsse govêrno. Tenho tanta satisfação em que vos auxiliem que os afasto da minha côrte e ministérios onde os empregara e aos quais farão grande falta as suas capacidades e inteligência, adquirida em muitos anos de manejo de matérias graves do seu serviço com inteira aprovação. O mesmo Marquês, além da comunicação universal em matéria de negócios, terá também a superintendência em tôdas as coisas da vossa casa e, ainda que não use o título de mordomo-mor, gozará da sua preeminência em actos públicos.*

5 — *Quando julgardes que nas consultas, pela qualidade da matéria ou pela variedade dos votos, que o negócio pede maior atenção ou deliberação, podereis responder ter folgado muito de ouvir os ministros, e que muito ciente do que disseram e, com isto, passareis a outro despacho, mandando que se ponha por escrito o parecer dos que hão-de assistir-lhe e o mesmo praticareis*

em tôdas as nomeações de pessoas prelaticias, ofícios de todo o género de ocupações e o mais que concederdes no govêrno. O secretário assistente tomará apontamentos que serão enviados com as consultas que se despacharem para à margem delas se pôr o vosso parecer nas que tiverem de vir cá e as resoluções nas que se destinarem aos tribunais, advertindo-vos que deveis responder por vosso próprio punho em tôdas as consultas ao que houver de secreto de Portugal, a quem tocar o serviço na forma por que se der na instrução do meu Conselho de Portugal.

6 — *O que parecer necessário ordenar aos tribunais e Ministros particulares, sem que preceda consulta, ou por resolução de alguns de que precedam ordens contra outras, estas hão-de ser feitas pelo secretário português ao qual competirem e assinadas pelo vosso punho. Na instrução que se vos dará para os do Conselho de Portugal, se vos indicam os dias para audiência pública, que hão-de ser em sessão, mas as particulares no vosso aposento, concedê-las-ei por intermédio do marquês de Puebla, negando-se às mulheres o mais possivel, pois são embaraçantes e prontas a incomodar e assim convirá que procureis afastá-las, a não ser em caso de fôrça maior.*

7 — *Os vassalos de Portugal foram sempre tão fiéis aos seus reis, que não se conhece terem-lhes faltado em tempo algum, para o que se predispõe a sua inclinação, amor e particular obediência que têm pelos seus Reis, mas, junto a isto, a sua natureza é ambiciosissima e procuram, por todos os meios, as suas conveniências em honras e mercês e, por conseguinte, sentem o favor de seus iguais e ainda os maiores assim como se erguem com as benesses, se enraivecem com o castigo e são pouco unidos entre si, mas esta natural condição não é mau que a conservem porque no estado presente se verificam os inconvenientes de não ser a desunião tanta como devia ser e assim o conceito disto pede grande consideração na igualdade da recepção, que é conveniente consistir em tratá-los todos com agrado e bom modo, cada um conforme a sua categoria, sem particularizar, a não ser com aquêles que com sua amizade demonstrada acudirem ao meu serviço e tudo quanto se conceder a estes se lhes deverá dizer a causa, porque se faz também o contrário com os que se afastam ou se afastarem do meu serviço para que se entenda quanto erram estes e estimo os outros. Neste sentido haveis de procurar o meio, que se tiver por mais suave, para encaminhar as conveniências do meu serviço pelo que se compreende que não haveis de conceder mercê nem propor indivíduo algum para ofício a não ser aos de conhecida satisfação e zêlo e aos que fordes vendo que o têm. Esta resolução será tão firme que não poderá detê-la qualquer negociação, inteligência ou favor.*

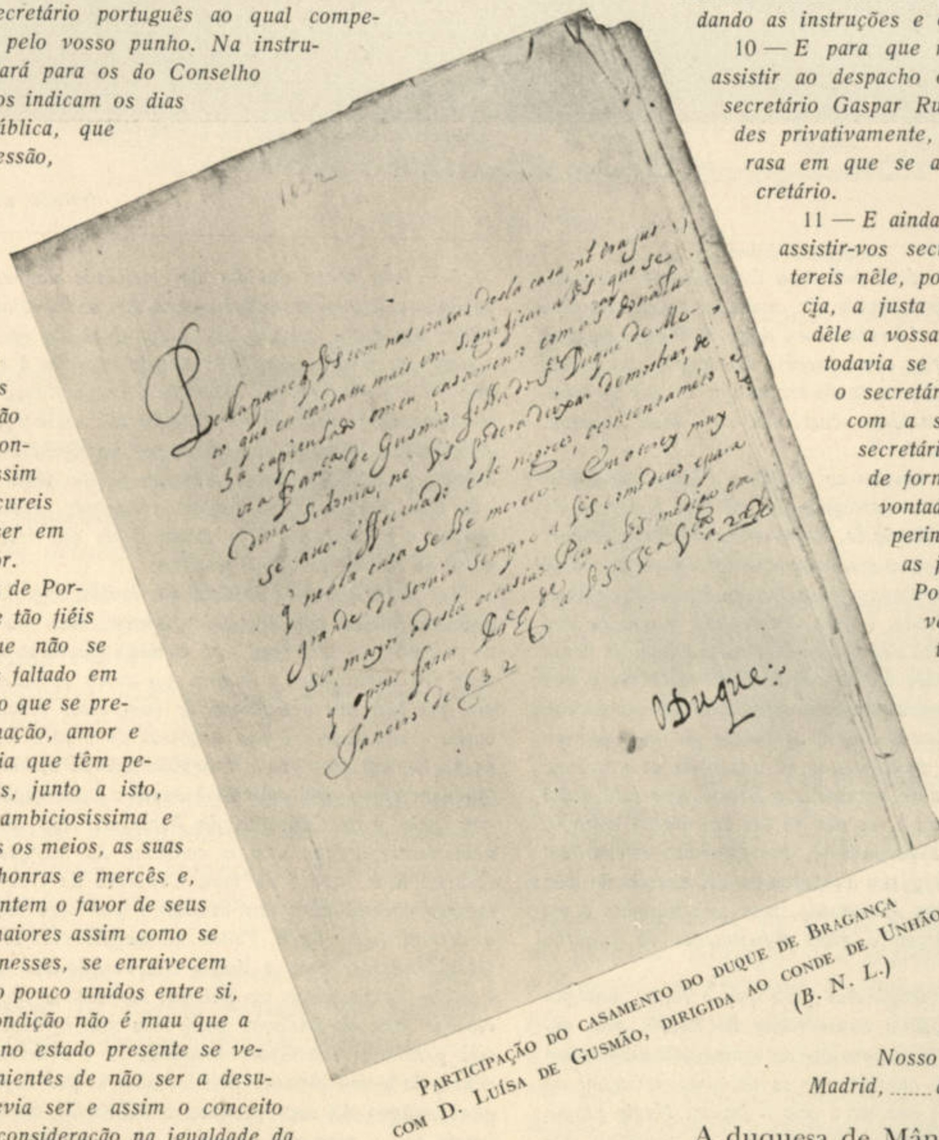
8 — *O cumprimento das minhas Reais ordens é uma das coisas essenciais e mais importantes do meu serviço e por isso vos recomendo muito não dispensá-las nem alterá-las mas cumpri-las à risca, que com isso marcam a autoridade conveniente e é o que observa o Cardial Infante meu irmão invariàvelmente sem permitir a sua inobservância em caso algum.*

9 — *Importa muito para que seja de maior satisfação o vosso govêrno que tenhais particular atenção e cuidado em não dar azo nem permitir que os vossos criados nem Ministros da vossa casa tratem de negócios das partes, nem de empenho delas, porque disto se poderiam seguir grandes inconvenientes, e assim estareis muito advertida para proïbi-lo totalmente dando as instruções e ordens convenientes.*

10 — *E para que mais còmodamente possam assistir ao despacho o marquês de Puebla e o secretário Gaspar Ruiz quando com êles tratardes privativamente, dareis ao Marquês cadeira rasa em que se assente e tamborete ao secretário.*

11 — *E ainda que entenda que tendo de assistir-vos secretário, como o nomeado, tereis nêle, por vossa própria conveniência, a justa confiança, não escondendo dêle a vossa correspondência particular, todavia se preferirdes que vos assista o secretário que trazeis, isso será com a subordinação junta ao dito secretário Gaspar Ruiz de Escaray, de forma que êle saiba ser vossa vontade que em tudo tenha superintendência e que em tôdas as juntas com os Ministros de Portugal nas quais não estiverdes presentes êle entre e tenha voto.*

É isto o que por agora se me oferece dizer-vos particularmente e espero que correspondereis à confiança que tenho no vosso zêlo e atenção ao meu serviço: o que mais se oferecer vos irei comunicando conforme o tempo e os acontecimentos o exigirem. Guarde-vos Nosso Senhor como desejo. Em Madrid, ... de Novembro de 1634 ([1]).


O Duque

PARTICIPAÇÃO DO CASAMENTO DO DUQUE DE BRAGANÇA COM D. LUÍSA DE GUSMÃO, DIRIGIDA AO CONDE DE UNHÃO (B. N. L.)

A duquesa de Mântua não podia dispor de coisa alguma sem o consenso das duas atalaias que o rei colocava junto dela. Precisava, porém, estar informada do valor e das condições das personagens portuguesas, e para isso serviria a espionagem, mais do que perfeita, organizada por Diogo Soares. Escreveria, embora mais tarde, o seu relatório, em espanhol, por conta do favorito de Felipe IV ([2]).

([1]) Canovas del Castillo, em *Estudios del Reinado de Felipe IV* (tradução).

([2]) Col. Pombalina, Bib. Nac. de Lisboa, códice 738. Encontrado entre os papéis de Miguel de Vasconcelos.

«V. Ex.ª me manda que le haga relaçion de los sujetos que ay en Portugal para com la notiçia de la calidad partes y sufficiencia que da S. Mag. ordenar a la señora Prinçesa de Mantua, lo que más convuenga a su Real Serviçio y en conformidad de lo que V. Ex.ª me manda la hago e neste papel, y en particular de los ministros y empeçando por ellos Digo, Señor:

Los consejeros destado de Portugal son los seg[tes]:

«El Obispo Inquisidor General ([1]); D. Diego da Silva, conde que fue de Portalegre ([2]); D. Diego de Castro, conde que fue de Basto ([3]); El Marquês de Puerto Seguro ([4]); El conde de Castro de Ayro ([5]); El conde de Castelonovo ([6]); El conde de S. Juan ([7]); El marquês de Govea ([8]); Manuel de Vasconcelos ([9]); Ruy da Silva ([10]); Luís da Silva ([11]); D. Gonçalo Coutinho ([12]); D. Luís de Noronha, hermano del Duque de Caminha ([13]); D. Miguel de Castro, Obispo de Viseo ([14]); El Bisconde de Ponte de Lima ([15]); D. Francisco Mascarenhas ([16]); D. Pedro Coutinho ([17]).

A informação seguia:

«Primeira[te] como a V. Ex.ª es presente, ay en Portugal una parçialidad, que entre ellos tienen repartido el gobierno daquelle Reyno, de tal forma, que en muchas tierras todo anda en las suyas e y com esta mano estan llenos de grandes mercedes y bienes de la corona, y a este respeto tratan de *impidir* que ningunas otras entren en el gobierno daquelle Reyno, y que todos sigan su camino, buscando modos y traças para que nadie, que no sea de su parçialidad llegue a tener lugar y apontaré los que estos son declarando depués en cada uno particularmiente do que excede al otro y lo bueno y malo que tiene.

«Estos de la parçialidad, son D. Diego da Silva, conde que fue de Portalegre, su hermano el Marquês de Govea, supuesto que de pocos tiempos a esta parte no estan unidos como de antes, con D. Diego de Castro y su hijo D. Miguel sobre coșas particulares que entre si tubieron que yo sé, y no las especifico por no alargar este papel, pero siendo necessario lo haré, porque trabajo mucho por saber, todos los particulares de los cavalleros daquel Reyno para en la ocassion que convenga al serviçio de S. Mg.[d] poder y advertir a V. Ex.ª e obrar e lo que me toca como devo a fiel vassallo de S. Mg.[d] y hechura de V. Ex.ª sin ningum respeto humano.»

Não podia haver mais acérrimo inimigo dos seus compatriotas ([1]).



Quando ia findar Novembro, a duquesa de Mântua dispôs-se a partir para Lisboa. Traria ordem para tratar por *vós* todos os senhores de Portugal, a-pesar-de ter dado aos grandes fidalgos espanhóis o título de Excelência ([2]).

Os jesuítas informavam: «La Mantua partió el jueves ultimo de Noviembro; iba por Escurial a despedir-se del Rey con grandes muestras alternas de amor y cariño» ([3]).

D. João de Bragança, ao ser intimado para aceitar o govêrno de Milão, percebera a cilada e escrevera ao seu agente em Madrid, Francisco de Sousa Coutinho:

«Resumo os pontos da vossa carta a dizerdes-me, que lendo a minha a Diogo Soares, e querendo elle dar satisfação ás minhas dilações que comigo se usaram em todas as materias que me tocavam, disse que a causa dellas foi ir acumulando coisas para me obrigar a vir no que se propuzesse. E, considerando eu o

(1) D. Francisco de Castro, neto de D. João de Castro, bispo da Guarda, inquisidor geral desde 20 de Maio de 1620, sucedendo a D. Fernando Martins de Mascarenhas.

(2) D. Diogo da Silva, conde de Portalegre. Renunciaria ao título a favor de seu irmão D. Manrique da Silva.

(3) Era o antigo governador de Portugal, que desistira do cargo.

(4) Título concedido ao filho segundo da casa de Aveiro, D. Afonso de Lencastre, marquês de Val Fuentes em Castela.

(5) D. António de Ataíde, antigo governador do reino.

(6) Conde de Castelo Novo; D. Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, no começo do ano de 1640.

(7) Conde de S. João da Pesqueira, Luís Álvares de Távora.

(8) D. Manrique da Silva, irmão do conde de Portalegre.

(9) Manuel de Vasconcelos, presidente do Senado da Câmara.

(10) Rui da Silva, antigo membro assistente do govêrno do conde de Basto.

(11) Luís da Silva, governador da Relação do Pôrto e alcaide-mor de Seia.

(12) D. Gonçalo Coutinho, filho de D. Gastão Coutinho. Grande amigo de Camões; já fôra conselheiro de Felipe III. Mandou trasladar os ossos do épico. Douto escritor. Morreu em avançada idade em 1634.

(13) D. Luís de Noronha, ou antes D. Luís de Meneses, foi o 7.º marquês de Vila Real por morte de seu irmão, em 10 de Agôsto de 1637.

(14) Bispo de Viseu, antigo vice-rei de Portugal.

(15) Visconde de Ponte de Lima. Deve referir-se ao visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, pai do 1.º conde de Arcos de Valdevez.

(16) D. Francisco de Mascarenhas, serviu em Flandres, fôra nomeado vice-rei da Índia mas desistiu. Membro do Conselho de Portugal em Madrid e do Conselho de Estado.

(17) D. Pedro Coutinho, alcaide de Santarém.

(1) Papel de Diogo Soares para Olivares.

(2) *Memorial Historico Español.* Papéis dos jesuítas.

(3) Idem.

muito tempo que ha que se tem comigo aquelle estylo, e que ainda então nem el rei de França armava nem em Milão havia necessidades venho a inferir que o intento que nesta materia se tem é mais antigo que as causas que agora se me propõem e que não procede dellas. E como isto me persuade que ellas devem ser outras, e não se me declaram, com razão me escuso eu, porque não é bom entrar ás cegas em materia de tanto peso. Tenho dado satisfação ao que se me propoz, tal, que a juizo de quem bem pesar as coisas, é ajustada com razão, e não a vi depois tal contra elle que me obrigasse a mudar; por onde acho que naquele negocio não me fica a mim mais que fazer porque como eu não o propuz, e tenho respondido, não me toca segui-lo.»

E mandava recolher o seu delegado fidelíssimo.

No dia 23 de Dezembro entrou em Lisboa a duquesa de Mântua com o seu séquito. O duque de Bragança, como a mostrar-se alheio à política e desquitado da proposta, já antiga, para ir governar Milão, enviara a Felipe IV o mais singular dos presentes. Oferecera-lhe um leão que dizia ferocíssimo. Havia festas no Buen Retiro, o palácio edificado com parte dos dízimos portugueses, e o rei desejou ver lutar o rei das selvas com bravo touro. A côrte palpitava de interêsse; esperava-se o mais sangrento dos combates: «El leon se estuvo quedo y llegando a arremeter el toro, el, como se no haciera nada, de una manotada le abrió por medio y dejando-le muerto dió una vuelta de mucho de espacio por toda la plaza e luego volvió al toro y lamió las heridas y se estuvo junto á el hasta que el leonero le levó» (1).

A fera, trazida da Etiópia, pareceria um preito de vassalagem do duque brigantino ao rei, em cujas armas os leões heráldicos pompeavam dominadores; era, porém, o touro o animal favorito dos espanhóis e ficara vencido ao primeiro embate. Desagradaria o real capricho.



A vice-rainha dera a sua audiência inicial em Lisboa. Aparecera com tôda a sua comitiva, de de que faziam parte mais espanhóis que italianos (2), e dispôs-se a encarar sobranceiramente os fidalgos portugueses.

Reünira o Conselho de Estado. Era em Janeiro. Assistia Miguel de Vasconcelos, já nomeado secretário de Estado, o que aumentara a irritação nacional, e depois dos cumprimentos a duquesa não deu a nenhum dos presentes o tratamento de Senhoria. Falou-lhes por *vós* como se determinara em Madrid. Passou uma onde de cólera; e um dos desembargadores, tocando a campaínha para chamar o porteiro, durante o despacho, firmou-se no tratamento que lhe deu para repelir o que a vice--raínha lhe conferia:

— Olhai que vos chama a Senhora Infanta!

E ela, mantendo a sua linha, o seu propósito, o estabelecido, volveu:

— Não é com êle, mas sim com *vós* e com *vós* (1).

Sabia-se o que se desejava. Os jesuítas relatavam: «Os fidalgos portugueses estão muito sentidos com a duquesa de Mântua, que não os trata com a costumada etiqueta e visitam-na pouco. Tratou por Excelentíssimo Senhor ao duque de Bragança um criado que a duquesa lhe enviou, e por isso êle não quis ir ao paço» (2).

Redobraria o mal-estar fundado nos golpes vibrados no orgulho português.

Diogo Soares, nas suas notas de alta espionagem, tinha um capítulo dedicado aos títulos de Portugal, e dizia:

«El duque de Bragança está tenido en buena reputaçion y que tiene buen natural, esta casa tiene sus modos e conviendra conserva-los porque con este juzgo que se allanará todo.»

Aconselhava a que se poupasse o duque, lhe agradassem, dispondo-o assim a menores relutâncias, tanto mais que só êle parecia valer entre a nobreza. Seguindo o rol do espião, os grandes senhores eram como os desenhava:

«El duque de Torres Novas (3) és muchacho y la Duqueza de Avero (4) bieja se tiene por buen persona aunque está hoy de la parçialidad con los Portalegres, D. Diego de Castro, por el parentesco que ha contrahido con ellos. El duque de Camiña está acabado (5). El marquês de Ferrera, no és nada (6). El conde de Castañera (7) está tonto y como tal le administra su hazienda el conde de Castro de Ayró que

(1) *Memorial Historico Español.* Papéis dos jesuítas, vol. XIII.

(2) O primeiro estribeiro era D. Carlos de Arelano e o alcaide da côrte D. Francisco Valcarel, que dera o seu nome a um bastardo do conde-duque de Olivares, que de Júlio de Valcarel passou, após o reconhecimento, a usar dom e a ser alvo de sátiras em que os poetas eram implacáveis.

(1) *Memorial Historico Español.*

(2) Idem.

(3) D. Raimundo de Lencastre. Fugiria mais tarde para Madrid, indo combater contra Portugal.

(4) D. Juliana de Lencastre, viúva de seu primo D. Álvaro, terceiro duque de Aveiro.

(5) O duque de Caminha, D. Miguel Luís de Meneses, filho do primeiro duque de Vila Real, muito felipista.

(6) O marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, quarto conde de Tentúgal, era parente dos Braganças e recebera grandes mercês dos Felipes.

(7) O conde de Castanheira, D. João de Ataíde, casara com D. Maria de Vilhena, filha do quarto conde de Vidigueira, e tendo enviúvado matrimoniara-se com D. Lourenço de Vilhena. Não teve prole e por isso a sucessão cabia a seu sobrinho D. António de Ataíde, conde de Castro Daire.



es su heredero. El conde de Vimioso (1) es muy nano (?) está reputado por hombre de valor.

Entre tantos nobres, só a êste distinguia depois de se referir à prosápia brigantina.

Tratava-se de D. Afonso de Portugal, que fôra obrigado a disputar os bens sequestrados à sua casa em pleitos de longa duração. Casara com uma filha do marquês de Castelo Rodrigo, D. Maria de Mendoça, e o poder de que o sogro dispunha ajudara-o a salvar a riqueza. Conservara, todavia, a sua alma de português.

O secretário do Conselho de Portugal continuava a revelar as máculas de uns, apontando outros ao látego do usurpador.

El conde de Odemira (2) és incapaz de todo. El conde de Sabugal (3) merino maior (meirinho-mor) és mui popular y en la ocazion passada en que se propuzo la eleccion de los Procuradores en San Antonio sobre la renta fixa fue el que amotinó e hezo que no se hiziera, y deo acassion a hazer aza mayor y es persona que no se deve admittir a nada por hora.» O conde de Monsanto (4), alcaide-mor de Lisboa, é extraordinário «sujeto e caprichoso; nó trató de servir en nada ni és para eso». O conde de Atouguia (5) «és muy reboltoso y sen ser ministro se mete en tudo; inquieto por naturaleza, y de pocos tiempos a esta parte ha dado en muy popular».

Acêrca do conde da Calheta (6) dizia: «és mucho inquieto» (irrequieto) e bem assim o da Vidigueira (1).

Considerava apenas «muchachos» os condes de Atalaia (2), Castelo Melhor (3) e Arcos (4) e acrescentava: «El conde de Sarzedas (5) és buena persona y sujeto capaz. El conde de Vila Franca (6) no se tiene satisfaçion de sus procedimientos ni está bien reputado. El conde de Cantañede (7) és buena persona, y para poco, y hasta ahora no ha servido nada. El conde de Vila Nueva (8) és poca cosa. El conde de Basto (9) Don Lorenço Peres de Castro, hijo de D. Diego de Castro, no tiene talento, és muy alentado y presumido. El baron de Alvito (10) és poca cosa.»

Expostas assim as características dos titulares, não deixava de mais largamente descrever os conselheiros de Estado.

Em Vila Viçosa, o duque de Bragança descontentava a espôsa porque se entregava «aos divertimentos mas a duquesa sentia que as delícias do duque seu marido não paravam nos teatros». Caçava, vivia nos bosques, dava-se ao mesmo tempo à música cultivada com esmero.

Parece que na paixão pela arte abraçava também as artistas e não era de admirar, visto Felipe IV ostentar os seus amores com a célebre Maria Calderon, «da Calderona», que lhe dera um filho, D. João de Áustria.

---

(1) D. Afonso de Portugal. Seria capitão-general do reino depois da Restauração.

(2) D. Sancho de Noronha, parente dos Braganças. O cardial-rei concedera-lhe o tratamento de sobrinho.

(3) D. Francisco Castelo Branco, grande senhor, filho de D. Duarte de Castelo Branco, antigo governador do reino por ordem de D. Henrique, mas recebeu o título por graça de Felipe IV.

(4) O conde de Monsanto, depois marquês de Cascais, D. Álvaro Peres de Castro, tinha talento mas era um original. Teria grande influência e acção nos reinados seguintes.

(5) O conde de Atouguia, D. Jerónimo de Ataíde, filho de D. Felipa de Vilhena e de D. Luís de Ataíde, quinto conde daquele título.

(6) O conde da Calheta, João Gonçalves da Câmara, descendente do descobridor da Madeira.

---

(1) O conde da Vidigueira tivera por antepassado Vasco da Gama. Chamava-se D. Vasco Luís da Gama e nascera em 1612. Era opulentíssima a sua casa. Foi o primeiro marquês de Nisa.

(2) D. António Manuel, que casou com D. Felipa de Távora.

(3) Devia referir-se a João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, que seria esforçado capitão e pai do célebre ministro de D. Afonso VI.

(4) D. Luís de Lima Brito Nogueira.

(5) D. Rodrigo Lôbo da Silveira, que batalhara na Baía contra os holandeses e descendia de Geraldo Sem-Pavor.

(6) Conde de Vila Franca, D. Manuel Luís Baltasar da Câmara, segundo conde daquele título.

(7) Conde de Cantanhede, D. Pedro de Meneses, presidente da Câmara de Lisboa. Ainda exercia o cargo em 1 de Dezembro de 1640.

(8) O conde de Vila Nova (de Portimão?) seria D. Gregório Taumaturgo de Castelo Branco, matemático.

(9) Vivia do favor da reputação do pai.

(10) Barão de Alvito, João Lôbo da Silveira.





TERCEIRO CAPÍTULO

Situação de Espanha e de Portugal nas vésperas da Restauração

Continuação da biografia do oitavo duque de Bragança — Calamidades de um grande império — Política do cardial de Richelieu — O papel selado, as sisas e alcavalas — Francisco de Lucena, a sua grei e o imposto das «Maçarocas» — Artimanhas do conde duque de Olivares e a espionagem de Diogo Soares — O Sebastianismo — As alterações de Évora e o seu «Manuelinho» — Atitude do Govêrno Espanhol ante os motins portugueses — As suas desconfianças do duque brigantino



ESPANHA era como um mastodonte enfêrmo após alguns golpes incuráveis. Richelieu tentara sarjar mais fundamente o império e apontara-lhe as zagaias envenenadas da sua política. Dera-se a independência da Valtelina, mas a agitação prosseguia. As batalhas na Flandres contribuíam para arruïnar a nação. O cardial Fernando, irmão do rei, esperava ser mais feliz naquele govêrno que o arquiduque Alberto e sua espôsa, Maria Clara Eugénia.

Alemães, suíços, holandeses e italianos obedeciam aos ditames do grande ministro francês, que, desejando destruir o enorme poderio espanhol, olhava, objectivamente, os portugueses subjugados.

Os aragoneses e catalães mostravam-se rebeldes. Já em 1626, quando o soberano visitara Valência, sentira a hostilidade. Olivares tornara-se irritante para com a nobreza, mas o rei quisera contemporizar. Resistiram-lhe; ameaçou e, no fim, concederam-lhe, entre festas, o tributo de um milhão setecentas e oitenta e duas mil libras, contadas a reais de valencianos, para as despesas da guerra.

Em Barcelona fôra pior; nem graças nem insinuações de castigos serviram para domar os ânimos; pediam a restituïção das somas pagas anteriormente. A majestade proclamava; tratava os rebeldes, várias vezes, por «hijos mios», mas as más sombras continuaram. Ao suscitar-se a questão do ducado mantuano, logo Richelieu quisera aproveitar o momento, e quando a Espanha retirou as tropas da Flandres, para acudir à Itália, os holandeses aproveitaram-se da falta e avançaram, ao mesmo tempo que os seus navios pilhavam os galeões espanhóis que regressavam do



Armas de Portugal

(Segundo as Ordenações Filipinas — 1636 — B. A. C. L.)

México atulhados de ouro e prata e as naus portuguesas que velejavam da Índia. Puseram cêrco a Ceilão, onde a fome chegou a reinar. Sem a acção valorosa do capitão Jorge de Almeida a ilha passaria ao poder dos batávios.

O plano de Richelieu consistia em deflagrar a guerra em vários pontos ao mesmo tempo: na Alemanha, no Franco Condado, na Valtelina, em Parma e Milão, produzindo o alarme pela surprêsa. Os Países Baixos insurreccionavam-se e os espanhóis começaram a mostrar-se sobressaltados, a-pesar-dos seus têrços valorosos de veteranos que, sob o comando de oficiais da sua raça e de portugueses, operavam prodigiosamente.

A Suécia ligara-se também à França, cujo ministro se tornara o grande inimigo da Espanha internamente corroída. Tendo cessado o comércio com os países em guerra, a exportação espanhola tornava-se precária; tampouco se negociava com a Inglaterra, disposta a lançar-se sôbre algumas das possessões felipinas. Proïbia-se, igualmente, a importação de artigos fabricados naqueles países e de que a Espanha carecia: panos de tôdas as qualidades, desde os crus às cambraias, algodões, lãs, sêdas e baetas, veludos, tapeçarias, torçais de ouro, botões, couros trabalhados, tudo o que constituía a gala e os próprios chapéus de plumas dos rasgados cumprimentos.

Tampouco possuía ferro para as ferramentas, ou pelo menos vinham trabalhados do estrangeiro metais, armas por lavrar, cobre, até as caldeiras, estanho, espelhos, objectos de luxo e a própria semente de repolho.

Faltavam as especiarias, manteigas finas de Inglaterra, barris de salmão e, por vezes, a própria estamenha. Tinha a Espanha difícil vida de tráfico e não possuía indústrias. Habituara-se às riquezas coloniais agora assaltadas pelos corsários, ao oiro, à prata, aos objectos exóticos e às pedrarias vendidas a trôco de géneros das outras qualidades. O govêrno via-se obrigado a pedir constantes subsídios, impostos e tributos, e, como não se ganhava, começavam os ricos a entrar pelos capitais e as propriedades passavam de mão em mão. Fixara-se o preço dos produtos da terra; os agricultores indignavam-se e deixavam de cultivar.

Tal era a situação no reinado do monarca que os poetas chamavam «El rey Planeta» e os historiadores Felipe o Grande. Dizia-se que Olivares ou qualquer outro cortesão tinham arranjado a maneira de o soberano ser celebrado constantemente pelos brados do seu papagaio: «Felipe é grande!» «Felipe é grande!»

Convocadas as Côrtes em Madrid, no ano de 1632, reconhecido herdeiro e príncipe D. Baltasar Carlos, esgotados os recursos públicos e sendo preciso não só aparentar grandeza olímpica mas sustentar os exércitos, as armadas e amercear, Olivares arranjou maneira de fazer frente às instantes necessidades. Pediu aos particulares: o cardial de Borja emprestou cinqüenta mil escudos; outros grandes senhores levantaram regimentos à sua custa. As Côrtes declaravam que não era justo empobrecer a nação para enviar dinheiro ao imperador da Alemanha a-fim-de se prosseguir em escusadas guerras.

Concedera-se, a custo, em 1634, um tributo anual de seiscentos mil cruzados extraído das sisas novas sôbre vários artigos de fácil e indispensável consumo. O papa Urbano VIII concordara na cessão de outros seiscentos mil ducados sôbre os réditos eclesiásticos e quatrocentos mil da cruzada de Nápoles.

Tratou-se do imposto sôbre os requerimentos, mercês e despachos: o papel selado. Por tôda a parte se ergueu o protesto exteriorizado até nas mascaradas, daquele ano de 1637, em Março.

O rei e a côrte folgavam nas delícias do Buen Retiro; Sua Majestade entregava-se menos às lucubrações e mais às festas. Esquecera os grandes propósitos do comêço do reinado.

Os bailados passavam em frente da varanda onde Felipe IV assistia ao cortejo carnavalesco. Ressaltava a sátira num pendão: «Salgo triste e desollado por este papel sellado».

No domingo, dia 15, houvera corrida de touros e os grupos, envergando novas vestes, dançavam alegremente. O dos portugueses era precedido por formosa criança que arvorava o escudo de sua pátria e recitou uma lôa; seguiam-na homens cobertos de peles de carneiro e um dêles ostentava o seguinte letreiro:

Sisas, alcavalas y papel sellado
Me tienen desollado

Outro, coberto de comendas e grã-cruzes, colocara a tiracolo a legenda: *Estas se vendem* (¹).

Os castelhanos, aragoneses e catalães também se serviram do Entrudo para as sátiras. Houve quem mandasse fazer uma veste de papel selado mas aconselharam-no a não aparecer em público.

Levara-se o exagêro e a audácia a apresentar mascaradas de cardiais, mas a Inquisição reparou. Um atrevido, chupando água de um chifre, alardeava o letreiro: *Nadie diga desta agua no beberei.*

Procurava-se aplicar o tributo do sêlo a Portugal, embora houvesse ainda a lembrança do sucedido no Pôrto, em 1628, quando se exigira o dízimo denominado das «Maçarocas». Sisaram-se as rocas e os fusos,

(¹) *Memorial Historico Español*, publicado pela Real Academia Histórica de Espanha.



DUQUESA DE MÂNTUA
(quadro que pertenceu à Biblioteca de Évora)

isto é, o trabalho mal pago das mulheres que fiavam penosamente. Enviara-se a Portugal Francisco de Lucena, que ocupava alto cargo em Madrid e já gozava fama de grande político, conhecedor de negócios. Seu pai, Afonso de Lucena, atilado jurisconsulto, fôra procurador da Casa de Bragança; seu avô, Manuel, também serviu os duques na qualidade de ouvidor de Barcelos. O filho instituïria, em 1611, o morgadio dos Pechinhos, em Vila Viçosa, o qual seria unido ao morgado da Cruz, se acaso se extinguisse a descendência do fundador, devendo o rendimento da bela propriedade destinar-se aos servos pobres da família brigantina. Os Lucenas tinham sangue espanhol; juntaram ao seu o nome de sua terra, formando apelido que o doutor Vasco Fernandes adoptara ao vir para Portugal no reinado de D. João I. Fôra grande diplomata, erudito, homem de sapiência, demonstrada não só no Concílio de Basileia, mas em duas negociações,



como a da embaixada a Nicolau V. Cronista-mor do reino, cumulado de favores por D. Afonso V, dera provas de sua honradez sujeitando-se a perder tudo ao pronunciar-se de modo a que o cadáver do Regente, vencido, fôsse sepultado na Batalha.

Amara-o e servira-o. Tanta lealdade não usou seu descendente, o licenciado Afonso de Lucena, procurador da duquesa D. Catarina de Bragança. Escrevera: *Allegação de direito offerecido ao muito alto e muito poderoso Rei D. Henrique Nosso Senhor, na causa da sucessão destes reinos por parte da Senhora D. Catarina sua sobrinha, filha do infante D. Duarte, seu irmão, a 22 de Outubro de 1579.*

A-pesar dêste trabalho e de outros respeitantes a sua ama, traíra-a servindo os espanhóis, e por isso obtivera para seu irmão, Fernando de Matos, o lugar de secretário do Conselho de Portugal em Madrid, no qual sucederia Francisco de Lucena.

Os Braganças não tinham perdoado a traição do pai do futuro ministro de D. João IV, que, em 1628, fôra ao Pôrto, por conta dos espanhóis, cobrar o imposto das «Maçarocas». Encontrou o mulherio revoltado, trejurando esvaziar-lhe os olhos com os fusos, e a cidade alarmada lapidando-o. Escapuliu-se para o convento de S. Domingos e dali fugiu, indo acolher-se ao da Serra do Pilar. Pelo menos assim o asseverara um frade mais afoito. A multidão quebrara à pedrada os vidros da casa dominicana. Acalmou-se a turba ante a fuga do agente felipino, e quando esperava o castigo cruel viu-se o bispo D. João de Valadares, da ordem dos agostinhos, dirigir-se à Câmara para que se obtivesse a segurança do perdão dos amotinados. Lucena mostrou-se benigno mas receou voltar ao burgo. Quis passar ràpidamente a Madrid, onde estaria em segurança. O prelado aplacou as queixas indignadas do injuriado escrevendo ao seu irmão, Mendo da Mota Valadares [1], cuja influência era grande na côrte, a-fim-de obter a graça régia para os sublevados.

Fôra o protector dos rebeldes e contara a verdade sem os subterfúgios que o delegado arranjara para cohonestar sua derrota.

A própria natureza não poupava a Espanha. Houvera inundações; caíra neve, morreram gados e, devastadas as searas, anunciava-se a ruína a que era preciso acudir com enorme subsídio. Em 1636, um incêndio destruíra as estrebarias reais, morrendo todos os cavalos; estabelecera-se o terror, recordando-se o que, seis anos antes, rebentara na Plaza Mayor e levara três

---

[1] A-propósito do bispo e do irmão, informava Diogo Soares a Olivares: «El Obispo de Oporto D. Fray Juan de Valladares, hermano de Mendo da Mota, todo és juntar dinero y no dar lismona, y no está bien reputado por este respeto.» Bib. Nac., Col. Pomb., códice 738.



dias a apagar. O colossal braseiro ameaçava propagar-se e o pânico reinou.

O conde-duque de Olivares já se apoderara totalmente do ânimo do soberano. Arranjara a maneira de dominá-lo. Servia-o nos prazeres, inventava-os e aparecia-lhe diàriamente com maneiras afadigadas, dizendo levantar-se cedíssimo para acudir aos negócios do Estado. Ao voltar da rua despejava o chapéu atulhado de memoriais, requerimentos e súplicas, adrede fabricados, com outros realmente recebidos, e ordenando os papéis, atemorizava o amo com tanto trabalho, dizendo querer aliviá-lo.

Os altos poderes compreendiam as manobras do político e êle inventava outros organismos para os quais nomeava pessoas de sua confiança, prontas a despachar como desejasse e não com os embaraços que lhe punham os velhos conselheiros. Alguns davam os seus pareceres e enviavam-nos ao rei, que os entregava ao ministro. Êle ficava conhecendo os seus antagonistas e apoiava-se na grande quantidade de Juntas recém-estabelecidas: a das Armadas, a do Papel Selado, a da Meia Anata, a dos Donativos, Milhões, Almirantado, Minas, Presídios, Povoações, Competências, Obras e Bosques, Vestidos, Limpeza, Aposento, Expediente, as cinco últimas particularmente destinadas ao serviço real, mas apresentando-se os seus funcionários de toga e espada ao despacho do conde-duque para se determinar quais os trajos destinados às majestades, altezas e côrte, tratamento das ucharias e tudo quanto se prendesse com a alimentação das régias personagens.

Carlos V considerava os Conselhos «a alma do govêrno». Felipe II dizia-os «o braço real»; Felipe III baptizara-os de «descanso do rei». No reinado do último Felipe tinham perdido a autoridade; eram feudos do valido, que afastava todos os que podiam impedir o seu despótico govêrno.

Até os irmãos do soberano, D. Carlos e D. Fernando, sofreram as suas investidas. Aquêle foi afastado da governação; tiraram-no da Catalunha e da Flandres; obstara-se ao seu casamento, pois poderia encontrar na aliança nupcial auxílio de parentes contra o conde-duque.

O infante, que era talentoso, entregara-se a profundo desânimo e morrera. O Santo Ofício encontrava fáceis prêsas, sobretudo entre os judeus saídos de Portugal para estarem mais perto da côrte. Sucediam-se os autos-de-fé, tendo por vítimas descendentes de israelitas ou cristãos novos, quási todos portugueses. Descobrira-se um suplício que, pela evocação, parecia pouco próprio para aplicar a herejes, o qual consistia em cravar-se uma das mãos dos réus em madeiros enquanto se lia a sentença, tendo-se relatado todo o processo.

Mateus Rodrigues, o «Esteireiro Santo», mistificador natural de Vila Franca do Ribatejo, «tan conocido de las señoras principales y vulgo dellas», recebera duzentos açoites, sendo cem aplicados ante o povo de Toledo e os outros para gáudio dos madrilenos. Entre os vinte e dois sambenitados do auto grande, celebrado na Sé toledana, saíram dois portugueses judaïzantes, os irmãos Saraiva, sendo-lhes sequestrados bens que valiam mais de trezentos mil ducados.

Pensava-se na tortura e na exploração dos povos no meio dos grandes ataques que o mastodonte, já ferido, sofria.

Os franceses formaram quatro exércitos contra a Espanha, mas resistia-se-lhes. O grande objectivo seria a Catalunha.

As colónias continuavam a ser assaltadas, e portugueses e espanhóis batiam-se conjuntamente, em terra e mar, contra os batávios e franceses, mas não se ligavam estreitamente.

Sucedia o mesmo nos conselhos de govêrno; só Miguel de Vasconcelos não merecia desconfiança, entre os principais, mas era alvo de inveja dos espanhóis e dos ódios da maioria dos portugueses que Diogo Soares acusava no seu monstruoso relatório.

Acêrca de D. Diogo da Silva, quinto conde de Portalegre, manifestava-se dêste modo:

«És de los más entendidos hombres daquel Reyno y muy levantado de pensamientos por naturaleza y piensa que nadie llega a lo que el alcança. Y en esta forma se dio a respetar en aquele Reyno de manera que lo tienen por un dos vaçalos dele, y com muyto leviana ocassion hizo una acçion que admiró generalmente todos en aquele Reyno y fué la de haber largado el gobierno sin licençia de S. Mg.^d^. Está muy impedido de gota mas de alli donde está tiene tido correspondençias y és tenido por limpio de manos» (¹).

E referindo-se ao irmão do fidalgo, ao marquês de Gouveia, dizia: «habla poco e hace mucho por disfrazar sus interiores». Concluía: «Esta casa de los Portalegres está bien benifiçiada de S. Mg.^d^ assi por mercedes como por hazienda.» (²)



A própria duquesa de Mântua não se harmonizava com os conselheiros que Felipe IV colocara como seus

(¹) Col. Pomb., Bib. Nac., códice 738.
(²) Idem.

asseclas. Queixava-se que «el marquês de la Puebla tiene gran superioridade, pues jusga que no puedo obrar, segun su instrucion, nada sin él.»

Repelia a colaboração, que lhe parecia deprimente. Também não admitia a interferência absoluta de Gaspar de Escaray nas questões militares.

O conde-duque de Olivares, depois da reünião do Conselho de Estado, afirmara ao soberano que as suas reais ordens não se cumpriam e o parecer dos conselheiros estava repleto de factos: «pués habiendo-se avisado a V. M. que siempre que llegasse la Armada de Castela partiria la de Portugal sin esperar un dia, ha tres mezes que llegó y aun no ha partido de que se collige que aquelos Ministros, ó no tienen las noticias convenientes del estado que van tomado las materias de aquel Reyno, como se experimenta en cosa tan importante, ó se la tienen no han avisado con la certeza que debian de la Armada.»



Casa de Miguel de Vasconcelos em Viana do Castelo
(Estado actual)

Aventava o ministro de Felipe IV, por intermédio do Conselho de Portugal, todo seu, que se mandassem a Lisboa categorizadas personagens da marinha e do exército espanhol. Apontava os nomes de D. Jerónimo Sandoval e de D. Lope de Hoces, devendo conferir-se-lhes altas patentes. Repreendia-se o marquês de la Puebla «por lo confiado que escribe de su persona, se le podria advertir que no debe estar tanto ni dexar-se presuadir de quien con tan poca atención se ha desviado en esta ocasion de las que le querian encargar del servicio de V. M. y tambien se pudia decir a la Señora Princesa, por lo que se apunta en su carta, que se ella gobernada por si, obraran con más finesa, segun se lo dan a entender; que no se dexe presuadir dellos en esta parte porque todos los que no tubiessem mano con S. A. se dexarian llevar de sus fines como hoy se experimenta.»

Pronunciavam-se para se mandar interrogar não só os ministros portugueses, mas os que tinham ido de Espanha a-fim-de se saber as suas responsabilidades, «pués ès cierto que nadie quererà quedar cargado y dira de buena gana la culpa que reconociere en el otro con que se entrarà no reconocimento de la verdad.» [1]

O ambiente em Portugal era de desinteligência entre os próprios membros do govêrno espanhol e algo devia saber-se do que com êles sucedia.

No solar brigantino já havia herdeiro. Nascera, em 6 de Fevereiro de 1634, o duque de Barcelos, D. Teodósio, e ainda seu tio, D. Duarte, lhe servira de padrinho antes da partida para o estrangeiro. O pai entretinha-se na capela ouvindo as músicas sacras e compondo-as; no palco com os cómicos; na tapada caçando e mostrando-se desatento da política, longe dos fidalgos além dos que faziam parte de sua casa, compreendendo bem como o vigiavam. Ao primeiro deslize seria comprometido.

A grande tática consistia no máximo disfarce, no desenfado, no aumento dos prazeres que lhe quadravam, embora aborrecessem ou indignasem a duquesa.

O espião de Diogo Soares não conseguira até aquela data culpá-lo de modo a comprometê-lo, enquanto acêrca de outros fidalgos dizia o que julgava preciso para elucidação do amo.

A D. Diogo de Castro, conde de Basto, que fôra vice-rei, acusava, bem como a seu filho D. Miguel, de pertencerem à facção que pretendia dominar, mas ainda «se quizeron hazer cabeça della, y dar a entender al pueblo, que ellos son sus defensores y causa de no se haber puesto nuevos tributos en aquel Reyno y que son hechados agora del Gobierno por esto.»

Onde o secretário do Conselho de Portugal em Madrid via apenas desejos de agradar ao povo, haveria mais alguma coisa, pois de-certo tão grandes fidalgos não teriam só essa mira favorável à arraia miúda.

Insistia nos favores que tinham recebido; dizia-os autores do projecto da renda fixa e da aparelhagem

---

[1] Canovas del Castillo, *Estudios del Reinado de Felipe IV.*

das armadas para a defesa do Brasil sem que levassem a cabo os planos, «todo por contemporisar con el pueblo [1] tomando por salida metter em medio usando D. Miguel de las traças y modos que son presentes a V. Ex.ª y és tal este sujeto que en qualquier parte que estubier hará grandes fabricas y machinas porque tiene bastante juizio y buenas traças y modos a lo Beato, todo encaminado a sus fines y respectos y con grande diferençia se puede fiar de su Padre, que del, porque no ay cosa que no acometa para mejorar su partido sin embargo que el Padre no haze mas que lo que el dize las merçedes que tienen reparado en el Reyno en ellos y aunque se pregonan por limpios de manos, y en esta parte no sé nada en contrario, todavia tienen otro modo, que a mi entender és muy llegado à no lo ser, porque pidieron *muchos dineros* prestados en grandes somas, y los estan deviendo de años a esta parte, sin los pagar, y á personas yá Ministros que tienen negocios con ellos, y estes depues que unos y otros sirven a sua Magestad.» [2]

Tinham em Évora o seu solar e o antigo vice-rei ia encontrar-se em situação de defrontar o povo que, segundo Diogo Soares, desejava conquistar.



Dois anos antes, em 1635, o duque de Bragança hospedara-se no convento de *Scala Dei* de S. Bruno, vizinho dos muros de Évora. Era severíssima em tratos de alimentação a regra dos cartuxos; os fiéis comiam amiúde peixe e hortaliças e o hóspede, grande amigo de viandas, chalaceava a cada prato de magro.

Foi servido, em lugar de honra, por um oficial da sua casa, à mesa do vasto refeitório. Deixara Vila Viçosa para assistir às segundas núpcias do parente e amigo D. Francisco de Melo, marquês de Ferreira, que se consorciava com Joana Pimentel, sua sobrinha, dama da raínha D. Isabel, espôsa de Felipe IV, filha de D. António Pimentel, quarto marquês de Tavara, e de sua mulher D. Isabel Moscoso, cunhada do noivo, que enviüvara de D. Maria de Sandoval e Moscoso, ambas filhas do nobilíssimo conde de Altamira.

Os cartuxos nem ante os subtis gracejos do duque se atreviam a alterar o estabelecido e êle acabara por dizer:

— Deixá-lo; eu me vingarei no Colégio!

Esperava ser mais bem tratado em refeições na residência dos jesuítas, no belo edifício com que o cardial os presenteara.



Brazão da cidade de Évora

Era a Universidade. Ornara-se o pórtico de colunas jónicas do templo de Endovélico; abrira-se opulenta livraria e magnífica sala dos actos, cláustros e pátio cuja fonte marmórea era alimentada pelo aqueduto de Sertório. Os padres aposentariam o nobre senhor com a sua habilidade de sempre, fundados no que dêle esperavam. Os jesuítas portugueses, ou, pelo menos, os que estavam dentro das raias, eram adversários do govêrno espanhol; os seus irmãos, residentes no território vizinho, detestavam os levantamentos contra o domínio felipino [1].

Atribuir-se-ia aos inacianos a grande propaganda sebastianista iniciada sinceramente por D. João de Castro, o amigo do Prior do Crato, exilado, que mandara procurar o rei à Costa da Mina, e continuando sôbre as profecias do Bandarra e de Simão Gomes, ambos sapateiros, de sangue judeu como quási todos os profetas. Os jesuítas tinham protegido muito o segundo, no que os imitara o cardial D. Henrique e o próprio D. Sebastião. Começaram a aplicar-se ao regresso do rei, desaparecido em Alcácer Quibir, tôdas as trovas escritas outrora, acrescentando-lhes algumas mais certeiras e apropriadas ao que se desejava. O rei viria, em manhã de cerrada névoa, libertar a nação depois de ter cumprido os seus fados. D. João de Castro, o iniciador da seita, escrevera, em 1602, o *Discurso da vida do sempre bemvindo e aparecido rei D. Sebastião Nosso Senhor o Encoberto desde o seu nascimento até ao presente, feito e dirigido por D. João de Castro aos Tres Estados do Reino.* Teimara, ainda, com a apresentação de novo livro: *Ajunta do Discurso Precedente aos mesmos Estados pelo mesmo autor no qual adverte como El rei de Hespanha se houve com El rei D. Sebastião depois que o teve em seu poder.*

Êle acreditara ou fingira crer que Marco Túlio Catizone, um charlatão calabrês, era o rei escapo do cativeiro.

O que fôra, ao começo, desejo de alguns figurarem nas galas, tornara-se, depois, fonte de patriotismo, embora os falsos reis que apareceram não tivessem deixado de suas aventuras a menor dúvida acêrca das suas identidades.

O primeiro, «o rei de Penamacôr», era filho de um oleiro de Alcobaça; o segundo, «o rei da Ericeira», Mateus Álvares, provinha de uma família pobre da Terceira; o «Pasteleiro do Madrigal», outro impostor que se fizera passar pelo monarca português, chamava-se Gabriel Espinosa, e, considerado elemento revo-

---

[1] «O viso rey publica e particularmente interessado na Restauração de Pernambuco (pelas causas que a ninguém esquecem) procurava esforçar todos as meyos de que conseguisse.» A Índia com o Brasil e mais conquistas do Reino, infestadas do poder inimigo, não acudiam com réditos suficientes em socorro. (D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política,* 1).

[2] Col. Pomb., Bib. Nac., códice 738.

[1] Em 22 de Dezembro de 1640, o padre Sebastião Gonzalez escreveu ao padre Rafael Pereira: «que tal temeridad (a revolução) no deixará de ser castigada por su Divina Magestad El rei Nuestro Señor», etc. *Memorial Historico Español,* publicado pela Real Academia de História de Espanha.

lucionário, fôra instruído por frei Miguel dos Santos, que o apresentara à melancólica D. Ana, bastarda de D. João de Áustria, reclusa no convento de Santa Maria del Real de Madrigal. O calabrês Marco Túlio era um aventureiro como os outros. Nascera de Hipólito Catizone e de Petrónia Cortez e casara com Paula Gallardeta.

Tudo isto se provara, mas a ânsia messiânica arrastava como fortíssima levada e havia quem acreditasse sinceramente na vinda do Encoberto. O cadáver sepulto no mausoleu dos Jerónimos era o recheio putrefacto do «moimento das mentiras».

A crença ressurgiria pelo impulso da obra *Paraphrase e concordancia de algumas prophecias do Bandarra sapateiro de Trancoso,* que D. João de Castro ([1]) escrevera. O mistério feria as imaginações. Dizia-se que os jesuítas animavam espantosamente aquela crença emmalhetando quadras mais claras entre as atribuídas ao vate. Não escaparia depois António Vieira à fama de colaborador do intuito em desejo firme de guerra contra a Espanha. O duque de Bragança, hospedado pelos jesuítas, que eram menos escrupulosos nos rigores da regra sôbre alimentação, esperava resarcir-se das dietas dos cartuxos. Chegara, porém, uma sexta-feira e, quando viu magnífico peixe na baixela que o seu oficial lhe apresentava, não se conteve:

— Já vejo que vim a Évora para jejuar!

Logo, intencionalmente, um dos padres retorquira:

— Senhor, os jejuns são vésperas de grandes festas.

Sorriu agradado e, metendo a garfada na bôca habitualmente afeita a viandas, não desdenharia mais do pescado daquele modo oferecido.

Na Sé, prègava um jesuíta, o padre Gaspar Correia ([2]), seguro patriota. Fizera longa oração, erudita e grave, concluindo dêste modo: «que ainda esperava ver o duque de Bragança com uma coroa...» Pausara a voz, detivera-se um instante e acrescentara: «de Glória».

A-pesar-de serem proferidas num templo, aquelas palavras receberam aplauso público. Entendera-se que ali começava audacioso protesto.

A alusão lembraria durante longo tempo. O duque recolhera a Vila Viçosa a tratar de suas propriedades, a deliciar-se com a música, a picar toiros, ou em montarias, e os jesuítas prosseguiram nos seus propósitos de propagadores de protestos.

Ao fim de dois anos, Évora parecia preparada para a resistência às draconianas medidas do govêrno espanhol.

Corriam de mão em mão certas sátiras, que, se não provinham dos jesuítas, deviam ter autores congregados para o fim de levantar os espíritos contra os estrangeiros. Conjuravam revolucionários na capital alentejana.

Quando da visita do duque de Bragança, se houvera algumas suspeitas, elas foram sepultas ou disfarçadas em Madrid, porque o rei ainda elogiou os eborenses pelas festas em honra do parente. Os espíritos mostravam-se ali mais aptos para a rebelião que em qualquer outro ponto do país, mercê da tenaz insistência, e por isso, quando, em 1637, se intimou a cidade ao pagamento de dois mil ducados que lhe cabiam no rateio do imposto geral de quinhentos mil cruzados, houve, desde logo, rumores de má vontade para o pagamento. Os corregedores deviam fazer a cobrança e André de Morais Sarmento foi dos mais prontos no aviso da finta. Era legista; subordinado aos espanhóis, procurava agradar-lhes e propusera aos vereadores uma plataforma: o imposto pago pela quarta parte dos quinhentos mil cruzados era ainda suave e demonstrava a clemência régia. Os camaristas ouviram-no e, encarrancando, desculparam-se com a relutância popular.

Era em Agôsto, quando o sol arde e abrasa o Alentejo; as próprias paredes brancas dos casais tinham revérboros de fornalhas e a cólera, com as excitações anteriores, incendiava os ânimos.

Se o povo protestava, dizia o magistrado, mandassem-lhe o seu juiz e o escrivão. Eram êles Sesinando Rodrigues, fabricante de odres, e João Barradas, afiador de espadas. Não se recusaram à entrevista, marcada para o dia 21. Foram; fizeram-se acompanhar por alguns amigos e logo acudira a multidão, que os viu entrar em casa do corregedor mas não sair. Êle quisera detê-los, tornando-os responsáveis pelo que se decidisse contra a aplicação do imposto. Pediram para comunicar aquelas palavras aos populares, mas o magistrado recusou ouvi-los e ameaçou-os com castigos, evocou a fôrca e «afirmão que metera em sua casa o algoz e outros oficiaes de justiça, pertencentes á execução de suplicios.» ([1])

À vista do carrasco, o juiz do povo sacudiria a obediência; abrindo ràpidamente a janela, pediu socorro, bradando: «Que morrião pello livrarem do trabalho que lhe querião dar os Ministros de El rey.» ([2])

Raivaram vozes violentas e a turba, rugindo, atirou-se contra o portão da residência do corregedor. Êle, atónito, ouvia as imprecações, as frases rubras, os apodos, os berros, e viu os montões de lenha regados de azeite e os archotes com que se lhes pegou fogo.

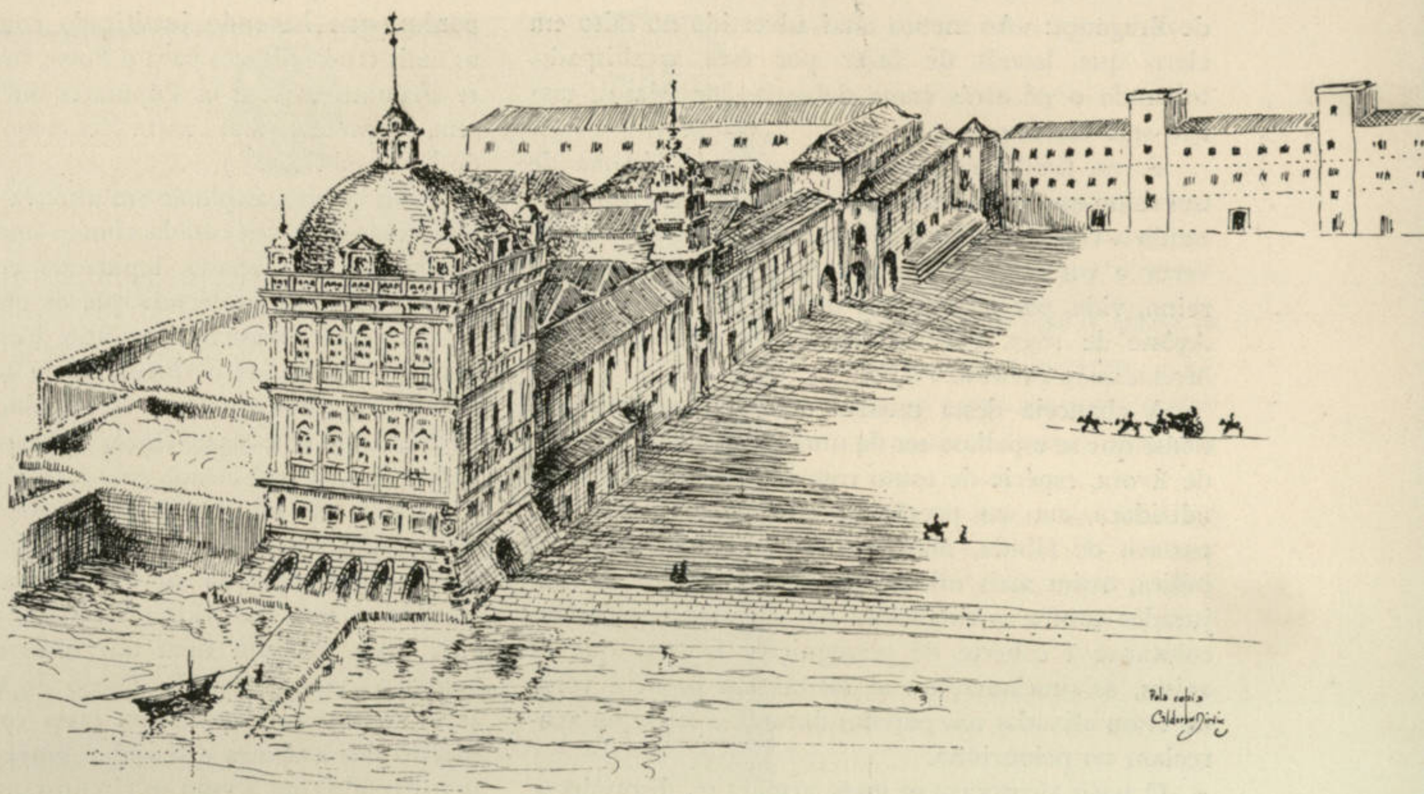
([1]) D. João de Castro era neto do glorioso vice-rei da Índia do mesmo nome e filho de Álvaro de Castro; estivera em Alcácer Quibir; seguira o partido do Prior do Crato e morrera em França em 1623.

([2]) Era natural de Olivença. Nasceu em 1583 e faleceu em Évora em 1654, depois de ter estado durante muito tempo em Madrid, onde o obrigaram a justifcar as suas atitudes.

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora,* I.

([2]) Idem.

Os clamores de morte aterraram-no e pôs-se em fuga; escamugira-se. A multidão assaltava a residência, destruía o mobiliário, pairava como uma praga partindo, calcando, devastando. Os papéis seriam queimados com os móveis no largo fronteiro e «afirma-se, por cousa rara, que tôda a prata, o ouro e dinheiro que despojavam, queimaram na Praça, havendo entre tanta multidão (que constava da pior gente da República) uma só pessoa que se movesse a salvar por seu proveito qualquer jóia das que entregavam às chamas tão liberalmente.» ([1])



Paço da Ribeira onde habitava a Duquesa de Mântua e estavam instaladas as secretarias e altos tribunais

(Cópia de gravura da época, por Calderon Denis)

Os que secretamente actuavam, «Os Meninos de Évora», dirigiam uma missiva ao bispo do Pôrto, D. Gaspar do Rêgo ([2]), considerado muito dos castelhanos e um dos que entendera ser justo o tributo lançado sôbre Portugal. Desde 1635 que corriam as sátiras referventes de insultos para os espanholizados e que não poupavam nenhum suspeito. Consideravam o prelado como a «origem de que êste reino tão católico padeça opressões tão insofríveis, como êle testefica no miserável estado em que se vê, tomando-vos para executar a mais infame emprêsa que em nossos tempos vimos; nem de nossos antepassados sabemos, que até considerada envergonha. Porque, quando a desventura chegasse a tanto, que, como por profecia, houvesse alguém de tiranizar a pátria, fôsse o fidalgo pobre, rico de filhos e falto de rendas; e ainda neste, depois de satisfeito, cessaria a ambição. Mas um prelado a quem havia de faltar o tempo para dar graças a Deus de o chegar a ser, e que aos pobres havia de dizer: *tribuo vobis pro omnibus quæ retribuis mihi*, grã maldade! e com razão podem dizer por vós o que Platão por Dionísio: *Vidimus monstrum in natura hominis*. ¿Que naus vistes entrar nestes portos? ¿Que frotas vistes vir lá das Índias? ¿Que riquezas neste pobre reino? E ¿que farturas neste nosso Alentejo que, como filho tão mimoso de seus pais, sentiu como de padrasto o pão do vosso alvitre? Mas a verdade, Aquelle que é a mesma verdade, diz no Deuteronómio, cap. 4.º, *Colligete ex vobis viros sapientes, et nobiles*. A ciência em vós é em tudo um retrato natural da de Nero que aprendeu todas tendo por mestre ao grande Séneca, e foi um dos mais torpes tiranos do mundo, até chegar a matar sua própria mãe, como vós agora quereis fazer à amada pátria; porque, enfim, ciência sem virtude, não vem a ser nem uma nem outra cousa; mas êle já nenhuma professava e vós professais ambas e não exercitais alguma. A nobreza conservam os que carecem dela, e a dar-lhe nascimento, na benigna clemência, é para que, convocando os ânimos, esqueçam a baixeza dos seus progenitores. E vós, pelo contrário, quereis dar vida às de António Fernandes, vosso pai, e de Ana Antónia, sua mulher... Os extremos todos são maus. Temos rei católico, não o façais tirano; é príncipe benévolo, nos o façais cruel. Deixai Portugal ser pobre já que vos deixou ser bispo.»

O resto da carta imprecativa era todo neste estilo. Havia uma referência ao antiste que casara os duques

---

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora*, I.

([2]) Sucedera a D. João Valadares em 1637. Sabedor; promovia os sacerdotes que mereciam os graus por seus talentos. Morreu em Lisboa em 1639. (Padre Agostinho Rebêlo da Costa — *Descrição Topográfica e histórica da cidade do Pôrto*.

de Bragança: «Ao menos estai advertido no salto em claro que haveis de fazer por êste arcebispado, tomando o pé atrás como Sebastião de Matos, mas não seja destas partes.»

E, no final, acrescentava-se: «Tende lástima de um reino que, sendo antigamente um mar, se vai esgotando a Castela por um Rêgo. Nosso Senhor vos converta e vos traga a nossas mãos, para aumento do reino, vida, paz e quietação do seu rei. Évora, 27 de Agôsto de 1637. Por mandado do povo todo junto. *Monoelinho Menino.*» [1]

A chancela desta missiva atrevida indicava um nome que se espalhou ser de uma personagem popular de Évora, espécie de tonto com repentes de bom rir, «dizidor», em seu pregão de ruas. Para outros não passava de fábula, marcava figura inexistente, simbólica, assim mais misteriosa, sob cuja égide os conjurados contra as exigências dos espanhóis poderiam colocar-se a coberto de perseguição. É certo que os avisos, as proclamações, as sátiras em prosa e verso ou eram afixadas nas paredes durante a noite ou apareciam no pelourinho.

O povo alvoroçava-se mais, armava-se, dispunha-se a tudo; chegou o momento de impor suas vontades, de dizer, em voz alta, o que lhe exaltava o ânimo.

A nobreza assustava-se e, reünidos na igreja de Santo Antão, os próceres deliberaram, sob a presidência do arcebispo D. João Coutinho. Estavam ali o antigo vice-rei, conde de Basto, com cuja popularidade se contava; o marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, parente dos Braganças, e seu irmão, D. Rodrigo; o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal; o comendador-mor de Aviz, D. Francisco de Lencastre, e D. Jorge de Melo.

O seu primeiro pensamento consistia em sossegar a população e ofereceu-se-lhe «para interceder com Sua Majestade, até alcançar sôbre perdão algum bom sucesso com que todos ficassem satisfeitos.» Recordavam o olvido a que se votara, nove anos antes, a revolta das «Maçarocas», no Pôrto.

Não era o que os ocultos agitadores desejavam; afirmavam: «Que os Senhores e os poderosos de Évora não sentiam deshumanamente a execução do povo; que para os grandes nunca havia novas leis, que não fôssem interpretadas em seu cómodo, que ainda contra observância das antigas se armavam privilégios; porque ou não queriam dever, usando da sua franqueza, ou não pagar, abusando da sua autoridade. Que procuravam merecer com o Príncipe, à custa das ruínas da Pátria. E agora se congraçavam com o Povo para se justificarem depois com El-rei oferecendo para vítima, ao sacrifício da sua felicidade, inocente e simples vulgo, cujo sangue derramasse, como de animais obedientes costumava a bárbara gentilidade; porém, que havendo justificado com El-rei, seriam os mais cruéis algozes para o Povo; finalmente ou que se afrontassem com os Populares ou entre si dividissem, ou procederiam contra êles como contra inimigos do bem público.» [1]



[1] Camilo — *Noites de Insónia — Manoelinho de Évora.*

Soou como a explosão simultânea de mil petardos esta resposta acrescentada com o apedrejamento das janelas do arcebispado, lapidando em doestos e aos seus vidros com projécteis que os estilhaçavam. Não se pouparia ninguém. D. João Coutinho [2] adivinhava-o; perdera-se o respeito pela sua mitra.

Com efeito, assim era. A popularidade do conde de Basto, tão citada por Diogo Soares, também recebia rude golpe. A cruz alçada pelo arcebispo para impedir a invasão do seu paço não aparecia como égide. Os populares acudiram ao palácio do antigo vice-rei; a criadagem aperrou os bacamartes para a defesa quando o som dos vidros quebrados, tilintando na rua, mais coragem dera aos insurrectos. Arrombavam-se as portas, mas D. Diogo de Castro quis que as escançarassem; apareciam faces congestionadas ao luzeiro dos archotes e o velho, grave e solenemente, percorrendo com a vista os circunstantes que enchiam o seu salão, increpou-os:

— «Povo de Évora, ¿que me quereis? Sou vosso natural; três vezes governei êste Reino sem vos fazer agravo. Aqui me tendes e, se para vossa quietação serve a minha morte, matai-me e sossegai-vos; se quiserdes poupar-me a vida, para vos ajudar, ao remédio que vos convém, obrai como quiserdes; mas não vos esqueçais de que sois Portugueses donde nunca houve deslealdade.»

Fôra digno e valoroso; a turba descobriu-se e deixou-o, como sempre que um homem insultado pelas multidões as sabe defrontar, embora correndo risco de vida. É o holocausto ao brio oferecido às fauces do monstro nem sempre feroz até à insensibilidade máxima.

Os jesuítas manobravam secretamente. Acima de tudo, queriam contrariar os espanhóis; preparar a resistência e nela era conselheiro principal o doutor Sebastião do Couto, inaciano mestre de teologia, «dos mais célebres do seu tempo» [3]. Acaudilhavam-no, no mesmo mistério, os reverendos Álvaro Peres Pacheco, descendente do grande Duarte Pacheco, o Decepado, da batalha de Toro; Diogo Lopes e aquêle prègador Gaspar Correia, que, dois anos antes, profetizara do púlpito uma coroa para o duque de Bragança.

[1] D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.

[2] Era filho do primeiro conde de Vila Franca. Fôra bispo do Algarve e de Lamego, reitor da Universidade e deputado da Mesa da Consciência e Ordens, e seria, em Madrid, o presidente do Conselho de Portugal, pois procurou abrigo em Espanha após a investida popular. Morreu em 1643, no dia 12 de Setembro, em Elvas, quando se dirigia para o arcebispado.

[3] D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.



Reprodução do aviso de Miguel de Vasconcelos ao presidente da Câmara de Lisboa, relativo à entrada da duquesa de Mântua na capital

(Do Arquivo Municipal)

Êles não surgiam na praça, mas manobravam movendo patriòticamente os eborenses, e talvez tivessem sugerido aquela fórmula entre misteriosa e sarcástica do *Manoelinho*, ditador popular. Os frades ambicionavam sossêgo, não tanto pela causa como pelos efeitos, que lhe resultavam em dano temporal, de que se desejavam livres. Desta opinião era a maior parte dos poderosos; só a Religião Domínica tinha descobertamente o sentimento contrário (1).

A duquesa de Mântua lançou ao desprêzo o que se chamaria, oficialmente, «As Alterações de Évora»; a seus olhos não passava de um tumultozito; para os eborenses a desordem redobrava porque continuavam a aparecer as notas, as provisões, os éditos, que ao *Manoelinho* se atribuíam. Sempre que se queria intimar alguém a proceder de qualquer forma, mandava-se a ordem com aquela chancela e todos obedeciam, temendo as conseqüências. «Chegou a tanto a autoridade dos seus mandatos que bastava para que um Cidadão, Fidalgo ou Ministro, deixasse a cidade, casa ou ofício ou entregasse sua fazenda ser-lhe assim mandado pela incerta voz do «Manoel», porque já se sabia que nela era inclusa tàcitamente a vontade do Povo a que nenhum poder resistia. Assim se observou com muitos suspeitos, dando-lhes os têrmos de dias e desterros que foram dos condenados inviolàvelmente obedecidos, porque, depois do preceito, cominavam logo as penas, que se seguiam à sua inobediência, as quais não eram menos a de morte e incêndio.» (2) Tratava-se de uma sociedade secreta que actuava até sôbre a

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.
(2) Idem.

Câmara. Existia o govêrno dela, o de Felipe, e o do povo movido por mão oculta, a qual devia ter animadores poderosos, de-certo os jesuítas.

Começou parte do Alentejo a seguir o exemplo da sua capital. As povoações vizinhas de Évora rebelavam-se e seguiam em direcção a Vila Viçosa, talvez incitadas pelos secretos manejos, e ali aclamavam o duque, pediam sua presença. Voltavam-se para êle messiânicamente em busca de um chefe amado. Não havia outro; era êle. Saíu do paço, a cavalo, com seus aios o pequenino D. Teodósio, vestido de gala. Contava apenas três anos o filho de D. João, que, «por causa de hũa grave enfermedade, estava impedido, para por si mesmo, como desejava, se empregar em beneficio da quietaçam publica.»

Os pasquins continuavam a produzir o seu efeito. O alcaide da côrte, D. Francisco Valcarel, que dera o seu nome ao bastardo do conde-duque de Olivares, escrevia para Madrid: «Todo este reyno está alvorotado y levantado a cara descubierta, lo más principal de el y dentro de Lisboa mismo estuvo ayer muy cerca de suceder lo mismo (1) y no lo assegurarè sé yo por ningun interés, si en toda la semana, que viene, no llega un gran remedio de Madrid que no lo espero ni cosa buena en la era que corremos.»

A carta, deveras interessante, explicava como o imposto alvorotara o povo eborense, a tal ponto que «los niños le quemaran la casa al corrigidor y al escribano y le tomaran los papeles y en Oporto hacieron lo mismo, y en Extremoz e Borba y Vilaviciosa y apedreciaron al duque y lo tienen encerrado en casa.»

(1) *Memorial Historico Español*, tômo XIV.

As notícias chegavam, volumosas e desvirtuadas, até ao alcaide da côrte, que não averiguara bem, e as transmitia com o pânico. Dizia existir, por capitão dos bandos em Évora, um rapaz de dezasseis anos, «a quien nadie conoce; su traje desarrapado, un mal capotillo pardo y una montenera, nadie la visto nunca reir. Llama-se Manueliño. Este ha traballado en todos los logares per capitan y puso en el Peloriño de Evora este escrito que va con esta y que sacado de la letra y al dia de la fecha está en Olivenza y sin conocer-le nadie, el sabe el nombre de todos.» ([1])

O papel em questão, entre jocoso e audaz, intitulava-se: «Carta Pastoral de los inocentes de Evora».

Encobria-se o «Manoelinho» em mistério; era, quando muito, o irresponsável agente dos que secretamente lidavam. Tudo quanto sucedia lhe atribuíam:

«Fué este Manueliño a la Alfandega y quemó los libros y todos los papeles de los archivos; quebró los pesos à los carniceros y las medidas, por amor de que no se pague sisa. Trae ejercito de muchachos con capas y banderas y llegando a hablar com alguem no lo saben perder el respeto.»

Receava-se o povo, que naturalmente o incitava à mascarada defendendo-o.

Aos pasquins em prosa sucediam-se os mais fáceis de decorar, os escritos em verso. Um dêles intitulava-se: *A El rei Nosso Senhor:*

Senhor, vosso Portugal,
de vossos pais estimado,
e sempre dêles tratado
como amigo tão leal,
hoje, em miséria fatal,
está pobre e lastimoso;
e o govêrno rigoroso,
que tanto o tem perseguido,
lhe nega, sendo ofendido
o alívio de ser queixoso.

Era como uma memória na qual se focavam muitos dos aspectos da situação nacional.

Na mantuana princesa
tinha librada a esperança.
Em fim, chegou; mas alcança
que já esperar não convém:
pois tão ruins lados tem
neste império desigual
que só pode fazer mal
e não sabe fazer bem.

E vinham as queixas e os apodos a Diogo Soares, a «Salazar e o Leitão, que só diferem na fórma», dois desembargadores castelhanizados, sendo o último alcunhado de *Guedelha*, nascido de uma meretriz e casado com outra, a celebrada Vicência, filha de uma certa Bárbara, alcaiota da rua dos Cabides.» ([1])

Êste ministro cruel
já em tudo se intromete.
Olhai que coisas promete
junto co'o holandês Sinel.

Atacava-se, depois, D. Sebastião de Matos Noronha, o bispo de Elvas:

Porque aquêle pai que eu sei
por infâmia e por traição
até quarta geração
foi julgado pela lei;
dêste um filho (ó alto rei)
sacrílego bispo é!

Seguiam-se mais doestos, até que os versos explodiam:

E, por não parar o extremo
dêstes o mais vil ladrão
bêbado, torpe e bufão
e secretário supremo!

Miguel de Vasconcelos ficava retratado e cuspido nesta quadra feroz.

Não faltava a alusão a Lucena, apedrejado quando da «revolta das Maçarocas»:

Não me espantarei que venda
por baixo preço a valia
da Pátria e da Monarquia,
pois, nas mudanças que faz,
falso, traidor e sagaz
tôda a sua esperança fia ([2]).

As décimas terminavam com o sarcasmo violento:

Em fim de tanta crueldade
vos avisa o reino junto,
Portugal que por defunto
se atreve a falar verdade.
Vossa altiva majestade
mostre agora os seus poderes
que, entre tantos pareceres,
qual pode o govêrno ser
se, à conta de uma mulher,
governam tantas mulheres! ([3])

([1]) *Memorial Historico Español*, tômo XIV.

([1]) Camilo — *Noites de insónia — O Manuelinho Poeta.*

([2]) Mais tarde, sendo secretário de Estado, acusaram-no de conspirar contra o rei. Foi prêso e subiu ao patíbulo. Correu que se correspondia com seu filho Afonso, que estava em Madrid e odiava Portugal, mas não se comprovou claramente o crime que o levou ao cadafalso em 28 de Abril de 1643.

([3]) Camilo Castelo Branco diz no seu livro *Noites de Insónia*, onde publica os versos, que êles lhe lembram o estilo de Duarte

A assinatura era a de sempre: «MANOELINHO o fêz com a aprovação do Senado todo junto.»

O movimento prosseguia intensamente.



Em Novembro, daquele ano de 1637, constava o seguinte em Madrid:

«El estado de las cosas de Portugal es tal que ha obligado S. M. de resolver-se a salir de su reposo y de hacer jornada que se ha publicado para 6 del mês que viene y el Consejo dicen que partirá a 28 deste.» ([1])

Anunciava-se a composição do séquito, sempre em língua espanhola, mas que preferimos traduzir ([2]):

«S. M. parte com alguns dos seus criados mas outros o irão seguindo dentro de diferentes dias. Conta-se com mais de quinhentos «acroys» (denominavam-se assim os gentis-homens guerreiros) e outros tantos oficiais de ucharia, outros tantos cavaleiros, muitos de várias categorias, sendo todos considerados criados da casa e gente de paz.

«Para êste efeito, o conde de Castro, que toma o lugar de mordomo-mor, enviou bilhetes aos gentis-homens da bôca e da casa, avisando que se aprontassem para quando S. M. tenha que sair, estes com três cavalos e aquêles com quatro e o seu porteiro do conselho de ordens vai prevenindo os cavaleiros para que estejam a postos.

«O alcaide de Quinoñes e o tenente Barrera devem ter partido ontem para a prevenção relativa aos mantimentos. O senhor D. João Chaves foi nomeado para acompanhar S. M. na qualidade de presidente da Justiça e, enquanto ao que diz respeito às armas, vão-se fazendo também as prevenções necessárias como se fôsse para a conquista de qualquer província.

«Partiu, em 16 dêste, o marquês de Valparaíso para Sevilha a-fim-de levantar gente e ser mestre de campo general do exército com que o duque de Medina Sidónia entrará pelo Algarve. Mandou o duque de Nochera por Mérida e a Diogo de Córdova que entrasse pelo lado que confina com Zamora. Isto em relação à terra; mas, para não deixar descoberta a parte marítima, mandou-se ordem aos navios de Dunquerque, que estão na Corunha, para que vão ao pôrto de Lisboa, e dizem que mandou o mesmo a D. Lope de Hoces, sendo-lhe expedidos mais de dez correios uns sôbre os outros. Êste é o miserável estado em que ao presente se encontra e o que ameaça; sem embargo não faltam palradores que não podendo persuadir que não se fará a jornada de S. M., afirmam que todo o barulho se faz para atemorizar os portugueses e que se aguarda correio com resposta a um perdão que se pediu para cá com reservas.»

Parece que os «palradores» ou «discursadores» tinham razão. Não se pensava a sério na viagem real anunciada pelos jesuítas de Espanha, entre si. A duquesa de Mântua procurara, ao fim de algum tempo, debelar o que já tomara proporções em Évora e nalguns lugares próximos. A insurreição aumentaria extraordinàriamente. D. João de Bragança não se manifestava. Encontrava-se enfêrmo, ao que se dizia, e a vice-rainha, cheia de soberba, julgava suficiente para acalmar sediciosos a presença do seu capelão, frei Manuel de Macedo, «da Ordem de S. Domingos, pessoa de grande aplauso em todo o Reyno» ([1]). Não o consideravam, assim, os de Évora ao verem-no por embaixador da duquesa. Receberam-no mal e êle voltou irritado, tornando-se «mais uma testemunha de crédito na informação do perigo» ([2]).

Pensou, então, o governador em enviar aos sediciosos Fernão Martins Freire, senhor de Bobadela, cujo poder entre os eborenses lhe pareceu capaz de resolver o que tanto desejava: a quietação das gentes. Desconfiaram dêle porque vinha de Lisboa e disseram-lhe que, se estivesse em Évora, tê-lo-iam chamado; agora não lhe davam lugar na Junta. De pouco lhe valeu a sua reputação, pois era-lhe difícil actuar sòzinho entre tanta gente que pretendia dirigir o movimento em vários sentidos.

Não queriam aquietar-se e decidira-se o empregar a fôrça. Mobilizar-se-ia o têrço da armada portuguesa, mas não havia mais de quatrocentos homens, impotentes para assegurar a ordem. Os fortes contingentes nacionais estavam combatendo no Brasil e na Flandres; solicitar soldados castelhanos para reprimir o motim tornava-se perigoso para todo o reino, pois podiam sublevar-se outras localidades, visto haver intranqüilidade manifesta até nas proximidades de Lisboa. Os que deviam acalmar os rebeldes sentiam-nos apoiados em motivos maiores que os postos à vista:

«Que sempre o ódio dos portugueses fôra natural aos castelhanos e que sôbre a razão de dominadores aborreciam por uma herdada contradição que em tempo do seu silêncio cessara mas nunca se extinguira e era a razão para que agora se achasse com maiores fôrças, destacando-se todo o tempo que se não havia exercitado em acções públicas. Mas que no próprio tempo da sua dissimulação não podiam ocultar os sinais da sua falta de obediência, cujo efeito não

---

de Macedo. É possível que sejam de sua autoria as sátiras. Doutorara-se na Universidade de Évora; fôra discípulo dos jesuítas e juiz de fora em Elvas. Depois grande diplomata, escritor, magistrado e poeta.

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) Idem.

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I. O dominicano nascera em Pernambuco em 1603 e faleceu em Angola no ano de 1645, depois de ter sido deportado para a Índia.

tardaria mais que a ocasião, como se ia mostrando, tomando os povos antes que lha desse.» ([1]).

Havia, pois, um profundo sentimento de revolta que só aguardava favorável ensejo para ir mais longe.

«A malícia presente me mostrava duvidoso, porque El-rei, na opinião dos Portugueses, era mais hóspede que Senhor. E que, pois, se comediam sòmente pelo temor da grandeza que amar respeito a Majestade ou amar à pessoa do seu Príncipe.» ([2]).

A êste parecer de uns antepunha-se o de outros querendo deminuir a importância das Alterações, vendo-as localizadas em pequena cidade e os nacionais desarmados e, para demais, sentindo os fidalgos dependentes de Castela. Aplicar-se-ia remédio menos forte, usando-se do engenho mais que das violências, pois mais arrebatados ficariam os ânimos depois de elas se empregarem imoderadamente. Devia ter-se pensado na possibilidade da mobilização do estado régio com intuitos da viagem de Felipe IV a Portugal. A Espanha duvidava da própria fôrça, mas o conde-duque de Olivares não atendia razões do jaez das expostas e, enchendo-se de cólera contra os rebeldes, pensaria em mover o exército disponível, a-pesar-da guerra com a França. Lembrou-se de enviar o duque de Nochera, napolitano, à frente das hostes de que era imediato Diogo Luiz de Oliveira, de nacionalidade portuguesa. Meditou com o Conselho: o chefe era estrangeiro e não devia castigar os que êles consideravam espanhóis; o seu tenente pertencia à nação que se propunha e não desejaria punir, querer «ser açoute da sua própria Pátria» ([3]).

No fundo, receava-se já em Espanha o desenvolvimento da revolta, visto em vários lugares do Alentejo e igualmente em Abrantes, Tancos, Santarém, e ainda noutros sítios, se «começaram a mostrar vontade de grande revolução». Pressentia-se a luta. Receava-se pela Beira, Minho e Trás-os-Montes, e mudando-se a infantaria espanhola de Cascais para os pontos da Estremadura mais agitados, esperou-se manter o sossêgo a-fim-de se poupar Lisboa ao contágio da rebeldia.

Temia-se a possível acção do duque de Bragança, já convalescente; depois da agitação na sua vila, maiores foram as desconfianças.

«É fama que neste tempo por via de religiosos confidentes lhe fizeram várias lembranças de que era tempo de se restituir da Coroa usurpada ao seu Avô e Pai. Porém, quando estas inculcas foram mais dignas de ser ouvidas, lhe foram mais suspeitosas, achando-se de todo inadvertido do fim a que dirigiam seu propósito os Povos que fabricavam a mesma novidade que não entendiam.» ([4])

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.
([2]) Idem.
([3]) Idem.
([4]) Idem.

Asseverou-se: «apenas rebentou a insurreição de Évora logo um emissário francês disfarçado em monge de S. Francisco veio a Portugal para observar o estado dos espíritos, mas encontrou a insurreição reprimida e, segundo parecia, pouco dispostos a insurreccionar-se.»

Também se afirma que Richelieu, em 1634, incitara secretamente o duque de Bragança a apossar-se da coroa e que não podendo resolvê-lo e procurando, por tôda a parte, auxiliares contra a Espanha, em 1636, 1637 e 1638, firmou, sucessivamente, alianças com Hesse, com os Grisões, com a Sabóia e com a Suécia, tendentes a combater eficazmente em todos os pontos da Europa os diversos ramos da casa de Áustria ([1]).

Era o que o conde-duque de Olivares temia, hesitando em empregar a fôrça contra Portugal. Enviara a Évora o reverendo João de Vasconcelos ([2]) da casa de Figueiró, contando com a sua muita influência e conferindo-lhe poderes para tratar com os rebeldes. O frade entendeu-se com os membros da Junta do convento de Santo Antão, que o ouviram e protestaram em queixas «de nova carga de direitos que não queriam receber» e «antes dela satisfeita, senão havia de tratar o remédio de outra alguma cousa». Queriam ser absolvidos e isentos de quaisquer tributos novos e o perdão geral. Entrara-se, ainda assim, em grande disputa, mas duvidando dos grandes poderes do agente e tendo o povo por ludíbrio tudo quanto fàcilmente prometia. Só se aquietaria mediante cédula assinada pelo real punho.

Olivares declarara que o reverendo se excedera e escrevera-lhe dizendo fôssem os culpados «a pedir el castigo a Su Magestad, postrados a sus piés, por los yerros que luzieron». Indignava-se; não queria admitir sequer a hipótese de se imaginar ter el-rei «capitulado com Évora», visto isso ser motivo para «ocasionar con justissima razon, no solo a todo lo demás Portugal, sinó a todos los Reynos suyos de Europa, de las Indias y India que luziessen lo mismo».

Informava que «todos unanimes tienen aconsejado Su Magestad que no trate más que castigar Evora luego; e por consequencia todos los demás lugares, que la han seguido». Considerava traidores os divergentes àquela opinião e acentuava: «el ultimo desconsuelo de mi vida y el que no creio ver y el para que no quizera ser vivo, es el dia em que se ordenare entren en Portugal las armas de Su Magestad; y assi suplico a vuessa paternidad, con todo el encarecimiento, que puedo (crea-se de mi que no engaño a

([1]) *História de Portugal*, por uma Sociedade de Homens de Letras.
([2]) Era irmão do conde de Figueiró, Francisco de Vasconcelos, e filho de Manuel de Vasconcelos, membro influente do Conselho de Portugal em Madrid e a quem Felipe III concedera o título para o primogénito.

nadie) que procure vuessa paternidad, antes que llegue el correo de acá que esses hombres desdichados se pongon a los piés de Su Magestad, com el arrependimiento que deven». Ameaçava: «porque este año ha de dar en tierra este giganton de trapos».

Tratava dêste modo os rebeldes; Richelieu não acharia melhor designação para aplicar à combalida e vasta Espanha do que o encontrado pelo conde-duque em relação aos alteradores da cidade portuguesa.

Pedia para afirmar ao marquês de Ferreira a verdade do que dizia e aconselhava-o a não tratar com religiosos. E «niés ya tiempo de andar con más platicas con picaros como lo verá y averiguará que lo son y mui viles». Troçava em sarcasmos; insinuava-lhe chistes, muito irritado, mas afirmando que não queria derramar sangue. Por fim, não podendo conter-se e referindo-se a Manuel de Vasconcelos, pai do frei e grande espanholizado, escrevia por seu punho:

«Señor mio, vuessa paternidad me créa, que si su Padre resuscitara abrazara a esse lugar y le hiciera sembrar de sal.»

Os motivos de tanta persistência na insubmissão seriam, em demazia, comprovados:

Felipe II procurava encobrir, dissimulada e artificiosamente, a opressão em que tinha os portugueses e a falta de cumprimento de algumas das suas mais solenes promessas. Felipe III olhara Portugal com insolente desdém e desapêgo; a conduta de Felipe IV e do ministro Olivares, longe de ser a conveniente para ir apagando as antigas antipatias de povo para povo, foi muito a-propósito para avivar e não para extinguir os ódios entre duas nações, ambas soberbas e altivas, mas conquistadora uma, a outra conquistada; uma opressora, a outra oprimida. A obra da unidade ibérica realizara-se materialmente: a unidade moral, a unidade política, a unidade fraternal não se conseguira e, quando esta união falha, fácil é de agourar o divórcio dos povos.

Sôbre as queixas gerais que os portugueses tinham do govêrno de Castela, como as exacções e tributos como os sobrecarregavam e os exigiam; o modo como eram distribuídos os cargos do reino aos castelhanos e não aos naturais, como se oferecera, e outros semelhantes tinham para demais uma que os havia molestado extremamente: a pretensão de que as Côrtes portuguesas fôssem com as de Castela convocando certo número de deputados portugueses dos três braços contra os privilégios concedidos àquele reino por Felipe II, «y para tratar desto se habia llabado a Madrid a los nobles y prelados y caballeros portuguezes» ([1]).

Para cúmulo, o conde-duque costumava responder às representações: «As necessidades de um grande Rei

([1]) D. Modesto Lafuente — *Historia General de España.*

não se regulam segundo a miséria dos povos e de larga e justa moderação se usa em pedir com decôro o que se podia exigir pela fôrça.» ([1])



A situação era já profundamente irritante desde longos anos. Num memorial afirmava-se: «Tira-se daquele reino para Castela muita soma de ducados além de muitos milhões a que montam os donativos, impostos, direitos da Casa da Índia e Alfândegas, meias anatas e outros serviços; sacam-se também as rendas destinadas para uma armada que navegue por tôdas aquelas costas e se adiante pelos mares e isto por conta dos negociantes que voluntàriamente tiravam de suas fazendas um tanto para aquêle efeito. E tudo isto que podia ser alívio daquele reino e terror dos inimigos, vem que quanto pagam e padecem se desperdiça (porque isto é bem público, assim nesta côrte como em Lisboa), que o Retiro ([2]) consome tudo e irritam-se os ânimos quando discorrem com o que pode ser honra e proveito, injustamente se defrauda sob os pretextos com que foram lançados aquêles impostos e inùtilmente se desperdiça o arbítrio de um homem que, em acabando a sua vida, se ha-de acabar no dia da sua morte a memória do que foi e hoje é e sem escrúpulo de temerário me atreveria a dizer se dariam os reinos por resarcidos de todos os danos, caso chegasse prestes êsse dia.» ([3])

Quando o conde-duque de Olivares decidiu intervir eficazmente em Évora, não estavam em Madrid nem Francisco de Sousa Coutinho, representante da casa de Bragança, nem D. Francisco de Melo, que ainda a servia com esperanças e agrado dos espanhóis. Substituíra-os António Pereira da Cunha, mas preferiam-se pessoas de mais categoria para a resolução do caso com o duque brigantino. Tôdas as personagens importantes, ligadas à casa, se escusavam o mais possível, pois tratava-se de justificar a situação do grande senhor ante o que se passava.

D. Francisco Manuel de Melo, tão grande em talento literário como em desditas, estava então na côrte de Felipe IV e interveio conforme confessou:

«Procurei instruir a todos os Ministros dos procedimentos do Bragança, mais em modo de referi-los que de louvá-los, mas de tal sorte que não pudessem ser ouvidos sem serem acreditados. As cartas com grande prudência falavam do sucesso e do Príncipe com grande moderação. Devo dizer, como testemunha de vista, que na alegria com que foram recebidos do Rei, valido e Ministros se mostrava bem qual fôsse o cuidado que antes delas pejava seus corações, não sendo poucos os que duvidaram desta demonstração.»

Olivares «falou, depois, breve e suavemente, da pessoa do duque de Bragança, exagerou seu ânimo e

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política,* I.

([2]) O palácio que Felipe IV embelezava dia a dia consumindo milhões.

([3]) D. Modesto Lafuente — *Historia General de España.*

Fac-simile da carta do duque de Bragança apresentada a Felipe IV por João Pinto Ribeiro

a reverência em que tinha seu parentesco, quanto desejava o aumento de sua grandeza e como El rei o estimava.»

«Contra os povos mostrou mais desprêzo que sentimento e, como homem que em grande coração alojava a dor e a vingança, usou (falando delas) mais dos afectos que das palavras.» ([1])

Não concordava com a lhaneza do ministro e secretário do Conselho o ardiloso Diogo Soares, e voltando-se, diante de outros fidalgos, para D. Francisco Manuel de Melo, dissera-lhe que «El rei não seria senhor de Portugal enquanto a praça de Vila Viçosa se não tornasse um prado sempre verde» ([2]).

«Temia o séquito do duque D. João; predizia o Inconveniente e apontava o Remédio» ([3]).

«Foi esta a primeira vez que o Valido Castelhano viu de parte a Constância da Fortuna. Todos os passados acidentes da Monarquia se padeceram em províncias exteriores os quais, pôsto que grandes, deminuía em levante os raios da sua distância.

«Temiam os ministros que dos rebeldes humores que Portugal indicava se gerasse um Câncaro junto do Coração da Monarquia e procuravam, por essa Causa, a sua cura com igual destreza e sem perigo. Ao duque de Bragança acudiam diversas matérias de Estado, a Primeira a sua Conservação, porque para acudir a qualquer parte onde a Fortuna o chamasse convinha estar isento de suspeita.

«Com tal ânimo elegeu e abraçou todos os meios de justificação, afectos do novo ânimo dos homens que se pudesse ser ouviria que os próprios que padecessem ignorassem.» ([1])

Dissimulava muito, o que estava no seu carácter, e de tal modo que nem se confiou aos mais íntimos. Tiveram-no por alheio a qualquer ambição do trono. Adormecera, todavia, as suspeitas do estadista espanhol. Se o duque de Bragança desse o menor sinal de aquiescência aos desígnios rebeldes, teria sido prêso e conduzido para Espanha; finar-se-iam tôdas as esperanças dinásticas e, ou por cálculo levado ao exagêro ou por falta de confiança nos projectos que ouvia, punha-se a coberto do castigo e até da suspeita. Tendo por seu agente em Madrid, o doutor João Pinto Ribeiro, mandá-lo-ia entreter-se com Felipe IV, a quem escrevia acêrca do que chamava um negócio seu.

Julgá-lo-iam tão bom vassalo como os grandes senhores portugueses que viviam na côrte de Madrid e entre os quais muito se distinguiu D. Manuel de Noronha, quarto conde de Linhares, que voltara da vice-realeza da Índia, em 1636, muito injuriado depois de ter feito algumas obras de tômo. Ao chegar a Madrid senhor de tantas riquezas, mais lembrando rajá do que vassalo, dera, talvez, razão ao pasquim publicado contra o seu govêrno. Presenteara Felipe IV com uma fivela de diamantes de alto preço e água real, possível produto do saque de Cambolim, tomada ao mesmo tempo que perdia Mombaça.

As pedras da fortaleza histórica foram substituídas pelas gemas preciosas com que brindava o Rei. À Raínha ofereceu arrecadas tão lindas que logo Sua Majestade se adornou com a jóia e ao príncipe D. Baltasar, herdeiro do trono, uma cruz engastada de pedrarias. Olivares devia ter participado, com outros, das larguezas do fidalgo português, pois exclamara:

— «Estes sim, que são vice-reis e ministros de Sua Majestade!»

Despertaram-se muitíssimas invejas na côrte, as quais aumentaram quando caíram sôbre o conde de

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*.
([2]) Idem.
([3]) Idem.

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.

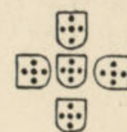
Linhares mercês deslumbradoras. Ofertara aos soberanos cem ou cento e cinqüenta mil ducados de jóias, mas compensaram-no largamente, em Dezembro de 1637, quando ainda estavam vivas as Alterações de Évora. Seria duque de Viseu; seu filho mais velho passaria a usar o título de conde de Linhares e o segundo nomeado marechal de Portugal; o terceiro governaría Sofala por mais três anos. O duque, alçado a vice-rei do Brasil, receberia vinte mil cruzados para representação, cinco mil de renda perpétua e dois mil e quinhentos na mesma mercê destinados a sua nora, filha do marquês de Gouveia. Era o presente de núpcias do Rei de Espanha, acrescentando, ainda, com a patente de general de terra e mar e quatro hábitos para distribuir. Valorizou-se a graça real em seiscentos mil ducados ([1]).

Curvavam-se diante de tantos favores régios e êle permitiu-se levantar a voz contra os desígnios de Diogo Soares relativos às desordens eborenses; surgiu à frente do partido contrário ao valido de Olivares, que tinha consigo outros portugueses, votando a repressão violenta. Era perigoso contrariar fortemente quem tão distinguido fôra pelo monarca e, como era preciso inutilizá-lo, pois fazia sombra, intrigaram-no, tanto mais que não se mostrava adverso ao Bragança.

Movera-se o exército da Cantábria ao chegar-se aos meados de Janeiro de 1638 e afirmava-se que o duque de Medina Sidónia mandara correios com ordens para partir de Sevilha alguma milícia, sob o comando de D. Diogo de Portugal e de D. João Soares, portugueses, e do espanhol D. Alexandre Martel.

«Por tôda esta prevenção havia suspeitas de ver o reino de Portugal tomar armas» ([2]). Corriam grandes boatos sem base, como por exemplo o de terem os rebeldes pedido socorro à Inglaterra e oferecido o país ao seu Rei e que Felipe IV se decidira a esmagar os traidores, estando já seis mil homens em Aiamonte.

Asseverava-se, também, que tinha largado um estafeta com carta instante do soberano pelo qual mandava apresentar a Madrid alguns dos principais fidalgos e prelados portugueses ([3]). Já estava nomeado general do exército da invasão o moço duque de Bejar, cujos dezassete anos não poderiam com tantas responsabilidades, quais eram pacificar uma cidade de ilhargas inquietas. Levava, porém, capitães experientes: D. João de Graneros, D. Cristovão Bocanegra e D. Diogo de Cardeñas. No Algarve entrariam o duque de Medina Sidónia e o marquês de Vale Paraíso com tropas levantadas na Andaluzia. Os amotinados souberam dos preparativos ao tempo em que se debatiam ainda em Madrid as questões entre o conde de Linhares e Diogo Soares, secretário do Conselho de Portugal. Convocara-se a reünião de portugueses para o paço, devendo orar D. Joanes Mendes de Távora, bispo de Portalegre, para responder à consulta feita pelo monarca acêrca da maneira de sanar o conflito. ¿A fôrça? ¿Qual o castigo a dar aos agitadores?



O antiste era sumilher da cortina do Rei de Espanha e filho do conde de S. João da Pesqueira. Falava diante de umas cinqüenta pessoas convocadas, sendo algumas portuguesas e outras castelhanas.

Estavam presentes o duque de Vila Hermosa, antigo presidente do Conselho de Portugal; D. Pedro Pacheco, marquês de Castro Forte, D. Garcia do Aro, conde de Castrillo, José Gonzalez, D. António Contreiras, D. Nicolau Cid, os condes de Linhares e de S. João, D. Francisco de Mascarenhas e Cide de Almeida, desembargador, com outros. Presidia o conde-duque, entre Diogo Soares e D. Fernando Ruiz Contreiras, secretário do Estado da Guerra de Espanha. De pé, o valido do ministro foi explicando do que se tratava, aquêle grande caso de Évora, tão ofensivo de Sua Majestade, e já o colega lera a nota régia na qual se dizia:

«Que Sua Majestade, atendendo à inconcussa (era a própria palavra) fidelidade dos portugueses e entendendo que de presente alguns homens vilíssimos pretendiam perturbar a paz comum e impedir os efeitos de seus serviços, notificando por insuportável o pêso de novos tributos, que no Reino se impunham por causa das novas guerras», verificara a revolta e pretendia que os congregados à sua ordem lhe dissessem «qual seria o melhor meio e forma que se podia dar assim à redução dos povos inquietos como ao castigo daquelas pessoas que o perturbavam».

O valido real acenou ao bispo de Portalegre para se pronunciar, mas o antiste levou tempo a compreendê-lo. Falou desconfiadamente, resolvendo-se pela clemência e exaltou a generosidade régia. Louvou, lisonjeou até à hipérbole e, proclamando a fidelidade ao soberano, julgou ter salvo os rebeldes.

Era uma fórmula; ficava de bem e honrado — ia ser bispo de Coimbra — e atenuaria os castigos.

O conde-duque declarou querer El-rei que a «nobreza do Reino tomasse a seu cargo a redução daquela gente vil com tal condição que com suma brevidade se tratasse da sua emenda», e também mandava que de tudo «se desse parte ao Duque de Bragança, porque, além do que se lhe devia como ao maior do Reino, pela justificação que neste tempo havia mostrado, Sua Majestade lhe estava em tão novas obriga-

---

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) Idem.

([3]) «Vieron, segun se dijo, a ser reprehendidos: los primeros do poco que hicieron en servicio del Rey; los nobles de que no se oponieron totalmente a la plebe y tomaram contra ellos as armas para suprimir la rebellion y los religiosos porque en lugar de predicar El Evangelio, repreender los vicios y refrenar los pueblos, los consitaban a mayores rumores y levantamientos de que oi en las platicas de semejantes materias al mayor ministro quejar-se de los frades daquele Reyno. Querian que no solo hubieron ajudado a la pacificacion como tambien a la ejucarion de el pedido y que para adelante en los otros lugares.» Vibanco, liv. 6.º citado no *Memorial Historico Español.*

ções que pediam esta e maiores confianças, esperando que o Duque, por sua grande autoridade, fôsse o instrumento mais proporcionado da concórdia, cooperando com a Junta de Évora e com qualquer outro Tribunal ou Conselho que em Portugal ou Castella superintendesse a essa negociação.» ([1])

A política era hábil. O duque declarava-se alheio aos motins; alegara a doença e o desinterêsse; o govêrno compelia-o a perder a autoridade pronunciando-se contra os povos.

O conde de Linhares fêz a reverência ao ministro e pediu a mercê de beijar a mão ao generoso Rei que entregava à nobreza a punição dos sublevados. Foi ajoelhar aos pés de Felipe IV, com o bispo de Portalegre e o conde de Figueiró, na qualidade de delegados da assembléia fidalga e prelatícia.

Em Évora receavam-se os exércitos dos duques de Bejar e de Medina Sidónia e começou-se a transigir, receando a influência do Bragança, no que o favoreciam, pois não se comprometia. O arcebispo, D. João Coutinho, oferecia pagar das suas rendas o novo tributo, ficando o povo só com os antigos encargos. Aceitava-se em princípio, mas Diogo Soares, sentindo-se vencido ante aquêle povo por castigar, jurou perder o vencedor, o conde de Linhares, tão amerceado por El-rei.

João Salgado de Araújo ([2]), abade de S. Lourenço de Souro Pires, grande canonista, sábio e ousado, saíra a campo declarando que as Alterações de Évora tinham sua razão nos desmandos do valido de Olivares. Apreendeu o alvejado que o eclesiástico operava por conta do conde de Linhares e, em vez de o deixar seguir com suas honrarias de almirante para o Brasil, declarou, em vénia, que só êle poderia ter autoridade junto do Bragança, sendo imprescindível mandá-lo a Vila Viçosa e a Évora. Atirara-o para a fornalha e livrava-se da sua controvérsia. O conde-duque concordou, molestado pelo muito caso que o monarca fazia do antigo viso-rei da Índia, conquistador de suas graças pela riqueza dos presentes.

O próprio Felipe IV acreditou que êle seria capaz de aquietar os sublevados. Estava na grande rêde da intriga: ou vencia e ficava mal visto dos portugueses, ou fracassava e ganharia o desdém da majestade.

Aceitou, porque não podia escusar-se, e pediu colaboradores, que lhe deram. Primeiro D. Álvaro de Melo, cujo parentesco com o duque brigantino o indicava para a missão; depois o inquisidor António da Silveira Meneses, irmão do influente senhor de Bobadela, e também D. Francisco Manuel de Melo, escritor de génio e pobre de ventura.

Formaram-se dois Conselhos, um em Badajoz, outro em Aiamonte, para tratar das Alterações de Évora, cuja importância era de vulto, pois, se o não fôsse, ter-se-iam seguido outros processos para a debelar. Fixavam-se com as patentes de secretários Mateus de Medrano na fronteira marítima do Algarve e Pedro Guerreiro na cidade do Caia.

As armas iam avançando para a fronteira; as próprias fôrças nacionais foram postas em pé de guerra e mandava-se, sob esta égide e escudo, à Mesa da Consciência e Ordens, para que prevenisse todos os cavaleiros e donatários para estarem prontos à primeira voz.

Linhares ia partir com os seus colaboradores e em Évora começavam a coïbir-se de manifestações, parecendo logrados os propósitos de insurreição. Para demais, o cabido, a câmara e o arcebispo pagariam os dízimos e não havia motivo para a agitação popular.

Trataria, porém, da parte escabrosa da enviatura: o requerimento de perdão solicitado ao soberano, para o que deviam partir para Madrid dois magistrados populares de cada um dos diversos sítios onde houvera tumultos. Assim o determinara o conde-duque. Os povos de novo se agitaram; temeram pela cabeça dos seus chefes; o conde não lhes apresentava uma só chancela de isenção dos representantes das terras perturbadas.

Sesinando Rodrigues e João Barradas dispuseram-se a ir à capital de Espanha, e desde que o juiz do povo de Évora e o escrivão acatavam e se punham em obediência, sob a palavra de Linhares, não havia que hesitar nos outros sítios e assim se participou para Vila Viçosa. De-repente tudo mudou; os comissionados disseram-se impedidos de fazer a viagem, pois o povo não lha consentia. Os nobres também não concordavam, embora se reservassem, e logo o delegado, tomando as suas maneiras de antigo vice-rei, vociferou ameaças.

Com elas contara Diogo Soares e com a maior indignação das turbas ante a perspectiva da marcha das tropas sôbre a cidade como êle a anunciava.

Era realmente difícil a embaixada. «Avisado de que por meio ou parecer dos padres da Companhia se governavam as deliberações daquela cidade», pediu a D. Francisco Manuel de Melo que se lhes dirigisse pedindo a sua intervenção. Os padres discordavam muito em entenderem que ela — a quietação — se conseguiria por aquêles meios.»

Talvez tivesse partido do Colégio o movimento que se deflagrou contra o conde de Linhares; o povo

---

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.

([2]) Formado em direito pontifício pela Universidade de Coimbra, protonotário apostólico, conservador de Malta, e em 1644 abade de S. Martinho da Pêra. Letrado, historiador, patriota, autor de obras anti-castelhanas e de outras. D. Francisco Manuel de Melo chamou-lhe «zelosíssimo português e douto escritor».

armou-se e o novo corregedor, Jerónimo Ribeiro, que tomara o pôsto de André de Morais Sarmento, avisou o fidalgo do perigo que corria.

Na noite do Ano Bom, no escuro, avançaram grupos armados para a residência de Linhares e as vozes mais plangentes nas suas sátiras foram entoando as «Janeiras», que serviam para saüdar os amigos, agora transformadas em ameaças, chascos e imprecações. Apareceram criados em armas e, ao amanhecer, depois da troça, a multidão sumiu-se, mas o conde viu falhada a sua emprêsa. A D. Francisco Manuel de Melo encarregara de justificar o sucedido ante o Rei e o valido. Êste guardava segrêdo de certas coisas, o que mais tarde pagaria caramente [1].

Dirigiu-se, primeiro, ao paço do duque de Bragança, e sôbre a visita escreveria: «donde informei do mesmo que já ali entendia»; passara a Badajoz e topara tropas de «pouca gente e violentada», e quando se apresentou ao conde-duque, êle, hàbilmente, o interrogou acêrca dos categorizados portugueses: «não ficou sujeito em Portugal daqueles que podiam ter parte na direcção pública, sôbre que não me fizesse particular exame, mas donde mais se lhe conhecia desejo de investigar suas acções era quanto à Casa de Bragança, ao marquês de Ferreira e conde de Vimioso. Do primeiro falava sempre com cautelosa veneração e dos dois com palavras que bem mostravam as ruíns suspeitas que havia no ânimo donde saíam.»

Aquêle interrogatório serviria para confirmar as informações de Diogo Soares, que lhe comunicara, acêrca de outras altas personagens, coisas de muita reflexão e importância.

Diria acêrca de D. Francisco de Castro [2]: «el Obispo Inquisidor General e su hermano, Fernando Alvarez de Castro, que hoy es fray Hernando de la Cruz, por se haver metido fraile ha cerca de um año san desta misma parçialidad.»

Referiu-se ao partido de D. Diogo de Castro, conde de Basto, antigo vice-rei, que queria governar com os seus. Acrescentava: «I com el dicho fray Hernando és que los demás comenton todo, auan ay y con su mano debaxo de zelo e sanctidad procuram adelantar sus intentos, y es persona este fraile en que particularmente se deve atender, porque no hade quedar medio ninguno por intentar para se introduzir en la persona que governasse aquel Reyno. El Obispo inquisidor

([1]) «É com prisões, desterros e trabalhos castigado o silêncio que guardei.»

....

«Da resposta que então dei me formou (como já disse) culpa três anos depois.» (D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, 1).

([2]) Foi preso como réu de alta traição em 1641.

general ([1]) su hermano, signe sus pisadas aunque que no tiene tan grande talento ni sabe mucho.»

Incluíam-se no mesmo rol o conde de Castro Daire, depois conde da Castanheira; D. António de Ataíde, membro do Conselho de Estado e presidente do Conselho das Ordens, o qual pertencia àquela parcialidade e «no está tenido por limpio de manos, és muy ambiçioso y quando se quereia alguna cosa del por este camino llo llevaron.» Atribuía à condessa ([2]) os mesmos defeitos. Luís da Silva não era honrado, mas de espírito desenvolto e «por camiño de su mujer se hacian grandes negociaçiones quando exercia el cargo da hacienda». A espôsa era «terrible a este respeto» ([3]). Êle podia considerar-se um dos melhores votos do Conselho de Estado. Enquanto ao visconde de Ponte de Lima, demonstrara não servir para o govêrno durante o pouco tempo que o exercera. Era do partido e também Manuel de Vasconcelos, «limpio de manos» e desunido da maior parte dos correligionários.

Enquanto a D. Francisco de Mascarenhas, faziam dêle tudo quanto queriam.

Francisco de Lucena ([4]) surgia como membro da facção: «y usan del para lo que és necessario y todas las alteraciones sobre la renta fixa y en lo demás que Su Magestad pretenda en aquel Reyno, como afirma el conde de Castelnovo, és inteligente, sabe su officio, muy acanallerado, no és limpio de manos, y en esta côrte se dicia que se hazian negociaciones por via de su mujer, y allá, ni ela ni ele tinen perdido la maña, ni su hijo, la dita su muger tambem tiene la misma calidade que la de Luiz da Silva.»

Apresentados dêste modo alguns fidalgos e magistrados preponderantes, Olivares não teria que recear e compreendia-se, porque Felipe IV dera ordem à duquesa de Mântua para se esquivar às audiências femininas.

Tratando dos prelados, considerava-os do seguinte modo:

«El Arçobispo de Braga, D. Rodrigo de Acuña ([5]) está tenido en buena reputaçion y és letrado.

«El obispo de Lamego, D. Juan Coutiño ([6]) buen hombre mas poco lismonero.

([1]) D. Francisco de Castro, neto do grande vice-rei da Índia, D. João de Castro.

([2]) D. Ana de Távora, filha de Álvaro Pires de Távora.

([3]) Documentos da B. N. L., Colec. Pomb., códice 783.

([4]) Foi executado como traidor à Pátria, em 28 de Abril de 1643, havendo quem duvidasse de suas culpas.

([5]) Excelso prelado, depois arcebispo de Lisboa, a quem se deveu, em grande parte, o êxito da revolução de 1640.

([6]) Depois arcebispo de Évora, que interveio no período das Alterações e perdeu a mitra por se encontrar em Castela, quando da revolução da independência, «fazendo facção contra o reino de Portugal». (Temudo — *Decisão*, 135).

«El obispo da Guarda, D. Lope de Siquiera ([1]) és ambiçioso de lugares y no és lismonero.

«El obispo de Elvas, D. Sebastian de Mattos ([2]) buen hombre y bien entendido, inclinado al serviçio de Su Magestad.

D. Denis de Melo, bispo de Leiria, era considerado «hechura de D. Diego de Castro y que siguien la parçialidad en todo y en cuya mano se obran muchas cosas, conviene ser conocido para apartar-se del, és ambiçioso y aunque no mucho letrado, bueno papelista y en esto serio a los de la parçialidad.»

«El obispo de Miranda, D. Jorge de Melo, está muy bien reputado por lismonero e virtuoso.» Sôbre o prelado portuense, D. João Valadares, já se pronunciara, dizendo-o avaro. Do antiste de Portalegre, D. Joanes Mendes de Távora, que falara no Conselho em Madrid sôbre as Alterações de Évora, dizia: «tiene mostra de ser inquieto y deseoso de lugares». Passara ao reitor da Universidade de Coimbra, D. Álvaro da Costa: «ha poco que lo és, y és moço y haora no se puede juzgar qual és el sujeto». O D. Prior da Ordem de S. Bento de Aviz, D. Pedro Barbosa de Eça, «ha poco tiempo que fué proveido tiene-se por buen sujeto y que dará buena conta de si».

À margem do documento lia-se: «Êste foi irmão de Miguel de Vasconcelos e cunhado de Diogo Soares, que escreveu esta carta para o conde-duque».

Fechava a espionagem nos seguintes têrmos:

«D. Prior de Palmela, de la Orden de Santiago, que és D. Diogo Lobo, és buena persona, pero tiene mostrado poco talento».

Informado de semelhante modo, tudo quanto o conde-duque ouvisse só serviria para maior elucidação ou fazer idéia da confiança que podia ter nos inquiridos.

Queria saber de D. Francisco Manuel de Melo as razões por que os magistrados populares não tinham querido ir a Madrid e indignou-se ante os motivos alegados: a vontade do povo em retê-los, visto a desconfiança.

Mandara-o embora e os exércitos moveram-se. D. Miguel de Salamanca fôra enviado a Évora disfarçado em peregrino. Era personagem de tômo, antigo veador geral em Flandres e secretário de Estado do infante D. Fernando. Prestara-se à espionagem que fêz por conta de Olivares, dando parte dela ao duque de Bejar. Tomavam-se grandes precauções; receava-se dos portugueses.

Diogo Soares vencera o conde de Linhares. A duquesa de Mântua mandara à capital do Alentejo uma alçada sob a presidência do desembargador Diogo Fernandes Salema. Ia investigar e punir. Sesinando Rodrigues e João Barradas, juiz e escrivão do povo, foram condenados à morte. Fugiram. Justiçaram-nos em estátua. «Alguns dos outros que na Alteração tiveram menor parte e por isso mesmo advertidos, se confiaram, foram também presos e sentenciados, uns à fôrca, outros a galés e desterros perpétuos, mas todos homens vis e sem nome e que mais eram delinqüentes e por outros delitos merecedores de penas que só ao caso da sedição referiam.» ([1])

O duque de Medina Sidónia mandara o marquês de Vale Paraíso invadir o Algarve e as devastações, os horrores, os roubos, tôda a espécie de crimes se praticaram. A violência dos espanhóis prosseguiu quando o doutor Pedro Vieira da Silva ali foi mandado com largos poderes, que exagerou.

Évora pagou e manobrou-se, então, para atrair a Madrid mais algumas personagens importantes de Portugal. Convocaram-nas sob o pretexto «Que Sua Majestade, desejoso de dar forma a algumas cousas, que acêrca da administração do Reino era informado, necessitavam de emenda, tanto nos tribunais da Fazenda como nos da Justiça, queria formar uma Junta a par da sua Real Pessoa, dos maiores Ministros e mais práticos de Portugal, para entender dêles, como de talentos que tanto estimava quais seriam os meios proporcionados ao melhoramento que se pretendia; para cujo efeito tanto que recebessem a Carta, por mãos da Princesa Margarida, se pusessem logo a caminho e fôssem à sua real presença, porque, com todo o afecto de Príncipe amigo, os esperava.»

Deixara-se em Vila Viçosa o duque de Bragança. O Rei já conhecia as personagens pela espionagem posta em acção por Diogo Soares, e aguardou-os para deter os que lhe merecessem desconfiança e apoderar-se do ânimo dos portugueses que iriam à sua presença.

Amerceara generosamente o conde-duque, porque se tinham vencido os franceses em Fuenterrabia e bem por «socegar las inquietudes de Portugal».

([1]) D. Lopo de Siqueira Pereira, natural de Elvas, ou, segundo outros, de Estremoz. Filho de Ascenso de Siqueira e de D. Isabel Pereira de Vasconcelos. Foi prior-mor de Aviz, bispo de Leiria depois de 1632. Confirmado em 7 de Junho daquele ano por Felipe III na diocese da Guarda. Faleceu em 4 de Agôsto de 1636. Sucedeu-lhe D. Denis de Melo.

([2]) Condenado como traidor à Pátria, morreu na fortaleza de S. Julião. Filho de Rui de Matos Sequeira e de D. Felipa Cardoso.

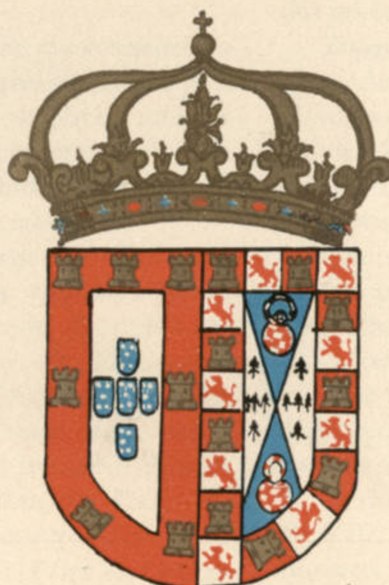
([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política*, I.



Brasão da Rainha D. Luísa de Gusmão e algumas armas heráldicas de famílias cujos membros tomaram parte nos acontecimentos da Restauração de Portugal



Almada e Abranches



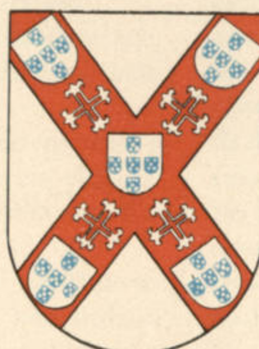
D. Luísa de Gusmão



Alegrête



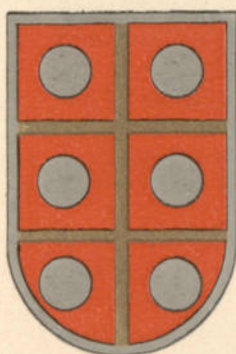
Coutinhos



Portugal
(Vimioso)



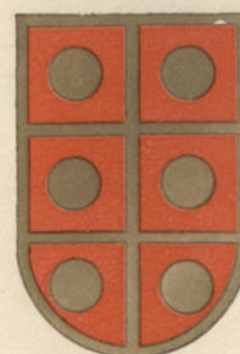
Childe Rolim
(Azambuja)



Melos



Maldonados



Almeidas



QUARTO CAPÍTULO

Os Arcanos da Restauração

O senhor de Saint Pè, enviado de Richelieu — Personagens portuguesas chamadas a Madrid — A governadora do reino e o governador das armas — João Pinto Ribeiro em casa de D. Antão Vaz de Almada — Missão de Pedro de Mendonça Furtado a Vila Viçosa — A revolta da Catalunha — Atitude do duque de Bragança e da duquesa D. Luísa de Gusmão — Por que se votou a morte de Miguel de Vasconcelos — Reflexões de D. João da Costa e o seu efeito — Balanço das fôrças revolucionárias e das castelhanas



OR êste tempo o cardial de Richelieu lembrou-se de intensificar a sua propaganda em Portugal. Depois de ter enviado ao duque de Bragança emissários disfarçados, escolheu pessoa que lhe pareceu de boas artes para conseguir a realização de um movimento que obrigaria os espanhóis a desviar fôrças da frente do exército francês. Manobrava na Catalunha e, no meado de Agôsto de 1638, o agente do grande ministro partiu para a sua missão em Lisboa. Entender-se-ia com um capitão, Jorge de Azevedo Coutinho, natural de Mazagão, onde batalhara, mas que, indo combater na Baía, fôra aprisionado e conduzido a França. Ligara-se, talvez, com alguns espiões do cardial ou abrira seu coração a alguém lamentando as desditas da sua pátria, e em tal hora o fizera que fôra notado para se entender com o representante de Richelieu em Lisboa. Era êle o senhor Jean de Saint Pè [1], que ouviria do grão-prior da Champanhe notícias de Portugal para ir mais seguro do trabalho a realizar. Também andava no Havre um português de família israelita, Manuel Fernandes Vila Real [2], que fôra de Málaga para Ruão negociar e se entenderia com o senhor de Fortecuyer, governador da província. O negociante sabia muito de Portugal e Espanha e, gaudiosamente, foi aproveitado no intervalo do tráfico. Era erudito e talentoso. Já tratara da compra de navios em sociedade com os cunhados Fernandes de Morais, do Pôrto.

---

(1) Seria depois cônsul em Portugal.

(2) Foi supliciado por hereje, em auto-de-fé, em 1 de Dezembro de 1652, em Lisboa.

Conhecera o senhor de Saint Pè, que se industriava do que lhe competia fazer. Embarcou em navio inglês, e entregando, em Lisboa, as cartas a Jorge de Azevedo Coutinho, fá-lo-ia portador das outras missivas dirigidas a várias personagens, devendo informar-se pelo capelão e pelo chanceler quais as intenções dos portugueses em relação à revolta.

O oficial lidava com patriotas; pelo menos alguns dos seus parentes dariam provas em decisivos transes ([1]). O chanceler, o doutor João Pinheiro ([2]), estava mal visto por Castela.

As propostas feitas pelo ministro de Luís XIII eram tentadoras. Os franceses enviariam uma armada com tropas de desembarque para tomar os fortes das margens do Tejo até à tôrre de Belém, «auquel cas la France les laissera agir purement et simplement d'eux même sans faire autre chose que de les assister dans le commencement.» No caso de quererem maior auxílio, enviar-lhes-iam, de lá, uma esquadra com doze mil infantes, quinhentos cavaleiros, outros tantos portadores de arreios e armas para constituírem o refôrço desde que obtivessem as montadas. Juntar-se-iam quinhentos barcos, «estant juste en ce cas que les dites secourants ayent quelque Port et descente qui leur donne assurance de n'etre pas mal traités.» ([3])



Cardial de Richelieu

Acrescentava-se: «Il leur proposera en suite la sincerité de la France, si grand envers eux, que s'ils se veulent delivrer de la sujection de Espagne elle ne pretend autre chose, que la gloire de les secourir et sécurité de la pouvoir faire.»

Oferecia-lhes, ainda, um socorro anual e perpétuo desde que se libertassem dos usurpadores. Eram as mesmas condições apresentadas aos catalães.

Também afiançava que: «ne pretend aucune parte aux conquêstes, ainsi consent qu'elles soient toutes entières pour celuy, qu'ils éleront son Roy et que si le Duc de Bragance y veut entendre, la France le trouvera bon; sinon on leur envoyera un des héritiers de leurs derniers Roys.»

Queria referir-se a algum dos descendentes do Prior do Crato ou dos príncipes de Sabóia herdeiros da filha de D. Manuel I, D. Beatriz, ([1]) ou, possìvelmente, aos pretendentes franceses, embora os representantes de Catarina de Médicis fôssem duvidosos herdeiros.

O cardial pedia que lhe enviassem um dos senhores portugueses para se entender com êle. Tinham sido chamadas a Madrid algumas das principais personagens nacionais, ainda por causa das Alterações de Évora, mas convocadas por motivos diferentes.

Colocara-se à cabeça da lista dos convites o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, «prelado a quem o Povo e Nobreza amou igualmente»; D. Sebastião de Matos de Noronha, arcebispo primaz, «sujeito de grandes pensamentos mais discreto que prudente»; D. João Coutinho, arcebispo de Évora, fidalgo de grande casa e parentesco; D. Gaspar do Rêgo da Fonseca, bispo do Pôrto, homem que devia à arte e que não à natureza; D. Diogo da Silva, conde de Portalegre ([2]); Diogo

---

([1]) Sobrinho de António do Rêgo Beliago e primo de João do Rêgo Beliago, que tomariam parte na revolução de 1640.

([2]) «O ouvidor João Pinheiro tem fama de bom letrado mas é chegado aos da parcialidade e, por isso, pouco afecto às coisas do serviço de S. Mg.te porque segue muito a voz do povo.» (Notas de Diogo Soares para Olivares. Bib. Nac., Colec. Pomb., códice 738).

([3]) Instruction au sieur de Saint Pé, e em Sanches de Baena. *Notas e documentos inéditos para a biografia de João Pinto Ribeiro.*

([1]) Nasceu em 31 de Dezembro de 1504 e casou com Carlos III, o Bom, duque de Sabóia. Foi mãe do célebre Manuel Felisberto, que faleceu em 1580, sendo seu herdeiro Carlos Manuel I. Deixou o Mundo no ano de 1630 e sucedeu-lhe seu filho Vitor Amadeu I, finado em Verceil. Ficou regente, em 1637, sua espôsa Cristina de França, governando pelo primogénito Francisco Jacinto, que, morrendo no ano seguinte, ainda criança, teve por herdeiro o irmão Carlos Manuel II.

Na casa de Sabóia não havia sucessor apto naquele momento tão difícil para Portugal.

([2]) Chefe do que Diogo Soares chamava a «parcialidade» e cujo fim consistia no govêrno de Portugal pelo partido que dirigia.

Lopes de Sousa, conde de Miranda, presidente da Fazenda ([1]); D. Martinho de Mascarenhas, conde de Santa Cruz, presidente do Conselho de Estado ([2]); D. Francisco de Castelo Branco, conde de Sabugal, meirinho-mór; D. Francisco Luís de Lencastre comendador-mor de Aviz ([3]); doutor Francisco Leitão, desembargador dos agravos ([4]); o doutíssimo padre Sebastião do Couto, «que por sua larga idade e doença se escusou da jornada, antes de ser excuso dela, deixou de a pôr em efeito» ([5]); o padre Álvaro Pires Pacheco, «que, partindo de Lisboa a executá-la (a ordem) foi divertido no caminho com suspeitas e violência; a qual o deteve oculto até à libertação do Reyno» ([6]); o padre Gaspar Correia, «que passou à Côrte para dar razão de si e dos mais convocados e que depois de trabalhos indignos da sua Religião Juizo e pessoa foi sacrificado à Pátria ([7]). Também se chamara o chanceler doutor João Pinheiro, que fôra dos consultados por Saint Pè, o agente de Richelieu, e partira forçadamente para Madrid, onde não o atenderiam nem a qualquer dos convocados. Quando insistiam em ser recebidos, respondia-se-lhes: «que seguissem na côrte até se lhes declarar o negócio para que a ela foram vindos» ([8]). Positivamente, queriam afastar de Portugal algumas pessoas de categoria, umas suspeitas, as outras para medida de maior captação. Estavam semi-prisioneiros os fidalgos e prelados, começando certo movimento de tropas. D. Afonso de Lencastre, marquês de Pôrto Seguro ([9]), teve ordem para mobilizar cavalaria em Lisboa; nas ilhas formar-se-iam têrços de infantaria, sendo o superintendente no assunto o secretário do Conselho de Portugal, Diogo Soares, que delegou a missão em Belchior Correia da Franca ([10]) e em Francisco de Bettencourt. Devia alistar-se escolhida gente paga para constituir quatro regimentos, os quais seriam sustentados pelos cofres de Portugal, mas colocados ao serviço de Castela. Em Coimbra e comarcas vizinhas teria o cargo Jorge de Melo ([11]) e em Entre Douro e Minho, Álvaro de Sousa. Na Estremadura e Beira operaria D. Pedro de Mascarenhas e Rodrigo de Miranda no Alentejo. D. Tomaz de Chaubruru seria o almirante de uma armada e D. Francisco Manuel de Melo comandante de dois dos regimentos de infantaria. A D. António Telo ([1]) se incumbiu a chefia dos mil vassalos que a Casa de Bragança poria em pé de guerra.

Finalmente, o conde-duque de Olivares avisou os fidalgos e altos sacerdotes que deviam apresentar-se em casa de diversos ministros, sendo-lhes ordenado que guardassem segrêdo uns dos outros, pois se o revelassem considerar-se-iam réus do crime de lesa-majestade.

Era como uma análise dos sentimentos de cada um dêles o que se tentava. A experiência fêz-se, indo o arcebispo de Lisboa ser ouvido pelo cardial Borja; o prelado de Évora, por Sua Eminência de Moscoso; e o primaz pelo inquisidor-mor.

Os condes de Santa Cruz e de Sabugal tiveram que se apresentar ao marquês daquele primeiro título e ao conde de Oñate; D. Francisco de Lencastre, ao marquês de Castro Forte; Francisco Leitão, a José Gonçalves, do Conselho Real; D. Diogo da Silva, ao duque de Villa Hermosa; e o conde de Miranda, ao de Castrillo.

Propuseram, os castelhanos, mudança das prerogativas do reino, «dando-se El rei por absolvido do juramento que êle fizera do qual a perfídia portuguesa (diziam êles) o haveria desobrigado segundo o parecer dos seus Teólogos e Juristas. E para prova dessa (do que chamavam perfídia) não se articulava a presente alteração, mas se deduziam casos ou vãos ou corruptos ou supostos desde o tempo do primeiro Reinado de D. Felipe o Segundo: uns e outros sucessivos como obstinação continuada, dos quais em nenhum dos presentes havia notícias de mais culpa.» ([2])

Começaram, também, as tentativas de corrupção. Ao arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, ofereceram a púrpura, que recusou, dizendo querer voltar ao país e chegando a declarar-se mais súbdito do Papa que do Rei de Espanha. Afiançava-se que a esquadra do comando de D. António Oquendo passaria a hibernar no Tejo para manter a segurança do que se pretendia realizar: o fim dos privilégios portugueses.



Estivera em Lisboa D. Duarte de Bragança, irmão do duque. Militara na Áustria com brilho e recebera louvores dos imperadores Fernando II e III, mas começara a tecer-se à sua volta a intriga preparada pelos ministros espanhóis e seus aliados, entre os quais

([1]) «Inteligente, entendido, limpo de mãos, sem partido, podendo fiar-se nêle, e muito inclinado ao serviço de S. Mgde.» (Notas de Diogo Soares para Olivares, Bib. Nac., códice 738).

([2]) «Bom cavalheiro, limpo de mãos, pouco talento, mas sujeita-se muito. A mulher não é de considerar.» (Idem).

([3]) Da casa de Aveiro.

([4]) «Fué criado de la casa de Portalegre, y de su hechura, y assi en todo sigue la parçialidad.»

([5]) Jesuita, erudito e patriota. Um dos que moveu na sombra as Alterações de Évora.

([6]) Também jesuita, que deu provas de patriotismo no movimento eborense.

([7]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política,* I.

([8]) Idem.

([9]) Da casa de Aveiro e parcial de Espanha.

([10]) Conspirador em 1641; subiu ao patíbulo. Pertencia à nobre família dos Francas de Tavira, grandes capitães em Marrocos.

([11]) Um dos propulsores da revolução de 1640.

([1]) Ousado conspirador para a independência.

([2]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Política,* I.

se distinguiria D. Francisco de Melo, da casa dos marqueses de Ferreira, seu parente.

Em 29 de Junho de 1638, o Bragança deixou o exército com a permissão do soberano para, durante três meses, tratar dos seus negócios em Portugal. Enalteciam-se os seus serviços, o valor militar e afirmava-se o imperial afecto.

Houvera as Alterações de Évora; trabalhava-se ainda no seu rescaldo quando o guerreiro, já ilustre, se dirigiu para a pátria. Morrera seu irmão D. Alexandre, que fôra o encarregado de tratar de seus bens. Caber-lhe-ia parte das comendas do falecido e teria que se empossar das denominadas Santa Maria das Moreiras e Santa Maria de Alagôa na ordem de Cristo, cujo hábito o primogénito lhe queria entregar.

Segundo pensavam os espanhóis, êle menosprezava o legado e quereria chegar a tempo de agitar mais os eborenses (¹).

Decorrera tormentosa a travessia, à qual nem faltara abordagem de piratas mouros ao navio que o conduzia, e defendeu bravamente, vendo morrer um dos seus servos que procurara jogar a vida por êle. Desembarcou para logo seguir em direcção a Vila Viçosa, onde chegou pelas vinte e duas horas. Era tardíssimo para os hábitos locais; bateu fortemente e tendo acorrido um prêto, Nicolau de Bragança, muito seu amigo, chamou-o e logo alvoroçadamente o acolheu. Não foi demorada a visita, cujos pormenores falharam, sabendo-se, todavia, do caso das comendas. Estava para vir ao Mundo mais um herdeiro ou herdeira brigantina (²) e êle não aguardou o seu nascimento como se lhe pesasse a vida familiar. Já iam decorridos os três meses da licença concedida pelo imperador Fernando quando se aposentou em Lisboa a aguardar o navio que devia transportá-lo. Hospedou-se nas casas de Francisco Soares, à Cotovia, que lhe tinham sido oferecidas pelo seu parente D. Francisco de Faro, genro do proprietário da quinta e morada. Conspirava-se na capital em casa dos Melos, a Xabregas, e buscando-se um chefe nenhum melhor poderia aparecer, embora houvesse que se respeitar o direito do seu primogénito. Êle poucas vezes saía, sempre de côche sem estado e de cortinas corridas; recusava-se receber os que o procuravam, atendendo apenas os amigos íntimos.

D. António de Mascarenhas era doutor em Teologia e filho de D. Nuno de Mascarenhas (¹), alcaide de Castelo de Vide. Discípulo dos jesuítas, que tanto animavam a revolta, já estava cumpliciado quando se lhe deparou o ensejo de falar ao irmão do Duque de Bragança, que devia saber como corriam as coisas no reino, os horrores que se passavam, os grandes males, suas aflições e vexames. Participar-lhe-ia a sua tentativa de intervenção nas Alterações de Évora e bem assim o que se esperava dêle.

¿Mas como substituïria o seu primogénito?

Calou-se e só se revelou quando Jorge de Melo, irmão de Francisco de Melo, monteiro-mor, foi procurá-lo a pedido do próprio hospedeiro. Ter-lhe-ia dito:

— «Senhor, ¿onde vai vossa excelência, quando o reino está lutando com as ondas de um pego de contínuas vexações, e quando El-rei de Castela, em vingança do desgôsto que lhe deu a Alteração de Évora, nos quere aniquilar e reduzir à mesma infelicidade da Galiza?» (²)

Possìvelmente, o soldado lealíssimo teria objectado qualquer coisa relativa às decisões a tomar pelo chefe da sua família e o fidalgo conspirador volveria:

— «O duque é o legítimo rei de Portugal; se êle não quiser aceitar o cetro aceite-o vossa excelência, que nós saberemos sacrificar a vida em sua defesa.»

Volveu que «Deus ordenaria as coisas como melhor nos estivesse a todos, e que, oferecendo-se ocasião, viria donde quer que se achasse e não nos faltaria com o seu amparo» (³). Partiu sem visitar a duquesa de Mântua nem o secretário de Estado Miguel de Vasconcelos.

Assim contaram o acontecido os que o transmitiram sob o aspecto mais belo, mas D. Duarte, é certo que envôlto em processo por suspeitas de traição ao monarca espanhol, descreveu de outra maneira o que se passara:

O jesuíta Bartolomeu Guerreiro, grande amigo dos Braganças, participara-lhe que D. António Telo lhe pedira que ficasse em Portugal a-fim-de solicitar do Rei o favor de pôr têrmo aos vexames de Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos. Recusou; não vinha tratar de política. D. Francisco de Faro tê-lo-ia aconselhado a não receber aquêle fidalgo, grande inimigo do preponderante secretário, de quem êle, seu hospedeiro, não queria ouvir dizer mal, sobretudo na pró-

(¹) «Outros avançaram que D. Duarte aproveitara a sua viagem, se é que não a empreendera de propósito, para, em Hamburgo, nas mais cidades hanseáticas e em Inglaterra, negociar armamentos e coisas relativas a preparativos de revolução. Meros boatos ùnicamente.» (Ramos Coelho — *História do Infante D. Duarte*, vol. 1).

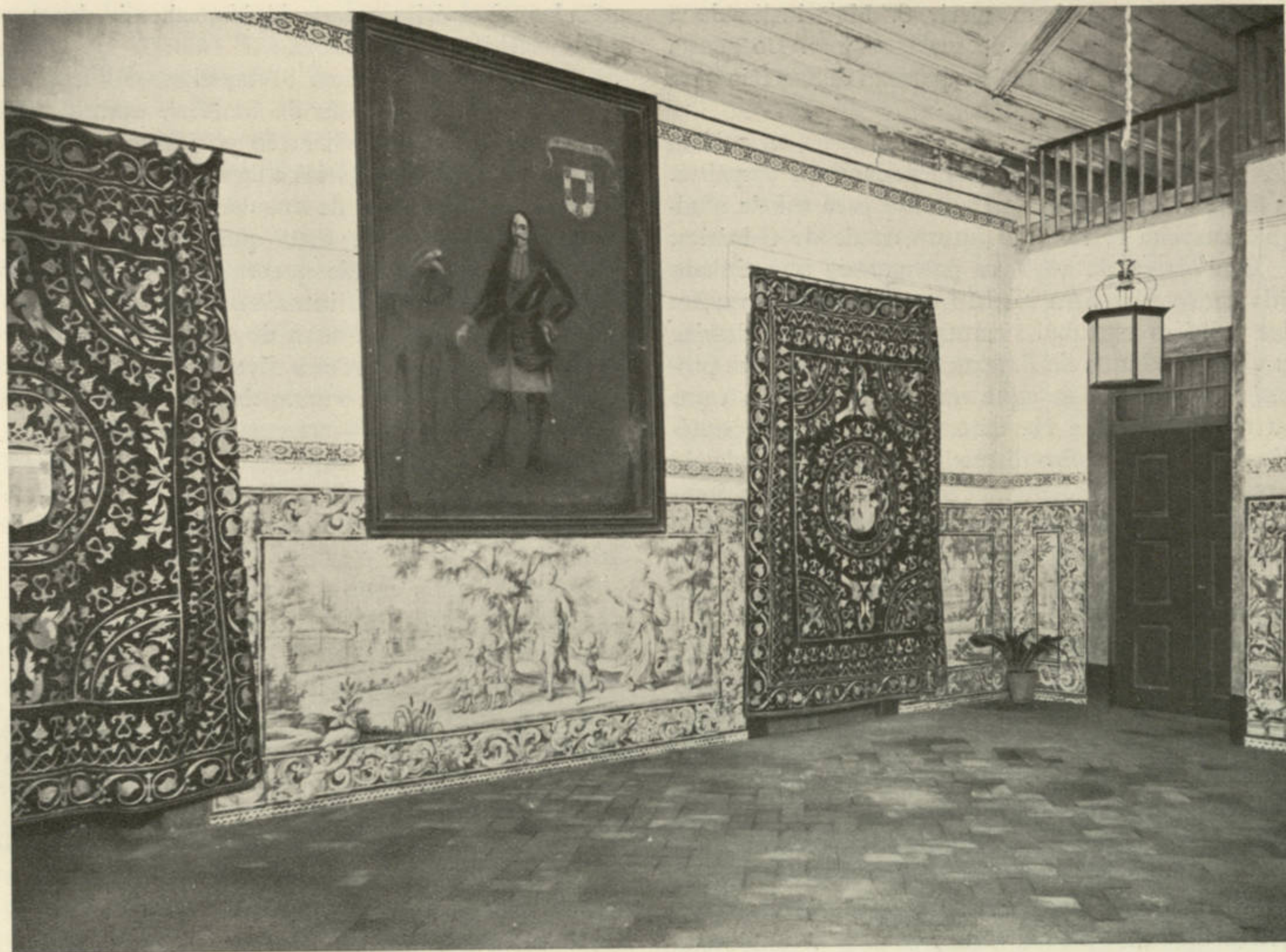
(²) Do casamento de D. João de Bragança nasceram D. Teodorico, em 8 de Fevereiro de 1634; D. Catarina de Bragança, que foi raínha de Inglaterra, veio ao Mundo em 25 de Novembro de 1638; sua irmã, D. Joana, em 18 de Setembro de 1636; os príncipes D. Afonso e D. Pedro nasceram depois da Restauração, respectivamente, em 21 de Agosto de 1643 e 26 de Abril de 1648. Houve ainda D. Manuel e D. Ana, que morreram crianças, tendo nascido, respectivamente, em 6 de Setembro de 1640 e 21 de Janeiro de 1635.

(¹) «Em 1617, D. Nuno de Mascarenhas, sabendo da chegada da frota da Índia, carregada de ouro e prata, fôra solicitar do Duque D. Teodósio, pai de D. João IV, a sua acedência à revolta a tentar, o que não conseguiu.» (Padre Nicolau da Maia e Azevedo — *Relação de tudo o que se passou na feliz aclamação do rei D. João IV*).

(²) Padre Nicolau da Maia e Azevedo — *Relação de tudo o que se passou na feliz aclamação*, etc.

(³) Idem.





Sala do palácio dos Melos, em Xabregas, onde, segundo a tradição, se reüniram os primeiros conspiradores contra a Espanha

(Actual propriedade do sr. marquês de Olhão)

pria casa, visto votar-lhe amizade (¹). O próprio ministro o visitara, chegando oculto em côche fechado. O irmão aconselhara-o a que o recebesse. A tática do Duque fôra sempre arteira.

Miguel de Vasconcelos teria querido persuadi-lo a demorar-se; gracejara ouvindo-lhe desejar poderes para prendê-lo e oferecera-lhe a almirantia da armada que se apetrechava para o Brasil. Muito ambicionava participar para Madrid a sua acedência à proposta que lhe fazia, mas foi recusando as honrarias a-pesar-dos rogos de D. Francisco de Faro e do bispo de Targa (²) a quem o político também incumbira do seu convencimento àquelas propostas magníficas para quem não tivesse recebido ultrajes de Felipe IV, que lhe recusara audiência em Madrid.

O padre Guerreiro fôra despedir-se dêle e o secretário de Estado não faltara, usando do mistério anterior. Depois, em 13 de Dezembro de 1638, embarcara para a Alemanha.

¿Qual fôra, na realidade, a sua atitude? ¿Teria fraquejado diante das responsabilidades? Vendido pelo Imperador que servira, internado pelos espanhóis no castelo de Milão, não era favorável o ambiente para contar a verdade aos inquisidores. ¿Hesitaria ante os conjurados, lembrando-se de que a seu irmão cabia o primacial papel?

Partiu, com os seus dez criados, a caminho do inesperado, do martírio.

Em Madrid saber-se-ia quanto se passara. Os espiões de Diogo Soares e Miguel de Vasconcelos teriam informado o conde-duque de Olivares, que se dispunha a destruir os foros portugueses, as cláusulas juradas por Felipe II nas Côrtes de Tomar.

Deixara-se partir em paz o irmão do duque de Bragança. Sabia-se que havendo em Lisboa um palácio da sua família, no qual habitava, além dos servos, o procurador da casa, doutor João Pinto Ribeiro, êle escolhera abrigo no solar de Francisco Soares, «o Cotovia», alcunha proveniente do sítio onde morava.

Para Diogo Soares era «cavallero muy rico, bien

(¹) Êste fidalgo, mais tarde conde de Odemira, seria um dos restauradores e não se compreende a sua amizade por Miguel de Vasconcelos.

(²) D. Francisco Soto Maior.

entendido y que desea servir S. Mg[te] inclinado a las cosas que se tratan de sus servicios». Do genro, D. Francisco de Faro, dizia: «persona de servicio para la guerra y bien entendido».

D. Duarte preferira a residência dêles ao palácio dos Braganças; seus passos não podiam ser suspeitos. A fama do «Cotovia» era bastante para cobrir qualquer suspeita relativa ao futuro conde de Odemira.

Em Março de 1638, os portugueses que tinham sido convocados para Madrid concitavam as atenções dos políticos espanhóis; conseguia-se, porém, desviar as vistas do duque de Bragança, pois apresentava provas e demonstrações «que ou não apetecia o cetro ou não o queria e êle mesmo, por sorte ou providência, foi o primeiro dissuadido daquele alto desejo e muitos que já pretendiam sacrificar-se com objecto da Pátria desmaiaram à vista da inteireza do mais interessado.»

D. Francisco Manuel de Melo, depois de traçar estas linhas, acrescenta:

«Para que o Servo ponha a vida pelo Senhor, é necessário persuadir-se que também o Senhor porá a vida pelo Servo. Os giros do Falcão sôbre os ares se regulam pelos passos do seu Senhor na Terra desligados dos vôos e parada carreira não se nega para maiores vôos. Não viu jamais a Natureza alguma ave (e o menos a Arte) tão resoluta que desamparada do caçador saia da alcondora a fazer proezas para êle.» (1)

Não encontrara ainda D. João de Bragança a certeza do êxito; arriscar um ousado passo equivalia a perder-se com a última esperança da independência nacional. E ficava em Vila Viçosa, dissimulado e frio, não se movendo nem aconselhando os outros a descobrir-se, e a tal ponto que enganou com a verdade de sua renúncia ou com a habilidade de seu disfarce e «El rey D. Felipe, dando crédito aos seus conselheiros, se conformou com a satisfação da Casa de Bragança segurando com bastos favores sua conformidade» (2).

Ganhou-se, imediatamente, com a sua quietação, pois «foi o duque encarregado da moderação dos lugares de seus delinqüentes porque supôs sua autoridade e seu nome seriam instrumento e fiador do perdão dos culpados» (3).

Estivera enfêrmo durante muito tempo e «afastado dos olhos do Povo. Êste mal lhe importou a vida logo e a Coroa depois, porque sem dúvida vendo-o presente benigno e forte, como lhe parecia, se ajustariam os sediciosos a tomar a voz do seu nome» (4).

Era o máximo da habilidade aquêle recolhimento, a guarda de si próprio, jogando com perícia com os avisados adversários e, sem dúvida, sabendo dos percalços sofridos pela Espanha.

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*, mss. da A. C. L.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Idem.

Assim teria ficado sem o engenhoso estratagema do maquiavélico marquês de Malveci, «subtil político». Viera de Itália, chamado por Olivares, que o interrogara acêrca de vários assuntos e entre êles os relativos a personagens de mando. Volveu: «um acto não pode compreender duas qualidades incompatíveis, porque a qualidade quente se há-de extinguir primeiro que a fria se introduza». «O govêrno das armas e o da república eram de qualidades opostas e convinha se encomendar se a diversos sujeitos». Citou exemplos: «Viu a Itália o marquês de Leganés armado e D. Francisco de Melo arrastando a toga; Milão, o cardial Trivulcio que empunhava a espada, velho e sagrado, obrigado do conde de Sevilha e Flandres esteve entre o marquês de Castelo Rodrigo e o duque Celomine» (1).

Felipe IV quis «que o duque de Bragança viesse a governar as armas do Reino de cuja Polícia só tratasse a duquesa de Mântua» (2).

Punha-o em destaque, à luz, sob a claridade, mais vigiado e, para todos os efeitos, cúmplice dos seus soberanos, vassalo obediente em vez de Senhor afastado em seu solar entre o ânimo próprio e o respeito do povo.

Alguns censuravam-no; Olivares julgava prendê-lo e acariciar-lhe a vaidade e, nomeado, não podendo recusar sem ser suspeito, aceitou o título de governador das armas do reino. Devia passar a Almada, onde trataria dos objectos da defesa, pois constava que em Espanha se aparelhava forte esquadra para ataque. Acorreu a nobreza a saüdá-lo como ao primeiro de sua estirpe, àquêle que estava mais perto do trono e, possìvelmente, a conquistar-lhe desde logo as simpatias.

Veria do morro o seu palácio de Lisboa alteado sôbre a Ribeira e o Cate-que-Farás, vizinho da Cordoaria, com sua cêrca viçosa, pomares magníficos, sempre frescos, quebrando no sítio o cheiro da maresia e o fartum das bodegas ribeirinhas. A pouca distância erguia-se o convento de S. Francisco, e como tendas de guerreiros, em volta de vasto altar, apareciam os telhados, os arcos, as varandas de outros palácios: os de S. Miguel, Távora, Atouguia, Vimieiro, Barbacena, o dos Pessanhas, o dos Cabral de Lacerda e mais ainda, até a baixa. O Côrte Real erguia-se pimpante alardeando a sua grandeza chegando ao Arco dos Cobertos. E seguiam-se os colmados, cabanas, choças de um arraial piscatório com suas tabernas imundas atroadas de cantares roucos, brados patuscos ou berros de rixosos. Os barcos abicavam na praia e

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*, mss. da A. C. L.

(2) Idem.

ao largo dela, na margem do Tejo, que lambia o cais, a mole do Paço da Ribeira amontoava-se com a sua pompa oficial, o prestígio da realeza que ali assistira e de residência da governadora que o Bragança era obrigado a visitar como representante do soberano cujas armas êle comandava daquela hora em diante na sua própria terra.

Cabiam-lhe honras quási régias; havia um protocolo rigoroso, o qual não era fácil emendar nem esquecer, que principiava a executar-se no portão e ia até à sala do trono onde duas cadeiras a-par deviam ser colocadas sob o dossel. Numa sentar-se-ia a duquesa de Mântua, na outra o duque de Bragança.

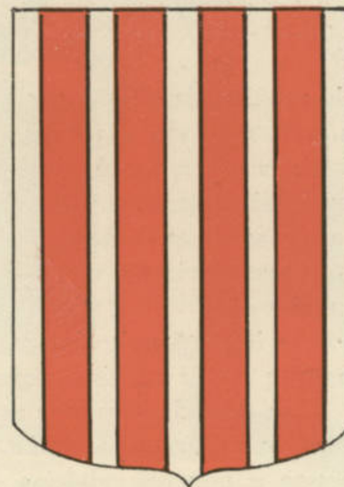
Êle entrou nas salas com a natural majestade de quem só em palácios vivera e possuía o melhor da capital entre os vizinhos os futuros fulcros de guerra ao estrangeiro, numa linda manhã de Dezembro.

«D. Lourenço de Sousa ([1]) capitão da Guarda Real que servia com a Princesa, com zêlo indiscreto constante, tanto afastou a cadeira que estava posta ao Duque atrasando-a um passo em que logo com mais resolução que modéstia a melhorou Tomé de Sousa ([2]) filho do vedor que fôra da Casa de Bragança. Ambas as acções tiveram, depois, devida conseqüência. Aquela, a de desgraça, esta de prémio ([3]).

Retirou-se o duque de novo para Almada e a nobreza voltou a saüdá-lo, mais indignada pelo que correra acêrca da atitude do capitão da Guarda Real e louvando o gesto ousado de Tomé de Sousa. Grande vontade tinha D. João de regressar ràpidamente a Vila Viçosa, mas o serviço apertava e era preciso atendê-lo.

Condenara-se, em Madrid, o conde de Linhares. A duquesa de Mântua mandara capturá-lo porque se atrevera a entrar na Côrte quando ela lhe proïbira a presença. Privaram-no de tôdas as mercês, e tão grandes elas eram, que lhe tinham sido concedidas, assim como aos seus sucessores. Passava de tenente general e vice-rei do Brasil a desterrado em Tordesillas, onde ficava com homenagens ([4]).

Amerceava-se, em compensação, D. João da Silva Telo ([5]) governador de Tânger, com a vice-realeza da Índia e quatro mil ducados de renda, e a um filho estudante deram-se quatrocentos ducados de pensão. Uma sua filha fôra nomeada dama do paço ([1]).



Armas da Catalunha

Aprestava-se a armada para o Brasil, cabendo ao conde de Castelo Novo as honras de seu general ([2]).

Constava que D. Fernando de Mascarenhas ([3]) sofrera a derrota da sua esquadra, acrescentando-se, a desculpar o intemerato guerreiro, que não carecia de tais amparos, visto sua coragem e valor: «Y és cierto que la mitad de la gente era nuestra y la demás iba enferma ([4]).

O governador das armas do reino recebera ordem para mobilizar uma leva de soldados nas suas terras. Destinavam-se à Catalunha, para onde o quereriam depois enviar com a maioria dos fidalgos portugueses. Replicou mas não se lhe admitiram as razões e êle mandou cumprir o que lhe impunham de Madrid. «Porém avisou, ocultamente, que a mobilização se fizesse com tanta pausa que não servisse a diligência mais de que o não argüirem ([5]).

Redobrava a propaganda das profecias do Bandarra; dizia-se que chegara a hora da vinda do Messias Real, fundando-se nos «Esdras, Daniel, Esequiel, Isaías e outros lugares do Apocalipse em favor do seu Encoberto» ([6]).

Ressurgia o espírito do sapateiro de Trancoso, «de virtude incógnita na sua ignorância, sangue suspeitoso porém por longos tempos havido por vaticinante» ([7]).

«Preferiam a todo o Discurso suas quimeras e desasudado a tempo daquela poderosa Chave com que abre e descobre todos os humanos segredos quiseram que a-pesar por tantos anos estivesse êste enterrado foi no notável a opinião e deu tanto que intender ao Mundo que não será ocioso trabalho manifestar suas origens» ([8]).

D. Sebastião vivia; aguardava-se a sua chegada ao fim de sessenta anos de penitência na ilha das brumas. Assim falavam os crentes na ressurreição da Pátria. Perdera-se em Alcácer Quibir, a 4 de Agôsto

---

([1]) A-pesar-de tudo, o comando da Guarda Real ficou em poder da família dos Sousas, chamados, depois, do Calhariz, e um dos quais, D. Manuel de Sousa, morreria na tôrre de S. Julião da Barra, onde fôra encerrado, no reinado de D. José I, como suspeito de cumplicidade com o duque de Aveiro. Casara com a princesa de Holstein.

([2]) Um dos restauradores de 1640. Existe uma carta de D. João IV para o conde de Soure, mandando que lhe desse uma tenda na campanha do Alentejo.

([3]) Foi elevado a vedor.

([4]) *Memorial Histórico Espanhol* (1639).

([5]) Conde de Aveiras por Carta Régia de 24 de Fevereiro de 1640. Mercê de Felipe IV, mas foi um dos fidalgos que entusiàsticamente aceitou a Restauração. Era vice-rei da Índia.

([1]) *Memorial Historico Español* (1689).

([2]) *Memorial Historico Español* (1689).

([3]) Conde da Tôrre.

([4]) *Memorial Historico Español.*

([5]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, 1 vol.

([6]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

([7]) Idem, idem.

([8]) Idem, idem.

de 1578. Dizia o povo que voltaria em breve. Decorria aquêle mês, em 1638, quando se activou a falácia, a ânsia, a esperança do milagre. No ano seguinte havia mais sebastianistas, fruto da propaganda secreta exaltando as almas crentes.

El-rei devia ser um velhinho, mas remoçaria Portugal.

As intenções do duque de Bragança eram, como sempre, as da máxima reserva e engenhoso disfarce.

Em Almada, vendo-se assediado e receando os desmandos, as largas parlendas que comprometeriam sua pessoa e possíveis vitórias, só pensara em retrair-se, porque alguma coisa podia transparecer, mas não sucederia assim, pois guardou-se sigilo:

«Vimos, contra o costume da Natureza, o segrêdo reverenciado de muitos ou porque todos eram interessados e lhes convinha ou porque o destino enfraquecia aquêles na malícia servindo-se como costume de impossíveis em seu domínio fáceis.»

Em todo o caso, D. João solicitara licença para se recolher a Vila Viçosa e agradecia a Felipe IV, em carta reverente, ainda no seu sistema de desviar suspeitas:

«De mayor estimação para mim fôra a mercê que Sua Maj^te me faz de me deixar ir para minha casa se se estendera a poderdes a V. M. na sua: mas pois isto falta não me falte V. M. com me dar as ocasiões que ouver de Eu acudir ao seu serviço, avendo que nelle hey de parecer sempre muy reconhecido da mercê que me faz nesta minha jornada.

Ds. G.^d a V. M^a. Almada 12 de Setembro de 1639. Duque.» (1)

Quem escrevia assim jamais podia ser tido por mau vassalo. Julgaram-no radiante com a nomeação de governador das armas de Portugal, longe de ambicionar a coroa.



«Entre os mais que em Portugal viviam queixosos juntaram-se em uma vontade à semelhança das Fortunas alguns Fidalgos de melhor qualidade no sangue que na sorte (2).

«Mais do que nunca se pensava em quebrar o jugo espanhol, e palpitado o ânimo do duque de Bragança, que sempre dissimularia até à hora própria, pensou-se em escolher seu irmão D. Duarte, ou chamá-lo se acaso dissera ser com êles no caso de se revoltarem. Outros, ainda duvidosos da acedência do guerreiro ou achando perigosa a convocação, pela distância e receio da espionagem, levantavam a idéia de se proclamar uma república, a exemplo de Veneza, Génova e Holanda, onde sendo as utilidades comuns e os riscos iguais se conserva a união incontrastável. Porém, uma e outra idéia padeciam forçosas dúvidas: porque a primeira mostrava o maior obstáculo do duque de Bragança em que não havia de querer que visse o mando que cedia a seu irmão ou que não tinha ânimo para empreender, ainda que se desse caso que desprezasse emprêsa tão generosa» (1).

Pensariam assim os poucos que já andavam semi-agregados, desde algum tempo, em tácita conjura por suas opiniões, existindo, porém, os entusiastas e os reflexivos.

Havia em Lisboa um cavaleiro que vira, quási sempre, a Pátria cativa. Desde os dezóito anos que presenciara o vexame, mas lembrava-se da época em que a nação vivera livre.

D. Miguel de Almeida, da família dos condes de Abrantes, nascera no período em que ainda se recordava a epopeia (2) Para os espiões espanhóis tinha na sua cédula: «sierve de coronel, es muy presumido pero de poco talento» (3). Seria, porém, acirradamente teimoso na idéia da libertação da Pátria. A sua idade dava-lhe o desapêgo da vida, mas o seu ânimo esforçava-o a existir pelo menos até à hora de desembaïnhar a espada.

Conspirava-se em 1639. «D. Antão de Almada só nos avós inferior a êste (referia-se a D. Miguel de Almeida); Pedro de Mendonça, de semelhantes qualidades; António de Saldanha, igual aos outros e com maior cabedal de serviços militares; D. João Pereira, o ilustre sacerdote, e D. António de Mascarenhas, maior que todos no descontentamento.» (4)

Os fidalgos ainda não se tinham congregado por juramento para a revolução; sabiam das opiniões uns dos outros e, conhecendo-se entre si, aquêles cujo carácter a tudo sobreleva juntavam-se instintivamente.

«Nenhum havia provado a delícia do mando; era da maior razão apetecê-lo. Quando olhavam a muitos ocupados na administração pública e se julgavam mais dignos se acendia o ardentíssimo fogo em seus ânimos contra os Conselheiros de El rei e por conseqüência contra o Valido e o Príncipe.

---

(1) Ver documentos Bib. Nac. L., códice 6.916, mss. fls. 47.
(2) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado,* 1 vol.
(2) Ver *Biografias.*
(3) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*
(4) Idem.

«Descontentara-se a nobreza de Portugal do govêrno presente, porque dois ministros, ambos iguais em sangue, um só interêsse e espírito, haviam de usurpar o mando universal do reino. Em Portugal, Miguel de Vasconcelos, e, em Castela, Diogo Soares. O primeiro a secretariar o govêrno, o segundo no Conselho.

«Estas eram as pedras de escândalo público cultivado por contínuo desprêzo aos que das alturas do ar olharem o plano da terra lhe parecerem átomos e gigantes.

«Começou na palavra dos Sebastianistas a decente ocasião ao Concesso dêstes mal contentes, de tal sorte ficou alguma para o juiz determinado que quanto mais era desprezada aquela doutrina tanto mais foi menos suspeitosa.» (1)

Os espanhóis deviam rir da crença no Rei, oculto na bruma até ao trono.

Parecia, porém, simbólico êsse nevoeiro que se adensava para as bandas de Espanha, cerração fechada em cujo seio melhor se conspirava.

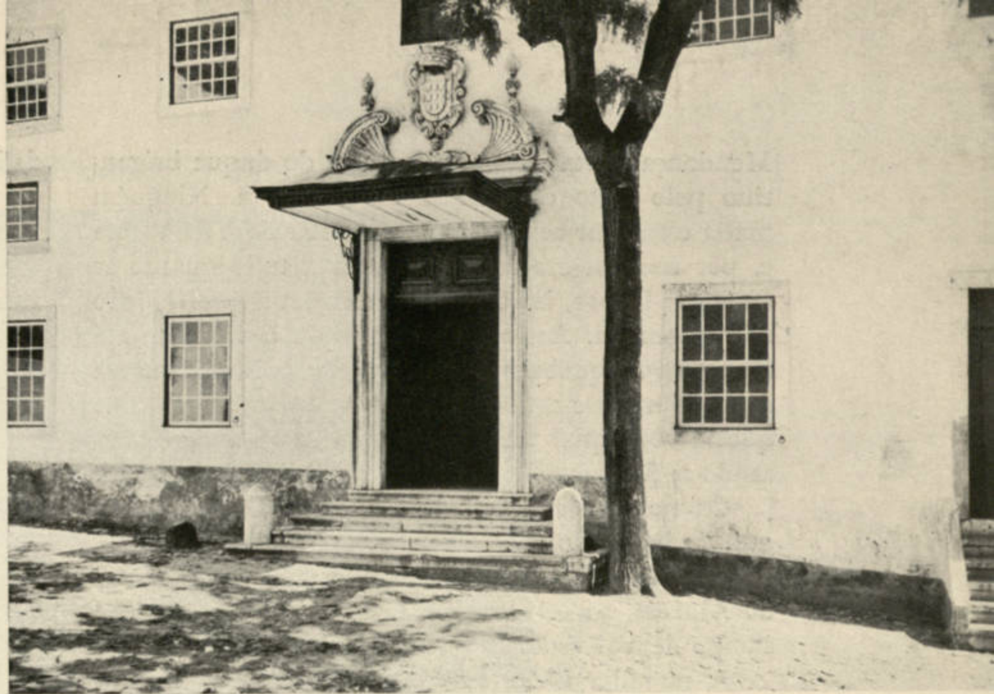
O Sebastianismo era a mística do mistério. Nunca se conjurou às claras (2).

Miguel de Vasconcelos não acreditava na resistência dos portugueses, e tanto os julgava opiados que até os desprezava.

Em cartas particulares, o genro, Diogo Soares, era mais que insultuoso ao escrever: «Dos Césares (3) não há que tratar, que esta gente não tem aqui amigos nem há que fiar dêles porque todos são uns e filhos do pai que vós conheceis e a quem meu amo não sofre.»

Acêrca de outros fidalgos, sugeria: «enganá-los e cavalgar-lhe as parentas» (4).

O desdém afixado para com a nobreza por parte do secretário de Estado e as arrogantes atitudes dos espanhóis fariam trasbordar as razões contra êles do vaso das queixas jamais atendidas. Nem o próprio clero era poupado. Houvera questões de vulto entre os governantes e o coleitor Castracani, que acabara por lançar-lhes o interdito.



Entrada do palácio dos Melos, em Xabregas

Os fidalgos, desanimados com a atitude do duque de Bragança, não compreendendo sua arteira forma, começavam a querer unir-se para mais sólidos desígnios.

Jorge de Melo, que estava encarregado de recrutar as levas de soldados na Beira, encontrava na própria missão que executava motivo para exacerbar os ânimos. As tropas destinavam-se à Catalunha e êle não deixava de mostrar aos fidalgos como teriam que acompanhá-las arriscando-se a ficar em Castela.

Falara desassombradamente a D. Duarte de Bragança e fôra, com D. António de Mascarenhas, dos primeiros crentes na rebelião. Provindo de nobre estirpe, pois andava na sua família o alto cargo de monteiro-mor do reino, entendeu-se com o irmão, Francisco de Melo, que exercia aquela dignidade. Sendo também partidário do govêrno em mãos de portugueses, aparecia aos olhos dos espiões como «muy da parçialidad, y que aun aguarda por El rey D. Sebastian que está en gloria».

Escrevera ao marquês de Ferreira, parente chegado dos Braganças, pedindo-lhe que procurasse ouvir de vez a opinião do duque relativamente à revolução. O conde de Vimioso, outro grande fidalgo, também residente em Évora, ajudava-o no intento.

Jorge de Melo encontrara-se com D. Rodrigo, irmão do marquês de Ferreira, eclesiástico vindo de Coimbra para a colegiada eborense, e prometera contar aos afins o que lhe ouvira e espertar o senhor de Vila Viçosa.

No regresso da Beira, recolhendo-se a sua casa de Xabregas, o mestre dos têrços recebeu as visitas do velho D. Miguel de Almeida, de D. Antão Vaz de Almada e D. António de Mascarenhas, já com êle ligado desde alguns anos para a obra revolucionária. Juntara-se-lhes o alcaide-mor de Mourão, Pedro de

---

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*, mss. da A. C. L.

(2) Havia realmente absolutos crentes na doutrina sebastiânica que se opunham, à espera do milagre. D. Mariana de Lencastre, que armou os filhos cavaleiros, como D. Felipa de Vilhena, preguntaria a D. João IV se não entregava a coroa a D. Sebastião.

(3) Os Césares eram das mais nobres famílias de Portugal e das que já existiam no tempo do conde D. Henrique. Neste período do domínio felipino, Vasco Fernandes César era o chefe da família. Exercia o cargo de provedor do Armazém, sendo alcaide-mor de Alenquer. Seus filhos Diogo e Sebastião foram notáveis eclesiásticos e políticos.

(4) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

Mendonça Furtado, muito familiar do duque brigantino pelo trato de sempre e vizinhança. Ninguém podia estranhar as suas visitas ao solar de Vila Viçosa e, por isso, ali era assíduo. Contava tudo quanto se dizia em Lisboa, indo até às revelações a que D. João não respondia. Acompanhava sempre o visitante até à porta para quebrar a sua etiqueta, pois êle a usava como se tratasse com o Rei, mas o senhor da casa não queria vê-lo qual vassalo, mas sim como amigo, afastando-se do propósito seguindo a hábil tática.

Os nobres desolavam-se. Congregaram-se aquêles que de há muito se entendiam, um pequeno núcleo, ora em Xabregas, logo no palácio de D. Antão Vaz de Almada, ao centro da cidade, no Rossio, o velho campo de Valverde.

A moradia tinha esplêndidos jardins e ocupava um grande âmbito. Uma porta disfarçada no muro abria para as bandas da cêrca do convento de Santa Ana, às cavaleiras no vale, e cujos dormitórios deitavam para a banda do Lavra. No pavilhão do recinto, oculto por frondosas árvores, reüniam os conjurados cautelosamente.

Na rua vizinha ficava a igreja e quinta de S. Luiz Rei de França e o campo vasto, onde por dez horas escasseavam os viandantes. Os rumores da Baixa calavam-se cedo, mesmo quando havia comédia.

O palácio da Inquisição era soturno; apagavam-se as luzes no convento de S. Domingos, e se alguma claridade vasquejava vinha do hospital de Todos-os-Santos, onde a roda recebia enjeitados ali depostos de fugida pelo embreado da noite. Não seriam as alcovetas, ou pais, embaraçados com os filhos, quem se detivesse a espreitar as visitas do fidalgo.

O caminho para Santa Ana tomava-se por diversos lados: das bandas da Mouraria e de cima e por duas betesgas nas quais não seria fácil passarem duas pessoas a-par sem se conhecerem ou repontarem nas horas tardas.

Lisboa envolvia-se na sua grande calada; se aparecia alguma ronda fazia-se de molde a chamar as atenções por seu batucar de partazanas e soada de passos cavos no empedrado desigual.

Os conspiradores eram poucos e podiam ir, mesmo de dia, à morada do Rossio. De quando em quando, Francisco de Melo, o monteiro-mor, vinha de Santarém, onde residia, e se, em verdade, era tão sebastianista como diziam os esculcas espanhóis, devia consolar-se com a existência de numerosos correligionários.

Os versos de Bandarra soavam como loas e decoravam-se. É possível que os jesuítas já os tivessem acomodado aos desígnios nacionais.

O vate e vaticinador escrevera, segundo o que se dizia baixinho como em rezas:

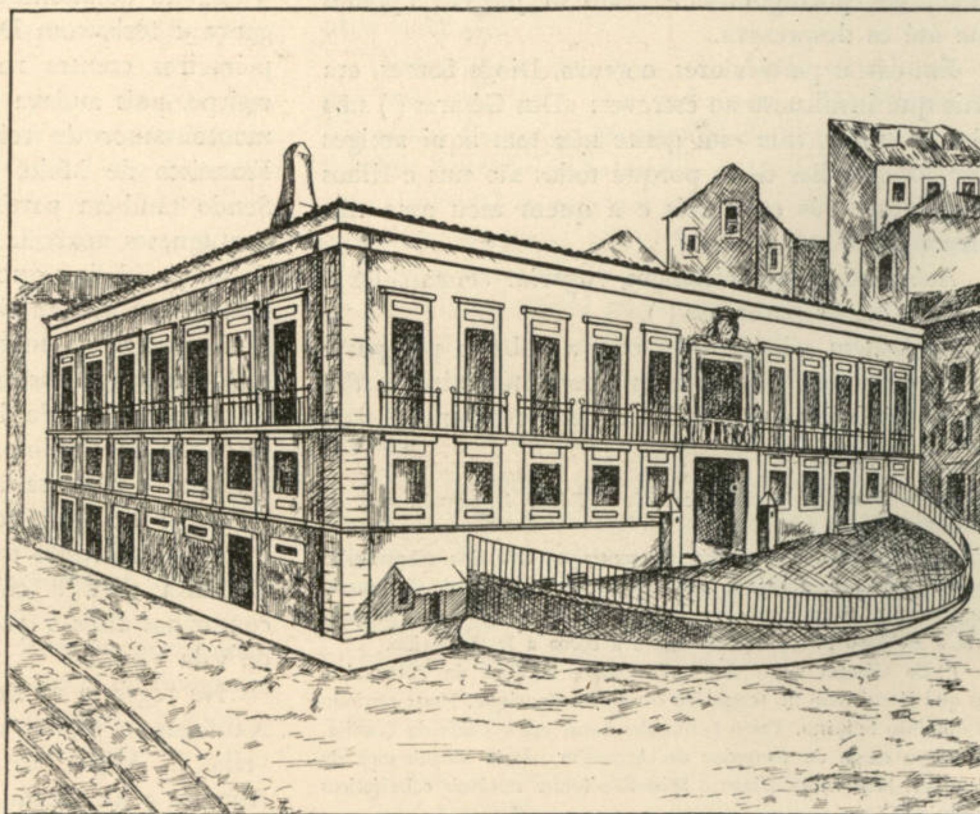
Já se cerram os quarenta
Que se emmenta
Por um Doutor já passado
Sem Rey novo levantado.

E verberando os grandes, os ricos, os prelados

Que das Igrejas comeis,

anunciava:

Já o tempo desejado
É chegado
Segundo o formal assento,
Já se cerram os quarenta
Que se emmenta
Por um Doutor já passado,
O Rei novo levantado
Já dá brado,
Já assoma sua bandeira
Contra a grifa parideira
Lagomeira
Que tais prados tem gostado.



Palácio dos Almadas
(Desenho de Aurora Severo, cópia de uma gravura antiga)



D. Antão de Almada

(Reprodução do quadro de A. Melo, existente no Museu Militar)

E a grifa era a águia dos Áustrias desventrada em mundos novos, poderosa e altiva, desprezadora, que violara os nossos campos.

O profeta incitava à caça à ave de presa, à grifa, detestada e fecunda:

Saia, saia, êsse Infante
Bem andante,
O seu nome é João,
Tire e leve o pendão
E o guião
Poderoso e triunfante.

Não se podia apontar mais claramente o chefe, e se os versos daquele jaez se passavam de bôca em bôca, a atmosfera estava preparada para o arranco.

Mas demoraria o tão desejado infante em cuja bandeira estava a vitória:

As chagas do Redentor
E Salvador
São as armas do novo Rei.

E para o descobrirem, o indicarem, arvorando sua glória, declaravam:

Tem um irmão
Bom capitão (¹).

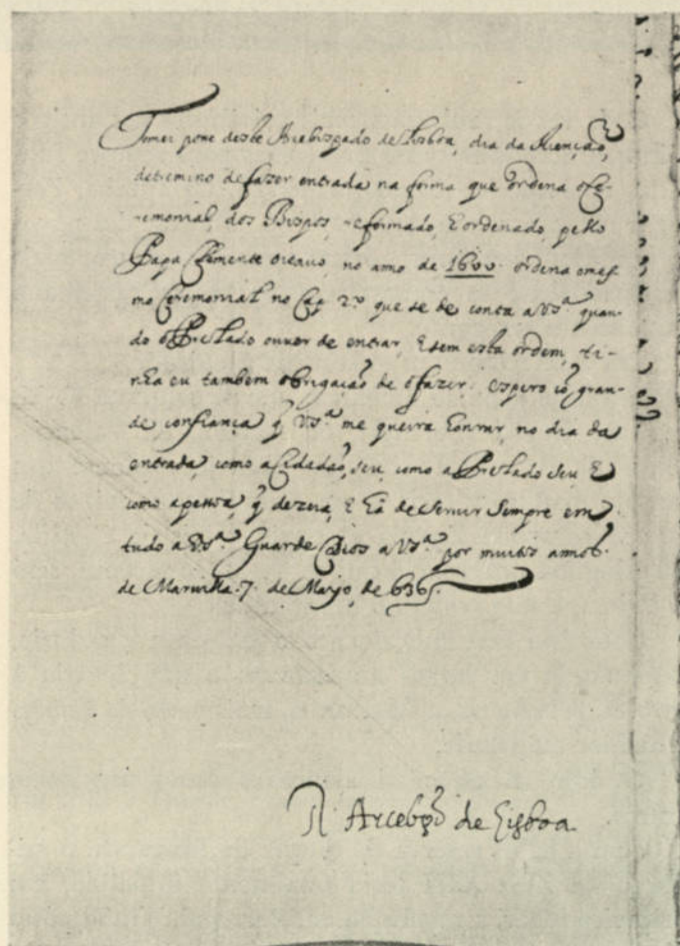
Êsse também andava por longe, pelas terras da Alemanha, e os conjurados chegaram a pensar em mandar buscá-lo pelo padre Nicolau da Maia e Azevedo, beneficiado da Sé, e que muito convivia com mesteirais e gente da Casa dos Vinte e Quatro. O Senado da Câmara era vizinho da catedral e o reverendo, por seu feitio, ligava-se ao povo e seus chefes, mas para ir a longínquos países daria nas vistas, sendo duvidoso o assentimento do general ante o recatado chefe da sua casa.

Outra grande figura que impulsionava a revolta era a do próprio arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha. No seu regresso de Madrid fôra recebido pela nobreza e povo em cortejo e festas que não despertaram as desconfianças visto seu carácter sagrado (²). Aliciara a família; dera à conjura o sobrinho que educara, D. António Álvares da Cunha, nascido na Índia, onde o mandara buscar em menino.

Gravemente, com o maior resguardo, o prelado que recusara a púrpura oferecida por Felipe IV tornara-se grande propulsor da rebelião e desdenhava os riscos, a-pesar-de já ter sessenta e três anos.

(¹) *Trovas do Bandarra, apuradas e impressas por ordem de hum grande Senhor de Portugal, oferecidas aos verdadeiros portugueses devotos do Encoberto.* Impressas em Nantes por Guillelmo Monier em 1640.

(²) Em 21 de Maio de 1639.



Tomei posse deste Arcebispado de Lisboa, dia da Ascenção, determino de fazer entrada na forma que ordena o Ceremonial dos Bispos reformado e ordenado pello Papa Clemente oitavo no anno de 1600. ordena o mesmo Ceremonial no Cap. 2.º que se de conta a V. S.ª quando o Prelado ouver de entrar, e sem esta ordem tivera eu tambem obrigação de o fazer. Espero da grande confiança que V. S.ª me queira honrar no dia da entrada como a Cidadão seu, como a Prelado seu e como a pessoa que deseja e tem de servir sempre em tudo a V. S.ª Guarde Deos a V. S.ª por muitos annos. de Marvilla. 7. de Mayo de 636.

O Arcebpo de Lisboa

Carta assinada pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha relativa à sua entrada em Lisboa e dirigida ao Senado da Câmara em 1636

Havia dificuldades para acção; receios de reünir muita gente que, ou teria dificuldade em calar o entusiasmo ou, esmorecendo, não saberia ocultar as queixas. Poderiam, também, aliciar-se alguns de pouca fé e dar azo à espionagem. Daí o recato, o sigilo, as cautelas que ainda duravam naquele mês de Agôsto de 1640, quando tanto se falava no rápido envio de tropas para a Catalunha sob o comando do duque de Bragança com muitos outros fidalgos.



Foi em Junho, no ano de quarenta, no dia da procissão do Corpo de Deus, que rebentou a insurreição catalã. Há muito que estava preparada; auxiliavam-na, além de Richelieu, os aliados da França.

Olivares tinha um desígnio: «fazer com que Espanha houvesse um só rei e uma só lei»; Felipe IV governado por êle, conde-duque, sob o título de Grande ou de Rei Planeta, como os lisonjeiros o tratavam; e aos pés do ministro a nação e seus agregados.

Cada vez se roubavam mais privilégios aos antigos reinos, tratando-os como províncias para sempre fundidas no império: Aragão, Valência, Catalunha, Portugal não contariam de futuro no concêrto dos povos e, perdidos seus foros, seriam, pouco a pouco, mais esmagados até se empastarem na massa castelhana orgulhosa e arrogante.

Era o cesarismo em tôda a sua plenitude.

O valido dizia ao monarca: «no se contente V. M. com ser Rey de Portugal, de Aragon, de Valencia, conde de Barcelona, sino que trabaje y piense con consejo maduro y secreto por reducir estos reinos de que se compone España al estylo y leis de Castilla, sin ninguna differencia qui se V. M. lo alcanza, será el Principe más poderoso del mundo.»

Com êste deslumbramento o arrastava e seduzia, explanando em largos argumentos o que levaria à revolta, pelo menos a Catalunha, mais perto da França e melhor amparada.

O ódio ao espanhol alanceava tanto uns como outros.

Sem a hábil reserva do duque de Bragança, o ministro de Luiz XIII teria fatalmente impelido, em primeiro lugar, a revolução em Portugal. Tinha pôsto vistas nos descendentes do Prior do Crato para o trono. Seria D. Manuel de Portugal o sucessor desde que os portugueses fizessem a revolta sem a acedência do seu príncipe mais natural.

Alguns soldados portugueses já marchavam para a Catalunha, mas como a mobilização fôra propositadamente demorada, por conselho do governador das armas, saíram veteranos espanhóis para aquela guerra, ficando quinhentos mosqueteiros no castelo de S. Jorge e as guarnições das fortalezas de Cascais, S. Julião, Tôrre Velha, Belém e Setúbal.

Pensava-se que bastariam para conter os portugueses, mais vexados hora a hora, à medida que a nobreza partisse com as fôrças em organização.

Em 8 de Abril de 1639, a duquesa de Mântua passara revista às milícias que deviam ser apresentadas para o serviço de Espanha.

Constavam de quatro têrços e cavalaria com a nobreza. Computavam-se em doze mil homens, havendo em todo o país oitenta e cinco mil e tal milicianos, mas sendo vinte e seis mil os aptos com mil e duzentos cavaleiros. Eram tropas de pouca importância; porém, contava-se com o levantamento de mais algumas, devendo formar perto de duzentas mil praças.

A duquesa governadora tinha às suas ordens têrços espanhóis, alemães, italianos e flamengos, pelo menos quatro companhias, que compunham a sua guarda.

A grande mobilização era a que se esperava feita pelo duque de Bragança, exactamente quando os catalães se rebelaram.

O Senado barcelonês pedira justiça a Felipe IV; solicitara que acabassem as extorsões em queixas sentidas contra o valido. A opressão era enorme; apertavam-no num círculo de ferro com o exército escolhido e os vexames mais cruentos. Os magistrados expunham suas razões em nome dos povos:

«E como o Principado catalão sabe, por experiência, que estes soldados não têm respeito nem piedade a casadas e virgens inocentes, templos nem ao próprio Deus nem às imagens dos Santos, nem ao sagrado dos vasos dos altares nem ao Santíssimo Sacramento, que se viu êste ano duas vezes em chamas, aplicadas por estes soldados, está pôsto universalmente em armas para defender em caso tão apertado, urgente e sem esperança de remédio a fazenda, a vida, a honra, a liberdade, as leis e sobretudo os templos santos.»

Assim rezava o documento [1] escrito depois da sedição, contra os soldados de D. Juan de Arce e de D. Leonardo Molas.

Dera-se a explosão violenta na tarde do cortejo religioso, e que o vice-rei, conde de Santa Coloma, não reprimira como não corrigira as ameaças. O deputado da nobreza, Francisco Tamarit, em vez de ser atendido quando falara ao governador, recebera ordem de captura bem como o cónego de Urgel, D. Pablo Claris.

Desceram os montanheses de Ampardan e os segadores, que iam assistir à procissão do Corpus Christi, acorreram em grande número empunhando as afiadas foices. Traziam o fito da revolta; eram êles o sangue da própria Catalunha enriquecido pelo trato com a terra. Bastou um pretexto para a desordem, que degeneraria em combate sem tréguas.

A multidão desencadeara-se quando um soldado quisera prender um segador. Rebentaram os gritos há muito contidos: ¡Vingança! ¡Liberdade! ¡Viva o Rei! ¡Viva a fé! ¡Morra o mau govêrno!

O palácio do vice-rei foi acometido; acarretou-se lenha para largar fogo ao edifício; a turba, excitada, começara a incendiar a residência de Santa Coloma e logo as de todos os que participavam do govêrno e dos estrangeiros, considerando, assim, os que não eram catalães.

O homem há pouco tão poderoso ia fugindo acossado pela multidão exasperada; luziam as foices e logo se empanavam tintas de sangue. As terríveis armas, habituadas aos cerces golpes nos trigais, degolavam inimigos. O fogo devastava as propriedades e o seu clarão iluminava Barcelona.

---

[1] Proclamacion catolica a la Magestad piadosa de Felipe el Grande, Rey de las Españas y emperador de las Indias, Nuestro Señor; los conselleros e Consejo de Ciento de la Ciudad de Barcelona.

Santa Coloma escapara-se e ia a caminho da fortaleza de Montjuich quando perdeu as fôrças. Junto às lapas de San Beltran, desmaiou. Despertaram-no os perseguidores e apunhalaram-no.

À noite estava em armas tôda a Catalunha. Elegera-se vice-rei o duque de Cardona, catalão, probo e prudente, mas Olivares indignou-se e os manifestos, enviados ao soberano, condenavam o conde-duque e os soldados que profanavam as igrejas. A Majestade católica não se impressionara e deliberou-se chegar ao extremo. Apelar-se-ia para Richelieu, que tanto desejara aquela hora de vingança.

O cónego D. Pablo Claris proclamara a República sob o protectorado da França. Aclamara-se Luiz XIII conde de Barcelona; a guerra propagava-se e seria duradoura.

Ana de Áustria, mãe do soberano francês e irmã de Felipe IV, entrevia o golpe que o genial ministro de seu filho vibrara na Espanha, cujo poderio decaía.

Apelava-se, instantemente, para que os nobres portugueses e o exército marchassem o mais ràpidamente possível. «Desenganaram-se os fidalgos com o chamamento para a Catalunha de que os querião degradar e extinguir ausentes de sua pátria. Assentarão que não era fidelidade um vil sofrimento que lhes grangeara moléstias, vexações, despesas, opróbrios, quantos lhe tinhão forjado os árbitros de tantas maldades» ([1]).

Lisboa fedia à soalheira do verão inclemente. O duque de Bragança repousava nas veigas de Vila Viçosa. Procuravam-se mais as sombras do jardim de D. Antão de Almada. Não eram menos agradáveis os hortejos, almuínhas e pomares do paço brigantino de Lisboa, onde morava João Pinto Ribeiro, agente dos negócios ducais, «professor de Direito, homem erudito com felecidade» ([2]).

«Como João Pinto por ocasião dos negócios que manejava fôsse escutado de grandes ministros era, por esta causa, conhecido dos maiores o seu grande zêlo também não ignorado. Tanta consideração o habilitava por idóneo instrumento não só a lembrança e rogos mas também às advertências que continuarão sempre» ([3]).

Não podia ser dispensado da conjura como amigo bem ligado a quem queriam para rei e por seus talentos celebrado ([4]). Chamaram-no naquele transe quando o conde-duque ainda mais agravava a situação crente na vitória.

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.* (Nota do autor — Bacharel e não professor de Direito).

([3]) Idem, idem.

([4]) Idem, idem.

Ante as notícias do aumento da rebelião na Catalunha, redobravam as esperanças dos conjurados que pretenderam dar um decisivo golpe.

Chamaram João Pinto Ribeiro ao jardim do conde de Almada e, no recato do pavilhão, instaram para que os ouvisse em ponto principal. Já chegara Outubro; era no dia 12 e estavam presentes, além do dono da casa, o ancião intemerato D. Miguel de Almeida, Jorge de Melo e seu irmão Francisco, o monteiro-mor; Pedro de Mendonça Furtado, o alcaide de Mourão, e António de Saldanha, capitão notável, filho de João Saldanha, comendador de S. Martinho de Santarém. Servira, em 1633, na Índia, com o valor de soldado-marinheiro, e dos presentes era o que mais perigos correra em paragens ultramarinas.

O mais velho dos conjurados insistira pelo chamamento do agente da Casa de Bragança e todos começaram a falar, em sua presença, do «estado em que se achavão, e o remédio que pedião tantas misérias e culparão, com grandes discursos, estes fidalgos o sono em que o Duque estava sepultado esquecido de si e do Reyno, agravando estas culpas com o que lhe disseram em Almada e as respostas equívocas que lhes dera.»

Obedecia sempre ao plano de não se arriscar ao acaso, sem certezas, mal confiado nos entusiasmos e conhecendo que se perdesse na luta ficaria arruïnado e sem possibilidades a independência do reino, pois seu filho sofreria com a exautoração a pobreza e êle a morte.

O procurador brigantino foi claro e positivo «atribuindo todos os descuidos, os do amo, ás considerações com que os fidalgos se havião, abrindo inconvenientes e concebendo temores coando deverão obrar resolutos e animosos querendo antes atropellar respeytos particulares poelo bem comum que atar se a elle em dano publico e particular.» ([1])

Por esta exposição averigua-se que êles se tinham mostrado receosos em sua presença; querendo impeli-lo quando poderiam, dado seus receios, deixá-lo meio abandonado em campo.

Atrevidamente, João Pinto Ribeiro disse-lhes: «Só hum cometimento temerario prometia e segurava o remedio e que, ou o Duque consentisse ou não, o aclamassem que mayor perigo corria elle nas sospeytas que no feyto e que a certeza desta verdade lho reduziria» ([2]).

Com efeito, era assim. Desde que os fidalgos saíssem a aclamá-lo não duvidaria dêles e, comprometido, acompanhá-los-ia.

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) Idem, idem.

Já não desconfiava.

Havia outros familiares da Casa de Bragança, como João Sanches de Baena e António Pais Viegas, ambos homens de leis muito ligados ao Duque, aquêle como consultor, pois era lente de cânones e grande jurisconsulto; o outro ocupava o cargo de secretário privado, vivendo em Vila Viçosa, no paço, e tendo sido tão distinguido por D. Duarte, tio de D. João, que até lhe deixara por herança um rendimento.

Afirmar-se-ia que Baena conspirara em 1638, com João Pinheiro, seu colega, compadre e amigo, recebendo as confidências do senhor de Saint Pè, emissário de Richelieu. Para os espiões de Olivares êle era «hechura de los de la parcialidad; és tenido por limpio de manos, pero no es bien inclinado a las obras desta Corona y todas las encuentra como se tiene experimentado por muchas vezes» ([1]).

Era patriota, segundo êste depoïmento; não hesitara em pronunciar-se sôbre a razão máxima dos «fidalgos e soldados portugueses não militarem nas conquistas alheias».

Queria-os em Portugal quando a Espanha os aproveitava para a sua defesa na Índia, na Itália e na Flandres. Se estava ao facto do que se passava, recomendaria prudência ao Duque enquanto êle não tivesse segurança nas palavras dos conjurados e incutir-lhe-ia, depois, o ímpeto para não recuar quando a sorte se jogou? Prestar-lhe-ia, sobretudo, notáveis serviços particulares. Dêstes não se pode duvidar.

Nascera em Vila Viçosa; seus avós tinham sido acolhidos pela Casa de Bragança, mas talvez ignorasse o movimento planeado. Lidavam os seus antepassados, desde longa data, com os duques.

Um Gil Álvares Sanches, ao desafrontar-se do caso de adultério, matando o amante da mulher, em Espanha, encontrara acolho no solar do Duque D. Jaime, que também se desagravou assassinando a espôsa e o pajem Alcoforado. A semelhança das situações tê-los-ia ligado e, assim, Sanches viveu em Vila Viçosa, contraindo segundo casamento com D. Catarina de Landim, moça de câmara da duquesa brigantina. Houveram descendência de soldados, marinheiros e frades.

Diogo Álvares Sanches foi cavaleiro de Sant'Iago e casou com D. Maria Rodrigues de Lemos, colaça de D. João I de Bragança e aia de sua espôsa. O doutor Pedro Álvares Sanches, filho daquele consórcio, foi pai de João Sanches de Baena. Ficaram sempre fiéis aos grandes senhores, ao contrário dos Lucenas. O filho do causídico formou-se em 1600; seis anos depois era lente de cânones; obtivera brasão concedido por Felipe III e deixara o ensino pela magistratura.

Foi desembargador da Relação do Pôrto, recebeu o hábito de Cristo, o título de Conselheiro da Fazenda e, em 1637, o de desembargador do paço. Desposou D. Guiomar Carneiro de Sousa Freire, terceira neta de D. Álvaro Vaz de Almada, e, por conseqüência, muito parente de D. Antão. As ligações do jurisconsulto com os Braganças e aquêle parentesco indicavam-no para a conjura. Era compadre do doutor João Pinheiro ([1]), que recebera Saint Pè, enviado do cardial Richelieu. A intimidade dos dois magistrados, e sobretudo o contacto de Baena com o duque brigantino, fariam dêle elemento indispensável, ao menos para avisar D. João do que se passava e recolher suas respostas? Distinguira-o e quisera manter correspondência idêntica à que houvera entre êle e D. Duarte de Bragança, irmão de D. Teodósio II. Acentuara na missiva: «vallendo me do bom animo que em V. M.[cê] se achou sempre para as nossas cousas, que evitados os tempos, reconhecerei».

Devia tratar-se mais de consultas sôbre negócios particulares que de política, embora seu filho, mais tarde, ao requerer benefícios ao regente D. Pedro, declarasse: «foi tão experimentada a sua fidelidade e o seu ânimo, que lançando-se a primeira pedra no Edifício da sua Acclamação, quer o mesmo Senhor que João Sanches de Baena fôsse o primeiro Artífice mandando e em segundo, que João Pinto Ribeiro lhe desse a primeira notíciaa e seguiuse o seu parecer mandando o chamar à banda de além» ([2]).

Não estaria longe dos acontecimentos o lealíssimo amigo dos Braganças, mas talvez por dedicação aconselhasse D. João a prudência quando as dificuldades se antolhavam e a actuar ante o irremediável, não figurando, por isso, na revolta nem na lista dos conjurados ([3]).

António Pais Viegas vivera sempre no aconchêgo do paço brigantino tratando da fazenda e conselho do

([1]) Notas de Diogo Soares para Olivares — B. N. L., Col. Pomb., cód. 738.

([1]) O chanceler apadrinhara o terceiro filho de Baena, que recebeu, em 1622, o nome de João na pia baptismal da igreja de Santiago.

([2]) Não consta dos escritos de João Pinto Ribeiro qualquer revelação nesse sentido, mas só requerimento assinado por Luís Sanches de Baena, que recebeu despacho do regente D. Pedro em 23 de Junho de 1683. Tinham decorrido quarenta e três anos após a restauração. Muito mais tarde, em 1882, o representante do magistrado, visconde de Sanches de Baena, escreveu um folheto no qual discutia os serviços do agente brigantino. (*Notas e documentos inéditos para a biografia de João Pinto Ribeiro*).

Sob o pseudónimo de Nicolau Florentino, o professor António Maria de Freitas enalteceu a personalidade de Baena no livro *Pleito Histórico entre João Sanches de Baena e João Pinto Ribeiro*, 1891.

([3]) D. João IV amerceou-o como grande fidalgo de sua casa (15 de Março de 1641), sem as referências que usou ao agraciar, de outra forma, D. Antão Vaz de Almeida e D. Miguel de Almeida, citando-lhes os serviços na Restauração. No despacho do requerimento do filho o regente diz: «havendo por si e respeito ao amor e zelo com o desembargador João Sanches de Baena, seu pay, que foi desembargador do Paço, se empregou sempre em serviço da Casa de Bragança.»

amo, que muito o ouvia, enquanto cabiam a João Pinto Ribeiro os encargos de procuração e pleito. Os fidalgos solicitaram-lhe, naquela reünião, que obtivesse a cedência de D. João de Bragança à acção que lhe preparavam e lhe expusesse «o desgôsto da nobreza, o sentimento e aflição dos povos, sinificar o risco em que todos estavão e o pouco remédio que lhes ficava divertidos para Catalunha os chamados. Que lançasse Sua Excellência mão de ocasião tão oportuna.»

Recusou ir com semelhante embaixada a Vila Viçosa; disse-lhes quais as «desconveniências de sua jornada, assim pela razão do segrêdo, como, porque, criado do Duque, não ficava êle bastante fiador daquelle empenho».

Indicou o melhor dos enviados, aquêle que, não sendo dependente dos Braganças, mal podia ser acusado de interêsse na subida de D. João ao trono; o homem cuja visita não pareceria estranha porque era vizinho e muito seu familiar.

Seria êle, Pedro de Mendonça Furtado, alcaide de Mourão, que aceitou a incumbência, todo integrado nela e feliz em semelhante enviatura.

Não pôde partir logo e desesperar-se-ia com a demora produzida «por achaque que o sojeytou a quatro sangrias» ([1]).

Devia largar no dia 16 de Outubro, ficando em Évora ainda umas horas para «tentar os senhores em que ali podia haver confiança porém aquelles com que alou achou mais animozos e desejosos que rezolutos» ([2]).

Eram os mais vizinhos e um dêles, o marquês de Ferreira, parente do duque. Almejavam a vitória que outros lhe dessem. Por isso tanto se retraía quem tinha que lidar com cautela para não se perder de todo a esperança que naquele momento o emissário ia buscar de coração aflito. Contaria o que se passava em Lisboa ao duque, taciturno cada vez que o tratava como Rei.

Foi encontrá-lo na tapada em caça aos gamos e javalis; ao vê-lo afastou-se dos monteiros e «abriu-se aquelle Principe com elle dando-lhe as esperanças mais claras e assim a sua segurança de nos não faltar nem desemparar, a que o empenhava não só o risco em que se achava mas aquelas faiscas de pai da patria que com o direito da sua sucessão trazia no peyto cerradas ([3]).

O alcaide-mor de Mourão dissera-lhe, peremptòriamente, «que quando não achasse por huma outra via meio de o persuadir que estavam resolutos a formar huma Republica e que devia considerar quanto desdouro seria para a sua opinião entre nações estrangeiras verem que erigião Republica tendo nelle Principe natural, porque ainda que a empreza era grande, parece que a facilitava a guerra de França e as revoluções da Catalunha repartindo-se o poder dos castelhanos que seria facil desbaratar o que trouxessem à oposição do intento proposto» ([1]). Solicitou-lhe, também, que não se abrisse com o seu secretário António Pais Viegas. Não desconfiavam dêle senão porque poderia «desviar o duque de aceitar o Reyno». ¿Teria também sido, em tempos de menos actividade, o caminho de Sanches de Baena, depois disposto a inspirar-lhe o contrário ante as probabilidades ou o irremediável?

D. João pediu-lhe tempo para meditar tão grave resposta e, recebendo as cartas do marquês de Ferreira e do conde de Vimioso, foi acolher a visita do bispo de Elvas, D. Manuel da Cunha, que começou o seu convencimento.

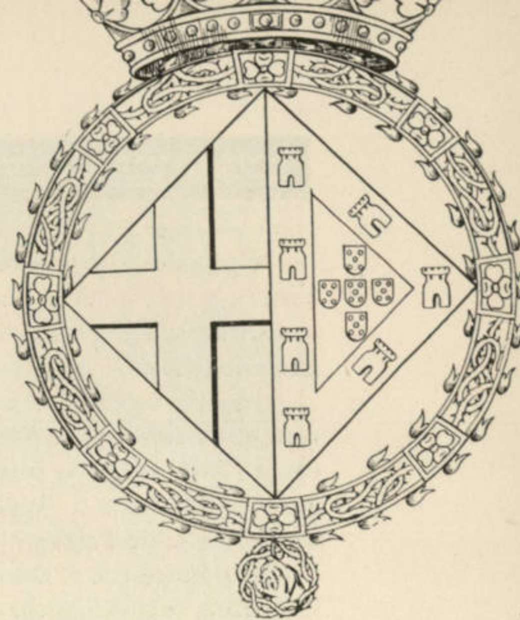
Possìvelmente, ter-lhe-ia sido entregue a missiva do mais severo e nobre dos prelados, do arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, e que dizia:

«Aceite V. Ex.ª o Reyno que lhe damos pois lhe pertence ou ceda do Direyto que tem nelle; porquanto mandamos chamar o Senhor D. Duarte e quando nem hum de Vossas Excellencias o não queira aceitar, o entregaremos ao Saboyanno ([2]), que está na mesma linha que Vossa Excellencia a quem Deus Guarde e dê todo o esforço» ([3]).

Se a carta é verdadeira, o prelado devia ignorar o que se passava em Itália com o Sabóia, visto com êle ameaçar o Duque de Bragança.

Vítor Amadeu morrera em 1637 e a sua viúva, Cristina de França, resistia em Turim ao assédio dos exércitos de seus cunhados protegidos pelos espanhóis. «Recusou socorros dos inimigos e amigos para não comprometer o futuro de seu filho», que reinaria sob o nome de Carlos Manuel II. Quem se dava como rival do duque brigantino contava, então, seis anos ([4]).

Pedro de Mendonça ficara a aguardar a resposta e «foi fama que D. João vacilou à vista da oferta e que só fôra contemporização aquela temperança com que antes havia ajustado» ([5]).



Escudo de D. Beatriz, filha de D. Manuel, e que desposou Carlos III Duque de Sabóia

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) Idem, idem.

([3]) Idem, idem.

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([2]) O Saboiano era o descendente de D. Beatriz, filha de D. Manuel, que desposara Carlos III de Sabóia.

([3]) Carta existente na B. N. L., cód. 28-H, 5-48, e atribuída ao prelado.

([4]) *Histoire de Italie.*

([5]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

Não pôde calar-se. Confidenciou com António Pais Viegas, seu secretário, no hábito de jamais deixar de consultar sua experiência e zêlo mais de uma vez demonstradas.

Quando o amo lhe contou que a nobreza deliberara proclamar a República se êle não aceitasse a coroa, hàbilmente o interrogou: «se acaso os portugueses formassem a República que partido havia de seguir? Se o de Portugal se o de Castela?»

Respondeu-lhe o Duque que «sempre estivera deliberado a se não apartar do comum consentimento do Reyno e qualquer perigo a que se arriscasse por defensa da Patria teria por muito suave» ([1]).

O secretário volveu que nessa resolução estava a resposta a Pedro de Mendonça: «porque se pela Patria se atrevia a arriscar a vida sendo Vassalo de huma República, quanto mais glorioso e quanto mais conveniente era empenha-la sendo Rey de hum Reyno que lhe pertencia de justiça» ([2]).

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([2]) Idem, idem.





CEDEU o Duque de Bragança àquelas altas e lógicas razões, ouvindo, duvidoso do êxito, e «depois de conferir com ele outros pontos importantes, passou ao quarto da Duquesa D. Luísa de Gusmão» ([1]) e «dizem historias que desta perplexidade o resolvera a Duquesa sua mulher presuadindo-o que consentisse na vontade do Reyno» ([2]). Teria acrescentado, mas ao menos seria seu pensamento: «ainda que a morte fôsse conseqüência da Coroa, mais valia morrer reinando do que acabar servindo».

O alcaide-mor de Mourão ouviu a resposta do duque. Dispunha-se a aceitar a coroa; e, jubilosamente, curvando-se, quis beijar-lhe a mão, mas êle não lho consentiu, dizendo: «que para esta cerimónia não faltava tempo e que para conseguir o que queriam faltavam muitas circunstâncias» ([1]). Era, ainda, a ponderação, deveras mais concentrada ao dispor-se a assumir a máxima responsabilidade.

Saíu o enviado para a sua alcaidaria, disfarçando o propósito que lhe podiam atribuir de ter estado apenas em Vila Viçosa, e expediu correio de confiança a D. Miguel de Almeida com carta na qual dizia: «Fòmos á Tapada. Atiramos alguns tiros, uns erramos outros aceitamos. Grande juízo de João Pinto» ([2]).

Também se disse não ser bem aquêle o teor do final da missiva. O conjurado teria escrito, em vez de juízo: «grande é a prudência de João Pinto» ([3]).

A carta não foi comunicada a todos os conjurados e, pouco depois, voltou o emissário. A prova de que não se atara completamente o nó da revolução está na Junta celebrada para levar João Pinto Ribeiro a Vila Viçosa em busca da última palavra do chefe.

O jurisconsulto, vendo já começadas as negociações que não se atrevera a encetar, aceitou a missão, tanto mais tendo pretexto para a viagem. O duque devia suceder ao conde de Odemira ([4]) nas terras que

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([2]) «Não nego nem afirmo esta acção sendo certo que não é novo nos homens desamparar pelo conselho das mulheres o proprio Ditame e sendo certo as Baronis açoens desta primeira confirmação devea a ela o valor para que estatuira nem disposição se adjudicasse.» — D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([2]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([3]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([4]) D. Sancho de Noronha casara com D. Juliana de Lara, filha do marquês de Vila Real, e houvera uma única herdeira, D. Madalena de Meneses e Noronha, que morrera menina. Era primo dos Braganças e preparava-se o pleito da reivindicação de bens.



ALEGORIA DA REVOLUÇÃO DE 1.º DE DEZEMBRO

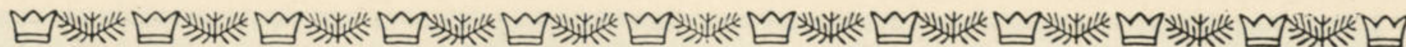
(Reprodução por D. Aurora Severo de um azulejo do palácio dos condes de Almada, ao Rossio)

tinham saído de sua casa e ainda nas mais de que o conde era senhor ([1]).

Arranjara excelente máscara; era bom o propósito mas mau o tempo, que não o deixou atravessar o Tejo até Aldegalega, onde só pôde chegar em 12 de Novembro, não gastando mais do que dez dias na diligência e jornada. «Praticou com o Duque o que na matéria sabia e lhe parecia facilitando o cometimento da empreza e, ainda mais, sujeitando seu voto no modo porque se havia de fazer com tanta confiança como se só dele dependesse a mayor resolução que o mundo viu» ([1]).

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*



D. João, desde a hora em que se resolvera ao lance, tornara-se o mais apressado, o que representava ainda a desconfiança do seu temperamento. Agora, uma palavra imprevidente podia perder a Pátria e a sua pessoa.

Achava-se «o Duque resoluto a que o caso que em Lisboa se faltasse a tamanhos empenhos se havia de pôr em campo e tentar ventura com os povos do Alentejo que estavam á sua devoção.»

Decidira-se a, como se já fôsse Rei, não voltar com a palavra atrás.

O jurisconsulto ajoelhou a seus pés e disse-lhe: «Vossa Majestade está para ser aclamado Rei e Senhor natural dêstes Reinos; eu que reconheço a Vossa Majestade por tal já lhe posso beijar a mão e ser o primeiro neste acto.»

Mal consentiu no preito; mas João Pinto prestou-lho. Assim se selava o pacto do reconhecimento da conjura.

«Não compremos a couve primeiro que a carne», já dissera, modestamente, o futuro soberano.

«Segure-se Vossa Majestade — volveu-lhe êle — que não chegam os desejos ao que hão-de chegar as felicidade do sucesso» ([1]).

Passou-lhe «duas cartas de crença, uma para D. Miguel de Almeida, por ser o mais velho dos fautores e conspiradores, outra para Pedro de Mendonça, por ser o que levou a embayxada».

Ante a leitura destas cartas foram grandes as demonstrações de prazer com que todos agora olhavam a certeza que tanto desejavam.

Marcava-se a acção do Duque no resto do recado: «brevidade pollo segredo e pollo abalo que havia de causar, movimento tão repentino e tão esperado» ([2]).

Quinta-feira, 22 de Novembro de 1640, convocaram-se os conjurados para o paço do Duque de Bragança ([3]). Reüniriam nos aposentos de João Pinto Ribeiro, que, ao anoitecer, mandou retirar os servos, «ficando com a primeira sala sem luz; tinha ao canto de huma fermoza peça interior hum bufete com duas velas com que a casa por sua grandeza ficava com a luz limitada ([4]).

Penetrava a conjura no palácio do futuro monarca; atestava-se, assim, a sua cumplicidade.

«Entravão os fidalgos sós sem criados e ora hum ora dois, poucas vezes tres juntos, deixando os coches e cavalos em partes diferentes e desviadas por que não se entendesse onde hião.»

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) Idem, idem.

([3]) Idem, idem.

([4]) Idem idem.

Os mais vizinhos, e muitos eram, iriam a pé.

Havia aliciados representantes das principais famílias: os Cunhas, congregados, pelo seu ínclito parente o arcebispo de Lisboa; Figueiredos, Noronhas, Ataídes, Meneses, Saldanhas, Almeidas, Melos, Câmaras e Silvas, Mascarenhas, Sás, Teles, Costas e outros, «com o numero de quarenta Nobres de Primeira Grandeza e mais firmas que até ao fim proposto foram quanto se encaminhava á execução, tanto se engrandecia o segrêdo com que ela se dificultava» ([1]).

«Viam-se poucos os resolutos comparados com os indiferentes, menos ainda se os contrarios se equiparassem e não por se livrarem dum tão grande perigo, davam-se em outro maior. Porque se não fosse o preço do segredo não tinham com que comprar novos sequazes, o qual preço seria de valor e outro de Piquetes, sendo todos de risco» ([2]).

Continuavam as reüniões. Na primeira noite apareceram seis ou sete fidalgos; nas outras mais alguns, até que se juntaram quinze e logo o narrariam a outros o que se passava, visto não ser conveniente fazer assembléia com todos os aliciados, pois daria nas vistas.

No domingo, 25 de Novembro, «assentou-se que se havia de pôr por obra tão glorioso intento no primeiro dia de Dezembro» ([3]).

Discutiu-se se o Duque devia aclamar-se em Évora, dirigindo-se logo para Lisboa, ou se seria preferível o contrário, pois mal chegasse a notícia da revolta à capital mover-se-iam os castelhanos, «segurando o Castelo e Fortalesas e navios que estavam a sua obediência, e ainda o Paço, segurando amigos e parentes e as justiças a quem de força havia de acompanhar hum grande sequito e dar causa a humas guerras civis e ocasião a poder sobrevir socorro de Castela» ([4]).

Melhor seria que o Bragança se encontrasse da «banda de além, no dia da sua aclamação, porque com sua presença os amigos e certos se animariam e os duvidosos segurariam e seguiriam aquêle primeiro movimento» ([5]).

Também veio à discussão se êle seria só ou acompanhado.

Acudiu, lùcidamente, o procurador da Casa de Bragança:

«No acompanhamento havia vagares que descobrião a atenção e se corria o mesmo risco que no levantamento de Lisboa e na falta de acompanhamento ficava a sua pessoa exposta a um perigo que

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

([2]) Idem, idem.

([3]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([4]) Idem, idem.

([5]) Idem, idem.



se não devia ocasionar na pessoa de cuja vida pendiam as nossas e todo o bem do Reyno.»

Acaudilhava-o nas suas razões o porteiro-mor, ilustre fidalgo, Luís de Melo, e decidiu-se que D. João ficaria no seu paço até ser chamado.

Assentou-se que no próximo sábado, 1 de Dezembro, dia de Santo Elói, deflagraria a revolução, e no domingo anterior, após a Junta, João Pinto Ribeiro mandou um próprio de confiança extrema, com carta para o Duque, na qual lhe dizia que praticasse no Alentejo, naquela data, revoltando os povos como fôra combinado. Já não haveria perigo, pois a capital em armas garantia o êxito na província.

A forma do aviso continha a determinação embuçada em negócio da casa: «que naquelle dia se havia de tomar resolução no negocio dos foreyros de Sacavem» (¹).

Prosseguiam as reüniões, e «determinado o dia e considerado o modo da obra todos os acidentes e contradições que a alguns foy motivo da inconstancia disfarçada nos trajos que costumavam usurpar a prudencia. Vios em outros animos a semente de vinganças particulares. Assinava-se a morte aos inimigos com pouca mais causa que a ocasião, porem advertidos, disseram que as Asas da Sagrada Liberdade se não consagraria outro animal que o Tyrano» (²).

E votou-se-lhe a morte.

«A todos pareceu devia morrer Miguel de Vasconcelos, secretario e valido universalmente odiado e odioso por muitas causas porque derrubando em seu domínio a estatua do Principe fariam o Delito incapaz de reconciliação com que certificou de arrependimento, temores á satisfação do povo, dando-lhe a beber o sangue daquelle que lho bebiam, amedrontava os menores» (³).

A razão daquele assassínio estava muito no ódio que o ministro inspirava, mas também imenso no desejo de causar o irremediável na hora da revolta, espalhando o sangue que tornaria impossível a recomposição com Castela.

O povo, que andava desconfiado pela má figura feita pelos nobres nas Alterações de Évora, só ante aquela execução se moveria.

Cautelosamente, o padre Nicolau da Maia e Azevedo tatearia o ânimo dos magistrados populares, os juízes e os escrivães, alguns dos mais cotados em mesteres e de influência na Casa dos Vinte e Quatro, além de, avulsamente, mecânicos do seu conhecimento, pois o sacerdote era beneficiado da Sé e por

(¹) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

(²) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

(³) Idem, idem.

seu trato muito esmoler e dado à popularidade vária gente conhecia, sendo estimadíssimo.

Êles, porém, retraíam-se lembrados do abandono em que a nobreza deixara os humildes quando da sedição eborense, sendo sacrificados os representantes do povo.

Imperiosamente, exigiam que os fidalgos se portassem de maneira a não lhes ser possível recuar. Era, ainda, a morte de Miguel de Vasconcelos que se votava.

Deliberavam os conjurados de estirpe. Opinavam uns que se devia assaltar o castelo antes do paço, visto a sua artilharia poder arrasar os edifícios e os ânimos, e outros achavam de mais segurança e proveito lançar mão do govêrno, batendo a guarda alemã, os alabardeiros, fáceis de dominar. O resto seguiria naturalmente. Os castelhanos da guarnição andavam pela cidade «ora em sangue», queria-se dizer em rixas, «ora em diverçam», isto é, correndo prostíbulos e tavolagens.

Alguns fidalgos iriam ver como se poderia assaltar a fortaleza de S. Jorge, mas «ocupado o paço e a pessoa da Duquesa de Mântua ela mandaria recado às pessoas que tinham a cargo o Castelo e fortalezas e cessariam os inconvenientes apontados» (¹).

Argumentava-se que havia muita gente naquele inacessível reduto que dominava a cidade. Mais de quatrocentos soldados formavam a guarnição e seria quási impossível rendê-la.

Na terça-feira, 27 de Novembro, ficou decidido que se assaltaria o paço. Os magistrados populares foram a casa de D. Antão de Almada e distribuíram-se os papéis na acção que se aproximava.

Pensou-se em reünir os fidalgos em determinado sítio e irromper no ataque chamando, depois, o povo, logo atraído pelo tumulto e morte do secretário de Estado.

O Duque de Bragança revoltar-se-ia no Alentejo com os fidalgos aliciados.

«Convieram todos que ás oyto horas da manhã, de sabbado, se fossem os que concorrião nesta acção de tão grande momento huns por uma via, outros per ocupar o paço em differentes postos e, porque em nada se culpasse o descuydo, fossem os fidalgos com a gente de sua parcialidade em coches fechados porque nelles se podião levar armas de fogo que não podiam ir debayxo das capas» (²).

Houve quem quisesse juntar à morte de Miguel de Vasconcelos a do arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, que não ocultava suas simpatias



(¹) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

(²) Idem, idem.

pela Espanha em largos exageros. Tinha um cargo no govêrno. Devia ser imolado. Era presidente do tribunal de Desembargo do Paço. D. Miguel de Almeida, cuja velhice se impunha à veneração, achou bem que se sacrificasse o secretário de Estado mas não o prelado, pois o clero se indisporia por se imolar personagem sagrada. Só se calaram quando de novo se assentou na condenação de Miguel de Vasconcelos.

Jorge de Melo disse:

— «Toquemos as campaínhas e ponhamos as capas por cima das cabeças como se faz na Relação quando é sentenciado um réu à pena última.»

Salvaram-se os que mereciam a morte por suas traições, perseguições e infâmias.

Concordava-se com esta generosidade.

Já se avisara o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, do dia e hora destinados à revolução. Êle seria um dos seus notáveis propulsores.

Em 28 de Novembro de 1640 realizou-se a Junta encarregada de indicar a cada um dos cumpliciados a sua acção nos diversos bairros «em que tivesse conhecidos de confiança e préstimo» ([1]).

Estaria a cargo do juiz do povo, dos artífices, dos escrivães e de alguns membros da Casa dos Vinte e Quatro o preparo do arranque popular.

João Pinto Ribeiro prevenira os Maldonados que só deviam sair de casa quando ouvissem a nova da aclamação «desde o destrito dos Anjos (que é o seu bairro) até ao Terreiro do Paço».

Era uma família numerosa e na qual o Duque de Bragança tinha pensado, talvez com reservados intuitos de coadjuvação no caso de perder a revolta ([2]).

Tratava-os o agente brigantino por «fileira digna de todo o grande emprêgo», o que faz acreditar em missão de alta monta destinada especialmente à grei de que era chefe Miguel Maldonado, escrivão da chancelaria e côrte.

Tudo corria admiràvelmente quando naquela noite, que caíra à quarta-feira, surgiu um embaraço. Revelara-se a D. João da Costa ([3]) o que se pretendia realizar.

Êle recebera, no último dia do ano anterior ([4]) ordem para organizar as levas das tropas destinadas à Catalunha e que deviam concentrar-se. Dizia a Carta Régia: «São os lugares em que esta gente se ha de ir aiuntando e estando em Cast.a Miranda, Almada, Elvas e Serpa para daly ir marchando em tropas.»

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) Miguel Maldonado empenhara na acção quatro filhos: Gaspar, Vicente, Francisco e Sebastião.

([3]) D. João da Costa, depois conde de Soure.

([4]) 31 de Dezembro de 1639.

Ùltimamente, em 15 de Setembro de 1640, a Duquesa de Mântua mandara-lhe a missiva na qual Felipe IV lhe anunciava a sua partida para Aragão, que se realizaria cinco ou sete dias depois. Convidava-o a acompanhá-lo como a outros fidalgos portugueses, dizendo «porque considero a desconsolação de que vos seria o faltardes numa hora a obrigação tão grande que não acontece em cem anos mais que uma vez e quanto sentimento receberieis se eu bolbesse os olhos para o cavalo sem haverdes chegado, o que não creo sucederá advertido do tempo da minha partida, tendo-se sempre na finesa o valor de vassalo desta coroa o amor aos seus Reys por de senda comũo, ainda que vissem todos que pudessem achar Eu menos nem hum só, o que com inteira certeza espero que não será» ([1]).

Tempo antes, o fidalgo, que era militar valoroso, tivera ocasião de poder avaliar do poder castelhano e, ao ser chamado à reünião, ouvindo as propostas e os propósitos, erguera a voz cheia de dúvidas. Contava trinta anos e falava ante o velho D. Miguel de Almeida, que devia escutá-lo estupefacto.

Lamentava as desgraças de Portugal, que observava desesperadamente; reconhecia os direitos do Bragança, «porem a razão do Duque e a ofensa ao reino ainda que são fundamento para nos mostrarmos justificados não são forças para nos considerarmos vitoriosos, porque estas causas a que nos queremos opôr não se decidem as razões, hão de sentencia-las as armas.» E falou de dificuldades. A sua voz tangia a funerais.

Enaltecia os predicados do escolhido para a soberania, mas acrescentava: «a coroa que lhe querem dar é tão pesada que necessita de maiores circunstancias, ha mister muitas experiencias que faltão ao Duque, não só politicas senão militares: porque no estado presente he necessario a Portugal que quem empunhar o Sceptro saiba exercitallo como bastão» ([2]).

Queria dizer que a insígnia do poder real era o símbolo usado pelos chefes de guerra e não via em D. João tais qualidades.

Aliava-se aos conjurados nas queixas contra os castelhanos, que tinham desfalcado a nação, empobrecendo-a e enfraquecendo-a, tornando seus o dinheiro, os soldados, as armas e os cavalos com o intuito de reduzirem o país a sua província, mas tudo de quanto se apossaram fazia falta para a obra a empreender.

«He facil fazer Rey do que de Bragança mas he muito dificultoso sustentar-lhe a coroa». Estava ao facto do que representava as suas fôrças: «quarenta

([1]) Documentos. B. N. L. Reservados 6.916, pág. 37.

([2]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. I.



fidalgos em Lisboa, com tão pouco sequito que não chegam a duzentos homens; a promessa do Juiz do Povo e Misteres tão mal fundada que dependa da vontade do Povo, voluvel e inconstante, e algumas inteligencias em poucos lugares da Provincia do Alemtejo. Por opostos ao limitado poder que temos em Lisboa havemos de achar os Soldados Castelhanos que guarnecem o Castelo, Torres e Navios que estão ancorados que ao menos serão mil e quinhentos e alem destes todos aqueles que defenderem Castella e os que medrosos do seu poder se desviarem da nossa opinião (1).

Fazia o balanço das fôrças revolucionárias e das inimigas; falava como cabo de guerra encarregado de levas de gente para a tropa e assegurava: «Da segunda confiança que ha nos lugares do Alemtejo se deve fazer muito pouco caso na consideração de terem na memoria os castigos das revoluções de Évora; dos meios do Reyno não podemos inferir a resolução sem nos intrometter a adivinhar os futuros, privilegio que sem particular auxilio não costuma ser concedido aos mortais» (2).

Mas, em acentuação diplomática, que ninguém sabia ainda que possuía, pois só militar fôra, consentia na probabilidade da vitória: o povo unido, o castelo, as tôrres, os navios tomados «rendidos à nossa bisônharia», e todo o reino unânime na aclamação do Duque, assim como as possessões. Preguntava, porém, o que poderia opor-se aos exércitos castelhanos. Em vez de seguirem para a Catalunha avançariam sôbre a nossa fronteira («se Deus não cegar os castelhanos»).

E relembrava a Holanda vencida, os catalães procurando o amparo de príncipes vizinhos, ao passo que os conjurados nacionais pareciam ignorar como a Espanha estava armada. Dificilmente se obteria socorro de alguns inimigos da Áustria, pois era pouco o tempo. E, patèticamente, dando por irrespondível a sua explanação, dizia só poderem apelar para milagres. E «milagres, senhores, é justo que se creão, he bom que se mereção, mas não é razão porque se esperem» (3).

De seguida, valorosamente, declarou que objectava mas não queria fugir aos perigos da emprêsa, «pois não é a primeira vez que a vontade se aparta do entendimento em operaçoens menos generosas: a minha tenção é mostrar que sigo o que julgo por tão difícil e arriscado, ponderando que se ha ley que indignamente me obriga a entregar a vida à disposição de qualquer amigo que a ley natural me empenha a sacrificalla dignamente pela liberdade da minha Pátria» (1).

Concluíra com lógica de quem toma resoluções. Pedia que não houvesse demoras na emprêsa: «se não dilate, porque não achamos na falta de segrêdo o maior inimigo (2).

Não fôra tímida nem receosa, mas avisada e prudente, a oração do oficial nobre e valoroso, e exercera influência nos espíritos. Nuns calaria o apurado da dialéctica; noutros o desejo de se libertarem de compromissos ante a insegurança. Determinou-se avisar João Pinto Ribeiro para que o amo não saísse no Alentejo com revolta; «parasse quanto tivesse aparelhado».

Era na madrugada de quinta-feira, 29 de Novembro. Faltavam apenas dois dias para se cumprir o combinado. Receava-se que o segrêdo transpirasse e tinham-se comprometido a libertar qualquer que fôsse preso. Bateram à porta do paço ducal com cautelas os enviados da Junta, e o doutor, que trazia o sono leve, ouviu os primeiros golpes da porta, levantou-se da cama envolto num gabão, espreitou por uma janela e, reconhecendo que era gente de paz, abriu a porta sem chamar criados. Ouviu o que lhe vinham dizer em nome de alguns, dos que assistiram na Junta daquela noite, e alterou-se com tal novidade (3).

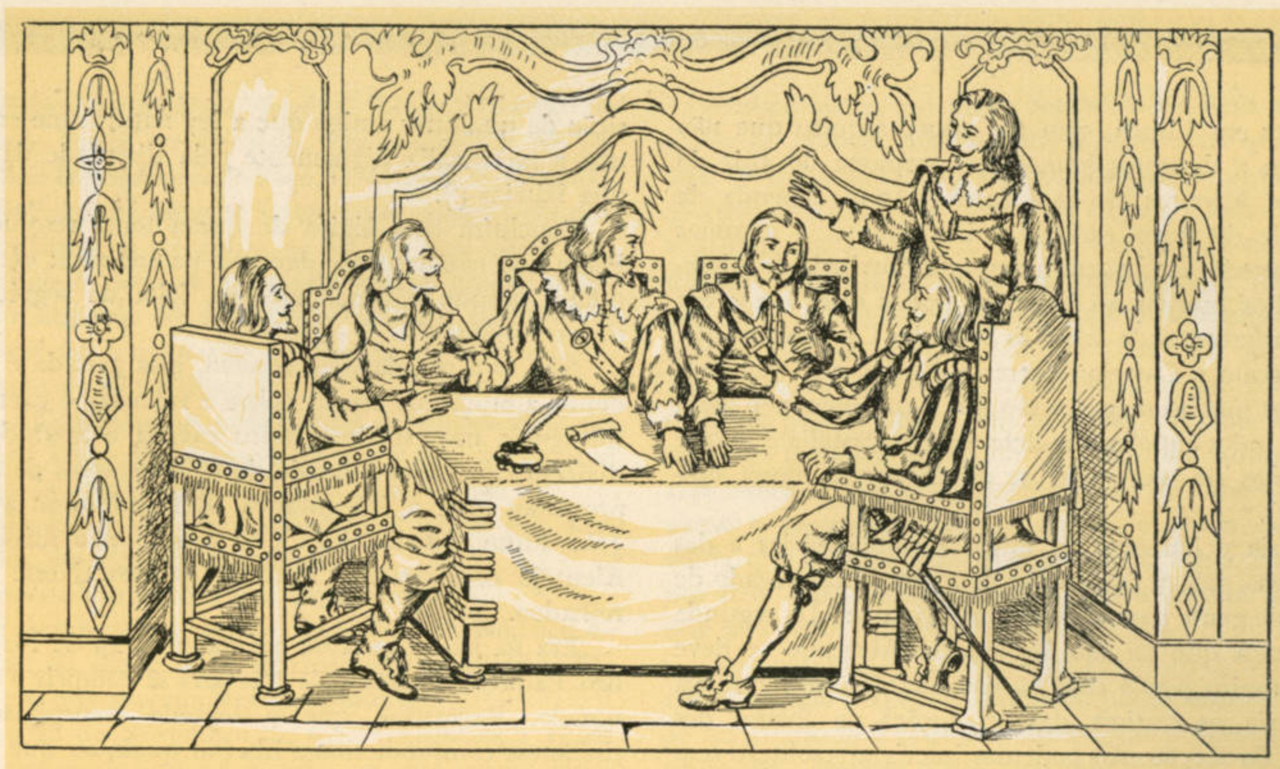
Receou pelo Duque; não havia maneira de avisá-lo, opôs argumentos, clamou durante três horas na primeira sala dos paços. Falavam os enviados em nome de D. Antão de Almada e de Jorge de Melo, dois incontestados chefes da conjura. Não os dissuadiu; êles queriam que enviasse o aviso, o que firmemente recusava. O Duque de Bragança já se comprometera nas aliciações. Ficara em sobressalto e, quando a aurora roseou as vidraças do palácio, já mandara um criado com a carta de aviso para que detivesse a acção até novo recado. Iria outro servo «às vinte com o mesmo aviso, tendo respeito que se ao primeiro sobreviesse algum empedimento, chegasse o segundo e se não encontrasse o Duque só e enganado no que em fé e palavra de Fidalgos tão valorosos e honrados lhe tinham prometido e segurado» (4).

Por isso, êle hesitara, sentindo falên-



(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado,* vol. I.
(2) Idem, idem.
(3) Idem, idem.

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado,* vol. I.
(2) Idem, idem.
(3) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*
(4) Idem, idem.



(Desenho de Aurora Severo)

Evocação da conjura de 1640

cia dos entusiasmos e quisera apossar-se bem de seus resoluções ante os primeiros argumentos de dúvida.

A madrugada de 30 de Novembro encontrou João Pinto Ribeiro escrevendo a D. Miguel de Almeida, ao ancião que prosseguia na luta: «Tudo he perdido se Deus não acode; v. m. acuda ao Rossio, que eu acudo a Enxobregas».

Deviam ir, respectivamente, a casa de D. Antão de Almada e à de Jorge de Melo, irmão do monteiro-mor, que tinham mandado o aviso para que o Duque de Bragança suspendesse seus trabalhos e não tentasse o menor passo no Alentejo.

Jorge de Melo firmara-se na razão apresentada por D. João da Costa de serem poucos os revolucionários, mas acabara por dizer que, a-pesar-de tudo, «elle se desporia em não faltar ao effeito com aquella fidelidade, animo e valor que de sua calidade e zêlo se podia esperar».

Acabrunhadamente, o agente da Casa de Bragança procurou Pedro de Mendonça Furtado, alcaide-mor de Mourão. Estava com êle D. António Luís de Meneses [1] e, ao ouvirem-no, acharam ser melhor prevenir o Duque. A discussão acalorou-se e, juntando-se, voltaram a casa de Jorge de Melo e ali se disputaram ainda.

D. Miguel de Almeida também se impusera não afrouxar na luta. Conluiaram com D. Antão Vaz de Almada e, pelas treze horas, o capitão António de Saldanha entrava no paço brigantino com o recado dos chefes.

A revolução sempre se deflagraria no sábado, dia de Santo Elói, pelas nove horas da manhã.

E, com esta certeza, se mandou novo emissário ao Duque de Bragança, «porém já o aviso de suspensão fêz que ali se retardassem as manifestações para o Domingo, dous de Dezembro» [1].

D. João sentira que os conspiradores hesitavam em virtude de qualquer grande óbice e nanja pelas reflexões lançadas à última hora, em seus espíritos afeitos à idéia da luta pela independência. A sua hesitação do comêço proviera da observação que exercera por natural condição de seu espírito.



[1] Depois marquês de Marialva.

[1] João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*



(Desenho de Carolina Santos)

MORTE DE MIGUEL DE VASCONCELOS



EZEMBRO dealba tarde. Custava a romper a madrugada daquele sábado, primeiro do mês, votado pela Igreja a Santo Eloi e pelos conjurados à independência de Portugal.

Na Lisboa soturna e trevosa parecia que tudo se afundara em profundo sono; no entanto havia luzes nalgumas salas, capelas e livrarias, não se coando, porém, a claridade através das portas e das ventanas bem cerradas.

Os conspiradores aprestavam-se para comparecer no Paço da Ribeira às nove horas, e, saindo de seus côches, onde conduziam armas, investiram os inimigos.

No recato das moradias carregavam-se pistolas, experimentavam-se as finas lâminas das espadas; rezava-se nos oratórios.

Lá fora friava; nos corações ardia a brasa de uma grande fé.

O palácio dos Braganças sôbre o Cate-que-Farás estava tão envolto na escuridão como os vizinhos, que pareciam sua guarda de honra. Velariam nêles as greis de Ribeiras, Vimieiros, S. Miguel, a nobreza que se comprometera e não faltaria. Na residência dos condes de Atouguia, na rua dos Cabides, iluminara-se o oratório.

D. Felipa de Vilhena, viúva de D. Luís de Ataíde, rezava fervorosamente com suas filhas D. Luísa e D. Maria. Era mãe extremosa e em vez de temer pela vida dos seus varões, D. Jerónimo e D. Francisco, ia animá-los para a luta. Passara uma grande comoção; cerrava-se ainda a treva que os aproximaria do lance tormentoso.

Podiam morrer. Só sabia que não podiam faltar. Queria-os despertos; cada minuto decorrido parecia-lhe de traição. Não esperou muito. Entraram graves e altivos na capela, e ela estendeu-lhes a mão para que a beijassem. Talvez estivessem, dentro em pouco, inertes, cobertos de sangue pelo que amava acima dêles: a Pátria. Preferia sabê-los mortos a não se sacrificarem pela liberdade de Portugal. Sorria-lhes como se fôssem para bodas, estivessem noivos, os esperassem beijos de virgens, sob a graça de Deus, em vez dos ósculos pestíferos das agonias. Entregava-os com a sua alma à redenção do país cativo, cada vez mais jungido nos pesados ferros.

Tomou as espadas que êles deviam cingir, olhou-as ternamente, como se fôssem também suas filhas, e destra, perita, como se jamais tivesse feito outra coisa, sorriu às armas dos que iam pelejar. Falou-lhes. Estava na tradição do seu título o amor pela Pátria. Aquêle velho vice-Rei, D. Luís de Ataíde, cujo título de conde de Atouguia tinham herdado, ao saber que Felipe II determinara conquistar a nação quisera conduzir ao Tejo os seus soldados do Oriente, mas a doença empolgara-o e finara-se murmurando:

— ¡Que morra eu e sejam todos contra Portugal!

Não seriam maus soldados os herdeiros de tal título. A mãe incitava-os a baterem-se até ao extremo, ante o altar, cintilando as armas às luzes como ridentes esperanças. Partissem para a luta. À idéia da morte, o seu coração podia angustiar-se sem que o rosto denunciasse a dor. Luto na alma, luto nas vestes,

luto no brasão, a pedra coberta de dó, mas ninguém veria a tristeza nas suas faces, as lágrimas nos seus olhos. ¡Não se chora, nem mesmo diante dos amigos, pelos que morrem pela Pátria! Luto eterno seria o do seu ânimo se êles perecessem, mas dava-os a Portugal.

O que D. Felipa de Vilhena pronunciou ao entregar-lhes as espadas, «ajudando a armar seus dois filhos», foi sublime, talvez menos em frases do que em atitude: «exhortou-os a conseguir a valer a acção que emprendiam».

Depois de armar o conde de Atouguia, tomou a espada a D. Francisco Coutinho, como fiel escudeiro em horas de batalha.

Entregou-lhes as pistolas pesadas e aconchegar-lhes-ia as capas com o gesto maternal de quem defende das intempéries os entes adorados.

As meninas rezavam: Luísa sabia que seu noivo e primo, o conde de Penaguião, se ajuramentara para o mesmo lance. Maria orava como se já visse os anjos que cedo a levariam para o Céu, depois lindamente evocado para a sua alma pelo grande António Vieira. Era uma açucena oferecida a Deus.

A mãe dava de novo a mão a beijar aos que iam para a luta. Ouvia-se o tilintar das suas grandes espadas e o rodar do coche.

O sol rompia, a aurora subira como um esplendor. O 1.º de Dezembro despertara formoso.

Na casa de outra dama, D. Mariana de Lencastre, viúva de Luís da Silva, praticara-se de forma idêntica à que D. Felipa de Vilhena usara. De espírito animoso, a mãe ajudara os filhos, António e Fernão Teles da Silva, a cingir as armas. Ofertava-os, também, à Pátria. Sentia, enfim, romper-se o nevoeiro que encobrira o Rei D. Sebastião, livre da sua ilha de mistério, para bem de Portugal. Ela dava os seus rapazes a ambos: à Pátria e ao Encoberto.

Vinha de vários pontos da cidade um rumor de carros. Os conspiradores saíam dos portões armoriados.

Moviam-se os coches para a grande praça onde se erguia o Paço da Ribeira.

Lisboa acordava; Portugal renascia ([1]).



Clareava; o sol surgira. Eram oito horas e meia. Os fidalgos iam chegando ao portão do palácio. Os palafreneiros, moços e estribeiriços ocultavam os mosquetes, punhais e pistolas sob os capeirões. Ao bater a última badalada das nove nas tôrres das igrejas, os conjurados irromperam impetuosamente.

João Pinto Ribeiro dissera, sorrindo, a alguém que lhe preguntara onde iam naquele preparo:

— «Não se altere. Chegamos ali a baixo, à sala real, e é um instante enquanto tiramos um Rei e pomos outro.»

Os primeiros no assalto inesperado, que venceu os tudescos da guarda, foram Jorge de Melo, Estêvão da Cunha e António de Melo e Castro.

O velho D. Miguel de Almeida avançou pela sala onde os soldados tentavam resistir e, enèrgicamente, disparando o pistolão, como sinal de que deviam lançar-se na luta conforme os postos destinados a cada um, bradava:

— «¡Valorosos lusitanos: viva El-Rei D. João IV de Portugal, até agora Duque de Bragança, viva! ¡Morra El-Rei de Castela, que nos arrebatou a liberdade!» ([1])

Já Luís de Melo e João de Saldanha e Sousa se tinham apossado das alabardas dos tudescos, lançavam-nas por terra com Gaspar de Brito Freire, D. Afonso de Meneses e Marco António de Azevedo ([2]) e de espadas nuas, apontando as armas aos soldados, detinham-nos, ao passo que outros se colocavam diante da porta do lado do Forte defendendo a passagem para os aposentos de Miguel de Vasconcelos, cujo assassínio devia ser o maior sinal para a arremetida popular.

Encontraram pela frente Tomé de Sousa e Pedro de Mendonça, o alcaide de Mourão, assim ligado ao filho do vedor dos Braganças, que colocara sob o

---

([1]) Segundo uns a conspiração manteve-se em recato. Para outros, e lê-se na *História da Feliz Aclamação do Senhor D. João IV*, atribuída ao padre Nicolau da Maia, muita gente sabia do que se preparava. Conta-se que uma criada de Antão de Almada tranqüilizara um escravo de certa senhora, cujo marido estava preso, dizendo-lhe que «o senhor D. Antão com outros fidalgos havia de ir matar o secretário de Estado.»

O nobre chefe dos Almadas rogara «ao provincial das Arrábidas que estivesse em oração naquela noite para impetrar do Céu auxílios em um negócio de muita importância». D. António Luís de Meneses recomendou a suas irmãs, religiosas da Madre de Deus, que rogassem ao Altíssimo com instantes prçces a favor de um empenho muito arriscado. O arcebispo D. Rodrigo da Cunha também expusera o Sacramento na Catedral. D. António de Mascarenhas não cumprimentara Miguel de Vasconcelos, no adro de Xabregas, dizendo a alguns fidalgos não querer fazer vénia a quem mataria. D. João da Costa prevenira um soldado de nome Duarte Caldeira.

Todavia, o segrêdo não se dilatara, pois Miguel de Vasconcelos desconhecia o que se tramava e tanto que indo na véspera a uma quinta da Outra Banda, em Coina, voltara na mesma noite, tendo-se certificado do seu regresso D. Luís de Almada e D. António Luís de Meneses. O conde de Tarouca, D. Duarte de Meneses, ouvira-o em conversa de muitas horas sem lhe surpreender a menor desconfiança, a-pesar-de se bichanar que recebera uma carta de aviso referente às intenções dos revolucionários.

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*.

([2]) Irmão de Jorge de Azevedo Coutinho, que conspirara, em 1638, apresentando o enviado de Richelieu, senhor de Saint Pé.



A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV

(Trecho da pintura mural, existente no Palácio da Ajuda, em Lisboa, da autoria de José da Cunha Taborda)

dossel a cadeira do amo quando êle visitara a Duquesa de Mântua naquele mesmo paço onde a revolta rugia.

O propósito daqueles conjurados era apoderarem-se da vice-Rainha, e quando se dirigiam para os seus aposentos viram que Luís Godinho Benavente, criado dos Braganças, já ali estava, com outros, repelindo os tudescos.

D. Miguel de Almeida aparecia numa das varandas e, erguendo a espada, que cintilava a esplendorosa luz, gritou:

— ¡Liberdade, portugueses! ¡Viva El-Rei D. João IV!

O povo acorria da banda da Ribeira e da Sé, das betesgas e ruelas, acreditando, enfim, na revolução.

Faltava, ainda, a prova decisiva: a da morte do secretário de Estado, que tornaria, no pensamento dêles, impossível nova paz com castelhanos.

Os padres Nicolau da Maia e Bernardo da Costa tinham alvoroçado a turba, que se dispunha a intervir.

D. António Telo, D. João Sá de Meneses, conde de Penaguião, noivo de D. Luísa, filha de D. Felipa de Vilhena, o conde de Atouguia e seu irmão atravessaram os vastos corredores do paço seguidos por outros fidalgos. D. Álvaro de Abranches, Aires de Saldanha e António Álvares da Cunha avançavam com êles. Iam em busca de Miguel de Vasconcelos. Disparara-se uma pistola que ferira no braço um dos filhos de D. Mariana de Lencastre, António Teles da Silva.

Junto da porta rodearam Francisco Soares de Albergaria, corregedor do cível da cidade. Tinham chegado João de Saldanha Gama com seus irmãos Bartolomeu e António, Tristão da Cunha e Ataíde, seu genro, Manuel Childe Rolim e seus filhos Nuno e Tristão, João Saldanha e Sousa, D. Gastão Coutinho e Sancho Dias de Saldanha.

O corregedor pasmava para a ala fidalga alvoroçada, que bradava.

— ¡Viva El-Rei D. João!

Arrancou da espada e retorquiu:

— ¡Viva El-Rei D. Felipe!

Intimaram a calar aquêle grito sacrílego na hora em que a nação se libertava, e como teimasse no desacêrto, colocaram-lhe uma pistola na garganta e, disparando-a, abafaram a teimosa e vil saüdação. Morreu, pouco depois, sem poder aclamar mais o castelhano.

António Correia, oficial maior da secretaria de Estado, ficou estupefacto ao ver entrar os amotinados. D. António Telo, que tinha de ver com êle, em velha rixa, deu-lhe alguns golpes. Pensava-se sobretudo no ministro e passara-se de roldão ao seu gabinete. Não o descobriram. O secretário Adriano Saraza preguntou-lhes o que queriam, ao que retorquiram pondo-lhe pistolas ao peito e ordenando-lhe silêncio.

Debalde, de manhã, um familiar de Miguel de Vasconcelos, Manuel Manços da Fonseca, lhe contara que havia muitos fidalgos no Terreiro do Paço. Desdenhou da informação; imaginava a nobreza para sempre submissa.

Aquelas mulheres, suas compatriotas, que deixava insultar nas cartas do genro e cunhado, Diogo Soares, acordavam ante a decisão dos homens e ofereciam os filhos à Pátria. O traidor à nação ia ser morto [1].

Encontrá-lo-iam num vasto armário onde se guardavam livros e papéis do Estado e atiraram-lhe a bala. Ferira-o, segundo umas vozes, D. António Telo [2]; para outros alcançara-o o conde de Penaguião [3].

Ao sentir-se atingido, o inimigo dos portugueses saltou para a sala, onde o feriram de novo, e os criados de D. Gastão Coutinho agarraram-no, atirando-o, ainda com vida, para o terreiro.

A turba lançou-se sôbre êle e começou a crueldade; arrancaram-lhe a barba e o cabelo, mutilaram-no; um mouro que fôra seu escravo cavalgara-o sôbre o peito, gargalhando. Vazaram-lhe os olhos, deceparam-lhe as orelhas e cortaram-lhe os dedos para lhes roubarem os anéis. O vilipêndio crescia de hora a hora. A atitude feroz do povo exacerbava-se; despejaram na praça a prata e as tapeçarias. O corpo jazia abandonado e exposto aos vexames da plebe, que vingava nos despojos do traidor as infâmias que êle praticara.

---

[1] O conde da Ericeira, no seu livro *Portugal Restaurado*, diz que o Secretário de Estado se escondera mas que os conspiradores, «advertidos por huma escrava abrirão um armario de papeis, onde acharam que estava oculto». Outros contestam que a negra denunciasse a sua guarida.

[2] O conde da Ericeira, no *Portugal Restaurado*, escreveu: «disparou-lhe D. António Tello uma pistola».

[3] D. Francisco Manuel de Melo, no manuscrito *Tácito Português*, afirma: «morto de golpe de bala, que entende disparou D. João de Sá, filho do conde, camareiro-mor, que adiantado aos outros não receou o perigo».

A indicação dada pela escrava é desmentida por Francisco Martins de Sequeira no livro em verso *Felice aclamação*. Soube-se do esconderijo do secretário de Estado, porque, ao meter-se no armário, deixara de fora um bocado da capa. Afirma que o filho do conde de Penaguião o estrangulou. Quadras 34 e 35. Segundo os jesuítas, a criada mostrara o refúgio de Miguel de Vasconcelos e êles «le tiraram com sus pistoletes, matando le sen dejar le siquiera lugar para pedir confession». *Memorial Historico Español*. Carta de 31 de Dezembro de 1640.





A morte de Miguel de Vasconcelos
(Da «Histoire des Revolutions de Portugal», pelo abade Vertot)

O capitão Diogo Garcez Palha surgia impetuosamente apontando uma carabina aos conspiradores. Pensava resistir, desafrontar-se da violência, dando mostras de sua coragem no mais apertado do lance. Não se submetia com facilidade; disparou a arma; tomou outras das quais se serviu do mesmo modo, e quando já não tinha mais balas sentiu-se preso dos fidalgos, que não lhe perdoavam totalmente o arrôjo. Indicaram-lhe a janela que estava aberta, impeliram-no para a salvação arriscada e êle, ferido, atirou-se à praça deslocando uma perna.

Escapara com vida; valera-lhe a audácia porque, seja em que condições fôr, ela sempre se impõe.

A multidão tumultuava. João Pinto Ribeiro percorria os grupos e o padre Nicolau da Maia animava os populares até que os deixou para de novo lhes aparecer sem aparato não menos importante.

Era preciso deslumbrar as imaginações, naquela tarde de felicidade e de sol, em que, com poucos tiros, algum sangue e muito alarido, se substituíra um Rei por outro.

Atroavam os ares os gritos da aclamação de D. João IV. O inimigo fôra surpreendido; nenhum dos ministros acreditara na possibilidade de uma revolta. Sessenta anos de misérias e sujeições deviam ter deixado bem impressos nas carnes e nas almas a marca da argola da grilheta.

Quebrara-se a cadeia e os espanhóis mostravam-se atónitos.

Outro grupo de conjurados fôra às casas do secretário, que ficavam no chafariz de El-Rei, em busca de seu irmão, o deão de Braga (¹), que teve tempo de fugir vestido de mulher; o primogénito, bispo de Leiria (²), que estava em sua igreja, foi avisado e escondeu-se num convento (³). Arrancaram e destroçaram as árvores e as plantas do quintal do ministro, destruindo o mobiliário e as preciosidades de sua moradia.

Já os fidalgos se encontravam na presença da Duquesa de Mântua. D. Antão de Almada tomara a passagem da varanda; a antecâmara estava invadida. Não apareciam o ministro espanhol, marquês de Puebla, nem o conde de Baineto. Foi a governadora do reino que se apresentou de cabeça erguida. Habituara-se às lutas em Itália; encarou os chefes da conjura e preguntou-lhes:

— «¿Que és esto, portugueses? ¿Onde está vuestra fidelidad?»

Obrigaram-na a mandar abrir as portas para que se penetrasse no paço; não a queriam deixar sòzinha e diziam-lhe:

— ¡Temos Rei! ¡Temos Rei!

— De-certo o tendes; ¡é El-Rei D. Felipe IV, nosso Senhor! volveu do mesmo modo.

— ¡Não é êsse, mas D. João IV, Rei de Portugal! bradaram-lhe, contando-lhe, ao mesmo tempo, que Miguel de Vasconcelos pagara com a vida os seus crimes.

A prima do Rei de Espanha via fidalgos seus conhecidos, como D. Antão de Almada, D. Miguel de Almeida, D. João da Costa, que impedira o assassínio de alguns magistrados; Tomé de Sousa, D. António Luís de Meneses e seu irmão D. Rodrigo, Martim Afonso de Melo, Jorge e Francisco de Melo, João Rodrigues de Sá, Luís de Melo, Tristão de Mendonça, D. António de Mascarenhas, Rodrigo de Figueiredo e ainda outros.

Não identificaria tão bem alguns mais, pois ainda estavam na sala Fernão Teles de Meneses, D. Luís de Almada, filho de D. Antão; D. Carlos de Noronha, D. António da Costa, D. António da Alcáçova, António de Saldanha, Manuel de Melo, filho de Luís de Melo; Luís de Mendonça, D. Tomás de Noronha, D. Francisco de Noronha, Francisco de Noronha, Francisco de Sampaio, Gomes Freire de Andrade e seu filho Gil Vaz Lôbo.

(¹) Luís de Melo.

(²) Pedro de Eça Barbosa.

(³) *Memorial Historico Español.* Carta de 31 de Dezembro de 1640.

Ela avançara pela sala da Galé e, junto de uma janela, próxima da capela, bradara ao povo revôlto algumas palavras de aviso e simpatia. Não mostrava mêdo; desejava descer ao Terreiro do Paço e falar à multidão desordenada, mas os conjurados impediram-lhe a passagem e a Duquesa «tratou de persuadir os fidalgos que com ella se achavão, que não passasse o negócio avante; ofereceu-lhes haver perdão geral do Rey de Castella, mas entendendo êles que o penhor estava por mais e que a vozes comuns se aclamava a liberdade e ao Duque por nosso Rey e Senhor natural, ficou de todo atalhada em suas esperanças.» ([1])

Apresentava-se orgulhosamente; declarava que «reconhecia as muytas razoens que havia pra Miguel de Vasconcelos ter contra si o ódio e desafeyção de todos mas pesava-lhe de ver em hum momento privado ao Castelhano de tão glorioso Reyno.» ([2])

D. Sebastião de Matos Noronha, arcebispo de Braga, que recebera, de Madrid, o alto cargo de presidente do desembargo do Paço, pretendeu intervir, ajudar à quietação, apoiando a Duquesa, mas D. Miguel de Almeida revelou-lhe alguma coisa que o perturbou:

— Calasse-se porque, ainda na véspera, tivera grande trabalho para o salvar da sorte que se destinara a Miguel de Vasconcelos. O antiste desapareceu; recolheu-se à capela.

Não se silenciou por desauxiliada a governadora do reino; ergueu a voz, quis convencê-los da sua loucura, oferecia-lhes perdão, e ao ouvir, mais uma vez, o nome do Duque de Bragança, increpou-os rudemente.

D. Carlos de Noronha atalhou-lhe a audaciosa invectiva:

— Que não dissesse mais nada para não lhe faltarem ao respeito e que se recolhesse aos seus aposentos.

— ¿Faltarem-me ao respeito? ¿A mim? ¿E como? E todo o orgulho e majestade do seu nascimento, posição e títulos políticos ressoou na interrogação.

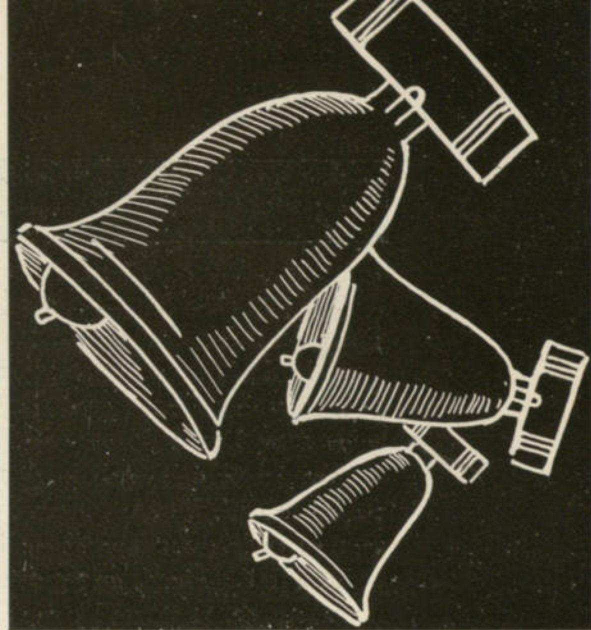
O fidalgo lembrou-se que era preciso pôr têrmo à cena, pois dava azo à defesa dos castelhanos, e não hesitou; lançou a resposta ameaçadora:

— ¿Como, Senhora? ¡Obrigando Vossa Alteza a sair por aquela janela, se não quiser entrar por aquela porta!

Desde que um aristocrata se lhe dirigia daquele modo, compreendeu que estava perdida. Passou para o seu oratório de cabeça levantada, embora sentisse que os portugueses tinham ganho a partida naquele dia inicial de Dezembro, tão luminoso como a própria liberdade que a nação recuperava, ao cabo de sessenta anos de jugo, quando a queriam reduzir a província espanhola.

([1]) João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

([2]) Idem, idem.



O povo tumultuava nas ruas; desabelhara-se a multidão; aparecia animada e audaz, alegre com a obra realizada pelos fidalgos:

«El pueblo todo y en particular los clerigos y fraiales comezaran de apellidar: Viva nuestro Rei D. Juan el Duque de Braganza. Los vecinos cerraban sus tiendas y sahian a la calle uns a caballo y otros a pié com sus espadas e broqueles e armas de fuego, haciendo los mis mas apelidos sin que nadie los contradijere. A esto ayudó no poco el andar por las calles un hombre a caballo, armado de puento en blanco, que se suporia ser el duque de Berganza precedido por um clerigo que llevava um Christo em las manos y seguido de infernal chusma que decia a voces: Este es el tiempo que hemos de salir de las tiranias de los castellanos. Viva nuestro rey D. Juan!»

Assim os espanhóis contavam o sucesso daquela tarde aos seus amigos jesuítas de além-raia ([1]).



O alvorôço da turba era devido a intervenção dos grandes. O ínclito arcebispo de Lisboa, que tanto impulsionara a revolução, ajoelhara na capela-mor da Sé, com o seu cabido, orando pelo bom resultado da investida sagrada.

D. João da Costa demonstrava bem o seu amor à causa como a provar que suas objecções tinham sido salutarmente inspiradas, mas que estava pronto a morrer pela Pátria. D. Rodrigo e D. António de Meneses, com D. Luís de Almada, acaudilhavam-no de espadas nuas, aclamando o soberano cujo nome a multidão repetia.

Vizinhava o Senado da Câmara com a Sé e presidia-o D. Pedro de Meneses, conde de Cantanhede, que ignorava o movimento conspiratório no qual estavam aliciados seus dois filhos, António e Rodrigo.

O grande fidalgo era tido pelos castelhanos, segundo a lista de Diogo Soares, como «buena persona y para poco y hasta a'ora, no há servido en nada» ([2]).

([1]) *Memorial Historico Español). Carta de 31 de Dezembro* de 1640.

([2]) Notas de Diogo Soares para o conde-duque de Olivares. B. N. L., Col. Pomb., códice 738.



Ao procurador que fôra do município, Pedro de Gouveia de Melo, consideravam-no «muy afecto al servicio de S. Mag.[te] y se abandona en ello com gran excesso y és persona que tiene maña para persuadir a los mas; limpo de manos». Era parente de Miguel de Vasconcelos. Tomé de Azevedo, «otro procurador de la cuidad, bueno hombre propoca cosa y hará lo que se quiziere em ordem al serviçio de S. Mag.[te]; Cristobal de Magallanes, escribano de la dicha Cámara, muy acanellerado, pero sierpre hará lo que los Presidientes le ordenaren» (¹).

Os filhos do conde de Cantanhede (²) não tiveram confiança no pai nem nas ilhargas que lhe davam no Senado.

O padre Nicolau da Maia, que bem se entendera com os homens dos mesteres, colocara-se nas escadas da Sé e, erguendo na destra o crucifixo e segurando com a mão esquerda a espada, anunciava a morte de Miguel de Vasconcelos e a aclamação do duque de Bragança, convidando o povo, que o ouvia arrebatado, a acompanhá-lo a buscar a bandeira da cidade.

Já o arcebispo D. Rodrigo da Cunha e alguns dos fidalgos tinham ido ao Município com o mesmo sentido. Houve demora em se responder de dentro, mas Luís de Gouveia Mialheiro, abrindo a porta, entregou a bandeira a D. Álvaro de Abranches (³). O antiste revestira-se de cerimónia; rebrilhava o oiro de seus paramentos e mitra; cobria-o o mais rico pálio e mostrava o sacrário ao povo ajoelhado. Alas de clérigos de tôdas as ordens, e outros sacerdotes, formavam a procissão patriótica à frente da qual ia o padre Nicolau da Maia (⁴) erguendo um enorme crucifixo de prata ante os olhares felizes da multidão. Passava diante da igreja de Santo António quando, de-repente, se ouviu um grande brado:

— ¡Milagre! ¡Milagre!

Lançaram-se por terra nas ruas; os assistentes soluçavam. A imagem despregara o braço da cruz como a abençoar o povo e a revolução.

O povo gritava que «não se despegara, mas que se dobrara» (⁵).

A procissão dirigiu-se para o paço, onde o arcebispo encontrou Miguel Maldonado a recebê-lo, imponente, erguendo um montante e rodeado pelos seus quatro filhos. Cumprira as ordens do duque de Bragança e só saíra do seu bairro quando soaram as vozes da aclamação.

O povo portava-se de maneira a causar assombro. Foi «couza de grande admiração e espanto e justamente tida por do Céu; ver e considerar que em huma Cidade como Lisboa não houvesse um pequeno excesso nem intento de vingança que alguém tivesse por ódios e respeitos particulares, havendo pessoas que celebram esta festa e alegria comum em se abraçarem e deporem paixões e inimizades antigas sem mais interessar que a consideração do bem público.»

D. Gastão Coutinho abrira as cadeias mas não se praticaram sequer banais roubos nem vulgares agressões próprias das rixas em que os portugueses eram useiros.



Aires de Saldanha batera à porta da Casa da Supliciação e, ante a demora dos desembargadores em mandarem abri-la, gritou-lhes o que se passava. Acompanhavam-no outros fidalgos e os magistrados não tiveram a menor dúvida em firmar as resoluções tomadas.

Quando Diogo Soares denunciara a Olivares os vassalos de pouco amor à Espanha e enaltecera os adeptos dos Áustrias, referira-se aos juízes daquele tribunal nos seguintes termos:

«En la chançalaria de la Casa de la Suplicacion ay muchas oydores e las que se puede haser caso son las siguientes y tambien los que son prejudiciales al servicio de S. Mag.[te] muy populares se declararan y de los demas no ha que tratar.»

Dava como «inclinados ao serviço do soberano» os desembargadores Francisco Lopes de Barros, Luís de

---

(¹) Notas de Diogo Soares para o conde-duque de Olivares. B. N. L., Col. Pomb., códice 738.

(²) O conde de Cantanhede casara com D. Constança de Gusmão, filha de Rui Gonçalves da Câmara, primeiro conde de Vila Franca. Seus filhos, tendo hospedado um fidalgo, recearam que êle tivesse percebido qualquer coisa acêrca da revolta ou não acharam bem deixar de o pôr ao facto do que se tentava. De manhã, o hóspede quis sair mas impediram-lhe a jornada até que se realizasse o movimento.

(³) Ver Biografias.

(⁴) Idem, idem.

(⁵) Lo qual movió mas la plebe y particularmente que un Christo que llevava al passar par delante de Santo Antonio, que está cerca de la Iglesia Mayor, disen que se desclavó un brazo aunque alguns piensan, y con razon, que lo mismo arzobispo lo desclavó.

....

«Era clarisimo que el desclavava, quando Viernes Santo, predicando las Pasiones.» — *Memorial Historico Español;* Syernes — *Historia del levantamiento de Portugal.*

Ainda existe na igreja de Travanca (Amarante) uma imagem de Jesus de braço articulado. Devemos ao pároco daquela freguesia, reverendo Cosme de Castro Neves, a gentileza da oferta das fotografias que reproduzimos.



Alegoria da Revolução de 1.º de Dezembro

A procissão saindo da Sé, vendo-se à frente o cruciferário, padre Nicolau da Maia, no encontro com o cortejo do Senado da Câmara, empunhando D. Álvaro de Abranches o estandarte municipal
(Reprodução, por Aurora Severo, de um azulejo do palácio dos condes de Almada, no Rossio).

Góis Aragão, Afonso Furtado de Mendonça, deão da Sé; Paulo de Carvalho, Manuel Coelho de Valadares, André Velho da Fonseca, João de Mesquita, considerando boa pessoa o ouvidor Francisco de Almeida Cabral.

Enquanto aos outros, punha-lhes defeitos: a João Pinheiro tinha-o por «no bien afecto a las cosas que se empreenden del serviçio de S. Mag.te»; Luís Pereira, «hace union con las de su profession que encuentran lo que S. Mag.te pretende». Tinha-o por irrequieto como o seu amigo Tomé Pinheiro da Veiga, «buen letrado, encuesta tudo lo que S. Mag.te en razon de su real serviçio ordena».

Jamais transigira «como se ha visto em todos los tiempos passados», afirmava o delator; Francisco de Andrade Leitão era muito dos condes de Portalegre e parcialidade que desejava governar Portugal; António de Abreu Coelho contrariara a cobrança do imposto. Capitulava-o de «muy alocado, la indinacion no és buena»; Baltasar Pinto Pereira, clérico como Luís Pereira, imitava-o; António das Póvoas «muy acanallerado e por la canalleras hará lo quizieren»; Inácio Colaço de Brito «alocado y poco limpio de manos»; Diogo Lobo Pereira «se tiene que procieda bien mas és poca cosa»; Diogo Fernandes Salema, insignificante e pouco honesto; Cristóvão Mousinho, bom letrado, partidário dos que queriam governar «mucho a su parecer»; António Coelho de Carvalho mostrava pouca consciência e menos limpeza de mãos; sucedia o mesmo com Francisco de Mesquita e podia contar-se sempre com a ignorância e fraqueza de Cristóvão Moniz, Manuel Nogueira, Luís Serrano Lôbo, Jerónimo do Sôto e Manuel Correia. Em relação a Gregório de Mascarenhas, dizia-o «cauallero por calidad»;

João Pereira Monteiro era «poco letrado pero inclinado a la justicia»; Baltasar Fialho de tal maneira procedia que o desterraram para catorze léguas da côrte quando da aplicação dos impostos; promovera agitações. Gonçalo de Sousa fôra demitido; sendo juiz dos pleitos reais, procedera de maneira própria para ser mandado «salir de Lisboa y és muy loco y vario, e no limpio de manos contra quien se tiene já provado mucha cosa e se manda pesquizar de nuevo y en la administracion que se dio de la extracion de la sal fue compreendido en muchos descaminos que hezo en ella» ([1]).

Enfim, o ouvidor Agostinho da Cunha, cuja moral era má, estava demitido em virtude de uma queixa feita contra êle por Francisco Rolim.

A maioria mostrava patriotismo e por isso talvez a acusavam de crimes e de falta de talento.

Não houve pela magistratura a mínima resistência em aceitar o facto consumado, tanto mais que se nomeara govêrno.

Compunham-no o arcebispo de Lisboa, cuja alma de superior ajudara a salvar das iras dois dos seus colegas, o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, chamado à supremacia para se disfarçar o ódio que lhe tinham, e o inquisidor-mor, D. Francisco de Castro, menos arrebatado no amor à Espanha mas pouco seguro. Calava-se o povo ao alçarem-nos ao poder até à chegada do Rei. O outro membro da Junta Governativa era D. Lourenço de Lima ([2]).

Mandara-se espalhar pelo país a nova da Restauração de Portugal e mobilizaram-se as ordenanças.

Obrigara-se a Duquesa de Mântua a dar ordem ao governador do Castelo de S. Jorge, D. Luís del Campo, para não se manifestar. Tinham-lhe imposto aquela atitude.

Ao comêço, quando se revolteava no Terreiro do Paço, o general Matias de Albuquerque ([3]), que fôra acusado de não ter defendido bem Pernambuco, e por isso estava preso na fortaleza, ignorava as razões do tumulto e procedera como lhe mandava a sua consciência militar. Aconselhara os soldados à surtida para se encontrarem com os que estavam na rua e unidos. Eram quinhentos os mosqueteiros e poderiam impedir o povo bisonho de se manifestar. Na sua qualidade de chefe de guerra mandara assestar as peças, guarnecendo as muralhas, sempre ignorante do sucedido, tomando-o por desordens.

Chegou a ordem da Duquesa de Mântua, presa, e a notícia da Restauração, e o general recolheu-se aos seus aposentos ([1]). O marquês de Puebla e o mestre de campo, general D. Diogo de Cardeñas, debalde tinham querido penetrar na fortaleza.

No dia seguinte, D. Álvaro de Abranches, Tomé de Sousa e D. Francisco de Faro ([2]) foram, à frente das milícias, com o desígnio de ocuparem o castelo silencioso; o oficial espanhol teve dúvidas na entrega por não achar muito explícita a ordem, mas acedeu ante os termos do novo documento que lhe apresentaram.

Não houvera novos tiros nem mais sangue. Realizara-se a prisão da governadora e do ministro espanhol, marquês de la Puebla, e do conde de Baineto. Tinham sido detidos nos seus gabinetes e bem guardados. Submetiam-se. Libertavam-se os presos do castelo; saíam Matias de Albuquerque e o conselheiro da fazenda Rodrigo Botelho, que os espiões de Olivares consideravam «limpio de manos, buena persona, pero tiene se inclinado a contemporizar com todos».

A quietação na cidade era enorme. Tinham-se aberto as lojas e armado os toldos. Pouco depois da revolta já tôdas as artes mecânicas trabalhavam.

Entregou-se a tôrre de Belém e, logo, as da Cabeça Sêca, Velha e de Santo António, além do castelo de Almada. Tampouco resistiram os três navios espanhóis que D. João da Costa e João Rodrigues de Sá foram tomar acompanhados por outros capitães. Comandavam uma galé com gente apetrechada e os castelhanos cederam-lhes, a-pesar-de estarem de velas içadas e ser-lhes favorável o vento.

Não lhes faltariam munições, tripulantes e infantaria, mas escasseara-lhes o ânimo ante a falência dos chefes.

As ordens da Duquesa enclausurada cumpriam-se. Quebrara-se o mando e o arranco da resistência falecera desde que os dirigentes estavam em poder dos revolucionários, que os desalojaram do Paço da Ribeira mandando a ex-governadora para o convento de Xabregas. Partira acompanhada pelo arcebispo de

---

([1]) Desembargador Gonçalo de Sousa Macedo, pai de António de Sousa Macedo. Foi contador-mor. Casara com D. Margarida Moreira, de família ilustre. Eram de Amarante.

([2]) D. Lourenço de Lima de Brito Nogueira, que sucedeu a seu irmão D. Manuel de Lima no título de visconde de Vila Nova de Cerveira.

([3]) Ver Biografias.

([1]) Canovas del Castillo, no seu livro *Episodios del Reinado de Felipe IV*, interpreta de maneira diferente o que atribue ao escrito no *Portugal Restaurado*: «e bien Matias de Albuquerque, que viendo aquello (o castelo) sen gobierno llego a assestar por su cuenta los cañones contra Lisboa, cuando observó que nadie defendia la causa de España se retiró a su aposentos resuelto a entender-se con los sublevados.»

Não foram estas as expressões do conde da Ericeira na sua obra.

Quando da primeira ordem da Duquesa de Mântua para D. Luís del Campo ignorava o general o motivo do alvorôço e mandou apontar as peças. Depois «veio segunda ordem para que não se fortificasse o Castello, o qual considerando Matias de Albuquerque se recolheu ao seu aposento, tendo já notícia do que se havia passado, do que lhe resultou a maior alegria». O notável político e escritor espanhol não analisou bem o relato do *Portugal Restaurado*.

([2]) Hospedeiro de D. Duarte de Bragança, na Cotovia, em 1637. a sua atitude na Restauração demonstra que lhe teria falado para ouvir os conjurados e não nos termos usados pelo cativo ao elaborar sua defesa no cárcere de Milão.





Uma imagem de Cristo com o braço articulado, ainda existente na igreja de Travanca — Amarante

Braga e devia ter começado com o antiste a campanha contra o Rei que se aclamara. Houvera demasiada tolerância para com o prelado; a facilidade da vitória deslumbrara os triunfadores.

Também foram internados o marquês de la Puebla, o estribeiro-mor conde de Baineto, D. Diogo de Cardeñas, mestre de campo general, que não tivera autoridade ou arrôjo para retomar o castelo; os conselheiros da Fazenda D. Fernando de Albia e Castro e D. Tomaz de Ibio Calderon, além de D. Diogo Rocha, juiz do contrabando, ficaram com guardas à vista.

As guarnições espanholas foram metidas nas Tercenas depois de desarmadas. Estavam assim fora da cidade, mais além da Ribeira Velha. O governador do Castelo de S. Jorge, D. Luís del Campo, julgar-se-ia a coberto de responsabilidades pela ordem da vice-Rainha (¹).

Não mostrara desejos de outra resistência depois da atitude da governadora, que por sua vez cedera, aterrada, depois de ter querido defender-se àsperamente. A tática de capturar o govêrno revelara-se superior à que se pensara executar tomando primeiro o castelo.

O cadáver de Miguel de Vasconcelos fôra sepulto por ordem de quem se apiedara de seus despojos mutilados (¹). Moços de fretes tinham ido buscar a tumba da Misericórdia, que lhe deu a mortalha do custo de seis tostões (²).

Assim acabou a grandeza que humilhara, a arrogância que ferira, a alma que se vendera aos estrangeiros.

A multidão ainda lhe apedrejara o esquife, impondo-se D. Gastão Coutinho para que deixasse seguir para a cova os restos conspurcados do traidor à Pátria.

(¹) Preso por determinação de Felipe IV, ao chegar a Madrid enlouqueceu.

(¹) Atribue-se a D. Gastão Coutinho e a outros o gesto piedoso: «Foy enterrado a instancia de Gaspar Severim de Faria, que servia aquelle anno de Escrivão da Misericordia» (conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. 1), «até que João Pinto Ribeiro estranhou a um Irmão da Casa da Misericordia faltar ela com a piedade que se devia a hum corpo ainda baptisado, ainda que não se devesse a seus irracionais procedimentos». — João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal.*

(²) «De uma mortalha para Miguel de Vasconcelos, 600 réis». — Livro da Capela da Misericórdia, Dezembro de 1640, pág. 14.





EGUNDA-FEIRA, 3 de Dezembro, ia o Duque D. João de Bragança assistir à missa na sua capela de Vila Viçosa, onde se venerava a imagem de Nossa Senhora da Conceição, quando chegaram Jorge de Melo e Pedro de Mendonça Furtado com a nova do êxito da revolução. Mandou que se continuasse a cerimónia religiosa, muito atraído para o altar, agradecendo à Virgem por tantas graças.

Tinham chegado o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso, depois de o aclamarem em Évora entre apoteoses. Espontâneamente o alçaram por soberano as vilas alentejanas comprometidas na revolta, como eram Arraiolos e Montemor-o-Novo, além de outras.

Tinham chegado os marqueses de Ferreira e o conde de Vimioso, depois de o aclamarem em Évora escoltavam-nos a caminho de Lisboa. Por tôda a parte ressoavam vivas vibrantes, protestos de fidelidade, a alegria retumbante que bem se casava com o cariz luminoso do tempo.

Foi em quarta-feira, 5, que chegaram a Aldeia Galega, onde a nobreza os aguardava com eclesiásticos, magistrados e muito povo. Maior era o número dos espectadores no Terreiro do Paço esperando que o Duque de Bragança, aclamado por todos como D. João IV, pusesse pé na ponte da Casa da Índia. Eram nove horas. Subiu o delírio. Não se julgava que viria tão ràpidamente para o paço, onde os governadores o aguardavam reverentes.

A multidão queria vê-lo; chamava-o sucessivamente à varanda, onde se demorava a saüdar, interrompendo os negócios que tratava, a leitura das cartas enviadas pelos que não podiam aparecer-lhe: os doentes, os inválidos, os suspeitos.



A primeira notícia da emancipação de Portugal foi conhecida em Espanha, mandada de Oliva para Zafra, em terça-feira, 4 de Dezembro.

Um homem vindo da raia contava que ao entrar em Monsaraz, na véspera, à noite, encontrara a vila iluminada tocando os sinos festivamente, os habitantes tangendo seus instrumentos e dando vivas ao Rei D. João. Voltando-se para êle, ordenaram-lhe: «Di, castellano di, ¡viva el-rei D. Juan!» Assim se exprimira o viajante, a quem «forçaram com ameaças». Em Mourão, o último lugar de Portugal, a alegria continuava; bailava-se; era enorme o regozijo; mandavam-se estafetas para vários sítios e o povo aclamava o soberano, acrescentando, no dizer do informador: «ya no hay pechos en Portugal y podreis venir libres que este noso Rey nos los quita todos».

Devia ser o alcaide de Oliva a pessoa que se dirigia ao seu superior de Zafra, queixando-se da posição em que se encontrava: «Agora juzgue V. M.cê nuestras desdichas y ruègule nos libre desta enfermedad luzitana que nos coge muy cerca y por lo que a mi toca un poco mas apretadamente que estoy casi dentro».

A personagem a quem se fazia a súplica juntava novos esclarecimentos para a Côrte.

«Levantado, dicen, está Portugal y nuevos avisos hay: ya tratamos de dejar las capas, dicen está coronado el de Berganza y mayor senal tardar ya mucho lo estafeta; no lo deben dejar venir».

Outro aviso esclarecia: «Ya V. M.cê sabrá como se ha levantado Portugal e el duque de Berganza coronado por Rey; cujo salio de Vila Viciosa a coronar-se. La señora infanta la metieron en un convento; al secretario del consejo de Portugal lo matarón y al arzobispo de Braga lo tienen cercado.

«Estamos atónitos e nos dicen que Olivencia está peor. Hay grandes traiciones y cuentam que con quatro cajas se mandó preguar por Rey de Portugal y ha levantado banderas». (¹)

Oficialmente soube-se a nova em Madrid, por um estafeta do conde de Frigiliana, governador de Badajoz.

Havia a necessidade de se fazer o escambo de presos de categoria espanhóis por portugueses detidos em Castela e entrara-se em combinações para se enviar à sua capital um dos membros da casa da vice-Rainha presa.

Indicaram-se o conde de Baineto e D. Bernardo Fogléa; não foram aceitos por serem italianos; acompanharia o estribeiro, o secretário particular da Duquesa, o confessor frei Mansueto, também mantuano. Preferiu-se D. Pedro de la Mota, espanhol que, em 8 de Dezembro, tomara a posta e partira. Ao chegar a Badajoz, o governador obrigou-o a mostrar-lhe a correspondência que levava. Tirou-lha dizendo encarregar-se de enviá-la ao conde-duque e preguntou-lhe novas de Portugal que transmitiria à

(¹) *Memorial Historico Español.*



Côrte. O mensageiro negou-se a informá-lo «aunque le cortaren la cabeza no se las daria a nadie senon a S. M. solo pues tales eram sus instrucciones» ([1]).

Celebrava-se em Madrid uma corrida de touros, em honra do embaixador da Dinamarca, na qual lidavam galhardamente grandes fidalgos desejos de luzir sua destreza aos olhos admirados do escandinavo, cujo Rei se aliara ao soberano espanhol. O conde-duque de Olivares entrou no camarote real e dirigiu-se ao soberano, que muito alegre se mostrava ante os episódios da lide:

«Senhor, trago uma boa notícia para Vossa Majestade: um ducado com muitas e boas terras».

— ¿Como é isso? preguntou o Rei.

— Porque o duque de Bragança perdeu o juízo — volveu Olivares — e acaba de proclamar-se Rei de Portugal, e esta loucura dá a Vossa Majestade de suas fazendas doze milhões.

Felipe IV apenas respondeu: «Pues es mester tener remedio» ([2]). Ficou muito pensativo e carrancudo e o valido retirou-se não menos preocupado.

Propalavam-se muitos boatos falsos, como o da entrega de S. Julião da Barra aos portugueses, devida a D. Fernando de Mascarenhas. Mentirosa era a afirmação da longa resistência do Pôrto e de Viana aos conjurados, assim como Aveiro, onde a duquesa dêste título estaria com seiscentos soldados e seus filhos defendendo a Espanha. Coadjuvá-la-iam o duque de Caminha, o marquês de Vila Real e de Gouveia e os Mascarenhas, estando contra os Melos. Assim se espalhavam novas sem base.

É curiosa a invenção relativa aos dois primeiros fidalgos, mais tarde implicados na conspiração contra o Rei e a Pátria e chefiada pelo arcebispo de Braga.

Sevilha encontrava-se guardada por numerosas tropas bem apetrechadas.

Começava a correr a notícia ([3]) em terras espanholas e tanta certeza havia do amor do Primaz aos usurpadores que o davam por detido quando, para o salvarem, lhe tinham entregue cargo no Govêrno.

Continuava a guerra na Catalunha e na França, onde D. Francico de Melo, da casa dos marqueses de Ferreira, combatia comandando terços castelhanos. A Dinamarca lançou-se na luta contra a Holanda enviando o Príncipe real com três mil infantes e

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) Blanco Fraile — *Historia de España.*

([3]) Afirmam alguns historiadores que a notícia chegou a Madrid em 7 de Dezembro, dada por intermédio do governador de Badajoz. Esta última parte está certa. É também possível que o conde de Frigiliano tivesse mandado um estafeta com algum despacho sôbre o que se ouvisse na raia referente à revolução, mas, positivamente, só houve do acontecimento certezas no dia da chegada de D. Pedro de la Mota, que, saindo de Lisboa, pela posta, no dia 8, chegou à praça fronteiriça em 10, ao anoitecer.

trezentos cavalos para a Flandres e mostrava-se em Madrid, gozando grandes homenagens, aquêle embaixador escandinavo para cujo regalo se dera a festa dos touros.

As notícias relativas a Portugal prosseguiam:

«Tres dias ha llegó aviso de Portugal de como habian muerto al secretario Vasconcellos, cortando le los narices, orejas, manos y piés y echando le par las ventanas de Palacio abajo» ([1]).

Faltavam correios, mas, por fim, chegaram maiores novidades:

«Dia de Santo Andrés se conjuró Portugal y a una hora se levantaram muchos pueblos aclamando rey el duque de Berganza. Coronou el y su mujer: culpanda a ella mucho y dicen fué atizadora de esta accion que recusava el marido» ([2]).

O emissário da Duquesa de Mântua caíra doente com quartãs e só oito dias depois pôde apresentar-se ao soberano ([3]). Era grave a atitude do monarca; profundava; queria saber tudo; inquiria como se dera o levantamento da nação, o qual soubera, com pormenores, por intermédio do valido, que recebera as cartas apresentadas pelo enviado do governador de Badajoz. Escutara, atenta e severamente, e quando se falou das notícias da Duquesa de Mântua dirigidas ao conde-duque de Olivares, disse tê-las lido e recomeçou o interrogatório:

— ¿Quais as causas existentes desde há quatro anos pelas quais se podiam prever as resoluções dos rebeldes?

¿Sentir-se-ia, só naquele momento, mal informado, quási traído? E tornava a querer saber o que se passara até à morte de Miguel de Vasconcelos, a prisão da Princesa e dos ministros, e também preguntava qual era o ambiente do reino e a maneira de vencê-lo. ¿Como deviam ali entrar os exércitos reais?

Das respostas saíu a resolução régia de formar uma Junta da qual fizeram parte os cardiais Borja e Espinola, o bispo de Málaga, o duque de Villahermosa, o conde de Castrillo, o marquês de los Balbazes, o protonatário Vilanueva, que seria o secretário e D. Nicolas Cid. Ouviriam D. Pedro de la Motta, que acabaria por ser vítima do seu excesso de zêlo.

Increpara várias pessoas, atribuíra o levantamento de Portugal a erros de alguns e a destemperos de outros. Esquecera-se que o conde-duque, sôbre quem recaíam os maiores ataques, tinha ainda muitos amigos na Junta organizada por El-Rei a-fim-de ser bem

([1]) *Memorial Historico Español.* Cartas do padre Sebastian Gonzalez para o seu colega Rafael Pereira, da Companhia de Jesus, em Sevilha.

([2]) Carta do padre Baltasar de Lagunilha para o reverendo Rafael Pereira.

([3]) Idem, idem.

determinada a razão da revolta vencedora com tanta facilidade. Os prelados e os políticos acabariam por considerar o portador das missivas da vice-Rainha réu de lesa-majestade. Sem dúvida sabia o que se tramava, pois várias vezes repetira: «no podian las cosas dejar de venir al estado que vineron respecto de los malos tratamientos que nuestros ministros daquel reino hacian a sus naturales». Os espanhóis da alta nobreza condenavam-no. Sabia tudo e não dissera cousa alguma e fazendo-se do que fôra suspeito de delito ou das explicações, crime, tratavam-no «como voz divulgada por los rebeldes y como procurador suyo», dando a entender que «no habia sido sin causa el levantamiento y culpando a algunos ministros de S. M.».

Mais tarde, mandá-lo-iam prender por D. Gregório de Mendizabal, alcaide da côrte.

Assim se lhe pagava a verdade que dissera ao seu Rei, vítima de embustes, de mil mentiras.

Já em 17 de Dezembro, Olivares deu audiência a oitenta fidalgos e cavaleiros portugueses e depois de os ver sentados começou «por abominar o nome do Duque de Bragança pela sua detestável traição e faltar a um Rei tão grande, pio e justo, contra tôdas as leis divinas e humanas de cuja benigníssima Majestade havia sempre recebido aquêle homem (que tendo êste nome só merece o de bruto irracional) tôdas as honras e mercês que pretendera» ([1]).

Seguiu-se a catilinária contra a Duquesa brigantina em virtude da influência que «habia tenido en esta principal resolucion de su marido, no obstante lo que deponia um creado suyo de haberla visto muy triste el dia que los portugueses los coronaram en Villaviciosa.» ([2])

Assim falava o irritado ministro, ajuntando que em virtude da «injuria que la dicha muyer habia hecho a la esclarecida sangue de los Guzmanes, habia escrito al duque de Medina Sidonia su hermano ([3]) quemare el libro donde estaba escrito su nombre y nacimiento para que no quedasse rastro de memoria suya.»

Pedira o parecer escrito de todos os convocados, afirmando-lhes que, em tempo algum, podiam ser prejudicados por dizerem livremente o que sentiam, pois, pela vida do soberano lhes jurava que tudo ficaria no máximo segrêdo. Os que não quisessem escrever lhe dissessem seus pensamentos para êle os apontar.

Leu as notícias trazidas pelos correios, nas quais se narrava tudo quanto se passara em Lisboa e em todo o reino com mais ou menos exageros, e falou da mobilização que se fazia para as fronteiras.

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) Idem.

([3]) D. Gaspar, duque de Medina Sidónia, irmão de D. Luísa de Gusmão.

Êle próprio narrava como D. Fernando de Mascarenhas, «caballero portuguez de gran fama e valor», procedera na tôrre de S. Julião.

Segundo as suas informações, o fidalgo, que estava preso na fortaleza, recebera uma carta forjada sob o nome de sua espôsa na qual relatavam os acontecimentos de maneira a impressionar. O povo revoltado pedia sua presença; só êle poderia acalmá-lo e achando muito mal a missiva, entregara-a ao governador devendo colocar-se ao serviço de Sua Majestade embora o tivesse mandado prender naquele forte.

Não sucedera assim. O nobre senhor estava enclausurado em virtude de ter perdido a batalha naval em Pernambuco contra os holandeses. Exoneraram-no, até, do título de conde da Tôrre e sentia-se perdido quando se proclamou a independência. Falou, então, ao governador Cobos, D. Fernando de Lacueva, propondo-lhe a entrega da praça por certa quantia e uma quinta que pertencera a Diogo Soares ou a Miguel de Vasconcelos. Acedeu o castelhano, mas com a condição de se simular um combate e, em 12 de Dezembro, depois de alguns disparos de artelharia, D. Francisco de Sousa tomou conta de S. Julião da Barra.

Cascais rendera-se, na antevéspera, a D. Gastão Coutinho.

Olivares contara o caso a seu modo aos fidalgos reünidos, pedindo-lhes que se aplicassem o mais possível ao serviço do soberano e ia dar ordens para se tratar do mesmo modo com os outros nobres portugueses que militavam na Catalunha, pois julgava terem partido agentes secretos de Portugal para o principado.

Falou D. João Coutinho, arcebispo de Évora, em nome dos presentes, pedindo licença para os fidalgos darem a resposta passados dias a-fim-de melhor concorrerem para o real serviço.

O ministro narrava o que sucedera durante o verão com o Duque de Bragança, quando o Rei lhe escrevera para o acompanhar à Catalunha. Sempre mostrara repugnância pela viagem; desculpara-se, umas vêzes, com os encargos de sua fazenda; outras, preguntando se lhe reconheceriam em Castela as honras e proeminências que tinha em sua pátria; ao que êle, conde-duque, respondera «com muita amizade», aconselhando-lhe a não faltar na viagem, garantindo-lhe as honrarias e que partisse quanto mais não fôsse para acompanhar El-Rei em quatro ou cinco jornadas e podendo, então, desculpar-se com falta de saúde deixando-lhe uma companhia de cavalaria comandada por qualquer fidalgo de sua casa. Respondera-lhe que não tinha dinheiro e não poderia cumprir o que lhe impunham sem receber qualquer socorro. Mandaram-lhe vinte mil escudos e mostrava o recibo aos assistentes. Pedira que lhe enviassem pessoa de confiança à qual pudesse confiar várias cousas que não era conveniente escrever.

Partiu D. Miguel de Salamanca, secretário de Estado de Flandres, com disfarce de soldado, fingindo ir pedir uma esmola ao duque e no regresso «volvió con tantas prendas de satisfaccion que asseguraban lo que se temia desse hombre tan horrendo cujo castigo espera que Dios nuestro Señor dispararia como tan grande maldad merecia.» ([1])

Vinham, por fim, notícias fidedignas que os jesuítas de além-raia recolhiam e apontavam tratando a revolução de «lastimoso sucesso ocorrido».

Referindo-se à morte de Miguel de Vasconcelos, revelavam pormenores canibalescos: «desnudaron le, sacaram le los dientes, arrancaram le los bigotes y barbas y deram le muchas cuchilladas, cortando le ambas as orejas que despues andaban mostrando y pregoando y la cabeça que no apareció».

Atribuíam a D. Gastão Coutinho o ter-se dado sepultura ao corpo mutilado do traidor: «mandó que le enterrassen debajo de un escaño de la Misericordia» ([2]).

Desaparecera alguma prata pertencente ao marquês de la Puebla.

Diziam a Duquesa de Mântua presa no paço da Ribeira, obrigando-se a mandar dizer aos do castelo para não combaterem, mas desejando «que no le obedeciesen», até que, sob as máximas pressões, assinara as terminantes ordens, pois os conjurados ameaçavam matá-la com todos os seus criados.

Duas galeras tinham atacado os navios espanhóis; prendera-se o almirante D. Esteban de Olisle, com dois capitães, tendo também, anteriormente, pedido a vice-Rainha para que os barcos se entregassem. Obedecera pelo mesmo processo, ambicionando que não cumprissem suas ordens. Partiram uma caravela para a Catalunha e a outra para a Alemanha a-fim-de prevenir D. Duarte de Bragança da vitória revolucionária ([3]).

Acrescentavam: «Todo este dia estuvo el cuarto de S. A. lleno de fidalgos con armas de fuego, diciendo la mil desverguenzas».

A Duquesa conservava-se de cama assistida pelo marquês de la Puebla, D. Pedro de la Mota, frei Mansueto e o secretário Saraza.

Descobria-se a grande razão da entrega do castelo de S. Jorge, cujo tenente-rei era D. Luiz del Campo. O governador, D. Tomás Mexia, partira para a Catalunha a pelejar por ordem do soberano e deixara a fortaleza desprevenida, como o seu representante mandara dizer à vice-Rainha por um dos ajudantes vestido de escolar. Estava sem munições, também sem «comida que no la habian probado sus soldados naquelle dia ni el anterior porque los bodegones, que

([1]) *Memorial Historico Español*, vol. XVI.
([2]) Idem.
([3]) Idem.

antes la serviam, no la quisieron serbir estando el castielo cercado de mas de 6.000 hombres de todas las armas» ([1]).

Inventava-se o que fôra a capitulação: a entrega a D. Álvaro Abranches, que se instalaria com a guarnição portuguesa, mas em nome de Felipe IV, prestando homenagem ante os arcebispos de Lisboa e Braga. Os espanhóis saïriam com armas, bagagens e peças com morrão aceso, devendo embarcar para Cadiz ou outro pôrto espanhol.

A vice-Rainha, enclausurada em Xabregas, para onde seguira pelo rio, estava guardada por uma companhia em armas. Destinara-se S. Jorge para presídio dos ministros e principais funcionários, mas a Duquesa solicitara que lhes dessem melhor prisão, ficando em suas casas com guardas. Os militares de categoria tiveram a mesma sorte; eram D. Diego de Cardeñas, o mestre de campo de D. Cristobal Bocanegra com seis soldados, e D. Luiz del Campo, assim como D. Tomaz Ibio Calderon, D. Diego de la Rocha e D. Fernando Avila de Castro, autor da obra *Verdadera Razon de Estado* ([2]).

Assim se explicava em Espanha o grandioso sucesso.



A nação aclamara a independência. Já não havia uma só aldeia por Espanha. D. João era bem o Rei.

A missa que mandara dizer em 3 de Dezembro, na sua capela, devia ser em graças da vitória porque os fidalgos, chegados de Lisboa, não levaram novidades.

Na noite da véspera, 2 de Dezembro, chegara a Elvas um religioso paulista, filho de Rui Teles de Meneses, que noticiou a revolução mas, pouco depois, apareceu Brás Soares de Castelo Branco, portador de uma carta do soberano ordenando a aclamação. Dizia:

«Juiz, vereadores, e procuradores da Camara da Cidade de Elvas, eu El rei, vos envio muito saudar.

Foi Deus servido lembrar se das calamidades deste Reino, ordenando que Lisboa e outros povos me declarassem por Rei delle; espero em sua Divina Magestade, que hade ser para se conseguir os augmentos e allivio que eu desejo, como quem, como natural, tanto deseja que se disponham estas coisas.

Estimarei que logo nessa cidade se façam as demonstrações que este negocio pede, e como é perto da raia do Reino, será necessario que logo façaes lista de toda a gente que pode tomar armas para defensa da terra, assim do termo como da cidade que

([1]) *Memorial Historico Español*, vol. XVI.
([2]) Idem.



se alistem, tambem, armas que ha, e se repartam pelas companhias que se formarem, ás quaes se darão capitães e officiaes, dos homens nobres da terra, eleitos nessa comarca, onde tambem se elegerá capitão-mór e que todos obedeçam enquanto eu não mandar outra ordem; e com esta gente e officiaes se tratará de vigiar e guardar a terra e os lugares da fronteira onde fôr mais necessario haver mais vigilancia, enquanto não mando acudir com força e calor que é razão.

E por que sei que, para o amor e fidelidade com que sempre servistes aos Senhores Reis meus predecessores, não é necessario fazer-vos mais recomendação, vos não digo mais.

Escripta em Villa Viçosa, 2 de Dezembro de 1640. Rev».



ARMAS DA CIDADE DE ELVAS

O previdente João Pinto Ribeiro devia ter enviado ao amo um mensageiro no próprio dia da vitória, e êle, imediatamente, mandaria a Elvas aquela sua primeira carta régia.

No dia seguinte, o vereador Gonçalo Lôbo Encerrabodes apareceu à janela do Município e, agitando a bandeira, proclamou Rei o duque de Bragança.

Não havia ainda notícias directas da capital e quando chegaram, na terça-feira, 4, o bispo D. Manuel da Cunha, o corregedor Nicolau Dias Tinoco e o juiz de fora João da Fonseca Mendonça saíram à frente do povo a proclamar o monarca. D. Álvaro da Silva, fidalgo principal, destacou-se no cortejo como D. Afonso da Silva e Rui Teles de Meneses, parecendo não haver mais nobres na cidade.

Celebrou-se a festa ao Santíssimo, na Sé; a cidade iluminou; bailava-se nas ruas ao som das músicas. Levantara-se o auto naquela data mas obedecera-se, desde a véspera, à carta escrita por D. João IV no próprio dia 2, domingo, e na qual noticiava o triunfo.

O duque de Bragança recebera a notícia antes da aclamação de Évora e da chegada de Jorge de Melo e de Pedro de Mendonça Furtado.

Não deixou de interromper a missa de graças e, sem dar tempo a ser aclamado na sua própria vila [1], dispôs-se a partir para a capital.

Santarém [2] alçara-o ao trono ainda antes de ter notícias de Lisboa. Já em 1580 praticara ousadamente proclamando D. António Prior do Crato. Em Évora, aclamaram-no o marquês de Ferreira e o conde de Vimioso.

No Algarve, só no dia 11 se fêz a aclamação por ordem do governador Henrique Correia da Silva. Reünira na igreja da Misericórdia algumas pessoas de categoria; celebrara-se missa do Espírito Santo e lendo-lhes a carta dos governadores, vivou D. João IV, ao que os presentes corresponderam. Começou nas obras práticas, organizando regimentos, que mandou para Castro Marim, vigiando Aiamonte, donde lhe

[1] Realizou-se a cerimónia em 6 de Dezembro de 1640.

[2] «Santarem foy o primeiro logar que aclamou Elrey sem receber carta de Lisboa». (Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. 1, pág. 110).

mandaram preguntar se desejava socorros, ao que volvera «não serem necessários porque o reino, o Algarve todo, reconhecera com a maior tranqüilidade o govêrno de D. João IV» [1].

Se não se apressara no cumprimento das ordens de Lisboa, ao menos respondera com certa graça ao marquês de Aiamonte, que talvez já meditasse a sua conjura contra Felipe IV.

Portalegre também acudira à voz que dava o duque de Bragança por soberano. Meses antes fôra ordenada a mobilização dos homens válidos que deviam marchar para Castelo Branco. O corregedor Gonçalo da Silva apressava as decisões da Câmara, e os vereadores Rui Vaz de Lacerda, Manuel Sande Roiz e Rui de Mendonça não resistiram; convocaram o povo por meio de um bando, pelo qual o capitão Diogo da Fonseca Coutinho devia completar o efectivo da sua companhia por ordem do mestre de campo D. Pedro de Mascarenhas para «hirem servir aonde Sua Magestade mandar».

Ofereciam-se-lhes «duas pagas adiantadas logo que dão quatro mil reis e socorros de meyo tostão por dia e o mais quando se embarcarem» [2].

Também a Duquesa de Mântua apressara o pagamento dos impostos para se armar o exército destinado ao Brasil, dizia o aviso, boquejando-se, porém, que se mobilizava contra a Flandres.

Era em Abril; levou-se no aliciamento Maio; o corregedor saiu, talvez para ir a Lisboa explicar as delongas, ficando juiz de fora Manuel Teixeira de Azevedo, a substituí-lo, e foi êle que tomou a iniciativa de aclamar D. João IV, como se lê no auto camarário intitulado: *Termo que mandou fazer o Juiz, Vereadores e mais gente nobre* e que começa [3]:

«*Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de mil seiscentos e corenta annos aos Dois (?)* [4] *dias do mez de dessembro na Camara desta cidade donde foi M.*el *Teixeira dé Azevedo juis de fóra declarando a Camara a Rodrigo de Mendonça, Rui de Lacerda e M.*el *de Sande Roiz vereadores e mais gente nobre da governança e mais povo para levantarem e aclamarem por Rey legitimo e verdadeiro deste Reyno e Povos de Portugal e suas conquistas a Dom João duque q̃ foi de Bargansa e Barselos atégora que he o quarto Rey deste nome de Portugal e logo em alta vós e intelegivel chegou dito juis a janella da Cam.*a *que ha na Praça e disse Real, Real, pello Duque que foy de Bargança Rey de Portugal*» [5].

[1] Manuel João Paulo da Rocha — *Monografia das Fôrças Militares de Lagos*.

[2] Documentos do arquivo da Câmara de Portalegre. Inédito.

[3] Idem, idem.

[4] A data é visível no documento, muito mal escrito, mas tem-se a impressão que onde se lê «dois dias do mez de Dessembro» se escrevera primeiro «aos três», e a acta seguinte é datada de quatro.

[5] Documentos inéditos do arquivo da Câmara de Portalegre.



Tivesse sido no dia 2 ou 3 de Dezembro que se realizou o auto êle figura entre os primeiros, não havendo outras cerimónias, mas, em 4, reüniu a Câmara com o juiz de fora Manuel Teixeira de Azevedo para fim mais útil.

O monarca enviara para Portalegre aviso idêntico ao que se recebera em Elvas e, por isso, se chamavam as atenções dos moradores ante «uma carta assinada por sua Real mão e que mandava logo notificar os Capitains de infantaria para anotarem as pessoas q̃ possam tomar armas para defença da mesma Cidade e termo, etc.» ([1]).

Exigia-se, de seguida, a entrega de todo o armamento e apareceram homens e mosquetes que o capitão Gil Pereira de Pinna — como êle assinava — ia valorizar com outros camaradas escolhidos: Rui Vaz de Lacerda, Diogo da Fonseca Coutinho e Lopo Cabreira de Sousa, os quais escolheram seus alferes e sargentos.

As localidades vizinhas aclamaram, entusiàsticamente, o soberano, e os habitantes dispuseram-se aos sacrifícios.

Em Coimbra houvera notícias da capital. Chegaram na quarta-feira, 5 de Dezembro, embora na véspera já se soubesse da revolução.

A Junta que se instalara em Lisboa lançara-lhe o aviso como a todo o País e o reitor da Universidade reüniu os lentes, deputados e mais pessoal docente, enquanto os escolares, em brados apoteóticos, aclamavam o soberano.

A carta dos governadores era dirigida à Câmara como tôdas as outras enviadas com a boa nova e as ordens. Não se encontravam na cidade o corregedor nem o juiz de fora e os vereadores comunicaram entre si. na manhã seguinte, já em presença do último daqueles magistrados.

A Academia, armada, exigira rapidez no acto da proclamação do soberano e determinou-se que se realizasse.

O juiz de fora, licenciado João Vaz Preto Monteiro, chegou a tempo de entrar na sessão com os vereadores Diogo de Carvalho Pinto e Bartolomeu de Sá Pereira, além do representante universitário, doutor Francisco Vaía Teixeira, e do procurador geral licenciado João de Miranda. Não faltaram os delegados dos mesteres, Manuel Correia e António Fernandes Manhurco, e a cerimónia fêz-se sem grande imponência na quinta-feira, dia 6.

Já um dos vereadores montara a cavalo e, desfraldando a bandeira da cidade, entre as alas dos estudantes e povo, se dirigira para Santa Cruz, onde os regrantes rezavam por alma do fundador do seu mosteiro, El-Rei D. Afonso Henriques. Fazia, exactamente, quatrocentos e cinqüenta e cinco anos que morrera o monarca que talhara a independência e aclamava-se o nome do outro que proclamara a liberdade nacional.

Os cónegos ordenaram imediato *Te Deum* e o vereador, sempre de bandeira alçada, guiou o cavalo para a porta da igreja de S. Jerónimo. Apeou-se e entrou no templo, onde o corpo docente da Universidade assistia à festa de S. Nicolau. Os lentes e mais doutores ergueram ramos em volta do reitor, que agitava uma palma, ante o delírio dos escolares.

Imitando os regrantes, também mandaram celebrar um *Te Deum*.

Parece que não houvera muita satisfação por se recapitular, talvez de modesta, a cerimónia anterior e, por isso, cinco dias depois, a aclamação se repetiu como consta do seguinte auto:

«Aos onze dias do mês de Dezembro de 1640 anos em esta cidade de Coimbra e da casa da Câmara dela sairam o juiz de fora e os vereadores e procurador geral e mesteres da mesa e assim nobreza, todos a cavalo, acompanhando a bandeira da cidade que



Reprodução do Auto da Aclamação em Portalegre

(Do arquivo camarário da cidade)

([1]) Documentos inéditos do arquivo da Câmara de Portalegre.



Armas de Vila Viçosa

levava o alferes Luis Ferraz Velho e nas praças e lugares públicos disse: Real! Real! Por El Rei D. João IV, nosso Senhor Rei de Portugal; com o que foi levantado Sua Majestade por Rei e Senhor natural dêstes reinos com todas as solenidades costumadas, de que fiz assento que assinaram. Diogo Soeiro de Azevedo o escreveu. (aa) Dr. Francisco Vahia Teixeira — João de Miranda» [1].

Também, no dia 6 de Dezembro, Vila Viçosa fizera a aclamação pública do seu senhor. O postilhão que levara a notícia da vitória de Lisboa a Évora, ao conde Vimioso, no dia 2, dirigira-se ao solar brigantino e só assim se explica a rapidez com que se alçou D. João IV em Elvas e Portalegre.

A vila de seu senhorio celebrou-o depois de Mourão e outros lugares alentejanos. O próprio soberano não se apressara a dar as ordens transmitidas para a cidade do Caia e a da fresca e pitoresca serrania.

Fernando Rodrigues de Brito, camareiro-mor do Duque, recebeu da mão do vereador mais velho o estandarte que abriu sôbre a multidão, agitando-o na varanda da Câmara, onde o porteiro, André Dias, bradou à maneira antiga:

«Ouvi; ouvi, ouvi, ó meu povo!»

E o fidalgo da casa ducal fêz a aclamação solenissima, com o rigor de outras idades e digno da terra solarenga dos Braganças.

A carta escrita pelos governadores do reino, em 4 de Dezembro, à vereação portuense, chegou ali dois dias depois. Noticiava os acontecimentos e ordenava-se à Câmara e aos habitantes da cidade «que com tôda a quietação apilidem por Rey ao duque conformando-se com o que está feito». Assinavam o documento o arcebispo de Lisboa e o Primaz.

Os edis calaram-se; dirigiram-se ao governador da Relação a-fim-de se informarem da veracidade da revolução e, sobretudo, do seu triunfo e «assentarão com elle governador e desembargadores que não se desse parte das ditas cartas aos Cidadãos para se evitarem algumas emquietações que semelhantes cosas trazem sempre consigo».

Pressente-se que deviam ter receios da Espanha, possìvelmente alguns lhe seriam dedicados, e coligaram-se aqueles magistrados populares para o sigilo. Eram Gonçalo de Vasconcelos Veiga e Manuel Pereira Ferreira, o procurador da cidade Gonçalo de Távora Dantas e os do povo David Pereira e António de Sousa, de acôrdo, todos êles, com o licenciado Sebastião Abreu Serrano, juiz dos órfãos, na interinidade do cargo de juiz de fora. O primeiro magistrado do Pôrto, desembargador Manuel de Sousa e Silva, pronunciara-se pelas cautelas e acordaram em não deixar partir o enviado até se obterem certezas do acontecimento. Deviam temer que algumas terras se rebelassem contra Lisboa.

Armas de Guimarães

Confiaram mais em cartas particulares que nas letras firmadas pelos prelados, e souberam como se fizera a aclamação não só na capital mas em Coimbra, e então decidiram participar aos fidalgos e procuradores do povo o conteúdo das cartas dos governadores.

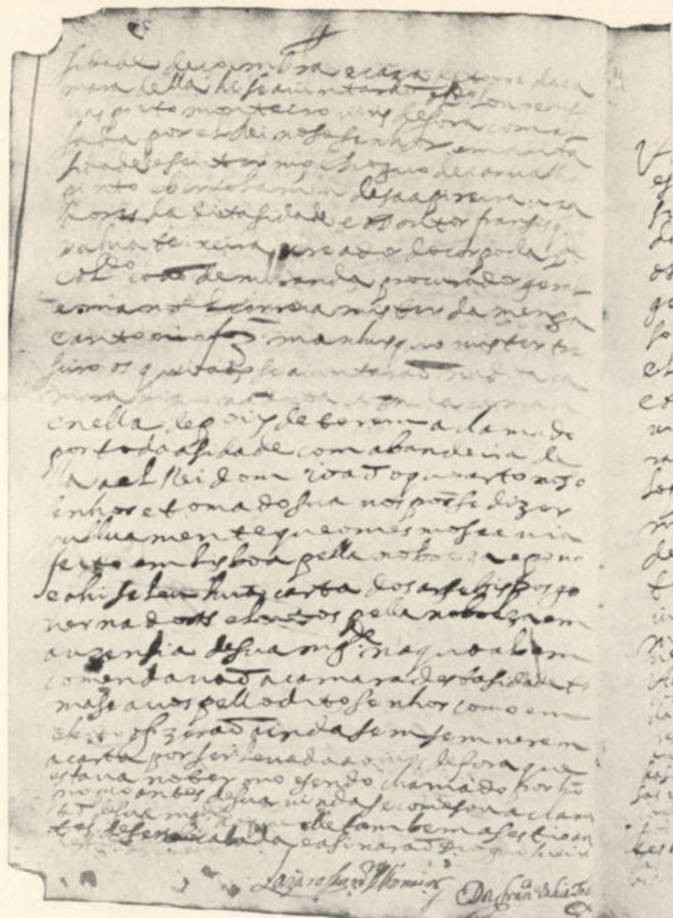
Reüniram na Câmara dos Nobres os populares e membros da Casa dos Vinte e Quatro e todos acataram a revolução e o alçamento do Rei «e por elle se levantasse logo bandeira».

Aparecera, também, o clero, e D. João IV foi aclamado, ao que parece, com cerimonial, em 8 de Dezembro, a um sábado, dia de Nossa Senhora da Conceição, considerada protectora do burgo.

Reünidos os poderes, elegeram capitão-mor o bailio Braz Brandão e capitães de infantaria António de Sousa, Francisco de Melo, Luiz de Valadares Carneiro, Fernão Nunes Barreto, Luiz Brandão, Manuel de Sousa de Almeida e Rui de Sousa da Silva.

Prestado o juramento, começaram as explicações. O licenciado Abreu Serrão declarou exercer a magistratura por mercê de Felipe IV e renunciar aos cargos, mas os vereadores recompensaram-no. A acta foi assinada por êle, seguindo-se-lhe Gonçalo de Vasconcelos Veiga, David Pereira, António de Sousa, Inácio Ferreira, Luiz Brandão, Garcia de Melo Pereira, António Leite de Vasconcelos, Manuel de Sousa de Almeida, Fernão Nunes Barreto, Heitor da Cunha Aranha (que escrevia Hector), Rui de Sousa da Silva, António de Sousa Cirne, Manuel Pereira Banhas, João Álvares Ribeiro, Fernão Mariz, (?) padre Francisco Ferreira, S... Manuel Ferreira Pereira, o bailio Braz Brandão, Gonçalo de Távora Dantas, Francisco de Melo Pereira, António do Amaral e Albuquerque, Luiz de Valadares Carneiro, Miguel Ferraz Bravo, Martim Ferraz de Almeida, Luiz Pereira Banhas, Manuel de Oliveira Arnao, Domingos Daravio Costa, Manuel Ribeiro, padre Lucas Pereira Cabral, (?) Pedro Álvares Siqueira, Jacinto Carneiro, António de Couras, Belchior Pinto Cardoso, Duarte Carneiro Rangel, Francisco de Lemos de Campos, Manuel Pessoa, Pantaleão Rebêlo, Bernardo Gonçalo de Madureira, dr. Feliciano Guedes Carneiro, Gaspar Velho de Meireles, Bento de Aguiar Caldeira, António Coelho Lobato, almotacé Baltasar de Oliveira, Cosme Aranha e Rocha, Martim Leite Pereira, António Carneiro de Vasconcelos, Jerónimo de Castro Pinto, Pantaleão Carneiro de Castro, Jerónimo Barbosa Lemos, Paulo Vaz Soares de Sousa, Baltasar Teixeira, Martim de Araújo Ferraz, Bartolomeu Gomes, Sebastião (?) (Bastião) António de Queiroz, João Barreto Coelho, António Melo, Francisco Cardoso de Madureira, Anrique de Sá e Meneses, Inácio de Magalhães Cirne, (?) M. Roiz Cordeiro; o almotacé Pantaleão da Costa Pereira, António Soares de Pinho, ... Soares, (?) Cosme

[1] Publicado no artigo do sr. Pinto Loureiro «A Restauração em Coimbra» — *Diário de Coimbra* de 6 de Dezembro de 1640.



Trecho do Auto da Aclamação de D. João IV em Coimbra

Vaz Carneiro, Pascoal de Távora Dantas, João do Amaral e Albuquerque e António Leite Pereira.

Mais mesteirais e homens de negócios do que fidalgos figuram nesta acta, na qual também se acentuou a proposta que foram fazer ao governador da Relação para se conservar no pôsto.

A libertação que o país celebrara mostrara-se generosa para com os próprios inimigos, aqueles que a poderiam traír ou pelo menos deixar de a servir com o febril anseio dos que se batem por um ideal e não o desejam postergado.

Embora as revoluções aproveitem sempre aos que menos sangue, fé e cabedal lhes dão, marcava-se pressa demasiada em conservar nos lugares quem podia prejudicar os resultados de tantos esforços. Se não era êste o caso de um alto magistrado portuense, mal se podia assegurar que não fôsse o do arcebispo de Braga, chamado à governança.

O desembargador Manuel da Silva de Sousa adoecera, verdadeiramente ou em recurso, para se eximir às actas e às cerimónias. Mandaram a sua casa o vereador Gonçalo de Vasconcelos Veiga, a quem declarou ter acabado a sua missão e faltarem poderes à Câmara do Pôrto para a restabelecer ([1]). Pedissem-nos e êle serviria.

([1]) Os documentos relativos à Restauração no Pôrto foram publicados no Boletim Cultural da Câmara Municipal, de Setembro de 1938, em artigo do sr. Fernando Guimarães.



Armas de Viana do Castelo

Enviaram a resposta aos governadores do reino, requisitaram pólvora e artilharia, e também participaram ao Rei o que tinham feito: a aclamação, a escôlha dos capitães e o investimento do bailio no comando. Assinavam a carta os vereadores, além do juiz de fora, licenciado Sebastião de Abreu, Gonçalo de Vasconcelos Veiga, Manuel Pereira Ferreira, Gonçalo de Távora Dantas.

Começavam a organizar a defesa e trataram de se pôr em comunicação com as terras vizinhas, partindo os correios portadores da notícia do que se fizera no burgo e levando cópias da carta dos governadores para apresentar em Braga, Ponte de Lima, Amarante, Vila Real, Viseu, Pinhel, Trancoso e Guimarães.

Esta vila, que se gloriava de ser berço de D. Afonso Henriques e da monarquia, acedeu, imediatamente, a cumprir o que lhe mandava o seu patriotismo. O primeiro Rei proclamara a independência da nação; outro se impunha ao jugo castelhano. Votaram a sua aclamação, em 10 de Dezembro, na presença do juiz de fora, de Pantaleão de Sousa e Estêvão Machado de Miranda, capitão-mor ([1]).

Na véspera daquele mesmo dia a vereação portuense determinou que o bailio fôsse ao castelo da barra, o da Foz, ainda entregue aos inimigos, levando fôrças para o sitiar e render. Marcharam as companhias de Manuel de Sousa e Almeida e Luiz Brandão, bem municiadas e dispostas. O governador cederia.

Em Viana continuavam os soldados de Felipe IV. O castelo não cedia e a vereação da vila pedia socôrro ao Pôrto, que lhe mandou alguns barcos, para evitar o reabastecimento, conforme solicitavam os edis vianenses. Havia diferenças entre os habitantes para o assalto à fortaleza e tratou-se de mandar o capitão-mor Brás Brandão, ficando a substituí-lo no cargo militar do burgo o vereador Quintino Martins de Aragão. Também se escrevera para Barcelos pedindo auxílio à vila do Duque de Bragança, que se levantara pelo soberano logo que recebera as primeiras notícias.

O capitão João Rodrigues Fontoura avançou para a terra que os castelhanos queriam abandonar. Comandava setecentos homens, entre os quais iam trinta e três capitães de ordenança, ficando entendido que dos numerosos homens alistados marchassem os precisos desde que os requisitassem ([2]),

As despesas correram por conta dos particulares,



Armas de Barcelos

([1]) No livro das vereações da Câmara de Guimarães, relativo a Agôsto de 1638 a Dezembro de 1641, lê-se com muita dificuldade o que fica extractado.

([2]) Relaçam do que fiserão os moradores de Barcelos no dia que aclamarão a Sua Magestade até ao ultimo de Janeiro de 1642. Oferecido ao seu Principe e Senhor D. Theodosio.



Armas do Pôrto

embora a vila possuísse sete mil cruzados que se mandaram a D. João IV para despesas do Estado.

Ao cabo de oito dias a guarnição espanhola abandonava o castelo ante o acometimento dos vianenses, portuenses e barcelenses.

A Câmara do Pôrto recebera carta do Rei. Ainda não se sabia em Lisboa se ali fôra aclamado e dizia-se-lhes:

«Juizes, Vereadores, e Procuradores da Camara da Cidade do Porto. Eu Elrey vos envio muyto saudar. Já havereis entendido a Mercê que aprouve a Deus, nosso Senhor, de me fazer na restituição da Coroa destes Reynos. E posto que todos os vassalos e naturaes delles E particularmente os moradores dessa Cidade tenho por certo que em conformidade do que esta cidade de Lisboa começou, me havereis aclamado e levantado por Vosso Rey e Senhor natural, se por ventura se tiver dillattado esta solemnidade, eu Encomendo e mando que logo a façaes na forma costumada estando certos de que todos meus desejos e acçoens se hão de encaminhar sempre e vos defender e governar com justiça e amor de Pai sem perdoar o trabalho e perigo algum que convenha para conseguir este intento. Escrita em Lx. 13 de Dezembro de 1640. (a) Rey».

A Câmara, quatro dias depois, socorria castelhanos embaraçados com faltas de dinheiro, fôssem militares ou civis, soltando-os, o que era humano.

Ainda não principiara a guerra nas fronteiras, já se declarara, porém, nos corações. Os vereadores portuenses participavam ao soberano que tinham feito sua aclamação e juramento, a tomada do Castelo de S. João da Foz e pedindo socôrro em armas e munições.

Ao governador Manuel da Silva e Sousa sucedera João Gomes da Silva, dando-se o outro por idoso.

A Câmara de Viseu recebera, em 14 de Dezembro, uma carta do Senado portuense na qual se referia ter em seu poder um ofício vindo da capital e datado do dia 10, anunciando a aclamação do Duque de Bragança.

O vereador mais velho da municipalidade beiroa, D. António Botelho da Costa, reünira-se com os seus colegas Adrião Barreto de Seixas, Manuel Ferraz Castelo Branco e o procurador juiz de fora Manuel Carvalho da Silva e mostrou-lhes o aviso vindo do Pôrto. Convocaram a nobreza e, lida a participação, deliberou-se aguardar o correio, visto ser o seu dia, a-fim-de se verificar se vinham ordens directas do soberano. Pelas duas tarde, o povo acorreu à Câmara, mandou tocar o sino e saíu para as ruas de bandeira alçada, vivando El-Rei e a Pátria, reconhecendo o monarca nacional.

Dois dias depois, chegava um emissário com as letras régias e a aclamação realizou-se solenemente. Por ordem da edilidade, as janelas apareceram iluminadas e organizou-se novo cortejo.

A procissão de graças celebrou-se em 23 de Dezembro, entre pompas, com o deão e seu cabido, a Câmara, fidalgos e povo em volta do estandarte real.

O resto do País aclamara entusiàsticamente o seu Rei.



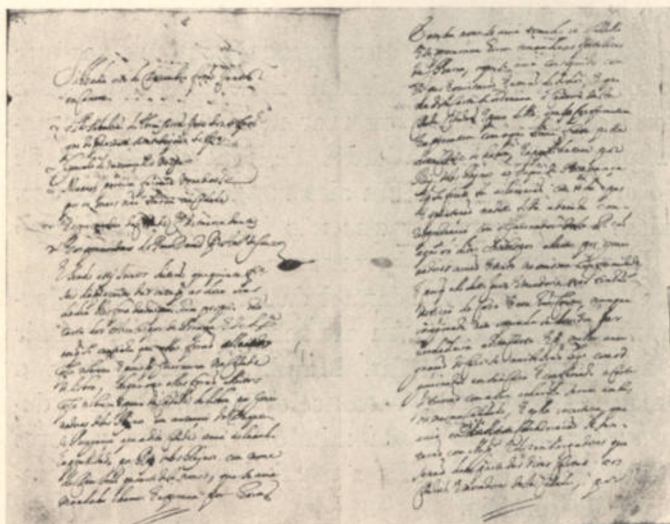
O tempo casara-se com a aurora da glória portuguesa. Os dias de Dezembro tinham estado lindíssimos, mas o cariz do céu mudara na aclamação de D. João IV ([1]). As iluminações continuavam; Lisboa delirava a ponto de um dos espanhóis exclamar cheio de pasmo:

«¿É possível que se tire um reino a El-Rei Felipe só com luminárias e vivas sem mais exército nem poder? ¡Grande sinal, e efeito sem dúvida do braço do Omnipotente Deus!».

Tinham-se preparado pomposas festas, mas o soberano, cujo bom senso e calma se acentuava, ordenou que as cerimónias da sua coroação fôssem rápidas e modestas como convinha a um país pobre que ia entrar em guerra.

Era no oitavo dia de Nossa Senhora da Conceição; o povo aglomerava-se por detrás das alas das tropas que cercavam o Terreiro do Paço, onde se levantara um tablado à altura das varandas da Ribeira.

O Duque de Bragança ganhara majestade sob o



Trecho do Auto da Aclamação de D. João IV no Pôrto

([1]) 15 de Dezembro de 1640.



Aclamação de D. João IV

(Quadro de Veloso Salgado, existente no Museu Militar)

Carta de D. João IV à vereação portuense
(Arquivo Municipal do Pôrto)

manto branco bordado a ramos de ouro. Entrajara-se de lã parda com ornatos auríferos como os botões e pendia-lhe do pescoço o colar de grossos diamantes. O rosto picado das bexigas revestia-se de gravidade sob o chapéu negro emplumado de branco e os cabelos louros, caindo sôbre a gola, pareciam cintilar. Os olhos azuis do monarca brilhavam ao fixarem a multidão de sôbre o palco da sua realeza.

Contava trinta e seis anos (1) e ia reinar; entregava-se à sua missão com amor. Ali perto, o Tejo barrento agitava-se; as bátegas tiravam lustre à cerimónia, mas ninguém se movia, querendo assistir ao espectáculo grandioso que cimentava a libertação de Portugal. Por vêzes, a chuva cessava para voltar como ruim augúrio.

O conde de Penaguião, reposteiro-mor, descobrira a cadeira de alta espalda exposta sob o dossel de brocado com seus bordados de ouro e prata. Era o novo trono ante o qual se inclinava o camareiro-mor, marquês de Gouveia, ao entregar a Sua Majestade o cetro de ouro que Belchior de Andrade, o tesoureiro, trouxera do régio guarda-jóias em magnífica salva. Fôra tomado ao rei castelhano em Aljubarrota.

O marquês de Ferreira colocara-se junto do trono empunhando o estoque de Condestável e no outro estrado o alferes-mor do Reino, Fernão Telo de Meneses, conservava enrolado o estandarte junto dos prelados resplandecentes: o arcebispo de Lisboa, o nobre D. Rodrigo da Cunha; o inquisidor geral, D. Francisco de Castro; o Primaz, todos os membros do Conselho de Estado, o bispo de Targa, D. Francisco Sotomaior como deão da Sé. No lado mais extenso do palanque ficavam os oficiais-mores com suas insígnias, todos descobertos, e mais fidalgos sem precedências, como o soberano mandara. Distinguia-se o marquês de Gouveia, mordomo-mor, empunhando o bastão da «negrita». No segundo degrau, estadeavam-se os reis de armas graves nas dalmáticas; passavantes e arautos revestidos com as insígnias dos reinos destacavam-se com os porteiros da casa de capas negras e de maças de prata. Os alcaides-mores, magistrados e ministros ficavam nos lugares onde podiam acomodar-se como os senhores das terras e o camareiro-mor por detrás do trono ficando à sua frente o guarda-mor, Pedro de Mendonça Furtado.

O doutor Francisco de Andrade Leitão, desembargador dos agravos, subiu ao estrado, severo na sua toga, e começou a alocução dirigida ao soberano que o ouvia no trono, empunhando o cetro.

Os Três Estados tinham-no escolhido para Rei com fundadas razões. Restituíam-lhe a Coroa usurpada a sua avó D. Catarina (1), que devia suceder ao cardial

Armas de Viseu

(1) Nascera em 19 de Março de 1604.

(1) «E para que o direito da infanta D. Catarina ficasse mais escuro e o mundo com menos luz de sua injustiça efeytuou (Felipe II) levar para Castela o livro do porco espim que se goardava



D. Henrique. Competia-lhe a herança visto a sua descendência pela varonia de D. Duarte, filho de D. Manuel I, e não se lhe podia opor D. Felipe, por não estar na mesma linha, visto sua mãe, a Imperatriz, ficar abaixo nos direitos devidos àquele infante ou à sua família. Tinha a Duquesa de Bragança parentesco mais chegado com os reis do que os outros pretendentes e por isso tôdas as razões de justiça, privilégio e glória. D. João subia ao sólio que os povos se comprometiam sustentar e defender, oferecendo-lhes fazendas e vidas, merecendo seus leais vassalos a guarda e concessão dos foros, prerogativas e franquias das antigas leis.

Terminou a oração num rumor de discretos aplausos sob o toldado céu. O capelão-mor, D. Álvaro da Costa, aproximou-se da cadeira rasa sôbre a qual o reposteiro-mor colocara formoso brocado com a credência, a cruz e o missal e, aos pés do Rei, um banco estofado sôbre o qual ajoelharia, assim como o secretário Francisco de Lucena da mesma forma praticara, para ler a fórmula da jura.

Sua Majestade assentara a mão direita sôbre o livro dos Evangelhos e, segurando o cetro com a esquerda, disse :

Juramos e prometemos, com a graça de Nosso Senhor, vos reger e governar bem e direitamente e vos administrar inteiramente justiça quanto a humana fraqueza permite, e de vos guardar vossos bons costumes, privilégios, graças, mercês, liberdades e franquezas que pelos reis passados nossos antecessores foram dadas e outorgadas.

Voltou a sentar-se no trono. Os arcebispos de Lisboa e Braga e o inquisidor geral, que de joelhos como êle, lhe tinham assistido, levantaram-se assim como o resto da nobreza. Ia começar a menagem dos fidalgos ao seu Rei. O secretário de Estado leu o que o protocolo determinava e o duque de Caminha foi o primeiro a repetir o preito. Era o único titular daquela categoria presente na cerimónia.

«Juro aos Santos Evangelhos corporalmente por minhas mãos tocadas, que eu recebo por nosso Rei e Senhor verdadeiro e natural ao mui alto e muito poderoso Rei D. João IV, nosso Senhor, e lhe faço preito, menagem, segundo o fôro e costume dêstes seus reinos».

Erguera-se, reverenciando os Evangelhos e a Cruz, para ir beijar a mão do monarca.

Faltaria ao seu juramento, êle, o primeiro no reconhecimento, e a sua cabeça, agora inclinada na presença de El-Rei, curvar-se-ia, pela última vez, ante o carrasco, num tablado tão alto como aquêle onde, galhardamente, se destacava iniciando o juramento sob os olhares da côrte e do povo.

Chovia; o céu chorava quanto dias antes resplandecera.

A nobreza desfilou perante o trono, sem precedências, num acaso que feria prerogativas mas significava que o soberano, naquela hora, não distinguia títulos; igualava vassalos no seu coração. Todos lhe rendiam promessas de obediencia e de sacrifício.

O chanceler-mor do reino, o doutor Fernando Cabral, quando ouvira as últimas palavras do juramento régio, dissera a alguns fidalgos sorrindo:

— Sua Majestade deve acrescentar: até à chegada de D. Sebastião...

Os místicos sebásticos ter-se-iam agradado da fórmula, mas D. João IV contentá-los-ia dizendo, ao saber da frase do magistrado:

— A cláusula não é necessária; em êle vindo, largo-lhe tudo, porque não sou nenhum tirano que lhe tome o reino que foi seu!

Talvez que, sob as cordas de água, muitos dos portugueses esperassem ver clarear e surgir o Encoberto no momento em que o alferes-mor, agitando o estandarte real, bradava:

— Real! Real! Real! Pelo muito alto e muito poderoso Senhor Rei D. João IV, nosso Senhor.

O povo repetiu o brado, entre vivas entusiásticos, e as tropas, abrindo alas, fizeram as continências a El-Rei, que descia do tablado e montava belo cavalo castanho, ajaezado a capricho.

Abria-se o pálio rico sôbre a cabeça do real cavaleiro; D. Pedro Fernandes de Castro, representante do alcaide-mor de Liboa, conde de Monsanto, tomou rédea da montada e o cortejo encaminhou-se para a Sé, indo à frente do monarca o condestável, marquês de Ferreira, com o estoque, e o alferes-mor de bandeira desfraldada. O pálio era sustentado pelo conde de Cantanhede, presidente da Câmara, e por alguns vereadores.

Pararam diante do Pelourinho, onde o resto do Senado da Câmara aguardava o soberano, a quem o doutor Francisco Rebêlo Homem ia saüdar em nome do povo da capital.

Era um grande momento. Sem a sanção popular não podia ser Rei aquêle que os fidalgos tinham escolhido.

O vereador aguardava que refizesse silêncio, se calassem os vivas.

Os espiões espanhóis tinham dito a seu respeito: «És muy popular y todo que toca al serviçio de S. Mag.[te] encuesta en la Camara, como se ha visto,

---

no Cartorio da Camara de Lisboa em que estava o direyto da sucessão deste Reyno com as Côrtes de Lamego e outras determinações dos reis passados, ganhando para esse efeito a vontade do escrivão daquella Camara que lho entregou, segundo ouvi, aos que puderão ter noticias destas circunstancias.» (João Pinto Ribeiro — *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal).*



en las ocasiones passadas; y ja S. Mag.te estube para lo mandar jubilar.»

Encarregaram-no de falar em nome de Lisboa, cujas chaves o conde de Cantanhede depusera nas mãos do monarca.

O vereador prestava-lhe homenagem; dizia-lhe como o povo o amava e, para prova, bastava ver o seu entusiasmo. Falou-lhe dos direitos de soberania, acrescentando que contraíra grandes obrigações para com os vassalos.

De novo o cortejo se pôs em marcha. Ia para a Sé. D. Rodrigo da Cunha, revestido de pontifical, surgia ante o cabido, erguendo o relicário com o Santo Lenho; devotamente, D. João IV se colocou em oração.

O *Te-Deum* começou e o Rei, deliciando-se, como artista, com as músicas e vozes, rejubilou, como monarca, ouvindo as preces votadas ao Rei dos Reis pela sua subida ao trono de Portugal.

Chorava-se de alegria e prazer e, a-pesar da chuva constante, Lisboa iluminada via passar o povo aclamando o seu soberano, a independência, a Nação liberta.

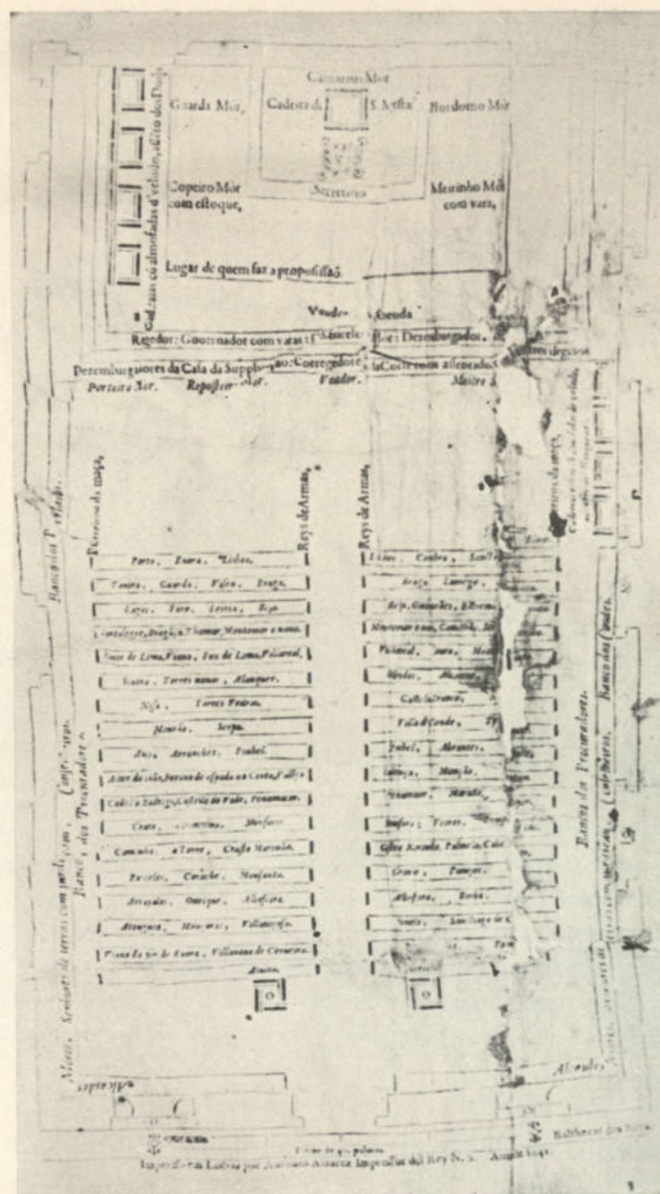


D. Rodrigo da Cunha, venerando prelado olisiponense, tornara-se alvo de todos os respeitos. Ajoelhavam à sua passagem. Sabia-se já quanto contribuíra para a revolução. Merecia um sólio como o do monarca que ajudara a entronizar.

A Duquesa de Mântua, conhecendo a veneração de que o rodeavam, firmara-se na sua bondade e pedira-lhe o obséquio de ir a Xabregas, pois queria confiar-se-lhe. Disse-lhe desejar ir para Castela, e se não a deixassem partir, que ao menos lhe concedessem licença para mandar um novo correio a Felipe IV. Solicitava a liberdade, as bagagens e passaportes para todos os seus ministros e oficiais. Um dos criados tentara fugir e, daí por diante, apertou-se mais a vigilância.

As fortalezas rendiam-se sucessivamente. Setúbal e Outão acabaram com a resistência e já estavam nomeados embaixadores: D. Antão de Almada para Inglaterra, Jorge de Melo para a Catalunha, tendo sido substituído pelo jesuíta Inácio de Mascarenhas, que partiria em breve. Francisco de Melo fôra escolhido para embaixador na França e Tristão de Mendonça para os Países Baixos.

Correra que não se permitira a saída do dinheiro, das baixelas, do oiro das personagens espanholas, e os editais apareciam nas esquinas fulminadores para



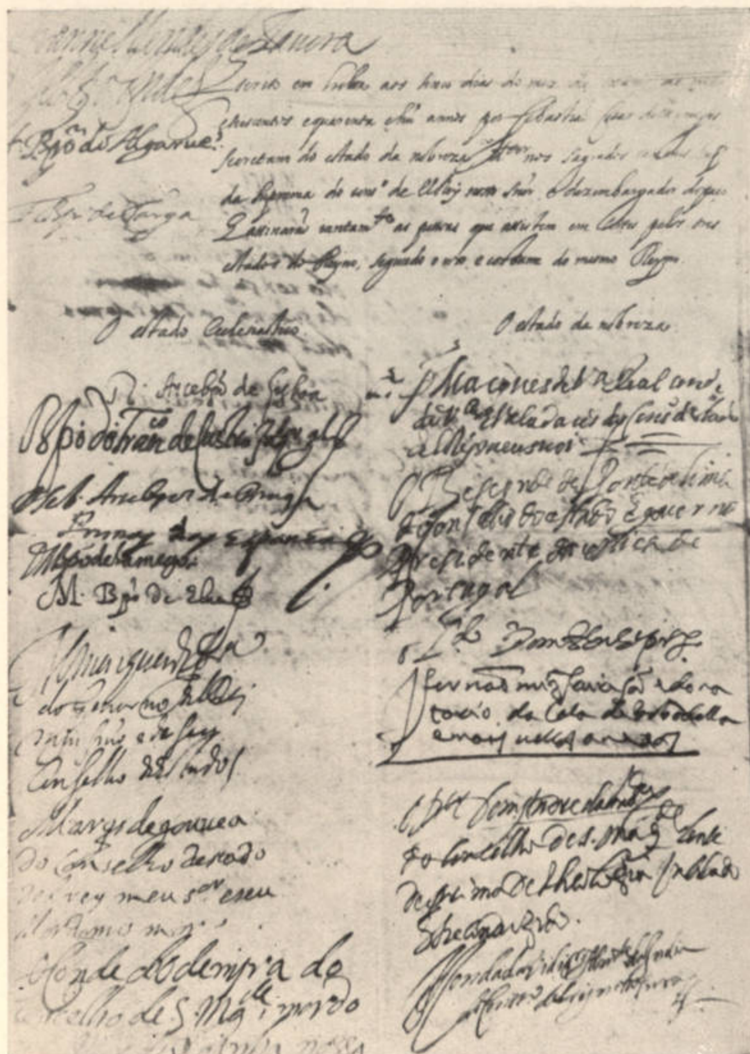
Planta dos assentos dos três Estados nas Côrtes

os castelhanos, que sofreriam pena de morte desde que andassem armados. Os soldados que desejassem ficar ao serviço de Portugal receberiam dois soldos adiantados, e os que preferissem ir para Espanha partiriam aos quatro e quatro. Os desertores portugueses também eram condenados à pena última.

No dia 13 mandara-se chamar o confessor da vice-Rainha, frei Mansueto, e falaram-lhe na passagem de sua ama para o convento de Santos, onde poderia abrigar suas criadas, sendo sustentada condignamente. Conceder-se-ia licença de partida aos servos. A ex-vice-Rainha volvera que se não lhe dessem quanto necessitasse venderia as jóias para se manter e ao séquito.

Lisboa estava iluminada constantemente por milhares de luzes.

Tinham sido nomeados ministros assistentes ao despacho D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, e D. Lourenço de Lima; mais tarde receberiam as mesmas honras os marqueses de Ferreira e de Gouveia. Conselheiros de Estado eram, além do suspeito



Assinaturas no Auto da Aclamação de D. João IV, em Lisboa

arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, o inquisidor, D. Francisco de Castro, o marquês de Vila Real, tido em Espanha por seu parcial; o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, e o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal.

O marquês de Gouveia fôra agraciado com as honras de mordomo-mor e com as de camareiro-mor João Rodrigues de Sá, conde de Penaguião.

A Pedro de Mendonça Furtado concedeu-se o título de guarda-mor; D. José de Melo foi o mestre sala; D. João de Mascarenhas, vedor; António de Cavide, mantieiro; e frei Cristóvão de Távora, esmoler-mor. Eram os oficiais, cabendo o alto cargo de condestável do reino ao marquês de Ferreira. Não se tratava de improvisar uma côrte, pois a todos os escolhidos não faltavam costados de nobreza nem serviços ao movimento nacional.

Tornara-se indispensável um conselho de guerra, e nêle tomaram assento Jorge de Melo, António de Saldanha, Fernão Teles da Silva e António Teles da Silva, D. José de Meneses, José Pereira Côrte Real, Fernão da Silveira, Martim Afonso de Melo, D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos e o general Matias de Albuquerque.

O monarca escrevera uma carta ao Rei de Espanha, na qual lhe dizia:

«Deus Nosso Senhor me fêz mercê de fazer-me Rey dêste Reyno de Portugal, de que estou de posse por meu pertence: quando Vossa Magestade o não tome a bem e quiser haver por armas, aqui estou. Se por Pax e isto é o que desejo. Deus guarde Vossa Magestade. Rey» ([1]).

Por sua vez, Felipe IV dirigira-se ao irmão da Rainha D. Luísa de Gusmão:

Duque de Medina muy primo con mucho cuidado vos encomendo las prevenciones de guerra para la investidura de Portugal, por quanto el tredor Duque de Bragança, se llevanta contra la fidelidad prometida; tomando todos los Castillos del puerto de Lisboa y tiene echo concierto com el Olandes rebelde, para que le de socorro, para que promete largar le el Brazil y las Indias Orientales ([2]); tres navios que se aprestavam para Pernambuco los robó y desbarató quitando les las armas y bastimentos, que importavam mais de quatro cientos mil ducados, por lo que se tenga cuẽta com la passage a quel Reyno. Y a todo lo que fuere Portugues, ou persona no conocida que acomitiere el paso le mirareis todo lo que lleva y todos sus papeles y los dineros que llevan lo quitareis y los prendereis y me avisareis y nada passara sen passaporte firmado por Diego Soares y Antonio Contreras mis secretarios de guerra y por quanto la cuidad del puerto está a my obediencia lo que della vinieren ó fueren hallen en vos buen acogimento y salor.

Os fidalgos portugueses que estavam em Madrid turbavam-se por idéias diferentes. Uns queriam ficar ao serviço da Espanha; desejavam, outros, escapar-se para Portugal, e nisso meditavam; dentro das nossas fronteiras alguns ambicionavam salvar-se para além raia. Estes não acreditavam na possibilidade da resistência porque, à semelhança dos deuses mitológicos, o poder inimigo agigantava-se nas imaginações.

Em todo o caso, levantavam-se vozes em Espanha, que eram de aviso ao Rei. Um lavrador bradara-lhe, ao vê-lo numa procissão: «¡Senhor: olhe Vossa Majestade por si que a Espanha se perde!»

Prenderam-no; consideraram-no logo louco de amarrar.

O povoléu não se calaria a-pesar dos castigos. O soberano atravessava Madrid com seu séquito das montarias. Ia para uma batida às alcateias. Subiram gritos que o despertaram: «¡Senhor: caçai antes os franceses. São êsses os lobos que nos comem!»

Os lisonjeiros continuavam a chamar-lhe Felipe,

([1]) B. N. L., códice 28-H, 5-48. Não deve referir-se a esta carta a seguinte passagem da missiva-relatório enviada ao padre jesuíta Rafael Pereira: «El secretario Sarasa tiene en su poder un traslado de la carta que el rebelde escribió a S. M. dicendo que tan llano el direcho que tiene al reino de Portugal habia admitila corona que le oferecian y quę si S. M. no se queria allanar à consentir lo para desta manera evitar muchas muertes le desafiaba en campaña cuerpo a cuerpo en armas iguales ó que salissem sessenta castellanos contra otros tantos portugueses y donde no procuraria entrar se parta a Madrid con gruesso ejercito.»

([2]) Era falsa a afirmativa.

o Grande, e, na antecâmara, o papagaio ensinado recordava-lhe constantemente o seu cognome:

— ¡Felipe é grande! ¡Felipe é grande!

Um pasquineiro atordoara a Côrte com a sátira que descarnava o monarca:

— ¿Em que se parece o nosso Rei com um poço? Porque quanto mais terra lhe tiram maior é.

Fidalgos portugueses pediam-lhe audiências, ofereciam-lhe préstimos, mas muitos dêles ludibriavam-no desviando as atenções de suas pessoas ao mostrarem-se em vassalagem.



No dia de Natal chegou a Rainha D. Luísa de Gusmão a Vila Franca, acompanhada pela marquesa de Ferreira, sua camareira-mor, e pelo marquês, que a fôra buscar com D. Vasco da Gama, conde da Vidigueira, e D. Francisco Coutinho, conde de Redondo.

Já o soberano concedera a mordomia-mor da casa de sua espôsa ao conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, muito seu parente, que também estava aguardando a soberana como tôda a nobreza.

O Príncipe real D. Teodósio sorria entre suas irmãs D. Catarina e D. Joana. Parecia cheio de júbilo ao receber as homenagens.

Deram-lhe por aia D. Mariana de Lencastre, dama heróica que armara os filhos para a revolução. Era sebastianista; entregara os seus rapazes ao Rei misterioso que julgava ver chegar e a Pátria a redimir-se. Sentiu escrúpulos em penetrar no paço da Ribeira, onde via um monarca que não era o Encoberto. A sua enorme fé mística levava-a a escrupulizar claramente. Interrogou o soberano:

— Senhor, ¿Vossa Majestade não dá o trono a El-Rei D. Sebastião?

D. João IV, gravemente, como se também fôsse adepto da seita, redarguiu:

— Só estou à espera que êle mo peça...

Assim a matrona entrou no paço e foi aia de D. Teodósio, herdeiro da coroa, que seria educado com esmero.

Ia fazer sete anos; D. Pedro Pueras, irlandês sabedor de ciências, era seu mestre, e D. Luís de Meneses [1], irmão do conde da Ericeira, D. Fernando, o companheiro dilecto de Sua Alteza, pois tinham quási a mesma idade.

O Rei de Portugal esquecera as afrontas feitas pelos Lucenas aos Duques de Bragança.

A fama dos talentos de Francisco de Lucena, representante da família, levara-o a chamá-lo para secretário de Estado, sacrificando, porventura, seu ressentimento às necessidades da nação que lhe entregavam.

O cortejo pomposo da Rainha, os barcos empavesados, os brados de alegria e todos os fidalgos aceitando cargos na Côrte demonstravam o reconhecimento do Duque de Bragança. Comprometiam-se; logo estavam dispostos ao sacrifício.



O primogénito do secretário de Estado continuava em Madrid, embora o pai procurasse atraí-lo a Lisboa. Êle, porém, repelia todos os convites e seduções; era castelhano de coração como os antepassados; o avô ingrato a antigos amos, afeito a Castela, tratando, arranjando o emprêgo para o irmão Fernando de Matos, com a condição de passar a Francisco de Lucena, ao filho talentoso e hábil. Durante largos anos ocupara o cargo de secretário do Conselho de Portugal em Madrid, sendo-o depois das mercês em Lisboa.

Devia saber muitas coisas; o soberano angariara o seu préstimo, como olvidado de tudo quanto tinha a lançar em rosto aos maus servidores da sua casa. Dissimulava como lhe convinha e era de seu feitio. A baixa de pôsto que lhe tinham dado, transferindo-o da capital espanhola para Lisboa, deporia a seu favor. Considerava-o vítima de Miguel de Vasconcelos e, sobretudo, de Diogo Soares. Poderia ter-se ligado, então, aos Braganças, mas não o tentara, receoso do ôlho vigilante da espionagem de Olivares, e calara-se servindo submissamente a-pesar-de exautorado. Talvez os portugueses desconfiassem de tanta resignação, mas a ciência do funcionário impunha-se com a sua experiência indispensável no momento como um arsenal. Nomearam-no secretário de Estado e caíram sôbre êle mil olhos; estava em foco e tinha em Madrid o primogénito Afonso, como o avô refece. Andava requerendo ao tempo da aclamação; o pai «sem dúvida muito desejaria valer e ajudar para vê-lo livre e gozá-lo presente, sendo no Reino casado e proporção e juízo competente no exercício do Rei.»

Os fidalgos começaram a encará-lo de má sombra, sabendo como aconselhava o soberano. D. João IV não admitia validos; como sucedera aos Reis de Espanha, explorava o saber e a experiência de muitos a favor do país e da sua política, mas dera razão ao secretário de Estado quando êle falara em não ferir muito os amerceados por Felipe IV e que lhe tinham aderido. Era certo que outros lhes disputavam os cargos, pretendendo que os nomeados pelo usurpador não deviam merecer confiança. Muitos dêles tinham conspirado e aparecido na hora do perigo. ¿Como se puniriam?

Havia condes agraciados pelos Felipes: Arcos, Atalaia, Aveiras, Ericeira, S. Lourenço, S. Miguel, Óbidos, Ribeira, Sarzedas, Vale-de-Reis, Vila Nova de Cerveira, Vimieiro, Unhão, alguns até tendo recebido a mercê do deposto e que eram leais vassalos e conjurados no grande movimento emancipador. Ainda se podiam citar os de Penaguião, Santa Cruz, S. João

[1] Seria autor do *Portugal Restaurado*.

da Pesqueira, Assumar, Tôrre, Figueiró, Palma, Vila Franca, Ilha, Castelo Novo, Castro Daire, Lumiares, Pernambuco, e o duque de Caminha, tendo, quási todos, prestado juramento a D. João IV.

Desembargadores, outros altos magistrados e postos militares, além dos prelados, tinham devido seus acessos ao soberano usurpador e não era lícito duvidar dêles. O próprio Lucena fizera a sua carreira sob os intrusos. ¿E como não seria assim se, durante sessenta anos, os Felipes tinham reinado de facto? Não ganhar categorias equivaleria a renegar a própria nação, porque ou a serviriam mal ou, retirados, passariam a suspeitos e logo os aniquilariam. O arcebispo de Lisboa, o ínclito D. Rodrigo da Cunha, ¿acaso recebera o seu báculo de outras mãos?

¿E os vereadores e presidentes das Câmaras? ¿E os viso-reis e governadores ultramarinos? ¿Matias de Albuquerque em Pernambuco e que os espanhóis não consideravam bem? Diziam-no de «calidad conocida, que perdió Pernambuco, y lo más que está perdido en el Brazil, con tan grande afronta de la nacion como és notorio; no és limpio de manos, tiene muchas culpas.»

¿E o conde Aveiras, vice-rei da Índia? ¿E os outros?

D. João IV considerara que não era de boa política descontentar quem o ajudara só porque alguns tinham auferido mercês felipinas. Pondo a mão na consciência, não sentaria de igual pecha a casa de Bragança?!

Os «libertadores», como já se denominavam, além dos que realmente tinham aparecido na hora perigosa do ataque de 1 de Dezembro, outros de menor categoria, não podiam formar uma casta.

Seria uma guerra interna, um esvurmar de rivalidades.

«Defendamos a capa e depois partamo-la», dissera o monarca ou o político que o acompanhava naquele dia.

João Pinto Ribeiro também servira os Felipes. Era preciso premiar alguns dos incontestados chefes, mas de forma a não melindrar os outros exonerando-os de seus postos.

E assim se praticara, hàbilmente, referindo nos diplomas mais o valor e talentos de cada um que os seus actos da restauração.

Pouco se alterara. Deixaram-se o inquisidor-mor, D. Francisco de Castro, no seu cargo e o arcebispo de Braga no desembargo do paço; na presidência da mesa da Consciência e ordens o conde de Castanheira e o de Cantanhede no Senado da Câmara.

Só se tiveram em conta as três vedorias que Felipe II reünira: a da Índia e conquistas seria entregue ao marquês de Montalvão; a de África, coutos e terças, a Henrique Correia da Silva; a do reino, mestrados e ilhas, ao velho D. Miguel de Almeida, figura heróica de animador que Lisboa venerava.

Ninguém podia pôr em dúvida os méritos de Tomé Pinheiro da Veiga e de Fernando Cabral, que continuaram sendo, respectivamente, procurador da coroa e chanceler-mor. Promoveram-se ao desembargo do paço João Pinto Ribeiro, D. Rodrigo de Meneses, filho do conde de Cantanhede, e que tanto conspirara; Francisco de Andrade Leitão [1] e o seu colega António Coelho de Carvalho, que os espanhóis menosprezavam.

Averbados os arquivos de Miguel de Vasconcelos, encontrara-se a lista famosa [2], que se chancelaria dêste modo: «Neste papel Diogo Soares, secretário do Conselho de Portugal em Madrid, deu notícia ao conde-duque das pessoas que neste Reyno avia para o serviço del Rey e talento de cada hum; achou-se na secretaria de Miguel de Vasconcelos quando o matarão, no primeiro de Dezembro de 1640.»



Os reis de armas com suas cotas, arautos e passavantes entraram na grande sala dos Tudescos, do Paço da Ribeira, cujas paredes estavam cobertas de razes magníficos tecidos de oiro e prata. A música, que se postara ao fundo da sala, ecoou na saüdação vibrante das charamelas, tambores e trombetas.

O trono aguardava o monarca e seu filho, o príncipe D. Teodósio, para a ratificação do juramento.

Era em 28 de Janeiro de 1641.

Os Três Estados reüniam separadamente para as suas decisões. A nobreza juntava-se em Santo Elói, evocador do orago do dia 1.º de Dezembro, o da emancipação; o clero no convento de S. Domingos, em cujo adro, outrora, a plebe proclamara D. João I Defensor do Reino; e os procuradores do povo faziam sua assembléia em S. Francisco da Cidade, perto do paço brigantino que, em recuada época, fôra arraial dos cruzados para a conquista de Lisboa.

---

(1) Citavam-se dois magistrados de nome Francisco Leitão no documento dos espiões espanhóis. O que assinava apenas daquele modo era assim designado: «persona muy bem entendida y gran letrado y mui limpio de manos para usar del en todo lo que se ofreciere.» Tivera grandes polémicas com o célebre Francisco Velasco de Gouveia, lente da Universidade e, em 1631, acusado de prática de judaismo, foi encarcerado na Inquisição de Coimbra, sendo reconciliado no auto-de-fé de 17 de Agôsto de 1631. Autor da *Justa Aclamação de D. João, o IV*. Morreu em 1659. Francisco Leitão fôra atacado por êle e escrevera *Allegações que fêz para informação da sua justiça na causa em que o acusou o doutor Francisco Velasco Gouveia*. O outro, Francisco de Andrade Leitão, mal visto pelos espanhóis, era ilustre na jurisprudência. Lente de Instituta em 27 de Novembro de 1617; desembargador da Casa de Suplicação em 14 de Setembro de 1626 e dos agravos por carta de lei de 17 de Junho de 1628.

(2) B. N. L., Col. Pomb., códice 738.



Diversas cenas da revolução e aclamação de D. João IV
(Gravura holandesa da época, pertencente à colecção do sr. conselheiro Martins de Carvalho)

A nação estaria ali representada pelos seus Três Braços; chegavam de longe os nobres, os jurisconsultos e os delegados da plebe, ainda admirados de se encontrarem falando franco e de alçarem rei português, libertos e felizes, derrotado o inimigo, desaparecida a servidão.

Tomé Pinheiro da Veiga verificara os direitos do voto dos diversos lugares do reino, na sua qualidade de procurador geral da coroa, e agora, seguindo os oficiais, que entestavam o cortejo, avançavam os altos cargos paçãos com o rigor do cerimonial. Os deputados aguardavam a majestade, que entrou ao lado do filho, cujos sete anos gentis se engalanavam no trajo branco mais belo com o farragoulo prêto.

O chapéu adornado com a pena de gavião, prêsa por fivela de diamantes, dava-lhe o aprumo de uma personagem de quadro histórico realçando graças infantis. Caminhava à esquerda do pai, copiando-lhe a gravidade com que se dirigia para o trono.

D. João IV vestira-se de pardo, agaloado a oiro, com abotoadura de rubis, sob o grande manto roçagante bordado a palmas e flores auríferas no fôrro alvo. A cruz de Cristo sangrava sôbre o seu peito largo na luz intensa e rubínea pendente do colar de pedras preciosas. Ostentava o cetro na mão direita. O marquês de Ferreira, com o estoque do Condestável, e o marquês de Gouveia, segurando o bastão de mordomo-mor, precediam o soberano e o presuntivo herdeiro.

Distinguia-se no cortejo o moço duque de Caminha, o único da sua categoria titular que aparecia no juramento, pois o de Aveiro e Tôrres Novas [1], ainda menor, fizera-se representar pelo marquês de Vila Real. Não havia mais duques portugueses e aquêles que sempre tinham disputado a hegemonia aos Braganças mandavam jurar-lhes para não perderem as prerogativas e bens, dando seu coração aos castelhanos. Havia outras representações de inválidos, enfermos e de fidalgos que já estavam nos exércitos [2].

O condestável aprumou-se, ao lado direito do supedâneo, descoberto e majestoso, como o guarda-mor [3], que ficou três passos avante do camareiro-mor [4] colo-

---

[1] D. Raimundo de Lencastre, que abalaria para Espanha e a serviria, embora desastradamente.

[2] Os nomes dos que passaram procurações encontram-se no *Auto da Ratificação do Juramento*, existente na Tôrre do Tombo.

[3] Pedro de Mendonça Furtado.

[4] Conde de Penaguião, D. João, cujo pai foi representado na cerimónia pelo conde de Atouguia, D. Jerónimo, filho de Felipa de Vilhena e cunhado do camareiro-mor. Exercera êste cargo junto de Felipe III e IV.



cados por detrás da cadeira do soberano. O meirinho-mor e o capelão-mor ([1]) tomaram seus lugares à esquerda do estrado.

Era o duque de Caminha, depois réu de alta traição, a principal personagem que figurava no primeiro degrau junto das cadeiras rasas carmezins.

O regedor da Justiça, conde de S. Lourenço, colocou-se na segunda passagem do lado direito, com os magistrados conselheiros e os desembargadores do paço, o chanceler-mor Fernão Cabral e os deputados do Santo Ofício Pedro da Silva Faria e Francisco Torneo. Reservara-se o terceiro degrau para os membros da Casa da Suplicação.

Os reis de armas, arautos e passavantes separavam o trono das bancadas. O porteiro-mor, Luís de Melo, o mestre sala, Jorge de Melo; o reposteiro-mor, conde de Penaguião, e o vedor-mor, D. João de Mascarenhas, enfileiraram à direita, fora do tablado.

O primeiro banco à direita era o dos prelados, destacando-se entre êles, e sendo o primeiro no juramento, o arcebispo de Lisboa, o glorioso D. Rodrigo da Cunha, seguindo-se o seu deão, D. Francisco de Sottomaior, bispo de Targa; o inquisidor geral, D. Francisco de Castro; o bispo de Coimbra, D. Joanne Mendes de Távora; o de Lamego, D. Miguel de Portugal; o do Algarve, D. Francisco Barreto; o Primaz, D. Sebastião de Matos Noronha, que já meditaria a traição; e o antiste elvense, o patriota D. Manuel da Cunha.

À esquerda, no banco da nobreza, sentava-se um único marquês, o de Vila Real, depois cúmplice do arcebispo de Braga no crime de lesa-pátria; os outros aristocratas da mesma categoria, marqueses de Ferreira e de Gouveia, ocupavam seus lugares de oficiais-mores.

Os condes instalaram-se na bancada respectiva e eram os de Mira, Cantanhede, Monsanto, Redondo, Calheta, Vidigueira, S. Miguel, Vale-de-Reis, Tôrre, Atouguia, Unhão, Armamar, D. Rui de Matos Noronha, sobrinho do Primaz, depois também aliciado para a sua conjura. Ficaram no mesmo banco os titulares de S. Lourenço e Arcos e o visconde de Vila Nova de Cerveira.

Logo abaixo figuravam os senhores donatários de vilas e lugares e alcaides-mores.

Ao meio da sala instalara-se o maior número de deputados, os procuradores das terras que tinham voz em Côrtes, segundo a ordem estabelecida.

Lisboa era representada por dois grandes cidadãos, D. Miguel de Almeida, o ancião que soubera provar sua firmeza e valor na conjura e na revolta, e o doutor Francisco Rebêlo Homem, que tanta desconfiança merecera aos espanhóis; Évora, onde tinham começado as Alterações patrióticas, tinha por delegados o licenciado Aires Falcão Pereira e Martim Ferreira da Câmara; o Pôrto, cuja tradição não se desmentira, após as dúvidas dos primeiros momentos, apresentara Martim Ferraz de Almeida e Manuel de Sousa de Almeida; e Coimbra, onde os lentes e a mocidade universitária vibraram com a salvação da Pátria, escolhera a delegacia de João de Sá de Macedo e Rodrigo de Albuquerque; a vila de Santarém, que também aterrorizara os castelhanos em 1637, mandara às Côrtes Jerónimo de Melo Coutinho e Sebastião de Carvalho; e a cidade de Elvas, tão importante para a defesa de Portugal, seu fulcro guerreiro, dera por si João da Gama Ferrão e Gonçalo Lôbo Encerrabodes. Tôdas as outras terras tinham escolhido, dos seus habitantes, os que não tivessem pechas de castelhanos.

Havia, ainda, a cidade de Bragança, título da casa que ia reinar, e lá estavam no seu escano António Pereira do Lago e Miguel de Coimbra Bandeira. Viseu elegera Francisco Botelho de Castelo Branco e Vasco Fernandes de Carvalho, e a Guarda, Sá de Mendonça e Mendo da Costa Saraiva.

O Algarve, tão provado pelos latrocínios castelhanos, tinha por seus enviados Simão de Mendonça Cunha e Jorge da Cunha de Melo, de Tavira; o licenciado Manuel Mendes Camacho e Lucas Toscano de Almeida, de Silves; Paulo Pacheco de Mendoça e Diogo de Aires de Vasconcelos, de Faro; e Diogo Borges de Sousa e Velho Lopes Correia, de Lagos.

As outras cidades eram Lamego, Beja, Leiria, Braga, Portalegre, Miranda, que tinham por procuradores, respectivamente, Mateus de Brito Godim e Manuel Pêgas; António Vaz de Castelo Branco e Luís da Silva Costa; Pedro Álvares Soares e Gaspar de Oliveira Sarmento; Rui Vaz de Lacerda e Manuel de Sande Freire; Manuel Pimentel e Miguel Godinho ([1]).

Castelo Rodrigo enviara Brás Soares' Pimentel e Pedro Leitão, mas ficara só o primeiro, naturalmente porque o outro tinha manhas de castelhano, o que não admirava, visto a vila pertencer aos descendentes de Cristóvão de Moura, o melhor agente de Felipe II e o maior inimigo de seus compatriotas ([2]).

Deviam ter ficado traidores de pais para filhos, e, a não ser que o segundo delegado da terra fôsse presa de justiça, só de castelhano o poderiam culpar para o expulsarem.

([1]) D. Álvaro da Costa.

([1]) *Auto da Ratificação do Juramento*. Tôrre do Tombo.

([2]) O conde de Castelo Rodrigo deixou um filho que viveu em Espanha ocupando altos cargos. Sequestraram-lhe os bens que possuía em Portugal, entre os quais o palácio do Côrte Real.



Também não se reconheceram os eleitos por Sant'Iago de Cacém.

Vila Viçosa, solar da Casa de Bragança, tivera por procuradores Baltasar Rodrigues de Abreu e Jerónimo Valejo, de-certo muito dos duques, usando o último o apelido do artista que cinzelaria a Cruz do Morgado do mesmo título.

Era a mais numerosa e importante das representações.

Janeiro ia frio mas as vozes aqueciam a vasta sala tão pejada. El-Rei subira ao trono e o rei de armas de Portugal, passando ao tablado, fêz as vénias da etiquêta e bradou que, à semelhança do que já se praticara, não haveria precedências no juramento e foi convidar D. Manuel da Cunha, prelado de Elvas, para fazer a oração.

Subiu o orador, que, saüdando a Majestade e a Alteza, começou a falar do acontecimento que ali os reünia ([1]).

Celebrou a dedicação do povo que lhe oferecia vidas e fazendas, cheio de dedicação e fé no futuro da Pátria; lembrava aos vassalos quanto o monarca se dispunha a sacrificar-se, tendo olvidado os riscos para acorrer à salvação do país vilipendiado e às liberdades nacionais; apresentava-lhes ainda como penhor seu filho D. Teodósio, acrescentando «e nêle melhor Trajano sucessor do melhor Nerva», comparando o Príncipe ao grande organizador imperial de Roma, nado em Espanha e vencedor dos partas e dos dácios, e sendo o soberano o imperador cívico.

Francisco de Lucena recitou os termos do juramento, os mesmos já prestados ([2]).

Juro nos Santos Evangelhos, corporalmente e por minhas mãos tocadas, que eu recebo por nosso Rei e Senhor verdadeiro e natural, ao mui alto e muito poderoso Rei D. João IV, nosso Senhor, e lhe faço preito, menage, segundo o fôro e costume dêstes seus Reinos.

Juraram os nobres, os procuradores do povo e os eclesiásticos. Assinaram o auto e, desfilando com o rito protocolar, foram prestando seu preito, ao que D. João IV, já jurado Rei e tendo feito também sua jura, respondeu:

Aceito os juramentos, preitos e menagens que os Três Estados dêstes Reino me têm feito a mim e ao Príncipe.



ALEGORIA DA ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV
(B. N. L.)

Soou a voz do secretário de Estado repetindo as palavras de El-Rei, que rematara a sua acção naquela cerimónia protocolar precedendo a de positivas adesões.

Celebrou-se a sessão das Côrtes em terça-feira, 29 de Janeiro, tendo o soberano ocupado o sólio após as habituais vénias. Desta vez os marqueses tomavam lugar nas cadeiras forradas de veludo vermelho, ficando os outros titulares, conselheiros, magistrados e mais cargos nas respectivas bancadas. Verificava-se que se mantivera a clássica distinção de lugares para os representantes da capital, de Évora, Coimbra, Pôrto, Elvas e Santarém, cidades e vila do primeiro banco, cabendo o segundo a Braga, Viseu, Guarda, Tavira, Lamego e Silves, figurando no terceiro Faro, Beja e Leiria com as vilas de Guimarães, cujo título pertencia aos Braganças, Estremoz por sua importância militar, e também Olivença.

Os representantes vimaranenses eram Gregório do Amaral e Castelo Branco e Fernão Rebêlo de Almada; os estremocenses, Jerónimo da Gama Sande e Gaspar de Lemos de Vargas; por Olivença tinham vindo

([1]) Auto das Côrtes que fêz aos Três Estados do Reyno Elrey D. João IV, na cidade de Lisboa, a 29 de Janeiro de 1641. — B. A. C. I.

([2]) Em 15 de Dezembro no tablado do Terreiro do Paço.

Afonso Mendes Lôbo da Gama e Diogo Botelho de Matos. Repetiu-se a cerimónia da véspera quando o rei de armas chamara ao tablado o antiste elvense, que, novamente, orava explanando o quanto se esperava da obra realizada, «produto do esfôrço que lá viveria se não se quebrasse a união precisa em hora gravíssima». Porque os portugueses se tinham desunido quando da morte do Cardial-Rei, Felipe II pudera vencer e governar; durante sessenta anos se padecera pela lastimável luta e desavenças de quem só devia ligar-se. Bastara juntarem-se de novo as vontades para se operar o milagre que ali os reünia ante o monarca. Chegara-se ao comêço de um grande trabalho: tratar-se-ia da defesa das fronteiras e das medidas internas, para o que todos deviam contribuir, na coesão preconizada, liame sem par e insubstituível. Iniciava-se a parte prática do que tão belo parecera. Seria leal e formalíssima a obediência, por si e suas famílias, ao monarca que autorizara o prelado a declarar que dava por findos os tributos vexatórios, impostos por Castela, pois não se admitia que os chancelasse. Os dízimos precisos para a guerra que se travava dependeriam do esfôrço e da vontade dos súbditos, esperando não lhe regatearem o auxílio, visto os apanágios régios serem exíguos e o erário escasso. Dizia que se entregaria, primeiro, a nação à real fazenda; as pratas, baixelas, jóias, à guarda do tesouro e as da Casa de Bragança.

Eximiam-se os portugueses aos impostos, mas a sua alma levá-los-ia a sacrifícios sem os quais era impossível a defesa.

Terminara a prática do prelado. Ia orar o vereador Francisco Rebêlo Homem.

O rei de armas bradou:

— Todos de pé.

O preclaro cidadão falava em nome dos Três Estados.

A seu lado erguia-se a figura veneranda do velho D. Miguel de Almeida, que com êle representava Lisboa.

Obedecera-se, num grande rumor, logo dissipado quando começara o discurso.

Agradecendo a Sua Majestade a supressão dos dízimos pagos até aí ao usurpador, não deixou de afirmar ser desejo dos povos poderem dar o necessário para a abastança da real Fazenda em época tão calamitosa e não passou sem explorar, ante as relutâncias possíveis, a acção generosa do soberano, já sacrificando-se com o filho à grandeza e liberdade da nação, já despindo-se das pompas e das riquezas para as entregar à Pátria carecida de defesa e alento. Sem dinheiro seria impossível dar-lhos.

Certamente que os vassalos procurariam corresponder, e de boa vontade, a tudo quanto fôsse necessário para não fracassar a obra cuja garantia fôra a bravura e devia ser, agora, a generosidade.

Expuseram-se vidas; despojar-se-iam das fazendas os patriotas. O erário estava pobre; tudo quanto se lhe oferecesse só serviria para atenuar males comuns.

Era orador de grandes vôos; tratara, positivamente, de preparar os ânimos para o que se desejava realizar: o consentimento no tributo. Depois, alvoroçadamente, erguera um cântico à Pátria liberta, à alma nacional vibrando pela sua remissão.

O notário João Pereira Castelo Branco tomou os selos do Estado que tinham sido expostos e anunciou as novas «reüniões dos estados nos seus locais».

Os espanhóis continuavam presos; a Duquesa de Mântua ficara com os servos, no mosteiro de Santos, aguardando a resposta de Felipe IV acêrca do escambo dos portugueses.

Coube a D. Miguel de Almeida [1], vedor da Fazenda do reino, mestrados e ilhas, a exposição do estado do tesouro nas Côrtes reünidas no dia seguinte.

Carecia-se de um exército de vinte mil soldados de infantaria e de quatro mil cavaleiros e as autoridades militares precisavam para isso de um milhão e oitocentos mil cruzados, quantia que talvez não fôsse suficiente.

O conde da Vidigueira, o bispo de Targa e D. António de Alcáçova, secretariados por Afonso de Barros Caminha, deviam estudar, mais pormenorizadamente, o problema. Acabaram por solicitar dois milhões, colectando tôdas as mercadorias e bens pessoais em dez por cento, desde que possuíssem negócios, propriedades ou ofícios, à excepção dos eclesiásticos, que esportulariam o que entendessem sôbre seus benefícios, réditos e apanágios. As mercês conferidas seriam oneradas em cinco por cento. Carregava-se, igualmente, no real de água e na sisa da carne.

Para se evitar, de futuro, novas complicações pelas heranças de parentescos com monarcas estrangeiros, estabelecer-se-ia que só poderiam reinar príncipes nados em Portugal e, no caso de não haver sucessão directa, se habilitavam à herança os seus mais próximos, que seriam eleitos para a governação. Seguir-se-ia o determinado até aí para as transmissões das casas nobres em relação às idades e sexos. Não poderiam reinar os filhos de estrangeiras. Pediam que os soberanos escolhessem para espôsas damas portuguesas e não viam, neste exagêro de patriotismo, como falhariam as alianças ou aconteceria pior: o desenvolvimento das rivalidades tão acentuadas entre as mais altas estirpes.

Aveiros detestavam Braganças; os Vila Real não

---

[1] Ver Biografias.

os consideravam primaciais para o trono; batiam-se entre si os nobres por questões de precedência que D. João IV pretendera limar ordenando a sua supressão no acto do juramento.

O clero, reünido em S. Domingos, levara mais longe o seu desígnio. Supondo-se que o monarca herdasse maior estado, e era na Espanha que se pensava ao anunciar-se aquela possibilidade, obrigar-se-ia a residir no país passando a sua concessão ao filho segundo e pertencendo a coroa estrangeira ao mais velho. Era a maneira de acabar, depois, com as reivindicações por direito de progenitura. Havendo filhas em vez de varões, elas teriam direito à herança desde que não casassem com portugueses.

Defendiam-se os privilégios populares. Não só o soberano recém-aclamado, mas também os seus descendentes, jurariam jamais, por qualquer modo, restringirem os direitos e foros de seus súbditos.

Concordavam com êste propósito todos os deputados dos Três Braços, e o popular, satisfeitas as suas ambições, remataria solicitando que, no 1.º de Dezembro, através dos tempos, se realizasse uma procissão evocadora da liberdade da Pátria, ganha naquele célebre e bendito dia do ano de 1640.



D. João IV
(Retrato do Palácio de Vila Viçosa)

Faltava manifestar-se a nobreza, que tratou de assuntos militares: reconstrução de fortalezas e seus armamentos; vigilância das costas marítimas por bem artilhados barcos que seriam pagos pelo cofre do Consolado ([1]), provendo-se os antigos lugares e restabelecendo-se a instituïção. Falaram em tornar obrigatória a criação de cavalos e nas fábricas de armas fundir-se-iam peças, embora fôsse preciso chamar peritos estrangeiros. Os arsenais deviam estar apetrechados, mesmo depois de se armarem as tropas que se improvisassem de momento.

Seria a nação militarizada. Começaria o censo por freguesias e nas comarcas se ajuntariam os nomes dos aptos para os serviços que hàbilmente se organizavam. Não haveria isenções; todos serviriam, mas nas suas terras, defendendo-as das investidas e ajudando a salvar as mais próximas quando as suas não fôssem alvo dos ataques, sendo outros alistados no exército que se formava, além daquelas milícias e ordenanças. Nomear-se-iam oficiais que, verificando os nomes dos inscritos e dos mancebos capazes de pegar em armas, os arregimentariam, exceptuando lavradores e filhos de viúvas, que só teriam obrigação de defender os sítios onde habitavam.

Os capitães e seus tenentes escolher-se-iam entre antigos oficiais, assim como os sargentos-mores e mais patentes, encarregando-se, porém, da milícia outros militares mais habituados a dar instrução, e de idade, isto é, menos próprios para as grandes fadigas da guerra. A cavalaria organizava-se subsidiando os capitães que formassem as companhias entregues ao seu comando, guarda e responsabilidade. Chamava-se êste contrato: arca.

O capitão-general foi o conde de Vimioso ([1]), que merecera a honraria pelo que lidara para a Restauração, sobretudo em volta do Duque de Bragança, com o marquês de Ferreira. Nem todos concordavam com a sua escolha. O secretário de Estado, Francisco de Lucena, dissera ao Rei que honra tão grande con-

---

([1]) Espécie de seguro de barcos instituído já no reinado de D. Fernando.

([1]) D. Afonso de Portugal. Ver Biografias.

cedida a quem não fazia parte da Família Real seria mal vista pelos outros capitães, tanto mais que lhe faltavam louros e conhecimentos militares. Partiria para o Alentejo ([1]) levando por ajudante de campo seu filho D. Luís de Portugal, elevado a capitão de infantaria, e Diogo de Meneses. Ia fortificar-se Elvas.

Começaria, também, a rivalidade dos generais, o que faria dizer, mais tarde, ao ministro de Inglaterra em Lisboa, Robert Sthouwell: «Se quereis ver os portugueses vencidos, deixai-os uns com os outros».

A-pesar das emulações e da precisão do dito, havia a guerra e era primacial a defesa do bem comum.

Tinha-se expedido a notícia da independência para as ilhas e colónias. Nos Açôres foi necessário arrancar o castelo de Angra das mãos do governador espanhol, D. Álvaro de Viveiros, emprêsa em que se distinguiu Francisco de Ornelas da Câmara, capitão-mor da Vila da Praia, e que, habitando Lisboa, fôra encarregado por El-Rei de libertar o arquipélago.

A grande linha defensiva estabelecia-se e nomeavam-se os capitães que a deviam comandar.

A barra estava entregue ao governador de S. Julião, D. José de Meneses, e ao seu imediato Luís de Lombada Araújo; na Cabeça Sêca, o Bugio, fronteiriça, ficava o capitão Rolão com o tenente Bernardo Botelho. A Tôrre Velha, erecta do outro lado do rio, coubera à guarda de Rui de Távora e a de Belém a António do Saldanha.

Para Cascais nomearam-se Martim Afonso de Melo ([2]) e o mestre de campo Francisco Madureira. O govêrno de Peniche foi concedido a D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, o de Outão a António de Moura e o do castelo de S. Felipe a D. Neutel de Castro.

No Pôrto dominava o astuto conde de Penaguião, pertencendo-lhe a defesa da barra, para o que o nomearam governador de S. João da Foz; galardoara-se com o mesmo cargo, em Viana do Minho, o irmão do conde de Unhão, Manuel Teles.

Poucos eram verdadeiros capitães; alguns mal conheciam a arte da guerra, mas a seu lado, pois dera-se-lhes o encargo de escolher os auxiliares, estavam veteranos das pelejas do Brasil, do Oriente e até da Flandres, onde militares portugueses tinham batalhado por ordem do govêrno espanhol.

Sagres, no extremo sul, atalaia vigilante do Oceano, com S. Vicente, era chefiada por Francisco Ribeiro às ordens de D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos, que arraialava em Castro Marim perscrutando as intenções dos investigadores que no período das Alterações de Évora tanto mal tinham causado à província, e que eram o duque de Medina Sidónia, cunhado de D. João IV, e o marquês de Aiamonte.

As outras praças de guerra também foram guarnecidas e reparadas, dando-se-lhes governadores assim distinguidos: Castelo de Vide, D. Nuno de Mascarenhas; Moura, Luís da Silva; Mourão, Francisco de Mendonça, filho do guarda-mor Pedro de Mendonça Furtado; Beja, mestre de campo D. Luís de Sousa; Serpa, Manuel de Melo, filho de Luís de Melo, porteiro-mor, ambos soldados da Restauração.

Em Olivença, cuja importância era grande, estava um experimentado capitão, Francisco de Melo, e Campo Maior pertencera a Gomes Freire de Andrade.

D. Álvaro de Ataíde comandava Elvas; o quartel general e o Alentejo ficavam defendidos daquela forma.

Na Beira atalaiavam-se vários fortes e redutos e da Guarda a Castelo Branco manobrava D. Afonso de Meneses; em Lamego D. Gomes de Melo, e não se deixara de artilhar Coimbra e Buarcos, respectivamente às ordens de Gaspar de Brito e Gonçalo Coutinho.

A Madeira já proclamara a realeza de D. João IV; o próprio capitão castelhano, D. Tomaz Velazquez, concordara com o povo e tropa portuguesa que Luís de Miranda Henriques governava e à qual assistia, espiritualmente, o bispo D. Jerónimo Fernandes. Pôrto Santo seguira o exemplo do Funchal, às ordens de Martim Mendes de Vasconcelos.

Não houvera resistências; os governadores das possessões ultramarinas eram portugueses e todos aclamaram o novo Rei jubilosamente.

O mais difícil dos lances seria a luta nas fronteiras. Os espanhóis não tinham grande número de capitães experimentados e os que possuíam eram necessários para a guerra com a França e na Itália, Catalunha, América e Flandres.

Aos portugueses também faltavam generais, sobejando, porém, boas vontades.

O conde de Vimioso, capitão-general do Reino, instalara-se em Elvas, cujas muralhas, redutos, portas e batarias apareceram reconstruídos como por mágica.

Devera-se a D. Manuel da Cunha, nobre antiste, a propaganda da persuasão.

D. João da Costa ([1]) era mestre de campo e ia praticar arrojos. D. Rodrigo de Castro e Gaspar Sequeira Manuel receberam as patentes de capitães das suas primeiras «arcas».

A raia alentejana guarnecia-se como a algarvia, de forma a chamar as atenções do inimigo, que, ante tantos trabalhos, decidiu romper mais cedo as hostilidades.

Como fronteiro de Entre Douro e Minho, D. Gas-

([1]) Nos capítulos referentes aos cabos de guerra trata-se das praças fronteiriças e das batalhas.

([2]) Ver Biografias.

([1]) Ver Biografias.

tão Coutinho [1] ia actuando com proficiência de ilustre capitão.

Para a província beirã escolhera-se D. Álvaro de Abranches [2], militar tão ilustre como o seu colega que governava o norte. Estava com êle João Saldanha [3].

Todos os chefes de guerra com os encargos daquelas províncias pertenciam ao número dos libertadores. Faziam-se grandes preparativos em Espanha e em Portugal para a guerra que devia durar largamente.

Nomeavam-se também os embaixadores. O jesuíta Inácio de Mascarenhas partira para a Catalunha e correria grandes perigos não só no principado mas também na Itália, trabalhando com extraordinário zêlo. Largara do Tejo em 14 de Janeiro de 1641 e só em 21 de Maio conseguira desembarcar em França após as ciladas espanholas e italianas.

Para Inglaterra nomeara-se D. Antão de Almada, personagem de categoria, levando como conselheiros os desembargadores Franciso de Andrade Leitão, do Supremo Senado de Justiça, e António Rodrigues de Carvalho, professor de leis, «moço até então sem exame dos estudos em suficiência pela razão dos interêsses do reino» [4].

Era espinhosa a embaixada da Holanda, já porque durante anos aquela nação fizera guerra nas colónias portuguesas e os seus generais e almirantes tinham tomado muito do nosso território ultramarino, mas também porque, sabendo as dificuldades com que se lutava em Portugal renascido, os seus governantes antolhariam mil dificuldades ao enviado.

Encarregara-se do grande papel Tristão de Mendonça [5] cheio «de valor e liberalidade cujos para os grandes efeitos antes para o exercício militar que para o político que de todo não ignorava mas aborrecia. Menos por concurso próprio que por faculdades de amigos foi nomeado» [6]. Aconselhá-lo-iam Luís Pereira de Castro, «insigne doutor de ambos os direitos por igual e também António de Sousa Tavares de Miranda, inferior ao primeiro», só «por ministro de papéis e documentos que continha a embaixada».

«A êste fim se procurou temperar a imperícia do embaixador com a prudência dos companheiros» [7].

A mais fácil, e por isso mais vistosa das embaixadas, era a que devia apresentar credenciais ao Rei de França Luís XIII, e que Richelieu aguardaria encantado com a carta de D. João IV, que lhe enviara pelo seu representante Francisco de Melo, «de mais bondade que requer o ofício para que foi elegido e porque El-Rei D. João se havia aclamado ou restituído se ordenou que os legados fôssem dois conselheiros letrados. Com êle foi António Coelho de Carvalho, doutor de Legacia e já a êsse fim desembargador do Paço» [1].

O grande ministro francês dera suas instruções ao senhor de Saint Pè, que lhe servira de agente secreto para incitar os portugueses à revolta servindo-se do capitão de Mazagão, Azevedo Coutinho, e do doutor João Pinheiro. Nomeara-o cônsul, na capital portuguesa, com as seguintes instruções:

Dirigir-se-á o mais ràpidamente possível a Lisboa para conhecer o estado dos negócios e para sabermos aqui a verdade.

Fará presente ao novo Rei de Portugal e aos principais que lhe assistem e tomam parte no que se passa presentemente que Sua Majestade queria que êle voltasse prontamente para lhe assegurar benevolência e para saber particularmente do que podem ter necessidade, encarregando-o de lhe dar conta ràpidamente.

Sôbre êste ponto poderá mencionar a amizade que a França sempre teve pela Nação Portuguesa e por seus últimos Reis; que Sua Majestade muito estima que se ofereça ocasião de renovar e de lhe dar as provas agora que estão em estado de recebê-las.

Que se quiserem enviar um embaixador a Sua Majestade êle será muito bem acolhido, escutá-lo-á favoràvelmente e confirmar-lhe-á, não só de viva voz, mas também efectivamente, a boa vontade que lhe consagra estando resolvido a tomar cuidado do que lhe disser respeito e ligar seus interêsses com os da França tão estreitamente que não terá dificuldade em se obrigar a não tratar com os Espanhóis sem que os Portugueses sejam compreendidos no tratado a seu contento.

O dito Saint Pè procederá de maneira que o embaixador de Portugal que vier aqui pedindo ao Rei sua assistência receberá ordem de poder tratar com Sua Majestade recebendo o socorro que dará aos Portugueses e as condições próprias para corresponder por êles ao afecto que Sua Majestade quere testemunhar-lhes.

Irá, igualmente, alguém a Portugal da parte dos Senhores dos Estados das Províncias Unidas para aí fazer a mesma coisa que fará o dito Saint Pè da parte do Rei.

Sua Majestade com a junção dos ditos Senhores Estados pode auxiliar os Portugueses em considerável número de navios, o que poderá combinar-se com tôdas as outras coisas relativas a êste negócio com o embaixador que vier aqui.

O dito Saint Pè terá o cuidado de fazer saber, em diligência e por pessoa expressa, o estado dos negócios do dito país de Portugal, o que fará o mais exactamente possível para que Sua Majestade possa julgar o apoio que poderá dar-lhes e assistência que quere prestar aos Portugueses se poderá produzir qualquer fruto para êles e para o bem público.

Enviará, também, de qualquer forma os testemunhos que lhe queiram dar da boa vontade de Sua Majestade e que resoluções tomarão no que respeita enviar-lhe o embaixador.

Tratará de acôrdo com quem ali fôr da parte dos Senhores Estados e de cuja negociação também nos informará.

Soubemos, por diversas vias, que o Rei de Portugal tinha destinado embaixadores para Sua Majestade, em Inglaterra e em Holanda, os quais não compareceram; está-se em claro acêrca do estado dos negócios de Portugal, sendo importante que o dito Saint Pè logo avise de tudo quanto tiver sucedido.

Representará, vivamente, ao Rei que deve pensar sèriamente e com diligência em manter seus negócios poderosamente por meio

---

[1] Ver Biografias.

[2] Idem.

[3] Idem.

[4] D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*. Foi António de Sousa de Macedo. Ver Biografias.

[5] Ver Biografias.

[6] D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*.

[7] Idem, idem.

[1] D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*.



Aclamação de D. João IV no Terreiro do Paço, em 1 de Dezembro de 1640
(Quadro que pertenceu à galeria do Palácio da Ajuda, revelado pelo conservador daquele paço, sr. dr. Caiola Zagalo)

dos exércitos de terra e mar para o que deve provê-los não só dos vassalos mas de estrangeiros, que não tem tempo a perder, não devendo adormecer sôbre a prosperidade que começou e cuja continuação depende de vigor, de vigilância e actividade que exercer para sustentar a dignidade da qual se revestiu, munindo-se, para êsse efeito, do apoio daqueles que estão dispostos a interessar-se pela sua fortuna.

Dado em Saint Germain em Laye, 6 de Março de 1641. Assinado Luís Bouthillier.

Por êste documento se verifica o júbilo com que Richelieu receberia o embaixador. A mais complicada questão era em Roma, onde Urbano VIII, assediado pelos espanhóis, não se dispunha a reconhecer o novo Rei português.

«Do Papa só pretendia El-Rei de Portugal a benção apostólica, ou quando lha duvidasse conceder fôsse a justificação do seu Direito assim do que se entendesse não do que se julgasse» (¹).

O embaixador escolhido, o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, irmão do conde de Vimioso, passaria tormentos pela perseguição do representante espanhol, marquês de los Vellez, à qual responderia bravamente a tiro nas ruas de Roma (²).

Teve por colaboradores o sábio Pantaleão Rodrigues Pacheco e Rodrigo Rodrigues de Lemos.

(¹) D. Francisco Manuel de Melo — *Técito Português.*

(²) Ver Biografias.

Ao hábil e dedicado Francisco de Sousa Coutinho, que tantos serviços prestara ao duque de Bragança na qualidade de seu agente em Madrid, concedera-se o pôsto diplomático na Dinamarca e nas outras potências escandinavas. O seu companheiro era António Moniz Barreto e tratariam, ambos, de graves negócios e entre êles o que respeitava à prisão de D. Duarte de Bragança, caído em cilada promovida pelos espanhóis.

Foi um dramático lance que gerou um martírio.



O secretário de Estado, Francisco de Lucena, teve, como um dos seus principais trabalhos de início, de prevenir o Infante D. Duarte, irmão do soberano, de que Portugal quebrara as suas algemas.

«O primeiro negócio do novo Rei foi o aviso que por várias partes se remeteram do seu reinado a seu irmão D. Duarte, que por êste tempo não se ocupava no serviço do César (¹) mas assistia atentíssimo ao govêrno do seu regimento aquartelado, então, no país

(¹) D. Fernando III da Áustria.



JURAMENTO DE D. JOÃO IV, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1640, NO TERREIRO DO PAÇO
(Quadro que pertenceu à galeria do Palácio da Ajuda, revelado pelo conservador daquele paço, sr. dr. Caiola Zagalo)

da Francónia, distante da Côrte Imperial e por sua causa do comércio dos germânicos.

«Com ser êste o primeiro negócio mostrou a experiência se lhe toldara na resolução ou no errado do modo nomes e cartas sôltas que se despachavam e tôdas expedidas por Flandres, Hamburgo, Holanda e Veneza, devendo reduzir as cartas a menos enviados que com certas missões pudessem calar ou dizer o sucesso segundo a ocasião pedisse.

«Acaso o alvorôço mais que a Malícia foi o culpado nesta inadvertência que depois como outra maior foi punida como Maldade e não como inadvertência» (¹).

Parece que, em 28 de Novembro de 1640, o duque de Bragança, ao saber fixado o dia para a revolução, mandara avisar o irmão por nove enviados que saíram em direcção a Viena de-certo em bom disfarce. Outros opinam que só em 28 de Dezembro (²) se lhe participara a nova, culpando-se, mais tarde, de tanta demora o secretário de Estado Francisco de Lucena.

Nunca chegou qualquer dos correios à presença de D. Duarte, que foi prêso, a requisição do govêrno espanhol, em 4 de Fevereiro de 1641, sendo-lhe notificada a captura em nome do Imperador Fernando III porque lha solicitara o Rei de Espanha, contra o qual o duque de Bragança se revoltara (¹).

(¹) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*. O padre Nicolau da Maia afiança que foi em 28 de Novembro (*Relação de tudo o que se passou na feliz aclamação do Senhor Rei D. João IV* — Lisboa, 1641). No *Mercure Français*, tomo XXIII, afirma-se o mesmo, mas talvez se tenha reproduzido.

(²) Quando o secretário de Estado foi prêso e julgado por alta traição, os Três Estados, além de outros crimes, apontaram-lhe aquêle delito nas explanações de culpa:

«Mostra-se, mais, que o dito Francisco de Lucena procurou, por todos os meios que lhe foram possíveis, encontrar a vinda do senhor infante D. Duarte, dando a entender êste intento em palavras que se lhe ouviam e com obras que são notórias, tudo a-fim da sua danada traição como é público e notório neste reino».

A sentença é mais peremptória: «o dito réu se houve, de propósito, tão remissamente no caso, que por esta razão passaram dias bastantes para de Castela se darem avisos para prenderem o Senhor Infante, sendo o réu infamado de havê-lo feito pelo ódio que lhe tinha de que testificam pessoas de grande crédito».

Deve notar-se, todavia, que Lucena estava condenado e que tinha numerosos inimigos.

O conde da Ericeira escreveu, no *Portugal Restaurado*: «O descuido de El-Rei padeceu no juízo dos homens a maior condenação julgando que matérias desta qualidade não se deviam fiar de outra diligência, sendo preciso avisar seu irmão pela pessoa mais confidente a tempo que êle pudesse sair do Império sem perigo dos ministros de Castela».

A «pessoa mais confidente» devia ser o secretário de Estado.

(¹) Asseverou-se, igualmente, que mais tarde, no fim de 1640, fôra enviado um mensageiro pelo Rei ao irmão, mas que ficara

Teria bastado mês e meio para se saber em Lisboa do atentado dos espanhóis e da venda que o César indigno fizera do príncipe português cognominado o «Pai dos Soldados», incontestável herói e coronel do bravo regimento da Banda Negra.

D. Francisco de Melo, da casa do marquês de Ferreira, que tanto se dedicara à causa espanhola, sabendo dos acontecimentos de Portugal, em vez de avisar o parente iludira-o e ajudara a prendê-lo, sendo negociado o seu encarceramento com o imperador pela quantia de quarenta mil rixdalers, outros tantos cruzados a que equivaliam. Recebeu parte em moedas e o resto em letras de câmbio.

A grande habilidade consistira em não se deixar a Duquesa de Mântua como reféns e bem assim os ministros espanhóis, mas as culpas da saída da ex-vice-Rainha para Madrid seriam imputadas a acção de grande tômo.

À própria pessoa do monarca se atribuïria a demora na prevenção do exule e sobretudo por ter dado licença para a partida da antiga governadora de Portugal para Madrid.

Recaïriam, mais tarde, sôbre Francisco de Lucena as culpas do martírio do Infante [1]. Na realidade, o mal proviera da permissão da saída de D. Margarida de Áustria para a capital espanhola.



Não corriam serenamente em Portugal os acontecimentos políticos. A Duquesa de Mântua, enquanto se demorou no paço e convento de Xabregas, onde comunicava com o marquês de la Puebla e conde de Baineto, também pudera entender-se com diversos elementos de categoria espanholizados.

Estavam em Madrid, com o propósito de não voltar à Pátria, vários fidalgos de categoria e outros para lá iam abalando.

O filho segundo do duque de Aveiro, D. Afonso de Lencastre, marquês de Pôrto Seguro, não ocultava suas determinações nem tampouco Félix Machado, marquês de Montebelo. Outros declarar-se-iam pelo Rei usurpador e não era pequeno o número dos que manifestavam intenções de adesão.

Por lá andavam os condes de Sabugal, Vila Nova, Santa Cruz, Prado, Linhares, Miranda e Basto, Castro Daire, Santo António, S. João, Ilha do Príncipe e Vila Flor, além dos Noronhas, D. Francisco e D. Jerónimo, filhos do conde de Linhares, António de Magalhães, senhor de Ponte da Barca, o comendador-mor de Aviz, D. Francisco de Lancastre, António de Melo, filho de Martim Afonso de Melo, e outros como os prelados do Pôrto, Évora e o deão da Sé de Lisboa Afonso Furtado de Mendonça.

Desconfiava-se, em Lisboa, de muita gente e D. João IV confidenciava em negócios de justiça e de Estado com os seus conselheiros, entre os quais figurava, por muito notável, o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha; D. Lourenço de Lima, João Rodrigues de Sá, conde de Penaguião, sempre escutado a-pesar-de novo; o capelão-mor D. Álvaro da Costa e António Pais Viegas, o íntimo secretário da Casa de Bragança elevado ao Desembargo e que o soberano mandava buscar de cadeirinha porque estava tolhido pela gota.

Soube-se que andavam alguns fidalgos em conjura com vários indivíduos de menor categoria e houve-se a certeza quando Luís Pereira de Barros, contador da Fazenda, se abriu com Sua Majestade.

Obsequiado, outrora, por Miguel de Vasconcelos, e tido como sequaz castelhano, argüindo-o os inimigos de se corresponder com gente daquela Côrte, quereria demonstrar seu amor ao monarca que o mandara prender, embora logo fôsse sôlto. Por virtude do caso, o mercador Pedro Baeça, que, conspirando, julgou fácil a sua aliciação, convidou-o para entrar no pacto para a revolta. Matar-se-ia El-Rei, voltando Portugal ao domínio castelhano, com o socorro que viria de Espanha. Estavam mais de oitenta fidalgos comprometidos, contando-se com muitas centenas de pessoas para o golpe.

O velho ouvira-o e pedira-lhe para meditar no caso, acabando por declarar que não entraria na conjura sem ter conhecimento dos nomes dos cumpliciados. Citou-lhe o duque de Caminha e seu pai marquês de Vila Real, o inquisidor geral D. Francisco de Castro, o conde de Armamar e aquêle D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, tão íntimo do duque D. Teodósio II, e ao qual traíra contando ao filho — que seria o Rei — quais os propósitos paternos na herança em relação a D. Duarte.

O monarca devia rejubilar ao saber do sucedido e, sobretudo, que o fidalgo eborense, genealogista e tredo, praticava na conspiração. Mandou o contador relatar tudo a António Pais Viegas, escrevendo, porém, o depoïmento.

Alcançar-se-ia no crime, como chefe incontestado,

preso em Espanha e daí a resolução de Olivares em mandar cativar o Infante (*Novas extraordinarias que contienen lo mal tracto han fet los imperials al germa del Rey de Portugal*) — Barcelona, 1642.

(1) Os jesuítas tiveram a seguinte notícia transmitida em carta de 31 de Dezembro de 1640, do padre Rafael Pereira, em Sevilha: «La otra carabela fué por D. Duarte de Portugal que estaba en Alemania avisando le vienesse luego». *Memorial Historico Español*, vol. XVI. Nessa carta referem-se todos os episódios da revolução e, segundo se relata, o navio teria partido no próprio 1.º de Dezembro. «El mismo dia despacharan dos carabellas, etc.».

Parece fora de dúvida que se tentou prevenir o exilado, embora se divirja nas datas e formas de aviso.

o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, cujo ódio ao Bragança era manifesto desde que se julgara deminuído na sua autoridade quando celebrara o seu casamento em Elvas.

Era muito da Duquesa de Mântua e dizia-se que ela se lhe confiava mesmo quando detida no paço de Xabregas, esperando alimentar a contra-revolução por seu intermédio ([1]).

Ao saber o que se passava, D. João IV decidiu deferir os pedidos constantes da ex-vice-Rainha para sair de Portugal. A sua presença excitava as ambições dos descontentes; dava-lhes esperanças de êxito; ingénuo apoio que tinham por possibilidade de vitória.

Não se via senão o perigo iminente, e em vez de se tratar de trocar a Duquesa e seus ministros por alguns portugueses de estirpe e valor, que viviam em Castela, cuidou-se em livrar o país da sua presença arrebatando aos conjurados aquela chefia. Assim se descurou a situação de D. Duarte de Bragança, que seria entregue a Portugal desde que a ex-vice-Rainha continuasse cativa.

O ambiente devia ser de enorme desconfiança para tão lestamente se darem os passaportes à personagem que representava o mais precioso refém ([2]).

Pedro da Mota Sarmento, que fôra mandado a Madrid e acabara preso e julgado cúmplice dos conspiradores portugueses, não voltava com as respostas para o escambo. Atribuíam-lhe culpas que não lhe cabiam só por ter falado acêrca da situação do reino acusando alguns ministros.

A agitação que havia nos espíritos e a descoberta da conspiração contra o Rei e a pátria motivaram a saída da Duquesa do convento de Santos. Prevenida para a partida, rejubilou; aprestaram-se os seus criados e o séquito; os côches de viagem e a escolta. Acompanhavam-na dois magistrados: Luís Gomes de Basto, corregedor do crime de Lisboa, e Simão de Oliveira Costa, juiz do crime.

Martim Afonso de Melo, que governava a praça de Elvas, aguardou-a a duas léguas das portas com os seus oficiais e cavalaria. Usou para com a antiga governadora de Portugal as mesmas regras de etiquêta de outrora, quando a saüdava no Paço da Ribeira.

Ela mandava que pusessem os chapéus, envolvia-os em atenções, sempre captadora, e os militares galhardamente se apresentavam em vénias palaciegas, servindo-a como se ainda fôsse vice-Rainha.

Alojou-se no remanso do convento com tôdas as honras; parecia guardar a mesma altivez assim como se conservava a arrogância do séquito.

Os oficiais não lhe puseram guarda; eram êles que vigiavam, protocolares e atentos, a um tempo, em garbo e compostura que o ouvidor de Vila Viçosa quebraria. Apresentara a ordem do Rei para verificar quais os tesouros que a Duquesa arrebatava. Seriam abertas as suas bagagens, revistadas as dos servos, e, inclusivamente, a própria ex-governadora em suas roupas.

Martim Afonso de Melo, com a generosidade de gentil-homem, pretendeu evitar o que considerava má educação e baixo gôsto, mas a vontade do soberano prevalecera e a Duquesa de Mântua sujeitou-se a declarar o que levava, desde as jóias aos papéis, talvez o mais precioso para o govêrno. Recusou entregar cartas, que diziam ser de seu marido e outras do pontífice; porém o magistrado, usando o mesmo tom severo, não querendo saber da etiquêta, insistiu. De-repente, D. Margarida de Áustria tornou-se na orgulhosa mulher que até aí disfarçara em gentilezas o despeito e a cólera. Tomou os papéis e rasgou-os, entregando os pedaços a um criado para que os queimasse.

Possìvelmente, seriam cartas do arcebispo de Braga, de quaisquer outros conspiradores ou ainda notas do que se passara para apresentar a Felipe IV. Em vez de tomarem os restos dos documentos presentes, ainda se mostraram zangados com o magistrado, dizendo-se, mais tarde, ter o próprio soberano achado zeloso em demasia o ouvidor de sua vila.

Não eram muitas as posses da Duquesa; acharam modestas as quantias e objectos de valor em relação à sua categoria, e, voltando aos cumprimentos, deixaram-na enviar um mensageiro a Badajoz a-fim-de pedir ao governador, conde de Monterey, que lhe mandasse os carros necessários para poder seguir. Mudariam os viajantes e as bagagens na ponte do Caia, onde terminaria a vigilância discreta e de amável aparência.

Ali, quando a Duquesa ia meter-se no côche, os magistrados aventuraram a idéia de pagamento de direitos do que levava para Espanha.

O fidalgo D. João da Costa ergueu a voz em protesto. Prometia pagar de seu bôlso o que fôsse necessário, lembrando-se como servira a governadora, o que não obstara à sua acção revolucionária. Martim Afonso de Melo pôs-se a seu lado no pleito e a ex-vice-Rainha atravessou a raia.

Tinham-se suspendido, por algumas horas, as hostilidades. Numa última vénia, os nobres capitães, que continuariam a combater em breve, saüdaram a Alteza decaída.

([1]) A história da «Alta Traição» não cabe neste volume mas constituïrá narrativa separada continuando a série dos Grandes Processos da História de Portugal. É pelo menos esta a intenção do autor, que tem em seu poder documentos inéditos acêrca daquela conjura.

([2]) «Apressou a jornada da duquesa de Mântua descobrir El-Rei a conspiração dos que intentavam tirar-lhe a vida e ao Reino a liberdade. Não era de todo averiguada esta matéria quando El-Rei se resolveu a mandá-la e com os primeiros luses dela entendeu El-Rei que a assistência da Duquesa servia de incentivo ao desordenado intento dos conspiradores». Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

O conde-duque de Olivares dera ordem para que ela não entrasse na Côrte, receando o interrogatório da dama em cujo rosto já pressentia a vontade do desagravo. Ficou em Ocaña, privada dos meios necessários para manter a sua posição e calando, enquanto lhe foi possível, as reclamações de dinheiro. Os seus criados começaram a fazer dívidas, que pagava como podia, mantendo arrogância e firmeza.

Andara de mão em mão, em Lisboa, muito apreciado, um papel dirigido ao soberano, intitulado: *Carta do Sereníssimo Duque D. Theodósio de Barganza escripto à Magestade de El rey D. João IV, seu filho que Deus Guarde*. Datava-se do *Céo Empírio, 8 de Fevereiro de 1641* [1].

Também se lhe dava o seguinte título: *Carta de Parabens, advertências, avisos e conselhos que se suppõem e figura escrever do outro mundo o duque de Bragança D. Theodósio a seu filho o senhor D. João, o Quarto, logo depois que pela lealdade da pátria foi acclamado legítimo Senhor e Rey de Portugal.*

Encerrava conselhos acêrca dos nobres, seus pares na véspera e de-repente seus súbditos, e acentuava que devia «temer e suspeitar dos maiores fidalgos, que, como vos viram nascer vassalo, e êles por portugueses são invejosos e soberbos, mais com rigor e mêdo se sujeitam que com amor e brandura; e assim a vossa afabilidade com que os tratais, a vossa facilidade com que os admitis e ouvis, a confiança com que de ordinário comeis frente êles, o traje inferior de que por dardes exemplo vos vestis, tudo isto os faz a êles piores, mais ousados, menos comedidos.

....

«Olhai, Filho, que muitos dêsses fidalgos riram e folgaram convosco sendo duque, com pouco aso que lhe deis, vos perderão o respeito devido em Rei; e se assim fôr, dai-vos por acabado porque a principal guarda das coroas e cetros é o respeito. A êste fim vos digo que nestes princípios não sofrais nem dissimuleis aos fidalgos mais poderosos serem desmandados contra a vossa real pessoa e contra a lealdade que vos devem: lembrai-vos que dissimular estes crimes é dar ousadia a maiores.

«Para os impedirdes, ponde ferro ou fogo em que o merecer e com o castigo de dois se emendarão os mais e com o dissimulardes com êles todos se acabarão de danar porque os mais não vos hão-de guardar e defender; e mais certo é que vos hão-de vender e trair e, se poderem, matar.»

[1] B. N. L., *Colecção Pombalina*, Cód. 734, págs. 104 a 107. Camilo Castelo Branco, não sabemos com que fundamento, atribue a carta a Francisco de Lucena.



Os jesuítas, comunicando entre si [1], asseveravam, em Maio de 1641:

«Lo que V. R. dice de Portugal no hay hasta ahora nada, sino solo aviso de que estan poco gustosas y el duque de Berganza recelar o y que no sale en publico como salia y tiene más guarda de la que el principio usaba. Todo esta ahora en calma; veremos como se dispone, Dios lo remedie.»

A guerra ardia nas fronteiras. Pilhava-se e incendiava-se cruelmente. Era o extermínio.

Nomeara-se o duque de Medina Sidónia, D. Gaspar, comandante das armas da Andaluzia, confiando-se-lhe um grande exército e devendo contar com marinha. O irmão da Rainha de Portugal soubera que se preparava uma revolução em Lisboa.

«Numerosos conjurados de la nobleza [2] de aquel reino estaban dispuestos a tomar las armas y al entrar las nuestras por la barra, atacar de improviso el palacio del Berganza y apoderar se de su persona vivo ó muerto.»

Estava definido o papel de que se incumbira o cunhado de D. João IV. Avançaria com as hostes pelo Algarve enquanto a armada desembarcaria parte dos seus contingentes na capital para cobrir a chacina.

De-repente foram presos os conspiradores e houve quem atribuísse ao grande senhor da Andaluzia «facto de valor, ó amor de la propria sangre, supiendo se por alguns que el duque mismo havia rebelado el secreto de la expedición à su pariente lo Berganza» [3].

A conjura fôra revelada por várias vias. Além da denúncia do contador Luís Pereira de Barros, houvera a confirmação mais cabal do meio dos próprios conspiradores.

Foi essa a melhor das provas.

Maria Ferreira — um nome humilde que se regista pela primeira vez na história da conjura — era mulher de António de Araújo e ambos servos de D. Maria de Noronha, espôsa de D. João Soares de Alarcão, nomeado governador de Ceuta, mas, ao chegar ao Cabo de S. Vicente, logo dissera ir para Espanha como combinara com o conde de Tarouca. Desembarcou em Gibraltar, ficando sua mulher a bordo

[1] *Memorial Historico Español*, vol. XVI.
[2] Vibanco.
[3] Idem.

com a condessa daquele título até que tiveram pousada. Ali, a ama de Maria Ferreira mostrou-lhe, bem como a outras criadas, uma caixa para a qual lhes chamou a atenção: «Olhay Moças: e vio ella uma camada de bocados de marmelada dourados os quaes ella tirou e por bayxo estavão muytas cartas para El Rey de Castella e para o Conde Duque e Diogo Soares, confessor e Deão de Braga ([1]), das quaes ella vio o sobrescripto por saber ler e erão do Arcebispo de Braga, o qual mandou a Senhora D. Maria a esta cayxa dizendo que erão doces da Ilha da Madeira para o caminho e que na dita cayxa hião tambem dous massos de cartas para El Rey de Castella da duquesa de Mantua e um rol de todas as pessoas que forão no levantamento de Sua Majestade» ([2]).

A fidalga fizera largas confidências citando os nomes dos que estavam para fugir com D. João Soares de Alarcão, e entre êles o marquês de Vila Real e o duque de Caminha. O arcebispo visitava a ex-vice-Rainha de noite e em segrêdo e o inquisidor procedera do mesmo modo. Tudo isto a criada declarou quando, de regresso a Lisboa, foi hóspede de sua tia Maria de Azevedo, na rua do Caldeira.

Frei Manuel de Santa Catarina, que também estivera em Sevilha e Madrid, como agente de Diogo Soares, tivera licença de se recolher ao reino, onde devia encontrar-se com o arcebispo de Braga e dizer-lhe «que da parte de El rey quam agradecido estava da carta que D. João Soares lhe levara e a estimação que fazia do zêlo que sabia tratava do seu serviço» ([3]). Queria mais novas da Duquesa de Mântua. Se não pudesse falar ao Primaz procurasse o bispo de Martiria ou o conde de Armamar. Chegara a Elvas; buscara Matias de Albuquerque e não o encontrara senão diante do bispo, D. Manuel da Cunha, que o hospedara no convento de Santo António. O antiste preguntara-lhe notícias de Castela, inquirindo-o de modo que o obrigou à confidência, ordenando-lhe a revelação do que sabia.

Eram dados vindos do exterior para confirmação do que se passava, juntando-se-lhes as confissões dos presos, algumas deveras singulares.

A tropa formara nas ruas sob a côr de que o soberano ia passar a sua revista ([4]) e, ao mesmo tempo, foram convocados para o Paço os conselheiros de Estado.

Pedro Baeça, mercador abastado, denunciado pelos criados, por sua vez pôs culpas em Belchior Correia de Franca ([1]) e outros. Foram capturá-los como ao capitão Diogo de Brito Nabo, o que levou o marquês de Vila Real a apresentar-se ao Rei, que o mandou prender pelo porteiro-mor Luís de Melo. O arcebispo de Braga foi detido por D. Rodrigo de Meneses; o inquisidor geral, D. Francisco de Castro, por D. Pedro de Meneses, bispo eleito do Pôrto; e o duque de Caminha recebeu voz de prisão de António de Saldanha, governador da tôrre de Belém, e que ia acompanhado por Pedro de Mendonça Furtado, guarda-mor da real pessoa.

Entraram nos cárceres outros fidalgos, sacerdotes e vários indivíduos. Entre os primeiros figuravam os condes de Val-de-Reis, da Castanheira, de Armamar e D. Agostinho Manuel de Vasconcelos; os membros do clero eram António de Mendonça, comissário da Cruzada; o bispo de Martiria e frei Luís de Melo, bispo eleito de Malaca.

Alguns magistrados estavam comprometidos na traição; pelo menos acusavam-nos, como sucedeu aos desembargadores Paulo e Sebastião de Carvalho, a Luís Abreu Freitas, escrivão da Câmara de El-Rei, e a António Correia, oficial-mor da Secretaria do Limoeiro. Cristóvão Cogaminho, guarda-mor da Tôrre do Tombo, foi considerado cúmplice como os mercadores abastados Jorge Fernandes de Elvas, que viera de Castela, Diogo Rodrigues Lisboa, Jorge Gomes Alemo, seu filho, e Simão de Sousa Serrão com Manuel Valente, escrivão da Távola de Setúbal, o mais modesto em nascimento, bens e posição.

Ia-se muito além quando prenderam, por intrigas, Matias de Albuquerque ([2]), cujo irmão, Duarte de Albuquerque Coelho, conde de Pernambuco, por mercê do Rei espanhol, se encontrava em Madrid.

Correu ràpidamente o processo, como devia ser para produzir efeitos fulminantes, e debalde os de mais gerarquia fizeram seus apelos às Majestades.

O marquês de Vila Real chegara a dizer-se perseguido por D. Carlos de Noronha: «e as diligências que Vossa Majestade sabe que êste tem feito para me achar culpas da infidelidade para por meio dêste vício alcançar o que não pode por justiça». Disputara-lhe uma herança. Acêrca dos juízes declarara: «Os doutores João Sanches de Baena e Pedro Vieyra da Sylva me estão julgados por suspeitos e assim aos ditos por si ou por entrepostas pessoas não deve Vossa Majestade permitir me fação prejuízo» ([3]).

E suplicava: «pesso humildemente perdão certíssimo de que não deixará Vossa Majestade de ter com

---

([1]) Irmão de Miguel de Vasconcelos, Luís de Melo.

([2]) Papéis inéditos da «Alta Traição».

([3]) Idem.

([4]) 28 de Julho de 1641, pelo meio dia.

([1]) Da família ilustre dos Francas de Tavira, capitães de África.

([2]) Ver Biografias.

([3]) Papéis inéditos da «Alta Traição».

a minha pessoa e casa a conta que os Senhores Reys dêstes Reynos predecessores de Vossa Majestade, sempre tiverão» ([1]).

Seu filho, o duque de Caminha, solicitava dos julgadores: «com a devida summissão sejam servidos pelo amor de N. Senhor Jesu Christo com a ponderação que sempre costumão attentar por sua innocencia separando este facto (o julgamento pelas ordens a que pertencia) dos demais porque na verdade tem divercissima deffesa».

O inquisidor-mor, D. Francisco de Castro, denunciava, além do arcebispo de Braga, os propósitos de chacinar-se o Rei. Revelava tudo ao soberano; ante as justiças negava.

Restava o chefe da conjura, o Primaz, que odiava D. João IV «e era muito inclinado às cousas de Castela». Todos o acusavam; êle sabia que o seu carácter sagrado o salvaria do patíbulo, mas «não de acabar nalgum poço». E, sem querer, evocava o bispo de Évora, D. Garcia de Meneses, que engendrara a conjura contra D. João II e morrera na cisterna do castelo de Palmela.

Interrogado, em 2 de Agôsto, pelos desembargadores Francisco Lopes de Barros e Pedro Fernandes Monteiro, respondeu:

«Que com protesto de não consentir em juízo secular que não podia conforme aos Breves e Cânones declarava que êle Arcebispo violentadamente, com mêdo da morte, entendia que pelo debito e juramento de fidelidade que tinha dado a el rey Felipe não podia sem dispensação dêste reconhecer outro Rei.»

E contara a conspiração, asseverando ter escrito ao Rei de Espanha por intermédio de D. João Soares de Alarcão. Houvera vários conspiradores além dos citados ([2]). Aquêle chefe não suplicava como os outros. Acusava-se; sabia-se livre do cadafalso por sua mitra e pedia a graça para os cúmplices:

«Conhecendo o Arcebispo de Braga que por tôdas as razões de qualquer culpa que haja comettido contra o Serviço de Vossa Majestade, por leve que seja, hé digno da morte e de Vossa Majestade não usar com êlle de Sua Clemência e natural piedade e que ainda que Vossa Majestade lha concedera não podia esperar nem querer que fôsse assim, comtudo poder algũas pessoas que lhe farão por suas rellações se hajam de condemnar à morte, Vossa Majestade, por sua grandeza lha fizer perdoar a vida a estes que serão athe quatro, que não tiverão mais culpa que fazer o que êlle Arcebispo lhe ordenou, poderá êlle, com a consciência mais segura e pura, de poder dar conta a Deos a sua alma, pois elle por sy não quer perdão; dará as notícias que tiver na verdade que sempre costumou falar, esperando de Vossa Majestade que, como Pay e Rey, trate de remediar seus Vassalos e seu Reino e conservar o amor que todos devem ter para dar a sua vida por seu serviço e conservação e defenssa de seu Reino. Lx. desta Casa, 31 de Julho de 1641. D. Sebastião, Arcebispo Primaz.»

Estava na casa baixa do forte no Paço da Ribeira, da qual passaria para a Tôrre de Belém, onde morreria.

A Justiça ñão podia cegar-se. A pátria continuava em perigo; traí-la era como assassinar a própria mãe.

Ergueu-se o cadafalso junto de um prédio alto no Rossio, e, no dia 29 de Agôsto de 1641, foram supliciados os conspiradores em patíbulos à altura de suas dignidades. O destinado ao duque de Caminha era de três degraus; o do marquês de Vila Real, seu pai, tinha só dois, e um o do conde de Armamar; raso ficava o banco de D. Agostinho Manuel de Vasconcelos.

Os réus plebeus foram enforcados. Por cada cabeça nobre que caía o povo aclamava o nome de D. João IV, e, ante as fôrcas, insultava os condenados. Não se apuraram as culpas de vários que foram degredados ou desterrados; outros receberam ordem de soltura, como sucedeu aos condes da Castanheira e de Val-de-Reis, a António de Mendonça, a Gonçalo Pires de Carvalho e a seu filho Lourenço; porém, êste falecera no cárcere.

Escreveu D. Francisco Manuel de Melo:

«No dia 29 de Agôsto de 1641, em que a Igreja estabelece a degolação de São João Baptista, foram degolados na Praça do Rossio, à vista do grão povo de Lisboa, o duque de Caminha, o marquês de Vila Real, o conde de Armamar e D. Agostinho Manuel.» Executara-os um carrasco mascarado.

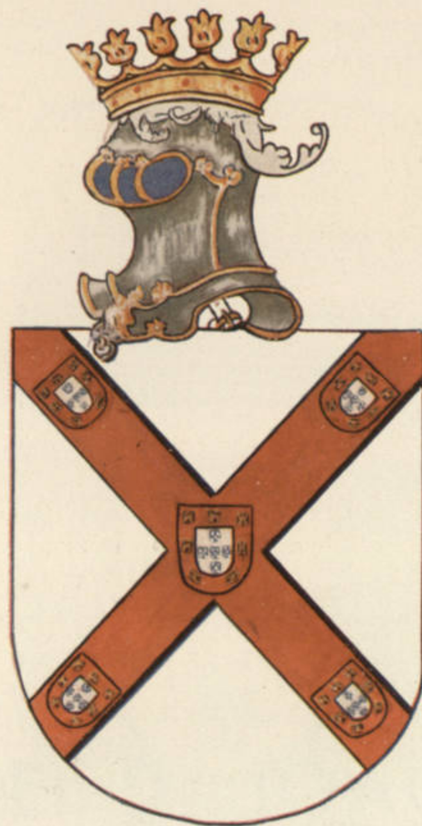
Felipe IV, ao ter conhecimento do suplício, não se conteve e exclamou:

— ¡Agora é que o Bragança é Rei!



([1]) Papeis inéditos da «Alta Traição».

([2]) Nos papéis destinados à narrativa da «Alta Traição» — Processos célebres da História de Portugal — apontam-se os nomes de todos os cumpliciados.



Brasão da Casa de Bragança

(Do «Livro de Brasões» da Academia das Ciências de Lisboa)

(Ano de 1575)

PARTE SEGUNDA

Os Soberanos e os Precursores da Restauração

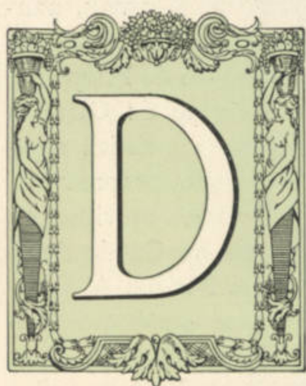




PRIMEIRO CAPÍTULO

EL-REI D. JOÃO IV

Festas no aniversário da Restauração — A conspiração da Andaluzia e o desafio do duque de Medina Sidónia — Suplício do secretário de Estado Francisco de Lucena — Revista do Rei ao exército do Alentejo — Morte do conde-duque de Olivares — Estado da Europa: a Fronda; República Inglêsa; revoluções de Nápoles e da Sicília — D. Teodósio ante seu pai — Morte de D. João IV



OM JOÃO IV era Rei a-pesar dos protestos do monarca espanhol, e no domingo, 1 de Dezembro de 1641, aniversário da revolução geradora da Independência, foi ouvir missa à Sé depois da procissão, em que o venerando prelado olisiponense recebeu, mais uma vez, as honras tributadas pela população. El-Rei foi aclamadíssimo. Fizeram-se grandes festas. No Poço do Chão havia um arraial com figuras de cera e a procissão, subindo o Chiado e encaminhando-se para a igreja do Carmo, encontrou no «meyo da Rua Nova hum home particular que fez hũ maquina de bolantes no ar que tomava a rua de lado a lado. Pendia delle uma cruz muyto grãde e com huma letra que dizia: In hoc signo vinces. E no meyo da nava: «Joannes nomen eius». Ao pé delle voavam dous anjos de cera os quaes tinham nas mãos as armas de Portugal».

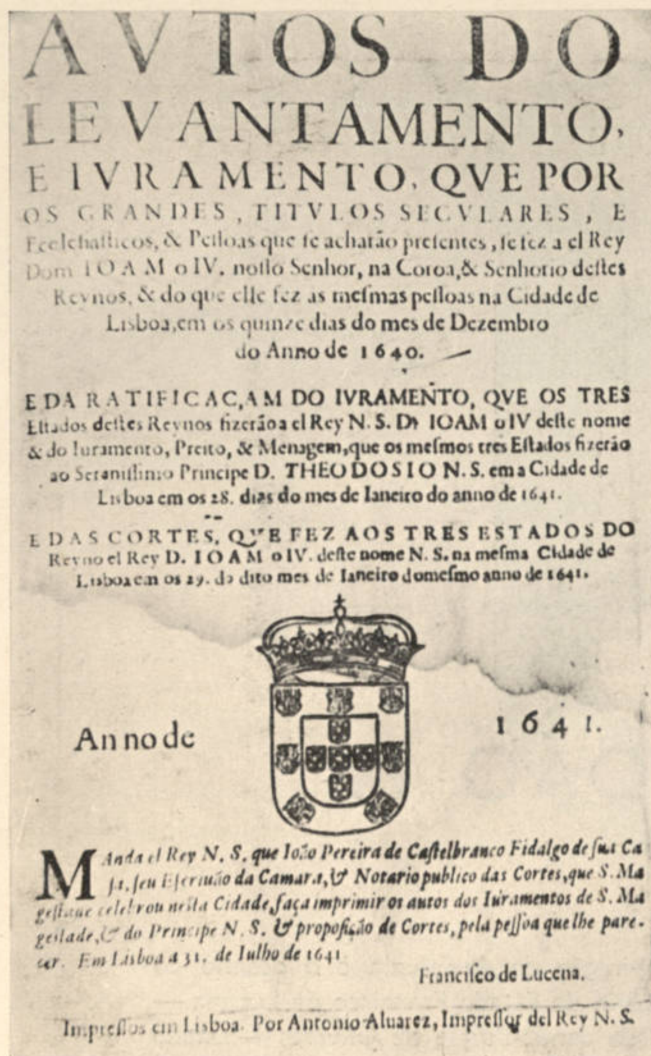
«No Chiado havia um passo de figuras de cêra fabricadas por outro homem particular o qual representava a paz que o Christianissimo Rey de França fez com o Serenissimo Rey D. João IV Nosso Senhor cujas armas o Ceo prospere e em cujo favor se arma o braço divino para que alcance tantas victorias que iguale as do grande defensor da Patria o Santo Conde D. Nuno Alvares Pereira.» (¹)

Não restava dúvida. O Duque de Bragança reinava e as armas portuguesas prosperavam. A diplomacia também ia vencendo, se não igualmente por tôda a parte, ao menos com êxito nalguns países (²).

O cardial de Richelieu enviara uma armada de dezassete naus, comandada por seu sobrinho, o senhor

(¹) *Gazeta* — Dezembro de 1641.

(²) Tanto as batalhas como os tratados diplomáticos são descritos com as biografias dos generais e dos embaixadores.



AVTOS DO LEVANTAMENTO, E IVRAMENTO, QVE POR OS GRANDES, TITVLOS SECVLARES, E Ecclesiasticos, & Pessoas que se acharão presentes, se fez a el Rey Dom IOAM o IV. nosso Senhor, na Coroa, & Senhorio destes Reynos, & do que elle fez as mesmas pessoas na Cidade de Lisboa, em os quinze dias do mes de Dezembro do Anno de 1640.

E DA RATIFICAÇAM DO IVRAMENTO, QVE OS TRES Estados destes Reynos fizerão a el Rey N. S. D. IOAM o IV deste nome & do Iuramento, Preito, & Menagem, que os mesmos tres Estados fizerão ao Serenissimo Principe D. THEODOSIO N. S. em a Cidade de Lisboa em os 28. dias do mes de Ianeiro do anno de 1641.

E DAS CORTES, QVE FEZ AOS TRES ESTADOS DO Reyno el Rey D. IOAM o IV. deste nome N. S. na mesma Cidade de Lisboa em os 29. do dito mes de Ianeiro do mesmo anno de 1641.

Anno de 1641.

MAnda el Rey N. S. que Ioão Pereira de Castelbranco Fidalgo de sua Casa, seu Escriuão da Camara, & Notario publico das Cortes, que S. Magestade celebrou nesta Cidade, faça imprimir os autos dos Iuramentos de S. Magestade, & do Principe N. S. & proposição de Cortes, pela pessoa que lhe parecer. Em Lisboa a 31. de Iulho de 1641

Francisco de Lucena.

Impressos em Lisboa. Por Antonio Aluarez, Impressor del Rey N. S.

Fac-Simile dos «Autos do Levantamento e Juramento», em 15 de Dezembro de 1640, e da Ratificação do Juramento, em 28 de Janeiro de 1641

(B. N. L.)

de Berzé, que era, além de almirante, embaixador extraordinário para os parabéns pela entronização [1].

A carta do cardial dizia:

«Senhor: Não testemunharei a Vossa Majestade o afecto com que tratei de servi-lo junto do Rei porque o conhecerá pelos efeitos e pela relação que lhe será feita pelos senhores embaixadores que muito dignamente exercerem o encargo dêle recebido. Sòmente vos assegurarei a continuação do meu serviço do qual não poderei dar melhor prova do que suplicando-vos em pensardes: na fortificação das praças fronteiriças e em seu municiamento; tornando vossos vassalos capazes de uma boa disciplina militar visto serem corajosos e valentes; formardes dois bons exércitos, um de terra e outro de mar, e assegurar os meios de sustentar um e outro sem que vossos povos sejam sobrecarregados e empregar ambos em combater seus inimigos além-fronteiras, em vez de empregá-los nos vossos próprios estados. Vossa Majestade sabe bem que tem necessidade de se servir da prudência e da coragem que Deus lhe deu para manter a sua coroa e que não esmorecerá no repouso de que goza presentemente por causa de outras ocupações que tem os seus inimigos.

«Eis o que vos pode desejar alguém que vos honra e vos deseja tôda a felicidade e que é, verdadeiramente, Senhor, de V. M. o muito humilde e obediente servidor. *Richelieu.*»

Já o soberano escrevera a Luís XIII por intermédio dos seus embaixadores e também aos outros monarcas a cujos países enviara representantes.

O marquês de Berzé fôra recebido em audiência soleníssima, na qual o acompanhou o conde de Vimioso com alguns dos fidalgos que tinham vindo na armada e ficaram ao serviço em Portugal. Estavam treze navios portugueses prontos a seguir de conserva com os franceses, sendo nomeado seu almirante Fernão da Silveira, irmão do conde de Sarzedas. Esperava-os a armada auxiliar da Holanda, que devia coadjuvar os aliados na tomada de Cadiz, pôrto importante para defesa da Andaluzia e por isso necessário aos desígnios militares.

O cunhado de D. João IV, D. Gaspar de Guzman, duque de Medina Sidónia, era leviano e sempre na sua casa houvera diferenças contra os Áustrias. Explica-se dêste modo que a irmã, D. Luísa, Duquesa de Bragança, ajudasse a impelir a ambição do marido para a coroa no momento em que êle ainda hesitava, pouco confiante na solidariedade da nobreza.

A facilidade com que se entronizara despertou desejos idênticos na alma do grande senhor andaluz, em demasia fútil para tomar sôbre si tamanho empreendimento; havia, porém, um seu parente de mais ardimento que o disporia a tentar o golpe sugerido pelo novo Rei de Portugal.

D. Francisco Manuel Silvestre de Guzman, marquês de Aiamonte, fizera-lhe compreender que não seria difícil separar a Andaluzia do cetro de Felipe IV, dadas as violências que o conde-duque de Olivares praticava, descontentando. De-resto, a política separatista tornava-se cada vez mais intensa; preparavam-se, por intermédio de Richelieu, vários movimentos que se deflagrariam como sucedera na Catalunha e em Portugal, na Navarra, Aragão e Biscaia. A Andaluzia possuía cidades ricas e portos esplêndidos, as magníficas Cádiz, Granada, Sevilha, Córdova e Jáen, os diamantes do poder mourisco agregados à Espanha, e em todos os povos, habituados à independência e aos foros pela tradição, levedava a revolta. Havia vassalos poderosos em demasia para a obediência. Se não lhe dizia isto, era pelo menos a essência do que se passava e todos sentiam o que vivia em seu ânimo e no do duque.

Desde que começasse a revolta, o Rei de Portugal enviaria uma armada em coligação com as dos seus aliados franceses e holandeses sôbre Cádiz, e se as

---

[1] Entrou no Tejo em 7 de Agôsto de 1641.



D. João IV

(Reprodução do quadro de Felix da Costa do Museu Militar)

tropas se revoltassem a coroa pertenceria ao duque. Era capitão general das fôrças terrestres e marítimas, governador da província, dispunha de poderio e merecia a pena tentar o golpe vingando-se de tanta sujeição. O intermediário das primeiras negociações fôra um agente da casa ducal, Luís de Castilla, e assentes as bases iniciais tratou-se de enviar seguro mensageiro ao soberano português. Aguardar-se-ia a chegada dos galeões carregados das riquezas das Américas, tomá-los-iam e com o seu recheio podiam sustentar a guerra. Por isso vinha a esquadra francesa, esperando-se também a holandesa.

O enviado do marquês de Aiamonte a Lisboa foi um franciscano, frei Nicolau de Velasco, que atravessou a raia sendo prêso em Castro Marim. Ia com o suposto propósito de libertar um prisioneiro; os portugueses, por ordem do governador do Algarve, D. Vasco de Mascarenhas, que devia estar no segrêdo, mandaram-no prender, sendo transportado para Lisboa à conta de espião. Ninguém do govêrno espanhol suspeitaria da verdade se o reverendo, depois de dar os seus recados, como cativo fingido, não se enchesse de arrogância pelos favores recebidos e indiscretamente narrados.

Entre êles conseguira libertar um seu companheiro de cárcere, onde, para ludíbrio dos espanhóis, o tinham encerrado e que, por empenho do duque de Medina Sidónia, exercera o cargo de pagador das tropas em Lisboa no tempo do domínio felipino. Prêso depois da Restauração, fôra sôlto por intermédio do frade, devendo passar a Castela com alguns criados da Duquesa de Mântua, também salvos dos calabouços. O astuto Sanchez — era êste o seu apelido — estranhou que prisioneiro das vésperas tivesse, a súbitas, tão grande valimento e barafustou contra Olivares, declarando que não queria ir para Madrid, o que despertou no frei um grande desejo de empregá-lo no seu serviço. Sentindo-o tão indignado contra o favorito real, abriu-se, jactanciosamente, nas confidências. Que talvez ainda o visse mitrado; e ante o pasmo arteiro do intelocutor, falou mais abertamente:

— ¿Quem sabe se ainda não se colocaria uma coroa na cabeça do duque de Medina Sidónia? (1)

Rejubilou o confidente; dispôs-se a servir em tudo o antigo amo e recebeu as cartas secretas que punham o cunhado de D. João IV ao facto dos acontecimentos. Atravessou a fronteira; correu para a Côrte, fêz-se anunciar ao conde-duque e, como houvesse demora em ser recebido, disse em voz alta na antecâmara que vinha salvar a nação. Assim conseguira chegar à presença do ministro entregando-lhe as missivas cifradas. Foi necessário algum tempo para encontrar a chave daqueles dizeres que comprometiam seu sobrinho, o duque, e o seu parente de Aiamonte. Encerrou o traidor em aposento retirado, pô-lo incomunicável e foi revelar ao Rei o que sucedera. Entregaram-se os documentos a uma comissão de conselheiros de Estado. Para o denunciante, o político teve uma explicação:

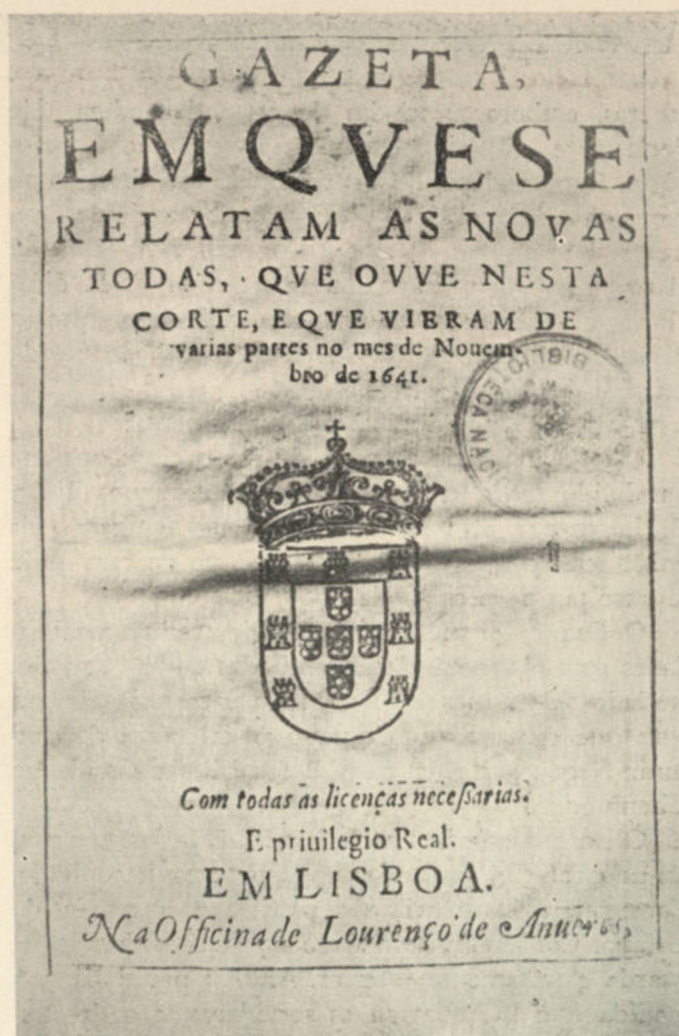
— ¿Como quere que por cartas de um frade desconhecido se culpem tão grandes senhores?

E sôbre o marquês de Aiamonte, menos afim do Olivares, recaíram tôdas as responsabilidades. Mandou prendê-lo e, ao mesmo tempo, chamando à Côrte o sobrinho, ordenou a marcha de um exército para a Andaluzia.

Quando a esquadra do marquês de Berzé, juntamente com a portuguesa de que era almirante Fernão da Silveira, se lançara sôbre Cádiz, a tempestade no Cabo de S. Vicente e a armada do comando de Oquenda investiram-na, impossibilitando-a de tomar o pôrto em cuja vizinhança já estavam as tropas do duque de Ciudad Real.

A frota holandesa fundeou, mais tarde, no Tejo, e o seu chefe, o embaixador Adriano Gylsels, foi amerceado pelo Rei, que o presenteou com um anel de diamantes e belo grilhão de ouro, dando também valiosos colares aos dezóito capitães dos navios.

As cartas de Olivares para o duque de Medina Sidónia requerendo sua presença foram instantes e


GAZETA,
EMQVESE
RELATAM AS NOVAS
TODAS, QVE OVVE NESTA
CORTE, E QVE VIERAM DE
varias partes no mes de Nouembro de 1641.

Com todas as licenças necessarias.
E priuilegio Real.
EM LISBOA.
Na Officina de Lourenço de Anueres.

Reprodução do frontispício da «Gazeta»

(1) Abade Vertot, *Les Révolutions de Portugal*.



severas, embora mescladas de certa delicadeza. Êle declarou-se enfêrmo, mas não convenceu o favorito régio. Repreendia-o, depois de ver a carta dirigida ao monarca e da qual fôra portador D. Fernando de Contreras. Dissera-lhe: «a una orden tan favorecida de el rey, como la primera, ha interpuesto V. E. delaciones e replicas en tiempo que cada hora que se dilata la entrada de V. E. en Portugal, se pierde infinito del Real servicio.»

Pretendera ainda movê-lo anteriormente:

«Se V. E. pierde un pelo de reputacion; que me ha dolido tanto en lo vivo del alma, que dije a D. Lorenzo y a el Patriarca, que me hougara más haber nacido hijo de un sastre que no en casa onde se hace tan poca conta de mi» ([1]).

O duque foi até Loeches, onde trocara amabilidades com o venerável patriarca das Índias, seu tio, enviado pelo ministro e que, após as cortesias, instou para que contasse tudo quanto sabia acêrca da conjura. Negou ter sido falso à obediência devida ao soberano.

Olivares aguardava-o em Luzon. Não foram agrestes no encontro, mas um subtil e o outro desconfiado. Começou a insistência do político e a queda do leviano. Confessou; hospedado no Retiro, dera-se-lhe guarda e tratamento inferior. Acabou por delatar, à medida que lhe tiravam os servidores, e o de Aiamonte surgiu como chefe da conspiração ([2]).

Arranjou-se uma plataforma espalhafatosa para desculpar o grande senhor andaluz, carregando-se o cúmplice de ferros. O próprio conde-duque preparou o cenário para a libertação do parente.

Enviaria a D. João IV um cartel de desafio, à antiga, citando-o para um encontro cujos termos o estadista redigiu, mandou copiar e distribuir. Dizia:

«D. Gaspar Alonso Perez de Guzman, Duque de Medina Sidónia, Marquês, Conde e Señor de San Lucar de Barrameda, Capitan-General del Mar Oceano, Costas de Andalucia y de los Ezercitos de Portugal, Gentilhombre de Camara de Su Majestad Catolica Que Dios Guarde.

«Digo que assi es una cosa notoria a todo el mundo la traicion de Juan de Braganza, otras veces duque, se sabe tambien la detestable intencion con que ha querido manchar de infiel a la muy fiel Casa de los Guzmanes.»

E no mesmo tom, insultando e ferindo, narrava o sucedido atribuindo o caso a mentira do cunhado para ganhar os socorros dos estrangeiros que, vendo a Andaluzia rebelada, acorreriam a ajudá-lo.

Desculpava-se perante o Rei de Espanha negando a cumplicidade com o frade delator e não se referindo ao marquês de Aiamonte. Êste ia ser sacrificado em holocausto ao mais protegido do conde-duque, cujas queixas e protestos, inspirados pelo político, produziam assombro. Dizia da irmã:

«Pero el principal sugeto de mi disguto es que su muger sea de mi sangre; el quando estando corrompido por esta rebeldia yo deseo derrama lo y me siento obligado a mostrar a mi Rey y Señor, por esta accion, cuanto siento los testimonios de su satisfacion tocante a mi fidelidad.»

Desafiava o adversário em termos estravagantes de velha cavalaria:

«Yo desafio al dicho Juan de Braganza, otras vezes Duque, como aviendo faltado a la fé que debe a su Dios y a su Rey lhe llamo a un combate singular, cuerpo a cuerpo, con padrino ó sin padrino, lo que yo dexo a su eleccion del mismo modo que el genero de armas.»

Indicava para local do combate Valência de Alcântara, «en la parte que sierve de limite a los dos Reynos de Castilla y Portugal», e declarava esperá-lo durante oitenta dias. Ia até ao proclamar que oferecia a sua vila de San Lucar de Barrameda a quem o assassinasse. Suplicava, também, o comando das tropas espanholas para invadir Portugal. Rojava-se. Datava-se o desafio de Toledo em 29 de Setembro de 1641.

Certo dia, entrou com D. João de Garay e com outros fidalgos em despovoado território português, a aldeola de Pitaranha, vizinha de Marvão, e lançara terra ao espaço, partira árvores, soltara brados, espalhafatosamente, enquanto não recebeu aviso da chegada de Martim Afonso de Melo à frente de alguma cavalaria, que ainda aprisionou gente do séquito do duque internado em Espanha.

Noticiava a *Gazeta:*

«O duque de Medina Sidónia veyo aos campos de Marvão com oito companheiros de cavallos e depois de passear botando mãos cheias de terra para o ar e quebrando ramos diante de quatro notários que davão fé de tudo, se retirou sem aguardar o general Martim Afonso de Melo, o qual havia saido da cidade de Elvas marchando para aquelle sítio só com animo de se encontrar com elle e o seguio com tanto fervor que ainda lhe alcançou dois creados que trouxe prisioneiros.

Huns dizem que estas cerimónias foram de desafio, outros que de posse.»

([1]) Carta do Conde-Duque para Medina Sidónia, em 1 de Setembro de 1641 — *Memorial Historico Español.*

([2]) O marquês de Aiamonte (a quem El-Rei D. Felipe mandou prender na mesma tôrre em que esteve D. Rodrigo Calderon) está com muitas guardas e grandíssimo apêrto. Alguns homens que vieram de Madrid duvidam disto, mas todos os que vêm de Castro Marinho e de Mértola asseguram que se sabe por via de Aiamonte — *Gazeta,* Dezembro de 1641.



Os pasquineiros apoderaram-se dêle e publicaram uma sátira intitulada: «Cartel de un desafio y protestacion caballeresca de D. Quijote de la Mancha, caballero de la Triste Figura en defension de sus castellanos, su fecha en ciudad de Toboso, a 29 de Outubro de 1641» ([1]).

Espalhou-se que D. João IV lhe respondera dizendo-lhe que iria ao seu encontro se o acompanhassem os doze gentishomens que o tinham aclamado Rei na Andaluzia.

Era ainda o desenvolvimento do ridículo em que o duque mergulhara para se salvar.

O Rei português sobrecarregava-se de afazeres, cuidava da política; já não podia entregar-se aos seus divertimentos dilectos, à música que o apaixonava a ponto de lhe dedicar duas horas por dia, das cinco às sete, em Vila Viçosa, tratando, à tarde, das provas dos trechos a executar na real capela. Encarregava o seu agente João de Melo Carrilho de adquirir obras musicais e partituras, deliciando-se com as novidades. Amava não só a arte mas as artistas e, por vêzes, a admiração transformava-se em beijos. Era consumado crítico; entendia-se muito bem com os músicos e cantores, o que lhe devia ser difícil se não houvesse em seu espírito tendências iguais às dêles. Escreveria nos seus ócios: *Defensa de la musica moderna contra la errada opinion del Obispo Cyrillo Franco,* e também, mais tarde, *Resposta as las dudas que se pusieron á la missa de Panis, quem ego dabo, del Palestrina* ([2]). Dedicou-se a vários trabalhos do género ([3]), mas a governação afastava-o dêles. Os seus outros prazeres, a caça, a gineta, a lide dos touros, praticava-os de quando em quando na tapada de Alcântara. Passava temporadas no paço arrabaldino, fugindo dos salões da Ribeira.

Deveria ter rido muito com aquêle desafio do cunhado, caindo em meditação ao saber da sorte do marquês de Aiamonte. Podia ter-lhe sucedido o mesmo se falhasse a revolução portuguesa.



O rebelde, cercado na sua vila, vira entrar o conde de Peñeranda no solar; subira ao salão e, desoladamente, lhe contara como o davam por culpado da revolta. Devia apresentar-se na Côrte; dizia-lhe que o duque de Medina Sidónia fôra perdoado, insuflando-lhe ânimo e confiança. Entregou-se; partiu com alguns cavaleiros e familiares. Mandaram-no para o alcaçar de Segóvia. Pusera-se sôbre a culpa a laje de uma masmorra enquanto não selavam o fecho de um túmulo ([1]).

Depois do cadafalso do Rossio, no qual tinham expirado os fidalgos da Alta Traição, erguer-se-ia, sete anos depois, o patíbulo do castelo do Pinto, a seis léguas de Madrid, sôbre cuja plataforma morreria o bravo fidalgo espanhol que o seu cúmplice abandonara. Ainda mais um madeiro se salpicaria de sangue: o de Francisco de Lucena, secretário de Estado, pôsto em acusação de crime idêntico ao do duque de Caminha e do marquês de Vila Real.

Governara com o sentido admirável de quem pretendia manter o equilíbrio não fazendo muito mal, mas despertando as cóleras dos que deixavam de ser contemplados com as benesses, sempre negadas, e atribuindo as culpas ao ministro.

A fronteira fôra guarnecida; D. João da Costa e Matias de Albuquerque tinham-se distinguido; aumentaram-se as fortificações de Elvas, Olivença e Campo Maior, e ao romper-se a guerra os portugueses repeliram as arremetidas do conde de Monterey. Morrera no ataque o bravo Roque Antunes, soltando vivas a D. João IV ante os castelhanos que, em grande número, pretendiam obrigá-lo a aclamar Felipe IV. D. Francisco de Sousa defendia Moura e pelejava-se ao longo da raia, começando o inimigo os saques a que se respondia com menos intensidade preferindo-se a defesa ao ataque.

Reünidos os Três Estados, em 1642, no dia 18 de Setembro, votaram dois milhões e quatrocentos mil cruzados para as despesas da guerra, que prosseguia bravamente, enquanto os diplomatas buscavam as alianças e os auxílios.

Nem sempre foram isentos de culpas os que batalharam pela pátria. Intrigaram-se émulos por ambição, despeito e má-fé, mas, na hora do perigo, todos pelejavam para o mesmo fim.

Os espanhóis tinham em seu poder o Infante D. Duarte, vendido pelo imperador de Áustria, Fernando III. Prêso no castelo de Milão, era lamentado pela Europa, que não lhe podia valer. Luís XIII de França, sempre achacado, afastava-se mais dos negócios; Richelieu esgotara-se; ia finar-se ([2]). Outro car-

([1]) Impresso em Lisboa, no dia 23 de Junho de 1642, por Domingos Lopes Rosa.

([2]) Publicadas respectivamente em 1649 e 1655 e traduzidas em italiano.

([3]) Escreveu, ficando manuscritas: *Concordância da Música e passos della colligidos dos maiores professores desta arte; — Principios de música, quem foram seus primeiros autores e os progressos que teve.*

([1]) Supliciado em 10 de Dezembro de 1648.

([2]) Adoeceu Richelieu «por haber visto una comedia e salido

dial chegaria a receber a herança do poder, Giulio Mazarini, italiano, naturalizado francês desde 1639, e que o seu grande antecessor recomendara ao Rei. Não dedicaria a Portugal as atenções até aí votadas.

A situação era má. Faltavam soldados, oficiais, munições, dinheiro. Havia fé mas, de quando em quando, corria um alarme; dava-se um general por traidor e era o descalabro. O exército não sabia em quem confiar. Averiguava-se, sempre, que as acusações eram infundadas e o cativo da véspera lançava-se nos heroísmos.

A Espanha dispunha de mais recursos mas tinha que acudir a muitas batalhas e o conde-duque era cada vez mais odiado. Sentia-se falhar a sua política unificadora. Os povos entendiam-se para a desmembração seguindo as leis geográficas e as tradicionais. O que Richelieu antevera ia realizando-se. Engrandecer a Espanha equivalia ao predomínio de Castela e não o queriam catalães, aragoneses e biscaínhos.

Uma notícia chegada aos jesuítas espanhóis dizia: que faltara o pão em Portugal e por isso havia mal-estar. «Que el duque de Braganza está flaco, y que inclina à cruel, que lo tiene medroso la mar; que todavia se conservan muchos leales en Lisboa, y con ocasion de unos navios que habian dado vista a la ciudad, corrió la voz que era la escuadra de Dunquerque e como portugueses luego lebantaran voz: Viva El rey D. Felipe y otros, Viva El rey D. Juan y que se mataram muchos e que esta occasion degollaron de nuevo otro titulo por traidor» ([1]).

Não houvera sequer um tumulto digno de referência, mas fôra prêso Francisco de Lucena, secretário de Estado ([2]), que entrou em S. Julião da Barra. Imputavam-lhe negociações secretas com a Espanha com o fim de libertar seu filho, Afonso, que ali diziam cativo ([3]).

As principais razões seriam outras. Mandaram-se averiguar de suas culpas pelos desembargadores Francisco Lopes de Barros e Cristóvão Mousinho, e êles não encontraram motivos sérios para o manter na tôrre. O primeiro fôra considerado pelos espiões espanhóis, antes da Restauração, «buena persona, limpio de manos y inclinado al servicio de Sua Magestad»; o segundo, tido por letrado, «pero inclinado a la parcialidad y mucho a su parecer» ([4]). Queriam dizê-lo pelos portugueses que desejavam governar e servindo-os. Ambos os magistrados, de antagónicas tendências, pensavam em libertar o ex-ministro, cujas negociações em Espanha não eram de molde a vingar.

encendido de ella. Estuvo seis dias malo y visito lo El rey otras tantas vezes. Hubo muchas consultas à las quales assistia El rey. Dió lo por valido al cardinal Mazarini». — *Mem. Hist. Español*, de 3 de Janeiro de 1643.

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([3]) Idem, idem.

([4]) Notas de Diogo Soares para o conde-duque de Olivares.

Explicavam os inacianos: «La Marquesa de la Puebla habia concertado con El Rey que los portugueses le restituyesen su marido ([1]) y que El rey les enviaria allá Lucena, hijo de Francisco de Lucena, secretario de Estado en el consejo de Portugal, cuando aqui habia Consejo e ahora es muy favorecido del de Breganza; pero dice se por muy cierto que el de Lucena que está aqui, no quiere volver allá» ([2]).

Se não voltava a Lisboa era apenas porque desejava ficar em Madrid, onde, de-certo, o prendiam mais interêsses que cadeias e não era maltratado, pois de outro modo partiria, embora só para dar azo à libertação do marquês de la Puebla, voltando de novo à Côrte.

D. João IV mandara Pedro de Mendonça soltar o antigo secretário de Estado, que, rejubilando, deu a nova a D. Luís de Noronha, cunhado do detido, mas logo chegaram à tôrre de S. Julião três companhias comandadas por D. Álvaro de Abranches, que deviam obedecer ao general das galés, Jorge de Meló, encarregado de novamente lançar mão de Lucena e do govêrno da fortaleza.

O mensageiro foi Pedro Ferraz, capitão de uma das galés e que ficou prêso por Pedro de Mendonça, visto ter ordem contrária em relação ao estadista. Desconfiava-se de tôda a gente; nem se poupara à acção da tropa o guarda-mor da real pessoa só porque mantinha amizade com o cunhado do réu, cujo irmão, Cristóvão de Matos Lucena, também fôra capturado com o filho, Martim Afonso, nem escapando um íntimo do político ao qual muito devia a nação: Francisco de Ornelas da Câmara, que tomara a Ilha Terceira aos espanhóis, era também acusado de ser parcial ao cabo de pouco tempo da sua façanha heróica. Punia-se a sua intimidade com o alvejado.

Pedro de Mendonça sabia que Jorge de Melo e D. Álvaro de Abranches detestavam o prêso; tomou à conta de raiva aquêle espectáculo marcial, mas o enviado disse-lhe que procediam por ordem de El-Rei, visto ter-se descoberto uma conjura na qual Lucena estava comprometido. Entregou-o ao corregedor da Côrte; o antigo companheiro de Pedro de Mendonça na conspiração restauradora, Jorge de Melo, tomava conta do forte. O seu procedimento baseava-se no que se descobrira acêrca do seu governador, D. José de Meneses, irmão do conde de Cantanhede. Ligado aos espanhóis, como se inventara, e tendo à sua guarda o suspeito Francisco de Lucena, nada mais natural que resistir a quem pretendesse arrebatá-lo. Eis o motivo por que marchara a tropa.

Mendonça compreendeu. Viu o magistrado conduzir Lucena no côche escoltado por uma companhia, mas o povo tumultuara à volta do veículo pedindo a

([1]) O principal ministro que servira com a Duquesa de Mântua.

([2]) *Memorial Historico Español*, vol. XVI.

cabeça do acusado, que sem aquelas armas teria sido morto.

Era incompreensível a rápida mudança de El-Rei em relação ao seu ministro. Deviam acudir-lhe as antigas perfídias do pai dêle, traindo os interêsses brigantinos; julgá-lo-ia capaz de tudo, tanto mais que D. João da Costa, general de suas armas, viera do Alentejo, propositadamente, contar-lhe o que se passara em relação ao ex-secretário de Estado.

Uma ronda que D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos e governador da província fronteiriça, mandara vigiar a caminho de Badajoz, prendera um criado de D. Pedro Bonete, catalão ao serviço de Portugal, e que não pudera conter o segrêdo do amo. Desculpara-se, ao comêço, mas acabara por confessar que fôra portador de cartas do patrão para D. João de Garay com o fim de lhe entregar o forte de Santa Luzia, confiado à sua dignidade de ajudante de tenente do Mestre de Campo.

Diante do governador negou a acção que o criado lhe imputava; puseram-no a tratos e não confessou nem mesmo quando lhe mostraram as missivas que o general espanhol enviara por intermédio de um holandês. Êste, muito grato às amabilidades com que o receberam, espontâneamente depusera os documentos nas mãos do fronteiro-mor.

D. João da Costa, dando mostras da habilidade diplomática que o consagraria, obtivera pela subtileza o que até aí não se conseguira mesmo pela tortura. O catalão contou-lhe o que dizia ser a verdade. Estando na sua pátria, o marquês de Inojosa, governador do Principado, enviara-o a Portugal com cartas para D. José de Meneses, tio de D. António, conde de Cantanhede, membro do Conselho de Estado e governador de S. Julião da Barra, que o incumbira de servir em Elvas até à primavera, pois teriam então grande obra a realizar. Tratava-se da entrega da fortaleza aos espanhóis.

Acrescentara que, vindo da Catalunha para a Rochela, ao embarcar se lhe deparara um oficial de Sant'Iago, de nome Manuel de Azevedo, que era portador de três cartas assinadas por Olivares, Diogo Soares e Afonso de Lucena, as quais deviam ser entregues ao secretário de Estado. Por isso, El-Rei, informado por D. João da Costa, mandara sustar a ordem de soltura e continuar o processo do suspeito.

D. José de Meneses resistiu aos tratos espertos que lhe aplicaram; as cordas retesadas pelas voltas do torniquete chegaram-lhe aos ossos, mas negou sempre a perfídia que lhe atribuíam. A carne dilacerada, tanto como a alma, porque os algozes o tratavam por você, testemunhava do menor o superior ânimo do fidalgo [1]. Os dois criados de Lucena, também ligados ao potro, não acrescentaram novos pormenores às suas declarações.

Manuel de Azevedo, sofrendo o castigo, confessava ter sido o portador das cartas; cessando o suplício, curtindo-lhe as feridas com sal e vinagre, dizia-se inocente. Jamais recovara missivas. Por fim, assentiu; entregara a correspondência num maço ao secretário de Estado. Bonete declarara tê-la vista separada. Hesitava-se em tomar por bons os depoïmentos assim arrancados, e talvez se tivesse salvo o estadista acusado se não aparecesse um testemunho idóneo a comprometê-lo, embora noutra culpa.

O jesuíta Francisco Mançcos, regressado de Espanha, assegurou ter sabido que o político se correspondia com Olivares; juntara às declarações uma carta na qual pessoa de confiança afirmava haver em Madrid grande espanto pelas mercês concedidas ao ministro, porque se esperava que se cumpliciasse na conjura do arcebispo de Braga.

O catalão e António Coelho, criado do prêso, e que falara dêle, conseguiram escapar-se do cárcere, mas, capturados de novo, o militar afirmou que o servo do secretário de Estado lhe confidenciara ter sido realmente o portador de cartas do conde-duque para seu amo e «que lhe ouvira dizer que se tivesse um filho em Portugal havia de fazer uma grande facção» [1].

Os tratos acabaram por desligar a língua, um pouco entaramelada, de António Coelho; Manuel de Azevedo ouviu ler a sentença que o condenava a ser arrastado e enforcado com os cúmplices.

Voltaram a negar; o primeiro atribuíu as suas declarações aos tormentos; o segundo enlouqueceu. Bonete asseverou que inventara a questão das cartas de Olivares, Soares e Afonso de Lucena para lhe pagarem a falsa delação com a liberdade colhida por outros motivos. Enquanto ao nome de D. José de Meneses, citara-o visto se lembrar dêle por ser seu padrinho. Deduz-se que só o catalão queria traficar com o forte de Santa Luzia.

O velho ex-secretário de Estado, depois de lhe infligirem um trato áspero, desmaiara, mas condenaram-no à morte [2], dizendo-se provado o crime das cartas e que «por antigo ódio que tinha ao Infante D. Duarte lhe dilatara o aviso que El-Rei mandara fazer para passar da Alemanha a êste Reyno por querer dar tempo aos Castelhanos para o prenderem como succedeo» [3].

Até ao último momento protestou a sua inocência [4], mas foi decapitado [5] e «ficou no juízo dos que

---

[1] Prêso por ordem de El-Rei, fôra entregue ao corregedor da Côrte pelo novo secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, em presença de D. Antão de Almada e de seu filho D. Luís.

[1] Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

[2] 22 de Abril de 1643.

[3] Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

[4] Foi rehabilitado, mais tarde, em virtude da confusão do processo.

[5] 28 de Abril de 1643.

o não sentenciaram à morte muito duvidosa a sua culpa». O cutelo empregado disse-se ter sido o que êle oferecera para matar o duque de Caminha depois de servir no suplício de D. Rodrigo de Calderon, em Espanha ([1]).

D. José de Meneses sofreu um ano de prisão no Limoeiro e passou a residir em Cantanhede entregue a uns sobrinhos. Quando o soberano o convidou a regressar à Côrte, recusou e ali faleceu. Francisco de Ornelas da Câmara, que libertara a Terceira do jugo espanhol, também dado por inocente, partiu para a sua ilha a afogar pesares no campo do heroísmo que lhe deveria parecer ignaro sem os resultados ópimos oferecidos à pátria.



Apressava-se a reorganização da armada, em que D. João IV muito intervinha, assim como no que dizia respeito ao exército.

As colónias tinham-no aclamado sem o menor vislumbre de resistência. Mazagão recebeu a notícia da Independência com estrondosas salvas. Governava a praça Martim Correia da Silva. D. Francisco de Almeida praticara do mesmo modo em Tânger; D. Rodrigo da Silveira, conde de Sarzedas, em Ceuta, e Pedro César de Meneses na possessão de Angola. Em Moçambique, à chegada do correio, Manuel de Liz, o governador, António de Brito Pacheco, ainda antes de abrir a carta, já saüdava com os soldados o nome do monarca.

Governava a Índia o conde de Aveiras, D. João da Silva Telo, e realizava-se uma cerimónia religiosa em Pangim quando um menino de nove anos, André de Liz, filho do correio que não pudera desembarcar, atirara de chofre a notícia. Sucedeu o delírio à gravidade da festa e mandou-se por terra Francisco da Silva Soto Maior dar a nova ao vice-Rei, mas o pequeno apareceu primeiro e entregou as cartas ao ilustre fidalgo. Ordenou a aclamação jubilosamente e condecorou o infantil e bravo mensageiro com o hábito de Cristo ([2]).

([1]) Não deve ter sido verdade que o cutelo fôsse o mesmo que decapitou o célebre valido do duque Lerma, porque certo clérigo espanhol, D. Juan de Espina, grande coleccionador de objectos raros e muitos dêles preciosos, legara em seu testamento a Felipe IV o seguinte: «24 instrumentos musicos exquisitos que tiene y el cuchilo y venda con que degollaran à Rodrigo Calderon y que le advertiesen, cuando tomasse el cuchilo, fuere por tal parte porque siendo por otra amenazaba fatal ruina a una grande cabeza de España.» — *Mem. Hist. Esp.*, vol. XVI, pág. 493.

([2]) A versão, que é a do conde da Ericeira, no *Portugal Restaurado*, foi refutada no folheto do senhor Amâncio Gracias, intitulado *À margem do próximo Centenário da Restauração de Portugal. Como esta foi anunciada em Goa.*

Na Baía, o marquês de Montalvão foi presto em cumprir o seu dever, mas como a espôsa e os filhos se pronunciaram por Castela, viram-no com desconfiança e, a-pesar-de já ter aclamado El-Rei, o jesuíta Francisco de Vilhena, enviado do Reino, prendera-o, sendo conduzido para Lisboa.

Acompanharam-no no cárcere os seus oficiais Joanne Mendes de Vasconcelos e Diogo Mendes de Figueiredo. Os holandeses celebraram, em Pernambuco, a libertação de Portugal da Espanha, mandando o conde Maurício de Nassau salvar tôda a sua artilharia. Salvador Correia de Sá procedeu de igual modo no Rio de Janeiro.

Amador Bueno, insigne capitão que o povo queria aclamar Rei do Brasil, sua pátria, saüdara como único monarca o duque de Bragança.

Macau enviara para Lisboa um bom donativo, duzentas peças de bronze e munições.

Os batávios guerreavam ainda no Oriente, mas os diplomatas pretendiam fazer cessar as hostilidades fechando-se uma aliança.

Falhara um grande auxílio: o que Luís XIII concedia a Portugal; morrera depois do seu grande ministro, o cardial de Richelieu, e Mazarino escusar-se-ia a cumprir os tratados.

No Minho, como no Alentejo e Beira, batiam-se bravamente os portugueses anteparando as investidas dos espanhóis cujos exércitos eram sempre superiores aos nossos.

Depois do Conselho de Guerra criara-se o Ultramarino, presidido pelo marquês de Montalvão, ilibado de tôdas as culpas e muito considerado pelo soberano, a-pesar-da espôsa e dois dos seus filhos continuarem a mostrar-se parciais da Espanha ([1]). Os outros membros do Conselho eram Jorge de Albuquerque, Jorge de Castilho e João de Figueiredo Delgado.

O monarca quis ir ao Alentejo animar o exército com a sua presença, e, entregando o govêrno à Rainha ([2]), foi à Sé assistir à benção do estandarte que apresentou ao alferes-mor D. Francisco Coutinho, conde de Redondo. Passou no bergantim a Aldeia Galega e ao chegar a Évora ([3]) festejaram-no entusiàsticamente, hospedando-se no palácio do conde de Basto, tão provado quando das Alterações.

Não esteve muito tempo na cidade; retirou-se incó-

([1]) D. Jorge de Mascarenhas, conde de Castelo Novo, marquês de Montalvão, desposara D. Francisca de Vilhena, filha de Manuel de Melo Magalhães, governador de Malaca. Nasceram daquele consórcio D. Francisco de Mascarenhas, que morreu governando Mazagão, em 1640; D. Pedro, marquês do título em Castela; D. Jerónimo, eleito bispo de Segóvia e Astorga; D. Fernando, conde de Terena, e D. Simão, conde de Penedono, ficaram em Portugal sendo a mãe enclausurada no convento das Capuchas de Sacavém. Tais foram, porém, suas intrigas, que o marido voltou a ser prêso e morreu no Castelo de São Jorge, em 1 de Janeiro de 1652.

([2]) Assistiam ao Govêrno D. Manuel da Cunha, bispo capelão-mor, Sebastião César de Meneses e o marquês de Ferreira.

([3]) 20 de Julho de 1643.

gnito para voltar a Lisboa e ver a espôsa, que deixara em vésperas de bom sucesso [1], mas, como o parto demorasse, regressou à fronteira, começando a organizar os preparativos para o grande ataque que devia deflagrar-se em Setembro.

Foram felizes os êxitos das armas e, no Minho, igualmente praticaram prodígios o conde de Castelo Melhor e D. João de Vasconcelos, como sua espôsa, D. Mariana de Lencastre, na defesa de Monção [2].

Ganhar-se-ia a primeira grande batalha na fronteira alentejana, a de Montijo [3], na qual se ilustraram Matias de Albuquerque, algumas vêzes alvo de desconfianças a-pesar-da sua imarcescível glória.

D. João IV, levando consigo o Príncipe D. Teodósio, fôra a pé à Igreja Maior dar graças a Deus pela vitória, amerceando o general vencedor com o título de conde de Alegrete.

Eram más as novas do Brasil. Os holandeses não abandonavam Pernambuco, onde a guerra prosseguia. Tinham julgado seu prémio a cessão da colónia pela aliança contra a Espanha.



Em Janeiro de 1643, a Duquesa de Mântua, que estava em Ocaña, saíu, sem licença, para Madrid impelida pela necessidade.

Faltava-lhe dinheiro; não podia sustentar o seu séquito e rompera com a etiquêta e até com o orgulho.

Dirigira-se ao conde-duque de Olivares, que se negou a recebê-la, sendo então presente a El-Rei. Durou largo tempo a audiência e a ex-vice-Rainha recolheu-se ao convento da Encarnacion, onde se postou a guarda de honra.

No fim da entrevista régia foi chamado o marquês de Aytona, recentemente chegado de Saragoça, e Felipe IV interrogou-o acêrca do que se passava em Aragão e Portugal. Claramente, o fidalgo respondeu e o soberano, dirigindo-se para os aposentos do ministro, acusou-o de não lhe ter contado vários acontecimentos, ao que o favorito volveu mentindo pòliticamente: «Pues, ¿como de Aytona me ha dicho lo contrario?» — interrogou o monarca, requerendo Olivares a comparência daquele fidalgo, capitão das guardas reais. Desviou o amo a acareação, mas imediatamente lhe pediu a chave de duas gavetas e saíu.

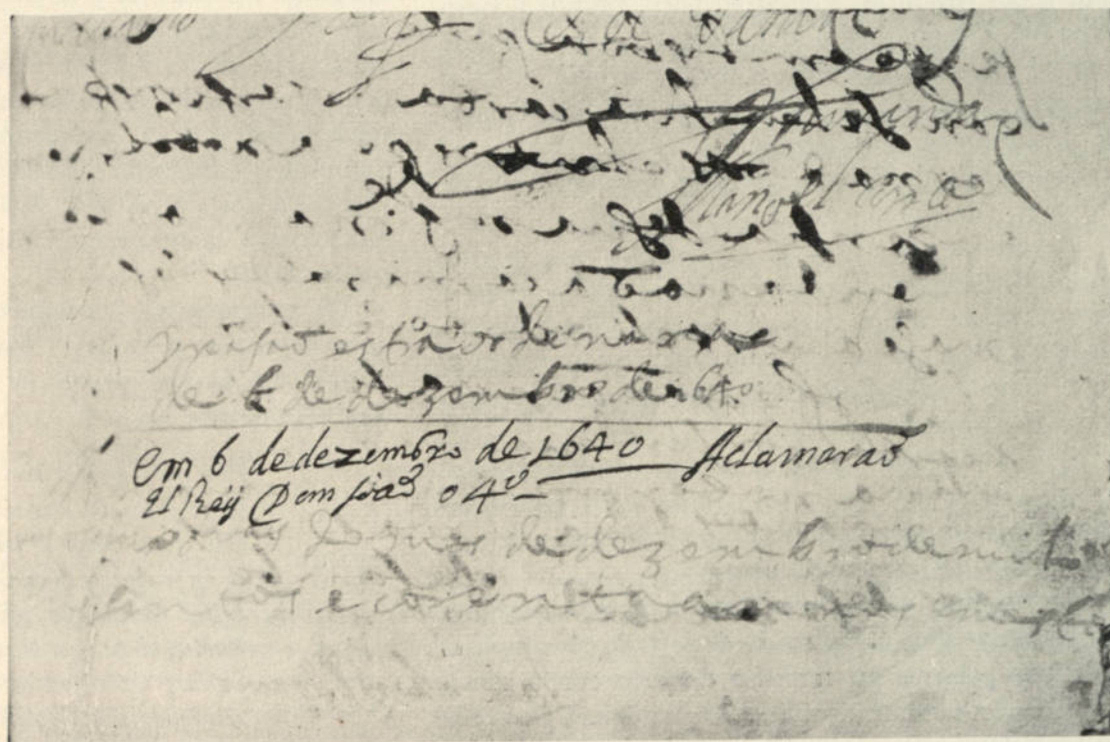
Jogando um golpe, que seria certeiro noutra ocasião, o político solicitou licença para se recolher ao seu estado de San Lucar; porém, o monarca redarguiu: «Tan lejos, no, conde, más cerca si».

Iria para Loeches depois de entregar os selos e papéis de Estado e de saber que seu sobrinho D. Luís de Haro fôra escolhido para o substituir.

Anunciava-se que o duque de Medina Sidónia seria de novo pôsto em acusação como traidor, mas declarara ter procedido sempre por ordem do conde-duque. Era a acumulação de provas, embora disparatadas, para se perseguir o valido. Todos êles caíam do Olimpo no limbo.

Extorquiam-se 400 mil ducados ao cunhado de D. João IV e outros tantos ao marquês de Aiamonte; se êste não os tivesse, pagá-los-ia o parente.

O soberano deliberara, como ao subir o trono, intervir nos negócios. Disfarçava a desgraça do valido mentindo por sua vez ao dizer que êle instava pela demissão «por hallar se en gran falta de salud y julgar que no podrá satisfazer conforme sus deseos a la obligacion de los negocios que le he encomendado.


Em 6 dedezembro de 1640 Aclamarão
El Rej Dom João o 4º

Trecho do Auto da Aclamação de D. João IV em Coimbra

[1] Nasceu em 21 de Agôsto de 1643 D. Afonso, depois rei.

[2] Ver na IV parte a descrição daquelas batalhas. Trata-se do conde de Castelo Melhor, pai do ministro de D. Afonso VI.

[3] 26 de Maio de 1644.

Y lo he ido dilatando per la satisfaccion grande que tengo de su persona y a la confianza que tan justamente hacia de el nacida de las experiencias continuas que tengo del celo, amor y limpieza e incessanto trabajo con que me ha serbido tantos años.»

Pôsto o preâmbulo, disfarçava no cansaço, doença e insistência do ministro em descansar a sua vontade de o pôr a distância. Escrevera a D. Francisco de Melo, grande de Espanha, conde de Assumar, marquês de Torrelaguna, da casa dos marqueses de Ferreira e general das suas armas a-pesar-de português:

«Yo tomo el reyno y espero en lo que os tocare me ayudareis a llevar de modo que seiaes uno dos instrumientos de mi descanso y del bien y quietitud de toda la monarquia».

O desterrado deixou o paço numa terça-feira, contando voltar do Escurial na quinta, não desejando encontrar já o conde-duque. Esperaram-no no regresso, a meio caminho, os duque de Hijar, Ossuna e Infantado e conde de Lemos, gentileza que o monarca muito agradeceu. Encontrou, ainda, o ministro e ante as desculpas por não ter saído, sentiu o régio desabrimento. Conservou-se até ao dia seguinte, mas o monarca mandou-o partir e, para evitar desculpas, ordenou ao conde de Grajal que lhe desse um carro de três parelhas, duas facas e uma mula de Estado, em virtude de o conde-duque não poder viajar sem aparato. Almoçou pouco; assistiram-lhe Rioja e um antigo criado, então intendente da Rainha; acompanhava-o também o padre Juan Martinez Ripaldo. Desceu dos seus aposentos, pelas treze e meia horas, e mandou correr as cortinas do carro. O povo aclamou o soberano, que foi aos conventos da Encarnacion e das Descalças. Voltou ao paço, reüniu o Conselho de Estado, pedindo-se contas ao marquês de Leganés de dois milhões e seiscentos mil ducados entregues para as despesas da guerra de Itália. Falava-se de contas de grão capitão.

Assim saíu da Côrte e do poder o conde-duque de Olivares, tão grande inimigo de Portugal.

Recolhido à sua quinta de Loeches, não recebia visitas. Levantava-se pelas oito horas, ouvia missa e ficava orando até às onze. Almoçava; rezava mais à tarde e à noite em comum e no oratório com o jesuíta Juan Martinez Ripaldo e tôda a sua gente, oferecendo o rosário a Sua Majestade.

Um capuchinho prègara contra êle em Ocaña, fazendo o paralelo entre as vinhas reais cultivadas pelos amos ou pelos criados. Concluíra: mais vale que o dono as trate mandando os servos.

Começaram os vexames para amigos e parentes do antigo valido. A espôsa do desterrado fôra maltratada por palavras no corredor do paço e não conseguira saber quem a insultara visto as damas passarem embiocadas.

Queixou-se ao soberano, que lhe respondeu:

— «Condessa, já vos disse que embaraçais e não hei-de castigar a um povo que julga ter razão».

Pouco depois o político era enviado para Sevilha em virtude da publicação de irritante panfleto atribuído a um clérigo do seu serviço. Foi para Toro, a trinta léguas de Madrid. Não ficaria na cidade; passou à fronteira, de onde dava notícias da guerra em grande tristeza. Já não era sequer uma sombra da arrogância; ia regressar a Toro.

Corriam versos satíricos acêrca da luta das fronteiras. Diziam:

La guerra de Portugal
De tal sorte se gobierna,
Que para que sea eterna
Se dispone en todo mal.
O és falta de general
O és culpa dos soldados,
Que unas y otras enroscados
En su insasiable codicia
Afrontam a la milicia
Con robos y con pecados.

Continuava nestes termos em engraçadas rimas, nos quais a crítica fuzilava como coriscos entre trovoada inclemente.

O antigo ministro omnipotente lamentava-se no auge do desespêro; tratava de assuntos militares e intercalava despeitos que deviam provocar sorrisos desdenhosos:

«Por todo este junto y ver viu que por una prorogacion de mi servicio en esto mismo lugar, si S. M. ni sus ministros se accuerdan que hé nacido en el mundo, he julgado pelo mejor el estar me olvidado, assegurar mi persona y dejar me gobernar, quer en la parte de valor no me acusa la conciencia en ninguna edad, por la infinita mesericordia de Diós y fio della que quando sin deshonrar se me mandare aventurar la persona lo haré conmenos caudal e fuerzos que el más esfuerzado cabo de SS. MM. en mi rincon y con un par de pistolas. Estimo menos en mi vida quanto mas la destimen y asi reparaceré menos en perder la» ([1]).

Os pasquineiros continuavam os tremendos ataques decorados pelo povo, mas a mais irritante das críticas era a que, depois de narrar desastres espanhóis, concluía:

Los que gobiernan España
O seu juicio engaña
Ou lleva paso a paso
A su ruina y fracasso.
Qual Catalluña, ante ayer
Portugal se perdió ayer
Se hay Extremadura pilha
Andalucia y Castilla

([1]) Carta de Olivares — Outubro de 1643.

Mañana? Que han hacer
Cometiendo à España estan
Por dar con ella al través,
De un parte el português
Y de otra el catalan
Uno y otro pian, pian,
Ganando tierre se viene
Aunque procurar conviene
Remedio para los dos,
Se no remedia Dios,
Remedio España no tiene (¹).

A-pesar-de tantos avisos, preocupações, conselhos e cuidados da governança, o soberano português ainda tinha tempo para os amores extra-conjugais. Saüdoso de Vila Viçosa, era na tapada de Alcântara que procurava os prazeres da caça e as rusticidades de seu agrado. Preferira os trajos grosseiros e as comidas ordinárias, dizendo que «todo o pano cobre e todo o pão sustenta», e por aquelas sombras da mata arrabaldina monteava e tinha folguedos, às vezes perturbados pela chegada imprevista dos conselheiros.

Dos seus amores nasceria uma menina, que recebeu o nome de Maria (²), filha de senhora de sangue limpo, que entrou no convento de Chelas a penitenciar-se doando-se a Deus e fugindo do mundo dos pecaminosos amores com um rei casado.

A criança foi entregue aos cuidados de António Cavide, tão pouco a ocultas que constou logo haver o monarca mais uma filha além de D. Catarina e D. Joana. Espreitava-se a venturosa que dera à luz o rebento régio, que seria legitimado, não descontando as amarguras da amante estonteada pela preferência havida por seus encantos, mas desencantada ao sentir que, tirando-lhe a filha, a mergulhavam para sempre numa cela expiatória, na qual seria ainda capaz de causar zelos.

Disse-se que outra criança viera ao mundo nada dos reais amores, mas que não teria honras reais, embora alguns privilégios lhe fôssem concedidos. Seria um bastardo (³).



É a emulação febre que corrompe tôdas as fibras, desperta os maus instintos, impele à vingança e derrota o bom senso; ataca, quási sempre, os que muito possuem em honras no mundo, e mais desejam, embora também atinja e mova os pequenos. O mal é o mesmo, porque a doença tanto fere ricos como pobres, grandes como humildes, sòmente é de mais vista e retumbância nos palácios do que nos tugúrios.

Se os soldados se invejassem, melhor seria para as hostes e ficaria entre as falácias do acampamento o despeito e a cólera; mas sendo os generais que se degladiavam, mal ia para as operações, reputando-se por inimigo o camarada e molestando-o mais que ao estrangeiro.

D. João IV soubera das intrigas nascidas da erupção da rivalidade na qual andavam envolvidos ilustres chefes, nomeadamente Joanne Mendes de Vasconcelos, Matias de Albuquerque e o conde de Castelo Melhor.

Havia partidos no Paço e Sua Majestade, querendo impedir tantos erros, passou mais uma vez ao Alentejo (¹), acompanhando-o grande parte da nobreza que ia combater o formidável exército do marquês de Laganés. Até um rajá, o da Maldiva, que se arriscara até Lisboa a-fim-de pedir auxílio ao soberano contra um irmão que o espoliara, foi pelejar nas fileiras portuguesas. Os pleitos não acabavam, intrometendo-se nêles mais cabos de guerra.

Em Roma cresciam as dificuldades para o reconhecimento e em Pernambuco prosseguia a guerra, na qual se distinguiram João Fernandes Vieira, o chefe índio D. António Felipe Camarão e o negro Henrique Dias, as duas raças naturais do Brasil coligadas para salvação do domínio português. André Vidal era o expoente dos capitães naquelas terras que os improvisados cabos de guerra limpariam de holandeses.

Transferiam-se, constantemente, os generais do Alentejo. Castelo Melhor reedificara praças e dera suas provas, mas votava-se pelo conde de Alegrete (²).

O monarca tinha grandes escrúpulos e desejava consultar as Côrtes nos momentos mais embaraçosos e por isso as convocou, visto prolongar-se a guerra.

Em Dezembro de 1645 foram eleitos procuradores de Lisboa D. Francisco de Faro e o doutor Gregório de Mascarenhas Homem, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação. Computava-se em quatro mil cavalos e dezasseis mil infantes o efectivo das fronteiras com o pagamento dos dois milhões cento e cinqüenta mil cruzados a saírem das décimas, exceptuando o pão, a carne, o vinho, azeite e calçado. Todos pagariam as contribuïções, e, criando-se a Junta dos Três Estados, nela figuraram como deputados da nobreza Sebastião César de Meneses, bispo

(¹) *Memorial Historico Español.*

(²) Em 25 de Março de 1650 entrou no convento de Carnide, das Carmelitas Descalças, por ordem do pai, que entregou a sua educação a sóror Margarida da Ressurreição, sendo sua mestra madre Micaela Margarida de Santa Ana, filha do imperador Matias da Alemanha, e que fundara o mosteiro em 1642. A-pesar-de terem querido casar D. Maria com o duque de Cadaval, ela preferiu a vida religiosa, falecendo em 7 de Fevereiro de 1693.

(³) «Un document officiel passé par le Roi de Armas de Portugal à la famille des Bragances de Cette, gentilshommes de la province du Minho, pour le permettre de porter les armoiries du duc D. Alphonse I donne à Jean IV un autre fils illegitime, non reconnu, appelé Alphonse Fayão, qui fut cure (abbade de Baltar)» — António Augusto Teixeira de Vasconcelos — *Les Contemporains.*

(¹) 1645.

(²) Matias de Albuquerque. Ver Biografias.

Medalha de ouro comemorativa da provisão de 25 de Março de 1646, que mandava tomar por Padroeira do Reino Nossa Senhora da Conceição





(Tem na face a imagem com a data de 1648, e no verso as armas de Portugal sôbre a Cruz de Cristo)

eleito do Pôrto, e D. Álvaro de Abranches, do Conselho de Guerra; eram representantes dos povos Tomé de Sousa e Rui Correia Lucas; o clero tinha por delegados Pantaleão Rodrigues Pacheco, prelado eleito de Elvas, e o seu colega de Miranda, D. Pedro de Meneses.

Depois de ouvidos os Três Estados o soberano mandou lavrar o decreto pelo qual se erigia Padroeira e Defensora dos Reinos e Senhorios de Portugal a Imaculada Conceição Virgem Maria. Escolhera para a cerimónia o dia 25 de Março de 1646, rememorando D. Afonso Henriques que, «sendo aclamado e levantado por Rey», elegia para o patrocínio de seus Estados Nossa Senhora do Claraval ([1]).

A carta de El-Rei dirigida à Universidade considerava que, desde 1618, se rendia o mesmo preito a Nossa Senhora nas escolas de Salamanca.

O documento, lido em Claustro Pequeno no dia 20 de Junho, motivou o juramento, oito dias depois, com as grandes festas, às quais assistiram lentes de tôdas as Faculdades com os escolares, tendo celebrado missa o geral dos Cónegos Regrantes, D. Leonardo de Santo Agostinho. Prègou frei Leão de São Tomás. Prestou-se o juramento de joelhos e em grande expressão de pura fé.

A imagem venerava-se na real capela de Vila Viçosa e recebeu o seu feudo de cinqüenta cruzados de ouro anualmente; a tradição afirmava que o próprio condestável D. Nuno Álvares Pereira colocara no altar a preciosa e santa escultura da Virgem, que seria Padroeira do Reino e nêle adorada fervorosamente.

Continuavam as negociações em Roma para o reconhecimento da independência do Reino, tendo o padre Nuno da Cunha substituído o intemerato bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal ([1]), que se batera nas ruas da Cidade Eterna contra o embaixador espanhol marquês de los Vellez, seu séquito e rufiões.

Os Pontífices não se resolviam a aceder aos argumentos justos do soberano e dos seus embaixadores ([2]) porque temiam a Espanha ameaçadora, embora já não estivesse no poder o conde-duque de Olivares.

A sua desgraça fôra fulminante a-pesar-do grande ascendente outrora exercido no espírito de Felipe IV, que, para mais firmemente demonstrar o seu aborrecimento, o substituíra pelo próprio sobrinho D. Luís do Haro.

A actividade contra Portugal redobrara, indo desde a guerra às intrigas diplomáticas e aos preparativos de assassínios.

No desafio que o leviano e extravagante Medina Sidónia enviara ao cunhado dizia oferecer a sua vila de San Lucar de Barrameda a quem matasse D. João de Bragança, e, embora o prémio não fôsse tão opulento, tentara-se com outro um português exilado.

Não fôra só o conde-duque o perverso urdidor de intrigas e de ciladas.

Êle morrera desterrado, havia já dois anos, quando em Espanha se armou o braço que devia tentar o regicídio em Portugal.

Eis como um jesuíta descreveu o fim do político dirigindo-se ao colega com quem habitualmente se correspondia.

«Padre mio: todo se acaba, lo pequeño e lo grande. Murió el conde duque de San Lucar en Toro, a 22 de esto (Junho de 1645) de un grande tabardillo. Sintia se mal dispuesto siete dias antes; dijeranle que nó se levantásse mas no haciendo caso de la indisposicion se levantó, confessó y comulgó y volvio se a la cama. Empezo a picar la calentura y hezo rapto la cabeza, dejando le sin juicio y con gran modorra. Con beneficios que le hicieron volvio en si: dió poder para testar a sua mujer y dicen mas que la deja heredera, outros que por usufructuaria» ([3]).

([1]) Os três autos públicos foram distribuídos do seguinte modo: um enviado a Roma para se auferir a confirmação da Santa Sé e os outros guardados na Tôrre do Tombo e no Cartório da Casa de Nossa Senhora de Vila Viçosa. O Rei seguia a tradição de seus maiores, não só do fundador da Monarquia mas de Nuno Álvares Pereira, que à Mãe de Deus consagrara o convento do Carmo, e de D. João I que mandara construir sob a sua invocação o mosteiro da Batalha e inscrever nas portas da capital o louvor à Virgem. Acrescentar-se-ia no culto, decretado por D. João IV, a obrigação de os lentes e estudantes da Universidade de Coimbra, antes de tomarem qualquer grau, jurarem defendê-la.

Cunharam-se medalhas de ouro comemorativas de vinte e dois quilates, pesando dezóito oitavas, e outras de prata, de uma onça. Seriam consideradas, depois, moedas correntes, valendo, respectivamente, doze mil réis e seis tostões.

([1]) Ver Biografias.

([2]) Os Papas que recearam dar a sentença favorável a Portugal foram Urbano VIII, Inocêncio X e Alexandre VII.

([3]) Carta do padre Sebastião Gonzalez para o padre Rafael Pereira — 25 de Junho de 1645. *Mem. Hist. Español.*

Desabara uma grande tempestade em Madrid nesse dia e durante as exéquias, pouco concorridas, do cruel inimigo de Portugal, que desceu à sepultura no seu feudo de Loeches.

Vates zombeteiros publicaram um testamento em verso no qual ridicularizavam sua memória, talvez depois de a terem incensado quando dispunha das mercês.

Um ano depois, em 9 de Outubro, falecia o Príncipe D. Baltasar Carlos, herdeiro da coroa de Espanha.

Devia faltar a Felipe IV o braço do ministro, no qual se habituara a apoiar-se.

Caíra em desalento e acabara por abolir as pensões que pagava aos fidalgos portugueses acolhidos à sua Côrte. Morrera, também, Cid de Almeida, ouvidor do Conselho de Portugal, e os membros daquele instituto que restavam, sentindo o aborrecimento do monarca ou a sua cólera fustigadora, deliberaram recorrer aos grandes meios: ao regicídio na pessoa de D. João IV.

Estava homiziado em Madrid, e bem acolhido em diversos centros de política secreta, Domingos Leite Pereira, que fôra escrivão do cível da Côrte em Lisboa. Aliciado, à conta de ambições ou de despeitos, recebera um hábito de Cristo depois de praticar com os agentes de D. Luís de Haro, tão perverso nos processos de ataque a Portugal como seu tio e antecessor, o falecido conde-duque de Olivares.

Peitaram o escrivão para assassinar o Rei entronizado pela revolta, e mal contando com a energia e firmeza da Rainha esperavam que do tumulto resultante daquela morte violenta nascesse a vitória nas duas fronteiras. O regicida escolhera para companheiro Roque da Cunha, ao qual disse vir a Lisboa matar a espôsa, que lhe era infiel. Mentira-lhe sôbre o verdadeiro propósito da jornada.

Entregaram ao mandatário «quatrocentos escudos, uma espingarda, quartos, um pelouro e dois vasos com peçonha para os poder ervar», e passaporte para transpor a raia, do que se prevenia o governador de Badajoz, marquês de Mollingen, oficial flamengo ao serviço da Espanha.

Entrando em Portugal com o companheiro, em 6 de Maio de 1647, o criminoso escondeu-se depois de ter alugado três moradias contíguas no princípio da rua dos Torneiros. Devia passar ali a procissão do Corpo de Deus, na qual o soberano figuraria na «forma do costumado pelos senhores Reys deste Reyno», e tudo se arranjara «com tal apercebimento, que uma das casas que ficassem com a porta para outra rua defronte para onde fàcilmente depois do caso feito — o atentado — o assassino pudesse escapar, sem ser tomado, rompendo com alavanca de ferro as ditas três moradas de casas para mais fácil expedição de sua fugida».

Rasgara seteiras nas paredes, aguardando a passagem do cortejo religioso com a arma atochada de balas



A gravura representa o estado actual — esquina da Rua dos Fanqueiros com a Rua de S. Nicolau — do lugar onde se preparou o atentado contra D. João IV e no qual D. Luísa de Gusmão mandou edificar o convento do Corpus Christi das Carmelitas Descalças

envenenadas. O companheiro que alugara as casas fôra esperá-lo para o postigo da Graça com duas montadas, a-fim-de se porem a salvo após o regicídio.

Ao alvorecer começaram a tocar os sinos da Sé e por tôdas as igrejas matinavam os campanários; as ruas estavam iluminadas desde o comêço da noite e as lâmpadas bruxuleavam na antemanhã. O prédio da esquina da Fancaria comunicava com o dos Torneiros e com o do beco do Ponce Leão; mirando bem as passagens da posição escolhida o criminoso veria começar a aglomerar-se o povo, a turba festiva que aguardava a procissão.

Falazava-se; ofereciam-se as borrachas de vinho para o desjejum e nacos de pão que se comiam com o conduto, aguardando-se o cortejo a pé firme, não se querendo perder os lugares conquistados pacientemente.

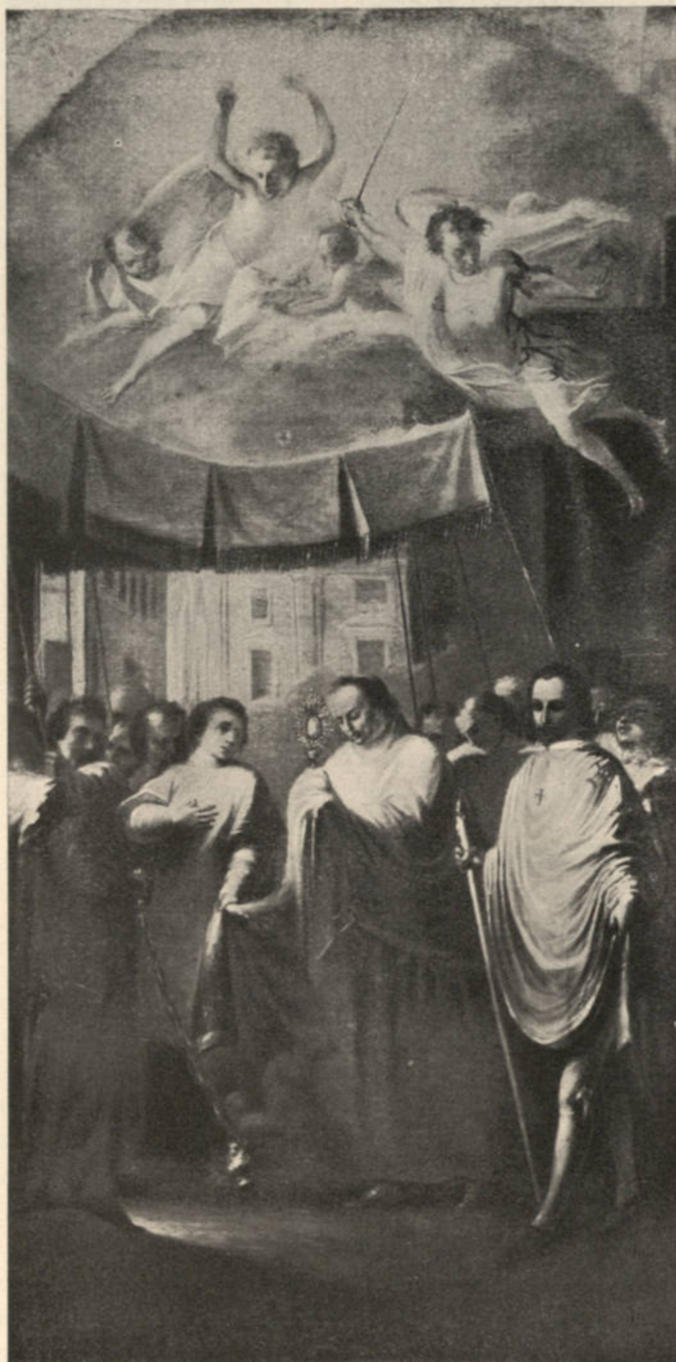
Era muito antigo aquêle culto, que vestia a cidade de galas dias antes da festa mais pagã do que católica; assistiam lindas mulheres nas varandas, descerradas as gelosias.

Os cravos perfumavam o ambiente com as ervas e arbustos pisados pelos transeuntes e que serviriam de tapête ao préstito.

À luz viva do sol quente daquele Junho [1] de festa do Corpus Christi rumorejava-se e aplaudia-se S. Jorge atarrachado no selim bordado a ouro e cravejado de pedrarias. Os cavalos de seu estado, axairelados a vermelho com as armas brigantinas, entestavam a procissão mais imponente da cidade.

---

[1] 20 de Junho de 1647.



D. João IV na procissão do Corpus Christi
(Quadro existente no Museu Municipal do Pôrto, da autoria de José da Cunha Taborda)

O pajem, magnífico na sua armadura e no corcel arreado vistosa e ricamente, era digno do patrono que, de lança em riste, cabeceava aos galões da montada, conduzida à rédea por estribeiros da casa real.

As janelas colgadas vistosamente, soberbas em suas colchas, ajudavam a grandiosidade do espectáculo.

Erguiam-se pendões altos das artes e ofícios; soavam atabales; surgiam dançarinos em mascaradas, mimos e momos e frades de tôdas as ordens ostentando ciriais. Evocavam-se as serpes, os dragões, os monstros fabulosos de outrora e os hortelões do Restêlo, de Alvalade, da banda de além-rio, de Alcântara, das beiras de Valverde transportavam grandes máquinas fingindo picotas e noras; passavam os vendilhões, moleiros, almocreves, os da chafana aos saltos em roda de dois mascarados figurando de rei e imperador; seguiam-se tecelões e peleteiros com a sua insígnia, um gato montês que chamavam o «gato de paúl». Desfilavam as artes, os ofícios, oleiros, telheiros, vidreiros e, no meio, viam-se diabos pulando. Merceeiros, taberneiros, boticários conduziam gigantesca figura; os sapateiros escoltavam o dragão, os alfaiates a serpente, os carpinteiros e calafates a sua nau; os pedreiros moviam catapultas, os armeiros um sagitário, símbolo do soldado peão, e no fim, quási todos pantafaçudos e graves, alinhavam-se moedeiros, tabeliães, corretores e mercantes. Flutuavam pendões e estandartes; alteavam-se as máquinas; saracoteavam-se as regatoas, os carniceiros pegavam um touro pelas hastes e os santos surgiam no séquito ao glorioso S. Jorge: S. Bartolomeu erguido em andor pelos tecelões, S. Miguel pelos latoeiros, Santa Clara pelos oleiros, S. João pelos ourives.

Desfilava a cleresia, as irmandades, litaniando ao som dos mais variados instrumentos, desde os clarins aos pífanos, charamelas e tambores, que animavam as danças dos foliões da Arruda e das «frieleiras», os bailados das mulheres de Valongo e de Frielas, lentas nos requebros da «chaconia», um passo mourisco de langores.

Domingos Leite Pereira espreitava pela fresta aberta na parede e a sua alma entorvecida devia desagregar-se do ódio e do rancor ante tanto júbilo, a serena gravidade das ordens religiosas e a soberba atitude dos magistrados e dignitários, cavaleiros de Aviz, Cristo, Sant'Iago e S. Bento com seus mantos.

Música delicada enchia de suavidade aquêle trecho do cortejo perto dos prelados e dos turibulários que envolviam o ambiente no fumo do incenso.

Erguia-se o pálio branco, franjado de ouro, e D. João IV, revestido do manto alvo da Ordem de Cristo, aparecia de cabeça descoberta segurando a primeira vara de prata em honra do Santo Sacramento que o arcebispo conduzia no relicário aurífero. Não era já o ínclito D. Rodrigo da Cunha o prelado olisiponense e o povo devia lembrá-lo com a sua legenda de ousadia, sapiência, patriotismo, crente no céu mas não desdenhando os prazeres terrenos. O capelão-mor era D. Manuel da Cunha, lembrando uma sombra, mais ressequido, pálido, enfermiço, esmagado pelo pêso da sua grande e rebrilhante capa.

Domingos Leite, descarregado o espírito ante o espectáculo imponente no qual as galantarias do paganismo e as severidades católicas se misturavam, não teve ânimo de desfechar contra o soberano. Intimidara-se, talvez, ante o sacrilégio de atingir o relicário.

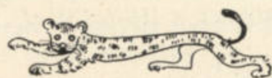
Passada a procissão, fechou as portas, abandonou o material que lhe devia servir para o atentado e partiu ao encontro do companheiro que o aguardava, com as bêstas, na porta da Graça, para voltarem a Madrid.

Mas Roque da Cunha, o parceiro do peitado regicida, sentindo que à segunda vez lhe podia faltar novamente a coragem para assassinar a suposta adúltera, ouviu-o contar-lhe o autêntico fim da sua viagem. Aterrou-se e foi denunciá-lo. Arranjara como pretexto para se separar dêle o aluguer de casas onde se hospedassem.

Devia esperá-lo na Póvoa de S. Martinho. Ali o prenderam; confessou o seu delito; vistoriados os prédios onde se acolhera, e encontrando-se os objectos com que devia executar o crime, foi condenado a que de «baraço e pregão pelas ruas públicas e costumadas seja levado a rastos à fôrca aonde sendo-lhe primeiro decepadas as mãos no Pelourinho morra enforcado de morte cruel e o seu corpo seja pôsto em uma fogueira e nela feito em pó e em cinza, para que dêle não fique memória; e o condenam, outro-sim, em perdimento de seus bens para o Fisco e Camera Real e que seus descendentes hajam as penas que por direito lhes são impostas e esta sentença se não publicará sem primeiro se dar conta ao dito Senhor, na forma de suas ordens: e pague o réu as custas. Lisboa, 12 de Agôsto de 1647. Marcham, Monteiro, Beja, Stacio, Pôrto.»

Nove dias depois executava-se a sentença no Pelourinho.

No lugar onde se fizera a espera ao Rei mandou D. Luísa de Gusmão edificar um convento e entregou-o aos carmelitas descalços.



El-Rei concedera a seu filho D. Teodósio os títulos de duque de Bragança e de Príncipe do Brasil, separando para êle os rendimentos da casa ducal, que não teriam coisa alguma de comum com os réditos da Coroa. A administração daquele estado só poderia voltar aos soberanos quando não houvessem sucessores, mantendo sempre a independência dos bens, assim desligados dos régios ([1]).

O herdeiro do trono foi o nono duque brigantino.

Contava apenas treze anos, pois nascera em 8 de Fevereiro de 1634, e já pensavam casá-lo com a filha mais velha do duque de Orleans, pretendendo-se, dêste modo, ligar a França de Mazarini às cláusulas do período de Richelieu. Falhou a combinação.

Por tôda a parte os diplomatas se moviam, mas era em Roma que as dificuldades sobrepujavam.

A guerra no Brasil contra os holandeses continuava tão intensamente como nas fronteiras do Alentejo, onde durante anos prosseguiam as intrigas motivadas pela disputa dos comandos.

Fundara-se a Junta da Companhia Geral do Comércio do Estado do Brasil. Coligaram-se os homens do negócio para o efeito com uma frota poderosa. Desferrou a primeira para o Brasil, em 4 de Novembro de 1649, comandada pelo conde de Castelo Melhor, o bravo João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, que ficaria governando aquêle Estado, sendo almirante Pedro Jaques de Magalhães.

Em Angola e S. Tomé continuavam as lutas e Gastão Coutinho obrava prodígios em Tânger pelejando contra a mourama.

Externamente, modificara-se a situação. Tinham bastado nove anos para se mudar totalmente a política nalguns países.

O cardial Mazarini, avarento, pouco sabedor, servido pela manha de italiano, capaz de tudo para conseguir os seus fins, faltara aos compromissos. A Fronda, a revolta da nobreza e do povo, rugia em Paris contra o ministro, e Ana de Áustria, a regente, mãe de Luís XIV, ouvia a populaça indicar-lhe o caminho da fronteira. A situação interna da França não permitia generosidades e a Rainha influía para se libertar a Espanha da pressão que o grande Cardial exercera sôbre ela.

Rocroy era o eco de uma epopeia. As campanhas de Turènne na Alemanha e a vitória de Lens, obtida por Condé, cobriam de louros as armas francesas cimentando a paz de Vestfália. Acabara a guerra dos Trinta Anos e a França ganhava a Alsácia.

A Áustria, depois de consumada a venda do Infante D. Duarte, ligando-se, mais do que nunca, ao seu crime, deixara que o glorioso general agonizasse no castelo de Milão. Debalde os diplomatas portugueses e franceses insistiram pela liberdade do Príncipe.

Felipe IV prendera-se a Fernando III por uma aliança nova. Casara, em 1648, com Mariana de Áustria, filha do imperador, que se dirigiu a Milão no decurso da sua jornada. Ali se demorou mais de dois meses, como se fôsse pouca a pressa de se encontrar com o marido. Troava a artilharia a anunciar a sua passagem; soavam as músicas durante os seus passeios pela cidade e o prisioneiro ouvia, alvoroçadamente, aquelas salvas, acordes e a soada dos vivas, esperando que a Rainha, tão sua conhecida, o visitasse, interessando-se pela sua sorte.

O marquês de Carracena e outros senhores espanhóis influíram no real espírito para não tentar sequer enviar-lhe uma palavra de lenitivo.

Penara muito; acusavam-no de réu de lesa-majestade, como se D. Felipe IV pudesse acreditar na vassalagem de um príncipe que fôra viver em país estrangeiro que o vendera depois de lhe aproveitar os serviços. Penou sete anos no cárcere do castelo de

([1]) Carta Patente de 27 de Outubro de 1645, sendo D. Teodósio investido naquelas dignidades em 1647.

Sforza. Em Agôsto de 1649, depois da partida de D. Mariana para Espanha, perdeu a esperança e assaltou-o a febre.

— ¡Quero ser sepultado na minha terra! — disse — e morreu ([1]).

Dezasseis dias depois, os espanhóis celebravam as suas exéquias, enfim aliviados do pesadelo, mas, parecendo temê-lo ainda, entaiparam o caixão na parede da igreja do castelo. Ali jaz. Piedosamente, legando seus bens aos sobrinhos varões, reservara o suficiente para que se dissessem seis mil missas por sua alma.

D. João IV recebeu a notícia da morte do irmão dois meses depois ([2]), e sentiu-a.

Pedro Vieira da Silva enviara imediatamente, por sua ordem, o aviso aos corpos do Estado:

Agora teve Sua Majestade aviso de ser falecido o Serenissimo Infante o Senhor D. Duarte no castelo de Milão, onde estava recluso. Manda-me dizer a V. S.ª ordene de sua parte aos ministros e oficiais ponham luto advertindo que o que S. M. toma é de capa, de cappelo, roupeta de baeta de cem fios por frizar até ao chão, chapeu com tranças do mesmo, e mais uma aba por forrar e no pescoço voltazinha redonda, gomada de altura de dois dedos, e enquanto os ministros não estiverem com luto se absterá V. S.ª de despacho do tribunal procurando que seja somente por um até dois dias ao mais. Advertindo a V. S.ª que na véspera e dia das honras há-de S. M. e altezas assistir com capuzes e carapuças.»

O padre António Vieira prègou nas exéquias do Príncipe Vendido e a sua voz eloqüente descreveu as torturas de quem servira com honra para receber a paga vil da gente deshonrada pela qual fizera o sacrifício da vida nos campos de batalha.

Em Inglaterra perdia-se também muito do que estava em via de realizar-se. Travara-se uma grande batalha entre Carlos I e o Parlamento. Estava-se em plena guerra civil desde 1641.

No fundo tratava-se de uma luta religiosa, horrìvelmente fanática, entre papistas — como chamavam aos católicos — e os protestantes. O Parlamento desejava as garantias da sua liberdade e dizia ao entrar em campanha: «o Rei vencido será sempre o Rei; nós vencidos não passaremos de rebeldes e traidores».

Elevara-se uma figura puritana na acepção da palavra, fera e inclemente como a de um inquisidor, porque tôdas as religiões têm os seus sectários. Oliveiro Cromwell levaria Carlos I ao cadafalso, depois de lhe ter demonstrado que o direito divino da realeza coisa alguma representa quando lhe falta o apoio do povo ([3]).

([1]) 3 de Setembro de 1649.

([2]) 2 de Novembro de 1649.

([3]) Carlos I foi vencido e o seu processo começou em 20 de Janeiro, sendo condenado e executado.

Portugal tivera que recontrair penosa aliança com a Inglaterra através do chefe dos «cabeças redondas» que tinham exterminado os Cavaleiros.

Proclamara-se a República na Grã-Bretanha.

A Espanha, devastada pelas guerras, entrevia penoso o futuro porque por todos os lados as doutrinas semeadas por Richelieu, as minas que êle colocara, explodiam com estrondoso prejuízo.

A Duquesa de Mântua, depois da queda de Olivares, readquirira a sua situação na Côrte; tinha por residência o convento das Descalças, com subsídios, uns vinte e quatro mil ducados, sustentando bastante criadagem.

Diogo Soares perdera o prestígio com a sua Junta de Portugal, na qual tinham figurado Cid de Almeida, Gabriel de Almeida, o duque de Villa Hermosa e o licenciado Francisco Leitão, que se deixara ficar em Madrid muito bem amparado pelas habilidades da espôsa, a celebrada Vicência Correia, filha de Bárbara, proxeneta da rua dos Cabides, e a negociara acabando por lhe transmitir o ofício até ao consórcio com o homem do fôro que lhe devera os melhores empregos: juiz da Índia e Mina, fidalgo da Casa Real, cavaleiro de Cristo, desembargador do Paço e membro do Conselho de Portugal em Madrid, onde a mulher, alçada ao dom, prosseguia nas suas secretas indústrias ([1]).

Falecera D. Isabel de Bourbon, segunda espôsa de Felipe IV ([2]), e dois anos depois o herdeiro do trono, D. Baltasar Carlos ([3]).

O monarca escrevia ao marquês de Leganès:

«Marquèz. Todos debemos conformarmonos con la voluntad de Diós, y yo mas que todos. Fué servido de llevarme a mi hijo, debe de haber una hora. Yo quedo con el sentimiento que podeis juzgar de tal perdida; pero con toda la resignacion en las manos de Dios, y con aliento y animo para tratar de la defensa de mis reinos, que tambien ellos son mis hijos, y si hemos perdido uno hemos de conservar los demás, y asi os ruego que no aflojeis en las operaciones de esta campaña hasta conseguir el socorro de Lérida, como lo espero en Nuestro Señor, que de aqui se os procurará asistir con todo lo possible. Zaragoza 9 de Octubre de 1646. Yo el Rey.»

Rebentaria a revolução de Mazaniello em Nápoles ([4]) e na Sicília outra da mesma ideologia, que

([1]) Diogo de Paiva de Andrada, nas suas *Memórias*, faz aquelas afirmações.

([2]) 4 de Outubro de 1644, quinta-feira, às quatro e meia da tarde.

([3]) 9 de Outubro de 1646.

([4]) 1647.



o marquês de los Vellez, o que tentara o assassínio do bispo de Lamego, embaixador de Portugal em Roma, não pudera evitar com seu poder de vice-Rei.

O monarca matrimoniou-se, depois, com sua sobrinha D. Maria Ana de Áustria, que seria mãe do fantasma de Rei, Carlos II, nascido em 1661.

Fôra dada por D. João IV casa separada ao seu herdeiro D. Teodósio; ambicionava para êle um poder enorme. D. Baltasar Carlos morrera, e se fôsse possível fazer a paz com a Espanha casando o príncipe com uma filha de Felipe IV, muito se ganharia, pois já se garantira a sucessão para a Coroa portuguesa separada de qualquer outra, como tinham determinado as Côrtes.

Encarregar-se-ia da difícil tarefa o grande António Vieira, jesuíta, luminar das letras e da oratória, mas, a-pesar-do seu génio, não conseguiria ganhar para o seu tão amado Príncipe D. Teodósio (1) a sucessão no país inimigo nem a paz para a pátria, conturbadíssima ao cabo de nove anos de guerra (2).

Os gentis-homens que foram nomeados para o serviço do Príncipe eram da maior nobreza e valor.

Tinha aparecido em Cascais uma esquadra de quinze navios, comandada pelo general Blac, que vinha pedir a entrega dos príncipes Roberto e Maurício, sobrinhos do novo Rei de Inglaterra, aclamado no exílio sob o nome de Carlos II, fugido à perseguição de Cromwell.

O Protector da República Inglêsa desejava haver às mãos aquêles belos reféns.

D. João IV reforçara parte do litoral com algumas tropas do Alentejo; entregara o govêrno de Peniche ao conde da Ericeira, D. Fernando de Meneses; o de Setúbal ao conde do Prado, e o conde de Cantanhede, D. António Luís de Meneses, dispôs-se a defender Cascais com a maior intensidade ante as unidades britânicas.

Reüniu o Conselho de Estado em presença da Rainha e do sucessor da Coroa, a-fim-de se discutir a entrega dos príncipes palatinos, à qual o primogénito do Rei se oporia com muita coragem e distintos sentimentos.

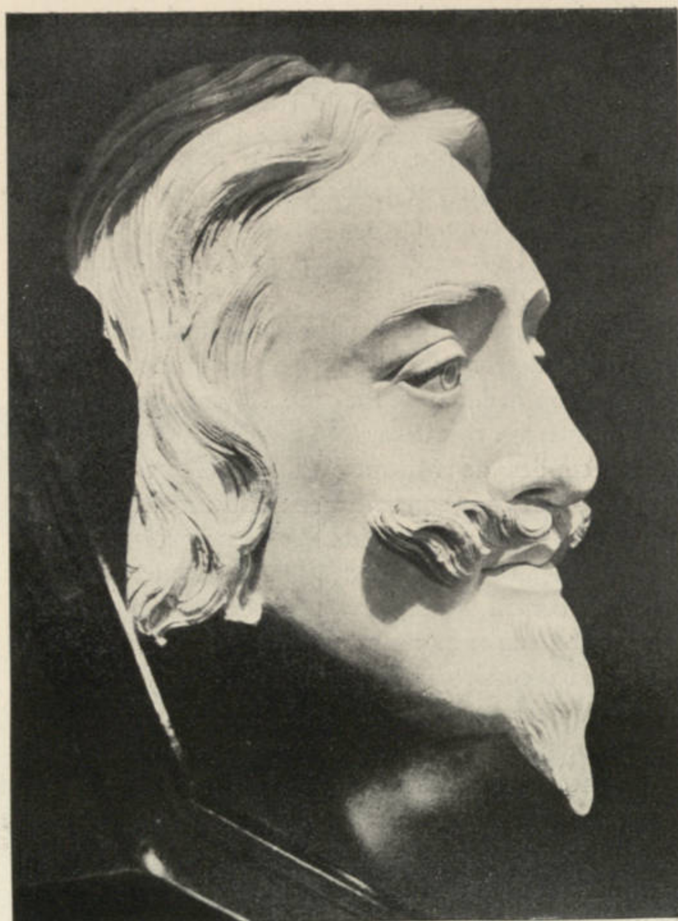
O general inglês ameaçava combater em águas portuguesas contra os refugiados e D. Teodósio condenou-o em longa explanação, muito bem escrita em latim, e que parecia superior aos recursos dos seus dezasseis anos (3).

O soberano mandou proteger os príncipes e os

(1) Ver Biografia.

(2) O padre António Vieira saíu de Lisboa em 10 de Janeiro de 1650. (Ver Biografia).

(3) Ver Biografia de D. Teodósio.



Máscara de Carlos I, Rei da Inglaterra

seus três fortes navios com uma armada de treze barcos, tendo por general António Sequeira Varejão e por almirante D. Pedro de Almeida, irmão do conde de Avintes. Embarcaram os perseguidos, mas a esquadra inglêsa fêz-se de vela, indo apresar quinze naus vindas do Brasil.



A partida precipitada do herdeiro do trono para o Alentejo, em visita ao exército, alarmou a Côrte.

A sua atitude na defesa dos refugiados, a elegante oração, em clássico latim, que tanto o distinguira acima da maioria dos paçãos, a febre política e a da lisonja que sempre contamina os palatinos tinham dado ao excitado príncipe uma idéia mais alta da sua influência do que na realidade possuía (1).

(1) Ver Biografia.

Partiu para onde as tropas manobravam e se batiam, animado pelo espírito de as entusiasmar, já que o Rei, seu pai, as abandonara sem mais visitas desde 1646.

Queria mostrar-se aos soldados impelido por seu temperamento ou por ruíns conselhos de ambiciosos. Acompanhavam-no, apenas, os gentis-homens da sua câmara, D. Luís de Portugal, conde de Vimioso, e João Nunes da Cunha.

El-Rei mandou reünir apressadamente o Conselho de Estado, determinando-se que o soberano escrevesse ao seu filho ordenando-lhe que voltasse para lhe dar mais numerosa comitiva.

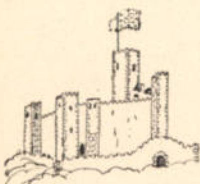
Os condes de Miranda ([1]) e de Arcos ([2]) foram juntar-se-lhe, com consentimento do monarca, encontrando-o entre a mais luzida ala de guerreiros e cortesãos. Dera ordens a André de Albuquerque para marchar contra Badajoz, parecendo que o Príncipe tomava sob sua responsabilidade a direcção da guerra. Solicitava dinheiro para os soldos em atraso, popularizava-se; andava entre Elvas e Vila Viçosa, e tanto reparo mereceu ao soberano aquela atitude que enviou António de Cavide, secretário da Casa de Bragança, a-fim-de penetrar as intenções de Sua Alteza.

O Príncipe mandara dois javardos de presente ao pai; matara-os na tapada de Vila Viçosa, e quando deixou o exército prometeu voltar antes da Quaresma. Chegou a Lisboa encantado com a acção guerreira de D. João da Costa, até que a intriga paçã o desviou da admiração incondicional pelo ilustre cabo de guerra.

Representava ao soberano quanto era necessária a sua presença em Elvas, e êle, ou porque se lembrasse das discórdias que tivera com seu pai, D. Teodósio como o Príncipe, ou pretendendo evitar diferenças na Côrte e sobretudo no exército, já tão turbado, nomeou-o capitão-general do reino. Rebentaram aclamações intempestivas entre a soldadesca; subira intensa adoração.

O Príncipe mandava em tudo quanto dissesse respeito à guerra, e tinha apenas dezóito anos. O seu espírito inteligente reconciliou-se com D. João da Costa, que não possuía menores dotes, e entregou-lhe o comando. Assim a luta continuava, a ferro-e-fogo, no Alentejo, no Minho, na Beira, em Trás-os-Montes e nas côrtes europeias através dos diplomatas.

O Papa continuava a recusar o reconhecimento do Rei de Portugal, a-pesar-de ter recebido uma carta colectiva do Episcopado francês. Os holandeses não cessavam as hostilidades na Índia e no Brasil e os espanhóis preparavam mais exércitos para a invasão.



([1]) Henrique de Sousa Tavares, depois marquês de Arronches.

([2]) D. Tomás de Noronha, filho de D. Marcos de Noronha e de D. Maria Henriques.

O herdeiro do trono caíra enfêrmo. Parecia consumi-lo a grande febre de acção que desenvolvera e sentiu-se a gravidade do mal. Mudou de ares; passou para a quinta de Palhavã ([1]), que pertenceria, depois, aos condes de Sarzedas, mas não melhorou. Foi em busca de alívios para a propriedade de Paulo de Carvalho, em Alcântara, como se quisesse penar longe dos paços. Não seriam de menos cómodos e bons ares o palácio e a tapada reais do mesmo sítio. Orava-se por êle em tôdas as igrejas e conventos da cidade. Sentindo aproximar-se a morte, dirigiu-se aos pais em abdicação do seu ser, votando-o a Deus. Pediu aos povos desculpa do seu govêrno e preparou-se para morrer.

Deixou saüdades; era uma grande esperança; as suas atitudes agradavam e finou-se, por um Maio de rosas, em que lhe devia ser mais triste acabar ([2]).

D. João IV convocou as Côrtes ([3]) para qué jurassem o novo herdeiro, seu filho D. Afonso. Os procuradores de Lisboa foram Martim Afonso de Melo, o desembargador Jorge Estaço e Sebastião César de Meneses, bispo eleito de Coimbra.

Mais se votou que para sustentar a guerra fôsse sisada a décima direita dos bens eclesiásticos e seculares, aumentando-se a quarta parte no caso de o inimigo tomar alguma cidade importante.

Ainda não tinham terminado as Côrtes quando novo golpe afligiu a Família Real: faleceu a Princesa D. Joana ([4]). Restavam, além do novo herdeiro do cetro, D. Afonso, doente, hemiplégico, de ânimo alvoroçado e descriterioso, D. Catarina, devota e bondosa, e o infante D. Pedro, robusto, tão trigueiro quanto o irmão era louro, que seria capaz de esforços físicos hercúleos, ambicioso e reservado ([5]).

Aos desgostos íntimos acrescentava El-Rei os enormes cuidados da governação, cada vez mais intricada, porque dificilmente se aquietavam as ambições. O soberano pretendia penetrar os desígnios de Castela, e tendo peitado um franciscano da província dos Algarves, António de Andrade de Oliva, para a espionagem, êle deixou o hábito, tomando os de outros ofícios, com os quais melhor podia exercer sua missão, pois se desconfiava muito de frades. Uns eram autênticos; outros, como os enviados por Richelieu, apenas disfarçados, mas tinham despertado as suspeitas. O ex-reverendo acusou de se corresponderem com

([1]) Palácio onde morreria D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, mulher de D. Afonso VI. Tornou-se residência dos *Meninos de Palhavã*, bastardos de D. João V, e é actualmente (1940) o palácio da Embaixada de Espanha.

([2]) Faleceu em 15 de Maio de 1653. Contava 19 anos, 3 meses e 7 dias.

([3]) 22 de Outubro de 1653.

([4]) Morreu em 17 de Novembro de 1653.

([5]) Veio ao Mundo em 26 de Abril de 1648.

ministros espanhóis Sebastião César de Meneses ([1]) e seu irmão frei Diogo César ([2]), filhos de Vasco César de Meneses. Dizia-se que Felipe IV quisera aliciar o douto Sebastião César, cujo talento admirava. Eram ambos os Césares luminares da igreja e da política. O monarca mandou prendê-los pelo regedor das justiças D. Rodrigo de Meneses ([3]), um dos conjurados de 1640, e chegado parente dos reverendos. Debalde tentou recusar o penoso encargo com a alegação de ser da família, mas o soberano foi insensível a tais razões e os fidalgos entraram nos cárceres: o primeiro na casa do forte do Paço da Ribeira; o segundo, que julgou ficar no convento, sofreu igual prisão.

A pena de rama do douto Sebastião foi traçando as páginas acusadoras do *Sugillatio in ingratitudinis*. Enclausurara-se um grande homem, talvez em demasia político, que jamais deixaria de cavilar desforras.

O grande êrro dos governantes é dar direito a que haja queixas das arbitrariedades daqueles cujo dever é a equidade. O martírio político é a máxima razão por que se perdem os ministros e reis que passam de pais dos povos a tiranos.

O papel do encarcerado seria temível ao conquistar a liberdade: contribuïria para torturar o herdeiro do monarca que o vexara e nesse drama ajudaria o Infante D. Pedro. Continuavam, sempre difíceis e apertados, os negócios do Estado, e tanto D. João IV desejava o auxílio da França que a Paris enviou vários embaixadores com instantes propostas.

A nobreza, contrária a Mazarini, não queria comprometer-se por tratados. O cardial mandara a Lisboa o cavaleiro de Jant com a indicação desejada. Queixava-se, por sua vez, de quebra de compromissos, pois até se divulgara que o soberano quisera ligar-se secretamente com os espanhóis fazendo a paz, o que prejudicaria a França. Não houve dificuldade em pulverizar a mentira e foi nomeado, para se entender com o ministro de Luís XIV, Domingos O'Daly, frei Domingos do Rosário, irlandês e dominicano, cujo valor se revelaria em muitas negociações diplomáticas.



Príncipe D. Teodósio
(Quadro da Galeria do Paço de Vila Viçosa)

Perseguida a sua religião em Inglaterra, partira para Flandres a tratar do seminário de Lovaina, e passando a Portugal, em 1633, fôra muito bem acolhido pelo senhor de Barbacena, Luís de Castro do Rio, descendente de hebreus, e que lhe concedeu casa num pátio de comédias, junto ao seu palácio, para viver em recolhimento.

D. Luísa de Gusmão pagar-lhe-ia os seus enormes serviços de confessor, conselheiro e diplomata, construindo e doando aos dominicanos o convento do Corpo Santo.

Teria ido, depois, em missão em Paris, e ali trataria da aliança e do casamento de D. Catarina, filha do soberano, e que se pensou tornar espôsa de Luís XIV, que contava dezassete anos, tantos como a indigitada noiva.

Dar-se-ia em dote à futura Rainha «uma praça marítima em pôrto capaz de receber as armadas de França e fortificação bastante para a sua defensa enquanto estiverem surtas e que o mais dote se repartirá entre as pessoas que encaminham e adeantam estes negocios». Oferecia-se Mazagão, de preferência a Tânger.

De contado seriam seiscentos mil cruzados, mas o reverendo tentaria deminuír a quantia, destinando-os a Mazarini e quatro mil de renda vitalícia para o secretário Ordedei ou dez mil de uma vez, além de mais algumas dádivas para outros agentes.

Trataria das armadas a enviar, ratificando o que se combinara com o cavaleiro de Jant, mas não recebeu as respostas condignas. Pronunciaram-se pela paz com Castela.

O monarca redarguiu: «que não se achava tão destituído de fôrças que com a opulência de Portugal, de novo aumentada com a restauração de Pernam-

---

([1]) Morreu em 29 de Janeiro de 1672, tendo sido bispo eleito do Pôrto. Eruditíssimo. Foi liberto só depois da morte de D. João IV.

([2]) Faleceu em Évora, em 1661. Provincial dos franciscanos no Algarve.

([3]) Ver Biografias.

buco, se não pudesse defender das armas de seus inimigos».

Na Índia travavam-se intensamente as batalhas com os holandeses e em Tânger não se apaziguavam os assaltos da mourama. Governava a praça o conde da Ericeira, D. Fernando de Meneses, quando a luta se renhiu.

Portugal ardia em guerra desde 1640; havia dezasseis anos que não se deixara de batalhar.



D. João IV ia semanalmente à sua quinta de Alcântara, que lhe recordava Vila Viçosa pelo desafôgo e prazer de montear. Por lá andara em quarta-feira, 25 de Outubro de 1656, logo de manhã, mas voltando ao paço antes do meio dia, queixou-se de dores numa ilharga.

Os médicos trataram-no ligeiramente porque o soberano raramente os elucidava quando enfêrmo.

No sábado sobreviera um ataque de gôta e ameaços de pedra na bexiga, como sucedera, havia dois anos, quando caçava em Salvaterra. Aplicaram-lhe a clássica sangria, primeiro nos braços, depois nos pés, e logo pareceu melhorar, festejando-se o que se julgava o regresso da real saúde.

Começou, pouco depois, a dúvida; voltou a doença; a evacuação tornou-se difícil, e o real enfêrmo não teve mais ilusões. Chamado o secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, que substituíra o supliciado Francisco de Lucena, o soberano referiu-se aos negócios políticos e disse desejar fazer o seu testamento. Pelo tom em que falou não criava esperanças nem acreditou nas palavras do estadista tendentes a desviá-lo de tais preocupações.

Saíu em pranto a cumprir as reais ordens.

Os clínicos ordenaram uns banhos, já experimentados com êxito quando da primeira enfermidade, mas não deram resultado. Redobrou o sofrimento. Padecia há sete dias mas não se queixava; mostrava-se resignado. Debalde o conde camareiro-mor, o de Penaguião, queria que êle se alimentasse; volveu que não podia, pois desejava tomar o viático e passava da meia noite. Disse-lhe não constituir a comida impedimento a que recebesse o Sacramento, e a custo obedeceu. Exposta aos médicos a vontade do enfêrmo, mostraram-lhe ser inconveniente para o tratamento aquela cerimónia, pois, desiludido, agravar-se-ia o mal.



O confessor, o padre jesuíta André Fernandes, bispo do Japão, disse que o monarca estava tranqüilo, desenganado, não esperando mais restabelecer-se. Pediu o viático, que devia vir da freguesia de S. Julião, à qual pertencia o Paço da Ribeira, a principal moradia do Rei que agonizava.

O capelão-mor, bispo D. Manuel da Cunha, chegou quando acabava de verificar o testamento feito em Salvaterra, com o secretário de Estado, por ocasião da primeira enfermidade.

Foi ungido depois de declarar que sempre quisera ligar o govêrno temporal com a fé e no serviço de Deus. As lágrimas inundaram-lhe o rosto ao fixar a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que desde a infância adorara.

Mandou que entrassem na sua alcova os duques de Aveiro e de Cadaval; abraçou-os e entregou-lhes alguns documentos, dizendo a êste o muito que devia a seus pais, os marqueses de Ferreira, recomendando-lhe que os amasse sempre e lhes votasse respeitos, bem como à Rainha e ao Príncipe. Assim lho prometeu, mas nem sempre cumpriu (¹); enquanto ao de Aveiro em tudo lhe faltou (²).

Entraram, de seguida, na alcova régia ministros, conselheiros de Estado e presidentes de tribunais, e, humildemente, lhes pediu que perdoassem qualquer mau sinal seu, acrescentando:

«Que Deus lhe havia feito mercê para perdoar uma ofensa que havia tido de alguns dos seus vassalos, por lhe constar presumiram que êle por acrescentar tesouros divertira os cabedais da coroa, que isto procedera da regularidade com que sempre ajustara as despesas pelas receitas; e que a morte, que costuma descobrir os segredos da vida, faria manifestar esta certeza. Que, sobretudo, lhes encomendava muita união e obediência à Rainha, que eram os únicos meios de conservação do reino.»

Deu-lhes a mão a beijar e chegou a vez de se despedir do seu camareiro-mor, conde de Penaguião, a quem muito queria; do porteiro-mor, Luís de Melo, ambos dedicados e membros da conjura de 1640, da acção que lhe dera o trono. Também chamara o secretário das Mercês, Gaspar de Faria Severim, conselheiro de Estado e muito seu aceito. Estava ainda de luto por morte de seu tio, o chantre de Évora, Manuel Severim de Faria (³), grande erudito e bibliófilo.

Caíu a noite. Na sua febre o monarca, sempre im-

(¹) D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º duque de Cadaval, foi dos grandes adversários de Afonso VI.

(²) D. Raimundo de Lencastre, 4.º duque de Aveiro, passou a Espanha vindo atacar as Berlengas com uma armada. Foi duque de Ciudad Real.

(³) Falecera em 16 de Dezembro de 1655.

plorando à Padroeira do Reino e falando-lhe, ainda teve ânimo de dispor mais sôbre o culto. No dia seguinte, disse ao capelão-mor: «Não quis Deus que acabasse a capela e parece-me que me fêz nisto mercê, porque, se a acabara, pudera ter vanglória do que fizesse; mas não a acabando, aceitará Nosso Senhor a vontade que tive de o servir, sem eu ter a vanglória de o ter feito.»

Acrescera o mal no dia seguinte. Mandou chamar a Rainha, o Príncipe e o Infante, e disse-lhes que, desejando ser até ao fim da vida adorador sincero da doutrina cristã, recomendava aos seus o que o Redentor pedira na cruz.

«Á Rainha encomendo que crie ao Principe como a filho de ambos, e ao Principe mando respeite sempre sua Mãe e em tudo lhe dedique a obediência que lhe deve como filho.»

Depois, como se pressentisse a tragédia daquelas existências, pegara-lhes nas mãos e dissera:

«Pedro, não sabes o que perdes: a ambos encomendo que trateis sempre de ser mui zelosos da Religião Católica, muito obedientes a vossa Mãe, muito amigos e unidos; porque este é o unico caminho de vos conservardes e ao Reino em paz, união e justiça.»

Aquelas palavras do moribundo jamais seriam recordadas pelos filhos, a-pesar-de a História as guardar.

D. Luísa de Gusmão saíu da alcova soluçando.

Anunciava-se o cabido da Sé: o deão André Furtado, o chantre, D. Rodrigo da Cunha, e os cónegos Nuno da Cunha Eça e D. Luís da Gama e o Rei pediu-lhes que tratassem do culto em união de votos concorrendo para a reforma de costumes.

Já quási não podia falar quando viu, à beira do leito, os membros do Senado da Câmara com o seu presidente, D. João de Sousa, e o juiz do povo. Enalteceu a sua missão junto dos humildes, que tanto o tinham amado; entregou-lhes a guarda dos seus e da nação. E voltando-se para os representantes do povo, que estavam de joelhos, fêz a sua despedida:

«Meu Juiz do Povo, meus homens bons, bem conheço o muito que me amais, e todo êste povo, e que sois muito solícitos em meu serviço, e zelosos do bem comum. Eu também me alegrava muito tôdas as vezes que vos via, assim como aos vossos antecessores e homens do povo porque tinha de vós outros grande satisfação. Eu estou muito conforme com a vontade de Deus neste estado. Aí vos fica a rainha e meus filhos; encomendo-vo-los muito e fio de vós, e do amor que me tendes, tratareis muito da sua conservação e serviço e da quietação de todos como fiéis vassalos.»

O juiz do povo chorava desoladamente, murmurando:

«Rei e Senhor, se Deus fôr servido levar para si a Vossa Majestade, nós ficamos muito desamparados.»

E êle volveu, na mesma branda voz:

«Não ficareis, não ficareis que ficais muito bem encomendados. E levando-me meu Senhor Jesus Cristo à Glória, como confio nos merecimentos de seu precioso sangue, lá rogarei por vós e por esta monarquia.»

Comovidamente lhe beijaram a mão.

Quis ver os fidalgos presos em virtude do duelo travado no Jôgo da Pela [1], em que morrera D. Luís de Portugal.

Eram êles os condes de Vimioso, de S. Lourenço e de Castelo Melhor, Rui Fernandes Almada e o conde de S. João da Pesqueira, que chegaria mais tarde por se encontrar prêso na Tôrre Velha. Fôra ferido na luta.

A desavença dera em resultado a morte de D. Luís de Portugal, sexto conde de Vimioso, sem que seu irmão D. Miguel deixasse de herdar, a-pesar-de detido com os outros fidalgos.

D. João IV falou-lhes do seu leito de agonia, lamentando o tempo de suas ausências e os motivos que a determinavam. Desejava vê-los reconciliados, naquela hora em que acabava seus dias, «sem querer satisfação alguma dos seus inimigos, que, por muitas vêzes, como era notório, o haviam mandado matar». Além disso, o reino carecia da união de todos os seus vassalos.

Tratara-se de pendência entre distintos militares, alguns cheios de serviços. O conde de Vimioso declarou que já perdoara aos que tinham culpas maiores ou menores na morte de seu irmão; o cunhado do morto, o conde de S. João da Pesqueira, disse obedecer a El-Rei, que volveu:

«Dou muitas graças a Deus que à imitação de Cristo posso dizer-vos na última hora: *Pacem relinquo vobis, pacem meam de vobis*. Eu vos dou a paz e vos deixo em paz; não queirais ir contra a minha vontade».

Tomou, entre as suas, as mãos dos contendores e pediu-lhes que esquecessem as paixões desastrosas e o mal feito. Êles curvaram-se a beijar-lhe a destra e pareciam comovidos, amigos, em lágrimas.

Chegou D. Rodrigo de Meneses, regedor das Justiças, a quem acentuou que dissesse aos magistrados para velarem pelas leis. Encheram-se de pranto as faces do nobre senhor. O Rei esquecera-lhe parentes,

---

[1] Em 2 de Abril de 1655. Foi morto o conde de Vimioso, que contava 35 anos. Casara, em segundas núpcias, com D. Inácia Maria de Távora, irmã do terceiro conde de S. João da Pesqueira que fôra atingido na luta e estava prêso. Quisera acudir ao cunhado,

os Césares, presos na Casa do Forte. Daí por diante, tendo tratado do que lhe competia em relação aos negócios do reino, o régio moribundo só se preocupou com o espírito e entregou-se aos cuidados de dois médicos de almas, os teólogos frei Domingos de São Tomás e frei Martinho da Fonseca.

Tinham decorrido onze dias desde que acamara. Era domingo; caíra em modôrra e os físicos abandonaram-no aos eclesiásticos. Podia ser ungido; preguntou-lhe o capelão-mor se desejava receber os sacramentos e agradeceu-lhe.

Filas de frades subiam as escadarias do paço erguendo imagens e relíquias.

Sentiu que a vida se evolava e quis dizer o último adeus ao mais respeitável dos portugueses, do cérebro e do braço que tinha actuado, a-pesar-da idade avançada, na grande obra da independência. Era D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, que entrava ostentando as grandes e alvíssimas cãs, os olhos turbados pelo pranto e que lhe dizia:

«¿É possível, meu Rei e meu Senhor, que ides vós de tão poucos anos e eu fico de noventa?»

Contava catorze quando Portugal começara o seu cativeiro e setenta e quatro na hora da libertação.

O agonizante, abraçando-o, disse-lhe:

«Vou com grande descanso porque vos deixo para assistirdes à Rainha e a meus filhos.»

Comungou segunda vez e, pondo a vista na imagem de Nossa Senhora da Conceição, «a que chamava sua companheira porque sempre a tivera à ilharga da sua cama», murmurou: «Valei-me; Virgem da Conceição, acudi-me».

O conde de Penaguião ajudou-o a segurar na vela votiva, e ao rezar-se o ofício da agonia, o monarca faleceu. Era segunda-feira, 6 de Novembro de 1656, perto do meio dia.

Tinha cinqüenta e dois anos, sete meses e dezóito dias. O camareiro-mor cerrou-lhe os olhos; a Côrte desfilou a beijar a mão do primeiro Rei da dinastia brigantina, do «Restaurador».

E essa mão ia esfriando mesmo sob o calor dos ósculos respeitosos.

Abrira-se o testamento régio e encontrara-se também uma carta, escrita na antevéspera da morte, e dirigida à filha D. Maria, recolhida no convento de Carnide. Dizia:

«Minha Filha, foi Deus servido que a primeira vez que tendes carta minha, seja despedindo-me de vós, dando-vos a minha benção acompanhada de Deus, que fique convosco e lembrai-vos sempre de mim como eu o fio de vós. Escrita em Lisboa, a 4 de Novembro de 1656. Vosso Pai, que fica com grande sentimento de não vos ver.»

Declarava-a sua filha e testava a seu favor comendas e várias quantias, entre elas cinqüenta mil cruzados para organizar a sua casa.

A Raínha D. Luísa ficara regente do reino e tutora dos filhos.

O cadáver régio, revestido das suas insígnias, repousava em caixão de brocado, sendo nêle deposto pelo camareiro-mor e coberto pelo reposteiro-mor Manuel da Silva e Sousa.

Trasladara-se para a sala dos Tudescos e erguera-se um altar ao tôpo da quadra no qual oficiava o bispo capelão-mor, D. Manuel da Cunha.

Pelo corredor adiante colocaram-se outras aras onde se celebravam missas de defuntos.

Velavam o corpo de D. João IV os seus ministros e grandes oficiais, magistratura, militares e nobreza. O povo irrompera pelo paço e desfilara chorando.

Pelas vinte horas entraram no salão fúnebre o príncipe D. Afonso e o infante D. Pedro, entrajados de rigoroso luto. Ajoelharam-se, depois de lançarem água benta sôbre o caixão; assistiram à cerimónia do descobrimento do cadáver para de novo o encerrarem, levando-o até à liteira que aguardava no pátio da capela.

Conduziram a urna os duques de Aveiro e de Cadaval, o marquês de Niza, os condes de Odemira, Vila Pouca de Aguiar e Vilar Maior, D. João de Sousa, presidente do Senado da Câmara, e Jorge de Melo.

Os moços de estribeira, sustentando tochas, alumiavam o préstito, que se encaminhou lentamente para o mosteiro de S. Vicente de Fora, onde ficou, depois de se levantar o auto em presença do corpo envôlto nas pompas vãs.

A guerra continuava a arder nas fronteiras e, agora, a nação ficava entregue a uma mulher que, depois de chorar o marido, enxugaria o pranto para melhor ver as amarguras do reino.



PRÍNCIPE D. TEODÓSIO

Nono duque de Bragança

Infância do herdeiro da Casa Brigantina — Tendências místicas e propensão para o estudo — A casa de Sua Alteza — Como salvou os príncipes palatinos — Passagem ao Alentejo — Correspondência de D. João IV — Regresso de D. Teodósio à capital — Sua nomeação de capitão-general do reino — Propósitos e sonhos — Morte do Príncipe



Era D. Teodósio de Bragança mais parecido com sua mãe do que se assinalava no tipo paterno. Tinha os olhos e os cabelos negros que muito bem se harmonizavam com seu rosto corado. Apresentava certa gravidade, mostrava-se destro, bem feito de corpo e proporcionado, acusava robustez própria para os exercícios de campo em montarias a que se entregava [1]. Havia, porém, nêle natural fundo místico mais desenvolvido depois. Nascera em Vila Viçosa, a 8 de Fevereiro de 1634, e fôra baptizado na capela ducal, no dia 27, pelo deão António de Brito, levando-o à pia o copeiro-mor Rui de Sousa.

Apadrinhara-o o seu tio D. Duarte, tão desditoso, e que parecia ter-lhe comunicado o orgulho, o sonho, a excitada braveza e a excessiva altivez.

Seu mestre Pedro Poeros, irlandês, muito religioso, activara no espírito do discípulo a devoção que o levaria à prática cabal das Obras de Misericórdia em seus preceitos tão puros que bastariam para impor uma doutrina, uma fé.

Adorava a virgem da capela de Vila Viçosa e todo se entregava ao seu culto; não esquecia os pobres e distribuía com êles, ante a gaudiosa vista do mestre, todo o dinheiro que lhe davam. Assim procedia, desde muito menino, o duque de Barcelos.

Ensinavam-lhe a leitura e a escrita em tenra idade e o primeiro acto público em que figurou foi de grande alcance para a sua sensibilidade.

Contava três anos quando rebentaram as Alterações de Évora, e indo os povos vizinhos sôbre o solar brigantino, aclamando o duque, muito estranharam não o verem ao menos à janela do paço a mostrar-se-lhes.

---

(1) Assim o apresentam os seus biógrafos, mas alguns dos retratos do Príncipe não condizem com a descrição.

D. João dissera-se muito doente; não podia erguer-se, mas não quis que a multidão partisse sem a presença de um Bragança.

Mandou que o filho montasse formoso cavalo e saísse com os oficiais de sua casa a apresentar-se aos vassalos entontecidos pela revolta eborense e querendo propagá-la a todo o Alentejo.

Era de noite, e se do escuro saíam os gritos de incitamento da gente da vila e seus vizinhos, logo a treva foi espancada pela luz dos archotes que iluminava o pequenino Bragança e seu séquito.

Aplacada a excitação, todos recolheram ao paço onde o duque estava por enfêrmo.

Já quando da jornada de África, no reinado de D. Sebastião, D. Teodósio II, o avô daquela criança, fôra, também infantil, à batalha, porque seu pai, o Duque D. João, não pudera partir e desejara a sua casa representada ao lado de El-Rei.

Talvez que aquela noite de Vila Viçosa, quando D. Teodósio aparecera para sossegar a turba, tivesse influído muito no seu tenro espírito. Não olvidaria as aclamações porque jamais os meninos esquecem o primeiro tratamento de homens que lhes dão.

O irlandês, instruindo-o nas letras, não deixaria de lhe ensinar a História, que tem sempre acção nas almas e é acolhida e recolhida como em sacrário por aquêles que, vibrando com suas páginas, pretendem imitar os heróis de que os fascinaram.

Aos seis anos entrou o pequeno duque de Barcelos em Lisboa junto de sua mãe e das irmãs e sorria ao povo mais feliz e composto de que o entrevisto, à luz dos archotes, na noite da agitação.

Deram-lhe por aia D. Mariana de Lencastre, viúva de Luís da Silva, que armara seus filhos para a revolução libertadora. É certo a corajosa dona tê-los oferecido a El-Rei D. Sebastião, que, em seu entender, devia vir, em manhã neblinosa, tomar conta do trono. E tanto assim pensava, essa alma mística, que tivera escrúpulo em entrar no paço enquanto D. João IV não lhe afirmou estar disposto a entregar a Coroa ao Desejado. Bastar-lhe-ia aparecer para êle se tornar o seu primeiro vassalo.

A matrona foi fazer o seu serviço junto do Príncipezinho de seis anos, ¿¡e quantas histórias maravilhosas lhe contaria capazes de lhe despertarem no espírito singularidade e ânsias de também viver como êsses legendários paladinos?!

Ouvi-la-ia embevecido entrevendo Alcácer Quibir num rumor de epopeia e o vencido que quisera morrer de-vagar, bem à portuguesa, em grande ardor moral, perdido de vergonha no recesso misterioso de uma ilha expiando para reaparecer. E a bravura, a lenda, o mistério vinculariam no sentimento do herdeiro da Coroa alguma coisa de arrebatador, de sonho e de dúvida.

Agradar-se-ia dos estudos, tendo por companheiro D. Luís de Meneses ([1]), menino da sua idade e que o acompanhava nas lições. Aprendiam latim; ouviam ler a História, estudavam grego e hebraico, matemáticas, segundo os seis livros de Euclides, a filosofia e a teologia, nas quais eram seus condiscípulos João Rodrigues de Sá ([2]) e João Nunes da Cunha ([3]).

Distraía-se Sua Alteza com a pintura e não desdenhava o ofício mecânico, pois muito se comprazia em arte de relojoaria. Lidava muito, esgrimia, monteava, dava-se à equitação e punha-se, horas a fio, a escrever, deveras agradado.

A cerimónia do juramento a que assistira ao lado do pai, na sala dos Tudescos, deslumbrando-o pela imponência e dando-lhe gravidade pelo respeito, contribuíra muito para o tornar avêsso ao único cultivo dos exercícios físicos, tanto do agrado dos Príncipes da sua extirpe. Queria engalanar o espírito, vesti-lo de luzes para opulentar de graças os períodos de seus escritos.

Foi crescendo em idade e demonstrava sempre o seu grande amor às letras; apetecia a conversação dos estudiosos, querendo saber como êles, ou pelo menos não fazer má figura ante o que dissessem em sua presença, e por isso lia os tratados de direito, os livros de medicina e de química, profundava a História e os grandes ensinamentos obtidos levavam-no a praticar a tática que um perfeito soldado não devia ignorar. Sabia de fortificação e à fôrça de misturar, talvez desordenadamente, em seu espírito, tantas ciências, criara o ar de quem reflectia sempre e não tolerava a ignorância. A educação livresca vincara-lhe o pedantesco natural em sua idade, posição e tendências para reconhecer valor na sapiência como no sangue.

Formara-se uma companhia de crianças que manobrava como o exército e da qual D. Teodósio era capitão. Era vê-lo cumprindo tôdas as regras militares em rigor, disciplina e observações. A espada não lhe apoucou os prazeres da pena.

Príncipe herdeiro jurado em Côrtes ([4]) e Coronel da Nobreza com quatro terços ([5]), ganhara a idéia da responsabilidade e ligava-se cada vez mais à religião.

Em sua alma crescia a necessidade de profundar e preguntava tudo quanto o surpreendia.

([1]) Depois conde da Ericeira, autor do *Portugal Restaurado* e de outras obras; erudito e tendo tanto amor às letras como à guerra.

([2]) Foi camareiro-mor, escritor e historiador.

([3]) Gentil-homem do Príncipe e muito seu fiel. Conde de S. Vicente, em 2 de Abril de 1666. Era historiador.

([4]) 28 de Janeiro de 1641.

([5]) 2 de Maio de 1641.

Praticara o francês e o italiano, falava castelhano, e quando o padre João Ciermans, jesuíta, que ficou conhecido pelo nome de Cosmander ([1]), o embrenhou nas matemáticas, ficou admirado de quanto êle já sabia da ciência que vinha ensinar-lhe.

Entregava-se ao seu tôrno fabricando peças de madeira, construía relógios, desejava ver os artífices aperfeiçoados no trabalho das fôlhas de espadas. Mergulhava nos grandes livros da política e comentava-os; tivera por mestre de teologia o inquisidor D. Francisco de Castro, que fôra prêso por ocasião da conjura do arcebispo de Braga e escrevera ao Rei desculpando-se, apontando os que considerava autores, mas negando aos juízes quanto afirmara ao soberano.

Interrogava os sapientes: ¿Que coisa era Deus? E, ouvindo-os, via o Altíssimo em tôdas as manifestações não só da natureza mas do humano engenho. Ante a beleza louvava-o; em presença da maravilha prosternava-se e na graça das flores, no instinto dos animais e nas multiplicidades da inteligência humana curvava-se humilde como os mais pobres, entregando-se à Divindade. Se o relógio batia as horas, orava contrito e, a cada passo, desabrochava louvores:

— ¡Que grande Deus temos! ¡Que imensa formosura é a sua!

O pai agraciara-o com o título de Príncipe do Brasil ([2]) e Duque de Bragança, separando os rendimentos da sua casa dos estaduais.

D. Manuel da Cunha, bispo de Elvas e capelão-mor, que tantos serviços tinha prestado durante os primeiros tempos da Restauração, era homem de fraco corpo, pálido e magro, hirto e muito grave. Foi quem anunciou ao herdeiro do trono a nova das suas categorias: o ducado de Bragança e o principado do Brasil. Com a sua muita gentileza deu-lhe os parabéns por ser príncipe do Outro Mundo, visto o empório do Ocidente ser no hemisfério diferente de Portugal.

Não gostou D. Teodósio do título assim atirado pelo arcebispo e volveu que só um embalsamado lhe podia trazer semelhante notícia.

Causou impressão aquêle desrespeito de tão religiosa alma por um prelado tão eminente.

Dois anos depois El-Rei deu-lhe casa por sua no Paço, ficando os seus aposentos para o lado da Ribeira das Naus, no qual se abriu passagem para a banda da Galé. Nomeou os oficiais que deviam assistir-lhe e que foram: o conde de Miranda, Henrique de Sousa, no cargo de estribeiro-mor. Estava em Madrid com a família quando rebentara a revolução, tendo apenas catorze anos. Vigiaram-no, mas fugiu assim que lhe foi possível e foi batalhar no Alentejo. Outro camarista era Fernão Teles, por sua mãe da nobilíssima casa de Vimieiro, conde de Vilar Maior, que governaria as justiças do Pôrto e, militarmente, a Beira, sendo, depois, membro do Conselho de Estado.

Conjurara, bem como seu irmão António; eram filhos da aia do Príncipe, a corajosa D. Mariana de Lencastre.

O conde de Vale-de-Reis, Nuno de Mendonça, ocupou o cargo de gentil-homem da Câmara com D. Gregório Taumaturgo de Castelo Branco, conde de Vila Nova de Portimão.

Muito instruído em matemática e latim, exercia junto do amo lugar selecto, embora se celebrasse, depois, muito na Côrte a sua infelicidade conjugal, baixinho é certo, passando de bôca em bôca.

Matemático distinto, discípulo do celebrado jesuíta Cristóvão Borri, riquíssimo, morava no palácio contíguo ao Limoeiro, no pátio das Colunas, onde se entregava aos cálculos e à astronomia. Escrevera a *Collecta Astronomica*, e muito estimado por sua ciência, nascimento e riqueza, albergava e protegia letrados. Manuel de Faria e Sousa louvara-o na *Fonte de Aganipe*, que lhe fôra dedicada e mandou imprimir. Casara com D. Branca de Vilhena da Silveira, sua sobrinha, filha do terceiro conde de Sortelha, D. Luís da Silveira, que, não acompanhando o espôso nas suas visitas aos astros, criara um céu especial para si e fôra adúltera. Recolhida, à fôrça, no convento de Santana, ali morreu em 1639.

Voltou o conde a consorciar-se, escolhendo uma parente dos Braganças, D. Guiomar de Castro, filha de D. Francisco de Faro, sétimo conde de Odemira. Tivera que castigá-la e dessa vez a punição fôra mais violenta. Ela traíra-o. Correu fama de se vingar empeçonhando-a. Saíu do reino para abafar o escândalo e fugir a algum bacamarte e, no regresso, o homem predestinado para a glória das matemáticas e as traições conjugais nupciou-se, mais uma vez, escolhendo D. Maria de Lencastre sua prima.

Como se o palácio das Colunas tivesse o condão de levar as suas donas para além do decôro, a terceira espôsa do astrónomo entrou também de amores fora do matrimónio. Era o que se bichanava.

Um criado, de nome Francisco Cardoso, que esculcara o procedimento das outras condessas de Vila Nova de Portimão, não deixou à vontade a ama e veio a descobrir suas entrevistas nocturnas, nas quais, segundo soou, um dos acolhidos seria o próprio D. João IV e o outro o ilustre D. Francisco Manuel de Melo, cuja pena designaria a espôsa de D. Gregório Taumaturgo por «Senhora de muito bem fazer a quem lho pedia».

([1]) João Pascásio Cosmander.

([2]) 27 de Outubro de 1647.

Andava o servo Francisco Cardoso também de amorios culpados com a mulher de um tal Marco Ribeiro e apareceu morto. Atribuíram-se as culpas a D. Francisco Manuel, que, tendo disputado a amante ao soberano, de espada em punho, num duelo nas trevas do pátio, acabara por ser prêso e jamais ouvidas suas queixas proclamando-se inocente na cumplicidade de mandante no assassínio do alcoveto [1].

A terceira mulher do conde de Vila Nova pecara como as anteriores. Atribuíram-lhe falsamente o seu fim. A matemática e a astronomia não arrastavam as damas para os espaços onde o seu cultor pairava e elas, vendo-se sós na terra, procuravam companhias até que a morte limpava as nódoas chapadas no brasão [2].

Também foram nomeados para o serviço do Príncipe D. Luís de Portugal, conde de Vimioso, que fizera carreira militar [3]; João Nunes da Cunha, depois conde de S. Vicente [4], e não menos dotado para a guerra; D. Tomás de Noronha, conde dos Arcos de Val-de-Vez, e D. João Lôbo da Silveira, barão de Alvito, conde de Oriola [5], que também servira na fronteira.

Os criados do herdeiro do trono ficaram junto dos aposentos do amo, não servindo os reis.

Dividiam-se, clara e insofismàvelmente, os negócios da Casa de Bragança e os da Coroa, pertencendo a Sua Alteza o morgado da Cruz [6], instituído por D. Teodósio II, em 13 de Dezembro de 1594.

O Rei decretara:

Porquanto meu Pay e meu Senhor que Santa Gloria haja em o Morgado que instictuyo da Cruz, e em que lhe succedi, dispõe que todas e cada uma das pessoas que succedessem nelle tenhão obrigação de o acrescentar com mil cruzados de renda e de os vincular e unir para sempre a elle ou em juro bom e seguro ou em bens de Rays que seguramente os possão render e pela obrigação que nesta parte me corre conforme o disposto nella, ey por ben vincular e unir a este Morgado da Cruz os mil cruzados de juro que me pertencem pella Apostilla do Padrão delles do que será com este a copia da mesma Apostilla pelo que incomendo a Junta que assim disponha em a melhor forma que o direito o permitir e com toda a brevidade que fôr possivel. Lisboa, 7 de Outubro de 1651. Á Junta do Ducado de Bragança.

Houvera a idéia de casar o Príncipe com a filha do duque de Orleans, mas deviara-se o consórcio para a família de Sabóia, mais aparentada com a de Bragança [1]. Falharam ambos os matrimónios e Sua Alteza, cada vez mais dominado pela ânsia de saber, começava a preocupar-se altamente com os negócios políticos. Já assistia ao Conselho de Estado, onde se fazia escutar tendo apenas dezasseis anos.

Os jesuítas gostavam muito do herdeiro do trono, que honrava as lições de um dos seus e merecera a carinhosa atenção do padre António Vieira, que seria empregado em certas missões diplomáticas [2]. Influíra no ânimo do sensível varão, que, tomando a peito a sua qualidade de futuro soberano, não desejava ser estranho a qualquer negociação de menor ou maior importância.

Quando o general inglês Blac pretendeu que lhe entregassem os Príncipes palatinos, Roberto e Maurício, refugiados no Tejo com alguns navios, D. Teodósio usou de eloqüência generosa e salvou-os.

O general Cromwell vencera as tropas do Rei Carlos I de Inglaterra e os Príncipes, tendo tomado os barcos aos partidários do Parlamento, procuraram abrigar-se em águas portuguesas, opondo-se-lhes o general que os perseguia.

Guarneceram-se as fortalezas com alguns contingentes mas ponderou-se que os rígidos protestantes, desde que não se lhes concedesse a prêsa, seriam fáceis e fortes aliados da Holanda para a guerra do Brasil e da Espanha nos mares. Entregar os que pediam socorro constituía traição indigna, só comparável à feita pelo imperador de Áustria ao Infante D. Duarte. Reüniu o Conselho e nêle falou o Príncipe.

Foi gongórica a sua oração, mas audaciosa e de importância por partir de seus lábios afeitos à obediência. Pela primeira vez discordava dos próceres e não se pejou de dizer seu sentimento na presença de El-Rei. Desvaneceu-se com a honra que lhe davam e pronunciou-se.

---

(1) Alguns autores negam que o poeta e escritor ilustre fôsse o contendor com o Rei. Asseveram que o seu castigo, tão demorado, tivera outra origem. O monarca, desconfiado do fidalgo, teria encarregado a amante de espioná-lo acêrca das suas tendências favoráveis aos castelhanos e êle, aceitando as suas sugestões, deixara-se prender no aboiz que o teria condenado mais que a morte de Francisco Cardoso.

(2) O senhor Edgard Prestage, na sua obra *D. Francisco Manuel de Melo*, não dá como certa a morte violenta da terceira espôsa do conde de Vila Nova de Portimão, apresentando-a como viúva e de novo nupciada com o conde de Aveiras, D. Luís da Silva Telo e Meneses.

(3) Morto na briga do Jôgo da Pela.

(4) Implicado no mesmo caso.

(5) Filho do 6.º barão do Alvito.

(6) D. João IV mandou fabricar a valiosa insígnia por Felipe Valejo, dando-lhe para modêlo a cruz do convento do Amparo de Vila Viçosa, emprestada por quinze ou vinte dias, mas que estivera em poder do artista mais longo tempo.

«É de ouro, própria de altar, é de estilo romano e tanto na face anterior como na posterior tem o mesmo desenho, riqueza e acabamento. Assenta em sua competente peanha ou calvário, de prata dourada, com sobrepostos de ouro esmaltados, fitas, fôlhas e engastes, contendo cêrca de 6.200 pedras preciosas; das quais são 2.020 diamantes, 2.435 rubis, 1.500 esmeraldas, 14 safiras e mais 200 pérolas, de que já tem algumas faltas. A sua altura, incluindo a peanha, mede 64 centímetros e a largura na direcção dos braços 33, sendo seu pêso total 3.635 gramas».

Rodrigo Vicente de Almeida: *A Cruz de Vila Viçosa*.

(1) Primogénita do Príncipe Tomás de Sabóia, descendente de D. Beatriz, filha de D. Manuel I.

(2) Ver Biografias.

Historiava a luta de Inglaterra; referia-se ao maquiavelismo existente na Côrte e os sofrimentos do soberano, que, «prêso pelos súbditos rebeldes, com horrível desnaturo e viperina raiva, nunca vista crueldade, em Londres, em um teatro público, sendo autores Farfaix ([1]) e Cromwell ([2]) (¡oh! ¡cruel e inaudita maldade!), o Rei da Grã-Bretanha pagou com a cabeça as penas que os pérfidos vassalos mereciam, só com razão de ser próprio de um Rei tão grande entregar a vida pelas desditas dos seus súbditos».

Reconhecido por vários governos, Carlos II, filho do supliciado, que curtia as suas penas no exílio, mandara a Portugal Lisla, seu embaixador, que, em nome do soberano privado do trono, oferecera amizade e dera direitos de tratar com o Rei das propostas feitas por Roberto, Príncipe palatino.

Expunha com clareza, e já arredadas as galas metafóricas e as exclamações, dizia o que se assentara acêrca dos deveres de Portugal para com o proscrito:

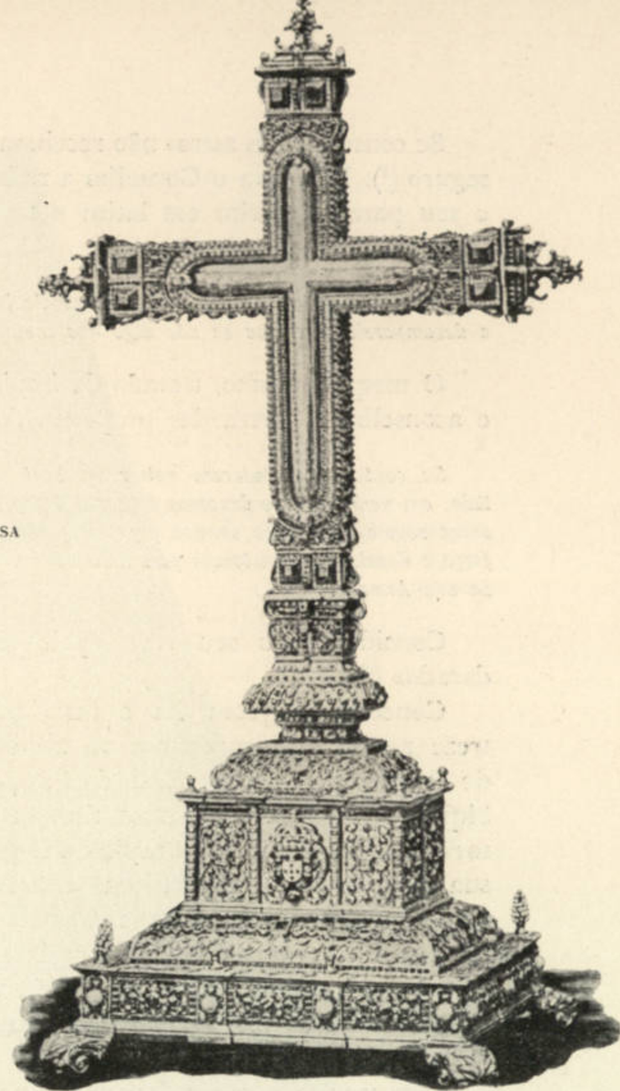
«Admissão livre em seus portos das naus daquela nação, sem distinção alguma, e que poderiam vender as prêsas e refazer-se de qualquer dano com declaração das que entrassem nos portos ou fôssem de El-Rey, ou das que seguiam a causa do Parlamento lhes não seria lícito saírem dêstes antes de se passarem três dias».

Os Príncipes estavam no Tejo dentro das convenções; tinham tomado as naus aos parlamentários e buscavam salvá-las. O general Blac declarava ser seu intento bater-se contra êles dentro do pôrto de Lisboa, tendo os seus quinze navios fundeado em Cascais.

Pretendeu-se convencer D. Teodósio a abandonar semelhante propósito e considerou-se que se teimasse se devia responder-lhe a ferro e a fogo. Prosseguira:

Até onde chegará a voz da nossa maldade se se permitir a entrada da barra em som de guerra entre estes Principes? Em que parte se porá em silencio? Na verdade aonde chegaram as acções dos Parlamentarios ahi soará a infamia dos portugueses. Que dirão as nações extrangeiras quando se lhes propuser similhante caso? Aonde está, ó Lusitanos!, a honra antiga e o valor dos vossos progenitores? Por temor, quereis adquirir a injustiça dentro dos vossos limites e prezai-vos de exceder a todos em ser magnanimos? Já perdesteis a antiga generosidade de vossos avós? Já vos falta o brio e já se ausenta de vós a fidelidade? Não vos envergonhais de entregar nas mãos sacrilegas dos rebeldes, dentro de um rio fechado, uns Principes recebidos como amigos?! É possivel que, sendo os primeiros na generosidade e fortaleza, queirais ser os primeiros desde o principio do mundo, que degenereis com tão intoleravel permissão? Pergunto: que justas e indignadas palavras lançareis contra aqueles que lesseis nas historias antigas que forão comprometidos em tão grandes maldades?

Não se referia ao tio e padrinho, D. Duarte, cativo dos espanhóis por felonia igual e dificilmente se



Cruz de Vila Viçosa

compreenderia semelhante silêncio em Príncipe tão ousado.

Invocava o direito que não permitia pelejas dentro de portos, tratava os inimigos de Carlos II como rebeldes e futurava uma liga contra êles formada pela França, Dinamarca, Suécia e Holanda. ¡Doidos seriam os que tentassem favorecer os sacrificadores de Reis! Explicava as razões, as bases: a França declarara-lhes guerra, o Rei da Dinamarca era primo do soberano britânico proscrito, a Rainha da Suécia dispunha-se a dar-lhes dinheiro e armas, e querendo casar com Maurício, um dos Príncipes palatinos, ainda mais os auxiliaria. O filho do Rei supliciado vivera, durante largo tempo, na Holanda e era parente dos Orange.

Verberava a determinação, ou antes a forma indecisa do Conselho. Apelava até para os astros, profetizando o fim do regime dos parlamentares:

Todos os sinais anunciam a sua ruina sendo o primeiro o terrivel influxo das Estrelas e aquelle Cometa que appareceo em Londres, assim como prostrou a grandeza de Carlos I e o redusio a um funesto theatro, cortada e dividida a cabeça, tambem significou que o Parlamento sem ella morrerá brevemente e constará a qualquer Astrologo mediocremente douto, que com certeza pode haver nos discursos humanos, quasi no anno de 1651, será diminuido o poder do Parlamento e, até ao de 1655 entrará em Londres triunfante Carlos II.

O que indica que pouco mais durará tres annos a vida desta desordenada Republica ([1]).

([1]) Ter-se-ia referido a Tomás Fairfax, general que batera Carlos I em Naseby.

([2]) Protector da República inglêsa, nasceu em 1599, morreu em 1658, sucedendo-lhe seu filho Ricardo, que no ano seguinte abdicou.

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. II.

Se consultara os astros não recebera o seu vaticínio seguro ([1]). Instigava o Conselho a reflectir e ia lendo o seu parecer escrito em latim e traduzido ante os próceres ([2]):

E se não podeis favorecer a causa mais justa do menos não a desampareis para que se não diga que intentais offende-la.

O maquiavelismo, tratado de ímpio, perturbava-o e aconselhava acêrca das propostas do general Blac:

Se contudo pretenderem entrar no Porto contra nossa vontade, em nenhum caso devemos deixar-nos opprimidos suas armas, antes rebate-las porque sempre foy justo impugnar a força com a força e depois não fica tempo para manifestar o excesso dos Cabos da sua Armada.

Considerava o seu voto «pelo mais bem ponderado» ([3]).

Concordou-se com êle e mandando-se preparar treze navios entregaram-nos ao almirante D. Pedro de Almeida, sendo general das tropas António de Siqueira Varejão. Os barcos tinham nomes religiosos ([4]) e eram distintos os capitães. O general arvorava sua insígnia no mastro da nau *Santo António de Mazagão* e o almirante na que se chamava *Nossa Senhora da Luz*. Encheram-se de júbilo os Príncipes palatinos e, tomando a seu bordo a infantaria vinda do Alentejo, as armadas velejaram para a barra. Desparecera já a esquadra de Blac.

Censurou-se o general por não perseguir os britânicos, entregando-se o comando a Jorge de Melo, mas os resultados foram os mesmos em relação a encontro com o inimigo. A armada sofrera os rigores da tempestade, tendo chegado desarvorados ao Algarve alguns dos seus navios.

A nau *Nossa Senhora da Estrêla*, do comando de D. Francisco de Sousa, ainda encontrara alguns navios da esquadra, mas a superioridade dos inglêses era manifesta e o capitão de mar e guerra morreu pelejando com a maior parte dos seus oficiais, marinheiros e soldados.

Manuel Pacheco de Melo, com o seu navio *S. Lourenço*, lançou-se no combate bombardeando os barcos inimigos, que não lhe corresponderam, indo tomar treze das unidades da Armada do Brasil. Comboiaram-se, depois, as naus dos Príncipes palatinos e D. Teodósio conseguira destacar-se no Conselho.

O monarca gostava de ouvir suas orações; consultava-o, pelo menos pelo desejo de o animar, porque a sua natureza susceptível carecia do alimento das atenções. D. João IV costumava dizer:

— ¡Vou ouvir o meu Salomão!

Era o herdeiro do trono assim tratado pelo pai e logo cresceram à sua volta lisonjeiros, formando-se uma espécie de partido que o impelia à realização do que alguns desejavam sinceramente e outros por mera política: a passagem ao Alentejo a-fim-de animar o exército, que não era visitado por El-Rei desde 1647, havia quási quatro anos. Sucediam-se as queixas, embora murmuradas, e o arrebatamento natural do Príncipe foi excitada pelos seus gentis-homens.

Ia produzir alarme a sua acção impetuosa.



Na noite de 2 de Novembro de 1651, D. Teodósio saíu do Paço da Ribeira sem o menor aviso; acompanhavam-no o conde de Vimioso D. Luís de Portugal e João Nunes da Cunha, seus íntimos camaristas.

Já êste último tinha preparado tudo em Aldeia Galega para a jornada que se empreendia naquelas condições e ao chegarem a Venda do Duque ouviram o tropel de cavalaria.

Vinha-lhes ao encontro um esquadrão com André de Albuquerque e alguma tropa de Diogo de Mendonça.

Partiram em júbilo para Elvas e D. João da Costa aguardou o Príncipe com as devidas honras.

Entrou sob o pálio, a cavalo, tomando a rédea da montada o próprio governador ([1]). Repicaram os sinos; troaram as salvas e o povo aclamou Sua Alteza, que, além de gentil, era muito afectuoso para com todos. Gostava dos humildes, como lhe aconselhava a sua fé. O soldado não deixava os cilícios nos dias em que se impunha penitência.

Procurava vitórias; queria, como um D. Sebastião, sagrar-se general, juntando aos estudos científicos a glória das armas, que o tornaria o mais perfeito dos Reis. Falar em Conselho e conseguir convencer o auditório no qual se contavam capitães famosos e não os emular nos campos de batalha representava certa inferioridade porque se não o alcançavam em ciência, também êle ficava distanciado da sua aura guerreira.

([1]) Só em 1660 o general Monk restaurou o trono inglês.

([2]) «Esta oração e outros papéis elegantíssimos que eu tenho em meu poder da própria letra do Príncipe», etc. — Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. II.

([3]) «Tudo escrito pelo Príncipe na língua latina em que mostra mais a sua elegância» — Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. II.

([4]) As naus denominavam-se *Santa Cruz, S. Pedro, S. João, Nossa Senhora da Natividade, Nossa Senhora da Estrêla, Nossa Senhora da Conceição, S. Lourenço, S. Francisco, S. Jorge, S. João Baptista, Nossa Senhora da Candelaria* e *Nossa Senhora da Esperança*. Os seus comandantes eram, respectivamente: João Soromenho, João de Figueiredo, D. Francisco de Sousa, Jorge de Mesquita, Inácio Gago da Câmara, Manuel Pacheco de Melo, Simão Correia da Silva, Manuel Lourenço, Manuel Álvares Galvão, Francisco de Brito Freire, Sancho Dias Saldanha.

([1]) D. João da Costa exercia interinamente o cargo pertencente ao conde de S. Lourenço.



Príncipe D. Teodósio de Bragança

(Quadro da galeria do Palácio de Vila Viçosa. — Cliché Octávio Bobone)

Tentaria a sorte e, sem prevenir o pai, largara para Elvas.

André de Albuquerque oferecia-lhe as chaves da cidade. O conde de Vimioso não envergara trajes guerreiros; dava mostras de acompanhar o amo na qualidade de camarista.

Quando se soube que D. Teodósio abandonara o Paço sem o menor sinal de solicitação ao Rei, houve pasmo e murmurou-se que D. João IV «sentia a ausencia como Pay e publicou-se que a temera como Rey» [1].

Reüniu-se o Conselho de Estado, deliberando que o monarca escrevesse ao filho.

Foi calma a missiva. O soberano conhecia melhor o temperamento do Príncipe do que seu pai perscrutara o dêle, sempre dissimulado. O primogénito dos Braganças era um impulsivo, ao contrário do progenitor, que lhe dizia nas suas letras para arranjar quarto junto à alcova onde recebesse os gentis-homens, titulares, mestres de campo, generais de artilharia e cavalaria, e, noutro aposento, fidalgos capitães de infantaria e os mais postos para cima. Autorizava-o a perdoar penas impostas como a maior graça possível que lhe concedia e, na realidade, representava a função mais digna e agradável da realeza. Mandava-lhe quarenta mil cruzados para pagamentos atrasados, não devendo servir-se das letras de Manuel da Gama. Era assim melhor; e recomendava-lhe critério; poderia

---

[1] Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. II.

dispor do que encontrasse. Ia ao seu encontro o secretário António de Cavide.

E como se o tivesse visto na véspera e não reparasse muito na sua atitude, quási indisciplinada, dava-lhe notícias da Côrte, algumas do estrangeiro e não se esquecia, sequer, de lhe referir terem chegado dez mil caixas de açúcar do Brasil ([1]).

Consentira que os condes de Miranda e dos Arcos fôssem completar a Côrte de D. Teodósio com vários criados e outros fidalgos. O conde de S. Lourenço ([2]), que ainda não deixara o cargo de governador de Elvas, também se dispusera a partir, mas El-Rei proïbiu-lhe êsse passo, querendo que o filho se entendesse com D. João da Costa sem assistência de quem podia considerar-se seu émulo.

Já o Príncipe dera ordens a André de Albuquerque para marchar sôbre Badajoz e no embate caíu, gravemente atingido, o capitão de cavalos Lopo de Sequeira.

O filho de D. João IV acercou-se da cabeceira do ferido e amerceou-o com tantas graças que seriam incentivo a outros para se deixarem matar. Despediu-se da vida o bravo capitão levando dêste mundo a certeza que ficara sua lembrança no coração do Príncipe, sendo êsse o melhor prémio de todos quantos lhe oferecera.

D. Teodósio partiu para Vila Viçosa; monteou e, regressando a Elvas, mandou pedir mais dinheiro ao pai para pagamento integral aos soldados. Êles tinham esperanças na sua presença; aguardavam os soldos em atraso e, satisfazendo-os, melhor os obrigaria.

Já o secretário da Casa de Bragança, António de Cavide, largara para a praça de guerra levando ordens de pagamento mas também o encargo de convencer o Príncipe a voltar à Côrte.

Parecia irritar-se o ânimo do monarca, habitualmente tão sereno.

Confiara na habilidade do enviado, zeloso de obediência, e como a ordem que recebera acêrca de dinheiro era de apenas o entregar no caso de D. Teodósio terminantemente declarar que não regressaria, foi poupando a pecúnia, por vêzes, e a acção paterna era de suma política, amolecendo o ânimo do excitado mancebo.

Numa das caçadas em Vila Viçosa, o Príncipe abatera dois porcos monteses e enviara-os a El-Rei, que, agradecendo-lhos, acrescentava preferir vê-lo a montear os javardos, a seu lado, em Salvaterra, «que era justo fazê-lo nos bosques emquanto era razão suspender se nas fronteiras».

A carta que lhe enviava já não era tão plácida, embora continuasse em frases de carinho. Escrevera-a hábil, ponderada e severamente:

«Os filhos nunca errao fazendo as vontades a seus pays porque como são filhos e subditos devem obedecer inda nas cousas em que os Pays não tiverem tanta razão como elles».

Censurava-o: «Se convinha a vossa ida, rezão era que a executasseis sabendo-o eu mas se ele não convinha não era rezão po-la em execução. Poderá ser conveniente entender as minhas escondidas por escusar alguns gastos mas devia estar prevenido tudo primeiro que se havia de fazer e saber se tinhamos cabedal bastante para isso».

Aconselhava-o: «Estar encerrado em Elvas não é bem verem os castelhanos levar gados á vossa vista». Achava que aprenderia pouco da arte da guerra «porque não tendes exercito onde o fazer e os que fazem são os que andam nas ocasiões das entradas e pilhagens que os mais, para vós, não pode haver nem convem a nós dar batalhas mas defender-nos. O povo gabou a vossa resolução mas não quere dar mais dinheiro, destes os mais entendidos o contrario sentem e não aprovam a jornada porque topam os inconvenientes mas isto em segredo: os mais que em público vos defendem não tem razões com que o poderem fazer e eu sou com êles.

«Quando cuidaram que iam com ordem minha vos quiseram seguir todos, depois lhes pareceu ser contrário todos foram mais a tento. Os que estão convosco gastam agora o que depois quando vier a ocasião não hão-de ter».

Repetia as suas observações: «os soldados festejam, agora, e, com razão, a vossa chegada porque como tem necessidades cuidam que fostes a livrá-los delas, se eu pudera sem isso folgaria muito de o fazer».

Sugeria-lhe visitas a Arronches, Campo Maior, Castelo de Vide e Portalegre, devendo recolher a Elvas e Vila Viçosa «afim de o informar, em Lisboa, do que visse afim de ambos procurarem o remedio» ([1]).

A Rainha D. Luísa também escrevera ao filho em extremos de bondade, não esquecendo os mais particulares cuidados. Dizia-lhe:

«No sê responder a tu carta, amarte solo se y sentir la falta que me haces, y entender que en ti todo son aciertos y que en lo fueron eu pondré siempre grande duda, deixarata-lo y lo defiendera en toda parte que esto es mi natural para com todos quanto mas para ti que hes todo mi amor y unico bien; tu no lo ignoras al que yo estoy muy presumida de que te festejaron los vecinos y muchos más; si mi dieras tanto gusto como seria para mi responder me acerca daquilo que te quiero enviar y tambien do que queres que seja la guarnicion del capote; y Dios que te guarde que ya sabes es todo my estudio y no cançaste y asi hede ser muy breve siempre perdoname las garabatas, qui ni

([1]) Carta de 9 de Novembro de 1651.

([2]) Martim Afonso de Melo.

([1]) Carta de 26 de Novembro de 1651.

el sentimiento da lugar ni um dedo que tengo muy lastimado. Tus hermanos mil recados y Catalina dize te acuerdes de responder le. Lisboa, 11 de Noviembro. Tu Madre que más a si te quiere. Reyna».

A-pesar-das missivas, o Príncipe demorou-se em Elvas até Dezembro, em cujo final se despediu para voltar dizendo que «a garganta tivesse cortada» se não regressasse antes da Quaresma.

Não voltaria.

O pai ouvira-o e ou não pudera impedir a sua ânsia de partir de novo ou sujeitara-se à necessidade de o ver naquele emprêgo que agradaria ao exército: assistiria na praça de Elvas; talvez se instalasse em Évora porque, fatalmente, os espanhóis intensificariam a guerra e sentia-se preciso no local da luta.

Dominadas constantes revoltas de outros Estados, na Catalunha, Aragão, Sicília, Nápoles, êles aumentariam o número de tropas disponíveis e, sem dúvida, acudiriam numerosos têrços às nossas fronteiras.

Assim ponderava o Príncipe contrariando o sentimento do Rei, que não pensava daquele modo. Também alguns dos ministros entendiam que melhor ficaria Sua Alteza na Côrte.

Possìvelmente, D. João IV receiaria que o filho acumulasse simpatias só prejudiciais à boa unidade do comando, pois a presença do herdeiro do trono atraïria uma côrte militar mais perigosa que a dos paçãos.

Acabara por nomeá-lo capitão-general das armas de todo o Reino ([1]) «para que se julgasse prudência o seu ciúme» ([2]).

Rejubilou loucamente a soldadesca desde que soube como tôdas as coisas da guerra dependeriam do Príncipe simpático que tinham aclamado. D. João da Costa foi considerado executor das ordens do generalíssimo; redobrara-se de actividade na fronteira, que mandava violar, talando-a para a devastação.

D. Teodósio proïbira as incursões; preferia os embates, tanto mais que já estavam fortificadas tôdas as praças. O cabo de guerra não pôde ràpidamente evitar aquelas impetuosas investidas e disse-o ao jovem chefe, em carta sincera, que não lhe agradou. Falava-se das intrigas de seus inimigos preponderando no ânimo do Príncipe e levando-o a retirar-lhe aquela prerogativa que tão bons resultados dera. Não podia avançar; estacionar-se-ia e êle, governando a província, mal poderia dar sinal de si, demonstrar sua vontade de vencer, ficando com um exército imobilizado.

Caíram bem no ânimo de D. Teodósio as razões expostas, filhas da verdade e ornadas pelo talento do general, não menor no campo diplomático ([3]).

Voltara a ter a liberdade de atacar como até então e o Príncipe devia ter influído no ânimo do pai para



Príncipe D. Teodósio
(Retrato reproduzido do livro «Tumulus Serenissimi Principis Lusitaniæ», pertencente à biblioteca do sr. Conselheiro Martins de Carvalho)

amercear o ilustre fidalgo com o título de conde de Soure ([1]).

Intemeratamente se combatia no sul, no norte, nas Beiras. De quando em quando soavam as salvas pelas vitórias; engastavam-se na história nomes de guerreiros como Matias de Albuquerque, o conde de Castelo Melhor, André de Albuquerque e D. Sancho Manuel ([2]). Do Brasil e de Tânger chegavam notícias favoráveis às nossas armas. Na Índia, onde morrera o vice-Rei, conde de Aveiras, os holandeses lutavam para não abandonarem as prêsas.

O conde de Soure viera a Lisboa ver se conseguia que o generalíssimo consentisse no regresso do têrço de Diogo Gomes de Figueiredo a Elvas, onde fazia muita falta. O pretexto não lhe agradara. O mestre de campo, que fôra professor de esgrima do Príncipe, não queria servir com o governador e o discípulo desejava agradar-lhe para evitar dissenções, pois não se entendiam aquêles dois militares e D. Teodósio evitava mágoas a qualquer dêles. Sentia, ao mesmo

([1]) 25 de Janeiro de 1652.
([2]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. II.
([3]) Ver Biografias.

([1]) Carta régia de 15 de Agôsto de 1652.
([2]) Ver Biografias. IV. Conde de Vila Flor, por mercê de 29 de Setembro de 1659.

tempo, que a disciplina perigava e, ao procurar o equilíbrio da questão, assaltou-o a enfermidade que o mataria.

Caíra doente a ponto de mal poder tratar dos mais leves assuntos, quanto mais dos pesados encargos da capitania geral do Reino. Sofria constantes recaídas, pois teimava em trabalhar; sobreviera-lhe a queixa de peito e levaram-no a ares para a quinta de Palhavã ([1]) e logo para Alcântara, e aqui se instalou em propriedade vizinha da tapada real, onde o soberano habitava naquela época ([2]).

Em Maio de 1653, durante a Páscoa, aumentou o mal do herdeiro do trono, que redobrara de devoção. A sua apurada inteligência dizia-lhe que ia morrer e apelava para a fé que o dominava, cada vez maior e mais constante, a ponto de se apertar com cilícios. Mergulhou no espiritual frementemente. Fizeram-se preces por sua melhoras em todos os templos. Durante seis dias o enfêrmo consentiu que os médicos o tratassem, mas, vendo a inutilidade dos remédios, pediu os sacramentos voltado para a infinita esperança em melhor vida.

Quando os religiosos lhe disseram que solicitasse do Altíssimo a conservação da existência, volveu «que tal não fazia porque estava de todo o coração resignado na vontade Divina e só desejava ver-se na glória».

Volveu seus belos olhos, negros e febris, para os pais que lhe assistiam e pediu-lhes:

«Que não entristecessem porque estava com grande confiança em Deus, entendendo que a sua morte convinha para a sua salvação e que lhes prometia ser seu intercessor quando se visse na Pátria Celestial».

([1]) Foi do conde de Sarzedas e residência dos meninos de Palhavã, bastardos de D. João V. É hoje embaixada de Espanha (1940).

([2]) A quinta pertencia a Paulo de Carvalho.

Amava já mais a morte do que a vida. Adivinhava o fim próximo; ia pedindo ao pai que não esquecesse os seus criados e misturava a graça de lhes pagar com a idéia de se enviarem missionários para as possessões ultramarinas; revelava que ao passar, pela última vez, em Estremoz, fizera um voto à Rainha Santa Isabel de lhe erigir um templo no lugar onde ela se finara e suplicava que atendessem a sua promessa.

Um dos sacerdotes assistentes ao seu sofrimento falou-lhe da morte e êle volveu «que jamais esperara que tanto se demorasse». Abraçou o crucifixo e pôs-se a rezar no seu querido latim das preces adequadas e das orações eruditas:

Proebe mihi cor tuum et ego trado tibi cor meum: sicut desiderat cervus ad fontes aquaram ita desiderat anima mea ad te Deus.

Sempre rezando, volvido para o céu que tanto preocupara o seu espírito, formoso e alvorotado, sentiu as proximidades da morte. Orara muito, sempre ciliciado e puro, como um cavaleiro do Santo Graál; murmurando diàriamente a sua prece, sentia a sua alma limpa e perfumada para comparecer diante do Criádor.

Não levava pena das pompas; se algum remorso sentia expulsava-o com a humildade:

«Que se pedisse ao Reino perdão dos defeitos do seu govêrno». Do juiz do povo solicitou: «Dizei ao meu povo que se Deus me der vida tôda hei-de gastar em sua defensa, senão que melhor o defenderei lá no Céo».

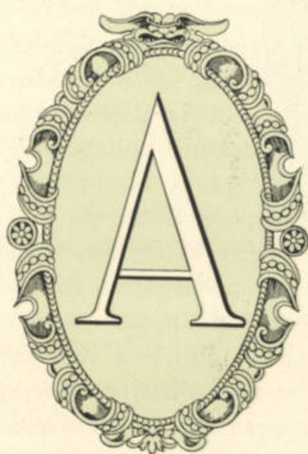
Mas o Senhor preferiu-o consigo e D. Teodósio de Bragança deixou o mundo, em 15 de Maio de 1653, contando dezanove anos, três meses e sete dias.

Era no mês de Maria e as rosas perfumavam os jardins vizinhos do quarto do Príncipe na quinta de Paulo de Carvalho, na ridente Alcântara.



D. LUÍSA DE GUSMÃO

Sua Regência — Acções diplomáticas e militares — Educação dos filhos — O primeiro favorito de D. Afonso VI — Desenho das figuras do Rei e do Infante D. Pedro — Casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra — A entrega dos Selos do Estado ao jóvem monarca — Interessante correspondência de D. Luísa de Gusmão com sua filha, Raínha de Inglaterra — Despedida dos filhos — Morte da viúva de D. João IV



A VIÜVEZ de D. Luísa de Gusmão tornara-se mais penosa com a Regência do Reino. Era mãe de três filhos; levara-lhe Deus os outros, e apresentando às Côrtes como Rei D. Afonso VI, eram Infantes D. Catarina e D. Pedro.

Ao carácter altivo da Rainha se devera a frase de que dizia «antes morrer reinando do que viver servindo», e quando da conjura da Alta Traição tivera resposta condigna para o venerando Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, um dos vultos máximos da Restauração. Como intercedesse pelo duque de Caminha, tão acusado, a soberana volvera-lhe:

— «O mais que posso é esquecer-me que fizestes tal pedido».

Fôra assim sempre; inimiga da Espanha, onde o irmão, acobardado, se obrigara a riscar-lhe o nome do nobiliário dos Guzman [1], como se não valesse mais ter-se erguido às páginas da História de Portugal.

Contava quarenta e três anos quando o marido morreu, naquele Novembro de 1656, no sexto dia. Completara-os em 4 do mês anterior [2] e era forte,

---

(1) Os duques de Medina Sidónia, descendentes do celebrado D. Afonso Perez de Guzman, el Bueno, chamaram-se, D. João Alonso, D. Henrique, João, Henrique, Alonso, João Alonso, el Bueno, Alonso Perez, que comandou a Invencível Armada, Manuel Alonso, pai de D. Luísa, que nalgumas genealogias é chamado João Manuel Domingos, e cujo filho Gaspar foi o nono duque e morreu em 1664.

(2) Na *História Genealógica da Casa Real* lê-se que D. Luísa de Gusmão nasceu em S. Lucar de Barrameda, em 13 de Outubro de 1613. Por um documento publicado pelo sr. Consiglieri Sá Pereira, no seu livro *A Restauração de Portugal e o Marquês de Ayamonte*, verifica-se o seguinte:

«Na vila de Huelva, quinta-feira e quatro dias do mês de



sadia, de boa razão e, amando muito os filhos, fizera do Reino o seu maior amor.

Sempre o espôso a consultara nos negócios de Estado, pois sabia calar e aconselhar; a sua mente era equilibrada, o juízo sereno, a atitude condigna dos acontecimentos. Podia dizer-se que seu ânimo era varonil, mas tão afectuoso para quem lhe merecia, como poucas almas das mais ternamente femininas.

Ao partir El-Rei para o Alentejo, na sua primeira jornada, no verão de 1643, entregara-lhe o govêrno, na qual seriam seus conselheiros D. Manuel da Cunha, bispo capelão-mor; o douto Sebastião César de Meneses e o marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, quarto conde de Tentúgal, cujo primo do mesmo nome servia Felipe IV com o zêlo e a fidelidade de um vassalo idólatra.

Depois a Rainha assistira a tôdas as cenas dramáticas do reinado guardando a mesma altivez, obedecendo aos rígidos princípios. Adoptara para o marido a correcção própria da espôsa legítima ao ter notícias do amor adúltero de que nascera a filha, D. Maria, entregue aos cuidados de António de Cavide. Quando Domingos Leite tentara assassinar o Rei ela mandara edificar um convento no sítio onde o criminoso fizera a espera infrutífera por que se alucinara. A vontade de Deus exercera-se salvando o monarca; a Rainha votara as casas do largo dos Torneiros ao refúgio religioso dedicado ao Santíssimo Sacramento e entregue aos carmelitas descalços. Na capela-mor destacava-se a insígnia divina purificadora acompanhada pelo soberano e pela nobreza como era habitual na procissão do Corpo de Deus. D. João IV escapara ao perigo pela intercessão do Altíssimo, conforme o regicida dissera ao turbar-se ante o relicário.

Cabia à Regente aclamar o filho D. Afonso, que tinha catorze anos (¹). Aparelhara-se um palco da Sala dos Tudescos para o Terreiro, no qual figuraria o jovem soberano, a Côrte, os corpos nacionais, com a mesma pompa e cerimonial usados na aclamação do primeiro Rei brigantino.

O marquês de Ferreira empunhara o estoque de condestável, que desta vez lhe fôra disputado pelo conde de Odemira e pelo duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira, pois se consideravam mais parentes dos Braganças que o fidalgo tão distinguido pelo monarca quando da sua entronização.

Com o seu costumado e apreciável bom senso, a Rainha resolveu a questão. Ordenou que a honraria, tão ardorosamente requerida, coubesse ao irmão do novo monarca, o Infante D. Pedro, a-pesar-dos seus nove anos.

Ela devia lamentar o que subia ao trono. Ficara enfermiço depois da maligna que lhe dera, aos três anos, seguindo-se-lhe a paralisia do lado direito (¹).

Ergueram-se preces aos céus; saíram as imagens de seus altares, mas a doença avançava e julgara-se que o Príncipe não resistiria. Ficara defeituoso, visivelmente hemiplégico, lêso, de entendimento tardo, sujeito a impulsos, a desequilíbrios. Não era feio; louro, de olhos azues, como os Braganças, antitesava-se com o irmão, moreno, corpulento, que seria prodígio de fôrça, com o semblante trigueiro de alguns dos Medina Sidónia, crestados pelo sol da Andaluzia e das terras da mourama.

D. Afonso VI tomara os banhos das Caldas da Rainha, mas o mal persistia. Havendo mais cuidados em educá-lo, deram-lhe mestres sabedores, cautelosos e pacientes. O professor de letras foi o doutor Nicolau Monteiro, prior da Colegiada de Cedofeita (²), que se esforçava por iluminar aquêle espírito um dia destinado a governar milhões de homens.

Nomeara-se aio o conde de Odemira, D. Francisco de Faro, que devia instruí-lo em todos os deveres de um gentil-homem que seria o primeiro do Reino.

A-pesar-de robusto, o Infante D. Pedro foi ajudado a sustentar o estoque por Rui de Moura Teles, estribeiro-mor da Rainha; o alferes-mor era António Teles de Meneses; seguiam-se as outras dignidades. O monarca subiu ao trono; juntaram-se os Estados, e como o mais velho dos conjurados da Restauração jurou, em primeiro lugar, o venerando nonagenário D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes, mordomo-mor da soberana. Pronunciava-se em nome da Rainha; o secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, lia a carta que conferia aquêles poderes ao ancião.

Pretendera-se que a Regente demorasse a entronização do filho enfêrmo; vários políticos votaram daquele modo dizendo tornar-se mais difícil tocar nos direitos régios desde que fôsse aclamado. Melhor seria

---

Outubro, ano de Nosso Salvador Jesus Cristo de mil seiscentos e treze eu, o licenciado Diego Muñiz de Leon, visitador geral do Arcebispo de Sevilla, baptisei a Senhora D. Luísa Francisca, filha do Senhor D. Manuel Alonso Perez de Guzman, el Bueno, e da Senhora D. Joana de Sandoval, condes de Niebla; foi seu padrinho o senhor D. Gaspar Alonso Perez de Guzman, el Bueno, Marquês de Cazaza e advertiu-o da responsabilidade espiritual. E assinei-o: data *ut supra*. Lic. Diego Muniz de Leon».

Assim reza o documento que foi encontrado no livro da Paróquia de S. Pedro de Huelva, referente aos anos de 1602 a 1626.

(¹) Nascera em 21 de Agosto de 1643 e foi aclamado no dia 15 de Novembro de 1657.

(¹) «Aos três anos de idade lhe sobreveio uma febre maligna a que se seguiu um acidente de paralisia que lhe deixou visivelmente árida tôda a parte direita desde os pés à cabeça» — *Catástrofe de Portugal*.

(²) Depois bispo do Pôrto. Faleceu em 20 de Dezembro de 1672. Diplomata, escritor e douto.



esperar que desistisse ou que a doença o poupasse. Ela hesitava. O marido apresentara o filho como sucessor; não cabia desapossá-lo e, na sua grande piedade pelo Rei e amor ao país, compreendia que deflagraria contenda de partidos desde a hora da destituïção. Pertencia-lhe o trono por direito e a cerimónia realizou-se quebrando-se o luto, substituindo-se pelas pompas da etiquêta até que novamente se voltou ao dó. Passara D. Afonso a viver nos aposentos onde D. Teodósio residira, estudara e ciliciara as carnes môças, sonhara e empreendera em tôdas as afirmações do seu talento.

Em volta de D. Luísa de Gusmão, e ela bem o sentia, disputava-se o poder, a influência, o lugar primacial, tentador, aquêle que tanto devia preocupar os políticos. Conheciam o temperamento da Rainha mas esperavam dominá-lo e, à sombra dos negócios públicos, disporem do Reino e da vontade dela, que firmava com os selos reais, pois as mãos débeis do filho ainda não os tinham tocado.



D. Luísa de Gusmão

(Gravura da colecção do sr. Conselheiro Martins de Carvalho)

O conde de Odemira, D. Francisco de Faro, rivalizava na política com o conde de Cantanhede, D. António Luís de Meneses. Eram sexagenários, mas devorava-os o desejo do mando como se encontrassem na experiência o que lhes faltaria em fôrças. O primeiro era presidente do Conselho Ultramarino, o outro vedor da Fazenda, e contrariavam-se. Um era hábil, o outro perscrutador; ambos tinham reputação militar, mas o de Cantanhede erguer-se-ia na glória sob o título de marquês de Marialva [1].

Iria salvar Elvas, cercada por trinta e seis mil homens comandados por D. Luís Mendes de Haro.

Também se digladiavam os secretários de Estado, Pedro Vieira da Silva e o das mercês Gaspar de Faria Severim. Completar-se-iam sem tantos pruridos de exclusivismo. Aquêle sabia de leis, êste de finanças, mas perturbavam a marcha do govêrno pelas insídias. Tampouco se ligavam aos partidos de Cantanhede ou de Odemira. Formavam os seus e a Rainha sabia-o, visto o espôso tê-la consultado sempre. Instituíu a Junta Nocturna; devia reünir por deshoras, quando se paralisavam os serviços nas repartições e Lisboa só via passar as rondas precárias e os cães vadios, quando não era alarmada por alguma rixa fidalga em zelos por honestas donas e também por comborças.

Formaram aquêle organismo político, que devia atender a todos os negócios, não só os dois titulares rivais, mas o conde de S. Lourenço, o bravo general Martim Afonso de Melo, e depois o duque de Cadaval com o intrépido e talentoso conde de Soure, D. João da Costa.

Seriam nomeados depois o futuro conde de S. Vi-

---

[1] Ver Biografias.

cente, João Nunes da Cunha, o marquês de Nisa e o doutor Pedro Fernandes Monteiro, tão cúpido como sabedor [1].

Apresentavam-se-lhes as questões; discutiam-nas, punham-nas à votação e o secretário de Estado incumbia-se de as levar à Rainha para a assinatura. Resolvia, por conseqüência, em última instância, depois daqueles antagónicos conselheiros terem esmiüçado os assuntos.

Proclamara-se às autoridades da metrópole e do ultramar; mandaram-se recolher aos corpos todos os licenciados militares e o conde de Soure, que viera a Lisboa tratar da questão relativa aos têrços de Diogo Gomes de Figueiredo, voltara ao seu pôsto ainda por ordem de D. João IV, depois da morte do Príncipe D. Teodósio.

Rejubilara-se em Espanha com o fim do Rei. Felipe IV achou propício o momento para desencadear sôbre a fronteira um numeroso e bem apetrechado exército, comandado pelo conde de San Germano, mas não ganhara a vitória completa. Os generais portugueses defendiam intemeratamente a pátria.

Aquela desunião dos ministros e conselheiros obrigava-os a trabalhos em separado, nos quais cada um dêles desejava mostrar maior zêlo e, conjugando tais esforços, muito mais se conseguia do que se todos concordassem caindo em inércia.

Para demais, a soberana conhecia os defeitos e qualidades de cada um dêles. Movendo-os por seus temperamentos, apreciava, sobretudo, o resultado de seus labores na Junta Nocturna e mandava confirmá-los pelos representantes dos Três Estados.

Consultava, especialmente, um dominicano irlandês, que se chamara no século Domingos O'Daly e nascera em Kiertarçon, no condado de Kerry, Munster. Filho de nobres, ante as perseguições e os conflitos religiosos que retalhavam a Inglaterra professara em Espanha, em Lugo, e obtivera valores de teólogo no colégio de S. Paulo de Burgos. O provincial da Irlanda nomeou-o professor em Lovaina e dali fôra em missão a Madrid e logo a Portugal, onde requereu a fundação de um colégio da sua ordem à imitação do que instituíra anteriormente [1]. Tomara o nome religioso de frei Domingos do Rosário.

Felipe III entregara-lhe cartas para Carlos I de Inglaterra, nomeara-o embaixador secreto, indo depois representá-lo junto de Inocêncio X.

D. João IV acolhera muito bem o domínico, que parecia ter abandonado totalmente os interêsses dos castelhanos, e pensou enviá-lo a Mazarino para tratar do casamento da Infanta D. Catarina com Luís XIV.

O soberano oferecera-lhe prelazia, mas como se tivesse o intuito de viver na Côrte e ser prestável em negócios políticos e diplomáticos, recusava as honrarias eclesiásticas.

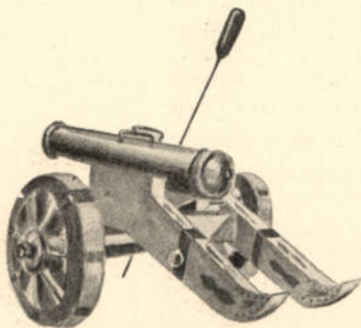
Trabalhava em França com afinco a favor da causa portuguesa e ali lhe chegavam as informações do que se passava em Portugal para que estivesse apto a desmanchar intrigas e mentiras.

Nem se esqueciam de avisá-lo do ataque de gota que impedira o conde de Soure de largar para o Alentejo, tendo sido, por isso, nomeado para o govêrno das armas o conde de S. Lourenço. Minuciava-se o que se adquirira para o exército, como se tencionava empregar as tropas, sacrifícios do povo para sustentar a guerra e até como se escolhera o conde de Vila Pouca de Aguiar para a vice-realeza da Índia, onde continuavam os ataques holandeses.

Descrevia-se, também, o assalto de Olivença [2], firmando-se as cartas em nome de D. Afonso VI, chancelando-as a Regente.

O reverendo estava tratando em Paris do casamento de D. Catarina com Luís XIV, procurando obter de Mazarino uma esquadra para a defesa da barra e mil cavalos destinados às fôrças da fronteira alentejana, mas coisa alguma obtivera. Tão pouco se conseguiu, pelo embaixador, conde de Cominges, o mais pequeno socorro.

Os ataques violentos do inimigo eram para Elvas; ao norte lançava-se sôbre a Lapela e Monção, Valença, no Alto Minho, onde pelejou até ao fim da vida o conde de Castelo Melhor, D. João de Vasconcelos e Sousa, falecido a 13 de Novembro de 1658 [3], em virtude de doença proveniente do desgôsto de não poder levar de vencida os invasores. Substituíu-o no



[1] Instituíu a Junta do Comércio e foi secretário de D. Teodósio; intrigou de tal forma que acumulou fortuna no período das desavenças entre D. Afonso VI e D. Pedro. Caluniou o conde de Castelo Melhor mas, à hora da morte, arrependido, mandou dizer ao Regente que mentira ao contar-lhe que o favorito do soberano quisera ministrar-lhe veneno.

Deixou morgadio avultado quando o pai fôra simples escudeiro da Casa de Bragança. Possuíu a comenda de Santa Maria de Fiães, de Montalegre, e faleceu em 16 de Fevereiro de 1673.

[1] Começara por se instalar na quinta da Legacia, no sítio da Cotovia, depois na calçada do Combro, até que o hospício se estabeleceu num páteo cedido pelo senhor de Barbacena, Luís de Castro do Rio, e ali se disse a primeira missa, em 1633. O colégio do Bom Sucesso, primeiro da ordem em Lisboa, foi fundado em 1636 e concluído a 12 de Novembro de 1639. A segunda casa religiosa edificou-se no Corpo Santo sob o patrocínio e com o dinheiro de D. Luísa de Gusmão. Deliberara-se a construção em 1644, mas a primeira pedra bateu-se em 4 de Maio de 1659.

[2] 12 de Abril de 1657.

[3] Ver Biografias.

comando Nuno da Cunha Ataíde e logo o visconde de Vila Nova.

O conde de Cantanhede fôra investido no comando do exército de socorro a Elvas.

A Rainha atentava sempre nas resoluções da Junta Nocturna; sabia escutar com o mesmo semblante as notícias de triunfos e derrotas, mas uma intensa alegria a encheu quando o conde de Cantanhede entrou em Lisboa para receber a consagração da sua vitória. Rompera o sítio de Elvas na gloriosa manhã de 14 de Janeiro de 1659.

A derrota dos espanhóis produzira o mais formidável eco não só na Côrte de Felipe IV mas nas chancelarias europeias. Era o momento de enviar um general em missão diplomática, e como o conde de Soure reünisse as qualidades precisas para ambos os postos, partira para França exactamente quando Mazarino negociava a paz com Castela.

Trabalhava intensamente a soberana, cuja alma parecia animar todos os outros. Era espanhola, mas jamais pensara na sua pátria desde que pelo casamento se tornara portuguesa. Agora defendia o Reino, a coroa do filho e o futuro da dinastia.

Nomeara os membros da casa de El-Rei, os gentis-homens que deviam acompanhá-lo, conduzi-lo, dar-lhe conselhos. Eram êles D. João da Silva, marquês de Gouveia, que servia de mordomo-mor. D. João IV tratara-o por «muito amado sobrinho». Pertencia à nobilíssima família dos Silvas. Luís de Melo, um dos bravos da revolução de 1640, ia ocupar o cargo de porteiro-mor como no reinado anterior; Garcia de Melo era o monteiro-mor, como sucessor de seu pai, D. Francisco de Melo, já falecido, e que fôra um dos principais conjurados na prova difícil da independência; D. Francisco de Sousa, conde de Prado, estribeiro-mor, já servira com D. Teodósio e batera-se no Alentejo, demonstrando o seu valor. Seria o primeiro marquês de Minas e pai do herói que entraria em Madrid em som de guerra, a 28 de Junho de 1706.

Desafrontaria Portugal cativo pelas fôrças do duque de Alba ao cabo de cento e vinte seis anos da afronta.

O conde de Prado, escolhido para comandante das armas do Minho, fôra substituído pelo visconde de Vila Nova. D. João de Almeida, reposteiro-mor, era de varonil beleza; chamavam-lhe o *Formoso*. Pertencia à casa de Assumar e descendia do glorioso vice-Rei da Índia, D. Francisco de Almeida, e dos condes de Abrantes, o último dos quais, D. Miguel de Almeida, era venerado por sua atitude no 1.º de Dezembro.

Durara pouco o seu serviço junto do Rei, indo ocupar-lhe o pôsto Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, pelo falecimento de seu pai (¹).

Serviriam às semanas junto do soberano, pois era o pensamento da Rainha não deixar o filho sofrer influências demoradas. Chamou mais gentis-homens para dêste modo se espaçarem as convivências.

Os condes de Óbidos, de Aveiras e de Vale-de-Reis exerciam os seus cargos. O primeiro, D. Vasco de Mascarenhas, fôra vice-Rei da Índia, mas descontentara por sua rudeza, e, ante a revolta de D. Brás de Castro, demonstrara fraqueza de ânimo. Regressou e D. João IV não o colocara. O segundo, D. Luís Teles da Silva, seria regedor da Casa da Suplicação e presidente da Mesa de Consciência e Ordens; o terceiro, D. Nuno de Mendoça, governaria o Algarve, sendo, depois, presidente do Senado da Câmara e conselheiro de Estado.

D. Tomás de Noronha e Francisco de Sousa Coutinho completavam a casa de Sua Majestade.

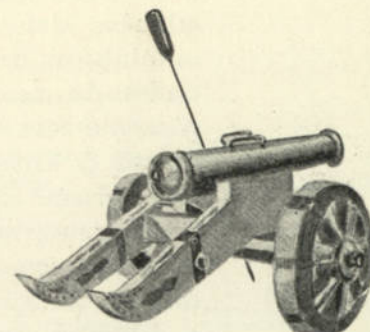
Aquêle ensinaria ao soberano as suas lições de delicadeza e etiquêta; o outro, diplomata ilustre, de muito lhe teria servido se a morte não o arrebatasse ao cabo de meses de assistência ao monarca. Substituíu-o D. Pedro de Castelo Branco da Cunha, conde de Pombeiro, capitão de cavalaria.

O aio era ainda D. Francisco de Faro, conde de Odemira, o político ambicioso, rival do conde de Cantanhede.

O jovem monarca, atordoado na sua ignorância pelos ecos da guerra nas fronteiras, encontrava o maior divertimento no espectáculo que se lhe deparava no pátio do Paço, onde alguns mercadores tinham abertas suas lojas. Em vez de escutar as lições do doutor Nicolau Monteiro, debruçava-se da janela a apreciar as púrrias de garotos que se batiam à pedrada. Digladiavam-se dois bandos fundibulários, um dos quais era comandado por António de Conti Vintimiglia, filho de um italiano mercador que ali se estabelecera penosamente.

Ficavam as tendas em volta do pátio da capela, sob os arcos, e nelas se expunham não só as mercadorias vulgares, mas oiro, prata, pedras preciosas, veludos, sêdas, objectos de luxo que tinham gôsto. Ali negociava o velho Conti.

À beira do Tejo e para a banda da Ribeira das Naus ficavam os quartos do monarca com sua magnífica varanda gradeada; ao fundo de uma enorme galeria encontrava-se a Casa do Forte, onde se encer-



(¹) Célebre ministro de D. Afonso VI. Ver Biografias.

ravam os presos de categoria quando culpados de delitos que merecessem cárcere.

El-Rei via da janela dos seus aposentos o constante desafio da garotada, incitava e aplaudia os vencedores, quási sempre os do bando capitaneado por Conti, que corriam para os lados do belo chafariz de Apolo.

De tal maneira o animava e tanto se deu à real simpatia o astuto chefe dos lascarinos, que acabou por ter entrada no Paço, ao comêço tìmidamente, depois afoito pela fôrça do hábito e aguilhoado pela ambição. Subia à recâmara real. Quando D. Luísa de Gusmão soube das tendências do filho que reinava, tremeu pelas conseqüências.

Receou, também, que D. Pedro se contaminasse do mesmo entusiasmo pela malta azevieira, cujo caudilho conquistara bem o soberano.

Sabia diverti-lo; encantava-o com suas narrativas de proezas que iam além dos zunidos das pedras arremeçadas pelas fundas e sentia-se tanto o valimento do audacioso Conti que já alguns gentis-homens o cultivavam.

O azougado rapaz devia sentir-se à beira de cargo paçâo, com que socorreria o pai mercador ambicioso e aconselhador do filho por suas manhas de italiano viajeiro.

A Rainha mandou proïbir a entrada do fundibulário; avisou-o de que não devia transpor a porta do Paço da Ribeira, limitando-se a viver na sua tenda, sob as arcadas, mas quando D. Afonso VI não encontrou o favorito que o divertia, desejou-o mais ardentemente e mostrou tanto a sua cólera e arrebatado génio que a mãe tolerou o intruso. Em vez do balcão paterno sôbre o qual media as sêdas, veludos, fitas, com os objectos de capelista, vestia-se das liberalidades do real amigo e viu-se lisonjeado pela criadagem, sem embargo das boas vistas dos cortesãos.

A cautelosa e previdente Rainha, ao colocar tantos camaristas junto do filho enfermiço, mas violento, buscara temperar-lhe o ânimo; êle, porém, ouvia dizer que mandava, revestia-se de autoridade para seguir seus instintos e caprichos em volubilidade própria da idade e da doença. Ninguém o domava; alguns políticos espreitavam o momento de governar em seu nome, vendo aumentar, dia a dia, o poder do Conti.

Impuseram-se obrigações ao Rei. Devia levantar-se às sete horas, tendo o camarista já à sua espera para lhe oferecer a camisa e ajudá-lo a vestir, conforme a etiquêta. Almoçava, ia ouvir missa e passava a receber os ministros; dava-se o despacho e entravam os magistrados. Ao meio dia jantava. Visitava a Rainha diàriamente duas vêzes. Mandava-se que convivesse com a irmã D. Catarina e com D. Pedro; permitia-se-lhe a conversação com pessoas de categoria e, pelas catorze horas, começava as lições de latim, leitura e escrita, ficando só com os mestres. Merendava e logo se dedicava à equitação e ao jôgo das armas; saía de côche e, depois da comida, dava beija-mão. A hora da ceia era a mais própria para se encontrar com os companheiros. Terminava a tarefa; podia distraír-se, mas mandava o protocolo que só se encontraria com personagens, cabendo ao camarista de serviço escolher os que «sejam gratos a Elrei e sendo na qualidade e nos costumes os que convêm, desviando Sua Majestade de tudo o que lhe pode dar ruim exemplo, assim de obra como de palavra».

Mais se divertia a ver as corridas dos garotos, simpatizava com os plebeus, preferia a janela à sala do estudo e pensava exactamente ao inverso do estatuído no formulário que os oficiais-mores cumpriam estritamente, correndo o perigo de destituïção se falhassem nas regras.

Velariam pelos bons costumes do soberano, que não queria atender avisos dos aconselhados por suas inclinações. A doença impedira que o instruíssem desde a tenra infância e o seu temperamento era caprichoso.

Quando, no dia 7 de Abril de 1660, se preparou para habitar os seus novos aposentos, contrariou a vontade materna, porque em lugar de seguir, como se dispusera, pela passagem interior, desejou atravessar a Sala dos Tudescos com tôda a sua Côrte e, ante o reparo do conde de Odemira, que evocava a ordem da Soberana, dizendo-lhe não ser o acontecimento de molde a pompa tão grande, o monarca repeliu a observação.

Propalou-se que Conti o aconselhara. Depois acamou; os médicos receitaram-lhe, pela terceira vez, os banhos das Caldas, que, para mais, naquele momento, teriam a vantagem de desviá-lo das ruins ilhargas. Compreendeu a intenção; partiu com grande séquito, mas recusou, terminantemente, meter-se na água que devia lenitivar o seu mal. Teimou, preferindo divertir-se, e assim se dirigiu para Vila Fresca de Azeitão, ao cabo de algum tempo do regresso das termas. Acompanharam-o a criadagem e alguns dos gentis-homens e também uma esquadra da sua «patrulha baixa», formada por malta da mourama e negros escravos.

Eram os mesmos que o deleitavam quando, dando as suas lições de equitação no picadeiro, o distraíam do exercício que António Galvão de Andrade, o grande equitador, lhe ensinava com o conde do Prado. Preferia jogar a barra com os lacaios púrrios, aos quais se juntara um irmão de António Conti, de nome João.

Como El-Rei era doente, não se apertara a sua educação em menino. O mal ferira-o aos três anos e não quiseram obrigá-lo a precoces estudos; as próprias prendas físicas, sem as quais a soberania mal se podia exercer, tardiamente as tentou obter. Não se lhe podia negar denodo, arrôjo, desafio ao perigo, que uns capitulavam de inconsciência, outros de loucura, mas era, sem dúvida, sentimento próprio de quem desejava mostrar-se superior aos vassalos sur-

preendendo-os pelos actos de valor e audácia que praticasse, sobretudo sendo enfêrmo.

Na tortura do seu mal, sentindo-o como uma ofensa à dignidade que o revestia, exagerava nas acções reparadas nêle mas normais nos fidalgos da sua Côrte, espancadores de rondas, tumultuosos e rixentos, naturalmente desdenhosos da plebe. Se o monarca praticasse ao contrário, di-lo-iam inutilizado.

Mesmo os mais graves senhores se batiam, como sucedera no Jôgo da Pela, em que fôra morto o conde de Vimioso, chegando depois as pendências ao próprio Paço, como a suscitada entre os filhos dos condes de Vale-de-Reis e de Vila Flor. Mesmo depois da desdita do monarca, quando já não podia saír do cárcere, as rixas continuaram, sendo exemplo a escandalosamente travada entre o filho do conde de Prado e o irmão do marquês de Fontes.

Os assassínios sucediam-se; era baixa a moral e perversos os costumes. O sucessor de D. João IV não fôra educado para o trono e era um gentil-homem como os outros. Correra que um touro o arremessara da sela investindo-o nos campos de Azeitão. Recebeu algumas sangrias; acometera, também, certo gentio em Campolide e ficara ferido, fugindo os agressores que desafiara na treva da noite.

A mãe alarmava-se; a Côrte jazia esquecendo os próprios desvarios, e a Rainha escutara os avisos dos conselheiros em nome dos quais falara o duque de Cadaval, mas Sua Majestade prosseguia nas surtidas nocturnas em busca de aventuras, nas quais era familiar António Conti, já ligado ao seu serviço. Arranjava as amásias para o amo, de súcia com o criado Manuel Antunes, Agostinho Nunes, servo do conde de Castelo Melhor, e outros. Era o costume da época, e que não se modificou. Começava a levantar-se um partido contra o monarca e favorável ao Infante, que proclamavam ajuïzado e virtuoso em recatadas e intencionais conversas, e como se fôsse imune das tentações do irmão.



D. Afonso VI

(B. A. C. L.)

Bichanava-se que o soberano saía por deshoras com as suas comprometedoras patrulhas e freqüentava bordéis em grande despejo e estardalhaço; espancava transeuntes; não respeitava os templos, pois que, em companhia de João Conti e Francisco de Siqueira, seu guarda-roupa, tinha dado mostras de procurar uma donzela formosa que devia ter ido à festa da igreja da Penha, entrando no convento das religiosas em busca da sedutora rapariga. No mesmo dia, passando pela ruela de S. Pedro de Alfama, viu à porta do antigo veador das obras reais ([1]) um côche em que ia Martim Correia de Sá ([2]) e querendo passar com rapidez mandou afastar o estado do fidalgo, o que gerou questão formidável, saindo as espadas das baínhas e atacando João Conti o nobre que defendia os seus lacaios.

D. Afonso VI saíu do carro e, em sua presença, o insultado ajoelhou; recebera em troca algumas palavras violentas, despropositadas em lábios régios.

António Conti, o manhoso italiano que servia o Rei nas suas intimidades, já fôra amerceado com o hábito de Cristo e alguns bens, e entre êles uma quinta em Oeiras ([3]); entraria na religião João Conti, irmão mais novo do favorito, que obteve benefícios de monta ([4]).

D. Luísa de Gusmão padecia muito com a influência exercida pelo valido do filho; adoentada, triste, tendo de recorrer à medicina, pois à enfermidade moral sucedera a física, vira finar-se um dos esteios do seu govêrno, o conde de Odemira, D. Francisco de

([1]) São da *Catastrophe de Portugal* aquelas afirmações.

O livro é um cruel panfleto contra o Rei e assinado por Leandro Cáceres Doria de Faria, aliás Fernando Correia de Lacerda, grande parcial e protegido do Infante D. Pedro, que o cumulou de honras e proventos dando-lhe a mitra do Pôrto.

([2]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*.

([3]) Também recebera a capela de S. Luís de Pinhel e a comenda de S. Salvador de Unhão e os direitos da passagem da barca de Escaroupim.

([4]) Arcedíago de Sobradélo da Colegiada de Guimarães.

Faro. Começara a tratar do consórcio de D. Catarina com o Rei Carlos II de Inglaterra, pois as diligências de frei Domingos do Rosário tinham falhado em França. Era a sua grande preocupação de soberana aquêle casamento, que, representando um sacrifício para a Princesa, constituïria a salvação do Reino.

Quisera, porém, entregar-lhe o govêrno da sua casa enquanto ela se ocupava dos negócios da nação [1].

O soberano britânico era leviano, estróina, vivia em orgias a desforrar-se das penúrias do exílio; reinava sôbre uma nação protestante e a filha dos Braganças era um exemplo de profunda fé católica, modêlo de bondade e de virtudes. Portugal carecia de uma aliança sólida e o penhor seria a Princesa. Logo que se celebrasse a grande aspiração, a atilada Rainha retirar-se-ia para um palácio distante, desgostosa do filho, sentindo-o alheio a seus conselhos, alardeando nos aventurosos passeios nocturnos a sua independência.

A mãe consultou médicos como António da Mata, cirurgiões da categoria de Francisco Nunes, e ambos lhe afirmaram serem os actos do soberano conseqüência da sua enfermidade. Apresentava-se-lhe muito tenebroso o futuro; o secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, que sucedera a Francisco de Lucena, também saíra do Paço em virtude de uma questão de etiquêta, que se exacerbara por parte de Rui de Moura Teles. Transtornara-se a pragmática; o ministro opusera seus argumentos e partira para uma quinta muito molestado. Condenou-o a Rainha a residir em Évora durante três meses por causa de deixar o Paço sem licença. Fazia falta, mas a Regente punia-o e resolvia por seu entendimento os negócios políticos e diplomáticos, entre os quais se destacava o do casamento da filha, tôdas as convenções com a Holanda, em que empregara o conde de Miranda [1], que devia seguir as normas de Francisco de Sousa Coutinho [2]. Providenciava nas lutas travadas entre os generais; tremia pelas fronteiras que os exércitos de D. João de Áustria investiam [3]. Batalhava ao serviço de Portugal um grande capitão, Armando Frederico, conde de Schomberg [4], que produzia emulações mas batia o inimigo.

O marquês de Marialva [5], o herói das Linhas de Elvas, sobrepassava-o em autoridade perante os soldados e pelejava com a grandiosidade dos anteriores sucessos, distinguindo-se de alta forma D. Sancho Manuel [6], que obrigara a recuar o exército do duque de Ossuna.

A alma da Rainha devia iluminar-se com éstes sucessos ao mesmo tempo que se desolava ante as atitudes dos validos do filho. Glorificavam-se os heróis nas batalhas, entretecendo os louros que deviam justificar para o Rei o cognome de Vitorioso. Jamais houvera tanto sarcasmo como o que ressumava daquela lisonja colada ao monarca vencido no lar, na política, na própria liberdade.

O estado de espírito de D. Luísa de Gusmão levava-a a considerar consigo própria e a escrever, compungidamente, como se receasse lhe imputassem culpas que não tinha. Afligia-a a governação e o meio e traçou, em espanhol, a língua que escrevia, por vêzes elegantemente, as suas reflexões que enviou a alguns dos conselheiros:

El Rigor, y incerteza de mi vida, el deseo de mi salvacion, la obligation q̃ me corre a procurarla, la imensidad de dificultades q̃ me estorvan a conseguir la voluntad, q̃ en mi siento; me dan motivo para comunicar una batalha en q̃ me trae la confusion en q̃ vivo, deseosa de allar em parecer q̃ me quadre, despues de bien consideradaas las dichas dificultades q̃ propongo, q̃ declararé por el modo seguiente.

Yo vivo una vida penosissima, porq̃ si reyno es con monstruosidad, por ser con dos cabeças, yo quiero justicia, y seguir razon, el Rey o no la conose, o no se la dexan trazer, y assy aunq̃ yo gobierno el hase lo que quiere, pues concedo yo lo q̃ el gusta, porq̃ es ya hombre, y esto es suyo; y yo tiengo cierto el iresgo de perderme el respeto si le enquentro lo q̃ quiere. Deseo con todus las veras

---

(1) «Dona Luisa por graça de Dˢ Rᵃ de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa, etc. Pella presente dou todo o poder a infte. Dona Catherina minha muito amada e presada fᵃ pera por mim, e em meo nome governar minha casa assim na justiça provimento de officios beneficios alcaidiaas de tomar homenagens e tudo o maes q̃ vagar e me puder pertenser, como, no tocante a fazenda que tudo administrará proverá e disporá de maneira q̃ eu hoje o faça e melhor se melhor puder ser, nomeará e revogará procuradores poderá fazer quitas emprasamtᵒˢ e doações nomear ordenados e maes despesas necessarias a melhor conservação serviço e beneficio da casa tratado do governo e aproveitamtᵒ della como se verdadeiramente fôra sua e lhe pertensera sem excepsão de caso algum porq̃ todos ainda que requeirão espesial poder hey aqui por expresos e declarados, e rogo mtᵒ ao senhor Rey meo filho mande sendo necessario cumprir e executar tudo o que a inftᵉ fiser em meos particulares assim como se eu verdadeiramente o fisera. Dada nesta cidade de Lxᵃ (Rubrica)» — B. N. L. — Col. Pomb. 738, fl. 120.

(1) D. Henrique de Sousa Tavares, marquês de Arronches, que foi militar e diplomata. Morreu em 10 de Abril de 1706.

(2) Falecera em 22 de Junho de 1660.

(3) Filho legitimado de Felipe IV e da actriz Maria Calderon.

(4) Nascera em 1615, em Heidelberg, na Alemanha, e depois de ter servido às ordens de Turenne, em França, passara a Portugal contratado pelo conde de Soure. Voltou a Paris depois da paz, em 1661. Morreu em 1690.

(5) D. António Luís de Meneses, conde de Cantanhede. Ver Biografias.

(6) Conde de Vila Flor, em 29 de Setembro de 1659, depois da sua acção com o conde de Cantanhede, na batalha das Linhas de Elvas. Ver biografia.

hazer mudança de mi persona con que la salve de tal horror: en este puento pido se haya toda refleccion, despues de declarar mis intentos, para aconsejarme lo mais conveniente a mi quietud, a mi vida, a mi authoridad, a mi alma.

Mi inclinacion me lleva a un convento de monjas, no p.ª entrar a serlo porq̃ las fuerças no lo podran en salida de años de esclavitud tan trabajoza, podrá-lo hazer el tiempo: pero en quanto no lo fuere no por esso quiziera trafego de criadas, sino algunas q̃ me parecieren a proposito, y q̃ la prelada sea la q̃ corra con mi hazienda, y ella misma com caixillo firme por mi mis papeles. Mis criados e officiales no tengo intento de despedillos sino tenellos; pero consideresse q̃ yo quiero on grandissimo retiro, y soledad, y essa es la causa porq̃ consedo corran las monjas con la administracion de la hazienda, y tambien es essa la occasion de no ser luego religiosa, no quieran por obediencia obligarme a alguns alivios fuera del estylo q̃ llevo. Puede succeder que el Rey quiera escrivirme, o saber de mi, aqui se me diga, sin encontrar essa mi opinion, q̃ podre hazer con q̃ no falte a la cortezia. Mi inclinacion me dita q̃ el convento sea de S.ta Teresa; a esto digo q̃ en Carnide oy la dificultad de D. Maria, no porq̃ yo no viviera donde ella havita sin ninguma molestia q̃ esso me diera, pero porq̃ me encuentra al modo de vida q̃ apetesco de excluirme de todo trato, y comunicacion de gente, y estando a su vista algun contemporisar ha de aver entre los dos, porq̃ ella no faltará a la occasion, q̃ lo es de obligacion tratarme, y faltar yo al... prudencia no parece bien, y tal ves si alguna por alguna justa... en mi o viere tristeza o mal semblante asido de mui diversa. Correspodria ser q̃ entendiesse era con ella el enfado, y ya se occasiona de aqui no vivir yo con el descuido q̃ quisera. En las Carmelitas de S.to Alberto me haze dificultad la limitacion da casa; y parese q̃ quien sale de emparedada, y busca on retiro para donde passar todo lo restante de mi vida; q̃ es bien haga elecion de lugar ancho, y ameno, vista de mar, a la qual soy mui inclinada. Si de S.ta Teresa salyo, y a S.to Domingo me acojo, como parienta desamparada, q̃ es a quien tengo mucho affecto, allo para vista, y largueza de sitio, al Buen successo: pero el inconveniente de estar en la boca de la barra donde aviendo occasion de guerra por mar es el primero convento q̃ hade desembaraçar. Lisboa es la parte donde quisiera assistir, por ser a la q̃ mas me he inclinado, y donde si allan todas las comodidades, principalm.te religiosos doctos, y letrados, siervos de Dios con quien comunicar, y desfogar la consciencia, y confessar. Fuera de Lisboa en mis terras no ay convento a mi proposito: para hazer fundacion no tengo flema, y siendo cierto q̃ he de trazer dicha auzencia quisiera tomar resolucion en el modo de ella, la qual no ha de tardar mucho; porq̃ me allo ya falta de fuerças, y de animo para continuar en ello. No he de pedir consejo, porq̃ me han de dizer q̃ no me vaya, y q̃ no desampare q és el Rey incapas; y quiças alguno de los q̃ dixieren estaran negociando lo contrario: por estas mismas falcedades me puedo temer q̃ algun dia me digan q̃ me vaya, y para irme mandada, sera mejor irme antes por mi propria voluntad. Lo q̃ podia detenerme era el llegar mis hijos a ser hombres: ya lo son: mi hija casada, ya lo está; el Infante a ser jurado por principe, para esso ha de aver Cortes, y no podrá aver las sin alguna detencion, q̃ y mal esperaré, pero contodo hasta ahy podré esperar; porq̃ en partiendo la Reyna lo trataré. Pazes com Castilla no las assiguro, q̃ aunq̃ yo haré de mi parte toda deligencia por alcançar las tanto podré succeder averlas mui brevem.te como nos concluir se en mucho tiempo y ansi no las prometo antes de la resolucion de mi persona. Ni esta he de dilatar mucho, porq̃ partida la Reyna entra el juram.to esse acabado se trata de guerra, y fronteras; a lo qual no he de llegar en este puesto; y si esperara a irme entonces, diran que los deixo en ella.

Si me dixieren q̃ goze yo aora del gusto de ver las emprezas referidas acabadas, digo q̃ em mi retiro las gozaré con mas gusto. Si me dixieren q̃ p.ª la conservacion deste Reyno soi aqui necessaria y aunq̃ me cueste trabajo, y mortificacion, devo no desamparar las cosas quando infieren q̃ con mi falta quedaran huerfanas: a esso digo q̃ si a todos nos há de matar este trabajo, q̃ yo tambien quiero morir con todos: pero si yo sola he de vivir muriendo porq̃ todos vivan, q̃ no lo quiero hazer, alla se busquen otro remedio, o Dios se le dará, en quien confio favorecerá mis intentos. Estos me paresse tengo manifestado hastantem.te y por falta de tiempo, y sobra de negocios nos los he comunicado por palabra tan enteram.te y para esse effecto los he puesto por escrito para q̃ despues de bien considerados se me dé la resolucion mas conbeniente; y diga el modo como devo irme; porq̃ si fuere secretam.te parecerá q̃ fuyo; si despedida publica, parecerá q̃ quiero me lo estorven, y no faltará quien lo haga imaginandom e lisongea, aunq̃ poco monte commigo la diligencia. De todo lo referido, y mas circunstancias, q̃ qualquiera buen juizio puede arguir en cada uno de los dichos juntos buelbo a pedir una buena disposicion nacida del mas acertado concejo; para q̃ Dios permita alumbrar el entendimiento que en la tal materia ouviere de botar (1).

Assim preocupada e indecisa, de ânimo inquieto e revôlto, querendo conciliar o seu amor de mãe com os deveres de Rainha, apelava para o conselho sincero que a política já não lhe podia dar, naquele ano de 1661, turbado pelas intrigas e ambições sem respeito ou temor pela guerra que devassava as fronteiras.

O casamento da filha parecia à Regente colossal emprêsa e exultou quando, ao cabo de muitas intrigas, Francisco de Melo, agraciado conde da Ponte (2), conseguira assinar o tratado (3).

Ratificavam-se as antigas cláusulas das alianças, o que representava admirável esfôrço, e, de futuro, contar-se-ia, ao menos, com a égide da Inglaterra, comprometida, ante o mundo, a auxiliar-nos. As probabilidades da Espanha enfraqueciam e atentamente se lidava e se faziam sacrifícios: o da noiva, o do ouro com que a dotavam, o de Tânger e Bombaim também cedidos. A acção da entrega repugnava àqueles que não viam doar-se tão pouco e mau território para não se perderem totalmente a Índia, Moçambique, Angola, S. Tomé, Guiné e parte do Brasil, como Macau. Tânger não passava de um amontoado de pedras legendárias e Bombaim de ilha sáfara e mal defendida.

Merecera a pena o holocausto da vetustez regada

---

(1) Traduzido no *Portugal Restaurado*. V. II. A cópia autêntica que publicamos encontra-se na B. N. L. Col. Pomb. Cod. 738, p. 227, sob a seguinte rubrica: «Papel todo feito e escrito pella mão Real da Rainha D. Luiza de Gusmão Nossa Senhora que Deus haja». Está incluida na *Catastrophe de Portugal*.

(2) Conde da Ponte em 16 de Maio de 1661, Marquês de Sande em 21 de Abril de 1662. Foi assassinado em 7 de Dezembro de 1667. Ver Biografias.

(3) Assinado, em 22 de Junho de 1661, pelo enviado português, conde da Ponte, e pelos condes de Clarendon, Southampton e Manchester, os duques de Albermale e de Osmond e pelos cavalheiros Duarte Nicolas e Guilherme Morice em nome da Grã-Bretanha.



D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra

de sangue e da ínsula carecida de cabedais para se desenvolver. Consentia-se à Rainha de Inglaterra a prática da religião católica e seu estado de eclesiásticos; e concedia-se-lhe o apanágio de trinta mil libras por ano, um palácio mobilado condignamente, garantindo-se-lhe, se enviüvasse, o regresso a Portugal desde que o desejasse, e a sua lista civil, além dos bens adquiridos ou anteriores ao matrimónio.

Do dinheiro do dote, dois milhões de cruzados, pagava-se um quarto na hora do embarque; e outro, transformado em pedrarias, açúcar e outros géneros, seria entregue em Londres aos representantes portugueses para a venda e cujo produto pertenceria a Carlos II. O milhão restante devia saldar-se no prazo de um ano.

A noiva não renunciava aos seus direitos à Coroa portuguesa.

Fundeou no Tejo imponente armada [1] do comando de Duarte de Montaigu, conde de Sandwich, que vinha por embaixador, e olhando as catorze naus de guerra, as cinco sumacas e a barca tinha-se a segurança do valor dos socorros que a aliada prometia, em navios e homens, e a certeza de não fazer separadamente a paz com a Espanha.

No meio das solenidades, D. Catarina orava. Acompanhá-la-iam, além do conde da Ponte, já nomeado marquês de Sande, a condessa de Penalva, D. Maria de Portugal, e a de Pontével, D. Elvira de Vilhena, que desposara Nuno da Cunha Ataíde.

(1) 10 de Abril de 1662.

Realizara-se o Te Deum na Sé; reboaram as salvas; e D. Luísa, abençoando a filha que entrava no bergantim magnífico, parecia envolver na sua benção o Reino que ela ajudava a salvar. A Rainha da Inglaterra alojava-se a bordo da [1] nau *Grão Carlos*, cuja guarnição de seiscentos homens manobrava oitenta peças de bronze. Foram dolorosos os adeus da mãe e da filha e a armada desferrou, sofrendo, durante vinte e tantos dias, os efeitos das grandes tormentas até zarpar em Portsmouth, onde a soberana era aguardada por seu cunhado duque de York [2].

A viúva de D. João IV, que desejara entregar o govêrno de sua casa àquela queridíssima filha, desolava-se com a sua ausência; sacrificara-a ao bem do Reino e ensaüdava-se [3].

Morrera o primogénito e depois D. Joana; via o filho que reinava em excitações condenáveis e a sua Catarina partia para longe, ia viver na terra de herejes, ela tão católica, habituada ao sol e à fé perfumada de rosmaninho da sua Lisboa modorrenta, quando não a alarmavam as notícias da guerra.

A soberana salvara o Reino à custa da liberdade e da saúde da filha; queria, igualmente, dignificar o filho, e meditou em tirar-lhe os turbulentos companheiros de suas loucuras.

Tratou, em primeiro lugar, das instalações do Infante, e como se êle não coubesse em tão vasto Paço como era o da Ribeira, deu-lhe o Côrte Real, o palácio edificado por Cristóvão de Moura, no sítio vizinho da moradia régia, como para não perder um só momento em veniar os Reis de Espanha se viessem a Portugal.

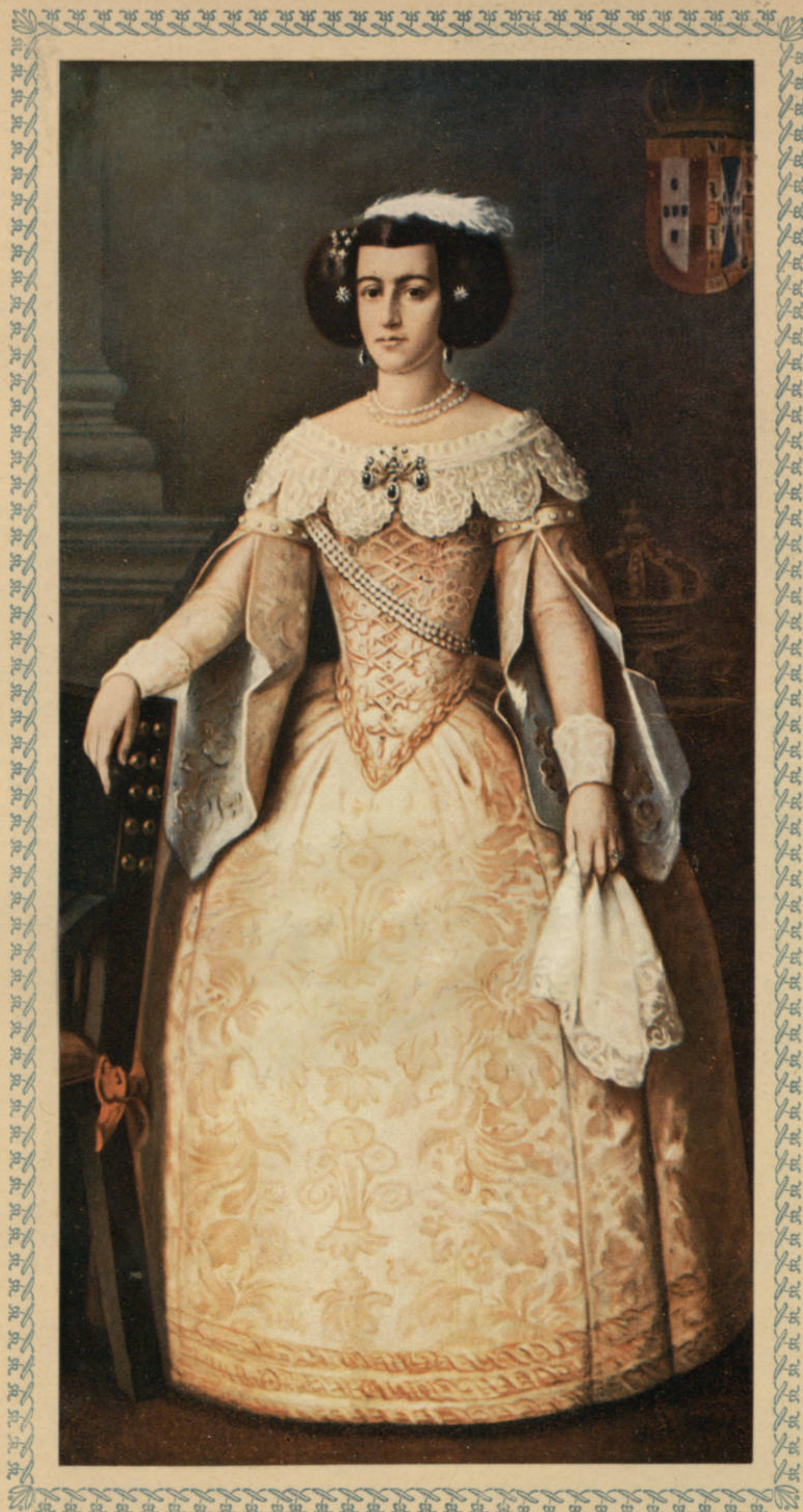
Não ficaria D. Pedro apenas naquela residência; coubera-lhe outra das propriedades do traidor marquês de Castelo Rodrigo: Queluz. Ali viveria com a comitiva que a mãe lhe dava, instintivamente inimiga da Côrte do soberano.

Eram gentis-homens de Sua Alteza os condes de S. Lourenço, guerreiro impetuoso; o de Soure, tão ilustre militar como diplomata; D. Rodrigo de Meneses, regedor da Justiça; João Nunes da Cunha, governador de Setúbal, e que já servira D. Teodósio; Jorge de Melo, o grande conjurado de 1640, conselheiro de guerra e general das galés. Juntavam-se-lhes Rui de Moura Teles, muito meticuloso em pontos de etiquêta, presidente do desembargo do Paço e antigo capitão-general de Mazagão, e dois ilustres

(1) Saíu a armada em 25 de Abril.

(2) 24 de Maio.

(3) Pertence à Academia das Ciências de Lisboa a correspondência de D. Luísa de Gusmão com a filha, que define, absolutamente, o carácter da Rainha. Inserimos algumas dessas cartas nos n.os 351, 354, 355, 357 e 358 do *Arquivo Nacional*, revista que fundámos e dirigimos até 15 de Julho de 1939. Representam alguma coisa de notável, pois revela-se o espírito da viúva de D. João IV.



D. Luiza de Gusmão

(Reprodução do quadro de Felix da Costa do Museu Militar)

letrados: o chantre da Sé, Rodrigo da Cunha Saldanha, e o desembaragador António de Sousa Tavares, o notável diplomata autor do *Sentimento de fé pública quebrantada em Alemanha por indústria de Castela na injusta retenção do Sereníssimo Infante D. Duarte de Portugal.*

Não faltavam políticos na casa de D. Pedro. O mestre era Francisco Correia de Lacerda, muito sabedor.

Estavam indicadas as rivalidades entre as duas Côrtes, valendo mais a do Infante que a do Monarca. Os fidalgos disputavam, como sempre, o poder. Alguns eram falhos de carácter, mais prontos à mudança do que à fidelidade inconcussa.

Entre os titulares, o conde de Castelo Melhor, D. Luís, buscava captar não só as atenções do Rei, mas as do seu mais chegado amigo, António Conti, que dormia na antecâmara régia em prova da muita consideração de Sua Majestade.

Uma mulher e dois rapazes, que não se amavam, tornar-se-iam prêsas fáceis de políticos, alguns dos quais provinham das conjuras com latitude para ambições condignas de seus feitos. Assacariam a El-Rei as más campanhias, contrapondo-lhe o recato do Infante.

A Rainha decidiu dar um golpe certeiro, talvez salvador. Já o duque de Cadaval, que falara a D. Afonso VI em nome dos conselheiros de Estado, carranqueara ante o desdém que o monarca lhe votava. Voltara ao seu cargo Pedro Vieira da Silva; espalhara-se que D. Luísa de Gusmão recusara os selos de Estado ao Rei, que ia fazer dezanove anos em 21 de Agôsto. Ante os boatos, a Regente fêz constar que naquela data, dia de S. Bernardo, deixaria ao filho o cuidado da governança.

Era gravíssimo o momento; avançavam exércitos numerosos sôbre as fronteiras e a política refervia; a Rainha cuidava do cerimonial próprio para a entrega da governação.

Os conselheiros enalteciam suas acções; diziam-lhe quanto o país lhe devia e insistiam para que continuasse a dar-lhes a assistência de sua ponderação.

Ela hesitava, temendo sempre animar os partidos, que até podiam aniquilar a independência.

Então, alguém falou em passar o poder a El-Rei, mas depois de o salvarem dos seus ruins conselheiros. Escorraçando os amigos que êle atraíra, talvez tudo se salvasse.

Concordou a Rainha na prática daquele acto de energia, que lhe agradava, tanto com o intuito de libertar o filho de viciosos e ignaros, como para calar as bôcas paçãs. Ficariam no govêrno por isso mesmo; mais por aquêle propósito que por qualquer outro. Era o duque de Cadaval o encarniçado propulsor daquela luta; evocava amiúde a incumbência que lhe dera D. João IV, à hora da morte, e tirava daí o proveito de boa influência.

D. Nuno Álvares Pereira de Melo, quarto marquês de Ferreira e quinto conde de Tentúgal, contava apenas vinte e quatro anos.



CARLOS II, REI DE INGLATERRA

Recebera o seu título ducal, como parente dos Reis, no dia do nascimento do Infante D. Pedro, e sentiu-se muito atraído para êle. Era dez anos mais velho que o irmão de D. Afonso VI, mas admirava-lhe a robustez, as fôrças que anunciavam o hércules.

O duque quisera participar da guerra no Alentejo, assistira ao cêrco de Badajoz e à tomada do forte de S. Miguel, mas não parecera conveniente à Rainha que fidalgo tão chegado ao trono comunicasse de muito perto com o exército e nomeara-o conselheiro de Estado. Fôra ferido por uma bala no ombro esquerdo e ilustrara-se aos olhos dos soldados. Aos vinte e quatro anos, censurava àsperamente as dezanove primaveras tumultuosas do seu Rei. Não lhe perdoava o desdém com que escutara suas advertências respeitosas.

Juntavam-se, no desejo de aliviar o monarca dos seus asseclas; o marquês de Marialva, ilustre general, e o de Gouveia, D. João da Silva, cheio de prosápia; também votaram igual propósito o conde de Soure, Jorge de Melo; o prior de Cedofeita, doutor Nicolau Monteiro; o bispo de Targa; D. Rodrigo de Meneses; o douto padre António Vieira, que o falecido soberano empregara em difíceis missões diplomáticas [1], e o secretário de Estado Pedro Vieira da Silva.

Concordaram na captura de António Conti e dos

---

[1] Ver Biografias.



Embarque da Infanta D. Catarina na esquadra inglêsa que a conduziu a Inglaterra

seus sequazes. Decidiu-se que a prisão seria levada a cabo quando o Rei se encontrasse no despacho com sua mãe. Não se lhe ofenderiam os aposentos, visto sua ausência ao lançar-se mão do valido instalado na sua antecâmara.

Entrariam, então, à real presença as autoridades, declarando-se favoráveis ao deliberado e consumado.

Era o primeiro golpe no prestígio régio; vibravam-no os amigos de D. Pedro, tornado, a-pesar-de sua pouca idade, o alvo das esperanças de mando futuro daqueles grandes senhores e de alguns altos engenhos.

Preparara-se tudo em segrêdo, mas convocaram-se as diversas personagens e autoridades para os aposentos de El-Rei; os citados entreolhavam-se sem perceberem até onde se queria chegar. O corregedor da Côrte, Duarte de Orta Osório, recebeu a incumbência, devendo acompanhar o duque de Cadaval, o porteiro-mor Luís de Melo e seu filho Manuel, ambos conjurados de 1640. Postaram-se soldados nas escadas. O italiano sentiu-se perseguido; atravessou um quarto e atirou-se para outro, que era gradeado; fechou a porta, aguardando a chegada de El-Rei, que não consentiria nas violências entrevistas.

O duque de Cadaval tomou tôdas as responsabilidades e uma gazua; tentou dar volta à fechadura do aposento onde o favorito se encontrava, mas não o conseguiu. Tampouco o porteiro-mor obteve que António Conti se lhe entregasse.

O lugar onde êle se encerrara dava passagem para o terrado sem gradeamento, através do qual fêz esforços para sair. Metera a cabeça entre os varões e bradara por auxílio; depois, quisera retirar-se, mas não pudera mover-se e ali, entalado entre ferros, sentira a cabeleira puxada fortemente pelo duque de Cadaval, que ameaçava matá-lo. Barricara-se, mas pedia que o acabassem; o fidalgo prometera salvar-lhe a existência desde que abrisse a porta e êle pediu-lhe a sua palavra. Deu-lha, e dentro em minutos estaria em poder dos inimigos. Conseguira desenvencilhar-se, mas, ao reentrar na posse do aposento, gritara, recusando entregar-se aos assaltantes. O duque mandou buscar dois machados ao Arsenal e jurou que o mataria se tivesse que estilhaçar a porta.

Foi naquele momento que apareceu o gentil-homem de semana, Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor.

Quis o acaso favorecer o moço senhor, sexto conde de Calheta e terceiro de Castelo Melhor, naquele sábado, 16 de Junho, em que ia começar a sua influência, aos vinte e seis anos ([1]).

Encarou, arrebatadamente, o duque de Cadaval. Era soldado tão brilhante como êle; fizera a campanha do Minho ao lado do heróico pai; praticara as letras e a ciência de governar e apercebera-se muito bem do que se passava: as sombras que iam toldando a mocidade do Rei e a aurora que outros desejavam fúlgida em volta do dissimulado Infante.

Debalde entravariam o caminho. Se o monarca confiasse nêle, saberia defendê-lo. Protestou com firmeza ante o que se praticava contra Conti, já em poder do corregedor Orta Osório e seus aguazis. Pouco tardou para que deixasse a terra; embarcaram-no à fôrça numa falua e assim o conduziram a bordo da nau prestes a desferrar para o Brasil.

O antigo moço da estribeira, João de Matos, que também gozava da simpatia régia, teve igual sorte. Escapou o guarda-roupa Baltasar Rodrigues de Matos. Seu sogro, Diogo de Sande, tenente da guarda real, acudira em busca de protecções, que obteve. João Conti participara do destino do primogénito.

O ex-frei Lourenço Taveira, exemplo de insubmissão, relegado das ordens, quisera fugir aos soldados mas caíra por um barrocal e ficara muito ferido.

Fizera-se tudo sem que o barulho chegasse à sala do Conselho, onde entraram, com o cerimonial da etiquêta, os membros das diversas corporações, ante as quais Pedro Vieira da Silva ia ler um documento

([1]) Nascera em 1636. Ver biografia



Desembarque da Infanta D. Catarina em Portsmouth

que mais contribuíra para o desprestígio do jovem Rei enfêrmo.

D. Luísa de Gusmão, que estava presente, castigara-o para defender o Reino, mal entrevendo como lhe talhava o mais triste dos futuros. Imaginava modificá-lo e que jamais lhe tocariam: o monarca, a seus olhos, era sagrado; o filho digno de repreensão.

Explicava-se por que a Rainha fizera tantos sacrifícios e estava disposta a continuá-los. Tratava-se da salvação da Coroa. Quisera levar até final a sua tarefa, a que o marido lhe entregara, mas as queixas reboavam. Havia quem se sentisse lesado pela justiça. Convocara os tribunais para os advertir que estava disposto a castigar os magistrados falsos à sua obrigação. Ia corrigir o filho. O secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, lia a censura. A Regente queria abandonar o poder mas sentia que «sua Magestade se não tinha aplicado á direcção dos negocios com o cuydado que he preciso e só abraça exercicios perigosos e violentos, havendo por essa causa repetidas vezes exposto a vida em riscos manifestos».

Era a condenação pela bôca do estadista, conforme ia recitando: «ordena a Rainha Nossa Senhora que todos peçamos a El rey Nosso Senhor se lembre de si e de nós, gastando tempo em exercícios dignos de sua Real Pessoa». Aludia à guerra, aos sacrifícios do povo, aos extremos a que se chegara.

A repreensão era longa e o monarca escutou até ao momento em que sentiu as ameaças lançadas sôbre os seus favoritos e a autoridade real entregue às censuras dos que, ouvindo-as pronunciadas por ordem de sua mãe, podiam repeti-las sem penas nem desdouro.

Data dêsse dia a desdita de D. Afonso VI.

Jamais um soberano fôra pôsto em cheque de semelhante forma ante os vassalos, e a cena demonstrava a energia e a severidade da Rainha, mas também pouca previsão política.

Satisfizera a Côrte queixosa mas destingira um pouco o esplendor do manto real.

Citavam-se os «sogeitos de inferior qualidade e de taes costumes e conselhos e actos» que se tinham «introduzido no paço e junto da real pessoa».

Atribuíam-lhes malefícios e turbulências; diziam-nos «cometendo, de noyte e de dia, os delictos que com tanto escandalo são notorios nesta Côrte», e, pondo de lado o soberano, asseveravam que se êle soubesse de tais acções de-certo as castigaria com tôda a severidade. Declarava-se que tinham os vassalos representado à Regente, esperando que El-Rei concordaria com as determinações tomadas.

Quando o secretário acabou a leitura, os presentes desfilaram, indo beijar a mão ao Rei e a sua mãe. D. Afonso VI saíu sem palavra e só depois, voltando-se para Garcia de Melo, monteiro-mor, preguntou se aquela reünião fôra de Côrtes, ao que o dignitário volveu, com a verdade, revelando o sucedido a António Conti e seus sequazes.

Irritou-se profundamente a Majestade, e nos assomos de fúria, muito seus, quis saber onde se encontrava o favorito, pois desejava ir buscá-lo.

O pação queria acalmar o ânimo do soberano com várias razões, dizendo-lhe que o navio já largara para o Brasil; procurava abater aquela súbita cólera e julgou ter conseguido o que se propusera, mas ao chegar aos seus aposentos e ouvindo a narrativa do reposteiro Manuel Antunes, de novo o monarca se excitou ao rubro para logo se fingir alheio ao agravo.

Recebeu, no dia seguinte, a nobreza e ante a submissão, as vénias, os preitos da etiquêta devia mostrar-se grave e sentir a hipocrisia de muitos e o interêsse da maioria. Beijaram-lhe a mão e êle quedou-se. Já corria entre o povo que a Rainha não entregaria o govêrno ao filho assim repreendido em público, e que para condenar os Conti não era necessária a intervenção de um duque e de tanto aparato.

Pretendera-se deminuir o soberano; demonstrar a sua má conduta, apresentando-o como pouco apto para as funções da realeza, ficando, por isso, no poder a mãe que não soubera educá-lo. Diziam tudo isto,

acrescentando que a culpa dos erros da agitada mocidade do monarca era devida à forma por que fôra educado e bradava-se, em voz alta, injustamente, que D. Luísa de Gusmão, amando mais o Infante, como tôdas as mães se dedicam sempre aos filhos mais novos, desejava alçá-lo ao trono em prejuízo do Rei legítimo. Os partidos, que ela quisera evitar, surgiam em todo o seu arreganho.

Antepunham-se a estes maldosos dizeres outros mais amenos e justos: a Rainha continuava governando a pedido dos altos magistrados, ministros e fidalgos, apavorados ante as más companhias de El-Rei e sentindo-se governados, de futuro, por aquêles homens de má indústria.

E enquanto à idéia de D. Pedro ser elevado ao trono, ela devia ter aparecido em virtude dos distúrbios praticados pelo Monarca, porque os vassalos viam com seus olhos o bastante para trazerem os espíritos escandalizados.

No domingo, 17 de Junho, quando se ia enviar a ordem para o camarista que devia entrar de semana, El-Rei disse a Castelo Melhor que continuasse no serviço. Agradecia-lhe, assim, a atitude tomada em defesa de Conti e das suas prerogativas.

A inteligência do conde actuara no espírito régio, primeiro porque se opusera a Cadaval quando todos se calavam; segundo porque soubera, depois, demonstrar como se tentava afastar o soberano, ainda por um tempo, da governação.

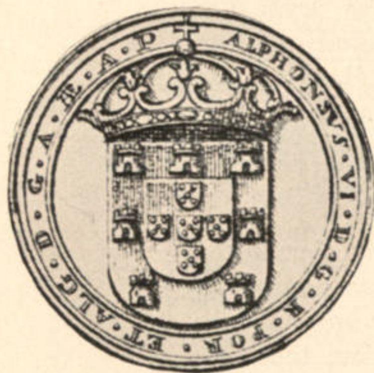
Decidiu-se a partida para a quinta de Alcântara e lá foram, no dia seguinte, com muitos fidalgos.

Não transpareciam as razões daquela saída de El--Rei com o conde de Castelo Melhor na liteira que os conduzira de noite para o Paço arrabaldino.

Ali apareceu, em 21 de Junho, que era quarta-feira, D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia, um dos filhos de D. Felipa de Vilhena, e que acorrera imediatamente ao apêlo do soberano.

Capitão esforçado, governara Trás-os-Montes e o Brasil; quando o cunhado, conde de Penaguião, recebera a embaixada de Inglaterra, êle substituíra-o no cargo de camareiro-mor. Mestre de campo general do Alentejo, fortificara as praças e, pouco antes do golpe de Estado, subira a general da armada.

A outra personalidade chamada à quinta de Alcântara não tivera que dar muitos passos para estar com El-Rei. Sebastião César de Meneses era vizinho do Paço suburbano. Assistiria com o seu conselho ao moço Rei. Podia dizer-se que ia lenitivar no mando os sofrimentos do cárcere. O conde de Castelo Melhor escrevera, arrogantemente, ao secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, preguntando-lhe por Conti. Estabelecera-se o espanto. D. Afonso VI entrara, dias antes, pelas salas do Paço da Ribeira tilintando as esporas e, desabrida e impetuosamente, procurara sua mãe.



SÊLO DE ESTADO DE D. AFONSO VI

Instalara o novo govêrno e mandara que se lhe apresentassem todos os magistrados, ministros e dignitários. Convocado Pedro Fernandes Monteiro, desembargador do Paço, desculpou-se de várias maneiras. Era calculado e ambicioso e preferia a intriga a expor-se. Não sentia ainda amadurecido o fruto que colheria mais tarde. Pedro Vieira da Silva era o intérprete da Rainha. Ordenara-se a obediência a El-Rei das fortalezas e exércitos, visto êle ir tomar posse dos selos do Estado. A nobreza dirigia-se a Alcântara, mas, na Cruz da Esperança, aguardava-a Manuel Pacheco de Melo para prevenir os fidalgos de que deviam apresentar-se primeiro no Paço da Ribeira a-fim-de ouvirem a Regente. A maioria obedeceu e a soberana buscou arrancar-lhes do espírito a falta que lhe atribuíam: o seu desejo de governar, de pôr de lado o filho. Que fôssem para junto de El-Rei e lhe dissessem qual o seu propósito.

Havia quem a aconselhasse a castigar os conselheiros escolhidos pelo Soberano e ela recusou. Preferiu escrever-lhe; enviara-lhe a missiva pelo bispo de Targa. Lembrava a carta que D. João IV escrevera a D. Teodósio quando êle passara ao Alentejo, mas era menos política e mais severa:

«Supposto que eu não faltey, até agora, ás obrigações de Mãy me chego a persuadir, que vos poderei arrojar a faltar á obediencia de filho e, neste sentido, vos rogo muyto, que para fazer cessar o rumor do Povo, vos queiraes logo recolher ao Paço, certificando--vos que nenhuma das pessoas que vos assistem vos tem tanto amor, como eu, nem desejan mays que eu a vossa conservação e augmento».

Prosseguia neste estilo e convidava-o a tratar com ela dos negócios do Reino, assegurando: «Vossos são estes Reynos; eu os governo em Vosso nome; se fossem meus, só para vós os quizera».

Pedia-lhe que regressasse; juntos congregariam os poderes e soltava o grande alarme «antes que qualquer desunião que entre nos haja o entregue (Reino) aos nossos inimigos que se acham com três exercitos poderosos e com este, se agora se levantar, mays poderoso que todos, a quem sem duvida se seguirá total ruina».

Era em 21 de Junho de 1662. O prelado disse ao Rei quais as intenções da Regente. A Majestade deixou-o para ir conferenciar com o seu triunvirato — Castelo Melhor, Atouguia e Sebastião César de Meneses — e volveu, no regresso, que responderia no dia seguinte. Foi portador da carta o conde de Arcos, D. Tomás de Noronha.

Eram quási sarcásticas, no seu ar diplomático, as letras enviadas à Regente, atónita, no Paço da Ribeira.

Não atendeu às instâncias maternas, porque a Rainha ainda lhe escreveu de novo, indo por emis-

sário o conde de Arcos; chamou o irmão a Alcântara, onde êle foi em obediência, ordenada pela Rainha, e levando também o encargo de lhe solicitar a volta ao Paço. Recusou atendê-lo; usou o mesmo com Pedro Vieira da Silva.

Debalde o secretário de Estado lhe expôs razões de pêso, sabendo, então, que já nomeara seis conselheiros: o marquês de Cascais, os condes de Atouguia, Arcos, Óbidos e Vila Nova, bem como António de Mendonça. Exigia-se a entrega dos selos reais e, para que não restassem dúvidas, determinou-se ir um dos fidalgos à presença da Soberana, que deporia em suas mãos a chave de uma secretária em cuja gaveta se guardavam as ordens precisas para a transmissão de poderes. De tal maneira a dúvida morava no espírito de D. Afonso VI que ainda quis saber se a mãe não hesitaria na entrega das chancelas e acabou-se por resolver a questão. Celebrar-se-ia o pomposo acto.

Sexta-feira, 23 de Junho, D. Luísa de Gusmão deixou a Regência dizendo ao filho, no momento solenníssimo, ao entregar-lhe os símbolos da verdadeira posse da realeza:

«Estes são os selos, com que os Reynos de Vossa Majestade me entregaram o governo em virtude do testamento de El rey meu Senhor que Deus tem: entrego-os a Vossa Majestade e o governo que com eles recebi; prazerá a Deus que, debaixo do amparo de Vossa Majestade, tenham as felicidades que eu desejo» ([1]).

D. Afonso VI não disse palavra ao receber os símbolos do poder; deu a mão a beijar aos presentes na cerimónia e a mãe mandou rezar em tôdas as igrejas e conventos em acção de júbilo por ter terminado a desavença.

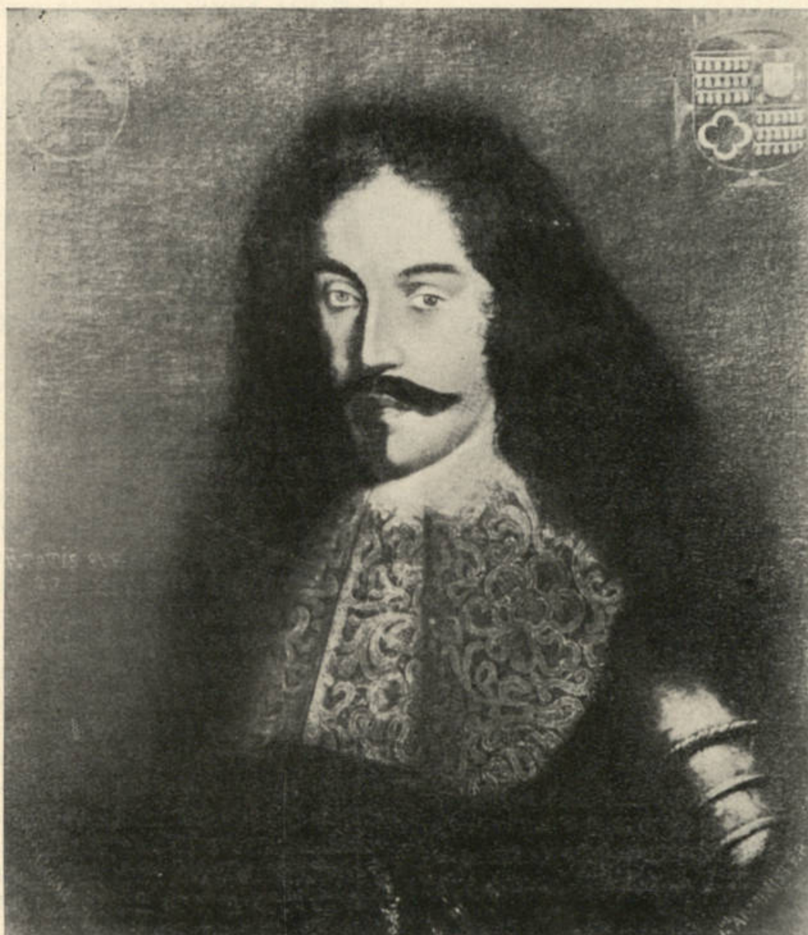
Assim findou a Regência.



Começou a Rainha a temer pelas conseqüências da nova ordem de coisas e o seu coração desabafou no da filha distanciada de seus beijos mas não do seu grande amor.

Escrevera-lhe, desolada e saüdosa, desde que a vira partir:

My Catalina y todo my bien: es tal my desgracia que asta el de ver nabio destas ventanas de que me sirbo mudio depués que entrastes en el se me ha quitado seia Dios alobado por todo o que quiere padesca tanto y que ny tenha lugar de le pedir paciencia



Luís de Vasconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, ministro de D. Afonso VI
(Da Colecção da Academia das Ciências de Lisboa)

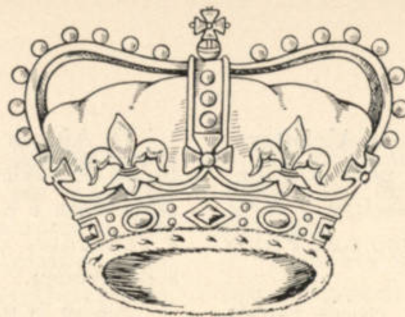
([1]) Só em 6 de Março de 1663, como se prova com a certidão junta, entraram, verdadeiramente, na posse do primeiro ministro, conde de Castelo Melhor, as chancelas usadas por D. Luísa de Gusmão. Os selos que inicialmente entregou deviam ser os gravados sob a égide de D. João IV:

«Aos seis dias do mez de Março de mil e seis centos e sessenta e tres nesta cidade de Lisboa no Paço de El Rey nosso S.^or^ na caza do forte delle q̃ serve de despacho. O Doutor Belchior do Rego de Andrade, Dez.^or^ dos aggravos da caza da supplicação, secretário da Raynha nossa Sr.^a^ que Deus tem, entregou ao Conde de Castello Melhor do Conselho de Estado de El Rey nosso S.^ror^ e seu escrivão da puridade, cinco caixilhos de prata com que a dita S.^ra^ costumava firmar papeis, hum delles grande, com cabo de pao preto, e diz a Raynha; com as suas guardas de penada no fim; outro mais pequeno sem cabo de pao, que diz Raynha com as mesmas guardas da sua Rubrica no fim doutro com cabo tambem de pao, que diz Raynha, sem mais nada; outro sem cabo, que tambem diz Raynha sem outra couza, e o quinto com cabo de pao e era som.^te^ da rubrica da dita s.^ra^, e logo por mandado de El Rey nosso s.^or^ o dito conde de Castelo Melhor, os fez amassar, e quebrar todos por João de Souza, ourives, de modo, q̃ nam podem mais servir, de q̃ se fez este termo por duas copias, de que hua ficará ao dito Conde de Castelo Melhor, e outra levará o dito B.^or^ do Rego para sua guarda: E eu Luiz Teixeira de Carvalho off.^al^ mayor da s.^ria^ de Estado, e escrivão da faz.^a^ de S. M.^de^ fis este termo, q̃ todos os sobreditos assinarão, e declarasse, q̃ o dito João de

siendo me tan necessaria para me ver syn ty y con el trabajo tan contrario a mi natural (1).

Demonstrava, assim, que não estava ansiosa de mando, antes o achava pesado. Acrescentava:

a no tener esta prision me parece te siguiera personalmente (2).



Coroa de Inglaterra

Demonstrava que não se sobrepunha aos trâmites da governança nem para a servir quem tanto tanto adorava.

Contava-lhe o que se passara nas fronteiras quando da invasão do exército de D. João de Áustria e rejubilava:

Que parece se empeña Dios en defender las cousas deste Reyno y lo ha mostrado con evidencia abrindo se la puerta del sagrario de la Madre de Dios el mismo dia que teniemos el choque con tan conocidas ventages con el enemigo mas ny en todo sej ade esperar milagres e con esta confiança dexar los médios humanos y assi es necessario applicar el soccorro que su magestad nos promoteo dando ayuda para negociar lo al marqués de Sande a quien por la secretaria von mas dilatadas noticias del estado de las cosas, cõ ordem de que tudo confira contigo que estoy cierta que no te olvidarás de las obligaciones de hyja de Portugal (1).

Nesta carta fervorosa, cheia de religião, mas também de razões humanas, define-se, mais do que em qualquer outra, a fisionomia moral de D. Luísa de Gusmão, que, patriòticamente, relembrava à Rainha de Inglaterra «las obligaciones de hyja de Portugal».

E fôra sempre assim até à hora dos desastres que largamente narrava. As cenas descritas pela soberana têm valor maior que as enfeitadas pelas penas dos cronistas. Sinceramente se confiava à idolatrada filha, a única jóia sem jaça em seu coração engastada.

Para que D. Catarina pudesse «emiẽdar las mentiras que a semejantes occasiones se acostubran decir, que con esta narracion querer-te mostrar el termino que se ha tenido comigo q̃ a muchos que dizen merecer el nõbre de zelosos no le apparecido el mejor no digo yo tal que por mas fuera lo que me conduxera a este fin lo tibiera siempre por lindissimo».

Dissera-lhe, em carta anterior:

Sabrás que crecio de suerte el escandalo y quexas no solo vulgares mas de los principales ministros contra las personas inferiores de que tu hermano se servia cõ más gusto (procedidas de sus exhorbitancias y hasta amenaças de motin) que me obrigaran en consciencia a tratar del remedio en que bien entiendes las difficultades de que se devian apponer no siendo la menor el ir contra su voluntad mas possiendo solamente por blanco el servicio de Dios myrar a suya satisfacion y de los vassalos dy tal orden q̃ sabbado, des y siete de Junio, estando El rey comigo en el despacho sin saber nada prendieron los contys (os Contis) em su mysmo quarto (con todo respeto al lugar no ser possible en otro) ya las mas sebandijas de su sequito onde las hallaron y, a la misma hora, embarcaron todos paara fuera, a que succedio entrar el secretario de estado en nuestra presencia y luego los tribunales cõ sus presidẽtes que a este fin estavan llamados, a quien leran hũ papel como manifiesto de las razones que ube para semejante demonstracion, la accion fue generalmente bien recebida e aplaudida avaliando a por la segunda Restauracion deste Reyno en lo particular Dios que conoce los coraçones permite haver patente el myo Rey y los deseos de que paresca en todo hijo de su padre y tu hermano q̃ es solo a q̃ se encaminan estas deligencias (2).

(1) Mss. da Academia das Ciências de Lisboa.

(2) Idem.

Tornava, noutra missiva, com o mesmo enlêvo:

Hyja de mi alma Va mucha deferencia de sentir saudades a escribir-las, en las mias sobran las excessos y faltan las razones, etc.

Seguira-a na viagem; desejava-a feliz com o espôso e recomendava-lhe acêrca da forma de lhe agradar:

No te olbides de los consejos que te dy todos encaminados a saber dar le gusto.

Adoecera; os médicos queriam tratá-la, mas asseverava:

Recuso por saber no es en su mano minorar la destes affectos (3).

Confessava-lhe a que ponto chegara o seu desespêro:

Estoi tan poco baliente como esta manaña em la miça cantada que totalmente perdi el credito de baronil con las caudaloças fuentes que atestimoriaro corer en tanta abundancia sin conocer alibio.

E dizia, no mesmo estilo, enternecidamente:

Y despues enbidié a los que te siguieron.

Por fim consentira que a tratassem, dizendo:

Te offresco el resto del cuerpo en sacrificio que como mas grocero se rendio (4).

Havia alguma coisa de poético nestes dizeres da Rainha para a filha jamais olvidada. Referia-lhe os negócios do Estado:

Que passe a la noche con tanto papeles que no puede responder que las terminas de justicia no estan en my mano y asi ny te puedo responder desto sin parecer de los ministros (5).

Souza cortou os ditos caixilhos com hua tesoura; Lx.ª no mesmo dia mez, e anno acima referido. B.or do Rego And.ra — Conde de Castello Melhor — Ant.o de Sousa de Macedo — João de Souza — Luiz Teixeira de Carvalho.» — B. N. L — Col. Pomb., cód. 738, fl. 147.

(1) Manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa.

(2) Idem.

(3) Idem.

(4) Idem.

(5) Idem.

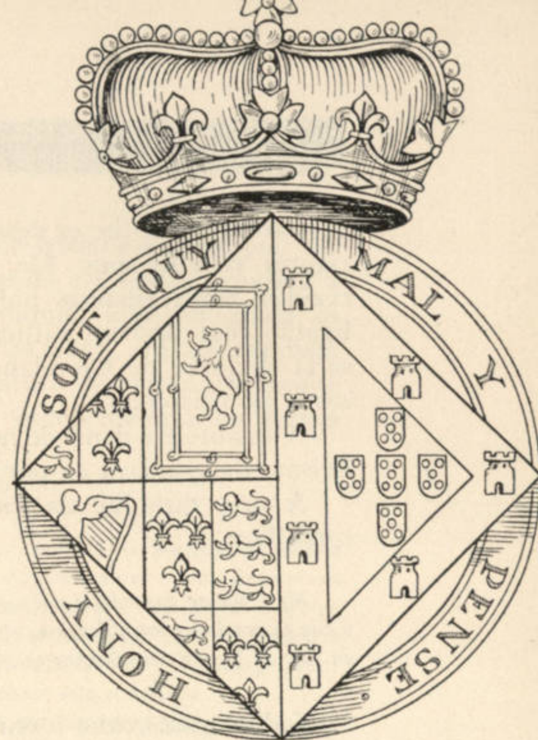
Referia, na outra carta:

Después de se aver executado lo que en otra te escribo cõ aquelas personas del servicio de tu hermano, y estar todo apaciguado en la aparencia, y los buenos cõ esperança de mejora, algunos sequazes ocultos de los tales y de differente calidad q̃ no promettia tal termino sy apresuraron atropellar todo por dar la ultima mano a la separacion del govierno a por temor de q̃ no procediendo como devian y siendo ya en parte conocido su artificio se hiciere con ellos alguna demonstracion serviandoles de exemplo a q̃ no se les avia dissimular por sus personas la retencion del visconde de Vila Nova [1], *en su misma casa, por entender yo no era de los q̃ mas mostraran al Rey eran mys acciones dirigidas sola a sua mejor sacrificio, ol leva de la ambicion de gobernar passion tan comum a todos y por otras causas que observan los especulativos, se resolvieron a dar la execucion o que por todos los adjuntos, ya deterrados estava dispuesto para dia de los años de tu hermano* [2] *y assi rebento la mina, a los vinte y uno de Junio, dia de S. Luys Gonçaga (que te nombro pª q̃ le quedes tan obligada como yo le confissaré siempre).*

Havia, pois, o propósito do golpe de Estado antes da captura dos sequazes, e o que não dizem os cronistas revelou-o a Regente à filha, juntamente com a prova de que não pensara em usurpação, mas em salvação do Reino combalido pela guerra das fronteiras, dificuldades monetárias e diplomáticas. Aguardava, sempre, o auxílio da filha para obter os socorros de Inglaterra. Fazia dela o agente.

A carta era sobremaneira elucidativa:

Ala tarde pasó el Rey sin orden myo a Alcantara cõ el conde de Castel Melhor y a togia (Atouguia) (q̃ ala viespera my habia besado la mano por el generalato de la Armada, de adonde el segundo hizo cartas para toda la nobleza diciẽdo como S. Mgᵗᵉ ordenara se fuessen hallar cõ el muchos assustados de la novedad, y los principales me vieneron a buscar cõ ellos mostrando grande voluntade a my servicio que llame luego a consejo en my presencia y conferindosse varios medios para aquietar estos principios, y queriendo cada uno mostrar su zelo, en querer ser lo mismo en las executar, yo declaré ser la mya de dexar luego el govierno y que todas fuesen assistir al Rey, y lo que solamente deseara es q̃ el lo vinese acetar de my mano, y conoces q̃ el gusto cõ q̃ le largava no era menor al cõ q̃ lo conservé cerca de seys aññós desãdo de quedara muy amplificado y q̃ yo fuera monarcha de todo el mundo pª se lo offerescer, y q̃ esto podria poner en contigẽcia el menor apartamiento, cõ q̃ se resolvio le escrebierre la misma noche enbiando la carta por lo arsobispo de Targa, quando ya me traia otra D. Tomas de Noronha, a ã pocos dias antes avia echo la merced de conde de Arcos, q̃ contenia deserme el Rey queria tomar el govierno, respondi remetiendo me, en todo a la pra estimacion q̃ dello hacia y q̃ luego lo podra venir acetar y livrar-me de la calunia de alguna repugnancia, q̃ era solo o de q̃ me temia; el dia de veinte y dos passó occupado, ẽ elegir neubos consejeros de estado, a los antiguos, dos puestos a Sebastian Cesar (q̃ estãdo ya por permission mya en su casa llamó a sua permission [3] *como tambien Antonio Cabide* [4] *y el visconde preso* [5]. *A los veynte y tres cierto en el deseo q̃ yo tenia de le entregar los sellos, y q̃ syn ellos no quedaba valida ninguna cosa se resolvido venir acetar los los acõpanãdo de toda la nobleza y los mayores demonstraciones de allegria, q̃ espero en Dios los avemos poder atribuir a annũncios del buen govierno q̃ promiette un principe moço dotado de un grande valor* [1], *hijo de tal p.ᵉ (padre) que los y la submission (cõ q̃ está segun dice) a my obediencia.*



Armas de D. Catarina, Rainha de Inglaterra

Ficava dêste modo definido para D. Catarina, o que nunca claramente fôra revelado ao país.

Pensara-se num golpe de Estado; evitara-se, prendendo os agitadores de baixa categoria, e também outros, embora com menor escândalo; jamais a Rainha tentara usurpar os direitos do filho em favor próprio ou do Infante, e os fidalgos que amerceara pagavam-lhe com a ingratidão. Aborrecia-se no mando e sem aquela pressa dos conselheiros do Rei em haverem os selos do Estado tudo correria pelo melhor. Ante o inimigo, capitulava o que decidira a respeito dos turbulentos como a segunda Restauração.

E, findo o trabalho, crente em Deus, D. Luísa de Gusmão explicava as suas intenções:

Ahora, todo o myo cuydado se aplica a la elecion de la parte q̃ e de escoger pª my retiro alegrando me do mucho tienpo é de tener para contemplar en este tu retrato (q̃ determino poner entre de los de my mayor devocion) en que allo grandes motivos de llevantar el coracion a Dios, pues tenendo tanto y mas para admirar lo que no compreende el entendimiento qᵗᵒ mas los limites del pincel.

A filha não era feliz em Inglaterra. Tinham chegado algumas pessoas, vindas de Londres, que narravam os muitos desgostos da Rainha.

Carlos II levava a mais desordenada existência, em orgias permanentes, que, diferindo das tumultuosas aventuras de D. Afonso VI, escandalizavam mais o puritanismo britânico que as correrias nocturnas do moço soberano português deviam ter eco em Portugal, se não fôssem os acirramentos políticos.

O monarca inglês viera do exílio e desabara sôbre a nação, habituada à severidade de costumes imposta por Cromwell, como um satânico gozador. Tinha trinta e dois anos e o cunhado dezanove, e quando, em Lisboa, D. Luísa de Gusmão pretendera remeter o soberano para a pacificação de costumes, em Lon-

---

(1) D. Diogo de Lima e Brito, visconde de Vila Nova de Cerveira, estribeiro-mor.

(2) O Rei nascera em 21 de Agôsto de 1643. Ia fazer em breve vinte anos.

(3) Fôra prêso por ordem de D. João IV.

(4) Secretário da Casa de Bragança.

(5) Visconde de Vila Nova de Cerveira.

(1) Desta vez a Rainha reconhecia o valor do Rei, parecendo aceitar os seus actos temerários como prova de ânimo. De resto, era a característica da época. Podia em carta tão particular mostrar os defeitos do filho.



dres aturavam-se-lhe os desmandos de preferência aos rigores republicanos. Êle embriagava-se; batia nos criados; tinha amantes pùblicamente; afixava a sua ligação com Bárbara Villiers, lady Castlemaine, que seria duquesa de Cleveland, e com outras em loucuras de ribaldo.

A amante era dama de honor da Rainha, cujo catolicismo desagradava ao povo.

A mãe dizia-lhe na longa carta, entre diversos conselhos:

My Catalina acuerdarte del cuydado q̃ tenias de agradar a Dios y con la oracion y mortificacion, etc., pues piensa tubiste un ensayo en Lx[a] *de lo que este Senhor quere que padescas en Londres.*

E de seguida, com o seu grande bom senso, acrescentava:

Hablando mas temporalmente, hija mya, tu casamiento tiene attenta toda la Europa, los fundam[tos] *con q̃ se hizo atropellando por todas las difficultades, y aprietos del reyno sabes muy bien y, las esperanças que nos promettio, hay depués de Dios tudo puede tua prudẽcia y sui grandes causas y consideraciones no se debe cortar el filo ate q̃ por tantos se affectuo, siendo una accion real menos ponderada motivo de inumerables perdidos y infortunios alo general, porq̃ siempre las mag*[tes] *deben sacrificar lo particular.*

Prosseguia do mesmo modo, pois Carlos II, no intervalo das suas desordens, acolhia-se ao perdão da espôsa. Dizia D. Luísa de Gusmão que os excessos talvez se modificassem; entrevia a acção dos castelhanos em diversas manifestações contrárias à soberana e também lhe aconselhava que não se deixasse levar pelos aplausos, embora os conservasse:

Aun q̃ el vulgo, como monstruo de muchas cabezas, con facilidad se muda, assy q̃ ala nobleza hasas mucho por adquirir (huyendo siempre del nobre de parcialidad) y a los q̃ tubieren las armas en su mano en particular favorece con buenas palabras los catholicos q̃ como tienen ley verdadera se puede esperar tengan los animos, con el Reyno te muestres de por vida disgutada (1).

Tratava da sua situação:

Quanto a my sy no reparara ate penalizar poderia poser larga narracion, solo te digo quedo cada dia p[a] *me recojer en una quinta a Enxobregas (em Xabregas ou Enxobregas) que és del marquez de Sande, porq̃ non queriendo ninguna persona largar me un rincon p*[a] *dar satisfacion a my deseo me vali de los bienes de los ausentes e ofrecimentos que della me habia echo el marquez, aunque syn o teo consentimiento más expresso, y mande labrar la clausura reservando para depues de my assistencia la fabrica de lo monasterio que fundo de las augustinas descalzas nueba religion en este reyno; en las oraciones de las religiosas que me acõpanan terás la mayor parte como en my coracion para todo lo q̃ quiseieras hallarás siempre abierto* (1).

Contava noutra missiva:

Al monasterio del Sacramento è ẽbiado anãdir, en la misma clausura una quinta, q̃ le quedava contigua, y no de mucha consideracion y nõ por querer buscar a Dios (unico refugio y descanço) cõ Mages[tes] *mas por conocer sey tal q̃ solo sirvire de dera comodar las monjas.*

Ansiava pelo momento de se retirar da Côrte; dizia do embargo das obras por diversas necessidades e da queda da sua saúde que se obrigava a tratar; não tinha grande inclinação para o claustro, mas sim para o afastamento sem as obrigações monjis e tratava de política contando à filha:

En el nuevo govierno sobre de aver recogido el enemigo de Alentejo no falta novedades q̃ te no cuento poes no es razon se o chronista de q̃ lo q̃ aborreci siẽpre ser autora.

E desvanecia-se dando novas do Infante D. Pedro:

Estudar e aplicar se cõ notavle curiosidad y aprovechamiento y satisfacion de sus criados q̃ experimentando muy buenas y sobretudo muy tu amante, y conocido la creacion que te deve, ya q̃ se deve todo, y me cuenta los fabores que hacias de le castigar.

Guardara de suas rendas vinte mil ducados.

Ia retirar-se; os amigos eram poucos ou impotentes para lhe dar ânimo. Afastaram dela as pessoas que mais estimava. Deixaram-lhe as damas de seu afecto: D. Maria Francisca, viúva de D. António de Castro; D. Isabel de Castro; o estribeiro-mor Rui de Moura Teles e o veador João de Sousa Silveira. Por fim, alastrou a cólera contra ela; o povoléu, movido secretamente, blasfemava a seu respeito e por vêzes bateram pedras no terraço da casa do oratório onde rezava de noite. Apedrejavam da treva. Queriam que o monarca se livrasse de sua presença e tais intrigas moveram que, em dia da Padroeira, o Rei não saùdou a mãe na tribuna da capela real.

Saíu chorosa. D. Pedro acorreu a consolá-la.

Tinha sido desterrado o conde de Soure; João Nunes da Cunha estava em Entre-Douro-e-Minho; o conde de S. Lourenço e Rui de Moura Teles deixaram o serviço do Infante, muito ligados a Sebastião César de Meneses.

O conde da Ericeira, D. Fernando de Meneses, voltara do destêrro para servir D. Pedro. Rejubilara com a bom caminho que as operações prometiam

(1) As cartas manuscritas, em cópia, são reveladoras do carácter da soberana e não há relação delas na obra mais completa que conhecemos sôbre a espôsa de Carlos II, intitulada: *Catherine of Bragança Infanta of Portugal & Queen-Consort of England*, cujo autor é Lillias Campbell Davidson.

(1) Convento de N. S. do Amparo, no sítio do Grilo, doado às Agostinhas.



tomar no Alentejo sempre assaltado, mas às glórias juntavam-se as misérias. Contava-as a Rainha:

El susto que passê estos dias, cõ uma caida que el Rey q̃ Dios gde andando a caballo jugando las lanças en jardin mayor q̃ otras, y lo dexá sangrando dos veces mas a el gracias já se pude levantar.

Noticiando vitórias no Minho e na Beira, não ocultava o que sentia funesto:

De la corte ha tu hermano desterrado el Duque de Cadaval y el Padre Antonio Vieira em cuyo lugar proveio Antonio de Sousa Macedo [1].

Até aí desabafava dêste modo, mas ao sentir a hostilidade e os desacatos nocturnos decidira-se pelo convento das Agostinhas, que ainda estava em obras demoradas. Por isso, tomou aposentos no Paço de Xabregas, junto à igreja da Madre de Deus, e no qual residia a condessa de Unhão.

Nem ali a consentiam; receavam a sua influência no espírito do Infante, cuja tutoria lhe tiraram; receosa de alguma irreverência passou para a clausura, a-pesar-de estarem muito atrasados os trabalhos da sua construção.

Preveniu o Rei que se retirava e, em 17 de Março de 1663, metendo-se em côche negro, côr do luto de sua alma, e como se fôsse transporte para a sepultura, dirigiu-se para o sítio do Grilo a recolher-se no convento. O Rei e o Infante acompanharam-na no carro; seguiu-a a nobreza; e o povo, reflectindo, penalizou-se ante o cortejo lúgubre.

D. Afonso VI deixou-a na casa religiosa sem pena nem mostras de carinho, que o Infante também não lhe deu naquela hora, embora pudesse fazer suas demonstrações sem receio de qualquer procedimento, ou arriscando-se a sofrê-lo, como filho, sacrificando os apanágios de Príncipe.

D. Luísa de Gusmão só tinha um amor fiel, o da Rainha de Inglaterra. O monarca tratara desabridamente, embora na ausência, a mãe que ficava no mosteiro, impedida de repreendê-lo.

Não corriam bem os negócios de Estado. Desaviera-se o Triunvirato, e já não se ocultava a existência do partido do Infante. Castelo Melhor era o único ministro [2], o omnipotente que organizava a política da vitória sob os ataques dos contrários. Lutava-se dentro das próprias trincheiras.

A Rainha continuava a escrever à filha, a animá-la, a-pesar das suas amarguras. Ali penou perto de três

(1) Ver Biografias.

(2) Idem.

anos [1]. Andava o Rei com o irmão e a Côrte por Salvaterra, em montarias, quando ela sentiu próxima a morte e não quis ir do mundo sem dar ainda os últimos conselhos aos amados filhos, cujas desavenças conhecia. Temendo pelo futuro de ambos, receava-se da desordem, a perda da independência do Reino idolatrado.

Confiara-se ao Soberano:

Filho: fico em tal estado que duvidão os Medicos de minha vida, e eu com eles entendo, que não posso durar muito. Resolvi-me a fazer a Vossa Magestade este aviso porque não sei se o tempo dará lugar a outra prevenção. No aperto desta hora só lembra o remedio da alma e achando-me impossibilitada para o descargo della, só de vós como meu filho, posso fazer esta confiança.

Tudo vos digo, lembrando-vos que sou vossa Mãi e tudo espero de vós, quando reconheçais as obrigações com que nascestes. Aqui espero a morte entre as lagrimas daquelles a que fallo, sendo o meu maior sentimento o seu desamparo. Peço-vos, que depois de fazerdes o que deveis pela minha alma, pagueis por mim o muito que eu devo aos que me acompanharão e juntamente com as minhas fundações [2] *acabeis de fazer o que não pude, pois Deus assim o se elle permittir que acabe sem que vos veja que a minha benção vos deixo, porque só esta tenho que deixar-vos, advertindo-vos que me não há-de Deus de pedir conta de não tratar sempre a Vossa Magestade como filho, que espero guarde, e defenda a Vossa Magestade largos e felizes anos. Xabregas, 26 de Fevereiro de 1666.* Rainha.

Dirigia-se, igualmente, ao Infante:

Filho, o tempo que me pode durar a vida, he tão pouco, que por instantes me vejo acabar. Sou vossa Mãe, e estando de caminho para a sepultura, não vos quero deixar sem a minha benção, com ella vos encomendo o temor de Deus e a obediencia a vosso irmão em que vos fica toda a felicidade, e ultimamente, depois da minha morte, vos lembreis da minha alma que tudo deveis ao meu amor. Deus vos guarde felizes e dilatados annos. Xabregas, 26 de Fevereiro de 1666. Rainha.

Adivinhava a luta que se travaria entre os filhos; sentira-a fomentada desde os primeiros instantes em que a intriga crescera à sua volta. Debalde quisera evitá-la.

Despedia-se da Rainha de Inglaterra, dizendo-lhe:

Filha: O tempo que me pode durar a vida na occasião em que mando fazer esta a Vossa Magestade he tão pouco que por instantes me vejo acabar. O estado em que me acho de presente, não dá lugar a maiores legados, que a minha benção e esta vos lanço da cama em que fico, lembrando-vos com ella o lugar em que estais e as obrigações em que fostes para elle: sois filha da Igreja Catholica ainda mais que minha: visto vos digo tudo quanto posso nesta hora, fiando do vosso amor, que vos lembrareis muito da minha alma que vo-lo soube eu merecer em minha vida. Xabregas, 26 de Fevereiro de 1666.

(1) Desde 17 de Março de 1663 até que faleceu em 27 de Fevereiro de 1666.

(2) Também fundara o convento do Corpo Santo, o das Grilas e o das Carmelitas no largo dos Torneiros.

Fizera testamento ditando-o a Belchior do Rêgo de Andrade, seu secretário, em presença dos marqueses de Marialva e de Niza, conde de Arcos, Rui de Moura Teles, António de Mendonça e dos arcebispos de Lisboa e de Lamego, do bispo de Targa e de Gaspar Severino de Faria. Recebeu os sacramentos por mão de simples vigário dos Olivais, para não perder a obediência à freguesia onde expirava.

O Soberano lera as letras maternas na sua coutada de Salvaterra, onde também se encontrava D. Pedro. Escreveram-lhe; não abandonaram a montaria. A mãe aguardava-os no seu leito de moribunda. O Rei mandava-lhe dizer:

Com o desgosto que merece esta nova que por carta de Vossa Magestade recebo, fico de caminho com toda a pressa, pedindo a Deus que permitta tenha eu a consolação de beijar a mão de Vossa Magestade e para que seja a Vossa Magestade presente esta minha resolução, despacho ao marquez de Gouveia meu mordomo-mor, ordenando-lhe que com a maior brevidade chegue ao pés de Vossa Magestade e acontecendo que a desgraça de todo seja de maneira, que eu o não faça a tempo de o dizer a Vossa Magestade, as obrigações de filho de Vossa Magestade com que nasci, me não esquecerão nunca, e conforme isso experimentarão as pessoas que recomenda Vossa Magestade, que mais, que se a mim fôra, estimo eu os serviços, que a Vossa Magestade tem feito e que ás fundações de Vossa Magestade ajudarei com todo o calor, como por esta carta faço, e espero em Deus que ha-de dar a Vossa Magestade isto que refiro. Guarde Deus a Real Pessoa de Vossa Magestade como desejo e hei mister. Salvaterra, 26 de Fevereiro de 1666. Beija as mãos de Vossa Magestade o seu muito obediente filho. Rei.

Tudo fórmulas. O portador da carta de D. Pedro foi o irmão do conde de Castelo Melhor, Simão de Vasconcelos e Sousa.

Era mais terna a missiva:

Minha Mãe, e Senhora, se em tão poucas regras pudera explicar as ancias, com que fica o meu coração, depois de haver recebido a carta que Vossa Magestade me fez mercê de escrever, conhecerá Vossa Magestade o como correspondem as lagrimas exteriores ao Sentimento que a alma padece na consideração da falta de uma tão grande Mãe como Vossa Magestade, e de hum tão obediente filho, como eu sou, se pode crer que pela doutrina de Vossa Magestade não faltarei nunca ao temor de Deus e na obediencia a Elrei meu Senhor. Fio da Misericordia Divina que me não castigue tão rigorosamente, e que há de dilatar a Vossa Magestade por muitos annos a vida que hei mister. A Real Pessoal de Vossa Magestade guarde Deus como eu mais que todos desejo. Salvaterra, 26 de Fevereiro de 1666. Filho mais obediente. O Infante.

No sábado, 27, leram as letras dos filhos à mãe moribunda. Ouviu-se barulho à porta da rua; disse-se que chegava D. Afonso VI e a Rainha soergueu-se a custo para olhar a entrada.

Não era o monarca; ficou ainda esperando e, como não aparecesse, ela, sentindo a agonia, levantou a custo o braço e traçou a benção para a porta. Eram cinco horas da tarde.

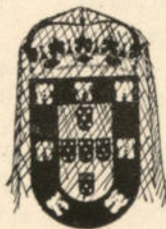
Pelas oito horas entraram o Rei e o Infante com o conde de Castelo Melhor e o irmão. Ajoelharam; os filhos quiseram beijar a mão da mãe que morria. Mal pôde dar-lha; só nos olhos rasos de água se via ainda ternura. Assim se finou aquela dona espanhola de nascimento, matrona romana pelo carácter e portuguesa de coração ([1]).

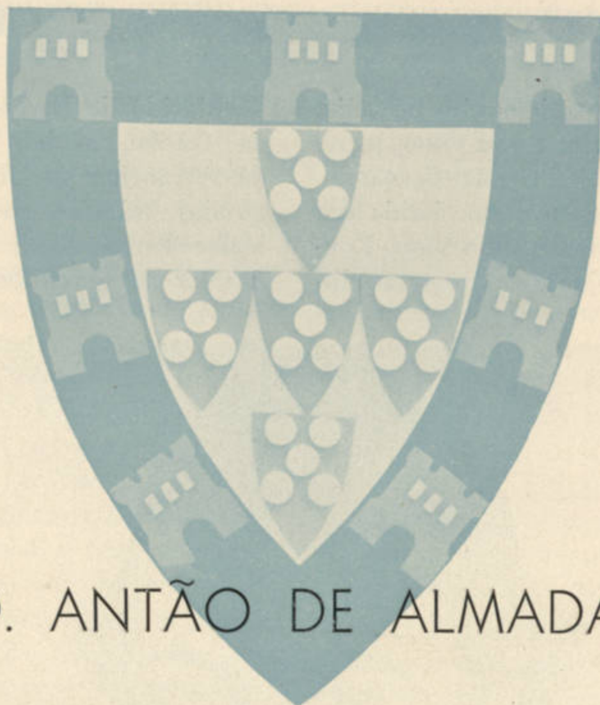
([1]) Faleceu às nove horas da noite de 27 de Fevereiro de 1666, sendo sepulta, em 2 de Março, no convento do Corpo de Deus. Determinara que os seus restos passassem para o mosteiro onde falecera logo que estivesse terminada a sua fábrica.

A cerimónia realizou-se em 17 de Junho de 1713.

A Rainha contava cinqüenta e três anos, quatro meses e quinze dias quando deixou o Mundo.

Em Janeiro de 1889 trasladaram os despojos fúnebres da espôsa de D. João IV para o Panteão de S. Vicente de Fora, onde jazem os Braganças.





D. ANTÃO DE ALMADA

Sua ascendência — A embaixada a Inglaterra — Carlos I. e o Parlamento — O govêrno das armas de Lisboa — Aprisionamento de D. Francisco de Almada — Morte do chefe dos Almadas em Elvas e as recompensas votadas aos seus serviços



GREI de D. Antão de Almada tivera por primeira vergôntea em Portugal um dos cruzados inglêses que ajudara D. Afonso Henriques na conquista de Lisboa e pertencente à hoste de Guilherme da Longa Espada. Disse-se que o Rei lhe dera o território fronteiriço à cidade tomada, e, como o guerreiro se apelidasse Almadem, assim se denominara a vila. Para outros, Almada viria de Almaden, «cousa feita» nos dizeres dos inglêses de antanho, ou seria a corrupção de Vimadel, «terra de muitos». Também se afirma que o sítio já tinha a actual designação proveniente das almadias, as esquadrilhas da mourama.

Que de Inglaterra viera tão esforçado senhor, não há dúvidas para os linhagistas ante as armas de sua casa, nas quais alguns encontram as traças de nobilíssimas greis britânicas.

Dataria, pois, de 1147 o estabelecimento dos Almadas em Portugal.

Esforçados cavaleiros, o seu apelido ressôa através da História da nossa pátria e nas suas páginas mais gloriosas.

Um poeta cantou-os:

Os lustres de Almadas,
ínclitos heróis na guerra
em que Abranches se encerra,
têm fama eternizada
em França e Inglaterra (¹).

Seus parentes e aliados, vindos em linha recta ou colateral, destacaram-se em vários lances soberbos desde aquelas eras.

(¹) Quintilhas do capitão-mor de Riba Tamega Manuel de Sousa e Silva.

Vasco Lourenço, batalhador, foi sepulto na velha igreja de S. Mamede do Castelo, e seu filho Joane Anes de Almada, vèdor de D. Pedro e D. Fernando, viveu cento e dezanove anos e teve sua jazida em S. Francisco da Cidade. Renegou seu filho Vasco Lourenço de Almada, que viajou muito por terras distantes. Voltou riquíssimo ao perdão paterno e, desposando D. Maria da Cunha, foi progenitor de João Vaz de Almada, esforçado capitão da galé real de D. João I em Ceuta.

Exilou-se para Inglaterra, onde viveriam parentes seus, porque agredira à porta do tribunal o regedor das Justiças Gonçalo Malafaia. Morreu longe da Pátria, sendo pai de Pedro e Álvaro Vaz de Almada.

Segundo alguns genealogistas, o primogénito recebera o título de conde de Avranches na Normandia, então sujeita à Inglaterra, ficando a honra a seu irmão, cavaleiro da Jarreteira por seus feitos ([1]). Segundo outras opiniões, o condado teria sido prémio conferido por Henrique VI ([2]) de Inglaterra a D. Álvaro, visto estar de posse da Normandia ainda em 1445, pois quereria galardoar os serviços de seu pai. Além da mercê e da investidura na nobilíssima ordem, mais lhe mandou contar cem marcos de ouro dentro de uma taça do mesmo metal e valor ([3]).



D. Antão de Almada.
(Retrato existente na Biblioteca de Paris, identificado por José de Bragança. — Da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira»)

Marido de D. Isabel da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, senhor de Pombalinho, houve João de Avranches de Almada. Matrimoniou-se em segundas núpcias com D. Catarina de Castro e houve Fernando de Almada e Violante de Castro, mulher de Fernando de Mascarenhas.

Aquêle João de Avranches casou com a irmã do conde de Pallas, condestável de Aragão, e, enviüvando, veio a ser marido de D. Maria da Cunha, filha de Vasco da Cunha e de D. Maria Rodrigues de Azevedo. Tiveram Álvaro de Avranches ou de Abranches de Almada, que recebeu por mulher D. Joana Pereira, filha de Jorge de Melo. Foi numerosa a sua prole. João, o mais velho dos seus filhos, tendo-se nupciado com D. Isabel de Lima, ao ficar viúvo uniu-se a D. Antónia da Silva, filha de Lopo de Sousa Ribeiro; Pedro, seu irmão, veio a casar com D. Brites de Noronha. Foi capitão-mor da Índia e na sua descendência figuram Álvaro, João, Pedro e Jorge, que teve em casamento D. Branca de Vilhena, filha de Vasco da Gama, morgado da Boa Vista.

Fernando de Almada, filho de Álvaro de Almada, capitão-mor de Lisboa, desposou D. Constança de Noronha, que lhe levou em dote o senhorio dos Laga-

([1]) Rangel de Macedo. *Nobiliário B. N. L.* Mss.

([2]) Henrique VI subiu ao trono em 31 de Agôsto de 1422, mas a invasão e domínio da Normandia dera-se em 1415, no reinado de Henrique V, desembarcando os inglêses em Harfleur e vencendo os franceses na célebre batalha de Azincourt, travada a 24 de Outubro daquele ano. Em 1422, o soberano inglês, Henrique VI, intitulou-se Rei de França por morte de Carlos VI e ocupou o território até 1449, morrendo em 1471.

([3]) É crível que o condado tivesse sido conferido a Pedro, como mais velho dos filhos do batalhador exilado, e passando a seu irmão, mas os documentos encontrados até hoje citam a mercê em D. Álvaro.

Na carta dirigida aos prelados, o soberano dizia: «que se devem dar grandes louvores e uma grande glória àqueles que sacrificam seus dias e uma vida com infantigável zêlo pela salvação do Estado e que se expõem aos perigos para o repouso dos outros e que sôbre todas as cousas mundanas, o que mais desejam é a fama e um nome imortal».

Citava de seguida «o nobre, insigne, valoroso e magnífico cavaleiro o Senhor Álvaro (Vaz) de Almada, que, apenas saíu da infân-

res de El-Rei, sendo conde de Avranches na Normandia, pois, segundo um genealogista, a mercê fôra confirmada pelo Rei de França (¹) quando o fidalgo ali acompanhara D. Afonso V, que ia pedir o cumprimento do auxílio contra os Reis de Castela. Perdera a batalha de Toro (¹), na qual se batera pelos direitos de sua sobrinha D. Joana, chamada em Espanha a «Beltraneja» e em Portugal a «Excelente Senhora» (²). Demorara-se na Côrte, onde Luís XI o iludira, desde Agôsto de 1476 até Outubro do ano seguinte. Fôra ludibriado. «Ce pôvre roi de Portingal», escreveria Commines. Do matrimónio daquêle Almada nasceram Pedro, Antão e Isabel. Morrendo o primeiro, sucedeu na casa o segundo, que, desposando D. Maria de Meneses, houve Fernando e outros filhos. Do casamento do herdeiro com D. Catarina de Albuquerque, filha de Lopo Soares de Albergaria, proveio D. Antão Soares de Almada, marido de D. Vicência de Castro, cujo primogénito se chamou D. Lourenço e foi marido de D. Francisca de Sousa, filha de D. Lourenço Pires de Távora e de D. Catarina de Távora.

Sucedeu-lhe o filho D. Antão Vaz de Almada, cujo renome perduraria gloriosamente.

Casou com sua sobrinha D. Isabel da Silva, filha de D. Luís de Portugal e D. Antónia da Silva, e houve basta prole (¹).

Foi senhor de Pombalinho e dos Lagares de El-Rei, junto de Lisboa, e comendador de dois terços de S. Vicente de Vimioso na Ordem de Cristo.

Vitoriosa a revolução, caber-lhe-ia cargo de vulto. Foi nomeado embaixador na Inglaterra com o doutor Francisco de Andrade Leitão, que os espanhóis tanto detestavam quanto benqueriam o seu homónimo Francisco Leitão. Ia como secretário daquela missão diplomática António de Sousa Macedo e partiram de Lisboa em 8 de Fevereiro de 1641.

Grandes trabalhos cabiam àqueles três homens ao cabo da tormentosíssima viagem, que durou um mês, sob a violência dos ventos, na agitação e no encapelamento dos vagalhões.

Em 7 de Março estavam em Plymouth, onde descansaram quatro ou cinco dias da sua arriscada travessia.

Reinava Carlos I, que, tendo casado com Henriqueta de França, filha mais nova de Henrique IV, esquecera a sua desagradável passagem em Espanha e observava em especial êste país, visto a guerra empenhada com a Holanda, rival da Inglaterra. Agitavam-se, então, duas questões internas de grande importância: a parlamentar e a religiosa. Alguns pares ligavam-se ao soberano; eram oitenta; vinte ficaram na expectativa, no comodismo da neutralidade; trinta pronunciavam-se pelas franquias parlamentares. Ainda se não pensava em destroná-lo; guardava-se respeito à pessoa real, mas abria-se a guerra em princípio no momento em que chegavam os embaixadores portugueses.

Francisco de Andrade Leitão era sábio legista.

---

cia, lançou-se com ardor na carreira das armas, cobriu-se de glória militar aspirando à palma de valor e à salvação comum».

....

Evocando «os altos feitos que êle obrou durante o reinado de Henrique V, e em razão dos serviços que também havia prestado a êle e à Inglaterra, o elege cavaleiro, companheiro e irmão da Jarreteira, com consentimento unânime da dita ordem».

....

Criou o mesmo D. Álvaro Vaz de Almada, em testemunho de seus méritos, Conde de Avranches no seu ducado da Normandia, dando-lhe pela presente carta a investidura com os seus nomes, honras e títulos, cingindo-lhe a espada». *Visconde de Santarem: Quadro Elementar*. Vol. XIV — Cap. 203 a 205.

A mercê era perpétua em uma descendência. Assistiram os arcebispos de Cantuária e de York, os duques de Gloucester e Buckingham, o marquês de Suffolk, o visconde de Beaumont e vários bispos.

Limitamo-nos a citar apenas as principais vergônteas da sucessão da nobilíssima casa dos Almadas até o seu descendente, um dos mais ilustres fautores da Restauração de Portugal e cuja memória perdura.

Apareceu nos linhagistas aportuguesado em apelido o título de Avranches concedido pelo Rei de Inglaterra aos antepassados, que assinaram depois Abranches.

Rangel de Macedo, na *Genealogia*, afirma que a mercê foi validada por Carlos de França em virtude de D. Fernando Almada ter estado naquele país com D. Afonso V. Só se o diploma foi chancelado depois de alguns anos daquela estada em França, pois o Rei voltara a Portugal em 1477 e Carlos VIII, então Delfim, subiu ao trono em 1483.

(¹) 1 de Março de 1476.

(²) Filha de Henrique IV de Castela e de D. Joana de Portugal, irmã de D. Afonso V. Parte da nobreza dizia a Princesa herdeira filha de D. Beltran de la Cueva, e daí a alcunha de Beltraneja.

(¹) D. Antão de Almada teve do seu consórcio: D. Luís de Almada, que lhe sucedeu, morrendo em Condeixa, no ano de 1660; D. Lourenço que, contando vinte e dois anos, foi vítima no naufrágio da armada nas costas de França em 1627; D. André, religioso na Ordem de Cristo, em Tomar; D. Luís de Abranches, que serviu na Índia, Brasil, Catalunha e também em Castela «onde se deixou no tempo da aclamação de El-Rei D. João IV em que seu pai teve tanta parte, e lá morreu solteiro». *(Hist. Geneal.* Livro X, cap. 614 e 665); D. Francisco, que ficou prisioneiro na batalha de Montijo e foi depois jesuíta, lente de prima e teologia no Colégio de Coimbra, morreu em 1683, em Roma, sendo assistente da sua província; D. Antónia da Silva, que casou com Tristão da Cunha, comendador e morgado de Paio Pires; D. Luísa, que desposou Diogo de Almeida e foi dama da rainha D. Luísa de Gusmão; e D. Catarina, que se matrimoniou com D. António de Eça e Castro. Houve ainda D. Francisca, D. Maria, D. Vicência e D. Luísa. Morreram moços: Manuel, Álvaro e Fernando, e, em meninos, Vicente, Lucas e João.

Os bastardos de D. Antão de Almada foram: António de Távora, abade em Tomar; Isabel, freira de Santos; D. Brites, recolhida no Castelo; e D. Ana de Almada. (Rangel de Macedo, *Nobiliário B. N. L.* — Cod. 358).

Nascera em Condeixa; estudara direito, fôra lente de Instituta e fizera a oração solene da aclamação de D. João IV. Como desembargador e mestre de leis dera grandes provas; ia estrear-se como diplomata.

António de Sousa Macedo, portuense, descendente de estirpe nobre amarantina, estudara em Santo Antão com os jesuítas; formara-se brilhantemente em Coimbra e era desembargador dos agravos na Casa da Suplicação. Contava trinta e cinco anos quando o escolheram para a missão diplomática. Encarregou-se de escrever a memória em latim relativa aos direitos do duque de Bragança ao trono, a qual concorreria para dissipar a péssima atmosfera que havia contra Portugal independente.

O Stuart declarara só reconhecer um soberano, Felipe IV; era êle o monarca das Espanhas. O camareiro-mor, lord Pembroke, interessara-se pelos portugueses e o Parlamento não podia perder de vista os interêsses britânicos, sempre tão assegurados em Portugal. As alianças vinham de longe, de tempos distantes, mas pareciam esquecidas desde que a nação amiga ficara cativa.

A Inglaterra carecera dos portugueses. Se os cruzados tinham ajudado à conquista, os que ficaram souberam dizer de suas vantagens e Eduardo I já se aliara, embora sem grandes compromissos, a D. Denis. Seguiram-se sempre os tratados de amizade; firmou-se a primeira aliança comercial em 1353; alargar-se-iam as suas bases até que D. João I, casando com D. Felipa de Lencastre, alicerçara o grande pacto. Durante a dinastia de Aviz, os inglêses tinham encontrado vantagens e recebido cartas de privilégios em Portugal.

Após o cativeiro da nação, o Rei Carlos Stuart, ao receber os embaixadores, em 14 de Abril de 1641, parecia ainda hesitante em atendê-los. O carácter do monarca era fraco e indeciso. Apoiara-se em Buckingham e deixara-se conduzir; depois do assassínio do galante estadista que Felton imolara à sua fé puritana, vira a populaça delirante bebendo à saúde do matador. O arcebispo Laud e o político Tomás Wenthworth tornaram-se os mais íntimos conselheiros do monarca. Deixaram o Parlamento pelo Rei que as oposições condenaram. O segundo daqueles políticos seria conde de Strafford e subiria ao cadafalso no ano em que os embaixadores de D. João IV ainda procuravam a assinatura do Tratado com a Inglaterra, tão agitada a aplaudir o Parlamento revolucionário a que se imolaram Laud e o outro valido real.

Pembrok influíra na recepção dos representantes do novo monarca português e Carlos I recebera-os dizendo «que folgara muito de saber a verdade para sua satisfação e que desejava muito renovar as amizades com Elrei de Portugal que os seus antepassados sempre tiveram.

Assim escrevia D. Antão de Almada ao ínclito D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, declarando ter-lhe o soberano dito «que a audiência particular que lhe pedia a daria com brevidade».

Não a demorou e pareceu interessar-se, já esquecido da Espanha, cujo embaixador o assediava mostrando-lhe quanto mais valiosa lhe seria a amizade com o seu país tão inimigo da Holanda e onde os portugueses procuravam alianças.

Semelhante revelação devia influir no ânimo régio, mas já D. Antão de Almada e os seus companheiros se insinuavam no meio britânico. Tinham visitado a Rainha Henriqueta e a Côrte agradara-se dêles. O embaixador confessava ao arcebispo olisiponense:

«Agora dizemos dos senhores: posso dizer a V. S.ª não sei encarecer o amor e cortezia com que de todos fomos tratados por ser impossivel: parece-me que este Reyno se quer despovoar para hir servir a El rey N. S.or nesse Reyno».

Compreendia-se que, sobretudo os militares, se aproximassem dos enviados. A atmosfera era horrível para os senhores de determinadas ideologias: católicos não querendo aceitar o predomínio protestante; aristocratas irritados com o Parlamento ousado onde Pym, Hyde e Hampden preponderavam antes de aparecer outro deputado mais puritano do que êles, Oliveiro Cromwell.

Iam os embaixadores alistando oficiais inglêses, italianos e até espanhóis, que serviriam com os soldados fugidos dos terços castelhanos da Flandres para Inglaterra. Eram mais de cem. Os militares e aristocratas que se dirigiam com êles para Lisboa chamavam-se: Izban Stercan, Antony Montagu, Mathis Vicent, Carlo Lui, Petro Noel, Carlo Russuon, Juan Petri, Petro Baron, São Mores, Bastian Gian, Francisco de Cap Juan Armil, António Alange, Jerónimo de la Torre, Jacob Jacques Noel de Ribeira com outros. Havia entre êles aventureiros, mas também fidalgos descontentes com o ambiente britânico.

Pressentia-se o entrechoque do Rei com o Parlamento, ao qual D. Antão de Almada se referia na mesma carta elucidativa para o arcebispo, que, fazendo parte do Conselho e sendo muito valido do monarca, conseguiria muito:

«Neste requerimento andam muitos Mestres de Campo, que o foram muitos annos na guerra da Suécia e Frandes, que pelo sôldo que lhes costumava dar Elrey de Castella naquellas partes querem ir servir; e muitos delles sam catholicos que estão hoje muyto oprimidos».

Era o Parlamento que os esmagava. Sentia-se o ódio aos espanhóis, mas a Inglaterra detestava a Ho landa, e, ao saber-se que o embaixador de D. João IV,



D. Antão de Almada

(Redução do quadro pertencente ao sr. Conde de Almada e que figura no Solar dos Lagares de El-Rei, ao Arieiro)

Tristão de Mendonça, ali firmara um tratado, mudou a expressão do que se desejava obter em Londres.

O ministro espanhol não deixaria de explorar o facto. Se o govêrno português se ligava à rival inglêsa, ¿por que se lhe daria apoio? E era verdadeira a ligação, pois assinara-se a trégua, por dez anos, em 12 de Junho de 1641, e Portugal, auxiliando a Holanda contra a Espanha, receberia o seu socorro em homens e navios.

Firmara-se o pacto com a França para que enviasse também uma armada ao Tejo.

Em 2 de Setembro daquele ano entravam a barra vinte e dois barcos de guerra e dezóito mercantes conduzindo os portugueses desertores dos exércitos espanhóis, armas e dois regimentos holandeses. Comandava a armada o almirante Adriano Gysels, que o monarca presenteou largamente, bem como aos seus capitães, e vinha a bordo com o embaixador, Tristão de Mendonça, D. Francisco Manuel de Melo, que não quisera servir a Espanha.

O Parlamento encarrancou diante de algumas cláusulas do Tratado luso-batávio.

Tomara-se o compromisso de adquirir na Holanda os barcos destinados à navegação para o Brasil. A exclusividade molestava os interêsses britânicos e D. Antão de Almada e os seus companheiros começaram a sentir a mudança de atmosfera. A presença e nobreza do notável descendente daquele Avranches, que servira em Inglaterra e fôra cavaleiro da Jarreteira, o saber apreciadíssimo do desembargador Francisco de Andrade Leitão e todo o engenho de António de Sousa Macedo eram impotentes contra os factos consumados, as vantagens concedidas no artigo XVII do Tratado com as Províncias Unidas, no qual se lia: «tendo necessidade de algumas naus estrangeiras para o Brasil, serão obrigados a comprar ou a fretar as ditas naus aos súbditos destas Províncias, no qual caso de compra ou frete não se aparelharão nem conduzirão para o Brasil naus de menor porte que de cento e trinta lastros ou duzentas e sessenta toneladas».

Seguiam-se as características dos navios, seu armamento e municiamento.

O domínio dos mares era disputado, há muito, pela Holanda à Inglaterra, e por isso o Tratado com a rival entravara as negociações dos embaixadores. Decorriam os dias; o Rei cada vez se via mais em xeque ante o Parlamento. Ia perdendo terreno.

A aliança britânica fazia muita falta a Portugal e D. Antão de Almada devia ansiar pelo regresso a Lisboa, receando pelo que se passava nas fronteiras.

Um dos seus filhos, D. Luís, que tomara o apelido de Abranches, batia-se pela Espanha contra Portugal que o pai tanto ajudara a libertar. Até mudara o nome, que devia ser detestado pelos espanhóis, no do antepassado notável que servira a Inglaterra, agora esquecida da aliada no meio das suas agitações.

O Parlamento condenara Strafford à morte e Carlos I sancionara a terrível decisão abandonando o estadista seu fiel. A turba dirigira-se ao palácio régio, a Whitehall, blasfemando, pedindo a execução da sentença. Os cavaleiros católicos esperavam o seu momento de morrer defendendo o Rei contra o povo. Num domingo, redobrou a fúria da turba e o ministro foi abandonado: «Se é a sua vida que pode satisfazer o meu povo, devo dizer: *Fiat justitia*». O arcebispo Laud estava também prêso e ia ser supliciado; assim o determinara o Parlamento que acabaria, mais tarde, por obter a cabeça do Monarca. O prelado vira, através das grades, o seu amigo Strattford a caminho do cadafalso e abençoara-o, lançando-lhe a absolvição.

De tudo isto tinham conhecimento os embaixadores portugueses, que viam sempre protelada a assinatura do Tratado.

No dia 3 de Janeiro de 1642, como se o sangue de Laud e Strafford pedissem vingança, o Rei, por intermédio do seu procurador geral, solicitava da Câmara dos Lords o impedimento de funções de alguns membros dos Comuns. Acusava de alta traição vários deputados; não esquecera Pym e Hampden. A decisão estava fora da jurisdição dos Lords. Carlos I dirigiu-se à sala das sessões para prender os acusados. Receberam-no respeitosamente, mas os que êle culpava não se encontravam ali. Os cidadãos decidiram guardar a Casa dos Comuns. A luta prosseguia.

Devia ser angustiosa a situação dos embaixadores de D. João IV, que, finalmente, em 29 daquele mês inicial do ano, viram realizadas as suas esperanças nos resultados de tantos esforços. Assinou-se o Tratado de Paz e de Comércio, sendo procuradores e comissários por parte da Inglaterra Tomás Arundel e Surrey, marechal e primeiro conde de Inglaterra; João, conde de Bristol; Guilherme, visconde de Say e Seale, presidente da Tribunal de Pupilos e de Emancipações; Lúcio, visconde de Falkland, e Eduardo Nicolau. Dos portugueses assinavam singelamente Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão, nomeando-se, ao comêço do documento, respectivamente, «do seo Conselho, Conselheiro de Estado e desembargador do Paço».

Os embaixadores iam regressar ao Reino, onde se tinham dado graves acontecimentos. Caíram no cadafalso as cabeças dos grandes fidalgos da Alta Traição; sibilavam por tôda a parte acusações violentas; toupeirava a intriga. António de Sousa Macedo ficara em Londres. D. Antão era nomeado governador de Lisboa.



Os fautores da Restauração, sobretudo depois da conjura dos fidalgos contra a pátria e o Rei, tinham começado a desconfiar de elementos de tôdas as espécies desde que recaísse sôbre êles qualquer suspeita.

Quando Francisco de Lucena começou a ter preponderância larga, não foram bem aceitas suas determinações, e porque dificilmente escapava à vigilância exercida sôbre seus gestos, acabara por chamar as atenções dos nobres cuja acção se destacara no movimento restaurador.

D. Antão de Almada, cujo filho Luís, que tomara o apelido de Abranches, ficara em Espanha repelindo a pátria e servindo a quem jurara — como diziam todos os espanholizados —, não tivera, jamais, o menor contacto com o tredo, riscado dos arcanos da família e expulso do seu coração. Por lá acabaria, solteiro felizmente, para que não ficasse em terras inimigas um ramo dos patriotas Almadas.

Também o secretário de Estado lá tinha um filho, Afonso, mas correspondia-se com êle activamente e fôra o propagandista da retirada da duquesa de Mântua para Espanha, o que muito o prejudicara aos olhos de bons portugueses. O argumento do ministro era o seguinte: D. Margarida concorreria para a libertação dos nacionais cativos. Atribuíam-lhe o propósito de conseguir salvar só o filho — ouviu depois que nunca quisera vir para Portugal — e condenavam-lhe o parecer favorável à saída da duquesa estando D. Duarte de Bragança prisioneiro dos espanhóis. O único refém digno de escambo com o Infante era a antiga governadora do Reino, escapa por manhas do político. Dizia-se que assim fôra; também se afirmou ter D. Luísa de Gusmão intercedido a favor da ex-vice-Rainha.

Acumulavam-se pesados cargos sôbre o estadista, que nem sempre governara a contento. Bastava a sua situação para o tornar odiado.

Ao tratar-se das décimas precisas para perfazer os dois milhões e quatrocentos mil cruzados que se destinavam à guerra, a nobreza e o clero votaram contra a separação dos contribuintes, como queria o povo. Lucena fôra encarregado de dissuadir os representantes de Lisboa, o marquês de Montalvão e o desembargador Duarte Álvares de Abreu. Obedeceram, porque o intérprete falara em nome do Soberano, mas fôra de má vontade. «Nestas Côrtes se deram a el rei varios papeis sobre o procedimento dos ministros. Resultou o mayor por effeito de hũa petição que fez contra Francisco de Lucena assinada por muytos Procuradores dos Tres Estados do Reyno e presentaram-na a El-rey alguns ministros de mayor esfera» (1).

Ministros eram também chamados os conselheiros de Estado e D. Antão de Almada figurava entre êles com o arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha, Sebastião César de Meneses, bispo eleito do Pôrto; D. Manuel da Cunha, bispo de Elvas, e o marquês de Montalvão, além de outros. Foram, porém, êles que, acompanhados por D. Álvaro de Abranches, entregaram ao monarca a «petição assinada pelos Três Estados do Reino, que ainda estavam em Côrtes, e propunham cargos contra o secretário, pedindo se mandasse devassar dêle e em tanto se devia sair da côrte» (2).

Figuravam entre os condenadores de Lucena três dos mais altos fautores do movimento libertador: o arcebispo de Lisboa, D. Álvaro de Abranches e D. Antão de Almada.

O monarca tinha conhecimento da correspondência do secretário com as personagens espanholas, mas, «como a petição ia tão autorizada pelas pessoas que a levavam, e tratava de matéria de tanta consideração, houve sua Majestade por bem aceitá-la e mandar prender o secretário para a Tôrre de S. Gião».

D. José de Meneses, tio do futuro marquês de Marialva, então conde de Cantanhede, era o governador da fortaleza onde se detivera o secretário de Estado, e correndo, por denúncia, que tentava entregar a tôrre e o prisioneiro aos espanhóis, mandou D. João IV prendê-lo, sendo chamado pelo novo secretário de Estado Pedro Vieira da Silva, que outrora tão bem servira os castelhanos, sentenciando cruelmente alguns dos alteradores do Algarve.

Entrou o fidalgo na secretaria. «Quando chegou o estava aguardando D. Antão de Almada (3), e D. Luís (4) seu filho: entretiveram-no até chegar Fructuoso de Campos Barretto, Corregedor do Crime da Côrte, que o levou em hũ coche para o Limoeyro».

O chefe da revolução restauradora considerava traidor o estadista Lucena e aceitaria como cúmplice dêle o irmão do conde de Cantanhede, presidente do Senado em 1640, e cujos filhos, ambos conjurados, não o tinham querido prevenir do que se ia passar.

Decorreu a prisão dos suspeitos no ano de 1643.

---

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. I.

(2) Relação da desgraça do secretário de estado Francisco de Lucena.

(3) Fôra chamado como governador de Lisboa. A capitania-mor ou alcaidaria provinha de seus avós.

(4) D. Luís de Almada sucedeu na casa de seu pai e casou com D. Ana de Vilhena, viúva de Simão de Melo Sampaio e em segundas núpcias com D. Luísa de Meneses, sobrinha de sua primeira mulher, que, ao enviüvar, desposou Francisco de Sá e Meneses, vereador da Câmara de Lisboa.

Se o ex-secretário subiu ao cadafalso, D. José de Meneses, depois de sofrer a tortura, fôra ilibado.

Cabia, em verdade, ao grande patriota, governador de Lisboa, a defesa da obra realizada com tanto esfôrço e perigo. Das reüniões de Xabregas, em casa de Jorge de Melo, às do palácio dos Almadas se tecera tôda a acção libertadora de Portugal e que não devia ser perdida por erros e dislates, falta de vigilância e desleixo quando tudo se arriscava nas fronteiras.

Era veneranda a figura de D. Antão de Almada, que a experiência de sexagenário e a observação dos homens conduzia com a hombridade e clareza de sempre.

Não recebera benesses além da elevação ao conselho e à embaixada porque El-Rei, industriado por Lucena, demonstrara que premiar os principais revolucionários equivaleria ao descontentamento dos outros e reconhecera as mercês conferidas por Espanha a vários fidalgos e de que os Almadas participaram.

O chefe da conjura não queria ficar inactivo no seu regresso de Inglaterra. Tinha o filho, Francisco de Almada, cativo em Madrid, e era preciso libertá-lo, não com as indústrias sabidas como as atribuídas ao condenado político, mas organizando-se a troca dêle pela de personagem equivalente. Exigiram de Espanha o marquês de la Puebla, o ministro da Duquesa de Mântua, para poderem entregar o varão do ilustre Almada, e o escambo realizou-se.

É natural que o fidalgo tivesse concorrido para que o capitão pudesse regressar ao Reino, indo a alta personagem espanhola ocupar os seus cargos na Côrte de Madrid. Durara três anos o seu cativeiro, que talvez não fôsse penoso; houvera-se com êle atenções.

Em Dezembro de 1643 realizou-se o que os correspondentes dos jesuítas chamaram «el trueco del marques de la Puebla con D. Fulano de Almada».

Caíu a uma segunda-feira aquêle acto, revestido de certa solenidade (1). Deram-se reféns mútuos, sendo o espanhol o conde de Rivas. Diziam os inacianos: «Fêz-se uma ponte; saíram para segurança duas companhias de cavalos e o de Almada foi-se com os seus portugueses e o marquês encorporou-se com os nossos. Descarregaram enorme salva; fizeram-se grandes cumprimentos de despedida e os portugueses disseram ao Rivas que agora, com estas pazes universais, voltariam a ser irmãos como dantes. Vem muito velho o marquês, pois os anos e os prazeres abatem os mais fortes. Ontem ficou em Casarrubias; hoje entrará em Madrid. Diz-se que, cèrtamente, voltará a ocupar o cargo de presidente da Fazenda».

Desta maneira pôde voltar a Espanha quem fôra o principal conselheiro da Duquesa de Mântua na governação de Portugal.

No ano seguinte já D. Francisco de Almada (1) estava combatendo no seu pôsto de capitão de infantaria, em batalha formal, no campo do Montijo. Matias de Albuquerque (2) proclamara às tropas, evocando D. João I e Aljubarrota, apontando a atitude do chefe inimigo, marquês de Torrecusa, que ficara longe dos seus soldados, em Badajoz, quando mais perto se devia encontrar.

A acção travara-se e fôra formidável, caindo de novo prisioneiro o nobre filho de D. Antão de Almada.

«Morreram os mestres de campo D. Nuno de Mascarenhas e Aires de Saldanha, os quais pelejaram por largo espaço com valor insigne e acções dignas de eterna memória: João de Saldanha da Gama, capitão de cavalos, estimado em todo o exército pelo grande valor e heróicas partes de que era dotado; Bartolomeu Saldanha, capitão de infantaria; Rodrigo Starch, capitão de cavalos, holandês, e os sargentos maiores Hieronymo Ferrete e Belchior de Castro, oito capitães de infantaria e outros oficiais. Os prisioneiros que levaram, logo que se começou a batalha, foram o Mestre de Campo Eustáquio Pique, os capitães de cavalos Fernão Pereira, o conde Francisco Fiasco, genovês; Manuel de Saldanha, Jorge de Melo e D. Francisco de Almada, capitães de infantaria; Nuno da Cunha e Francisco Correia da Silva, que serviam de soldados, com muitas feridas» (3).

O arranco daqueles militares, entre os quais se contava o bravo Almada, demonstrava o desejo ardente de batalhar que os levava ao máximo arrôjo. O oficial, ao cabo de algum tempo de resgate, vestiu roupeta da Companhia de Jesus; foi lente de Teologia no Colégio de Coimbra e assistente dos inacianos na província portuguesa.

D. Antão passara ao Alentejo, no mesmo ano, e acudira ao sítio que o marquês de Torrecusa queria pôr a Elvas. Esforçou-se na luta. Era em Dezembro; havia mais de seis meses que o filho estava prisioneiro e o herói de 1640 lidou como um soldado naquela peleja. O inimigo retirou na véspera de Nossa Senhora da Conceição, cuja festa se celebrava com o decreto do mesmo dia que declarava a Virgem Padroeira do Reino.

---

(1) Numa escaramuça em Badajoz, no ano de 1643, os castelhanos «levaram prisioneyro a D. Francisco de Almada, porque se lhe desenfreou o cavalo e sem poderem socorrê-lo se meteu entre os castelhanos. Mandaram-no para Madrid e trocaram-no depois pelo marquês de la Puebla» — Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*.

(1) 1644.

(2) 26 de Maio, dia do Corpo de Deus.

(3) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. I — Descrição da batalha do Montijo — 469-70.

Os trabalhos da campanha e os desgostos aumentaram os seus males, vindo a falecer naquela praça em 17 de Novembro de 1644.

Foi sepulto no convento de S. Francisco ([1]), tendo sido gravada na sua jazida elucidativo, embora singelo, epitáfio. Atribuíram-se-lhe estes dizeres:

«Aqui jaz D. Antão de Almada. Conselheyro de Rey D. João 4.º seu embaixador extraordinario que foy a Inglaterra primeiro depois da sua fellice aclamação que fez as pazes com este Reyno e Aquelle morreo em Elvas aonde veyo em defensão da patria em 17 de Novembro de 1644».

O ínclito varão pedira a El-Rei mercês para os seus, visto não as ter recebido para si. Levou meio ano o deferimento do benefício tão legítimo, mas saíu honrosíssimo o despacho:

El Rei Nosso Senhor, tendo respeito a que na obra da sua feliz aclamação Dom Antão de Almada, que Deus perdôe, do Seu conselho, foi dos que nella mais procuraram, até de todo se concluir e executar, e depois de recuperado o Reino passar ao de Inglaterra por embaixador, e na côrte de El Rei da Gran Bretanha, o tempo que nella residiu, tratou negocios da maior importancia desta corôa que lhe foram commettidos com zelo e cuydado que delle se devia esperar fazendo grande despeza no luzimento da sua pessoa e ostentação da Casa que teve emquanto assistiu naquellas partes e depois de vir dellas, no verão de 643, em que a Côrte esteve em Evora, governando as armas de Lisboa, e continuar na Junta dos Tres Estados, e ultimamente, em Dezembro 644 ([1]) acudindo ao sitio que o inimigo vinha por a Elvas, morrer naquella praça de doença que lhe sobreveiu, deixando em vida pedido mercê para seus filhos:

Ha por bem a mandar fazer, em consideração de tudo e do mais que por parte delle se representou, a D. Luiz de Almada filho maior de se lhe supprir as tres armadas em que era obrigado embarcando-se, para succeder a seu Pae na Commenda de S. Vicente do Vimioso, como lhe estava concedido com essa condição por alvará de 10 de Novembro de 633 cujo despacho manda Sua Magestade se passe livremente; e assim lhe faz mercê de mil cruzados de renda dos dois mil que vagaram por seu Pae no Reguengo de Aguiar, emquanto não fôr provido em bens das Ordens de Commenda de maior lote; e juntamente lhe faz mercê de dois logares de freiras nos Mosteyros em que se podem prometter para suas irmãs (quaes elle nomear) poderem ser Religiosas e para sua irmã D. Luiza Maria, Dama do Paço da Rainha Nassa Senhora, cem mil reis de renda do mesmo Reguengo até tomar estado de casada. Em Alcantara a 12 de Junho de 645, Jeronymo Godinho de Niza.

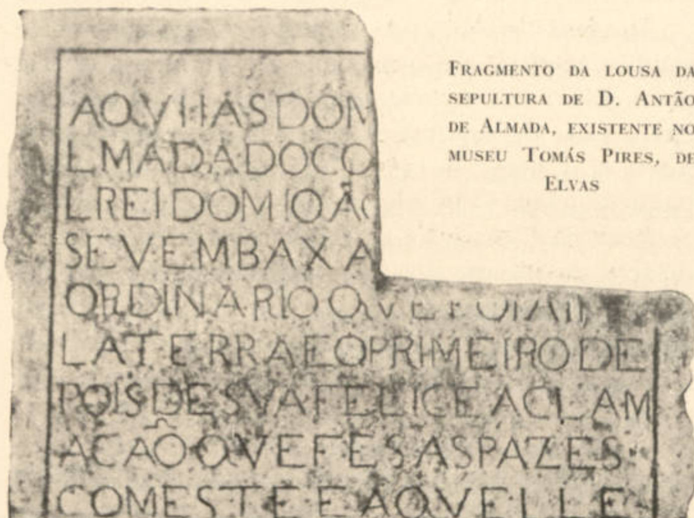
Redouravam-se as armas dos Almadas em bens; sobejavam-lhe as glórias.

([1]) O convento de S. Francisco fôra construído, em 1591, junto à cidade e do aqueduto das Amoreiras. Enquanto ao achado da lápida sepulcral encontramos no «Arquivo Transtagano», de 15 de Dezembro de 1937, e de que era director e proprietário o sr. António José Tôrres de Carvalho, a seguinte e curiosa elucidação relativa a uma local do *Diário de Notícias*, de 7 de Maio de 1935:

«Sabia quem esta rectificação faz que D. Antão de Almada tinha falecido em Elvas, de morte natural, durante o cêrco de 1644, não tendo conseguido encontrar o assento paroquial do seu óbito, nem sabendo onde o seu cadáver fôra sepultado.

Mas um dia teve conhecimento que na horta da Carapeta existia uma pedra com letras, e que diferentes pessoas, segundo informava o hortelão, diziam ser do tempo dos mouros.

Indagando quem era o dono da horta soube que pertencia à falecida Ex.ma Senhora D. Eugénia de Brito Falé, que prontamente a cedeu ao *Museu Tomás Pires*, desta cidade, depois de eu ter sido informado pelo sr. António da Silva Santos de quem era aquela propriedade, de me fornecer cópia da inscrição e de me dizer que aquela parte da campa estava tapando um cano na mesma horta!!



Fragmento da lousa da sepultura de D. Antão de Almada, existente no Museu Tomás Pires, de Elvas

¿Quando foi tirada do local em que fôra colocada, e em que época lhe deram tão imprópria e sacrílega aplicação?

Subsistia a ignorância do local em que D. Antão de Almada fôra sepultado, sem ter esperança de o vir a conhecer.

Mas como o acaso muitas vêzes favorece quem se dedica a estes trabalhos, êle quis que em Lisboa se realizasse o leilão da livraria do falecido Dr. Paiva Pita, Vigário Capitular que foi do Bispado de Elvas, e lente de Teologia na Universidade de Coimbra e que nesse leilão eu adquirisse o livro manuscrito *Fragmento Academico, Noticias Geraes e particulares da Provincia da Piedade da regular observancia de N. P. S. Franc.º Anno D. 1721*. Fol. de 4 f. pr. in. sendo as 2 primeiras iluminadas a côres e dourado e 109 f. num. na frente.

No final lê-se:

....

Fr. João de Faro, Lente na Sagrada Theologia e Goardião do Convento da Cid. de Beja.

De fls. 17 v. a f. 19 trata do *Convento da Cidade de Elvas*, ilustrado o texto com alguns desenhos de brasões, feitos à pena, e transcreve inscrições de campas sepulcrais.

No verso da f. 18 começa: — *Da grade p.ª o corpo da Igr.ª se achão 12 sepult.as e são as seguintes:* [menciona a de Diogo Castanho de Gusmão, natural de Aiamonte, copiando o seu brasão) e depois diz: *A sepult.ª que se segue tem este epitafio.*»

Segue a legenda fúnebre e o autor da aclaração acentua na mesma revista:

«O autor do livro copiou pouco fielmente a inscrição, porque o que nela se lê é o seguinte:

AQUI IAS DOM
LMADA DOCO
LREI DOM JOÃO
SEV EMBAXA
ORDINARIO QUE FOI A ING
LTERRA E O PRIMEIRO DE
POIS DE SVA FELICE ACLAM
AÇÃO O QVE FES AS PAZES
CO'M ESTE E AQUELLE

([1]) Não condiz a data do documento com a da lápida, mas supomos ser esta a verdadeira.



JOÃO PINTO RIBEIRO

Sua família — Estudos e cargos na magistratura — Entrada ao serviço do duque de Bragança — A comenda de Gimunde — Trabalhos na conspiração — O testamento e morte do agente brigantino



EPOIS da Restauração, João Pinto Ribeiro, que os fidalgos tinham tão urgentemente chamado ao palácio de D. Antão de Almada, por lembrança de D. Miguel de Almeida, recebeu a carta do Conselho [1] e logo a de contador-mor dos coutos do Reino [2] e desembargador supranumerário da Mesa do Desembargo do Paço [3]. Reparou-se que D. João IV provesse em tantos cargos o seu antigo agente, cheio de pechas plebeias, mas como o levantava em estrados de letras, nanja noutros, embora o nomeasse fidalgo de sua casa, acalmaram-se um pouco as irritações.

Com efeito, êle tinha parentes de baixa estirpe e entre êles um sapateiro de nome Gonçalo Domingues, que exercitara o ofício em Gatão, de Amarante; outra sua afim, Felipa Gonçalves Pina, era rendeira, fazia as rendas e os outros enfeites para as vestes das donas da vila. Houvera eclesiásticos na grei, como João Dias Ribeiro, abade da Brogueira, e João Pinto, abade de S. Paio, amancebado com Cecília de Freitas, de quem teve filhos.

Uma neta daquele reverendo, Joana Ribeiro de Freitas, casara com Manuel Dias Ribeiro, e o filho de ambos, António Dias Ribeiro, foi espôso de sua prima, Cecília Pinto Rebêlo, que houve seis filhos: Gonçalo, António, Manuel, Isabel, Antónia e Maria. O terceiro, Manuel Pinto Ribeiro, foi o pai do futuro homem de leis.

Deixara a vila amarantina por Lisboa; lidara no comércio e, regressando sem grandes bens, pedira às

---

(1) 11 de Janeiro de 1641.
(2) 14 do mesmo mês e ano.
(3) 20 de igual mês e ano.



Casa em Pinhel, onde residiu João Pinto Ribeiro
(*Estado actual*)

irmãs Isabel e Antónia os que lhe cabiam em Frariz, freguesia de Lufrei. Matrimoniara-se com Helena Gomes da Silva e o primogénito dêste consórcio foi João Pinto Ribeiro, nado em Lisboa.

O pai mandou-o estudar para a Universidade de Coimbra, em cujos registos figura como «João Pinto, natural de Lisboa, filho de Manuel Pinto». Andou nas aulas desde 1607 a 1617, e, tomando o grau de bacharel em direito canónico em 1615, adoptou o outro apelido paterno, com o qual passou à posteridade. Ia dar grande conta de sua sapiência e são juizo.

Nomeado juiz de fora de Pinhel no reinado de Felipe IV, em 12 de Julho de 1621, tomou posse em Novembro e passou a exercer o mesmo cargo na vila de Ponte de Lima e ali escreveu a sua patriótica obra *Discurso sôbre os fidalgos e soldados portugueses não militarem em conquistas alheias*. Era em 1632, quando ainda mal se balbuciava qualquer oposição à Espanha dominadora.

Atormentava-se a vida nacional; ardia a guerra no Brasil; desviavam-se as fôrças portuguesas para Flandres, escasseando nos lugares onde deviam acudir: a Pernambuco, à Baía, à Índia, cobiçada pelos holandeses com o resto.

A armada destinada à defesa dos portos brasílicos era, por ordem do conde-duque de Olivares, apetrechada para ir em rumo ao México. Dificilmente se conseguiu evitar aquêle destino à esquadra aparelhada com dinheiro português, embora comandada por um espanhol, D. António Oquendo.

Aquela e outras tentativas idênticas inspiraram João Pinto Ribeiro a escrever o seu trabalho, que produziu grande celeuma, dando-lhe fama. O obscuro bacharel, juiz de fora de Ponte de Lima [1], atrevia-se a afrontar os espanhóis ante os quais tanta gente se curvava. Onde pulsava um coração bem português acolhia-se o nome do audacioso magistrado.

(1) 23 de Junho de 1627.

Não fôra bem aceita a sua acção em Pinhel; sofrera o embate por suas opiniões de magistrado, mas não se quedou sem queixa, na qual havia mais protesto do que ais.

Dizia ao monarca:

«Como eu tenho experimentado poucos ou nenhuns favores dos Menistros de Vossa Magestade a cuja descrição fico sogeito (seja a causa qual fôr que não apontarei eu alguma das muytas que podem ocorrer) não aprendi nas fazer desencarando a justiça de seu corrume» [1].

E citava Sá de Miranda, abandonando-se em seus versos:

Quem sabe por onde vay
Leva sua conta feyta:
Nunca do caminho say,
Não olha a quem diz tomay,
A esquerda ou a direyta.

Assim considerando, não houvera justiça recta e mal entendia que um juiz de Trancoso fôsse nomeado para analisar o seu procedimento. Em 14 de Novembro de 1624, os desembargadores condenaram: «O juiz delegado comprio como mais vontade do que devera, que ha humores de Menistros que tem por particular gloria ofender-lhe a jurisdição» [2].

Êle declarava:

«Eu não posso nem devo cumprir este Precatorio porquanto a Provisão nelle incerta, alem das subrepções e obrepçõens, que respeita, por razão da suplica; em si está manifestamente nulla contra muytas ordenações claras; pelo que não pode sortir effeyto na pessoa de João Pinto emquanto Juiz de Fora», etc. [3]

Em 11 de Março de 1625 pusera-se o despacho na questão.

Explicara o caso claramente:

O alferes da Câmara de Pinhel ausentara-se do seu pôsto, durante dez ou doze anos, e quando morreu sucedeu-lhe um genro. Tomou a bandeira e deixou-a na Câmara, até que, na procissão do Corpo de Deus, a levantou tornando a deixá-la no município. Quis sentar-se em cadeira de Estado, durante a cerimónia, e o juiz de fora não lho consentiu; o alferes agravou para o corregedor e não lhe deixaram levar a insígnia municipal para casa, contra o que protestou.

Assim começara o pleito no qual João Pinto Ribeiro perdera, protestando com argumentos de juris-

(1) João Pinto Ribeiro — *Obras várias* — Relação primeira
(2) Idem.
(3) Idem.



Dr. João Pinto Ribeiro

(Reprodução do quadro de Battistini, existente no Museu Militar)

consulto e boa prosa e conhecimento das leis relativas aos deveres e cargos.

O despacho régio ordenava em 15 de Março de 1625:

«Hey por bem que o Juiz de Fora dessa Villa pague ao A as custas de todos os dias que esteve preso e se retardou seu livramento com não remetter as culpas ao juiz deprecante. E mando que logo lhas remetta com effeyto e seja advertido o dito Juiz que quando der a resposta às partes, as de mais curiaes com melhores termos».

Eis o que conseguira com sua relação circunstanciada. Não lhe correria bem, de futuro, a vida de magistrado, depois de tão dura prova e rija atitude em tempo de subserviências miseráveis. A acção que produzira com o seu trabalho sôbre a proïbição de portugueses servirem em terras estranhas devia ter atraído as atenções do duque de Bragança. Deixou a carreira pública depois de ter estado como juiz de fora em Ponte de Lima e tornou-se o agente da poderosa casa à qual ia prestar grandes serviços ([1]).

Era prudente nos negócios, mas expondo-se pessoalmente, como provara com o trabalho que o distinguira da massa amorfa, coïbira-se, depois de entrar ao serviço brigantino, para desviar dos senhores qualquer má vontade havida para com êle. De-resto, o duque, com a sua eterna dissimulação, chegava a mantê-lo em Madrid para tratar de negócios de seu interêsse.

Publicada a obra patriótica, vê-se que o grande senhor não perdera tempo em convidá-lo para a sua casa.

Viveria no palácio de Bragança, em Lisboa, instalado não só com a secretaria mas em aposentos reservados, servido por criadagem dos duques e mandando-os.

Estando D. João em Almada no dia 8 de Julho de 1639, contemplou o seu agente com mercê digna de ambos e demonstrativa do seu agradecimento ao servidor.

Dirigira-se a Felipe IV nestes termos:

Eu Dom João, duque de barganſa e de barcelos e de guimarães faço saber a Vossa Magestade que pela See apostolica foy concedido ao duque Dom James, meu terceiro avô que haja gloria, e a seus susesores, duques de braganſa, que dos bens e rendas de dezasseis igrejas de meo padroado se fizessem Commendas que lhes bem parecese da Ordem do noso Senhor Jesu Christo, as quaes fossem de sua apresentação asim como as ditas igrejas e da instituição se confirmasão dos mestres governadores da dita ordem e com esta condisão alem das outras que os providos nellas sirvão ao duque de braganſa e não a outrem e faltando ou servindo a outrem sem sua lisença pelo mesmo caso fiquem privados dellas; e por ora estar vaga a comenda de Santa Maria de Gimunde no bispado de Miranda, por morte de Fradique Lopes de Sousa, ultimo e immidiato posuidor que dela foy. Confiado da bondade de João Pinto Ribeiro meu agente na cidade de Lisboa o apresento á dita comenda de Santa Maria de Gimunde e peso por mercê a Vossa Magestade o mande nela instituir e confirmar e que nas letras de sua instituição e confirmasão mande farzer mensão desta minha apresentação para guarda do meu direito e declarar que o dito João Pinto Ribeiro haja e pesua a dita comenda com as condições sobreditas e outras que Sua Santidade na sua bula manda e que antes de tomar pose da dita comenda faça termo em forma de a cumprir e guardar com declaração que saindo do dito serviço sem licença minha ou dos meus susesores duque de braganſa pelo mesmo caso fique privado della e se para a dita comenda como vaga prover, em outrem na forma costumada, dada em Almada a oito de Julho de mil seiscentos e trinta nove, e eu Antonio paes Viegas a fiz escrever. Beija as mãos de Vassá Magestade. O Duque.

Fôra na altura em que os fidalgos tinham acorrido a saüdá-lo e parecia que D. João de Bragança queria comemorar o facto premiando o servidor e, ao mesmo tempo, ligando-o mais à sua pessoa, constituindo a mercê o elo de dourada cadeia.

Depois do acto de soberba da Duquesa de Mântua, que pretendera negar ao grande senhor assento sob o dossel, no qual se encontrava, a fidalguia fôra em cortesia ao quartel general do duque, onde o tratara com respeito devido a Rei, mas «perderam muyto o animo com a cautella de que usou em Almada, divertindo todas as praticas que se encaminhavam a coroá-lo» ([1]).

Relembraria a cena do Paço, a tentativa da quebra de sua prerogativa e também do sucedido quando das Côrtes de Felipe III, em Lisboa, em que se pretendera excitar por parte dos Braganças algum desrespeito, desacatando-os. Recearia a espionagem ou o excesso de entusiasmo. É, porém, de ponderar a escolha daquele período para amercear João Pinto Ribeiro, que assistia em Lisboa.

Ali o encontraria a conjura à qual prestara a atenção devida sem se manifestar com a exuberância desejada pelos patriotas apressados naquele instante, hesitantes depois, para, por fim, se tornarem heróicos.

O funcionário de confiança do duque de Bragança devia conhecer as várias tentativas feitas para levar o amo ao compromisso; não seriam para êle totalmente estranhos os diversos conspiradores; tampouco ignoraria o que se passara com D. Duarte e êles sabiam-no, embora por forma indirecta, a-par-do que pretendiam.

De-resto, em alguns meios não se poupavam doestos ao estrangeiro. A sátira espanhola, que corria na Côrte entre risos dos inimigos dos criticados, parecia ter contaminado Portugal.

Conta-se que o páraco da Sé, em sexta-feira de Quaresma, se esquecera da colecta que durante a missa devia colhêr ou anunciar, e fôra advertido. Em certo momento preguntou ao diácono:

— ¿Como se chama êsse demónio que temos aí como Rei?

— Chama-se Felipe — volveu o interrogado. E logo

([1]) Em 1639 foi nomeado agente da Casa de Bragança em Lisboa e, por alvará de 16 de Setembro do mesmo ano, cavaleiro de Cristo.

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*.

o prior atirou a frase: *Et famulum tuum Philippum, Ducem Albacensem, Rodericum, Zapatam, colterosque omnes diabolos.*

E houve gargalhadas.

Um dos grandes chefes conjurados era o próprio arcebispo olisiponense, D. Rodrigo da Cunha, muito entendido com D. Francisco de Faro e D. Gastão Coutinho, desde 1637. Outros tinham começado antes, como Jorge de Melo, seu irmão e D. António de Mascarenhas. Desatavam-se fàcilmente êsses frouxos laços para logo os quererem cegar em nós impossíveis dada a flacidez das probabilidades e a visão do poder castelhano.

Embora se tivesse retirado muita tropa para a Catalunha, ainda havia no castelo de S. Jorge quinhentos mosqueteiros e artilharia; S. Julião, Cascais e Bugio estavam tão guarnecidas de militares espanhóis como Setúbal e, por conseqüência, dominantes com os navios surtos no Tejo sob o seu pavilhão.

O povo não acreditava nos fidalgos depois do desastre das Alterações de Évora, e embora o padre Nicolau da Maia trabalhasse bem a gente dos mesteres, não a arrancava, pois vivia suspeitosa. Da outra vez, só os plebeus tinham pago a rebelião: o Rei espanhol acabara por deixar em paz a nobreza que em Évora surgira impedindo mais dilatada acção. O padre Maia era amigo de João Pinto Ribeiro e elucidá-lo-ia. Auxiliavam-no o prior de S. Nicolau, João Pereira, Luís de Abreu e João Cardoso, além do deputado do Santo Ofício, Estêvão da Cunha, muito popular.

O duque de Bragança abrira-se com o seu agente. Mostrar-lhe-ia como era preciso caminhar entre desconfianças, manobrando para coisa alguma ignorar do que se preparasse. O exemplo da República das Províncias Unidas servira de argumento à falta de um Rei.

Por tudo isso, quando, em 12 de Outubro de 1640, João Pinto Ribeiro fôra convidado para comparecer no palácio Almada, já devia calcular os motivos e as razões por que o chamavam. D. Miguel de Almeida tivera a idéia de congregá-lo; Jorge de Melo, Francisco de Melo e Pedro de Mendonça apoiaram-na com D. Antão. Não devem ter assistido outros conjurados à entrevista histórica ([1]).

O agente da Casa de Bragança não possuía grandes meios; além dos réditos do emprêgo, contava com os bens paternos e algumas terras: o casal de Frazis, em Gestaço, e a quinta do Casal de Matos, também na comarca vimarenense; casara com D. Maria da Fonseca, já viúva. Com êle assistiu no palácio, e tivera filhos do primeiro matrimónio. Seria guarda-mor da Tôrre do Tombo ([2]).

([1]) No azulejo do jardim do palácio Almada aparecem cinco figuras sentadas e uma de pé, João Pinto Ribeiro (?). Está na atitude explicada no seu livro «Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal».

([2]) 2 de Abril de 1644.

Era, por conseqüência, pessoa que podia perder, mas, além de tudo, pretendia desviar do amo tôdas as possíveis responsabilidades. Já provara o seu arrebatamento ao publicar a obra relativa a os portugueses não deverem servir em terra estranha nem em fileiras ou navios de outras nações. Agora, era ponderadamente que encarava os factos, visto exigir-se o formal compromisso do amo.

Homem de bom conselho, negou-se a participar ao duque quanto se passara, deixando o encargo a Pedro de Mendonça Furtado, alcaide de Mourão, cujas visitas a Vila Viçosa não se estranhariam visto o conhecimento de ambos e a vizinhança. As suas também não teriam muito reparo, mas receava que partindo dêle o aviso pudesse parecer a Sua Excelência mais interessado do que qualquer outro, visto seu ofício junto dêle. ¿Não o tomaria à conta de querer guindar-se na sombra do Rei?

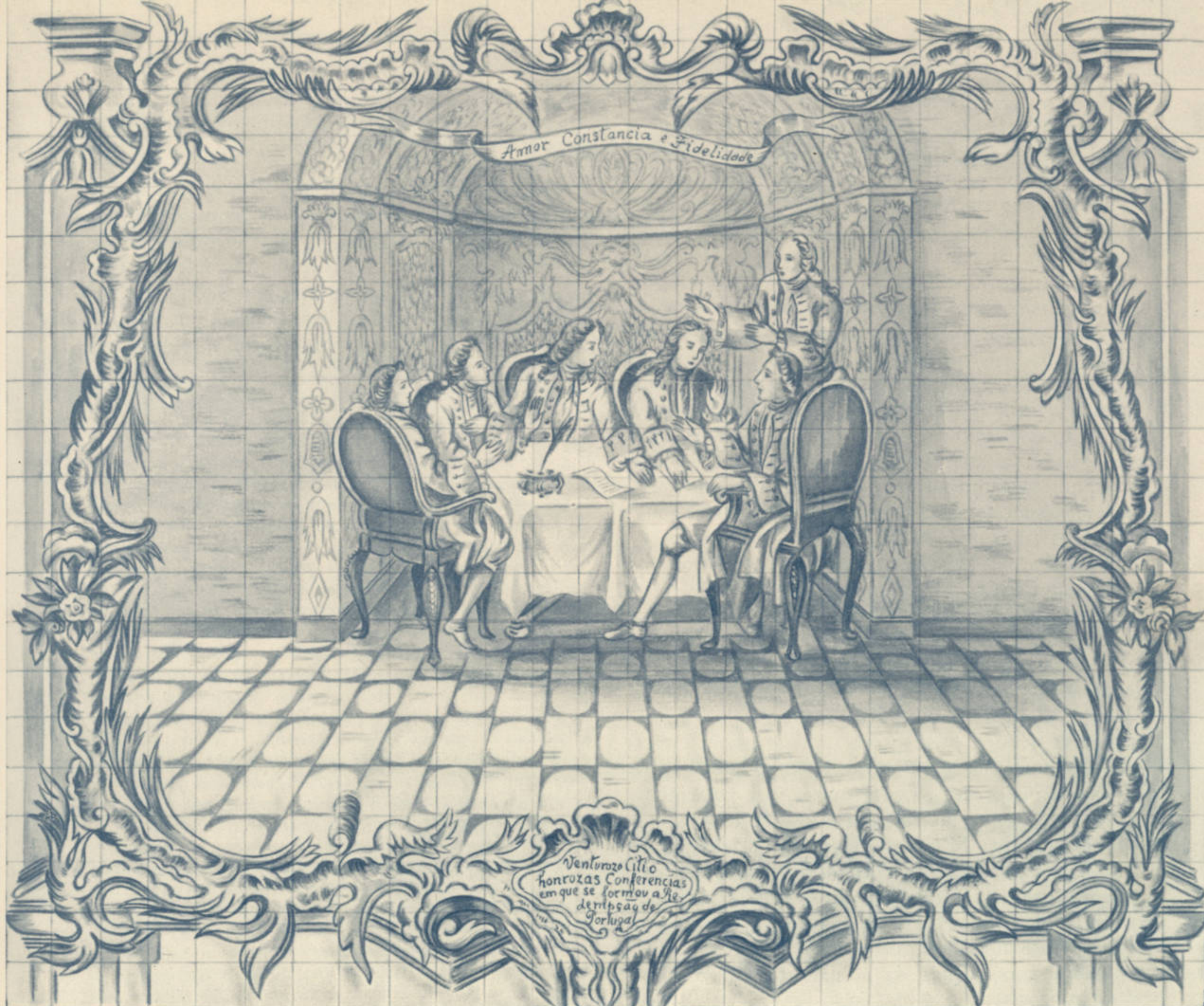
De-resto, o melhor seria aclamarem-no mesmo sem o compromisso, porque consumada a obra êle de-certo não a renegaria e preferindo chefiá-los a curvar-se ante o intruso.

Estava ao par dos sentimentos do duque e falava daquele modo. D. João era pouco de confidências; o seu secretário íntimo, António Pais Viegas, só tardiamente tivera notícia do que se preparava quando, em última instância, o consultou. Longe andaria de se confiar a outrem, embora se julgasse possível ter dado intervenção no assunto ao ilustre doutor João Sanches de Baena, cujos avós tinham servido esmeradamente a casa brigantina ([1]).

Foi João Pinto Ribeiro quem começou a informar o duque de tudo quanto se passava, a ser o elemento de ligação, que ora se comedia, logo se alarmava, visto o duque, com sua costumada dissimulação e desconfiança, depois de aceder, exigir que não demorassem, pois antevia tudo quanto podia resultar se o segrêdo transpirasse.

Desde que Pedro de Mendonça Furtado voltara de Vila Viçosa com as meras promessas do Bragança, os conspiradores decidiram que João Pinto Ribeiro fôsse ao encontro do amo juntando seu engenho ao do secretário íntimo António Pais Viegas. A tormenta não lhe deixou fazer a travessia, segundo uns; houvera relutância da parte dêle, afirmaram outros, mas é certo que partiu e voltou com as cartas do duque, uma dirigida a D. Miguel de Almeida, o mais velho dos conjurados, figura austera e corajosa; a outra a Pedro de Mendonça, alcaide-mor de Mourão, e que

([1]) Nenhum documento positivo comprova a asserção relativa a ter Sanches de Baena recebido aquelas confidências nem tampouco que D. Antão de Almada o iniciasse a-pesar do parentesco do fidalgo com D. Guiomar Carneiro, espôsa do desembargador e terceira neta de D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Avranches. Não podemos tirar conclusões favoráveis à intervenção do notável magistrado nos trabalhos revolucionários, a-pesar das obras publicadas sôbre o assunto pelo visconde de Sanches de Baena e António Maria de Freitas (Nicolau Florentino).



Reünião dos conspiradores

(Segundo o azulejo alegórico do palácio dos condes de Almada. Representa seis dos conjurados, talvez os principais, no pavilhão do jardim do solar dos Almadas. Reüniam ali, de início: D. Antão Vaz de Almada, D. António de Mascarenhas, D. Miguel de Almeida, Jorge de Melo e Pedro de Mendonça, e à sua presença foi chamado João Pinto Ribeiro)

— Reprodução por Aurora Severo —

com êle mais de perto tratara desde longo tempo sem o resolver à acção. Trouxera recado para Miguel Maldonado ([1]), escrivão da chancelaria e chefe de numerosa família, querido pelo futuro Rei. Depositava nêle tanta confiança que parecia provê-lo especialmente em missão de muito vulto entre o povo.

Assegurou-se, dêste modo, que o futuro Soberano começara a dar as suas ordens por intermédio do fiel agente que, na noite de 29 de Novembro, ao ouvir os fidalgos dizerem-lhe que se adiaria o movimento, mandara aviso ao amo, fingindo não o transmitir, para convencer os conjurados da impossibilidade de semelhante resolução. Correndo a casa de Jorge de Melo desembaraçou as dúvidas.

De-certo comunicara também a D. João o êxito obtido, o triunfo da revolução, porque, em 2 de Dezembro, El-Rei ordenava de Vila Viçosa para Elvas que o aclamassem.

Amerceado por D. João IV entre os primeiros, publicou a sua obra *Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal,* naquele estilo castiço que o recomendava entre os homens de leis.

Escreveria *Elogio de D. João de Castro,* em 1642,

([1]) Referindo-se à acção dos Maldonados na revolução o padre Nicolau da Maia, no seu livro *Relação de tudo o que se passou na feliz aclamação,* diz: «Miguel Maldonado, o qual não veio mais cedo porque o doutor João Pinto Ribeiro, dando-lhe conta da carta de El-rei Nosso Senhor, em seu nome lhe encomendou que esperasse aquela manhã em casa, e que tanto ouvisse a nova começasse a aclamação desde o distrito dos Anjos (que é o seu bairro) até ao Terreiro do Paço».

e *Injustas sucessões dos reis de Castela e de Leão e isenção de Portugal*, que foi traduzido em italiano.

Três anos depois acabava o seu *Desengano ao parecer enganoso que deu a el rei de Castela Felipe IV certo ministro contra Portugal*, e o folheto em cujas páginas demonstra o desejo que a sua pátria fôsse considerada no seio da Igreja, do qual a desviaram as intrigas dos espanhóis. Intitulava-se: *Á Santidade do monarcha eclesiastico Innocencio X, expõe Portugal as causas do seu sentimento e das suas esperanças.*

O trabalho atraía-o e sentia-se um pouco desamparado a-pesar dos empregos que exercia. Em 1644 deu à estampa outro livro: *A acção de aclamar el rey D. João IV foi mais gloriosa e digna de honra, fama e remuneração que a dos que a seguiam aclamado*, e *Preferencia das letras ás armas*. Entre os seus manuscritos contam-se: *Comentarios ás Ordenações do Reino, Scutum Armorum Regio* e *Comentarios ás rimas de Camões.*

A literatura jurídica tentara-o, como demonstrou publicando *Três Relações de alguns pontos de direito que se lhe ofereceram sendo juiz de fora de Pinhel* e *Obras várias sôbre vários casos, Três relações do Direito* e ainda *Lustre ao Desembargo do Paço às eleições, perdões, pertenças de sua jurisdição.* Acrescentara-lhes *Discursos Políticos* e *Obras Métricas de Duarte Ribeiro de Macedo*, que o vate principiava dêste modo o que denominava *Sonho Político:*

«Fêz-me Sua Magestade mercê da occupação de Juiz e desejo tanto justificar os procedimentos que me pus uma noite destas a medir o talento com as obrigações. Achei tantas que desmayou a sufficiencia com o Posto ainda imaginado.»

Nove anos depois da Restauração, João Pinto Ribeiro devia ser sexagenário.

Acometera-o a doença e encarou tão firmemente a morte que se dispôs a dizê-lo em seu testamento:

Em nome de Deus amen.

Saibam todos os que este testamento virem como eu João Pinto Ribeiro do Conselho de Sua Magestade e seu desembargador do Paço, vendo quam serta é a hora da morte e vendo-me no estado em que estou de fraqueza e conhecendo a obrigação de christão: primeiramente encomendo a minha alma a Deus que ma criou e redimio com seu precioso sangue, em que espero que me salve e fará digno de sua Santa Gloria, pelos merecimentos de Jesus Christo seu filho, e assim encommendo minha alma á gloriosissima Mãe, virgem antes do parto e depois do parto e que foy concebida sem pecado original, para que seja minha advogada na hora da minha morte: depois disto, declaro que meu corpo seja enterrado no claustro de S. Francisco na minha sepultura; o enterramento se fará sem nenhum aparato, mais que dois frades de S. Francisco e dois clérigos da Igreja, a quem darão a esmola ordinária, e assim mandarão dizer os officios da Constituição. As missas serão as que poder e quizer mandar dizer Dona Maria, minha senhora, porque não deixo recursos para mais, e assim declaro que deixo minha mulher, D. Maria, por minha universal herdeira, pesando-me do pouco que tenha para lhe deixar e a Sua Magestade, peço pelo amor com que sempre o servi; queira mostrar com ella, por satisfação dos meus serviços aquella obrigação de Rei que commigo não usou.

Nobilitara-o antes da vitória; o cargo de agente da Casa de Bragança continuara em sua pessoa; doara-se-lhe o de contador-mor, o de desembargador e guarda-mor da Tôrre do Tombo, mas António Pais Viegas, secretário da Casa de Bragança, subira ao Conselho de Estado, e com tal importância, que, estando gotoso, El-Rei o mandava buscar em cadeirinha do Paço.

E declaro — dizia no testamento — *que em meu poder está algum dinheiro de Bento Pimenta, conego de Ilha Terceira, e ainda não tenho conhecimento, se ajustando as contas, de quanto é ao certo. Tenho cartas suas do que consta e papeis do que gastei, parte dos quaes estão na arca encerradas em meu estudo.*

Nos sacos de dinheiro que ahi estão e nas minhas gavetas assim consta de um maço de cartas que está no meu estrado. Tambem tenho uns 28000 reis de Antonio Pimenta, seu irmão, que eram 40000 reis e me mandou dar doze a um seu parente.

Tambem tenho em meu poder uns 190000 reis da Capella de D. João Soares. Tambem se achará entre o mais dinheiro e as chaves da arca que estão no meu escritorio, na minha bolça, uma chavinha das gavetas do escritorio, debaixo das quaes está algum dinheiro e papeis destas contas. Tambem declaro 40000 reis que me dão na Torre do Tombo, se estiver a dever alguma cousa se satisfaça do que não estiver despendido.

E assim peço a D. Maria que meus papeis e escriptos de mão, obras minhas dê a um dos seus netos, que por estarem por alimpar e pôr á luz deve preferir nisto João, pela criação que nelle fez, se elle não faltar á sua obrigação.

Aos criados e criadas que tenho em casa se pagará seus serviços, que fio de D. Maria pela sua boa natureza os ampare em tudo o que poder, que emquanto viver se acompanhe com Maria da Cruz pelo amor e zelo com que nesta doença me assistio.

E com isso houve este meu testamento por acabado, encommendando de novo ao Padre Eterno a Christo Crucificado e á Virgem Nossa Senhora e aos mais Santos da Côrte do Ceu, nos quaes e em seus merecimentos ponho minhas esperanças.

E declaro, mais, que em meu estudo estão dous feytos de revista que se entregarão ao porteiro do Paço e as contas e papeis delles que não pude acabar de fazer pela indisposição em que estou.

Lisboa 10 de Agosto de 1649. João Pinto Ribeiro. Frei João Baptista.

O licenciado António de Figueiredo deu aprovação aos legados e a abertura do testamento realizou-se, em 12 do mesmo mês, no dia seguinte àquele em que falecera João Pinto Ribeiro, que não ocupara os cargos políticos de seu direito, confiados a outros menos credores da nova dinastia.

Não era rico. A sua viúva ficou residindo numa casa junto à igreja dos Mártires, e legaria a Páscoa de Sousa da Silva os bens que êle deixara em Gestaçô, coisa de pouca monta, pertença de seu pai.

Sepultou-se em S. Francisco da Cidade, perto do lugar onde também teve jazida D. Felipa de Vilhena.

A ambos muito devera a Restauração de Portugal.

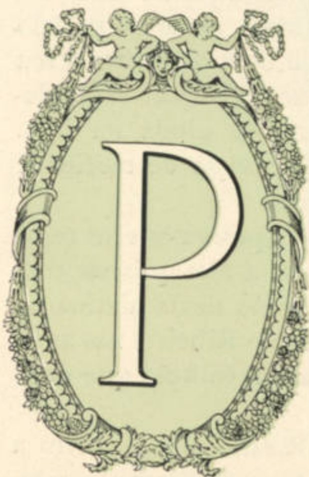




D. MIGUEL DE ALMEIDA

Conde de Abrantes

Da Usurpação à Restauração — A atitude de um velho fidalgo — A hora da luta — Cargos do libertador — A morte de D. João IV — Papel desempenhado na regência



PERTENCIA D. Miguel de Almeida à casa dos nobres condes de Abrantes, que já possuía glória antes de titulada.

O primeiro conde, D. Lopo de Almeida, era alcaide-mor de Punhete e filho de D. Diogo Fernandes de Almeida, senhor da vila que nobilitaria sua descendência.

Foi pai do grande vice-Rei da Índia D. Francisco de Almeida; de D. João de Almeida, que herdou o condado; de D. Diogo de Almeida, sexto prior do Crato; e de mais três varões de renome. D. Lopo acompanhara à Alemanha D. Leonor, irmã de D. Afonso V, que ia ser Imperatriz, desposando Frederico VI, aquêle teutão mago, alquimista e astrólogo que profetizara o futuro da sua casa pelas vogais A. E. I. O. U. — *Austriae est imperare orbe universo* — o que se ia produzindo pela entronização dos Áustrias em Espanha, Itália, Flandres e Novo Mundo.

As cartas que o embaixador escreveu ao Rei acêrca das cerimónias realizadas em Roma e do receio do suserano em consumar o matrimónio em terras distantes das suas fronteiras constituem admiráveis quadros da época, das gentes e da política.

Acêrca dos alemães, dizia:

«E não tomem, porém, Senhor, os vossos oficiais daqui ousadia, porque estes homens são bárbaros bestiais dos quais disse o Propheta: *Quorum Deus ventea est,* mas tomem de bem servir dos vossos Reinos, de homens e não de bestas» ([1]).

O Imperador, receando que os barões feudais não reconhecessem a legitimidade do seu filho, se fôsse gerado em país estranho, mesmo em Roma, onde se faria a sua coroação, aguardava a chegada à Alemanha para cumprir seus deveres de marido. E o conde anotava:

«Dormiu em sua casa sem ainda haver copula de

([1]) *História Genealógica — Provas.*

voda e partem se, o dito Senhor e vossa Irmã, para casa de El rey de Aragão de manhãa, que são vinte e trez dias deste mez, para se ir a Alemanha.»

Era grande senhor, inteligente e espirituoso, o primeiro conde de Abrantes, agraciado em 1472, que não se cansava de repetir as singularidades do noivo da Princesa de Portugal:

«Foy muy prasmado o Imperador por tão maltratar quanto bem cá lhe mandaste. Esta quinta-feira nem à sexta, nem ao sábbado, nem ao domingo, não foi consumado o matrimónio» ([1]).

À graça e atilado engenho do pai excedera a glória do filho vice-Rei; a grandeza do sucessor do título e a honra que D. João II concedeu ao sexto prior do Crato nomeando-o aio de seu filho D. Jorge, a quem tanto queria. Ainda houvera mais descendência ilustre o avoengo de D. Miguel de Almeida: D. Bernardim, esforçado batalhador em África; D. Jorge, bispo de Coimbra; e D. Fernando, prelado de Ceuta e legado do Papa Alexandre VI a França.

Quando Portugal caíra sob o domínio castelhano, já D. Miguel, descendente dos famosos de Abrantes, tinha pelo menos treze anos e foi assistindo às turbações da nação.

O seu parente D. Francisco de Almeida, governador de Angola, andara, por conta de Felipe II, a explorar o interior da colónia em busca de minas de prata. Procedia como um grande capitão, mas, ante a hostilidade dos jesuítas, que procuravam dominar os indígenas, desistira do cargo e fôra para Pernambuco, deixando os inacianos à sua guisa.

Criado no ambiente da sujeição e no esplendor da sua casa, ouvia narrar as proezas dos avós e não as via repetidas.

Seu pai chamava-se D. Diogo de Almeida e fôra comendador de Pancalvos e esforçado capitão em Diu; sua mãe, D. Leonor Coutinho, era dama da Rainha D. Catarina, filha de D. Joana Coutinho e D. Felipe Lôbo, da estirpe dos barões de Alvito, grandes senhores na guerra e nas embaixadas.

D. Maria Coutinho, irmã de D. Miguel, casou com o vice-Rei da Índia Rui Lourenço de Távora.

Foi D. Miguel representante da família; alcunharam-no de «Toucinho» os seus pares; sucedendo-lhe nos bens e na designação o sobrinho, também Miguel.

Seria coronel o fidalgo que ia assistindo ao decorrer do domínio felipino desde as promessas de Felipe II até aos desdéns de Felipe III. Já tinha mais de cinqüenta anos quando assistiu ao espectáculo deprimente das festas celebradas em honra daquele Rei que desconsiderava os portugueses, embora lhes sorrisse, consentindo nas insolências do seu favorito, duque de Uceda.

Seguira-se o reinado do esmagamento: o de Felipe IV, do Rei Planeta, do Grande, como lhe chamavam os seus cortesãos e o celebrado papagaio repetia.

Os espiões da Espanha tratavam-no do seguinte modo: «D. Miguel de Almeida que sirve de Coronel, es muy presumido, pero de poco talento».

Se lhe faltava o engenho, conforme os «observadores» felipinos diziam, sobejava-lhe a teima e o valor. Ardia-lhe nas veias o sangue do antepassado — primeiro vice-Rei da Índia — temperado pela generosidade do grande avô, D. Lopo.

Avançava em idade e em protesto contra a usurpação. Passavam os anos e sentia-se escravo; queria libertar-se e procurava o caminho.

Não lhe pesava a alcunha pouco para rebuço de herói; diziam-no vaidoso, mas não deu provas dessa ruím qualidade, embora, por vêzes, quando era preciso, mostrasse orgulho.

Jorge de Melo, D. Francisco de Faro, D. António de Mascarenhas, outros que olhavam em roda encontrando gestos inúteis, protestos alheios ao coração e à coragem, ligaram-se ao septuagenário que a todos animava.

Comparecia nas reüniões com o mesmo parecer; tomara-se da idéia fixa; dispunha-se a sacrificar tudo à glória de vencer.

Estava viúvo, no comêço do ano de 1640 ([1]), e sua espôsa, D. Mariana de Castro, não lhe deixara filhos. Tampouco os havia bastardos; era livre, desligado da parentela da parte da mulher, nascida de Rui Teles de Moura, conselheiro de Felipe II. A preocupação dominante de D. Miguel cor ia em levar a cabo a obra da independência.

Freqüentava os meios aristocráticos; observava aguardando o momento para as aliciações, e tanto em Xabregas, na casa de Jorge de Melo, como no palácio dos Almadas, a sua voz era a do bom conselho; o seu entendimento consubstanciava-se em vencer expondo-se, ou em ser vencido lançando-se ainda na luta. E, sendo o mais velho, dava a sensação de mocidade pelo ímpeto, ardor e impaciência.

Quando D. João da Costa antepusera os seus reparos mostrando os perigos, embora a êles quisesse concorrer, o ancião sofrera tanto como devia alarmar-se ao receber as notícias de João Pinto Ribeiro, nas antevésperas da data marcada para a revolução que desejavam adiar.

«Corra Vossa Senhoria ao Rossio, que eu corro a Xabregas», dissera o agente da Casa de Bragança, referindo-se aos indispensáveis encontros com Jorge de Melo e D. Antão de Almada, para evitar a detença depois de comprometido o Duque de Bragança. E conseguiram-no ambos.

O povo, ou antes os seus representantes, não queria intervir no movimento sem a certeza de que os fidal-

([1]) *História Genealógica — Provas.*

([1]) 12 de Fevereiro.



D. Miguel de Almeida

(Reprodução do quadro existente na galeria do Sr. Marquês do Lavradio)

gos praticariam acções gravíssimas, capazes de impedir a transigência da Espanha. Votou-se a morte de Miguel de Vasconcelos; acrescentar-se-ia o penhor dado à arraia miúda com o assassínio de D. Sebastião de Matos Noronha, arcebispo de Braga. D. Miguel, sempre pronto para tudo quanto pudesse apressar a revolta, atalhou com ponderação que devia surpreender. É que o fim violento do prelado indisporia o clero.

Partiu para o ataque com a alegria de um jovem, esquecido das cãs, sendo o primeiro a disparar a pistola na Sala dos Tudescos, dando o sinal, e, ao desembaïnhar a espada, aclamara a independência:

— ¡Liberdade, portugueses! ¡Viva El-Rei D. João, o Quarto!

A sua voz ecoara na praça como a da própria nação a renascer.

Nos lugares de risco, nos sítios de perigo, nos pontos onde podia ser necessária energia ou uma vida, êle aparecia. Estivera em frente da Duquesa de Mântua, disposta a perdoar a morte de Miguel de Vasconcelos a trôco de nova obediência a Felipe IV.

Acudira o arcebispo de Braga pretendendo reforçar os argumentos da vice-Rainha e, ao adiantar-se mais em conselhos, D. Miguel dissera-lhe «que rogava se calasse, porque lhe havia custado muito a noite antecedente livrá-lo da morte.»

Atirara-lhe ao rosto o ódio que lhe tinham os portugueses e o qual contivera por assim ser preciso à política do momento.

A cólera sibilava mais ruïdosamente contra o prelado, que não ocultava sua inimizade pelo Duque de Bragança, e, para o salvar das iras, obrigaram-no a aceitar, medroso e contrafeito, um cargo no govêrno.

Desta vez o velho calou-se ainda galhardamente.

Recebera as notícias e as ordens de D. João naqueles dias de desespêro ou de júbilo. E vencedora a revolução, recolhera-se, até que, chamado ao Paço, recebera as recompensas devidas ao seu esfôrço, à sua gloria, à sua nobreza.

Nomeado vèdor da Fazenda do Reino, mestrados e ilhas, não exercia cargo apenas honorífico; iam passar por suas mãos as quantias destinadas à guerra, e no seu pôsto de observação veria quem buscava eximir-se aos pagamentos. Também lhe entregavam o comando de um têrço.

A sua idade, a veneração que conquistara, a sua grandeza moral corriam a-par dos dotes, tão enaltecidos, do arcebispo de Lisboa D. Rodrigo da Cunha.

Aos outros dois vèdores, marquês de Montalvão e Henrique Correia da Silva, couberam, respectivamente, a administração da Índia e Conquistas e da África.



Felipe IV
(Gravura do livro de Caramuel «Philippus Prudens» — Antuérpia — 1639)

Sôbre D. Miguel de Almeida recaía grande trabalho. O abastecimento tinha que ser feito e sempre havia quem se esquivasse aos dízimos.

O Alentejo negava trigo a Lisboa; e se o Senado da Câmara fintava o povo, ao vèdor competia trabalhos de verificação. Havia fidalgos que, para fugirem ao fisco, vendiam carne em suas quintas e lojas de caseiros quando só os açougues a deviam negociar.

A cobrança dos réditos era de um milhão e duzentos mil cruzados, logo a dobrar, e o encargo da vigilância pertencia ao vèdor que se dava tanto ao trabalho de organização como se entregara à obra revolucionária.

Era velho em demasia para mais encargos, mas obtivera ainda a mercê de Conselheiro de Estado, e, em 1645, o título de conde de Abrantes, que seus maiores tinham usado com brilho e valor.

A carta régia dizia:

«Sua Majestade que Deus guarde, tendo respeito aos grandes merecimentos de V. S.ª e aos muito particulares serviços que lhe tem feito na ocasião da sua restituïção à coroa dêstes Reinos e depois dela dese-

jando restituir e conservar na pessoa de V. S.ª a memória e título e casa dos condes de Abrantes avós de V. S.ª, Ha por bem fazer mercê do título de conde daquela vila», etc.

Era o único galardão que D. João IV conferia na pessoa de um dos restauradores e relembrando êsse feito, porque só a memória de D. Antão Vaz de Almada fôra recompensada, evocando-se os serviços prestados e conferindo-se aos filhos o que lhe devia pertencer.

El-Rei sabia que D. Miguel de Almeida não tinha ambições; habituara-se a vê-lo e a apreciá-lo. Conhecedor da sua actividade na conjura, tendo-lhe enviado cartas por João Pinto Ribeiro, não podia deixar de premiar-lhe os serviços, tanto mais que se adiantava em idade. Já ia nos oitenta anos quando o agraciou com o condado.

O seu têrço, homenagem ao nome que usava, era comandado por D. Francisco de Melo.

Constantemente o citavam para receber as contas; sua acção desenvolvia-se, assinava inúmeros papéis e o capitão que, de espada desembaïnhada, proclamara o Rei ante o povo, era agora um ministro sedentário olhando pelo tesouro e distribuindo as verbas. Fazia-se ouvir no Conselho; gozava de enorme resistência física e a longevidade tornava-o mais venerável. Trabalhara e praticando suas façanhas talvez o tivessem esquecido se a morte o levasse antes da idade provecta que tão respeitável o tornava como os feitos.

El-Rei D. João IV, na hora do passamento, chamara o ancião à beira do seu leito e êle acercara-se chorando:

— «¿¡É possível, meu Rei e meu Senhor, que ides vós de tão poucos anos e que fico eu de noventa?!»

— «Vou com grande descanso porque vos deixo para assistirdes à Rainha e a meus filhos», volveu o monarca.

O velho, soluçando, ajoelhara e saíra da régia alcova para ir ainda cumprir o seu dever. Era mordomo-mor de D. Luísa de Gusmão, alcaide-mor e conde de Abrantes [1], vèdor da Fazenda.

Pouco resistira após a morte do soberano.

O seu cargo da Fazenda foi ocupado pelo conde de Cantanhede.

Não tivera mais ânimo para a política e não assistiria às grandes torturas sofridas pela Rainha que tanto amara. Ela ia desaparecer no turbilhão das intrigas, mas o palatino que muito bem servira a Pátria e os Braganças já estava na sepultura.

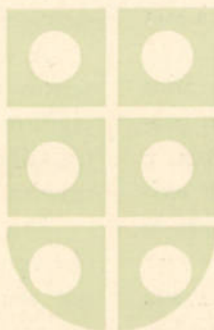
A sucessão coube a seu sobrinho D. Miguel de Almeida, como bisneto de D. Joana de Mendonça, que desposara o primeiro conde de Penaguião. Apagadamente vivera nos seus primeiros anos o fidalgo que, em avançada idade, ousadamente contribuíra para a Restauração de Portugal, mas depois de 1640 ocupara o lugar distinto ganho por seu esfôrço e exercido com a máxima dignidade.

Velara nos momentos difíceis; soubera evitar a morte do arcebispo de Braga e fazer-lhe sentir, depois, a sua falta de carácter. Entre o ímpeto e o bom senso, o amor da Pátria e a ânsia da Independência levara a vida o homem cujos provectos anos lhe permitiram assistir aos sessenta anos de trevas e à alva libertadora. Vivera sob o cetro de duas Rainhas regentes: D. Catarina, avó de D. Sebastião, e D. Luísa de Gusmão, que governara na menoridade de seu filho e de sete reis: D. Sebastião, D. Henrique, os três Felipes, D. João IV e D. Afonso VI, em cuja aclamação figurara logo após a morte do amo que lhe dissera na agonia aquelas palavras de fé e confiança na sua fidelidade e honradez, recomendando-lhe a Rainha e os reais orfãos [2].

---

[1] Carta de 12 de Novembro de 1645.

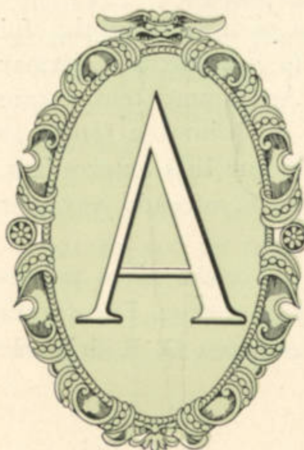
[2] Alguns biógrafos dizem que D. Miguel de Almeida morreu em 1650, o que é impossível, visto ter assistido à morte de D. João IV em 6 de Novembro de 1656.





JORGE DE MELO

Os monteiros-mores do reino — Acção dêste fidalgo no movimento revolucionário — Capitão e general das galés — A prisão de Francisco de Lucena — Conselheiro de guerra e gentil-homem da casa do Infante D. Pedro — A intriga paçã e o drama nacional



A ESTIRPE dos Melos ocupou grande lugar nos preparativos e conseqüências da Restauração. Embora um dos fidalgos dêsse apelido, mas pertencente à casa dos marqueses de Ferreira, andasse ao serviço de Espanha como um dos seus grandes generais e políticos, não se quebrou o valor de outros, à causa portuguesa ligados e até sacrificados.

O cargo de monteiro-mor do Reino, exercido em 1379 por Gonçalo Aires ou Anes, foi pertença de Gil Martins Doutel, no reinado de D. João I; também teve igual dignidade Lopo Vaz de Castelo Branco, cabendo a Diogo Fernandes de Almeida, sendo soberano D. João II; a Álvaro Lima, senhor da honraria na era do esplendor manuelino sucedeu João Lima e a êste D. Luís de Meneses, servindo até que D. João III nomeou Jorge de Melo, em 22 de Maio de 1524.

Assim entrou neste ramo dos Melos aquela função de oficiais-mores. Manuel de Melo, filho de Jorge de Melo, comendador do Pinheiro, que foi, com o bispo de Coimbra Gaspar de Casal, embaixador a Castela por ordem dos governadores do Reino, recebeu a honraria, a qual herdou seu filho Garcia, cuja mãe, D. Guiomar Henriques, era filha de Pedro da Cunha e de Maria Henriques.

Do seu consórcio nasceram: Jorge, que morreu menino; Garcia, Francisco, Jorge e D. Vicência, que desposou Luís César, dos famosos Césares, cuja origem vinha dos romanos.

Houve, ainda, mais prole. D. Garcia de Melo, monteiro-mor, matrimoniou-se com D. Maria de Lencastre, filha de Nuno de Mascarenhas e de D. Isabel de Lencastre.

Sucedeu-lhe na casa e nas funções de monteiro-mor seu irmão Francisco.

Jorge de Melo estudou em Coimbra e serviu na Armada, exercendo seu irmão Francisco o cargo pação.

Pertencia-lhe o palácio de Xabregas (1), onde o marinheiro se recolhia ao cabo das suas travessias. Seu filho Manuel também navegou para a Índia e um bastardo morreria combatendo em Moura pelo ideal que o pai ajudara a vencer.

Foi êle dos primeiros fidalgos que pensou a valer na emancipação da Pátria.

Em 1628 já era cabo dos navios portugueses e partira comandando algumas unidades de conserva com a armada espanhola que ia a Corunha, na qual seguiu D. Francisco Manuel de Melo, que militava como soldado da companhia do capitão Jorge de Macedo. Já se reconhecia, nesse tempo, sapiência ao fidalgo que seria grande nas letras e nos infortúnios.

O chefe da esquadra levou-o no seu galeão e encarregou-o de varias missões, até que os barcos passaram a Cadiz. Deviam pertencer aquelas armadas às que se mandavam fazer ao mar a-fim-de comboiarem navios de boa carga.

Quási sempre lhes aconteciam percalços; os espanhóis faziam pouco caso das unidades navais portuguesas e, por isso, o galeão de Jorge de Melo chegou a Lisboa metendo água e falho de tripulação.

Deixaria por um tempo o serviço do mar, mas voltaria aos navios, e a rudeza daquela vida retemperara-lhe o ânimo sem turbar o seu ilustrado espírito. Desenvolvera sua braveza no contacto dos batalhadores. As naus portuguesas iam-se transformando em esquifes e não podiam sempre galgar as ondas ou afrontar as intempéries.

A Duquesa de Mântua viera governar Portugal e Felipe IV julgara fazer tão grande honra ao Reino cativo que a apregoara (2). Miguel de Vasconcelos, alçado ao alto cargo dirigente, expedira ordens apressadas para a recepção da vice-Rainha (3). A nobreza fôra cumprimentá-la.

Os vexames sucederam-se e Jorge de Melo, ao cabo de algum tempo, começou a pensar na maneira de levantar a nação da sua catalepsia.

A tentativa encontrou aberto o coração do seu primogénito, o monteiro-mor, então residente na vila de Santarém.

Falou a D. Francisco de Faro e a outros, mas as coisas embaraçaram-se até que se deram as Alterações de Évora, os tumultos no Algarve e a chamada das personagens portuguesas a Madrid. Foram uns porque eram temidos, outros para serem castigados e Jorge de Melo ficou porque desvanecia hàbilmente seus propósitos.

Já conversara com Pedro de Mendonça Furtado; fôra ao encontro da sua ânsia e da de D. Antão de Almada; entendera-se com os mais parentes, embora cautelosamente, e formara-se a junta inicial da conjura, sendo as primeiras reüniões em sua casa e ali deliberavam «no caminho que seguiriam para se apartarem dos perigos que os ameaçavam» (1). Andavam tentando o ânimo do Duque de Bragança, sempre desconfiado.

Quando D. Duarte, irmão de D. João, viera da Alemanha e se recolhera ao palacete do «Cotovia», sogro de Francisco de Faro, depois de não querer ouvir António de Mascerenhas, que também já conspirava, tentou Jorge de Melo convencê-lo a tomar a atitude que o primogénito hesitava em assumir. Debalde expôs suas razões ao guerreiro. Só obteve a promessa de sua vinda quando o momento fôsse propício e o chamassem.

Juntavam-se mais conspiradores, umas vêzes em Xabregas outras em casa dos Almadas, e o irmão do monteiro-mor figurava entre os chefes.

Ao levantarem-se as tropas para a Catalunha, foi escolhido para o recrutamento dos têrços a formar na Beira e para lá partiu. Ao mesmo tempo que arregimentava ia palpitando os ânimos e sentia as populações desoladas diante do que lhes extorquiam, vendo seus castelos arruïnados e sofrendo vexames consecutivos.

A alma iluminou-se-lhe; não eram só os nobres do seu grupo que pretendiam libertar-se. Encontrara a veia popular pulsando e dissera-o a D. Rodrigo de

---

(1) Vidè fotografias publicadas nos tomos II e III.

(2) «Havendo desejado q̃ pessoa de meu sangue vá a governar Portugal por a de mayor satisfação para esse Reyno, hey nomeado para q̃ seja viso rey e capitão general nelle a princesa Margarita, minha prima, p.r concorrerem em sua pessoa todas as partes que se requerem, p.a esperar mt.o acerto em seu governar; e porque ha de partir brevemente, tenho mandado q̃ se lhe entreguem logo todos os despachos necessários para q̃ sirva o cargo de viso rey Phelippe».



Carta Régia de 12 de Novembro de 1634.

Livro I de El-rei D. Felipe III — Arquivo Municipal de Lisboa.

(3) No dia 20 de Dezembro de 1634, Miguel de Vasconcelos enviou, de Montemor, o seguinte aviso ao presidente do Senado Municipal:

«O dia da entrada de S. A. nessa cidade, será embora sabado, 23 do presente, de q̃ aviso a V. S. de sua parte para q̃ se ache nesse dia no passõ com os menistros da cidade na forma costumada. Ds goarde a V. S. mt.o anos, 20 de Dezembro de 1634. — Mgl. Vel.os e Brito».

Livro de El-Rei D. Felipe III, pág. 238.

Repetiu a ordem de Coina, em 22 de Dezembro:

«Porque me veȟu a notisia q̃ se movia duvida sobre a forma em q̃ os tribunaes havião de acompanhar S. A. na entrada que hade fazer nessa cidade, me mandou que diga a V. S. que na mesma forma q̃ se fez quando entrou o cardeal archiduque, e como se costuma em semelhantes entradas, ande os tribunaes esperar.»

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

Meneses, irmão do marquês de Ferreira, que ia do Pôrto para Évora. Pediu-lhe que fizesse a prevenção aos nobres que encontraria e continuou nos trabalhos secretos.

Contavam os conjurados com o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, a quem os jesuítas espanhóis atribuïriam grande parte do êxito da conjura: «Los promovedores de toda esta traicion — diziam êles — fueran al arzobispo de Lisboa y D. Francisco de Faro y D. Gastan Coutinho, que después se le juntaram hasta quarenta» ([1]).

Quando se condenou à morte Miguel de Vasconcelos, disse:

«Toquemos a campaínha e ponhamos as capas por cima das cabeças como se faz na Relação quando se sentenceia algum delinqüente à morte.»

Jorge de Melo não descansava; ganhara febre na luta que já não podia deixar de travar-se.

Fazia parte de tôdas as reüniões, padeceu desenganos e alimentou esperanças; deu ordem de adiamento da revolução depois de ter ouvido D. João da Costa, cujos argumentos eram de molde a fazer reflectir. Combateria ao lado dêles, mas mostrava-lhes os perigos ante a fôrça da Espanha.

João Pinto Ribeiro procurara-o para lhe demonstrar a insensatez daquela ordem enquanto D. Miguel de Almeida corria ao encontro de D. Antão de Almada e, por fim, reatada a acção, o movimento deflagrou-se.

Colocou-se à frente do grupo que assaltou os tudescos; estavam com êle D. Estêvão da Cunha e António de Melo e Castro. Foram os primeiros no ataque, e, enquanto era assassinado Miguel de Vasconcelos, o chefe preparava já as decisões políticas. No fim da revolução partiu, com Pedro de Mendonça Furtado, a participar a vitória ao Rei aclamado pela multidão.

Entrou na capital ao lado do monarca, que o escolhera para seu embaixador na Catalunha, não seguindo por ser mais preciso para as coisas do mar.

Nomeado capitão das galés, receberia mais tarde a mercê palaciana de mestre sala e ficara na sua casa de Xabregas pronto a cumprir ordens.



O Reino tinha vida nova e seus filhos deviam entregar-se-lhe com tôdas as faculdades.

Não seria Jorge de Melo que recusaria dar-se inteiramente ao grande desígnio que promovera em primacial lugar.

António Teles de Meneses, recém-chegado da Índia, onde estivera de vice-Rei, fôra nomeado general da Armada; o capitão das galés não lhe invejou a mercê, pois era condigna do mérito do vencedor dos ataques ao empório que governava.

As batalhas travavam-se em terra, sobretudo na fronteira, para onde não ia, pois comandava os navios do Tejo. As glórias cabiam aos batalhadores das fronteiras; êle representava elemento de defesa da barra com os seus barcos já reparados. Por vêzes freqüentava a Côrte.

O almirante António Teles de Meneses tinha como segundo comandante o valoroso Cosme do Couto, que deixara o serviço castelhano, e à sua Armada cabia a vigilância costeira.

D. João IV mostrava grande amizade pelo capitão das galés, confiança máxima no fidalgo que tão bravamente contribuíra para a vitória, e quando lhe constou que o governador de S. Julião da Barra, D. José de Meneses, procurava dar fuga a Francisco de Lucena, o secretário de Estado ali prêso, apelara para Jorge de Melo.

Não era propósito daquele digno militar o que lhe atribuíam, menos o da entrega da fortaleza ao inimigo, mas a intriga sobrelevava tudo e, na época, a suspeita conduzia ao cárcere e à tortura.

O soberano enviara Pedro de Mendonça Furtado a libertar o político que estivera no primacial lugar e ferira muita gente em seus interêsses, mas, recebendo notícias aterradoras acêrca de suas relações em Madrid, desejou conservá-lo prêso e bem segura a fortaleza. Por isso, a Jorge de Melo foi cometido o encargo de haver às mãos Francisco de Lucena. Acompanhava-o o corregedor do crime da Côrte, Estêvão Leitão Meireles; chegando de noite, aguardaram o dealbar para exigirem o cumprimento das reais ordens.

Estava de serviço em S. Julião da Barra o tenente António de Barros Cardoso, que volveu ao enviado, o capitão de marinha Pedro Ferraz, ter recebido outras instruções. Dispôs-se, porém, desde logo à obediência.

Aparecera, também, uma fôrça de infantaria comandada por D. Álvaro de Abranches, e Pedro de Mendonça, sabendo que tanto êste como Jorge de Melo eram inimigos do antigo secretário de Estado, sentiu-o perdido. Não acreditando na verdade da ordem de El-Rei, mandou assestar as peças contra os contingentes, declarando-os inimigos da conservação do Reino. Ao ouvir a explicação do enviado, a nova da descoberta da conjura, depois de D. João IV ter

---

([1]) *Memorial Historico Español*, vol. XVI.

mandado soltar o prêso, o alcaide-mor de Mourão ficou perturbado e abriu a porta de S. Julião da Barra a Jorge de Melo, que ocupou a fortaleza.

O côche que conduzia Francisco de Lucena largou para o Limoeiro, entre cavalaria e sob os apupos e pedras arremessadas ao acusado. Se o capitão-general das galés era seu inimigo, recusou-se a gozar o vexame que a turba infligia ao político, pois não o acompanhou à cadeia.



Conselheiro de guerra, general das galés, nomeado para servir na casa do Infante D. Pedro, seria como uma atalaia a vigiar suas tendências. A Rainha escolhera-o com os condes de S. Lourenço e de Soure, guerreiros já famosos; D. Rodrigo de Meneses, regedor da Casa da Supliciação e com quem Jorge de Melo se abrira no período revolucionário; João Nunes da Cunha e D. Rodrigo de Saldanha, chantre da Sé.

Eram êles os grandes oficiais de Sua Alteza; deviam aconselhá-lo e servi-lo no momento agitado que decorria; sentia-se que se concedera ao irmão do Rei apanágio nunca visto em filhos segundos. Travar-se-ia a rivalidade entre os varões de D. João IV, e quando a Rainha se recolhera a Xabregas, o chefe conjurado, que ali perto sonhara a libertação da Pátria, perceberia como a encaminhavam para o abismo.

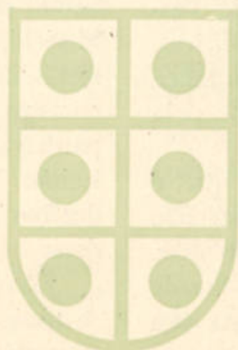
Complicara-se a política que causaria a ruína do monarca.

Os gentis-homens do serviço do Infante, quando êle adoeceu, no outono de 1663, viram chegar Simão de Vasconcelos, irmão do conde de Castelo Melhor, para partilhar da honra que os distinguia actuando de maneira a usurpar-lhes as funções.

Pouco a pouco foram saindo, por molestos, os mais susceptíveis, em virtude de aquêle fidalgo ter passado a governador da casa. Abandonaram seus cargos Pedro César de Meneses, Rui de Figueiredo de Alarcão, António de Miranda Henriques, D. Diogo de Meneses, Rui Fernandes de Almada e António de Cavide.

Jorge de Melo também não quis ficar naquelas condições e não figurou mais na política nem na Côrte.

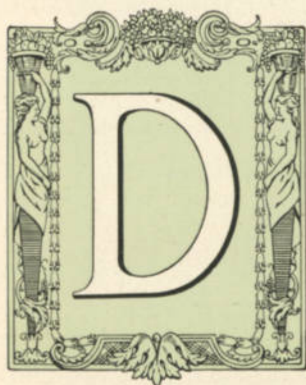
O palácio onde conjurara, perto do recolhimento que vira a agonia de D. Luísa de Gusmão, foi o seu refúgio. Cedera o passo aos da aventura, à beira do grande drama que se ia representar.





D. FELIPA DE VILHENA

Propósitos heróicos de D. Luís de Ataíde, vice-Rei da Índia — A grei de uma matrona gloriosa — Prole de D. Felipa de Vilhena — Suas dores e triunfos — A aia de D. Afonso VI — Jazida da heroína



Dom Jerónimo Coutinho, presidente do Desembargo do Paço, comendador de Olivença e Conselheiro de Estado, fôra escolhido, em 1630, para vice-Rei da Índia e não aceitara, preferindo continuar a resolver no empate de votos e petições. Era probo e grande senhor, parente, por si próprio e por seu matrimónio, dos Braganças, pois casara com D. Luísa de Faro, filha de D. João de Faro, dos condes de Odemira.

Contava setenta anos quando deixou o Mundo, tendo honrado a nobre estirpe dos Coutinhos e havendo de seu consórcio um varão, D. João Coutinho, que morrera aos quinze anos, ficando herdeira sua irmã D. Felipa de Vilhena.

Ela desposara D. Luís de Ataíde, senhor de Peniche, Sernache, Monforte e Paço da Ilha Deserta, quinto conde de Atouguia, o título tão glorificado pelo velho e valoroso vice-Rei da Índia, D. Luís de Ataíde. Enchera o Oriente da sua fama, tendo vencido o Hidalcão e seus aliados, Nizam Melek, o Samorim, e o Rei de Cambaia, que já tinham dividido o Império, esperando a vitória.

Em 3 de Julho de 1572 desembarcara em Lisboa, coberto de louros, e sendo conduzido sob o pálio até à Sé, ouviu o «Te Deum» por seus triunfos. D. Sebastião quisera apoiar-se na sua experiência e renome, captando-o para a emprêsa de África que meditava, mas o guerreiro eximira-se ao encargo do comando, preferindo voltar à sua vice-realeza e corrigir, mais uma vez, os rebeldes.

Ceilão fôra-lhe legada pelo soberano D. João Prea de Punhar, e quando consolidara o Império recebera a notícia do desastre de Alcácer-Quibir, que preadivinhara, das ambições de Felipe II e da morte do Cardial. Pretendera embarcar os seus soldados e velejar para o Reino, mas era velho e a doença venceu-o. Finara-se murmurando: «¡Ora, que morra eu e seja tudo contra Portugal!»

Lá ficou na igreja dos Santos Reis de Goa en-

quanto não o trasladaram para o túmulo erecto no convento do Bom Jesus de Peniche. Não deixou descendência varonil e, pela linha feminina, passou seu título a D. João de Ataíde, neto de Simão Gonçalves da Câmara, capitão donatário da Ilha da Madeira, e de sua segunda espôsa D. Isabel da Silva, herdeira dos Atouguia por seu pai. O novo conde casara com D. Maria de Castro, filha de Martim Afonso de Miranda, guarda-mor do cardial-Rei.

Foram pais de D. Luís de Ataíde, o quinto senhor do título. Matrimoniou-se com D. Felipa de Vilhena, que lhe deu um herdeiro, João como o avô, e finado na puerícia. O varão que veio ao mundo e sucedeu na casa chamou-se Jerónimo em memória do avô materno, o presidente do Desembargo do Paço e senhor de Olivença. Nasceram duas meninas do casamento dos condes de Atouguia: Luísa, que seria condessa de Penaguião, e Maria de Ataíde, morta na flor da vida como uma açucena sob um vendaval (1) e cujas virtudes o grande António Vieira enalteceria num dos seus célebres sermões:

«O amor de Deus para connosco — diria o orador preclaro no púlpito de Santa Maria de Xabregas, padroado dos Atouguias — falhando neste sentido tem duas eternidades; porque nos amou seu princípio e nos há-de amar seu fim.

«O nosso amor para com Deus tem só uma eternidade porque ainda havemos de amar sem fim, amamo-lo em princípio. E como Maria não podia pagar a Deus duas Eternidades, deu-lhe uma mas esta acrescentada: acrescentou à Eternidade a parte que tirou à vida».

E prosseguiu: «Também a gentileza não tem razão em suas queixas. O morrer não foi perder, mas melhorar a formosura».

A mãe enviüvara, mas soubera criar os filhos com varonil ânimo.

O outro varão da sua estirpe, D. Francisco Coutinho, acabaria, no mesmo ano da morte da cândida menina, na praça de Elvas, soldado valoroso como o irmão, cuja vida teria arrancos e louros gloriosos com procelas morais.

A ambos a mãe corajosa e altiva, como uma matrona romana, armaria na capela do seu palácio da rua dos Cabides na hora da patriótica luta vertida pela independência. Entregara-os à Pátria revestindo-os de guerra, cingindo-lhes as espadas e as pistolas que deviam empregar na luta.

A nobilíssima dama tivera conhecimento da conspiração; guardara o seu segrêdo, lembrando-se, talvez, de que os seus filhos realizariam o intuito do velho viso-Rei D. Luís de Ataíde, quando pretendera conduzir a Lisboa os seus soldados do Oriente para se oporem às hostes felipinas. E tanto o intruso apreciava a glória do velho, que, sem o consultar e querendo

(1) 23 de Agôsto de 1643.

atraí-lo, o nomeara marquês de Santarém. Nas terras distantes onde batalhara e vencera, êle pensara em defrontá-lo quando mais o nobilitava, julgando conquistá-lo como à mor parte da nobreza, arruïnada pela catástrofe de Marrocos.

Os Atouguias, na madrugada de 1 de Dezembro, jogariam as vidas e os haveres; a mão materna impelira-os para o dever. A sua raça não faltaria ao apêlo e ante as duas filhas, orando aos pés do altar, D. Felipa enviara-os para a obra redentora. A morte seria honrosa; redimia-os das fraquezas de outros fidalgos.

O seu acto fôra celebrado como um dos mais belos lances da revolução, e quando o triunfo consagrara as armas nacionais, a heroína fôra amerceada camareira-mor de D. Luísa de Gusmão e marquesa de Atouguia.

No Paço assistiria às provações e às glórias, tão querida da Côrte e do povo como o ínclito arcebispo D. Rodrigo da Cunha, a quem se deviam altos esforços para libertar Portugal.



D. Felipa de Vilhena assistiria aos grandes dramas nacionais junto da Rainha varonil, sendo aia de D. Afonso antes de lhe ser consagrada a herança do trono.

Ouviria a soberana responder altivamente ao prelado olisiponense quando lhe fôra solicitar perdão do duque de Caminha, cumpliciado na conjura contra o Rei e a Pátria e também saberia que duas mulheres, muito suas parentas, tinham suplicado, em lágrimas, o favor daquela vida comprometida.

O duque de Caminha, D. Miguel Luís de Meneses, filho do marquês de Vila Real, casara com D. Juliana de Lencastre, da casa de Faro, tão ligada à camareira-mor.

¿Mas como podia influir para salvar um inimigo da obra portuguesa, à qual ela dera os filhos imolando-os, e naturalmente dispondo-se a acabar se os visse mortos?!

O marido da sua parente subiria ao cadafalso e nem luto no trajo nem mágoa no rosto seriam dignos do patriotismo da grande dama que a Portugal sacrificara, mais do que bens e vida, as existências queridíssimas dos frutos de seu ventre.

Os seus rapazes já andavam na guerra; o genro, conde de Penaguião, a-pesar-de muito moço, era camareiro-mor e muito estimado por D. João IV.

O primogénito, D. Jerónimo, sexto conde de Atouguia (1), dera-se a batalhar ardorosamente. A mãe não

(1) Ver Biografias.



D. Felipa de Vilhena armando os filhos cavaleiros

Quadro de Francisco Vieira Portuense. (Propriedade da senhora D. Maria Lívia Pais do Amaral Franco e de seu irmão João Pais do Amaral Franco)

o veria casado. Como se quisesse desposar a glória ou a morte, só na guerra e na política pensava; o mais novo por lá morrera.

Ela ainda tivera, no meio das dores geradas pela perda de D. Francisco Coutinho, a compensação de ver o sucessor do condado governador de Trás-os-Montes, com bravura e acêrto que chamariam para êle as atenções régias.

Era o que lhe restava, com a filha, cheia de devoção, casada e dama da Rainha, espôsa do camareiro-mor conde de Penaguião, que seria embaixador. O primeiro neto de D. Felipa de Vilhena, Francisco de Sá, morreu aos três meses; o segundo, também Francisco, seria marquês de Fontes, e ainda outros houve: uma menina chamada Felipa; D. Joana, que a avó veria finar-se, e D. Miguel de Almeida, que herdaria a casa de Abrantes.

Já depois da morte da matrona insigne viera ao mundo mais uma filha dos condes de Penaguião: Maria.

A mãe entregava-se às suas preces. D. Luísa Maria de Faro era o seu nome, teria longa vida mas sem felicidade.

Nos anos que a heroína vivera não tivera muitas alegrias, mas a Providência salvara-a de presenciar as novas tragédias que se desenrolariam em Portugal.

Levava do Mundo esperanças na glória do varão sucessor dos Atouguias e cujo nome ressoaria na história guerreira e política, mas sem a retumbância épica que aureolava a memória de sua mãe.

No mesmo ano do luto por D. Francisco Coutinho, a camareira-mor vira nascer o outro herdeiro dos reis brigantinos, que seria, por sua má sina, El-Rei D. Afonso VI.

Deixá-lo-ia quando contava oito anos, leso, enfêrmo, aguardando-se suas melhoras para que os mestres tentassem iluminar-lhe o espírito atrasado.

A aia do ainda Infante, pois vivia seu irmão D. Teodósio, finou-se no dia 1 de Abril de 1651 e foi repousar na casa do capítulo do convento de S. Francisco da Cidade, na jazida que o pai mandara erigir.

Lia-se na lápida que se deve rememorar:

Esta sepultura mandou fazer D. Jerónimo Coutinho, do Conselho de Sua Majestade, presidente da Mesa do Desembargo do Paço e nela descansa com sua mulher Dona Luísa de Faro, seu pai, sua mãe Dona Francisca Coutinho e Dona Felipa de Vilhena e seus filhos D. Francisco e D. João Coutinho. Faleceu em 22 de Julho de 1630, em idade de setenta anos até à última hora em seu serviço.



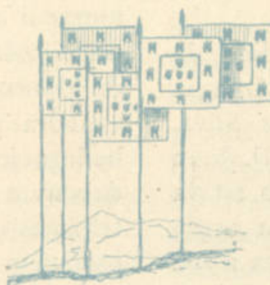
D. Felipa de Vilhena armando os filhos cavaleiros

(Barro de Elias — Caldas da Rainha)

Ao mandar gravar a lousa tumular desejara reünir junto de suas cinzas as dos que amara.

A heroína nacional, tão digna de um Panteão, desfez-se em pó naquela campa, mas o seu feito perdurará nas memórias portuguesas.

É o exemplo das mulheres que, amando os filhos com infinita ternura, mais querem à Pátria, a mais sublime das Mães.





D. ÁLVARO DE ABRANCHES

Carreira militar de um fidalgo ilustre — O seu papel na Restauração — Entrada no castelo de S. Jorge — Governos da Beira e de Entre-Douro-e-Minho — Descendência do herói — Sua jazida no burgo dos Almadas



NTRE os sitiadores da Baía, em Abril de 1625, contava-se D. Álvaro de Abranches. Os holandeses que tinham assaltado a cidade, no ano anterior, rendiam-se entregando-se com suas bandeiras, artilharia e dinheiro.

Portugueses e espanhóis julgaram vencer William Schonten, mas o famoso capitão já fôra demitido do comando pelos seus subalternos, que entregaram a chefia da resistência a Hans Ernest Ryf.

Não figurou na primeira plana o apelido de Abranches, ao lado dos nomes de Salvador Correia de Sá, Manuel Dias de Almeida, Pedro da Silva, e dos espanhóis que D. Fradique de Toledo e D. Juan Fajardo comandavam, mas o oficial português estava no encontro e faria, mais tarde, glória da acção quando já praticara outras de mais tômo para a sua fôlha de militar. Felipe IV nomeara-o para o govêrno de Mazagão, mas não partiria. Portugal vê-lo-ia indómito e os louros que a sua família ostentava aumentou-os com o denodo, a audácia e a firmeza demonstrados nas Armadas onde embarcara.

Era comendador de S. João da Castanheira o primogénito de Francisco Coutinho da Câmara, de quem herdara o título, e de D. Guiomar Abranches, filha de D. João de Abranches e de D. Antónia de Sousa. Casara com D. Maria de Lencastre, dos barões de Alvito, pertencendo, por conseqüência, às mais altas estirpes.

Os conspiradores de 1640 encontraram o soldado disposto a bater-se. Coubera-lhe, depois, o encargo de tomar o castelo de S. Jorge, onde a guarnição espanhola cederia mediante a ordem arrancada à Duquesa de Mântua, prisioneira no Paço.

Fôra prèviamente pôsto cêrco às muralhas e os bodegueiros que forneciam o rancho aos soldados deixaram de o fazer, o que produziu mal-estar. Os castelhanos contavam tanto com a submissão de Lisboa que nem tinham víveres naquela praça e sustentavam-se das locandas próximas.

Antes da marcha sôbre o castelo coubera a D. Álvaro de Abranches papel de soberbo destaque, pois fôra quem entrara, com outros fidalgos, na Casa da Câmara, tomando logo a bandeira da cidade e arvorando-a para se colocar à frente do bando rebelde, a caminho da Sé, onde os aguardava o arcebispo D. Rodrigo da Cunha.

O soldado da Baía era o porta-estandarte da Restauração, e enquanto se elegia o govêrno provisório dos arcebispos olisiponense e Primaz, do inquisidor D. Francisco de Castro, de D. Miguel de Almeida e D. Antão de Almada, ao parente dêste ilustre fidalgo destinara-se a acção sôbre o castelo.

D. Luís del Campo, que governava a fortaleza interinamente, obedecera à ordem da vice-Rainha prêsa e entregara-se a D. Álvaro de Abranches, D. Francisco de Faro e Tomé de Sousa. A chefia coubera ao primeiro, que mandara deitar um bando pelo qual oferecia aos soldados castelhanos vantagens e bons soldos desde que ficassem ao serviço de Portugal.

Alguns deram um passo em frente para a formatura; a maioria resolveu continuar sob as bandeiras do seu Rei e foi internada nas Tercenas.

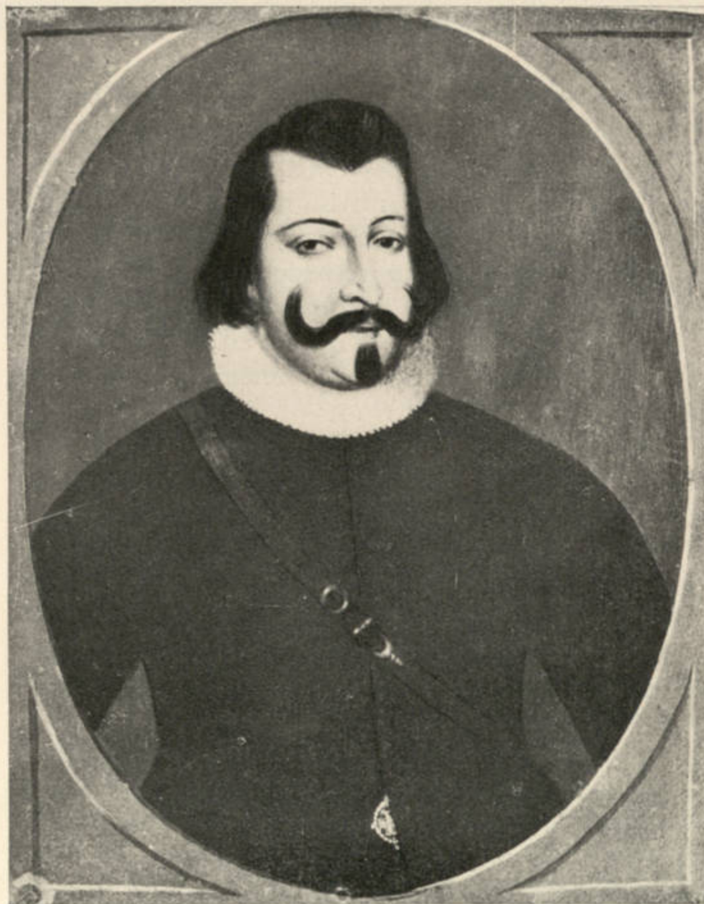
O capitão que obedecera à firma da governadora do Reino e abrira o castelo aos revolucionários enlouqueceria ao ver-se castigado em Madrid.

Logo após a aclamação, deram a D. Álvaro de Abranches o pôsto de governador da Beira.

Partiu, no fim de Janeiro de 1641, em direcção a Coimbra acompanhado por João de Saldanha e Sousa, que viera de Mazagão, «primeira grammatica dos moços daquele tempo», a sala de armas, o campo do torneio, a arena onde se jogava galhardamente a vida. O mestre de campo que o capitão da Beira escolhera era Manuel Lopes Brandão; organizara os seus quadros com quatro sargentos-mores e doze capitães de infantes e com êles prepararia mais que a resistência. Pouco se demorou em Viseu; levantou as tropas e foi fortificar Pinhel e Almeida, o que Rodrigo Soares Pinto já levaria a cabo sob as vistas do capitão-mor D. Francisco de Lemos Ramiro. Não descurou Castelo Rodrigo, onde soube que o inimigo se preparava para acometer, pois fazia grandes levas. Era o comandante castelhano o duque de Alba, descendente do célebre general que, vencendo D. António, Prior do Crato, não juntou novos florões ao brasão de conquistador e grande soldado de Pavia e da Flandres.

Em Junho, teve D. Álvaro de Abranches ordem para atacar. Era membro do Conselho de Guerra; decidira-se sem sua presença o rompimento que tanto o desvaneceria se o chefe inimigo, propondo-lhe a tolerância, não tivesse correspondido ao seu imenso desejo de se armar melhor, pois com os fracos contingentes de que dispunha não podia enfrentá-lo. Eram bisonhos, ou piores ainda, os recrutados beirões.

Carecia de tempo para os adestrar e o adver-



D. Álvaro de Abranches

(Fotografia da miniatura pertencente ao sr. conde de Povolide)

sário, talvez também mal corrigido, consentia-lho. Fingia desprendimento e ia organizando os regimentos quando, em Naves Frias, perto da fortaleza de Alfaiates, que Brás Garcia de Mascarenhas comandava, apareceu um filho do duque de Turs, chamado D. Tomás de Oria, reitor da Universidade de Salamanca. Andava caçando por aquelas brenhas com cães e monteiros, mas não se limitava a abater javalis, pois também aprisionava homens. Levara consigo um camponês e quando o capitão da fortaleza contou o sucedido ao governador, êste ordenou-lhe que corrigisse o captor e a mais ninguém, para lhe aproveitar a lição.

Era aquêle Brás Garcia, poeta e denodado capitão, valoroso como um Viriato da sua Beira, e lançando-se sôbre Naves Frias, à frente de cento e vinte homens, cercou a casa do fidalgo e, arrombando as portas, invadiu-a, ao tempo em que o reitor salamanquino se atirava de uma janela traseira e ia esconder-se no matagal vizinho como se fôsse lôbo e buscasse fojo. Uma bala atingira-o de raspão, mas não houvera forma de prendê-lo. O comandante português desobedecera a D. Álvaro de Abranches, pois lhe aparecera com quatro criados do foragido e um seu primo, D. César Lencabechia. Respeitara-se a baixela e mais haveres do apresador do aldeão português, que trouxeram para

Alfaiates. Acudiram os espanhóis a desafiar os de Aldeia da Ponte, e, como os vissem indefesos, pilharam à larga em grandes brados e alardes, o que levou o governador da Beira a dar aviso para a desforra. Brás Garcia obedeceu delirantemente, mas quando ia pôr em prática o intento, o governador de Guinaldo surgiu, desolado e contrito, em nome do duque de Alba, a desculpar-se, oferecendo o que os espanhóis tinham roubado com o acréscimo de dinheiro para indemnizações.

Assim se evitara a luta, que os vassalos de D. Felipe demoravam, pois o amo esperava uma revolta a seu favor em Portugal e não queria declarar a guerra.

D. Álvaro de Abranches estava achacado; pediu licença e partiu para se tratar na capital, entregando o govêrno a João de Saldanha e Sousa, que continuou as obras das fortificações até à chegada do novo chefe Fernão Teles de Meneses, como êle aclamador de D. João IV.



O primeiro governador da Beira, depois da aclamação, continuou fazendo seu tratamento, quando as tentativas do inimigo o levaram de novo àquela província. Passara revista às praças de sua jurisdição; remontara parte da cavalaria, naquele Abril de 1643, e mobilizando mil infantes e cem cavaleiros fêz constar que se destinavam ao exército do Alentejo, ordenando a Fernão Teles Catão a tomada de Alcântara.

Constituía a avançada, pois D. Álvaro de Abranches, à frente de dois mil soldados de infantaria e trezentos cavaleiros, dispunha-se a auxiliá-lo se fôsse necessário.

Não dera resultado o empreendimento porque o mestre de campo fôra enganado pelos guias. Estava dentro de Castela, mas longe da praça que devia acometer.

O governador largou fogo a Estronilhas e Pedralvas e atirou-se sôbre Alcântara, mas não conseguiu destruir a poderosa fortificação da ponte. Castigou os povos vizinhos e, passando a Monsanto, fortaleza natural nas suas soberbas pedras, casas e bastiões que Deus doou àquele monte santo, soube da invasão pelo Sabugal, que Bernardo Pereira foi defender, ao passo que êle, D. Álvaro de Abranches, devastava Sampaio, avançando sôbre o bem fortificado castelo de Alvergaria.

Tentou tomá-lo, e tanto arreganho os castelhanos mostravam que não fecharam as portas nem levantaram as pontes.

A artilharia portuguesa poucos estragos produzia nas muralhas, sendo necessário investir a peito descoberto, o que intentou o capitão francês Mongroy à frente de alguns soldados portugueses. O chefe caíu no seu pôsto e o governador sentiu que não podia contar com as fôrças precisas para tão árdua emprêsa, a-pesar dos auxílios oferecidos pela gente vizinha. Acolheu-se a Alfaiates, mas mandaria queimar Moralejo, perto de Coria, e outros lugares de Ribacôa. Já licenciara a maioria dos seus soldados, que deviam tratar das searas, pois sem pão não há exércitos. Os castelhanos, sabendo-o em Almeida com pouca gente, pretenderam atacá-lo, sendo repelidos.



D. João IV mandara chamar o ilustre soldado, que deveria passar ao Alentejo ainda naquele ano.

Encontrava-se em Lisboa quando da prisão de Francisco de Lucena, secretário de Estado, que diziam vendido a Castela com D. José de Meneses, governador de S. Julião da Barra.

Tinha sido delegado pelas Côrtes com D. Antão de Almada para levarem ao soberano as razões que assistiam contra o ministro. Depois de o verem capturado souberam da ordem de soltura, mas também das novas culpas que recaíam sôbre êle. Convocado, o governador da Beira tomara o comando de uma companhia e avançara sôbre S. Julião da Barra, onde estava o prêso, que foi conduzido, com D. José de Meneses, para o Limoeiro.

Aquietados os receios, D. Álvaro de Abranches deixou a fortaleza guarda de Lisboa e de novo regressou à Beira. Estava no Sabugal quando um clérigo deu notícia das intenções havidas pelo duque de Alba sôbre Almeida. Em vez de se dirigir para o Alentejo com os seus mil soldados pagos, como os trezentos cavaleiros e um milhar de homens dos núcleos de Ordenanças, decidiu ficar.

Os espanhóis sabiam que a Beira era a província pela qual melhor se podia fazer a penetração e não desistiam do cometimento de que o governador fôra prevenido e, dispondo as suas fôrças para a resposta, quis bem defendida Almeida e o resto da fronteira.

No ano de 1644 estava fortificada Salvaterra, embora os adversários procurassem, a todo o custo, evitar

as reparações. Acometiam, no mesmo período, o Rosmaninhal com dois mil infantes e quatrocentos cavaleiros. Os capitães Cristóvão da Fonseca e Brás de Amaral Pimentel foram combater os castelhanos vindos por Ciudad Rodrigo, e, vencendo-os, passaram alguns moradores a fio de espada. Por sua vez, os espanhóis assaltaram os campos de Idanha e degolaram sessenta dos habitantes que pretendiam obstar às tomadias.

Postos de emboscada nas vizinhanças de Almeida surpreenderam uma ronda que passava e dos quarenta soldados nenhum se furtou ao cativeiro. Os que tentaram resistir foram mortos.

O governador, que não se consolava das derrotas, deliberou vingar-se e mandou o mestre de campo D. Sancho Manuel [1] rasgar a fronteira de Castela e desagravar o nosso exército. Arderam as vilas de Perozim e Peña Parda, lugares de importância, e ficaram no campo cento e cinqüenta espanhóis vindos da Serra da Gata para a defesa.

Constou que novas e numerosas tropas avançavam para socorrer os vencidos, mas o comandante, depois do saque, retirou-se e D. Álvaro só teve que louvá-lo.



Não foram só aquêles os cargos que o ilustre general ocupou. Se tivesse ido para Mazagão, quando Felipe IV o nomeara, diferente seria seu destino, mas batalhara pela Independência e não podiam esquecer-se seus talentos e valor.

Entregou-lhe D. João IV, em 1665, o govêrno da província de Entre-Douro-e-Minho, que o visconde de Vila Nova deixara para cuidar de sua casa. Juntou-se ao cargo a Relação da cidade do Pôrto. Representavam trabalhos demasiados as administrações militares e civis.

Falecera o Rei; fôra enorme o júbilo em Espanha e a esperança rejuvenescera. Uma mulher, para demais estrangeira, filha do povo inimigo, governando em nome de uma criança enfêrma; generais disputando entre si perigos e glórias; políticos pretendendo o poder e encarniçando-se por sua conquista, eram sinais de possíveis vitórias e logo se moveram exércitos bem apetrechados para invadir as fronteiras ao mesmo tempo.

[1] Ver Biografias.

Entraria pela da Galiza D. Vicente Gonzaga com seis mil infantes de tropa, outros tantos milicianos e novecentos cavaleiros que deviam assaltar as fortalezas partindo primeiro, no dia 1 de Maio de 1657, o general com um corpo de observação, atravessando a raia sêca.

Passou sem embaraços e, avistando Castro Laboreiro no seu penhasco, a baixa verde de Melgaço, o pequenino forte de Lapela e a alegre Monção, deteve-se diante de Valença fortificada, embora de improviso. Bastou o fortim para repelir os galegos, que os alferes Domingos Luís e Francisco Nunes souberam conter, mas o inimigo atravessara o Minho em quarenta faluas e saltando na rasa Caminha recebeu os pelouros da fortaleza também reabastecida e arranjada.

Ia D. Álvaro de Abranches a entrar em Viana, rico de combatentes mas paupérrimo de sustento para êles, e tanto que foi obrigado a licenciá-los, exactamente quando D. Vicente Gonzaga voltava com maior número de tropas.

Acometer Valença pelo rio, construindo uma ponte de barcas, foi tentativa ousada a que o tenente general Nuno da Cunha Ataíde devia obstar. Acudira da Beira mas trouxera pouca gente, e os castelhanos eram perto de quinze mil. O general de cavalaria D. Luís de Meneses, filho do conde de Tarouca, batia-se contra a Pátria. O governador de Entre Douro-e-Minho, o velho capitão da Baía, reünira mais contingentes na ridente Viana.

Estava doente, cansado, abatido, e os generais de Valença entraram a discutir a quem cabia o comando. Queria-o Nuno da Cunha Ataíde [1]; disputava-lho Francisco Peres da Silva. Argumentava o primeiro apresentando uma carta da Rainha-regente que lhe dava poderes de chefia, mas D. Diogo de Lima, visconde de Vila Nova da Cerveira, chegou a tempo de atalhar a questão assumindo as funções superiores na Província que governara antes de D. Álvaro de Abranches. O cabo de guerra enfêrmo instou-o também e tudo se dispôs para a batalha que o notável governador não podia comandar.

Solicitara a sua substituïção e chegou João Rodrigues de Vasconcelos, conde de Castelo Melhor [2].

Pouco mais poderia lidar em armas o esforçado parente de D. Antão Vaz de Almada, o soldado do 1.º de Dezembro de 1640.

Acolhido por tôda a parte com entusiasmo e recebido com as devidas honras e afecto pelo governador Castelo Melhor, ia pelejar valorosamente, retirando-se D. Álvaro para Lisboa, dominado pelas enfermidades

[1] Ver Biografias.
[2] Idem.

ganhas nas guerras do Brasil e na sua constante luta em terras portuguesas.

Governou a Estremadura isenta das invasões.

Do seu casamento com D. Maria de Lencastre, filha de João Lôbo, sexto barão de Alvito, nasceram D. Francisco de Abranches, que morreu menino, e D. Madalena de Lencastre e Abranches, que desposou D. Miguel Luís de Meneses, primeiro conde de Valadares, filho do ousado D. Carlos de Noronha ([1]), o que impedira o passo à Duquesa de Mântua na manhã da revolução independentista, e de sua segunda mulher D. Antónia de Meneses, filha natural de D. Miguel de Meneses, sexto marquês de Vila Real e primeiro duque de Caminha ([2]), e ainda D. Guiomar de Lencastre, que se matrimoniou com Luís da Cunha Ataíde (Povolide). Houve ainda: D. Felipa, monja de Chelas; D. Catarina e D. Francisca.

Doente, ao cabo de tantos esforços pela Pátria, deixando os seus nas posições a que lhes davam direito seu nascimento e as acções que praticara, D. Álvaro de Abranches faleceu em Almada, em 17 de Abril de 1660, e foi sepultado no convento de S. Paulo ([3]).

Lê-se na sua jazida o seguinte epitáfio ([4]):

HIC JACET
DOM ALVARVS DE ABRANCHES ET CAMERA MILITARIS ORDINIS CHRISTI EQVES ET SDEM D SANCTO IOANNE DA CASTANHEIRA COMMENDAE COMENDATOR REGU IOANNIS 4 ET ALPHONSI 6 A SECRETIORIBYS D STATVBELLO QVE CO SILIS. TRIVM TOTIVS REGNI ORDINVM SEMTVS CONSILIARIVS ALMADAE PRAEFECTVS MILITARIS OLYSIPONENSIS VRBIS VESIILIFER COMMVNIS REGNI CORPORALIS SANITATIS SERVATOR MAX. IMPROVINCIIS DABEIRA ET INTERDUR VM ET MINIVM ARMORVM PRAEFECTUS AC DVX GENERALIS SVPREMVS VRBIS SENATVS QUE PORTVENSIS EXPPRAETOR REGIAE MAIESTATI PROXIME ADIVTIVS EXERCITVS GENERALIS MAGISTER OBIIT DIE 17 APRILIS APRANSA ANO 1660 VXOR DOM AGNES DAVILA ET GUSMAO COMITIS D CANTANEDE FILIA D SIDERATO ET SIBI ET HAERE DIB 9 HVNC T...... VLA. EP......
FELICITAN 1661

([1]) Ver Biografias.

([2]) Recebera o título de Felipe III. Passara a seu irmão, que morreria no cadafalso.

([3]) Actual Seminário.

([4]) Comunicado gentilmente pelo actual conde de Povolide, filho do senhor marquês de Vagos, que representa os Abranches pelo ramo dos Valadares e os Povolides, que também foram elementos da Revolução pela Independência.

Cedeu-nos, igualmente, para serem reproduzidas, as miniaturas de D. Álvaro de Abranches, de Tristão da Cunha Ataíde, Luís da Cunha Ataíde Melo e de sua mãe D. Antónia de Vasconcelos.



LÁPIDA DA SEPULTURA DE D. ÁLVARO DE ABRANCHES, EXISTENTE NA IGREJA DE S. PAULO, EM ALMADA



D. MARIANA DE LENCASTRE

Sebastianismo de uma grande dama — Como armou seus filhos para a Revolução — A crença no «Encoberto» — A aia do Príncipe D. Teodósio — Descendência da valorosa dona — Sua jazida no convento do Carmo



ARENTE muito ligada, pelos Faros, a D. Felipa de Vilhena, D. Mariana de Lencastre era filha de D. Francisco de Faro, quarto senhor de Vimieiro, e de sua espôsa D. Guiomar de Castro. Casara com Luís da Silva, filho de João Gomes da Silva e de D. Guiomar Henriques. O espôso de D. Mariana fôra Conselheiro de Estado e, durante algum tempo, mordomo-mor no reinado de Felipe IV.

Devia ser respeitável, inacessível à crítica e até às suspeitas dos espiões; cumpridor dos seus deveres. A consorte era sebastianista; acreditava, firmemente, que o «Encoberto» existia na sua ilha de brumas e um dia, liberto de penas, voltaria, novo e belo, como partira, ou reincarnado em mais formoso Príncipe.

Os contos de fadas que ouvira, na infância, às aias e escravas junto ao delírio da propaganda sebástica exerceram enorme pressão em seu ânimo e não havia forma de lhe arrancar aquela idéia do regresso do «Desejado».

Tivera João Gomes da Silva, que sucedeu, Fernão e António Teles da Silva. Sabia os dois últimos na conjura patriótica e confidenciaria com parentes e talvez com a própria D. Felipa de Vilhena acêrca da grande obra a realizar-se com sacrifícios de alma e na tradição da casa. Um dos Faros conspirara a favor de Castela contra D. João II, correndo-lhe nas veias sangue de D. Fernando II, que subira ao cadafalso.

D. Manuel I, cujo irmão, o duque de Viseu, também recebera o castigo por sua partilha do atentado de lesa-majestade e lesa-nação, perdoara a D. Álvaro de Faro e enchera-o de afagos e honrarias como aos outros conjurados contra o «Homem» — assim denominava Isabel a Católica o Príncipe Perfeito, por cuja morte êle, da grei dos tredos, subira ao trono.

Os Faro e Vimieiro foram grandes senhores tratados com o respeito devido ao sangue de Reis, até pelos usurpadores. D. Francisco de Faro, conde de Odemira, entrara nos preparativos conjuratórios e foi

reconhecido parente da Casa Real e na Regência chefe do que se intitulava «partido velho», antagónico ao do conde de Cantanhede.

Na família soubera-se guardar segrêdo dos manejos secretos para a revolta de Dezembro e a dama sebastianista armara os filhos para a luta à mesma hora em que D. Felipa de Vilhena praticava de igual maneira, patriótica e heróica, com os seus varões.

Fernão Teles da Silva e seu irmão António não desmereciam dos votos maternos (1) e D. Mariana de Lencastre, nomeada aia do Príncipe D. Teodósio, tivera o escrúpulo de entrar no Paço e fizera a D. João IV a pregunta cheia de doce ingenuïdade própria de uma alma fiel ao sentimental sofisma. Quisera saber se o monarca entregaria a Coroa a D. Sebastião quando êle voltasse, porque, em seu entender, fatalmente viria, talvez que já estivesse no Reino, pois sem o fim de seu penar não acabaria o de Portugal.

Respondera-lhe o soberano, convicto de dizer a verdade: se o Encoberto viesse, êle seria o seu primeiro vassalo.

Assim, D. Mariana entrou na Côrte e assistiu a parte da educação do herdeiro do trono, cujo espírito místico a devia compreender.

A viúva do comendador e alcaide-mor de Seia, do governador da Relação do Porto, vèdor da Fazenda e Conselheiro de Estado soubera conduzir os varões de sua casa. João Gomes da Silva, que sucedeu na casa, desposou D. Joana de Távora; Fernão seria general e conde de Vilar Maior, e António Teles da Silva, cavaleiro da Ordem de Malta, sem profissão. Depois de governar o Brasil, morreria tràgicamente.

As irmãs chamaram-se Maria, Isabel, Guiomar, Catarina, Antónia, Madalena e Ana, tôdas freiras no convento das Chagas de Lamego, padroado de sua casa.

Também pertenceu à grei de Luís da Silva frei Francisco da Silva, clérigo e deputado da Inquisição, de cujos amores nasceu frei Luís da Silva, professante nos trinos e, por seus talentos, arcebispo de Ticiopolis, reitor do Colégio da sua ordem em Coimbra, bispo de Lamego e da Guarda e depois arcebispo de Évora, deixando fama do seu fausto e prodigalidade.

D. Mariana de Lencastre jaz no convento do Carmo, sendo o seguinte o seu epitáfio:

Sepultura de D. Mariana de Lencastre, filha de D. Francisco de Faro, mulher que foy de Luiz da Sylva, do Conselho de Estado, Vedor da Fazenda e Mordomo-mór. Falleceu em 3 de Dezembro de 1643, sendo aia do principe D. Teodósio.

No mesmo mosteiro, fundado por D. Nuno Álvares Pereira, foi sepultado o espôso da grande portuguesa e na sua pedra tumular gravaram-se estas palavras:

Aqui jaz Luiz da Sylva, filho de João Gomes da Sylva e D. Guiomar Henriques, do Conselho de Estado, Vedor da Fazenda deste Reyno de Portugal. Falleceu em 18 de Setembro de 1636.

Da prole da heroína procedeu a linhagem dos Teles da Silva da casa Alegrete.



(1) Ver Biografias.



PADRE NICOLAU DA MAIA

Influência popular do presbítero — Evocação dos humildes portugueses — Os receios da «arraia miúda» — Suas propostas — O crucifixo da procissão patriótica — Obras religiosas do revolucionário



A INFLUÊNCIA de que o presbítero Nicolau da Maia gozava junto do povo provinha de seu feitio muito dado com os humildes. Era beneficiado de S. Mamede e contava quarenta e nove anos quando foi chamado a influir na conspiração de 1640, distribuindo-se-lhe o papel de congregar os homens da Casa dos Vinte e Quatro e mesteirais de prestígio.

Dificílima foi a sua missão porque nenhum dos juízes do povo e mais artífices que abordava se dispunham a satisfazer os seus desígnios. Imagina-se a cautela com que o reverendo procedia, tateando aqueles ânimos, analisando as consciências, auscultando as opiniões.

Entre o povo não havia amor a castelhanos; a idéia da Independência estava muito arreigada e lembrava-se a tradição do período do Mestre de Aviz com o procedimento do alfaiate Fernão Vasques e do tanoeiro Afonso Eanes Penedo, que tinham increpado a nobreza e os burgueses no adro de S. Domingos, votando por soberano português, fazendo o arruído e ameaça quando da morte do Andeiro e baldeando da tôrre da Sé o bispo castelão D. Martinho.

Em Aljubarrota tinham-se armado os escudeiros que desprezavam as moedas da corrupção oferecidas, em Santarém, pelo judeu David Negro, senhor de Camarate, fornecedor do erário.

O povo santificara o Condestável e erguera em seus braços o Infante D. Pedro, Regente do Reino, querendo-o por chefe contra a viúva de D. Duarte, D. Leonor, a aragonesa. Jamais a gente humilde deixara de vibrar com a idéia de Pátria, e se alguns poucos fidalgos tinham acaudilhado o Prior do Crato na sua arremetida contra o exército felipino, o povo lá estivera a bater-se; e tão honrado fôra, de norte-a-sul do país, que pondo-se a preço a cabeça do pretendente foragido, orçando-a em quantia capaz de comprar foros de nobreza, nenhum pescador, camponês, frade, almo-

creve, vendilhão ambulante, lojista ou mesteiral dos que viram ou souberam do paradeiro do desditoso Príncipe o denunciaram ou sequer deram mostras de conhecê-lo.

Nas Alterações de Évora só os populares tinham mostrado sua audácia e sofrido as condenações, como sucedera no Algarve. A nobreza mal correspondera, e para que não sucedesse o mesmo mais uma vez, se distanciavam da conjura em que o padre Nicolau da Maia os queria comprometer. Êle, porém, instara, e os chefes pediram como fiança um acto de tal maneira violento que impedisse a transigência de Felipe IV. Assim foram votados à morte Miguel de Vasconcelos e o arcebispo de Braga, escapo pela argúcia de D. Miguel de Almeida, que receou a má vontade do clero contra a revolução após o assassínio do Primaz espanholizado.

No dia 1.º de Dezembro, o povo cumpriu o seu dever; a canalha, a escória de tôdas as classes não deixou de fazer o seu e os limos humanos surgiram, entre crentes, piedosos e heróicos na hora da independência. O reverendo ajudara a vencer os tudescos.

Seria o cruciferário na procissão em que ia o arcebispo e a nobreza e na qual a imagem de Cristo soltou o braço do madeiro como para incitar ou abençoar o povo. A multidão prosternada vira passar o reverendo aliciador erguendo o crucifixo. Gritara-se: ¡Milagre! ¡Milagre!

Anteriormente ao acto religioso alguns imputaram ao beneficiado manifestações verdadeiramente revolucionárias colocando-se à frente do povo para assaltar uma das portas do palácio da Ribeira.

Finda a revolta, recolhera-se aos seus deveres sacerdotais, mas atribuíram-lhe a autoria do livro *Relação de tudo o que se passou na feliz aclamação do mui alto e mui poderoso rei D. João IV, nosso Senhor, cuja monarchia prospere por largos annos. Dedicado aos fidalgos de Portugal.*

Quiseram certos críticos que a obra fôsse escrita por Manuel de Galhegos, que tinha o privilégio das *Gazetas,* era poeta e muito dedicado aos Braganças. Parece que a Relação desagradou a ponto de ser mandada recolher por decreto de 20 de Outubro de 1641 ([1]). A licença da publicação concedera-se ao padre revolucionário.

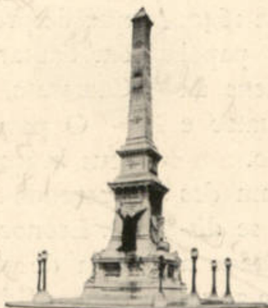
Volvido ao seu sagrado ministério, escreveu: *Rosário das Almas do Purgatorio, Farol de devoção, Breve recopilação da doutrina dos mistérios mais importantes da nossa sancta fé. Para o exercicio da oração mental. Advertencias espirituais para mais agradar a Deus. Devoção do Esposo da Virgem, Tratado do Santissimo Sacramento, Alabancas y atributos en honra e gloria del Santissimo Sacramento* e *Oficio de la Purissima Concepcion,* por *Alonso Rodrigues,* impresso em 1652, assim como *Oficio particular em louvor de S. Miguel Archanjo.*

Tentara também, pelo menos uma vez, as letras profanas, dando à estampa *Quatro soliloquios de Lope da Vega Carpio.*

Não era ainda velho ([2]) quando se publicou a oração do Arcanjo. Dificilmente se encontrará a sepultura do patriota que foi beneficiado de S. Mamede.

([1]) Citado por João Pinto Ribeiro no *Indice Cronológico,* Tomo VI.

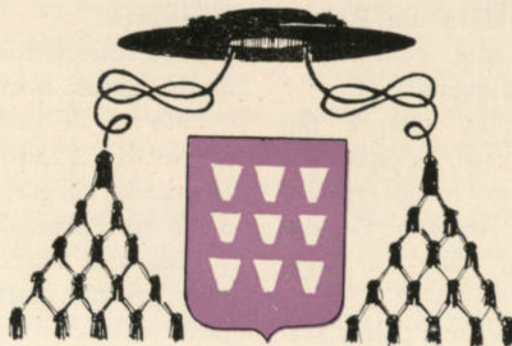
([2]) Os documentos referentes a nascimentos e óbitos daquele período são difíceis de encontrar nas repartições onde deviam estar catalogados se existissem. O terremoto e outros fenómenos, não menos devastadores, privaram os estudiosos de muitos elementos preciosos para a História.





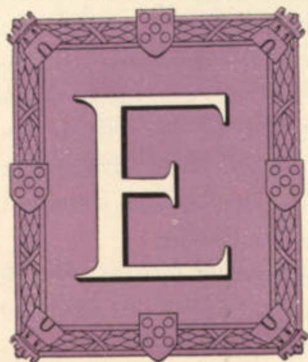
Padre Nicolau da Maia

(Reprodução do quadro de A. Melo, existente no Museu Militar)



D. RODRIGO DA CUNHA

Testamento político de um soldado do Oriente — Barbaridades dos espanhóis exercidas sôbre os patriotas portugueses — Dois OO sôbre uma campa — O prelado de Portalegre, Pôrto, Braga e Lisboa — A conjuração e o arcebispo olisiponense — Grande papel patriótico do filho de um mártir



NTRE os presos como partidários do Prior do Crato, em 1580, contavam-se Marialvas, Sortelhas, Calhetas, Duarte de Lemos, senhor da Trofa; João Freire de de Andrade, dos Bobadela; João de Azevedo e Martim Lopes de Azevedo, com Febo Moniz e D. Pedro da Cunha, filho de Aires soldado da África e do Oriente.

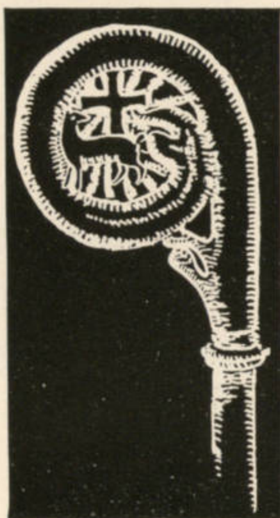
Batalhara em Mazagão e Azamor, estivera na Índia com D. Garcia de Noronha e D. Estêvão da Gama e voltara cheio de fama e de mãos limpas.

A morte do cardial-Rei encontrou-o disposto a ligar-se a Príncipe português contra os Felipes e fôra encarcerado.

O sangue de D. Diogo de Meneses manchara o cepo do seu suplício em Cascais e a reputação do gerifalte duque de Alba; Pero de Alpoem, degolado, depois da tortura, ficaria como o símbolo do martírio para os que esperavam o castigo pela fidelidade à Pátria. As celas dos conventos enchiam-se de fidalgas que expiavam as culpas dos maridos, pais e irmãos, soldados do filho do Infante D. Luís; as senhoras de Vimioso passavam fome no claustro como as irmãs de Diogo Botelho; roubaram-se os morgadios a D. Margarida de Meneses; D. Violante do Couto, despojada, acabaria na prisão e depois do carrasco ter decepado a cabeça de Manuel da Fonseca Nóbrega, sua espôsa entrava num calabouço conventual.

Estava na tôrre de Belém, ia morrer desdenhado e cruelmente ferido o bravo da Índia António Moniz Barreto e já Henrique Pereira de Lacerda sofrera a sorte dos vilões criminosos, pois o enlaçaram na fôrca quando D. Pedro da Cunha agonizou como se o cativeiro da nação apressasse a sua morte.

Dir-se-ia Portugal independente confiando-se nas juras de Felipe II, coroado por arcebispos portugueses, e entre êles D. Frei Bartolomeu dos Mártires, mas quem liberto se julgava era ceguinho, pois não via as águias dos Áustrias levando as prêsas. A teoria da nação livre era o sofisma que servia para os acomoda-



tícios, espanholizados e vendidos. Mandava um Rei estrangeiro que conquistara um povo esgotado.

Nas Ilhas, sempre tão portuguesas, os espanhóis crucificavam o governador do Faial, António Guedes da Cunha, filho de Aires de Sousa.

Arrancara-se a pele a Manuel Serra. ¡E Portugal era livre! Ai de quem não estendesse os pulsos às algemas e deixasse de genuflectir.

D. Pedro da Cunha era soldado; deixou-se morrer no cárcere de pedra da tôrre de Belém.

Todos os dias os pescadores arrastavam nas suas rêdes cadáveres de religiosos. Os vencedores arremeçavam ao mar os frades renitentes ao seu domínio, julgando que as águas guardariam segrêdo.

Elas não queriam ser cúmplices dos invasores insolentes que repetiam as palavaras do seu Rei:

— «Portugal é meu porque o herdei, o comprei e o conquistei.»

A herança era ilegítima, a compra vilipendiosa, a conquista por aquela forma indigna de soldados.

Portugal estava exhausto; perdera o seu sangue mais generoso em Alcácer-Quibir.

Na fortaleza onde o tinham encerrado, D. Pedro da Cunha, senhor de Tábua, antigo capitão-mor das galés e da armada da Flandres, devia recordar, antes que o desânimo o acometesse, que o seu valor fôra reconhecido e o seu carácter castigado.

Felipe II oferecera-lhe, como capitão-mor de Lisboa, o título de marquês de Alenquer. Preferiu bater-se em Alcântara, e, sendo prisioneiro, meditou profundamente no que lhe cabia fazer. No seu testamento legou: «a maldição a seus filhos e netos se pusessem pedra sôbre pedra no seu Morgado, enquanto Portugal fôsse sujeito à Coroa de Espanha».

Finou-se consolado e sôbre a sua campa nos Jerónimos gravaram dois OO, que tanto podiam significar o zero do seu protesto ante a corrupção quási geral, como os anéis que para a posteridade o ligariam eternamente à Pátria.



Um dos filhos do heróico patriota tinha três anos quando o pai morreu. Chamava-se D. Rodrigo da Cunha e não acrescentaria pedra no morgado sob o domínio da Espanha.

Discípulo dos jesuítas em Lisboa, colegial em S. Paulo, da cidade de Coimbra, doutorou-se em jurisprudência canónica e traçou na existência a sua linha, mas não podia deixar de transigir com os opressores.

Era eclesiástico; considerava seu Rei o Papa, dando-lhe maior obediência que ao monarca espanhol.

No ano de 1608 subiu a deputado do Santo Ofício e, em 1615, a inquisidor. Dera provas de talento desde estudante; chegaria às mais altas posições do seu sacerdócio em Portugal.

Bispo de Portalegre, confirmado por Paulo V, depois prelado portuense, elegeram-no secretário da junta eclesiástica quando da viagem de Felipe III a Lisboa e do juramento de seu filho.

A mitra bracarense, a de Primaz das Espanhas, assentaria bem na sua cabeça talentosa. Sucedera, em 1627, a D. Afonso Furtado, por bula de Urbano VIII, e entrara pomposamente na sua diocese em 10 de Junho daquele ano. Já o seu coadjutor, D. Frei António dos Santos, bispo de Nicomédia, tomara posse do báculo em seu nome.

Era escritor elegante, dado a investigações, prègador de fama e dialéctico temido. Quando se pretendeu nomear D. Francisco de Bragança patriarca de Portugal, opusera-se, e escrevendo a *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga e dos Santos Varões ilustres que floresceram nestes arcebispado,* dera mais provas de alta competência que se lhe notara desde a publicação do *Catálogo dos Bispos do Pôrto, oferecido a Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda e governador da Relação e Casa do Pôrto.* Trabalhara, depois, na *Segunda Parte da História de Braga* e dera à estampa a *Explicação dos Jubileus* quando o chamaram para o bispado olisiponense, cuja posse se realizou em 1635.

Já governava Portugal a Duquesa de Mântua e o arcebispo pretendera entrar na sua diocese com o fausto e dignidade devidas ao alto cargo que ia desempenhar, mas o Senado Municipal, com parecer do secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos, restringira-lhes algumas das prerogativas exigidas, como eram as de os vereadores pegarem às varas do pálio.

Pela superioridade da sua posição devia fazer parte do Conselho de Estado junto da vice-Rainha e tomara posse, pois ser-lhe-ia impossível recusá-la.

O filho do honrado português, que morrera cativo por se bater contra os espanhóis, estava no govêrno junto da representante dos usurpadores.

Não teria ocultado suficientemente as suas opiniões porque, em 1638, depois das Alterações de Évora, chamaram-no a Madrid com outros prelados e fidalgos portugueses que iam ali, uns para sofrerem repreensões, outros análise e alguns castigo disfarçado em homenagens, laços, prisões, elos dourados que os prenderiam para sempre em Espanha.

D. Rodrigo da Cunha foi ouvido pelo cardial Borja em assuntos menos de fé que de política e compreendeu, desde logo, para onde queriam encaminhar as negociações.

O pensamento do conde-duque de Olivares consistia na transformação de Portugal em mais autêntica província espanhola, limitando-lhe ainda os foros e os privilégios, o que de-resto aplicaria a Aragão e Catalunha. Captavam-se com promessas de boas simpatias, pagas pingues e honrarias os delegados nacionais, e se o arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, não ocultava os seus sentimentos favoráveis a Felipe IV, o prelado olisiponense resistira tenazmente, não concordando com a deminuïção dos privilégios. Muito se sofria mesmo sob o regime anterior; a anexação formal roubaria tôdas as esperanças de rehabilitação.

D. Pedro da Cunha, morto no cárcere de pedra da Tôrre de Belém, amaldiçoara em seu testamento os filhos e os netos que aumentassem o morgadio sob o domínio alheio, e D. Rodrigo repelia a nova submissão e demonstrava-se digno herdeiro do patriota sucumbido ao pêso das desgraças da Nação.

Os jesuítas citavam os prelados dizendo: «los arzobispos y obispos de Portugal que estaban detenidos nesta côrte, les han dado licencia para se vuelver a sus iglesias do que no estan poco contentes» ([1]).

Sentia-se que tinham sido considerados como detidos e esperando-se que o ambiente ameaçador os domasse se as ofertas não os corrompessem.

Durante quási um ano ([2]) foram assediados para votar aquela renúncia, a submeter-se aos desígnios do conde-duque de Olivares, mas D. Rodrigo da Cunha, na sua qualidade de doutíssimo e principal antiste, recebera maiores solicitações e promessas deslumbradoras. Ofereceram-lhe a púrpura e êle, que tinha ouvido o cardial Borja nas suas manobras vis de convencimento, fixou-se no princípio que a honraria não dava carácter. Repeliu-a, e quando o quiseram fazer jurar que não revelaria os propósitos e as propostas ouvidas, volveu: «a mim ninguém me pode dar juramento senão o Sumo Pontífice, a que sou imediato, ou então El-Rei nas suas Côrtes».

Não o prenderam mais. Jornadeava para Portugal o facho da revolta.



A entrada do arcebispo em Lisboa teve a imponência de um protesto contra a Espanha mascarado no grande culto religioso. O povo acudira e o clero de tôdas as ordens formara em procissão da Misericórdia à Sé. O prelado, sob o pálio, conduzia o Santo Lenho, e os pobres, que tanto socorria, erguiam canas verdes em volta do protector.

Sabia-se que não esperara regressar de Madrid e tanto que dispusera de seus poucos bens para testamento e despedira-se do Cabido como se jamais pudesse abraçá-lo.

Mandou reünir o Senado diocesano, o que desde 1580 não se realizava. Em 30 de Maio de 1640, quando decorriam as sessões sinodais, já o arcebispo trabalhava pela conjura.

Trouxera de Espanha grande cabedal de observações e a certeza de que não deixaria sacrificar Portugal desde que se revoltasse a tempo. Eram muitas as fôrças de que dispunham os espanhóis e andavam levantando no Reino algumas que partiriam em breve para o serviço de Felipe IV. O prelado sabia quanto se passava e começara por dar à revolta os parentes.

Continuava no Conselho presidido pela Duquesa de Mântua, mas o seu lugar servia-lhe melhor do que nunca.

Seu irmão, D. Lourenço da Cunha, quisera ficar na Índia, onde militava desde 1594. Passara perto de quarenta anos na profissão das armas, chegando a extremos. Pagava, por vêzes, soldados à sua custa e lançava-os contra os holandeses e os rajás insurrectos, como o de Cunhale. Não queria postergado o nome português, mas também não desejava morgadio acrescentado sob o domínio espanhol, conforme a vontade expressa no testamento paterno. Governou o império quando falecera o bispo D. Frei Luís de Brito, tendo por colegas Nuno Álvares Botelho e Gonçalo Pinto da Fonseca.

Serviram no pôsto até à chegada do conde de Linhares, que tão maravilhosas jóias levaria a Felipe IV ao cabo da sua vice-realeza.

Em 1 de Maio de 1626 nascera na Índia um filho do valoroso batalhador, que se chamou D. António Álvares da Cunha, e cuja mãe era D. Isabel de Aragão, herdeira de Fradique Carneiro, capitão-mor da armada do Oriente, e de sua espôsa D. Melina Pais, filha de Luís Carneiro, senhor da Ilha do Príncipe. D. Lourenço faleceu em 1633 e a viúva recolheu-se ao convento de Santa Mónica de Goa, em 1637, quando o cunhado arcebispo mandou buscar o sobrinho, de onze anos. Desejava educá-lo à sua maneira, no amor da Pátria e no culto dos avós intemeratos. Incutiu-lhe o gôsto das armas e o da ciência genealógica; ensinou-o a sacrificar-se pela nação e doou-o à conjura ([1]). Chegara o momento de vingar a morte do avô sacrificado por Felipe II.

([1]) *Memorial Historico Español.*

([2]) Partira de Lisboa em 16 de Março de 1638; regressou em 21 do mesmo mês, no ano seguinte.

([1]) Casou com D. Maria de Melo Vilhena, filha de Cristóvão Manuel, comendador de S. Paulo de Mação, e sua filha, D. Joana, foi condessa de Vila Flor, como segunda mulher de seu tio, o glorioso D. Sancho Manuel.





No esplendor da luz de ouro, o arcebispo, cintilante nas suas vestes e erguendo o relicário, era a figura consagradora da Pátria a cuja liberdade ofertava a hóstia dos sacrifícios à porta da velha Sé. Parecia ressair na pedra vetusta e, erguendo os olhos para o céu radioso, fazia a sua prece.

Ajoelhava o povo com os soldados fidalgos e a turba nos seus trajos bizarros; os frades litaniavam e no rumor de armas e do som das rezas chorava-se de alegria.

Diante das muralhas amarelecidas do templo, em cujos campanários badalejavam os grandes sinos, levantava-se nas mãos de D. Álvaro de Abranches o estandarte da cidade e os vereadores, entrajados de negro à pressa, ostentando suas golas brancas, acolitavam o fidalgo, que avançava para a igreja de cujo pórtico saíra o prelado.

Encontravam-se duas almas embebidas do patriotismo. Duas fés se procuravam e se jungiam. Eram a mesma: a da religião e a independência.

Aparecia gente nas escadarias e nos telhados; apinhavam-se cabeças nas janelas do Senado e de tôdas as ruas, calçadas e betesgas desabelhava a arraia miúda clamorosa, delirante. Mulheres deslumbradas reviviam côres nos rostos, como se tôdas fôssem formosas, e algumas alçavam crianças nos braços para que vissem o relicário e a bandeira, o arcebispo e o cavaleiro vestidos da luz bendita e dourada da ressurreição.

No castelo abriam-se as bôcas ameaçadoras das peças e o enigma daqueles baluartes não quebrava a febre popular. Acreditava-se no milagre e arrebatavam-se na loucura gerada pelo inesperado.

Regatoas, escravas negras, mulherio de tôdas as castas envôlto na mesma luz aclamava como as donas e donzelas que apareciam nas ventanas saùdando a procissão lenta, tôda de brilho e glória, que ia descendo levando à frente a imagem do crucificado que o padre Nicolau da Maia, tão popular, mostrava à multidão delirante.

D. Rodrigo da Cunha, resplandecente sob o pálio branco e áureo, com a sua presença naquele cortejo, conduzindo o relicário, rematava a obra da sua vida: a dissimulação necessária para inutilizarem o seu valor; a audácia desenvolvida em Madrid; a recusa da púrpura, pois preferira-lhe sempre a veste de ouro do sol redentor da sua Pátria. E lembrar-se-ia da conjura; dos parentes conciliabulando na sombra dos aposentos da veneranda Sé, de cujas tôrres, dois séculos e meio antes, o povo despenhara D. Martinho, o bispo castelão.

Os sinos hosanavam no seu bronze e ao longe outros lhes respondiam como vozes de tôdas as gamas entoando um cântico alegremente repetido.

Cabeças descobertas, olhos humedecidos de lágrimas, bôcas abertas em louvores ladeavam a procissão que se desenrolava em graças, sob o perigo da resistencia castelhana, e de repente todos os assistentes se lançaram por terra num brado unísono, bem de alma:

— ¡Milagre! ¡Milagre!... ¡Senhor Jesus! ¡Milagre!

A imagem de Cristo descravara o braço do madeiro, que o padre Nicolau da Maia sustentava, e parecia abençoar o povo e a revolução.

Sob o seu pálio, o arcebispo prosseguia e da rua subiam as preces; instintivamente a turba rezava.

Os frades de várias ordens encorporavam-se no préstito que celebrava, ainda em incerta hora, a vitória que não podia abandonar Portugal.

No Tejo, os galeões espanhóis, arvorando as bandeiras das águias bicéfalas e negras, não largavam as aves de prêsa sôbre aquela multidão couraçada pela fé e que seguia o seu prelado patriota.

— ¡Milagre! ¡Milagre! ¡Senhor Jesus!

Era o milagre; quebrara-se, em três horas, um grilhão apertado durante sessenta anos.

Muito trabalhara para a libertação o prelado que sustentava em suas mãos o relicário e o destino da nação.

Lá em baixo, sob as lajes dos Jerónimos, repousavam, já vingadas, as cinzas do pai de D. Rodrigo da Cunha, do nobre senhor que amaldiçoara a sua geração se ela aumentasse o morgadio sob o domínio castelhano.

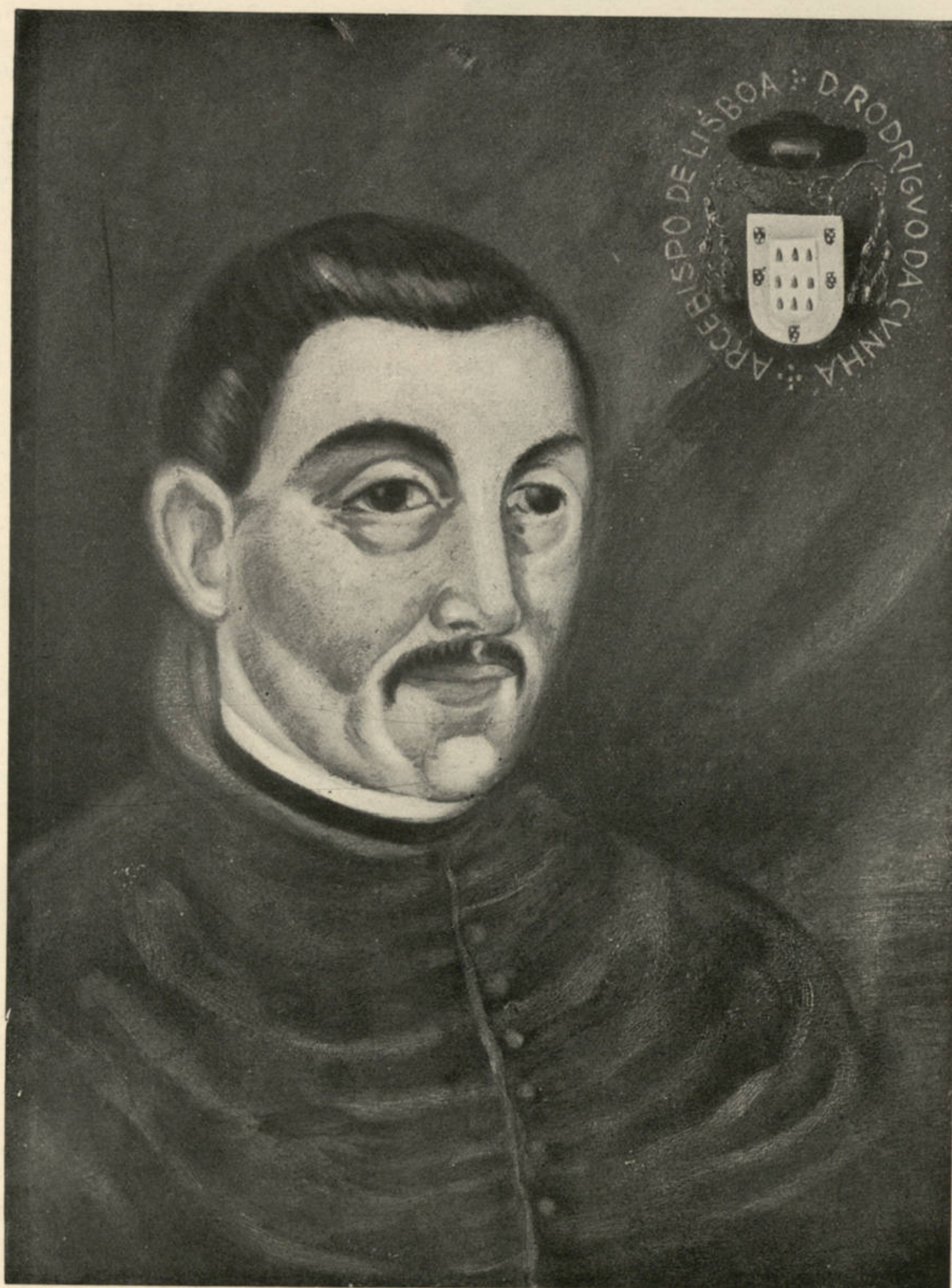
Avançava o cortejo e o prelado dava por bem empregados os esforços feitos, os trabalhos, as despesas, a carta escrita ao Duque de Bragança, falando-lhe do príncipe saboiano a substituí-lo no trono se não o aceitasse.

Tudo se compusera. Rei e povo celebravam o mesmo desejo; juntavam-se na mesma fé.

Os dois «oo» gravados na campa de D. Pedro da Cunha eram mais do que nunca os élos da união de Portugal redimido.



O prelado olisiponense tomara o seu lugar na Junta Governativa que se encarregara dos negócios de Estado até à chegada de El-Rei. Não o desvanecia



D. Rodrigo da Cunha

(Reprodução, por Aurora Severo, dum medalhão existente no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lisboa).



a grandeza; continuava do mesmo modo a sua vida modesta. Gastara sempre os réditos das mitras com os pobres; dera-lhes, com o exemplo, o pão; distribuíra esmolas por particulares carecidos, os mendigos que não saíam à rua, a pedir e, jejuando às sextas e sábados, apertando os cilícios em suas carnes, recusando os prazeres e repudiando o amor carnal, D. Rodrigo da Cunha, durante a sua vida, velara para escrever, roubando ao descanso o que não podia tirar aos deveres a cumprir nos seus bispados.

Contava sessenta e três anos e vivia para a redenção de Portugal e para o futuro do sobrinho D. António Álvares da Cunha ([1]), que adoptara. Querendo-lhe muito sacrificara-o, ou antes enaltecera-o, mandando-lhe que se batesse pela Pátria.

Coube ao ínclito antiste a sagração do Rei, em 15 de Dezembro, e, revestido de pontifical, celebrou a cerimónia sob os olhares enternecidos do povo, que o amava como a mais nenhum prelado.

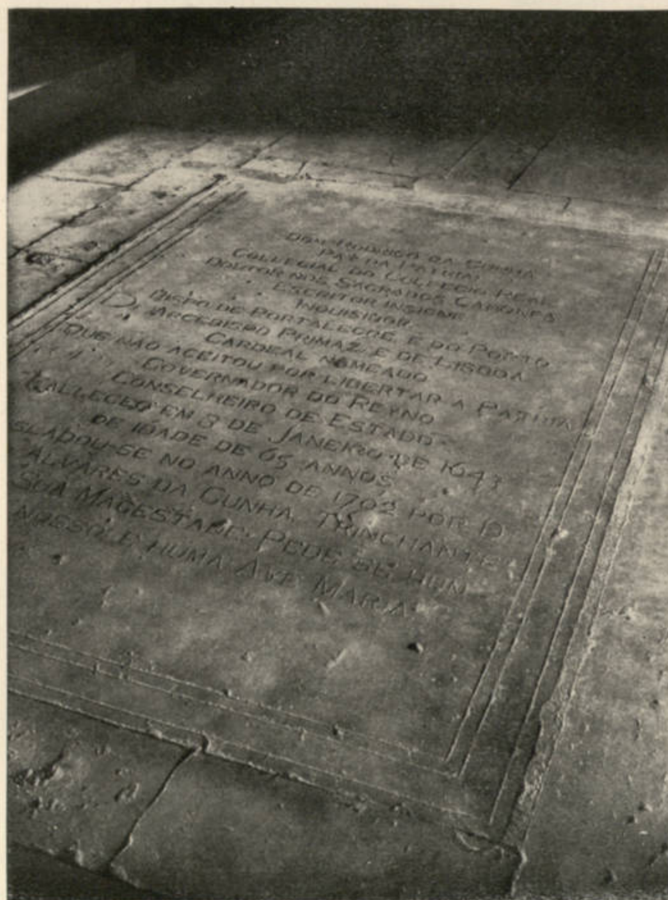
Conselheiro de Estado no despacho diário, continuava a viver na mesma forma humilde nos seus aposentos da Sé, desprezando a baixela e os manjares, vestindo roupas grosseiras sob os hábitos da pompa, apertando mais os cilícios e entregando-se às suas obras preferidas. Trabalhava na *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa, vida e acções de seus prelados e varões eminentes em santidade que nela floresceram.*

Tinha ainda tempo para a lide literária, cabendo-lhe tão rude tarefa no Estado.

A Duquesa de Mântua, que o tivera por conselheiro durante o seu govêrno, função inerente à sua prelacia, requerera de sua bondade o passaporte para sair de Portugal, mas constou que mais o devera a D. Luísa de Gusmão, a-pesar-da sua integridade e rigidez patrióticas, que aos ofícios do arcebispo.

Pediria, porém, pelo duque de Caminha, acusado de traição à Pátria, segundo uns, de ter calado as culpas paternas, no consenso de outros. Talvez o prelado encontrasse desculpa para o procedimento do grande senhor ou em sua graça de religioso sentisse não poder eximir-se à súplica. Rodou o seu côche modesto para a praça da Ribeira e o arcebispo, em vez de se dirigir para a sala do Conselho de Estado ou para as secretarias, passou para a antecâmara da Rainha, a quem pedira audiência.

Ocultara os motivos que o levaram a solicitar a



Lápida sepulcral do arcebispo D. Rodrigo da Cunha, na Sé de Lisboa

recepção régia e leu no olhar da soberana o indeferimento à sua súplica antes de a ouvir de seus lábios inclementes:

— O mais que posso fazer-vos é esquecer que me fizestes tal pedido.

O patriota curvou-se e saíu. O duque subiu ao cadafalso e êle sofrera um choque rude. Quisera acrescentar, contra a vontade do pai, o seu morgadio de bondade. É verdade que já findara o domínio espanhol, mas os condenados cúmplices do duque de Caminha tinham conjurado para que êle voltasse.

Os prazeres do prelado, daí por diante, foram como os do passado. Não os tivera; só antegozara a libertação da Pátria. Agora, entre os seus manuscritos latinos, no gabinete da Sé, deleitava-se com a rota seguida pelo sobrinho, que o coadjuvava nas suas investigações quando o serviço militar lhe consentia essa alegria de espírito e consôlo do querido parente que o educara.

Foi das mais notáveis figuras da revolução patriótica. Prelado, em vista, no mais alto lugar, jogava a sua mitra, portuguêsmente, na mesma Sé onde, no período da outra revolta nacional, a do tempo do Mestre de Aviz, um bispo, D. Martinho, de nascimento e alma castelhana, tanto pelos invasores se pronunciara que o povo o baldeou das tôrres na hora definitiva na qual era indispensável o brio e o arrôjo.

([1]) Seria governador de Évora, em 1682; oficial da Armada, geneologista, guarda-mor da Tôrre do Tombo e homem de letras. Do seu casamento houve D. Joana, condessa de Vila Flor, e que nasceu em 1649. O sobrinho do arcebispo faleceu em 26 de Maio de 1690. Herdara a casa de seu tio D. Manuel da Cunha. Fundou a *Academia dos Generosos* e continuou a obra do prelado na parte relativa à *História Eclesiástica de Lisboa*.

D. Rodrigo dava-se à literatura e à pobreza. Vivia como um monge, tendo recusado a púrpura cardinalícia. Falara tão desembaraçadamente ao Rei de Espanha que êle, cheio de respeito, o deixara partir para a sua diocese. Era luminosa a alma com que Deus o dotára. Jamais se manifestou contra adversários esmagados e essa é a melhor prova que um vencedor pode dar. Valoroso nas horas de pavor e de perigo, foi benigno no esplendor do triunfo.

Os homens da sua têmpera são raros, mas nas lições da História, que cultivava com esmero, aprendera a resignação e o equilíbrio. Se a derrota o tivesse atingido, o arcebispo de Lisboa saberia enfrentá-la com a serenidade dos que se dão inteiramente às causas do seu extremo amor.

Em 3 de Janeiro de 1643, D. Rodrigo da Cunha faleceu em leito que não lhe pertencia.

Expirara sem deixar o bastante para funeral pomposo e a própria cama não era sua propriedade. Doara tudo aos pobres. O Cabido celebrou as solenissimas exéquias devidas ao grande patriota, ao exemplar príncipe da Igreja e ínclito varão.

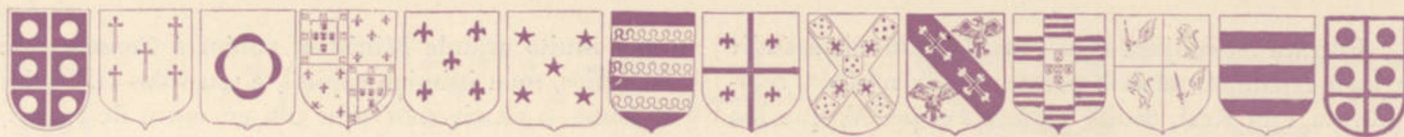
Depuseram o seu cadáver por detrás da capela-mor da catedral e, ao fim de cinqüenta e nove anos, trasladaram-no para o lado da travessa chamada da Porta de Ferro. Lavrou-se o seu epitáfio. A humildade do prelado soubera solicitar o sítio condigno da última morada, em lugar que todos calcassem.

Diz a laje votiva:

DOM RODRIGO DA CUNHA
PAI DA PATRIA
COLLEGIAL DO COLLEGIO REAL
DOUTOR NOS SAGRADOS CANONES
ESCRIPTOR INSIGNE
INQUISIDOR
BISPO DE PORTALEGRE E DO PORTO
ARCEBISPO PRIMAZ DE LISBOA
CARDEAL NOMEADO
QUE NÃO ACEITOU POR LIBERTAR A PATRIA
GOVERNADOR DO REINO
CONSELHEIRO DE ESTADO
FALLECEU EM 3 DE JANEIRO DE 1643
DE IDADE DE 65 ANNOS
TRASLADOU-SE NO ANO DE 1702 POR
D. PEDRO ALVARES DA CUNHA, TRINCHANTE-MOR
DE SUA MAGESTADE.
PEDE-SE HUM PADRE NOSSO E HUMA AVÉ MARIA

Esta lápida fala pela voz da verdade, pois também há pedras mentirosas. Ela, porém, celebra bem as virtudes do homem de que D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Tácito Português*, disse-o: «Igualmente querido pelos fidalgos e pelo povo».





D. CARLOS DE NORONHA

A acção revolucionária de um erudito — A casa de Vila Real — Privilégio das saboarias — Presidência da mesa da Consciência e Ordens — O processo de alta traição — A casa de Valadares



AUTOR das *Constituïções da Ordem Militar de S. Bento de Aviz* chamava-se D. Carlos de Noronha, e escreveu a obra, por incumbência de Felipe III, quando celebrou o capítulo na igreja de Santa Maria da Graça em Setúbal.

O soberano viera de Madrid receber o juramento dos vassalos a Lisboa e quisera reünir os cavaleiros das ordens. Caíu no dia 2 de Outubro de 1619 aquela assembléia e o cavaleiro publicou o livro dois anos depois.

O pai, D. António de Meneses, morrera em Alcácer-Quibir e a mãe, D. Joana de Castro, vira o filho progredir nas lições que o preparariam para a Universidade, onde estudou direito canónico e cesáreo.

Era de grande estirpe; julgava-se com direito à sucessão da casa de Vila Real, pois tendo casado a primeira vez com D. Maria de Vilhena, filha de Nuno da Cunha e de D. Leonor de Sousa Refóios, de quem não houvera geração, desposara, depois, D. Antónia de Meneses, filha de D. Miguel Luís de Meneses, primeiro duque de Caminha e sexto marquês de Vila Real, que quisera vincular bens para a querida herdeira prejudicada pela varonia do primo, que foi o sétimo marquês.

Em 26 de Setembro de 1618, Felipe III concedera a nomeação mais aumentada do privilégio das saboarias do Reino, sob a posse de D. Carlos de Noronha, sendo-lhe passado o alvará pelo conselheiro de Estado conde de Faro. Sem a chancela do donatário ou dos seus arrendatários, o sabão branco era considerado contrabando. Dava muito grande rendimento o monopólio, depois ratificado quando venceu a Revolução [1].

---

[1] Carta geral dos privilégios, liberdade e isenções que con cedidas pelo Sereníssimo Senhor Rei D. João IV, que Deus haja em Glória, a D. Carlos de Noronha, donatário que foi do sabão branco desta Cidade e Almada, ùltimamente concedidos e confirmados pelo Senhor Rei D. João IV.

7.º livro de Legislação da B. da A. C. L.

Entrara na conjura com vontade firme de sacudir o jugo espanhol; sabia o primo de sua mulher, marquês de Vila Real, muito grato a Felipe IV, que lhe dera o título do tio, desfalcando a filha legitimada de D. Miguel de Meneses. Trabalhando activamente, êle, tão galhardo de génio e tão instruído, tivera um desabafo rijo à beira de perder o respeito à Duquesa de Mântua. Querendo a vice-Rainha saber como se efectuaria essa injúria, volvera, ante o ar ameaçador que a governadora tomara:

— Obrigando Vossa Alteza, se não quiser entrar por esta porta, a sair por aquela janela.

Ela curvou a cabeça e recolheu-se ao oratório. Triunfante a Revolução, caberia papel de destaque ao autor das *Constituïções Militares de S. Bento de Aviz*, que jamais deixaria de pleitear pela isenção devida aos cavaleiros e nomearam-no presidente da Mesa da Consciência e Ordens, cargo que lhe competia por sua especialização e talentos.

Em 1641 a casa de Vila Real sofreu o grande embate que a aniquilaria.

Tanto o marquês como seu filho, o duque de Caminha, foram considerados conspiradores, réus de alta traição. Chegara o momento de se apelar para as isenções dos membros das Ordens dos Cavaleiros, pois esperavam ser julgados pelos seus pares.

D. Luís de Meneses sabia que o marido de sua prima, a quem substituíra na herança do título, sempre defendera os privilégios dos agraciados com as comendas, mas não confiava nêle. Escrevera a El-Rei:

«Lembro a pública inimizade que me tem D. Carlos de Noronha e as diligências que Vossa Majestade sabe êste ter feyto para me achar culpas de infedelidade para por meyo dêste vício alcançar o que não pode obter por justiça.»

Referia-se ao pleito relativo ao título, mas o fidalgo devia antes basear-se no patriotismo que o levara até ao ataque directo à Duquesa de Mântua.

Acusado, desconfiava de muitos conselheiros e juízes, desde Sanches de Baena a Pedro Vieira da Silva e também de outros. Dizia ao monarca:

«O Bisconde ([1]) tenho por muito honrado fidalgo e por muito grande Ministro, porém é Consogro de D. Carlos, meu inimigo capital, e seu filho D. Carlos de Lima, e eu tivemos aqui um encontro de coches, pelo qual fomos ambos presos e asy não deve Vossa Magestade permitir que elle se ache quando se ler este papel ou quando se votar nelle.»

Naquele desespêro e na profundidade da culpa julgava os gentis-homens capazes de se congregar servindo-se das razões pessoais no caso público da alta traição. Nenhum dêles figurou na análise do crime. Os fidalgos nomeados para trabalhar com os magistrados foram Pedro de Mendonça Furtado, Fernão Teles de Meneses, D. Pedro da Alcáçova, D. Miguel de Almeida, Henrique Correia da Silva e António Teles de Meneses. Cheios de escrúpulos, os três últimos consideraram-se suspeitos, sendo substituídos por Pedro da Cunha, Tristão da Cunha e D. Pedro da Cunha, veador da Rainha.

Quatro anos depois de terem subido ao cadafalso os traidores ao Rei e à Nação, faleceu D. Carlos de Noronha, deixando manuscrita a *Alegação de Direito em que mostrava qual era o que lhe assistia para herdar o marquesado de Vila Real.*

Os bens e os títulos da nobilíssima grei passariam para a Casa do Infantado ([1]), criada a favor do Infante D. Pedro e seus sucessores naquele título, os filhos segundos dos Reis, visto aos primogénitos pertencer a Casa de Bragança.

Além dos ducados de Beja, de Caminha e dos marquesados de Vila Real e Castelo Rodrigo, anexaram-se-lhe a vila de Serpa e muitos outros apanágios e privilégios dos réditos de Suas Altezas.

Os descendentes do revolucionário seriam condes de Valadares ([2]), título que D. Pedro II concedeu a D. Miguel Luís de Meneses, referindo na mercê os direitos que tinha e as honras e propriedades de Vila Real. Casara com Madalena de Lencastre e Abranches, filha de D. Álvaro de Abranches, reünindo na sua ilustre descendência ([3]) o nobre sangue de dois grandes patriotas.

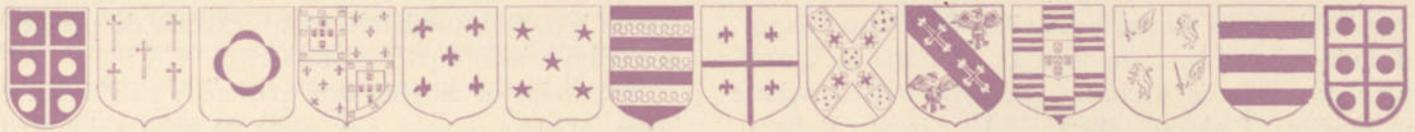
([1]) Visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Diogo de Lima.

([1]) 1654.

([2]) Decreto de 20 de Junho de 1702.

([3]) Os actuais representantes são os senhores marqueses de Vagos e condes de Povolide.





MARQUÊS DE FERREIRA

Antepassados do grande fidalgo — Notas dos espiões espanhóis a seu respeito — As «Alterações de Évora» — O compadre dos duques de Bragança — Sua insistência para D. João aceitar a coroa e o seu papel na Restauração — O ducado de Cadaval



UITO próximos parentes dos Braganças, os marqueses de Ferreira pertenciam às maiores casas do Reino.

D. Rodrigo de Melo, primeiro do título e do condado de Tentúgal, era filho de D. Álvaro de Bragança, irmão de D. Fernando II, o duque supliciado em Évora, e, tendo ido em menino para Espanha, regressou, sendo coberto de mercês por D. Manuel I, ainda admirado da ventura que o envolvera.

D. Rodrigo estivera em Arzila, onde fôra ferido por um pelouro, e, de volta ao Reino, consorciou-se com D. Luísa de Almeida, filha do grande D. Francisco de Almeida, viso-Rei da Índia. Ao partir a expedição para Azamor embarcou, como para vingar sua ferida, acometendo, mais uma vez, a mourama. Foram seus filhos D. Álvaro de Melo, que faleceu em 1535, deixando viúva a filha do conde de Portalegre; D. Francisco, que herdou o título; D. Felipa de Vilhena, espôsa do terceiro conde de Portalegre; e duas outras senhoras que morreram solteiras.

Das suas segundas núpcias com D. Brites de Meneses, filha de D. Antão de Almada, capitão-mor de Lisboa, houveram D. Álvaro de Melo, que entrou em religião e morreu na batalha de Alcácer-Quibir, e D. Maria de Melo, que desposou D. Constantino de Bragança.

O segundo marquês de Ferreira, tomando o título em 1545, encontrou a furiosa oposição de seu sobrinho D. Álvaro, filho do primogénito da nobre estirpe, e que se considerava lesado. Durou largos anos o pleito. O marquês pompeou na Côrte e fêz as pazes com o contendor por intervenção de D. João III. Desposou D. Eugénia, filha de D. Jaime de Bragança, e seus varões, D. Nuno e D. Constantino, foram dos prisioneiros em Alcácer-Quibir, tendo morrido na batalha D. Rodrigo, herdeiro da casa.

Chamou-se também Francisco o terceiro marquês de Ferreira, que nascera em Vilalva, no Alentejo, em 5 de Agôsto de 1588. Seu pai, D. Nuno Álvares

Pereira de Melo, morreria em 28 de Fevereiro de 1597, ficando sua viúva, a condessa D. Mariana de Castro, filha do conde de Altamira, administrando as vilas e morgadios: Cadaval, Danços, Alvaiázere, Rabaçal, Arega, Buarcos, Carapito, Anobra, Mortágua, Penacova, Vilalva, Vila Ruiva, Albergaria, Água de Peixes, Peral, Cercal, Ferreira de Aves, Tentúgal e outros de somenos que pertenciam aos Ferreiras.

Deveu muitas destas mercês a Felipe III, que pretendia captar aquêle parente dos Braganças.

Já andava na conquista dos maiores senhores para antepor aos duques, e a tal ponto que o filho de D. Constantino seria dos piores inimigos de Portugal.

D. Rodrigo de Melo, irmão do marquês e que seguira a vida eclesiástica, à qual renunciaria, pronunciara um discurso, sustentara uma tese na Universidade de Évora, em presença do Rei Felipe III, quando da sua visita a Portugal; o chefe da casa dos Ferreiras acompanhara-o em grande estado, mas os próprios Braganças a tanto se viram obrigados.

Imponentemente aparecera o marquês de Ferreira com seu séquito, mas a-pesar-de sua estirpe, ou talvez por isso mesmo, nunca o chamaram aos cargos da governança porque ainda não se concebera o desígnio, adoptado mais tarde, de comprometer grandes senhores em altos postos, prejudicando-os desmesuradamente aos olhos do povo.

A falta de talentos e as atitudes do tão próximo parente dos Braganças mereceram a mais sintética e clara das notas aos espiões felipinos: «El marqués de Ferrera no és nada».

Casara com D. Maria de Sandoval e Moscoso, filha de D. Lopo de Moscoso, sexto conde de Altamira, e de D. Luísa Sandoval, que falecera em 1635; do segundo matrimónio com D. Joana Pimentel, sua sobrinha, filha do marquês de Tavara, nasceriam D. Nuno Álvares Pereira de Melo ([1]), D. Teodósio de Melo de Bragança ([2]), que tomou ordens, e D. Isabel Moscoso, falecida aos dez anos.

Ao rebentarem as Alterações de Évora, cidade onde assistia o marquês de Ferreira, ainda não tinha vindo ao mundo qualquer das nobres crianças da sua estirpe.

Residiam e estavam na capital alentejana, além do ilustre fidalgo e de seu irmão D. Rodrigo ([3]), D. Afonso de Portugal, conde de Vimioso, o conde de Basto e D. Jorge de Melo, que «vendo crecer o tumulto que ao princípio estimaram pela causa com que se levantou, mudando com o excesso de parecer, buscaram remédio para a atalhar ([1]).

Em todos os movimentos, por mais patrióticos e justos, existem sempre, por parte de muitos dos seus chefes, componentes e aderentes, reservas e métodos especiais através de cujos recatos se adivinham interêsses ou malignidades.

D. Francisco de Melo esteve sempre a-par-dos trâmites da conspiração contra a Espanha; conversou várias vêzes com Pedro de Mendonça Furtado e entendia-se, para o efeito, com o conde de Vimioso, mas não saíam de Évora. Aguardavam o momento propício para que a revolta, triunfando em Lisboa, ali tivesse eco. Um e outro instavam o duque de Bragança para aceitar a Coroa, o marquês com confiança de parente; o conde do mesmo modo, mas o procedimento de ambos no período das Alterações, em que o Bragança fôra mais feliz ou habilidoso, desviavam-no de entusiasmo pouco de seu temperamento reservado.

O alcaide-mor de Mourão, sempre que passava por Évora, entendia-se com aqueles fidalgos, que também tinham recebido, por intermédio de D. Rodrigo de Meneses, as participações de Jorge de Melo acêrca dos seus trabalhos na Beira. Escreveram a D. João de Bragança em novas instâncias, e preparavam-se para a eventualidade de o aclamarem, o que fizeram solenemente no meio do entusiasmo popular.

Dissipara-se, assim, o ruím nevoeiro sangüíneo do período das Alterações.

D. João IV recebera em Vila Viçosa os dois magnates, mas já sabia do êxito da revolução e dera as suas ordens para Elvas o aclamar.

Tinham chegado também Pedro de Mendonça Furtado e Jorge de Melo e foram êles os companheiros do soberano na viagem para Lisboa no côche escoltado por criados brigantinos a cavalo.

Nem requisitara soldados para o defender se acaso os espanhóis o atacassem; alguns batedores desimpediam o caminho ou anunciavam a aproximação do novo Rei; moços de estribeira ladeavam o carro na costumada comitiva de trânsito. Passavam pelos mesmos caminhos, Montemor, Arraiolos, onde as aclamações subiram ao delírio, e tendo saído de Vila Viçosa na terça-feira, 4 de Dezembro, estavam na quarta em Aldeia Galega, onde a nobreza acorrera com o clero, magistratura e representantes das classes.

Embarcaram El-Rei, o marquês de Ferreira, o conde de Vimioso, Jorge de Melo, o alcaide-mor de Mourão e outros fidalgos no bergantim e dirigiram-se, com grande séquito de embarcações, para a ponte da Casa da Índia.

Eram nove horas da noite e tanto o concurso do povo que dificilmente se abriu passagem a muitos

---

([1]) Duque de Cadaval, nasceu em 4 de Novembro de 1638, faleceu em 29 de Janeiro de 1727, tendo servido quatro Reis.

([2]) D. Teodósio foi cónego da Sé de Lisboa e faleceu em 9 de Julho de 1672, tendo exercido o cargo de sumilher da cortina de D. Afonso VI.

([3]) D. Rodrigo, cónego da Sé de Évora. Nasceu em 4 de Setembro de 1589 e morreu em 26 de Novembro de 1652. Governou a diocese mas, eleito bispo, não chegou a exercer o cargo.

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

senhores em retardo. Já o soberano estava no Paço conferenciando com os membros do govêrno e a multidão, vitoriando-o na vasta praça, queria vê-lo, mal acreditando ainda no triunfo.

Assomava à janela e sorria, deixando que o contemplassem. Era todo o júbilo de um povo que se afixava reboando em vivas e tendo as lágrimas como bálsamo de tanta felicidade.

Os marinheiros nas vêrgas das naus erguiam os seus brados e o mulherio, de roupas variegadas, bailava alegremente ante os sorrisos dos fidalgos vestidos em severos trajos negros com suas golas brancas, e dos olhares do Rei, que sempre amara os belos rostos e a esbelteza feminina.

O marquês de Ferreira fôra agraciado com o título de condestável para a cerimónia da aclamação e, de estoque desembainhado, figurou no primeiro plano do solenissimo acto, como lhe cabia por seu nascimento e pela assistência dada à obra revolucionária.

Partira, depois, para Vila Viçosa ao encontro de D. Luísa de Gusmão e dos Príncipes, para os conduzir à capital. Êle fôra padrinho de D. Catarina, futura Rainha de Inglaterra, no solar brigantino, em sábado, 15 de Dezembro de 1638, e, por conseqüência, além de outro parentesco, tinha a honra de ser compadre dos soberanos. Coubera-lhe o grande encargo de ir buscar a Família Real. Vinham a Rainha, o Príncipe D. Teodósio e as Infantas, a afilhada do marquês e sua irmã D. Joana. A marquesa de Ferreira exercera a alta categoria de camareira-mor até que a morte a levou em 11 de Setembro de 1657.

Seu filho, D. Nuno, era educado na Côrte e a prosápia dos marqueses de Ferreira podia esperar para êle um ducado desde que os dois duques que havia, além do Bragança, não se mostravam bons portugueses. O de Caminha conspirara e subira ao cadafalso; o de Aveiro seguiria o partido de Castela.

O chefe da casa de Ferreira era conselheiro de Estado, um dos ministros assistente ao despacho, mordomo-mor da Rainha, e aguardava mais favores para a sua casa. D. João IV não podia desviar-se da trilha filipina em matéria de mercês.

Criou, de novo, a Junta dos Três Estados para regularização das quantias dos dízimos e dela fizeram parte Sebastião César de Meneses, bispo eleito do Pôrto; D. Álvaro de Abranches, do Conselho de Guerra; Tomé de Sousa, vedor da casa de El-Rei; Rui Correia Lucas, tenente-general da artilharia; Pantaleão Rodrigues Pacheco, bispo eleito de Elvas, e o de Miranda e D. Pedro de Meneses.

Em 25 de Março de 1646 colocou-se Portugal sob o patrocínio da Imaculada Conceição. Foi Padroeira do Reino.

No ano anterior, em 18 daquele mês, falecera o marquês de Ferreira, que tão piedosamente venerara a Virgem Mãe de Deus.



No dia do nascimento do Infante D. Pedro, 26 de Abril de 1648, D. João IV quis honrar o filho do falecido fidalgo, que já nomeara, em 20 de Março de 1641, conde de Tentúgal, com o assentamento de duzentos e sessenta mil réis, na qualidade de parente da Casa Real. Seria marquês de Ferreira, como primogénito da família, com o ducado de Cadaval, que El-Rei lhe conferira para celebrar a vinda ao mundo do seu terceiro varão. O secundogénito daquela casa era conde de Tentúgal.

Contava apenas dez anos o novo duque cuja influência na vida portuguesa foi enorme.

Cresceu entre respeitos; aos dezanove anos era familiar do Santo Ofício e já dera provas de suas faculdades, a ponto de ser reparada a ambição de guerrear que o dominava e lhe proïbiam.

A sua observação no meio político era constante e proveitosa.

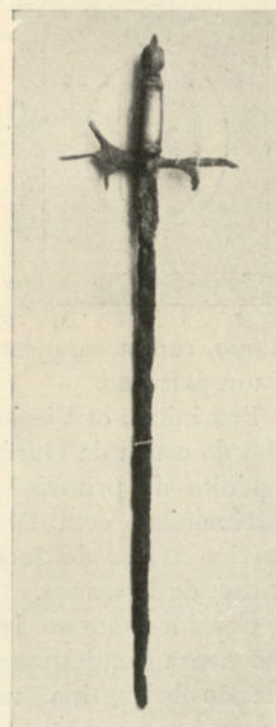
O monarca, na sua agonia, quisera vê-lo e, depois de o abraçar, dissera-lhe ter devido muito a seu pai e a sua mãe, acrescentando que devia cuidá-la com todo o carinho e respeito. Recomendava aos seus dezóito anos, como se de mais idade fôsse, a Rainha e o Príncipe, confiando-lhe a missão de defendê-los e ao Reino.

Usara para com aquêle moço a mesma atenção que tivera para o nonagenário D. Miguel de Almeida, conde de Abrantes.

D. Nuno Álvares Pereira de Melo jurou o que o monarca lhe pedia à beira da eternidade, mas não cumpriria porque, muito afecto a D. Pedro, combateria D. Afonso VI, o Príncipe que o soberano lhe recomendara, e da atitude tomada pelo duque de Cadaval resultaria grande parte dos males do herdeiro da Coroa.

À taciturnidade e calma do marquês de Ferreira sucedera o agitado espírito do seu sucessor.

D. Afonso VI sentiria no seu destino a influência do herdeiro daquela nobre grei.

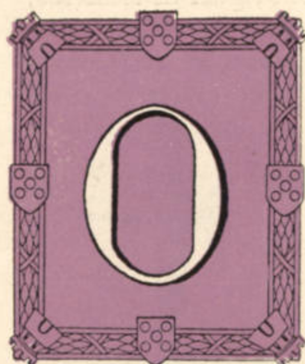


ESPADIM DE D. TEODÓSIO DE BRAGANÇA *(Existente na Sala da Restauração do Museu Militar)*



CONDE DE VIMIOSO

Parentesco com os Braganças — Alcácer-Quibir — O condestável do Prior do Crato — D. Afonso de Portugal capitão general do reino — Sua acção no Alentejo e papel que desempenhou na conjura do arcebispo de Braga — O marquesado de Aguiar



QUINTO conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, herdara, após muitas dificuldades, a casa paterna.

D. Luís de Portugal houvera-a por se habilitar após a morte de seu irmão D. Francisco, condestável do Prior do Crato, morto em virtude dos ferimentos recebidos na batalha de Vila Franca do Campo, com a coragem de um soldado e a grandeza de um paladino.

Provinham os Vimiosos de D. Afonso de Portugal, filho do conde de Ourém e marquês de Valença, primogénito do primeiro duque de Bragança, que se matrimoniara com D. Beatriz de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa, e que pretendera suceder na casa de Bragança.

Consideravam-no bastardo; êle afirmava que a mãe casara clandestinamente e por isso lhe deviam a sucessão brigantina, mas D. João II obrigara-o a renunciar ao pleito e foi nomeado bispo de Évora. Quando ainda não entrara em religião tivera de D. Felipa de Macedo vários filhos, recebendo um dêles, D. Francisco, o título de conde de Vimioso.

O pai pedira a D. Manuel que lhe concedesse carta de legitimação e, louvando-se na sua palavra de que o filho nascera estando o progenitor ainda sem ordens, aceitou-o como legítimo sucessor do arcebispo.

D. João III nomeou-o vèdor da Fazenda e camareiro-mor; deu-lhe o tratamento de primo. Herói em Arzila e Azamor, não desmereceu dos seus antepassados condes de Ourém.

Recebeu o senhorio de Aguiar da Beira, mercês e privilégios que bem demonstraram a consideração da Família Real. Era espirituoso e por honrado o denominavam *Catão Português;* guardava maneiras de Côrte a-pesar-da sua desenvoltura de soldado; viveu longamente e do seu casamento com D. Joana de Vilhena houvera D. Afonso, segundo senhor do título, muito dado às armas, dilecto companheiro do Infante D. Luís, que o teve a seu lado na batalha da Goleta, em Túnis, sob o comando de Carlos V e contra

Barbaroxa. Deixara-se arrastar pela paixão e, renunciando ao csamento com uma filha do duque D. Jaime de Bragança, matrimoniara-se com D. Luísa de Gusmão, senhora de menor estirpe mas querida à sua alma. Era filha de Francisco de Gusmão, mordomo-mor da Infanta D. Maria e senhor do Machico e de Santa Cruz, na Madeira, e que os dera em dote à nubente.

Solicitavam a inteligência do conde para intricados negócios. D. Sebastião queria-lhe muito. Acompanhou o monarca à África levando seus três filhos, D. Francisco, D. Luís e D. Manuel, que aprenderam a batalhar na arena do desastre do Rei e do Reino. O pai ficou cativo e morreria no cárcere. Prisioneiro do mouro, devia lembrar-se de tudo quanto deixara em Portugal, sobretudo das mercês fruídas, que iam desde os réditos de suas vilas ao direito especialíssimo de um dia em cada semana caçar às lebres com dois galgos e às perdizes com açor.

O seu herdeiro, D. Francisco, fôra escolhido pelo monarca para o pôsto de maior risco e, finda a peleja, o cavaleiro, contemplando a derrota, ignorando o que sucedera ao Rei até ser chamado à presença do xerife, sentiu perdido o seu Portugal. Declarou pagar o resgate de vinte mil cruzados e foi eleito para ir ao Reino tratar da libertação de todos os prisioneiros, mediante as quantias combinadas. Acompanhava-o o pequenino D. Teodósio de Bragança, que, tendo dez anos, seguira D. Sebastião à África.

Vimioso gastara mais de cem mil cruzados de sua fazenda; atirara o dinheiro em sementeira generosa para quebrar os ferros dos portugueses presos pela mourama, e quem assim procedia também não devia desejá-los em algemas espanholas.

Por isso seguiria o partido de D. António.

Contou-se que, em Marrocos, o seu donaire apaixonara Lela, irmã do monarca vencedor, que jurara receber o baptismo se Vimioso a amasse.

Êle, entre jocoso e prometedor, não a desiludia.

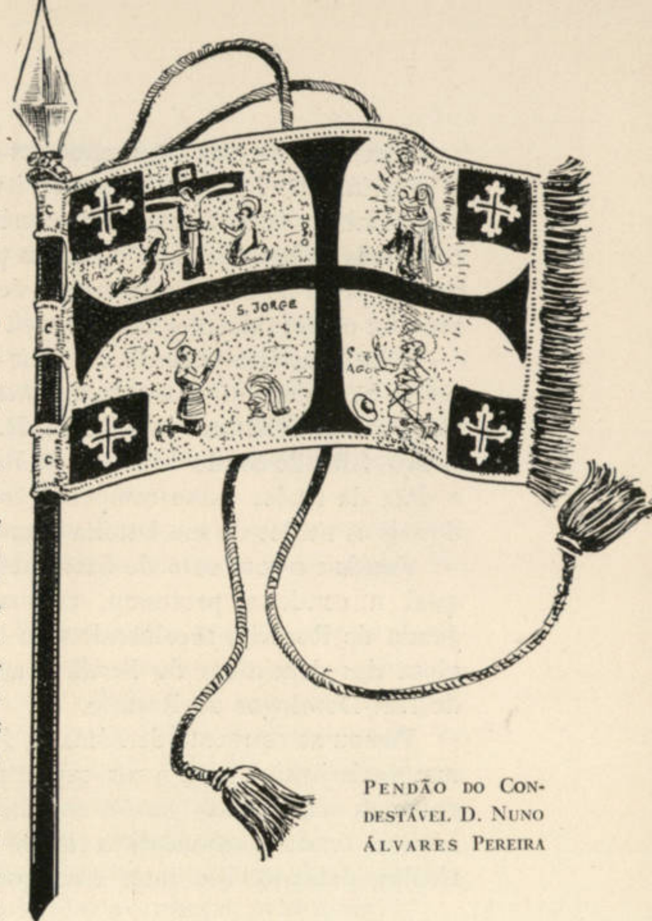
Na residência dos duques de Medina Sidónia, em S. Lucar de Barrameda, declarara não concordar com os direitos de Felipe II à Coroa portuguesa, e, lembrando-se do período heróico de D. João I, evocou o Condestável seu antepassado e pensou em acompanhar o filho do Infante D. Luís. Seria para êle o que Nuno Álvares representara ao lado do Mestre de Aviz.

Eram outros os tempos e os caracteres. Na agonia do Reino dirigira-se a Setúbal e escrevera uma carta a Pedro Docem, na qual narrava a traficância preparada por aquêles cujo dever consistia em salvar a Independência:

Dêste reino não se pode bem falar sem lágrimas; não pareceu bem aos governadores defendê-lo e assim deixaram Almeirim e vieram aqui a Setúbal, a fazer côrtes com pessoas que tinham parcialidade de Castela. Estavam as mesmas côrtes para entregar-se; atalhar isto custou-me arriscar a vida muitas vezes, e algumas pôr a mão na espada. Quiseram defender-me a entrada com companhias de arcabuzeiros, levantou-se o povo por mim; e depois quiseram prender-me porque fui, com gente armada, ao paço e também não puderam. Enfim, fecharam-se as Côrtes que eram de todo castelhanas.

El Rei de Castela está em Badajoz com pequenito exército que não passará de 17.000 infantes e os mais deles bisonhos e rotos, e 21.000 cavalos em que não há 300 úteis; e ainda que a peleja não começou, alguns lugares do Alentejo tomaram a sua voz. O povo impaciente levantou por seu rei o senhor D. António, haverá oito dias, com grande aplauso. Está aqui em Lisboa e espera-se amanhã aqui e que os governadores se ponham a salvo esta noite. O duque de Bragança foi-se esta manhã, diz êle, qua a morrer honradamente em defensa do reino, o qual sem dúvida parece que se defenderá honradamente. Lisboa está fortíssima; e por constar que se esperam por horas grandes socorros dos príncipes cristãos, dizem que o senhor D. António está já obedecido no Tejo acima em todos os lugares e todo o povo o deseja. Aqui é muito temido dos que não temem a Deus. Eu estou indiferente e sòmente no que houver de defender hei-de estar e seguir o que fôr direito e cristandade e honra, que me cumpre conservar, porque todos os grandes dêste reino, seguindo parcialidades, o deixaram passar, Vila Real, Castelo Branco, Tentúgal e Bragança e outras assim. Eu só hei ficado nestas côrtes em que afirmo a Vmce, que Portugal me deve estar hoje livre; eu o defendi mais com a minha pessoa que com as armas, como fez aquêle Santo Condestável de quem venho; e o bispo da Guarda, meu tio, e o senhor D. João Telo e o senhor D. Manuel, levantaram e sustentaram o Senhor D. António não por... mas porque não houve outro modo de defender-nos. Confio que com efeito se fará e que Vmce achará tudo quieto.

Não posso agora dizer mais nada. A êsses senhores todos beijo as mãos. De Setúbal 27 de Junho de 1580 [1].



Pendão do Condestável D. Nuno Álvares Pereira

Quem assim pensava só tinha um caminho a seguir. Trilhou-o e morreu pelo Rei que escolhera, contando vinte e nove anos dignos de um paladino do sangue do Condestável, cujo pendão fôra a glória de Portugal.



A mãe e as irmãs do conde de Vimioso sofreram num convento de Espanha tôdas as misérias, desde os insultos à fome.

---

[1] Camilo Castelo Branco. — *Sentimentalismo e História.*

Sucederia na casa, após enormes questões políticas e judiciais, D. Luís de Portugal, irmão do finado, e que também estivera cativo do xerife. Recebera tantas feridas a batalhar que o deram por morto. No regresso, prêso no cárcere do castelo de Trocaz, ali ficou até que o chefe da casa desapareceu do Mundo.

Sôlto, mas sem pecúnia, D. Luís começou a requerer os bens dos seus maiores, amparado pelos que serviam os castelhanos; casou com D. Joana de Mendonça, filha do conde de Basto, D. Fernando. Recebeu o dote da espôsa como compensação das amarguras e depois os títulos de sua família com os apanágios.

Fundou o convento do Sacramento de Lisboa, no qual a condessa professou, crismando-se em sóror Joana do Rosário, recolhendo-se o espôso à casa religiosa dos domínicos de Benfica, adoptando o nome de frei Domingos do Rosário.

Passou ao convento de Almada, foi a Madrid reclamar mais justiça para a sua casa e acabou em Évora, entre os seus irmãos na fé, contando oitenta e dois anos e tendo renunciado a favor do filho os seus títulos, deixando-lhe mais encargos do que réditos.



Foi o amor que salvou a casa de Vimioso porque o quinto conde, D. Afonso de Portugal, desposando D. Maria de Mendonça, filha dos condes de Castelo Rodrigo, tão ligados aos Áustrias, conseguira empenhos abonados.

A noiva era devota; o consorte requereu ao Rei de Castela a devolução dos bens e, em 1619, já figurava nas Côrtes como um dos procuradores da nobreza, mercê do cunhado e satisfeitas as suas reclamações.

Em 1625 quis partir na armada da Baía e assistiu à restauração da cidade com outros fidalgos que lhe seguiram o exemplo. Já tinha filhos; batalhou com o brio dos seus antepassados.

Encarregado, dez anos depois, de levantar no Alentejo gente que se dizia destinada a servir no Brasil, cumpriu o seu dever e nas Alterações de Évora teve papel idêntico ao do marquês de Ferreira. Coadjuvou-o na parte secreta da revolução, insistindo com o Duque de Bragança para animar a conjura. Aclamou-o em Évora, e, depois de o acompanhar a Lisboa, recebera a alta patente de capitão-general do Reino, o que levantou enormes emulações.

Era parente do Rei, mas não tinha serviços militares suficientes para se antepor a guerreiros de mais renome. Em 20 de Dezembro de 1641, o chefe dos exércitos dirigira-se para o Alentejo em companhia de seu filho D. Luís, nomeado capitão, e de Diogo de Meneses. Estabelecera o seu quartel general em Elvas e ali se preparou para a guerra. Encontrara já muitas obras nas muralhas e nos espíritos, mercê do bispo D. Manuel da Cunha.

D. João da Costa começara a organizar os contingentes, sendo comandantes das duas primeiras companhias de cavalaria D. Rodrigo de Castro e Gaspar de Sequeira Manuel. Matias de Albuquerque foi instruir e levantar infantaria. Escasseava o dinheiro; cobrou-se algum da Côrte e começara a defesa de Olivença.

Era Albuquerque grande soldado prático; ganhara renome nas guerras do Brasil, embora o govêrno espanhol desse por mau o seu serviço, mandando o prêso para Lisboa. À vista das linhas da praça elvense fêz algumas correcções, abrindo três meias luas diante das portas e uma no baluarte de Santa Luzia.

Inspeccionaria atentamente Campo Maior. Com a verba do real de água, pago na cidade fronteiriça, acudia-se às suas despesas. Os soldados apareciam em terços formados em Évora, Beja e Olivença, sendo nomeados capitães-mores das fortalezas, respectivamente, D. Álvaro de Ataíde, Gomes Freire de Andrade e Francisco de Melo.

Ia começar a guerra. Alguns dos capitães não encontravam no conde de Vimioso os predicados precisos para a chefia do exército e diziam devê-la mais ao seu grau de parente do monarca e à sua amizade do que a valor próprio.

Iniciavam-se, dêste modo, as emulações entre os cabos de guerra.

Levedavam contra êle os agravos e, chamado a Lisboa, ficou em seu lugar no comando Matias de Albuquerque, que caprichou em provar o seu saber até ao regresso do conde na efectividade, os encargos do pomposo título e responsabilidade, causa das intrigas e zelos.

Dirigira-se a Estremoz com o fim de formar mais levas de cavalaria e ali o encontrou Francisco de Melo, governador de Olivença, para lhe expor a situação da praça e outros casos de tômo, o que, constando aos espanhóis, foi incentivo para o assalto à fortaleza, que Matias de Albuquerque correu a defender.

O conde de Vimioso continuava na vila e os seus adversários prosseguiam nas intrigas, o que o obrigava a maiores cautelas, pois um desastre concorreria para a perda do seu pôsto, o que consideraria ofensa capaz de o matar.

O comandante que o substituíra, o bravo Albuquerque, procurara-o e conferenciaram acêrca dos casos pendentes, tendo o conde exposto que António Mexia, capitão de Ordenanças de Campo Maior, mantinha correspondência com os espanhóis, com seu consentimento, e fingira concordar na entrada dêles por uma propriedade que possuía na vila.

Sabendo do assalto combinado, os portugueses lançar-se-iam sôbre as tropas do conde de Monterey.

Vimioso contava com a surprêsa para a vitória que o valorizaria.

Opôs-lhe o ousado cabo de guerra razões de pêso, mostrando quanto os castelhanos eram superiores em fôrça e duvidando das afirmações do Mexia suspeitara-o, pois homens dobles não eram de fiar.

O conde de Monterey foi atacar Olivença, que o repeliu por três vezes.

D. João IV mandou chamar novamente à Côrte o capitão-general, evitando assim o jôgo das más vontades dos generais.

Não tardaria muito que sucedesse pior a Matias de Albuquerque. Prendê-lo-iam, tomando-o por duvidoso.

Assim se tratavam, pelas intrigas constantes, os generais de Portugal.



Estava Vimioso em Lisboa e todos o julgavam desesperado e colérico por sua destituïção positiva, embora lhe conservassem o pôsto, quando alguém se lembrou de o aliciar para a conspiração contra o Rei, chefiada pelo arcebispo de Braga.

Manuel de Vasconcelos fôra secretário do capitão-general e não contivera as suas observações acêrca do poder de Espanha e o de Portugal. Segredara Manuel da Silva Mascarenhas que estava iminente a derrota das nossas armas e confiara-lhe o que sabia da conjura, ao que o outro contrapôs a necessidade de participarem ao soberano as terríveis maquinações que se preparavam. Autorizado a revelar tudo, em nome de ambos, o Mascarenhas preferiu confidenciar com o conde de Vimioso a dirigir-se às justiças.

O fidalgo ouviu-o; agradeceu-lhe a comunicação e sentiu que devia mostrar a D. João IV estar mais pronto a servi-lo do que a combatê-lo, e, sem lenitivo para a sua mágoa, só pensava em acudir à torpeza.

Entrou no Paço e contou ao monarca quanto ouvira, aprazando-se uma entrevista da Majestade com Manuel de Vasconcelos e Manuel da Silva Mascarenhas.

Também o marquês de Vila Real tentaria o capitão-general do Reino, visto o arcebispo de Braga lhe ter afiançado que «estava voltado do serviço (de D. João IV) para o de El-Rei de Castela», e o aliciador concluía no seu depoïmento:

«Mas creyo que se enganou, porque eu sou muito antigo e particular amigo do conde de Vimioso e comigo se houvera de descobrir primeiro que com outrem; quando fui vello triste o achey, mas não mudado de fidelidade» (¹).

(¹) Papéis inéditos relativos à conjura da *Alta Traição,* em poder do autor dêste trabalho.

Levara-o ao extremo como lhe cabia. Visitou o arcebispo de Braga, no sítio de Nossa Senhora da Luz, onde residia, e logo o ouviu falar-lhe do que lhe alumiava o entendimento, o fim do reinado, a volta ao domínio castelhano para não sofrerem todos depois da infalível vitória. Não duvidou que o conde estivesse molestado por lhe ter sido retirado o comando, e abrindo-se, sem reservas, citou nomes de conjurados, ao acaso, dizendo-lhe os nomes dos verdadeiros e também os de que não se tinham comprometido, embora muito os desejasse por cúmplices.

Não se agastou com a proposta; ouviu-a e mudou de conversa, indo relatar ao monarca tudo quanto lhe fôra proposto.

Conferenciou El-Rei com o vassalo ante as declarações do arcebispo, que, sendo exactas, se apresentavam de enorme gravidade pela categoria das pessoas que dizia ligadas à revolta. Ficara o conde de Vimioso no segrêdo com D. João IV e pronto a coadjuvá-lo em tôdas as circunstâncias, dando assim as máximas provas do seu patriotismo.

Não lhe coube prender qualquer dos acusados, mas caíram no cadafalso as cabeças principais.

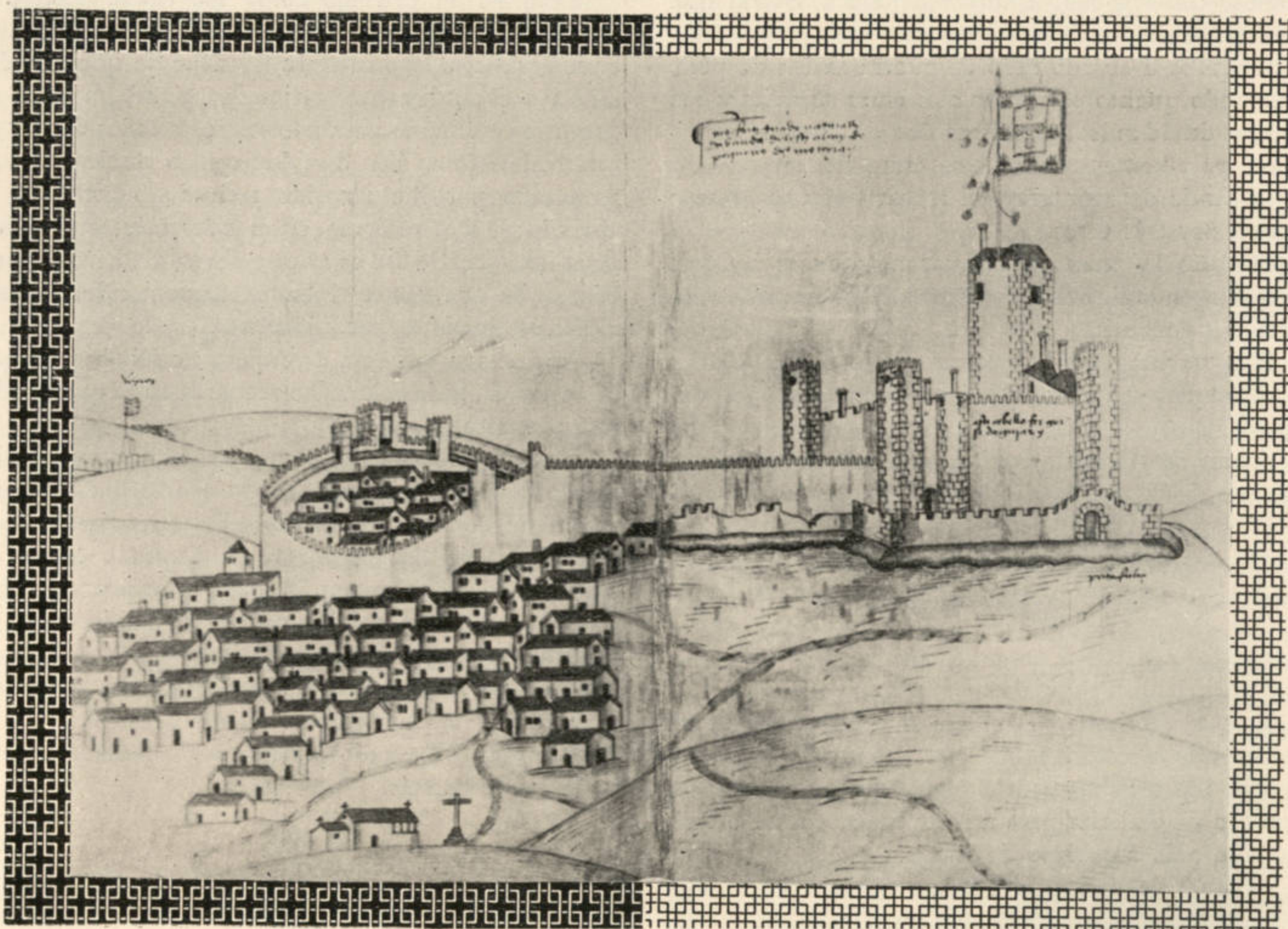
Vimioso ficou mais querido pelo soberano e receberia novas mercês.



No dia 8 de Setembro de 1643, estando D. João IV em Évora, passou a carta régia que elevava o seu querido parente a marquês de Aguiar. Pagava-lhe os serviços; não o destituïria da capitania geral do Reino, embora não a exercesse, mas também não a concedeu a mais ninguém durante a vida do fidalgo que tão leal lhe fôra, pois em vez de se encolerizar com a acção praticada, ao mandá-lo retirar do Alentejo, apressara-se a servi-lo na primeira oportunidade.

Também não fôra esquecido seu filho, D. Luís de Portugal. Depois de ter acompanhado o pai no pôsto de capitão e ajudante de ordens, subira a mestre de campo e não se poupara. Ao saber que em Portalegre se comunicava com os castelhanos, aparecera a súbitas e punira; acorrera a Marvão a pôr têrmo ao espectáculo jocoso do duque de Medina Sidónia desafiando D. João IV para duelo, à antiga, na aldeola de Pitaranha. Aprisionou alguns espanhóis e matou trinta soldados, pelejando à frente da cavalaria do comando de D. Fernando Teles e de Domingos Banha.

O monarca concedera-lhe o título de conde de Vimioso ainda em vida do pai, e o de marquês de Aguiar com o assentamento de parentesco; dera-lhe a alcaiadaria-mor de Juromenha; nomeara-o cavaleiro de Aviz, em 6 de Dezembro de 1647, e fôra



Castelo de Monforte

(Do «Livro Duarte d'Armas»).

colocado ao serviço do herdeiro do trono, o Príncipe D. Teodósio.

Em 4 de Agôsto de 1649 faleceu o quinto conde de Vimioso e só então se dispôs da sua patente de capitão-general do Reino, e ainda assim a favor do primogénito do Rei.

A sua viúva, D. Maria de Mendonça, que sempre dera mostras de intensa piedade e era sexagenária, ao fim de um ano e três meses da morte do espôso retirou-se para o convento do Sacramento, edificado pelos sogros, tomando o hábito e ficando sob a regência de sua filha, madre Margarida da Cruz, mestra de noviças. Ali faleceu em 10 de Outubro de 1659.

Chegara ao seu refúgio a notícia da morte do filho D. Luís, em 2 de Abril de 1655. Não acabara na guerra, mas num duelo travado no Jôgo da Pela, no qual tomaram parte fidalgos de dois partidos: os condes de S. Lourenço, S. João e Castelo Melhor com Rui Fernandes de Almada.

D. Miguel de Portugal herdaria os títulos do irmão com o tratamento de sobrinho conferido pelo Rei.

O sexto conde de Vimioso casara duas vêzes, mas não tivera descendência nem de sua primeira mulher, D. Inês de Azevedo, filha de D. Lopo de Azevedo, almirante de Portugal, nem da segunda espôsa, D. Inácia Maria de Távora, filha do conde de S. João, António Luís de Távora.

Seguindo o exemplo da sogra, a condessa professou. Tomara o véu no convento de Odivelas e atingiu provecta idade.

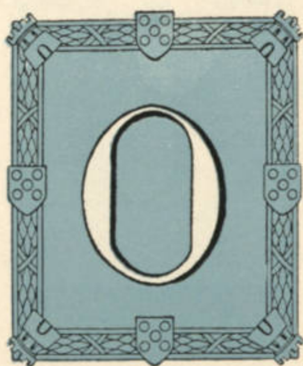
Pertenceria à casa de Vimioso o marquesado de Valença usado pelo primogénito do primeiro Duque de Bragança, D. Afonso, neto de D. João I e de Nuno Álvares.





TOMÉ DE SOUSA

Uma família que bem serviu os Braganças — O genealogista e o soldado de além-mar — Acções de vulto e desprêzo de riquezas — Cedência de sangue e de bens — A aliança do vèdor brigantino — A casa de Redondo



Os duques de Bragança tiveram fidelíssimo vedor na pessoa de Fernão de Sousa, senhor de Gouveia, alcaide-mor de Montalegre, comendador de Santa Maria de Biade e, em 1627, governador de Angola.

Casou com D. Maria de Castro, filha do senhor de Reriz, e entre a sua prole distinguiram-se dois varões: D. Diogo, deputado da Mesa de Consciência e Ordens, arcebispo de Évora e continuador da obra paterna, *Nobiliário das Famílias de Portugal,* e Tomé de Sousa, que tanta grandeza de ânimo mostrou servindo os duques seus senhores e depois seus Reis.

Quando o Duque de Bragança foi nomeado governador das armas do Reino e entrou no Paço da Ribeira — o dos seus antepassados soberanos — para cumprimentar a Duquesa de Mântua, ela mandara desviar a cadeira de espaldar que lhe competia, afastando-a da sombra do dossel, e logo Tomé de Sousa, que acompanhava D. João, tomou o assento e achegou-se ao devido lugar, com grande admiração dos assistentes, já afeitos às vénias rasteiras dos adaptados a tôdas as misérias ou vendidos a todos os dinheiros.

O grande amigo do duque brigantino não podia deixar de fazer parte do número dos conjurados para a sua entronização e apareceu, no dia 1.º de Dezembro, em plano de perigo, atacando a guarda do palácio com o que dera provas de seu ânimo, demonstrando à governadora e aos seus áulicos espanhóis e portugueses o que estava disposto a fazer pela Pátria servida pelos seus durante muitíssimos anos.

Participara, também, na acção contra o castelo de S. Jorge.

Afervorou-se mais a amizade do Rei pelo vassalo, que quis ir à guerra, servindo, por vêzes, na Côrte no seu cargo da vèdoria e depois no de trinchante-mor.

Despojara-se de grande parte dos bens de sua herança, em prata e ouro, e até de uma berlinda, oferecendo-a ao soberano, que a utilizava sempre no dia da procissão do Corpo de Deus. O servidor pagara

daquele modo, com juros, a doação feita por D. Teodósio I à sua família. Sacrificando os haveres à Pátria e ao monarca (¹), não poupara o sangue dispondo-se a derramá-lo a bem do país com dedicado afecto que o monarca reconhecia, a ponto de cuidar do vassalo e providenciar nas coisas que lhe diziam respeito; até mandara ao conde de Soure que lhe cedesse uma tenda de campanha durante a guerra do Alentejo. Encarregara-se de pedir a espada e de conduzir ao cárcere o marquês de Vila Real, quando se descobriu a alta traição, sendo portador da carta do criminoso para o soberano, pois se o dever lhe ordenava a captura do réu, a piedade aconselhava-lhe não lhe coartar os meios possíveis para a defesa.

Casara com D. Francisca de Meneses, filha de D. João de Castelo Branco e de D. Cecília de Meneses, filha de João Coutinho, quinto conde de Redondo, e houvera Fernão de Sousa.

D. João de Sousa, outro filho do fidelíssimo vèdor, seria arcebispo de Braga, e suas irmãs D. Cecília e D. Maria freiras em Santa Marta.

(¹) Dos alvarás passados para as comendas de Santa Maria de Gondar, da Ordem de Cristo, e na de Santa Maria de Messejana, na ordem de Sant'Iago, constam os encargos da casa endividada que legou a seu filho Fernão de Sousa, vèdor de D. Afonso VI, D. Pedro II e D. João V, que lhe amerceou a família com o título de condes de Redondo, por carta de 2 de Março de 1707.

O Primaz falecera em 29 de Setembro de 1710, antes de vestir a púrpura, que depois de elogiosa bula de Inocêncio XII lhe fôra conferida por Clemente XI.

Tomé de Sousa encontrava-se em Elvas no ano de 1648, e ali faleceu no dia 19, legando muito empenhada sua fazenda que votara à causa nacional.

O condado de Redondo passaria à linha dos Sousas na pessoa do primogénito D. Fernão, senhor de Figueiró e Pedrógão, sendo herdeiro de seu tio o bispo D. Diogo de Sousa, esmoler-mor de D. João IV, que, a-pesar-de muito caritativo, possuía ainda bens renunciados a favor do sobrinho, visto os embaraços da casa paterna.

O título proveio-lhe por sua mãe, D. Francisca de Meneses, irmã de D. Francisco de Castelo Branco, oitavo conde de Redondo, visto se ter extinguido a grei de Manuel Coutinho, que obtivera a mercê na qualidade de varão do marquês de Marialva e quarto neto de D. Vasco Coutinho, conde de Borba. Morrera solteiro e o décimo titular seria o filho do vèdor da Casa de Bragança, grande e desinteressado servidor da Pátria e do Rei.

O primeiro conde de Redondo desta família dos Sousas casou com D. Luísa Simôa de Portugal e o seu herdeiro, Tomé como o avô, foi investigador e letrado e honrou apelido da família, juntando às glórias dos Sousas os louros dos Castelo Branco e Coutinhos.





TRISTÃO DA CUNHA DE ATAÍDE

(Senhor de Povolide)

e seus filhos Luís e Nuno

Sua ascendência — A acção na revolta patriótica — Na guerra e na política — O general D. Nuno da Cunha, conde de Pontével — A grande piedade de sua espôsa — Os condes de Povolide



IMORTAL Tristão da Cunha, descobridor das ilhas que consagraram seu nome, teve, entre outros descendentes, Simão da Cunha, que, cacasando com D. Inês de Melo, filha de Duarte de Melo, foi senhor de Povolide, havendo do seu consórcio, além de outros filhos, Tristão da Cunha de Ataíde, apelido que juntara aos seus por herdar o morgado de Atouguia, vago por morte de D. Luís de Ataíde, o notável vice-Rei da Índia. Casaria com D. Antónia de Vasconcelos, filha do célebre chanceler-mor Damião de Aguiar Ribeiro, grande partidista felipino. Os filhos chamaram-se Luís da Cunha de Ataíde, Nuno, Manuel e Pedro, que foram religiosos trinos. A filha D. Isabel entrou como comendadeira na Encarnação e D. Catarina na Madre Deus, onde vestiu hábito.

Tristão da Cunha de Ataíde pertenceu à pleiade dos fidalgos que souberam cumprir o seu dever na manhã de 1 de Dezembro, resgatando as perfídias do sogro, oferecendo dois dos seus rapazes à revolução.

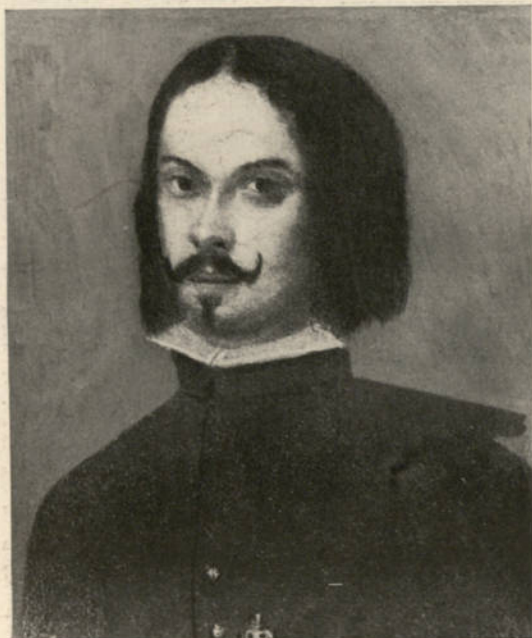
Lá estava com Luís e Nuno.

A sala dos Tudescos e o salão da Duquesa de Mântua viram o chefe de Povolide e aquêles varões da nobre estirpe aclamando a liberdade portuguesa e inscrevendo, mais uma vez, os apelidos da sua grei na História.

Um lampejo de espadas bastou para apagar a sombra negra da beca do chanceler-mor, sogro do descendente do glorioso navegador Tristão da Cunha e avô dos dois bravos que davam à nação o seu esfôrço.

A conjuração do arcebispo de Braga, em 1641, produzira os seus efeitos terríveis nalgumas consciências, e quando D. João IV quis juntar aos juízes fidalgos de comprovada lealdade, para a análise do processo, houve os que se eximiram por se considerarem suspeitos por questões havidas com alguns dos réus, por parentescos próximos ou ainda por amizades com adversários dos que iam ser ouvidos.

Tristão da Cunha de Ataíde, donatário de Povolide, como rezava o documento, fôra escolhido para



TRISTÃO DA CUNHA DE ATAÍDE
1.º conde de Povolide
(Reprodução da miniatura pertencente ao senhor conde de Povolide)

o lugar de um dos que se consideravam «legitimamente impedidos».

Actuaria no julgamento a-pesar-de, a certa altura no original do Alvará, terem transformado seu nome no de Cristóvão ([1]).

Trabalhava afincadamente no processo Pedro Fernandes Monteiro, juiz que devia ter uma grande influência nos reinados seguintes, pisando a lei e o decôro, intrigando para enriquecer e desligando-se, à hora da morte, de tôdas as protérvias, arrependido em confissão mas deixando bom morgadio.

Foi Luís da Cunha Ataíde e Melo, senhor de Povolide, comendador de S. Cosme de Gondar e herdeiro da casa paterna quando seu pai faleceu, em 25 de Janeiro de 1655. Desposara, em 12 de Fevereiro, D. Guiomar de Lencastre, filha de D. Álvaro de Abranches da Câmara, lídimo herói da Restauração, cujo sangue se aliava com o de outro patriota.

O primogénito dêste casamento, Tristão da Cunha de Ataíde, foi o primeiro conde de Povolide; o secundogénito, D. Álvaro de Abranches, comendador de S. Mateus de Soure; Simão da Cunha, o terceiro filho, morreu solteiro. D. Maria de Lencastre desposou seu primo D. Carlos de Noronha, segundo conde de Valadares, neto do soberbo fidalgo que se impusera à vice-Rainha que pretendia encarar ousadamente os revolucionários.

O quarto filho dos nobres senhores chamou-se Nuno da Cunha de Ataíde, e depois de seus estudos de cânones foi cónego, capelão-mor de D. Pedro II, bispo de Targa, tendo recusado a diocese de Elvas; inquisidor geral no reinado de D. João V, ministro assistente ao despacho e cardial de Santa Anastácia nomeado pelo papa Clemente XI.

Na qualidade de membro da Propaganda Fide, de Ritos e Consistorial, soube dar provas do seu zêlo e piedade.

D. Luís da Cunha de Ataíde, que morreu em 1 de Março de 1672, fôra coronel dos Terços e seu irmão, Nuno, também seguira a carreira das armas depois de ter tomado parte com o pai e o primogénito na revolta libertadora.

Partira para o Minho em Agôsto de 1658. Esperava-se um assalto do inimigo comandado pelo marquês de Viana, que levava por mestre de campo D. Baltasar de Roxas Pantoja e por general de cavalaria D. Luís de Meneses, português, filho do conde de Tarouca, agraciado por Felipe IV com o título de marquês de Penalva. Tinha desertado do Reino com outros fidalgos e servia desveladamente a Espanha ([1]).

O comandante em chefe pretendia impedir a todo o transe o embarque de tropas do norte para o sul, pois receava-se que fôsse reforçada a guarnição do Alentejo.

Dispuseram de seiscentos mosqueteiros, que avançaram do forte de S. Luís para o ataque ao fronteiro reduto da Silva, onde o conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos, se encontrava com as fôrças portuguesas. Eram apenas mil os seus soldados. Tinham-se guarnecido fracamente Valença, Monsão, Salvaterra, Lapela, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Melgaço e Lindoso. Havia dois

---

([1]) Traslado do Alvará porque S. Magt. dá tres fidalgos juizes p.ª esta cauza em lugar de outros tres.

«Eu ElRei faço saber aos que este meu Alvará virem que posto que Ant.º Telles de Meneses, Don Miguel de Almeida e Henrique Correa de Sá que nomeio por juizes dos cargos do Duque de Caminha e do Marqs. de Vila Real q̃ estão legitimamente impedidos, hey por sirvo e m. do q̃ em lugar delles sejão Juizes dos mesmos cargos Diogo de Mendonça Furtado do meu Conç.º Pedro da C.ª Veador da Caza da Rainha m.fl sobre todos m.to amada e prezada mulher e Tristão da Cunha de Atayde donatario de Povolide, aos quais concedo o mesmo poder, e jurisdição q̃ aos outros juizes nomeados na prov.am q̃ mandei passar, a qual se ajuntará neste Alvará, q̃ qr.º e mando se cumpra, e quando inteiramente posto q̃ seu eff.to hajam de durar mais de hum anno, e q̃ não seja passado pl.ª chanc.ª sem embg.º das Ordenações em contr.º Pantaleão Perr.ª e fiz em vinte e quatro de Agosto de 1641 annos, e eu Fr.º de Lucena fiz escrever — Rey — Ha V. Mag. por bem de nomear p.fl juizes dos cargos do Duque de Caminha, e do Marq. de Villa Real em lugar de Ant.º Telles de Meneses, D. Miguel de Alm.ª e Henrique Corr.ª de Sá e por estarem legitimamente impedidos e Diogo de Mendonça Furtado, Pedro da Cunha, e Christovão ou Christovão da Cunha de Atayde por V. Mag. o qual eu Correg.or tresladey do proprio q̃ fica em os auttos com q̃ confirma Pedro Fernandes Montv.º o escrevi.

Pedro Frs. Montv.º»

(Inédito destinado à obra *O Processo da Alta Traição*).

([1]) Seu irmão D. Estêvão passou a Portugal assim que pôde fugir e foi marquês de Penalva.

mil e quinhentos auxiliares e treze companhias de cavalos. Dera-se o comando da artilharia a Nuno da Cunha de Ataíde; êle, porém, ante o rompimento do inimigo, tomara consigo os infantes e cavaleiros, indo-lhe ao encontro.

Mandou o capitão Carlos Passanha ocupar um monte e reconhecer as fôrças que avançavam, mas os adversários eram mais poderosos e desbarataram-lhe a vanguarda.

Quis o general repelir os espanhóis das posições ocupadas pela superioridade do número, mas o conde de Castelo Melhor, tendo notícias de que o marquês de Viana tomara o comando de todo o seu exército e com êle atacaria, deu ordem a Nuno da Cunha de Ataíde para recuar. O oficial sentiu que na manobra através de valados perderia muita gente e sustentou o pôsto retorquindo ao tiroteio e não deixando passar os galegos que pretendiam tomar o monte de assalto. A demora permitiu que acorressem as fôrças do comissário geral Almeida Carvalhais e do capitão Diogo Pereira, que atirando-se sôbre os intrusos os desbarataram. Durara três horas o combate e, impàvidamente, os portugueses degolavam castelhanos como se fôssem reses, imitando-os nos usos que tinham estabelecido. Ficara no campo grande número de mortos, sobretudo galegos; perderam a vida oito soldados portugueses, caindo prisioneiros dois capitães espanhóis e sendo ferido o filho do conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa ([1]). Batera-se bravamente assim como os outros oficiais, mas a vitória devera-se a Nuno da Cunha de Ataíde ter sustentado a posição, defendendo muito bem o quartel o capitão Fernão de Sousa Coutinho.

Quando morreu o segundo conde de Castelo Melhor ([2]), glorioso governador das armas, D. Nuno da Cunha escrevera à Rainha Regente contando-lhe o que se passava e as dificuldades nascidas da falta de tão ilustre chefe. Assistiam no quartel general o visconde de Vila Nova, o conde de Miranda, D. Francisco de Azevedo, o bailio de Leça, D. Diogo de Melo Pereira, que, reconhecendo o valor e as qualidades de estrategia do filho de Tristão da Cunha, se dispuseram a obedecer-lhe enquanto não chegava novo cabo de guerra para ocupar o pôsto vago. Era em Novembro de 1658.

Instalaram-se na Aldeia das Choças, de onde podiam observar o inimigo, divisando da serrania tôda a ribeira de Monção que banhava a vila carecida de socorro, pois estavam nela os melhores soldados. Ia dar o ataque com tropas bisonhas, ordenanças e gente mal paga, pois o dinheiro escasseava. A cavalaria estava mal montada. A falta de passagens e a grande duração da campanha tinham inutilizado grande parte dos cavalos. Mandou o general a Fernão de Sousa e Miguel de Lascoal observar os acampamentos dos sitiadores de Monção, que, uma vez perdida, abriria a passagem pelo Minho, tornando, ao mesmo tempo, impraticável a defesa de Salvaterra. A invasão da província prejudicaria sobremaneira o resto das operações e tornava-se fácil a investida, visto Valença e Vila Nova de Cerveira não estarem suficientemente defendidas e serem precárias as fortalezas de Viana e Ponte de Lima. O Pôrto mal resistiria; tampouco mandaria socorros. A situação era gravíssima, havendo todavia um meio de salvar a vila assediada. Enviar-se-ia uma expedição por Melgaço; a rapidíssima corrente do rio arrastaria os barcos, uns quinze, os suficientes para transportar duzentos homens.



D. Antónia de Vasconcelos, espôsa de Tristão da Cunha e Ataíde
(Reprodução da miniatura pertencente ao actual Sr. conde de Povolide)

As embarcações construir-se-iam na vila, lançando-se no pôrto de Rio Mouro, duas léguas abaixo daquela terra e uma acima da de Monção.

Nuno da Cunha de Ataíde ouvira êste relatório e a proposta de Fernão de Sousa, no regresso do reconhecimento, e volveu que tinha o plano de atacar por S. Bento da Tôrre ou pelas costas; aguardava os reforços prometidos, cinco mil homens ao todo, conduzindo Vasco de Azevedo Coutinho gente de Barcelos. O visconde de Vila Nova de Cerveira aproveitá-la-ia; os esquadrões estavam prontos; contavam quatrocentos e vinte cavalos.

O Conselho concordou; em tempo do conde de Castelo Melhor, no mês de Outubro, pensara-se em mandar fortificar o cubelo da Lapela, à beira do rio, servindo os barcos de ponte. Mandou o general construí-los, mas não obtivera mais de seis, quando eram precisos vinte e cinco.

([1]) Depois ministro de D. Afonso VI.
([2]) Ver Biografias.



Luís de Ataíde e Melo
(Reprodução da miniatura pertencente ao Sr. conde de Povolide)

Iniciou-se a marcha em 26 de Novembro, deixando-se bem policiada a Aldeia das Choças, onde se armazenavam mantimentos e se cozia o pão de munição. Iam na vanguarda Francisco Teles da Silva com o seu têrço e duas companhias de cavalos.

Miguel Lascoal, tenente-general de artilharia, comandava as peças e oitenta carros de munições; acampara na Valinha, no sítio que domina os dois ribeiros de Valadares e Mouro, enquanto João Figueira Gajo, um paisano que andava com as tropas, construía os barcos por ordem do general.

Os espanhóis tentavam impedir as manobras lançando-o sôbre o fortim de Montinho com as hostes galegas, mas foram repelidos. Os reforços chegavam em grande número e não era boa a posição dos portugueses, reduzidos aos assaltos para conquistar víveres.

O capitão-mor de Monção, Félix Pereira de Castro, morrera esgotado por tantas fadigas e substituíra-o Francisco da Cunha da Silva, que começou por desembaraçar-se dos feridos, visto serem inúteis e terem de ser sustentados. Meteu-os em setenta barcos e lançou-os pelo rio, sendo-lhes embargada a passagem pelos espanhóis de Aitona, que os rechaçaram, refugiando-se por fim em Salvaterra, onde morreram.

Um correio trouxera o despacho do governador de Entre Douro-e-Minho para o visconde de Vila Nova de Cerveira, onde gozava da autoridade de seu alto nascimento, de filho da região e de experimentado cabo de guerra.

Estavam apetrechados e carregados os barcos que deviam socorrer Monção; transportavam mil quatrocentos e sessenta alqueires de trigo, legumes, refrescos e medicamentos e oito quintais de balas e morrões. Desceram as embarcações mercê da esperta e viva corrente do Minho e os sitiados não deixaram de ser socorridos.

Não fôra desacertada a acção de Nuno da Cunha, que os cronistas militares celebraram.



Casou o bravo general de artilharia com D. Elvira Maria de Mendonça e Vilhena, filha de D. João de Sousa de Vilhena, alcaide-mor de Tomar, mestre de campo no Alentejo e governador de Trás-os-Montes, presidente do Senado da Câmara, vèdor da casa de D. Luísa de Gusmão, de quem sua filha era dama de honor.

Em 1662, quando se tratou do casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra, conferiu-se o título de condessa de Pontével à herdeira do alcaide-mor, sendo o genro agraciado com a mesma mercê por Carta Régia de 15 de Abril.

Não era bonita a nova condessa, que partia para a terra de hereges com o espôso e D. Maria de Portugal, condessa de Penalva, também dama da soberana da Grã-Bretanha.

Filha de Gomes de Melo, alcaide-mor de Lamego, famoso linhagista, e de D. Maria de Portugal, fôra escolhida para acompanhar a Princesa, visto ser uma das damas mais estimadas de D. Luísa de Gusmão e recebera o título (1).

Também ia a bordo o marquês de Sande, na qualidade de embaixador extraordinário. A filha de D. João IV levava no seu séquito vassalos fiéis que não poderiam assistir aos seus sofrimentos.

Valeram-lhe os arrábidos, mesmo sob as cóleras dos antipapistas; foram os grandes consoladores da atribulada alma de espôsa do estúrdio Carlos II.



Desde 1653 a 1655 exerceu Nuno da Cunha o pôsto de capitão-general do Algarve, sendo provedor da Misericórdia de Lagos até ao fim do seu govêrno, que retomaria em 1674 e 1675.

Ali passou uma interessante certidão que se encontra arquivada:

D. Nuno da Cunha, Athayde, conde de Pontevel, do conselho de S. Alteza e de guerra, governador de Ferreira, alcaide-mor de Sernancelhe, comendador das comendas de Santa Marta..............

(1) Morreu solteira em Inglaterra, no ano de 1681.

e de S. Miguel de Vila Bôa (?) da Ordem de Chisto e capitão general do Algarve, etc.

Pedro Martins de Lordello, escrivão da matricula que assina esta por impedimento do contador da Fazenda de Sua Alteza, Fernando de Contreiras, apontador da gente de Tanger, fasemos saber aos que a presente certidão virem que Antonio Marreiros Soares, cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Alteza, e da ordem de Christo, serviu em a cidade de Tanger com suas armas de soldado em uma das cinco companhias que eram ordenadas á dita cidade, cinco annos e seis meses que começaram a 4 de Outubro de 1652 findos em cinco de Março de 1658 como consta do apontamento junto do apontador no decurso de tal tempo se achou na ocasião de guerra que com os mouros se offereceram, nelas ocupou os postos que lhe foram designados por seus maiores onde fez a sua defida obrigação, como outro a fez na occasião em que os mouros por duas vezes que assaltaram aquella cidade assistindo dia e noite no baluarte do — (?) Bispo que sendo muito pontual a acudir com todas as suas obrigações como as de guarda e vigia do muro rondando e fasendo as suas sentinellas nas noites de maior importancia e risco, havendo-se em tudo com a pontualidade que se espera de pessoas da sua qualidade, imitando a seu pai e avós que todos foram dos principais daquela cidade e por do conteudo pedir a presente lhe mandei eu general passar. O padre Diogo Sá Penha a fez em Lagos aos 17 de Maio de seiscentos setenta e cinco. E eu Fernando Contreiras a fiz escrever e subscrevi.

(aa) Conde do Prado ([1]) — Pedro Martins de Lordello, Fernando de Contreiras. ([2])

Tomou em grande conta as fortalezas do Algarve o general que comandara tão distintamente no Minho, e no antigo forte de S. João da Conceição, de Tavira, encontra-se sôbre a porta da capela uma lápida onde se lê:

A Esta Fortaleza Deu Principio o Sor Conde de Val de Reys Governando este Reyno, a qual mandou acabar o Smº Conde de Pontével, D. Nuno da Cunha e Athayde, Governador deste Reyno E fazer esta Ermida na capela de 1672. ([3])

Devia vir ansioso de pagar à religião de seus pais os desacatos a que a vira sujeita em Inglaterra, e então restaurara o templozinho assinalando na pedra a sua fé como nas guerras ao entrar na História.



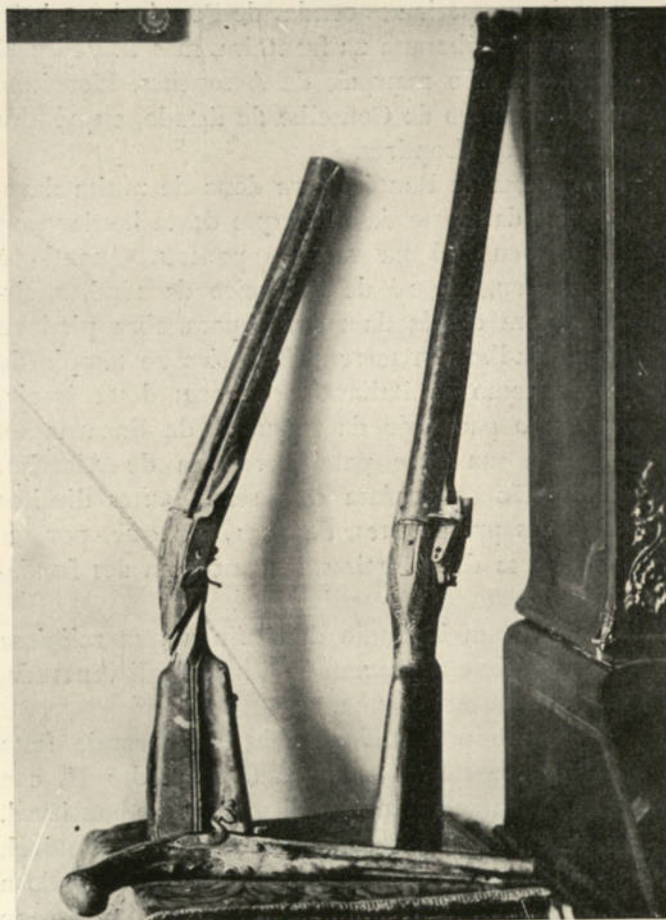
Em Maio de 1669 o conde sofreu um desaire. Guardara magnânimamente, em sua casa, um foragido que acolhera com o ânimo bem português que manda abrir as portas aos perseguidos, dar pão aos famintos e água a quem a pede, embora seja o pior inimigo.

O corregedor do bairro especara-se à porta da

([1]) D. Francisco de Sousa, depois marquês de Minas.

([2]) Manuel João Paulo Rocha — Monografia: *As fôrças militares de Lagos nas guerras da Restauração e da Península.*

([3]) Foi propriedade do senhor Joaquim de Melo Trindade, passando a seu neto Fernando, filho do antigo juiz em Faro, senhor doutor Portilho.



Armas da época da Restauração, pertencentes ao sr. conde de Povolide

residência para haver às mãos o réu, mas o conde, saindo com seu irmão, encarou de má sombra o homem de justiça e descompô-lo, no que o acompanhou o primogénito.

O Regente mandou prender os grandes fidalgos e «ordenar que fôssem levados à fortaleza de S. Felipe de Setúbal, aonde o castigo lhes advertisse o respeito que deviam ter aos Ministros da Justiça na execução dela».

Padeceu muito a prosápia de ambos porque, não querendo entregar o hóspede, afrontaram o oficial da lei.

Não impediu o castigo o reconhecimento do valor e importância do nobre senhor, que, por alvará de 30 de Outubro de 1677, recebeu o título, em duas vidas, para o primogénito de sua casa. Nascera uma menina que faleceu, deixando os pais desolados. No ano de 1688 o conde de Pontével foi nomeado embaixador extraordinário a Inglaterra para conduzir a Portugal a Rainha D. Catarina, que não viria naquela data, ficando a enviatura sem efeito ([1]).

([1]) A soberana só regressou em 1693. D. Catarina enviuvara em 16 de Fevereiro de 1685 e embarcou em Londres para voltar à Pátria em 29 de Março de 1692, chegando a Lisboa a 20 de Janeiro do ano seguinte.

Parecia competir aos condes de Pontével a missão de aguardar a soberana na fronteira, mas D. Pedro II mandara à raia o marquês de Arronches, Henrique de Sousa, membro do Conselho de Estado, e que fôra embaixador em Londres.

A condessa de Pontével era dona de muita devoção; depois da morte da filha, que devia herdar seus avultados bens, só na religião pensou. Quando o espôso faleceu, em 10 de Fevereiro de 1696, a virtuosa senhora dispôs da riqueza para obra piedosa.

Pertencia-lhe um terreno fronteiro ao templo do Loreto, e como os italianos, senhores desta igreja, desejassem o padroado da freguesia da Encarnação, passara-se a sua sede para a ermida do Alecrim. O cabido não concordara com semelhantes direitos baseados nos precedentes, de 1551, em que, por ser extensa a área dos Mártires, se concedera aos fundadores do Loreto aquêle privilégio.

Em 1651 um incêndio destruíra a casa religiosa dos estrangeiros e a imagem da Virgem, ali venerada, foi colocada na ermidinha.

Restaurado o edifício, celebrou-se grande festa e procissão, na qual tomou parte D. Pedro II, e o Núncio, D. Marcelo Durazzo, disse missa de pontifical.

Ao travar-se a questão, a condessa de Pontével, que se aborrecera das pompas, mal freqüentando a Côrte, onde gozara proeminências, ofereceu o terreno para se construir a igreja da Encarnação e começou a requerer a licença de Roma.

Bateu-se a pedra inicial em 4 de Junho de 1698, e as obras fizeram-se à custa da ilustre senhora, que quis ver instalada a paróquia. Assinou-se a escritura com o Cabido, em 5 de Junho daquele ano, e para o fim designado em 16 de Agôsto de 1700.

Não poupou um ceitil; apresentou pároco, coadjutor e tesoureiro, que, após o falecimento da protectora, passariam a gozar das regalias do resto do clero da diocese. Instituíu-se, igualmente, a irmandade do Santíssimo, fabriqueira e administradora dos bens legados ao templo votado a Nossa Senhora da Encarnação.

Despojara-se do seu ouro e prata; ia concedendo tudo à fábrica religiosa a venerável senhora que só para a sua obra vivia.

Teve grande brilho a procissão que se realizou depois de ser benta a igreja, em 6 de Setembro de 1708, oficiando o arcebispo de Évora D. Simão da Gama. Ornou-se o templo de magnificência e para ali foi trasladado o cadáver do conde de Pontével, que jazia em S. Francisco da Cidade, no mesmo edifício onde repousava D. Felipa de Vilhena. Erigiu-se um túmulo na capela-mor da Encarnação e quis a condessa que seus restos fôssem depostos perto dos do amado marido.

Deus prolongou-lhe a existência até aos noventa e um anos; morreu pobre, pois doara tudo. Na pedra tumular que a cobria, e que o terremoto de 1755 destruíu com os mausoléus, lia-se:

> *Aqui jaz a condessa de Pontevel, D. Elvira Maria de Vilhena, que, com heroica piedade, fez a soberana Virgem Mãe de Deus, herdeira de seus bens na sumptuosa fabrica deste magnifico templo como a outra matrona na igreja de Santa Maria Maior. Faleceu em 30 de Dezembro de 1718.*

A casa do conde de Pontével passou a seu sobrinho, Tristão da Cunha de Ataíde e Melo, primeiro conde de Povolide, por mercê de D. João V, datada de 6 de Janeiro de 1709, tendo sido o senhorio de que proveio aquêle título instituído por D. Afonso V em 24 de Junho de 1464.

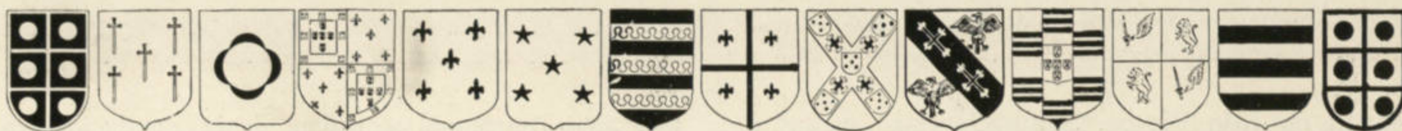
Embarcando na armada que foi a Turim para conduzir o duque de Sabóia a Lisboa, o fidalgo figurou entre os primeiros nos cargos de bordo. Devia aquêle Príncipe desposar a Princesa D. Isabel Josefa, filha de D. Pedro II, mas adoeceu, ao que se dizia, gravemente e adiou-se o consórcio, pois a mãe do nubente, que regia os estados, opusera-se à união e descobriu-se no mal mais pretextos que realidades.

Era o noivo Vítor Amadeu III, filho de Carlos Manuel e de Maria Joana Baptista de Sabóia Nemours.

Podia reinar em Portugal, pois tinha-se derrogado a disposição das Côrtes de Lamego, que não permitia a união das herdeiras do trono com Príncipes estrangeiros.

Voltara a armada sem o prometido da Princesa. O conde de Povolide foi também mestre de campo do têrço de Pinhel e casou com a filha do conde de S. Vicente, D. Arcângela Maria de Távora, e houveram, além de Luís Vasques, segundo conde do título, D. Miguel Carlos da Cunha, o celebrado D. Frei Miguel da Anunciação, que tanto sofreu enclausurado na tôrre de Belém no reinado de D. José I; Nuno da Cunha, jesuíta; D. Maria Caetana, que desposou Brás Baltasar da Silveira; e D. Guiomar, monja no Mosteiro da Anunciada de Lisboa.





PEDRO DE MENDONÇA FURTADO

Um grande agente revolucionário — Sua acção no movimento libertador — Honras e trabalhos — A sua descendência — O vice-Rei Luís de Mendonça, conde do Lavradio — Destinos de Francisco e de Jerónimo de Mendonça



EDRO de Mendonça Furtado, filho do alcaide-mor de Mourão Francisco de Mendonça, comendador de Tânger, e de sua espôsa D. Beatriz de Noronha, da família dos Abranches, sucedeu ao pai na alcaidia e viveu sempre tão apegado aos Braganças que nas idas e vindas a Vila Viçosa não se tornava suspeito, já pela vizinhança de sua vila, já pela amizade que ligava o gentil-homem ao duque D. João.

Os conspiradores tinham-no escolhido para elemento de persuasão e êle saía, pouco a pouco, com maior audácia, avançava para recuar, encontrando sempre a desconfiança do futuro Rei.

Trabalhara intensivamente; ligara-se, desde o comêço da conjura, a D. Antão Vaz de Almada, a Jorge e Francisco de Melo, e não sossegava, dando constantemente a entender ao duque ser êle a única esperança dos patriotas. Por vêzes tratava-o como se fôsse soberano, procurando encontrar na sua aquiescência às cerimónias sinais de cumplicidade, mas, na reserva e engenho de seu temperamento, D. João acompanhava-o até à porta da sala em vez de quedar-se no local da entrevista como usaria um monarca, e ao ver que o fidalgo se curvava para lhe beijar a mão, atalhara: «Não ponhas a couve primeiro que a carne».

Não havia forma de obter a promessa que todos aguardavam, mas caber-lhe-ia o grande papel na entrevista definitiva quando fôra de Lisboa com o recado dos conjurados, visto João Pinto Ribeiro regressar à embaixada, pois o amo poderia imaginá-lo cheio de ambição e, como seu empregado, querer comprometê-lo para subir em cargos, medrar em meios.

O duque confiara-se um pouco a Mendonça Furtado, e da entrevista saíra, depois, a tão célebre resposta enviada misteriosamente a D. Miguel de Almeida: «Fomos à tapada. Deram-se alguns tiros. Acertaram uns e erraram outros. Grande é a pru-

dência de João Pinto». Segundo versão menos espalhada, esta última parte teria uma correcção. O alcaide escrevera: «Grande é o juízo de João Pinto».

Finalmente tudo se arranjara, e desde que o duque de Bragança se dispôs a aceitar a Coroa não houve mais fervoroso, nem mais atento soldado, nem mais respeitoso vassalo.

Arremeteu pela sala dos Tudescos na manhã do 1.º de Dezembro e, depois de desarmar a guarda, lançara-se na acção com a fúria de quem queria vencer. Se perdessem na luta não seria por sua culpa. Abrira a passagem para a entrada, de roldão, nos aposentos de Miguel de Vasconcelos; estivera junto da Duquesa de Mântua até à hora da sua prisão e partira com Jorge de Melo para Vila Viçosa a contar ao Rei aclamado na praça pública o que vira, ajudara a realizar e proclamara.

Teve a honra de entrar em Lisboa ao lado do soberano com os condes de Vimioso, o marquês de Ferreira e irmão do monteiro-mor, cabendo-lhe depois a mercê de guarda-mor da real pessoa.

Pela sua categoria assistiu no tablado do Terreiro do Paço e na Sala dos Tudescos à aclamação pomposa de D. João IV, que sempre o distinguiu.

Coube-lhe, de companhia com António de Saldanha, proceder à prisão do duque de Caminha, acusado de conspirador, e conduzi-lo à Tôrre de Belém, onde os magistrados o interrogariam sentenciando-o ao cadafalso.

O secretário de Estado, Francisco de Lucena, acusado de contratos secretos com a Espanha, foi mandado enclausurar em S. Julião da Barra, e quando o monarca desejou soltá-lo, por falta de provas, escolheu para o encargo de libertador o seu amigo e confidente de outrora. Sabia ser-lhe grata a missão por ser muito ligado a D. Francisco de Noronha, cunhado do ministro. Não demorara a jornada; partira ràpidamente para a fortaleza e ia dar cumprimento ao mandato quando chegaram as determinações em contrário. Iam executá-las dois dos amigos e sócios de Pedro de Mendonça na conjura de 1640: Jorge de Melo e D. Álvaro de Abranches. Suspeitou-os de momento, ou por afecto ao réu ou por alucinado juízo, pois não compreendia o volte-face de El-Rei. Ignorava que tinha aparecido o que se chamou provas comprometedoras para o ministro, e dispôs-se a resistir, chegando a mandar assestar as peças e considerando aquêles fidalgos «inimigos do Reino e de quererem destruí-lo».

Volvera-lhe o enviado de Jorge de Melo que D. João IV dera novas instruções acêrca de Francisco de Lucena e, então, caindo em si, envergonhado e confuso obedecera, sendo o culpado — como o capitulavam — entregue a quem devia conduzi-lo ao Limoeiro.

O alcaide-mor de Mourão desposou D. Catarina de Meneses, filha de João Telo de Meneses, e houve Francisco de Mendonça Furtado. Casou em segundas núpcias com D. Ana de Mendonça, filha de D. Jerónimo Manuel, o «Bacalhau», e tiveram D. Luís, que foi conde do Lavradio; Jerónimo, Nuno, João e Maria Josefa, que desposaria Pedro Guedes de Miranda, estribeiro-mor.

Dotado de grandes qualidades militares, Francisco de Mendonça Furtado assemelhava-se ao avô, comendador de Pinhel, de Alcácer e de Mazagão e alcaide-mor de Mourão.

Não admirava que o primogénito de Pedro de Mendonça Furtado possuísse braveza e audácia. Os antepassados paternos e maternos tinham sido guerreiros.

Ainda em vida do pai, recebendo a alcaidia, que ganhara maior importância em virtude da guerra das fronteiras, não podia conter-se ante as surtidas constantes dos espanhóis. Passavam a assaltar os lugares; roubavam; lançavam-se nos vexames e nos latrocínios. O capitão pensou no desagravo e quis levá-lo a cabo lançando-se sôbre Valença de Bomboi, terra espanhola a uma légua de Amareleja, guarnecida com infantaria e cavalaria, pelo que o comandante do Alentejo, D. Francisco de Sousa, hesitou em dar consentimento, desde logo, ao assalto. Naquele ano de 1641 não havia mais de mil camponeses mal apetrechados e quarenta cavaleiros, gente de Moura e de Mourão, com melhor vontade que armamento e munições para opor aos de além-raia que pilhavam.

Fingindo que iam proteger a colheita do trigo na Amareleja, moveram-se os improvisados batalhadores às ordens de D. Francisco de Sousa e de Francisco de Mendonça Furtado e, à boquinha da noite, marcharam sôbre a vila, que se pôs em defesa, formando os seus numerosos mosqueteiros fora dos muros, auxiliados pelos paisanos que tinham cavado as trincheiras. Os portugueses galgaram os primeiros obstáculos; carregaram intrèpidamente, e os atacados recuaram, até que, vendo a vila abandonada, a assaltaram, produzindo os maiores destroços e fazendo saque ópimo com que se resarciram dos ataques castelhanos.

O chefe não deixava de se expor.

Em 7 de Agôsto de 1641, o duque de Féria e os marqueses de Vila Nova e de Castro Forte reüniram mil e seiscentos cavalos e dois mil soldados de infantaria e apresentaram-se diante de Mourão em pé de guerra.

Francisco de Mendonça dispôs-se a resistir e tão ardentemente que, a-pesar-de invadida a trincheira, os espanhóis retiraram com grandes baixas, tendo saqueado a parte arrabaldina. À partida para Juro-

menha apanharam novo choque e os de Mourão, com as incursões feitas em Espanha, bastamente se vingaram dos golpes recebidos na invasão comandada pelos notáveis fidalgos.

Para se apossarem da praça foi necessário um cêrco em forma feito pelo duque de S. Germano, e que o começou em 13 de Junho.

A alcaidia estava, quási sem defesa, entregue a um governador, João Ferreira da Cunha, sendo tão pouco sólidas as muralhas que dificilmente resistiriam por mais de um dia a ataque bem regulado das peças.

Entregou-se a vila, que Joane Mendes de Vasconcelos recuperaria no mês de Outubro.

Francisco de Mendonça andava na Côrte, onde, em acção de dignidade, quereria, mais tarde, proteger o seu Rei.

D. Afonso VI, despojado de prestígio, antes de lhe roubarem o trono e o tálamo ([1]), soubera que a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia saíra do Paço para o convento da Esperança e, arrebatadamente, quisera retirá-la do mosteiro numa arremetida brusca.

Ela exigia o seu dote para partir; desejava recolher-se a França, ao que dizia, mas preparava-se já a manobra política que devia dar o poder ao Infante D. Pedro com a posse da sedutora francesa.

A pretexto de que Portugal não podia pagar o dote da Rainha, conforme se estabelecera no contrato nupcial, pretendia-se resolver de outra maneira o assunto. Ficaria no Reino casada com o regente, embora o povo se irritasse, pois a nobreza quási tôda concordava com quem vencera.

Não pertencia Francisco de Mendonça Furtado ao número dos que apoiavam aquêle conúbio e comprovou-o conspirando para restabelecer o monarca no trono usurpado.

Depois das pazes, o conde de Humanes, ministro da Espanha em Lisboa, conseguira convencer alguns fidalgos da possibilidade de fazer evadir o monarca de Angra do Heroísmo e, casando-o com a Rainha viúva de Felipe IV, dar-se-ia novo caminho aos negócios de Portugal. Comprometeram-se nessa conjura vários fidalgos, alguns dos quais pagaram com a vida o arrôjo.

O alcaide-mor de Mourão fugiu para Castela e foi condenado à morte à revelia. Casara com D. Isabel de Mendonça, filha de Francisco de Melo, o monteiro-mor.

Houvera um bastardo de nome Francisco e uma filha ilegítima, D. Mor, que desposara o capitão de infantaria João de Almada e Melo. Cumpliciado sócio do sogro na emprêsa revolucionária, enlouquecera.

([1]) Na biografia do conde de Castelo Melhor faz-se a descrição dos acontecimentos do reinado de Afonso VI.

No dia 10 de Maio de 1674 elevou-se um patíbulo no Rossio, ao qual deviam subir os chefes da conspiração. Mandara-se fazer um boneco de palha, que diziam representar o foragido, e lançou-se o pregão:

«Justiça que manda fazer o Príncipe Nosso Senhor em Francisco de Mendonça, que morra degolado por cabeça da conspiração contra a vida do Príncipe e Estado do Reino, seus filhos infames e tôda a sua descendência; suas casas arrasadas e salgadas e seus bens confiscados para a Coroa por ter incorrido na pena da lei.»

Também não conseguiram apanhar o filho do condenado.



Luís de Mendonça Furtado viera ao Mundo no Lavradio. Indo servir na Índia, fizera parte do govêrno ([1]) com Manuel de Mascarenhas e D. Pedro de Lencastre, enquanto não chegava o novo viso-Rei António de Melo e Castro.

Voltou a Portugal e, quando a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia exigiu o dote para abandonar o Reino, o soldado ofereceu nove mil cruzados, esperando que outros correspondessem com o zêlo necessário, «mas não se aproveitou dêle o Príncipe, porque só o casar-se era o remédio do seu achaque. Afastou-se êste fidalgo da Côrte, porque se conheceu quanto apartado estava da opinião e do engano com que todos aprovavam a cegueira do Príncipe ([2]).

D. Pedro consorciou-se com a cunhada, após o escandaloso processo da nulidade do matrimónio, cuja sentença foi pronunciada em 24 de Março de 1668. Três dias depois realizava-se o casamento, estando ainda D. Afonso VI prêso no Paço da Ribeira.

Devia ser grande o prestígio de Luís de Mendonça Furtado para, após a sua manifestação a favor do deposto, lhe concederem a vice-realeza da Índia, sendo-lhe conferido o título de conde do Lavradio, a terra onde nascera ([3]).

Sucedia ao conde de S. Vicente naquele govêrno, cujas dificuldades conhecia ([4]), e tratou de mandar construir as defesas e feitorias, que se instalaram, com suas muralhas, em Onor, Barcelor e Mongalor. À habilidade diplomática de D. Luís juntava-se a fôrça do

([1]) Desde 14 de Junho de 1661 até 14 de Dezembro de 1662.

([2]) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

([3]) O decreto foi chancelado em 1670, bem como a nomeação de vice-Rei, firmada em 9 de Março de 1670.

([4]) Governou de 1671 a 1677.

guerreiro que batalhara tantos anos naquelas paragens. O Rei de Canará concordara nas magníficas concessões que muito serviam ao comércio português.

Ao cabo de seis anos, D. Luís de Mendonça regressava; o navio que o conduzia tocou nuns baixios e o passageiro ilustre salvou-se, ficando em Moçambique. Morreria, porém, na viagem para Lisboa, deixando muitos bens sem haver sucessão directa.



Jerónimo de Mendonça Furtado, irmão do vice-Rei da Índia, também recebera honras idênticas. Coubera-lhe o govêrno de Pernambuco ao cabo de altos serviços de soldado muito da tradição familiar.

Fôra capitão de cavalaria na guerra da fronteira alentejana. Bateu-se na batalha do Ameixial (¹), e, quando se anunciou a vitória, o conde de Vila Flor chamou-o, entregou-lhe as bandeiras tomadas ao inimigo e mandou apresentá-las em Lisboa, onde chegou num sábado, dia que André de Albuquerque, ilustre cabo de guerra, venerava por dedicado a Nossa Senhora da Conceição.

Entrou no Paço da Ribeira pelas vinte e uma horas e estalou a surprêsa. A grande derrota dos espanhóis enchera de júbilo os que a aprenderam e, em alarde espontâneo, apareceram as salas iluminadas; radiava-se na régia moradia e o Rei desceu com o Infante para a capela, ajoelhando em graças à Virgem por tão glorioso triunfo.

O conde de Castelo Melhor, considerado o grande organizador da vitória, requereu ao monarca que se celebrasse condignamente tanta ventura. Disseram-se missas solenes por alma dos oficiais e soldados que pereceram na honrosa e feliz batalha.

Ficou Jerónimo de Mendonça como mestre de campo de um têrço de Lisboa, mas quiseram honrá-lo e deram-lhe o govêrno de Pernambuco, onde o soldado, jactancioso dos louros, manifestava extremos desdéns.

Desprezava o povo, desatendia-o, e até às pessoas principais. Quanto mais lhe obedeciam maior era o seu despotismo, e como seguissem a norma tradicional de verem nêle, governador, a imagem da real pessoa, soberano se considerava e de um absolutismo que indignava tôda a gente.

Conspirou-se contra êle; aliciaram-se os dois terços de infantaria que julgava fiéis aos seus desígnios, e quando menos esperava, em dia de seu passeio pomposo, saíu-lhe à frente o juiz da Câmara André de Barros Rêgo, com a vereação, e prendeu-o em nome do povo da capitania ultrajada.

— ¿Quem lhe deu poderes para tanto? — preguntou com a sua soberba de capitão, encarando o magistrado, os edis e a turba que o rodeava.

Levou a mão aos copos da espada e logo se ergueu clamor enorme, que o homem de leis aplacou respondendo, cheio de fôrça, capturá-lo em nome da nobreza e do resto da população e porque o salvava de suas iras. Se continuasse a exercer o mando daquela forma poderia fazer com que a cidade voltasse a indignar-se tanto como no período do govêrno dos heréticos batávios, o que prejudicaria a grandeza da Coroa.

Embarcaram-no para o Reino e não foram ouvidas suas reclamações porque no navio vieram os autos condenatórios do seu procedimento.

Era no período em que Francisco de Mendonça Furtado, seu irmão, ganhara culpas de chefe da conjura favorável a D. Afonso VI, e levaram para o Limoeiro o ex-governador de Pernambuco. Conseguiu fugir e refugiar-se num moínho, onde o foram buscar, salvando a cabeça, mas sendo sentenciado e degredado para a Índia, que Luís de Mendonça, conde de Lavradio, governava. Teceu-se a intriga, dizendo-se que êle o protegeria, mas enviaram-se cartas seguras e secretas para o pôr à prova. O vice-Rei prezou-se em ser fiel às ordens do regente e Jerónimo morreu no destêrro após o sequestro de seus bens.

O outro irmão dos condenados era cónego da Sé. Chamava-se Nuno de Mendonça Furtado e tinha fama de sábio. Herdou a casa do vice-Rei e do avô; dispensado das ordens, casou com D. Madalena de Távora, viúva de D. João de Castelo Branco, conde de Redondo, e dama da Princesa D. Isabel Josefa.

Mal imaginava o denodado restaurador, alcaide-mor de Mourão, que pessoas de seu sangue teriam tão ruím sorte. Êle, que prendera o duque de Caminha como traidor ao Rei e dera exemplos de lealdade bem portuguesa, tivera na sua prole aquêles filhos, sentenciados um à morte, outro ao degrêdo.

(¹) 8 de Junho de 1663.

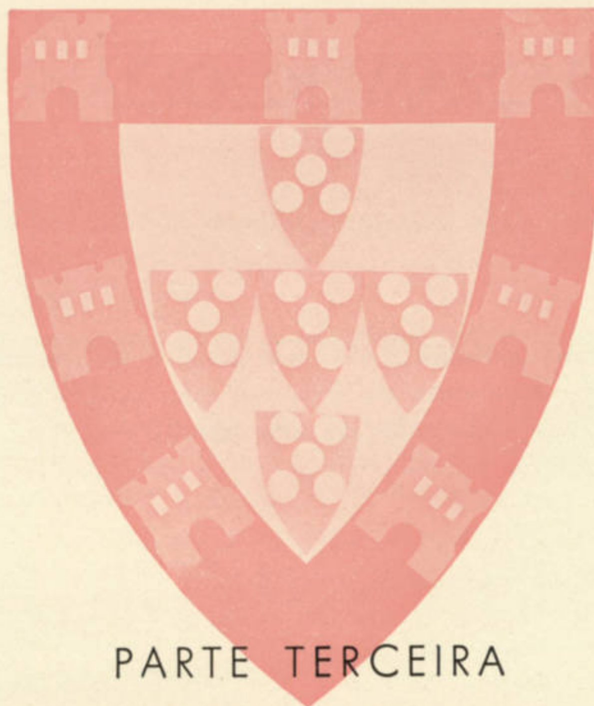




Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa
Padroeira do Reino de Portugal por decreto de 25 de Março de 1646

(Primeira gravura reproduzida da autêntica imagem que se venéra na igreja da sua invocação em Vila Viçosa — Foto-cromia de Armando Alves)





PARTE TERCEIRA

OS

DIPLOMATAS DA RESTAURAÇÃO





PADRE INÁCIO DE MASCARENHAS

A primeira embaixada enviada à Catalunha — Seus trabalhos em Barcelona e Génova — Chegada a Marselha — Desertores das bandeiras espanholas — Partida para o reino — Últimos anos do reverendo



OM João IV escolhera bem os seus embaixadores, porque, se da guerra das fronteiras esperava milagres, não achava menos digno dêles o reconhecimento do novo Estado português pelas potências.

Sabia-se que a França estava disposta a acolher as reivindicações do povo liberto; duvidava-se da Inglaterra e dos Estados nórdicos; palpitava-se a possibilidade de pazes com a Holanda. Os entendimentos com a Catalunha revoltada contra a Espanha seriam fáceis e por isso se lhe enviou o primeiro plenipotenciário. Escolhera-se Jorge de Melo, mas dera-se-lhe outro pôsto e mandara-se a Barcelona o padre jesuíta Inácio de Mascarenhas, filho do comendador de Mértola e alcaide-mor de Montemor-o-Novo, D. Fernando de Mascarenhas, e de D. Mariana de Lencastre.

Embarcara em 7 de Janeiro, segunda-feira, mas demorara-se sete dias em Belém à espera do vento. Por fim, o navio genovês de seu transporte pudera desferrar, e, passando o cabo no dia 15, terça-feira, sofrera os efeitos do furacão terrìvelmente desencadeado. Avistaram Montjuich e Monserrate e os castelhanos, vendo a bandeira, que julgavam favorável, procuraram atraí-los; os catalães visaram o barco com suas peças, e, enquanto a bordo se esperava o pior, aproximavam-se as lanchas. Bradavam os que avançavam:

— «Amigos, amigos, no hay que temer; que Diós és con nos otros.»

E como falassem castelhano, o jesuíta sentiu grandes receios, a-pesar-de saber que franceses e catalães aliados faziam a guerra à Espanha.

Temia más interpretações do seu papel e, por fim, entendendo-se com a Deputação, narrou o que sucedera em Portugal; entregou as credenciais e entrara-se jubilosamente no acôrdo de bom entendimento, levando o embaixador a incumbência de obter socorros da França destinados à Catalunha. A embarcação dirigia-se para Marselha; correu risco

de ser apanhada pela frota do duque de Fernandina, e como a calmaria mal deixasse navegar, aproara vagarosamente a Génova.

O eclesiástico escreveu ao cardial de Leão narrando-lhe os acontecimentos e ficando à espera de poder tratar com êle.

Havia partidários de Castela na cidade italiana e as ciladas começaram por parte dos criados do marquês de Leganês, que vinha de Milão; diziam o padre embaixador de Barcelona, dando à sua roupeta o internacionalismo que ela podia representar. Negava a categoria que lhe atribuíam; dizia dirigir-se a Roma mas não o acreditavam; apareciam espias, alguns de boa sombra, como um suposto criado de D. Duarte de Bragança, procurando ganhar confiança até aos portadores de armas ameaçadoras.

O fidalgo espanhol pusera a cabeça do jesuíta a preço. Oferecia quinhentos dobrões ao assassino. Dificilmente o enviado arranjaria barco seguro; o Senado genovês fôra assediado pelo perseguidor a-fim-de fazer a entrega do reverendo, já confesso embaixador do Rei de Portugal. Recrudescera a fúria ante o verdadeiro carácter da sua missão; cercaram-lhe a casa e o govêrno de Génova defendia-o com seus prebostes, até que, obtendo carregamento de armas consignado ao genovês João Baptista Laviosa, que estivera em Portugal, e com passagem e carga contratadas a bordo de navios holandeses, largara para França em 21 de Março, deixando os inimigos raivosos.

Foi recebido afectuosamente; acolheu-o com magnífico semblante o arcebispo de Bordéus; pôs-se em contacto com franceses que se apresentavam para o serviço do Rei de Portugal e passou à Catalunha, espalhando nos terços castelhanos a letra da credencial de D. João IV.

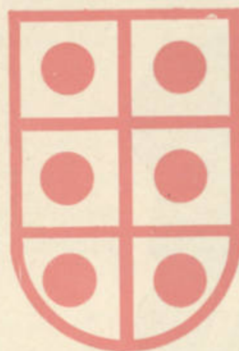
Os portugueses que serviam no exército espanhol procuraram maneira de fugir a-fim-de regressarem à Pátria, e o conde-duque de Olivares tratou de mandar prender alguns de mais categoria, e entre êles D. Francisco Manuel de Melo. O talentoso escritor conseguiu ludibriá-lo e, aceitando alto emprêgo, o de governador de Ostende, escapou-se para Inglaterra e colocou-se às ordens dos embaixadores do seu soberano.

De todos os lados apareciam oficiais e soldados procurando o padre Inácio de Mascarenhas, que conduziu muitos para suas bandeiras erguidas contra a Espanha. Eram mais de duzentos; encaminhou-os para Bordéus, onde embarcaram para o Reino, enquanto êle e o seu companheiro em todo aquêle lance, o padre Paulo Costa, tomavam navio na Rochela com mais desertores das armas espanholas: nove capitães, quatro alferes e alguns soldados.

Findara a embaixada do jesuíta, que seria reitor do seu colégio e prepósito da Casa de S. Roque, onde morreu em 24 de Novembro de 1669.

Escreveu e publicou, ainda no ano de 1641, a *Relação do sucesso que teve na jornada que fez à Catalunha por ordem de S. M. El-Rei D. João IV*, e também *Oração exhortatória aos fieis e pios christãos do reyno de Portugal pela devoção de ajudar ao próximo na agonia da morte* (1656).

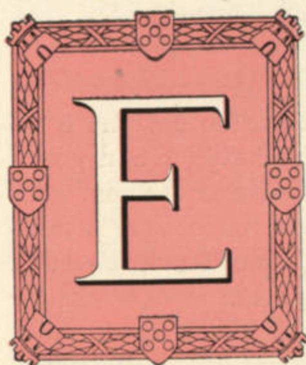




D. FRANCISCO DE MELO

Monteiro-mor

Sua estirpe — Embaixada a França — Manuel Fernandes Vila Real — O Tratado de 1 de Junho de 1641 — O general de cavalaria do Alentejo — Suas investidas e vitórias — Alconchel, Figueira de Vargas, Tôrre, Albufeira e Almendral



NVIARA-SE para França Francisco de Melo, o monteiro-mor que tão grande acção tivera na conspiração restauradora.

Corria-lhe nas veias sangue do melhor. Filho de Manuel de Melo, comendador do Pinheiro, embaixador a Castela, por ordem dos governadores do Reino em 1580, com o bispo de Coimbra D. Gaspar do Casal, pertenciam-lhe grandes honras na Côrte. Pelo lado materno era neto de Pedro da Cunha e de D. Maria Henriques.

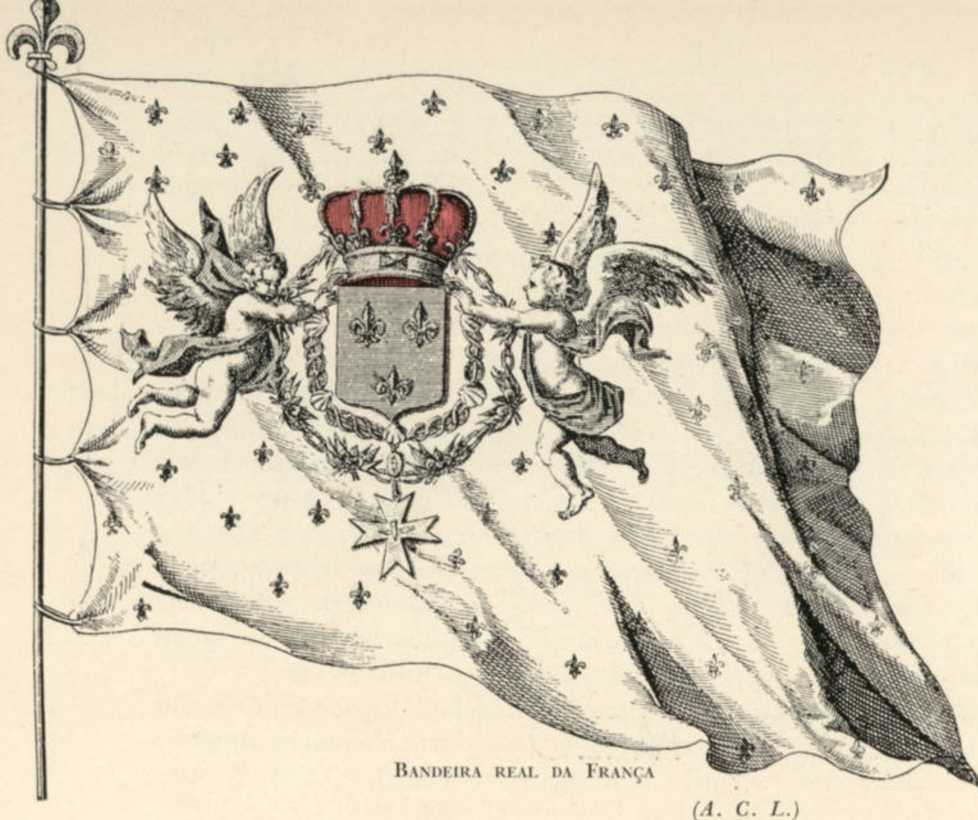
Herdara o cargo palatino por morte do secundogénito da casa, D. Garcia, sendo comendador do Pinheiro, Sant'Iago de Santarém, Feiteira e Santa Maria dos Altos Céus; seu irmão Jorge de Melo, tão empenhado como êle na Revolução, tinha patente de capitânia na armada; a irmã D. Vicência casara com Luís César de Meneses; Joana e Felipa tinham professado na Esperança; outro Jorge, Margarida e Maria faleceram na infância.

O monteiro-mor consorciara-se com D. Luísa de Mendonça, sua sobrinha, filha de Pedro de Mendonça Furtado, comendador de Chaul, e houvera geração ([1]).

Na embaixada que se dirigia a França era a figura de primeira plana em nobreza, mas igualava-o na categoria diplomática o desembargador do Paço doutor António Coelho de Carvalho, que os espiões castelhanos, quando o denunciaram a Olivares, consideravam: «no es letrado y tenido generalmente por de muy poca conçiençia y no muy limpio de manos».

Escolhera-se uma nau inglêsa, a *John Mary*, para

([1]) Manuel, Pedro, Jorge, Garcia, D. Mariana, que casou com D. Duarte de Castelo Branco; D. Guiomar, D. Isabel, D. Sebastiana, freira, e D. Francisca, mulher de Simão da Cunha. D. Garcia casou com D. Isabel de Castro, filha de D. Francisco de Mascarenhas, e foi muito religioso, devotíssimo a ponto de ser difícil arrancá-lo do oratório para os deveres do seu cargo de presidente do Desembargo do Paço.



BANDEIRA REAL DA FRANÇA

(A. C. L.)

conduzir os plenipotenciários, que levavam como secretário Cristóvão Soares de Abreu, desembargador da Casa da Suplicação, e Pedro de Oliveira por intérprete.

O monarca encheu de atenções e prevenções o aristocrata encarregado de o representar; jantara com êle em S. Julião da Barra e recomendara-lhe os passos mais precisos na missão.

Richelieu interessara-se, desde longo tempo, pela questão portuguesa, pois a sua política consistia em derruír tôdas as possibilidades de maior poderio da Espanha.

Os que pudesse congregar para o efeito mereciam o seu auxílio e claramente o oferecia, mesmo para não deixar ilusões aos estadistas espanhóis; desdenhava do conde-duque de Olivares e espalhara pela Europa os seus agentes como outros tantos perturbadores. Tratava-se de convencer os Áustrias que o seu império estalava pela espinha dorsal e por isso deviam ceder, transigir, quebrar a insolência e arreganho.

Felipe II, o único dos Reis de seu nome que representou grande papel, dissera do sucessor: «Dios que me ha dado tantos reinos, me ha negado un hijo capaz de gobernar-los. Temo que me lo gobiernem.» O filho de Felipe III era pior do que o pai. Deixava-se conduzir ainda mais fàcilmente.

O cardial seguia e analisava tudo quanto se relacionava com o detestado império e, dando tôdas as facilidades a Portugal, esperava utilizar suas fôrças como das maiores para o enfraquecimento do inimigo.

Largando do Tejo em 28 de Fevereiro de 1641, o navio que conduzia os embaixadores fundeou em Rochela no dia 5 de Março. O grão-prior de França, cavaleiro de la Porte, tio de Richelieu, governador da cidade, acolheu-os jubilosamente.

Já ali estivera o comerciante português Manuel Fernandes Vila Real, atiladíssimo no tráfego, dado à literatura e à diplomacia oficiosa. Lidara em vários mesteres desde o de fanqueiro, na sua terra trasmontana, da qual guardava o apelido, até ao de capitão em Tânger, procurador de rendas do priorado do Crato e armador de navios de carga. Adivinhava-se-lhe o sangue israelita por seus comércios em que se mostrava exímio, na inteligência lúcida para a intriga e valor de insinuação e agrado. Casara com a judia Isabel Dias; trabalhara em Sevilha, Málaga e Madrid, mas a gente precita não deixava de correr riscos em Espanha e, por isso, passara a Ruão, onde começou a negociar. Em 1639 era proprietário de um navio de sociedade com seus cunhados João e Manuel Fernandes de Morais, estabelecidos no Pôrto, que tinham parte no frete e no barco e no qual carregavam as suas mercadorias. Já o judeu era amigo do governador do Havre, Fortecuyer; soubera interessá-lo nas notícias que em França se procuravam fervorosamente em relação a Portugal e Richelieu, sabendo a origem das que recebia, permitiu que Manuel Fernandes Vila Real o procurasse em Paris, onde o ouviu acêrca dos acontecimentos portugueses.

Foi o embaixador, oficioso e patriota, quem, no Natal de 1640, participou ao grande ministro os trâmites da Restauração. Sabia tudo; estava informado da chegada dos embaixadores e partiu para Marselha ao seu encontro quando êles iam desembarcar na Rochela. Voltara a Paris e dali ao pôrto de onde os enviados lhe escreveram pedindo sua assistência para o serviço de El-Rei.

Comprova-se que o israelita era conhecido dos conspiradores de Lisboa, membros do govêrno e decerto nas suas viagens pelo Alentejo, em negócios do priorado do Crato, tivera conversações com mais alguns elementos categorizados e talvez com o dissimulado duque de Bragança, que tantos enviados recebia nos mais variados disfarces.

Encontrando os embaixadores em Orleans, nunca mais os largou desde a primeira entrevista com Richelieu, em Saint-Germain, que caíu na Semana Santa de 1641, até ao regresso a Portugal.

Cristóvão Soares fôra adiante como especial estafeta a prevenir da chegada dos enviados que viajavam à pressa. Dera-se-lhes por alojamento um palácio e quinta de regalo, onde puderam descansar a duas léguas da capital.

O marechal de Chatillon e muitos nobres franceses foram ao seu encontro com grande pompa de côches reais para os diplomatas que Luís XIII recebia de bom grado.

O soberano ia fazer trinta e nove anos; habituara-se ao influxo do génio do cardial seu ministro, não pela moleza de um temperamento alheio ao trabalho, mas pelo bom senso que actuava nêle ao ponto máximo ante a forma como o político engrandecia a França tão combatida. A admiração valorizava o seu procedimento. Era Rei; e sem abdicar, porque intervinha por vêzes nos negócios, deixava governar o estadista. Preferiu a sua preponderância à da Rainha Maria de Médicis, sua mãe, que tanto se deixara dominar por Leonor Galigai e Concini.

A Ana de Áustria, sua espôsa, afastava-a êle dos negócios e, sobretudo, dos que diziam respeito à Península. Era filha de Felipe III; detestava Richelieu e tinha a graça perturbante de uma espanhola ligada à majestade dos Áustrias.

O cardial aguardava impacientemente os diplomatas que o introdutor dos embaixadores, conde de Broulon, lhe anunciara em companhia do marechal de Chatillon e do duque de Chevreuse. Êles, porém, tinham-se demorado, tomados pela fadiga e mais incómodos de tão larga jornada.

Visitaram Luís XIII e a Rainha; entenderam-se para os preliminares com o chanceler Pedro Seguier, com Claude Bouthillier, superintendente das finanças, e seu filho, conde de Chavigny, secretário de Estado.

O cardial pretendia ligar os portugueses com os holandeses, a-fim-de colaborarem, no que entrevia vantagens enormes, através do tratado entre as duas nações «duquel deppend la ruine de l'Espagne», dizia êle, não ocultando o grande interêsse que tinha nas negociações.

Punha à disposição dos embaixadores navios, tripulações e soldados, comprometendo-se a enviar ao Tejo uma esquadra cujo comando entregaria ao seu próprio sobrinho, marquês de Brezé.

Os embaixadores solicitavam a união mais completa dos dois países para o combate ao inimigo comum, formando uma Liga destinada a atacar os castelhanos por todos os meios.

Combateriam na Catalunha, na Biscaia e na Itália, sendo esta a missão dos franceses, cabendo aos portugueses a guerra pelas bandas de Castela e Leão; a Holanda utilizaria suas fôrças contra a Flandres.

Na guerra pelo mar juntar-se-iam as armadas, que não dariam tréguas aos galeões espanhóis.

Estava-se longe de ocultar a penúria dos recursos portugueses em armas, munições e cavalos; também se pedia à França, com aqueles socorros, oficiais habituados à guerra, distintos, notáveis na sua profissão. Pagar-se-ia tudo. Engendrava-se a Liga, a qual Richelieu pôs de lado, não concordando com a fórmula antes de ter a garantia do acôrdo batávio, o qual manobraria por seus agentes, apressando o que podia levar pouco tempo sem a sua intervenção. Para assegurar o auxílio mandara o senhor da Thuillerie tratar do caso com urgência sem descurar o mesmo assunto da banda da Suécia.

O grande óbice estava no empréstimo das quantias necessárias para a guerra e que se pediam à França.

O chanceler Pedro Seguier, sobrinho de António Seguier e filho do estadista daquele apelido, que impedira o estabelecimento da Inquisição em França, confessava os bons desejos do Rei em ceder aos portugueses o dinheiro, se o houvesse, e neste ponto intervinham o superintendente das finanças Claude de Boutillier e seu filho Leon de Chavigny.

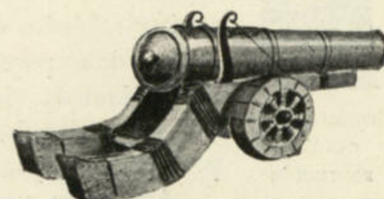
Era incomportável para o erário a cedência das grandes quantias necessárias à guerra; enquanto ao resto punham-se de acôrdo.

Manuel Fernandes Vila Real estava em contacto permanente com os embaixadores até que foi assinado o tratado, em 1 de Junho de 1641, nos termos precisos, abrindo-se o caminho à aliança com a Holanda, as Províncias Unidas. No artigo 4.º definia-se o papel de Portugal:

«Durante a presente guerra que El-Rei traz com El-Rei de Castela, e que continuará com todo o vigor, El-Rei de Portugal obrará pela sua parte continuadamente contra o dito Rei e atacará com todo o seu poder tanto por terra como por mar.»

Para êsse efeito, a França enviaria vinte dos seus navios bem equipados em guerra, sendo os menores de trezentas toneladas, que junto aos vinte da Holanda e à esquadra portuguesa, dariam caça aos galeões castelhanos vindos das Índias enquanto se invadiriam as fronteiras. Caberia ao almirante de França o comando em chefe das armadas. Juntar-se-iam as unidades nos fins de Junho, e, se julgassem conveniente, repetiriam, no ano seguinte, o ataque. O tráfico ficaria livre entre os aliados; seria permitido o transporte de víveres e apetrechos de guerra destinados ao uso exclusivo de Portugal, que facilitaria o transporte para França de tudo quanto se pudesse carecer. E assinavam em nome de Luís XIII o Cavaleiro Seguier, chanceler de França; Bouthillier, comendador, tesoureiro-mor das ordens de El-Rei e superintendente das finanças, e Bouthillier de Chavigny, igualmente comendador, tesoureiro-mor e secretário de Estado, e por D. João IV «Francisco de Melo, do Conselho do dito Rei e seu monteiro-mor, e D. António Coelho de Carvalho, também do Conselho do dito Rei e desembargador do Paço, seus embaixadores junto de Sua Majestade Cristianíssima.»

Na possibilidade de paz assegurava-se, em relação ao Rei de Portugal, que o soberano de França «fará todo o possível para reservar-se a faculdade de lhe assistir sempre em suas justas pretensões, contanto que os aliados de Sua dita



Majestade consintam de se ligar com êle por uma semelhante obrigação. Bem entendido que em tal caso El-Rei de Portugal se obrigará a não fazer Tratado algum com o Rei de Castela sem o consentimento de Sua Majestade e dos seus aliados.»

Os enviados portugueses embarcaram na armada do comando do sobrinho do cardial, o marquês de Brezé, embaixador extraordinário de Luís XIII.

Fundearam no Tejo em 7 de Agôsto de 1641 os dez navios franceses e o almirante foi ao Paço, acompanhado pelo conde de Vimioso, sendo recebido em audiências solenes pelo soberano e pelo Príncipe D. Teodósio.

Começaram os preparativos para o ataque às naus de Espanha e os embaixadores regressaram aos seus anteriores cargos.

No ano seguinte, Francisco de Melo chegava ao Alentejo, onde ia ocupar o seu pôsto de general de cavalaria, «esperando El-Rei que o seu valor suprisse a pouca experiência que tinha dêste exercício.»

Ficou governando as armas na ausência de Martim Afonso de Melo, que tinha ido a Lisboa depor contra o secretário de Estado Francisco de Lucena.

Quando o governador chegou, o monteiro-mor saíra de Elvas à frente das tropas da cidade com as de Campo Maior e Olivença, seiscentos cavaleiros e oitocentos infantes de que era sargento-mor José Leite de Oliveira, e dirigira-se para Alconchel, em Espanha, terra pertencente a D. João de Meneses Soto Maior, marquês de Castro Forte, que, por várias vêzes, entrara em Portugal. Seu castelo bem defendido dominava a vila. A população estava no amanho dos campos e da arremetida de surprêsa resultou a entrada dos portugueses nas trincheiras abandonadas pela infantaria espanhola.

Retiraram-se para o castelo e a vila foi saqueada, tendo ficado no campo muitos mortos do exército contrário, oito soldados portugueses e o capitão de infantaria Manuel Nunes.


Secção de um canhão português brasonado

Olivença viu chegar os vencedores com suas prêsas magníficas e, no dia seguinte, D. João de Garay, que vinha vingar a derrota. Francisco de Melo correu ao seu encontro e, depois da escaramuça, ficaram os espanhóis convencidos da resistência. Jaziam por terra muitos soldados de ambas as nações.

As duas peças de artilharia vindas da fortaleza decidiriam da vitória.

Pouco depois, o general ganhava Chéles quando pretendia subjugar Almendral.

Aparecera uma companhia de valões — os belos soldados da Flandres — aprisionou-a e mandou degolar todos os seus componentes, declarando proceder assim em desagravo dos habitantes de Campo Maior assaltados e vencidos. Atiraram-se sôbre Chéles, fazendo prodígios D. Diogo de Meneses, soldado prático, pois por simples praça começara, ganhando sucessivamente os postos até ao de capitão de infantaria. Os castelhanos derrotados pediam socorro e D. João de Garay saíu de Badajoz com grandes reforços, mas tardiamente, pois o chefe português já devastara a povoação e reentrara em Olivença depois do ataque a Figuera de Vargas feito pelo comissário geral Gaspar Pinto Pestana e por D. Diogo de Meneses.

Soubera-se, dias depois, que o inimigo reünia em Albuquerque grande número de tropas com o propósito de festejar em terra portuguesa o dia de Sant'Iago, apóstolo das Espanhas, e para se evitar o alarde, o general ordenou a António Teixeira, capitão de cavalaria, que se dirigisse para as bandas de Badajoz a informar-se do que se preparava. Praticou como se lhe determinara, prendendo alguns paisanos para os interrogar; matou seis, fêz muitos estragos e retirou-se sôbre Olivença. A demora inquietou o chefe, que mandou saír o coronel Bosiment, francês ao serviço de Portugal, e salvou o camarada de um ataque preparado em ardil de guerra pelos castelhanos.

O comandante do exército inimigo era D. João de Garay, que investia furiosamente.

Mandara enforcar alguns soldados holandeses que andavam pilhando em terra castelhana como usavam fazer na portuguesa onde serviam. O monteiro-mor demonstrara a razão de D. João IV: o seu valor suprira a inexperiência.

Não deixava de batalhar e seu nome subia em valor e fama. O diplomata, o pação, ganhara bem a patente de general.

Matias de Albuquerque, quando foi governar o Alentejo, empregou Francisco de Melo na devastação das vilas da Tôrre e Albufeira e Almendral, às quais pegou fogo. Lançando êste alarme, o comandante em chefe pôde empreender a tomada de Alconchel, que o monteiro-mor iniciara no ano anterior.

D. João IV fôra visitar a fronteira, descansando em Vila Viçosa e seguindo para Évora, onde lhe assistiram os oficiais e tôda a nobreza.

O governador recebeu, no solar brigantino, os emboras do monarca por seus feitos, e partira para Lisboa, substituindo-o o monteiro-mor, que deixara a

praça de Olivença pela de Elvas. Governara, outrora, aquela fortaleza; dali saíra para conferenciar com o conde de Vimioso quando os espanhóis se preparavam para tomá-la, e ficara sempre ligado às pedras oliventinas, mas os encargos da chefia chamavam-no a Elvas, para onde se dirigiu.

Avisaram-no que em Pedra Buena, lugar pertencente ao Almirante de Castela, se levantara um fortim defendido por mosqueteiros. Mandou D. Rodrigo de Castro tomá-lo, destruí-lo e conduzir o gado que andava pastando sob a guarda da tropa. Soubera-se da emprêsa em Albuquerque e saíra uma partida de cavalaria para impedir o ataque, mas D. António Álvares da Cunha, com os dragões, rechaçou os auxiliares, fazendo muitos prisioneiros, pelo que foi muito louvado.

A cavalaria era sempre empregada nos ataques rápidos e de surprêsa, e Francisco de Melo fizera escola; adestrara oficiais, que, tendo ganho fama no seu exemplo, o admiravam e se dispunham a prodigiar para parecerem bem a seus olhos.

Reünido em Elvas o exército que devia enfrentar o do marquês de Torrecusa, o general em chefe concedeu os comandos aos experimentados militares que se tinham distinguido na guerra da fronteira sul: a artilharia a D. João da Costa, a cavalaria a Francisco de Melo. Organizara nove terços de infantaria, entregues a Aires de Saldanha, D. Nuno de Mascarenhas, Luís da Silva Teles, João de Saldanha e Sousa, Francisco de Melo, Martim Ferreira, Eustáquio Pique e Daniel Calen. O têrço do conde do Prado não operaria; estava-se ainda recrutando gente para êle em Campo de Ourique.

Entrariam na célebre batalha do Montijo, onde se empregaram tôdas aquelas armas. Por fim, o comandante da cavalaria foi queimar Salvação e, pouco depois, encontrava-se em Olivença, onde preparou as tropas para novos cometimentos.

O barão de Molingen tinha também organizado o seu exército e lançara grande número de cavaleiros e infantes ao encontro dos esquadrões portugueses, que foram à descoberta sob o comando de D. Francisco de Azevedo e obrigaram os castelhanos a retirar.



TOMADA DE ALCONCHEL
(Reprodução dum biombo pertencente à Ex.ma Sr.a D. Maria Benedita de Oriol Pena)

A desforra não tardou, pois sucedeu o mesmo à vanguarda portuguesa. Quis o general inimigo tirar partido dêste lance movendo mais tropas que procuravam fazer grande dano, mas foram detidas pelo valor do monteiro-mor, do visconde D. Diogo de Lima e de Estêvão da Cunha, ficando os dois últimos feridos gravemente.

Terminara a carreira militar do general de cavalaria D. Francisco de Melo, cujo valor sobrelevou a falta de experiência, que ganharia com seu arrôjo no campo. Enquanto à diplomacia que exerceu, disse D. Francisco Manuel, no seu *Tácito Português,* ser o ilustre fidalgo «de mais bondade que requere o ofício para que foi elegido».



TRISTÃO DE MENDONÇA

Embaixada às Províncias Unidas — Habilidades e falsidades dos holandeses — Sua acção na Índia, Brasil e África portuguesa — O Tratado de 12 de Junho de 1641 — A esquadra do almirante Gylsels no Tejo — Morte do embaixador à Holanda



ESCOLHERA-SE para a embaixada às Províncias Unidas, a Holanda, Tristão de Mendonça, filho de Pedro de Mendonça, capitão de Chaul, conselheiro das Índias, que desposara D. Maria de Mendonça, filha de João de Mendonça.

O conjurado de 1640 estivera em todos os lugares de perigo sem prejuízo do que se lhe podia antolhar. Casara com sua prima D. Helena Manuel, filha de Henrique Moniz Barreto, e do seu consórcio houvera já prole.

Filiara na conjura seu filho Henrique, comendador de Avanca.

Pensara-se nêle para a missão aos Países Baixos, pois «tinha êste valor e liberalidade capaz de grandes efeitos antes para o exercício militar que para o político, que de todo não ignorava, mas aborrecia» (1).

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

E nomearam-no «menos que por concurso que por facilidade de amigos» (1).

O outro membro da embaixada devia ser Luís Pereira de Castro, «insigne doutor de ambos os Direitos por igual». Escusou-se o jurisconsulto «por justos respeitos» (2), naturalmente o não querer ser o segundo na enviatura. O secretário escolhido chamava-se António de Sousa Tavares de Miranda, tido por «inferior ao primeiro» (3). Incumbia-lhe ser o «ministro de papéis e documentos que continha a embaixada».

Ficou Luís Pereira na capital e Tristão de Mendonça foi por Inglaterra, em companhia de D. Antão de Almada e dos outros enviados a Londres. Seguiam, igualmente, para Holanda, além do secretário, o batávio Guillelmo Rozen, naturalizado português e consorciado em Lisboa, e João Nunes Santarém, comerciante como êle e estabelecido na rua

(1) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*

(2) Idem.

(3) Idem.

Nova. O embaixador adiantou-se na jornada a Londres e foi recebido por Carlos I.

Fundeou o navio que os conduzia a quatro léguas da Haia, indo o secretário anunciar a presença do ministro. Navegara a sua embarcação escoltada em honra por quatro naus das Províncias Unidas que os embaixadores desta nação, residentes na Grã-Bretanha, tinham aparelhado em homenagem.

Governava o *stathouder* Príncipe Frederico Henrique de Nassau ([1]), que batalhara pela libertação das Províncias Unidas, sujeitas ao poder da Espanha, e que ainda esperavam o reconhecimento de algumas potências da Europa após a mais cruenta das guerras. O chefe pertencia à estirpe de nobilíssima casta, inimiga dos Áustrias escravizadores.

Recebeu Tristão de Mendonça com o semblante de quem prepara tudo para «enviar embaixador a El-Rei de Portugal oferecendo-lhe a própria paz e socorro que El-Rei agora solicitava» ([2]).

Havia, porém, por parte da Holanda interêsses superiores porque, durante o domínio espanhol, fizera conquistas de possessões portuguesas no Brasil e na Índia e não estava disposta a perder tantos esforços. Os castelhanos não defendiam vigorosamente as colónias do país sujeito. Os batávios tinham-se apoderado de Malaca e fortalezas de Gale e Negumbe em Ceilão. Insinuando-se entre os mouros e favorecendo-os, receberam dêles auxílios para a construção de fortalezas e feitorias.

No Brasil estavam de posse de Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande, Ilhas de Fernão Noronha e Tamacará, além de Sergipe e Pôrto Calvo. Constituía vasta prêsa para se abandonar sem compensações e pedia-se-lhes a restituïção das tomadias. Propunha-se que acabasse a guerra entre Portugal e as Províncias Unidas, pelo menos durante dez anos, em todos os lugares pertencentes à Coroa restaurada. Mandariam vinte navios a Lisboa para a coligação contra os espanhóis, consentindo, também, que os seus oficiais de tôdas as armas servissem em Portugal. Forneceriam, mediante paga, armas e munições e, dêste modo, se começaria a ferir profundamente o poderio da Espanha que esmagava a Flandres e cujos generais tinham praticado verdadeiras barbaridades durante a guerra, de carácter religioso e avassalador.

Negociava-se, mas o espírito guerreiro e mercantil dos batávios não podia alienar conquistas de tômo, não só as da Índia e Brasil, mas também as de África.

Tinham-se instalado no pôrto de Pindo, no Zaire, criando uma colónia, preparando defesas com um forte que a esquadra portuguesa não deixara acabar,



AMSTERDÃO

(Gravura extraída do livro de Allain Mallet — «Description de l'Univers» — 1638).

em 1609. Não perdiam a idéia do domínio na região e, quando da guerra com a Rainha Ginga, os holandeses voltaram cruzando a costa durante três meses, governando a colónia D. Manuel Pereira Coutinho. Ameaçaram Benguela e em 1633 improvisara-se uma esquadra que obrigou à rendição as naus das Províncias Unidas.

Por fim o almirante Pedro Hautbon, comandando vinte e um navios, tripulados por novecentos marinheiros e mil homens de guerra, desembarcou em Luanda, cuja população fugiu para o Bengo e dali para Massangano, ficando os invasores de posse da cidade e aliando-se à Rainha Ginga, inimiga capital dos portugueses, que o Rei do Congo, Garcia II, igualmente combatia.

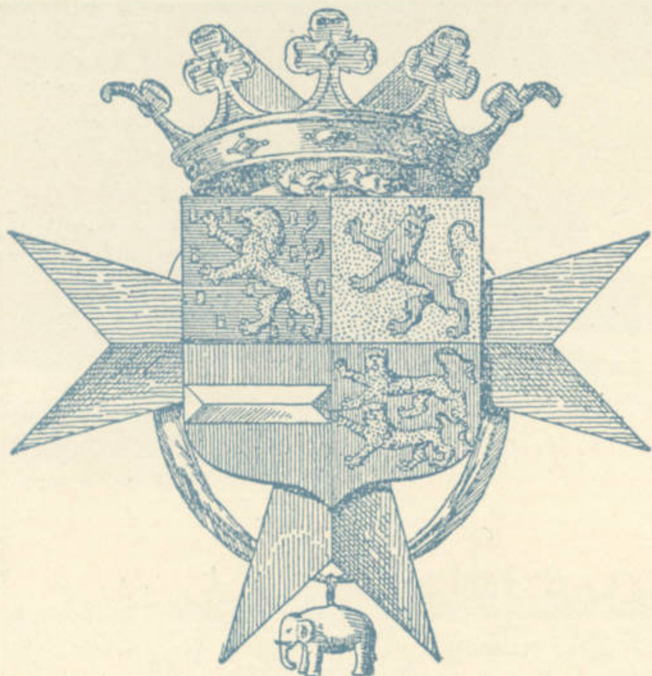
Tentaram também os holandeses a tomada de Cabo Verde, chegando a ocupar Besiguiche, crismando-a em Goreia. Molhavam em S. Vicente suas naus de combate que se dirigiam ao Brasil e só abandonavam a terra conquistada ante o seu nulo rendimento comercial.

Atacaram a Guiné, atraídos pelo renome do Rio de Ouro, fundando a sua colónia de Nassau, e Van

---

([1]) Era Príncipe de Orange, filho de Guilherme «O Taciturno» e de Luísa de Coligny. Nasceu em 1584, faleceu em 1647. Dois anos antes da sua morte, alguns países da Europa reconheceram a independência das Províncias Unidas.

([2]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português.*



Armas de Nassau

(Conforme uma gravura flamenga)

Ypren, o comandante da exploração vitoriosa, pedira auxílio para se apossar da célebre fortaleza de S. Jorge da Mina. Em 1637, o capitão João Koen apareceu com os navios requisitados e mil homens, que venceram a fraca resistência oposta por portugueses e negros seus vassalos.

S. Tomé era constante alvo de seus saques, sendo o de maior retumbância o da esquadra de Van der Don, que, depois do bombardeio, desembarcara, preando como flibusteiro.

Desculpavam-se com a guerra que os espanhóis lhes faziam, mas, a-pesar-de sentirem a vantagem da aliança com Portugal, não largavam as regiões tomadas desde que as considerassem importantes, e Angola pertencia a êsse número.

Tristão de Mendonça oferecia-lhes benefícios em troca, explorando a tendência comercial dos holandeses, que pareciam de grande afinidade com os israelitas.

Manifestou-se o admirável espírito dos conquistadores do mar; reüniu quási um parlamento para a discussão das propostas e suas análises, fazendo parte da conferência, pelas Províncias Unidas: Rugero Hyphrens; cavaleiro Jacobo de Brou Chonen; Jacobs Cats, antigo cônsul de Leide; Gaspar Vasberghen, senhor de Issler; João de Reed, senhor de Reins Voude; João Velp Driel, cônsul de Doccum e de outras regiões, membro do govêrno da Zelândia; Aldringa, senador de Gronigem, delegado dos senhores dos Estados de Gueldria, Holanda, Zelândia, Utrecht, Friza, Ouericel e das cidades de Groningen e Homlandia, que apreciavam a proposta da suspensão da guerra por dez anos e tôdas as outras cláusulas da aliança defensiva e de comércio mútuo com as vantagens condignas dos socorros que podiam prestar, entre si, as duas nações inimigas da Espanha.

Reconheciam a «intolerável tirania e duríssimos encargos» do Rei de Castela sôbre Portugal. O bem comum aconselhava o auxílio contra a Espanha, que pretendia dominar por tôda a parte.

Não se tiravam resultados imediatos das propostas pela forma por que eram feitas, visto os holandeses se disporem a ir ao encontro dos restauradores; melhor teria sido aguardá-los.

Mal se podia imaginar que o govêrno das Províncias Unidas procederia para com Portugal de forma a não ser preciso mandar-lhe embaixada. Ainda não estava reconhecido pelas potências que receavam a Espanha; convinha-lhe escorraçar os inimigos da Flandres e atacá-los nos mares em bases significativas da vitória.

Tinha chegado o representante português com as proposições e despertara o instinto comercial no negócio da paz. Nem mesmo o disfarçavam. Suspensas as hostilidades, só um ano depois teria validade o tratado onde preponderava a Companhia das Índias Orientais e Ocidentais.

Eram a grande propulsora da riqueza, o organismo superior que demonstrava o génio comercial daquele povo.

Ficaria livre a navegação dos barcos de ambas as nações nos mares que lhes pertencessem. Outro embaixador português iria, no prazo de oito meses, à Holanda ratificar o tratado que Tristão de Mendonça assinava.

Conceder-se-iam privilégios relativos à religião, comércio e direitos dos vassalos batávios nos domínios portugueses e bem assim os das Companhias estabelecidas. Elas constituíam poder de grande valor; eram as fautoras das riquezas e do desenvolvimento colonial.

Defendiam-nas como ao verdadeiro potencial da nação e, por isso, se jungia Portugal à Holanda de forma desvantajosa para êle.

O artigo 17.º do Tratado, que se assinou em 12 de Junho de 1641, dizia:

Nem seja permitido aos portuguceses navegar, comerciar ou tratar para o Brasil com as naus de nação estrangeira, nem com essas mesmas nações estrangeiras, mas tendo necessidade de algumas naus estrangeiras para navegação, trato, e comércio para o Brasil, serão obrigados a fretar ou comprar as ditas naus aos subditos dessas Provincias, no qual caso de compra ou frete, se não aparelharão nem conduzirão para o Brasil naus de menor porte que de cento e trinta lastres, ou duzentos e sessenta toneladas, armadas pelo menos com desasseis peças de artilharia chamadas bottelingen, que lance cada uma cinco ou seis libras de bala e a este respeito providas de munições de guerra; e quando acontecer que pelos portugueses sejam fretadas ou compradas maiores naus para o Brasil, na mesma forma como dito é, em tal caso serão providas e abastecidas de quanto mais fôr necessário, conforme a proporção de seus lastres e tudo isto sob pena de perdimento e confiscação das ditas naus e suas pertenças as quais se aplicarão

em utilidade da Companhia da India Ocidental destas Provincias ou daquelas que dela dependem, sendo por êles, acaso, prêsas e tomadas.

Êste artigo esmagava a liberdade de entendimentos comerciais de Portugal com a Inglaterra, apta para fornecer navios, víveres e armas; obrigava às compras na Holanda mesmo no caso de serem barcos portugueses. Não se tratara da concorrência de preços com outras praças; a submissão era cabal.

O artigo seguinte referia-se à proïbição da passagem de naus para as Índias dos castelhanos. Era absolutamente inútil.

Tudo aquilo que assim os portugueses como os subditos destas Provincias, possuem nas costas de África não necessita de divisão de termos — rezava uma das cláusulas, a décima nona — porquanto entre uns e outros há diversas familias e nações que dividem e determinam os termos e os limites.

Ficavam, todavia, com Luanda; não deixando de pensar na posse total de Angola, embora em longínquo futuro, conservavam a cidade. Determinaram a livre navegação para os seus barcos nas tão cobiçadas costas de S. Tomé.

Restava tratar dos privilégios dos holandeses no Brasil. Não se pediriam contas aos flamengos estabelecidos naqueles domínios no período do govêrno castelhano. Proclamava-se a liberdade do comércio e a religiosa para os batávios ns regiões sujeitas à bandeira portuguesa.

Apresentavam-se, desde aquêle momento, para o serviço de Portugal, quinze naus e cinco fragatas grandes, bem armadas e guarnecidas de artilharia e mais petrechos de guerra. Outras tantas se armariam no Tejo, por conta do Reino, a-fim-de, juntamente com aquelas, atacarem os castelhanos. Adicionar-se-lhes-iam, pelo menos, mais dez galeões portugueses. As prêsas feitas dividir-se-iam em rateios. Concedia-se que se contratassem oficiais, «arquitectos militares, minadores, engenheiros de fogo ou outras artes, os quais porventura quererá e isto à sua custa e estipêndio.»

Os privilégios dos holandeses em Portugal subiam. Só poderiam ser presos sem a informação legal ou sob acusações de lesa majestade, traição pública ou correspondência com o inimigo.

Estabelecer-se-iam os consulados.

Tristão de Mendonça não soubera opôr as suas razões maiores àquele parlamento que ganhara grandes vantagens. Recebiam-no muito bem, querendo conduzi-lo na armada pronta para navegar até Lisboa.

Demoravam-no, porém, como para não ser utilizada juntamente com a francesa nas primeiras operações e sob o comando do almirante daquela nação.

Na Índia continuavam as opressões dos holandeses, que não saíam da barra de Goa a-pesar-de já saberem que a Espanha fôra vencida. Enviaram-se delegados portugueses a Batávia para se entenderem com o governador pedindo a suspensão da luta. Eram aquêles agentes Diogo Gomes de Brito e frei Gonçalo Veloso. O vice-Rei, conde de Aveiras, procurara daquele modo a solução, embora os súbditos das Províncias Unidas considerassem Portugal menos forte depois da separação de Castela e não estivessem dispostos a abandonar o território conquistado.



No Brasil, o marquês de Montalvão anunciara a Maurício de Nassau, governador das regiões tomadas e de Pernambuco, que acabara o domínio espanhol em Portugal, devendo, por conseqüência, entender-se. A guerra contra os espanhóis era paga pela colheita do açúcar que a Companhia Mercantil dos Países Baixos recebia, e convinha que a luta prosseguisse visto daquela forma haver exportação garantida e dinheiro à ordem em Pernambuco.

O conde de Nassau celebrara a Restauração com salvas de bombardas e festas retumbantes, mas não entregara a cidade.

Fôra injustamente prêso e conduzido para Lisboa o marquês de Montalvão e logo o Príncipe holandês, compreendendo a desunião dos portugueses, sentindo-lhes a fraqueza, redobrou de ambições. Mandou armar uma esquadra de vinte navios, tripulados por dois mil soldados e duzentos criados índios e, entregando o seu comando a um velho corsário, Tolo, o «Pé de Pau», mandara-o tomar Luanda, dando à partida da frota a côr de ir atacar as armadas espanholas.

O governador de Angola, Pedro César de Meneses, não pudera resistir e assim se fizera a conquista, enquanto Tristão de Mendonça negociava.

Em 20 de Dezembro de 1641, andava D. João IV à caça além-rio, quando soube da perda da possessão, que lhe noticiava António da Fonseca de Ornelas, vindo de África ao Brasil e logo a Lisboa.

Depois das fáceis vitórias obtidas pelo «Pé de Pau» em Angola e S. Tomé, onde assentara arraiais para a pilhagem, mandara-se outra armada sôbre o Maranhão. Comandava-a João Corneles, que intimou o governador, Bento Maciel, a entregar-lhe a ilha, o que fêz sem escrúpulos e traidoramente para garantir seus negócios.

Não valiam de coisa alguma as tréguas ajustadas com Tristão de Mendonça na Holanda, de onde ia partir a armada do almirante Gylsels conduzindo o novo embaixador.

Conhecia-se tudo quanto o Príncipe holandês empreendera no Brasil e havia no Conselho de Estado, em Lisboa, quem entendesse ter o govêrno das Províncias Unidas faltado às cláusulas da paz por dez anos.

Votavam-se represálias, aprontando-se as tomadias do Maranhão, Angola e S. Tomé, e devia-se embargar a armada que fundeara no Tejo.

Tristão de Mendonça ia ser nomeado capitão-general da Terceira. O almirante holandês, recebido

com honras, declarava não ter havido tempo para a celebração da paz no Brasil, o que se empreenderia desde logo, navegando nas naus de comércio com as portuguesas para a libertação da ilha onde os espanhóis se sustentavam, não podendo o ex-embaixador tomar a sua posse.

Estava-se em Janeiro de 1642; o tratado de 12 de Junho de 1641 não dera resultados.

Receberam magníficas cadeias de ouro o almirante e os seus dezóito capitães. Alguns tinham sido contemplados com medalhas nas quais se gravara o retrato do soberano.

No dia 6 daquele mês desferraram as naus em grande estrondo de salvas; deviam segui-las os onze navios portugueses. Não havia vento suficiente para a travessia e três das embarcações ficaram no fundeadouro.

Os holandeses já tinham passado a barra, cumulados de presentes, e em vez de se lançarem na derrota do arquipélago português, aproaram para as Províncias Unidas, depois da sua observação dos negócios em Lisboa.

Iria o negociador do tratado tomar conta da ilha.

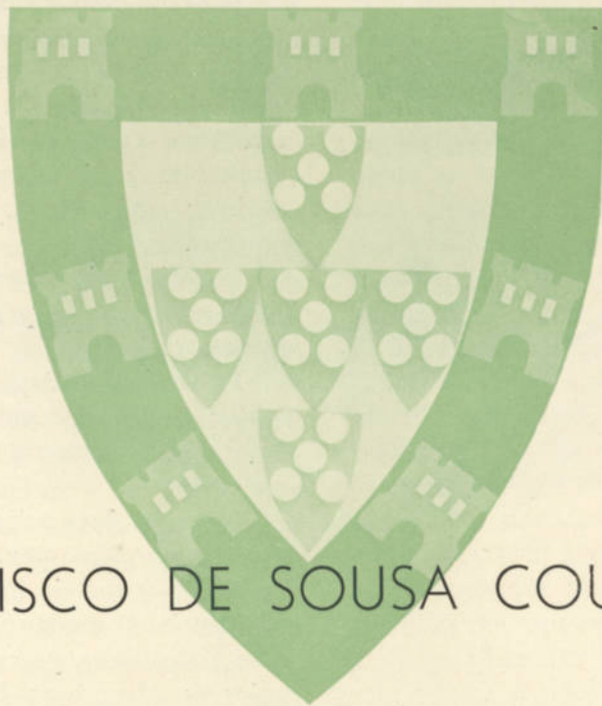
Os navios passaram as fortalezas e quando o almirante Francisco Duarte quis uni-los na mesma linha desencadeou-se a tempestade que destroçou as velas, quebrou lemes e as desarvorou. A Capitânia, onde se instalara Tristão de Mendonça, era a mais atacada pelo temporal; rangiam os mastros, despedaçavam-se os panos e o navio galopava nas ondas, ora em píncaros, logo em abismos, sob o rugido dos trovões, os berros e zunidos das rajadas, o fogo do céu que iluminava terrìvelmente as águas.

Pretendeu o capitão-general da Terceira salvar-se com o seu estado maior, e mandando abater o pau real viu que nem assim o navio escapava à tempestade. Arriou-se uma lancha para o transportar com seu filho Henrique, o mestre de campo D. Diogo de Portugal, Rui Teles de Meneses, capitão de infantaria, o pilôto e alguns marujos para a manobra dos remos.

Quando Tristão de Mendonça desceu pelo portaló do navio sacudido pelas vagas caíu ao mar; salvaram-no e, sentado à ré do barco, molhado até aos ossos, viu chegar a sua última hora e a da maior parte dos seus companheiros, pois a embarcação voltou-se, salvando-se apenas o pilôto e um dos marinheiros.

Descera a noite; cerrara-se sôbre a sepultura dos que, abandonando os navios, se entregaram à fragilidade do batel, apreciando mais a esperança de salvamento que a dignidade de correr riscos ao lado dos inferiores, pois os de maior categoria devem ser os primeiros nos sacrifícios.





FRANCISCO DE SOUSA COUTINHO

A embaixada à Escandinávia — Protesto contra a prisão de D. Duarte de Bragança — O papel do representante de Portugal na Holanda — A melindrosa questão de Pernambuco — Coroação de Carlos II de Inglaterra numa hospedaria da Haia — Trabalhos diplomáticos em Paris e Roma



SUÉCIA era governada pela Rainha Cristina, filha de Gustavo Adolfo, alma inconseqüente, ora sujeita, logo liberta, profunda e escura como um poço a que se pretendesse dar claridade. Volúvel, arrebatada ou meditativa, a soberana hesitaria sempre em religião como no resto, entusiasmando-se ou desesperando-se. Naquele tempo era ainda menor ([1]). Tinha por principal tutor Axel Gustafsson Oxenstierna, grande ministro do falecido Rei Gustavo Adolfo, aliado de Richelieu, reorganizador do exército sueco, que vencera os imperiais em certo período da guerra que se chamaria dos Trinta Anos. Ganhara a batalha de Lutzen contra Wallenstein, mas morrera na luta.

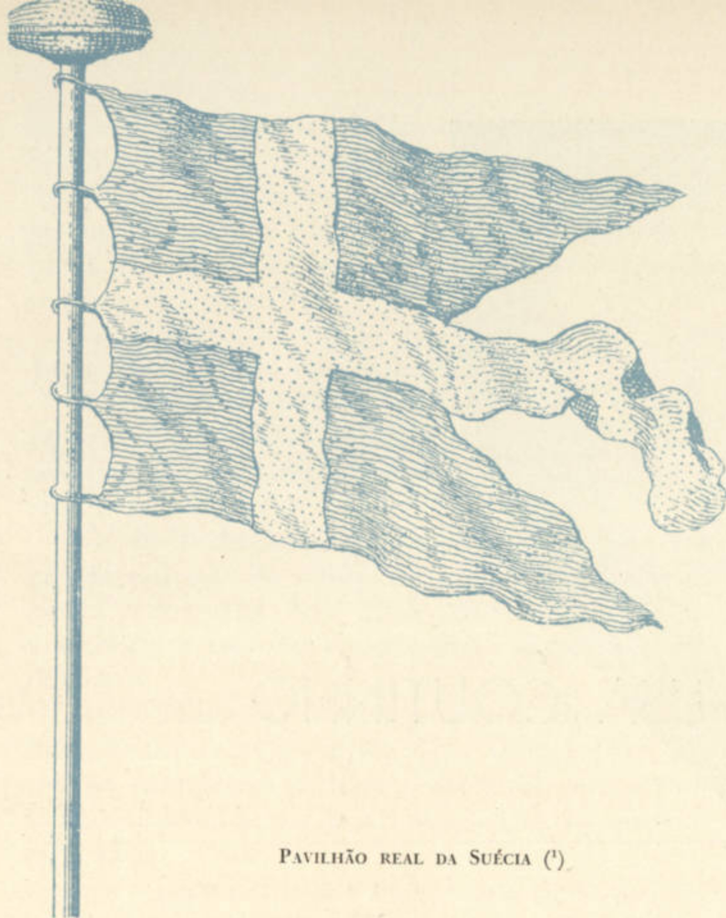
O chanceler ficara governando, sendo-lhe mais fácil conduzir o Estado do que, mais tarde, a Rainha.

Fôra destinado a tratar dos negócios de Portugal com o govêrno dos países nórdicos, a Suécia e a Dinamarca, um embaixador muito conhecido de D. João IV.

Francisco de Sousa Coutinho, filho de Gonçalo Vaz Coutinho, comendador da Farinha Podre, nascera na ilha de S. Miguel, que seu pai governara sob o domínio espanhol. Tornara-se agente da Casa de Bragança, espécie de ministro acreditado em Madrid junto de Felipe IV, e sempre soubera defender com talento, manha e elegância os negócios do amo. Ia nos quarenta e três anos quando recebera a nomeação junto dos soberanos escandinavos. Casara por paixão, em Madrid, com D. Francisca Contreiras, irmã de D. Maria Contreiras, mulher de João de Roxas de Azevedo, depois íntimo secretário do Infante D. Pedro e chanceler-mor do Reino.

Os seus amores dedicava-os sempre a donas castelhanas, pois, ao enviüvar, nupciou-se com D. Maria Herédia de Aguilar.

([1]) Contava quinze anos.



Pavilhão real da Suécia ([1])

Era comendador e alcaide-mor de Sousel. Dera-se-lhe por colega na embaixada o desembargador António Moniz de Carvalho, comendador de Vimioso, desembargador da Casa da Suplicação e conselheiro da Fazenda. Escreveria um folheto intitulado *Tradução de uma breve conclusão e apologia da justiça de El-Rei Nosso Senhor e dos motivos de sua felice aclamação.* Traçara-o, primeiro, eruditamente em latim e divulgara-o em português. Daria à estampa outras obras relativas a política diplomática e à embaixada de que fizera parte. Era minhoto, de Viana; contava trinta e um anos quando embarcou com Francisco de Sousa Coutinho, em 18 de Março de 1641.

Doze dias depois estava à vista de Dunquerque, sendo seguido por um corsário castelhano o navio dinamarquês que os conduzia.

Em 9 de Abril avistavam a costa da Jutlândia e fundeavam no Sund junto ao castelo de Kronborg. Estavam na Dinamarca, onde reinava Cristiano IV. Só depois passariam à Suécia. A Noruega pertencia àquele soberano, que fôra batido por Tilly e tivera que se dobrar à desastrosa paz de Lubeck.

Não estava longe a guerra com a nação sua vizinha e muito devia agradar ao monarca a notícia da libertação de Portugal, porque se batera sempre contra as pretensões da hegemonia dos espanhóis nos Estados protestantes e nos outros.

António Moniz de Carvalho entendera-se em castelhano com o governador e, no dia seguinte, o bergantim real foi buscar o embaixador e o secretário, conduzindo fidalgos e autoridades que, atravessando por entre o povo, ao desembarcarem no cais os acompanharam, a pé e descobertos, até ao palácio de Fredesborg, onde se alojaram com tôdas as honras e pompas.

A política do soberano dinamarquês não lhe permitia assegurar as pretensões dos diplomatas portugueses.

Pretendera o Papa Urbano VIII que êle fôsse o fautor da paz que poria têrmo à guerra dos Trinta Anos, pois, tendo começado em 1618, só terminaria em 1648.

Era uma luta religiosa na qual se defendiam os direitos de pensamento de protestantes e católicos, no fundo o manejo formidável das ambições da casa de Áustria. O monarca dinamarquês solicitava de um lado e do outro, procurando envolver nos seus desígnios os adversários. Não queria indispor-se com a França, mas temia os que lhe estavam mais próximos e, por isso, entendia servir a sua política acolhendo bem os portugueses mas sem ferir os espanhóis. As honras com que recebia o embaixador de D. João IV não significavam acôrdo com êles.

As dilações, os pretextos transparentemente negativos para o recebimento levaram Sousa Coutinho a pedir a sua licença para a partida, o que resolvia a questão com agrado do Rei. A Majestade mandou entregar-lhe o preço da passagem, que foi dignamente recusado. Deixou-o para ser distribuído pela guarnição.

À despedida fôra-lhe oferecido um jantar no palácio, servindo-se-lhe amabilidades e delicados manjares.

O caminho indicado era a Suécia, rival da Dinamarca, onde Oxenstierna governava com os quatro tutelares da jovem soberana.



Mudara completamente o aspecto da questão. Não diferiu o alojamento do oferecido na capital dinamarquesa. Puseram à sua disposição criadagem luxuosa e mesa lauta e usaram-se os rigores da etiquêta. Muito protegidos pela segura influência do residente francês, os portugueses foram recebidos, em 10 de Maio de 1641, pela Rainha em soleníssima audiência.

Iam começar as entrevistas políticas e efectivar-se o que se pretendia depois dos discursos em latim, aos quais não faltaram, no mesmo idioma, algumas amáveis expressões da soberana.

Além de Oxenstierna entravam na conferência Pe-

([1]) Os Pavilhões que publicamos são extraídos do livro *Les Pavillons ou bannières que la plupart des nations arborent en mer* — Amsterdam.

dro Banerio, conselheiro da chancelaria; Cláudio Flemmingh, almirante supremo e capitão da Stocolmia; e Andreas Gilden Clauz.

A parte essencial do tratado assegurava a liberdade de comércio, suspensa até há pouco por motivo da guerra havida com a Espanha, seus domínios e aliados; afiançava-se que não se auxiliaria, de qualquer modo, o inimigo comum, garantindo-se a passagem nos mares e nas terras dos vassalos dos países d'ora-avante amigos. Os navios suecos poderiam transportar livremente dos portos portugueses e de suas possessões as mercadorias que se exportassem e os géneros importados pagando os direitos estabelecidos para os mercantes de outras nações amigas, mantendo-se a reciprocidade. Isentavam-se de impostos os aparelhos e engenhos náuticos e armas de tôdas as espécies que muito interessavam a Portugal e citavam-se, para direitos restritos, os cordames, velas, lonas, mastros, madeiras destinadas a construção de naus, ferro, aço e minerais de qualquer espécie.

Carecia a Suécia de equiparação para as suas mais preciosas compras: sal, drogas, especiarias, perfumes, vinhos, prata em bruto e trabalhada, podendo trazer a moeda do Reino e não se pondo embargo à sua navegação e negócio. Os socorros seriam obrigatórios em caso de naufrágios, avarias ou desastres marítimos, e organizara-se um código para o pagamento de dívidas entre suecos e portugueses com julgamento especial, assim como para a captura de marinheiros desertores. Apresentar-se-iam plenipotenciários dos dois países nas respectivas capitais com a isenção de dízimos para os géneros de seu consumo. Mantinham-se todos os direitos de religião, havendo cemitério para os protestantes em Portugal e para os católicos na Suécia.

Como prova de amizade e boa-fé aparelharam-se três navios de guerra carregados de armas e munições, vindo num dêles os embaixadores que tinham pago parte das compras mais urgentes, levando as naus carregamentos de Portugal para liquidação do resto das quantias em dívida.

Partiram de Gotêborb em 10 de Outubro de 1641.



Antes da largada, Francisco de Sousa Coutinho, ao ter conhecimento da prisão do Infante D. Duarte, tomara sôbre si o encargo de publicar o protesto mais veemente em nome do seu Rei. Verberava a perfídia e a traição tanto dos espanhóis como dos imperiais e preparava-se para a mais enérgica das defesas, negando qualquer intromissão do Infante no movimento que dera o trono a D. João IV, não havendo, por conseqüência, a alegada quebra de juramento a Felipe IV com quê a Espanha fundamentara o seu pedido de captura do Príncipe português.

Dirigira o documento, escrito em latim, à Dieta de Ratisbona, onde os deputados se reüniam para tomar as suas decisões; enviara-o de Estocolmo, convicto da aliança que assegurava o manifesto; embora produzisse o seu efeito não encontraria o eco suficiente para salvar o Príncipe das mãos dos espanhóis e das autoridades manejadas pelo embaixador de Felipe IV.

D. Francisco de Melo, parente da Casa de Bragança, manobrara de modo a ficar sem despacho favorável o manifesto da oposição exarado em termos violentos.

Segundo êle, «o império estava reduzido a uma servidão, a liberdade perdida, as leis injuriosamente quebradas, a fé germânica quebrada para sempre, e, finalmente, que as idéias da Casa de Áustria se viam perdidas por um negócio com o qual se representava a antiga liberdade do império.»

Chegara o documento da intervenção do embaixador português na Escandinávia, no qual eloqüentemente explicava e impunha os seus argumentos e a injustiça, acrescentando:

«Firme nestes e noutros princípios de direito, de equidade e de razão, bem desejara eu apresentar-me aos deputados da Dieta, ao próprio Imperador, para de todos, humildemente, implorar justiça; mas já não é concedido ir realizar êsse intento.

«Onde segurança, filha do direito das gentes, essa seria guardada, quando a vejo quebrantar na pessoa de tão alto Príncipe? Qual liberdade me será afiançada a mim, seu criado, quando a recusam a êle, meu amo?

«*Quae mihi, ipsus servo, libertas dabitur, si, et ipsi domino denegatur?*»

O representante de Portugal publicou, depois, a sua obra com o título: *Manifesto Protestação feita por Francisco de Sousa Coutinho, comendador da Ordem de Christo, alcaide mor da vila de Sousel, e do conselho de El-Rei D. João IV Nosso Senhor, e seu embaixador ás partes septentrionaes, e enviado á dieta de Ratisbonna sobre a injusta detenção, e liberdade que requer, do serenissimo infante D. Duarte, irmão do dito Senhor. Tradusido do proprio latino, que foi impresso na cidade de Holmia do reino da Suecia e ora novamente impresso na cidade de Lisboa, anno de 1641.*

Também o secretário da embaixada, desembargador António Moniz de Carvalho, publicou, na mesma época, *Sentimento da fé pública quebrantada em Allemanha por industria de Castella na retenção do Serenissimo Senhor Infante D. Duarte.*

Tudo foi inane; o irmão de D. João IV seria internado no castelo de Milão.

Em 7 de Junho de 1614 ainda se encontrava prêso em Gratz, mas, porque o governador o tratasse com

bondade, intervieram os espanhóis e privaram-no de comodidades e da convivência de servos portugueses e até do seu confessor, um jesuíta alemão, colocando junto dêle antipático padre espanhol que o Príncipe repelira dizendo: «quero antes morrer sem confissão».

Um dos seus carcereiros, político de negócios secretos, comentava: «quiçá juzgará los castelhanos inhabiles para oir de penitencia a los portugueses. Note el odio V. E. y que se puede esperar desta accion».

As perseguições redobraram.



O bom resultado da missão do alcaide-mor de Sousel recomendou-o para mais difícil enviatura: a de Holanda, onde os negócios corriam díspares e em ludíbrio na mais torcida mentira.

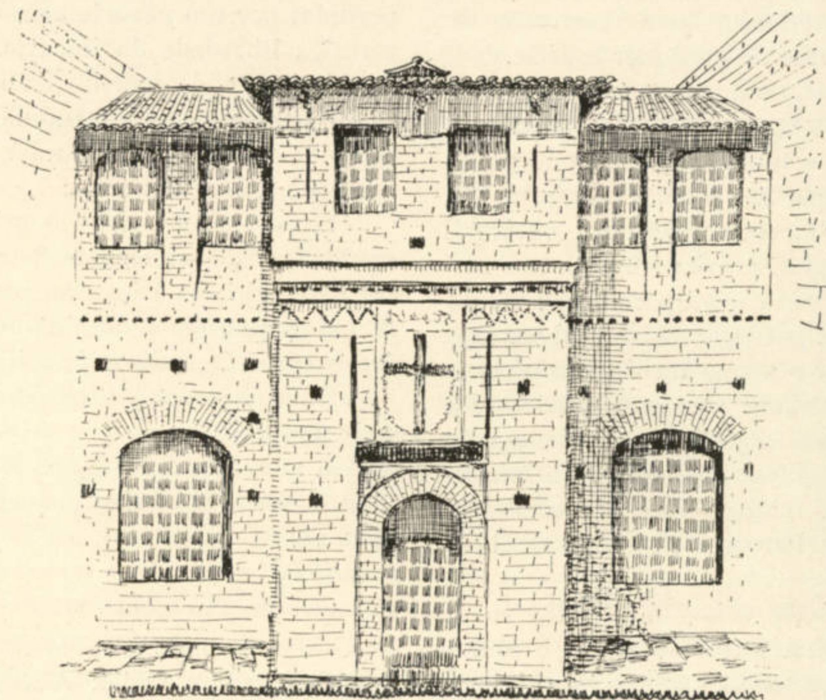
Estava o notável desembargador Francisco de Andrade Leitão designado para assistir ao Congresso de Munster, onde se tratava da paz universal, e deixando a seu cargo nas Províncias Unidas para ali foi o antigo embaixador na Dinamarca e Suécia.

Em 1645 soube-se da luta em Pernambuco, bravamente empreendida contra os holandeses, que não deixavam a sua colónia. João Fernandes Vieira pelejava com denodo; os portugueses obtinham vantagens e os ministros das Províncias Unidas não ocultavam o seu despeito. A Companhia das Índias Ocidentais continuava a favorecer auxílios de tôdas as espécies aos que prosseguiam na luta e o plenipotenciário buscava evitá-los.

Estabelecera-se um singular estado de relações entre o delegado de D. João IV e o govêrno da nação onde estava acreditado.

Era preciso um grande disfarce e equilíbrio para se conduzirem as negociações, porque se, por um lado, era necessário o apoio da Holanda, sempre prometido e fingidamente executado, por outro devia desejar-se a completa libertação de Pernambuco.

Maurício de Nassau recebia, de quando em quando, avisos dos gerentes da Companhia das Índias Ocidentais acêrca da maneira por que conduzira o seu govêrno, pois não extorquia tudo quanto se ambicionava dos pernambucanos, procurando sempre fazer-lhes justiça. Os brados da ganância incomodavam-no e, para que não pensassem que estava talhando um trono, deixou a colónia onde os vexames explodiram com as extorsões. Rebentara a revolução que João Fernandes Vieira chefiava; sendo prático cabo de guerra, preparou-se para vencer. Solicitou socorros do capitão-general António Teles da Silva e foi André Vidal de Negreiros observar a situação sob o pretexto de visitar parentes em Paraíba. Tudo viu e expôs a verdade: seria fácil expulsar os holandeses com algum auxílio. Já o chefe insurrecto convocara o governador dos índios, D. António Felipe Camarão, e o dos creoulos e minas, o negro Henrique Dias. Congregavam-se as raças brasílicas, a portuguesa e a africana para a batalha. Os holandeses queixavam-se ao capitão-general, citando os cabecilhas e apelando para o tratado das pazes assinadas por dez anos. Êle tentou a reconciliação, servindo-se da máscara pública da obediência ao pacto de Junho de 1641, mas ia auxiliando os rebeldes. Seguia o sistema adoptado pelos ministros holandeses relativamente a Portugal.



Trecho da roqueta de Milão

Rompia a guerra em Pernambuco, sob o patrocínio de Santo António, no dia de sua evocação do ano de 1645.

O embaixador enganava os holandeses, prometendo que o seu Rei manteria a paz e assim os impedia de enviar socorros e quebrar as promessas. Fixavam-se nos territórios conquistados mas juravam pela aliança, até que deliberaram aparelhar uma armada de socorro aos que se batiam no Brasil. Compunha-se de trinta navios e o representante português foi avisado do propósito e também da disposição em que o govêrno dos Países Baixos se encontrava de romper com o tratado atacando Portugal em todos os seus domínios.

Os batávios tinham sido vencidos na batalha de Tabocas, em 3 de Agôsto de 1645. O general Henrique Hus pelejara com o maior denodo mas encontrara dignos adversários. A sua resistência esgotava-se quando se anunciou a vinda da formidável esquadra do general Segismundo Van Sckop com quatro mil homens de excelentes tropas.

Debalde Francisco de Sousa Coutinho quisera evitar a partida dos navios. Por sua conta asseverava aos Estados que tinha ordem de El-Rei para a restituïção de Pernambuco. Não o acreditaram e êle pediu a nomeação de delegados para analisarem a verdade de suas afirmações. Reüniram e, na iminência da armada largar, o diplomata, sentindo a grandeza do perigo, não hesitou em apresentar papéis dos firmados em branco por D. João IV, nos quais traçou a promessa da reentrega.

Tôda a sua diplomacia fracassou; tomara a iniciativa, julgando deter as resoluções do conselho; obtivera resultados, mas ficou sobressaltado.

Praticou daquele modo e escreveu ao Rei contando o seu acto e desculpando-se com a necessidade absoluta de o realizar. Ofereceu a cabeça para pagamento da culpa se Sua Majestade assim considerasse a acção na qual só pusera patriotismo. Abusara da chancela real em caso extremo.

Tentara deter a armada até Dezembro porque depois teria de esperar a favorável monção, dando assim tempo à reconquista de Pernambuco. Três vêzes os navios tentaram sair mas foram obrigados a arribar.

Por sua vez o monarca escrevera aos Estados assegurando que não mandaria socorros para o Brasil; julgava dêste modo conter os holandeses e reafirmava-lhes os desejos de paz. Intimamente rejubilava no ludíbrio que entrevia seguro. Continuava no estabelecido; não compreendia porque pensavam no ataque aos seus outros domínios e ordenou que se preparassem, na colónia, socorros para Luanda.

A carta régia produziu o seu efeito e, embora D. João IV não admitisse o abuso que o diplomata fizera da sua firma, cobriu-lhe aquela política dilatória.

Havia contas a liquidar com a Companhia das Índias Ocidentais.

O embaixador continuou no seu pôsto. Em 1649 não se privou de um acto que no futuro seria lembrado.

Andava em Haia, pobre de cabedais e rico de ilusões, o Príncipe de Gales, Carlos de Inglaterra. A República do Protector Oliveiro Cromwell perseguia-o; restavam-lhe alguns fiéis e quiseram coroá-lo com os recursos de que dispunham.

Nos minguados e mesquinhos aposentos da hospedaria que habitava alguns fidalgos juraram-lhe fidelidade aclamando-o seu Rei. Os diplomatas não compareceram à cerimónia cujo significado prático era nulo, mas que se revestia da majestade da pobreza e do exílio em Príncipe de tão alta estirpe.

Francisco de Sousa Coutinho entrou na desguarnecida sala e beijou a mão do que se proclamava Carlos II de Inglaterra.

O novo Rei, proscrito, sem haveres e sem um palmo de terra ou poço de água de sua pertença, disse-lhe comovidamente:

— «A Coroa de Inglaterra não conhece na sua desgraça benefícios iguais aos da Coroa de Portugal.»

Tinha em Lisboa um representante: Henrique Cotton.

A cabeça de Carlos I caíra no cadafalso; o filho era coroado em mísero albergue da Holanda republicana governada por um Príncipe, cunhado do proscrito e cujo filho reinaria em Inglaterra depois dos Stuarts.

O embaixador da República inglêsa em Haia era Cook, que acusara o Rei diante do parlamento, obtendo a sua condenação à morte.

Dois dos fidalgos que tinham assistido à aclamação de Carlos II entraram na sala da estalagem onde o puritano comia rodeado de amigos e, de um salto, de punhais bem seguros, crivaram-no de golpes e escaparam-se. O seu acto gerou o pasmo pela audácia e imprevisto. Conseguiram escapar-se e na embaixada de Portugal encontraram refúgio.

Debalde as autoridades tentaram a sua entrega; o diplomata passou-os para França.

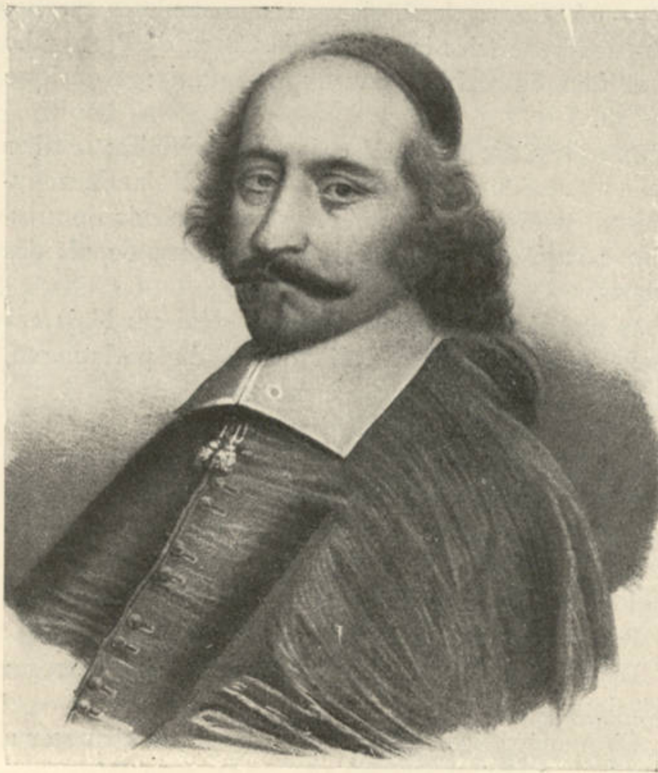
Os monárquicos inglêses não deveriam esquecer a atitude nobilíssima do enviado de D. João IV.



Os membros do govêrno das Províncias Unidas desconfiavam tanto do embaixador português que peitaram certo capitão francês, casado no país, para obter, mediante boa paga, a aquiescência dum secretário do ministro a projecto de larga envergadura. Tirando moldes das gavetas e forjando chaves, conseguir-se-ia cópia dos papéis do diplomata, e sobretudo da sua correspondência com o Rei, pois não se compreendiam as atitudes relativas a Pernambuco.

O secretário peitado pelo compatriota contou a Sousa Coutinho o que se esperava dêle e imediatamente se tiraram os moldes das fechaduras, que foram entregues ao capitão francês, preparando, adrede, as cartas com as firmas que tinha de D. João IV. O aliciado entregou-as.

Não havia mais dúvidas. O Rei de Portugal, segundo aquêles papéis, era leal aos compromissos tomados; ia libertar Pernambuco. Impedia-se a saída de nova esquadra, dispendiosíssima, e ganhava-se, no que devia ser traição, bons pontos sôbre as habilidades e manhas dos políticos holandeses. Sobreveio um incidente alheio à política e que pôs em risco a segurança do ministro: um dos seus criados de estrebaria, entrando de brincadeira com um cocheiro indígena, seu conhecido, preguntou-lhe se queria que o matasse, apontando-lhe uma arma atochada de carga e que jul-



Cardial Mazarino

gava vazia. O outro, servindo de alvo, caíu morto. Apareceu povo em grande grita para invadir a casa; despedaçou janelas à pedrada e acudindo a guarda nem assim deteve as fúrias da multidão, que condenava o estrangeiro assassino do seu compatriota, não querendo atender à fatalidade do engano.

Os tumultos sucediam-se e o govêrno aconselhou o diplomata a deixar, por algum tempo, a cidade. Continuou no seu pôsto até que chegou António de Sousa Macedo ([1]) para o substituir, visto ter sido encarregado de tratar dos negócios de Portugal em França.

Morreu, por aquela época, 1650, o Príncipe de Orange, Guilherme II, vitimado pela varíola. A política exacerbava-se contra Portugal.



Sucedera a Richelieu o cardial Mazarino. Italiano manhoso, detestado pelo povo, avaro, quási sórdido, descontentava a nobreza que lhe fazia sentir o seu desprêzo. Pollticamente servia-se de ardis, os mais ignóbeis, se fôssem precisos para as suas vitórias, e, sem a majestade do antecessor, antes fazendo-se afável, conduzia a barca da sua fortuna. Diziam-no casado, secretamente, com a mãe do Rei, a Regente Ana de Áustria, viúva de Luís XIII, que tanto detestara o genial ministro de seu marido, ligando-se ao aventureiro italiano, «Signor Giulio di Mazarini», como desdenhosamente lhe chamavam os grandes aristocratas.

Tendo Sousa Coutinho saído da Holanda em 1 de Janeiro, a-pesar das dificuldades da travessia, sob os temporais, chegou a Paris no dia 17 e foi logo recebido pelo cardial, apoquentadíssimo com os acontecimentos.

Explodira a revolta da Fronda. Dois anos antes o parlamento levantara-se contra o ministro, aparecendo como aliados da burguesia o cardial de Retz e o Príncipe de Condé. Construíram-se barricadas que dificilmente foram demolidas. Paris obrigou a Côrte a refugiar-se em Saint-Germain. O duque de Beaufort, Condé e Madame de Longueville, apoiados secretamente pela Espanha, concordavam a mais galharda das guerras civis. Turenne ia ser colocado à frente das tropas reais.

Mazarino queixava-se ao embaixador português da pouca assistência que D. João IV lhe dava, exactamente quando mais devia ajudá-lo; esperava que intensificasse a guerra, a qual não preocupava bastante os espanhóis, pois iam derrotando os franceses na Catalunha e na Itália, visto não precisarem retirar dali os seus exércitos para enfrentarem Portugal. Queria entrar em negociações de maior vulto e muito o ajudava a Rainha, que sabia o irmão, Felipe IV, ligado à Fronda. Foi, porém, tal o poder dos príncipes rebeldes que o cardial não dispôs de socorros nem de dinheiro e Sousa Coutinho partiu para Roma, onde se intricava cada vez mais o reconhecimento de D. João IV pelo Papa Urbano VIII.

Atravessou a Alemanha mas deteve-se o tempo suficiente para obter a promessa de auxílio contra a Espanha; entrou na capital do Pontífice esperando empregar o seu génio engenhoso nas negociações com a Cúria, mas, a-pesar-de tôdas as recomendações de Mazarino e do grande desejo do Rei de Portugal de ter pazes com o Papa, não houve forma de Sousa Coutinho ser considerado embaixador na Cidade Eterna.

O chefe da Igreja tremia diante do poder de Felipe IV. A tiara curvava-se sob o látego do Áustria.

Retirara-se para Lisboa o mais atilado dos diplomatas da Restauração até àquela data. Não se esquecera o audacioso emprêgo dos documentos com as firmas de El-Rei, depois corroboradas para o mesmo engano pelo monarca. Terminara a sua carreira brilhante, mas sem encontrar merecidos prémios.

Não foram mais aproveitados os seus serviços diplomáticos e faleceu, em 22 de Junho de 1660, na capital do Reino que representara durante tantos anos no estrangeiro, sendo dos grandes paladinos da libertação de D. Duarte, cativo no castelo de Milão.

([1]) Ver biografias.

D. MIGUEL DE PORTUGAL

Bispo de Lamego

A embaixada de Roma — Relutância de Urbano VIII em receber o representante de D. João IV — Ataque do conde de los Vellez — Uma batalha nas ruas da Cidade Eterna — O prelado português em defesa do infante D. Duarte — Resposta a uma proposta do Pontífice



PAPA Urbano VIII, Matteo Barberini, sucedera a Gregório XV no período convulso da Itália.

Rugia a guerra deflagrada por causa do ducado de Mântua; envolveram-se no pleito a Áustria, a França, o duque de Sabóia, a Espanha. A família dos Gonzaga-Nevers tomara posse do território disputado, mas as lutas não tinham acabado. Fica sempre alguma coisa de implacável no fundo dos corações dos homens que, de grandes lutas, assinam pazes. O ódio satisfeito é um grande elixir de felicidade.

Richelieu pretendia arrancar a Itália do domínio espanhol e, em 1635, quisera organizar a liga dos pequenos Estados italianos contra os Áustrias. O Pontífice sentiu que a política do cardial era contrária aos seus planos e assistiu perplexo à conquista do Milanês. Os duques de Sabóia, de Parma e de Mântua coligaram-se, mas os Barberini, os príncipes da família do Papa, grandes senhores florentinos, só queriam combater contra os Médicis. Sua Santidade tinha três sobrinhos, os cardiais António, general de suas tropas; Francisco e Tadeu, que o coadjuvaram no govêrno.

O marquês de Leganês, governador de Milão, em nome da Espanha, vencera o duque de Parma; no ano seguinte morreram dois dos participantes da Liga contra a Espanha: Carlos I de Mântua e Vítor Amadeu de Sabóia. A côrte de Madrid protegia a viúva do primeiro; Cristina de Sabóia procurou defender a coroa do filho contra seus dois cunhados: Tomás, capitão ao serviço da Espanha, e Maurício, cardial dedicado à Áustria.

O governador espanhol invadira o Piemonte e, em 1640, as suas tentativas contra Casale moveram Urbano VIII e a República de Veneza a ameaçar os espanhóis, o que o general francês Hartcourt aproveitou para libertar Chiare e Turim.

Tendo necessitado de fazer uma guerra contra Parma, para pagamento do que lhe deviam, o Papa, depois de um sucesso militar, veria Roma assaltada

pelo excomungado duque parmesão, que se aliara a Veneza, aos Médicis e aos Este.

Abandonada a política que ligara o chefe da Igreja à França, não gozando das simpatias dos pequenos Estados e tendo produzido a irritação da Espanha, que não perdoava as suas veleidades de independência, criara situação tão desesperada que se veria obrigado a, mais tarde, empregar na luta o tesouro de Sixto V.

Naquele período o Papa esfriara as relações com Richelieu, que se propunha proteger junto dêle os embaixadores de Portugal liberto.

O bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, filho do terceiro conde de Vimioso [1], senhor de real estirpe, nato inimigo de castelhanos, recebera o encargo de representar D. João IV junto de Sua Santidade. Acompanhava-o o cónego da Sé de Lisboa, doutor Pantaleão Rodrigues de Sá, conselheiro real e do Santo Ofício, que devia ser ministro junto da Cúria, e o doutor Rodrigo Rodrigues de Lemos, desembargador no Pôrto e cavaleiro de Cristo. Era o secretário.

Desembarcaram em Rochela no dia 30 de Abril de 1641. Entendeu-se o bispo com Francisco de Melo, em cujo palácio ficou, e que devia tratar com Richelieu das apresentações não só ao Papa mas, igualmente, aos chefes de outros governos como os de Génova e da Toscana.

Durante três semanas andou o prelado fazendo visitas aos Reis, ministros franceses e altos dignitários, mas sem lhe ter sido possível avistar-se com o cardial, assoberbadíssimo de trabalho de alto interêsse político e tendo que partir para Abeville com a côrte.

De-resto, a situação de Portugal devia parecer-lhe periclitante, dado o número de fidalgos que passavam a Espanha e a falta de recursos para a guerra.

Chavigny tinha ordem para se entender com o embaixador, que o representante francês em Roma devia acolher. Uma galera de Luís XIII transportou o bispo de Lamego e os seus companheiros a Civitta Vechia, em cujas portas o esperava o côche de gala do representante de França, marquês de Fontenoy. Começava na cortesia a política da exibição. Era um aviso ao espanhol D. João Chumacero, que em nome de Felipe IV solicitara de Urbano VIII a sua reprovação para a revolta de Lisboa. Levara as aspirações a pedir um Breve condenatório da libertação do Reino. Dificílimo era o papel da Cúria na contingência, mas a melhor diplomacia pertenceu sempre à Igreja, e com mil desvios, desculpas e circunlóquios se pretendeu envolver a resposta. Não se pronunciava, mas despendia delicadezas de toque raro, usando das vénias dos orientais, feitas de manha e hipocrisia: o sorriso encobrindo a vontade de morder ou o jacto de saliva vexatória, desprezador.

[1] Devia ser o terceiro conde porque a D. Francisco de Portugal, condestável do Prior do Crato, não se reconhecera o título.

Quando D. Miguel de Portugal chegou a Roma, a intriga estava no auge.

Existiam na côrte pontifícia personagens pinguemente pagas pela Espanha para auxiliarem seus negócios, espionando, e no último extremo recorrerem aos grandes meios: a corrupção através de tudo, a derrota dos adversários por todo o preço.

O príncipe de Gallicano, um Colonna, tomara atitudes de reitre disfarçadas de paladino e falara em aprisionar o prelado português salvando Sua Santidade de embaraços. O Papa não quisera desagradar completamente à França, e a-fim-de evitar os anunciados percalços levara a gentileza a enviar uma escolta ao antiste.

O palácio da embaixada francesa abriu-se para receber os representantes de Portugal, o que, parecendo grande exteriorização de aliança, correspondia, também, à obediência de um aviso papal.

Não devia D. Miguel de Portugal alugar casa para a embaixada, tampouco apresentar-se nas ruas com grande séquito.

Seria recebido o conselheiro Pantaleão Rodrigues de Sá, que exporia o caso de seu amo a um colégio de purpurados. Inclinavam-se para os contrários os cardiais Spada, Caetano, Roma, Lanti, Bentivoglio, Barberini, um dos sobrinhos do Pontífice, e Panfili, o futuro Inocêncio X.

Já mudara o representante espanhol junto da Santa Sé. Tinha o carácter de embaixador extraordinário e recebera o encargo de obstar, a todo o transe, ao reconhecimento de D. João IV.

Era êle D. Pedro Fajardo de Zuñiga y Requesens, marquês de los Vellez, empertigado e arrogante como um capitão de batalhas cruentas, maior em jactância do que em lídima glória, embora tivesse comandado na Catalunha com braveza e denodo. Confiando-se na sua energia, improvisaram-no diplomata. Passava à guerra na Itália; devia ser um guerreiro o representante da Espanha afrontando um português mitrado. Nem se deu ao trabalho de disfarçar o propósito da embaixada. Se triunfasse pagar-lhe-iam com a vice-realeza de Nápoles, onde poderia figurar, dominando. Nem julgava possível deixar de vencer.

O seu trabalho consistiria em esmagar o bispo de Lamego, pô-lo fora de Roma, para o que lhe davam carta branca.

Cabiam-lhe, como antigo embaixador de Espanha, prerogativas na igreja de Santo António dos Portugueses, e como constara que não as abandonava, no dia da festa do Santo o provedor do templo, Brás Nunes Caldeira, declarou não o tolerar no edifício. Armou gente, mas o general da Catalunha não se atreveu a afrontá-la, de-certo considerando desprezíveis, para sua estatura, alguns mosquetes empunhados por paisanos.

Fôra o primeiro xeque. Andava Pantaleão Rodrigues de Sá muito azafamado nas reclamações ante os

cardiais, mas encontrava a resistência de muralhas anteparando a possibilidade dos ataques armados da Espanha, que, deslocando tropas de Nápoles e Milão, tornaria mais difícil a situação do Pontífice inimigo dos pequenos Estados italianos e desligado da França.



Não passava de descritivo jurídico-político a bem elaborada exposição com que o conselheiro da embaixada portuguesa julgava poder chegar ao convencimento dos purpurados acêrca dos direitos de D. João IV, mas argumentavam os membros do areópago papalino com algumas singularidades: retenção das capelas em Portugal e a captura do arcebispo de Braga, pois desejavam submetido ao fôro eclesiástico o chefe da conspiração contra a Pátria e o Rei. Pediam que o enviassem para Roma, onde Sua Santidade o castigaria.

Sem essas concessões, Urbano VIII não receberia o embaixador. Se não tinha poderes para tanto, como alegava, partisse e voltasse com êles.

O diplomata espanhol tomara maior arrogância e comparecia nas audiências cardinalícias solicitando contra o bispo, que também tinha amigos no Sacro Colégio.

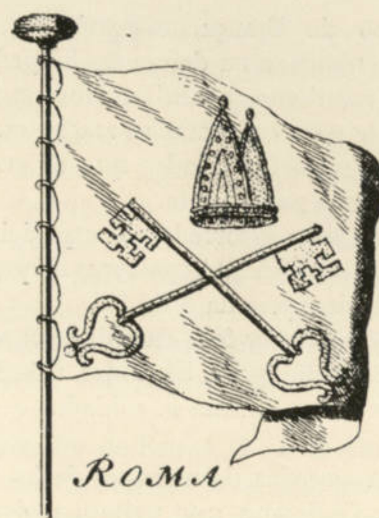
Demoravam-no; davam-lhe a entender que a situação podia modificar-se.

As complicadas questões com os ducados e os principados impediam a solução. O marquês de los Vellez pensou que devia ganhar mais ràpidamente a sua vice-realeza de Nápoles. Desde que houvesse às mãos o diplomata e o internasse, seria o seu carcereiro. Os napolitanos guardariam, em Santo Elmo, aquêle bispo de sangue real considerado mais traidor ao Rei de Espanha, que lhe dera a mitra, em 1636, do que o Primaz culpado da traição a D. João IV, êle próprio aos olhos espanhóis tredo e refece.

Já D. Miguel de Portugal se instalara no palácio da embaixada francesa.

Não se privara de aparecer nas ruas de Roma em carro com as armas de Portugal pintadas a ouro. Havia sessenta anos que não brilhavam em Roma e para muitos eram desconhecidas. Escôltas de librés vistosas, montadas esplêndidas, os selins rangendo sob o pêso dos beirões do séquito, chamavam a atenção para o prelado cujo nome de Vimioso nem todos os romanos ignoravam.

Ligá-lo-iam ao de Strozzi, que comandara a esquadra a bordo da qual D. Francisco de Portugal pelejara por D. António, Prior do Crato; soara, outrora, aquêle título e alguns nobres italianos recordavam-no avivando-se-lhes a lembrança ante a audácia do pre-



Bandeira Pontifícia

lado que não respeitara os avisos do Papa acêrca das suas exibições nas ruas da Cidade Eterna.

Corria muito ouro felipino para se alcançar a vitória do pleito. Tunantes espanhóis, de chapéus esburacados e envoltos em largos mantos, vigiavam o palácio da embaixada. O representante de França já se manifestara; sabia-se dos propósitos, de-resto anunciados, do marquês de los Vellez, que ameaçava capturar o bispo de Lamego.

Pejavam as ruas de Roma bandos de mendigos e rufiões, prontos para tudo por uma moeda de prata. Homens de grandes cabeleiras e barbaças sujas aguardavam nas locandas que aparecessem os alugadores. Vendáveis para tôdas as aventuras, desde as farsas às tragédias, empenhando-se tão depressa numa apupada como num assassínio, a fauna malsã da capital da Igreja aumentava diàriamente.

A abundância dos bandidos deminuía o preço da sua aquisição.

Envergavam farrapos ou fatos no fio, mas todos ocultavam punhais, mesmo os que traziam, pendentes de velhos cinturões, as espadas em almoeda como as consciências.

Havia, entre aquêle gentio especial, desclassificados alemães, italianos, espanhóis e foragidos das cadeias, ladrões de estrada e habitantes das cavernas das pedreiras arrabaldinas. Por um infeliz caído naquele meio notavam-se vinte miseráveis. Coxeando, lamuriando, fingindo enfermidades, os que tinham adoptado a profissão mendicante arrastavam seus trapos, os olhos luzentes, a raiva nos corações. Os outros, querendo ainda dar-se ares soldadescos, ostentavam nos chapéus rotos plumas ou penachos desbotados.

Entre essa jolda de taberna e de galés começou o recrutamento da tropa que devia raptar o embaixador de Portugal à sua passagem nas ruas de Roma. Lançar-se-iam em massa sôbre o côche e, derrubando os cavalos a tiro, abatendo os estribeiros, rasgando o caminho à punhalada, haveriam às mãos o prelado, que sabia muito bem de propósitos tão boquejados.

O ministro de França, marquês de Fontenoy-Mareiul, empenhara-se na defesa do hóspede e encarregara o seu mordomo, o senhor Lucach, do aliciamento de gente para enfrentar os atacantes.

Era nos sítios mal afamados que os grandes procuravam os braços para a luta.

Vinha como uma escorrência dos palácios confundir-se no charco das vielas. As palavras de passe davam-se nas miseráveis tascas da Suburra.

O Papa mandou pôr fora da cidade os valdevinos, os aventureiros, mendigos e bandidos, mas os já pagos tomavam ares sérios, diziam-se soldados e não saíam as portas.

O chefe da emprêsa do marquês de los Vellez era o Príncipe de Gallicano, que peitara mais cem mercenários para a cilada. Arrumara-se tudo; esperava-se o momento, mas a ordem para a saída dos suspeitos desmanchara um pouco a legião criminosa. Também o embaixador de Portugal recebera ordem para não ostentar grande estado, privando-se da comitiva aparatosa que constituïria desafio.



Caíu bem no espírito de D. Miguel de Portugal aquela prevenção do Padre Santo. Tomou por companheiros apenas quatro gentis-homens, confiando na segurança prometida, no ministro da França e no seu mordomo Lucach.

Já ia adiantado Agôsto e a prelazia romana ia retirar-se para a frescura dos subúrbios, fugindo à soalheira escaldante que reverberava na poeira calcárea, cáustica.

Sabia-se, positivamente, que se daria o encontro ou a espera naquela tarde. O embaixador de Felipe IV, general da Catalunha, jurara afrontar o representante de D. João IV, prelado de categoria mental, de-certo mais apoiado a seu báculo e leis divinas do que prestes para a luta com gerifaltes.

O bando armado aparecia a impedir-lhe a passagem e sem dúvida seria vencido. O marquês de Fontenoy pediu ao hóspede que não saísse, ficasse no palácio, inacessível aos bandos assalariados e temerosos da sombra da bandeira dos reais lírios de França.

Respondeu o bispo com a gentileza dos Vimioso, agradecendo o convite e ardendo-lhe o sangue no desejo de desforra da ameaça do espanhol.

Mostrar-se-ia digno dos antepassados batalhadores encarando o general da guerra da Catalunha com a firmeza de quem desprezasse a arrogância e a altivez chasqueando a vaidade. Repelira o novo pedido de ficar no palácio e dispusera-se a percorrer as ruas romanas.

Coubera ao embaixador de França o cuidado de guardá-lo; o seu mordomo Lucach arrebanhara, além dos criados da casa e os do bispo, rijos beirões, mais gente, ao todo sessenta homens, e entre êles catalães, uns dedicados, outros mercenários, que defenderiam o prelado em caso de ataque.

D. Miguel de Portugal tomou lugar no côche com os quatro gentis-homens e deu ordem para seguir pela rua de Santa Maria, onde os rufiões e a criadagem do castelhano lhe impuseram paragem para poder passar o carro do marquês de los Vellez, representante de Felipe IV.

Houve um momento de expectativa. O grande fidalgo português sentiu-se desafiado; percebeu que devia tirar partido da situação e a impossibilidade de ser diplomata ante um reitre titular que agravava na sua pessoa o seu Rei, o Reino, a dignidade portuguesa.

O veículo que conduzia o embaixador espanhol e o seu séquito estacara a distância.

Ia-se atacar o bispo. Prendendo-o ou matando-o poriam têrmo à questão do reconhecimento do Rei de Portugal pelo Papa.

Soaram tiros de pistolões e mosquetes; pretendia, cada um dos contendentes, a passagem livre. Os beirões, menos entendidos no manejo das espadas que no dos varapaus, redemoïnhavam os mosquetes como massas de armas contra os adversários. Já havia feridos e mortos na calçada e o bispo de Lamego, apontando a clavina, animava a sua hoste, derrubando espanhóis na vingança dos avós e da causa portuguesa.

Era Vimioso; e desagravava, nas ruas da Cidade Eterna, D. Francisco de Portugal, morto na batalha naval de Vila Franca do Campo, defendendo o pendão do Prior do Crato, cuja realeza o tinha por condestável, e desafrontava a memória da mãe e das irmãs do herói, prêsas e vexadas no castelo espanhol de S. Trocaz, onde tinham passado fome e mais misérias. O sangue de Nuno Álvares que lhes corria nas veias fôra conspurcado pela fúria castelhana. Dir-se-ia quererem punir nas cativas o lance milagroso de Aljubarrota. O seu descendente ali estava, disparando e abatendo os felipinos,



Espadachins da época de Felipe IV
(Trecho de um quadro de F. Domingo)

com o ardor da sua raça e a natural alegria da defesa vitoriosa.

O cocheiro que guiava a equipagem do embaixador espanhol abandonara-a; alguns dos criados tentavam ainda salvar o amo; os rufiões fugiam e o diplomata, que tanta fama ganhara por sua energia nos exércitos, saía pelo espaldar do côche correndo a refugiar-se em casa de um italiano.

O bispo despejava surriadas de balas visando o carro em cujas portinholas brilhavam as armas de Espanha, as aves de prêsa, as águias negras e bicéfalas, que tinham sido obrigadas a levantar vôo de Portugal.

O marquês de los Vellez perdera o chapéu e a compostura ao saltar do carro pela brécha aberta no costado, aniquilada a dignidade, pois não se atrevera a descer o estribo da portinhola alvejada pelos projécteis do português.

Jaziam por terra um cavaleiro de Malta, parente do marquês de Fontenoy, e um criado de Pantaleão Rodrigues. Tinham defendido, até à morte, a honra da embaixada. Os espanhóis contavam vinte feridos e oito mortos, entre os quais o capitão D. Diogo de Vargas.

Acercaram-se os curiosos, atraídos pelo motim e olhando respeitosamente o bispo de Lamego recordavam os prelados guerreiros de roquete vestido e mitrados à frente das legiões. Quási o aclamavam no fervoroso delírio latino pelo arrôjo elegante. Era já aos olhos romanos como um dos vultos legendários dos que se tinham batido sôbre o pó venerável luzindo ao sol ardente da Cidade Eterna as fôlhas de suas espadas gloriosas.



Aparecera, pouco depois, um pasquim do qual se deduzia que «nunca fôra tão veloz o senhor marquês de los Vellez».

Roma gargalhava; os cardiais não ocultavam o pasmo.

Durante dois dias esteve exposto na via o despedaçado carro do embaixador espanhol, e em casa do representante da França, D. Miguel de Portugal, vitorioso, recebeu a visita de um gentil-homem do cardial Barberino, sobrinho do Papa.

Os partidários de Castela, tanto os purpurados como os de menor categoria, dirigiram-se para a embaixada espanhola, pois constava que o diplomata saïria de Roma com licença do Pontífice.

As ruas estavam patrulhadas pela tropa que o cardial António Barberini comandava; falava-se da rixa em que o prelado português, de clavina em punho, afrontara o guerreiro espanhol, atrapalhadamente fugitivo, a saír pelas espaldas do côche, borrando com a precipitação a fama de valoroso chefe do exército que atacara a Catalunha.

Falhara o seu desígnio de prender ou matar o agente de Portugal, a blasonadora intenção de encerrá-lo no castelo de Santo Elmo, de Nápoles, pois seria tão boa a prêsa como a do Infante D. Duarte, que, das mãos austríacas, fôra trespassado às dos espanhóis mediante a pérfida intervenção de D. Francisco de Melo, seu parente, general ao serviço da Espanha.

O embaixador de Felipe IV, aconselhado por amigos, pediu audiência a Sua Santidade para se despedir; recebeu-o Urbano VIII com rigidez de soberano ofendido e o espanhol partiu para Ancona a meditar na derrota e contundido pelo desastre.

Julgou o bispo de Lamego que da vitória adviriam grandes vantagens para o seu pleito. Como desagravo, esperava que o Papa o recebesse na qualidade de embaixador.

O doutor Pantaleão Rodrigues ouvira as desculpas do cardial Bentivoglio relativas ao ataque, mas surpreendera-o também ao retitenciar enquanto à recepção.

O Pontífice mergulhara numa política de derrota e receava os espanhóis depois de ter abandonado os franceses. O cardial Barberini já não recebia o conselheiro da embaixada; mostraram a impossibilidade de atender os desejos de D. João IV.

Passados os calores de Agôsto, o sol romano ainda aquecia Outubro resplandecente. Faria um ano, no dia 20 daquele mês, que o bispo de Lamego chegara à Cidade Eterna com a recomendação do seu soberano de não se demorar mais desde que se escusassem ao reconhecimento. Ia soar a hora em que ficar seria rastejo e partir, sem aviso, indesculpável acção diplomática e mesmo de fidalguia.

Fizera uma súplica ao Pontífice; o seu companheiro, tão luzido em letras, expusera a situação e as razões que lhes assistiam, dizendo como, ao cabo de um ano sem audiência do chefe da Igreja, solicitavam a sua resposta em tão instante contingência.

Urbano VIII estava em guerra com Parma; não podia afastar os espanhóis do seu contacto; era impossível receber D. Miguel de Portugal como embaixador.

O cardial Bichi falou claro; o Sacro Colégio determinara que não se admitisse o diplomata, mas Sua Santidade declarara receber o bispo de Lamego, personagem da Igreja, que o visitaria sem qualquer carácter político.

Abertamente, o prelado mostrou todo o seu orgulho. Não era em Roma o antiste, mas o representante de Portugal, e desde que ao seu país não se dava o acolhimento devido, êle, súbdito de D. João IV antes de o ser da Igreja, não aceitava a audiência do Papa em semelhantes condições.



Disse e dispôs tudo para o embarque em Leorne. Nem se despediu do cardial Barberini. Largou da Cidade Eterna mas a sua fama ficava. Mais nenhum espião ou valdevinos de bandos, capitão espanhol ou aventureiro tentou agredi-lo ou detê-lo, e tomando o navio, dirigiu-se para Lisboa, onde o aguardavam os elogios por sua atitude, embora não houvesse obtido o que tanto se ambicionava.

Fôra admirável de audácia e de aprumo; exalçara-se na dignidade; marcara arrôjo e ímpeto, reganhando ràpidamente a majestade de sua mitra. A culpa do sucedido estava na própria falência da Cúria ante o poder dos inimigos de Portugal que se salvara. Muito batalhara o prelado e queria prosseguir entre as dificuldades até se certificar da inutilidade dos esforços. Restava ainda a questão da captura de D. Duarte.

Desde que o Imperador Fernando III, atemorizado por Felipe IV e carecido de dinheiro, vendera o Príncipe, os diplomatas acreditados por D. João IV nas diversas nações tentaram, por meio de protestos, minorar a sua má sorte se não pudessem salvá-lo.

D. Miguel de Portugal acudiu imediatamente, mas pretendeu mais alguma coisa: resgatar, por dinheiro, o Bragança por dinheiro trocado. Foram postas à ordem, em bancos da Holanda e em mãos de venezianos, diversas quantias com que o Rei de Portugal assistia ao irmão cativo. Pensou-se, igualmente, em raptar o prêso, fazê-lo saír daquele castelo em que se tinham acabado as obras de defesa com suas seis meias luas e instalações para guarnição poderosa. O Príncipe fôra enclausurado na parte do edifício denominado a Roqueta, que era de difícil acesso. O governador, D. Fradique Enriquez, recebera ordens apertadas em relação ao cativo, transmitidas pelo presidente do Estado de Milão, D. Juan Velasco de la Cueva, conde de Siruela.

O embaixador que o Papa não quisera receber gastou o tempo, de acôrdo com o representante da França, em arranjar a forma de se pôr em contacto com o prêso e lançara-se na obra secreta.

Aparecera um aventureiro de apelido Picini; oferecia-se para salvar o Infante da fortaleza mediante boa paga. Metera-se em tôdas as negocições nas quais intervinhm o francês Taquet e os portugueses Luís Pereira de Sampaio e Manuel da Costa, criados de Sua Alteza, expulsos do seu serviço pelos espanhóis.

Em breve o prelado compreendeu que Picini prometia muito e não realizava coisa alguma, embora sacasse basto dinheiro. Complicava com o ar mais natural do mundo. Assim explicara o caso do conde da Vidigueira ([1]), ministro em Paris.

Desde o encêrro de D. Duarte em Gratz que êle delineara o rapto; fôra sempre dizendo o mesmo até Milão. Apresentara-se-lhe como mercador veneziano, pobre e carregado de filhos, que se metia em trabalhos para os sustentar.

Não passava de espião dos embaixadores, conforme apurara o bispo ao mandar fazer um inquérito a seu respeito por frei Luís Coutinho.

Era necessário que Taquet, êste verdadeiramente empenhado em obter bons resultados no lance, se afastasse do aventureiro.

O bispo participava o caso da Rochela, onde chegara com o seu séquito, tendo embarcado em Leorne sem que os espanhóis o molestassem.

O italiano afiançara que Fernando III estava disposto a salvar o Infante; o seu primeiro ministro, Trautmannsdorf, assegurava-o, mas, dizia o diplomata português ao seu colega conde da Vidigueira, não era possível que assim procedessem depois de terem feito a venda. Tratava-se de se lhes entregar uma quantia de vulto para se libertar o Príncipe e D. Miguel de Portugal, calculando que, com tão grandes verbas, poderiam levantar tropas contra a França, aconselhava:

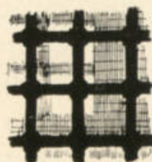
«Desde o dia que o Senhor Infante chegou ao castelo de Milão, são escusados e baldados estes meios, os quais só servem de fazer despesa à Fazenda de Sua Majestade e dano ao Senhor Infante. Só convém mandar dar-lhe todo o dinheiro que quiser gastar e todo o outro aplicá-lo a fazer boa guerra ao rei que tão injustamente o tem prêso.»

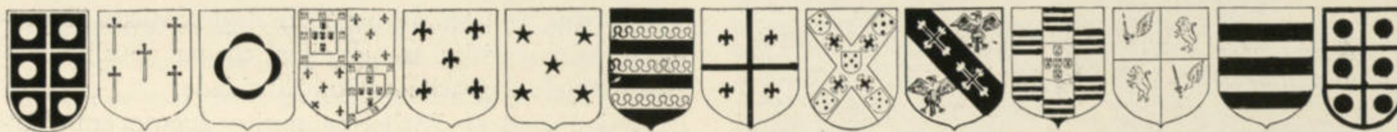
E foi esta a opinião do prelado belicoso no próprio Conselho de El-Rei, a quem explicara todo o enrêdo da intervenção de Picini e dos passos de Taquet, que se propunha vir a Portugal. Considerava inútil a viagem, visto poder entender-se com os embaixadores em Paris e Haia.

E êste seu critério manteve até ao fim da vida, julgando-se bem com a consciência.

Finou-se em Lisboa dois anos depois da sua batalha nas ruas de Roma, em que impusera o nome de Portugal, que figurava, também, no seu apelido nobilíssimo.

([1]) Ver Biografias.





MARQUÊS DE NIZA

Nova embaixada a França — O descendente de Vasco da Gama e o cardial Mazarino — Grandes manejos para a libertação de D. Duarte de Bragança — Correspondência do Infante — Regresso do Embaixador e seu título de marquês de Niza — Últimas negociações



Dom Vasco Luís da Gama, quinto conde da Vidigueira, representava o imortal descobridor do caminho marítimo para a Índia e o seu país em França no ano de 1642.

Descendia de D. Estêvão da Gama, alcaide-mor de Sines no reinado de D. Afonso V, tendo antepassados de alta jerarquia já no tempo de D. Afonso III, quando um Álvaro Eanes da Gama andara na conquista do Algarve.

D. João II conhecia os Gamas, pois aquêle Estêvão, de Sines, fôra veador do Príncipe D. Afonso, o filho querido do Rei, que morrera no Campo do Alfanje por ter caído da montada que ia em pareo com a de D. João de Meneses.

O «Homem», como Isabel a Católica chamava ao Príncipe Perfeito, escolhera Vasco da Gama para a emprêsa do descobrimento. Disse-se que deixara tudo pronto, desde os roteiros às naus, e até nomeara o comandante que ganharia imperecível glória.

Era filho do alcaide-mor Estêvão da Gama e de Isabel Sodré, filha de João de Resende, provedor das valas de Santarém, e de Maria Sodré, da casa de Fradique Sodré.

O glorioso navegador desposara D. Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Ataíde, senhor de Penacova; e o terceiro neto do vice-Rei e almirante dos mares das Índias, primeiro conde da Vidigueira, era o embaixador de D. João IV em Paris.

Contava trinta anos, pois nascera em 14 de Dezembro de 1612; matrimoniara-se, em 29 de Dezembro de 1632, com D. Inês de Noronha, filha de Simão Gonçalves da Câmara, terceiro conde da Calheta, e de D. Maria de Meneses, dos Castelo Melhor. Na sua descendência contar-se-iam D. Francisco Luís da Gama, que seria o segundo marquês de Niza [1]

---

[1] O título foi concedido, em 20 de Setembro de 1646, ao 5.º conde da Vidigueira, e por carta de 24 de Outubro se inscreveu o que já usava, determinando o soberano acêrca da mercê «sem



Castelo de Milão Onde Morreu o Infante D. Duarte em 3 de Setembro de 1649

(Reconstrução moderna)

e sexto conde de Vidigueira; D. Leonor, que morreu de dois anos; D. Simão da Gama, cónego da Sé, reitor da Universidade de Coimbra, bispo do Algarve e arcebispo de Évora; D. João da Gama, arcedíago de Fonte Arcada; e D. Maria Caetana de Meneses, que foi mulher de Garcia de Melo Tôrres, segundo conde da Ponte.

António Moniz de Carvalho, que tinha participado com Francisco de Sousa Coutinho da embaixada da Dinamarca, acompanhara o conde da Vidigueira na sua antiga categoria. Desembarcaram na Rochela, onde os recebeu com a costumada galhardia o cavaleiro de la Porte, grão-prior de França [1].

Iam tratar com Richelieu de negócios de rápidas soluções e, sobretudo, do Infante D. Duarte, prêso no castelo de Milão, do auxílio para o bispo de Lamego ser recebido por Urbano VIII e também de maior estreitamento de relações com a França.

O grande fidalgo era muito dado à leitura erudita, amava a arte com a paixão dos belos espíritos, sendo inimigo do fanatismo.

Desejava possuir primorosa livraria e comprava obras de tôdas as doutrinas, embora tivesse que recear a Inquisição esculcadora dos pensamentos, capitulando-os conforme as preferências literárias. O diplomata entendia-se com bibliófilos e Paris deslumbrava-o como a grande cidade onde podia encontrar os sábios e os livros raríssimos de ciência, arte e religião. Conhecia vários idiomas; não se dificultava na leitura dos manuscritos e impressos que adquiria por altos preços, buscando, como um pavilhão protector das suas riquezas literárias, a licença do Papa para ler e possuir as espécies proïbidas.

Seria a defesa da querida biblioteca. Ao mesmo tempo que tratava de negócios diplomáticos ia procurando, por tôdas as maneiras, chegar ao almejado fim naquele despacho de Sua Santidade.

Foi encontrar Richelieu muito doente em Narbona. Contraíra grande enfermidade durante a sua permanência no exército de operações contra a Espanha e a Alemanha. Avançara no Reno e nos Pireneus depois de rechaçar os castelhanos que tinham ocupado outrora a Picardia e a Borgonha. Já se firmara no Rossilhão o poder francês, mas o grande ministro sofria dos seus excessos e a morte rondava-o. O cardial contava cinqüenta e sete anos e milhares de ódios.

O grande trabalho do conde, relativo ao irmão de D. João IV, tirava-lhe o tempo para o resto dos negócios. Começou a tratar com o grande político francês, tão assoberbado pela guerra e já à beira do túmulo. Cinco meses depois do falecimento do estadista morreu Luís XIII [1]. O poder fôra entregue ao cardial Mazarino e o representante do Rei de Portugal encontrou alma bem diferente da que conhecera, embora em rápido vislumbre. Faltava ao sucessor de Richelieu a majestade e a graça; revelava a manha e a cupidez.

O aventureiro italiano Picini, apresentado pelo bispo de Lamego, embaixador em Roma, como autêntico ludibriante, conseguira contacto com o ministro em Paris, que recebera a grande incumbência de salvar D. Duarte do seu cárcere de Milão.

Em 1644 escrevia êle a António de Sousa Macedo, encarregado dos negócios de Portugal em Londres [2], recomendando-lhe que tratasse da situação do Príncipe junto de Carlos I, no que o coadjuvaria o embaixador francês, conde de Arcourt.

Pusera-se, igualmente, em relações no mesmo sentido com Francisco de Sousa Coutinho, ministro em Haia.

Felipe IV repelira o pedido do infeliz soberano britânico, o que deu em resultado o instante pedido do pagamento de duzentos mil cruzados que a Inglaterra emprestara à Espanha para a guerra da Flandres.

Por tôda a parte se trabalhava para salvação do Infante e estabelecera-se larga correspondência entre o conde da Vidigueira e o prisioneiro.

O intermediário nas comunicações do cativo com o exterior era o padre Francisco de Portis, que ia dizer missa ao castelo. Colocava os bilhetes, algumas vêzes escritos a tinta simpática, sob a toalha do altar onde o Príncipe os achava e no mesmo lugar encontrava as respostas.

Havia dinheiro depositado em Milão para a possibilidade da compra de carcereiros ou de quaisquer outros elementos capazes da organização da fuga e ainda para indemnizações.

para isso ser necessária carta ou provisão ou licença dos Reis seus sucessores para que na forma da dita carta os veadores lhe mandariam passar o Padrão de assentamento.»

[1] Partiram do Tejo em 9 de Abril de 1642.

[1] 14 de Maio de 1643, às quinze horas, 33.º aniversário do assassínio de Henrique IV, pai de Luís XIII, por Ravaillac.

[2] Ver Biografias.

Apertava-se mais a vigilância do prisioneiro, mas interessavam-se muitas pessoas na sua libertação, desde Carlos I de Inglaterra ao marquês de Palavincini, depois prêso por êsse motivo, e desde Felix de Holanda ao abade Carleni.

O francês Taquet trabalhava para aquêle fim no palácio dos Doges, em Veneza, entendendo-se sempre com D. Duarte, sendo bem iludida a vigilância dos espanhóis; e o conde da Vidigueira, conversando com Mazarino, ouvira as suas impressões depois de saber que o Infante se correspondia com os seus amigos.

Reüniu, em 1643, o Congresso de Munster, onde os representantes das potências iam procurar entender-se para a Paz Geral ([1]).

Representariam Portugal na grande assembléia os diplomatas doutor Rodrigo Botelho, que ainda estava na Suécia; Francisco de Andrade Leitão, assistente na Holanda, e Luís Pereira de Castro, que deixara Paris. Ana de Áustria, Rainha de França, tendo recebido uma carta de seu irmão Felipe IV, na qual lhe falava da paz, pedindo a sua influência, volvera não ser justo que se afastasse Portugal dêsse pacto, começando-se já pela libertação do Infante D. Duarte.

Complicavam-se os negócios. O Rei de Espanha procurava entender-se com os holandeses oferecendo-lhes ajuda para a reconquista do Brasil. Mazarino levava a mal aquêles propósitos, mas o embaixador, não o lisonjeando, tornara-se-lhe desagradável.

O conde da Vidigueira fôra agraciado com o título de marquês de Niza depois de demonstrar tudo quanto praticara para dar a liberdade a Sua Alteza. Tratara com os suíços a-fim-de não deixarem o Infante chegar a Milão; entendera-se com o govêrno veneziano; movera a intriga de Picini; dera poderes a Taquet e manobrara no sentido da intervenção de Carlos I e do duque de Sabóia, aproveitando a guerra de Itália. Pensara na troca de prisioneiros pelo Infante e citava-os: o marquês de Mortara, aprisionado na Catalunha; Hatzfeld e grande número de altas patentes espanholas e napolitanas.

Se fôsse possível haver às mãos alguns dos grandes generais que se batiam ou D. João de Áustria, não haveria mais dúvidas: trocá-los-iam pelo Infante.

Aparecia, claramente, o êrro de se ter deixado partir de Lisboa a Duquesa de Mântua. O conde pensava em actuar mais unisonamente no Congresso da Paz, correspondendo-se com os plenipotenciários por intermédio dos representantes do Landgrave de Hesse, seus amigos; tinha agentes em várias partes, sendo os principais Duarte Nunes da Costa em Hamburgo e Jerónimo Nunes da Costa em Amsterdão.



PÓRTICO DO LIVRO «PHILIPPUS PRUDENS», DE CARAMUEL

Eram israelitas, descendentes das famílias precitas expulsas no reinado de D. Manuel e deviam servir os interêsses portugueses e os seus: Nuno Álvaro de Matos estava em Nantes; António Rodrigues de Matos em Ruão; João da Fonseca Messa em Rochela; Henrique Nunes Saraiva na cidade de Bordéus. Duarte e Jerónimo Nunes da Costa podiam actuar na Suécia com João de Guimarães.

Na Cidade Eterna, estando ausente Nicolau Monteiro, serviriam de agentes os representantes da Companhia de Jesus, os padres Nuno da Cunha e Fernando Brandão.

Nesta mescla de judeus e inacianos manobrava o conde, esquecendo-se de citar um dos maiores auxiliares, ou porque não fôsse necessário ou por conhecer seus desejos de mover-se sem molas estranhas.

Manuel Fernandes Vila Real, que aparecera, desde a embaixada de Francisco de Melo, sempre pronto a servir desveladamente, guardara a representação do Reino durante o ano de 1642, em que chegara à Holanda Francisco de Andrade Leitão, colocando-se imediatamente às suas ordens bem como às de António de Sousa Macedo, residente em Inglaterra.

([1]) O Congresso de Munster abriu em 11 de Julho de 1643, estando ali os plenipotenciários portugueses, franceses e holandeses, chegando os de outras nações mais tarde. A guerra continuava e a assembléia prosseguiu nas suas discussões até 1648, resultando delas a paz entre a Holanda e a Espanha.

Andava o que tinham por hebreu com a côrte de Luís XIII em Perpinhão quando o conde da Vidigueira desembarcou na Rochela. O embaixador mandou-o regressar a Paris para a organização dos serviços, começando por remeter o presente que D. Luísa de Gusmão oferecia a Ana de Áustria. Fôra o grande e dedicado guia do diplomata nos meandros das intrigas. Depois voltara a Ruão, aos braços da família e aos seus negócios, mas de novo o plenipotenciário requeria a sua presença. Pedira-lhe que respondesse ao livro de Caramuel no qual se condenava o manifesto da proclamação da liberdade de Portugal. Rebateu-o com o seu *Ante Caramuel, ó defensa del Manifesto del Reyno de Portugal, que escrevio D. Juan Caramuel Lobkwitz* e fêz logo a sua tradução em francês. Tivera a percepção da obra de Théophraste Renaudot, fundador da *Gazette de France*, o primeiro periódico que aparecera em Paris e no qual colaboraram Luís XIII e Richelieu.

O comerciante português imitara, em 1646, o noticioso de França de 1631 e publicara, com os sucessos da sua Pátria restaurada, *Le Mercure portugais ou Relations Politiques de la fameuse revolution de État arrivée en Portugal depuis la mort de D. Sebastien jusqu'au commencement de Jean IV à present regnant.*

Os gostos literários, a inteligência e o senso das oportunidades do conde da Vidigueira consorciavam-se com as idéias do talentoso homem de letras e de negócios.

No ano seguinte ficava relatado nos *Mercures*, de França, tudo quanto dizia respeito a Portugal e, discutindo o poder temporal do Papa e a sua falibilidade para dar aos soberanos a sanção de suas realezas, escreveu o talentoso comerciante *Lusitania vindicata*, em latim, francês e espanhol.

Soubera captar as atenções do grande ministro de Luís XIII com a obra *Epitome genealogico del eminentissimo cardenal duque de Richelieu y discursos sobre algunas acciones de sua vida.* Aumentara o livro alterando, um pouco, o título, na segunda edição, congregando as simpatias do estadista com os seus interêsses, mas servindo Portugal.

Era êle o maior auxiliar e o colaborador mais precioso do diplomata. Aparecer-lhe-ia, porém, perigoso rival, homem de memória prodigiosa, de talento enorme, mas de péssimo carácter.

Frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, que vestira a roupeta da Companhia de Jesus em 1610, e conseguira êxitos, sempre tão difíceis na comunidade, abandonara os inacianos, que lhe sentiram a falta, preferindo a ordem de S. Francisco, na qual se indisciplinaria. Publicara o *Manifesto* da aclamação de D. João IV; prègara na Restauração de Portugal e impusera-se mais aumentando o sucesso da sua obra anterior, já tão falada. Dava conselhos ao monarca naquele documento e fôra encarregado de várias missões em Paris junto dos primeiros embaixadores que tinham sido recebidos por Luís XIII e pelo cardial.

Desgostara-se da acção de Manuel Fernandes Vila Real e, seguindo-a de longe, tornar-se-ia muito prejudicial ao adversário.



Naquela época, porém, o conde da Vidigueira começara a corresponder-se com o Infante D. Duarte. Lutara pela sua causa, e antes de partir para Portugal recebera do prêso uma carta instante:

Conde almirante, primo. A estima que faço da vossa pessoa e merecimentos é tão grande que não posso deixar de significar-vos o muito que sinto a vossa ida, porque me aliviava muito nesta grande miseria o grande amor e desvêlo com que procuraveis minha liberdade, obrigação que, depois das do serviço de El-Rei, anteporei a todas as mais como vereis, se Deus me der liberdade. Sem faltar ao muito que devo a este reconhecimento, de muito alivio me serve em vossa ausencia o ver de quanto proveito será vossa pessoa em Portugal para tudo e os acertos aue resultarão de Sua Magestade vos ouvir, e do grande amor com que lhe falareis nos interesses da sua coroa, que certo eu tambem não sei entender muitas resoluções que se tomam em Portugal, donde certo deve haver mui poucas noticias dos interesses de fora, a que espero abrireis grande caminho. Muito estimarei que me escrevais sempre, porque em Portugal não ha quem se lembre de mim; e pudera dizer muito neste particular.

Pedi, da minha parte, a Sua Magestade que não solte de forma alguma o conde de Izinguen (¹), *antes lhe faça saber de o tratar assim como eu for tratado, que montará isto muito e o não se admitir pratica de sua liberdade emquanto eu estiver prêso. Mando-vos dar a mesma cifra com que escrevo a El-Rei, a guarda da qual vos encomendo muito.*

Muito havia que dizer sobre o ânimo cruel desta gente, mas não há tempo mais do que vos dar a boa viagem que qûeira Deus fazer tão feliz como desejo. Deus vos guarde. A 15 de Janeiro de 46.

Dirigira-se o conde para Lisboa; D. Duarte interessar-se-ia pelos seus progressos e até pela mercê do título de marquês de Niza, dignidade com que se apresentaria na côrte de Luís XIV, sendo Regente Ana de Áustria e ministro omnipotente o cardial Mazarino.

(¹) Izinguen, general espanhol que fôra aprisionado na guerra da fronteira e remetido para Lisboa, onde vivia ligado à sua palavra de honra. Depois foi para S. Julião da Barra.



Partira do Tejo, sob o comando de D. João de Meneses, a armada de socorro que o conde da Vidigueira solicitara para França (1).

A nomeação de conselheiro de Estado deixara pouco feliz o diplomata, que aguardou o título obtido pela intervenção do cativo, cuja correspondência avultadíssima com várias personagens demonstrava a falta de vigilância dos carcereiros neste sentido. Preocupavam-se mais os espanhóis em guardar a pessoa do que os actos do recluso. Êles não podiam concorrer para a sua salvação.

Constara que seria nomeado ministro em Paris o conde de Vila Franca (2), cunhado do marquês de Niza, mas desistira-se, e êste, partindo em 19 de Dezembro, no dia 7 de Fevereiro de 1647 retomou a sua função.

Reentrara largamente na luta para libertar o protector, cuja influência perante D. João IV era decisiva.

O Infante tratava da política que interessava a Portugal e, voltando suas atenções para Veneza, recomendava os negócios de Roma.

Falecera Urbano VIII; sucedera-lhe o cardial Panfili sob o nome de Inocêncio X, e estava acreditado junto dêle o doutor Nicolau Monteiro, que os espanhóis atacariam nas ruas da Cidade Eterna. Embora o Papa mandasse saír da sua capital o ministro de Felipe IV, conde de Siruella, o diplomata português não seria mais feliz nas negociações de que o valoroso bispo de Lamego.

Prosseguia activamente em Paris a batalha pelo «Príncipe Vendido» e o embaixador só desviava a atenção dêste encargo para aumentar as suas colecções de livros que desejava levar para Portugal a coberto dos poderes da Inquisição. A Cúria não se resolvia a dar-lhe a licença tão requerida. Mazarino solicitava, na sua tendência de avaro, dinheiro português para se iniciar o cêrco e assalto a Milão, embora em Munster se tratasse da paz, tendo-se imposto aos espanhóis, numa das cláusulas do tratado a assinar, a libertação de D. Duarte de Bragança, devendo ser entregue ao Imperador de Áustria ou ao Rei de França, que não ajudaria mais Portugal contra a Espanha.

O embaixador de D. João IV pronunciava-se acêrca da má orientação do Congresso, pois não se podia confiar nas suas discussões. Aprovava-se hoje para se negar no dia seguinte, e entretanto os agentes particulares, e sobre todos Taquet, moviam-se para salvar o cativo.

Pagava-se règiamente aos que serviam Mazarino. O seu secretário, Leone, recebia propinas em forma de presentes dados à espôsa; o abade Obri, também familiar do ministro, não era menos contemplado com todos os empregados que podiam fornecer cópias de documentos tanto da Casa Real como da cardinalácia. Os funcionários do Conselho mostravam-se gananciosos e serviam-se traindo o duque de Orleans, o Príncipe de Condé e o conde de Chavigni. Era muita a corrupção.

O marquês de Niza oferecera, por intermédio de Leone, duzentos e quarenta mil francos, anualmente, a Mazarino para sustentar a guerra com a Espanha, desistindo o govêrno da cedência dos navios, de Tânger e da praça da Índia que solicitara. O estadista peferia o dinheiro, mas ludibriava sempre com a sua astúcia de italiano.

Tratava-se das negociações do casamento do Príncipe D. Teodósio com a Princesa Luísa de França, filha do duque de Orleans; também se pensara consorciá-lo com a filha de Tomás de Sabóia, lembrada por Mazarino, mas tudo se protelava, havendo o intuito de entravar as resoluções definitivas.

Os espanhóis organizavam-se.

Não corriam bem os negócios externos de Portugal. A Holanda guerreava-o nas colónias; desde que a França fizesse a paz com a Espanha, perderia muito moralmente. Em Inglaterra complicava-se a política, prejudicando a acção de António de Sousa Macedo.

A guerra prosseguia contra os Áustrias a-pesar-de tanto se falar em tréguas. A França obtivera vitórias na Flandres, na Catalunha, na Alemanha. Brilhavam os nomes de Turenne e Condé, general de dezóito anos, que batera D. Francisco de Melo e os terços espanhóis em Rocroy. Venceria, cinco anos depois, os alemães em Lens

Os enredos, as demoras, as mil e uma ciladas de Mazarino aborreciam o marquês de Niza, que não podia vencer tantos óbices. Não conseguia os casamentos, nem os auxílios, tampouco a liberdade do Infante, e dispunha-se a partir para Lisboa, com grande desespêro do prisioneiro, que escrevia a Taquet, em cujo zêlo confiava:

«Confesso que perco o juízo quando considero a infelicidade de só os portugueses não terem paciência de viverem fora de Portugal, sendo assim que é fôrça

(1) A esquadra compunha-se de sete navios. O imediato era Cosme do Couto. A frota reünira-se à armada francesa e deixara fama pelo valor dos seus marinheiros. Regressou ao Tejo em 27 de Janeiro de 1647.

(2) D. Rodrigo da Câmara, cunhado do conde da Vidigueira, pois casara sua irmã D. Maria Coutinho, dama da Rainha D. Isabel de Bourbon.

ter El-Rei quem o sirva entre as nações forasteiras; e isto digo porque não vejo razão para o marquês almirante se ir quando os negócios hão mister de homem e mais homem.»

Pela forma ardilosa de sua correspondência, D. Duarte tentava dirigir a política. O embaixador, ao ler a carta, comunicada pelo agente, volvera estar em França há seis anos. Morrera sua mãe e deixara a casa em complicadas questões, às quais era mister acudir para não se desbaratarem ao acaso os bens dos Vidigueiras. Tinha irmãos e filhos e devia-lhes contas: o mais velho da sua prole, D. Francisco, contava treze anos. Era precisa a sua presença em Lisboa. Pedira licença a El-Rei para se retirar.

Como se adivinhassem na côrte o seu pensamento ou não merecesse cuidados e atenções a sua obra diplomática, El-Rei mandara a Paris o padre António Vieira ([1]), seu muito aceito por talentos, subtilezas, genialidade. Ia, como um inspector, verificar o trabalho de alguns dos representantes de Portugal.

O marquês de Niza já decidira regressar e, com efeito, voltou, embora o Infante D. Duarte continuasse a activa correspondência insistindo pela paz a obter, mesmo que custasse milhões. Portugal devia ser incluído no tratado da trégua com a Espanha. Sentia-se o irmão de D. João IV a defender a sua liberdade. Cheio de febre, ansiando por sair daquele cárcere, pedia os sacrifícios máximos de dinheiro para se realizar a trégua, e dizendo que o marquês podia servi-lo mais na côrte, sentia ser melhor ficar em Paris, mesmo que a sua sorte fôsse jogada em holocausto à Pátria.

D. João IV oferecia dois milhões e meio de cruzados para se firmar a Liga contra a Espanha e Pedro Vieira da Silva ([2]) participara ao diplomata esta resolução régia.

Levantara-se o vento da Fronda em Paris; soprava das bandas dos Pireneus, erguendo-se o parlamento contra a côrte. Periclitavam os negócios externos. Ana de Áustria declarara ao marquês de Niza ser desfavorável à Liga. Preferia a paz e não havia que antepor. Muito esperavam dela o representante português e o cativo de Milão. O monarca despendera já enormes quantias para salvar o irmão das mãos dos espanhóis; se lho entregassem, em virtude do Tratado, afrouxaria talvez a guerra. E ainda se acreditava na melhor solução quando os espanhóis, por tôda a parte, atacavam armados os delegados da nação rival. Assim sucedera a Luís Pereira de Castro no Congresso de Munster. Não se guardara e afrontaram-no, o que custou a saída do conde de Peñaranda da assembléia.

([1]) Ver Biografias.
([2]) Idem.

Debalde se votavam cem mil cruzados para salvarem D. Duarte daquele castelo onde perdia a saúde. O Príncipe pedia liberdade mesmo nas piores condições, e, num ímpeto, compreendendo enfim ser um joguete, acusava a França de má fé.

Fazia-se, realmente, essa política tortuosa da parte de Mazarino, embaraçado na teia da qual Richelieu teria fundido um resplendor.

O ministro de Portugal adiava a partida, sempre iludido, e os membros do Congresso de Munster viam-se tão enganados como êle, sempre alcançado pelas desoladoras cartas do Infante prisioneiro.

Chegava a parecer impossível que os espanhóis, que tinham conhecimento das tentativas para a salvação do cativo, ignorassem os meios usados para expedir e receber tão vasta correspondência ([1]).

Apertavam-se as medidas de segurança no castelo; mas deixavam o prêso tomar o fresco na varanda que mandara fazer, à sua custa, sôbre o fôsso. Fechavam-na de noite com forte grade. Apareciam, de seguida, ao cabo de seis anos, as suspeitas de que o irmão de D. João IV se carteava com amigos, mas as missivas partiam e ia nelas a sua dor moral, a da certeza de morrer ali, e notícias dos males físicos: das cólicas, do catarro, das febres.



Em 18 de Maio de 1649, o marquês de Niza escrevia de Lisboa ao Infante dando-lhe conta de seus negócios: Pedro Vieira da Silva mandara pôr em Leorne, à sua ordem, duzentos mil cruzados, o que, junto ao depósito anterior, representava quatrocentos mil. Taquet fôra nomeado bispo de Tânger.

D. João IV recebeu de má sombra o marquês, que não soubera cultivar a amizade de Mazarino, como diria o conde Brienne, ministro francês, ao diplomata português Cristóvão Soares de Abreu, que substituíra o grande fidalgo na embaixada.

Com o seu aprumo de aristocrata, o descendente do glorioso almirante descobridor do caminho marítimo para as Índias sentira pelo cardial o desprêzo que tôda a nobreza lhe votava, e, não desculpando ao destino a ascensão do ministro, deixara de visitá-lo,

([1]) Existe na Biblioteca Nacional de Lisboa uma colecção de manuscritos contendo a correspondência de D. Duarte de Bragança com vários indivíduos. Admirável pelos conceitos e informes, não o é menos pela quantidade, visto tratar-se de cartas que provinham de um cárcere tão vigiado.



para lhe levar a lisonja com o dinheiro. Só o procurava nas audiências; afastara-se orgulhosamente e atribuíra-se ao acto orgulhoso a falência da sua diplomacia.

Depois da entrevista que o Rei lhe concedera, no Paço de Alcântara, sem pompa nem distinção, o embaixador recebeu ordem para se recolher a sua casa até se explicarem as razões por que saíra de Paris antes da devida licença.

Invocaria a doença; o mal dos olhos que o acometera e começara o tratamento rigorosamente. Catalogava a sua biblioteca, da qual devia ter excluído as raridades, os livros proïbidos, pois ainda não obtivera a bula do Papa para os possuir. Dera-se a favorecer literatos; ajudara a publicações e ia recebendo as consultas ordenadas pelo monarca até que acabara por ser ouvido, de novo, directamente, em alguns casos graves da política.

Depois da morte do soberano, votou, no Conselho de Estado, o socorro a Elvas. A Rainha D. Luísa de Gusmão chamara-o para fazer parte da célebre Junta Nocturna que decidia dos negócios de Estado.

Distinguira-se com o duque de Cadaval, marqueses de Sande e de Marialva e visconde de Vila Nova de Cerveira, com quem o emparceiraram a ponto de aplicarem a ambos o título da comédia espanhola *El Parecido*.

Ao rebentar a grande luta entre os partidários do Infante D. Pedro e os de D. Afonso VI, êle pronunciar-se-ia mais pelos primeiros, sendo estribeiro-mor da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia; alcançaria o cargo de vèdor da Fazenda, sendo nomeado membro da comissão que devia assentar as pazes com a Espanha, em 1668.

Reünira o Conselho de Estado no dia 12 de Janeiro daquele ano. Era quinta-feira. Devia ser recebido um enviado de Castela que trouxera as propostas de tréguas, as quais foram entregues a D. Gaspar de Haro Gusman y Aragon, marquês de Heliche, prisioneiro na côrte.

Morrera Felipe IV em 7 de Setembro de 1665. Havia vinte e oito meses que jazia no seu túmulo quando a Rainha viúva, D. Isabel de Bourbon, propusera a paz a Portugal em nome de seu filho, o enfermiço D. Carlos II.

Os conselheiros portugueses votaram a aprovação, mas houvera votos contrários e, entre êles, destacava-se o do marquês de Niza. Acompanhavam-no o general ilustre, marquês de Marialva, o conde de Miranda e o visconde de Vila Nova de Cerveira, enquanto Luís de Mendonça Furtado, futuro conde de Lavradio, galgando as escadas e apertando os copos do espadim, declarava ser pouco fiel quem não aceitasse a trégua.

Ela fêz-se; assinou-se o tratado, em 13 de Fevereiro de 1668, no convento de Santo Elói, patrono do dia primeiro de Dezembro, evocado em 1640.

Entre os plenipotenciários no acto das pazes encontrava-se o marquês de Niza. Devia ser o embaixador junto do Papa Inocêncio X quando se pretendia o reconhecimento de Roma, mas não partira em virtude de mil dificuldades da política externa.

Já obtivera a licença para possuir na livraria as obras proïbidas.

Manuel Fernandes Vila Real, que tanto o ajudara em Paris, fôra denunciado por frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, não só de fazer leituras defesas, mas também de práticas de judaísmo, e condenado pela Inquisição ainda no reinado de D. João IV [1], que tanto devera à sua inteligência, perspicácia e obras com que defendera na Europa a Restauração de Portugal.

Não se negava seu valor, mas, no entender dos inquisidores, era pouco ante a sua falta de fé, contacto com judeus e inclinação às suas leis.

Bem avisado andara o marquês de Niza conseguindo o documento papalino, a bandeira legal para cobrir a mercadoria suspeita: as obras primas que coleccionava; os arcanos das doutrinas.

Avaliava-se a sua biblioteca em doze mil cruzados, e tantos livros admiravam os fidalgos carecidos mais de letras que de títulos. Intrigavam-no como se a riqueza dos Vidigueira não fôsse boa fiadora da pura origem de aquisição dos nefastos cartapácios.

A Cúria só lhe concedera a licença por dois anos; apresentou pedido de renovação e fugiu ao castigo que o tribunal aplicava a quem não exibisse atestados das obras em seu poder, suspeitas ou não, de heresia. Para as primeiras ia a tolerância, embora não se gostasse muito de quem se entregasse à leitura em largos excessos; para os segundos decretava-se a punição, de que hàbilmente se defendera o diplomata, não dispensando a erudição embora corresse perigo.

O representante de Vasco da Gama lamentara a morte do Infante D. Duarte, que desejara salvar [2]; assistira à tragédia de D. Afonso VI e, em 28 de Outubro de 1676, contando sessenta e quatro anos, cedeu o seu lugar ao filho, que herdaria bens e título.

D. Francisco Luís Baltasar da Gama foi marquês de Niza, conde de Vidigueira, almirante da Índia, comendador da Ordem de Cristo, general de cava-

---

[1] Queimado no auto-de-fé celebrado em 1 de Dezembro de 1652, exactamente dôze anos depois da Restauração a que êle ajudara brava e generosamente.

[2] 3 de Setembro de 1649.

laria da Beira, governador, capitão-general do reino do Algarve e membro do Conselho de Estado de D. Pedro II e de D. João V.

Do seu casamento com D. Helena da Silveira, filha de D. Fernando de Mascarenhas, conde da Tôrre, da raça dos heróis da Restauração, nasceu D. Maria Josefa de Noronha, que custou a vida a sua mãe. Desposaria o conde de Coculim, D. Francisco de Mascarenhas.

O filho de D. Vasco da Gama, embaixador em Paris, matrimoniara-se, em segundas núpcias, com D. Brites de Vilhena, filha de D. Vasco de Mascarenhas, conde de Óbidos, e dêste consórcio é que veio ao Mundo o terceiro marquês de Niza, D. Vasco Luís da Gama, que o avô ainda beijara e acalentara e seria sucessor de tanta grandeza.

Seu irmão, D. Cristóvão José da Gama, foi cónego da Sé de Lisboa, mas, preferindo as armas aos cânones, subiu a mestre de campo e casou duas vêzes sem deixar prole.

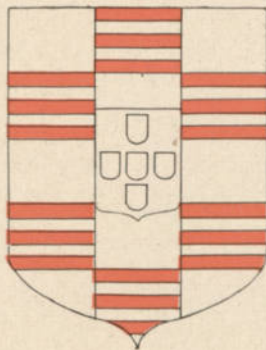
O marquês de Niza também acariciara, além daqueles netos, D. Estêvão, que a vida do mar tentaria; D. José, atraído para a Igreja, granjeando as honras do canoninato na Sé de Tavira; e D. Maria José, D. Fernando e D. Inês, vinda ao Mundo no ano anterior ao da morte do ilustre antepassado.

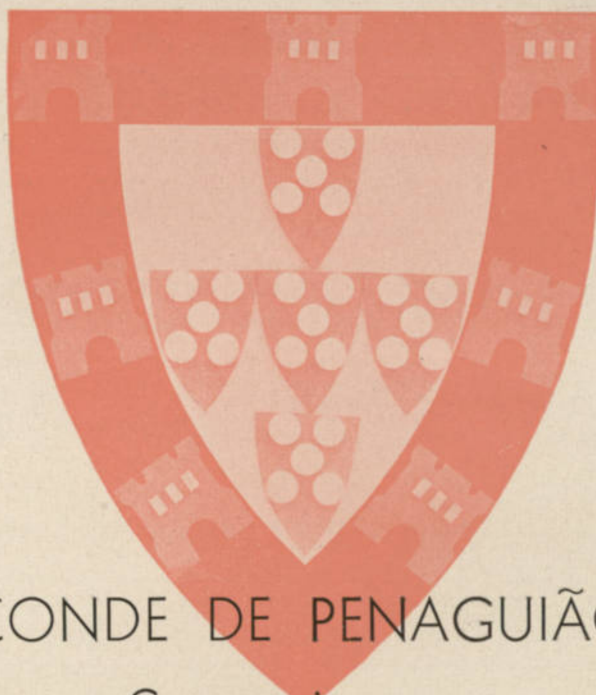
Depois de ter descido ao túmulo nasceram do consórcio do seu herdeiro da casa: D. Luís da Gama, que ganharia fama de soldado valoroso, e D. Inácio, que faleceu menino.

A grande biblioteca do marquês de Niza escaparia às visitas domiciliárias dos familiares da Inquisição, mas não chegou íntegra às mãos do último marquês de Niza, D. Domingos Francisco Xavier Teles da Gama Castro Noronha Ataíde Silveira e Sousa, décimo terceiro almirante do mar da Índia [1].

---

[1] Faleceu a 11 de Agôsto de 1873.





CONDE DE PENAGUIÃO

Camareiro-mor

O embaixador junto de Cromwell — Estado político da Inglaterra — Desafronta do «Protector» pela defesa de Portugal dos Príncipes Palatinos — Severas disposições dos preliminares da paz — O suplício de D. Pantaleão de Sá — Morte do camareiro-mor



ASCEU em 4 de Novembro de 1619 e provinha de altas estirpes, João Rodrigues de Sá e Meneses, terceiro conde de Penaguião. Um cavaleiro de nome Gonçalo Rodrigues de Sá casara com D. Urraca Viegas, filha de Egas Moniz, e Rodrigues Aires de Sá desposara, em Roma, uma filha de Diogo Colona, Cecília, que trazia no sangue a nobreza dos cônsules e dos senadores.

No reinado de D. João I, um filho dêste matrimónio, João Rodrigues de Sá, foi companheiro do mestre de Aviz e tão grande batalhador contra Castela que se glorificara na luta. Libertara Lisboa cercada pelo inimigo, lançando sôbre os barcos do bloqueio as galés que trazia do Pôrto. Recebera quinze feridas mas vencera e colara-se-lhe aos apelidos nobilíssimos o do seu glorioso feito. Ficou o Sá das Galés.

Evocavam-no os condes de Penaguião, sendo o primeiro do título João Rodrigues de Sá e Meneses, que o houvera por mercê de Felipe II, concedida a seu tio Francisco de Sá e Meneses, um dos governadores do Reino nomeados pelo cardial D. Henrique, e que se corrompera contratando com o Rei estrangeiro a entrega de Portugal.

Dêle escrevera Cristóvão de Moura, o grande agente felipino, dirigindo-se ao monarca espanhol:

«D. Juan Mascareñas y Francisco de Sá encaregan siempre que V. Magestad procure Yelvas e Olivença se le entreguen, parecendo les que este exemplo sera parte para que hagan lo mismo los demas pueblos; y assi nos parece a nós otros; y pienso que dela no diebe haver descuido eu esto porque conviene a la reputacion del negocio.»

O fidalgo recebera o título de conde de Matozinhos em 9 de Outubro de 1578, concedido pelo cardial-Rei, de quem era camareiro-mor, como exercera o alto cargo junto de D. João, pai de D. Sebastião, acumulando com o de capitão da guarda real e alcaide-mor do Pôrto. Destinara-se-lhe a mordomia da casa



O Sá das Galés
(Segundo uma pintura existente no palácio dos Marqueses de Abrantes a Santa Iria. — Reprodução da História de Portugal *de Pinheiro Chagas).*

da Princesa que desposasse o monarca. Era dado à poesia, muito letrado e, durante a ausência do soberano em África, fôra governador do Reino. Os espanhóis captaram-no e, após a morte de D. Henrique, pronunciara-se por êles.

Quatro anos depois morria, sendo sepulto na igreja do convento de Nossa Senhora da Conceição de Matozinhos, condado que se extinguiu visto não deixar descendência dos seus dois consórcios: o primeiro com D. Ana de Mendonça, filha de Aires de Sousa, comendador de Alcanede; o segundo com D. Catarina de Noronha, filha de João Rodrigues de Sá. Para seu sobrinho João Rodrigues de Sá e Meneses se criara o condado de Penaguião, mercê de Felipe, em 10 de Fevereiro de 1583. Seu filho, Francisco de Sá e Meneses, herdou-o e, desposando D. Joana de Castro, filha do quarto conde de Atouguia, João Gonçalves de Ataíde, houve aquêle João Rodrigues de Sá e Meneses, senhor de Sever, Matozinhos, Paiva, Baltar, alcaide-mor do Pôrto, comendador de S. Pedro de Faro e Sant'Iago de Cacém, terceiro conde do título.

Matrimoniar-se-ia com sua prima, D. Maria Luísa de Faro, filha do quinto conde de Atouguia e de D. Felipa de Vilhena.

Era inteligentíssimo e valoroso; não faltou no assalto ao Paço da Ribeira, no dia primeiro de Dezembro, tendo sido conspirador, patriota e herói.

D. João IV, sem reparar nos seus vinte e três anos, consultava-o como a idosa experiência, pois o conde conhecia a história, as ciências, as línguas e a política, possuindo talento para discernir e espírito previdente. Nomeado camareiro-mor, como os antepassados, recebeu o título de conselheiro de guerra, distinguindo o soberano, dêste modo, o fidalgo de superiores méritos que redimira com a sua espada a venda do antepassado a Felipe II. Limpara-se da ruím mácula o título de conde de Penaguião.

Viveu na côrte até 1652, em que foi nomeado embaixador a Inglaterra.

Cabia-lhe a mais difícil das embaixadas em virtude da grave época política da Inglaterra. Três anos antes fôra decepada a cabeça de Carlos I, e desagradara aos puritanos a atitude tomada por Portugal.

A espôsa do conde de Penaguião, a filha querida de D. Felipa de Vilhena, ficara na sua resignação de grande devota, criando os filhos e aguardando o marido que ia tentar obter dos herejes regicidas vantagens para a Pátria redimida.

Representava heroísmo maior que o demonstrado na hora da emancipação.



A grande nação mudara radicalmente. A morte do Rei no patíbulo assombrara o Mundo, e do horror produzido surgira um homem rígido, severo, exemplo do puritanismo que proclamara, querendo impô-lo ao país.

Oliveiro Cromwell tinha de governar, dentro dos princípios, um povo que conquista pela fôrça dos soldados do Parlamento, em nome da fé e com a sua ajuda entre preces e sangue.

O uniforme negro das suas hostes simbolizava a abdicação dos prazeres, era como hábito de eclesiásticos prontos a morrer por um deus.

O galhardo Stuart, vencido e supliciado, deixara a saüdade nalguns peitos, mas as bôcas não a deixavam sequer aflorar, porque os fanáticos, e por conseqüência os hipócritas, eram muitos e os denunciantes equivaliam-nos.

Cromwell tivera antepassados ilustres, embora a Europa aristocrática o depreciasse tratando-o por filho de cervejeiro. Êle considerava-se com seus colaboradores «eleitos do Senhor», e convicto da missão divina que, em seu entendimento, recebera, revelava o desejo de conduzir a Inglaterra sem pecados. Trazia, porém, na alma uma Inquisição diferente da implantada pelos papistas e terrível também. Proclamara-se a República e conferira-se ao chefe o título de Protector. Do Conselho do govêrno banira-se a parte da nobreza para se dar lugar aos advogados, aos capitães, aos comerciantes, que começavam a administrar com a rigidez de quem serve a vontade divina sôbre a qual não pode prevalecer conceito algum humano.

Defendiam o Estado como aos seus próprios interêsses e negócios. Erguera-se contra o ditador um demagogo, John Luburne. Prenderam-no por não querer descobrir-se diante do Conselho, visto não lhe reconhecer a menor autoridade. Nenhum juiz quis condenar o rebelde. Os «niveladores» estavam com êle e o chefe puritano sentiu a necessidade de criar uma aristocracia, não à maneira antiga, a dos lords, mas saída das fileiras revolucionárias.

Não perdoava a menor discordância com o seu sistema, e depois de bater Carlos II, o filho do supliciado, que conseguira escapar-se da última batalha mas derrotado, compreendeu ter chegado a hora de esmagar as outras oposições. Os inglêses perceberam o perigo da guerra civil, que destruïria o poderio externo da nação arruïnando-a, roubando-lhe a hegemonia.

O ditador teve como apanágio uma lista civil realenga e por moradia o palácio de Hampton Court. O povo que, dois meses antes, o apupara, prosternava-se agora na sua frente.

Triunfara e de tal maneira sentia o seu poder que encarou o Parlamento com menos respeito e mais violência que o Rei imolado às liberdades. Assistindo a uma sessão, mostrara-se, a súbitas, irritado. Considerava aquêles deputados homens de todos os vícios, ébrios, devassos, gozadores que ofendiam o seu puritanismo.

Continuava sempre envergado no seu trajo negro, como os pensamentos que o turbavam, e prosternava-se diàriamente na prece. Lembrava um inquisidor que do fundo de sumptuoso palácio real quisesse modelar um povo à sua imagem.

Contava cinqüenta e um anos na época em que o conde de Penaguião ia chegar a Londres, onde se afixavam os editais do ditador relativos à grandeza da Inglaterra. Queria-a triunfante, mais do que nunca, para se provar não serem os Príncipes precisos ao govêrno dos Estados. E generosos umas vêzes, outras bárbaro; agora galhardo, logo tenebroso, caído nos abismos inconcebíveis do fanatismo e julgando-se iluminado, obedecia aos impulsos dos seus temperamentos imaginando-se inspirado pela divindade.

Acima de tudo patriota, reflectia nas suas palavras e atitudes tôda a honra que tinha de ser inglês e o propósito, o fim, a directriz e a suprema razão da sua vida.

A Inglaterra soberana no mar e na terra, com a religião de seus filhos respeitada no Mundo inteiro! Tal era o lema do chefe, do Protector.





LONDRES (1650)

D. João IV nomeara, interinamente, camareiro-mor o conde de Atouguia, filho de D. Felipa de Vilhena e cunhado do conde de Penaguião que realizaria a mais faustosa das entradas em Londres, quebrando a monótona e severa vida inglêsa regulada pelo exemplo do alto.

Ficara na família do embaixador o título palatino; fôra-lhe concedida a categoria de conselheiro de Estado e deixara o Reino levando como secretário o doutor Jerónimo da Silva Azevedo. Acompanhava-o o seu irmão Pantaleão de Sá e Meneses, muito cheio de curiosidade de correr Mundo; garboso, galante, bom cavaleiro, loução no trato, arrogante e altivo.

Cromwell estava ainda irritado com a protecção concedida, em Lisboa, aos Príncipes Roberto e Maurício, parentes de Carlos I, que tendo fugido com dois navios à perseguição da esquadra do Parlamento, comandada pelo general Blac, encontraram abrigo no pôrto de Lisboa, mercê da atitude do Príncipe D. Teodósio no Conselho de Estado.

Armara treze navios para socorro dos comandados pelos Príncipes palatinos e que escorraçaram os barcos parlamentários britânicos.

Não tardou a desforra, porque os inglêses aprisio-

naram quinze transportes comerciais vindos do Brasil, e embora as Altezas ficassem reconhecidas a Portugal, não pagava sua gratidão o dissabor causado ao govêrno da Grã-Bretanha e que se reflectiria nos negócios. Bastava que o Protector se lançasse sôbre as colónias da nação liberta para os prejuízos serem incalculáveis, tanto mais num período em que os holandeses praticavam do mesmo modo.

Apresentava-se dificílima a missão do embaixador, cujos trinta e três anos não eram de molde a produzir impressão naqueles homens severos que, mesmo moços, se davam ares de velhice para agrado do chefe hirto e pouco de jubilosas expansões.

A acção de D. Teodósio ia pagar-se no primeiro contacto do conde de Penaguião com os plenipotenciários britânicos.

Dir-se-ia que Cromwell queria dar as salvas da vitória no Tratado que os portugueses lhe pediam dois anos depois da afronta ([1]).

Logo nos artigos preliminares da paz ([2]) se resolvera pedir a entrega de todos os súbditos britânicos presos por qualquer motivo em Portugal e seus domínios «que daqui Roberto levasse ou chegasse ao pôrto de Lisboa».

Também se procederia do mesmo modo relativamente às naus, dinheiros e bens britânicos, pagando-se tôdas as avarias e deteriorações sofridas desde o período da retenção. Dar-se-ia o escambo de criminosos e chegara-se ao pedido, sempre doloroso, de indemnizações naquele momento, ainda de maior repugnância porque era vexatório.

Iam desenterrar-se velhos Tratados e dêles se extraíam todos os artigos vantajosos para a Inglaterra, que exigia cinqüenta mil libras de boa moeda britânica, marcando-se os prazos de recebimento de quinze mil libras em Lisboa um mês depois da assinatura do diploma e outras tantas em Julho de 1653. O resto ficava para 1 de Novembro. Far-se-ia a entrega de tudo quanto Roberto e Maurício tinham levado para Portugal e nisto se insistia sem dar aos inimgos do Parlamento o título de Príncipes. Tais eram o prólogo e o início do Tratado da Paz. Entrar-se-ia nas novas exigências para a aliança e longos seriam os debates entre o camareiro-mor de D. João IV e os delegados do Parlamento. Manter-se-iam as imunidades antigas de que gozavam os inglêses no Reino; regulava-se o seu comércio por tarifas especiais, concediam-se aos seus vassalos os juízes conservadores, não podendo ser embargados os navios, sendo-lhes facultado o livre comércio; não se lhes imporiam preços, podendo as naus ir até às colónias portuguesas nas mesmas condições; excluir-se-ia o agravamento dos direitos.

Era neste género o documento que os britânicos exigiam no mais completo aniquilamento das prerogativas nacionais, isto depois de se terem pago as cinqüenta mil libras. Não se descurava o menor ponto por onde se pudesse impedir o predomínio e insistia-se na devolução de tudo quanto pertencia a súbditos inglêses. Os seus navios não pagariam ancoragem nos portos da aliada, e só com aquelas condições poderia ser considerada como tal a nação liberta. Queria-se que os inglêses, em terra portuguesa, pudessem andar armados, cingir espada e trazer consigo armas, assim ofensivas como defensivas, conforme o costume do lugar, para que melhor pudessem resguardar-se e a seus bens.

Nomeavam-se juízes peritos para aferirem do que faltava pagar a vassalos britânicos em virtude da acção dos Príncipes Roberto e Maurício. Eram aquêles magistrados os doutores Waltero Walker e João Crouther pelo Parlamento; Henrique da Silva e Francisco Pereira Rebêlo, o primeiro secretário e o segundo agente da embaixada portuguesa.

A aliança encaminhava-se para a maior das humilhações e a discussão levava longo tempo. O embaixador passava inclemências no meio daqueles políticos que Cromwell definira ao exprobá-los na sua Câmara:

— «Vamos, vamos; basta de tudo isto. Vou pôr fim à vossa parlenga. ¡Considerai-vos um Parlamento; não sois um Parlamento! ¡Alguns de vós outros são bêbedos, outros espelhos para meretrizes! ¿Como podeis ser um Parlamento pela graça de Deus? ¡Saí, mando-vos eu!» E erguendo a massa de prata, símbolo do poder eleito, dissera:

— «¿Que faremos dêste alfinête?»

Desaparecera tudo para dar lugar à sua omnipotência, e dirigindo-se às igrejas independentes para a eleição dos deputados, não querendo governar sem aquêle simulacro de legisladores, nomeou cento e cinqüenta membros. O povo dominou a assembléia, a dos Barebones, em virtude de um dos seus membros mais salientes ser Prairegod Barebones, negociante de couros de Fleet Street e cuja boçalidade devia ter o pêso das toneladas da mercadoria de seu comércio.

Pouco tardou para que Cromwell repelisse também os Barebones; de-resto, êle governava imperiosamente com uma Constituïção feita pelos chefes do exército que mantinham a lei. Monk aparecia como um soldado fiel.

O Protector chegara ao auge do despotismo e pretendia estendê-lo ao estrangeiro.

Havia discordância entre o exército e a marinha, e para harmonizá-los faziam-se milagres. Proïbiu-se que as mercadorias inglêsas fôssem transportadas em navios alheios e os holandeses não transigiram nem

---

([1]) A questão dos Príncipes palatinos travara-se em 1650.

([2]) Assinado em Westminster em 29 de Dezembro de 1652.

mais salvaram à bandeira britânica. A Espanha era inimiga e por isso o Protector ia entender-se — ¡e de que maneira! — com o representante de Portugal. O conde de Penaguião sentir-se-ia melhor num campo de batalha, expondo a vida.



Pantaleão de Sá, irmão do embaixador português, andava luzindo suas galas, galhardias de porte e de trajo no passeio da moda, em frente da Bôlsa de Londres, na companhia de alguns amigos e entre êles Guilherme Ludovico, fidalgo de boa estirpe. Pertencia à fila dos elegantes que ofendiam os costumes puritanos com suas exibições de vestes e modas, quebrando o hipócrita tom eclesiástico da massa prêsa do terror ou do fanatismo.

Diante do edifício monumental, com seu alto zimbório, torreões e pórticos, dava nas vistas aquêle grupo, vestido à maneira dos jovens senhores franceses da Fronda e conversando na sua língua.

Tratavam de costumes britânicos, julgando não ser compreendidos, e naturalmente criticavam, com o desdém de fidalgos gentis, o sistema republicano, que não era, como o da Holanda, presidido por príncipes. Nesta ou noutra toada se distraíam quando, caída a noite, sentiram a sua fileira empurrada brutalmente por um homem desvairado que parecia provocar pendência em propósito de insulto que não se podia deixar sem resposta.

O fidalgo britânico advertiu o insolente não ser aquela a maneira de passar entre um grupo formado por gente de classe, estando com ela o irmão do embaixador de Portugal.

Chamava-se Gerard o britânico; diziam-no um dos muitos espadachins que alugavam o braço e serviam em tôdas as rixas; não tinha categoria social mas sobrava-lhe arreganho e destempêro e só recuou ao ser atingido na face pela espada do português. Ficara ferido também um dos amigos de D. Pantaleão de Sá. Partiram sob os insultos e ameaças dos inglêses alvoroçados, não levando a melhor no pleito em virtude do número dos adversários. Soube-se, depois, que o provocador era monárquico ([1]).

Na noite seguinte, à hora em que o movimento de passeantes se tornava maior diante da Bôlsa, apareceu o irmão do embaixador com alguns criados a-fim-de vingar a afronta ([1]). Parece que o conde de Penaguião o aconselhara ao desagravo, indo ao local dissimuladamente. Andava na tradição portuguesa não deixar ofensas impunes e o cometimento deu-se e com tal vigor que os inglêses fugiram, meteram-se nas lojas e no edifício da Bôlsa, entre gritos de espanto. Passava um fidalgo, *sir* Thomas Greenaway, acompanhado por sua irmã e pela noiva, e não podendo furtar-se à curiosidade recolheu as senhoras num dos estabelecimentos e acorreu. Tomaram-no pelo Gerard e foi morto por Pantaleão de Sá com um tiro de pistola ([2]).

A luta tornou-se mais intensa; começava a ter ares de batalha quando surgiram os *horse-guards* de Cromwell pondo-se fim ao tumulto.

Os portugueses julgavam-se sob as imunidades do palácio da embaixada, mas o coronel Whaley cercou-o de soldados que pareciam destinar-se à defesa contra a indignação popular fomentada pelos antagonistas.

O conde de Penaguião, cheio de pasmo, recebeu o coronel, que lhe intimou a entrega dos agressores por ordem do Protector. Debalde invocou as suas qualidades de representante de Portugal. O ditador foi insensível ao título, vingando, talvez, a injúria recebida pela defesa dos Príncipes Maurício e Roberto em Lisboa.

Invocados os privilégios diplomáticos, resistindo-se ainda, esperançadamente, à ordem de Cromwell, depressa chegou a resposta.

Garantia as imunidades da embaixada mas mandava retirar a tropa deixando o povo proceder como quisesse, pois se o representante português tinha garantias, elas não deviam ser afrontosas para a nação britânica.

Pantaleão de Sá foi entregue na cadeia pelo próprio irmão, que, cumprida a vontade do Chefe do Estado, se lhe apresentou com todo o corpo diplomático, não faltando sequer o embaixador de Espanha, D. Afonso de Cardeñas. Solicitavam o respeito pelos pactos internacionais, o asilo seguro nas embaixadas; só conseguiram que o réu fidalgo passasse para a Tôrre de Londres, onde ficaria melhor instalado.

Acusavam-no de assassínio e provocação à mão armada em lugar público, ao que correspondia a pena de enforcamento. Cumpliciaram no mesmo delito três criados portugueses e um inglês.

Na sociedade londrina discutia-se o caso; não se compreendia por

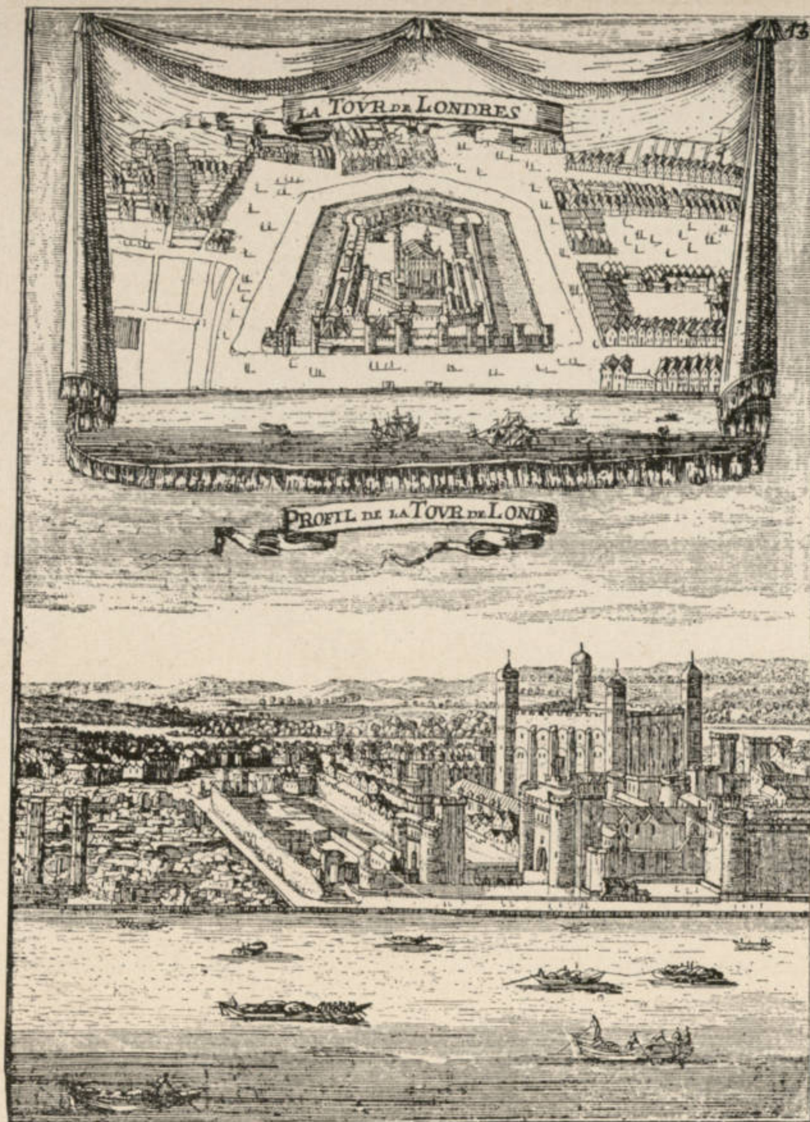


Soldado de Cromwell

([1]) John Timbs — *The romance of London.*

([1]) Videmam — *História de Cromwell.*

([2]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*



Tôrre de Londres (1650)

que se violavam as leis da etiquêta diplomática; louvava-se a desafronta do fidalgo português. Uma nobre dama, a senhora Mom, deliberou salvá-lo, e entrando no seu cárcere, pois eram permitidas as visitas ao prêso, propôs-lhe a troca dos trajos, o que assombrou o galhardo cativo.

Enquanto à sorte que a esperava não poderia ser de grande perigo, pois leve pena lhe aplicariam. Fiava-se nos parentes, que tinham influência, e desejava contribuír para a libertação do cavaleiro praticando a justiça que seu coração requeria.

Buscou Pantaleão de Sá esquivar-se a tanta gentileza, achando pouco em harmonia com a sua qualidade de varão envergar vestes femininas e sujeitar senhora de tanta grandeza de alma ao vexame do julgamento e à expiação na cadeia. Não houve argumentos convincentes para o propósito tomado pela nobre inglêsa e o prêso mudou a indumentária, ficando bem em ar de dama e saindo entre os criados da salvadora que erguim as tochas, alumiando-lhe o caminho até ao côche, onde o aguardava o conde seu irmão.

Combinara-se refugiar o foragido em casa de um médico, que se mostrara pelo ajuste de guardá-lo até ser possível transferi-lo para França, mas o clínico realizou outra operação lucrativa denunciando o hóspede à polícia do Protector. Enquanto se aclamava a acção da grande dama, os juízes reüniam para julgar o criminoso.

Durante oito meses, de Dezembro a Julho, levou o embaixador de Portugal em diligências para obter a liberdade do querido cativo e, ao mesmo tempo, cedendo nos capítulos do diploma, que seria assinado com vantagens para os inglêses. A aliança tornava-se caríssima.

As subtilezas dos delegados do Parlamento formavam-se de promessas em que se arrastavam farrapos de dignidade, receios e imposições.

Prometera-se que o processo do réu seria enviado para Portugal, mas um dia noticiou-se ao prisioneiro que se preparasse para subir ao cadafalso, dentro do prazo legal que a lei lhe concedia ao preparo de sua alma, as setenta e duas horas da tradição britânica, findas as quais seria supliciado. Dada a sua categoria, concedera-se-lhe que o degolassem em vez de sofrer o suplício do baraço. Executaram-no em Newgate no dia 6 de Julho de 1653; um criado, súbdito da república, foi enforcado e os dois portugueses perdoados.

Gerard, autor do tumulto, também recebeu a sentença condenatória, nanja por sua intervenção na desordem, mas acusado de partidário dos Stuarts, o que se descobrira por acaso. Aplicou-se-lhe pena igual à sofrida pelo irmão do embaixador de Portugal, que, coberto de luto, foi continuando a sua missão diplomática e, como se compreende, ansioso de regressar à Pátria. Assinou-se o Tratado um ano e quatro dias depois da morte do irmão e apendiciara-se o diploma da seguinte forma: o pagamento dos direitos das mercadorias inglêsas nas alfândegas portuguesas nunca excederiam vinte e três por cento, e no caso de dúvidas acêrca do seu valor êle seria estabelecido em presença de dois negociantes britânicos escolhidos pelo cônsul.

Firmavam com o conde camareiro-mor os delegados do Parlamento Nath, Fiennes, Walt e Strickland.

Assim foi chancelado o documento feito em Westminster, aos 10 de Julho de 1654. Cromwell mandaria a Lisboa um seu enviado para obter maiores vantagens que se lhe deram, visto o mal dos tempos muito pesar em Portugal.

Renovava-se, dêste modo, a aliança inglêsa.



Parecia que o conde de Penaguião desejava resgatar na guerra o desastre a que fôra obrigado na diplomacia. Se Portugal não cedesse a Cromwell, sofreria o seu ódio, a tomadia das possessões, os pactos destruïdores em alianças alheias.

Vinha o camareiro-mor vingar nos espanhóis as iras que o pungiam. Sete vezes se expôs nas batalhas, em terra e mar, até que começou o cêrco de Badajoz, em 15 de Maio de 1657.

Os inimigos não podiam admitir a audácia dos portugueses junto dos muros da sua fortaleza. Tinham chegado com artilharia grossa e têrços dispostos à tomadia. Estavam diante da praça forte, sob o comando do conde S. Lourenço, generais de renome como os condes da Tôrre e de S. João, os mestres de campo Simão Correia da Silva, Agostinho de Andrade Freire, João Leite de Oliveira, Rui Lourenço de Paiva, conde de Miranda, D. Diogo Sanches del Poço com o tenente-general de Tamaricourt.

A marcha audaciosa dera os grandes resultados que se esperavam, pois causara o pânico em Espanha. Mal se acreditava em semelhante arrôjo.

Sob as ardências da Junho, no dia 12 ([1]), o exército largou de Elvas. Eram dezassete mil homens em pé de guerra, sendo catorze mil de infantaria, três mil de cavalaria, vinte peças e dois morteiros.

Entregara-se o comando a Joanne Mendes de Vasconcelos; a exoneração do conde de S. Lourenço afastara os outros generais.

Aquêle guerreiro amava muito a chefia. Era um intriguista. Natural de Évora e filho do notável Luís Mendes de Vasconcelos, autor do *Sítio de Lisboa* e de outras obras, militara quinze anos na Baía comandando terços. No regresso, em 1643, estava no Alentejo ocupando o pôsto de mestre de campo general do conde de Óbidos e acabara prêso com o chefe em virtude do mau resultado da campanha. Tinham pôsto cêrco a Badajoz, como se lhes intimara, mas retiraram por falta de fôrças para o assédio.

Contrariando sempre os generais que o empregavam, o oficial do estado maior só ambicionava ganhar uma grande vitória e celebrizar-se. Levou a vida neste propósito, não perdendo a menor oportunidade para alcançar o comando. Opunha-se aos grandes cabos de guerra: aos condes de Alegrete, de Castelo Melhor, de S. Lourenço, e, no seu desespêro e febre de vencer, chegava à desobediência, à indisciplina. Estivera prêso na Tôrre Velha e, ao soltarem-no, partira para Trás-os-Montes, onde julgara poder descansar. A nostalgia e a ambição levaram-no, de novo, a solicitar um pôsto.

Arrebatara Chaves aos espanhóis e a sua vitória fizera perdoar-lhe o feitio irrequieto.

Voltou ao Alentejo aproveitando a confusão estabelecida, a luta dos partidos, as malquerenças entre os condes de Soure ([2]) e de S. Lourenço, acabando por ir cercar Badajoz. Seria título glorioso a vitória.

A campanha do ano anterior fôra vergonhosa para as armas portuguesas e o conselho de guerra votara a desafronta.

Diante dos muros da notável praça fronteiriça, Joane Mendes de Vasconcelos compreendeu a inanidade de acção, mas não desistira para não ser prejudicado. Ou levantava a sua reputação, naquela hora, ou perdia-se para sempre. Ganhou o forte de S. Miguel; derrotou o duque de S. Germano. Se conseguisse vencer a grandiosa fortaleza, seu nome envolver-se-ia nos louros que já engalanavam Matias de Albuquerque.

Foi tremenda e sangrenta a tomada de S. Miguel, mas Badajoz resistiu. Tivera o general português a honra de ser combatido pelo próprio ministro de Felipe IV, D. Luís de Haro, que assumira o comando do exército de socorro que devia salvar a praça, tornando estéril a tomadia anterior.

Praticaram temeridades os cavaleiros de André de Albuquerque, Denis de Melo e Castro e Tamaricourt; batera-se bem a artilharia de Afonso Furtado de Mendonça, a infantaria prodigiara nas trincheiras e nos assaltos. Houvera heroísmos, e entre os que os levaram a cabo estava o conde de Penaguião. Fôra ferido e instalaram-no no convento de S. Francisco, de Elvas, sob cujas lajes jazia D. Antão de Almada, que também quisera combater no Alentejo e ali falecera de doença.

A retirada dos sitiantes de Badajoz operara-se em 11 de Outubro de 1658, e o fortíssimo exército inimigo avançara sôbre a cidade ocupando o monte da Graça, que a dominava. Os têrços da sua vanguarda pretendiam assaltar o convento onde o conde camareiro-mor estava entregue aos médicos que lhe tratavam das graves feridas recebidas no cêrco.

Alucinadamente, excitado pela febre, o genro de D. Felipe de Vilhena bradava que não se deixaria transportar para dentro das muralhas, pois defenderia o mosteiro. Apontava a espada suspensa à cabeceira do catre onde jazia; enchia-se do brio de sempre, aumentado pelo delírio em que só de resistência falava.

Era impossível defender o recinto sôbre o qual avançava o inimigo. O conde foi conduzido para uma barraca de campanha, na qual acabou poucas horas depois ([1]).

Consentiram os castelhanos que levassem o cadáver do bravo a receber sepultura em Elvas. Prestaram os dois exércitos as honras militares aos despojos daquêle homem de trinta e cinco anos, que fôra diplomata, guerreiro e escritor, pois, sob o nome de Vicente de Guzmán Soares, dera à publicidade livre entre os quais avultavam as *Últimas acções de El-Rei*

([1]) 1658.

([2]) Ver Biografias.

([1]) Os restos mortais do conde de Penaguião foram mais tarde trasladados para o convento de S. Francisco do Pôrto. Algumas obras literárias e históricas do genro de D. Felipa de Vilhena foram publicadas na *Domus Sadica*, por frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo.

D. João IV, o *Elogio funeral do Príncipe D. Teodósio* e duas notáveis cartas dirigidas ao soberano e ao herdeiro do trono [1].



A filha de D. Felipa de Vilhena, viúva do camareiro-mor, cheia de sua piedade que a tornava modelar, como a virtude e modéstia, viveria, em recato no lar, como se em convento se recolhesse [2].

Morrera, menino, seu filho Francisco de Sá. O secundogénito recebera o mesmo nome quando o pai triunfava na Côrte. Herdaria a casa.

A D. Miguel de Almeida, que viera ao Mundo em seguida, coubera a herança do grande restaurador, o nonagenário conde de Abrantes, e por ser bisneto de D. Joana de Mendonça, espôsa do primeiro conde de Penaguião, o moço parente recolheu os bens do título e chamaram-lhe o *Toucinho*, como ao fidalgo ilustre que tão dilatadamente vivera.

Houve também a condessa de Penaguião três filhas: D. Felipa, que desposou o conde de Figueiró; D. Maria e D. Joana, falecida aos catorze anos.

Francisco de Sá e Meneses, quarto conde de Penaguião, foi agraciado, em 1658, marquês de Fontes, sendo conselheiro e membro da Junta dos Três Estados.

Matrimoniara-se com D. Joana de Lencastre, filha de D. Rodrigo de Lencastre, comendador de Coruche, e de D. Inês de Noronha, filha de João da Silva Telo Meneses, conde de Aveiras, e de sua espôsa D. Maria de Castro.

D. Joana, por suas primeias núpcias, era condessa de Unhão. Do seu casamento com o marquês de Fontes teve João Rodrigues de Sá e Meneses, que pouco viveu, e outro varão do mesmo nome, que foi o quinto conde de Penaguião e segundo marquês do novo título quando o pai morreu, em 1677, vitimado por uma granada a cuja deflagração assistia.

O seu herdeiro ia casar com D. Isabel de Lorena, filha do duque de Cadaval, quando a morte o arrebatou, em 10 de Março de 1688, sucedendo-lhe seu irmão D. Rodrigo Aires de Sá Meneses e Almeida, que mudou o título de Fontes em Abrantes com o tratamento de sobrinho de El-Rei.

Era mercê «de juro e herdade para sempre e a de conde de Penaguião três vêzes fora da lei mental com todos os bens que possuía da Coroa e os das Ordens, em quatro vidas». Foi sétimo senhor daquele condado e das vilas de Abrantes, Sardoal, Sever, Fontes, Gondim, Gondomar, Vila Nova das Águias, Bouças, Sousa, Gaia e Sobrado, sendo também capitão, alcaide-mor e governador das armas do Pôrto e das fortalezas de S. João da Foz e de Nossa Senhora das Neves de Leça, alcaide-mor de Abrantes, Punhete, Amêndoa e Mação, comendador de Sant'Iago de Cacém, S. Pedro de Faro, Santa Maria de Mascarenhas e S. Pedro de Macedo.

Casara com a noiva que estava destinada para o falecido irmão, ficando assim genro do poderoso duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, e de sua segunda espôsa D. Maria Angélica Henriqueta Catarina de Lorena, filha do conde de Harcourt, da casa dos duques de Elbeuf.

Corria nas suas veias o sangue de Henrique IV, pois era bisneta de Catarina de Vandôme, filha legitimada do *Vert-Galant*.

O marquês de Abrantes andou na guerra da Sucessão, tendo o pôsto de mestre de campo, e foi embaixador extraordinário do Papa Clemente XI, gentil-homem da câmara de D. João V, vèdor da Fazenda e um dos cinco censores da Academia Real de História.

Quando foi a Madrid com a embaixada pomposa cujo fim consistia nos casamentos dos Príncipes, Felipe V agraciou-o com o Tosão de Ouro [1].

O grande senhor, representante de tão alta estirpe e que tivera por antepassada D. Felipa de Vilhena, morreu na sua vila de Abrantes em 30 de Outubro de 1733.

(1) Faleceu em 9 de Julho de 1708. Jaz na Madre de Deus debaixo do altar da Virgem.

(2) A filha mais velha do marquês de Abrantes, D. Ana de Lorena, foi camareira-mor de D. Maria Ana de Áustria e desposou seu tio D. Rodrigo de Melo, terceiro filho do duque de Cadaval.

(1) O Príncipe D. José casara com a Princesa D. Mariana Vitória, e sua irmã, D. Maria Bárbara, com o Príncipe das Astúrias, que reinaria sob o nome de Fernando VI.





MARQUÊS DE SANDE

As embaixadas dos casamentos — Consórcio de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra — O dote de Tânger e Bombaim — As noivas de D. Afonso VI — As interferências de Turenne — A «Grande Mademoiselle» — A filha do duque de Elbeuf — D. Maria Francisca Isabel de Sabóia



CONDE da Ponte e marquês de Sande, Francisco de Melo e Tôrres provinha de família castelhana daquele último apelido e da qual emigraram para Portugal dois fidalgos, Diogo e Afonso de Tôrres, casando êste com a filha de João de Melo, alcaide-mor de Castelo de Vide. O seu primogénito, Garcia de Melo e Tôrres, desposou em segundas núpcias D. Margarida de Castro, filha de Henrique Correia da Silva, alcaide-mor de Tavira. Foram os pais de Francisco de Melo e Tôrres que, seguindo a carreira das armas, seria governador de Olivença após a Restauração.

O ataque feito pelo conde de Monterei à fortaleza foi repelido pela artilharia, que escorraçou os espanhóis. Três vêzes os mosqueteiros portugueses rechaçaram os atacantes, que deixaram no campo duzentos homens, entre mortos e feridos, contando-se na perda oficiais de valor.

O general Melo e Tôrres estudara matemáticas com os jesuítas; era perito nessa ciência e na astronomia, sôbre a qual bastante escreveu, e dedicara-se à engenharia, tendo especial competência na construção de fortalezas (1).

Os castelos, redutos e todos os baluartes de defesa do Alentejo foram aproveitados com as devidas reparações quando, em 1656, Francisco de Melo Tôrres governou a província. Também dera maior disciplina às tropas.

Ordenou entradas no território inimigo comandadas por vários oficiais que assim se adestravam.

---

(1) Publicou *Introdução geográfica* (três tomos) que se referem à *Essência da esfera; Princípios geográficos; Questões geográficas* com um complemento matemático.

Seguiu-se: *Astronomia moderna*; *Suma política tirada de vários autores e dedicada ao príncipe D. Felipe* e oito tomos de negociações das suas embaixadas, publicando, em 1661, a *Relação do casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra.*



Oliveiro Cromwell

Manuel Luís, alferes dos esquadrões de D. Denis de Melo, derrotara a companhia da guarda do general espanhol que guarnecia Lebon. Matou o tenente e dois capitães, e de tal maneira soou o seu feito que, para o rebater, os espanhóis avançaram sôbre Campo Maior, mas o tenente Nicolau Dias saíra, em ardil militar, e aniquilara-lhes a vanguarda tornando ineficaz o assalto.

Escaramuçava-se. Não convinha aos castelhanos outro sistema de batalhar para não desviarem grandes fôrças dos pontos melindrosos onde tinham outros adversários a combater. Essa forma de fazer a guerra permitiu a Portugal a defesa, impossível se tivessem sido lançadas grandes massas sôbre as suas fronteiras.

Ao mesmo tempo houve aso para se formarem as suas unidades, preparando-se chefes nas escaramuças e ganhando fibra os soldados bisonhos.

Depois da morte de D. João IV, a Regente, que conhecia bem o governador das armas de Olivença e do Alentejo, chamou Melo e Tôrres à Côrte, encarregando-o de missão importante. Apreciava-lhe os dotes especiais de cultura, talento e sapiência e encomendou-lhe os negócios de Inglaterra na qualidade de embaixador, a-fim-de reparar, tanto quanto possível, os desastres da enviatura do conde de Penaguião como calafetara e reconstruíra os muros esboroados das fortalezas fronteiriças.



Cromwell chegara ao apogeu do seu domínio. Mais do que nunca se acreditava «Eleito do Senhor» com os companheiros que o ajudavam a governar segundo os títulos de seus postos, mas que, na realidade, lhe obedeciam servilmente. À medida que fixava as divisões militares pelos três reinos, solidificava o poder banindo os antigos partidários que o odiavam na impossibilidade de o aniquilar.

Francisco de Melo Tôrres, que levava por secretário Francisco de Sá e Meneses, foi recebido pelo Protector de Inglaterra em 10 de Setembro de 1657, e, à boa paz, confirmou os artigos do tratado feito pelo camareiro-mor.

Quando Cromwell deixou o Mundo, em 1658, aos cinqüenta e nove anos, o embaixador português negociou com o govêrno do sucessor que êle indicara. Era seu filho Ricardo, falho de talento e de quaisquer outras qualidades superiores.

Viu-se atormentado entre o exército e as reclamações do poder civil.

Começara a anarquia fatal após a queda dos regimes de fôrça e apareceram os campeões de dois partidos: Lambert, querendo manter a bandeira da República puritana; Monk, secretamente inclinado à restauração da realeza, pois compreendia mais valer ao seu país um Rei, embora mau, do que chefes republicanos de melhor quilate. A experiência perturbara a nação. As tradições, aliadas à idéia de liberdade, que vivia em tôdas as almas britânicas, reclamava o soberano e o parlamento, repelindo a ditadura militar ou civil.

O povo não escondia o seu desejo de ver um Rei no trono e Monk preparou o golpe que devia entronizar Carlos II, filho do monarca decapitado em Withe-Hall.

Ao cabo de onze anos da morte do Stuart, reinava a saüdade do imolado.

Odiava-se a memória do Protector rígido, puritano, cujo cadáver seria desenterrado para os ultrajes.

Deram-se os costumados excessos; odiava-se o que durante aquêle tempo parecia ter-se amado, quando só o terror gerava a aparência do enaltecimento do ditador e do seu sistema.

A tirania puritana repugnava, mas tivera tempo para criar hipócritas.

Monk chamou o soberano exilado na Holanda, onde sua irmã, Maria, casara com Guilherme de Orange.

A fisionomia do proscrito recordava mais a de seu avô, Henrique IV de França, que o delicado e fino perfil dos Stuarts. Havia nêle muito do bearnês, nos olhos e nos lábios sensuais. Não se convertera ao catolicismo, mas detestava a religião dos puritanos, que abalara as almas, derruíra o trono e sacrificara o Rei.

Não podia, porém, adoptar fé diferente da dominante no seu país.

De-resto, a desgraça ensinara-lhe o princípio das oportunidades como as misérias de êxule que despertaram mais as ânsias dos gozos que seu temperamento exigia.

Dava-se ao jôgo, às libações, às orgias, ao amor, e tomara por amante uma exilada como êle, Lucy Walters, que já lhe dera um bastardo, o duque de Monmouth. Viviam na miséria do exílio tão grandes personagens com sua côrte de fiéis empobrecidos, mas o Rei pedira socorros monetários à França e à Espanha.

Mazarino, que não consentia lençóis novos na cama do pequeno Luís XIV nem fogo na lareira da mãe de Carlos II, Princesa de França, menos emprestava dinheiro ao proscrito, que só contou, durante algum tempo, com os auxílios espanhóis.

Em 25 de Maio de 1660, o monarca, cujo trono restaurado o aguardava, desembarcara em Douvres, e quando a autoridade principal lhe apresentou uma Bíblia como o livro sagrado da Inglaterra, respondeu-lhe ser «o que mais amava no Mundo».

Tresandava a ironia a frase que se tomou por muito sincera e respeitável.

Em Londres delirava-se. Carlos II passou sob uma chuva de pétalas e sôbre tapetes de flôres. Badalejavam os sinos; troava a artilharia, e entre vivas, lágrimas e gestos apoteóticos o Rei entrou na sua capital dizendo a um dos seus gentis-homens: «parece ter sido por minha culpa que estive tanto tempo exilado.»

Não acreditava em coisa alguma; a desventura calejara-o; detestava a versatilidade dos cortesãos e a volubilidade dos povos. Só pensava em divertir-se e em rodear de luxo imperial a nova amante, Bárbara Villiers, que seria lady Castlemaine.

O palácio de White-Hall, onde Carlos I passara a sua derradeira noite e junto do qual se erguera o cadafalso, assistiu aos debochados amores do Rei e da concubina na própria hora da aclamação, quando o povo divinizava o soberano.

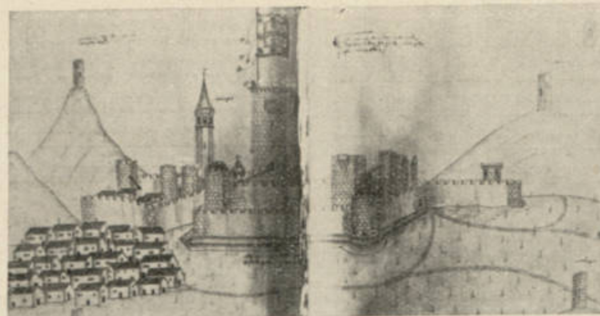
Era a entronização da inconsciência.

Pouco depois reinava com o filho do supliciado a devassidão e a perversão. Ia governar Eduardo Hyde, conde de Claredon, o seu grave mentor e companheiro de exílio.

Arrastou-se o cadáver de Cromwell pelas ruas; bebiam-se vinhos estonteantes e os beijos eram libidinosos.

A Côrte seguia o exemplo do Rei. Afogava-se o delírio dos prazeres no sangue dos regicidas. Conspurcava-se a República, a cujos soldados se pagavam os soldos em atraso concedendo-se-lhes gratificações pingues.

Tornavam-se pretorianos.



Castelo de Olivença

Os veteranos do Protector receberam o ouro da realeza, mataram a sua fama com a paga monárquica e aos seus jejuns de puritanos sucederam os ranchos abundantes.

Assim era o Rei; assim era o reino.



O embaixador de Portugal foi obrigado a manobrar neste meio, todavia mais agradável para as suas simpatias políticas de que os últimos reflexos dos governos de Cromwell e de seu filho Ricardo, o da anarquia. Agora dominava a galantaria debochada, infernal.

No ano seguinte ao da entrada do Rei em Londres, o antigo diplomata junto dos chefes puritanos dirigiu-se, na qualidade de embaixador extraordinário, ao Rei que Francisco Sousa Coutinho aclamara no exílio da Haia.

O projecto de que se incumbira era de largas vistas: tratava-se do casamento da filha de D. João IV com o monarca britânico. Garantia-se dêste modo a integridade das possessões ultramarinas, o auxílio da velha aliada, a possibilidade da vitória sôbre a Espanha amedrontada por tão grande combinação.

Era muito difícil casar o Rei, arrancá-lo à Castlemaine, às loucuras, à devassidão, mas precisava-se uma Rainha em Inglaterra e a Espanha pretendia impedir, a todo o transe, semelhante união.

O conde de Claredon não acampanhava a boémia realenga; guardara, até no exílio, a compostura dos nobres tempos.

Era um aristocrata de alma puritana, um anacronismo na Côrte dissoluta.

Os íntimos de Carlos II chasqueavam-no no final dos banquetes aos quais não assistia. Buckingham imitava-lhe os modos, as atitudes, a voz e até os gestos dolorosos provenientes da gôta de que padecia. As régias amantes gargalhavam e o ministro, sabendo tudo isto, beijava a mão ao Rei ingrato.

Um outro facto, e êsse gravíssimo, faria pensar o soberano na demissão do chanceler. Sua filha, Ana Hyde, desposara secretamente o herdeiro do trono, Jaques Stuart ([1]).

Enveredara Francisco de Melo pelo caminho do estrei-

([1]) Dêste consórcio nasceram Maria, que desposou Guilherme III de Orange, e Ana. Ambas foram Rainhas de Inglaterra.

tamento da aliança dos dois países, que o matrimónio real tornaria mais eficaz e sólida.

Noutra época, frei Domingos do Rosário tratara do casamento da Princesa em França. Luís XIV, que Carlos II admirava, aconselhara o primo a matrimoniar-se com D. Catarina, ofertando-lhe dois milhões para os socorros a Portugal, visto querer aniquilar a Espanha. Fouquet, superintendente das finanças francesas, fôra a Londres com quinhentas mil libras para tentar Claredon, que, sabendo-as no erário, com o destino do socorro ao govêrno português, mais influïria no Rei, cujo pai, segundo alguns investigadores asseguravam, ouvira António de Sousa Macedo [1] falar-lhe naquele consórcio.

O tratado dos Pirenéus [2] pusera têrmo à possibilidade do casamento de D. Catarina com Luís XIV, visto ter feito a paz com a Espanha, e só então se avançaria a valer nas negociações em que se empenhava o embaixador elevado a conde da Ponte [3] e que recebera instruções para prometer a Carlos II o que já se indicara na proposta ao Rei de França: uma possessão africana, que seria Tânger, e outra no Oriente, além do dote em espécies metálicas com garantias de géneros à fiança de mercadores britânicos para futuros recebimentos.

Havia no Conselho partidários do casamento do soberano com senhora pertencente à religião protestante, indicando-se a Princesa de Orange, a filha do Príncipe de Ligne. Falou-se depois na irmã da duquesa de Parma, a-pesar-de católica.

O grande papel do conde de Buttavila, embaixador da Espanha em Londres, consistia no impedimento do consórcio de D. Catarina de Bragança com o Rei de Inglaterra. Tudo lhe serviria para levar a bom têrmo a sua obra, desde assegurar que a portuguesa era feia até ao oferecimento de o seu soberano se responsabilizar pelo pagamento do dote da Princesa de Orange. Era da religião reformada, mas Felipe IV, católico até ao requinte da Inquisição como dominadora do Estado, não se importava com a fé desde que impedisse a aliança da Princesa brigantina com o monarca britânico.

Esquecia, em um instante, as guerras religiosas feitas à Holanda e que custaram oiro e vidas.

Comprara o conde de Bristol, o mais boémio dos companheiros do soberano, dissoluto ao extremo e por isso muito do real agrado. Encarregado de pedir a mão da irmã do duque de Parma para seu amo, recebera contra ordem em Bruxelas e o conde da Ponte insistira, mais fortemente, nas suas propostas: a entrega de Tânger, tendo já sido nomeado D. António de Almada para governador da praça que D. Fernando de Meneses se obstinava em não passar a domínio estranho. Para a Índia partira novo vice-Rei, António de Melo e Castro. Tratar-se-ia de ceder Bombaim à Grã-Bretanha.

A Espanha ofertava mais, Dunquerque e a Jamaica [1], para que não se celebrasse semelhante matrimónio.

A situação da Regente era grave. O inimigo forçava as fronteiras; o povo não queria que se cedesse território colonial, mas seria muito mais lógico sacrificá-lo do que deixar perder a metrópole. Tânger não passava de uma praça de guerra cheia de legenda, mas, na época, de pequena importância; Bombaim era uma ilha sujeita aos assaltos da pirataria.

Cedendo as lápidas heróicas e o alvo dos corsários, salvar-se-ia o resto: as colónias da África, da Ásia e da América, e garantia-se a defesa e o auxílio. Destruía-se a base do plano espanhol.

O padre Ricardo Russel, desdenhoso das dignidades eclesiásticas, até então oferecidas pela Rainha D. Luísa de Gusmão, dera-se à tarefa de convencer o Rei de Inglaterra a casar com a Princesa de Portugal. Inglês e filho de católicos, o reverendo, que fôra educado em França no colégio do Oratório, transferira-se para Lisboa por ordem superior. Chamaram-no para ensinar o seu idioma à filha de D. João IV.

Quando Francisco de Melo voltou a Londres, em 13 de Fevereiro de 1661, pedira ao eclesiástico que lhe obtivesse uma entrevista com Carlos II a-fim-de tratar do casamento, no qual já falara ao soberano. O embaixador levava plenos poderes.

O monarca confiara ao reverendo a chave do jardim, por onde o enviado português passou de noite a-fim-de depor nas reais mãos a carta da Regente e as credenciais. Carlos II mostrou-se satisfeito com a leitura; ouviu as propostas, recordando, talvez, as suas más horas do exílio na Holanda, quando os raros fiéis o coroaram numa estalagem, estando presente apenas um diplomata: o ministro de Portugal, Francisco de Sousa Coutinho.

Naquela primeira audiência secreta, a Majestade revelou a Francisco de Melo que os holandeses se preparavam para assaltar Goa, tendo êle já dado alguns passos no sentido de impedir a saída da sua poderosa esquadra.

Era bom prenúncio semelhante favor, e embora a

(1) Ver Biografias.
(2) 18 de Julho de 1660.
(3) 16 de Maio de 1661.

(1) Visconde de Santarém — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do do Mundo.*



Rainha-mãe não gostasse do casamento com a portuguesa e o ministro espanhol tivesse muitos protectores na Côrte, o plenipotenciário esperava triunfar.

Obteve outra audiência no género da anterior e falara, depois, com o chanceler Claredon, cuja filha já vivia matrimonialmente com o duque de York, e ouvira-o dizer que só os católicos inglêses eram contra Portugal. De-certo não admitiam, no seu fanatismo, o Rei protestante e quem se lhe ligava.

O embaixador espanhol desfazia na beleza da prometida e nas possibilidades do pagamento do dote por parte de Portugal.

O Secretário de Estado, Morice, também se colocara do lado de Francisco de Melo, mas havia contra êle Bertot, secretário de Mazarino, o embaixador dinamarquês e os representantes de alguns Estados batavos.

Os enredos eram muitos.

A Majestade não deixava de receber o diplomata; falava da noiva, queria saber a verdade acêrca do que lhe dizia respeito, e o português oferecia-lhe meter-se entre ferros e entregar a própria cabeça ao carrasco se não fôssem verdadeiras as afirmações que fazia. O soberano dizia acreditá-lo e que podia considerar fechada a negociação.

O diplomata escrevia à Regente:

Lembro a Vossa Magestade que se offerecem aqui muitos milhões, muitas praças e que eu não hei de perder a occasião, fiado nas palavras que Vossa Magestade me disse, para não deixar de concluir ainda que seja desviando-me das instrucções. Mas peço a Vossa Magestade que o dinheiro esteja prompto, porque nesta côrte há necessidade delle, e os castelhanos a maior guerra que fazem, é com dizer que nós promettemos o que não podemos nem havemos de dar. Eu desfaço estas razões dizendo que, quando parti de Portugal, ficou já prompta a maior parte deste dinheiro.

Vossa Magestade considere a importancia do negocio e o acommode com seu zelo e singular resolução. [1]

O duque de York [2], depois de ouvir Francisco de Melo, declarou-lhe ter aconselhado o irmão a casar-se depressa, mesmo para não se julgar que alimentava esperanças na sucessão. Considerava os espanhóis os piores homens do Mundo. Conhecera-os no exílio.

Já se pensava, a valer, em impedir a Holanda de assaltar os portos portugueses na Índia. Continuavam as entrevistas entre Carlos II e o enviado de D. Luísa de Gusmão, que, a pedido do Rei, lhe entregara um memorial acêrca dos projectos dos batávios no Oriente.

Como os presentes são sempre motivos de simpatia, o Rei de Inglaterra mais se agradara do diplomata ao receber as lembranças da viúva de D. João IV: um leito, águas de cheiro, brincos, muitas laranjas da China, âmbar e uma escrevaninha de prata.

(1) Visconde de Santarém — *Quadro elementar,* vol. XVII.
(2) Depois Jaques II.

As intrigas dos espanhóis aumentavam e a versatilidade do soberano, sempre dado às orgias, desenvolvia-se à medida que os enredos mais se emmaranhavam. Chegara a mandar um enviado secreto a Lisboa para ver a Princesa e informá-lo, mas o marquês de Ormond, o conde de Manchester e Haelis, muito dedicados à solução portuguesa, avisaram Francisco de Melo, que imediatamente preveniu a Rainha para ter pronto o dote e engalanada a noiva régia que o emissário ia ver. Sua Alteza, no dia da visita do nobre inglês, devia calçar chapins. Insistia e advertia muito acêrca dêste pormenor.

O bom sacerdote Russel não estivera inactivo; manobrara a-propósito de outros assuntos, mas chegando sempre às mesmas conclusões.

O retrato de D. Catarina produzira grande impressão no chanceler, que abraçara o padre, capitulando D. Catarina da mais bela criatura do Mundo. Os duques de York e Carlos II mostraram-se contentíssimos. Finda a contemplação da tela, Carlos II ordenara que se ultimassem os preparativos para o contrato de casamento.

Convocou os condes de Manchester e de Southampton, o marquês de Ormond, o chanceler Claredon e o duque de York, dizendo-lhes que concluíssem o tratado, mandando o primeiro daqueles senhores procurar o embaixador português com o seguinte recado: «que lhe peço, pois me soube dar a honra na pessoa da senhora Infanta D. Catarina, que se apresse, porque convém não perder instantes da sua companhia» [1].

O representante de Felipe IV não abandonava a questão; dirigira-se ao Rei de Inglaterra e dissera-lhe saber que êle se dispunha a socorrer os portugueses mas que os batávios acabariam por ligar a Espanha com êles. Concluíra lembrando o que Carlos II devia aos castelhanos, em rasgo bem pouco fidalgo, e que levara o soberano a responder-lhe ter recebido favores e cortesias. Dissera: «essas bem as tenho pago».

Pedira-lhe, então, que não casasse com D. Catarina; e o monarca quis saber se tal consórcio representaria declaração de guerra [2], acentuando:

«Antes parece que vós quereis que seja pupilo vosso casando-me a vosso modo, mas não é êsse o costume dos Reis da Grã-Bretanha.»

O espanhol ficou perturbadíssimo e acabou declarando ter ordem para se retirar de Londres, pois haveria guerra.

(1) 6 de Março de 1661.
(2) Carta do marquês de Sande, de 15 de Março.



Entre severo e irónico, o monarca volvera que se lhe dariam logo os passaportes e se prepararia para os ataques de Castela.

Mais uma vez o reverendo Russel fôra muito distinguido; o monarca pegara-lhe na capa e levara-o aos seus aposentos (1), dizendo-lhe ter advertido os delegados holandeses de que não consentiria ataques às possessões portuguesas.

Retorquiram que tinham sido escorraçados do Brasil; o Rei insistira no seu propósito de não tolerar o assalto às Índias, avisando-os de que o almirante Lawson estava com a esquadra nas Dunas e não admitia a passagem da armada dos Países Baixos. Insistia muito pelo casamento, tanto mais que não carecia dispensa de Roma.

Negociara-se nos seguintes termos:

«A cerimónia realizar-se-ia em Lisboa; Tânger seria entregue antes do consórcio.» Desdenhava-se de Bombaim: «não é coisa de considerar nem coisa que se possa guardar, preferindo-se Baçaim» (2).

Anunciava-se a chegada do duque de Parma, que ia a Londres para tratar do casamento da irmã e a volubilidade ou o interêsse real manifestava-se ao repetir-se o desejo da entrega imediata de Tânger.

Embaraçou-se o embaixador ante a exigência; respondeu-se-lhe que a Espanha oferecia tudo quanto quisessem no Oriente, na África e o negócio livre nas Américas. Também constava em Londres que se preparavam as pazes com Castela.

A Rainha-mãe, Henriqueta de Inglaterra, procurava impedir o casamento do filho, tendo atendido Saint Alban, seu valido e muito dos espanhóis.

Aumentava a oposição.

O embaixador de Felipe IV distribuía largamente dinheiro. Aliaram-se-lhe o Rei de França, o duque de Parma e os delegados da Holanda para transtornar as negociações que iam em excelentes trâmites.

O conde da Ponte mantinha muito grande e serena a esperança no triunfo quando o reverendo Russel falava com o soberano; depois ensombrava-se.

Pelo comêço de Maio realizara-se grande festa em casa do embaixador espanhol, na qual se anunciara terem-se desmanchado tôdas as negociações com Portugal, mas no dia 9 daquele mês Carlos II, à saída do Conselho, quis falar a Francisco de Melo.

— «Bem, ¿sou eu homem da minha palavra ou não? — preguntou-lhe; acrescentando em seguida: Como vos prometi, declarei hoje o casamento em Conselho Pleno, dizendo (a-fim-de melhor persuadir os conselheiros) que não estava resolvido, mas que eram as vantagens que me oferecia Portugal, e a obrigação que eu lhe tinha, pelo que em minha adversidade haviam seus reinos obrado por mim, que confessara lhes tinha particular inclinação» (1).

Seguiram-se novas ameaças do plenipotenciário espanhol, que chegara a mandar distribuír um manifesto anónimo dirigido ao povo e ao exército britânicos, no qual apresentava as desvantagens da união do monarca com Princesa católica. Buscara enfuriar o espírito anti-papista, o fanatismo da época de Cromwell.

Em 23 de Junho de 1661 assinou-se o tratado no palácio de White-Hall, ao cabo de mil enredos do barão de Buttavila.

Francisco de Melo apunha a sua firma ao lado das dos duques de Albermale, de Manchester e Southampton, de William Morice e dos conde de Claredon, de Ormond e de Edwards Nicholas.

Era o contrato de casamento feito nos termos já expressos (2) com câmbio do auxílio das dez naus contra os piratas, declarando Carlos II: «que há-de trazer no coração as coisas e conveniências de Portugal e de todos os seus domínios e os há-de defender com as maiores fôrças suas assim por mar como por terra como a mesma Inglaterra.»

E enviara para Lisboa dois regimentos de cavalaria, cujos soldados seriam pagos pelo govêrno português desde que entrassem no Reino.

Comprometia-se, ainda, a realizar o firme contrato de paz entre Portugal e a Holanda, o que se realizou no ano seguinte (3).

A Princesa D. Catarina embarcou para os Estados do espôso, onde a aguardavam muitos desesperos, mas defender-se-ia com a sua fé e a constante energia que sua mãe lhe comunicava nas suas constantes cartas.



O conde da Ponte continuava em Londres aguardando as determinações régias e escrevia à Regente:

Ha muitos tempos que entre os meus grandes malles, me acrece o mayor da falta das Ordens de V. Mag.te, que he para mim alimento, medecina e remedio; quererá Deus que V. Mag.te, logre a saude, que S. Mag.te, Sua Alteza e todos esses Reynos hão mister e eu tanto desejo.

O portador desta fará a V. Mag.te fiel relação de tudo o que por cá tem sucedido. Já V. Mag.te terá entendido o que aqui se tem obrado, por os meus ultimos avizos; de então para cá não ha nada de novo, mais que termos a Serenissima Raynha com

(1) 23 de Março de 1661.

(2) Baçaim, cidade ao norte de Chaúl, ocupada em 1533 pelos portugueses.

(1) Visconde de Santarém — *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo.*

(2) Biografia de D. Luísa de Gusmão.

(3) 24 de Maio e 4 de Novembro de 1662.

esperança de nos dar Principe (1) ; *permita Deus seja certa; ella está de melhor humor, e o tempo acomodará ainda menor desprazer.*

Os negocios de França, no que toca a casamento, demos lugar a nossos inimigos, enganassem aquella Dama, assim que vejo hoje sem esperança e sem meyo. De socessos não deixo de ter grandes esperanças mas as francesas tem muito que puxar (?) antes que cheguem aos fruitos. Que tenhamos o de V. Mag.te ter saude, he o que mais nos importa. E que Deus guarde a V. Mag.te como seus vassalos desejamos e havemos mister. Londres, 12 de Fevereiro de 1663.

Assinava já marquês de Sande, título que lhe (2) fôra conferido pelos resultados da sua alta diplomacia nas negociações do casamento de D. Catarina com Carlos II.

O novo matrimónio que o tinham encarregado de palpitar era o do Rei Afonso VI com Princesa de França. Desde que a irmã estava casada em Inglaterra estabelecer-se-iam grandes raízes na Europa.

Luís XIV já pensara numa política de interferência em Portugal para ter sempre esculcas sôbre a Espanha e, porventura, sobrepassar a influência inglêsa na península por morte de Felipe IV, cujos achaques progrediam.

O marquês de Sande estava doente em Londres, conforme anunciava ao reverendo Belchior do Rêgo de Andrade, secretário particular de D. Luísa de Gusmão (3), investigador histórico perspicaz e muito chegado em afecto e nos empregos à Casa de Bragança, pois seu pai fôra moço de guarda-roupa de D. Teodósio I e sua mãe era filha de Belchior Mendes Cacela, também moço do guarda-roupa do duque D. João I.

Paroquiara na Colegiada de Barcelos, que era apresentada pelos amos e passara a prior de Sant'Iago em Lisboa até ser investido o seu alto cargo no paço, sendo depois desembargador e chanceler da Suplicação. O diplomata confiava-se-lhe:

Eu passo cada vez peor e depois que veio que se quer perpetuar o meu desterro, nem o bem da esperança me dica; seia Dª Louvado que tão levemente me castiga, e que esta semana me livrou de hum acidente de pedra mais por Mesericordia Divina que por remedios humanos.

E dando graças pela vitória (4) obtida sôbre os espanhóis, considerava-a de molde «a confundir os neutrais, abater os inimigos e animar os amigos» (5).

Recordava-lhe uma tença disputada pelos seus procuradores ao Secretário de Estado António de Cavide, que a contrariava.

Referindo-se à doença de D. Catarina, o marquês de Sande escrevia à Regente depois de ter participado a Castelo Melhor, ministro de D. Afonso VI, que a soberana «ficava ungida»:

Mas parece que Dª (Deus) lembrado do zelo de S. Mag.te e do affecto grande e publicidade com que os sacramentos foram administrados e da protestação da fée em alta voz pronunciada foi servido que daquelle dia até hoje se fosse achando melhor tão conhecidamente que he mais milagrosa, que naturalmente a saude em que S. Mag.te finalmente temos passado os 22 dias da doença; e em esta hora que diz o phisico mor de ElRey que elle tem grandes esperanças que dentro de quinze dias estará a Serenissima Raynha livre de todo o cuidado e com que lhe assistia ElRey que muitas vezes tirei de seus braços em lágrimas; o duque e a duquesa de York; a Raynha Mãe; o Principe Roberto e todas estas Nações e Povos não é crivel nem natural. De mim nem dos portugueses não falo, porque todos lhe assistirão, eu, em estes quatro dias, não sahi da sua Camara nem faltei noite e dia em lhe vellar com hum medico, no que fiz o que devia aquellas obrigações que tenho ao serviço de S. Mag.te (1).

Melhorou a Rainha; o diplomata considerava Londres o destêrro, mas seus talentos chamavam-no a missão de tômo idêntico à anteriormente exercida. Tratava-se do matrimónio de D. Afonso VI com Princesa de França, parente da família real dêste país ou ainda grande dama da alta nobreza estrangeira ligada a Luís XIV.



O capelão-mor da Rainha D. Catarina, padre Ricardo Russel, ficara em Londres, encarregado dos negócios de Portugal quando o marquês de Sande partiu para França.

Era o reverendo inglês e católico; estudara em Paris, quando das perseguições aos papistas; passando a Lisboa, onde fôra aluno do colégio de S. Pedro e S. Paulo, seminário dos britânicos, ensinara a sua língua à Princesa que devia desposar Carlos II. Quisera D. Luísa de Gusmão nomeá-lo bispo de Cabo Verde (2); recusou a mitra e aceitou várias missões, inclusivé a diplomática, deveras espinhosa no momento porque o governador da Índia, António de Melo e Castro, se recusava a entregar Bombaim, na forma do Tratado, visto os inglêses não o auxiliarem contra os ataques dos batávios que se lançavam sôbre Cochim (3).

O marquês devia tratar das maiores ligações da França, estando pelo partido de Portugal o marechal



---

(1) Carta de 15 de Abril de 1662. B. N. L. — Códice 738.

(2) 15 de Abril de 1662.

(3) Nomeado em 1661.

(4) Batalha de Ameixial ganha por D. Sancho Manuel. Ver Biografias.

(5) Carta de Londres, em 19 de Agôsto de 1663. B. N. L. — Códice 738.

(1) Carta dirigida a D. Luísa de Gusmão e datada de Londres a 5 de Novembro de 1663. B. N. L. — Cód. 738.

(2) Foi bispo de Portalegre em 1671 e prelado de Viseu em 1684. Faleceu no dia 15 de Novembro de 1693.

(3) Só foi entregue em 18 de Janeiro de 1665.

de Turenne ([1]), deveras empenhado em favorecê-las, pois via na solidificação dêsses laços a derrota da detestada Espanha, cujo embaixador em Londres tirava proveito da questão de Bombaim.

Carlos II encarregou o diplomata português de aplacar vários óbices existentes entre dois dos ministros de França e Inglaterra e fêz-lhe afectuosa despedida ([2]).

Prometeram-se-lhe os maiores favores na capital francesa, onde aparecera com pouco estado. Levava como secretário Francisco de Sá de Meneses e acompanhavam-no também seu sobrinho Rui Teles, Francisco de Azevedo e alguns criados. Não queria dar nas vistas.

Indicara-se para noiva de D. Afonso VI Mademoiselle de Montpensier, filha do duque de Orleans, prima co-irmã de Luís XIV, a quem chamavam *Grande Mademoiselle* ([3]). Ela, porém, não desejava ser Rainha de Portugal; amava o belo duque de Lauzun ([4]), que trazia apaixonadas as mais lindas e nobres mulheres de França. Arranjando pretextos de tôda a ordem, fugia aos enleados argumentos de Turenne. Debalde o auxiliavam o duque de Guise e o marquês de Ruvigny, porque quando o amor domina escusa a razão de pretender.

Era o que corria a respeito da resistência da filha dos Orleans, no parecer de alguns ([5]); porém, outros alegavam serem diferentes os motivos.

Falara-se em Mademoiselle de Nemours, que não desejava ser Rainha. Tendo autorizado o seu casamento com Carlos de Lorena, fingia querer desobrigar-se a-fim-de fazer diferente matrimónio.

O pretexto fizera reünir uma junta teológica em casa da mãe da Princesa, e à qual presidia o seu parente bispo de Laon. Luís XIV declarava que jamais consentiria no consórcio da prima com o Lorena, que servia na Alemanha, e nesta traça feminina se enleavam Turenne, Lione, Tellier, Colbert e o próprio Rei Sol.

As delongas perturbavam o embaixador, que pretendia resolver a questão dos socorros da França para a campanha futura e só topava embaraços. Turenne concordou e disse-lhe haver outras princesas que não desdenhariam a realeza oferecida.

Mademoiselle de Nemours e Aumale pertencia à família soberana de Sabóia. Era prima do Rei de França por sua mãe, filha do duque de Vendôme, bastardo de Henrique IV.

O duque de Nemours fôra morto em duelo pelo cunhado, duque de Beaufort, no período da Fronda, e era irmão do duque de Longueville ([1]), espôso da irmã de Condé, que imortalizara o título na política da Fronda e amara Rochefaucaud.

A estirpe era de brilho, mas constava que Maria Francisca Isabel de Sabóia também se prendera na galhardia e beleza de Lauzun, o que, de-resto, se tornara moda. O duque arrastava como satélites as damas mais lindas, mais nobres, mais opulentas.

A Luís XIV não desagradara a proposta, mas Turenne apresentara a possibilidade do casamento do Rei de Portugal com Mademoiselle de Elbeuf, filha do governador da Picardia, Carlos III, duque daquele título, e neta de Henrique IV porque descendia da filha de Gabriela de Estrées e do Vert-Galant. O marechal asseverava que o pai da futura Rainha poderia enviar socorros ao genro, visto governar a Picardia, Artois e a praça marítima de Montevir. Mandaria os auxílios sem haver o aspecto de se violarem os tratados com a Espanha.

Esta idéia não agradou ao marquês de Sande, pois preferia a França mais abertamente ligada a compromissos.

As indigitadas noivas de D. Afonso VI não pareciam dispostas a aceder ao noivado.

Ana Maria Luísa de Orleans, a *Grande Mademoiselle*, duquesa de Montpensier, riquíssima e orgulhosa, sonhara com o trono de França; depois ambicionara o de Inglaterra e parecer-lhe-ia mesquinho o de Portugal.

Frondista e bela, tendo combatido e obrigado Condé a dar a batalha de Bleneau, ganhara tanta popularidade em Paris que parecia a verdadeira Rainha. Mandara disparar as peças sôbre o exército real, o que levara Mazarino a dizer, sarcàsticamente, ter aquêle tiro morto o marido da brava Princesa. Aludira ao que se propalara acêrca do seu casamento com o primo, Luís XIV. Desterrada para a sua terra de Saint Fargeau, ao regressar, apaixonara-se pelo cadete de Gasconha, belo, ardente e valoroso, marquês de Puyguilhem, que seria duque de Lauzan.

Desdenhara, por tudo isso, o trono que lhe ofereciam com o Rei, que diziam leso e mal educado. Mademoiselle de Elbeuf não representava o que se requeria na contingência.

A Princesa de Aumale e Nemours mais parecia ser obrigada a essa união. Talvez a movesse o despeito de ver Lauzan prêso nos encantos da *Grande Mademoiselle*.

Contava dezanove anos e era formosa, elegante,

([1]) Henrique de la Tour de Auvergne, marechal de Turenne, grande general que vencera com o príncipe Condé as batalhas de Friburgo e Nordeligen, cabendo-lhe tôda a glória de Sommershausen.

([2]) 1664.

([3]) D. Ana Maria Luísa de Orleans, filha do duque Gastão de Orleans, irmão de Luís XIII.

([4]) Antonin Nompar de Caumont, duque de Lauzun, belo e pretendido. Esteve prêso na Bastilha e desposou a *Grande Mademoiselle*. Nasceu em 1632; morreu em 1723.

([5]) A mãe da *Grande Mademoiselle* era Maria de Bourbon, duquesa de Montpensier.

([1]) Saint Simon, *Memoires*.

educada na galantaria. O Rei de França protegia o enlace. Neta, por bastardia, de Henrique IV, o Rei de tôdas as conquistas, devia trazer no sangue, com as doenças do amor malsão, legadas pelos avoengos, um perturbante espicaçamento de curiosidades estranhas.

Aprendera a garridice, a ciência de agradar, no convívio das mais lindas mulheres do Mundo e dos homens mais galanteadores. Adestrada ou precocemente instruída nas devassidões, embora só por conversas ladinas, devia prelibar as delícias do casamento.

Além de tudo, seria a Regente do seu Rei na Côrte portuguesa, a borboleta irisada aos olhos dos vassalos, a aranha negra no segrêdo das intrigas políticas. Aconselhá-la-iam Schomberg, seu parente; o abade de Verjus, que representaria junto dela a casa de Vendôme, e Saint Romain, ministro da França em Lisboa.

Tratava-se do casamento, embora com delongas, e já se indicavam algumas das damas que a acompanhariam a Portugal. Entre elas citava-se Madame Scarron, viúva do poeta mais gaulês do seu tempo, mas que a sorte destinara para subir do leito de um vate deformado ao de Luís XIV, sob o nome de Madame de Maintenon.

Referindo-se a Maria Francisca Isabel de Sabóia, de cujo séquito faria parte, Françoise de Aubigné de Scarron escrevia à sua amiga Mademoiselle de Artigny:

«A nossa Princesa é rica e bondosa; foi educada aqui e há-de ser afeiçoada a tudo o que de cá fôr; eu terei boa posição na Côrte. Em Lisboa há melhor sociedade do que se julga e os calores não são excessivos; enfim prometeu-me que não me arrependerei» ([1]).

Levaria tempo a decidir o que se pretendia. Turenne quási abandonara o partido ao saber que o Infante D. Pedro recusara a mão da sua parente Mademoiselle de Bouillon ([2]).

No dia 17 de Março de 1665 chegou a Lisboa o embaixador para receber instruções e ouvira a recusa do irmão do Rei acêrca das propostas nupciais: não queria casar-se.

Já começara a grande luta contra o conde de Castelo Melhor, que geraria o terrível drama da Côrte portuguesa.

Nem os retratos das Princesas enviados por Francisco de Sá, que as vira com Rui Teles, apresentadas por Turenne, resolvera a favor de Mademoiselle de Elbeuf e de Bouillon, embora o marquês de Sande tivesse aceite, em princípio, negociar os consórcios. Indicou-se-lhe que solicitasse a mão de Maria Francisca Isabel de Sabóia, e logo se tratou de apertar as combinações no meio da mais formidável das intrigas.

([1]) Madame de Maintenon — *Conversations inédites*.

([2]) Sobrinha de Turenne, filha do príncipe do mesmo título. O duque de Bouillon, Frederico Maurício, inimigo de Richelieu, servira a Espanha contra a França e morrera em 1652.

Turenne, a-pesar-da renúncia do diplomata aos casamentos das suas parentes, por ordem da Côrte, entendeu não retirar seus serviços a Portugal, pois sentia dever auxiliá-lo contra a Espanha.

Não se realizara, ainda, o desejado contrato nupcial e o embaixador voltou a Londres.

Morrera Felipe IV ([1]); entregara-se a Regência de Espanha a D. Mariana de Áustria, que governava em nome de Carlos II, fraco, o último rebento de uma raça violenta pouco a pouco fenecida. Era filho de casamento consangüíneo, pois seu pai casara com a sobrinha.

D. João de Áustria ([2]), irmão bastardo do monarca, disputava a Regência e sobretudo queria escorraçar do poder o conselheiro principal da Rainha, o jesuíta alemão João Everardo Nithard.

Sande voltaria a Paris levando plenos poderes para o ajuste de casamento de D. Afonso VI com Mademoiselle de Aumale, devendo começar a encaminhar tudo para a paz com a Holanda e até com a Espanha, por intermédio da França e da Inglaterra. Trataria, também, do reconhecimento pela Cúria.

Era em 1666. Estava na capital francesa o cardial

([1]) Faleceu em 7 de Setembro de 1665.

([2]) Filho de Felipe IV, general ilustre e político, ganhara renome e partidários.



Luís XIV
por Houasse (Museu de Versailles)

Virgínio Ursino. Conservando-se o marquês incógnito, recebeu o purpurado por intermédio do secretário da legação, Pedro de Almeida Amaral, explicando-se então que o Papa Alexandre VII julgara sempre, como os seus antecessores, que os portugueses não poderiam vencer. As suas vitórias demonstraram o contrário. Roma inclinava-se à paz mas a França e a Inglaterra desentendiam-se; falava-se em guerra entre as duas grandes nações, sendo o marquês de Sande o pacífico medianeiro muito aceite pelos dois governos.

Falecera Ana de Áustria em 26 de Janeiro de 1666. O embaixador português não preponderara na questão anglo-franca, mas conseguira o consórcio de Mademoiselle de Nemours com o seu soberano. Assinara o contrato nupcial em nome de D. Afonso VI, firmando-o pela noiva o duque de Estrées, primeiro marechal de França, César de Estrées, bispo-duque de Laon, o duque de Vendôme e Madame de Vendôme.

O dote era de seiscentos mil cruzados, moeda de França, «prata boa e corrente que fazem um milhão e oitocentas mil libras tornesas, a saber: quatrocentos mil escudos que serão levados em espécie a Lisboa e os outros cem mil cruzados em efeitos», que já o marquês cobrara, no anterior, como arras, segundo recibo entregue ao senhor Gravier. O resto iria no navio que conduzisse a Rainha e o qual devia ser pôsto em seguro.

O Rei de Portugal concedia à espôsa Faro, Alenquer, Sintra e outras vilas, pertencentes à Casa das Rainhas; seria entregue completo o dote à soberana se tivesse que saír de Portugal, auferindo mais quinhentas mil libras se não houvesse filhos, ficasse viúva ou fôsse obrigada a abandonar o Reino. Pertencer-lhe-ia, igualmente, tudo quanto trouxesse e amealhasse.

Se morresse antes do marido a Coroa portuguesa ficaria com seus bens cedidos, e o viúvo com quinhentas mil libras tornesas, pertencendo o remanescente aos naturais herdeiros da Rainha.

Luís XIV queria fazer guerra à Espanha, e desejando neutralizar a acção inglêsa encarregou o marquês de Sande daquele negócio, recebendo-o em Saint Germain sem a menor etiquêta, nem mesmo a da presença de um gentil-homem de serviço ou de capitão da guarda real.

Disse-lhe que dera ordem ao seu ministro em Madrid, arcebispo de Autan, para se entender com o govêrno espanhol acêrca das pazes com Portugal, no que interviria também Saint Romain, acreditado em Lisboa.

O Rei de França seria garante da paz. Pedira-lhe que se dirigisse a Inglaterra a-fim-de se formar a Liga das Três Nações — a sua, a britânica e a portuguesa — comprometendo-se a pedir aos holandeses a restituïção de Cochim e Cananor, injustamente em posse dos batávios.



O marquês de Sande apresentou ao monarca como argumento convincente o não poder demorar-se a partida da Rainha, cuja viagem se devia realizar antes que o inverno assaltasse as costas de Portugal. A-pesar-de Turenne e Colbert terem insistido para a ida do embaixador a Londres, êle argumentara daquele modo apressando-se a viagem de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.



No nono dia de Agôsto de 1666 a armada francesa, do comando do marquês de Ruvigny, entrou no Tejo com as bandeiras nos topes e ao som das salvas das fortalezas. Eram dez os navios e o sol português, fazendo cintilar os metais das peças, dourando os estandartes, cobrindo-os de luz, era o herói na grande festa do recebimento da soberana.

O povo assistia nos cômoros da cidade; aglomerava-se desde os montes de Caxias, Ribamar e Ajuda, olhando espantado e em júbilo tão portentoso espectáculo.

Era meio dia quando as naus fundearam defronte da Junqueira, e sob a estrondosa aclamação das tôrres e dos emboras cantados pelos campanários, via-se partir a saveira esplendente com suas tripulações fardadas a escarlate, enfeitadas a prata, rútilas, alegres, sadias e pomposas.

Tinham embarcado no faustoso bergantim a marquesa de Castelo Melhor, a heroína de Monção, camareira-mor, e seu filho D. Luís de Vasconcelos, primeiro ministro, novo, galhardo nas galas de seu trajo e no aprumo do seu mando.

A Rainha acolheu-os com a majestade e a graça de quem aprendera a representar no maior palco do Mundo. Era encantadora, atraindo a sorrir, dominando a olhar; rodeavam-na suas damas, uma côrte de beldades que vinha perfumar os paços portugueses povoados por guerreiros valorosos, alguns galãs, mas quási todos desconfiados ante as louçanias das francesas tão airosas, tão sedutoras, mas que diziam pérfidas. Os marinheiros comparavam-nas às sereias; os soldados às formosas aves do paraíso que falassem sem que as entendessem, os contemplassem fascinando-os e os acarinhavam vencendo-os.

As embarcações flamuladas, bizarras de colorido, aproximavam-se das grandes naus e os sons das músicas e dos sinos discordes ora eram harmonia suave, logo altos brados no ar poalhado de ouro.

D. Afonso VI fôra a Santo António dos Capuchos assistir à festa da Porciúncula; voltara ao Paço e dificilmente concordara em ir a bordo visitar a Rainha, que devia fazer tanto mêdo aos seus canhestros costumes como à fidalguia rude os moldes da nova etiquêta.

Vestiram-no a primor; mais garboso e de melhor tom se apresentava o Infante D. Pedro, que há muito mandara vir trajos de Paris. Lado-a-lado, os irmãos produziam grande contraste: Sua Majestade loiro, pálido, um ombro decaído, falho de movimentos rápidos no lado direito; Sua Alteza moreno, espadaúdo, de peito saliente, quási hercúleo, vestido à moda. Os olhos da estrangeira deviam fixar o Rei e o Infante, achando êste mais capaz para seu marido. Êle curvava-se na graça aprendida; rendia-se-lhe.

Em baixo, o bergantim de talha dourada, estranho como uma navezinha arcaica, esplendia no carmezim e no ouro das almofadas, dos toldos, das fardas da marinhagem.

Jubilavam os sinos; rouquejavam as artilharias: a voz da Igreja e a da Fôrça unidas e aclamadoras. Soavam charamelas e trombetas e o estado real passava, à tardinha, pelas águas a caminho da Junqueira, onde se construíra uma ponte para a passagem da soberana. Côches magníficos pejavam o caminho com os seus moços de estribeira, cocheiros e batedores. A nobreza avançara para o lugar de desembarque ostentando as suas melhores jóias. Descera no mastro real da nau capitânia o pavilhão dos lírios de oiro da França; entrava a bordo o Rei de Portugal, e o marquês de Sande, o autor daquele difícil enlace, curvava-se a beijar a mão do seu Rei.

Galhardamente, passando por entre as alas da infantaria francesa, o bispo de Laon saüdava o monarca, e num rumor de espadins, de plumas, de sêdas, os perfumados franceses fizeram a sua vénia.

O noivo olhou a espôsa que lhe davam e o embaixador foi o intérprete de suas titubeadas palavras; o Infante ia ajoelhar mas a Rainha deteve-o, não lhe consentiu a gentileza paçã.

No meio dos soldados galhardos do conde de Maré desfilava a Côrte, e de terra, no caír da noite de Agôsto, chegava a vozearia do povo, casada, por vêzes, com o marulho da água a entenebrecer ali perto; ao longe ainda sangüínea no tardo poente.

O marquês de Sande fizera dois casamentos políticos: o de D. Catarina de Bragança, o do sacrifício à Inglaterra; o de D. Afonso VI, o do holocausto à França [1]. O primeiro foi o drama oculto; o segundo a pública tragédia.

Badalejavam os sinos da cidade que abrira seus arcos floridos, alcatifara as ruas de flores, enchera de galas as varandas para saüdar a Rainha que sorria e encantava; a feiticeira.

No ano seguinte, pelo comêço de Dezembro, a 7, véspera de Nossa Senhora da Conceição, havia festa na capela real. A Rainha recolhera-se ao convento da Esperança e D. Afonso VI abdicara. O Infante assistia na tribuna à cerimónia religiosa. Resplandecia o templo à luz das tochas; no palanque do lado esquerdo figuravam muitos fidalgos, como os condes da Tôrre e de Vilar Maior, D. Francisco de Lima e o marquês de Sande.

À saída, após as cortesias, parando à espera dos côches, altos os archotes, atenta a criadagem, disseram alguns dos nobres senhores que a Rainha-mãe não tinha bastante autoridade para entregar Bombaim aos inglêses e muito mal praticara ao ceder a ilha. Opôs o antigo embaixador, que fôra dos principais na negociação, reconhecendo à falecida soberana todos os direitos para aquêle tratado.

Dera-se a terra a herejes, replicara-se, acrescentando-se que todos os fautores do acto já tinham sofrido a morte ou desastres. Sorriu o marquês e respondeu que, intervindo tanto naquele lance diplomático, sua casa aumentara e estava vivo.

Tomou a liteira de D. Francisco de Lima e dirigia-se, com o amigo, para casa quando, ao chegar à cruz do adro de S. Domingos, quatro cavaleiros e outros tanto peões, envoltos em capotes, preguntaram a quem pertencia o carro. Ouviram o nome do dono do veículo e, abrindo as portinholas, vararam o marquês de Sande com nove estocadas e fugiram, deixando ileso o companheiro do assassinado [1].

Como se desafiasse a morte, ela acorrera, por engano talvez, mas pressurosa ante o gabo, levando consigo o diplomata que enchera Paris e Londres de sua fama, para tornar uma Princesa portuguesa Rainha de Inglaterra e elevar uma Princesa de França ao trono de Portugal.

A sua diplomacia gerara dois dramas da História.

---

[1] O contrato de casamento de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia e de D. Afonso VI foi assinado em 24 de Fevereiro de 1666.

A Rainha saíu de Paris em 29 de Maio, que era sábado.

A armada largou da Rochela em 4 de Julho, domingo, e levou trinta e sete dias na viagem.

[1] Segundo as *Memórias Históricas e Genealógicas* o diplomata fôra morto por engano.

Na obra *Monstruosidades do tempo e da fortuna* assevera-se tê-lo assassinado o conde de Mesquitela, que pedira os criados a D. João de Castro para fazer o assalto. Quisera evitar o casamento do marquês com sua mãe.

O notável homem de Estado desposara D. Leonor Manrique filha de Afonso de Tôrres, genealogista e comendador de Montemor-o-Novo, que lhe dera: Garcia de Melo, segundo conde da Ponte, D. Madalena de Mendonça, que foi mulher de Luís de Saldanha, senhor de Assequins, e D. Maria Violante, religiosa no convento da Esperança.

















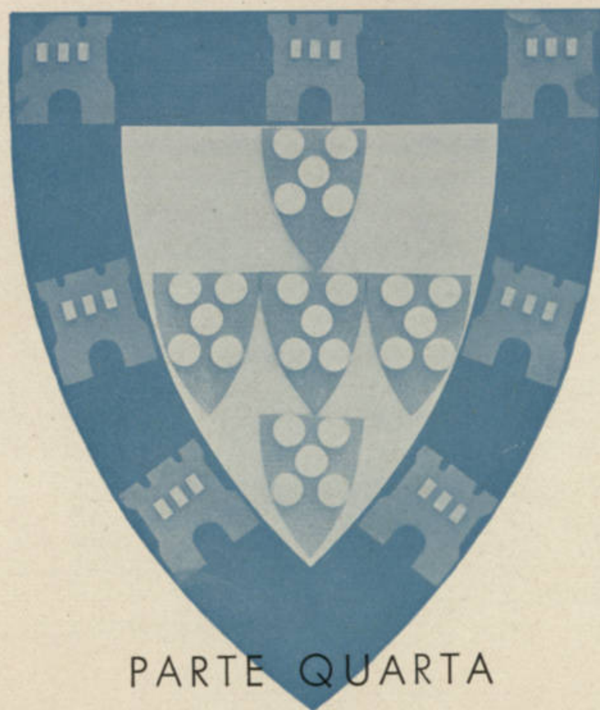




El-Rei D. João IV

Os diversos retratos do «Restaurador» representam-no para a posteridade, em criança, no período da Aclamação, ornado, com as alegorias bélicas e em expressão tão simples quanto outras são mais majestosas entre símbolos. As gravuras extraíram-se de estampas e livros, quási todos publicados na época ou seus contemporâneos, como o *Cordel Triplicado*, de D. António Ardizoni Spinola; *Lusitanæ Liberate*, por António de Sousa Macedo; *Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV*, pelo doutor Francisco Velasco de Gouveia, e outros pertencentes à biblioteca do senhor conselheiro Fernando Martins de Carvalho.





PARTE QUARTA

FAUTORES DA VITÓRIA

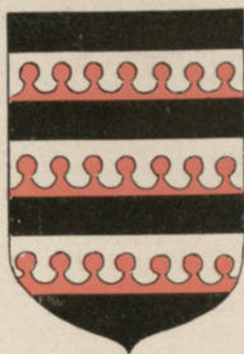
OS CABOS DE GUERRA





D. João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa
2.º Conde de Castelo Melhor

(Quadro pertencente à galeria do senhor conselheiro Martins de Carvalho)



OS CASTELO MELHOR

I

João Rodrigues de Vasconcelos

(Segundo Conde)

Prisioneiro dos espanhóis e sua tentativa de libertação em Cartagena dos Índios — Os galeões de prata — Torturas sofridas no cárcere — Fuga da fortaleza de S. Felipe — Govêrno das armas de Entre-Douro-e-Minho



ERA mais do que sonho, soberbo deslumbramento, o plano arquitectado por João Rodrigues de Vasconcelos, segundo conde de Castelo Melhor [1], ao saber que Portugal se libertara.

Tendo embarcado na esquadra que se dirigia ao Brasil, uma tempestade arrastara alguns dos navios que fundearam, desmantelados, em Cartagena dos Índios [2], possessão espanhola, onde ficara, se não cativo, pelo menos impedido de servir a sua Pátria independente.

Contava quarenta e sete anos; era militar cheio de brio e patriota desvelado; ardia-lhe o sangue ao sentir-se inútil quando Portugal tanto carecia do esfôrço de seus filhos.

Meditou um grande golpe, a mais tremenda das surprêsas que devia dar muito desgôsto a espanhóis e ensejos jubilosos a portugueses.

Largara Francisco Dias Pimenta com quatro naus a buscar a prata armazenada em Pôrto Belo; ficaram outras tantas na Baía e quási tôda a tropa da fortaleza era composta por portugueses. O conde pensara em assaltar as naus e com a gente nacional tomar a cidade ou fazer-se de vela para o Tejo ou colónia portuguesa.

Para que obtivesse bom êxito era-lhe indispensável o forte de S. Felipe, que dominava o molhe e embaraçaria o movimento dos barcos que suas peças visariam.

Quando entrassem os navios, carregados de prata, abordá-los-ia e far-se-ia a rota para Lisboa com riqueza enorme e aventura de tômo. Começaram os conciliábulos entre o conde de Castelo Melhor, D. Rodrigo

---

[1] Filho de Luís de Sousa Ribeiro e Vasconcelos, alcaide e comendador de Pombal, e de sua espôsa D. Maria de Moura de Távora, dama de D. Margarida de Áustria, filha de Fernão Rodrigues de Almada, provedor da casa da Índia. Sucedera nos títulos e bens por morte de seu irmão Francisco de Vasconcelos e Sousa. Casara com D. Mariana de Lencastre, condessa de Castelo Melhor, por seu avô materno D. Rui Mendes de Vasconcelos, primeiro conde do título que, pelo consórcio, coubera a João Rodrigues de Vasconcelos.

[2] Cartagena, pôrto das Antilhas espanholas, pertencente actualmente à República da Colômbia.



O julgamento e tormentos infligidos pelos espanhóis em Cartagena dos Índios ao 2.º conde de Castelo Melhor, João Rodrigues de Vasconcelos.

(Quadro pertencente ao actual sr. Marquês de Castelo Melhor e existente no Palácio da Rosa, em Lisboa).

Lôbo e os capitães António Raposo, António Rebêlo Falcão e António de Azevedo, supondo «que tres Antonios era felice vaticinio e não podiam faltar á fé portuguesa.»

Foi Pedro Jaques de Magalhães aliciar o segundo daqueles Antónios, que não se mostrou de bom cenho, alarmando o captador e o chefe da conjura a ponto de se pensar na sua morte para não divulgar o segrêdo.

Castelo Melhor opôs-se à decisão e foi denunciado aos espanhóis pelo homem que salvara. Delatou-o ao sargento-mor ([1]), governador da cidade, D. António Maldonado Texada, e ao almirante D. Francisco Cartejon. Receosos dos regimentos portugueses, deram-lhes palavra de suspeita de assalto por parte dos batávios e, recolhendo-os nos quartéis, impediram-nos de acudir aos seus oficiais. Foram presos, com Castelo Melhor e Pedro Jaques de Magalhães, Jorge Furtado de Mendonça, D. Luís de Abranches ([2]), António de Melo e os criados de todos êles. Cumpliciaram o capitão de mar e guerra castelhano Pedro Gonçalves Rotéa.

Ia começar o tormentoso processo ao qual não faltariam vexames e suplícios. Diante dos juízes bárbaros, Pedro Jaques de Magalhães, acareado com o delator António de Azevedo, negou o que lhe imputava, dizendo ter-lhe confidenciado acêrca de certa dama, nanja de projectos rebeldes. O espanto empurpurou o rosto e exorbitou os olhos do denunciante.

Postos a ferros e logo no potro, os servos António Rodrigues e Jacinto Lôbo não resistiram às dores e contaram tudo quanto sabiam. Aplicou-se o castigo a Pedro Jaques, cuja valentia o levou a calar, derramando sangue e lágrimas de dor. Não confessou; condenaram-no a dez anos de degrêdo ([1]).

Francisco Dias Pimenta, ao fundear seus galeões atochados de prata, e sabendo da intenção do conde de Castelo Melhor, não lhe reconheceu jerarquia e título e pediu que o encerrassem na casamata do castelo, entregando-o ao auditor da armada, Francisco Régi. Seria sujeito a tormentos sem a menor consideração por suas dignidades. Manietado, descalço, de alva vestida, dilaceradas as carnes, de pé diante dos julgadores, o grande fidalgo mostrava ainda a arrogância da raça e o desprêzo pelos verdugos.

([1]) 29 de Agôsto de 1641.

([2]) Filho de D. Antão de Almada.

([1]) Conseguiu fugir de Cádiz para Lisboa, e contemplado com uma comenda por D. João IV tornou-se notável cabo de guerra sob o título de visconde de Fonte Arcada.

Tinha-se dado ordem para embarcar os soldados portugueses, receando sua revolta.

O almirante Francisco Cartejon ameaçou o conde de Castelo Melhor depois de condenado à morte. Sofreria mais tratos como um escravo; poder algum impediria que lhos aplicassem e mais lhe valia descobrir os aliciados do que sujeitar-se ao vexame. O marinheiro das naus espanholas, em assomos de sinistros propósitos, satisfazia-se com a derrota do militar português amarrado como criminoso e sujeito à sua vontade despótica.

Morreria mas salvasse-se do potro; bastava-lhe querer falar. Assim lho propunha o almirante, junto dos juízes, mas como o réu protestasse, invocando sua preeminência de titular, passaram às obras no cárcere lôbrego. Estalaram-lhe os ossos sob os tratos espertos. Continuava silencioso; descia o pranto, só de dor, pelas maceradas faces até à barbaça de prisioneiro, abandonado e coberto de ferros.

Era o orgulho português esmagado, a grandeza da raça vilipendiada pelos verdugos espanhóis.

Quando os algozes abandonaram a prêsa, os cirurgiões salgaram-lhe as feridas dos pulsos e dos dedos contorcidos como para não poderem jamais segurar a espada.

D. Rodrigo Lôbo quis desafrontar o torturado, e, encarando o comandante Dias Pimenta, preguntou-lhe qual o direito que lhe assistia para exercer aquela acção vingativa e ignóbil sôbre um ilustre português.

Foi prêso e transportado a Espanha na esquadra dos galeões de prata.

Os magistrados reflectiram, consentindo que Jorge Furtado de Mendonça partisse, num dos navios, a-fim-de solicitar a comutação da pena do conde, que ficava encarcerado.

Dera-se a liberdade a outros oficiais e aos criados; só êle continuava na masmorra escura sofrendo as dores das chagas e asfixiado sob os baixos tectos da casamata onde só entrava o confessor, frei Ambrósio do Espírito Santo, que o consolava na sua desventura.

Aliciou-o; combinou com êle revoltar a guarda da fortaleza, mas não houve maneira de conseguir, com tão fracos recursos, os grandes resultados.

Tinham partido na esquadra dois alferes, António de Abreu e Domingos da Silva, que, fugindo de Cadiz para Lisboa, procuraram a condessa de Castelo Melhor, contando-lhe os tratos padecidos pelo marido e os horrores a que estava sujeito no calabouço colonial, guardado e barbarizado por castelhanos.

Era intemerata a dona em cujas veias ardia o sangue do avoengo batalhador de Tânger, D. Rui Mendes de Vasconcelos. Correu ao Paço; explicou a D. João IV como o espôso sofria pela Pátria e por êle, seu soberano, mais do que as torturas, o vilipêndio. Louvou El-Rei o fervor do vassalo e acudiu-lhe com um navio bem apetrechado e que se fêz ao mar levando a bordo os dois alferes. Velejou por quarenta dias e, fundeando a onze léguas de Cartagena, na ponta da Canoa, ficou aguardando que o conde pudesse recolher a bordo.

Mandara-se António de Abreu com recado para frei Ambrósio do Espírito Santo, que preveniu o prêso pelo criado que o servia. Ensandecido pela alegria ao ouvir o servo, o grande senhor confiou na habilidade do reverendo, cujas visitas tinham cessado por ordem dos espanhóis.

Era o frade quem sustentava o cativo pedindo esmola para êle.

O novo governador, o biscaínho D. Ortunho de Aldape, vigiava cada vez mais o prêso, acabando, todavia, por consentir que o mendicante o socorresse e o visse de quando em quando. Havia ainda soldados portugueses na fortaleza, e aliciando-se dois dêles — António Ferreira, santareno, e Barnabé Caldeira, filho



CHEGADA DA NAU ENVIADA A CARTAGENA DOS ÍNDIOS, POR D. JOÃO IV.

(Quadro pertencente ao actual sr. Marquês de Castelo Melhor e existente no Palácio da Rosa, em Lisboa).

de Vila Viçosa — juntando-se-lhes o castelhano António Ruiz, conseguira-se pôr em marcha a salvação do prisioneiro quando o navio português caíu em poder de uma fragata holandesa. Era impossível arrebatar o conde de Castelo Melhor desde que o barco de socorro fôra apresado.

Encheu-se o batávio de brios ao saber e verificar a verdade do encarceramento e torturas do fidalgo, e dispôs-se a auxiliá-lo em lugar de exigir o dinheiro do resgate da nau sua prêsa.

Ocultou-se o alferes António de Abreu no matagal vizinho do castelo, aguardando frei Ambrósio, a quem comunicou em carta quanto se decidira para a fuga do conde, de quem levava missiva destinada a certa dama castelhana que muito o auxiliava e bem queria. O frei trocou as cartas, dando à senhora a do alferes e ao prêso a que êle próprio firmara, mas a dona calou-se e devolveu-lhe a do cúmplice, censurando a leviandade do religioso.

O barco aguardava, no cerrado da treva, os que deviam evadir-se naquela noite de Junho. Cintilou no escuro o morrão aceso por uma das sentinelas cumpliciadas. Atara-se corda de nós ao reparo de uma peça, deixando-a caír ao longo da muralha. Desceram dois criados do prêso e depois êle, com dificuldade, porque ficara aleijado da mão esquerda pelos tratos sofridos no potro. Frei Ambrósio também se refugiou a bordo e bem merecera agasalho.

Ao dealbar, troou a artilharia, mas já passavam ao largo os navios holandeses e o português conduzindo o fidalgo que sofrera a tortura esmagando-se-lhe os dedos mas não o orgulho.

Após a luta nos mares com tempestade, o conde de Castelo Melhor desembarcou em Lisboa com os seus companheiros.

D. João IV acolheu-o, prestando-lhe as honras devidas à sua fé, heroísmo, constância sem par, e afirmando-lhe que «êle apurara como o ouro na fornalha».

Concedeu-lhe o govêrno das armas de Entre-Douro-e-Minho e uma comenda de mil cruzados; o capitão holandês recebeu de presente seis mil cruzados e uma cadeia de ouro e mais dois mil cruzados que lhe ofereceu o liberto.

O frade, que tão bem andara naquela acção patriótica, não foi esquecido. Obteve dois mil cruzados de pensão e a promessa de uma mitra.

Após o repouso necessário, depois de tantos sofrimentos ia chegar ao Minho um grande capitão provado pela guerra e pelo martírio sofrido em holocausto à Pátria.

Os ossos deformados pelo suplício infligido com a constância de quem pretendia torcer-lhe também a alma, representavam, com as outras cicatrizes, as venerandas comendas do seu patriotismo.

O conde de Castelo Melhor erguia a espada; na lembrança dos ultrajes encontrava alento para a sustentar e embebê-la nos peitos dos inimigos que ia defrontar com a altivez de sempre e o arrôjo jamais desmentido.





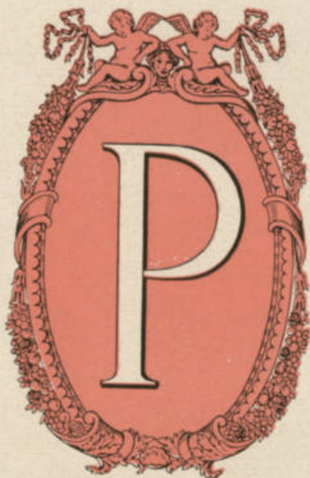
OS CASTELO MELHOR

II

D. Mariana de Lencastre

Uma heroína nacional

Evocação de Deu-la-Deu — Defesa de Monção — Feitos do martirizado de Cartagena dos Índios — Na guerra e na côrte — Morte da camareira-mor



Por Agôsto, naquele ano de 1643, escaldava. Vibravam tremulinas atordoantes. Quedavam-se as árvores; pintalgavam as uveiras, os grossos cachos pendentes dos olmeiros e choupos do rio parado como uma calda no quebranto soalheiro.

Havia guerra.

Monção abrira as suas portas para deixar penetrar as tropas. Cerrara-se depois. Sôbre as muralhas negras, vetustas, da era de D. Denís, amodorravam as atalaias.

D. Martim de Redim, prior de Navarra, governador da Galiza, quisera vingar a surprêsa de Salvaterra, na qual o conde de Castelo Melhor começara o desagravo dos tratos de polé a que fôra sujeito pelos espanhóis nas masmorras de Cartagena dos Índios. A sua mão esquerda deformada era o labéu a redimir.

Mandara mover as hostes sôbre Caminha para derruír as obras do inimigo. Pedro de Bettencourt ia cumprir e o general, armando bem Monção, guarnecera-a com cinco mil infantes e cinqüenta cavaleiros. Faltavam as forragens. Deixou descansar os que deviam sair de novo para as correrias e assédios. Luziam piques e mosquetes; rebrilhavam à luz ardente.

A vila ficava entregue a minguados contingentes para que as numerosas fôrças pudessem atacar os castelhanos desejosos de desagravo, possuindo massas de cavalaria, munições e víveres. A Espanha era um celeiro; Portugal desprovida eira.

Sôbre as muralhas perfilavam-se vultos de sentinelas; em baixo destacavam-se as poldras, as restingas, as águas indolentes e mornas do Minho. Além era a Galiza.

A condessa de Castelo Melhor, D. Mariana de Lencastre, deixara os atavios e envergara o vestido curto que deixava ver as botas altas e as puas das esporas. Não empunhava armas, mas sentia-se que as tomaria, visto o seu ar resoluto. Cobria a cabeça enérgica no emplumado chapéu militar e olhava os terços ordenados sob as alteadas bandeiras, marchando aos rufos dos tambores.



D. Mariana de Lencastre
(Azulejo existente no palácio da Rosa, em Lisboa)

O comandante, montado no seu cavalo, via a seu lado o castelhano António Ruiz, que o ajudara a salvar-se em Cartagena. Era enérgico capitão o que fôra valente soldado.

A condessa, serena, sob o estonteamento da luz, parecia fazer parte das muralhas cintilantes.

As mulheres contemplavam-na porque se sentiam desapoiadas, quási sós com as crianças, alguns velhos e um punhado de ordenanças bisonhas que mal poderiam responder ao ataque dos espanhóis.

Pairava como um escudo heróico a legendária fama de Deu-la-Deu Martins que todos os garotos do Minho aprendiam nos contos das avós, narrados às lareiras, quando o vento, sibilando nas ramadas, evocava avejões sinistros.

Repetia-se a história da heroína, pelas primaveras, à sombra amiga dos arvoredos.

Deu-la-Deu, mulher do alcaide de Monção, Vasco Gomes de Abreu, nos tempos de D. Fernando I, ficara na vila da qual o marido se ausentara em toques de batalhar. O *adelantado* da Galiza, Pedro Rodriguez Sarmiento, investira a praça esperando vencê-la por falta de comando. Mal contara com a coragem da alcaidessa, que subiu às muralhas, incitou os soldados e apareceu denodada, junto das brechas rasgadas, movendo armas, sorrindo, batendo-se, acalentando feridos e pedindo aos mortos perdão por fazer trincheiras de seus corpos.

Os espanhóis teimavam no assédio; resistiria-lhes a varonil Deu-la-Deu.

Andava sua história nas bôcas, por aquêle Agôsto de guerra, quando a condessa de Castelo Melhor, sôbre as muralhas de Monção, talvez nos mesmos sítios que a heroína calcara, via partir os terços do marido em som de guerra.

Os feitos da alcaidessa do século XIV avigoram-se; dir-se-iam a ressurgir. Naquela época, para incutir maior ânimo aos combatentes Deu-la-Deu mandara trancar as portas da praça, improvisara linhas, distribuíra dos celeiros milho e víveres. Batia-se sempre; velava sem detença. Os espanhóis cingiam mais as muralhas que ela não queria violadas, preferindo a morte.

Fôra em outras eras ao som de um sino triste, como na hora da largada das tropas de Castelo Melhor.

¡Santo Deus! ¡Que não findava a guerra com a Espanha!

Demasiado e forte e de estreitas malhas se tecera o cêrco. Deminuíam as possibilidades de mantê-lo. Pagara de generoso ânimo aos que comandava, arriscando-se, sofrendo com êles.

De dias a dias, um rufo anunciava que o parlamentário se achegava com as propostas de rendição. Deu-la-Deu acudia ousadamente. Quási não havia farinha; a praça estava falha de munições e de víveres, mas volvia-se orgulhosamente aos emissários. Repeliam-se os ataques; não se deixava tomar uma só pedra. Também já escasseavam os géneros no campo adverso. A mulher do alcaide mandou fabricar grandes pães apetitosos.

Passaram à vista da guarnição esfaimada, despertando gulas, torturando, enchendo de água os olhos e as bôcas. Ia-se na fornada macia e loira, rescendente, o último punhado da farinha milha. A dama enchia abadas e atirava-as aos castelhanos, bradando:

— «A vós que nos quereis tomar pelas armas e nos quereis fazer render pela fome, diremos: somos mais humanos do que vós, e como nos achamos bem providos, vendo que não estais fartos, vos enviamos êste socorro e vos daremos mais, se o pedirdes.»

Passara um frémito de espanto na hoste adversa. Gente tão bem abastecida não se entregaria, e devorou as broas em dentadas de lôbos famintos em apriscos fartos.

O *adelantado* mandou levantar o cêrco. O exército rompeu a marcha. Deu-la-Deu pôde abastecer-se, tendo vencido e salvo a praça.

A sua história corria num arrepio heróico; as mães evocavam-na com o seu nome cantante e belo:

— ¡Deu-la-Deu! ¡Deu-la-Deu!

Parecia a voz de um sino de ouro aleluiando.

Os de Monção, ao morderem a broa cheirosa, deviam abençoar a fome que lhes dera grandeza e maior gôsto ao pão da liberdade.

A condessa de Castelo Melhor também amava muito a história da alcaidessa.

Fôra há séculos; mas havia, outra vez, guerra com os espanhóis e ela estava nas muralhas da praça de difícil defesa. Vestia-a luz do poente na tarde de Agôsto; côr do sangue que o rio parecia arrastar.



Novamente o conde de Castelo Melhor investiu Salvaterra. António de Queiroz Mascarenhas, capitão da companhia de aventureiros, composta por gente nobre do Minho, batera o comandante da cavalaria espanhola, o alemão conde de Torreson. O oficial português erguera-se na trincheira e topara o seu general; tomara-o o espanto, pois os chefes não deviam expor-se como intrépidos alferes. O capitão preguntara-lhe:

— Senhor, ¿que vos traz aqui?

Singela e heròicamente, o bravo volvera:

— Ninguém me traz; ¡eu venho!

A arremetida fôra enorme; o mestre de campo Viola Dates recebera uma bala no peito e baqueara.

Galgara-se ao alto das casas; encontraram os galegos defendendo-as ainda com as armas quentes; as espadas portuguesas preparavam-se para degolar cento e quarenta prisioneiros, entre os quais se encontrava o alcaide D. Francisco de Sotelo.

Estava ferido; ia morrer. A generosidade dos vencedores poupou-o ao suplício. Os outros cativos foram igualmente salvos.

Finaram-se cem feridos.

Soavam mais raivosas as vozes na Galiza.

Queria-se tomar Monção, mal defendida. Lançaram-se brados para a província até Monterei e à Corunha.

O conde de Torresan empenhara-se em vencer. A cavalaria faltava aos defensores do Minho; estava quási tôda nas linhas do Alentejo.

Os infantes deviam atacar os cavaleiros que se aproximavam das trincheiras. Molhados pela exsudação, sustentando os arcabuzes e leves as cassoletas, o têrço seguira António de Queiroz Mascarenhas e Rodrigo de Moura Coutinho. Comandavam trezentos infantes pesados pelas armas e munições, fardados grosseiramente, as correias traçando-lhes os peitos suspendendo as bôlsas das cévas para os mosquetes. O inimigo surgiu acutilando ferozmente; soavam os seus clamorosos incitamentos; as montadas, branqueando-se de espuma, galgaram a distância rebrilhante nos arreios. As bandeiras esvoaçando na carreira pendiam nas detenças sob a atmosfera de fogo sustentado, durante quatro horas, pela infantaria portuguesa. Quando os pífanos e tímbales espanhóis deram o sinal de retirada, rufaram as caixas dos vencedores.

Castelo Melhor chegara-se aos bastiões; dera ordens ao mestre de campo general para socorrer a brava gente e logo o próprio mestre, Diogo de Melo, partira com o resto das companhias da praça.

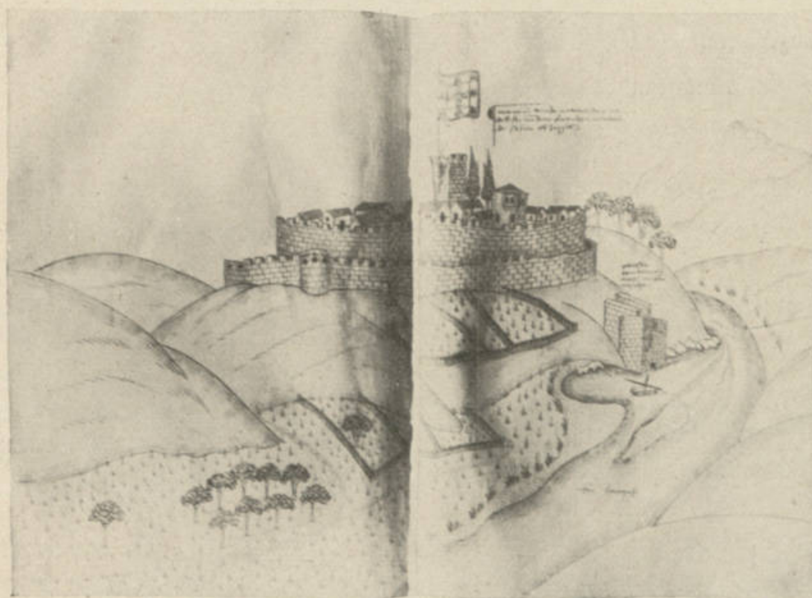
Empenhava-se terrìvelmente o combate. Em Monção temia-se pelo resultado.

D. Mariana de Lencastre não deixara as muralhas naquele dia ardente. Guardava a serenidade de uma amazona; mal a assustavam os tiros e os reencontros.

Confiava no valor do espôso, que dirigia a defesa de Salvaterra.

O capitão António Mousinho, ávido de fama e animado pelos exemplos, cheio de braveza e fé, saltara dos valados onde se encobriam os terços e, com êle, parte dos seus soldados e oficiais. Ninguém quisera ficar para trás. As tropas, entusiasmadas por semelhante arrebatamento, atiraram-se sôbre o inimigo, cuja cavalaria os acometeu. A batalha transformava-se em chacina.

Ouviu-se, a súbitas, a artilharia ralhando das bandas de Monção. Passavam as balas, rápidas e seguras, em direcção ao campo onde os espanhóis içavam o seu estandarte, e varejando, rugindo implacáveis, obrigaram-nos a recuar. Aos sinais de alarme os cavaleiros detiveram-se. A condessa de Castelo Melhor abandonara as linhas de defesa; fixara os soldados que restavam e, como se a animasse o espírito da alcaidessa da era de D. Fernando, man-



Castelo de Monção

(Do Livro Duarte de Armas)



ARMAS DE MONÇÃO

dara arrastar duas peças para a porta da vila. Jungiram-se aos carros os homens mais fortes e os engenhos de morte foram colocados nos lugares de resistência. Mulheres e crianças, em brados, seguiam-nos com a varonil dona que assestara artilharia na orla do rio a alvejar o campo espanhol.

Obedeceram-lhe e, no mais aceso da peleja, os projécteis, alcançando as trincheiras castelhanas, geraram a surprêsa e a retirada.

Prestara aos portugueses o mais precioso dos auxílios. Os cavalos que iam atacar a infantaria, de difícil remuniciamento, largavam à rédea sôlta ou caíam com os soldados sob a metralha. Fugia-se da acção que D. Mariana de Lencastre deflagrara na ardentíssima tarde de Agôsto.

A sombra que se evocava era a da alcaidessa cujo nome as mulheres e as crianças repetiam:

— ¡Deu-la-Deu! ¡Deu-la-Deu!

Vibrava sempre na soada de uma Aleluia.



Ao agonizar do dia e da batalha, quando Portugal contava mais uma heroína, soubera-se que os castelhanos se tinham entrincheirado em Linhares. O conde de Castelo Melhor chamou o sargento-mor Roquemont e incumbiu-o de desalojar os adversários. Partiu; Diogo de Melo seguiu-o com o resto das companhias e, assaltando as trincheiras em arrebatado ímpeto, foram passados a fio de espada duzentos infantes que as guarneciam.

Os habitantes fugiram espavoridos; o sangue dos veteranos misturava-se aos dos recrutas, empapando a terra sequiosa, na noite rútila de verão. No dia seguinte celebrou-se o triunfo.

Para que o fogo da vitória se conjugasse com a ardência do sol, incendiou-se Linhares após o saque.

A notícia das derrotas e do feito da condessa de Castelo Melhor chegara a Madrid. Devera-se à sua artilharia, ralhadora e fera, a retirada do exército espanhol; soubera-se não ter sido possível desalojar os dominadores de Salvaterra e a cólera acicatava o conde-duque de Olivares. Explodira. Sentia o seu poder ruindo hora a hora. Destituíu o prior da Navarra do govêrno das armas da Galiza. Substituíra-o pelo cardial Spinola, arcebispo de Sant'Iago, que pedira cavalaria da Flandres, onde os esquadrões espanhóis estavam costumados a vencer. Reünira dez mil infantes e mil cavaleiros.

Entrara Setembro; os invasores tinham talado os campos. Os espanhóis avançavam sôbre Monção desprovida e que pedira reforços. Mulheres e crianças seguiam a condessa como, outrora, suas avós a alcaidessa Deu-la-Deu. A gente humilde aprendera com ela a bater-se, ao tratamento dos feridos e a rezar.

O general, espôso da heroína, conquistador de Salvaterra, que os espanhóis iam atacar, sitiando ao mesmo tempo Monção, dissera aos seus soldados «ser a noite mais favorável aos defensores do que aos que assaltam, porque aquêles seguram só o lugar que têm certo para não errarem os golpes e estes caminham por sítios não conhecidos em que encontram tão perigosos acidentes que os obriga a deminuírem o ardor e errar a execução.»

O cardial Spinola pensava o contrário. Saíra de Tui e falara aos seus homens lembrando-lhes «o dano que se seguiria àquele reino se os portugueses conservassem Salvaterra, que já contava como rendida, sendo atacada de tão valorosos soldados, ajudados do escuro, da confusão da noite, mais favorável para os que assaltavam do que para os que eram investidos, porque aquêles para atirar tinham as trincheiras por ponto certo onde as balas fariam, sem dúvida, mortal emprêgo dêstes, para acertar os golpes, careciam de alvo pela falta de luz.»

Concluíra, animado em bravata de italiano, reforçada em espanhol:

«Esperava fazer prisioneiro o conde de Castelo Melhor e segurá-lo com prisões tão fortes que não as rompesse com tanta facilidade como a de Cartagena dos Índios».

Não lhe tinham perdoado e êle ainda menos. As suas mãos recordavam-lhe as torturas, vastas cicatrizes lhe ilustravam o corpo; alanceavam-no memórias mais vivas que as marcas profundas de sua pele. Esperou os espanhóis e derrotou-os na noite que julgavam propícia à vitória.

A treva era cortada pela luz dos archotes e artifícios e apareciam os pontos onde o inimigo se acoutava. Conseguiu-se fazer o ataque pela retaguarda. Julgando serem novos socorros de Monção, abandonaram no campo armas, munições, cadáveres e feridos.

Os portugueses rufavam nas caixas cobertas. Os derrotados estavam ao alvorecer no Outeiro do Facho. Vingariam na vila portuguesa o desaire da sua hoste. Havia oito capitães e vários outros oficiais feridos e até o mestre de campo, D. Fradique Valadares, fôra atingido.

A condessa de Castelo Melhor, avisada da acção das tropas, pedira um cavalo. Saltara para o cilhão e, acicatando a montada, percorreu as ruas; despertou os quartéis, ordenando grande alarme em rufos de tambores. Formou a minguada hoste que lhe restava e tal rebate deu que os galegos da espionagem se reti-



Estandarte de um dos regimentos de cavalaria que tomou parte nas batalhas da Restauração, e afirma-se que na de Montes Claros, existente na igreja da Conceição de Vila Viçosa

(Foto-cromia de Armando Alves)

raram, sem tomar língua, desconhecendo a situação que a heróica dona sustentava.

Lançar-se-iam os espanhóis, desiludidos, sôbre Valença, mas, ao passarem o rio, os religiosos de S. Bento de Gafei tocaram o aviso e a praça pôs-se em pé de guerra. Reembuscaram-se na treva e assaltaram Cerveira fingindo atacar Lanhelas, do têrmo de Caminha. Defendeu-a tão bravamente o seu capitão-mor, Gaspar Mendes de Carvalho, que penetrando nas fileiras inimigas as rompera a golpes de espada cobrindo-se em seu broquel. Tanto lhe admiravam o ímpeto e a valentia que lhe ofereceram a vida, mas acutilou até à morte. Só então os espanhóis avançaram para a vila onde Manuel de Sousa e Abreu exercia o comando.

O capitão de Coura, Francisco Rebêlo de Sousa, aparecera com a sua hoste, causando a perda de quinhentos homens das hostes do cardial Spinola.

Sôbre a madrugada de 25 de Setembro de 1643, estavam os derrotados pedindo licença para enterrar os seus mortos e atravessarem o rio, em cujas margens os sepultaram sob as árvores melancólicas em cujos troncos os pássaros arraialavam.

Salvaterra continuava em poder dos portugueses e o conde de Castelo Melhor cobrira-se de glória, sendo, porém, maiores os louros colhidos pela espôsa defensora de Monção.

Os galegos avançavam para novo cêrco; de quando em quando procuravam rebater os gastadores, querendo invadir a praça pelas muralhas rôtas, mas bem defendidas. A guerra prosseguia.

Luís e Simão de Vasconcelos e Sousa, filhos da heroína, brincaram com pelouros ([1]).



No início de Março de 1645, o valoroso guerreiro despedira-se das pedras de Monção. Uma ordem de El-Rei colocava-o no Alentejo, onde a luta ardia implacàvelmente.

A Espanha não desistia da conquista de Portugal. Naquela época, a condessa daria mais um filho ao seu lar, onde já joguetava com os dois mais velhos Sebastião, destinado a cavaleiro de Malta.

Ela reentrava na Côrte; o marido ia combater nas linhas de Elvas, em cujo comando substituía Joane Mendes de Vasconcelos.

Devia ocupar-se dos aprestos para a nova campanha.

Fôra muito bem acolhido por D. João IV pelos seus feitos militares. Aguardava, sempre, a hora da extrema vingança ao olhar a sua mão torturada; a Espanha ainda não pagara suficientemente os tratos que os algozes lhe tinham infligido.

Andavam desavindos os comandos do norte; faltava-lhes autêntico chefe. O conde de Sarzedas ([1]) devia assumir o pôsto, mas debalde o tentavam; não queria deixar a Côrte porque, sendo casado com uma filha do conde de Linhares, desde que se desse o fracasso das armas podiam atribuir-lhe qualquer inclinação para os espanhóis.

Assistia constantemente à germinação das desconfianças. Renovaram-se as honras concedidas ao sogro, marquês de Gijon e duque de Linhares, grande de Espanha, ferido bastante para a suspeita o atingir.

O govêrno de Entre-Douro-e-Minho foi concedido a D. João da Costa ([2]) e pouco depois chegou-se à conclusão de que só havia escaramuças.

Falava-se de Castelo Melhor para o comando, mas em 1649 substituíu no govêrno do Brasil António Teles de Meneses, conde de Vila Pouca. Aureolava-o o respeito pelo seu martírio em Cartagena dos Índios e a fama das suas façanhas de Entre-Douro-e-Minho. Prosseguia a guerra contra os holandeses em Pernambuco. Ia comandar a armada de socorro enviada pela Junta do Comércio o grande amigo que estivera ao lado do conde no comêço do cativeiro.

Pedro Jaques de Magalhães encarregava-se da defesa forçando a entrega do Recife e assentando nas capitulações. As capitanias de Itamaracá, Rio Grande e Paraíba também foram rendidas em 26 de Janeiro de 1654.

André Vidal de Negreiros, o intemerato batalhador, chegara a Lisboa com a notícia da vitória, sendo recebido solenemente pelo monarca, que distribuíu mercês aos cabos de guerra das lutas brasílicas.

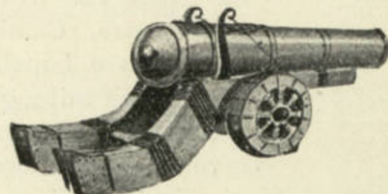
Acabara o govêrno de Castelo Melhor; sucedia-lhe

([1]) O primogénito Luís de Vasconcelos e Sousa, que seria o célebre conde de Castelo Melhor, ministro de D. Afonso VI, nascera em 1636. Seguira-se Simão, que foi governador de cavalaria da côrte e político. Faleceu em 1681. Casara com D. Joana de Távora. Sebastião, cavaleiro de Malta, morreria no assalto de Badajoz, em 16 de Março de 1657. António de Vasconcelos, que nasceu em 28 de Agôsto de 1645, quando sua mãe voltou da campanha, foi bispo de Lamego e de Coimbra. Finou-se em 23 de Dezembro de 1717. Manuel tendo renunciado ao estado eclesiástico desposou sua sobrinha D. Isabel de Sousa Coutinho.

Acabou seus dias em 28 de Setembro de 1710. Os condes de Castelo Melhor houveram ainda D. Maria de Lencastre, dama de D. Luísa de Gusmão e freira em Carnide, e D. Isabel, que professou no convento de Santo Alberto.

([1]) D. Rodrigo Lôbo da Silveira, conde de Sarzedas, seria vice-Rei da Índia em 1655. Morreu em 13 de Janeiro de 1656. Sua espôsa D. Maria Antónia de Vasconcelos, filha dos condes de Linhares, faleceu em 26 de Maio de 1677, deixando numerosa prole.

([2]) Ver Biografias.



o conde de Atouguia, filho de Felipa de Vilhena, e em 1657 estava o guerreiro famoso novamente no govêrno das armas de Entre-Douro-e-Minho.

Ia completar sessenta e quatro anos. Acompanhavam-no e à espôsa dois dos seus filhos, Luís e Simão, crescidos à beira da guerra e lhes queriam como a velha ama que lhes tivesse ensinado contos fabulosos.

Os Castelo Melhor foram acolhidos em delírio. Os velhos lembravam-se da defesa de Monção, em que D. Mariana de Lencastre fôra a revivescência de Deu-la-Deu.

Houvera intervalos nas pelejas.

As enxadas luziam e as canções soavam; armavam-se as rêdes e os engenhos no rio, pelos invernos, e sôbre as mesas avultavam os salmões apetecíveis, as trutas de delicado sabor. Carrinhos, semelhantes a brinquedos puxados por bois anões, de armas amplas, olhos oblíquos e ressaídos, saltitavam nas pedras das más estradas.

Guiavam-nos rapariguitas gentis e descalças como nas eras bíblicas. Comia-se a broa loura e perfumada, acendiam-se os fornos e o pão aparecia quente, mole e polvilhado de farinha com a cruz do aumento pedido a Deus para a fornada; os milharais embandeirados pareciam flâmulas de arraiais; espumejava o vinho verde; envelhecia o maduro, e, dançando e cantando, desafiava-se a inveja dos espanhóis, afeitos à idéia da guerra na casa minhota, quási irmã da Galiza.

Preparavam-se então as hostes; rolava a artilharia e enforquilhados os mosquetes, cintilantes os piques, escondiam-se as enxadas, calavam-se as trovas, descia-se a mêdo ao rio, escasseava o peixe delicado. Abatiam-se os gados; recolhia-se o pão à pressa e as moçoilas deixavam os aguilhõezinhos pelas cévas dos mosquetes e dos arcabuzes ajudando os soldados galanteadores; arrancavam-se as searas e bebia-se por conta, não fôsse faltar o vinho. Em vez dos sinos louçãos, abria-se a voz dos rebates, e em lugar das cantigas soava o «¿quem vive?»

Era de novo a guerra.

Quando o conde de Castelo Melhor chegou soaram as ameaças e partindo com as tropas e os filhos deixou a espôsa em Monção, sabendo-a ali adorada.

Adoecera no corpo, que não na alma.

Os castelhanos tinham arregimentado poderosas fôrças. Comandá-las-ia o marquês de Viana. Antepusera-se aos redutos de S. Luís o forte de Silva, onde se instalara o quartel general. Continha mil infantes com seus mestres de campo Francisco Peres da Silva e Diogo de Brito Coutinho.

Estavam deficientemente guarnecidas Monção, Salvaterra, Caminha, Cerveira, Melgaço, Valença, Lindoso e Lapela. Além da infantaria paga, havia mais dois mil e quinhentos auxiliares sob o comando de Almeida Carvalhais. Abandeirara-se um núcleo de voluntários valorosos, entre os quais figuravam Luís e Simão de Vasconcelos, filhos do general; D. Manuel de Melo, Manuel da Cunha, Matias da Cunha e Francisco Rubim.

No dia 1 de Setembro de 1658 travou-se o combate; oito portugueses ficariam sob o final gasalho da terra com a vizinhança de muitíssimos dos assaltantes em iguais resguardos.

Os cirurgiões tratavam dos feridos numerosos e entre êles figurava Luís de Vasconcelos e Sousa, futuro conde de Castelo Melhor. Tinham caído na luta Manuel Teixeira e André de Abreu, honrando o brio e a bravura da falange môça. Manuel de Melo morreria das feridas recebidas. Caíram duzentos e cinqüenta combatentes nas mãos adversas, mas ficaram no campo trinta oficiais espanhóis.

O general acantonara o seu exército nas serras de Coura e, por aquelas rochas a pique onde a natureza revestia de verdura as profundezas, marchou com os seus soldados fortificando o passo de S. Martinho e a Ponte.

Recolheu mais gente nos fortins de Betelém e na atalaia de Sardoal.

Perdera muita gente; queixava-se à Rainha Regente da falta de socorros e do acolhimento a seus pedidos e requerimentos.

O marquês de Viana não descansara sôbre os troféus. Ganhara postos sôbre Lapela, onde governava Gaspar Lôbo de Lanções, que recolhera mulheres e crianças no amparo das exíguas muralhas. Começara o bombardeio. Lançara-se uma ponte de barcos em Lago do Rei. Os pelouros bréchavam o castelo e o alcaide, ouvindo os choros do mulherio e dos meninos, decidira entregar-se com cento e cinqüenta soldados, munições e víveres. Corriam mal os lances.

O conde, ao saber da derrota, enfurecera-se; o bravo torturado de Cartagena achava poucos todos os tratos espertos para o oficial que pactuara podendo combater.

O chefe das armas espanholas cercaria Monção, cujos muros se encontravam aluídos em grande parte; ganha a vila, onde velava a condessa de Castelo Melhor, já seria possível a reconquista de Salvaterra. Eram fracas as linhas de defesa.

Chegara Outubro e com êle as chuvas.

Um exército bem apetrechado não deixaria de vencer os míseros cubelos de ruím muro de cantaria e sua barbacã. Sôbre o arrabalde, do lado do rio que investiriam, erguia-se apenas uma trincheira de faxina e terra amassada. Para as bandas da campina, vasta e verde, na húmida extensão dos terrenos divididos por anteiras, recortavam-se vagos baluartes que se viam de além com os redutos teòricamente ameaçadores em suas serras.

A tenalha dos ângulos reentrantes e dos salientes, pomposamente denominada forte de S. António, não resistiria às bôcas de fogo. Era esta mal engendrada defesa que pretendia guardar uma fonte de abastecimento. Ficava sob as balas inimigas.

Muitos dos que procuravam dessedentar-se matavam as securas para sempre, pois lá ficavam exhaurindo-se junto das bicas cantantes de fresca água.

No subúrbio mais exposto, os conventos de franciscanos e bentos tornavam-se magníficos alvos. Governava Monção o tenente do mestre de campo general Lourenço de Amorim Pereira. A defesa era difícil. Quási se renunciava à possibilidade de combater com vantagens.

Mal se soubera da perda de Lapela, D. Mariana de Lencastre correra para as muralhas. Chamou Rodrigo Pereira e disse-lhe que mandasse para Vale do Rosal cento e cinqüenta dos soldados do seu têrço, que deviam impedir a passagem do inimigo. Dispôs tudo; procedeu como no tempo em que desbaratara com a artilharia os galegos do prior de Navarra.

Os portugueses atravessaram o rio desejosos de cumprir o mandato da fidalga, mas sofreram a derrota. A grande dama conservava-se nos baluartes de Monção ameaçada pelos terços fortíssimos de D. Baltasar Pantoja. De novo se tornava o exemplo para as mulheres e crianças, que em vez de soltarem gritos e choros, como as de Lapela, insultavam os assaltantes de riba dos muros quási desmantelados, às cavaleiras no rio de águas engrossadas naquele Outubro. Friava. Os espanhóis acendiam as suas grandes fogueiras e esperavam a vitória. Pareciam atentos demónios entre labaredas.



Já no quartel general de Coura se tivera conhecimento que a condessa de Castelo Melhor saíra da praça por instantes ordens. O inimigo não a pouparia e tornava-se dificílima a defesa da vila. Pretendia-se guardar Salvaterra.

A velhice prostrava, com os trabalhos e martírios, o corpo do general, que muito queria àquela conquista. Caíu de cama; as sezões acometeram-no, obrigando-o a retirar-se para Ponte de Lima.

Entrara Novembro; mas jamais falece a beleza da paìsagem na idílica terra que o lindo rio vai acariciando em beijos por entre os arvoredos que o bordam. Dir-se-ia o elegíaco desfilar de uma lenda, ora entoando endechas, ora cantando heroísmos, em molduras de ramarias, musicais pelo sussurro da brisa ou pelo mais rijo sôpro do vento, obrigando os cantares alados, em seus poleiros viçosos, a saüdarem as águas múrmuras em novelas de amor, de guerra e de saüdade.

Neste quadro agonizou o conde de Castelo Melhor (¹), cumprindo os seus deveres de cristão e sorrindo ao sacerdote depois de receber os sacramentos que o ungiam e o consolavam.

(¹) 13 de Novembro de 1658.

O general de artilharia, Nuno da Cunha, mandara prevenir D. Luísa de Gusmão do fim de tão ilustre guerreiro e do perigo que corria a província pela sua morte.

Perdida Monção, ficaria aberta a passagem pelo Minho. Foi ainda uma mulher, Helena Peres, viúva de João Filgueiras, que defendeu a vila assediada seguindo o exemplo da condessa evocadora da alcaidessa de outras idades.



Pelo falecimento de D. Felipa de Vilhena coube à fidalga heroína as honras de camareira-mor. Suas filhas, D. Maria e D. Isabel, foram damas de honor de D. Luísa de Gusmão antes de tomarem os hábitos monásticos. Recebeu o título de marquesa.

No meio dos tormentos da Côrte em que o seu primogénito dominava, a mãe heróica não desmereceu em suas atitudes das tomadas na defesa de Monção. Tôdas as vêzes que a puseram à prova encontraram-na prestes a responder com aprumo e dignidade. Sabia sofrer de cabeça erguida a viúva do torturado de Cartagena, a grande dama que do alto das muralhas da vila cercada repetira, ante os castelhanos, as proezas de Deu-la-Deu. No período em que seu filho, ministro de D. Afonso VI, correu os grandes perigos a que se expõem aquêles que dominam, ela sofreu os ódios da Côrte e a má vontade da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia. Tomando pretexto na sua enfermidade, pois fôra sangrada duas vêzes, para a afastar do Paço, encontrou-a em queixas ao monarca dizendo defender o prestígio da sua dignidade. A soberana «a queria fora de sua casa para ficar à sua vontade, porque sabia quanto vigilante ela era no serviço de Sua Majestade» (¹).

A resposta de D. Afonso VI foi «que não desse nada da Brichota (²), que fôsse e estivesse, e se ela lhe falasse, que lhe cortaria tal coisa com uma navalha».

Expulsa pelo Paço ante a tragédia do reinado, a deposição do Rei, o exílio do ministro e casamento da soberana divorciada com o cunhado, a marquesa calou tôdas as suas queixas e, resignada mas não vencida, voltou-se para o céu à espera do abraço gélido da morte (³).

Ao aplicar-se-lhe, como era moda, o título das comédias espanholas celebradas na época, escolheram para a caracterizar a que se denominava «El valor de las mujeres».

(¹) *Monstruosidades do tempo e da fortuna.*

(²) Nome dado, desdenhosamente, na época, a estrangeiros. Corrupção de *british*, inglês.

(³) Faleceu em 15 de Abril de 1689.



MATIAS DE ALBUQUERQUE

(Conde de Alegrête)

Os donatários de Pernambuco — Acções de um soldado da Flandres e do Brasil — Sua prisão no Castelo de S. Jorge — O general do Alentejo encarcerado na Tôrre de Belém — Vitória do Montijo — Vitórias até à morte



UARTE Coelho Pereira, grande capitão das Índias, recebera como prémio das suas façanhas a capitania de Pernambuco, para onde se dirigiu com gente e fazendas no intuito de colonizar. Em Setembro de 1530, subindo o Iguarassú, derrotou os Potiguares, tríbu de índios bravos aliados aos franceses, e instalou-se na possessão com o firme propósito de a desenvolver (¹).

Acompanhara-o sua espôsa D. Brites de Albuquerque e o cunhado Jerónimo de Albuquerque. A obra começou, custando-lhe tanto a domar os índios como aos degredados que El-Rei lhe enviara para misturar sangue europeu e cristão em tríbus bárbaras e infiéis.

O donatário suplicara ao soberano que o beneficiasse, poupando-o a governar tais indivíduos, pois os bandidos sobrepassavam em número os colonos.

O segundo filho do grande senhor, Jorge de Albuquerque Coelho, nascera em Olinda. Era já um nativo. O pai, ante a beleza do panorama que se desfrutava da terra, exclamara ao vê-la pela primeira vez:

—«¡Ó linda situação para se fundar uma vila!»

E Olinda ficou.

De tal maneira desenvolveu a região aplicando sapiência e trabalho a outras condições de sucesso, à fertilidade do solo, à riqueza das águas, às facilidades da exportação, que foi isento de obediência ao govêrno geral do Brasil quando êle se estabeleceu em 1549.

O primogénito do conquistador e povoador, Duarte de Albuquerque Coelho, estava estudando em Portugal quando seu pai morreu, ficando o govêrno de tão vasto território nas mãos de sua viúva até à chegada do sucessor, que fundaria engenhos, fábricas e lavouras, granjeando título de maior donatário do Brasil.

(¹) A capitania foi-lhe concedida por carta de 10 de Abril de 1534 e teve foral em 24 de Outubro. O donatário era filho de Gonçalo Pires Coelho, senhor de Felgueiras.

Passou seu tio, Jerónimo de Albuquerque, a governador da capitania, e do seu casamento com D. Felipa de Melo, filha de Cristóvão de Melo, houve D. Catarina de Albuquerque e Melo, que se matrimoniou com Felipe Cavalcanti, descendente dos nobres senhores florentinos do mesmo apelido.

O encarregado do govêrno pernambucano foi povoador por conta própria, pois deixou muitos filhos naturais, mas a capitania era pertença de Jorge de Albuquerque Coelho, nascido em Olinda. Herdara-a de seu irmão Duarte.

Na batalha de Alcacer-Quibir, El-Rei D. Sebastião pediu o cavalo ao donatário de Pernambuco e êle negou-lho porque ia acometendo os mouros para salvar a real pessoa e só quando viu o seu combate perdido deu o corcel a El-Rei, dizendo-lhe que lho entregava para que saísse do perigo. Jorge de Albuquerque ficou cativo; pagou avultado resgate e regressou à Pátria opressa pelo jugo espanhol. Apresentava cicatrizes de nove feridas.



Matias de Albuquerque — Conde de Alegrête

(Retrato existente na Galeria Uffizi, de Florença)

Seu filho Duarte de Albuquerque, o quarto senhor de Pernambuco, era opulentíssimo. Casou com D. Joana de Castro, filha do conde de Basto, vice-Rei de Portugal, e do consórcio houveram Jorge de Albuquerque Coelho e D. Maria de Albuquerque e Castro ([1]).



Em 1629 residiam em Madrid os Albuquerques de Pernambuco, muito em vista e honrarias.

Os holandeses tinham fundado a sua Companhia das Índias Ocidentais, lançando-se sôbre a Baía e não ocultando seus propósitos de tomada da região pernambucana, cujo valor e extensão os tentava. Era senhor da capitania Duarte Coelho de Albuquerque, filho de Jorge Coelho de Albuquerque e de D. Ana da Silva, senhora de estirpe de D. Álvaro Coutinho, comendador de Almourol e Golegã.

Tinha o donatário um irmão, Matias de Albuquerque, cujos serviços militares na Flandres o impunham ao conde-duque de Olivares. Nascera em Pernambuco e, ante a ameaça dos batávios, foi nomeado governador da colónia e pouco depois capitão-general do Brasil.

A perda da Baía levara o primeiro ministro de Felipe IV a ordenar ao vice-Rei de Portugal, conde de Basto, sôgro do senhor donatário, que armasse uma esquadra de socorro. Esforçou-se em arranjar alguns navios, que não constituíam elemento de sólida defesa e que Matias de Albuquerque, então em Madrid, conduziria do Tejo. Chegou ao Recife em Outubro de 1629.

Encontrou desmanteladas algumas obras de defesa que mandara fazer quando ali governara. Havia indiferença, mais ainda, desmazêlo, grandes excessos de luxo e desprevenção que pareceram contaminar o governador, pois em vez de tratar da organização da vitória, se acaso houvesse a guerra já iminente, mandara fazer grandes festas em honra do nascimento do Príncipe D. Baltasar Carlos.

Estavam as jubilosas cerimónias no auge quando se teve notícia, por carta de João Pereira Côrte Real, governador de Cabo Verde, da largada da armada holandesa com rumo ao Brasil.

Acabaram os festejos; começou o trabalho da defesa quando a esquadra inimiga dobrou o cabo de Santo Agostinho. Em 14 de Fevereiro de 1630 apareceram setenta velas defronte de Olinda.

Oito mil homens estavam prontos a desembarcar, comandados por Henrique Loncq e Teodoro Weerdemburgh. Matias de Albuquerque aguardou-os no sítio do Pau Amarelo e a resistência que opôs ao inimigo admirou os seus próprios generais.

([1]) Herdou a capitania porque o pai e o irmão ficaram ao serviço de Castela. Casou com D. Miguel de Portugal, conde de Vimioso.

Durante cinco dias se defendeu o forte de S. Jorge, que acabou rendido, como o de S. Francisco.

O guerreiro entrincheirara-se num sítio que intitulou Arraial do Bom Jesus, mas, a-pesar-da braveza dos soldados e oficiais, o Recife e Olinda ficaram em poder dos batávios.

Pernambuco não podia resistir a tanta fôrça; os socorros não chegavam e a Companhia das Índias Ocidentais mandava constantes reforços, apetecendo a riqueza que a conquista representava.

A armada de D. António de Oquendo, na qual ia o general João Vicêncio de Sanfredo, conde de Bagnuolo, surgia como uma esperança. Ia também a bordo Duarte de Albuquerque para tomar conta da capitania. Acompanhavam-no trezentos homens; o séquito era magnífico. Ostentava fausto principesco.

Combateram as armadas e, no fragor da batalha, o almirante batávio Adrião Pater, ao sentir-se perdido, envolveu-se na bandeira da sua República e lançou-se ao mar. As duas esquadras ficaram muito danificadas; eram destroços alguns dos seus navios.

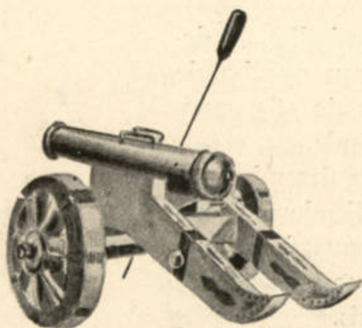
O general português tributara os habitantes de Pernambuco, devendo pagar os mais ricos quarenta mil réis por cabeça ou irem residir no Arraial do Bom Jesus.

O chefe inimigo era Segismundo Van der Sckoppe, que sucedera a Lourenço de Reusbach, morto na campanha. Aquêle cabo de guerra avançara apoderando-se de Iguarassú, de tôda a província do Rio Grande, do Pontal do Cabo de Santo Agostinho e Paraíba. Queria Pernambuco e para o ganhar faltava-lhe vencer o Arraial.

O conde de Bagnuolo foi para Pôrto Calvo enfrentar o inimigo mas abandonou a vila assim que os holandeses desembarcaram; por sua vez Matias de Albuquerque não correspondeu ao que dêle se esperava. Retirou para Sergipe.

Venceu os assaltantes na Baía, mas perdera a colónia de que sua família era donatária.

Em 1635 chegaram novas esquadras; a portuguesa era comandada por D. Rodrigo Lôbo; D. Lope de Hozes chefiava a castelhana. Conduzia-se na almirante espanhola D. Luís de Roxas y Borja, que substituíra o capitão vencido. Ostentava as insígnias de mestre de campo general e esperava pelejar bravamente repetindo os seus feitos da Flandres. Não venceria, mas acabou no campo de batalha.



Já tomara o comando dos holandeses o conde Maurício de Nassau, que ia admirar o Brasil por sua glória de guerreiro, condão de administrador e gentileza de príncipe, pronto a pelejar embora ao serviço dos comerciantes da Companhia das Índias, cujas torpezas o irritariam mais tarde. Podia ter talhado um império para si; preferiu mostrar o seu desprêzo pelos mercantes.

Matias de Albuquerque fôra chamado a Madrid e, depois de repreendido, mandaram-no para o castelo de S. Jorge.

Era acusado da perda de Pernambuco. Jazeu uns cinco anos na fortaleza, até que a revolução da Independência o libertou.

Ao observar o movimento, do alto das muralhas, julgou tratar-se de qualquer desordem de tropas e quisera assestar as peças, mas, ao convencer-se de que sobreviera movimento diferente, retirara-se para o seu quarto e fôra pôsto em liberdade por D. Álvaro de Abranches.



D. João IV, confiando na experiência do cabo de guerra, ganha na Flandres e no Brasil, onde obtivera alguns louros, confiara-lhe o comando do incipiente exército do Alentejo quando a intriga se levantara contra a falta de autoridade militar do seu querido conde de Vimioso.

Durante a ausência do capitão-general das armas, que nunca perderia o seu título, o novo chefe fortificou Olivença com a maestria de consumado engenheiro, sendo essa obra a conseqüência lógica do seu empreendimento em Elvas, onde animara a luta contra os espanhóis.

Coubera-lhe dar as ordens na primeira escaramuça e elevar o espírito das populações com as solenes exéquias do alferes Roque Antunes, o primeiro oficial morto naquela guerra.

O general era o mais activo na luta; sabia conduzir os soldados; recuperara as qualidades de comando que se julgaram extintas durante os seus anos de prisão na fortaleza de Lisboa.

O irmão e os sobrinhos, que continuavam a viver em Madrid, ouviam falar do seu nome como o do vencedor dos espanhóis em Olivença e na linha do Caia.

No regresso do conde de Vimioso, tendo-lhe êste falado dos tratos do capitão António Mexia, que por sua ordem se entendera com os espanhóis, recusara-se a contribuír para o engôdo do inimigo, que devia investir Campo Maior e ser surpreendido pelas tropas do oficial português. Respondera que não eram de fiar espíritos daquele jaez, e, por isso, Isabel de Inglaterra, tendo-se servido de um traidor, lhe pa-

gara pondo-o imediatamente fora de seus Estados, dizendo-lhe que se de novo precisasse de um espião o mandaria chamar.

Campo Maior escapara assim ao ataque de quatro mil castelhanos.

O general, voltando a Elvas, observara as plataformas dos muralhões, já revestidas de madeiras; mascarou nêles a sua artilharia e construíu as defesas com traves erriçadas de puas férreas, «os cavalinhos de frisa», destinadas a receber os embates dos esquadrões adversos.

Continuava-se a reconstrução da praça e os oficiais, mal contendo a vontade de combater, convocavam-se para desafiar os castelhanos, em partidas evocadoras do celebrado Gil Fernandes, honra da cidade e que, havia dois séculos e meio, esmagara muitos ases castelões nas campinas vizinhas de Badajoz.

Lançavam, agora, os desafios aos capitães do marquês de Toral; iam para além dos muros chamá-los às pelejas, aos duelos, às lides. Escaramuçavam a miúde e, algumas vezes, prodigiaram.

O chefe ganhara mais renome; batera os espanhóis no Caia e em Olivença, reconstruíra fortalezas e dispunha-se a prosseguir quando a intriga que envolvia todos os cabos de guerra, tecida com a emulação, o alcançou.

A estada dos Albuquerques de Pernambuco em Madrid prejudicava-o; foi ela o suficiente para se acreditar na possibilidade de se ter cumpliciado na conjura do marquês de Vila Real.

Parece que um dos conspiradores, ao ser interrogado acêrca das opiniões do governador do Alentejo, dissera:

«Seria bom tentá-lo porque ainda que servia nas fronteiras, com grande cuidado, tinha seu irmão em Castela e podiam saber dêle o estado em que ao presente se achava.»

Era tudo quanto se apurara acêrca do cabo de guerra, acrescentando-se que o bispo de Malaca devia tentar aliciá-lo.

O monarca, quando mandara prender os conjurados, dera ordem a Manuel Lôbo da Silva para se dirigir a Estremoz a-fim-de observar as impressões do general.

Confiar-se-ia o seu pôsto a Martim Afonso de Melo ([1]).

O enviado não escrupulizou nas averiguações; disse que Matias de Albuquerque hesitava em dar batalhas formais, no que se viam propósitos reservados. Deviam acusá-lo os mancebos ansiosos de combater, os excitados que a sua acção disciplinadora continha, os despeitados e até os que, de boa fé, acreditavam nos dizeres comuns.

O emissário real nem aguardou a chegada do substituto do suspeito por tão leves indícios, e desdobrando a ordem de captura que D. João IV lhe entregara para o caso de ver confirmadas as desconfianças, apoderou-se do acusado, que, serenamente, lhe passou às mãos os papéis, as chaves das gavetas e os depósitos de dinheiro em seu poder. Espalhou-se, propositadamente, a notícia da prisão e nem um só amigo lhe apareceu.

A turba acorrera a insultá-lo no caminho. Em Setúbal vexaram-no; à entrada da tôrre de Outão viu voltadas para o seu peito as armas que a canalha não erguera, em 1640, contra os espanhóis.

O eco daquela turbulenta raiva, a notícia dos insultos diários lançados da porta da fortaleza, levaram o monarca a ordenar a transferência do general para a tôrre de Belém, onde estavam alguns dos seus indigitados cúmplices.

Os juízes não encontravam bases para o processo. Diziam-lho, constantemente, os que se abeiravam do prêso, que guardava a serenidade de sempre.

Preferia sair do cárcere para o patíbulo, como o marquês de Vila Real, o duque de Caminha e os outros fidalgos, à liberdade sob a menor suspeita.

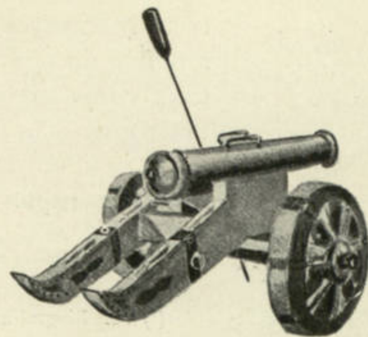
Era um chefe militar, e não se comandam homens quando no espírito dêles pode existir a mais leve dúvida acêrca das intenções de quem os conduz.

Assim o ouviram os magistrados. O doutor Pedro Fernandes Monteiro, juiz do processo, não tinha que o censurar. O réu esperava sentença totalmente absolutória; doutro modo não queria ser liberto.

Um dia apareceu-lhe, com o desembargador, um dos seus companheiros de armas, o nobre D. João de Mascarenhas, filho do conde da Tôrre ([1]); vieram outros e as declarações dos julgadores, a atitude mantida pelo notável militar, as pessoas de categoria que se moviam a seu favor pesaram no ânimo dos magistrados.

Mal o souberam ilibado, chegou o arrependimento ao espírito popular. No dia em que se publicou a ordem de soltura, os presos da tôrre de Belém ouviram, entre os seus muros de pedra, o vozear da multidão acorrida para saüdar o antigo fronteiro do Alentejo.

Ao subir ao côche, ao lado de D. João de Mascarenhas e do juiz, pegara o rastilho das aclamações, que só pararam ao portão do Paço



([1]) Conde de S. Lourenço. Ver Biografias.

([1]) Ver Biografia do marquês da Fronteira.

Real. Liquidava-se com a apoteose a lama dos insultos.

É sempre assim. A populaça não usa meios têrmos: bandidos ou heróis, infames ou santos, miseráveis ou mártires! Os de meia plana, os simplesmente valentes, honestos, cumpridores, só merecem o seu silêncio, quási o seu desdém.

¡As manifestações de rancor para os que condena; as lágrimas de júbilo para os que entroniza!



Estava enredadíssima a intriga entre os cabos de guerra do Alentejo quando Matias de Albuquerque ali chegou, portando-se «como se não houvesse governado pouco antes aquêle exército». O general em chefe era o conde de Óbidos, D. Vasco de Mascarenhas, cujo mestre de campo, Joane Mendes de Vasconcelos, invejava tôdas as glórias.

Falhada a sua emprêsa de Badajoz, o cêrco sem êxito, a-pesar-da tomadia do forte de S. Miguel, foram presos para Lisboa o chefe e o imediato e entregou-se o comando a Matias de Albuquerque.

O destituído, sabendo que êle votara no conselho de guerra pelo assalto da praça espanhola, na qual falhara, preguntara-lhe:

— ¿Agora, Vossa Senhoria tomará Badajoz?

Êle redarguira, singelamente:

— Mal poderei eu intentar emprêsa que Vossa Mercê, sendo tão grande soldado, não pôde conseguir.

Não levantou o cêrco. Ordenara ao monteiro-mor, Francisco de Melo ([1]), que incendiasse Almendral, Tôrre e Albufeira. Os habitantes tinham fugido espavoridos, deixando as lareiras acesas como se quisessem fornecer morrões aos invasores. Só foram poupadas as igrejas e os conventos, que as freiras abandonaram horrorizadas.

O chefe avançara para Olor, vizinha de Olivença, e, mandando atrelar dois meios canhões, pôs-se em marcha contra Alconchel.

Na riba da povoação dominavam as muralhas de um velho castelo mourisco, conhecido dos guerreiros afonsinos quando das fossadas do sul.

Pimpante no seu rochedo, firme, desafiador, parecia inacessível. Despenhadeiros, a pique, formavam a defesa do morro, em cujo tôpo a fortaleza era como uma coroa sagrando barrocais cobertos de piteiras, urzes e silvedos secos pela soalheira.

O senhor de Alconchel, João de Meneses Sôto Maior, marquês de Castro Forte, revestido de suas armas, comandando os seus trezentos soldados, aguardava a investida ousada dos portugueses em terras de Espanha.

Uma capelinha alva branquejava na sombra do castelo e na violência da luz; a serra chispava e os camponeses corriam a abrigar-se dentro dos muros que o exército ia sitiar.

Descia lentamente a tarde quando se fechou o cêrco; uma luz roxa embebia os muralhões, enquanto não se empastava no negrume que envolveria a montanha.

Foi no escuro que Luís da Silva e João Saldanha se aventuraram a galgar os barrancos em direcção à ermidinha, tão perto do castelo que se poderia atingir a tiros de mosquete. Assestaram um morteiro e, a súbitas, irrompeu da treva um leque de fogo.

André de Albuquerque ([1]) atacava as trincheiras da vila e os projécteis, caindo no templo onde se abrigavam alguns paisanos, pô-los em fuga acossados pelos tiros e labaredas. Um frade capucho destacou-se pedindo que o deixassem salvar o sacrário.

Da riba vinha o troar do duelo das artilharias, que causava maior terror pelo desconhecimento dos estragos sofridos de lado-a-lado. Caíam portugueses e espanhóis nas trincheiras, vítimas das balas das peças das suas próprias batarias, e por isso se combinou o armistício por três horas, proposto pelos espanhóis.

Finda a trégua, os que se tinham entrincheirado na ermidinha aproximavam-se do castelo com seus carregos de munições e romperam fogo. O clamor das mulheres e das crianças atroava o espaço e o governador insultava-as, arrependido de lhes ter dado guarida.

Flutuou uma bandeira branca. O general português aceitou o pedido de paz e dispunha-se a estabelecer as condições da capitulação quando lhe anunciaram quererem bater-se até ao fim, tendo a signa sido arvorada sem ordem nem motivos.

Atirara esta resposta orgulhosa o sargento-mor da batalha, João de Pedrassa. Expunha-se heròicamente no fragor da peleja, mas uma bala de mosquete pô-lo fora de combate. Ferido na cabeça, caíra junto das ameias varejadas pela artilharia.

Foi o sinal da rendição; subiam côros de súplicas e a soldadesca, aterrada pela morte do valoroso chefe, acabara por abandonar as armas.

O marquês de Castro Forte assinou a capitulação de Alconchel, deixando os seus homens em poder dos portugueses, saindo com a família, como se estipulara.

O estandarte português arvorou-se no castelo; D. João IV possuía uma praça forte em território inimigo.

D. Rodrigo de Castro foi fazer um reconhecimento a Figuera de Vargas, que ficava a três léguas da vila

---

([1]) Ver Biografia de Francisco de Melo.

([1]) Ver Biografias.



conquistada por Matias de Albuquerque. O governador, D. Gabriel da Silva, entregou a castelania a trôco de lhe concederem o direito de saída com a espôsa.

Seguiu-se a tomada de Vila Nova de Fresnos, que D. Francisco de Geldres procurou defender, tendo por mestre de campo D. Francisco Aguero. O castelo, de perigoso acesso, recebera grande número de fugitivos, pessoas de categoria. Não lhes faltavam mantimentos; profunda e vasta cisterna saciaria as sêdes; as duas peças de bronze dificilmente consumiriam as munições amontoadas nos paióis.

O comandante português avaliou a rudeza do ataque, os mil óbices da emprêsa, mas não desistiu. Havia baixas nos terços porque os soldados tinham bebido águas lodosas. O avanço começou pela horta do marquês de Barca Rôta, senhor da vila, tomando-se a nascente que servia a população. Caíra no assalto um dos capitães mais denodados, Francisco Soares da Cunha, e João de Saldanha recebeu uma bala na perna direita.

D. João da Costa, assestando as batarias num terrapleno, visou a fortaleza, mas sentindo exíguo o material para tão grande cometimento, mandou buscar reforços a Olivença. O governador espanhol jurou não se render, pois não lhe faltavam coragem, víveres e munições.

Atravessaram uma ponte sôbre o fôsso e João Rodrigues de Sá, conde de Penaguião, camareiro-mor, lançou-se contra o inimigo seguido de trinta oficiais. Aquêle fidalgo ficou ferido; outros morreram e os que se salvaram viram, ao romper de alva, cadáveres boiando nas águas esverdinhadas e sangrentas. Continuava o bombardeio. Aparecera um religioso propondo o armistício e D. João da Costa respondeu-lhe tratar com oficiais, nanja com monges. Assinou a capitulação D. Sebastião de Negreiros e o comandante deixou a praça á frente de quinhentos soldados.

Matias de Albuquerque ganhara para Portugal três vilas de Espanha.



Entrara em Ouguela no mais estrondoso pé de guerra o marquês de Torrecusa, que Felipe IV nomeara chefe dos seus exércitos de ataque à fronteira do Alentejo.

Dois mil soldados investiram a praça na qual se defendia Pascoal da Costa. Arrimados os escadões às muralhas e disparando um morteiro contra a porta da fortaleza, nem assim afrouxara a resistência.

O comandante português, ao saber do ataque, mobilizara ràpidamente uma coluna, já não para socorro, vista a atitude dos sitiados, mas destinada ao desagravo.

D. Rodrigo de Castro, com dois mil e quinhentos infantes e duzentos e cinqüenta cavaleiros, recebeu ordem para queimar a vila de Montijo e em seu auxílio, a-fim «de lhe dar calor», marchara o monteiro-mor, Francisco de Melo, com oitocentos cavalos.

A defesa era precária; os portugueses lançaram-se sôbre a vila e começaram o saque; à luz dos incêndios mil cavaleiros fizeram retirar os espanhóis, que não deixaram impune o ataque, pois foram raziar Portalegre.

O governador de Castelo de Vide incendiou Membrilho, auxiliado por Diogo Gomes de Figueiredo, à frente de um esquadrão. Era uma guerra de surpresas ferozes.

Entretanto, o general ia mobilizando o seu exército com os melhores oficiais e cinco mil peões, entre os quais três mil recrutas, mil e cem de cavalaria, seis peças, bagagens e víveres para vinte dias.

Pôs-se em marcha, desejando encontrar as hostes do marquês de Torrecusa; pelo caminho saquearam Vilar del Rey, terra rica que muito os abasteceu; Puebla foi destruída pelo incêndio e Roca de Mansanete devastada. Estava à vista de Montijo, onde o inimigo o encontraria.

Matias de Albuquerque reüniu o Conselho de que faziam parte D. João da Costa, o monteiro-mor Francisco de Melo, respectivamente chefes de artilharia e de cavalaria, e os mestres de campo dos terços Aires de Saldanha, Nuno de Mascarenhas, Silva Teles, Martim Ferreira, David Calem, Estáquio Pique, João Saldanha e Francisco de Melo. Era tenente do mestre de campo general Gomes de Figueiredo.

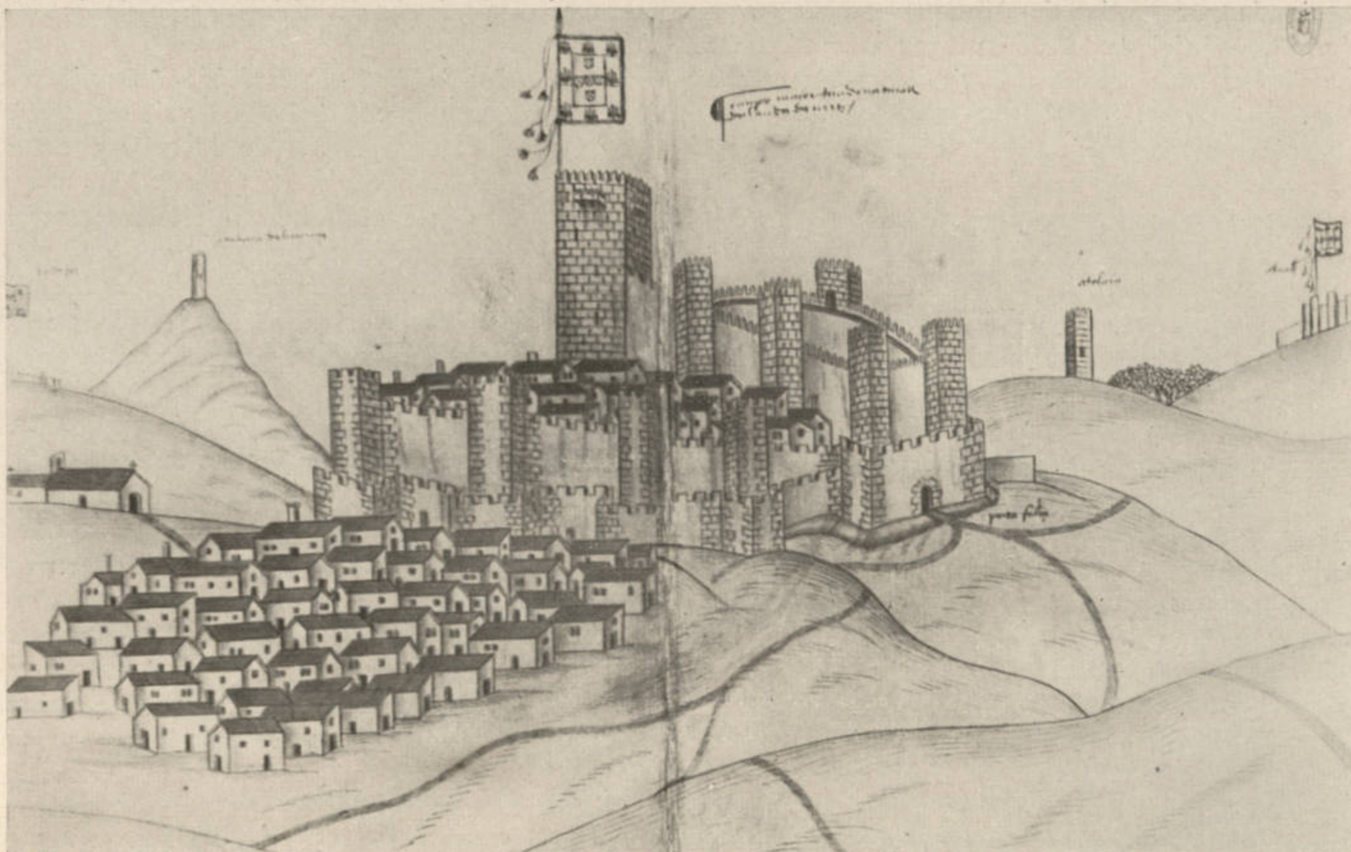
A audácia revoltava até ao máximo o general de Felipe IV, que não podia conceber como os portugueses se adiantavam na Estremadura espanhola com tão pouca gente e já cansada, tomando a pequena povoação como em insulto após as devastações anteriores.

Ordenou então a marcha do seu exército bem apetrechado. Formavam-no seis mil infantes e dois mil e quinhentos cavaleiros, comandados pelo celebrado barão de Molingen, oficial flamengo, que servia denodadamente a Espanha.

A superioridade das suas fôrças, compostas por tropas veteranas e frescas, com artilharia bem municiada, deviam garantir-lhe a vitória.

Eram nove horas da manhã de 26 de Maio de 1644 quando as trombetas anunciaram as avançadas espanholas. As hostes nacionais aguardavam a pé firme a massa de tropas que negrejava numa vasta extensão; um frémito percorrera as fileiras formadas, em sua maioria, por recrutas. Os oficiais aconselharam Matias de Albuquerque a encostar os contingentes a um bosque que lhes serviria de anteparo.

O guerreiro, com a serenidade do seu vigoroso ânimo, volveu que os bisonhos tomariam a mudança



Castelo de Campo Maior

(Do Livro Duarte d'Armas)

à conta de mêdo e os que conheciam o fogo procurariam as razões do desvio. Ali esperaria o embate. Passou revista ao som dos tambores, tímbales e cornetas, e retocando a formatura, mandara encostar uns carros do lado direito, colocando outros à retaguarda como defesa. Sentindo, porém, os novos soldados intranqüilos e agitados mandou que se voltassem os rostos ao inimigo.

Parte do exército ficou a descoberto e no seu aprumo o ilustre militar verificou a artilharia. Depois colocou-se junto da bandeira; o general dirigiu-se gravemente aos que iam batalhar.

Evocava o Deus de Ourique, a tragédia nacional, os sessenta anos de cativeiro, e acrescentara, em marcial retumbância, apontando a mancha negra do exército espanhol:

«Esta é a mesma nação que os nossos antepassados sempre venceram, e estes são os mesmos castelhanos de que, nos anos próximos, em tôdas as fronteiras, temos triunfado.»

Mostrava-os formando uma única linha, em semi-círculo, e prosseguiu:

«Peço-vos que resistais ao primeiro impulso e seguro-vos que tendes vencida a batalha, porque não ficarão ao inimigo reservas donde se torne a formar a confusão dêste primeiro impulso.»

O chefe de guerra, de frases bravas como o clangor dos sons marciais, acrescentou:

«Devo lembrar-vos que, com igual exército ao que temos no campo do Alentejo, venceu o glorioso Rei D. João I, no campo de Aljubarrota, a El-Rei D. João I de Castela, que trazia trinta mil homens.»

E não esquecendo o mais importante dos pormenores, a ausência do general em chefe, apontou a falta:

«Reparai, ùltimamente, que o marquês de Torrecusa fica em Badajoz, não tendo causa que o impossibilite para se achar na batalha mais do que o temor de perder.»

E eram sublimes tais dizeres na manhã de Maio, em terras de Espanha.

Cheirava a esteva e a húmus; subia, mais diluído, o aroma das plantas calcadas pelos cavalos e pelos homens. Voavam pássaros para as ramarias do bosque. Ia cheirar a pólvora; voariam balas.

O general concluía:

«A pelejar, valorosos portugueses, que o inimigo vem chegado; a pelejar, que é o mesmo que mandar-vos vencer!»

O corpo holandês, misturado com as avançadas, e mal tendo compreendido as frases do general, avançara vertiginosamente às ordens do seu capitão, Piper, querendo ser o primeiro no ataque, sendo salvo pelos terços, que romperam a batalha na mais furiosa metralhada de artilharia, seguida pelos dispares dos mosquetes e palanquetas.

Os batávios fugiam arrastando no seu mêdo os

recrutas portugueses. Recuara-se; deixara-se rasgar a massa das tropas sôbre as quais chegava de roldão a cavalaria inimiga, forçando a ala esquerda em terrível desbarato.

O dia avançava toldado pelo fumo da pólvora no ultraje daquele alardo de vitória sôlto pelos espanhóis.



Gaspar Pinto Pestana, comissário geral das tropas, pretendeu ordená-las em batalha, deter os que fugiam sem pelejar.

Os castelhanos perseguiam-nos ousadamente e, apossando-se de alguma artilharia, matavam, iam saqueando cadáveres em alegre algaraviada.

A soldadesca, desorientada, alcançou o bosque, arremessando as armas.

Destroçara-se a linha esquerda, mas a ala direita procurava manter-se. Matias de Albuquerque, perdido o cavalo, de espada nua, investia os que pretendiam atingi-lo.

Era um soldado defendendo a vida, golpe por golpe, e estava prestes a sucumbir quando o capitão francês Henrique de Lamorlé se colocou a seu lado, acabando por ceder-lhe a montada. O bravo general enterrou os acicates nos ilhais do corcel e foi ao encontro de D. João da Costa, que, coberto de suor, afogueado, limpando a espada tinta pelo sangue de um oficial espanhol que abatera, contava apressadamente a razão da derrota: os holandeses em fuga arrastando consigo os recrutas apavorados ao sentirem o pânico dos robustos estrangeiros. Seguira-se aquela balbúrdia, os homens de razão perdida, e êle sem armas, enquanto os vitoriosos mergulhavam no saque em monstruoso regozijo.

Chorava-se de raiva. O chefe encarou o perigo e procedeu à reorganização dos terços. Os oficiais metiam os soldados na forma à espadeirada. Quarenta cavaleiros formaram um corpo de investimento e, quási selvàticamente, em indómito desejo de vencer, preferindo a morte, coberto de glória, à vida deshonrada, o general lançou-se enfurecido sôbre os saqueadores arrastando a peonagem. Não havia medrosos; acabara o pânico.

A atitude de um velho, que não receara morrer e para bem longe espancava os terrores, excitara as almas dos humildes, sempre heróicos ante a braveza e a audácia de um grande chefe.

Nenhum português dos que viram o seu ilustre capitão a pelejar seria capaz de esquecer o caminho que êle trilhava.

E o herói, de pé nos estribos, a espada alta, talhando a passagem no campo coberto de destroços, sentiu-se apoiado pelos oficiais e soldados em lampejos de bravura tão fulgurante como os de suas espadas. Durou seis horas a peleja. Às três da tarde o barão de Molingen deu ordem para se passar o Guadiana.

O general português ganhara a batalha que estivera perdida.

A cavalaria espanhola atravessara o Xévora, num galope pávido. Os comandantes, envergonhados, mandavam alguns alferes espionar, de longe, o campo da derrota, que se metamorfoseara em glorioso quadro de vitória.

Viam os terços alinhados, os carros carregados de feridos, os comandantes felizes e o general a dar ordens para se transportarem os doentes com escoltas. Aguardou que o sol desaparecesse. Vencera. Comandou a marcha para Campo Maior ao tremular das estrêlas.



Tinham-se perdido novecentos homens, entre mortos e prisioneiros, na batalha de Montijo, mas tomaram-se quatro mil e quinhentas armas dos castelhanos fugitivos e que tinham deixado no campo três mil combatentes, entre os quais alguns capitães tão ilustres como os caídos a pelejar por Portugal: D. Nuno de Mascarenhas, Aires de Saldanha, Jerónimo Ferrete, Belchior do Crato e o oficial holandês Storch.

D. Diogo de Meneses, ferido gravemente, arrebatara-se no ataque a ponto de ir caír, trespassado pelas lanças, no meio da cavalaria inimiga. Julgaram-no morto; roubaram-lhe o trajo e levaram-no nu para o hospital de Carmona, vindo «a morrer, em sua casa, das feridas que recebeu na batalha».

O marquês de Torrecusa, ao ver os estandartes murchos nas mãos dos seus homens foragidos, verberou o ministro de Felipe IV, que lhe recusara reforços de soldados da Flandres.

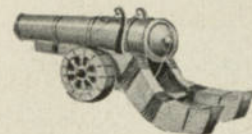
Ordenou, à pressa, mais cinco mil infantes e perto de dois mil cavaleiros. Mandou-os queimar aldeias de além-raia em feroz desafronta.

A batalha campal que iniciava a verdadeira guerra, ao cabo de tanto tempo de luta, irritara o Rei de Espanha, que dissera ao general vencido:

—«¡Barão de Molingen, incendeie, devaste, destrua essa maldita terra de Portugal!»

Obedeceu e, raivosamente, largou fogo a Santo Aleixo e Casara e ia atirar-se contra Moura, bem fortificada, quando soube do avanço das tropas refeitas. Retirou.

A resposta foi o saque de S. Vicente, entre Valência de Alcântara e Albuquerque.



Quando chegou a Lisboa a notícia da



Batalha de Montijo

(Azulejo da Sala das Batalhas do palácio Fronteira)

aos seus generais, não os ajudava. Chegaram as desilusões. Sem a vitória de Montijo e a derrota infligida em Elvas ao orgulhoso marquês de Torrecusa, a guerra do Alentejo não teria passado de uma série de escaramuças, crueldades sem-par ou de combates sem importância.

As desordens não paravam. Os enredos paralisavam as operações. Novamente se indicou o vencedor das últimas batalhas para o govêrno das armas da fronteira, ficando o intrigante Mendes de Vasconcelos na chefia do estado maior. No Conselho, reünido por Matias de Albuquerque, dividiram-se as opiniões acêrca da opção a tentar. D. João da Costa e o jesuíta Cosmander [1], grande perito em obras de engenharia, votaram pelo assalto ao forte de S. Cristóvão; D. Rodrigo da Costa e André de Albuquerque propunham a arremetida contra Telena. O mestre de campo pronunciou-se pelos últimos. Era o empate.

Fôra propositadamente provocada esta decisão com o intuito de levar o Rei a ordenar decididamente a emprêsa de Badajoz. Assentou-se no seguinte conceito: que os cabos de guerra e oficiais maiores do exército deliberando «por eleição própria não descansassem na desculpa de serem mandados».

Sobrelevou a idéia do ataque a Telena e o chefe foi levado a tentá-lo com sete mil e duzentos peões mas não pôde vencer.

grande vitória de Montijo, D. João IV ordenou solene Te Deum e premiou o vencedor com o título de conde de Alegrete, em 1 de Junho de 1644.



A intriga fermentava. O general repelira a grande marcha dos espanhóis sôbre Elvas.

No dia 1 de Dezembro, quarto aniversário da Independência, o conde de Alegrete dispôs-se a fazer frente a doze mil assaltantes comandados pelo conde de Torrecusa. Em vez de se limitar à defesa saíu ao campo e venceu de novo, mas a sua atitude foi condenada e o triunfador viu-se obrigado a pedir licença para tratar de negócios de sua casa. Substituíu-o no comando o conde de Castelo Melhor, que recebera a missão de tomar Badajoz.

Joanne Mendes de Vasconcelos, sempre contrário

O conde de Alegrete, depois de saber que o general conde de Foen Saldanha aquartelara as suas hostes, visto chegar o inverno, dispôs-se a partir para a Côrte, e tendo licenciado alguns terços, dividido guarnições e carreagem, chegou ao seu lar, cansado e desiludido. Desposara D. Catarina Bárbara de Noronha, filha do senhor de Vila Verde, D. Pedro de Sousa.

Recolheu-se, coberto de glória mas também sarjado de desgostos, e, em 9 de Junho de 1647, deixou o Mundo, de-certo sem saüdades, porque tendo alcançado vitórias lhas pagavam como se fôssem derrotas.

Foi sepultado no convento da Trindade de Lisboa.

---

[1] Jesuita João Pascasio Cosmander, flamengo, matemático e engenheiro que serviu Portugal fazendo o plano do ataque a Badajoz e de outros trabalhos, sobretudo de fortificações. Votava no conselho de guerra e o seu grande empreendimento era o forte fronteiriço espanhol. Mais tarde, no ataque a Valência, assaltou valorosamente a muralha e D. João IV muito o beneficiou. Prisioneiro dos espanhóis, converteu-se ao seu partido e ajudou-os com seu talento e experiência. Morreu em 1648, vitimado por uma bala, ao pretender tomar Olivença.

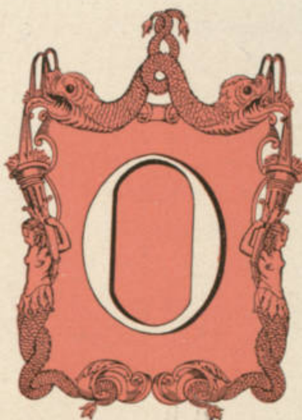


OS MASCARENHAS

I

Primeiro Conde da Tôrre

O descendente do capitão de ginetes de D. João II — Sua acção no Brasil — Castigo infligido pelo Rei de Espanha — A compra do governador de S. Julião da Barra — Inspecção ao exército do Alentejo — Sua prole



REI D. João II teve um grande amigo na pessoa de Fernão Martins de Mascarenhas, seu capitão de ginetes. Era o bravo guerreiro vigilante pela vida do seu soberano, tão ameaçada pelos conspiradores; conhecia-lhe os segredos e antepunha-se entre os inimigos e o Homem. Acompanhou-o a Alvor na sua última viagem em busca de remédio nas águas de Monchique. Caindo o real enfêrmo em desmaio, o amigo, julgando-o morto, mandara pedir as tochas para o funeral. Quem não se perturbava na guerra, perdera o juízo são ante o que julgara o fim do soberano.

Do quarto filho do dedicado servidor do Príncipe Perfeito, D. Manuel de Mascarenhas, comendador do Rosmaninhal, descendeu D. Fernando de Mascarenhas, filho de outro D. Manuel de Mascarenhas, soldado de Alcacer-Quibir e depois governador de Mazagão, casado com D. Francisca de Ataíde, irmã do primeiro conde da Atalaia ([1]) e neta do conde da Castanheira ([2]).

Grande capitão de mar e guerra, foi o representante de tão alta estirpe, comendador da Tôrre, de Fonte Arcada e Rosmaninhal, morgado da Gocharia, capitão-general de Ceuta e de Tânger, onde demonstrara valor digno dos antepassados.

Em 26 de Julho de 1638, Felipe IV amerceou-o por tantos serviços conde da Tôrre, entregando-lhe o comando da armada que devia socorrer o Brasil invadido pelos holandeses. Compunha-se a esquadra de dezanove galeões, oito portugueses e onze espanhóis, tripulados por seis mil homens de marinha e desembarque.

O ilustre cabo de guerra, sabendo que na Baía

([1]) D. Francisco Manuel de Ataíde, descendente de El-Rei D. Duarte.

([2]) D. António de Ataíde, filho de D. Álvaro de Ataíde e de D. Violante de Távora, neto paterno dos Atouguias e materno dos Prados.



1.º Marquês de Fronteira

(Figura da Sala das Batalhas do palácio Fronteira)

se encontravam mais dezassete navios com mil cento e cinqüenta homens, foi buscá-los para melhor acometer Pernambuco onde os batávios se acantonaram.

O conde da Tôrre perdera muito tempo a reünir os reforços que o governador do Estado lhe entregara. Só em Novembro de 1639 se considerou apto para o ataque e saíu da Baía com os seus oitenta e seis navios, apetrechados com oitocentas peças e guarnecidos por doze mil homens.

D. João de Vega comandava os navios espanhóis e D. Rodrigo Lôbo os portugueses, cabendo vinte e sete velas à chefia de António da Cunha e Andrada. Eram estas as dos Açôres e Brasil. Trinta e nove transportes seguiam a frota que os ventos contrariaram atrasando quási dois meses a sua rota.

O almirante holandês Willem Corneliszoon Loos, levando por subalternos Jacob Huyhens e Alderik, ofereceu combate aos já tão provados barcos portugueses cujas tripulações e tropas iam devastadas e doentes em virtude dos horrores da travessia.

O inimigo apresentava-se a combater com quarenta e um navios guarnecidos por mil e seiscentos marinheiros e mil e duzentos soldados frescos, saídos de Pernambuco, bem armados e após grande descanso.

Opunha-se-lhes a esquadra na qual navegava a enfermidade e a canseira. Travou-se a batalha que, começando junto da ilha de Itamarica, foi arrastando os combatentes pela Paraíba ao Rio Grande.

Nos primeiros dias de peleja, que duraria seis, morreu o almirante Loos; Huyhens, que lhe sucedeu, não conseguiu vantagens, mas à fôrça de lutar, aproveitando bem as qualidades dos seus navios, mais leves, de construção apropriada para aquelas emprêsas, fêz um esfôrço violento e acometendo o galeão do conde da Tôrre levou-o de vencida, quási desarvorado, até se abrigar nos rochedos de S. Roque. Redobrou a tempestade, que parecia aliada dos batávios, e impelindo os barcos meio destroçados, arrastou-os para longe. Naufragaram uns; andaram outros ao sabor das ondas, lançando os tripulantes no desespêro, porque os venceu a fome e a sêde.

O que fôra, em grande parte, obra dos elementos atribuíu-o o conde-duque de Olivares a erros e imperícias do conde da Tôrre e dos seus tenentes, como se os navegadores e guerreiros da Invencível Armada de Felipe II pudessem ser culpados de uma das mais formidáveis derrotas navais da época dos Áustrias, produzida pelas terríveis procelas.

Demitido do pôsto e do título, encerrado em S. Julião da Barra, o fidalgo soube da vitória da revolução de 1640 e começou a tratar da entrega da fortaleza com Fernando de la Cueva, seu governador.

Segundo as primeiras notícias recebidas em Espanha, preparara seu feito do seguinte modo:

«Estava preso en San Gian por no haber tan buena cuenta com del se esperaba, sabendo la revuelta de Lisboa y enviando le el duque de Berganza perdon e grandes ofertas, e el e los del castillo dijeron no conociam otro señor y rey se nó a S. M. el rey D. Felipe.

«Alzó banderas por S. M. de noche y animó la gente que habia a la defensa: tienen los del castillo municiones y alguna gente y bastimentos para este mes. Luego avisaron al gobernador de la Coruña les envió socorro lo qual se hara siendo Dios servido y se este puesto se conserva tendián bien que hacer los amotinados.

«Hále S. M. perdonar e mandado quemar el processo que contra ele se iba haciendo confirmando se las mercedes hechas que se le habian revocado y ofreciendo le otras de nuevo.» (¹)

Fôra bem diferente a acção do prêso, conforme outros cronistas referiram (²):

«D. Fernando Mascareñas fue el que se dirijió al castellano y le hizo entregar le a fortaleza prometiendo le, en nombre del nuevo rey, una quinta que fué de Diogo Suarez, un habito de Christo y 2500 ducados.» (³)

Eis a verdade. O prisioneiro, sabendo, por inter-

(¹) *Memorial Histórico Espanhol.*

(²) Fr. António Seyner — *História del levantamiento de Portugal.*

(³) Segundo o *Mercúrio*, computou-se em 4 000 cruzados a paga da traição.

médio de sua espôsa [1], que triunfara a revolução, peitou o governador de S. Julião da Barra, D. Fernando de Lacueva, que, não querendo dar total aspecto de vergonha ao seu acto, pedira para se fingir ataque à tôrre, rendendo-se por semelhante estratagema e recebendo o preço da traição. Em 12 de Dezembro se liquidou aquêle tratado entre o prêso e o carcereiro, que traíra a sua bandeira.

Havia na praça seiscentos soldados, munições e mantimentos para muitos meses. Quando o duque de Maqueda, almirante da esquadra espanhola, quis socorrer a fortaleza, já ela fôra vendida, governando-a, por Portugal, D. Francisco de Sousa, depois conde do Prado.

Sendo muito vitoriado e querido o conde da Tôrre, El-Rei D. João IV encarregou-o de ir ao Alentejo avigorar o exército em cujas fileiras a intriga fazia mais estragos que pròpriamente o inimigo.

Seria membro dos conselhos de guerra e do Estado e também presidente do Senado da Câmara de Lisboa.

Chegara à fronteira com Gregório de Valcassar para fazer as reformas necessárias independentemente do general Martim Afonso de Melo, que governava as armas e invalidou postos de oficiais promovidos indevidamente; deu seguimento a requerimentos de outros em desejo de acêrto, no qual muitos quiseram ver o propósito de ferir o comandante do Alentejo, que passou, nesse ano, ao govêrno do Algarve.

O conde da Tôrre, regressando a Lisboa, muito quis aos seus cargos nos Conselhos. Seu filho D. Manuel foi assassinado por D. Diogo de Eça, que o «achara em sua casa falando com sua irmã, D. Helena, e por se recusar recebê-la logo; galanteio que havia tempo durava e de que D. Diogo havia dias que tinha a suspeita».

Era o primogénito da grei o que devia herdar o título, já ganho por valentia de soldado além do direito pelo nascimento.

Os Eças, cuja parente conspurcara, pertenciam a velha estirpe, pois provinham do Infante D. João, filho de D. Pedro e D. Inês e de D. Maria Teles de Meneses, irmã de D. Leonor Teles.

D. Fernando de Eça, filho de ambos, senhor da vila do seu apelido, na Galiza, tivera grande geração, pois se lhe atribuíram quarenta e dois filhos, entre legítimos e bastardos, e dos quais nasceram capitães valorosos, navegadores, prelados, abadessas, tôda uma heráldica fronde que não envergonharia os Mascarenhas.

Não quisera o sedutor cumprir o seu dever e fôra vítima do irmão da afrontada.

O pai do assassinado colocou tôdas as suas esperanças em seu filho D. João de Mascarenhas, que ainda viu casado com D. Madalena de Castro, filha de Francisco Sá e Meneses, terceiro conde de Penaguião, e de D. Joana de Castro, filha de João Gonçalves de Ataíde, sexto conde de Atouguia, e de sua espôsa D. Maria de Castro, da casa de Martim Afonso de Miranda.

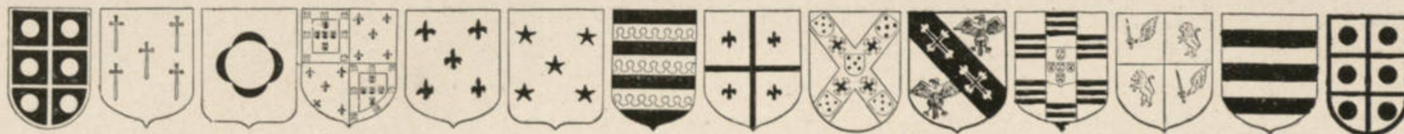
Aliava-se a família igual à sua e isto bastaria ao grande senhor para se consolar na hora da morte, que não tardou, pois faleceu em 9 de Agôsto de 1651, onze dias após o consórcio do seu sucessor, que contava dezóito anos.

Vinte meses depois finava-se a viúva do intemerato capitão de Tânger, Ceuta e do Brasil, do reformador do exército do Alentejo, que servira tão bem D. João IV como o seu antepassado Fernão Martins de Mascarenhas, capitão das guardas de D. João II, ao amo que lhe morrera nos braços.



---

[1] D. Maria de Noronha, filha de D. Luís Lôbo da Silveira, senhor de Sarzedas, e de D. Joana de Lima, filha de D. Diogo de Lima, comendador de Vitorinho, e que faleceu em Março de 1653, tendo-lhe dado a seguinte geração: D. Manuel de Mascarenhas, que morreu em dramáticas circunstâncias a 7 de Fevereiro de 1649, depois de ter servido na guerra. Sucedeu na casa seu irmão D. João de Mascarenhas, que seria o primeiro marquês da Fronteira. Os outros filhos do conde da Tôrre foram D. Pedro e D. Jerónima, que morreram em crianças; D. Francisca, dama do Paço de Madrid; D. Eufrásia, casada com o conde do Prado, depois marquês das Minas; D. Helena, espôsa do segundo marquês de Nisa, D. Francisco da Gama e D. Margarida, que se matrimoniou com o primeiro conde de Assumar, D. Pedro de Almeida, vice-rei da Índia.



OS MASCARENHAS

II

Segundo conde da Tôrre, primeiro marquês da Fronteira

Valorosa atitude em Campo Maior e Linhas de Elvas — Ameixial e Montes Claros — Favorito do Infante D. Pedro — Suas ambições e prisão — O marquês da Fronteira e a sua vila — Grão Prior do Crato, na ordem de S. João de Malta



M 1657 era mestre de campo no Alentejo o segundo conde da Tôrre, D. João de Mascarenhas, que ocuparia um grande lugar na guerra e na política da sua época.

Pertencera à coluna que partira em socorro de Olivença, tendo provado sua grandeza de ânimo e valor assinalado na escaramuça da defesa de Campo Maior. O duque de S. Germano, com mil e oitocentos cavaleiros, saíra de Badajoz embarcando-se na Godinha, perto da praça forte que desejava tomar.

O conde da Tôrre assumiu o comando da cavalaria e batalhou tão bravamente que venceu os castelhanos, tendo ficado no campo muitos soldados e oficiais inimigos e entre êles D. Diogo Beltran.

Cresceu o prestígio do fidalgo.

No ano seguinte estava a bater-se nas Linhas de Elvas, como já batalhara no cêrco de Badajoz, em Mourão e Campo Maior, cujo govêrno lhe coubera.

Seu tio, Fernando da Silveira, decidiu acompanhar o tenente Russo em sortida de poucos cavalos contra numerosos adversários. Debalde o conde da Tôrre e D. Luís de Meneses lhe pediam que não ousasse o empreendimento. Teimou, ficando no campo. Os outros oficiais atiraram-se para a peleja. Caíu o cavalo de D. João de Mascarenhas, que ardidamente se batera ao lado dos seus amigos D. João da Silva, D. Luís de Meneses, Luís Lôbo e José Passanha.

Ao verem-no desmontado, os castelhanos acometeram-no em fúria, mas defendeu-se com tal bravura que, rechaçando-os, pôde ser socorrido por António Heitor, Francisco Velho da Fonseca e Manuel Gonçalves, soldados voluntários, que lhe deram aso para a desforra. Montou novamente e foi combater a-pesar-da grande ferida que recebera no alto da cabeça e das lesões sofridas pela queda. Recolheu-se, então, à praça, mas pouco tardou que voltasse a pelejar, reconhecendo-se-lhe os grandes méritos.

Morreram na batalha o ilustre e esforçado general de cavalaria André de Albuquerque, os capitães João Ferreira da Cunha e André Gatino, dez capitães de infantaria, dez alferes e cento e dez soldados. Cita-



Batalha das Linhas de Elvas

(Azulejo da Sala das Batalhas do Palácio Fronteira, reproduzido por autorização do senhor conde da Tôrre — Fotografia do senhor dr. José Cassiano Neves)

ram-se, entre os oficiais mais atingidos, os condes de S. João ([1]) e da Tôrre, Simão Correia da Silva, Bartolomeu de Azevedo Coutinho, António Galvão e o tenente de mestre de campo general Ascenso Álvares Barreto, Luís Francisco Barrem, quatro sargentos-mores, um ajudante de tenente, vinte e três capitães de infantaria, oito ajudantes, vinte e três alferes, trinta e dois sargentos e seiscentos soldados.

Ao chegar a Lisboa a notícia da vitória ([2]) assistia El-Rei ao sermão da festa do Sacramento, promovida pela nobreza em Santa Engrácia; prègava o padre Próspero dos Mártires, cónego de Santo Agostinho, e não se conteve o júbilo. O povo acompanhou o monarca ao Paço, celebrando a glória do conde de Cantanhede e dos seus heróicos companheiros, entre os quais se contava o conde da Tôrre.

O vencedor, elevado a marquês de Marialva, conhecia o capitão das Linhas de Elvas como um bravo que bem devia ganhar o pôsto de alto comando da cavalaria depois de suas novas provas de mestre de campo general em Entre-Douro-e-Minho. Preteriria Afonso Furtado de Mendonça, capitão ilustre, mas é costume dos chefes ofenderem quem mais os pode emular em benefício dos menos aptos para os cargos. Não era o caso do conde da Tôrre, mas fôra mal visto o procedimento do marquês de Marialva para com o outro cabo de guerra.

O recém-nomeado garantiu com o valor a crítica feita à sua volta. Deu grande conta de si e embora tivesse cargo na Côrte, naquele ano de 1663, ainda pediu para servir na guerra todo o tempo que não fôsse preciso em Campo Maior. Afonso Furtado também o acompanhou. Coubera-lhes o comando da cavalaria, respectivamente na retaguarda e na vanguarda na marcha para a defesa de Évora atacada.

Era chefe do exército o conde de Vila Flor e o conde de Schomberg mestre de campo general. A capital do Alentejo estava ameaçada de D. João de Áustria, que viera à frente de poderosíssimo exército.

No combate do Canal e nos diversos encontros que lhe sucederam, o filho dos Mascarenhas mostrou o máximo brio ([3]).

Chegaria o grande momento do conde da Tôrre afirmar, mais uma vez, o seu valor.

Foi na batalha do Ameixial, vitória do conde de Vila Flor obtida sôbre D. João de Áustria. O general espanhol apeara para falar aos soldados, e julgando conduzi-los depois da exortação, viu parte dêles abandonar uma eminência onde se tinham colocado e, ante a abalada, o Príncipe largou para Arronches.

([1]) Luís Álvares de Távora, terceiro conde de S. João da Pesqueira e primeiro marquês de Távora por carta de 18 de Agôsto de 1669.

([2]) A batalha deu-se em 14 de Janeiro de 1659.

([3]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

D. João de Mascarenhas acicatou o cavalo e, galgando o outro outeiro, deu o exemplo que obrigou os espanhóis a abandonar a posição, a-pesar-de bem guarnecida. Conduzia terços de Lourenço de Sousa Meneses, Sebastião Correia Lorvela, D. Diogo de Faro, Miguel Barbosa da Franca, Simão de Vasconcelos, do mestre de campo Roque da Costa Barrento e o de Pedro de Mascarenhas. Avançaram, também bravamente, os esquadrões de Aires de Saldanha, Aires de Sousa, D. Manuel de Saldanha e Paulo Homem. O conde prodigiou «havendo procedido com tanto ardor e resolução que passando o seu empenho de cabo a soldado particular lhe feriram o cavalo pelejando» ([1]).

Voltou a formar novo corpo de ataque com os seus terços e coroou o monte. O conde de Schomberg, que aparecera irritado ante a manobra, acabara por felicitar o comandante e os oficiais pela brilhante atitude na luta e marcialidade na vitória.

Depois da batalha, o conde de Vila Flor procurara o conde da Tôrre e Afonso Furtado de Mendonça para os elogiar, bem como aos outros oficiais e aos soldados. Também felicitou Denis de Melo e João da Silva, abrindo, finalmente, os braços ao conde de Schomberg ([2]), que muito lidara naquela batalha. Em Montes Claros foi o conde da Tôrre general de uma das linhas, assegurando seu valor ([3]).



No ano seguinte galeava na Côrte o conde da Tôrre, a quem aplicavam o título da comédia espanhola, então em voga, *D. Floriel de Niquea.*

No processo de nulidade do matrimónio de

([1]) Existem nos magníficos jardins e no palácio Fronteira, em S. Domingos de Benfica, algumas alegorias em formosos azulejos dificilmente identificáveis. Ao que julgamos, representam, os dessa categoria, generais das guerras da Restauração. Também se encontra na Sala das Batalhas um outro em que figura o antepassado dos actuais condes da Tôrre, senhores da histórica moradia, o bravo D. João de Mascarenhas, segundo conde da Tôrre e primeiro marquês da Fronteira, por carta régia de 7 de Janeiro de 1670.

([2]) Frederico Armando, conde de Schomberg, era alemão, serviu em França e no exército português, prestando enormes serviços, obtendo, porém tardiamente, a chefia dos exércitos, depois de ser nomeado general das tropas estrangeiras, no que não afrontava o brio dos cabos de guerra portugueses. Foi conde de Mértola em Portugal e marechal de França.

([3]) A batalha de Montes Claros travou-se em 17 de Junho de 1665.





MARQUÊS DE FRONTEIRA

(Reprodução de um quadro existente na Galeria Uffizi, de Florença)

D. Afonso VI o conde da Tôrre, que então contava trinta e três anos, depôs acêrca da ida da Rainha para o convento da Esperança com tanto segrêdo:

Emquanto ao intento que a trazia e que da cautela que S. M. põe nesta acção presume elle conde que S. M. quiz evitar o perigo que corria, se fosse presente a el rei N. Sr., e que para elle conde fazer este juizo se funda na condição de S. M. pois é fama publica que S. M. el rei N. Sñ., por ser assistido de condição colerica, é impaciente em suas acções, inclinado sempre á parte rigor, se haveria nesta materia sem aquelle soffrimento, paciencia e moderação que se deve ao respeito da rainha N. Sr.ª, e ao procedimento da justiça.

Declarou mais elle, dito conde, que a experiencia que tem da condição colerica de el rei, N. Sñ., foi pelo ver algumas vezes proceder com ira em materia de menos consideração, e ouvir queixas de alguns creados que lhe assistiam da violenta condição de S. M.

E assim disse mais, elle conde, que o haver referido acima que sabia que S. M. a Rainha, N. Sr.ª, se viera com segredo para este convento fôra porque ouvira em comum e em particular aos officiaes da rainha N. Sr.ª e alguns da casa de el rei N. Sñ. e a muitos dos seus ministros, os quais não souberão desta resolução senão depois que S. M. a rainha se recolheu neste convento da Esperança, etc. [1].

[1] *Causa da Nulidade do Matrimónio*, etc.

Êste fidalgo e o conde de S. João ganharam enorme valimento no ânimo do Infante, que ao assumir a Regência, tendo enclausurado o irmão e desposado a cunhada, os ouvia como se não pudesse dispensá-los.

Os pasquins aconselhavam:

Se o Príncipe governar
quiser com satisfação,
meta o S. João na Tôrre
e o Tôrre em S. Gião. [1]

D. Pedro continuava a consultar os dois capitães ilustres e conselheiros. O conde da Tôrre mandara construir no Morgado Novo, na encosta de Benfica [2], um magnífico palácio que talvez servisse de pôsto de caça e de repouso ao Regente. Possìvelmente ali se alojaria quando vinha de Queluz, monteando até Monsanto, em cujas terras, cobertas de matagal, abundavam as perdizes, os coelhos e as lebres.

O Infante andava sempre naquele divertimento, escolhendo, de vez em quando, a grande coutada de Pancas. Em Novembro de 1668 por lá estivera cinco dias, tendo ficado no Paço da Ribeira o seu grande amigo duque de Cadaval. Diziam que se encarregara da guarda de D. Afonso VI, mas fingindo assistir na mordomia da Rainha.

O conde da Tôrre, por muito valido de Sua Alteza, pensara suceder ao banido ministro conde de Castelo Melhor, mas levantou-se imediatamente grande oposição. Apareceram as qualidades do soldado; negaram-lhe as de político e sabedor dos negócios de Estado. Semelhante atitude causara-lhe desgôsto, pois muito acreditava na amizade do Príncipe, que não podia, porém, elevá-lo tão alto contra os ditames da Côrte.

Já o seu émulo, conde de S. João da Pesqueira, igualmente considerado favorito, fôra mal ferido nas intrigas e pedira licença para ir ver as suas terras. Julgava que o deteria o afecto do Regente, mas a permissão, conferida com rapidez, demonstrou o contrário, e o fidalgo partiu para o norte com demora, não deixando saüdades.

[1] Referia-se à tôrre de S. Gião ou S. Julião da Barra.

[2] A edificação do palácio Fronteira data do fim do século XVII, mas a capela já existia em 1548. Na Sala das Batalhas da referida residência há cinco portas e outras tantas janelas, sôbre as quais figuram os bustos de D. Fernão de Mascarenhas, senhor de Lavre, comendador de Mértola e Almodôvar, alcaide de Montemor-o-Novo e de Alcácer do Sal, capitão dos ginetes de D. João II; D. Manuel de Mascarenhas, chefe da casa; outro D. Manuel de Mascarenhas, comendador do Rosmaninhal, cognominado o *Espada Cortadora*, governador e herói de Arzila; D. Fernando de Mascarenhas, que morreu em Alcácer-Quibir, e D. Manuel, que ficou ferido naquela batalha: o primeiro conde da Tôrre, o bravo de Tânger e do Brasil; o segundo marquês da Fronteira, que comandou a vanguarda do Marquês das Minas na marcha sôbre Madrid; o terceiro marquês D. João de Mascarenhas e os seus sucessores no título, D. Fernando e D. José, e o conde de Coculim, D. Francisco de Mascarenhas. Destaca-se o primeiro marquês de Fronteira, segundo conde da Tôrre, o bravo D. João de Mascarenhas.



Não ficara de melhor sombra o conde da Tôrre, a-pesar-da partida de quem o podia estorvar no espírito do amo. Passou a viver aborrecido e perturbado a ponto de, estando na Sala dos Tudescos, puxar da espada e ferir um mercador abastado que lhe tocara no pé. O Regente ordenou que o prendessem; escondeu-se, não dando ocasião ao corregedor da Côrte para o haver às mãos e foi perdoado. Correu, depois, o exagêro. Assegurava-se que D. Pedro o nomearia secretário da puridade. Teriam influído a seu favor o padre António Vieira e o reverendo Manuel Fernandes, também jesuíta, o que levantou grande celeuma contra o insigne prègador. Espalhara-se imediatamente ter o Santo Ofício ordenado o cumprimento da penitência lavrada no tribunal do Santo Ofício de Coimbra. Saíram ambos do Paço: o genial padre castigado sem respeito pelo seu valor; o companheiro, menos lembrado ainda, a-pesar-de ter sido quem ajudara a partida de D. Afonso VI, para o castelo de Angra.

O Regente não deixou, durante muito tempo, o valido, conde de S. João, sem lembranças suas e nomeou-o marquês de Távora, e pouco tardou em recordar o outro favorito.

Amerceou o conde da Tôrre marquês da Fronteira, vila de El-Rei, sendo, por isso, preciso o consenso dos habitantes, que não o admitiram. Mandou-lhes Denis de Melo a convencê-los. Não obteve o menor êxito e antes sentiu que, por sua teima, o desrespeitariam. O Infante firmou a ordem de recebimento do novo senhor e a população, que era de oitocentas pessoas, curvou-se à obediência na sua vila murada, falta de águas, árida.

Rebentara, de seguida, grande questão na Côrte com o marquês de Távora, o que lhe apressou o fim. Como o marquês de Gouveia, embaixador em Madrid, pedisse licença para vir ao Reino, pretendeu-se substituí-lo pelo marquês da Fronteira, que embaraçava muita gente na Côrte pelo grande lugar que tomava. Recusou o que parecia mercê e era traça de seus rivais. Não trocou pela embaixada o valimento que havia e gozou até que, tendo enviüvado, em 10 de Setembro de 1673, se afastou da política.

Era mestre de campo general da Côrte e província da Estremadura, gentil-homem da Câmara, vèdor da Fazenda, membro dos Conselhos de guerra e do Estado. Quis ser grão-prior do Crato, na ordem de S. João de Malta. Nomearam-no e, poucos dias depois, morreu [1].

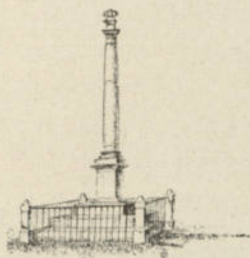
Sucedeu-lhe no título seu filho D. Fernando, que seria capitão-general do Algarve [2], governador da Beira, comandante da vanguarda do exército do segundo marquês das Minas, que entrou em Madrid no ano de 1706, como se o destino o mandasse vingar as afrontas infligidas ao avô pelos espanhóis destituindo-o da patente e título e encerrando-o na tôrre de S. Julião da Barra.

A prole honrar-lhe-ia o nome ilustre por sua ascendência e façanhas guerreiras.

---

[1] 16 de Setembro de 1681.

[2] Casou com D. Joana Leonor de Toledo e Meneses, filha de D. Jerónimo de Ataíde, sexto conde de Atouguia, e da condessa D. Leonor de Meneses, filha de D. Fernando de Meneses, comendador de Santa Maria de Castelo Branco. Foi grande a prole dos segundos marqueses da Fronteira, que houveram: D. João, terceiro marquês do título; D. Francisco; D. António e D. Luís, eclesiásticos; D. José e D. Jerónimo, finados na infância; D. Leonor de Meneses, que desposou o segundo conde de Sant'Iago, Aleixo de Sousa Silva e Meneses; D. Madalena, D. Maria, D. Isabel e D. Inocência, religiosas, além de D. Luísa e D. Teresa, falecidas em meninas.

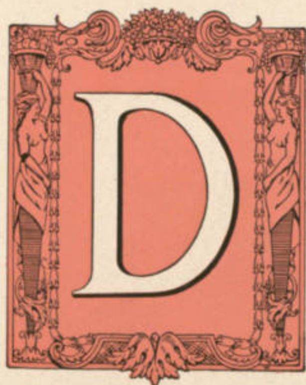


«NÃO SE DEVE PERDER O COSTUME PORTUGUÊS DE POUCOS VENCEREM MUITOS...»

D. JOÃO DA COSTA

Conde de Soure

O capitão-general de artilharia do Alentejo — Sua brava acção — Divergências com o Príncipe D. Teodósio — Embaixador em Paris — A política do cardial Mazarino — Exclusão de Portugal do Tratado de Paz com a Espanha — Regresso ao reino com o conde Schomberg



DOM João da Costa vivera desde criança em Madrid, sendo pajem da Rainha D. Isabel, espôsa de Felipe IV, agradando-lhe muito e tendo-o por braceiro. Mostrava gentileza e são juízo a-pesar-da pouca idade, pois aos catorze anos já governava, em Lisboa, a sua casa assistido por velhos e fiéis servidores [1]. Aos vinte e nove merecia muita importância não só da parte da Duquesa de Mântua, governadora de Portugal, mas ao próprio soberano, que lhe escrevia, em 31 de Dezembro de 1639, convidando-o para grande cargo de confiança, visto estar acesa a guerra da Catalunha. Eram amigos e distintos os têrmos da real missiva, na qual Felipe IV expunha os desastres sucedidos, a guerra dentro da própria Espanha, e para isso era «servido de mandar resolver que por todos assy neste como nos mais meus Reynos se fação levas de gente com pretexto firme e infallivel de que hade estar posta em Catalunha donde se recea a mayor invasão e se hade obrar a facção a principiar da primavera que vem sendo esta gente vestida, armada e posta em Catalunha á custa dos mesmos vassalos no dito tempo.» [1]

Indicava-lhe que juntasse as levas em Miranda, Almada, Elvas e Serpa.

A vice-Rainha mandara-lhe missiva do monarca, que pedia para o acompanhar na viagem a Aragão,

[1] Nascera em 1610. Filho de D. Gil Eanes da Costa, estirpe nobilíssima provinda dos godos, figurando Gonçalo da Costa entre os ricos-homens de D. Afonso Henriques. O pai de D. João da Costa foi embaixador de D. João III junto de Carlos V e ministro do Despacho durante a regência de D. Catarina. Casara duas vêzes, mas só do segundo matrimónio, o celebrado com D. Joana da Silva, filha de D. Felipe de Sousa Lôbo e de D. Felipa da Cunha, houve descendência. O terceiro filho foi D. João, o herdeiro por morte dos irmãos.

[1] Carta de Felipe IV para D. João da Costa. B. N. L., mss. 6916.



D. João da Costa

(Quadro de A. Melo, existente no Museu Militar)

dizendo-lhe: «Quanto sentimento recebereis se eu bolbesse os olhos para o cavalo sem haverdes chegado, o que não creio sucederá advertido do tempo da minha partida» ([1]).

Passara um ano depois que o Duque de Bragança escrevia, de Almada, a Felipe IV agradecendo-lhe deixá-lo ir para sua casa, oferecendo-lhe seu préstimo, esperando que lhe desse «occasiões que ouver de Eu acudir ao seu serviço» ([2]).

D. João da Costa conhecia muito bem o poder espanhol, por sua inteligência e ofício, e por isso, ao ser convidado para a reünião dos conspiradores de 1640, lançou suas reflexões e avisos, que iam fazendo falhar a revolução, embora depois do imprudente discurso tivesse cumprido corajosamente o seu dever. Não pretendera alarmar, mas prevenir; encontrá-lo-iam, porém, se teimassem no intento. Fôra dos que aparecera à vice-Rainha a recordar-lhe a sua qualidade de português; juntamente com João Rodrigues de Sá tomara os galeões de Espanha surtos no Tejo e, após a aclamação de D. João IV, recebeu o pôsto de mestre de campo general no Alentejo. Coubera-lhe a honra de ser o primeiro no difícil encargo.

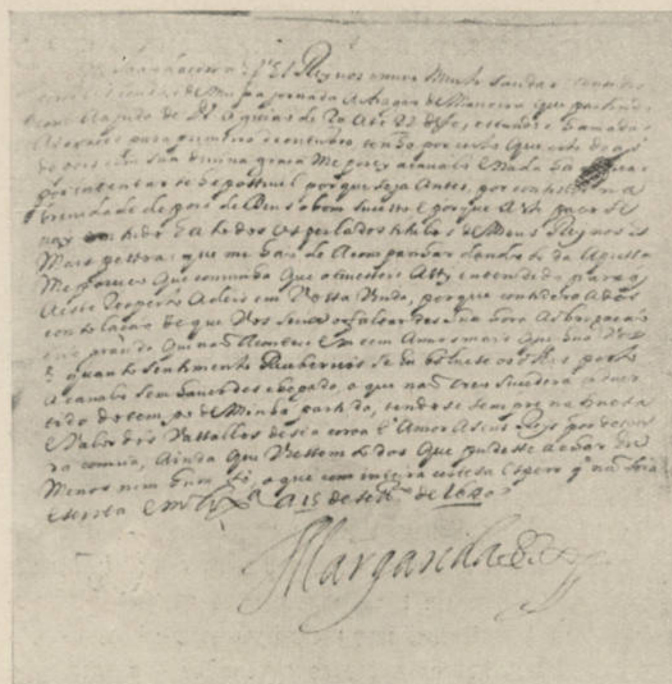
Estava em Elvas vigiando atentamente a formação do exército, fazendo o milagre de o prover, analisando o que se passava na raia, do que informava Martim Afonso de Melo, governador da província, onde se improvisava a resistência.

O monarca convocara-o para as Côrtes que se celebrariam «em vinte dias do mês de Janeiro ([3]), e quando do abandeiramento, ante o mau resultado das levas, acrescentava: «fui servido resolver que este genero de gente desobrigada, e escandalosa, será constrangida a se assentar, não o querendo fazer voluntàriamente; e que seus Pays e pessoas de quem dependerem os fiem».

Indicava-lhe que a espionagem averiguara «que o enemigo está de fazer facção cometendo Elvas, Olivença ou outro lugar dos daquella fronteira, obriga a grande cuidado e a que se trate com elle de estorvar o effeito» ([4]).

Devia mandar gente ao governador de Olivença, além de dinheiro, «confiando muito do zelo e amor com que attendeu a meu serviço» ([5]), assim se exprimia o Rei ([6]).

Autorizava-se a dirigir-se, francamente, ao mo-



Carta da Duquesa de Mântua para D. João da Costa

(Colec. B. N. L.)

narca, como outrora aos conspiradores, e dizia-lhe em explícito *Memorial,* no qual censurava «as desattenções do Governo, que condemnam os mais interessados na conservação deste Reyno».

Num período revelava-se: «E não a consideração de que podem offender estas noticias o animo de Vossa Magestade para impedir que eu as refira assim da maneira que commummente são julgadas, ainda que a adulação as emmudeça.»

Asseverava que no Minho não havia quatrocentos soldados dos pagos, sendo, por conseqüência, pouco seguros; em Trás-os-Montes sucedia o mesmo; a Beira estava sem defesa.

«Em Alentejo justificam as ultimas mostras que se passaram que falta mais da ametade da gente que teve; em particular os Regimentos Olandeses que quasi todos estam desbaratados.»

Enquanto ao Algarve, não havia maneira de se resguardar e as fortalezas de Cascais, Peniche, S. Felipe e Outão «se acham tam destituidas de guarnições que em melhor estado conservarão os castelhanos estas fortalezas quando não temiam a invasão de inimigos tão poderosos.»

Acrescentava outros desastrosos inconvenientes que se aglomeravam, verdadeiros erros e desmazelos criminosos: «Lisboa sem esperança de se fortificar e o Castelo sem se pôr em melhor defensa, os Terços da Ordenança não tem exercicio, os fidalgos e gente nobre estam sem armas e sem formas todos incapazes de acodirem aos muytos e perigosos accidentes a que estamos expostos.»

Tratava, de seguida, do estado miserando das possessões, Angola, S. Tomé, o Brasil, e, sem a menor hesitação, traçava o singular e talvez não carregado quadro de Portugal de 1642:

([1]) Carta de 15 de Setembro de 1640. B. N. L., mss. 6916.

([2]) Carta de 12 de Setembro de 1639. B. N. L., mss. 6916.

([3]) Carta de D. João IV, de 26 de Dezembro de 1640. B. N. L., mss. 6916.

([4]) Carta de 14 de Março de 1641. B. N. L., mss. 6916.

([5]) Carta de 26 de Março de 1641. B. N. L., mss. idem.

([6]) A correspondência do monarca, assim como a de D. Luísa de Gusmão com D. João da Costa, é muito volumosa e apenas extraímos dela a parte mais consentânea com o nosso propósito.

«Soltamente murmura o povo e sente a nobreza com grande excesso a pouca attenção com que se acode ás materias em que consiste a defensa do Reyno: dizem que o Conselho de Guerra não tem sufficientes Ministros e que quando acertam em algumas propostas convenientes á boa disposição da guerra, que Vossa Magestade as não admite, prevalecendo no Conselho a opinião de outras pessoas que tem muito menos noticias da arte militar.»

E era a Francisco de Lucena, o secretário de Estado, que, em primeiro lugar, visava, embora não o citasse; não poupava a própria Majestade, lembrando-lhe sua pouca assistência ao Conselho de Guerra, enquanto freqüentava outras reüniões.

Na Fazenda era grande a confusão; nos tribunais as dilações prejudicavam e «as contribuïções dos Povos, aplicadas á guerra, tem grandes divertimentos; os soldados, alem de mal pagos, sam muyto desfavorecidos dos Ministros, negando-lhes não só os despachos mas as palavras cortezes que obrigam muyto e custam pouco.»

Além disto, o Rei «inclinava-se pouco ao exercicio militar e juntamente que abraça a pratica de se não fazer caso do poder dos castelhanos: veneno tam prejudicial que nasce da malicia dos que não querem que se trate da defensa do Reyno.»

Acreditava que o secretário de Estado pertencia àquele número; na prosa ressumava a desconfiança. Sucediam os conselhos, os avisos, as sugestões e eram apontados com o mesmo desembaraço: a mudança de conselheiros; escolhendo peritos, dando-lhes assistência, pelo menos semanal, e «para desvanecer a opinião do Povo, favorecer Vossa Magestade as artes militares exercitando-as nellas pessoalmente porque todos buscarão a guerra vendo que Vossa Magestade se deleyta em formar esquadrões de cavalaria, meter terços em batalha, visitar as oficinas de artylharia, as fortificações e aplicar às mais artes os instrumentos bellicos.»

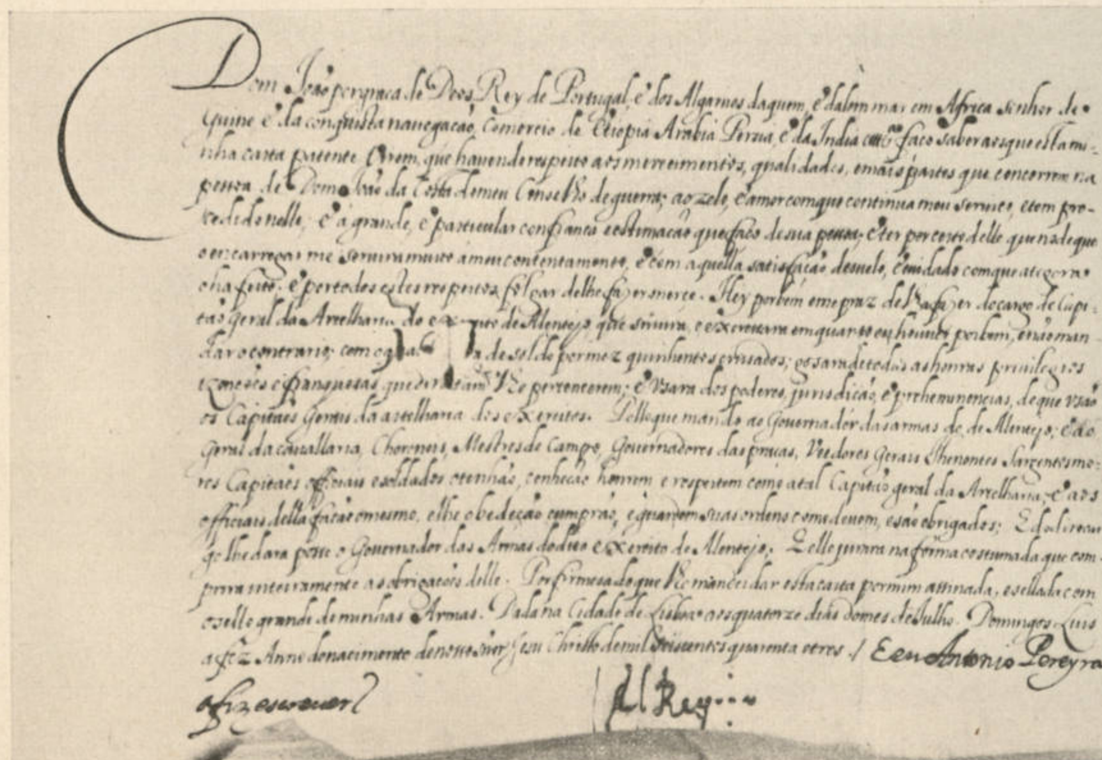
Continuava no mesmo estilo, sem peias, em elegante linguagem, insistindo na prática dos exercícios militares com que Sua Majestade ensaiaria chamar os votos dos povos «porque ao Principe, Sol da Monarchia, costumam a corresponder as plantas dos Vassalos com proporcionadas finesas ás que grangeam e com iguaes beneficios aos que recebeu. Repartirá Vossa Magestade, pelos soldados, conhecendo-os, os premios sem desigualdades e desta consonancia resultará a segurança das vitorias.»

Semelhante escrito, tão altivo e respeitoso a um tempo, impressionou o ânimo do soberano, que se habituara à lisonja.

O partido da defesa enérgica encarregara D. João da Costa do aviso; êle cumprira a missão com desvêlo de patriota e sem deminuír o respeito queria habituar o monarca às vozes menos capciosas e falhas de verdade que as habitualmente escutadas.

El-Rei determinou passar ao Alentejo e sua presença trouxera as requeridas e indispensáveis vantagens.

Continuavam os avisos e as prevenções régias nos quais se apontava o crescente «poder do inimigo em Badajoz, Merida e nos mais lugares daquella Raya»; recomendava o recrutamento do têrço, enviando-lhe dinheiro «para que por falta delle se não pare em cousa tão importante a meu serviço». E mandava «tanto que tiverdes vinte soldados feitos os hireis remetendo com hum cabo de esquadra a Elvas dispondo e ordenando que toda a gente que ouver nas Companhias de Ordenança nos lugares do districto em que fazeis essa leva se



Carta-patente de capitão-general do Alentejo passada a D. João da Costa por ordem de D. João IV

obriguem os solteiros a que recebam as pagas e que por ramos a mais da gente que se poder ajuntar se vá tambem remetendo a Elvas em companhias formadas» ([1]).

Tratava-se da organização militar em que D. João da Costa exceleu.

O capitão movera já as tropas que recrutara, arregimentara e instruíra.

O conde de Monterey lançara-se sôbre Elvas, tendo a resistência admirado o próprio general inimigo, cujas tropas foram batidas dentro duns olivais, vizinhos da cidade, naquele verão de 1641.

No ano seguinte, estando Francisco de Melo muito em risco na praça de Olivença, que os espanhóis empreendiam, o mestre de campo foi salvá-lo.

El-Rei galardoou os seus serviços, dois anos depois, nomeando-o «capitão general da artilharia do exército do Alentejo que servirá e exercitará emquanto Eu houver por bem», dizia a patente, fundamentada «nos merecimentos, qualidades e mais partes que concorrem na pessoa de Dom João da Costa do meu Conselho de Guerra; ao zelo e amor com que continua meu serviço e tem procedido nelle; e á grande e particular confiança e estimação que faço de sua pessoa e ter por certo delle que no do que o encarregar me servirá muito a meu contentamento, e com aquella satisfação, desvelo e cuidado com que até agora o ha feito.»

Estabelecia-se-lhe o sôldo de quinhentos cruzados, concedendo-se-lhe «as honras, privilégios, isenções e franquezas que directamente lhe pertencem ([2]).

O monarca informava-o de que, em virtude das dúvidas apontadas, lhe enviaria depois as resoluções. Acrescentava: «entretanto a Matias de Albuquerque que em ausensa do Conde de Obidos que mando vir a esta cidade fique governando as armas, continue com a Junta ([3]) emquanto não receber outra ordem minha em contrario.»

No mesmo dia o soberano enviava-lhe a seguinte ordem: «Dom João da Costa, eu Elrey vos envio muito saudar. Podeis escrever ao Arcebispo de Evora, sôbre o casamento de Matias de Albuquerque do meu conselho de Estado com Dona Maria sua sobrinha e avisar della a resposta que vos der sobre este particular» ([4]).

D. João IV estava na capital do Alentejo para passar revista ao exército, mas deixava ao general da artilharia o entendimento com o prelado.

O mestre de campo general era o ambicioso Joanne Mendes de Vasconcelos, que só pensava em incursões na Espanha. Conhecia El-Rei o feitio daquele oficial e o do seu dedicado D. João da Costa. Suprimia a Junta das Tropas mas recomendava-lhe: «E porque como sabeis da conformidade dos cabos pende a mayor parte do bom sucesso dos exercitos vos encommendo o mais encarecidamente que posso trateis ao Conde ([1]) e a Joanne Mendes com o mesmo amor, que eu espero e vós merecis que em vós tenham».

Referia-se ao conde de Óbidos, que ia entrar na raia espanhola para sitiar Valverde ([2]).

Colocaram-se as tropas em posição, assestando D. João da Costa a artilharia nos montes de S. Pedro e Mártires, para o que mandara buscar dois meios canhões a Olivença, mas enquanto não chegavam foi bombardeando com morteiros e tal efeito produziram que o comandante mandou um trombeta intimar o governador espanhol a render-se. Êste recusou-se a ceder porque esperava auxílios do conde de San Esteban, que, analisando a situação, não acorreu.

A artilharia devastava furiosamente e, ao cabo de três dias, a praça entregou-se e o vencido tratou El-Rei D. João IV por soberano de Portugal, «titulo que só a artilharia, que contavam por ultima razão dos Reys, obrigava os castelhanos, naquelle tempo, a proferir». Deveu-se-lhe a rendição de Valverde.

O filho de D. Antão de Almada, D. Francisco, caíra em poder do inimigo numa escaramuça perto de Badajoz, e D. João IV escrevia a D. João da Costa nos seguintes termos:

O Doutor Luiz Gomez de Basto, Corregedor do Crime, desta Cidade, leva em sua companhia o Marquez de la Puebla ([3]) para com elle fazer troca da pessoa de Don Francisco de Almada, com ordem que até o lugar em que se houver de executar não entre com elle em povoado, e porque pensa que nisto se proceda com açerto e segurança que he necessario haja em semelhantes materias vol-o quiz avisar por esta carta (que Luiz Gomes vos remeterá) para que ordenei que este se disponha em tal forma que se faça meu serviço muito como convem. E com esta occasião me parece dizer-vos que os soldados de Valverde entrarão em Castella no dia do prazo sinalado para isso com suas Armas, e que ainda que se lhe tomarão para marcharem com ellas ouve para isso causa bastante, a que consta por autos e por este respeito não duvidarão elles entrega-las, e que sempre se lhes continuou com seus pagamentos muito pontualmente e fez em toda a occasião e lugar o melhor tratamento que foi possivel ([4]).

O soberano tivera enorme ansiedade de saber o que se passava no assédio da praça e prova-o noutra

---

([1]) Carta de 12 de Maio de 1641. B. N. L., mss. 6916.

([2]) 14 de Julho de 1643. Idem.

([3]) A Junta compunha-se dos comandos, que deliberavam com o general em chefe, e o mestre de campo, que lhe assistia.

([4]) A sobrinha de Matias de Albuquerque, filha de Duarte Coelho de Albuquerque, senhor de Pernambuco, devia herdar a casa paterna e a capitania, visto a família ter seguido o partido espanhol. O tio esperava casar com a sucessora em tão grandes bens como aquêles e no condado de Basto, pertença de seu avô. Embaraçaram-se-lhe os planos, pois a nobre senhora desposou D. Miguel de Portugal, sétimo conde de Vimioso, seu segundo primo.

([1]) Carta de 30 de Agôsto de 1643, datada de Évora.

([2]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado* — 1.º vol.

([3]) Ministro da Duquesa de Mântua.

([4]) Carta de 18 de Novembro de 1643.

instante carta dirigida ao general de artilharia, na qual, estranhando a demora na entrega, dizia:

...me pareceo avizarvos que se devia ter posto a ferro e a fogo, e degolados todos os que nella tem resistido, porque sem este exemplo recearão as outras praças semelhante castigo e se renderão não se achando com poder para se deffenderem. Espero que desta forma se obre daqui por diante, sem se perder hora de tempo, pois é irreparavel o dano que disso se segue e porque espero que pello que vos toca os deis assi á execução vo-lo quiz avisar, sendo certo obrareis da maneira que tenha muito que vos agradecer (1).

Não usou o radical processo que o monarca preconizava. Dedicava-se enormemente aos trabalhos de defesa e de ataque, assumindo directas responsabilidedes de acção e execução. Tratava do dinheiro, das armas e de consultas a engenheiros como o padre Cosmander, Gilot e Lezart (2).

Matias de Albuquerque teve-o a seu lado manejando a artilharia com a braveza costumada na batalha do Montijo (3).

O chefe da artilharia era um alto espírito e tão além do seu tempo que, tratando com D. João IV das coisas da guerra, não teve dúvida em expor-lhe em Memorial a sua defesa dos soldados holandeses precisos na batalha, embora o Santo Ofício os quisesse expulsar por herejes. Representava, na época, grande independência e destemor.

Caíra-lhe nas mãos, em Elvas, o capitão catalão D. Pedro de Bonete, através de cujas declarações se chegaria a acusar o secretário de Estado Francisco de Lucena.

D. João da Costa interrogou o prêso e partiu para a Côrte com o resultado das averiguações, mas por ordem do conde de Óbidos. Entreteve grande conversação com D. João IV acêrca do estadista que subiria ao cadafalso menos com os cargos de culpas apontadas pelo general de artilharia, tido por seu inimigo, do que pelas declarações do jesuíta Francisco Manso, nas quais se intercalara a certeza de, em Espanha, se ter esperado deveras que o secretário de Estado entrasse na conspiração dos fidalgos em 1641.

A sentença rezava que o político expiaria o crime no patíbulo, pois «se provava acharem-se nas mãos de alguns Ministros de Castela papeys de grande importancia e instruções de Embaixadas que só do Rey como secretario de estado se fiavam». O outro delito consistia em «por antigo odio que tinha ao infante D. Duarte lhe delatara o aviso que Elrey lhe mandara fazer para passar da Alemanha a este Reyno por querer dar tempo aos Castelhanos para o prenderem, como sucedeu.» (1)

O comando do exército do Alentejo foi entregue a D. João da Costa no ano de 1650, conferindo-se-lhe dignidade idêntica à de Matias de Albuquerque:

Dom João da Costa, amigo. Eu Elrey vos envio muito saudar, tendo respeito a vosso merecimento e aos serviços que me tendes feito em occasião da minha restituição á coroa de este Reyno, na batalha de Montijo e aos mais que espero me façaes na occasião presente, e nas mais que se offereçerem de meu serviço e corôa; hei por bem de vos fazer mercê do titulo de Conde de Soure; em dias de vossa vida para o terdes e haverdes assy e de maneira que o tem e hão os mais condes destes Reynos, com declaração que esta mereçe tereis em segredo por tempo de dous annos que se contarão da data desta; E possa se vos passar carta do dito titulo. Escrita em Lisboa a 16 de Março de 1650. REY (2).

O soberano não queria despertar emulações (3).

Quási um mês depois dava-lhe ordem para prender o marquês de Montalvão, umas vêzes enaltecido como digno da máxima confiança, outras suspeito, passando do castelo de S. Jorge para o Conselho de Estado e da vèdoria da Fazenda para o cárcere chamado do Castelejo, naquela fortaleza.

A ordem, desta vez, era clara: devia ser capturado «sem lhe deixar mandar recado, nem mudar o vestido, nem fallar senão diante de vós com pessoa alguma». O secretário, António Ruiz, teria a mesma sorte.

Obrigou-se o general a praticar daquele modo com o camarada, que conduziu à fortaleza de Lisboa, voltando de novo ao Alentejo para enfrentar os invasores. O governador das armas, conde de S. Lourenço, viera à Côrte no comêço do inverno de 1650.

Audaciaram-se mais os espanhóis a ponto de pretenderem raziar Castelo de Vide e Portalegre. Marchou de Elvas a cavalaria de Lopo de Siqueira, por boa estratégia do cabo de guerra, seguindo-se os esquadrões de André de Albuquerque nos mesmos têrmos ordenados com o apoio de outras tropas, as de Gonçalo Vaz Coutinho, Gabriel de Castro e Duarte Lôbo da Gama, que iam bater-se com os invasores comandados pelo comissário geral D. João Jácome Massacan. A-pesar-da superioridade do seu número, os castelhanos retiraram deixando-se do ataque, mas os portugueses não o dispensaram e, perseguindo-os na noite, bateram-nos e tomaram-lhes cento e vinte e quatro homens, matando muitos na acometida. Entre os pri-

---

(1) Carta de 23 de Setembro de 1643.

(2) Carta de 20 de Novembro de 1643.

(3) Biografia de Matias de Albuquerque, conde de Alegrete. B. N. L., mss. 6916.

(1) Dificilmente se poderia comprovar a existência das notas de Lucena nas mãos dos ministros espanhóis e merece dilatada análise o que se lhe atribuiu relativamente ao irmão de D. João IV, cativo em Milão.

(2) B. N. L., mss. 6916.

(3) A Carta Régia do título só foi firmada em 15 de Outubro de 1652. Livro 22 da Chancelaria.

sioneiros figuravam o capitão D. Fernando Godoy e outros oficiais, tendo o comandante escapado a unhas de cavalo.

Soube bem a vitória a D. João da Costa, que ordenou novas arremetidas. Reüniu dois mil peões, mil e oitocentos cavaleiros e quatro peças, e passando em Campo Maior ocupou as colinas das Dos Hermanas, entre Badajoz e Albuquerque, mandando o tenente-general Tamericourt raziar Arroio e Malpartida. Antepuseram-se-lhe trinta e dois batalhões castelhanos do comando de D. Álvaro de Viveiros, mas êste não se atreveu a responder ao arrôjo português.

Adiantara-se o inverno e o exército recolheu aos quartéis de Elvas.

Aparecera, inopinadamente, o príncipe D. Teodósio no Alentejo, como já quisera tentar anteriormente e do que tivera conhecimento o governador.

Acorreu a recebê-lo às portas da cidade fronteiriça, cujas chaves lhe foram oferecidas por André de Albuquerque, tomando D. João da Costa as rédeas da montada do herdeiro do trono, que ia debaixo do pálio.

O conde de Soure ocupava o ofício de alcaide-mor na ausência do conde de S. Lourenço, e tais provas do seu valor e sapiência soube dar, por lhe serem fáceis e naturais, que Sua Alteza se mostrou encantado, enaltecendo largamente as suas qualidades. Regressou à Côrte e, ou porque se lhe transmudasse o ânimo ou lho turbassem os invejosos da sua reputação, travaram-se entre o Príncipe e o ilustre vassalo dúvidas e irrazoáveis desentendimentos, aos quais deu aparente motivo o querer encorporar o têrço de Diogo Gomes de Figueiredo, mestre de esgrima do filho de D. João IV e muito do seu valimento.

Proïbiu o jovem capitão-general do Reino as entradas em terreno castelhano, que tanto aumentavam a fama de D. João da Costa, já ostensivamente tratado por conde de Soure, formando escola de combatentes e desmoralizando os espanhóis, que tinham de juntar grandes exércitos para empreender suas acções. Retorquiu com argumentos valiosos à ordem que recebera, mas caíu doente, o que comunicara a El-Rei ([1]).

Também demonstrava a necessidade de encorporar o têrço do protegido de Sua Alteza na guarnição para defesa das muralhas elvenses.

Andava na Côrte pleiteando, forte e altivamente, a sua causa quando D. Teodósio faleceu.

O soberano deferiu o pedido do conde de Soure, que voltou ao seu pôsto.

André de Albuquerque não pudera vencer os castelhanos, que, em grande número, tinham invadido os campos vizinhos de Elvas. Ouviu a voz irritada do chefe observando-lhe *que não se devia perder o costume português de poucos vencerem muitos*. Respondeu-lhe o general de cavalaria com uma série de feitos temerários que o cobriram de louros, expondo-se a ponto de o terem por moto no encontro de Arronches, onde acabaram o conde de Amarante e mais duzentos castelhanos.

Em 1655 havia intrigas no Conselho de Guerra e que obrigaram D. João da Costa a ficar em Lisboa Travaram-se disputas, levantando-se óbices e soubera-se que ia ser nomeado governador das armas do Alentejo o conde de Penaguião, que no movimento de 1640 tinha sido companheiro daquele general.

Houvera diferenças entre êles em 1644, as quais acabaram em pendência de que resultou, além da captura do mestre de campo, o ferimento grave do adversário e o seu compromisso de jamais votar em casos que dissessem respeito ao émulo.

O Rei caíra muito doente mas tivera ainda alento para ordenar a retirada de todos os oficiais que estivessem na Côrte. Queria-os nos seus postos.

O conde Soure acompanhara a procissão que conduzira a imagem de Nossa Senhora das Necessidades e fôra dos que entraram na real alcova. O soberano disse-lhe «que se Deus não fosse servido levá-lo aquela noite lhe falasse pela manhã».

Era sábado; voltou ao régio aposento e lançou-se de joelhos à beira do leito. Ouviu, chorando, as palavras de confiança que D. João IV proferia, mandando-o seguir para o seu pôsto.

Quando o Rei deixou o Mundo redobraram as lutas partidárias. A facção do conde de S. Lourenço, a oposicionista, julgava-se com direito à governança e o conde de Penaguião representava que, sendo conselheiro de guerra, não devia ficar sem voto nas operações militares.

O seu antagonista comandava; êle podia referir-se-lhe visto a ordem antiga só dizer respeito à sua isenção quando se tratasse de coisas particulares. Havia outros conselheiros, como o bispo do Japão, André Fernandes, muito escutado e distinguido pela Regente, que não gostava do general da fronteira; concordava com êle o subtil Pedro Vieira da Silva,

([1]) «Prostrado aos pés de Vossa Magestade sendo humilissimas graças da mercê que Vossa Magestade me faz em se querer servir de mim mas faltava muito ao reconhecimento desta... (?) se embaraçasse o serviço de Vossa Magestade ocupando aquele posto quando me vejo tambem impedido e falto de saude como estou para poder acudir às obrigações delle».

Referia-se a seus males, achaques, que tinham obrigado os médicos a abrir-lhe «duas fontes com que fiquo» — dizia êle — acrescentando que ao melhorar estaria pronto ao real serviço como sempre.

Carta de 25 de Novembro de 1655. B. N. L., mss. 6916.



secretário de Estado depois do suplício de Lucena, e o conde de Soure ao saber de que se tratava jurou que não o esmagariam. O adversário obteve vantagens; o pesar conturbou o espírito do guerreiro, que estava sempre na Côrte a requerer recursos para o exército. Andava achacado, sofria da gôta.

Pelas nove horas de uma noite, ao dirigir-se do Paço para o seu palácio, que ocupava a grande parte do terreno quási fronteira à quinta da Cotovia [1], foi alvo de um atentado. Ao entrar no Bairro Alto acercaram-se dois cavaleiros e encostando as montadas à traseira do carro dispararam os bacamartes, fugindo à rédea sôlta. O conde debruçara-se um pouco para dar ao seu estribeiro duas moedas de ouro destinadas a velho soldado inválido que esmolava na cidade, e o movimento salvou-o das balas, que arrebentaram as vidraças, cortinas de couro, tecto e balaústres do veículo. Mais de vinte projécteis sibilaram atravessando o côche, do qual o general desceu a custo, pois a doença o peava, e pretendeu descobrir o rasto dos agressores.

Acorreu gente; subiu a indignação; encheu-se de amigos e conhecidos a sua residência, e a Rainha deu ordem para se descobrirem os autores da cilada. Ao entrar no palácio real, no dia seguinte, o general ia escoltado por grande número de fidalgos e militares.

D. Luísa de Gusmão felicitou-o; disse-lhe que esquecesse o crime, pois a repulsa provocada envolvia os bandidos em ódio e a êle em ternura. A-pesar-de tudo, não se adiantavam os seus requerimentos no Conselho de Guerra; queriam-lhe mal; buscavam desgostá-lo para caber a outro o comando. Por cada mudança de oficiais superiores que tentava, contrariavam-no.

André de Albuquerque, general de cavalaria, andava de mal com o chefe; pretendeu Francisco de Melo o pôsto, mas o conde de Soure, sabendo-o adoentado, não lho queria confiar, preferindo-lhe D. Francisco de Azevedo, e na artilharia António de Melo e Castro. Deu-se o cargo de embaixador ao pretendente, com assento no Conselho de Estado e uma comenda, mas nem assim D. João da Costa conseguiu colocar nos comandos quem desejava.

Enfermou; encheu-se de bílis, e ao chegar a ordem da Rainha para que partisse, recusou-se à viagem; alegou a enfermidade, disse que não melhoraria nos oito dias concedidos para a cura, visto seus ataques de gôta se repetirem. Não podia, tampouco, deixar a Côrte sem resolver as questões da defesa do Reino.

Ao cabo de dezanove dias da morte de D. João IV, e no meio das intrigas, escrevera à soberana uma carta na qual lhe dizia suas queixas, males e amarguras.

Acabaria vencido pelos políticos.

[1] Pertencia-lhe todo o terreno desde a rua da Rosa ao alto do Longo.

Esquecera-se o que se lhe assegurara anteriormente:

«Confiamos sempre de vós. Espero que continueis de maneira que pareça essa Província membro de sua cabeça, que sois vós.»

Tudo se complicava; ia suceder-lhe o conde de S. Lourenço.

Foi para o seu palácio meditar nas misérias humanas; concitara ódios por seu valor e firmeza.

Nunca se gostou de quem falasse alto. Havia, também, os amigos de Francisco de Lucena, que não lhe perdoavam a intervenção no processo e muito se folgava com a sua inactividade.

O seu inimigo, o conde de Penaguião, que desejara pelejar no Alentejo, morrera [1] das feridas recebidas no assalto de Badajoz, mas novos atacantes prosseguiram na luta contra o conde de Soure, tornado alvo dos rancores. Em determinado momento, os inimigos foram obrigados a contar com o seu valor.



Não se compreendia que o general estivesse inutilizado na Côrte. Era melhor afastá-lo.

Nomearam-no embaixador em França [2], dando-se-lhe como secretário o poeta e jurisconsulto Duarte Ribeiro de Macedo [3].

O soldado do Alentejo ia encontrar-se com a duplicidade de Mazarino. Depois da tormenta da viagem, os temporais da política.

O cardial ajustara trégua com Castela e não podia auxiliar as intenções portuguesas.

Tratar-se-ia do casamento de Luís XIV; não convinha alarmar os espanhóis e dificilmente receberia em público um diplomata seu inimigo. Relembrou-se a atitude anterior; deu-se a recepção e, como tanto de paz se falava, o conde pretendia que Portugal fôsse incluído no Tratado.

O ministro não queria confessar que já se banira aquela possibilidade. Só havia uma maneira e essa humilhante: aceitar-se o perdão que a Espanha concederia, capitulando-se de revolta o movimento da independência.

Assim o entendia o valido de Felipe IV, D. Luís

[1] 31 de Dezembro de 1658.

[2] Partiu em 13 de Abril de 1659.

[3] Nasceu em Fevereiro de 1618. Doutor em direito cesáreo, magistrado, juiz em Elvas e Tôrre de Moncorvo. Escritor, poeta, investigador e político, tendo merecido as atenções do P.e António Vieira. Era erudito e muito auxiliara em diversos negócios importantes. Desatendido, por vêzes, não pôde levar a cabo os seus altos desígnios.

de Haro, sobrinho de Olivares, e que recebera formidável derrota na batalha das Linhas de Elvas ([1]).

Aparecera como grande amigo dos portugueses o marechal de Turenne, que vencera D. João de Áustria na batalha de Dunquerque ([2]) e detestava os espanhóis, desejando continuar a guerra contra êles.

O conde de Soure entendeu-se com o glorioso guerreiro; abriram-se recìprocamente as suas almas de soldados e entraram em combinações. Havia muitos oficiais franceses prontos a combater contra a Espanha. Citava-os; ofereceu logo Jeremias Jovet, que se contratou para comandante de um regimento de cavalaria; o irlandês conde de Insequin ([3]) para mestre de campo general, como o alemão conde Frederico de Schomberg ([4]).

Nesta ocasião, Luís XIV recebeu pomposamente a embaixada portuguesa, espalhando-se, de seguida, o Manifesto, escrito por Duarte Ribeiro, no qual, em vinte e sete artigos, se explicavam as razões de Portugal. Mazarino mandou apreender o papel, que produzira enorme agitação na Côrte. Foram presos o impressor e o tradutor, que se recolheu na embaixada.

O conde de Brienne, secretário de Estado, disse ao conde de Soure que semelhante divulgação alterava a ordem e êle volveu-lhe ter querido informar o govêrno e, por isso, publicara o que considerava as razões máximas dos direitos de seu amo.

Acabou por entregar as cópias que lhe pediam, mas já distribuíra mais de quinhentas. Produzira-se o desejado efeito.

Conhecendo a cupidez de Mazarino, e desejando salvar-se das suas irritações, oferecera-lhe um milhão de cruzados, pagos em dois anos, além do arcebispado de Évora para pessoa de sua escolha. O residente, Feliciano Dourado, recebeu a incumbência de ir a S. Jean de Luz levar a proposta, exactamente quando o cardial tratava com o ministro espanhol D. Luís de Haro. A resposta foi singela e devia ser também dolorosa: para que a Espanha admitisse Portugal no tratado de paz seria êle, Mazarino, capaz de dar dois milhões do tesouro de El-Rei seu amo.

O conde correu para a cidade onde o estadista se encontrava. Recebera instruções cifradas e notícias dos desalentados movimentos do inimigo nas fronteiras.

Iam reünir os plenipotenciários que celebraram a Paz dos Pirenéus na ilha dos Faisões.

([1]) 14 de Janeiro de 1659. Os espanhóis perderam dez mil homens entre mortos e prisioneiros.

([2]) 14 de Junho de 1658.

([3]) Concedera-se-lhe o ordenado de 100.000 cruzados mensais.

([4]) Schomberg seria marechal de França depois de uma longa estadia em Portugal, onde prestou relevantíssimos serviços como mestre de campo general, a-pesar das dificuldades que os oficiais superiores portugueses punham em servir às suas ordens, chegando alguns dêles a não lhe reconhecer a patente.



Conde de Schomberg

Escolhera-se para futura espôsa de Luís XIV Maria Teresa de Espanha.

Não era o momento para tratar dos negócios portugueses, mas o cardial, contando convencer o ministro espanhol, preguntara ao embaixador quais as condições oferecidas por Portugal para entrar nas cláusulas da paz. Volveu que tôdas, excepto a da submissão ao inimigo. O Reino desejava a sua independência e soberania.

O político elevou muito o merecimento dos portugueses; disse ter nomeado o marquês de Choup para ir a Lisboa procurar as vantagens a propor a D. Luís de Haro, e expondo as intangíveis. Examinaria, de caminho, as fôrças portuguesas, que os espanhóis, a-pesar-de constantemente vencidos, diziam precárias e insuficientes.

O conde de Soure conferenciou com o Príncipe Carlos de Lorena ([1]), que estivera prisioneiro em Castela; acompanhavam-no dois grandes inimigos dos

([1]) «Le Duc de Lorraine, Charles IV, de qui la France et l'Espagne avaient beaucoup a se plaindre ou plutôt qui avait beaucoup a se plaindre de elles, fut compris dans le traité mais en prince malheureux». Voltaire. *Siècle de Louis XIV*.

Áustrias, o duque de Guise ([1]) e o conde de Harcourt ([2]), e de tal forma se coligaram que o Príncipe oferecia seu bastardo, duque de Vandecourt, para ir combater contra os espanhóis à frente de dois mil homens pagos por êle, concedendo-se a de Harcourt a patente de capitão-general da província do Alentejo, levando seus dois filhos por mestres de campo.

A Côrte portuguesa aceitou as propostas, que não tiveram seguimento por falta de meios para levantar as tropas e porque quem passasse ao serviço do estrangeiro perderia em França as dignidades na Côrte. O conde de Harcourt era estribeiro-mor.

Começou o trabalho de Mazarino para que os portugueses se subordinassem à Espanha; o conde de Soure protestava não acreditando na afirmação do cardial, pois dizia ter oferecido aos castelhanos as praças ocupadas pelos franceses, durante vinte e cinco anos, a-pesar-do que custaram em sangue, mas que não obtivera mais do que a resposta de sempre: a nação reduzida ao estado de 1640; esquecimento das lutas, restituïção dos bens que os vassalos portugueses possuíssem em Castela e seus domínios, ficando os duques de Bragança considerados perpétuos vice-Reis do seu país.

O embaixador disse ao ministro ser inútil a viagem do marquês de Choup a Portugal com semelhante incumbência, mas o político queria ganhar tempo e insistia quando chegou a notícia da morte do herdeiro do trono espanhol, D. Felipe Próspero.

A Inglaterra movia-se; Mazarino demonstrava que entendendo-se o exilado Carlos II com os espanhóis não poderia Portugal esperar auxílio daquele país, onde os generais Monk e Lambert se batiam, respectivamente, contra e a favor do Parlamento. Com efeito, o pretendente inglês encontrara-se com D. Luís de Haro em Fuenterrabia.

Duarte Ribeiro foi cumprimentá-lo a Baiona e ali soube que o duque de Aveiro ([3]) passara ao serviço do Rei de Espanha, notícia que o conde de Soure, amigo do grande fidalgo, só acreditou quando soube da sua chegada a França. Escreveu-lhe e foi esperá-lo a Tolosa.

D. Luísa de Gusmão contara, em carta, ao seu representante tudo quanto se referia ao parente voluntàriamente exilado, dizendo ter querido sempre servi-lo e não lhe dar razão de queixa. Convidava-o a regressar, na certeza de não se lhe pedirem contas.

Respondeu o duque de Aveiro dirigir-se a Paris para ver a Côrte e pedira ao conde de Comminges, antigo embaixador da França em Lisboa, para lhe obter audiência de Luís XIV.

Mazarino não lhe impedira as visitas e o ministro de Portugal enviou Feliciano Dourado a Bordéus com uma missiva na qual increpava o fidalgo por passar a Espanha, procurando dissuadi-lo do mau passo como antigo amigo e compatriota. Foi lacónica e sarcástica a resposta:

«Sempre conheci a V. Ex.ª com o achaque de zeloso do bem público e nesta consideração lhe prometo fazê-lo meu Alferes-Mor quando fôr Rei de Portugal.»

D. João da Costa continuava a sofrer dos seus ataques de gôta e mal pôde seguir a Côrte, que ia de jornada, sendo visitado em Nimes pelo cardial Mazarino.

Portugal ficava inteiramente desligado dos interêsses franceses. Conseguira contratar Schomberg ([1]), que seguiu com êle para o Reino depois de vários óbices. Os castelhanos tinham arranjado forma de não se permitir ao diplomata mais negociações nem mesmo assistência em França.

O seu velho hábito de aprumo moral levou-o a hostilizar o conde de Castelo Melhor, que o desterrou para Loulé, e, voltando à capital, faleceu em 22 de Janeiro de 1664, recebendo sepultura na capela-mor de Santo Antão-o-Velho, convento de frades eremitas de que era padroeiro.

Sua espôsa, D. Francisca de Noronha ([2]), seria marquesa de Soure e camareira-mor da Infanta D. Isabel Josefa.

D. Gil Eanes da Costa ([3]), seu primogénito, nascera em 1652. Desposou D. Maria Lourenço de Portugal, filha do segundo conde de Aveiras.

Mazarino, a-pesar-da sua grande avareza, presenteara o embaixador português com seis relógios de ouro e elogiou-o, dizendo ao cardial de Retz ([4]) tratar-se de «um varão discreto e cabal».

([1]) Henrique II de Lorena, duque de Guise, que em Nápoles secundara a revolta de Mazaniello contra a Espanha (1614-1664).

([2]) Henrique de Lorena, conde de Harcourt, que se batera na Itália e na Catalunha. Alcunhavam-no «Cadet la Perle». 1601-1666.

([3]) D. Raimundo de Lencastre, que D. Luísa de Gusmão nomeara, naquele ano, conselheiro do Estado, dando-lhe o govêrno do Alentejo. Abandonou o pôsto e fugiu de Setúbal para Brest, numa chalupa alugada por Pedro de Lalande.

([1]) Partiu com os seus oficiais em 29 de Outubro de 1660 e chegou a Lisboa em 11 de Novembro. Acompanhavam-no seus filhos, o marquês e barão de Schomberg, e soldados, que ocupavam três navios.

([2]) Filha de D. Pedro de Noronha, senhor de Vila Verde, e de D. Juliana de Noronha, filha de Vasco Martim Moniz, senhor de Angeja.

([3]) Faleceu em 26 de Janeiro de 1680.

([4]) Cardial de Retz: o célebre João Francisco Paulo de Gondy, um dos mais notáveis políticos da Fronda e da França.



D. GASTÃO COUTINHO

Governador de Entre-Douro-e-Minho — Capitão de Tânger — Suas surtidas contra a mourama — Proezas que fizeram escola — O seu sucessor, barão de Alvito — Regresso ao Reino



Dom Gastão Coutinho «abriu as cadeias e soltou todos os presos que estavam nelas, parecendo-lhe impróprio não lograrem o privilégio do dia em que se celebrava a liberdade da Patria» ([1]).

Fôra um dos mais activos conspiradores; multiplicara-se na conjura e na luta e atribuir-se-lhe-ia ter mandado enterrar o cadáver mutilado de Miguel de Vasconcelos, embora João Pinto Ribeiro chamasse a si o efeito por outros lançado à boa conta de Gaspar de Faria Severim, escrivão da Misericórdia.

Nomeado governador das armas de Entre-Douro-e-Minho, D. Gastão tinha igualmente assento no Conselho de Guerra.

Filho do comendador de Caldelas, D. Henrique Coutinho, e de D. Joana de Brito, filha de Nuno de Brito, senhor da quinta de Carvalhal, ostentava no escudo cinco estrêlas sanguinhas em campo de ouro pintado de sangue.

Começara a carreira das armas em África; andara nas armadas, mostrara valor.

No princípio de Janeiro de 1641 estava no Pôrto a caminho de Viana para obstar às manobras das gentes galegas abandeiradas; partira para Valença já com recrutas e velhos soldados e defrontara Tui, ouvindo zunir algumas balas. Durante seis meses organizou os seus contingentes e iniciou o desafio mandando Luís Coelho da Silva queimar La Guardia, fronteira de Caminha; ordenou a D. João de Sousa, capitão-mor de Melgaço, que entrasse pela Ponte das Várzeas, e a António Gonçalves de Olivença que passasse pelo Pôrto de Cavaleiros, incumbindo da incursão por Portela do Homem a Vasco de Azevedo Coutinho e a Manuel de Sousa e Abreu a marcha por Lindoso.

O comandante foi pela Ínsula; enfuriou-se ao ver dois barcos voltados e ali levantou baluarte. Os seus

---

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

oficiais queimavam aldeias galegas, o que levou o marquês de Valparaíso a replicar. Voltou a repetir os feitos em desagravo e assim se fêz a guerra de fronteira do norte para sobressalto dos povos mais do que em vantagens militares.

Pilhava-se, queimava-se; tripudiava-se de banda-a-banda.

Não podia continuar aquêle processo de combate e o inimigo entrincheirou-se na Predenda, indo D. Gastão Coutinho atacá-lo com quatro mil homens mais valorosos que disciplinados e de bom exército.

Destruíu os redutos e entrou na Galiza queimando Lobios; bateu-se bem, chegando a Compostela, onde os espanhóis veneravam o seu patrono Sant'Iago.

O abade de Bouro, inspirando-se nos feitos de sacerdotes batalhadores de outras idades, entrou na terra galega; disse missa e conduziu a sua gente à batalha.

O marquês de Valparaíso compreendeu que os soldados adversos eram valentes, porém mal ordenados, e para vingar de uma vez todos os reveses sofridos, atravessou a Ponte das Várzeas à frente de dois mil infantes e duzentos cavaleiros e desbaratou a tropa de Martim Teixeira, Francisco de Azevedo e Francisco de Gouveia, morrendo vinte soldados.

Os capitães Matias Osório, D. João de Sousa e Rodrigo de Moura anteparararam, com os fugitivos, a investida, mas D. Gastão Coutinho, que estava em Braga tratando de reparar as fortalezas, foi chamado para assistir às Côrtes.

Não voltou ao govêrno de Entre-Douro-e-Minho, pois D. João IV atendera as queixas dos povos, que se consideravam mal defendidos a-pesar dos feitos de armas do bravo capitão.

Improvisara-se a hoste; as culpas não podiam caber ao comandante.

Pediu que o deixassem ir combater em África, onde sabia encontrar melhor disciplina e exercitados batalhadores.



Sucedeu no govêrno de Tânger a André Dias da Franca, no ano de 1645.

Chegara em Abril bem municiado com armas, dinheiro e gente escolhida. Parecia ansioso de combater, como para demonstrar que não perdera as suas qualidades na guerra com os galegos.

Na própria noite da recepção, falando com os seus oficiais, industriou-se acêrca do poder dos mouros e decidiu atacá-los sem mais detença.

Os exploradores partiram no segrêdo da treva, e tendo observado voltaram garantindo a segurança do campo.

O governador montou a cavalo tendo a seu lado o adail [1], e seguido pelo esquadrão, formado por cento e cinqüenta homens, lançou as atalaias ou batedores seguidos por um pelotão comandado por Lopo Fernandes Lopes.

A mourama deu por êles e, saindo da Calçadinha, perto da praça, acometeu-os, sustentando-se a luta até a aproximação do general com o grosso da coluna. Começou a correria desabalada dos magníficos corcéis que os ases portugueses perseguiam. O «cabo das costas» [2] deitou mão ao almocadem [3] Abrahêm Moçobâ, que já o tivera cativo e era um dos mais importantes guerreiros da tribo.

Não havia dúvidas; êle estava por terra com o peito trespassado pela lança do antigo prisioneiro; debalde o visara com a espingarda, pois, a-pesar-de ser bom atirador, fôra mais rápido o golpe do português.

D. Gastão Coutinho renovou antigas façanhas; matou por sua mão muitos mouros; ao todo caíram vinte e nove sob o golpe dos atacantes.

Tinham perecido quatro dos cavaleiros, mas avançava-se pela terra marroquina, onde se preou largamente.

Havia peste, e os vencedores contagiaram-se através dos despojos. A epidemia vitimou mil e setecentos habitantes da cidade, e tendo o governador pedido socorros do Reino, apressou-se El-Rei a enviar-lhos, pois muito lhe convinha manter gente válida na praça de guerra.

Apareceram mantimentos e remédios; cuidou-se dos epidemiados, e, quando deixou de grassar o mal, o velho cabo de guerra preparou-se para lutar de novo.

Os espanhóis cobiçavam as possessões africanas; queriam vingar nelas a revolta que lhes causara a independência de Portugal.



As correrias na terra da mourama continuaram com êxito. Granjeavam fama os cavaleiros que o general conduzia admiràvelmente. Idolatravam-no.

Em Março de 1649 tentou novamente uma incursão e partiu seguro de que ia ganhar mais vantagens como as anteriores. Muitas tinham sido e delas aproveitaram os moradores da cidade; precisava repetir os feitos de armas, tão proveitosos e retumbantes.

Os infiéis estavam emboscados no sítio denomi-

---

[1] Era o oficial encarregado de conduzir as tropas por caminhos de seu conhecimento, guiando-as e esclarecendo-as.

[2] Chamavam-se «cabos das costas» os comandantes encarregados da defesa dos batedores.

[3] Capitão mouro.

nado Bôca do Fronteiro e, saindo de surprêsa, geraram o pasmo entre a cavalaria portuguesa, que se desordenou.

O general, enfrentando os mouros, compreendeu que não poderia resistir com tão pouca gente aos numerosos assaltantes e voltou à pressa para a fortaleza, sentindo rudemente o golpe.

Encheu-se de enorme severidade; encarou os que o tinham abandonado e não esperou vê-los recolhidos para os repreender; fê-lo pùblicamente.

Serviram às mil maravilhas os ralhos, porque os mouros, ao voltarem, julgando encontrar ainda a desordenada falange, toparam cavaleiros de ânimo refeito que, ajudados pelos infantes, lhes causaram grandes perdas.

Não podia ficar sem desagravo aquêle ataque em que os portugueses desmereceram para mais se valorizarem na defesa.

Quis o capitão resgatar aos olhos dos inimigos aquêle mau movimento e, saindo pela porta da Traição, mandou o adail ao ataque garantindo-lhe socorro que lhe deu. Os prisioneiros infiéis foram muitos, mas ficaram por terra dois cavaleiros portugueses: Gonçalo Barreto e Domingos Dias.

Ia acabar o seu govêrno, mas guardar-se-ia a fama das suas façanhas. Repetiu-se, durante muito tempo, a história daquele rasgo de bravura praticado em 1646, quando quisera ser o último a retirar-se do combate.

Ostentava capa de escarlata, cobria-se de chapéu branco presilhado de diamantes e dava nas vistas de tal modo que o alvejavam por ser excelente alvo para as magníficas pontarias dos mouros.

Francisco Tavares de Araújo quisera obrigá-lo a retirar-se cobrindo a retaguarda, mas o governador teimara dizendo valer menos a sua vida que a de um cavaleiro moço. Assistira ao penso das feridas de Lopo Fernandes, muito colhido naquele lance, e continuara nas pelejas.

Obrigado a abandonar o govêrno em 20 de Novembro de 1649, deixava grande reputação de guerreiro e de administrador. Consertara as muralhas; abrira fossos; fizera obras na cidade e instituíra a redenção dos cativos, que anteriormente se fazia em Ceuta. O primeiro sacerdote encarregado da troca de prisioneiros e paga do preço dos escravizados fôra o trino frei Henrique Coutinho.

O governador foi substituído pelo barão de Alvito, D. Luís Lôbo da Silveira, que, recebido com as honras devidas, o encontrara prêso ao leito por grave enfermidade. Tomou o poder de suas mãos, mas o doente compreendeu que não podia ficar ali mais tempo, pois o sucessor não correspondia às gentilezas que lhe fizera.

Partiu para Lisboa, não se importando com a tempestade desencadeada. Preferiu sofrê-la ao ingrato rosto do fidalgo que tomava o govêrno de Tânger, onde prodigiara ([1]).

([1]) D. Gastão Coutinho, filho de Henrique Coutinho e de D. Joana de Brito, teve cinco irmãs. D. Violante, D. Brites, D. Catarina e D. Joana foram freiras em Vila do Conde. D. Felipa desposou Francisco Gonçalves da Câmara, sobrinho do cabo de guerra, que foi celebrado pelo poeta Francisco Lopes no poema *Honra da Pátria*, também autor da *Glória de Portugal*.

O bravo de Tânger faleceu em 27 de Janeiro de 1655.



TÂNGER

(Estampa de 1660)



CONDE DE ATOUGUIA

Combates em Trás-os-Montes — Capitão-general do Brasil — Apreciação do seu govêrno — A organização no Alentejo — A destituïção e a revolta — Do «Triunvirato» à morte



A REGENTE do Reino, D. Luísa de Gusmão, soubera, em 17 de Junho de 1662, que El-rei seu filho partira para o palácio de Alcântara, onde o acolitavam os membros do «Triunvirato», o conde de Castelo Melhor, Sebastião César de Meneses e D. Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia: a política, a sapiência e a espada. O terceiro dos conselheiros de D. Afonso VI era filho de D. Felipa de Vilhena, e a tradição gloriosa da sua casa, a varonil atitude da mãe heróica, a morte do irmão, D. Francisco Coutinho, no ano de 1643, em Elvas, todo o valor daquela grei impunham-no com os seus feitos.

Não se estranhava o papel de destaque atribuído ao ilustre soldado na nova política.

Depois da sua acção no Paço da Ribeira, em 1 de Dezembro de 1640, entrara nos Conselhos de Estado e da Guerra, sendo em 1649 governador de Trás-os-Montes. Instalou-se em Chaves, disposto a enfrentar os galegos, que sabiam a província desprovida de bons soldados, havendo mais ordenanças e bisonhos que experimentados combatentes. Sem os militares de carreira, dificilmente poderiam resistir os portugueses e, nestas condições, juntaram-se contingentes em Samora para assalto grave.

O conde dirigiu-se a Bragança e a Miranda; misturou auxiliares com os poucos soldados pagos, mas encontrou melhores auxílios porque tinha vassalos na região.

Os espanhóis souberam das defesas e não avançaram. Chaves ficou entregue ao oficial francês Henrique de Lamorlé, com as maiores recomendações e bases de resistência que êle não observou e menos aproveitaria. Após a partida do governador fôra saquear Uimbra, e, sem o auxílio rápido de Joanne Mendes de Vasconcelos, grandes teriam sido os prejuízos e vergonhas.

O comandante voltara muito ferido e o conde de Atouguia não o increpou violentamente, dada a sua

bravura. Substituíu-o por Domingos da Ponte Galego. Pensara em levar a cabo a tomada de Puebla de Sanabria, mas de Lisboa impediram-lhe a marcha e recusaram-lhe auxílios.

Faltava-lhe a cavalaria, a grande arma para os imprevistos ataques, porém não deixava de castigar as audácias espanholas.

Sabendo que sessenta castelhanos tinham assaltado Paradela, tomou trinta soldados e, entrando pela fronteira, desbaratou-os em Fornilhos. Aprisionara o capitão, D. Pedro Benevides, e os alferes da tropa com os soldados que não caíram na luta.

Ante a investida de trezentos cavalos e setecentos infantes do conde de San Esteban, acorrera, como era seu costume, em primeiro embate. Comandante de cento e oitenta cavaleiros e duzentos peões, com êles impediu a marcha do inimigo, derrotando-o.

Ficou ferido um dos seus capitães, António de Almeida Carvalhais, denodado batalhador; cinco soldados também foram atingidos pelas balas e cutiladas inimigas, mas os espanhóis perderam muita mais gente.

Assaltado em 1652 pelos adversários, que quebravam uma larga trégua, passou de Vinhais a Mesquita e Frieira, na Galiza, fazendo grandes prêsas em resposta aos danos causados pelo inimigo na terra do Barroso.

Seu cunhado, o conde de Penaguião, fôra nomeado embaixador em Inglaterra, e D. João IV provera-o no cargo de camareiro-mor, que foi exercer interinamente, deixando o govêrno de Trás-os-Montes entregue ao mestre de campo António Jaques de Paiva.

O filho de D. Felipa de Vilhena recebera o prémio do seu grande valor ao ser nomeado capitão-general do Brasil, sucedendo ao velho conde de Castelo Melhor.

Soube harmonizar difíceis problemas e fazer o congraçamento de desavindos. De tôda a parte lhe chegavam aplausos, pois decretava com razão e punia com justiça quando não tinha maneira de salvar os culpados.

De 1654 a 1655 viram-se os grandes resultados da sua sábia administração, cuja fama perdurou. «Foi na Baía o seu govêrno tão aplaudido como ficou memorado; resplandeceram no seu talento, entre muitas prerogativas, a rectidão e independência, em tal equilíbrio que não se distinguia qual dêstes dois atributos faziam nêle mais pendor, porque eram no seu ânimo vigorosamente iguais o desinterêsse e a justiça» [1].

Casara com D. Joana de Castro [2], filha do se-



D. Jerónimo de Ataíde

(B. N. L.)

gundo conde de Penaguião e de D. Joana de Castro.

A Rainha Regente nomeara-o mestre de campo general do Alentejo em 1659.

Aos olhos do experimentado capitão não escapava coisa alguma. Reconstituíu várias defesas, organizou terços e manteve em Espanha a espionagem indispensável para a segurança da província. Ocupou-se muito da artilharia e das obras nas fortificações. Não descansava, mas as praças alentejanas ficaram aptas a resistir aos ataques do inimigo.

O marquês de Marialva, cuja influência política era enorme, depois de abatida a facção do conde de Odemira desejara governar, mais uma vez, o Alentejo, onde ganhara os louros das linhas de Elvas.

Demitiram o conde de Atouguia do cargo que lhe fôra entregue, mas a fôrça contrária era muita e a Regente não podia resistir-lhe. Aventou-se que a única pessoa capaz de superintender na marinha era o fronteiro e oferecera-se-lhe o pôsto de capitão-general da armada [1].

«O conde recebeu êste aviso com tão vehemente

(1) Sebastião da Rocha Pita — *História da América Portuguesa*.

(2) Foi a mãe de D. Manuel Luís de Ataíde, tenente-general de cavalaria, ferido na batalha de Montes Claros. Morreu em 12 de Outubro de 1655, sucedendo-lhe no título seu irmão D. Luís Peregrino, que foi oitavo conde de Atouguia, assassinaram-no em 6 Outubro de 1689.

(1) 1662.

pesar, que, arrebatado da cólera que predominava no seu alvedrio, fêz publicar aquelas queixas que costumam ser de maior efeito discursadas que proferidas» ([1]).

Queixou-se sentidamente à Rainha ao ver-se exonerado quando os espanhóis se mostravam ameaçadores. Confiava em absoluto nos trabalhos que organizara e que serviriam a outros. Deteve-se a nomeação de Marialva, mas houve resistência, e o conde partiu para a Côrte deixando seu filho, D. Manuel, entregue ao tio D. Luís de Meneses.

Era fácil conquistar para a revolta um homem neste estado de alma.

O duque de Cadaval foi encarregado pela Rainha de atenuar o desgôsto do conde com a patente de capitão-general da armada, que aceitou sem sentir-se grato.

Seu «ânimo era tam conhecidamente sujeito á paixão arrezoada, que irritado em matérias de pundonor era muyto difficil de aplacar» ([2]).

Por isso se encontrou no «Triunvirato», naquele domingo, 17 de Junho de 1662, com Castelo Melhor e Sebastião César de Meneses no Paço de Alcântara, a quem aplicavam o título da comédia espanhola *Monstruo de la Fortuna.*

Assim o filho de D. Felipa de Vilhena replicara ao menoscabo.

A Regente julgava tê-lo obrigado muito, conforme se depreende da carta escrita a sua filha D. Catarina, Rainha de Inglaterra, na qual expressava a sua mágoa:

«A la tarde passó El Rey syn orden myo a Alcantara cõ el conde de Castel Melhor y Atogia (que ala vispiera me avia besado la mano por el generalato del Armada)» ([3]).

O pôsto não representava, aos olhos do agraciado, suficiente resgate do agravo, pois pressentia que a sua cuidadosa obra no Alentejo serviria à glória de Marialva quando esperara utilizá-la.

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([2]) Idem, idem.

([3]) Correspondência de D. Luísa de Gusmão com a Rainha de Inglaterra. Mss. da A. C. L.

Ficara no govêrno, se não satisfeito, ao menos dando aos inimigos a certeza de que lavara do rosto a marca da bofetada.

Castelo Melhor ambicionava para si o mando supremo e os colegas embaraçavam-no. Fêz-se «senhor do Paço, consentindo-o e ajudando-o fatalmente os dois companheiros de valia, principalmente o conde de Atouguia, a quem, oferecendo-se o sumo poder de tudo, o não quis aceitar porque, seguindo o incomparável desinterêsse com que governou o Estado Brasil, não queria que se julgasse ambição o que dava a entender que obrava sòmente por zêlo» ([1]).

Começaram os desterros. O padre António Vieira, o ministro Pedro Vieira da Silva, o duque de Cadaval, Garcia de Melo, Manuel de Melo, os condes de Soure e de Pombeiro saíram forçadamente da Côrte.

Acabar-se-ia pelo internamento da Rainha no convento de Xabregas.

O «Triunvirato» dividia-se e o conde de Atouguia, por menos interesseiro, foi o primeiro sacrificado. Voltou o seu mal-estar; a irritação ante a falta de acatamento a seus ditames, e a tal ponto chegou a pouca atenção por sua pessoa que «puxara da espada na escadaria interior do Paço, fazendo exquisitíssimas diligências pello prender e quizeram acrescentar à Ordenação maior pena que a que ella impõem aquelle crime» ([2]). Porque «o ódio era capital, que não que fôsse capital a pena» ([3]).

Veio o desvalimento; seguiu-se o de Sebastião César de Meneses ([4]). Castelo Melhor dominava ([5]).

Primeiro que se despedisse da vida ([6]) a enclausurada viúva de D. João IV, deixou o Mundo ([7]) o varão que fôra valente, honrado, pundonoroso por carácter, mas não preferindo o interêsse aos desagravos.

([1]) D. Fernando Correia de Lacerda — *A Catástrofe.*

([2]) Idem.

([3]) Idem.

([4]) Desterrado para Buçaco.

([5]) Biografia do conde de Castelo Melhor.

([6]) Finou-se em 27 de Fevereiro de 1666.

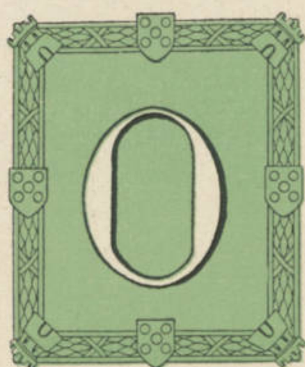
([7]) Faleceu em 16 de Agôsto de 1665.





MARQUÊS DE MARIALVA

Os Cantanhede — O «partido velho» — Vitória das Linhas de Elvas — A invasão de D. João de Áustria — Batalha de Montes Claros — O coração do «Libertador da Pátria»



O PRIMEIRO conde de Cantanhede, D. Pedro de Meneses, era alferes-mor de D. Manuel I e terceiro neto de D. Gonçalo Teles de Meneses, irmão de D. Leonor Teles e conde de Neiva e Faria, alcaide-mor de Coimbra.

Provinham da estirpe de Fruela II, Rei de Leão. Uma filha natural de D. Sancho I, Teresa Sanches, casara com Fernão Teles de Meneses, que viera do Reino leonês.

O descendente de tão celebrada grei, amerceado com o título da vila de que o avoengo, D. Gonçalo, fôra senhor, estivera na batalha de Toro e muito se dedicara a D. Afonso V.

Faleceu na sua vila, onde se ergueria o sumptuoso palácio, digno de príncipes, em cuja fachada os brasões asseguravam alta nobreza dos Cantanhede no relêvo das armas do Reino, as três flores de lírio de ouro e o escudo da família: um anel de rubi.

Em 1640 o segundo conde de Cantanhede, chamado também, como o glorioso avoengo, D. Pedro de Meneses, era presidente do Senado de Lisboa. Casara com D. Constança de Gusmão, filha de Rui Gonçalves da Câmara, primeiro conde de Vila Franca, donatário da ilha de S. Miguel, e de D. Joana de Gusmão, filha do terceiro conde de Redondo, D. Francisco Coutinho, vice-Rei da Índia.

O primogénito da casa chamava-se D. António Luís de Meneses e amava as emprêsas guerreiras. Marido de D. Catarina Coutinho em 1635, por sua grei haveria direitos ao condado de Marialva.

O secundogénito dos Cantanhede, D. Rodrigo de Meneses, dedicara-se à carreira das leis. Conspirara também largamente para a independência de Portugal e era sob uma árvore frondosa, na quinta de D. António Luís de Meneses, em Alcântara, que se reüniam os conjurados ainda antes de se ter ligado o verdadeiro núcleo revolucionário.

Os moços não disseram palavra do movimento a seu pai, presidente do Senado, em cuja pessoa Felipe III renovara o título do condado. Apareceram-lhe depois de se baterem.



O progenitor morreu em 15 de Janeiro de 1644, depois de ter visto o filho mais velho nomeado coronel de um têrço no próprio dia 1.º de Dezembro.

Organizou-se em Coimbra outro contingente de mil seiscentos e sessenta homens, cujo comando lhe foi confiado, e recusando lugares na Côrte só as armas o chamavam.

D. Rodrigo, o irmão, entrara de grande vontade na conjura e muito a animara nas suas viagens do Pôrto para o Alentejo, onde se entendia com o marquês de Ferreira e conde de Vimioso, pois fôra arcediago em Évora depois de doutor em cânones. Renunciara ao estado eclesiástico para se dedicar à jurisprudência, que o elevou a desembargador do Paço e governador da Relação do Pôrto antes de obter o maior cargo das justiças: o de seu regedor.

Devorava-o a paixão da política e depois a dos livros. Bibliófilo distinto, conhecia suficientemente a História para a aplicar.

O conde de Cantanhede morava no seu palácio ao Loreto [1], casarão enorme desprovido da beleza de tôdas as residências nobres de Lisboa, armoriada nos cunhais de granito.

Abrir-se-ia para os Meneses esplendoroso caminho se não arvorassem tão abertamente as suas opiniões. O primogénito organizava tropas, conduzia reforços, era chamado para as graves questões militares, mas sem os altos comandos que ambicionava; o mais novo subia na magistratura.

O conde de Cantanhede era senhor da vila de seu título e de Melres, Mondim, Serra de Álem, Hermelo, Bilhovaz, Ferreiras, Avelãs de Caminha, Leomil, Penela de Pinhele, Valongo de Azeite, administrador e senhor de Medelo, S. Silvestre, Santa Maria de Azevo, S. Romão de Boures e de S. Cosme de Azerena.

A D. Rodrigo de Meneses couberam as comendas da Idanha e Juromenha com o desembargo do Paço.

No reinado de D. João IV a oposição do conde era manifesta às correntes preponderantes, das quais resultara a influência do partido do conde de Odemira [2], ao qual antepunha o seu, que ia triunfar na regência de D. Luísa de Gusmão.

Falecido o monarca em 1656, o conde de Cantanhede, que saberia facilitar, como vèdor da Fazenda e ministro, algumas concessões e favorecer os seus fiéis, estava no primeiro plano.

Governava Campo Maior. Era pouco para a sua ambição guerreira; sempre desejara um grande pôsto militar; a Rainha oferecia-lhe o comando do Alentejo.

Era difícil a tarefa em virtude das desavenças constantes entre os cabos de guerra.

(1) Ao fundo da actual praça de Camões. No prédio que construiu no sítio, além de vários estabelecimentos, está actualmente o Consulado do Brasil.

(2) D. Francisco de Faro e Noronha, chefe do «partido velho», faleceu em 15 de Março de 1661.

O duque de Aveiro, D. Raimundo de Lencastre, que fôra chamado para importante missão, passara ao inimigo.

O partido de Cantanhede marcou o seu triunfo com a carta [1] pela qual a soberana nomeava o ilustre fidalgo para a subida categoria de fronteiro quando Elvas corria grande perigo.

A Regente falara-lhe em grande confiança e cópia de promessas, assegurando-lhe que se não lhe desse todos os socorros e recursos, como os castelhanos costumavam fornecer aos seus exércitos, «por castelhana a tomasse».

Êle partiu para Estremoz e encontrou na vila o intemerato general de cavalaria André de Albuquerque, a cuja vaidade falou ao dizer-lhe vir «a sentar praça de seu soldado; porque, igualmente, reconhecia em si a falta de se não haver criado na guerra e nêle, general, as grandes experiências que havia adquirido nela».

O exército aplaudiu o elogio do valoroso capitão que tantas vezes o conduziu à vitória; os oficiais, pouco habituados aos louvores espontâneos dos chefes, simpatizaram desde logo com o político.

Êle começou por fazer o inquérito da situação. Estava em Elvas grande fôrça portuguesa em homens, artilharia, cavalos, munições e víveres e fora da praça, que D. Luís de Haro cercava, não havia mais de dois mil infantes e mil e oitocentos cavaleiros, mas todos enfraquecidos pelos grandes trabalhos do sítio de Badajoz. Feridos, cansados, estropiados, falhos de moral e de incentivo, os soldados e oficiais representavam fraco recurso que só um grande e prestigioso comandante poderia reanimar.

¡E êle «que vinha sentar praça de soldado de André de Albuquerque»!

A grande qualidade, desde logo demonstrada e utilizável pelo conde de Cantanhede, foi a da diplomacia. Reconciliava os cabos de guerra; falava a cada um conforme seu feitio e até conseguira reatar as relações do general de cavalaria com o conde de Mesquitela, a-pesar-de há muito andarem desavindos.

Cada vez se apertavam mais os lados de camaradagem, mas também o cêrco dos espanhóis a Elvas, onde penetrara a doença com a fome. Sabia-se terem morrido trezentas pessoas num dia, e de tal maneira se habituara a população a tanta mortandade que já ficavam insepultos os cadáveres, servindo, alguns dêles, de assentos a jogadores nas ruas e becos.

Escasseava o terreno para sepulturas dentro das muralhas e não convinha dar ao inimigo a certeza da epidemia pedindo-lhe autorização para enterrar os seus defuntos fora da cidade cercada.

Debalde D. Sancho Manoel [2] e os outros oficiais

(1) Tem a data de 2 de Dezembro de 1658, mas o conde já partira para Estremoz em 20 de Novembro.

(2) Ver Biografias.

que tinham ficado em Elvas buscavam atenuar os sofrimentos da tropa e da população. Faltavam-lhes recursos; os ânimos tinham decaído. O ar era pestilencial; fediam mortos e vivos. Só não faltava totalmente o pão, que era comido com lágrimas de desespêro.

Soldados de ânimo perdido desdenhavam as armas inúteis; dormiam nos pórticos das igrejas por falta de quartéis e, despindo os cadáveres para se utilizarem das suas roupas, faziam dêles amparos para os corpos, leitos mais macios do que as pedras e lajedos, travesseiros e assentos, em contactos, a um tempo, imundos e sacrílegos.

As mulheres seguiam o exemplo dos homens; esquálidas crianças choravam e os velhos deixavam-se morrer.

Os espanhóis dominavam do alto da Graça e do Forte de S. Francisco; os morteiros rugiam e, caindo na cidade, causavam pânico e destroços.

Havia correrias e os cavalos, faltos de ração, emmagrecidos, de olhos baços, seguiam os fugitivos em tropel de fantasmas levados no acaso, sem norte nem guias. Por vêzes abriam-se as portas e os animais, em galope de bom destino, iam pastar fora das muralhas. Os castelhanos admiravam-se ao verem tanto gado e não passaram sem o cobiçar. Eram os cavalos os aboíses com que se esperava atraír os arrogantes inimigos. Equivalia a chamar a sua valentia para os tomarem.

Em certa ocasião levaram alguns dos animais, mas deixaram, nas portas da cidade, cavaleiros e peões mortos e vinte prisioneiros.

Desencadearam-se os temporais violentos; chuvas e frios contra os quais os sitiantes não tinham as armas dos abrigos; as árvores, que os raios por vêzes fulminavam, tornavam-se os quartéis e as guaritas das atalaias.

Desentroncavam-se oliveiras para de suas ramas se fazerem barracas, mas as tormentas continuavam implacàvelmente e havia deserções em bandos. Apareciam soldados espanhóis desmoralizados, cobertos de lama, as roupas pegadas aos corpos, suplicando quartel em Juromenha, Vila Viçosa, Estremoz e até em Elvas, onde, a-pesar-da dificuldade que havia para manter os portugueses, lhes davam guarida.

Acabaram por se apresentar com armas, cavalos e bagagens, que o conde de Cantanhede mandava pagar-lhes.

O exemplo dos maus soldados castelhanos não contagiou os portugueses, pois tendo desertado mais de mil das suas bandeiras, nem um só dos nossos os imitou.

D. Sancho Manoel, que comandava em Elvas, conseguira fazer chegar às mãos da Regente uma carta na qual lhe narrava a verdadeira situação da praça: a doença, a fome, a miséria, a desmoralização, a falta de medicamentos, a epidemia alastrando.

Apresentava o alvitre de ir a Rainha a Estremoz visitar o exército, pois ninguém deixaria de a auxiliar e aumentaria tanto o número de combatentes que os espanhóis se obrigariam a pactuar antes de correrem os perigos da derrota.

O Conselho de Guerra não concordou com aquela proposta, sugerindo a de se contratarem tropas estrangeiras.

O conde de Cantanhede solicitava socorros de outra ordem, nanja de alheio, mas dos portugueses embarcados na frota destinada ao Brasil. Não era possível, pois nos editais de recrutamento se declarava serem marinheiros e não soldados os que se alistassem na armada.

Olivença estava em poder dos espanhóis; Elvas mal resistiria por mais algum tempo.

Era alucinante aquela situação. Não vinha o menor auxílio de Lisboa; caíra-se no desespêro. Ao brado de alarme, sôlto de Estremoz, acudira-se com o socorro possível, mas as notícias da cidade sitiada eram desoladoras.

Dos onze mil homens que podiam bater-se, no comêço do cêrco, só a décima parte ainda pegaria em armas com alento.

Era no final de Dezembro; o frio e a chuva desmoralizavam com a fome, a doença e a desesperança.



A-pesar-do apertado sítio que os espanhóis punham a Elvas, conseguiram saír da praça cinco guias destinados ao exército do conde de Cantanhede.

Combinara-se ataque simultâneo.

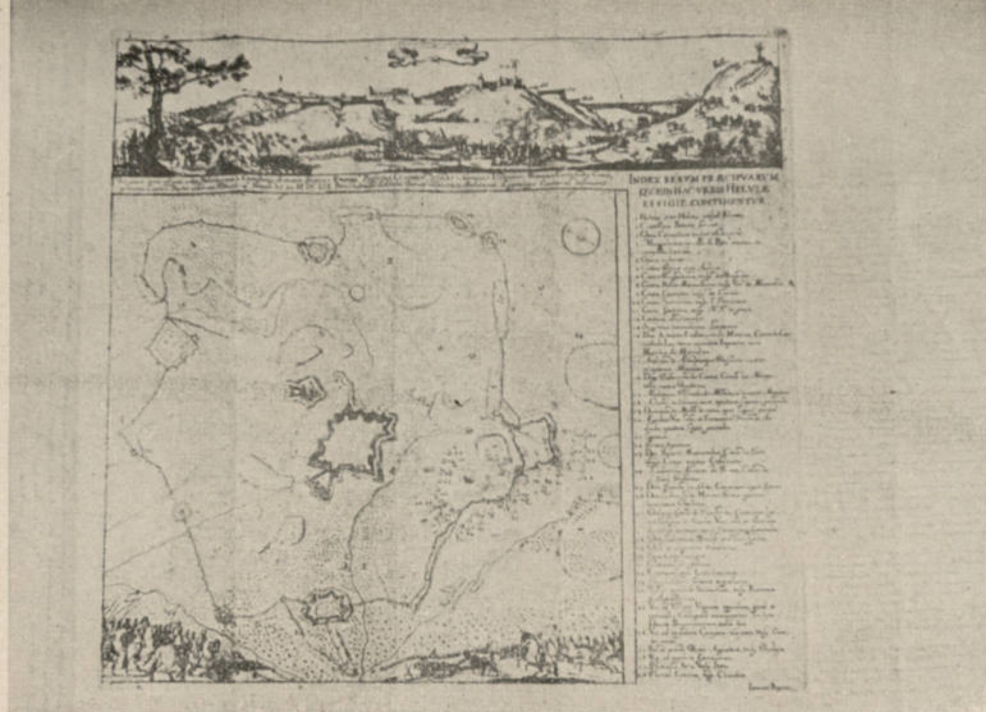
D. Sancho Manoel, sitiado, irromperia da praça com a sua gente válida ao ouvir o troar da artilharia de socorro.

Era em Janeiro ([1]); a terra empapada pela chuvas transformava-se, nalguns sítios, em verdadeiros lodaçais, mas as tropas marchavam, embora não tivessem chegado os solicitados guias. Os espanhóis aprisionaram-nos, mas havia entre as armas que avançavam muitos oficiais conhecedores dos caminhos, atalhos e veredas que levavam aos arrabaldes.

Dos oito mil homens de infantaria só mil e quinhentos podiam ser considerados aptos militares; os outros eram voluntários e ordenanças, gente das milícias, outra arrebatada aos campos. Dois mil e novecentos cavaleiros, educados na escola de André de Albuquerque, formavam o escol dos contingentes, os quais possuíam apenas sete canhões.

Tinham-se desguarnecido Borba, Juromenha, Vila Viçosa, Campo Maior, Arronches e Monforte.

([1]) 13 de Janeiro de 1659.



Planta de Elvas
(Existente na Sala da Restauração do Museu Militar)

O estado maior constituía a fôrça da disciplina e do arrôjo; além do famoso Albuquerque das cavalarias, estavam com êle o conde de Mesquitela, D. Rodrigo de Castro; André Furtado de Mendonça, que comandava a pouca artilharia, e outros notáveis cavaleiros; cinco tenentes-generais: Denis de Melo, Gil Vaz Lôbo, Manuel Freire de Andrade, de Tamericourt e de Lalande, representando a certeza do valor dos esquadrões.

Avançava-se para as Linhas de Elvas na manhã nevoenta de Janeiro.

D. Sancho Manoel ouviu troar a artilharia e respondeu com as salvas jubilosas.

Vestiu as suas galas; do mesmo modo praticou o estado maior e, ostentando plumas como para festa paçã, montara a cavalo. Até os soldados doentes pegaram em armas; repicaram os sinos; estava exposto o Santíssimo.

Pelas torturas infligidas aos prisioneiros, que deviam ter servido de guias ao exército atacante, o general espanhol D. Luís de Haro, ministro de Felipe IV, sabia qual o plano dos portugueses.

Avançariam pelo lado dos Murtais. Assim o declaravam, em verdade, os prêsos, mas o general D. Juan Pacheco não os acreditava. Se tal diziam — sugeria êle — era porque tencionavam atacar pela banda contrária.

Os assaltantes não tinham modificado o plano e, na manhã de 14 de Janeiro, já estavam em ordem de batalha apoiando-se nos terços de Diogo Gomes de Figueiredo. Era gente afeita a pelejar: mil e duzentos soldados escolhidos em diversos regimentos para formarem o batalhão especial da vanguarda do exército.

Seguiam-nos as tropas de menos experiência, apoiadas pela cavalaria de André de Albuquerque. Ao centro ficara o conde de Cantanhede com dois mil infantes e os novecentos cavaleiros do comando de Gil Vaz Lôbo e Manuel Freire de Andrade.

Os corpos de reserva, os cinco terços, eram comandados por Gregório de Castro Morais, Álvaro de Azevedo, Lucas Barreto, Gabriel de Castro e Luís de Mesquita com a cavalaria de de Lalande. A artilharia assestava-se num outeiro, quási a descoberto, mas dominando as posições dos adversários, que não conseguiram contrabatê-la.

Tocavam as trombetas; rufavam os tambores em grande alarido. O general espanhol, que esperava o inimigo pela banda dos Murtais, ficou surpreendido e em brados de desencorajado julgou-se desde o comêço perdido.

As linhas do seu exército que sitiava a cidade foram cortadas de ímpeto; embora o duque de S. Germano procurasse restabelecê-las com alguns terços e ralhassem as peças de D. Gaspar de La Cueva, não havia maneira de se sustentarem sob o fogo da artilharia disparada das muralhas de Elvas.

O duque de Ossuna pôde formar os seus esquadrões, mas o melhor montado, o de D. Juan de Quintanal, andava longe das trincheiras, e, quando quis alcançá-los, encontrou a cavalaria portuguesa do tenente Russo, que lhe impediu a passagem, retirando quando surgiu a massa dos esquadrões reforçados.

O combate travou-se. Tinham acudido os cavaleiros da reserva, os de Denís de Melo e de Tamericourt, frescos e resistentes.

O conde de Mesquitela, com a infantaria, tomara um dos cinco fortins e o próprio general em chefe, atirando os seus terços bravamente, foi secundado pela infantaria da praça, que se vingava das misérias do cêrco.

Pela tarde, o exército espanhol, sem comando, dispersava. A cavalaria portuguesa arrojara-se até ao Caia, cujas águas caudalosas pela invernia afogavam os espanhóis que tentavam vadeá-las.

D. Sancho Manoel, esvoaçando as suas plumas, caíu nos braços do conde de Cantanhede coberto de glória e dos louros do campo de batalha. Os soldados irromperam em aclamações; os que tinham resistido à miséria e à doença, esfarrapados, ainda famintos, corriam impelidos pelo entusiasmo.

Era uma teoria de espectros galvanizados por alegria de enlouquecer.

Dos dezóito mil homens espanhóis só formavam cinco mil infantes e mil e trezentos cavaleiros. Cinco mil ficaram cativos e seiscentos feridos. Eram muitos os mortos.

Foram ópimos os despojos da batalha. Além dos

importantes documentos, armas e todo o recheio da tenda de D. Luís de Haro, que fugira, registavam-se dezanove peças, três morteiros, cinco petardos, quinze mil armas, munições e muitos mantimentos [1].

Cada um podia comer conforme a sua fome.

André de Albuquerque morrera pelejando; acabara a sua carreira gloriosa dando sua vida à Pátria.



El-Rei D. Afonso VI honrou, quanto lhe aconselharam, o triunfador, cujos partidários redobravam de acção ante as mercês do chefe, às quais não podia opôr-se o conde de Odemira, que o recebera em vénias paçãs, pùblicamente, sem se considerar vencido ou deprimido.

Quando o marquês de Choup, enviado de Mazarino, se apresentou com as propostas de submissão à Espanha, o guerreiro enfureceu-se e disse, no Conselho de Estado, que se a nobreza e o povo soubessem da miséria moral expressa naquele documento, nenhum dos presentes saíria dali sem vexame.

A Rainha agraciara-o com o título de marquês de Marialva [2]; êle tinha saùdades da guerra e queria ir, mais uma vez, bater-se no Alentejo, onde governava o conde de Atouguia.

O seu partido era forte, mas não podia aniquilar, totalmente, o adverso.

Luís XIV casara com Maria Teresa de Espanha; porém desejava arruïnar a pátria da espôsa em proveito da França e pensava auxiliar Portugal. Carlos II de Inglaterra já reconquistara o trono; preparava-se o seu consórcio com D. Catarina de Bragança.

Feita a paz com os franceses, Felipe IV podia dispor dos veteranos da Itália, da Flandres e da Catalunha para a reconquista.

Ia aparecer na cena portuguesa D. João de Áustria, filho do soberano e da actriz Maria Calderona, ambicioso e detestado pela maior parte da nobreza espanhola. Buscava antepor-se-lhe a experiência de Schomberg, que os nossos generais viam de má sombra.

A facção do marquês de Marialva ganhara maior influência depois da morte do conde de Odemira, que deixara o Mundo em 15 de Março de 1661.

Chegara o momento do herói das Linhas de Elvas



Marquês de Marialva
(Quadro da Galeria Uffizi, de Florença)

repetir o seu pedido de comando no Alentejo. Hesitava-se em satisfazer-lhe a grande ambição.

O conde de Atouguia tinha amigos junto do Rei, que se impacientava sob o domínio materno. Dizia-se que não tardaria em querer governar.

Consentiu-se que Marialva fôsse, com as suas tropas da Estremadura, percorrer a fronteira.

D. João de Áustria, coberto pela fama das suas vitórias da Itália e da Catalunha, era indicado para uma grande investida na qual vingaria o opróbrio de que se cobrira D. Luís de Haro nas Linhas de Elvas. Voltando triunfante coisa alguma se lhe podia recusar.

Felipe IV estava doente; morrera Mazarino amortalhado na sua púrpura e na sua avareza [1]. A sucessão do trono espanhol era precária.

O bastardo real, impelido pelos seus partidários, aceitara o comando dos dez mil homens de infantaria e cinco mil de cavalaria, embora os considerasse insuficientes para uma vantajosa campanha.

Malsinavam-no na Côrte; pouco faltava para o considerarem abatido de coragem.

Tomou Arronches, mas quando o conde de Atouguia, D. Sancho Manoel e o marquês de Marialva [2]

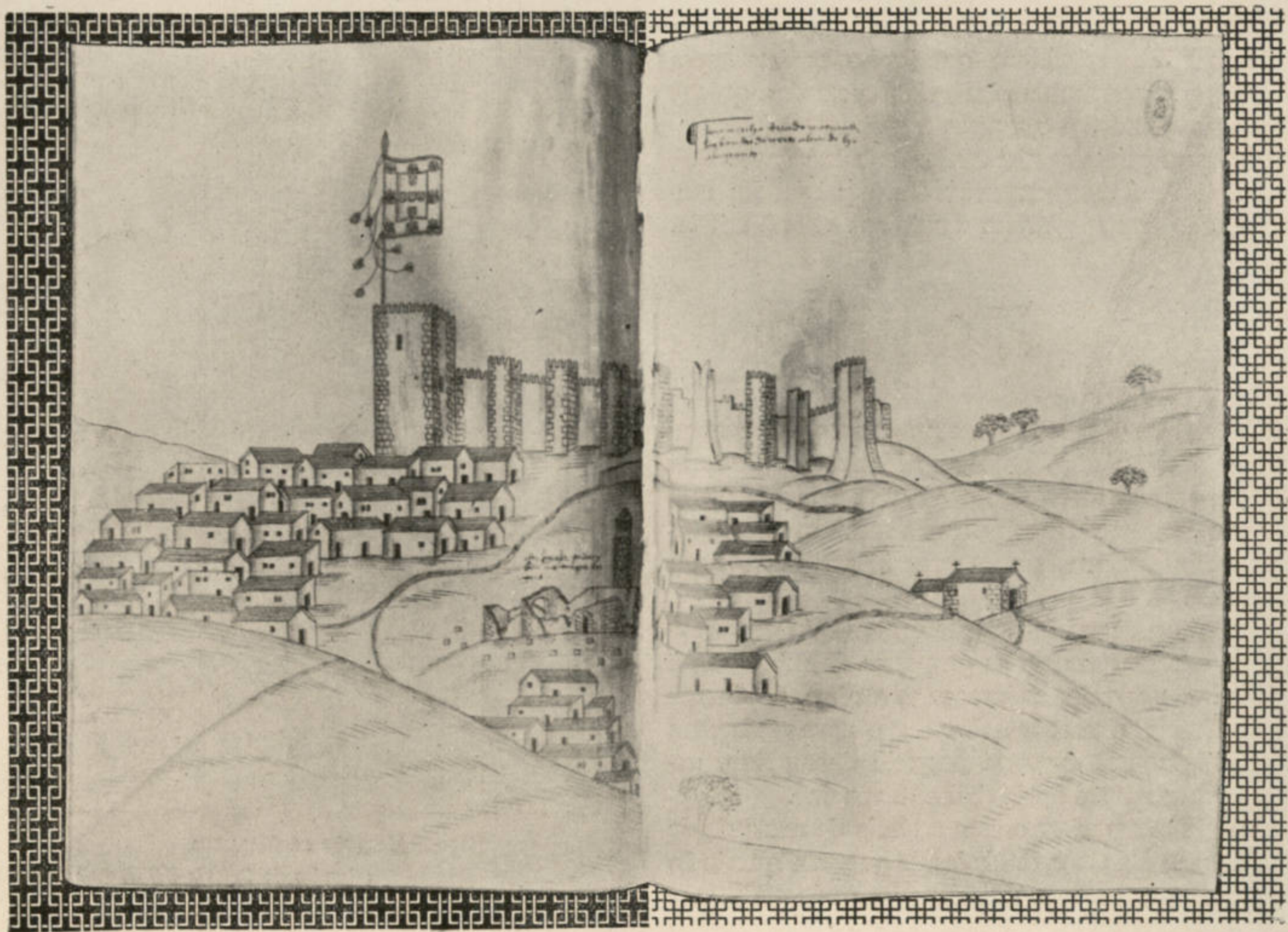
---

[1] Os portugueses perderam duzentos soldados, ficando seiscentos e sessenta feridos. Morreram, além de André de Albuquerque, os mestres de campo Luís de Sousa Meneses e Fernando Silveira, doze capitães, dez alferes e dois ajudantes. Entre os feridos contavam-se os condes de S. João e da Tôrre, Simão Correia da Silva, António Galvão, Ascenso Álvares Barreto e Bartolomeu de Azevedo Coutinho, quatro sargentos-mores, vinte e três capitães, nove ajudantes, vinte e dois alferes e trinta e dois sargentos.

[2] 11 de Junho de 1661.

[1] 9 de Março de 1661.

[2] O chefe dos exércitos era o conde de Atouguia; D. Sancho Manoel comandava as tropas da Beira e Marialva as da Estremadura.



Castelo Juromenha

(Do Livro Duarte d'Armas)

se acercaram, o Príncipe foi assaltar Alconchel e retirou-se para Badajoz.

Diminuía o seu prestígio militar; pedia que lhe enviassem os tão falados veteranos da Itália, da Flandres e da Catalunha, mas tarde lhos confiaram.

Invadiria Portugal com nove mil peões, cinco mil cavaleiros, dezasseis peças, oito petardos e três morteiros.

Já o marquês de Marialva conseguira o almejado govêrno do Alentejo. O chefe do Estado Maior era Schomberg, que instruíra as tropas em nova tática: a da marcha de costado, em filas, quando antigamente se formava em linha, por companhias e esquadrões.

Ordenou-se o avanço do exército para Elvas, que D. João de Áustria fingiu empreender, tendo porém o fito de se internar na província atirando para as fronteiras os portugueses.

Estremoz foi o seu objectivo.

Queimou Vila Boim, mas Marialva recolhera-se na praça que o general espanhol desejava tomar. Schomberg construíu trincheiras e linhas defensivas ante as quais o cabo de guerra estacou [1]. Apareceram-lhe tôdas as dificuldades da emprêsa.

[1] 12 de Maio de 1662.

Correu que ia saquear Vila Viçosa, mas, marchando sôbre Borba, ganhou-a e mandou enforcar o governador, Rodrigo da Cunha Ferreira, que resistira.

Convinha-lhe apossar-se da vila brigantina, mas precisava garantir-se com Juromenha, a atalaia portuguesa. Sabia o exército inimigo em Estremoz e podia mover à vontade as suas tropas.

Era febril, fulminante e formidável.

Nunca se vira tão veloz investida. Assombrava. Os soldados veteranos encontravam dignos adversários.

O marquês de Marialva, não querendo ouvir Schomberg, receando que o dissessem seu mentor, preferiu que Agostinho de Andrade fôsse verificar as posições inimigas e o ponto donde poderia assaltá-las. Trouxe-lhe o plano, que constituïria a mais desagradável das surprêsas. Mandara, ainda, D. Luís de Meneses [1] atacar uma das trincheiras, mas desfizera a ordem, desolado, pronto a correr sôbre Vila Viçosa.

Sacrificaria Juromenha, onde Manuel Lobato, bravamente, resistia. Ante o desígnio do chefe pactuou, mas saíu da praça com mil e setecentos soldados dos dois mil e quinhentos com que organizara a defesa, bandeiras e armas.

[1] Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

O general espanhol passava como um flagelo; tomou Veiros; em Monforte foi recebido pela população, que prendera o governador António Áivaro Velez da Silveira. As povoações vizinhas cediam: Alter do Chão, Cabeço de Vide, Alter Poderoso, terras sem condições de resistência e que por isso temiam as violências extremas.

Sabia-se que os espanhóis eram crudelíssimos para com os vencidos.

Avançara sôbre o Crato, onde o governador, André de Azevedo de Vasconcelos, assestou a artilharia, cumprindo o seu dever.

A população, apavorada, receando a vingança bárbara dos castelhanos, queria salvar-se dos latrocínios, dos vexames, dos horrores. O capitão e o sargento-mor Gonçalo Gonçalves Chaves foram condenados à fôrca e os seus cadáveres, pendentes dos adarves, representavam a ignomínia dos vencedores.

Lançaram fogo ao castelo de Alter Poderoso; Assumar foi sua prêsa, mas em Alegrete o oficial francês Lacose teve o brio suficiente para não se entregar.

D. João de Áustria não perdeu tempo; avançou na devastação; procurava impôr-se pelo terror.

Ouguela cedeu; o seu governador, Domingos Ataíde de Mascarenhas, parecia mais espanhol que os próprios invasores, e alguns dos seus oficiais imitaram-no.

Depois da correria frenética e desabalada, o Príncipe partiu para Badajoz com as prêsas.

O marquês de Marialva viu chegar o contingente inglês, os dois mil infantes e setecentos cavaleiros, que Carlos II mandava combater por Portugal e se aquartelaram em Évora, e ordenou a execução dos traidores que tinham pactuado em Ouguela. Retirou-se para a capital de má sombra.

Não aumentara a sua glória. A política devia sofrer com o insucesso do general.

Schomberg guardava o comando, mas era protestante e estrangeiro e não o acatavam sem a égide de um general português.

Êle, serenamente, dizia que o tinham contratado para comandar.

Évora, cercada pelo exército de D. João de Áustria, não pôde defender-se [1]. Para demais, como de costume, os cabos de guerra não se entendiam. Enchera-se de susceptibilidades D. Luís de Mesquita, que D. Sancho Manuel, elevado a conde de Vila Flor [2], não achava capaz de chefiar a aumentada guarnição. Confiara-a a Manuel de Miranda Henriques, que adoecera. Debalde o conde de Vimioso buscava abonançar as questões abertas entre êles.

A cidade entregou-se só à vista das trincheiras que os espanhóis cavavam.

Debalde lhe quis acudir o conde de Vila Flor.

(1) 14 de Maio de 1663.
(2) Biografia de D. Sancho Manuel.

A notícia da rendição lançara o pânico em Lisboa, que sentira a ameaça, o caminho aberto, a aproximação dos espanhóis se acaso derrotassem o exército que se lhes antepusesse.

O povo, irritadíssimo, correu a assaltar os palácios dos fidalgos que tinha como responsáveis do desastre militar, e não escapou o de Marialva.

A marquesa [1] e as filhas foram obrigadas a fugir, pela travessa dos Gatos, ante a fúria popular. Entre os assaltantes deviam encontrar-se muitos dos que tinham aclamado o guerreiro vencedor.

As senhoras recolheram-se ao convento da Esperança. O conde de Sarzedas, querendo evitar mais desmandos da turba, encontrara os destroços das salas. Roubara-se, partira-se, despedaçara-se.

Aos urros, em febre patriótica, iriam uns ao assalto; a outros, e eram êsses os ladrões, movia-os o crime mascarado de civismo.

A nobreza aterrara-se. O palácio de Luís Mendes de Elvas fôra também saqueado.

D. João de Áustria soube do que se passava na capital; devia ter agentes preparados para promover a desordem. Os espanhóis lançaram avançadas até Alcácer do Sal.

A situação era péssima. Nunca se poderia pensar em tão rápida marcha.

Schomberg pôs em prática o estratagema de deixar acesas as fogueiras em pontos de que se retirava o exército e sôbre os quais se desperdiçavam as balas inimigas.

Évora tentara sublevar-se; rigorosamente se castigou a rebelião.

Movia-se a hoste do conde de Vila Flor, contra o qual marcharam os invasores, que se perderiam na batalha do Ameixial [2].

Desta vez, Lisboa, alvoroçada de júbilo, ouviu as turbas em delírio aclamando os nomes do general conde de Vila Flor e até o de Schomberg.



O marquês de Marialva preparara as suas tropas para auxiliar as de D. Sancho Manuel. O perigo agi-

(1) D. Catarina Coutinho, filha de D. Manuel Coutinho, senhor da Tôrre do Bispo e do morgado de Medelo. Nasceram do consórcio dos marqueses de Marialva: D. Pedro António de Meneses, segundo do título; D. Manuel Coutinho, depois conde de Redondo; D. Guiomar de Meneses, que desposou seu tio D. Rodrigo; D. Maria Coutinho, marquesa de Cascais; D. Isabel de Meneses, matrimoniada com D. Lourenço de Lencastre, alcaide-mor de Coruche; D. Antónia de Meneses, que professou no convento da Esperança, bem como sua irmã D. Jerónima Coutinho.
(2) 8 de Junho de 1663.

tara a alta nobreza. Entre os voluntários daquele exército estavam grandes senhores: os condes da Vidigueira, de Mesquitela, Sarzedas, Santa Cruz, D. Lourenço de Lencastre, Luís de Saldanha e Albuquerque, António Correia Baharem, D. Francisco de Mascarenhas, D. Diogo Fernandes de Almeida, Francisco Pereira da Cunha, D. Neutel de Castro, António Luís Coutinho, Fernão de Miranda, almas arrebatadas pelas desditas da nação e que iam imolar-se ou vencer.

O herói das Linhas de Elvas caíu nos braços do vencedor do Ameixial ([1]). Shomberg viu-se enaltecido porque o seu chefe não pôde esquecer o grande concurso que lhe dera.

Avançou-se sôbre Évora, que desejavam libertar. Defendia-a o conde de Sertiara, D. Francisco Gattinara; orgulhosamente resistia. Depois de sentir a vitória evidente dos portugueses, queria ainda salvar a guarnição, que ficou prisioneira ([2]). Era a desforra das humilhações anteriores.

Quando em 1664 o marquês de Marialva foi de novo nomeado governador do Alentejo, o conde de Schomberg queixara-se, pois, segundo o contrato, só podia ter por superior o conde de Atouguia.

Já duas vêzes consentira em servir com outros chefes, mas não estava decidido a sacrificar-se de novo. Solicitava o comando que lhe era devido.

Marialva desejava por seu mestre de campo Gil Vaz Lôbo, não querendo empregar o estrangeiro, cuja fama, sendo muita, faria atribuír-lhe os melhores feitos praticados por generais portugueses, visto reinar sempre entre êles a maior emulação.

Deu-se a Schomberg o comando das armas estrangeiras e o novo fronteiro pôde levar consigo o chefe do Estado Maior que escolhera.

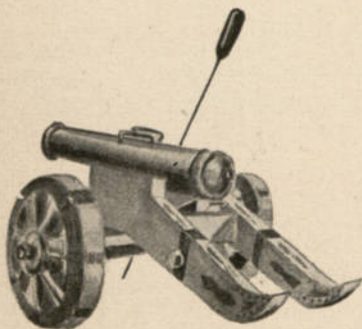
O primeiro empreendimento foi o de Valência de Alcântara, que perdurou, sendo entregue pelo governador Juan Ayala de Mexia após um sério ataque, no qual tomaram parte, fazendo os aproches ([3]) o mestre de campo Tristão da Cunha e Simão de Vasconcelos, irmão do conde de Castelo Melhor.

O conde de Schomberg empregou, valorosamente e valiosamente, as tropas de seu comando.

S. Vicente também se rendeu. Lavrara-se um documento que dizia:

Anno do Nascimento de N. Senhor Jesu Christo de mil e seis centos e sessenta e quatro anos, aos vinte e quatro dias do mez de Junho, em esta campanha de Valença na Tenda do senhor Marquez de Marialva capitão general do Alentejo, sendo ali presente Diogo Gomes de Figueiredo, Sargento Mór de Batalha, perante elle parecerão o Clero e Regedores do lugar de S. Vicente, termo de Valença, e por elles foi dito em nome do Clero do dito lugar e os Regedores em nome do Povo que vinhão a Elrey Nosso Senhor D. Affonso que Deos Guarde e se conffessão por seos leaes Vassallos e offerecião voluntaria e fielmente seo serviço e outrosim promettião de não tomar armas, nem hirem em alguma materia contra seu Real Serviço, antes ampararião do modo, que lhes fôr possivel, quaesquer partidos que chegarem áquelle logar e se obrigavão a acodir com mantimentos assim ao exercito como a guarnição da Praça de Valença e não darem nenhum aviso que possa prejudicar ás nossas armas, antes no-lo darão a nós como vassallos de Sua Magestade. O dito Senhor Marquez de Marialva General deste exercito, como a taes lhe assegura as suas fazendas, mercês e pessoas para o que lhes mandou passar salvo-conduto de que se fez este auto que todos assinarão aqui com o dito Sargento Mór da Batalha e eu Francisco Lopes Escrivão da auditoria que o escrevi.

Diogo Gomes de Figueiredo — Miguel Garcia de Moura, Francisco Gonçalves Marquez, D. Pedro de Mendonça Cascorro, Alonso Sanchez Rebelo, Diogo Marquez Ruburi, Diogo Gonçalvez Marquez.



Simão de Vasconcelos partiu para a Côrte a dar a notícia a El-Rei que havia mais uma praça forte em território espanhol.

D. João de Áustria mandara desmantelar a fortaleza de Arronches sentindo as dificuldades da sua conservação. Sabia-se, porém, que os espanhóis empreenderiam grande campanha, cujos preparativos faziam apressadamente.

Era asfixiante o calor no Alentejo quando Marialva começou a reünir os contingentes, pois Felipe IV, no seu grande desespêro, desejava aniquilar de vez a resistência portuguesa.

Se não estava em paz cabal com o resto da Europa podia ao menos dispor das suas tropas da Alemanha, Itália e Flandres, entregando-as a um grande cabo de guerra: o marquês de Carracena.

O duque de Aveiro ajudaria à conquista de Portugal com uma armada.

Sem valido, mal acreditando nos ministros, o Rei de Espanha meditava nos conselhos sinceros de sóror Maria de Jesus de Ágreda, cuja copiosa correspondência denotava seu talento e bom senso. Ouvia, também, o conde de Castrilho.

O poderoso exército espanhol saíu de Badajoz ao tempo em que estavam mobilizados os contingentes portugueses vindos de Trás-os-Montes, da Estremadura e da Beira, com os franceses ([1]), para o Alentejo

---

([1]) O encontro dos dois chefes deu-se em 17 de Junho de 1663.

([2]) O primeiro assalto foi em 23 de Junho de 1663 e a guarnição ficou cativa até 15 de Outubro.

([3]) Denominavam-se assim todos os trabalhos de engenharia destinados ao empreendimento de uma fortaleza.

([1]) «Le marechal de Schomberg étranger et huguenote passa en Portugal avec quatre mille soldats français que il payait de l'argent de Louis XIV e qu'il feignait de 'saudoyer au nom du roy de Portugal. Ces quatre mille soldats français, joints aux troupes portugaises, remportèrent à Villa Viçosa (17 Juin 1665) une victoire complète qui affermit le trône dans la maison de Bragance». (Voltaire. *Siècle de Louis XIV*). Não foi assim. Schomberg contribuíu muito para a vitória de Montes Claros, mas recebia sôldo português.

ardente naquele primeiro de Junho em que o marquês de Carracena iniciava a sua marcha sôbre Vila Viçosa ([1]).

Tocou a rebate o enorme sino que as balas espanholas arrebataram.

Marialva saíra de Estremoz e ia encontrar o mais forte exército até então reünido pela Espanha.

A Alemanha dera a Felipe IV três mil cavaleiros e dois mil peões. Da Itália e da Flandres chegaram dez mil soldados.

D. Luís de Benevides Carrilho de Toledo, marquês de Carracena e Fromesta, bravo de Piemonte, o *Marte Espanhol,* deixara o govêrno da Flandres para assumir o comando das grandes fôrças, que se compunham de quinze mil infantes, sete mil e seiscentos cavaleiros, catorze peças e dois morteiros. No seu estado maior figuravam oficiais notáveis: D. Diogo Correia, general da cavalaria espanhola; Alexandre Farnesio, general dos esquadrões estrangeiros; D. Luís Ferreira, general da artilharia.

Vila Viçosa defendeu-se bravamente durante oito dias, sendo seu governador Cristóvão de Brito Pereira, que dispunha apenas de mil e quatrocentos infantes.

Marialva lançara o desafio. Avisara o adversário de que iria procurá-lo aos seus redutos. Comandava quinze mil infantes, cinco mil e quinhentos cavaleiros e vinte peças. Schomberg com os estrangeiros; Denis de Melo e Castro à frente da cavalaria; D. Luís de Meneses, da artilharia; o conde de S. João chefiando as tropas transmontanas; e Pedro Jaques de Magalhães as beiroas. Grande número de fidalgos marchou voluntàriamente a caminho de Vila Viçosa.

Carracena, ao saber do avanço do inimigo, largou da vila brigantina e foi procurá-lo com a arrogância de grande capitão.

O exército português aguardou-o em Montes Claros sob a ardência de Junho, que no Alentejo estonteia e abate. Tinham comungado os católicos e evocado a Padroeira do Reino, que estava na sua igreja de Vila Viçosa assaltada.

Na vasta planície ardente, os portugueses dispunham-se a pelejar, cegos pela luz, tontos de cólera, ardendo em paixão. Descobria-se, do cabo do campo, a primeira ladeira da vasta serra de Ossa. Na véspera, o conde de Schomberg mandara ocupar a da Vigaira e os outeiros vizinhos, dos quais se avistariam as manobras do inimigo, mas não fôra obedecido pelo comissário geral Bartolomeu de Barros, que só de manhã cumpriu a ordem.

Ouvira-se ao longe o toque de trombetas, tambores e tímbales. Era a guarda do general espanhol que se aproximava.

([1]) 1 de Junho de 1665.

Apenas se encontrara o pequeno abrigo de um casal para resguardo da artilharia; as vinhas verdejantes estendiam-se pela esquerda e no tôpo da encosta que cobriam foram colocadas outras peças.

O marquês de Marialva falou aos seus soldados, que o compreenderam. Queria-os heróicos no primeiro entrechoque. Na sua bravura em tal lance consistiria a vitória.

Pelejou-se durante sete horas, e ao cabo de tanto heroísmo o marquês de Carracena foi refugiar-se em Juromenha. A bravura dos seus veteranos experientes encontrara o denodo de quem, defendendo a própria terra, a queria livre ou por sepultura. Nesta razão se forjou a vitória.

Quatro mil castelhanos acabaram ali e também setecentos dos portugueses, cujo exército contou mais de dois mil feridos.

Os prisioneiros espanhóis eram em número de seis mil. Ficaram abandonados despojos tão valiosos que admiravam os vencedores: três mil e quinhentos cavalos, catorze peças, dois morteiros, milhares de balas, mosquetes, carabinas, espadas, oitenta e seis bandeiras e dezóito estandartes.

Os oficiais espanhóis prisioneiros olhavam desolados o campo de batalha. Viam-se entre êles heróis e grandes capitães. Estavam ali D. Diogo Correia, general de cavalaria; D. Gaspar do Haro, filho do amigo de Felipe IV, conde de Castrilho, e que morreria das feridas, como outros seus camaradas, caídos em mãos portuguesas quando lhes faltou o alento e o sangue perdido os esgotou: D. Nicolau de Langres, D. Manuel Carrafa e os tenentes-generais D. Belchior Porto Carrero, D. José de Reategui e D. José Noguera, D Garcia Sarmento, o Príncipe de Xele, D. Francisco Flanquet, não se tendo salvo o próprio capitão das guardas do marquês de Carracena, D. Gonçalo de Guerra. Morreram também o conde de S. Martim e o barão de Estobeque.

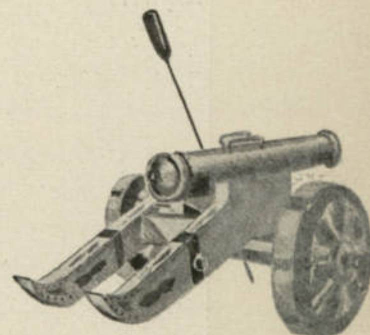
Vila Viçosa aclamou estrondosamente o vencedor do *Marte Espanhol;* e em memória do ataque, ao mandar-se fundir o sino que substituíu o destruído pelas balas, pôs-se-lhe uma legenda:

«Carracena me quebrou, sendo eu de grandeza tal que não havia outro que me igualasse em todo o reino de Portugal».

Ao erguer a sua voz de bronze cantava a glória.

Felipe IV, ao saber da derrota, exclamara:

— «¡Cumpla se la voluntad de Dios!» ([1])



([1]) A batalha foi ganha em 17 de Junho de 1665.



Imarcescíveis louros ornavam a fronte do herói, como diria um poeta da época.

O marquês de Marialva era conselheiro de Estado, vèdor da Fazenda, governador das armas da Estremadura. Denominavam-no o *Libertador da Pátria.*

Seu irmão e genro D. Rodrigo de Meneses, regedor das justiças, acaudilhava-o poderosamente no partido contrário ao conde de Atouguia, servindo o Infante D. Pedro. O jurisconsulto não o abandonara, nem mesmo quando todos os outros familiares deixaram o seu serviço como protesto ao domínio que Simão de Vasconcelos, irmão do conde de Castelo Melhor, começara a exercer.

Quando Sua Alteza se arrebatou contra o valido real, Marialva fôra encarregado de levar a D. Pedro a resolução do Conselho de Estado. Fizera parte da Junta que devia tratar das pazes com a Espanha depois da deposição de D. Afonso VI, a quem sempre tinha mais ou menos combatido, ajudando com a sua grande glória as diligências do irmão. Antepusera-se ao partido do conde de Odemira, de Atouguia e de Castelo Melhor.

No Conselho, reünido para se destronar o monarca, falou o marquês de Marialva no sentido de Sua Majestade passar o cetro ao Infante por renúncia.

A marquesa fôra indicada para camareira-mor da Rainha, já desposada com o cunhado, e pedira para se ligar ao seu serviço a filha, D. Guiomar, casada com D. Rodrigo de Meneses, que assim influïria melhor na política, mas D. Pedro não concordou.

Ao cabo de algum tempo, o fidalgo, despeitadamente, pediu licença para saír da Côrte, mascarando as verdadeiras razões do seu pedido. Quisera dirigir a governação.

Correu a nova de que os marqueses de Marialva e de Gouveia seriam amerceados duques; marqueses os condes de S. João e da Tôrre, recebendo título de igual categoria D. Rodrigo de Meneses, mas não se concederam os ducados nem os condados.

O velho guerreiro ainda visitou as praças do Alentejo com o fim de mandar proceder às devidas reparações.

D. Rodrigo, seu irmão, era ministro e presidente do desembargo do Paço e vereador anual da Câmara.

No ano de 1675 (1) sofreu um ataque de paralisia. Engrossou-lhe a língua, mas conservou os sentidos, estando leso. Conduziram-no em palanquim às Caldas da Rainha e, a-pesar-do cuidado tratamento, não houvera melhoras. Escassearam os consolos públicos ou de paçãos à sua volta e muito se comentou o mal que o tinha inerte mas lúcido.

O marquês de Marialva seguiu-o de perto no túmulo (2).

A sua memória foi celebrada com as honras condignas de *Libertador da Pátria.*

Fundara o convento de S. Pedro de Alcântara, em virtude de um voto que fizera pela vitória a obter sôbre os espanhóis em Montes Claros.

Destinou o edifício, então minguado, aos arrábidos, desejando ser ali sepultado. Travou-se grande questão com a Câmara quando se pretendeu ampliar a fábrica, o que só conseguiu o segundo marquês, D. Pedro António de Meneses (3).

Ao ser embalsamado o cadáver do herói «se achou um coração tão grande que só nelle pudera caber o muito que dissimulou e venceu: hum palmo, se affirma, que tinha de diametro» (4).

Publicaram-se várias poesias celebrando o guerreiro, e como o Regente D. Pedro mandasse trasladar para junto do mausoléu de D. João IV, em S. Vicente de Fora, aquêle coração que tanto batera por Portugal, um dos poetas escreveu:

Por poder sepultar se se reparte,
Porque se em partes não se dividira
Não podera caber n'nhuma só parte.

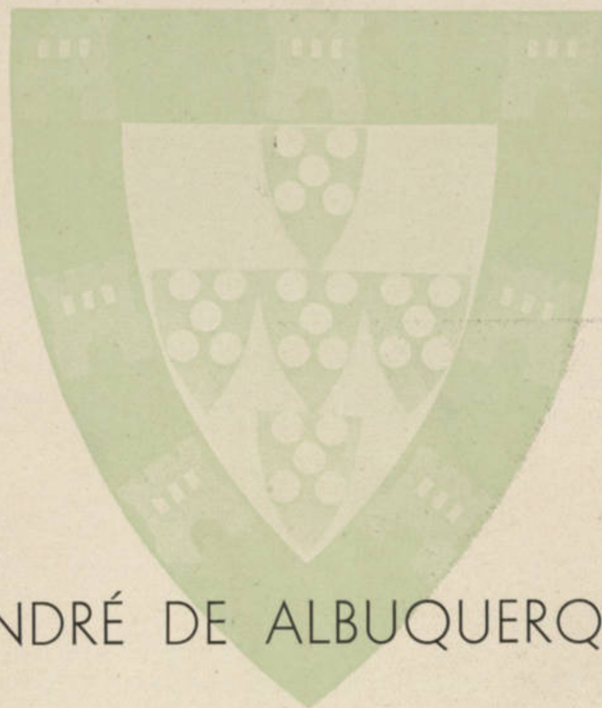
O corpo teve jazida no convento de Nossa Senhora da Conceição, de Cantanhede, fundado também pelo grande capitão ainda em oblata pela sua última e gloriosa batalha.

A legenda da lápida de S. Vicente diz:

Hic, ubi Lusiadum jacet instaurator in una
pignus habet positum cor Marialva suum
corde suum sequitur Regem Marialva sepultum
ut vitam credas, non periisse fidem.

(1) Faleceu em 30 de Junho de 1675.
(2) Finou-se em 16 de Agôsto de 1675.
(3) Só em 12 de Agôsto de 1680 se lançou a primeira pedra do edifício.
(4) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*





ANDRÉ DE ALBUQUERQUE

Primeiras armas dum futuro herói — Proezas de cavalaria — O sítio de Elvas — A opinião do bravo acêrca da vida militar — A morte do ilustre cabo de guerra — Um belo epitáfio



NDRÉ de Albuquerque Ribafria foi grande capitão, alcaide-mor de Sintra, comendador de S. Mamede de Sintra, general de cavalaria, maior entre os maiores, consagrado como herói nas guerras da Restauração.

Descendia do ramo de D. Afonso Sanches, o tão querido filho natural de D. Denís que despertara os zelos do irmão, futuro Rei D. Afonso IV. Senhor de Albuquerque, em Castela, houve prole de D. Teresa Martins, filha do conde de Barcelos D. João Afonso de Meneses.

Por banda de seu pai, André Gaspar de Albuquerque, cabiam ao famoso guerreiro do Alentejo tais grandezas e a comenda de Sintra e os outros títulos da nobre casa, com o de Ribafria, que fica na freguesia de Santa Maria daquela vila, lugar doado por D. Manuel ao seu porteiro-mor Gaspar Gonçalves.

A primeira proeza de guerra do descendente de tão nobre grei foi praticada à frente de cem infantes e cinqüenta cavaleiros, em 1642, contra os castelhanos de Albuquerque, adiantados a pescar nos Xévora e Botova, que separam Campo Maior da fronteira espanhola. A surtida tinha por motivo atraír gente de Albuquerque à defesa. Aprisionou sete dos inimigos, mas D. João de Garay acorreu com quatrocentos homens de pé e outros tantos de cavalo, lançando-se sôbre Ouguela, sendo chefe dos invasores Francisco Portilho.

Promovido a mestre de campo o capitão de Albuquerque Ribafria, «pelo grande valor e capacidade que mostrava», assegurou, no ano de 1643, a defesa de Olivença. Foi governar Campo Maior, e com tanta distinção que passou a capitão-general de artilharia, o que causou aborrecimento aos mestres de campo Luís da Silva, João Saldanha e D. Sancho Manuel, por serem mais antigos. Saldanha abandonou a sua carreira gloriosa recolhendo à Côrte; aos outros deram-se compensações. O bravo capitão celebrou a sua investidura tomando, em 1646, o castelo de Codiceira, o que Martim Afonso de Melo não conseguira por falta de elementos. O general Joanne Mendes de Vas-

concelos mandou minar a nova conquista para não se desfalcarem as fôrças a guarnecê-lo.

As proezas do ilustre mancebo, que ia ganhando fama, elevou-o ao govêrno da província; aos vinte e sete anos sucedeu a Joanes Mendes, enquanto não chegava Martim Afonso de Melo. O inimigo estava entre Elvas e Juromenha e não pôde ser acometido por numeroso, mas à vista das hostes portuguesas retirou para Badajoz, ao passo que a cavalaria de Henrique de Lamorlé era derrotada junto a Albuquerque quando o fronteiro mandara acometer. Essa derrota seria vingada, três anos mais tarde, por André de Albuquerque, cuja coragem o levou a saquear o arrabalde da vila espanhola de seu apelido, que pertencera outrora ao avoengo de sangue real.

Ia entrar no seu elemento. No ano seguinte era nomeado general de cavalaria, e logo por ordem de D. João da Costa avançara até ao forte de S. Cristóvão, vizinho de Badajoz. Quando o Príncipe D. Teodósio apareceu de surprêsa aos exércitos, André de Albuquerque ofereceu-lhe as chaves de Elvas. Coube-lhe ir desafiar as tropas de além-raia, «conseguindo corrê-las até às portas da praça». Nesse encontro perderia a vida o capitão português Lôpo de Siqueira.

Três anos depois ganhava a fortaleza de Oliva, a-pesar-de ainda ter abertas as feridas que recebera em Arronches ao assaltar os adversários. Ia apossar-se da vila quando rebentaram os petardos, que causaram lesão nos portugueses, tendo-se recolhido os castelhanos ao castelo logo minado, pedindo os sitiados tréguas. Tomaram-se os grandes despojos, morrendo quarenta e dois soldados, cuja maior parte pertencia ao têrço de Manuel de Melo. Reparou-se a praça, logo acrescentada com uma maior barbacã e estacadas. Como o conde de Soure retirasse para a Côrte, ficou Ribafria novamente encarregado do govêrno da província. Galeava muita glória nos seus trinta e quatro anos galhardos e sadios, valorosos. Vestia em esmeros de luxo. Pegara-se de questões com o conde de Soure pela preeminência que desejava para a sua guarda, mas ao cabo das arrogâncias que dividiram os oficiais de infantaria dos cavaleiros, tudo se compusera, indo o exército atacar a fronteira. Já o conde reassumira o govêrno da província e o herói reconhecera Barca Rôta com seiscentos cavaleiros e engenharia para verificar a possibilidade da tomadia do Castelo, no que encontraram grandes dificuldades.



André de Albuquerque

(Da Galeria Uffizi, de Florença)

Morrera D. João IV e o fronteiro do Alentejo pretendia demonstrar aos espanhóis que se muito pesar tinham os portugueses pela perda do seu soberano ela não lhes quebrantava o ânimo para a guerra.

Os engenheiros Diogo de Aguiar e Nicolau de Langres estudaram mais uma vez as linhas do castelo e seus aproches, não sendo possível vencê-lo sem a artilharia. Era, todavia, impossível fixar as peças.

Quando em 1657 as tropas espanholas se lançaram sôbre a Godinha, na vizinhança de Campo Maior, a artilharia lançou o alarme e André de Albuquerque acorreu com a sua cavalaria, uns trezentos homens, que deviam atacar os mais numerosos contingentes inimigos que apareceram a súbitas. O comandante, verificando o mau resultado do ímpeto, parou ante as hostes do duque de S. Germano. Voltou-se para João Vanichele e consultou-o sôbre o que deviam fazer, ao que o cabo de guerra estrangeiro ao serviço de Portugal, volveu:

— «Agora, fugir — volveu êle — que assim costumam fazer na guerra os mal acautelados.»

Ordenou-se a retirada de cinco batalhões em contramarcha, mas em tão boa ordem que bem parecia milagre escaparem aos numerosíssimos adversários. Deu-se, mais tarde, o temeroso encontro, mas o guerreiro português tomou belo comboio com que acrescentou os víveres e munições do exército.

Continuaram as lutas, mas o ilustre capitão nem sempre era mandado tomar parte nelas porque uns o desejavam fora dos contratempos, outros procuravam demorar suas novas glórias.

Anunciava-se que o duque de Ossuna decidira lançar-se sôbre Elvas em Julho de 1658, e como o duque de Cadaval fôsse instantemente levado à guerra por seu juízo aventuroso, quis-se dar-lhe o comando da cavalaria. André de Albuquerque julgava-se ferido pela substituïção. O exército pensava do mesmo modo, mas o parente da soberana teimou até que, sendo conselheiro de Estado, o chamaram à Côrte, indo enfrentar as cavalarias espanholas o bravo Albuquerque de Ribafria, que tinha por contendores alguns dos mais notáveis cabos de guerra da sua arma.

Formaram dois mil e quinhentos cavaleiros sob o comando do notável chefe, juntando-se-lhes mil mosqueteiros dos terços de Diogo Gomes de Figueiredo. Vinha o duque de Ossuna atravessando para o pôrto das Mestras, sôbre o Caia, quando surgiram os esquadrões portugueses. Sofreu a derrota, ficando prisioneiros mais de trezentos dos espanhóis. Joane Mendes de Vasconcelos insistira com D. Luís de Meneses para que retirasse a sua cavalaria; êle desobedeceu e foi grande fautor da vitória. No regresso, quando os oficiais se apearam na tenda do chefe, êle felicitou André de Albuquerque, mas o general volveu antes querer que fôsse cumprimentado D. Luís de Meneses, «a quem tocara o acêrto da facção». O comandante deu-lhe vigoroso abraço.

Prosseguiram os combates. Escaldava o sol alentejano, que muito abatia os soldados; o próprio general, sendo muito gordo, começava a ressentir-se do clima.

Praticara nova proeza no sítio pôsto a Elvas. Sobrepassara-se. O duque de S. Germano rompera a linha, dirigindo-se para Albuquerque quando o vencera. Deixara, porém, cem homens no campo. A glória esplendera e notando-lhe D. Luís de Meneses que seriam assinalados os dias decorridos, devendo os combatentes contar suas façanhas aos netos, o chefe volvera:

—«¡Esta vida não é para netos!»

Anunciava o fim próximo de sua existência aquêle homem de trinta e nove anos que ia baquear, à frente dos seus esquadrões, no combate mais rijo das Linhas de Elvas, em 14 de Janeiro de 1659.

Como o têrço de Luís de Sousa Meneses perdesse terreno, ao ver seu comandante ferido, êle, lançando-se para o meio das partes contrárias, arrastou os soldados até a estacada do forte levantado pelos castelhanos. Bateu-lhes com a bengala; demonstrou como deviam ser arrancadas as tábuas e logo, ante a cena heróica, se começara na difícil tarefa sob o fogo. Uma bala, vinda do reduto, atingiu André de Albuquerque no peito. Prostrado, viu à sua beira o vedor Jorge da Franca e o contador geral António Tôrres. Levaram o cadáver para Elvas e, no mesmo dia, o duque de S. Germano recebeu uma bala de mosquete no alto da cabeça.

O general da cavalaria portuguesa estava noivo de D. Ana de Portugal, filha de D. João de Almeida, vedor da casa de D. João IV [1].

Acabara o exemplar soldado que «granjeou, geralmente, com os que teve trato, amor e respeito, porque era igualmente afável e severo» [2].

---

[1] O irmão de André Albuquerque, Pedro, passou á India e casou com D. Luísa Lôbo, filha de Diogo de Abreu, de quem houve D. Maria Teresa de Albuquerque, que desposou Manuel Saldanha de Távora.

[2] Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*. — Vol. II.





D. FERNANDO DE MENESES

2.º conde da Ericeira

Um proveitoso estadio na Itália — Regresso à pátria — Grandes faculdades de capitão e engenheiro — O govêrno de Tânger — O cêrco da fortaleza africana — Trabalhos literários de um guerreiro



OBILÍSSIMOS avós houvera D. Fernando de Meneses, que sendo tão dado às letras como às artes, não desdenhara umas pelas outras. Era segundo conde da Ericeira por seu tio-avô D. Diogo de Meneses, da esclarecida casa do Louriçal, e adquirira a vila que seria de seu título, a qual pertenceria ao Prior do Crato. Sendo doada por Felipe II a Luís Álvares de Azevedo e herdando a uma sua filha, monja de Odivelas, esta a vendeu àquele grande senhor.

Estivera em Alcacer Quibir, onde morreram seus irmãos D. Simão e D. Henrique, ficando êle cativo com D. Fernando, que em vêz de ser o seu último consôlo fraterno lhe motivara desgôsto que o levou a procurar pôr entre ambos a distância. Foi para Madrid e, em 1622, a 1 de Março, recebeu a mercê do título, que passaria a seu sobrinho-neto, filho de Henrique, morto valorosamente na catástrofe de Marrocos.

Era riquíssimo; deixara ao escolhido herdeiro, só em precioso mobiliário, telas e objectos de arte, mais de setecentos mil cruzados.

Muito instruído pelos cuidados de seus mestres, os jesuítas Inácio Staford e Cristóvão de Barros, latinista de apurado estudo, em que o versara frei Francisco de Santo Agostinho de Macedo, o sexto senhor do Louriçal e segundo conde da Ericeira (1) muito conhecia de matemáticas e de arte militar. Quis ir praticar na Itália a guerra e as belas letras e para lá seguira com aquêle desnaturado D. Francisco de Melo, renegado de sua pátria e que seria o tredo inimigo do parente D. Duarte de Bragança, cuja prisão se lhe deveu.

(1) Nascera em 27 de Novembro de 1614 e era filho de Henrique de Meneses, quinto senhor do Louriçal e de D. Margarida de Lima, filha do quarto conde de Atouguia João Gonçalves de Ataíde.

No intervalo das batalhas, o conde entretinha-se nos prazeres espirituais com Carlos Colona, Lélio Brancácio, João de Caray Osório, Paulo Espínola e outros, que apreciavam tanto seus talentos como a indómita bravura de que dera provas nas lutas contra os franceses.

Portugal emancipado viu chegar o guerreiro, que recolheu à sua casa do Louriçal, onde o foram encontrar com seu irmão D. Diogo, admirável soldado, os seus parentes conde de Atouguia e o camareiro-mor João Rodrigues de Sá. Como muitíssimo aprendera nas batalhas e ardia em patriotismo, El-Rei encarregou-o da reconstrução das fortalezas costeiras e deixando a seu alvedrio o levantamento de outras que impedissem os ataques castelhanos. Oferecera seu irmão mais novo, D. Luís, para companheiro de estudos do Príncipe D. Teodósio, pois contava a mesma idade [1].

Os espanhóis deviam amaldiçoar as lições práticas recebidas no seu campo por tão talentoso fidalgo, pois êle jamais deixaria de lhes mostrar como as aproveitara.

Afrontando o marquês de Legañez nas batalhas, demonstraria que o seu engenho militar não era inferior à valentia comprovada à frente das tropas recrutadas na Esgueira e Coimbra, uns mil e quinhentos homens, que bravamente comandou.

Em Montijo pelejara com o ardor de um grande soldado, como sucedera na Barcarrota, e, ao levantar o cêrco que o general castelhano tinha pôsto a Évora, deu-lhe lição formidável. O inimigo compreendeu que muito ganhara nas suas fileiras, acrescentando-se com o engenho próprio.

Defenderia Peniche do ardil empregado pelos inglêses de Cromwell para ali desembarcarem; no ano de 1656 entregou-se-lhe o govêrno de Tânger.

Partira a 17 de Fevereiro daquele ano; fôra recebido em 7 de Março com salvas de honra e alegria pelo seu antecessor D. Rodrigo de Lencastre e empreendeu desde logo a obra. Na viagem apreendera um barco castelhano, contentando-se em desarmá-lo.

A praça africana era muito cobiçada pelos espanhóis; com a experiência magnífica de seus estudos e técnica, êle procurara reparar as muralhas e bastiões; cortara passagens de investidura e, logo no dia 23, saíram os mouros a escaramuçar.

O conde mandara colocar as peças na Silveirinha e Chafariz e aguardou, com mosqueteiros e cavalaria, o ataque comandado pelo próprio Gailan, governador da Berbéria, mas não levou melhor ganho o mouro do que tinham obtido os castelhanos nas campanhas do Alentejo. Firmaram-se pazes com presentes.

Foi em Maio que apareceu nas águas de Tânger a armada inglêsa do comando do marquês de Montagu e Roberto Blac. Eram quarenta os navios que obedeciam ao grande poder de Cromwell. Salvaram; fizeram aguada; declararam-se contra a Espanha, e já os britânicos desembarcavam à vontade, quando os mouros os escorraçaram.



D. Fernando de Meneses
2.º Conde da Ericeira

(B. N. L.)

O governador receara a armada e, ao vê-la partir, notando que os infiéis tinham feito suas sementeiras muito perto da praça, mandou incendiar as searas quando as vieram segar.

Começaram as escaramuças, nas quais D. Fernando tomava parte, a-pesar-de doente. Fizera muitas prêsas e adiantara suas fôrças até à serra de Benamagrás, onde existiam os colmeais opulentos, e também os destruíu a ver se afastava mais a mourama.

Correndo na sua Páscoa a notícia de novo ataque, Gailan, emboscando-se com mais de oitocentos cavaleiros, venceu a partida de Agostinho Coutinho e Almocadem, que o conde mandara a esculcar. Ficou no campo morto e prisioneiro outro oficial de nome Manuel Borges. O cadáver foi passeado por vários lugares; a cabeça semi-decepada do chefe vencido pendia-lhe do pescoço, e grande foi o gáudio da mourama por tal exemplo.

---

[1] D. Luís de Meneses, que foi o autor do *Portugal Restaurado.*

«Esta desgraça foi útil porque divertiu o conde general do intento que tinha de mandar entrar na Berbéria aonde o Adail pudera padecer risco manifesto na deliberação e prevenção de Gailan».

Em 1658 venceria uma partida inimiga, até que o forte mouro lhe mandara pedir tréguas por dois meses, servindo de embaixador o seu secretário, Geron. Impusera-lhe a condição de se remeter para além da serra do Cabo, o que não foi aceito, e a guerra continuou, embora sem o colossal ímpeto desencadeado em Abril do ano anterior.

Ao constar, pelo luto tomado e visto, que D. João IV morrera, a mourama acorrera a batalhar. Eram vinte e cinco mil os bárbaros que faziam o cêrco. A artilharia mal se sustentava nas abaladas muralhas, que fôra até então impossível reconstruir totalmente. Cada descarga representava um perigo.

À falta de tiros os mouros avançaram radiantes, rindo dos foguetes que não lhes causavam dano, e, como se foliassem na sua festa da pólvora, mais se aproximavam. As granadas representaram o seu grande papel indo explodir até nas mãos dos sitiantes, que lhes pegavam, pois as desconheciam. Por fim começaram a cortar madeira para edificar um forte, dispondo-se a segura demora. Conseguira-se a passagem de Lopo Fernandes Lopes até Lisboa a-fim-de pedir socorros. O conde agüentava-se na defesa. O tiroteio fazia-se de tão perto que, a-pesar-do pouco alcance das armas, as balas entravam pelas janelas e cravavam-se nas paredes, nos tectos e no solo.

A espôsa do conde, D. Leonor de Noronha (1), estando a ver o fogo, sentira a roupa trespassada por um projéctil. Intentaram os inimigos render os portugueses pelo corte dos canos da água, mas uma caravela armada de artilharia fôra sacudi-los das posições.

A inutilidade do número foi reconhecida como inferior à grandeza moral que animava os sitiados.

Voltando ao Reino, o conde da Ericeira foi conselheiro de guerra, deputado à Junta dos Três Estados, vereador, regedor da Casa da Suplicação e conselheiro de Estado. Recusou a vèdoria da Fazenda e o govêrno do Algarve. Entretinha-se nos seus trabalhos literários, de que deixou alguns exemplares valiosos (2), ao falecer em 22 de Junho de 1699.

O irmão manteria bem alto o crédito do seu título.

---

(1) Filha de Fernão Saldanha, capitão general da Madeira.

(2) Escreveu: *Vida e acções de El-rei D. João I, História de Tânger, Novena da Encarnação, Historiorum Lusitanorum ab anno MDCXL ad MDCLVII.*



D. SANCHO MANOEL

Conde de Vila-Flor

Primeiras armas de um herói — o sítio de Elvas e a libertação da praça forte — A batalha de Ameixial — Derrota de D. João de Áustria — Desgostos e vexames em virtude do govêrno do Pôrto — Últimas honras



Dom Cristóvão Manoel, capitão-mor das naus da Índia por mercê de Felipe II, servira o duque de Bragança, D. Teodósio II, mas entrando de rixa com outros fidalgos retirou-se para sua casa de Elvas, até que partiu para o Oriente.

A sua nobreza vinha do Reino de Castela por D. Fernando, o Santo, que morrera em 30 de Maio de 1252, e cujo filho, o Infante D. Manoel, casara com D. Beatriz, filha dos condes de Sabóia. Seu primogénito, D. João Manoel, Príncipe de Vilhena, pai da Rainha D. Constança, mulher de D. Pedro I, e de D. Inês de Castanheda, houvera Henrique Manoel de Vilhena, conde de Seia, cepa dos Manoéis de Portugal.

Em 1601 já era morgado de Alcarapinha D. Cristóvão Manoel, que do seu casamento com D. Melécia de Sousa, filha de Jorge Pessanha, houve uma filha, D. Maria Manoel, freira dominicana em Elvas.

Bôcas venenosas tinham levantado falso testemunho à mãe da monja, que por sua vez se recolheu a convento de Montemor-o-Novo e lá se deixou morrer.

O marido desposou então Joana de Faria, filha de Gaspar Severim de Faria, do Conselho do Reino e escrivão da Fazenda, e nasceram do seu matrimónio D. Francisco Manoel, que, batendo-se na Índia contra os holandeses, morreu queimado a bordo do barco que capitaneava; D. Baltasar Manoel, que, sendo oficial da armada do duque de Maqueda, acabou no naufrágio de Cádiz, em 1636, com seu irmão D. Manoel, quando queriam salvar-se em pequena embarcação.

Duas das filhas de D. Cristóvão Manoel, D. Júlia e D. Helena, finaram-se em crianças; D. Brites tomou o véu em Santa Clara de Évora e D. Maria desposou D. António Álvares da Cunha.

Chamou-se D. Sancho o terceiro filho do nobilíssimo senhor. Entrou na Ordem de Malta, mas abandonou-a por questões levantadas entre cavaleiros, indo batalhar na Itália, Flandres e Alemanha. Oficial do duque de Feria, batera-se em Brissac e Tornavento

Foi uma aprendizagem heróica que muito lhe serviria na conquista de seu renome.

Em 1637 embarcou para o Brasil na armada do conde da Tôrre, que se perdeu na luta contra os holandeses. Por lá ficou pelejando, e depois da aclamação de D. João IV teve a patente de mestre de campo, com a qual serviu na Beira, primeiro às ordens de D. Álvaro de Abranches, depois às de D. Fernando Teles de Meneses.

Empregaram-no nas acções perigosas; tomou o castelo de Elgas, sendo mais difícil o acesso à riba onde fôra construído que a rendição dos sete soldados e do alferes seus defensores.

A-pesar-de prometida obediência pelo povo da vila, D. Sancho Manoel não descansou; levantou defesas na fortaleza contra a qual pouco tardou o avanço do inimigo, sob cujas balas caíu o capitão João Correia. A emprêsa tornava-se difícil e D. Fernando Teles não acudiu lestamente.

Apareceu por fim; batera-se muito bem, e indo D. Sancho ao seu encontro, atacaram S. Martinho, onde o bravo capitão da tomadia do castelo rompeu, através de todos os obstáculos, até que o mandaram retirar. Ficara ferido António de Saldanha e morreram doze soldados; e João de Saldanha, com a cavalaria, impediu o avanço dos reforços castelhanos.

O soldado da Flandres e de Itália estreara-se bem na Beira. Deveram-se-lhe a tomada de Freixenedas e o levantamento do forte de Val-de-la-Mula para se antepor ao de Guardão, fazendo tudo isto ràpidamente, arrastando os soldados, destruindo obstáculos, vencendo. Servia de mestre de campo general quando se tomou o castelo de Guardão e comandou os assaltantes, indo saquear Galhegos, depois de fazer voar a fortaleza. Queimou Perosim. O duque de Alva acudiu a desforrar-se em Malhada Sôrda, pequena conquista para senhor de tão grande título, pois tratava-se de uma aldeia aberta.

D. João Soares de Alarcão, traidor à Pátria, que fugira para a Espanha quando se lhe entregara o govêrno de Ceuta, entrara à frente de grande hoste em Escariga de Ribacôa e largara-lhe fogo; cruelmente trucidara, regalando-se na chacina. Seguira-se Mata de Lobos, Colmear e Escalhão. Passando a Aldeia de Castelo Rodrigo, encontrou levantadas trincheiras com que o soldado João Pinto acabaria por deter os espanhóis, carregando as mulheres o seu mosquete e os dos que êle comandava. Aberta uma brécha, os castelhanos, ao tentarem servir-se dela, eram abatidos. Ali ficaram cento e cinqüenta mortos.

D. Sancho Manoel entrou pela raia até Sageiras e raziou; quis ir a Bodão, mas o inimigo acorreu em grande número e o chefe teve que cobrir a retirada da sua gente ajudado pelo alcaide-mor da Covilhã, Afonso Furtado de Mendonça.

Naquele ano de 1642, Fernão Teles de Meneses e o seu melhor oficial bateram-se contra D. João Soares de Alarcão, que comandava muita mais gente. Ficaram feridos Pedro de Sousa de Castro, capitão-mor de Viseu; Miguel da Fonseca Osório, Gaspar de Távora de Brito e Cristóvão da Fonseca Cardoso. Tinham pelejado, ao lado dos dois chefes, como simples soldados.

A aura, por mais leve que fôsse, recebida nos campos de batalha, transformava-se em violenta tempestade na Côrte. Não escapou D. Sancho Manoel a essa ventania virulenta. Justificou-se. Quando o ilibaram, voltou mais desanuviado de ânimo e recomeçou as proezas, sendo governador da Beira D. Álvaro de Abranches.

D. João IV, em Setembro de 1645, regressando da fronteira, mandara o valoroso oficial tomar o comando do têrço de Diogo Gomes de Figueiredo no Alentejo, e o conde de Castelo Melhor, governador da província, sugestionara-lhe a tomada de Alcântara. Não a realizou, mas ficaria sempre pensando na emprêsa. No ano seguinte, tornou à Beira e voltou a Portalegre, que os espanhóis assaltavam.

Aprisionou muitos e ficou à espera que lhe ordenassem acção de maior tômo.

Não havia batalhas formais; travaram-se escaramuças até à morte do soberano. Dividira-se a Beira em dois partidos, sendo um entregue a D. Rodrigo de Castro e o outro a D. Sancho Manoel, que ali viveu, cabendo-lhe os distritos de Coimbra, Viseu e Castelo Branco, que organizava, mas tendo para a sua defesa apenas mil homens de infantaria e duzentos de cavalaria.

Era um pôsto que não desejava sedentário, a-pesar-de assim o tornarem as circunstâncias.

O seu destino traçava-se para altos feitos; grandes qualidades possuía o cabo de guerra, porém não podia aproveitá-las. Ainda não se calara a inveja à sua volta.

Andava monteando espanhóis e javalis pela raia.



Em 1657 estava organizando as tropas de defesa porque os castelhanos, ante a notícia da morte de D. João IV, compreenderam as vantagens que podiam obter.

Ficava o Reino entregue a uma mulher a cuja volta se moviam ambições; era o momento favorável para varrer com um grande exército os que consideravam rebeldes.

O comandante que fazia a mobilização na Beira por sua conta obtinha grandes resultados. Obrigara todos os que possuíam mais de dois mil cruzados a



Batalha do Ameixial, travada em 8 de Junho de 1663

(Azulejo da Sala das Batalhas do Palácio Fronteira, reproduzido por autorização do senhor conde da Tôrre — Fotografia do senhor dr. José Cassiano Neves)

sustentarem um cavalo e assim formarem esquadrões; reparou as fortalezas, mas faltavam-lhe armas. Arranjou-as para as entregar a soldados velhos que chamou, com vencimento, à sua província. Seguiu-se-lhe o exemplo no resto do país e os resultados foram surpreendentes.

Colocaram-no no Alentejo, dando-lhe a categoria de mestre de campo general do exército.

O duque de S. Germano fazia correrias nas vizinhanças de Campo Maior, esperando sempre atingir a praça. Manuel Saldanha entregara Olivença; Mourão não pudera resistir; os cabos de guerra digladiavam-se.

D. Francisco Orejon, governador espanhol de Mourão, procurava repelir os embates de Joane Mendes de Vasconcelos, que vira o sargento-mor, João de Amorim, apoderar-se de uma parte da muralha sem ter recebido a menor ordem e quási desprovido de material.

O govêrno da praça de Elvas foi compensação para D. Sancho Manoel, cuja proficiência de organizador e qualidades de bravura se tinham afirmado. Era aquela praça o grande alvo dos espanhóis e da sua conquista dependia o futuro da campanha.

Dera-se tanta importância às operações, que tomara o comando do exército o próprio ministro de Felipe IV e seu valido, D. Luís Mendes do Haro, marquês del Carpio, conde-duque de Olivares, o famoso título herdado por morte de seu tio e antecessor. Governava as armas o duque de S. Germano, D. Francisco Tuttavila; o mestre de campo general era D. Rodrigo Muxica; o comandante das cavalarias D. Pedro Giron, duque de Ossuna, e o das artilharias D. Gaspar de la Cueva.

A mais alta nobreza alistara-se para o que julgava a prova decisiva, a última batalha a dar aos portugueses.

Vila Boim, Santa Eulália, pequenas terras de impossível defesa, caíram em poder dos espanhóis.

Declinava Outubro; no dia 23 os sitiantes ocuparam o mosteiro de S. Francisco, que ficara sem a menor guarda. Era excelente a posição. Aventara-se a marcha para o interior deixando-se a cidade ameaçada; arrasar-se-iam as imediações, inclusive Vila Viçosa; e tomando-se Évora, ganhos os castelos, aberta a fronteira para o reabastecimento, encurralando o exército na praça fronteiriça, estaria desimpedido o caminho até Aldeia Galega. Equivalia a atanchar uma lança no pescoço do país invadido e cuja cabeça, Lisboa, ficava assim ameaçada.

Mais valia apertar o cêrco de Elvas, opinavam outros oficiais-generais, porque, dentro dos seus muros, estavam militares de valor, munições, o exército que acabaria rendido visto a falta de víveres.

E concordou-se em fechar bem as linhas, jungindo-se a cidade no sítio.

Modificara-se alguma coisa a sua estrutura, desde



D. Sancho Manoel

(B. N. L.)

o ataque de 1644, comandado pelo marquês de Torrecusa.

Os nove baluartes e os dois meios baluartes tinham sido reforçados; cavaram-se os fossos na própria rocha, garantindo-se a defesa das três portas: Olivença, S. Vicente e Esquina, com o resguardo de bem armadas meias luas.

Estabelecia-se a passagem para o forte de Santa Luzia, onde não havia o menor edifício, mesmo de taipa. Branquejava uma ermidinha no alto.

Se o monte da Graça, desamparado, tivesse um simples entrincheiramento com artilharia, difícil se tornaria a marcha dos espanhóis, mas deixara-se a descoberto, desprevenidamente, o soberbo outeiro.

Os invasores improvisaram, imediatamente, um forte cujas duas peças começaram a bombardear Elvas, atingindo os telhados. Os contingentes, devidamente cobertos, distribuíram-se da Vergada até S. Francisco e Graça. Edificaram-se fortins com suas peças de sítio, entregando-se os comandos do seguinte modo: o da Fonte dos Ferradores ao Vale de Reveles pertenceu ao duque de S. Germano, com o comandante em chefe; o de Vale de Marmelo ficou para D. Gaspar de la Cueva; no da estrada de Vila Boim instalou-se o duque de Ossuna e na Vergada D. Ventura Tarragona.

Sucedera que, mesmo à vista do inimigo, conseguira sair da praça o grosso da cavalaria portuguesa,

aproveitando-a com alguns batalhões para escoltar doentes transportados em macas e carros.

Comandava-os André de Albuquerque. Seriam tropas para o contra-ataque, deixando-se em Elvas as que não poderiam já sair sem grande perigo, sendo precisas para a defesa, pois não se queria entregar tão importante praça.

Representava para Portugal o que Badajoz era para a Espanha: baluarte de grande categoria militar, atalaia de fronteiras, padrão de glórias. Elvas e Badajoz eram estandartes.

Governava a praça D. Sancho Manoel; a artilharia Pedro Jaques de Magalhães, ilustre capitão do Brasil; os terços eram comandados pelo conde de S. João, Diogo Mendonça Furtado, Diogo Gomes de Figueiredo, João Leite de Oliveira, Simão Correia da Silva e Agostinho de Andrade Freire, e os auxiliares por António de Sá Meneses, Manuel de Sousa Castro e Bernardino de Siqueira.

O conde da Tôrre e Francisco Pacheco de Mascarenhas estavam doentes e por isso afastados das suas unidades.

Armaram-se todos os homens válidos e alguns dos enfermos, porque a guarnição mostrava-se quási tôda combalida pelos esgotantes esforços das lides do assédio de Badajoz. Atacaram os terços a fraqueza, a canseira.

As oito companhias da cavalaria que ficaram na cidade tiveram por comandante D. Luís da Silva. Bravos oficiais se encontravam junto do governador: o conde de Prado com seus três filhos, D. António, D. João e D. Pedro; Fernando da Silveira, D. Luís de Almeida e seu filho D. António, Miguel Carlos de Távora, D. António de Ataíde, João e Pedro Furtado de Mendonça e Luís Lôbo da Silva.

O vedor geral era António de Freitas; os outros oficiais de fazenda tinham saído com André de Albuquerque, cujo destino fôra Barbacena.



A artilharia espanhola fazia fogo a intervalos sôbre a praça. Nuns dias calada como se tivesse perdido as munições; noutros, em arrebatado e constante tiroteio, lançava o alarme para logo se silenciar.

Cultivava-se a trágica surprêsa; às vêzes ouvia-se um só tiro retumbando a súbitas; outras a paz era sinistra com a ameaça dos jorros de projécteis. Vivia-se, sobretudo durante a noite, no terror da ameaça, mas, ao cabo dos primeiros dias, a população e a soldadesca habituaram-se a esperar que as peças dos sitiadores os surpreendessem.

A vida infernava dentro do recinto muralhado e sob a ameaça do inimigo. Faltavam os víveres e, embora se fabricasse pão, escassamente se alimentavam soldados e paisanos. As mães enfraquecidas roubavam o alimento de suas bôcas para o dar aos filhos, chorosos e insaciáveis; secavam-se-lhes os seios; jorravam as desditosas prantos. Os velhos esperavam os restos das parcas rações da soldadesca, vagueando como fantasmas; deslizavam vultos no escuro da noite, quais ratos subtis em busca de migalhas.

A epidemia alastrava e já não havia espaço para enterrar os cadáveres; amontoavam-nos de faces lívidas, nus quási todos, porque eram precisos os seus fatos, e de olhos vítreos, os corpos emmagrecidos, acusavam a fome que os dilacerara antes de a morte os libertar. Pairava um fartum de vaza, fétidos animais e hálitos nauseantes. Ninguém se lavava; arraçoava-se a água das cisternas; comiam-se imundícies.

Enchiam-se as igrejas em cujos portais dormiam os desaquartelados; os sinos só tocavam alarmes porque não badalavam pelos mortos, a-fim-de o inimigo desconhecer o seu número.

Acusavam-se trezentos óbitos diários e não se podia pedir tréguas ao sitiante para abrir valas fora das muralhas. Seria o seu gáudio, a sua razão, o estreitamento de seu cêrco, a notícia da mortalidade. Supersticiosamente julgariam o flagelo favor dum Deus terrível, adverso aos portugueses, patrono dos espanhóis.

O sol ardentíssimo entontecia; alastravam os miasmas; o mosquedo calava-se sôbre os cadáveres; fermentava grande cloaca que era quási tôda a praça cercada.

Quando passava um vento quente arrastava o fedor para os quartéis dos sitiadores, que julgariam cercar uma cidade de guano.

Às primeiras águas, a lama, empapando as ruas, enchendo fossos, esboroando trincheiras, ennervava, abatia, gerava a indiferença ou o tédio, a grande vontade de morrer que alanceava os limos humanos mas também os heróis. Melhor expõe a vida quem a despreza.

E aquela artilharia torturante, despejando chorrilhos de balas ou abrindo intervalos trágicos, ao ressoar parecia escarnecer umas vêzes, outras desprezar, mantendo o suplício inquisitorial nos seus caprichos mais que nos seus efeitos materiais. A morte era favor; aguardá-la, suplício.

Assim se chegou a Novembro de 1658 e D. Sancho Manoel, reünindo o Conselho, esperava ardentemente. Dizia que um exército viria em socorro da cidade, dêsses duendes que vagueavam com a loucura nas pupilas.

Era o chefe e sacrificava-se; continha-se e sofria sorrindo. O capitão transformara-se no evangelista da religião da Pátria.

E apertava-se, mais a mais, o cordão de fortins em volta de Elvas, que não se rendia, embora sentisse

aumentar a sua tortura. Era a bandeira exposta às balas, que só caïria quando fôsse um farrapo e, mesmo assim, nunca entregue a mãos do inimigo.

A praça voaria, sem submissão.

De quando em quando, soldados espanhóis, de pouco ânimo e fé, atravessavam as linhas, fugiam dos postos, chegando com as roupas ensopadas pelas grandes chuvas, atolados em barro, escapos à tempestade desencadeada furiosamente no comêço do inverno. Rolavam pedregulhos dos montes como se a própria terra portuguesa se revolvesse contra o inimigo, auxiliada pelas águas do céu. Vinham os desertores no enxurro. Por cada abrigado havia menos um bocado de pão para os portugueses, mas recolhiam-nos.

Cavalos esfaimados roíam os reparos das peças, os troncos, as portas, pois já não havia rações. Deitavam-nos aos pastos fora das muralhas e devorando a relva, que até aos homens serviria com um punhado de sal, voltavam à cidade quando os espanhóis não os laçavam. Era um estratagema, um aboiz, uma armadilha aquela pastagem, porque os portugueses aprisionavam os inimigos mais ousados nas manobras pilhantes.

Havia, desde então, mais bôcas para sustentar.

Viveu-se, até Dezembro, debaixo das chuvas, que varreram a epidemia, sob as balas, no abraço da fome, ao rugido da artilharia atormentadora como legiões de verdugos.

Devoravam-se imundícies; os cavalos já comiam carne humana; vivia-se infernalmente, mas não se entregava a praça.

Ao calor das suas fogueiras, fundindo balas nos fornilhos, regalando-se nos quartéis, os oficiais espanhóis aguardavam que os sitiados se entregassem. As suas peças roncavam escarnecedoras e cruéis, sarcásticas e furiosas, soberbas e implacáveis.

Dos onze mil soldados que tinham pelejado no comêço do sítio, só mil poderiam pegar em armas. Conseguira-se comunicar com o exército de Estremoz ([1]), mas os espanhóis aprisionaram os guias e emissários.

Fatalmente, Elvas render-se-ia. Festejava-se a vitória antes dos seus prenúncios seguros, até que a artilharia portuguesa ralhou ao longe; responderam-lhe os canhões da praça e eram como bons dias de gigantes repercutindo-se nos cerros e vales, brados de colossos fraternalmente a chamar-se em promessas.

Rufaram tambores; vestiram-se de gala os oficiais, esvoaçaram plumas, expôs-se o Santíssimo, tocaram os sinos e, abertas as portas de Elvas, o exército saíu de roldão a acometer enquanto o conde de Cantanhede atacava, soberbamente, pela frente, as linhas que se rompiam, se alargavam, rasgando-se a dar passagem aos soldados que iam libertar os seus irmãos, fantasmas de militares ainda combatendo.

([1]) Biografia do marquês de Marialva.

Na tarde bendita de 14 de Janeiro de 1659 vencera-se a batalha das Linhas de Elvas.

Os dois generais portugueses D. Sancho Manoel e o conde de Cantanhede abraçavam-se chorando e jamais lágrimas portuguesas foram tão belas bagueando rostos heróicos.



Voltou para a Beira o comandante de Elvas liberta. Agraciado o conde de Vila Flor ([1]), ao conde de Cantanhede fôra dado o título de marquês de Marialva.

A derrota do ministro de Felipe IV produzira grande impressão em Espanha, que queria desagravar-se do seu grande desastre militar.

O ilustre cabo de guerra português continuou fortificando o seu distrito e repelindo os invasores. Obrigara o duque de Ossuna a retirar-se quando pretendia avançar, depois da tomada de Escalhão, que lhe fôra entregue traiçoeiramente pelo alferes João Rodrigues, do têrço de Bartolomeu de Azevedo. A praça de guerra foi reconquistada.

Quando, no meio das batalhas cruentas do Conselho de Guerra de Lisboa, se digladiavam os próceres procurando o nome de um general para antepor ao anunciado avanço de D. João de Áustria, escolheu-se o conde de Vila Flor, sendo seu general de cavalaria Denís de Melo e Castro, visto o conde da Tôrre ser inseparável do marquês de Marialva e ficar no seu corpo de exército. A D. Luís de Meneses entregou-se a artilharia e o conde de Schomberg, sempre tão detestado pelos generais portugueses, obteve o comando das tropas estrangeiras. Temia-se a sua grande fama que ofuscava todos os trabalhos, valor e heroísmo dos cabos de guerra nacionais. Tudo quanto êles praticavam de heróico ou de engenhoso, os invejosos, os crédulos e até os indiferentes lançavam à conta das obras do oficial alemão.

O seu encontro com Vila Flor também não foi de molde a bom entendimento.

Arriscava-se em bravuras temerárias; meditava nos lances e queria realizá-los; o estrangeiro, entrando em ponderadas razões, não era menos valoroso. Fôra companheiro de Turenne e tanta glória assombrava os chefes portugueses. Receavam que os tomassem por pupilos do guerreiro.

Os espanhóis conheciam estes pontos de vista, os desacordos, as irritações, que também existiam no seu exército, pois a glória é mulher vária que enciúma seus favoritos.

O general D. Luís de Meneses, grande amigo de Vila Flor, aplaudia as propostas de Schomberg, por-



([1]) 29 de Setembro de 1659.

que, sendo talentoso, apreendia a verdade do que êle expunha sempre com o melhor intuito. O fim era o mesmo; todos tinham o seu lugar na disputa da morte. O essencial estava em honrá-la com a vitória.

Fernão Martins Aiala, que, tendo servido em Portugal, desertara para Castela, minado pelos remorsos, desatenções ou desalentos, reaparecera na raia e narrara os propósitos de D. João de Áustria. Queria internar-se; tomar uma cidade rasgando o caminho para Lisboa como uma veia aberta pela qual a nação se esvaísse até desmaiar nos seus braços de guerreiro.

Comandava doze mil homens de infantaria, seis mil e quinhentos cavaleiros, dezóito canhões, três mil carros de munições e mantimentos e três morteiros. O seu chefe de estado maior era o duque de S. Germano, o da cavalaria D. Diogo Caballero, o de artilharia o conde de Almenara.

Tomou Évora; conquistou-a; ferira bem no âmago português.

Vila Flor e Schomberg encararam-se ante a má sorte. Combinaram entrincheirar-se em Alandroal, cobrindo Monsaraz, Terena e Vila Viçosa, procurando talvez uma desafronta na conquista de Olivença.

Passado o primeiro entusiasmo, acharam mesquinha a compensação.

Para demais, tinha-se-lhe prometido o socorro de tropas frescas.

Marialva comandava-as; já partira de Aldeia Galega e o conde de Sabugal ([1]) fôra governar provisòriamente Elvas, que era preciso defender a todo o transe.

O exército de Vila Flor avançara para o Rêgo da Várzea. As hostes estacaram diante dos muros da capital do Alentejo, prêsa dos espanhóis.

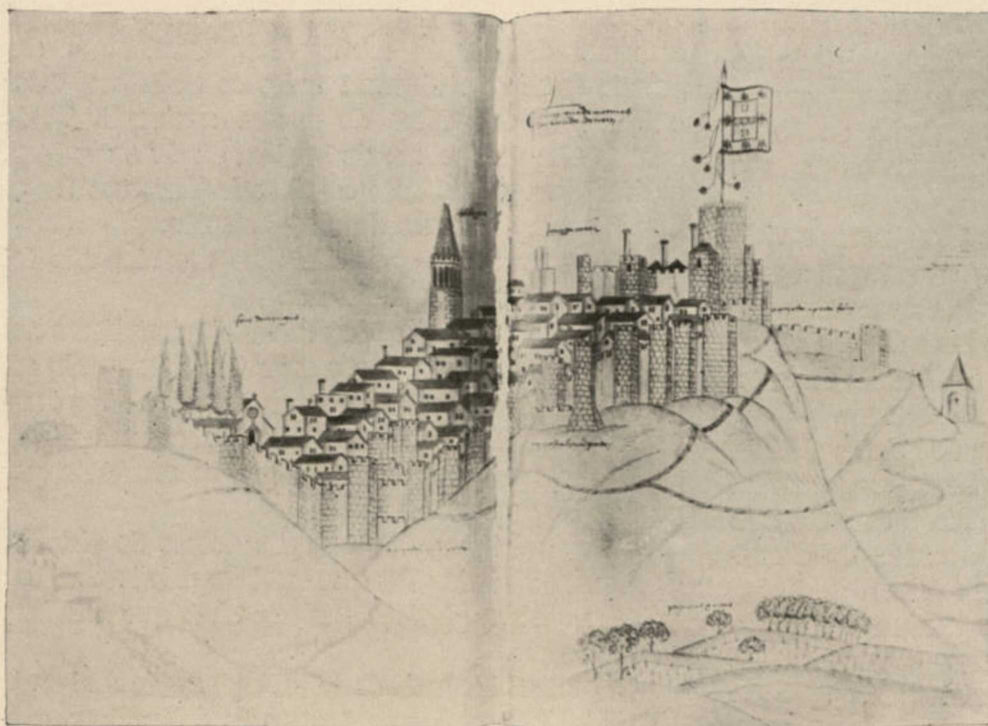
Schomberg persistia em conservar as tropas sob as armas; o general português queria alojá-las, mas convenceu-se ante as razões do experimentado estrangeiro.

Adiantava-se negra a noite, que parecia longa aos sitiadores. O sono quebrantava a maior parte dos soldados e oficiais, semi-mortos de fadiga, e enquanto grande parte dos castelhanos, regaladamente, dormia nos seus quartéis e boletos, êles, pagando o êrro dos governadores em luta, tinham de conservar-se a pé firme, o que os prejudicava para o combate iminente.

O capitão da escola de Turenne mandar fazer sucessivas rondas, esperando resignação até ao momento da luta, pois temia as surprêsas do inimigo caindo sôbre uma hoste amodorrada.

D. João de Áustria reflectira ante o aparecimento das tropas portuguesas vindas sôbre Évora e mandara recuar os contingentes atirados sôbre Alcácer do Sal para ameaçar Lisboa. Torná-las-ia o seu melhor elemento de combate, entalando os audazes entre dois fogos. Tais proezas praticara o investidor da vila que quási a destruíu. Chamava-se D. Juan Massacane. Consentira em tôdas as torpezas. A horda bárbara vingava-se em gente indefesa das vitórias obtidas pelos portugueses. Ao receber a ordem do Príncipe, julgou ter-se passado algum facto que significasse a derrota e dera a voz de retirada; a cavalaria ferira lume nas pedras das velhas estradas romanas. Abandonavam os produtos dos roubos, largando pelo caminho os objectos mais pesados, e assim entraram em Valverde, alojando-se o chefe no convento dos Capuchos.

O exército português acampara junto ao Degebe, a ribeira que serpenteia do Ameixial para o Guadiana engrossada pelas águas da Pardiela, levantaram-se parapeitos contra os quais se abrigaram os soldados e D. João de Áustria parecia hesitante. Faltavam-lhe os planos ante a audácia. Deixou uma guarnição na cidade, mandou abrir trincheiras e erguer redutos sôbre o arraial dos portugueses, começando o bombardeamento nas trevas. Serenamente, os artilheiros de D. Sancho Manoel subiram para os morros vizinhos às cavaleiras no riozinho, que ali



CASTELO DE ELVAS

(Do Livro Duarte d'Armas)

([1]) D. João de Mascarenhas servira em Espanha; batera-se em Rocroy, passou a Portugal, em 1645, e recebeu o título e o cargo de meirinho-mor pelo seu casamento com D. Brites de Meneses.

era mais largo, e riam ao ouvirem os estrondos dos projécteis inimigos caindo sôbre os seus arraiais abandonados.

Continuavam a gastar munições na escuridão; tôda a metralhada se tornava inútil.

Mudara-se a ordem da batalha.

Ao clarear da manhã de Junho (¹), muito alegre e trinada de gorgeios, os espanhóis pretenderam atravessar o rio, e ante as posições, colocadas como estavam, era tão seguro o quadro da sua vitória que os portugueses caíram em tristeza antes de se empenharem no combate. A cavalaria de Manuel Freire de Andrade e D. Denís de Melo lançara-se sôbre os esquadrões adversários com tanto ímpeto que fôra necessário reforçá-los por duas vêzes.

A peleja começou terrível, sangrenta, em busca da vitória. Compreendia-se que a derrota equivalia à perda da Pátria; os espanhóis batiam-se na fúria de vingar quem tanto lhes resistira.

Os soldados de D. Sancho Manoel eram menos experientes da guerra do que os seus inimigos, animados pela chegada das tropas de Alcácer.

Travou-se a luta entre as cavalarias e, naquele galope furioso de arremetida, erguidas as espadas à luz crua, entrechocavam-se cavalos e homens ante a calada súbita das peças e mosquetes.

Na retirada dos cavaleiros de D. João de Áustria encontraram-se muitos feridos, agonizantes e mortos junto do Degebe, que cantava nas pedras altas do seu leito; no campo, descoberto, que a artilharia dominava, cavalos soltos relinchavam no escuro, abafando os gemidos dos feridos.

O exército do Príncipe espanhol pretendia alcançar Arronches. Vila Flor adiantou-se a detê-lo. Schomberg ocupara as alturas do Ameixial desde Ruivinos ao monte da Granja.

Évora pressentia-se liberta, embora ainda não visada pelos portugueses, que iam bater-se a uma légua dos seus muros.

D. João de Áustria achara excelente a posição conquistada. Escrevera ao pai dizendo que «não formara a natureza melhor nem mais segura praça de armas». E comparava-a a Milão.

As hostes castelhanas possuíam tôdas as vantagens; deminuíam, para os portugueses, as probabilidades da vitória.

O espanhol entrincheirara-se em três linhas naturais de defesa nas ribas do monte. À frente erguiam-se lombas gémeas, cavava-se o vale, atalaiado por dois altos píncaros quási inacessíveis e a cuja direita se alargava um campo vasto defendido por outro cômoro.

Apenas um caminho, muito estreito, dava passagem para estas posições. A gente do sítio alcunhara-o de Canal, êsse trilho que lembrava os corredores de uma fortaleza de enormes redutos.

(¹) 8 de Junho de 1663.

O general inimigo bem podia assegurar que não formara a natureza melhor nem mais segura praça de armas.

Assim era. Dependia da vontade de Deus a batalha e o destino dos homens e dos impérios, diziam os nossos dispondo-se a combater com fé.



Volvera-se de novo a má sorte contra o exército nacional. Ante a posição do inimigo podia considerar-se loucura a tentativa de vencer e tanto o sentia D. João de Áustria que se entrincheirara melhor. Arrastava na cauda da sua hoste mais de três mil prisioneiros colhidos em Évora, pêso morto que ficava junto da carriagem. Metera as peças em bataria e bombardeava como do alto de inexpugnável forte.

D. Luís de Meneses, comandante dos artilheiros portugueses, sentiu afrouxar o tiroteio de alguns redutos inimigos e teve a sensação de que se operava marcha diferente, simulando-se agüentar a posição. Os carros e os cativos escoavam-se pela trilha do Canal; seguiam-nos as viaturas das munições; passariam a coberto dos montes fronteiros, escoltadas pela cavalaria, se os canhões, ao cessarem em parte a sua actividade, não tivessem sido os arautos do intuito.

Vila Flor não desejava dar uma batalha imediata. Se não atacasssem desde logo, ao avançar encontraria uma hoste minguada e noutra posição o grosso das fôrças. Era a opinião de Schomberg.

Simão de Vasconcelos e Sousa, irmão do ministro conde de Castelo Melhor, pronunciou-se naquele sentido. Outros oficiais o acaudilharam e Vila Flor decidiu-se a ordenar a investida com a ciência e coragem dos seus grandes lances.

Mandou arrojar as massas dos esquadrões contra os cavaleiros castelhanos; o combate empenhou-se furiosamente e, no regresso do entrechoque, Manuel Freire de Andrade, que o comandara, mal tivera voz para se confessar vencido. Sangrava de mortais feridas e Vila Flor, vendo-o expirante, achara ainda voz para comandar a manobra. Mandando as cavalarias pelo flanco esquerdo, seguiam-se os infantes, sob a protecção da artilharia, com o intuito de assaltar um dos montes.

A bravura do general em chefe animava as hostes. O conde da Tôrre, que viera no exército de Marialva, tomara a vanguarda e com o tenente-coronel das fôrças britânicas, Hood, formara quadrado e recebera os esquadrões espanhóis na ponta das baionetas.

Galgara-se o mamelão sob o chuveiro das balas; por vêzes trepava-se de rastos, de gatas, arrancando as unhas nas asperezas das pedras, mas os assaltantes

guindavam-se vendo caír alguns dos companheiros ao som das balas, e de tal maneira assomaram nas ribas que os castelhanos, pasmados ao verem-nos tão perto, largaram as trincheiras abandonando a artilharia voltada para êles por D. Luís de Meneses, entre o clamor da soldadesca entusiasmada.

Os foragidos quiseram agüentar-se num dos outeiros, mas o regimento britânico escorraçara-os em desagravo do sofrido; o conde da Tôrre desalojara os alemães que atalaiavam um dos montes e tomara-lhes as peças.

Aproximava-se lenta a noite na suavidade da brisa que se levantava; as guarnições das ribas já não distinguiam o que se passava na planície, onde a cavalaria espanhola redobrava na luta, detendo-a a infantaria portuguesa à vista do conde de Vila Flor e seguida pelos britânicos e franceses de *sir* David Apreley e de Jaques de Tolon.

O general Gomes Freire de Andrade finara-se antes que as trombetas anunciassem a vitória. Jaziam também no campo os oficiais superiores Diogo Soares de Almeida, Fernão Martins Seixas e Miguel Hogan.

Outros soldados e oficiais agonizavam na terra entenebrecida pelas sombras da noite.

Alguns dos moribundos ouviram ainda os brados de vitória em língua portuguesa.

Ganhara-se a batalha que se denominou do Ameixial ou do Canal.

O exército vencedor recuou para o Degebe e juntamente com as tropas de Marialva foi libertar Évora [1]. Figuravam nas fileiras Mascarenhas, Lencastres, Saldanhas, Almeidas, Albuquerques, Castros, Coutinhos, Cunhas, Baharém, Mesquitela, Vidigueira, Santa Cruz, Sarzedas, gentis-homens nos bailes paçãos, valentes soldados na arremetida.

Ficara em poder dos vencedores tôda a artilharia inimiga, três mil e quinhentos prisioneiros, mil e quatrocentos cavalos, dois mil carros, oito bandeiras, muitos estandartes de cavalaria e o do próprio D. João de Áustria, que viu desfolhados em Ameixial os seus loiros de Nápoles e da Catalunha.



A política preparava-se para vencer o herói.

O conde de Castelo Melhor não admitia a atitude tomada por D. Sancho Manoel no drama político que se representava no reinado de D. Afonso VI.

O secretário de Estado António de Sousa Macedo passou ordem para a sua captura na noite de 4 para 5 de Outubro de 1667. Deviam ser também presos Luís de Mendonça Furtado e Gil Vaz Lôbo.

Os soldados de alta reputação manifestavam-se contra o valido.

Quando o Infante D. Pedro assumiu a regência voltaram-se para o bravo general as atenções e as invejas. Deu-se-lhe a alcaiadaria-mor de Alegrete. Governava a Tôrre de Belém e nomearam-no para a magistratura da Relação do Pôrto, que devia exercer durante três anos.

Tomou posse do cargo em 1 de Junho do ano de 1670, acompanhado pelo sogro e cunhado, o erudito António Álvares da Cunha, e de numeroso séquito. Acorreu Henrique de Sousa Tavares, conde de Miranda, como representante do conde de Penaguião, a disputar aquêle govêrno por andar em sua casa a alcaidaria-mor da cidade.

Era embaixador em Madrid e não se dava bem na capital espanhola a-pesar-das grandes ligações que seu tio-avô e seu pai tinham feito outrora em Espanha.

Henrique de Sousa Miranda, primeiro conde de Miranda, herdara de seu tio Diogo Lopes de Sousa o govêrno da Relação do Pôrto. Aquêle fidalgo tomara o partido de Felipe II, que lhe pagou com a comenda de Alvalade e o direito de deixar aquêle cargo ao parente e foi servir para Madrid, onde recebeu o título condal e a alcaidaria-mor de Arronches.

Defendera a ponte de Alcântara contra o Prior do Crato quando a esquadra inglêsa, ao serviço do pretendente, ameaçara Lisboa; mostrara-se grande parcial do arquiduque Alberto, vice-Rei de Portugal, em nome do monarca espanhol. Retirando-se para Aveiro, passou o seu estado ao filho, Diogo Lopes de Sousa, que combateu na Flandres, onde governava aquêle arquiduque, casado com D. Isabel Clara Eugénia.

Na Relação do Pôrto mostrou grandes méritos aos olhos dos usurpadores e, em 1638, sendo chamado com outros fidalgos à Côrte de Felipe IV, ali esteve até que a morte o levou, em 27 de Dezembro de 1640. A viúva, D. Leonor de Mendonça, filha dos condes de Penaguião, trasladou o cadáver do marido para S. José de Ribamar.

Sucedera no título seu primogénito, que foi terceiro conde de Miranda [1]. Êste só em 1643 conseguira escapar-se de Madrid, fingindo querer ir batalhar na Flandres, mas dirigindo-se a França, onde se apresentou ao embaixador, conde da Vidigueira.

O navio que o conduzia a Portugal foi assaltado por corsários holandeses e o ilustre passageiro ficou muito ferido ao combater contra êles.

Procurou salvar-se a nado e encontrou-se sôbre

---

[1] Biografia do marquês de Marialva.

[1] D. Henrique de Sousa Tavares, depois de ser embaixador em Espanha, recebeu o título de marquês de Arronches, em 1674. Também foi representante de Portugal em Londres, desde 1680 a 1683. Morreu em 10 de Abril de 1706.

uns rochedos na altura de Vila do Conde, onde cobrou ânimo.

Bateu-se nas campanhas do Alentejo desde 1645 a 1646; acompanhou o Príncipe D. Teodósio a Elvas, sendo depois capitão da esquadra de defesa das naus da Índia e do Brasil; substituíu na embaixada da Holanda o traidor D. Fernando Teles de Faro e voltou a bater-se no Alentejo. Após as pazes com Espanha, em que tivera parte de plenipotenciário, recebera a enviatura de Madrid, onde se encontrava quando o conde de Vila Flor fôra agraciado com o govêrno do Pôrto, que acorria a disputar-lhe.

Queixava-se, há muito, de moléstia e da carestia da vida na Côrte espanhola, pois um arrátel de vaca custava noventa réis e o de carneiro cento e trinta. Custava-lhe a pagar tais quantias. Um alqueire de cevada cotava-se em quatrocentos réis e tornava-se dispendiosíssima a mantença de suas bêstas. Tais queixas representavam manha ou avareza.

D. João de Áustria alarmava o Reino com sua política; turvavam-se os ares e o conde queria deixar a embaixada.

Era rico e poderoso, pois possuía, como seu vigésimo oitavo senhor, a casa de Sousa, as vilas de Folgosinho, Oliveira do Bairro, Miranda do Vouga, Avelãs de Caminha, Vila Nova de Alvito e de Alpalhão, além da alcaidaria de Arronches [1].

Não queria perder o direito ao govêrno do Pôrto e daí a insistência, acabando por obter a licença para regressar. Teimava na reclamação e o Regente mandara-o requerer às justiças ordinárias, que julgaram a seu favor.

Começou a questão. O govêrno ofereceu a Vila Flor, em troca do cargo, o título e rédito de presidente da Câmara de Lisboa e do Conselho Ultramarino.

A espôsa do herói, saüdosa da Côrte, incitava-o à renúncia; êle, porém, volvia desejar retirar-se para a sua casa de Azambuja, não pretendendo por qualquer forma contrariar as determinações de Sua Alteza.

---

[1] Dada por D. Afonso V a Rui de Sousas, no ano de 1478.



Batalha de Ameixial
(Reconstituïção por Aurora Severo sôbre documentos da época)

O conde de Miranda, ao saber da sentença, preparou-se para tomar conta do govêrno do Pôrto, que andava há muito em sua casa e na de Penaguião, sua ascendente por banda feminina. Afirmava que mostraria quem era ao conde de Vila Flor, mas o Infante proïbiu-lhe que saísse de Lisboa enquanto D. Sancho Manoel se encontrasse na cidade cuja governança lhe fôra entregue.

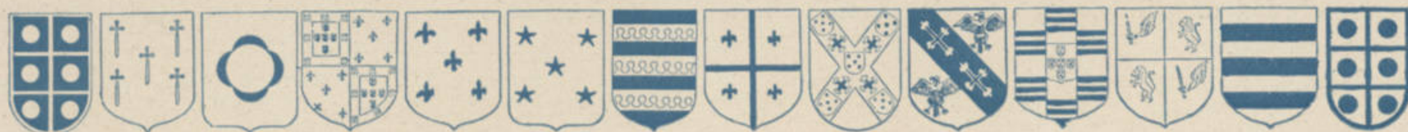
O vencedor do Ameixial era queridíssimo dos portuenses, que respeitavam nêle a valentia, a glória e o sentido da justiça e detestavam o competidor, que más recordações lhes deixara. Era, porém, forçoso obedecer aos ditames da justiça.

Dezembro estava a dez dias do seu fim e desencadeara-se uma tempestade sôbre o norte; o governador, achacado, mal podia jornadear, mas obedeceu tanto quanto lhe permitia a doença e a tormenta. Chegara a Coimbra com a família e criados, muito assistido pelo fiel genro e cunhado, António Álvares da Cunha, e ficou prêso ao leito pela gota. Ali demorou até Fevereiro, passando depois a Tomar. Firmou-se no propósito de continuar na residência escolhida até decorrerem os três anos que lhe cabiam do govêrno de que o exoneravam a favor do conde de Miranda, isto sem o menor respeito pelas suas obras, serviços e glórias. Não queria dar aos inimigos a alegria de o verem desapossado, vencido na política, êle que tantos louros ganhara na guerra e foi jungindo consigo o desgôsto, a afronta e a desilusão.

Quiseram afastá-lo. Era velho; a sua fama impressionava. Lá longe ficaria mais deminuído. Conhecia-se o seu arreganho, o desejo de mando, os pontos de vista e de acção. Lidara no Brasil; dera boa conta de si, tanto na colónia como nas armadas, e ofereceram-lhe a vice-realeza do empório.

Aceitou-a. Não o julgavam inútil, e a prova estava na nomeação que faziam para o afastar, mas, acima de tudo, reconheciam-lhe o mérito que julgava esquecido. Remoçou; imaginou-se na época dos triunfos e preparava-se para ir governar o Brasil quando faleceu, em 3 de Fevereiro de 1677.

Os intriguistas da Côrte, que não poupavam ninguém, tinham-lhe aplicado o título da comédia espanhola *La mayor hazaña.*



MARTIM AFONSO DE MELO

Conde de S. Lourenço

Capitão da Índia — Governador do Alentejo — Seus empreendimentos — Disciplina e energia — Recompensas concedidas por D. João IV — Nota de um cronista seu contemporâneo



ARTIM Afonso de Melo [1], ex-capitão da Índia, onde militara com valor, foi nomeado governador das armas do Alentejo em 1641.

Casara com D. Francisca Guerra [2] e, pela segunda vez, com D. Madalena da Silva, sua parente, primogénita do primeiro conde de S. Lourenço, Pedro da Silva, a quem chamavam o «Duro», que governara a Mina. Acabaria cego; resignara todos os cargos e refugiara-se na sua casa de Odivelas, vizinha do convento onde tinham professado duas das suas filhas.

No movimento revolucionário de 1640, Martim Afonso de Melo marcou o seu pôsto; após a vitória obteve o comando de um têrço e o govêrno de Cascais quando lhe foi oferecido o do Brasil. Recusou a mercê; ambicionava a de capitão-general do Reino, a chefia militar que todos os chefes de guerra cobiçavam.

Respondeu-se-lhe que só ao herdeiro do trono seria concedida tão grande honra desde que o conde de Vimioso o deixasse e entregou-se-lhe a capitania alentejana.

O fronteiro fortificou Estremoz. Não se continha vendo os seus capitães pelejando e conservando-se inactivo e, por isso, ao saber que o conde de Monterey se preparava para invadir as imediações de

---

[1] Seu avô foi Rui de Melo, alcaide-mor de Elvas, casado com D. Isabel de Meneses, a *Formosa*. Seu filho António de Melo foi marido de D. Margarida da Silva, filha do alcaide-mor de Silves, Fernão da Silva. Além de outros descendentes, tiveram Martim Afonso de Melo.

[2] D. Francisca Guerra era filha de Duarte Guerra Caldeira. Não teve filhos, mas o espôso houve dois ilegítimos: D. Francisca de Melo, freira em Elvas, e Rui de Melo, religioso do Carmo. Do segundo consórcio, com a condessa de S. Lourenço, nasceram Pedro, que faleceu em criança, Luís, herdeiro do título, Manuel, que também entrou na revolução de 1640 e morreu combatendo na fronteira, João, que seria senhor de Belas, D. Inês, D. Francisca, D. Luísa e D. Maria, freiras do Sacramento.



BATALHA DE MONTES CLAROS

(Azulejo da Sala das Batalhas do Palácio Fronteira)

Elvas, saíu-lhe ao encontro com um trôço, do comando de D. João da Costa, sem que o impedisse a moléstia a que o físico aplicara três sangrias. Colocou-se no monte de Santa Luzia para assistir ao combate, cujo choque deu em resultado a degolação de cem espanhóis.

D. João de Garay e o conde de Monterey foram obrigados a retirar, indo o último dêstes generais atacar Olivença, «desejoso de emendar a fortuna», que dessa vez ainda se não deixou violar pelo ambicioso capitão.

Aprontou maior exército, mas Martim Afonso de Melo apareceu a socorrer a praça e o castelhano largou para Madrid a mergulhar na intriga, radiante com a notícia da conspiração dos fidalgos em Lisboa, procurando encobrir os seus desaires marciais.

Em contrapartida, o governador do Alentejo lançou-se sôbre Valverde e entrou na vila, tendo morrido no ataque Francisco Rebêlo de Almada, comissário de cavalaria, e trinta soldados, os capitães João de Seixas, Agostinho Pinto e João Soares de Carvalho, tenente João Saldanha e João de Magalhães. Receberam graves ferimentos Aires de Saldanha, que subira bravamente à trincheira, Francisco Pinto Ferreira, ali alcançado por uma bala, e igualmente foram atingidas sessenta praças. Conseguira-se arrebatar ao inimigo algumas bandeiras, que se expuseram na capela-mor da Sé. Trinta dos nossos soldados caíram em Campo Maior.

Cessaram por algum tempo os ataques até ao momento da surtida combinada entre Martim Afonso de Melo e o novo general de cavalaria, o monteiro-mor Francisco de Melo. Quiseram tomar Codiceira, entre Albuquerque e Arronches, ao que se oporia D. João de Garay com as tropas de Badajoz.

Os portugueses puseram-se em marcha, no dia 25 de Abril de 1642, com mil e oitocentos infantes, quinhentos cavalos e duas peças de campanha e avistaram a Codiceira. Desencadeara-se terrível tempestade que impedira o avanço do exército com a devida prontidão, saqueando-se o lugar, que foi pasto das chamas.

Não havia outro género de guerra nas fronteiras.

Ainda não estavam preparados exércitos para os grandes cometimentos.

O governador passou a exercer o mesmo cargo no pacífico Algarve. Alcançara-o a intriga que empestava a Côrte. Porque deixara Elvas e assistia em Estremoz, diziam-no afastado do inimigo, receoso, por pouco prático na guerra. O secretário de Estado Francisco de Lucena auxiliou os inimigos do capitão, que foi substituído pelo conde de Óbidos e passou ao novo pôsto, pouco do seu agrado, espécie de destêrro, longe da Côrte e do campo de operações.

Esteve em Lagos até 1646, em que D. João IV, novamente, o quis remeter à antiga situação.

Ficou deslumbrado com a recepção dos povos; aclamavam-no acreditando em melhores tempos, tantos tinham sido os desastres dos antecessores.

Joane Mendes de Vasconcelos, que comandara até então, com o seu costumado ímpeto no desejo de obter uma grande vitória consagradora, não garantira a disciplina; deixara o exército dividido em partidos que era necessário destruír com algum forte exemplo.

André de Albuquerque, o valoroso general de cavalaria, cujo vigor e energia o tinham tornado temido, mandara D. João de Ataíde atacar o inimigo além do Caia, o que êle não fêz. Houve uma escaramuça desfavorável para os portugueses e o governador ordenou a captura do capitão culpado, o que calou bem no espírito do exército.

Reformou comandos mal entregues, fêz algumas alterações e teve de reparar muitas faltas.

Por morte do sogro fôra agraciado com o título de conde de S. Lourenço, o que lhe dava mais honras; a guerra continuava não só contra o inimigo natural mas entre generais. O padre Cosmander, jesuíta alemão, grande engenheiro que servia no exército, fôra aprisionado quando ia sem escolta de Estremoz para Elvas. Ofereceram trocá-lo pelo conde de Siguen, mas os espanhóis cercavam-no de atenções, buscavam captá-lo; sabendo-o conhecedor dos segredos de tôdas as fortalezas e da política portuguesa, sitiavam-no, não só com oferendas e promessas, mas com os encantos das damas da Côrte, onde o exibiam.

O inaciano resistia por virtude ou porque ainda não conhecia tanto do exército e das praças portuguesas como o inimigo desejava. Dado o balanço do que podia e o valor da peita, resolver-se-ia a traír depois de ter sido ferido por um brutal golpe de alabarda que um sargento espanhol lhe despedira ao ouvi-lo celebrar os direitos de Portugal.

Talvez fôsse encomendada a agressão para rodearem o padre de mais carinhos após as brutalidades. Êle acabou cedendo, ficando ao serviço de Espanha.

No ano de 1648, o conde de S. Lourenço invadiu a fronteira, preou e esteve à vista de Badajoz sem resultados de maior, e pediu licença para se retirar para a Côrte, onde tinha negócios a tratar.

D. João IV escreveu-lhe negando-lhe a mercê, asseverando-lhe ser precisa a sua assistencia na fronteira, louvando-o e benquerendo-o. Mas o general não podia tolerar Joane Mendes de Vasconcelos, que foi prêso, continuando êle na missão.

Ao saber que tinham chegado a Badajoz muitas tropas estrangeiras, Martim Afonso de Melo resolveu captá-las por qualquer modo e usou do estratagema mais consentâneo para o efeito desejado. Mandou distribuír vários papéis nas casernas, onde os contratados dos espanhóis se alojavam, oferecendo-lhes mais vantagens. Eram os aliciantes convites escritos em alemão, inglês e italiano, e de tal maneira convincentes que desertaram muitos soldados com suas armas e montadas.

Receberam a paga e, sugestionados pelo conde, escreveram aos seus camaradas contando-lhes o bom acolhimento recebido, a prontidão do pagamento e a forma por que eram tratados. A habilidade deu resultados esplêndidos, porque as deserções foram em massa. Os castelhanos pediram a troca de prisioneiros até ao pôsto de capitão de infantaria e houve trégua, logo quebrada pela investida nova.

O capitão português reforçara a cavalaria, desejando fazer com ela a experiência do ataque ao arrabalde de Albuquerque, e quando voltou à Côrte deixara o exército organizado, sabendo muito bem cumprir o seu dever, apetrechado moralmente de modo a não temer as grandes massas inimigas, desde que fôsse comandado por hábeis, inteligentes e intemeratos chefes.



O conde de S. Lourenço andava na Côrte quando se travaram de razões vários fidalgos no Jôgo da Pela, sendo morto o conde de Vimioso e presos alguns dos agressores, exilando-se outros. Entre os que entraram no cárcere contava-se o antigo governador das armas do Alentejo; seu filho Luís expatriou-se, sofrendo a prisão o conde de Castelo Melhor, o conde de S. João da Pesqueira e Rui Fernandes de Almada. Na agonia do monarca, êles, abeirando-se do seu leito, conforme lhes pedira, receberam o indulto com o juramento de bem servirem.

A Regente reintegrou no comando da província alentejana o conde de S. Lourenço, cujo partido preponderava, e no ano de 1657 foi ocupar o alto pôsto.

Novamente os povos o recebéram com tôdas as homenagens, aguardando-o André de Albuquerque com insignes provas de respeito, a-pesar-de anteriormente ter servido muito ligado a Joane Mendes de Vasconcelos. Integrou-se no pensamento do governador, que desejava batalhar com seguras vantagens.

Dirigiram-se os espanhóis para Olivença, a praça que mais pretendiam depois de Elvas. Afonso Furtado de Mendonça, por ordem do chefe, expôs em Lisboa, no Conselho de Guerra, o plano do empreendimento de defesa pela serra de Olor, mas os conselheiros entendiam que êle não devia arriscar-se a dar uma batalha sem receber os auxílios necessários. Ficou a aguardá-los, e como tardassem, mandou o exército atravessar o Guadiana, saindo de Elvas em som de guerra em 28 de Abril daquêle ano de 1657.

O general confiava que os socorros chegariam, mas os comandantes das praças entenderam ser bem melhor defenderem-se do que abandonarem os postos a favor de combates para glória alheia.

O conde de S. Lourenço preveniu a Rainha do que tentava; respondeu-se-lhe no Conselho dever cingir-se à obediência.

Formavam o exército os terços dos condes de S. João e da Tôrre, do barão de Alvito e os de Simão Correia da Silva, Pedro de Melo, Manuel Henriques, Agostinho de Andrade Freire, João Leite de Oliveira, Diogo Sanches del Poço, conde de Miranda e Rui Lourenço de Távora. Os auxiliares reüniram e na chefia do estado maior ficou o conde de Soure, cabendo a D. Luís de Meneses o comando da guarda do governador.

A cavalaria, entregue a Manuel de Melo, partiu para Juromenha com alguns esquadrões e mosqueteiros; depois rompera a passagem do Guadiana, logo atravessado pelo exército em pontes de barcas. A artilharia estava bem assestada da praça forte que os castelhanos não se atreviam a atacar.

Comandava as fôrças inimigas o duque de S. Germano, tendo por auxiliares Ossuna e D. Diogo Caballero, mestre de campo general.

O conde de S. Lourenço, convocando o Conselho em Juromenha, propôs fazer o ataque a Badajoz porque ainda que se perdesse Olivença ficariam de melhor ganho as armas portuguesas. Assentou-se na acção que foi participado à Rainha e, desta vez, os votos definiram-se.

O conde de Odemira e Francisco de Melo manifestavam-se pelo ataque ao forte de S. Cristóvão e à tomada de Telena antes do sítio de Badajoz, mas os oficiais na Junta do governador opinavam pelo assédio da grande praça espanhola.

Foi baldado o intento. O duque de S. Germano voltara-se sôbre Mourão, que mal podia resistir com suas fracas muralhas. O conde de S. Lourenço decidiu acudir aos sitiados, que se renderam ao cabo de ataque violentíssimo dos espanhóis.

O vencedor reparou as ruínas; deixou uma guarnição no castelo e avançou sôbre Juromenha, o que os portugueses pretenderam impedir.

Ardia como brasas o sol alentejano; a campanha adiantara-se sob verão sufocante e no Conselho de Guerra as críticas levantavam-se.

Os condes de Castelo Melhor e de Sabugal entendiam que era preciso recuperar Mourão, o que se pôs em prática; mas já a Rainha, movida pelos amigos de Joane Mendes de Vasconcelos, o chamara a-fim-de lhe entregar o govêrno do Alentejo.

No outono de 1657 era capitão-general, sendo André de Albuquerque alçado a primeiro comandante da cavalaria e D. Sancho Manuel a segundo mestre de campo general.

Para o conde de S. Lourenço reservava-se-lhe o cargo de conselheiro.

Já iam as tropas a caminho de Mourão quando recebeu a desagradável notícia.

Voltou à Côrte sem poder conter a ira; arrebatou-se, enfureceu-se; falou rijamente, sendo preciso que D. Luísa de Gusmão usasse de tôda a sua influência e bom conselho para lhe dominar a ira.

Sucedeu o empreendimento de Badajoz, mas até o próprio André de Albuquerque, tão valoroso, viu a sua cavalaria derrotada.

Outros generais iam ganhar batalhas; o conde de S. Lourenço, ante os grandes triunfos do marquês de Marialva e do conde de Vila Flor, devia sentir-se pálido capitão.

Era comendador de Reguengos, Sant'Iago de Lobão, Rio Torto, Pentalvos e comendador da Madalena, de Elvas.

Morreu em 31 de Julho de 1671 e um dos cronistas da época escreveu a seu respeito:

> *...fidalgo a quem muito deve este Reino pelas leis que pôs aos soldados, sendo General das Armas na provincia do Alentejo e executando-as com todo o rigor, porque depois da batalha do Montijo com facilidade fugião os nossos Portugueses dos Castelhanos, e assim privou muitos capitães de cavallos, dando os postos a homens de valor e ordenando que se fugissem os soldados, fosse para Castella e não para Portugal porque os havia logo de enforcar, com que elles dahi por diante, ou por medo ou por vergonha, se vierão a fazer grandes homens na milicia, tendo sempre nossas armas bom sucesso e o maior que se ha visto. El rei D. João IV o fez Conde, e lhe deo quatro comendas, e por sua morte fez mercê Sua Alteza dellas ao filho.*





RUI DE FIGUEIREDO ALARCÃO

Fronteiro de Trás-os-Montes — Entradas na Galiza — Valor de suas acções — Aliança com os Álvares Cabral — O senhorio da Ota — Relações dos feitos militares do ilustre capitão



M 3 de Fevereiro de 1641, Rui de Figueiredo Alarcão foi elevado ao pôsto de fronteiro-mor governador da província de Trás-os-Montes.

O esfôrço de guerreiro ficou célebre.

Tomou posse do seu cargo e entrou logo em acção. Dirigiu-se a Chaves, organizou as companhias com gente bisonha, enquadrada na que viu mais destra e deu-lhes oficiais. Abriu trincheiras na vila, em Bragança e noutros pontos da raia e em Junho lançou-se, por ordem de El-rei, na guerra.

Tinha dez mil homens à sua disposição; compôs quatro troços que entregou a Baltasar Teixeira, a Simão Pita e a seu irmão Henrique de Figueiredo, comandando êle o outro, no qual formavam quatro mil homens.

O primeiro daqueles militares tomou oito lugarejos, cujos habitantes ficaram vassalos de El-Rei de Portugal; o segundo conseguiu a tomadia de cinco povoados e o terceiro fêz grande prêsa, que levou para Bragança, onde comandava, e saqueou Calabor.

O governador, depois de conferir o comando da vanguarda a seu outro irmão, Luís Gomes de Figueiredo, conquistou as vilas de Vimbra e Tamaguelos, cercando a de Verin.

Os destroços, os saques das aldeias vizinhas aterrorizavam, não se tendo, todavia, tocado nas eiras nem novidades maduras.

O marquês de Tarasona recolheu no castelo de Monterey, duzentos infantes, recrutas e vizinhos, e Rui de Figueiredo, compreendendo que estava ali a chave da Galiza, empreendeu a fortaleza mas depressa viu a impossibilidade da sua tomadia, visto faltarem-lhe os engenhos de assalto e até os mantimentos. Regressou a Chaves.

Os espanhóis, como represália, queimaram os arrabaldes de Monforte e, por sua vez, os portugueses intentaram o mesmo em desagravo.

Era assim por tôda a parte, naquele período, a

guerra entre portugueses e espanhóis, espécie de escola militar de alto valor e exemplo.

Umas vêzes, Baltasar Teixeira, Simão Pita ou o próprio governador penetravam na Galiza e arrasavam, incendiavam, saqueavam. Outras, apareciam os espanhóis em terra portuguesa e procediam do mesmo modo.

Vila Maior de Gironda era lugar de importância e o capitão português pretendeu investi-la. Contava trezentos habitantes, o que, na época, representava alguma coisa em centros galegos. Enquanto Baltasar Teixeira intentava aquela proeza, o marquês de Tarasona procedia do mesmo modo em relação a Chaves, indo assaltar Vila Verde com dois mil infantes e cento e trinta cavaleiros. Coube a vez a Rui de Figueiredo de se dirigir àquele sítio para demonstrar que não deixava afrontas por punir e avançou sôbre Vilarelho. A derrota dos galegos foi celebrada; o exército marchou sôbre Tamaguelos e quando voltou a Chaves levava «os soldados ricos e vitoriosos».

O inimigo queimou a tôrre de Ervededo e logo se praticou de igual modo em cinco povoações de além-raia; a resposta foi a investida de Mairos, mas tão bem se organizou a defesa e logo o ataque, que foram mortos um sargento-mor, um capitão de cavalos e quarenta soldados, entre os quais um sobrinho do marquês de Tarasona.

O governador dava cada vez mais provas de sua capacidade, honrando o apelido, que provinha de Goesto Ansures, o trovador lusitano celebrado na *Canção do Figueiral:*

No figueiral, figueiredo,
No figueiral entrei.

E assim rolara, de geração em geração, aquêle apelido [1], que se celebrizava e ia unir-se a um não menos retumbante: o de Cabral.

O ilustre cabo de guerra casara com D. Margarida de Meneses, filha do alcaide-mor de Belmonte, Pedro Álvares Cabral, senhor de Azurara, e de D. Leonor de Meneses, sua espôsa. Por aquêle ramo entroncava a família dos Figueiredos na do descobridor oficial do Brasil.

Do casamento da neta de Cabral com o descendente dos Alarcão veio ao mundo Pedro de Alarcão que foi enviado à côrte de Madrid e desposou D. Francisca de Lemos, havendo Rui, D. Madalena, D. Maria de Meneses, D. Margarida e D. Ana.

A morgadios desta nobre grei, Belmonte e Azurara, passariam os descendentes varões do navegador celebrado; o da Ota, que se fundara em 26 de Junho de 1524, pertenceria à linha feminina que entrara pelo consórcio na casa dos Figueiredos, os quais mais tarde reüniram todos os títulos dos nobilíssimos antepassados [1].

Prosseguia o capitão em lutas da mesma espécie, ganhando renome mas não mantendo as tomadias, assim como os galegos não podiam vangloriar-se de se fixarem em terra portuguesa por muito tempo.

Os grandes senhores da região e outros queriam desagravar-se de vez, em estrondoso combate, com o propósito de darem proveitosa lição.

O marquês de Alcañices e o conde de Alva de Liste lembraram-se de vencer Miranda ao saberem que viera de Lisboa alguma artilharia pouco apoiada e ia passar ali perto.

Um espião garantira que a surprêsa seria frutuosa e os fidalgos deliberaram não deixar escapar o preciso momento. Reüniram dois mil homens e embuscaram-se no lugar denominado das Duas Igrejas, queimando, primeiro, algumas aldeolas vizinhas.

O capitão-mor de Miranda, Pedro de Melo, solicitou socorro a Francisco de Sampaio, outro restaurador, que governava a sua alcaidaria na Tôrre de Moncorvo [2]. Ajuntou mil e quinhentos homens sob o comando de Domingos de Andrade Correia, enquanto Rui de Figueiredo enviava de Bragança as ordenanças de Mogadouro para auxiliar a defesa de Miranda. Dispôs reforços, que seu irmão Henrique de Figueiredo chefiava, ficando em Argozelo, no Outeiro.

Pedro de Melo e o governador aguardavam o inimigo em Vimioso, não tendo mais esperanças na defesa de Miranda. O chefe fortificou-se e, indo atacar Brandilhães, degolou muitos homens da guarnição, saqueando e destruindo tudo à excepção da igreja; aprisionou três capitães, outros tantos alferes e quatro sargentos, além de duzentos soldados, tendo perdido quinze na refrega. Enviou os cativos para Lisboa, e como se anunciasse o inverno, sempre terrível na-

(1) Os pais de Rui de Figueiredo Alarcão eram Jorge de Figueiredo e D. Maria de Sousa; seus avós Rui de Figueiredo e D. Ana de Castro e os bisavós Jorge de Figueiredo, escrivão de D. João III, e D. Ana de Alarcão, filha de André de Alarcão.

(1) Condes de Belmonte, cujo actual representante, D. Vasco da Câmara, tem o seu solar em Ota, sendo celebrada a sua residência por vários motivos e entre êles ter lá buscado abrigo, depois de demitido, o marquês de Pombal, quando a caminho da sua casa na vila do seu título. Ver obra do autor, *O Marquês de Pombal Desterrado*.

(2) Foi fronteiro-mor, residente em Vila Flor, que pertencia à sua casa. Filho de Manuel de Sampaio Melo e Castro. Esta família descencia de Vasco Pires de Sampaio, senhor de casa de Vila Lôbos, conde de Trastamara e marquês de Astorga. Vindo para Portugal, no reinado de D. Fernando, foi senhor de Chacim, Vila Flor e Anciães.

quelas paragens, organizou seus quartéis e deu descanso bem merecido às suas tropas.

No ano seguinte, pela banda do Minho, continuaram as invasões na Galiza, distinguindo-se Vasco de Azevedo Coutinho.

O fronteiro ia em socorro daquela província com mil e quinhentos soldados de infantaria, cento e cinqüenta cavaleiros e cinco peças e entrou em Fires, Mandim e Ferrão, na Galiza, onde aguardou as tropas de Entre-Douro-e-Minho, mas ante a tardança decidiu-se a mandar marchar Francisco Pereira sôbre Verin, cujos vinhedos alcançou.

O inimigo abandonara anteriormente o terreno.

Um mestre de campo francês, Hugo Dordio, impôs-lhe a espera no lugar; queria persuadi-lo ser ordem de El-Rei não se deixar jamais de aguardar o inimigo e ali ficaram até que chegou D. Martim de Redim, prior de Navarra, que o obrigou a retirar-se para um monte próximo, onde se preparou para receber o ataque.

Era escura a noite, difícil o acesso ao sítio, e Rui de Figueiredo reparou que parte da sua gente se perdera regressando à fronteira e, sem detença, seguido por poucos combatentes, apareceu a socorrer Francisco Pereira. De novo o general espanhol surgiu a pelejar, e tão valorosamente que os portugueses, em menor número, sentiram o seu ímpeto.

O governador não pôde deixar de esgotar todos os recursos e, pelejando como um herói, pouco faltou para ficar prisioneiro.

Perdera duzentos homens entre mortos e cativos, contando-se entre estes o capitão de cavalos Miguel Ferraz.

A retirada em boa ordem, à vista do inimigo, comandada pelo ilustre cabo de guerra, valorizou-o como se tivesse obtido uma vitória.

Adiantando-se para Vilarelho, quis ainda combater, empregando a pouca tropa de que dispunha e alguma de novo reünida, mas os castelhanos não quiseram tentar a sorte e o capitão dirigiu-se para Chaves, lançando-se alguns dos seus soldados de Vinhais sôbre as aldeias galegas a-fim-de tirarem desfôrço, mas foram derrotados em Puebla de Sanabria.

Quando, em 1646, D. João de Sousa deixou o govêrno da província em virtude da sua doença e da desorganização que permitia ao inimigo violentas incursões, voltou Rui de Figueiredo a assumir o seu antigo pôsto, a-fim-de, por todos os meios, calar as queixas dos trasmontanos expostos às represálias dos vizinhos.

Os capitães espanhóis estavam habituados às vitórias. Juntaram-se D. Francisco de Castro e D. Francisco de Gueldres, da Puebla de Siebra, Passo e Vila de Outeiro, que continuaram na prática de suas continuadas proezas.

O governador saíu de Bragança com o comissário geral, o francês Achim de Temericourt, e bateu os ousados castelhanos que tinham queimado lugares sem defesa.

O chefe não podia empregar as suas fôrças inteiramente na acção que se esboçava e mandou o general francês fazer aos espanhóis o maior dano possível. O contingente ia em fúria de desagravo, próprio de quem desejava vingar tantas arremetidas do mais poderoso inimigo, e dividindo-se as fôrças, sob o comando de Temericourt e de Manuel de Miranda Henriques, investiram as posições inimigas.

Não escapou nem o próprio mestre de campo, D. Francisco Geldres, que foi ferido por uma estocada na garganta, acabando na luta os capitães D. Carlos Altamirano e D. Francisco Picão. A desforra foi magnífica; ficaram no campo muitos galegos e castelhanos, sacrificados em legítima vingança, tendo morrido apenas seis portugueses e havendo outros tantos feridos.

Os moradores da raia trasmontana podiam sossegar.

Ia socorrer-se Miranda, que os galegos tanto desejavam manter sob o seu domínio.

Prosseguiram até 1647 os encontros da forma costumada: a eterna guerra de represálias. Chaves foi fortificada, e querendo os espanhóis levantar redutos em Vilarelho, o governador português obstou pela fôrça a tão prejudicial intuito.

Depois pediu licença para se retirar da província, ficando o govêrno entregue a Francisco de Sampaio, capitão da Tôrre de Moncorvo; Henrique de Lamorlé, oficial francês, comandava a cavalaria.

Rui de Figueiredo escreveu: *Relação dos sucessos que Ruy de Figueiredo, fronteiro da raia de Trás-os-Montes teve na entrada do reyno da Galiza* — Lisboa, 1641; *Segunda Relação verdadeira de alguns sucessos venturosos que teve Ruy de Figueiredo, fronteiro-mor da Villa de Chaves, na entrada que fez e ordenou em alguns lugares do Reyno da Galiza nos ultimos dias de Agosto até se recolher á dita villa; Terceira Relação do sucesso que teve Ruy de Figueiredo de Alarcão nas fronteiras de Chaves, Monte Alegre e Monforte, segunda feira 9 de Setembro de 1641; Quarta Relação verdadeira da vitória que o fronteiro-mor de Trás-os-Montes Ruy de Figueiredo de Alarcão houve na sua fronteira, cinco léguas de Miranda, em Brandelhanes, terra de Castela.*





DENIS DE MELO E CASTRO

Conde das Galveias

Cento e onze combates, vinte e duas vezes ferido — A batalha das linhas de Elvas — Comandante do exército do Alentejo



OM Jerónimo de Melo e Castro, descendente dos Castros de Fornelos, desposou D. Maria José Côrte Real, filha de João de Tóvar Caminha, e o seu terceiro descendente, Denis de Melo e Castro, seria ilustre general.

Nascera em 8 de Março de 1624. Aos dezasseis anos acompanhara o conde de Vimioso na guerra do Alentejo, e deslumbrara-se, crescera entre balas e cavalgadas e tomando parte em cento e onze combates seria ferido vinte e duas vêzes.

Tenente-general de cavalaria em 1658, no assédio do forte de S. Miguel, vivia no de Badajoz, cujas obras deviam ser empreendidas, de tal forma se portara Denis de Melo e Castro que, atingido por sete golpes, ainda quis ficar no campo. Mataram-lhe o cavalo, e, por terra, quando D. Luís da Costa o socorreu, ordenou-lhe e aos soldados que o deixassem para serem úteis noutro ponto. Prisioneiro, depois de ter assistido à batalha na qual também fôra ferido o duque de Cadaval, sentiu gloriosamente a vitória. Os portugueses tinham-se assenhoreado da praça de S. Miguel e logo a de S. Gabriel se entregou ao conde de Mesquitela, havendo-se com muita galhardia o conde de Penaguião e ficando na luta bravos como Álvaro de Miranda Henriques, Francisco Sodré Pereira e António da Franca, bons capitães, além de outros oficiais e muitos soldados. Enquanto o exército desenvolvia a sua acção sôbre Talavera, o tenente-general foi liberto. Tratou suas feridas e a-pesar-de estarem ainda mal fechadas, partiu para Estremoz a pelejar ligado à plêiade que, em 1659, marchava às ordens do conde de Cantanhede, futuro marquês de Marialva.

Foi Denis de Melo, com o seu intrépido émulo Achim de Temericourt, que deu o famoso assalto de socorro cujo resultado se celebrou com a retirada do inimigo no ponto onde a batalha das Linhas de Elvas era mais renhida.

No mesmo ano desbaratou, em Mourão, poderoso

trôço de cavalaria. Prosseguiu nas lutas; rasgou-se o seu corpo de profundos golpes cujas cicatrizes valiam comendas.

Subira sua fama e entregaram-lhe o comando do Alentejo em 1662, quando o conde de Schomberg partiu para a Côrte.

Merecia Diniz de Mello este e qualquer outro acrescentamento pelo grande valor com que havia procedido em todos os postos que exercitara do principio da guerra até aquele tempo, sendo mais evidente sinal do seu merecimento não haver no exercito officiais queixosos da sua ocupação [1].

Sucedeu-lhe o conde de Mesquitela.

Nomeado general de cavalaria, correu a socorrer Évora com denodo em 1663; voltou ao govêrno das armas da província e, quási no fim da campanha, já promovido a mestre de campo general, derrotou duzentos e cinqüenta cavaleiros espanhóis que andavam incursoando em Portugal. O marquês de Carracena, com sua glória de grande capitão, sofreu a rijeza do ataque do notável cabo de guerra, em 1666, ao vê-lo fazer grandes prêsas em Freixenal.

Firmara-se a paz. O general contava quarenta e quatro anos. Era comendador de Santa Marta de Lordelo, Santa Maria de Tarredeira, conselheiro de Estado e, em 10 de Novembro de 1691, D. Pedro II agraciou-o com o título de conde das Galveias, a vila vizinha dos lugares onde o amerceado se cobrira de glória.

Tendo casado com D. Ângela Maria da Silveira, filha do capitão de cavalaria André Mendes Lôbo, houvera os seguintes filhos: Pedro, que lhe sucedeu nos títulos; André, eclesiástico que trocou a Igreja pela diplomacia e foi vice-Rei do Brasil; Maria Josefa, que desposou D. Luís de Almeida, irmão de D. Pedro de Almeida, primeiro conde de Assumar.

Não tinha terminado nas campanhas da Restauração a carreira militar do ilustre soldado. Na guerra da Sucessão governou de novo o Alentejo e tomou as praças de Valência de Alcântara e Albuquerque. Morreu, em 18 de Janeiro de 1709, aos oitenta e cinco anos.

[1] Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*, vol. II.



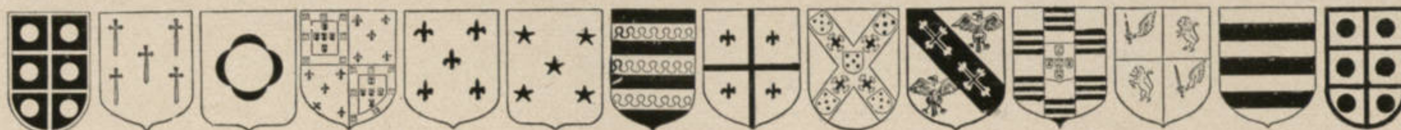




PARTE QUINTA

OS POLÍTICOS DA RESTAURAÇÃO

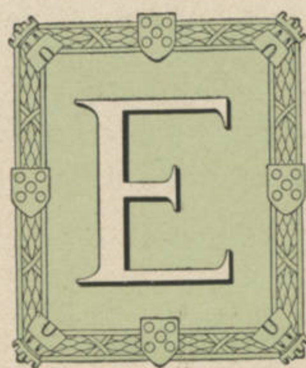




D. NUNO ÁLVARES PEREIRA DE MELO

Duque de Cadaval

O herdeiro de um grande partido — Luta contra o conde de Castelo Melhor — Do destêrro à batalha — O procurador da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia — Deposição de D. Afonso VI — A grande desilusão de um caudilho político



L-REI D. João IV, à hora da morte, chamara junto do seu leito o duque de Cadaval ([1]), D. Nuno Álvares Pereira de Melo, e dissera-lhe esperar dêle assistência à Rainha e ao Príncipe, evocando os favores devidos a seu pai. O grande fidalgo prometeu zêlo e lealdade, muito honrado por aquela deferência do régio agonizante. Tinha dezóito anos e o monarca encarregava-o de velar pela Família Real. Encheu-se de orgulho e quis tornar em tutoria o que só obediência devia ser.

Andara desde menino no Paço; era gentil, robusto e galhardo; não lhe faltava inteligência e fôra bem educado nas matérias que os nobres deviam aprender. Gostava do exercício das armas, mas, ainda que não o amasse, o seu instinto advertia-o ser-lhe indispensável a reputação de valor.

D. Luísa de Gusmão não consentiu ao parente que fôsse tomar parte na guerra do Alentejo ([1]).

¿Recearia que seus louros o elevassem mais em tempos tão agitados? ¿Temeria por sua vida?

A teima do duque venceu e, no ano seguinte, batia-se entre as tropas do cêrco de Badajoz, recebendo duas feridas ao atacar o forte de S. Miguel.

Alojou-se-lhe uma bala no ombro esquerdo e, a-pesar-do tratamento que lhe aplicaram, o jovem guerreiro sempre ficou padecendo.

([1]) Filho do marquês de Ferreira e de D. Joana Pimentel, sua sobrinha, filha de D. António Pimentel, marquês de Távara, em Espanha. D. Nuno nasceu em 4 de Novembro de 1638; seu irmão D. Teodósio foi cónego da Sé; sua irmã, D. Isabel Moscoso, morreu aos dez anos. Por carta-régia de 20 de Março de 1641 o primogénito do marquês de Ferreira recebeu o título de conde de Tentúgal, o marquesado em 3 de Agôsto de 1645 e o de sobrinho de El-Rei em 8 do mesmo mês. No dia 26 de Abril de 1648, em que veio ao Mundo o Infante D. Pedro, o soberano amerceou o parente duque de Cadaval, passando-se a carta em 18 de Julho.

([1]) 1657.

Irrequietamente, desejou voltar ao exército ao ver fechar-se a chaga, mas a Regente nomeou-o conselheiro de Estado e obrigou-o a residir na Côrte.

Era a principal figura da nobreza, o único duque português depois que o de Aveiro passara ao serviço de Espanha e o de Caminha subira ao cadafalso.

O seu título dava-lhe a autoridade acrescentada pelas recomendações do Rei agonizante. Impunha-se; desagradava aos velhos que o tinham por ousado e aos novos que lhe invejavam a audácia, mas criava partido e subia em poder, muito arrimando à facção do sogro, o conde de Odemira.

Sentia o herdeiro do trono inferiorizado pela hemiplegia e pelos destemperos que praticava. Arrebatadamente, procedia contra êle sempre que a ocasião se apresentava, e ao ser dada a ordem para a prisão do favorito real, António Conti ([1]), o duque aparecera a executá-la, merecendo quási gerais aplausos, pois a nobreza temia ver-se preterida pelo filho do genovês, mercador no pátio do Paço da Ribeira.

D. Afonso VI era turbulento, arraialador e inconseqüente, mas seguia o caminho da fidalguia exagerando, talvez, seus distúrbios para mostrar valentia a-pesar-da enfermidade. Procurava os perigos; desafiava-os, sendo quási sempre desfeiteado, tanto ao provocar homens, como rojoneando touros ou a equitar em alardes contrários à boa arte.

Censurava-se muito a real pessoa. A mãe procurava livrá-lo de ruins ilhargas, mas altivo como Rei e sofrendo do desequilíbrio produzido por seus males físicos, revoltava-se, querendo impor-se.

Acompanhavam-no truões e, pouco a pouco, formara-se a mais singular das guardas para escoltar o monarca nas suas aventuras nocturnas: era a «patrulha baixa», composta por negros, mouros e mulatos.

O duque de Cadaval fôra o principal obreiro da relação pela qual se devia advertir El-Rei do mau caminho que trilhava.

Os políticos reüniam para o efeito a tirar da representação colectiva. Concordaram no acto, que seria tomado por desrespeito, os marqueses de Gouveia e de Marialva, D. Francisco Sotomaior, deão da capela real, bispo de Targa; os condes de S. Lourenço e de Soure, D. Rodrigo de Meneses, Jorge de Melo, o doutor Nicolau Monteiro, o secretário de Estado Pedro Vieira da Silva e o padre António Vieira.

O soberano foi para o despacho; atraíra-o a mãe para que ficassem desimpedidos os aposentos onde se procuraria o valido; levando-o, depois, para bordo da nau que devia conduzi-lo ao Brasil, salvar-se-ia El-Rei da sua má sombra.

Empenhou-se em proceder pessoalmente o duque de Cadaval, como em agravo ao Rei, talvez congeminando já o grande drama da deposição. Acompanhavam-no o porteiro-mor Luís de Melo e seu filho Manuel, assim como o corregedor do crime doutor Duarte Vaz de Horta Osório. A guarda dos archeiros tomou as portas, por ordem do duque, que se dirigiu para os aposentos reais com os seus companheiros.

António Conti percebeu o que se tramava contra êle e, correndo para um dos aposentos, fechou-se com a chave que o duque de Cadaval debalde pretendeu expelir da fechadura com outra que empunhava. Começara a convencer o italiano a que se entregasse, sendo coadjuvado pelo porteiro-mor, cujo filho guardava a entrada do quarto. A resposta consistiu na tentativa de fuga do ameaçado. Meteu a cabeça pelas grades da janela que deitava para o terrado da Casa da Índia, mas não pudera passar o resto do corpo.

Cadaval agarrou-o pelos cabelos e, puxando-o com violência, disse a Conti que o Rei dera ordem para a sua captura. O favorito julgou-se perdido; preguntou se o queriam matar e, ante a resposta negativa e a intimação para se render, prometeu não resistir desde que o largasse. Sôlto, outra vez dentro da recâmara, negou-se a abrir a porta, sendo preciso empregar machados, que vieram da Ribeira das Naus, trazidos por André Leiro, guarda da tapeçaria do Paço.

Apareceu neste momento Luís de Vanconcelos e Sousa, conde de Castelo Melhor, que estava de semana, e increpou a atitude tomada pelo duque de Cadaval ao invadir os aposentos régios. Mediram-se como contendores cuja querela se decidiria em tablado mais vasto. A política arremeçava-os para a liça onde ambos queriam luzir seus talentos.

O duque contava vinte e quatro anos; mais dois o conde. Ambos tinham sido soldados e feridos nas batalhas; o primeiro era considerado sobrinho dos Reis, o segundo provinha da grei do rico-homem D. Martim Moniz, capitão de D. Afonso Henriques ([1]).

Começara, naquele momento, um dos mais terríveis dramas da história portuguesa.

([1]) Era filho de um lojista genovês estabelecido sob as arcadas do Terreiro do Paço da Ribeira. Pelo seu desembaraço no jôgo da pedra e manhas subtis conseguira a simpatia do jóvem Rei, que o tornou seu familiar. O irmão, João Conti, também gozou das graças régias.

([1]) Era tal o orgulho da ascendência dos Castelo Melhor que o segundo conde, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, mandaria colocar uma legenda na porta do Moniz, no Castelo de S. Jorge, sob o busto do guerreiro que, segundo a tradição, ali morreu ao atravessar-se na porta de ferro para dar passagem aos companheiros.

O pai do futuro ministro de D. Afonso VI, e décimo quarto neto do herói, fizera a evocação da proeza, comemorando-a, em 1646, conforme reza a lápida que ainda hoje se ostenta no local. Diz:

«El rei D. Afonso Henriques mandou aqui colocar esta estatua

Os dois altivos mancebos desafiavam-se; a luta seria feroz.

O valido real plebeu partiu à fôrça para o Brasil com o irmão e outro cúmplice das arruaças; tomava-lhe o lugar o fidalguíssimo conde de Castelo Melhor, o único que tivera coragem para protestar, arrogantemente, contra a invasão dos régios aposentos e a captura do favorito.

Fôra pública para a Côrte a censura infligida ao Rei, que a ouvira ler sem encobrir a refervente ira, ao saber do destêrro de Conti.

Berrou furiosamente, tendo por único assistente o seu reposteiro, Manuel Antunes. Castelo Melhor chegou no meio do acesso e aplacou, só na aparência, a zanga da Majestade. Mostrava-se irritado de rosto, sacudido, mas não falando no assunto que o pungia. Como terminava naquele domingo, 17 de Junho de 1662, o serviço do conde de Castelo Melhor, mandou-o ficar contra tôdas as regras, normas e hábitos.

No dia seguinte partira para o Paço de Alcântara, com alguns membros da nobreza, bem como o Infante D. Pedro; dali o camarista, já em valimento, escreveu ao secretário de Estado Pedro Vieira da Silva ([1]) preguntando-lhe pela sorte de Conti, as determinações a seu respeito e de Manuel Antunes.

D. Afonso VI ainda falou a sua mãe no palácio da Ribeira, mas, à noite, sem que se suspeitasse, foi de novo para a régia residência suburbana com os condes de Castelo Melhor e de Atouguia, sendo logo chamado Sebastião César de Meneses, o douto eclesiástico que faria parte do novo govêrno, do «Triunvirato».

Debalde D. Luísa de Gusmão pretendeu congraçar-se com o filho.

Acusavam-na de veleidades incontidas de domínio, diziam-na ambiciosa a ponto de provocar a luta para se manter na Regência, e como os seus actos e advertências a culpavam na aparência, o filho, agitadíssimo, excitava-se mais contra ela. Não perdoava a cerimónia em que lhe fôra lida a censura e, determinando governar, exigiu os selos de Estado que a soberana guardava.

Mandaram-se emissários a Alcântara, mas não os atenderam, e como se receasse ou se fingisse temer a atitude da Rainha, aconselhara-se ao monarca que se retirasse para a tôrre de S. Julião da Barra, de onde, a seguro, decretaria.

Não foi precisa a viagem porque a Rainha, imediatamente, se dispôs a ceder o seu lugar ao filho conforme êle lhe pedira.

Os mensageiros de D. Luísa de Gusmão não conseguiram influír no agastadíssimo ânimo do monarca. Fôra profunda a ferida no seu orgulho de Rei e de exacerbado doente.

Cadaval, que representara o primeiro papel na prisão de Conti, provocando a decisão real, ia pagar com o destêrro a audácia do seu procedimento. Mandaram-no para Almeida.

D. Afonso VI vingava-se; os políticos que o rodeavam, hostilizando o duque, demonstravam a grandeza do seu poderio.

Quando se escaramuçava na Beira, o sobrinho dos Reis batia-se como soldado; entrara em Serrazes arrastando as hostes; proïbiam-lhe que tomasse as armas, mas desobedecia até ao momento de ser atacado pela doença. Foi tratar-se às Caldas da Rainha; passou a Tentúgal sem licença; recebeu reprimenda pela desobediência, até que solicitou passagem para Alenquer.

Ali ficou em transes de engendrar a desforra.

Formara-se a nova Côrte. Os poderosos da véspera eram desterrados, a começar pelo duque de Cadaval e pelo secretário de Estado Pedro Vieira da Silva.

O «Triunvirato» não se ligava entre si; dessoldavam-se os elos que pareciam sólidos, mas em política o ciúme corrói depressa as solidariedades.

Aparecera, embora não declaradamente, o partido do Infante. Esboçavam-se os conflitos. Das queixas que D. Pedro soltaria formar-se-iam as colunas do seu poder futuro.

Cadaval assumiria um grande papel na intriga, na acção deletéria que era a sua vingança e a ruína do Rei, destestado por êle desde a infância.

O duque casara, em 29 de Dezembro de 1660, com D. Maria de Faro, viúva de João Forjaz Pereira, oitavo conde da Feira, e filha de D. Francisco de Faro, conde de Odemira, que fôra o chefe do «partido velho», cujos pergaminhos o genro herdara com os partidários.

Nascera do consórcio D. Joana de Faro, que deixara o Mundo aos quatro anos ([1]). Quando o pai saíu da Côrte e por lá andou desterrado, finou-se a peque-



e cabeça de pedra, em memória da morte gloriosa que D. Martim Moniz, progenitor da família dos Vasconcelos, recebeu nesta porta quando, atravessando se nella franqueou aos seus a entrada com que se ganhou aos moiros esta cidade no anno de 1147. João Rodrigues de Vasconcellos e Sousa, conde de Castello Melhor, seu décimo quarto neto por varonia, fez pôr aqui esta inscripção, no anno de 1646».

([1]) Biografia de Pedro Vieira da Silva.

([1]) 1 de Fevereiro de 1664.

nita. Êle não podia conservar-se durante muito tempo afastado da capital, onde ia entrar uma Princesa de França, a noiva de D. Afonso VI.

Castelo Melhor, o rival feliz do duque, era o ministro omnipotente. A Rainha trazia a incumbência de tratar da política francesa; era habilíssima, inteligente, educada na Côrte mais perversa e, ao mesmo tempo, a mais faustosa do Mundo.

A agente de Luís XIV não faltaria às suas promessas. Vinham em sua companhia os plenipotenciários e os conselheiros, o tio bispo de Laon, o marquês de Ruvigny, almirante da armada, enquanto o senhor de Saint Romain não entrava em cena com o súbtil Verjus.

O Infante encantara-se na presença da cunhada e, deixando Queluz, fôra habitar palácio do Côrte Real.

A casa da Rainha ficou composta por vários fidalgos, cabendo a mordomia-mor ao marquês de Gouveia, D. João da Silva.

O duque de Cadaval passara para Tentúgal; o conde de Atouguia estava desvalido e Sebastião César de Meneses encerrado no castelo da Feira. Tanto o perseguido como dois dos seus inimigos, antigos membros do «Triunvirato», sofriam ostracismos.

A chegada da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia não lhes melhorara a sorte.

D. Teodósio de Melo, irmão do duque, também fôra expulso para cinqüenta léguas de distância da Côrte e o próprio António Conti, que D. Afonso VI mandara regressar ao Reino, não ficara no séquito real a-pesar-de Sua Majestade continuar com os distúrbios nocturnos. Fôra para o Pôrto por acôrdo entre o ministro, conde de Castelo Melhor, e o inconstante soberano.

A intriga era enorme; a Rainha entendia-se com os partidários do cunhado e assim foi levedando a grande tragédia em que se macularia o trono e o tálamo régio. A soberana tornara-se a grande interessada no regresso do duque de Cadaval. Devia conhecer-lhe o ódio pelo Rei e a fôrça dos seus partidistas.

A nobreza dividira-se. Ia travar-se a luta decisiva. Quando foram avisados os partidários do Infante, a ocultas de Castelo Melhor, Cadaval já estava na Côrte porque, dias antes, o Rei o indultara. Chegava a tempo. Fazia parte do Conselho de Estado por direito próprio e a sua voz elevou-se com a eloqüência da raiva, a gama do que julgava a razão superior do bem do país, os argumentos inspirados pelo orgulho, a cólera, o desagravo, os três conselheiros que o político mais escutava.

Juntava-se-lhe outro de importância: o da ambição de ver no trono o Infante, que lhe daria o poder como o Rei o entregara a Castelo Melhor.

Quási se puxava das espadas nos degraus das escadarias do Paço e até à beira do trono.

D. Pedro ameaçava partir da Côrte; muitos dos seus amigos estavam presos; cerrava-se fortemente a atmosfera, a qual o valido não podia melhorar.

O jesuíta Villes, confessor da Rainha, procurara o Infante recadejando, em nome da ama, para se deter a partida do irmão de D. Afonso VI.

Ela oferecia-se para intervir a-fim-de lhe darem satisfações por suas queixas; queria desagravá-lo e engendrava, naquele momento, o que lhe cumpria fazer. Tomando uma resolução forte obrigaria a pender a balança a favor do cunhado.

As loucuras e destemperos do marido davam-lhe aparências de razão. Mostrava-se bem a estrangeira, educada numa Côrte dissoluta e galante, tentando, por todos os meios, obter a vitória da política do seu Rei, da sua ardência de mulher, talvez do amor que a devoraria.

A maior parte da nobreza sentia-se agravada pela arrogância do ministro, que não perdoava desacatos; alguns fidalgos lançavam-se na luta por escrúpulos e pundonor; os que eram parentes dos ofendidos e com o feitio, bem nacional, de tomar as páreas por amigos e afins, revoltavam-se; a maioria jogava no movimento em marcha. O resto eram os que não podiam afastar-se do Rei sem escândalo, os dúplices e os trovisqueiros daquele rio já tôrvo.

Sucediam-se os ataques ao Rei e ao seu valido, que acabou por fugir do Paço perseguido por escoltas, tratado de criminoso e, para deflagrar alguns brulotes antes da explosão final, a Rainha abandonou o Paço retirando-se para o convento da Esperança.

Um dos elementos primaciais daquela conjura era o duque, pela soberana empregado como seu procurador, depois de escrever a carta das ardentes lástimas, a que decidiria mais ràpidamente da questão.

Sem a saída de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia para o mosteiro não se precipitariam os acontecimentos. Tinham-se afastado, gradualmente, todos os amigos do soberano, os poucos que o lamentavam mais do que o defendiam.

Castelo Melhor quisera levá-lo para o meio do exército do Alentejo, mas talvez receasse que suas atitudes desagradassem à soldadesca ou tivesse êle suspeitas de que o poderiam prender.

Cadaval era o representante da Rainha retirada do Paço para o convento arrabaldino.

Ela assim o nomeara e jamais houvera mais solícito agente em pleito real. Movia-se com a leveza produzida pelo júbilo da vitória, preparando a que ainda esperava no cenário do drama real.

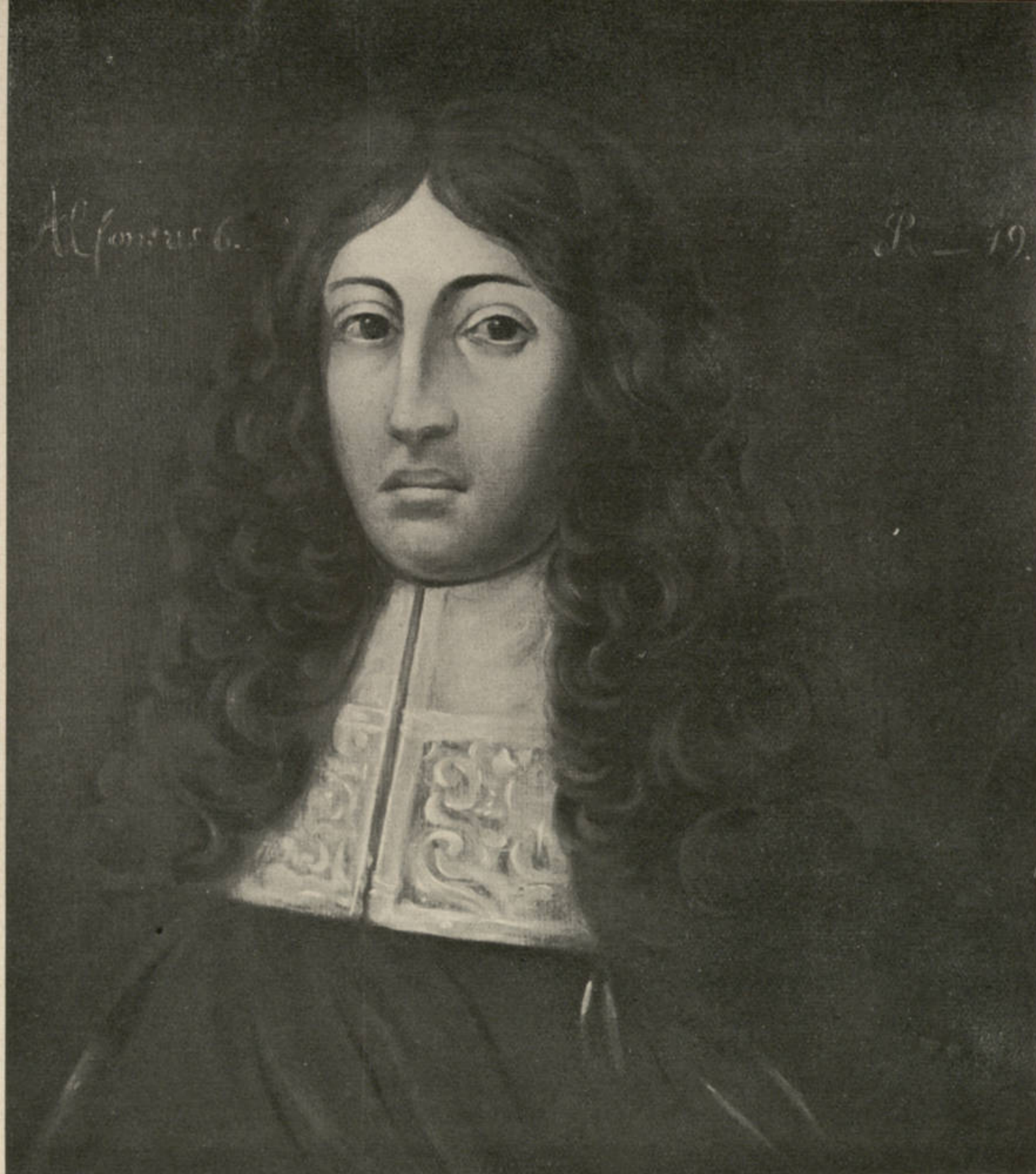
Ela saíra do lar como não o faria uma mulher do povo ou burguesa da época. Acompanharam-na as damas de sua privança, D. Antónia da Silva, D. Antónia Maurícia da Silva, D. Isabel Francisca da Silva, as três silvas daquele enrêdo, íntimas nos segredos da ama que requeria ao desprezado marido para a deixar

partir para a sua pátria em navio francês, pedindo o seu dote, dizendo-se desamparada.

Não podia ser mais sùbtilmente interesseiro o requerimento que o conde de Santa Cruz, ao tempo mordomo-mor da soberana, levou ao monarca. Destemperou mais de génio; arrebatou-se; caíu no excesso que se esperava do seu feitio impulsivo e perdeu-se ao bater à portaria do convento em ameaças de a arrombar se não a abrissem.

Volvia a abadessa que a sua real refugiada guardava as chaves, e a ira do Rei subira ao rubro quando o Infante aparecera, como personagem de comédia, entrando no palco à deixa, ante a comparsaria e público ingénuo.

Falou com a gravidade imposta pelo papel; elevou-se às grandes razões religiosas; foi dizendo que mais valera chamar o provincial da ordem franciscana para que lhe entregasse a Rainha em vez de dar escândalo. Veio o prelado, que se mostrou aflito e pesaroso; se não ergueu muito alto a censura ao soberano, deixou-lhe entrever o sacrilégio; e abandonado, desautorizado, tendo-se exposto ao espectáculo, D. Afonso VI, que seria singularmente cognominado o «Vitorioso», ficara derrotado ao recolher ao Paço sem a mulher e em escolta do irmão, que muito ganhara, em compostura e juízo, aos olhos do povo impressionado.



D. Afonso VI
(Reprodução do quadro pertencente à colecção do sr. conselheiro Martins de Carvalho)

Dirigira-se a Rainha ao cabido, ao qual chorava suas mágoas e confessava que não houvera «tido efeito o matrimónio», isto claramente assinado por seu punho [1], mostrando-se em escrúpulos de consciência quando outrora, para assistir ao Conselho de Estado, se declarara pejada.

Ninguém pensou nas suas anteriores atitudes.

Ela ajudava a revolta a seu modo, tanto quanto podia, deixando a reputação nas bôcas do Mundo ao confessar virgindade [2] de que muito se suspeitava; e como pedisse prontidão no julgamento da sua causa, os juízes eclesiásticos, como se estivessem já reünidos, responderam no próprio dia do recebimento da carta instante, declarando-se pelo que ela mal aflorara: a nulidade do matrimónio.

---

[1] Em 22 de Novembro de 1667; no mesmo dia respondeu o Cabido e nomeou o inquiridor.

[2] Voltaire julgaria de outra maneira o caso português:

«Le Portugal donnait en ce temps un spectacle étrange à l'Europe. Dom Alphonse, fils indigne de l'heureux Dom Jean de Bragance, y regnait: il était furieux et imbécile. Sa femme, fille du duc de Nemours, amoureuse de Dom Pedro, frère d'Alphonse, osa concevoir le project de détrôner son mari et d'épouser son amant. L'abrutissement du mari justifia l'audace de la reine. Il était dune force de corps audessus de l'ordinaire; il avait eû publiquement de une courtisane un enfant qu'il avait reconnu: enfin il avait couché très longtemps avec la reine. Malgré tout cela, elle l'accusa d'impuissance; et ayant acquis dans le royaume, par sa habilité, l'autorité que son mari avait perdu par ses fureurs, elle le fit enfermer.

Elle obtient bientôt de Rome une bulle pour époser son beau-frère.

....

Cet évènement, qui ne fût une revolution que dans la famille royale, et non dans le royaume de Portugal, n'ayant rien changé aux affaires de l'Europe, ne merite l'attention que pour sa singularité».

Voltaire — *Le Siècle de Louis XIV*.



Os trâmites usuais nestes melindrosos casos punham-se de lado, porque assim se julgava necessário e se chancelava o critério como se de antemão estivesse estabelecido. E pediam os que decidiriam do pleito «licença para que antes de entrar nêle o encomendemos a Deus».

Os paramentos religiosos iam cobrir os efeitos políticos.

Havia tanta pressa no julgamento que fôra nomeado inquiridor o antigo diplomata desembargador do Paço, Pantaleão Rodrigues Pacheco ([1]), bispo eleito de Elvas, para ouvir a Rainha. Acorrera à grade do convento às dez horas da manhã do mesmo dia em que fôra recebido o requerimento.

Madrugara, a refugiada, para escrever seu memorial; não fôra tardio em acordar o cabido para lhe responder e enviar o seu delegado, visto tão cedo aparecer na portaria, a inquirir a Rainha, o mais ardiloso dos jurisconsultos e dos eclesiásticos.

Entrevia-se o conluio. Apressadamente o prelado pediu audiência a D. Afonso VI, pois convencera a Rainha a falar ao marido diante de testemunhas, à grade da igreja, para se afirmar o que acabara de dizer-lhe, a êle juiz.

Não havia detenças. O monarca prometeu a entrevista mas mudou de aviso. Encontrava-se só; dera-se o escândalo e as personagens coligadas para o perder apareciam nos seus postos representando, o mais gravemente possível, seus papéis de maus vassalos.

Depois das mesuras palaciegas e avisos do conde de Santa Cruz ([2]), mordomo-mor da Rainha, o monarca recebeu tratamento menos cerimonioso por parte do marquês de Cascais ([3]).

Na manhã seguinte à queixa de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia ([4]), o fidalgo, antigo embaixador em Paris, que era homem de espírito atiladíssimo e sabedor, pareceu ser o primeiro a esquecer o prestígio real, pois acordando a súbitas o monarca, com a liberdade que sempre usara em seus ditos e gestos, meteu uma faca na mão do amo mal desperto e disse querer falar-lhe com franqueza. Punha-se à mercê de seus golpes.

Mandou-lhe El-Rei que falasse e êle, despindo a cortesia e a vénia, expôs-lhe as razões da sua matinal vinda ([1]).

«Senhor, vós nascestes tôlo; o achaque que depois tivestes vos fêz mais incapaz; sois doente e cheio de enfermidades (aqui uma frase crua, referente à falta de virilidade que lhe imputavam); nem sois para casado, e assim estais incapaz de teres geração, razões tôdas por que hão-de vir os Procuradores das Côrtes e vos hão-de privar do Reino, e dar o govêrno dêle a vosso irmão; dizei que o fazeis por vossos achaques, o que vos hão-de fazer quatro marotos; dai o govêrno a vosso irmão e que trate de se casar para dar sucessão à Casa Real, pois vós sois incapaz de a dardes, e ficais como estáveis até agora, governando o conde de Castelo Melhor, e muito airoso demitindo o govêrno por vossa vontade.»

Encontrava-se só com o monarca; contaria depois ter-lhe feito êste discurso, sem a menor testemunha, mas arrancando-lhe o consentimento para a renúncia.

No mesmo dia, pois continuava a pressa, reüniam os Conselheiros de Estado, e entre êles o duque de Cadaval. Traçara-se o têrmo da abdicação régia:

El rei Nosso Senhor tendo respeito ao estado em que o reino se acha, e ao que em ordem a isso lhe representou o Conselho de Estado, e a outras muitas cousas e razões que a isso obrigarão, de seu motu proprio, poder Real e absoluto, há por bem fazer desistencia destes seus Reinos, assi, e da maneira que os possue, de hoje em diante, para todo o sempre, em pessoa do Senhor Infante D. Pedro seu irmão e em legitimos descendentes: com declaração que do melhor parado das rendas delles, reserva cem mil cruzados de renda em cada hum anno, dos quais poderá testar por sua morte por tempo de dez annos. E outro si reserva a Casa de Bragança com todas suas pertenças: e em fé e verdade de S. M. assi o manda cumprir e guardar, me mandou fazer este e firmou. Antonio de Cavide o fez em Lisboa 23 de Novembro de 1667.

A acção da Rainha fôra a catapulta geradora da abdicação do monarca.

Na mesma noite, D. Pedro instalava-se no Paço da Ribeira, no quarto cujas janelas se rasgavam para o Tejo, e deixando o irmão nos antigos aposentos, destinou-lhe seis criados e manteve-o em custódia.

Em vez do ar livre, das coutadas de Pancas ou de Salvaterra, onde pudesse montear, das terras de Almeirim ou do retiro de Queluz, dava-lhe a recâmara

---

([1]) Pantaleão Rodrigues Pacheco, doutor em cânones, cónego secular, acompanhara a Roma o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, quando da sua tormentosa embaixada. Bispo eleito de Elvas, em 1665, escreveu várias obras relativas aos negócios da enviatura e tomando conta do inquérito à queixa da Rainha em 22 de Novembro de 1667, faleceu em 30 de Dezembro seguinte.

([2]) D. João de Mascarenhas, terceiro conde de Santa Cruz. Filho de Fernão Martins de Mascarenhas, comendador de Mértola. Era poeta. Casou com D. Brites de Mascarenhas, filha de D. Martinho de Mascarenhas, segundo conde de Santa Cruz. Mordomo-mor de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, apresentou ao Rei as declarações da soberana em 22 de Novembro de 1667 e faleceu em 15 de Fevereiro de 1668.

([3]) D. Álvaro Pires de Castro, sexto conde de Monsanto e primeiro marquês de Cascais. Era conselheiro de Estado, muito dado à leitura e senhor de prosápias talentosas. Morreria desterrado pelo Infante D. Pedro, na sua terra de Ançã, em 1647, a 11 de Julho, sentindo o rigor do tratamento mas recusando benefícios quando lhos ofereceram.

([4]) 23 de Novembro de 1667.

([1]) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*



cerrada, cujos servos eram mais carcereiros do que lacaios.

Mandou «fechar a pedra e cal a serventia da Sala dos Tudescos para o forte e só se deixou a escada do quarto da Rainha livre, que sobe da Secretaria do Estado para cima, de sorte que quem passar para o quarto de El-Rei há-de ir forçosamente pelo do Infante» ([1]).

O Regente arvorava-se em vigilante do irmão; usurpara-lhe o trono em ares legalistas, depois de ter afastado por todos os meios, se não as amizades, ao menos os apoios políticos, embora sempre interessados, que lhe assistiam.

O edital ameaçador para os beneficiados pelo Rei em ofícios e mercês fôra colado nas esquinas. Deviam justificar as bases de suas distinções e proventos.

A última petição feita ao Rei prisioneiro fôra a de D. Pedro de Almeida, provedor das valas de Santarém, que o acompanhava sempre e o espionava. Solicitou-lhe três mil cruzados de pensão; chancelou-a o monarca, julgando amigo tão assíduo cortesão, mas o Infante inutilizara o despacho, esquecendo os serviços do trêdo coscuvilheiro, que, vivendo ao lado do monarca, delatava todos os seus actos e propósitos.

Começara outra acção: a do desquite, anulamento do consórcio, e em tôdas as acusações feitas por D. Maria Francisca Isabel de Sabóia ao espôso figurou o duque de Cadaval. Assinou as petições do divórcio, os requerimentos e as queixas nesta singular forma traçadas:

Diz o duque, como procurador da rainha N. Sr.ª, que a dita Sr.ª se retirou ao convento da Esperança por achar que o matrimónio que contraiu com S. M. fôra só de facto, e porque intenta se julgue por nulo, como fez presente por sua carta ao Rev.º cabido, para lhe nomear juizes, que nomeou a V. S.ª Pede a V. S.ª mande representar a S. M. o intento referido para que seja servido dar-se por citada para a acção de nullidade do dito matrimónio, pois foi contraido de facto sòmente.

Firmava também o libelo singular, ignóbil e indigno da realeza, que pondo em causa o seu chefe manchava a própria coroa:

Provará que antes que partisse deste reino para o de França o marquez de Sande, embaixador extraordinario a tratar do ajustamento do matrimonio entre o dito sñr rei e a dita ser.ª, tendo o dito marquez entendido a fama publica e constante, que neste reino havia, da incapacidade do dito sñr para poder ter filhos de mulher donzella, propoz esta duvida ao conde de Castelo Melhor, que com alguma perturbação lhe respondeu, que era falsa a dita incapacidade, porquanto em sua casa se creava uma filha do dito sñr.

([1]) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*



D. Maria Francisca Isabel de Sabóia

(B. N. L.)

Com efeito, espalhara-se essa fama; falara-se também dos amores do soberano com sóror Feliciana de Milão, a espirituosa freira de Odivelas, mas tudo parecia esquecido. Se a criança existira, desaparecera, e da monja só teria sido platónico requestador.

Troçavam o monarca:

— ¿Dizem o Rei omnipotente?

Volvia-se:

— Apenas impotente.

O fiador da frase de Castelo Melhor ao marquês de Sande era Rui Teles de Meneses, cunhado do diplomata, que, segundo afirmava, não só lhe contara a conversa com o valido, mas a deixara escrita em borrão entre os seus papéis.

Servia para marcar a dúvida acêrca da virilidade do Rei, que já corria naquele tempo, segundo os testemunhos do miserável processo, mas jamais se juntara aos autos o original da declaração imputada ao falecido embaixador que negociara o matrimónio régio. E não se pode dizer que êle não tomasse bem copiosas notas de actos públicos e particulares, conforme cadernos de seu punho ([1]).

Corroborava o impedimento da paternidade, por outro modo, o franciscano João Baptista, leitor jubilado do Santo Ofício, que asseverava ter tratado fami-

([1]) Pertencem ao senhor conde de Belmonte e foram-nos gentilmente facultados.

liarmente o marquês de Sande, a quem dissera, após o consórcio dos soberanos:

...ter culpa em cooperar no casamento de SS. MM. sabendo que el rei não podia ter filhos por sua impotência e que o dito marquez lhe respondeu que o mesmo que sua paternidade lhe dizia havia elle dito ao conde de Castello Melhor, em razão de ter ouvido a mesma fama, e que o conde lhe respondera que aquillo eram ditos do povo, de que não se havia de fazer caso; porquanto elle tinha em sua casa uma filha de el rei que se estava creando.

Queria destruir-se o que andava arreigado no espírito popular: a existência da pequenita; procurava apontar-se como balela o que não podia apagar-se totalmente.

Chegava-se, pouco a pouco, ao desejado com a declaração do mestre de campo Gonçalo da Costa Meneses, que afirmava ter ouvido:

...por diversas vezes ao dito marquez de Sande, com palavras e demonstrações de sentimento, como fazendo queixa de haver enganado a rainha N. Sr.ª com tractar de a casar com el rei, que elle conde (de Castello Melhor) fazia acção contra o que se dizia, e se sentia mal, pois era fama publica que el rei não prestava para casar-se; e como já era assim, como dispunha elle a fazer-se esse casamento nem para que era necessario que elle marquez fosse a França; e que visse e reparasse que não vinha a ser negocio enganar se uma princesa, e que o dito conde respondera, conforme o dito marquez dizia a elle testemunha: Vá V. S.ª e venha com Deus, que estou creando uma filha de el rei em minha casa; que não é só para uma mulher mas para muitas e eu o sei [1].

O diplomata tantas vêzes chamado ao processo, através das testemunhas, fôra morto em cilada, ao passar no adro de S. Domingos, já depois da Rainha ter ido para o convento da Esperança. Não fôra citado para o processo a-pesar-de ter havido tempo de o ouvir, pois ainda vivia no comêço do escândalo [2].

O próprio Rui Teles de Meneses fizera parte da embaixada do marquês de Sande a França e não depunha mais por sua conta, sendo de estranhar que nos centros diplomáticos daquele país, tão bem informado de tudo quanto se passava na Europa, não houvesse notícias ou corressem simples boatos da incapacidade do Rei de Portugal para o matrimónio [3].

Depuseram rameiras, colarejas, garças e regatoas em desabôno das faculdades viris do Rei, já a êsse tempo prêso, deposto e enxovalhado. Foram citadas recolhidas de conventos, como a Jacinta Monteira; freiras: D. Catarina Arrais de Mendonça, sóror Catarina de Assunção, professa em Sant'Ana; calhandreiras e criados íntimos do Rei, seus alcaiotes junto de môças duvidosas, rascôas que figuravam no processo.

O tenente da guarda real, Baltasar Rodrigues de Matos; José Carneiro, moço do guarda-roupa; Manuel Monteiro de Vasconcelos, seu colega, afirmavam que o amo «não era para casar com mulher donzela». Os pormenores mais escandalosos enchiam as laudas do processo.

As perdidas e os rufiões, as comborças e os lascarinos depunham ensanduïchando o depoïmento do padre Francisco de Ville, jesuíta, que repetia os dizeres da Rainha, segundo afirmava, pois felicitando-a por desejar sucessão para o trono, ela volvera:

— Meu padre, parece-me que não terá Portugal sucessores dêste Rei.

Falara dêste modo quando se juntara em Alcântara com o marido, isto é, após a chegada de França. Depois declarara-se grávida para assistir aos Conselhos de Estado, mas ninguém aparecia a invocar tal testemunho.

Na sua qualidade de confessor da soberana, o jesuíta entrava em grandes intimidades que relatava:

Por várias vezes, falando êle, testemunha, com a Rainha N.ª S.ª, com grande particularidade e miüdeza, com a confiança de seu confessor e de quem desejava tivesse filhos, falando conforme a experiência que êle, testemunha, tinha, e lição dos livros, e preguntando-lhe se obrava El-Rei de sorte que se pudesse esperar que tivesse filhos, a Rainha N. Sª lhe respondeu sempre em tôda a clareza e palavras expressivas não só ao principio como tem dito, mas também pelo decurso do tempo em que estiveram juntos SS. MM.; que não havia mais que tratar, nem que esperar que El-Rei tivesse filhos, porquanto era inhábil e impotente, como a Rainha tinha experimentado, ainda que se dispôs de todos os modos para que El-Rei N. Sr. podesse comunicar com ela o matrimónio.

Se o padre revelava segrêdo de confissão, postergava a doutrina canónica; se falava por ter obtido aquelas confidências da bôca da soberana, fora do confessionário, desabonava-lhe o pudor, pois jamais dona virtuosa entraria em tais pormenores de seu tálamo com qualquer homem, embora acobertado pela roupeta.

Descia-se ao pormenor ignóbil, ao mais nojento da fossa imunda.

O duque de Cadaval continuava a mover o pleito; era o afanoso procurador da Rainha ainda voluntàriamente enclausurada.

Recorrera-se aos atestados médicos, ao de Martim dos Reis, que atribuía o defeito do soberano à paralisia, e, literatejando em tôrno das conclusões científicas, concluía pela impotência. António Ferreira, outro físico, tratando o enfêrmo de «Rei da Lusitânia», dava-o por incurável. Um capítulo de frades decidiu a favor da Rainha.

O vigário geral do arcebispado, doutor Valentim Feio da Mata, fôra interrogar o monarca prêso.

Munira-se dos autos e certificados e levou-o a jurar



[1] *Causas da Nulidade do Matrimónio.*

[2] Fôra assassinado em 7 de Dezembro de 1667, e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia deixara o paço pelo convento em segunda-feira, 21 de Novembro daquele ano.

[3] A ignorância era tanta em relação ao que se propalava sôbre a impotência régia que Voltaire, na sua obra *Le Siècle de Louis XIV*, manifesta-se de forma contrária ao que se atribuiu à incapacidade viril do monarca.

sôbre os Evangelhos «que para consumar o matrimónio com a Rainha N. Sª fizera tôdas as diligências possíveis que da sua parte lhe eram permitidas, sem que de nenhuma delas o pudesse conseguir».

As únicas testemunhas desta declaração contraditória da existência da filha que Castelo Melhor atribuía ao amo tinham sido o vigário geral e o desembargador da Relação Eclesiástica, Sebastião Denís Velho, que fizera de escrivão na causa da nulidade do matrimónio régio em que o duque de Cadaval fôra procurador da Rainha.

Ia apressar-se o divórcio com a bula de desimpedimento para a união entre a Rainha e o cunhado.

Vencera a política dos partidários do Infante. O duque de Cadaval dominaria; assim julgava, pois para seu êxito trabalhara sem resguardos, pudores ou simples escrúpulos.



Roma anulou o casamento dos Reis de Portugal. A razão máxima invocada pelos políticos para que a Rainha ficasse no país e cônjuge do Regente, baseava-se em ser difícil restituir-lhe o dote que trouxera, vista a desordem e a exigüidade do erário.

Havia outros exemplos na história.

Júlio II concedera a anulação do matrimónio de Catarina de Aragão com Artur de Gales, filho de Henrique VII, de Inglaterra, e que falecera muito novo. Para não se entregar o dote, ela casara com seu cunhado Henrique, o oitavo monarca do nome, e que, no pontificado de Clemente VII, exigira o divórcio que se lhe recusava, não considerando válidas as dispensas do outro pontífice cujo acto custaria ao catolicismo a separação da Grã-Bretanha da Igreja Romana.

Foi porém menos escandaloso o processo naquela época que o dos Reis portugueses.

Novamente o duque de Cadaval recebera uma procuração destinada a activar as núpcias do Regente com a cunhada em grande protecção e abrigo eclesiástico.

Os delegados apostólicos Diogo de Sousa, Martim Afonso de Melo, Luís de Sousa, Manuel de Magalhães e Meneses e António de Mendonça andavam tão apressados como o duque na realização daquele consórcio.

D. Afonso VI, apoplético, devorava a raiva e os manjares no seu cárcere do Paço da Ribeira; bebia, engordava, congestionava-se, tendo à sua beira como mais assíduo, se não mais fiel, um criado, o João dos Cães, habituado a tratar dos lebreus dos reais canis e, por isso, talvez, mais acessível à piedade, como se a matilha lhe tivesse ensinado os gestos e os olhares bondosos.

Os Príncipes casaram em 28 de Março de 1668, tendo por procuradores o duque de Cadaval pela noiva e o marquês de Marialva pelo Regente, sendo testemunhas o conde de Vilar Maior, D. Rodrigo de Meneses e o conde de S. João da Pesqueira.

Certificou o consórcio o prior de S. Julião, Francisco da Costa Borralho, assistindo ao bispo provisor, D. António de Mendonça, que uniu os nubentes.

Os delegados apostólicos do pleito foram mitrados: António de Mendonça recebeu o báculo olisiponense; Diogo de Sousa o de Leiria, de que não tomou posse por ter vago o de Évora; Martim Afonso de Melo, acusado de ter em casa quatro filhos com público escândalo, provou que eram seus sobrinhos e recebeu a mitra da Guarda, e Luís de Sousa a de Lamego. Faltou apenas contemplar com a prelazia Magalhães e Meneses, mas era do conselho geral do Santo Ofício. Pantaleão Rodrigues Pacheco morrera.

O bispo de Targa, D. Francisco Sotomaior (1), que autorizava o matrimónio ante os documentos daquele estranho modo arranjados, foi indicado para as honras de Primaz. O irmão do duque de Cadaval, D. Teodósio, presidiu à mesa de Consciência e Ordens.

D. Nuno Álvares Pereira de Melo aguardaria a óptima recompensa do que, parecendo dedicação, fôra a vitória da vingança do arrebatado ódio de sua política.

Fizera parte dos plenipotenciários que assinaram a paz com a Espanha, onde tempestuavam as imprecações revolucionárias de D. João de Áustria em volta do berço de um reizito enfêrmo.

O Regente e a espôsa tinham ido caçar para Pancas e o duque ficara no Paço, a título de exercer a mordomia da casa da Rainha para que fôra escolhido quando morrera o conde de Santa Cruz. Dizia-se, porém, que residia na câmara de D. Pedro guardando o Rei prêso.

Deus levara-lhe a filha (2) e, com ela, a grande riqueza do parente, Francisco Soares, da Cotovia, um dos mais abastados portugueses.

Tomou-se por castigo do céu o fim da criança, já órfã de mãe. Falou-se muito daquela morte, pois começava a sentir-se não aproveitarem muito, pelas suas acções contra o Rei, os corifeus da abdicação.

E, com o crédulo e talvez certo instinto popular, citavam-se mortes e desastres de alguns dos principais implicados no drama: o conde de Santa Cruz,

(1) Não chegou a revestir-se da dignidade arquiepiscopal porque morreu louco, em 1669, pouco depois da recompensa. O povo dizia-o morto e embalsamado há muito, não querendo a parentela dar notícia do falecimento antes de receber o dinheiro que devia vir de Braga.

(2) D. Joana de Faro, que contava oito anos, era condessa de Faro, Odemira e Tentúgal, sendo filha do primeiro casamento do duque de Cadaval.

faleceu; o bispo de Targa, enlouqueceu dias antes de acabar; a filha de Cadaval, finara-se; fôra desterrado o marquês de Cascais, que pretendera o govêrno das armas da Côrte; o conde de S. João seria mandado para fora da capital, isto além da ordem de prisão passada para o conde da Tôrre, que depusera contra o soberano.

O principal inquiridor, Pantaleão Rodrigues Pacheco, deixara o Mundo ao cabo de um mês de suas más obras.

Eram muitas as coincidências fúnebres e trágicas para deixarem de impressionar o povo.

Apareceu finalmente a claro o pensamento do duque de Cadaval, o alvo de sua ambição. Protestaram contra êle os conselheiros da Fazenda, cuja presidência solicitava. Os marqueses de Marialva e de Nisa, o conde de S. Lourenço e Luís Mendes de Elvas, cheios de serviços, não admitiam a filáucia e o solicitador de tão alta mercê mostrou-se admirado por lha negarem. Irritou-se porque não prevalecia a lembrança de seus tão grandes como singulares serviços.

Uma das damas que acompanharam a Rainha no convento da Esperança tinha grande valimento, e o mordomo-mor tratava-a com esmeros que ela julgou requestos, quando o gentil-homem apenas pensava em juntar sua influência à da senhora, que não primava pela formosura e elegância, a-pesar-de sua grande nobreza. Ela entendeu que devia casar com o duque; participou aos soberanos achar-se comprometida, o que não era verdade. Embora se deshonrasse afirmando a sua fraqueza, deu-se ordem ao acusado para não entrar mais nos aposentos de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.

O grande senhor, que tanto quisera cobrir de virtude o passado pérfido da Rainha, recebia o ultraje por não se prestar ao capricho da dona que apregoava mentiroso pecado.

Obrigaram-no também a levar o irmão D. Teodósio à desistência dos embargos que pusera à capelania-mor do Reino conferida a Diogo de Sousa.

Empalidecia o valimento de Cadaval.

O doutor Duarte Ribeiro, enviado de Portugal em França, tratara do casamento do duque com a Princesa Maria Angélica Henriqueta de Lorena, filha de Francisco de Lorena, segundo conde de Rieux, Príncipe de Harcourt, e de Catarina Henriqueta, bastarda de Henrique IV.

Entrou no Tejo a esquadra francesa que comboiava a nau onde viajava a duquesa, mas correra que a nobilíssima dama não daria a mão nem o tratamento de excelência às senhoras da Côrte, visto ser parente da Rainha. Não apareceu ninguém a cumprimentá-la.

Três anos depois finava-se, deixando uma filha (¹).

No ano seguinte ao da morte da espôsa, o duque nupciou-se com a Princesa Margarida Armanda de Lorena, nascida de Luís de Lorena, conde de Armagnac e de Harcourt e de Catarina de Neuville, filha do marechal-duque de Villeroy (²).

Ainda foi como embaixador extraordinário a Itália, em 1682, para conduzir a Lisboa, na sua magnífica armada, o duque Vítor Amadeu, que devia desposar a Princesa D. Isabel Josefa, mas malogrou-se o intento porque o noivo, sob o pretexto de doença, ao que parece, não embarcou.

Sua mãe, duquesa de Sabóia, queria assegurar-lhe a coroa no seu país.

Era o mais nobre dos senhores do Reino, porque além dos seus títulos de duque de Cadaval, marquês de Ferreira e conde de Tentúgal e de sobrinho do Rei, foi governador da Estremadura e mestre de campo general junto à pessoa de D. Pedro II na guerra da Sucessão.

Viveu oitenta e oito anos, dois meses e vinte cinco dias. Ainda serviu D. João V, a-pesar dos desejos do Rei em afastar os conselheiros de seu pai.

Atacado pela apoplexia, em Setembro de 1725, só viu têrmo à sua vida em 29 de Janeiro de 1727.

A-pesar-de tantas honrarias e longevidade, o primeiro duque de Cadaval não devia ter sido feliz depois de ter contribuído de forma tão cruel para a deposição de D. Afonso VI.

(¹) Houve um varão, D. Francisco de Melo, que morreu menino. A irmã dêle chamou-se D. Isabel de Lorena. Nasceu em 21 de Janeiro de 1674 e morreu em 6 de Novembro de 1699. Tinha ajustado o seu casamento com o segundo marquês de Fontes, mas não o realizou visto êle ter morrido em virtude da explosão de um engenho de guerra. A filha do duque de Cadaval desposou o terceiro marquês daquele título, Rodrigo Eanes de Sá, irmão do indigitado noivo. A duquesa mãe faleceu em 7 de Julho de 1674.

(²) Dêste consórcio nasceu outro D. Francisco de Melo, que morreu criança. Sucedeu na casa D. Luís, que morreu em 13 de Novembro de 1700 sem sucessão. Casara com D. Luísa, filha legitimada de D. Pedro II. Herdou a casa D. Jaime de Melo, que foi o terceiro duque de Cadaval, e veio a consorciar-se com a viúva de seu irmão.

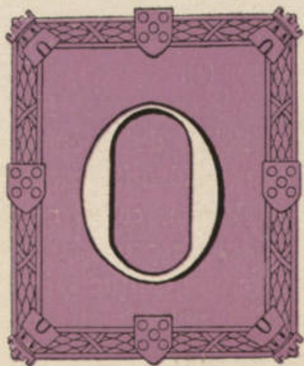
Os outros filhos legítimos do primeiro duque foram D. Álvaro, que morreu de bexigas, em 8 de Janeiro de 1701; D. Rodrigo, vítima do mesmo mal, em 1 de Junho de 1713; D. Margarida, que desposou o quarto marquês de Fontes, D. Joaquim de Sá, seu tio; D. Catarina, morta de poucos dias; D. Ana, depois condessa de S. João da Pesqueira; D. Eugénia, condessa de Vilar Maior, marquesa de Alegrete; D. Joana, condessa de Alvôr; e D. Felipa, espôsa de seu sobrinho, sétimo conde de Penaguião.

Os bastardos foram D. Nuno, que seria deão da Sé de Portalegre e bispo de Lamego, e D. Maria Teresa, D. Teresa Maria, freiras, tendo a última as honras de abadessa do convento das Flamengas.



PADRE ANTÓNIO VIEIRA

Uma glória da Companhia de Jesus — Valimento com D. João IV — As embaixadas secretas e a defesa dos judeus — Missionário e relapso — Vieira no Santo Ofício — Batalhas cruentas; resultados amargos



O NAVIO que trouxera da Baía D. Fernando de Mascarenhas, filho do vice-Rei, marquês de Montalvão, em Fevereiro de 1641, conduzira também um jesuíta que vinha acompanhá-lo, ressalvando o fidalgo da prisão e da culpa que lhe imputara outro inaciano.

O govêrno do marquês no Brasil cessara ràpidamente com a chegada da nau que conduzira o padre Francisco de Vilhena, nomeado por D. João IV para inquirir das intenções do gentil-homem, cuja espôsa e dois dos filhos se tinham pronunciado pela Espanha.

Prendera-o sem contemplações nem ouvindo o homem há pouco tão enaltecido e que entrara na cadeia mas consentira que o filho se transportasse a Lisboa para o relato do sucedido.

Acompanhava-o o eloqüentíssimo orador sagrado António Vieira, cuja palavra arrebatava. Prègara na Baía contra os herejes holandeses que ameaçavam a cidade, estimulando o ânimo dos soldados, e também a favor de Felipe IV, elogiando o marquês de Montalvão.

Condenara os batávios a «fogo e ferro»; ao usurpador tratara de legítimo, pois chamava-lhe «o invictíssimo monarca Felipe IV, o Grande» (1); capitulava o vice-Rei de representante do soberano entregando-lhe o círio da festa dos Reis que se celebrara na igreja dos jesuítas.

Tinha trinta e três anos florescentes o orador, cuja palavra era fundida no mais fino ouro lavrado por artista sem par como êle era.

Homem de génio com tôdas as excitações, quedas e desequilíbrios temperados pela educação severa e especial, sabia seduzir e convencer com a beleza dos argumentos, a gama da voz, a perfeição da palavra. Revestindo de roupas brilhantes as arestas duras,

(1) 1641, 6 de Janeiro. Ainda não devia ter chegado ao Brasil a notícia da Restauração, que um patacho levaria ao vice-rei e logo se aclamara o soberano nacional.

atingia seus fins; bordando de matizes os espartos, apertava e jungia; envolvendo os grandes nas comparações com colossos, avantajava-os para os chamar a si quando não lhes mostrava o mau fim de alguns gigantes das velhas eras.

Escrevendo, arrebatava; orando, fazia vibrar os ouvintes como um faquir encantador de serpentes as atrai e domina; conversando, penetrava o interlocutor, embora fôsse Rei ou cínico político.

Alevantava a fantasia aos páramos, e o que podia escapar à sua observação adivinhava-o o génio; traçava planos fecundos e salutares, mas ao executá-los modificava-os ante as realidades com que mal contava, as surpresas e os embaraços.

Trinta e três anos, a flor da vida; seus olhos brilhantes, a tez abaçanada pelo sol brasílico e pelo sangue caboclo davam-lhe um ar atraente. A barba negra enquadrava-lhe a face magra. Vestia a roupeta, mas não hesitaria em trocá-la por vistosos trajos de cavaleiro nas terras onde a malqueriam. Seus irmãos na Companhia jamais desdenhavam os disfarces desde que podiam servir «à maior glória de Deus».

Era lisboeta ([1]) de boa gema, baptizado na Sé, nado de pais de média condição, apadrinhado por um fidalgo, mas houvera sempre entre portugueses e ciganos a pecha de procurarem para a prole padrinhos de estirpe.

Os Ravascos, de Moura, usavam o apelido de mau significado, pois taxava-os de tunantes, vàdios, ainda de pior gente. Daí provinha o reverendo.

A mãe de António Vieira seria dada às letras e até consta ter oferecido à Princesa D. Catarina de Bragança um livro de *Emblemas Morais* que compusera. Devia ter vindo à mão do filho, que o entregaria à futura Rainha de Inglaterra, pois D. Maria de Azevedo não voltara a Portugal depois da partida para a Baía, em 1614, onde o marido ia exercer o cargo sob o govêrno de Gaspar de Sousa. A dona possuía luzes suficientes para ensinar o filho a ler. Fôra a sua primeira mestra.



Padre António Vieira

(B. N. L.)

O progenitor do jesuíta, Cristóvão Vieira Ravasco, servira como soldado e cabo, tendo navegado até Santa Helena; nomeado, em 1609, escrivão da Relação na Baía, voltara, anos depois, a buscar a espôsa e o pequeno, demorando-se algum tempo em Lisboa.

O bisavô do conde de Unhão, D. Rodrigo de Castro Teles, tivera por criado de confiança a Baltasar Vieira Ravasco. Era uma espécie de mordomo, bom e honrado homem, mas que andara de amores com uma mulata ou índia, escrava de Vasco da Silveira, e dela nascera Cristóvão Vieira, pai do jesuíta. Havia nêle, segundo o senhor da amante do mordomo dos Unhão, «alguma coisa de mulato» ([1]).

Explica-se que Fernão Teles de Meneses tivesse apadrinhado António Vieira, como neto de um servidor de sua casa. À falta de provada nobreza com que era de uso enfeitarem-se os que saíam do anonimato, até que os Reis lha concediam, possuía o neto da cabocla talento não raro em produto de cruzamentos com raças de côr denominadas inferiores.

Os jesuítas da Baía, entre os quais existiam mestres de valor, depressa repararam no pequeno cujo

---

([1]) Nascera em Lisboa, em 6 de Fevereiro de 1608, e fôra baptizado, em 15 do mesmo mês, na Sé, sendo filho de Cristóvão Vieira Ravasco, escrivão das devassas, e de sua espôsa Maria de Azevedo. Tivera por padrinho Fernão Teles de Meneses, que, em 1630, recebeu o título de conde de Unhão.

([1]) Depoïmentos no Santo Ofício quando do processo do padre António Vieira, feitos por D. Rodrigo de Castro Teles ou antes D. Rui Teles de Meneses e Castro, segundo conde de Unhão, por sua mãe D. Francisca de Castro e por D. Margarida de Vilhena, naquela época (1666) sóror Margarida do Espírito Santo, na Anunciada.

pai impedia o seguimento da carreira eclesiástica para que o atraíam. Fugiu do lar; deu-se ao Colégio; fêz o seu noviciado e os primeiros votos ([1]) e, aos dezassete anos, já escrevia em latim as Anuas, os relatórios, a crónica do Colégio que se enviava a Roma.

A lucidez da sua inteligência, o encanto com que exteriorizava o que tão fàcilmente apreendia, elevaram-no a mestre de teologia e, em 1635, a prègador, notabilizando-se nos primeiros sermões. Um abalo cerebral sofrido, se o deixara um pouco desequilibrado por algum tempo, pareceu ter-lhe apurado mais os dotes naturais.

Guindara-se; era uma celebridade baíana da Companhia de Jesus.

Não seria muito grande a oposição de seu pai aos inacianos, pois Bernardo Vieira, seu segundo filho, nado naquela cidade, também fizera com êles os estudos que o bacharelaram em filosofia. Vestira a farda de capitão para bater os holandeses de von Schop quando tomaram Itaparica, fôra ferido na refrega e reformara-se em 1638.

Quatro anos depois, seu irmão António prègava na capital ([2]), depois de ter salvo, de-certo com sua persuasiva eloqüência, o companheiro de viagem, D. Fernando de Mascarenhas, que a turba penicheira quisera matar visto a mãe e os irmãos do viajante se terem declarado pelos espanhóis ([3]).



A Côrte ouviu deslumbrada aquela voz de ouro e razão porque, ainda que lhe falhasse a justiça, sua graça para ela a encaminhava e a revestia. O prègador arrastara o público com o talento natural, mas também referindo-se ao que os ouvintes pensavam e êle bem sabia. Fingindo conduzir, lisonjeava com a toada dos fascinadores que se fazem aplaudir exteriorizando o pensamento dos que o escutam, repetindo o que os auditórios sentem sem o poderem exprimir. Evocou o sebastianismo e no avatar do Encoberto corporizou o Rei D. João IV.

O rumor da apoteose, o elogio famoso e a influência da Companhia de Jesus propagandearam o talento do orador, que mêses depois, no régio aniversário ([4]), novamente enalteceria o soberano.

Ia longe o tempo da evocação do «invictíssimo Felipe IV, o Grande». Tocava na maravilhosa tuba da sua eloqüência a sublimidade do monarca português, símbolo da Restauração.

A política deslumbrava o jesuíta que, audaciosamente, a aflorava, sempre exteriorizando o que bem oculto vivia nas almas. Atreveu-se a falar do equilíbrio dos Três Estados. Nem tôdas as benesses para a nobreza; tampouco para o clero, a-fim-de o povo concorrer com mais óbolos para a religião da Pátria. Lisonjeava a arraia miúda querendo-a a seu lado, à superfície, no devido lugar, colaborando para o bem comum.

Vendiam-se os sermões do reverendo que a fidalguia chamava a seus palácios; os clérigos queriam-no com êles irmanado e os mesteirais saüdavam-no.

Avançou de audácia em audácia. Pretendeu encher o erário do país que a guerra empobrecia e devorava, mas punha-se a contar com o egoismo dos nobres, os privilégios dos eclesiásticos, a penúria do povo, e achava o ímã para o ouro.

Eram riquíssimos os judeus que andavam pelo Mundo saüdosos de Portugal, os descendentes dos que tinham sido expulsos e recolhidos na Holanda e tanto contribuíram para a sua riqueza e esplendor, que dir-se-ia serem batávios e israelitas átomos indispensáveis ao mesmo corpo: às Províncias Unidas.

Os membros da raça precita pareciam os cunhos fortes que batiam a moeda, não tocando a terra nem mesmo para se apoderarem do ouro, mas amassando-o, fundindo-o, pondo-o a correr, guardando a sua melhor massa para os maravilhosos efeitos.

Andavam judeus por êsses países alheios sendo, muitos dêles, portugueses; «homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e da riqueza do Mundo». Dizia ao Rei que, tendo «amor a Portugal como Pátria sua e a Vossa Majestade como seu Rei natural, estão desejosos de poderem tornar ao Reino e servirem a Vossa Majestade com suas fazendas, como fazem aos Reis estranhos».

Baseando-se no pensamento inaciano do avassalamento pelo comércio, pelos tesouros cambiados desde o Oriente ao Ocidente, dominando almas mas pactuando no tráfego, Vieira, no papel que o estilo revelara, à míngua de firma, tentava deslumbrar, espancando o preconceito religioso — àlertando sem dúvida o Santo Ofício — mas jogando do seu baralho os melhores trunfos em perigosa cartada.

Afastava os escrúpulos, os fanatismos. Desde que os herejes, tão feridos nos seus sermões da Baía, quando soldados, negociavam em Portugal e seus domínios, não era de temer o contágio de quem tão útil podia ser.

A sua lógica, a sua argumentação revestiam-se dos diamantes de boa dialética, cravejavam-se de jóias fulgurantes: o Papa lidando com hebreus, Luís XIV cha-

([1]) 6 de Maio de 1625.

([2]) 1 de Janeiro de 1642.

([3]) O navio fôra arrojado pela tempestade para as vizinhanças de Peniche.

([4]) 19 de Março de 1642.

mando-os, a Áustria utilizando seus cabedais, a Holanda reconhecendo-lhes os méritos.

Escrevia mais um capítulo para a história das glórias e martírios do povo de Israel, agora alçado aos páramos ao ser necessário aos Estados, descido ao limbo ao içar-se mais alto que outras soberanias; traçava uma imagem da báscula que é tôda a vida dos precitos através das civilizações.

No fim, nessas suaves carícias para os explorar e nas torturas para os deter nos arrojos do juro por seus auxílios em más horas, se consubstanciava tôda a alma judia: o lôgro, o disfarce, o mêdo, a fidelidade à unica tábua que a sustentava: a da sua fé, inabalável porque é a bóia a que todos se agarram e incha, os embalona, cresce e se agiganta sustentando nas marés convulsas que pungem a raça condenada mais por seus hábeis negócios e lucrativos estratagemas que por suas crenças.

O jesuíta parecia ignorar o meio em que ensaiava o seu anzol de pescador dos cofres hebreus.

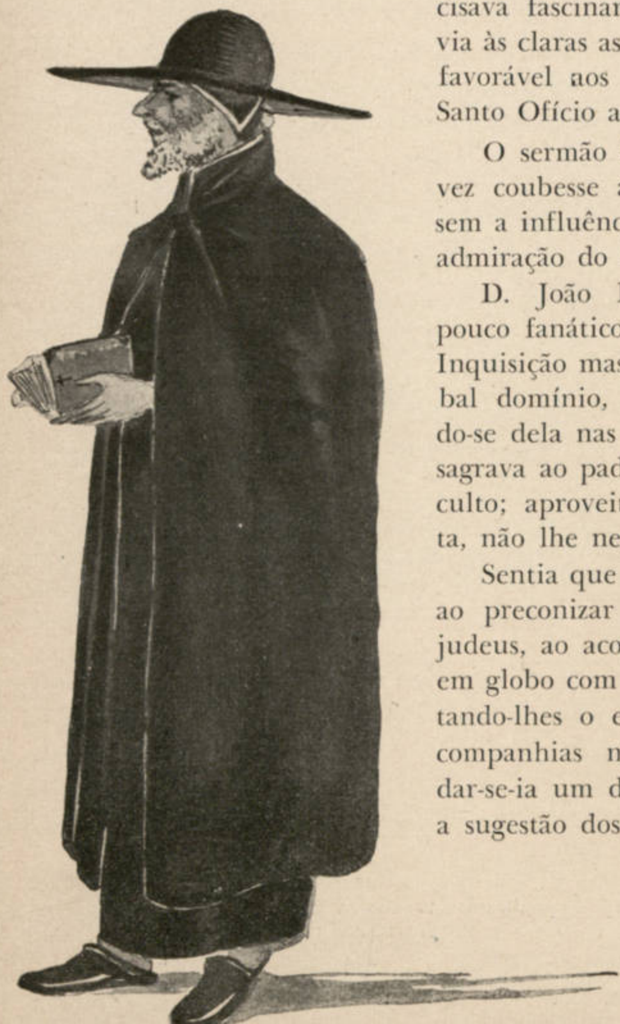
O inimigo dos holandeses, soldados invasores do Brasil, era em Lisboa o paladino da paz com tais herejes, visto seu poder e a melindrosa situação portuguesa. O político revelava-se o momentanista, o aproveitador dos instantes e do ambiente, não innovando, antes seguindo a traça de seus irmãos, que iam dominando pelo simplista conceito de se «fôres a Roma, sê Romano», para conseguirem o almejado fim, a glória da fé e o bem da Companhia, a proveito da doutrina e a salvação dos impérios que os acolhiam.

Tôda a eloqüência do jesuíta jorrando do púlpito era qual rêde lançada aos que precisava fascinar; o padre desenvolvia às claras as teorias do manifesto favorável aos judeus, mas que o Santo Ofício atalhava.

O sermão foi apreendido e talvez coubesse ao autor igual sorte sem a influência e, pode dizer-se, a admiração do Rei.

D. João IV era crente mas pouco fanático, não hostilizando a Inquisição mas desviando o seu cabal domínio, servindo-a e servindo-se dela nas oportunidades. Consagrava ao padre Vieira verdadeiro culto; aproveitava-o e, como artista, não lhe negava preito.

Sentia que o jesuíta tinha razão ao preconizar o chamamento dos judeus, ao aconselhar os comércios em globo com cristãos novos, apontando-lhes o exemplo das grandes companhias neerlandesas. E fundar-se-ia um dêsses organismos sob a sugestão dos resultados alheios e a propaganda do reverendo dominado pela sua idéia fixa.


Um jesuíta da época

Não se jungia ao preconceito que a roupeta lhe impunha. Os superiores, embora apreciassem as atenções que o Rei lhe conferia, achavam-no arredio, algo alheio à regra, não sendo permanente nas consultas, deixando vibrar o impulso, obedecendo ao génio.

Quiseram-no algemado ao que jurara e fizeram-lhe sentir que lhe faltavam, ainda, algumas derrotas para chegar ao pôrto da sua carreira. Desapareceu do Paço, indo passar o seu período de provação a fundir a amarra que o ligaria para sempre à Companhia de Jesus. Não a renegou; espreitá-lo-ia muito o Santo Ofício e êle carecia do amparo de um grande poder, sabendo quanto é frágil e inconstante a amizade dos Reis. De-resto, a sua estrutura intelectual era de perfeito inaciano, acrescentada pelo génio, e só êle o tornava irrequieto, levando-o à beira dos excessos.

Tôda a glória que o revestisse aureolaria os filhos de Santo Inácio; os triunfos obtidos aumentar-lhes-iam a fama, a própria beleza da sua propaganda oral os enaltecia. Obedecendo, na aparência, mas caminhando no meio político que o fascinava, Vieira era um impulsionador. Coubera-lhe aquêle papel e alegrava-se porque êle próprio o talhara.

O monarca ressalvá-lo-ia aos olhos do superior, o padre António de Mascarenhas, quando êste capitulou de excessiva acção de sua doutrina relativa ao emprêgo dos cristãos novos, que seriam utilizados na fundação da Companhia do Comércio.

Dividir-se-iam as opiniões a respeito das atitudes do reverendo; a bandeira negra da inveja e da emulação desfraldar-se-ia ao ponto de aos olhos tão penetrantes dos inacianos se confundir com o lábaro da fé molestada.

Nenhum dos chefes jesuítas o valia; êle sabia-o, e não podendo ser estranho a uma ponta de orgulho, queria, por vêzes, caminhar por si só; êles não conseguiam deter a mariposa que irisava a roupeta. Deixavam-no seguir a sua rota na Côrte, mas, de quando em quando, tiravam-lhe o pólen das asas miríficas e estonteantes.

Todo êle era político, vibrando como se o impelisse grande ambição ou ódio a Castela, cujo Rei, outrora, celebrara.

Movia-o a intercadência do talento; o respeito às ordens dos superiores refreavam-no.

Conseguira captar o Rei, o Príncipe D. Teodósio, a Rainha e parte da nobreza. Tornava-se muito influente; não havia segredos para êle nos arcanos do Estado.

Aconselhava como um iluminado.

Havia três anos que andava na Côrte e devia ter decorado Maquiavel, doseando os ensinamentos do florentino conforme o meio em que actuava.

Talvez o desse a ler ao Rei; talvez o comentassem juntos.

Escrevera o mestre dos políticos: «Um príncipe deve entregar-se inteiramente aos exercícios militares e deve exercitar-se mais vivamente em tempo de paz que durante a guerra, o que pode fazer de duas maneiras: uma pelas acções, outra pelo espírito.»

D. João IV passou ao Alentejo a-pesar-da sua pouca tendência para as ciências e práticas militares.

O jesuíta falava muito da guerra; queria um exército nacional. Maquiavel preconizara, escrevendo para Lourenço de Médicis:

«As tropas próprias são as compostas pelos teus vassalos, teus cidadãos, as tuas criaturas; tôdas as outras armas são mercenárias ou auxiliares e achar-se-á fàcilmente maneira de pôr em pé uma milícia nacional.»

E, nos seus sermões, o padre incitava a grei:

«Não há um exército de Portugal senão todo o Portugal em um exército.»

Apontava as famílias a alistarem-se:

«Lá vão os pais, lá os filhos, lá os maridos, lá as casas, lá os herdeiros, lá os corações, lá o remédio de todos; os que cá ficamos estamos fora do exército para o trabalho, mas marchamos com os demais para o perigo.»

Era o vulcanizador da massa patriótica no seu arrebatamento.

O monarca continuava a ouvi-lo e, sentindo o exército a formar-se, tentou ver o padre na acção diplomática, possìvelmente para o salvar do meio que se lhe tornava hostil, julgando-o válido, também, para ser aplicado no que devia transmudar-se em benefício se por sua habilidade e subtileza conseguisse realizar a paz almejada com herejes.

Não estariam longe do pensamento régio algumas negociações com infiéis, com os judeus, tão ricos que podiam servir o país pobre.

Nomeara António Vieira prègador real e mestre do herdeiro do trono, D. Teodósio. Agraciara-o e deferir-lhe-ia mercês para o irmão (1) que estava na Baía. Também já premiara o pai, Cristóvão Vieira, depois de o jesuíta andar na Côrte (2).

O Rei não se mostrara avaro para êle. Dissera o mestre Maquiavel:

«Os que se ligam inteiramente a fortunado príncipe devem ser honrados e queridos desde que não sejam gente de rapina.»

E êle era um talentoso padre com votos de pobreza.

(1) Bernardo Vieira Ravasco era fidalgo da Casa Real e Juiz do Pêso da Baía, desde 27 de Fevereiro de 1647. O pai fôra môço de câmara, recebera o hábito de Cristo e a tença de quarenta mil reis para êle e um dote de uma das suas filhas. A mercê data de 1644. Mais tarde seriam contemplados a irmã e os cunhados de António Vieira.

(2) Viera para Lisboa em Fevereiro de 1641.



A missão do reverendo, muito secreta, não tinha carácter oficial. Tornara-se numa espécie de inspector das embaixadas de Paris e Haia, sem poder alegar o ofício.

Em 1 de Fevereiro de 1646 largou de Lisboa quem era «contado pelo maior prègador do seu tempo: porém como o seu juízo era superior e não igual aos negócios, muitas vêzes se lhe desvaneceram por querer tratá-los mais fùtilmente do que o compreendiam os príncipes e ministros, com quem comunicou muitos de grande importância» (1).

Onde se escreveu «juízo» podia evocar-se o «génio», têrmo sempre difícil de sair das penas em relação a contemporâneos.

O jesuíta, dominado pela idéia fixa de se entender com cristãos novos, louvava-os, enaltecia-os, aprimorava ainda mais a frase para os tratar, sem respeito pelo espanto dos ouvintes, entre os quais estavam sacerdotes. Dava lugar aos comentários com a graça de sua admirável conversação e crítica elegante. Notavam-lhe as opiniões e o sarcasmo.

Partira de Paris, onde se entendera com o conde da Vidigueira sôbre os negócios diplomáticos, e fôra a Ruão encontrar Manuel Fernandes Vila Real, o hebreu literato e comerciante, a quem a Restauração muito devia. Houvera ágape no qual, naturalmente, não figurara de roupeta, pois já o reverendo vestiria de cavaleiro com a escarlata e a grã, ostentando o sombreiro de plumas, coberta a tonsura visto viajar para a Holanda, onde o hábito seria bandeira corsária.

Francisco de Sousa Coutinho, embaixador letrado, muito se agradou do jesuíta, que captava pela conversa, estilo, maneiras e subtileza.

A situação de Portugal era péssima. A guerra das fronteiras arruìnava-o; Pernambuco, revoltado contra as prepotências, querendo libertar-se, provocava os rudes ataques dos batávios. O país, não podendo sustentar uma luta, ainda menos agüentaria batalhando contra duas nações. Havia o propósito firme de entregar a colónia brasílica aos holandeses ou pretendia-se ganhar tempo em negociações. À habilidade de Sousa Coutinho juntar-se-ia a do padre. A idéia devia ter partido do Infante D. Duarte de Bragança, enclausurado no castelo de Milão e que, por todos os meios, desejava salvar-se do cárcere.

Se os Países Baixos interviessem a seu favor no Congresso de Munster, que se realizava na ocasião, talvez o soltassem. Para amaciar os ânimos não era muito a cedência de Pernambuco.

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

D. João IV, não querendo opor-se ao conceito do irmão cativo, achava de boa política entreter a guerra só com a Espanha, separando-se da luta os holandeses, mas no Brasil animava-se a resistência de João Fernandes Vieira. Era muito sombria e torcicolada a política e, talvez para lançar a confusão, publicava-se o que se não tencionava praticar.

É certo, porém, que o padre António Vieira se pronunciou pela cessão de Pernambuco aos herejes, que outrora desejava corridos à bala, e, com a inconseqüência dos oportunistas, lançava-se na defesa do novo critério que alarmaria o Reino onde já o malsinavam.

Dera-se bem entre os protestantes, todo de galhardia nos seus trajos vistosos de cavaleiro, no que decerto o imitava o constante companheiro, o padre António de Melo, pois não há jesuíta sem assecla.

As vestes pouco representariam aos olhos dos superiores se os inacianos vencessem; muitos missionários envergavam cabaias no Oriente, punham nas cabeças barretes de mandarim, cobriam-se de simples túnicas ou ostentavam sêdas e rabichos.

As galas seculares não contariam se a vitória coroasse o esfôrço.

O colega de Vieira molestava-se; não concordava com as liberdades do improvisado agente diplomático, cada vez mais metido com judeus. Oferecia-lhes vantagens, comércios, regresso a Portugal a trôco de dinheiro, armas e companhias de soldados pagas por êles. Queriam que se sumissem as tintas que ennodoavam os cristãos novos, planificando-se os direitos.

De-resto não era novidade, pois o catolicíssimo D. Sebastião ennobrecera o judeu das Fangas das Farinhas de Lisboa, permitindo-lhe que os descendentes assinassem Castro do Rio ao conceder-lhes mercê de senhorio do rio de Sacavém.

Não repugnara à nobreza a aliança com os herdeiros do hebreu opulento. Suas filhas entraram na grei dos Cantanhede, Moura e Teles de Meneses; o varão, sucessor da casa, teria brilhante futuro se, em vez de se ligar ao Prior do Crato, aderisse, como os fidalgos de sangue mais limpo, a Felipe II, que lhes distribuíra cédulas.

O primogénito do israelita gastara da sua bôlsa até ao sacrifício e ofertara a vida ao Príncipe português, embora depois o acusassem de vendido; os cunhados entesouraram sempre o ouro castelhano.

Os condes de Barbacena provinham daquela cepa das Fangas da Farinha; outros judeus tinham procurado alianças idênticas e andavam na Côrte.

O jesuíta intervinha em todos os negócios talhando à larga. Arranjava dinheiro para inadiáveis socorros ao Brasil; propunha-se comprar frotas que os batávios vendiam e os israelitas colaboravam no propósito, acreditando na benignidade do tratamento para seus correligionários e no tráfico livre e rendoso.

Era preciso mais dinheiro para subornar os próceres holandeses e pedia-o ao Rei como a recordar-lhe a fonte onde podia encontrá-lo.

O reverendo também queria intervir na libertação do Infante D. Duarte. Manobrava a mais emmaranhada das intrigas na qual figuravam homens de negócio judeus, como os Nunes da Costa, de Hamburgo e Amsterdão, banqueiros reais cujas contas acusavam grandes débitos portugueses.

Tudo correu menos mal até à notícia da entrada na Inquisição do hebreu Duarte Silva, fiador do empréstimo para o auxílio ao Brasil.

O que o jesuíta arranjara era estragado pelo tribunal da fé. A Holanda não acreditava nas suas promessas; o Príncipe cativo em Milão debalde ansiava pela liberdade a trôco de Pernambuco; os cristãos novos abandonavam o padre António Vieira, que preferiu ir tratar de outro negócio a Paris.

Levara a incumbência de casar D. Teodósio com princesa de França, pois dêste modo se não recusariam os auxílios de que Portugal carecia. Mazarino não achava sólido o trono de D. João IV, e embora o Rei pensasse em abdicar, partindo para o Brasil com o resto da Família Real, deixando o primogénito no trono — outra idéia de Vieira caindo bem no ânimo turbado de quem sentia vacilante o poder — o cardial não firmava a promessa do consórcio do Príncipe com Luísa de Orleans, a *Grande Mademoiselle,* naturalmente por querer negociar com a Espanha o casamento de Luís XIV ou pela relutância da indigitada noiva, rica em demasia para tão pequeno trono, ela que sonhava ser Rainha de França.

Pensar-se-ia, depois, em *mademoiselle* de Longueville.

O improvisado diplomata oferecia muitas vantagens a Mazarino fazendo «mais largas promessas das que o marquês de Nisa entendia que convinham».

Ante a prodigalidade do reverendo acirraram-se mais a estrutural avareza e a ganância do ministro francês, e o embaixador, representante de Vasco da Gama, teve «com memorável constância que resistir com tanta veemência a algumas promessas exorbitantes que o padre António Vieira determina fazer ao Cardial, que lhe disse que antes havia deixar cortar as mãos do que firmá-las».

A própria qualidade da missão do jesuíta, a análise da vida das embaixadas de Paris e Haia, era de molde a não lhe proporcionar o auxílio sincero dos diplomatas observados por êle.

A guerra contra os holandeses no Brasil acicatava



a cólera dos políticos das Províncias Unidas, e quem com êles lidava via-se obrigado a ceder ou fingir que se conformava, pois devia ser êste o trama das negociações.

No meio da luta, o Rei ordenou o regresso do padre à Côrte depois de lhe ter acenado com a embaixada na Haia, devendo partir Sousa Coutinho para o govêrno do Brasil a fazer a definitiva entrega de Pernambuco.

Era tão grande o receio de uma total derrota portuguesa que se pensara no casamento de D. Catarina com D. João de Áustria, bastardo de Felipe IV, a-fim-de, por qualquer modo, se fazer a paz com a Espanha.

Faltavam soldados destros e numerosos, dinheiro e coesão entre os generais. Depois do Montijo andara-se escaramuçando; ainda não se travara uma grande batalha decisiva ou de valia.

O reverendo, chegando a Lisboa com o aborrecimento de suas missões falhadas, aparecera na Côrte vestido de cavaleiro, chocando os bons costumes.

Tinham recomeçado as denúncias contra êle. Não se pejara de viver em combinações e tratos com os judeus. Os invejosos fingiam-se assombrados; o Santo Ofício lançava suas vistas agudas sôbre o jesuíta, considerado excelente prêsa, e a Companhia sentia-se tão ferida por seu fracasso quanto se honrara por seus sucessos.

Se tivesse conservado a sua aura de prègador explorando a gama fascinadora das turbas e a tuba da política da sua grei, tudo seriam vitórias; nesse caso suceder-se-iam as glorificações, mas o génio arrebatara-o para as procelas e sentiam-no perdido.

Pensava demais nas intrigas; o monarca ouvia-o sempre dando-se às suas idéias ou confundindo-as com os seus próprios propósitos.

Iam começar as agruras de quem tão admirado fôra. Se apenas luzisse os talentos e andasse longe da Côrte, votar-lhe-iam louros e oblatas, mas o jesuíta mergulhara na política, dizia tudo quanto pensava, confiado na amizade e admiração do monarca e daí o ódio crescente que lhe votavam. Partidário da entrega de Pernambuco, tanto quanto o fôra da sua defesa, acastelara argumentos com os quais D. João IV podia manobrar melhor do que aos esquadrões no Alentejo. Queria a paz com os Países Baixos, através de tudo, para poder enfrentar melhor os castelhanos e sacrificava a colónia onde João Fernandes Vieira, D. António Felipe Camarão e Henrique Dias se bateriam.

As três raças de habitantes do Brasil, portugueses, índios e negros, fundidos no nativo, ali estavam com os seus chefes; um madeirense, um índio, um caboclo à frente de pretos e mestiços. O assunto bravo e belo, que teria sido o escopo dum sermão maravilhoso do jesuíta, parecia tornar-se mira de seu desrespeito.

Os elementos de provada inferioridade dos agentes da defesa de Portugal estampavam-se no seu escrito, inspirado — dizia êle — pelo soberano:

«... os onze mil navios de gávea e os duzentos e cinqüenta mil marinheiros batávios comparados com a mesquinha frota e as minguadas equipagens nacionais; o dinheiro que abundava na Holanda e a penúria do nosso erário; Castela pretendendo, a todo o preço, impedir a paz de Portugal com as Províncias Unidas para, divididas as fôrças, mais fàcilmente poderem penetrar as fronteiras e vencer».

El-Rei denominou o escrito *Papel Forte;* forte pela argumentação, forte pela razão que era a sua; forte, sobretudo, pela audácia.

Parecia ignorar-se o sacrifício dos revoltados e, na realidade, não se desconheciam, antes se animavam. Mal se percebia porque vinha a lume o *Papel Forte.*

¿D. João IV recorrera ao talento do inaciano com o fim de preparar os espíritos para a magnitude do lance ou imaginara-se uma cilada em que envolvesse os holandeses, crentes na sua boa vontade em fazer as pazes?

Cedia-se Pernambuco, que êles tinham tomado, e ainda ficavam impérios brasílicos. Dar-se-ia aos ocupantes uma parte de Sergipe, Maranhão e Ceará e Angola, colmeia dos negros precisos para a mão de obra no empório.

Variava o critério; ficaria a colónia africana para Portugal, mas concedendo-se aos Países Baixos o direito de comprar os escravos.

Lançavam-se vistas sôbre o Oriente, oferecendo-se compensações para se rehaver o tomado.

Vieira esquecera-se do passado, do que dissera, da sua magnífica palavra na Baía. Obedecera ao Rei pronto a amercear-lhe a família.

Gritava-se na Côrte contra o jesuíta. Alcunhavam-no de Judas do Brasil; os inimigos dos cristãos novos voltavam a falar dos propósitos que arvorava protegendo-os e a Inquisição observava o luminar da Companhia de Jesus, já em causa. Aprestava-se para punir o seu genial filiado.

Existiam grandes segredos entre o jesuíta e o Rei; o talento sacrificara-se ao cetro.

D. João IV animaria a rebelião pernambucana [1]

[1] João Fernandes Vieira, o chefe incontestado do movimento contra os ocupadores de Pernambuco, escreveu: «A Magestade, que está em Gloria, por secretos avisos que me mandou, me ordenou que fizessemos a guerra aos Olandeses».

«Quem me trouxe os avisos foi um padre bento, por nome frei



e Vieira sabia-o. ¿O *Papel Forte* seria um disfarce oferecido à paz com a Holanda e muito encoberto da Côrte, dos ministros, do conselho?



Nova missão coube a António Vieira e essa de molde a deslumbrá-lo. A sua portentosa imaginação trabalharia com a velocidade fantástica que tanto a distinguia.

O monarca encarregara-o, por documento secreto ([1]) e pormenorizado, de complicadíssimos negócios em Itália.

Era o mais íntimo dos régios confidentes, o apreciado mensageiro privado.

Esperava-se muito do levantamento contra a Espanha nas terras italianas sujeitas ao seu domínio. Rebelara-se o povo em Nápoles sob o comando do pescador Tomás Aniello de Almati (Masaniello), que durante três meses governara a cidade. Debalde D. João de Áustria procurou render os rebeldes com o forte bombardeio. A traição daria de novo a vitória aos espanhóis, mas o exemplo frutificara e esperavam-se novas revoluções.

O vice-Rei, o duque de Arcos, sofrera o vexame de ver a sua autoridade vencida por um pobre barqueiro, que ia deslumbrá-lo até à loucura e à cilada que o matou revestido do seu uniforme bordado de capitão-general. Não acabara a luta. Henrique de Guise fôra nomeado general da «república real» de Nápoles e Mazarino animava os rebeldes.

D. João IV mandava o padre António Vieira entender-se em Roma com o conde de Caya e outros inimigos de Felipe IV, como o conde de Montalone, que entrara em Nápoles para vencer Masaniello e ganhar o poder, e ainda com Conversano, que detestava a Espanha. Devia conferenciar com o Príncipe de Condé para se arrebatar Nápoles ao cetro felipino.

O bispo de Coimbra, D. Sebastião César de Meneses, tão sábio e voluntarioso, coadjuvá-lo-ia noutro papel menos secreto, assim como o diplomata e Manuel Rodrigues de Matos.

Tratava-se de revolucionar aquêles domínios espanhóis de forma que Felipe IV fôsse obrigado à mobilização de fôrças do Reino.

O padre procederia de maneira a não se saber

Inácio; eleito bispo de Angola por êsse serviço. Veio o governador André Vidal de Negreiros trazer-me o mesmo aviso em companhia do padre bento. Todos traziam por escrito e mo mostraram com ordem de tornarem a recolhê-los para não serem achados». Varnhagem — *Luta com os holandeses*.

([1]) 11 de Dezembro de 1649.

que movia a acção; o auxiliar actuaria sob as suas ordens, combinando tudo com o prelado conimbricense por cifra.

O enviado manobraria de forma a deter a política castelhana ou a canalizá-la em proveito de Portugal. D. João IV imaginara casar a Infanta de Espanha com D. Teodósio e afirmava ser «única esperança de descendência de seus príncipes» ([1]).

Recusara-se o Rei da Hungria para seu noivo.

«Os ministros de França — acrescentava o monarca — estão com os olhos em Castella ou para sucessão ou para o casamento.»

Referia-se à herança das coroas, que realizaria um dos pontos de vista da política espanhola.

A reunião de Portugal a Castela, que é o segundo cuidado daquele reino, se consegue por este caminho (o do casamento entre os principes) não só com suavidade mas com summo gosto de todos, cessando a guerra e as consequencias que traz consigo, descansando os vassalos, aliviando e separando os Reinos, verdadeiramente cansados com tam continuos trabalhos, e he este o unico caso por onde a união se pode conseguir, que falar em outra não só é cegueira mas deslealdade, porque não parece verosimil que julgue assi nenhum juizo.

Enumerava as suas razões. Estava há dez anos lutando «sem perder uma ameya» antes conquistando fortalezas em Espanha; recobrara muito território ultramarino. Entendera-se com os napolitanos; andava sua grande armada no Brasil e tinha outra fundeada no Tejo; fundara a Companhia do Comércio, que possuía mais de setenta navios; rendiam bastante suas alfândegas, tratara intercâmbios com a Suécia; fizera acôrdos com a França; até os Reis infiéis de Marrocos lhe propunham auxílios; seus vassalos eram fidelíssimos e outras vantagens ganhara.

O padre devia fazer avultar estas razões ante os ministros espanhóis que estivessem em Roma, e por isso podia negociar fortalecido. António Vieira falaria em tudo aquilo como particular e exporia a questão do casamento entre o Príncipe e a Infanta espanhola em têrmos de agradar a todos. Ficariam:

...o Principe e Infante reis de Portugal e de Castella, se Elrei não tivesse filho Barão; e se o tivesse ficaria o Principe e a Infanta Reis de Portugal, cessando desde logo as guerras para se seguirem os casamentos e as utilidades apontadas. E ainda, que neste ultimo caso, se não una em todo Portugal e Castella, hão de ter entre si tal união de armas e de animos que virá a ser o mesmo ou igualmente util este segundo caso que o primeiro para o que se poderão capitular e conceder todos os socorros que o Reino puder tirar de si, que não serão pequenos; supponde porém que o matrimonio se ha-de logo contrair e consumar, e que o Principe e a Infanta viverão no lugar mais conveniente e se assentar de ambas as partes: e se vos repararem em se haver de fazer este assento e capitulações comigo com o titulo e decôro de Rei, respondereis, depois de fazerdes tudo quanto puderdes por vencer esta dificuldade que se poderá fazer com o Reino, em que para elles não ha inconveniente algum.

([1]) Morrera D. Baltasar Carlos, herdeiro da coroa.

Pode-lhe parecer grande o haver de ficar o Principe e Infante os annos que Deus fôr servido dar-me de vida privado dos titulos e governo de Reis e ficá-lo eu logrando.

Será, poderá ser ainda mais duro de tragar a El-rei de Castella e seus ministros; porem é tal o amor que tenho ao Principe e tal a confiança que tenho do seo, e desejo tanto ver a meus vassalos o descanso da paz que facilmente vencerei este inconveniente, renunciando-lhe a coroa com tal condição que assim elle como a Infanta hão-de neste caso de viver no Reino sem sahirem delle nem irem a Castella [1].

O Rei voltava à política anterior, que podia conduzir à união das duas coroas ao cabo de dez anos de guerra.

Tratava tudo isto secretamente e a sua proposta parecia mais de soberano cansado e aflito que de poderoso chefe.

António Vieira manobrava neste sentido com os jesuítas espanhóis que tinham influência em Roma, mas não conseguia coisa alguma em relação a Nápoles, nem tampouco ao consórcio.

¿D. João IV esquecera os sacrifícios e o sangue dos vassalos que lhe tinham dado a coroa?

Falharam os objectivos; não se trabalhara tanto de segrêdo que deixassem de transpirar as intenções, e o reverendo saíu de Roma, disse-se que expulso pelo Geral da Companhia.

Escrevera ao Príncipe D. Teodósio aconselhando-o a ir para o Alentejo e narrando-lhe, como bom conhecedor da Côrte, alguma coisa que, ao ser revelada, devia magoar profundamente o Rei. Aconselhara que os descontentes com o soberano se aproximassem dêle Príncipe; opinava de forma a causar espanto: «chegue-os Vossa Alteza mais a si, que importará pouco que no afecto se dividam as vontades, contanto que no efeito Sua Majestade e Vossa Alteza se achem obedientes e unidos».

Lavrava já uma certa desinteligência entre o Rei e o Príncipe; imprudentemente o acicatara o padre e daí a má sombra com que D. João IV o acolheu no regresso. O jesuíta sentiu-se e quis fazê-lo sentir, não se coïbindo, nos sermões, de ferir os cortesãos e tocando até no Rei veladamente.

A linguagem era sempre de ouro; bela e harmoniosa a eloqüência, mas o ferro aguçado rebrilhava no meio das magníficas flores e na graça da sua voz de consumado artista, actor no púlpito e na política.

Comparando Deus com os soberanos, Vieira dizia:

«Os homens quando pagam ou cuidam que pagam os serviços que lhes fizestes, êles são os que os avaliam. O estilo de Deus em remunerar quem o serve, vêde quanto diferente é. Nós somos os que avaliamos e êle que paga.»

Perdeu a autoridade em virtude dos fracassos; foi pôsto de lado pelo arreganho; afastaram-no pela inveja, porque jamais se tolerou a altivez sobretudo quando o talento a acompanha e abraça.

Os próprios jesuítas quìseram arredá-lo, porque nos assuntos da Sociedade era pelas modificações contra o estabelecido.



O padre António Vieira parecia esquecido do seu Machiavel quando avisava:

«É porque o príncipe prudente deve ter em justa conta escolher as pessoas que só podem dizer-lhe a verdade sôbre coisas que êle pregunta sem se misturar no resto.»

E êle fôra muito além; misturara-se em demasia no «resto», sobretudo na política dos amigos do Príncipe D. Teodósio, cuja atitude desagradava ao Rei. E como o padre, com seus talentos, podia ser o conselheiro mais querido e influente naquela alma dúctil, quando os superiores da Companhia mandaram o jesuíta missionar no Maranhão, debalde esperou, a bordo, que o soberano o mandasse buscar. Livrara-se de amigo que o seria mais do herdeiro do trono. Também não conseguira despedir-se de Sua Alteza, a quem escrevia de Cabo Verde uma carta que era de mágoa.

Ordenava-lhe a disciplina que partisse e fôra com alma torturada desterrado da Côrte para a selva, desobstruindo os caminhos que o seu génio barrava, deixando em paz os negócios da política, onde fracassou, e os da Companhia, que por demais penetrara.

Não davam por mal empregado o talento no sertão. Desbravaria almas quem rutilara nos púlpitos da Côrte; seria soldado obediente quem fôra general preponderante.

Saüdades levava-as; de-certo rancores também o pungiam e no seu coração acumulavam-se dores que não se expandiam em revolta pública.

Foi útil aos inacianos aplacando iras com a sua eloqüência, debelando raivas profundas dos maranhenses contrários à liberdade dos índios, que jesuítas e govêrno desejavam alforriados e os senhores de engenho almejavam cativos.

Mandavam muito os ricos; era necessário promulgar uma lei equitativa que o Estado demorava e os superiores enviaram-no de novo a Portugal confiados no seu talento e no favor que esperavam do Rei.

Requereu audiência; falou em Salvaterra com D. João IV, já doente e que não o deteve. Decididamente não o queria na Côrte, e embora o ajudasse na resolução do pleito, deixou-o partir.

Faria menos figura e não ganharia popularidade, deveras prejudicial estando ao serviço da Companhia.

---

[1] Instrução que deu El-Rei D. João IV ao padre António Vieira para a sua missão a Roma. B. N. L., Cod. do Fundo Antigo, n.º 1461.

Missionou como bom apóstolo; penetrou no sertão como um herói, expondo a vida. Fundou missões entre os índios; os Tobajaras viram-no subindo as serras adustas da Ibiapaba; converteu Nhecujaibas para ser alvo dos protestos violentos dos colonos, que, não concordando com a acção dos jesuítas, assaltaram os colégios do Maranhão, Baía e Pará, onde António Vieira foi prêso como sendo dos principais culpados, se não o cabeça dos causadores das diferenças que os mercadores e agrícolas diziam sofrer.

Embarcado, com outros inacianos, para a metrópole, esperava realizar, sob o influxo da sua palavra e talento, o sonho novo que o enchia e aos seus irmãos da Sociedade de Jesus.

Travara-se a questão entre o govêrno e os filhos de Santo Inácio, que disputavam a preponderância sôbre os índios, e como fôssem mais hábeis, possuíssem maior espírito de sacrifício e habilidade de captadores, dentro em pouco desejou-se arrancar pela fôrça o que não se conseguia em competência.

Os sertanejos dominavam pela brutalidade, êles pela persuasão e meiguice, tendendo ambas as partes ao domínio do gentio.

A Companhia tinha artes para arredondar sua esfera de influência; eram temidos seus pioneiros e, receando-se os resultados da obra em preparo, condenavam-nos, enviando para Portugal alguns dos padres mais audazes, talentosos e hábeis no doutrinamento.

Assim voltou, sob prisão, para Lisboa, o padre António Vieira, em 1661.

Morrera D. João IV; a Regente, D. Luísa de Gusmão, vivia entre os embaraços da política e recebeu muito bem o jesuíta, cujos cinqüenta e três anos, acrescentados pela experiência, referviam sempre na tendência política que o dominava.

Com o ímpeto que punha em tôdas as suas acções, excedendo em entusiasmo até os mais interessados, o reverendo devia ter entrevisto quanto havia o propósito de afastar D. Afonso VI do trono e favorecer o Infante.

O padre esteve, desde a primeira hora, ao lado do duque de Cadaval (1), grande obreiro do golpe, que não se levou a efeito ràpidamente porque Castelo Melhor, apossando-se do poder, detivera os conjurados.

Dir-se-ia que a própria soberana, querendo prolongar o seu domínio até à maioridade de D. Pedro, prejudicava pùblicamente o primogénito com a leitura ou sua presença do celebrado manifesto repreensivo, mais parecido a exautoração que a memorial.

Atribuíram ao jesuíta a irritante representação.

Não era de sua pena. Poderia ter colaborado na feitura, mas não foi obra de seu punho, pois falta-lhe a vibração, a garra. Não revela o estilo vieirense. Bastava o final para filiar o autor entre o tacanhismo oficial de Pedro Vieira da Silva e a pedantaria de D. Rodrigo de Meneses ou de quaisquer outros políticos muito abaixo da lúcida, viva, palpitante e expressiva forma do inaciano. Escrevera-se:

> *...o desejo da saude publica obrigou a representar a rainha N. S.ª, são tudo cousas tão conformes á razão, á justiça de que V. M. é tão zeloso que confiamos muito confiadamente de V. M., da sua clemencia e da inclinação que conhecemos em V. M. para o melhor do muito que aborrece a lisonja e estima a liberdade e inteireza dos ministros, que não só approve o que com tão boas considerações está disposto mas que conheça a igualdade e o socego do seu Real animo, a boa tenção, o cordeal animo que o aconselhou.*

Recheara-se o requerimento de censuras acerbas à vida que o soberano levava e às ilhargas escolhidas. Ao lerem-no, demorara-se o Rei no salão, desfilando depois em vénias. Tinham querido detê-lo para se apossarem do favorito Conti, que desterravam para o Brasil.

O estilo do documento não era o do padre; mas, não há dúvida, êle próprio o confessou, que entrara na conjura e adivinha-se quanto impulsionara, movera, arrebatara, seduzira a favor do Infante.

Como se entre os cortesãos e políticos nenhum soubesse escrever, lançou-se no rol do jesuíta o manifesto que tanto indignara D. Afonso VI, e, quando o «Triunvirato» se apossara do poder, Vieira fôra o primeiro desterrado. Devia entrar em linha de conta para o castigo a rivalidade, jamais disfarçada, existente entre êle e o seu antigo companheiro na missão secreta de Roma, Sebastião César de Meneses, que era um dos membros do govêrno com Castelo Melhor e Atouguia.

Indicaram-lhe o Pôrto para residência e lá foi acolher-se à casa do seu instituto; seguira-se o afastamento de Pedro Vieira da Silva, secretário de Estado, e o do duque de Cadaval.

Viriam mais tarde os de César e de Atouguia, porque quem se abeira do mando e não o acata ou lisonjeia paga sempre as demasias.

Chegara o momento do Santo Ofício liquidar as velhas questões com o inimigo. Não lhe tocara sentindo-o apoiado, mas o seu processo fôra organizado lentamente, com paciência de aranhas. Judeu ou cristão novo caído nos cárceres do Rossio ou nos seus similares sujeitos aos inquisidores, era interrogado acêrca das opiniões e propagandas do padre em matéria proïbida. Ouvira-as Manuel Fernandes Vila Real, o grande paladino da Restauração, que fôra queimado em auto-de-fé; não escaparam outros, e acumulando as denúncias dos fanáticos, dos invejosos, dos próprios loucos, como o flamengo Nicolau Bourey, arranjou-se forma de ordenar a prisão do ilustre

---

(1) «A Vossa Excellencia é mais presente que a todos a parte que eu tive em procurar que el rei (tratava de D. Pedro II) que Deus guarde fosse preferido como era justo a seu irmão». (Carta de Vieira para o duque de Cadaval, em 2 de Agosto de 1684).

jesuíta decaído da graça dos senhores daquela negra hora. Mais uma vez jogara errado; o tabuleiro político não era de rendimento para o seu ímpeto. Faltava-lhe a manha, a ardileza, a crueldade, o oculto da subserviência. Por vezes esboçava gestos naquele sentido, mas logo dominava o seu temperamento como em noite tenebrosa um fanal espanta as trevas. Acusavam-se de heréticas as suas obras *Quinto Império* e *Clavis Prophetarum*.

Metido na cela do Colégio portuense, Vieira dispusera-se a recomeçar outro trabalho, procurando o distraïmento para os desgostos.

Ia retocar os seus sermões. Os inquisidores que tinham tentado apanhá-lo no regresso a Lisboa, detendo-se ao verem-no protegido, mandavam, agora, os seus familiares e aguazis para o conduzirem ao Santo Ofício de Coimbra.

Com a eterna segurança em si próprio, imaginando-se imune, continuara a falar, a criticar, a escrever cartas condenatórias, a exprimir teorias contrárias aos dogmas do tribunal da Fé. Acusavam-no de ter sido sacrílego na obra *Esperança de Portugal*.

Era o produto da grande imaginação do padre, cuja saúde abalada lhe dava visões febris filhas dos resquícios do abalo cerebral sofrido na juventude, juntamente com a irritação do fígado molesto por tôdas as misérias das travessias em terras inhóspitas.

Os sagiões encontraram-no enfêrmo pelo excesso de sua vida no sertão; males de cansaço, enfermidade do espírito alarmando o corpo combalido e não o levaram para o cárcere. Imaginaram-no às portas da morte, ético, tal era a sua queda de saúde, o tom e magreza do seu rosto, o alcachinamento do tronco.

Ia transportar-se para a residência jesuítica do Canal, vizinha de Buarcos, quando acabou a tolerância. Entrou na Inquisição de Coimbra, onde o interrogaram. A-pesar-de enfraquecido, não se dispôs à penitência sem discutir com a argumentação brilhante do seu talento e a beleza de sua oratória.

Impunha a obra; defendia-a; irritava os inquisidores, admirados de tanta audácia, quando o julgavam vencido. O talento esmagado por inferiores, sempre prontos a desdenhá-lo, rescende tanto como o rosmaninho, embora seja pisado pelas récuas.

Deixaram-no convalescer na quinta do Canal após a audiência, e quando o julgaram melhor de novo o mandaram comparecer ante o Conselho Geral. Penaria vinte e sete meses no cárcere, e se não sofreu as cordas da pôtro que lhe dilacerariam as carnes, padeceu a tortura moral do inquérito, o profundar cínico da sua consciência sob os ditames da lei religiosa.

Era outro o instrumento do suplício: a polé do vexame. António Vieira atrevera-se a enfrentar o Santo Ofício; os seus próceres examinavam-no sem consideração, requintando no rebaixamento, querendo vencê-lo.

Defrontara-o, primeiro, o bispo de Elvas, Pantaleão Rodrigues Pacheco, que fôra diplomata e escrevia sem sombras da elegância do estilo vieirense. Seriam os julgadores, após a morte do antiste, Manuel Pimentel de Sousa, Alexandre da Silva, António de Gouveia de Sousa, Pedro Ribeiro do Lago, Manuel de Moura, João de Azevedo, Jerónimo Soares e outros, o bando anónimo julgando o génio.

Não o mandavam penitenciar em auto-de-fé. Privavam-no de prègar e de se meter em política, devendo ser enclausurado numa das casas do seu instituto.

Moveram-se os próceres para lenitivar a sua pena, desde João Paulo Oliva, geral dos jesuítas, até ao duque de Cadaval.

Os inquisidores deviam odiar quem os afrontara e ainda em sua frente se erguera em revolta porque o jesuíta, habituado aos sofrimentos através dos sertões e aos apupos da turba feroz cujos interêsses cerceava, não renegara pùblicamente os seus trabalhos.

Proïbiam-lhe sair do Reino; receavam-no, queriam vencida aquela voz altiva e eloqüente, pena cintilante, aprumo desdenhoso. Inutilizavam-no na aparência como se fôsse possível deter caudais em conchas de mãos ou apagar incêndios com jactos de saliva.

Deram por findas as provas na véspera de Natal de 1667. Devia ficar durante seis meses à guarda de uma casa da Companhia.

Escolheram o Noviciado da Cotovia em Lisboa, sítio quieto, lavado de ares, de belas vistas, bem próprio para a convalescença do padre, cujos protectores se revelavam.

O duque de Cadaval, seu cúmplice na conspiração contra D. Afonso VI, triunfara. Fôra o procurador da Rainha no processo de nulidade do matrimónio. Por isso acarinhavam o indultado e os amigos acorriam, confiando de novo no seu talento e quási milagroso poder de captação.

O jesuíta Manuel Fernandes, confessor de D. Pedro, Regente, auxiliava-o.

O padre reentrava no meio das batalhas tanto do seu agrado.

O Santo Ofício temia o novo estado de coisas. Aflorava o poder inaciano na velha luta que se travara desde longos anos ante os dominadores dos corpos para salvação das almas, os dominicanos com seus afins e os jesuítas senhorios dos espíritos avassalados pelo método súbtil e forte a um tempo.

No dia dos anos da Rainha, em 21 de Junho de 1668, António Vieira devia reaparecer no púlpito da capela real. Debalde esperaram ouvi-lo enaltecer os vencedores, condenando o Rei ainda no Paço e que o reverendo Manuel Fernandes ludibriaria prometendo-lhe a liberdade para o convencer a saír dos seus aposentos até que o embarcaram.



Vieira não orou mas escreveu o sermão que os inacianos deram à estampa. Nêle elevava D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, a espôsa do vencido casada com o cunhado. Dizia dela:

«Resolveu-se a deixar perder a coroa para que a coroa se não perdesse.»

Envolvera no mesmo ramo de glórias o Regente e a pérfida:

«Quem não quis ser Rainha é mais que Rainha; quem não aceitou ser Rei é mais que Rei.»



Depois de ter procedido de molde a julgar que contentara os vencedores, António Vieira preparava-se para papel idêntico do ocupado quando seduzira o espírito de D. João IV.

Não se coadunava com a condenação do Santo Ofício e, não podendo esmagá-lo, queria, ao menos, macular-lhe a vitória, devolver-lhe o vexame.

Prègara por ocasião do nascimento da Princesa D. Isabel Josefa, o fruto da união imoral dos soberanos. Enalteceu os dominadores, mas não parecia tão à-vontade nem tão brilhante como nas orações de outrora.

Encostara-se aos grandes, aos coriféus do partido, ao conde da Tôrre, valente e descomedido; ao duque de Cadaval, arrogante e soberbo, e o seu pensamento consistia em servi-los, servindo-se, dominado pela idéia fixa da desforra.

Acusaram-no de impelir D. João de Mascarenhas à ambição de desejar o cargo deixado por Castelo Melhor, o de escrivão da puridade, e entrevê-se a vereda pela qual o padre chegaria ao ambicionado fim.

O conde tinha-o por aliado, bem como ao confessor do Rei, o servil Manuel Fernandes, através de cujo espírito sugestionado Vieira julgava achegar-se ao poder.

Os inimigos publicaram que «o Tribunal do Santo Ofício o mandara recolher a cumprir a penitência que se lhe deu no Acto da Fé, em que saíu da cidade de Coimbra e que o tinham privado de subir ao púlpito, o que tudo se desmentiu com a boa diligência que nisso pôs a Companhia, mas não deixou de atrasar aos dois ditos padres (Vieira e Manuel Fernandes) no valimento; e se de todo retiraram do Palácio, mais bem vistos ficaram no Mosteiro, que fora do seu lugar nada parece bem, e muito menos gente que entre tôdas só com parecer bem se faz largar.»

Assim um coevo comentava o sucedido [1].

Pouco valimento tivera depois do afastamento de D. Luísa de Gusmão, mas perdera completamente algum de que podia dispor. O próprio duque de Cadaval vira preterida a aspiração à presidência da Fazenda.

Tratou-se de afastar o jesuíta.

Iria a Roma, de-certo com o espírito preconcebido de conseguir a revisão do seu processo, mascarando-se a viagem, feita em nau inglêsa, pelo encargo de obter que fôssem canonizados alguns dos inacianos martirizados no Japão.

Na realidade, mandavam-no tratar da canonização dos mártires já requerida pelo provincial do Brasil.

No fundo da sua alma, Vieira pensava na desafronta.

¿Se pudesse amparar-se na Rainha de Inglaterra, encontrar junto dela o acolhimento, o descanso ou o apoio para seus projectos? Fácil lhe seria seduzir a alma religiosa e cândida de D. Catarina de Bragança. Passaria a França, onde encontraria amizades antigas.

Aportara a Marselha e ali encontrou Cosme de Médicis, seu conhecido de Lisboa, e que o conduziu na bela nau real. Assim foi até Leorne, dirigindo-se de seguida a Roma ao encontro do geral Oliva, que o acolheu muito agradàvelmente. A recepção fôra estrondosa; os jesuítas aguardaram-no, nos subúrbios, com carro para o transporte de homenagem ao ilustre perseguido irmão.

Agonizava o Papa Clemente IX, Jules Rospigliosi, que, sendo diabético, muito se apoquentara ao saber da tomada de Candia pelos turcos. Suceder-lhe-ia, em 29 de Abril de 1670, o cardial Emile Altieri, sob o nome de Clemente X.

Já António Vieira se misturara na intriga. Queria arranjar noiva para o duque de Cadaval, então viúvo, chegando a imaginar que obteria dessa vez o êxito sempre negado a suas missões diplomáticas.

Preocupava-o, acima de tudo, a revisão do processo do Santo Ofício.

Cristina da Suécia, que estava em Roma, quis nomeá-lo seu capelão; recusou a honraria oferecida pela Rainha que abdicara.

Se ela conservasse o trono, quem sabe se o ilustre jesuíta não a teria servido, podendo, enfim, dar largas à sua ambição política! Seria como o padre Nithard, em Espanha, junto de Maria Ana de Áustria.

Parecia que, propositadamente, o deixavam ficar na capital pontifícia. Voltar a Lisboa podia ser peri-

---

[1] *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

goso, dada a sua nova atitude relativa à Inquisição, de cuja sentença discordava pùblicamente.

Só regressaria ao chamamento especial de D. Pedro, que então mais o desejava longe do que à sua beira.

Manifestava-se abertamente pelos cristãos novos; continuava a ver nêles salvatério possível.

Ao cabo de muito dispêndio de talento, tendo prègado com o habitual sucesso em português, arrebatou o auditório ao orar em italiano.

Clemente X amerceara-o de maneira a poder arvorar sua vitória.

Salvara-o da alçada do Santo Ofício. Vencera.

Ao entrar em Lisboa, vitorioso, dirigira-se ao Paço, mas encontrara o Regente pouco expansivo. Falava-se a respeito do jesuíta em maus têrmos; diziam-no em tratos secretos com a judiaria; quási o capitulavam de feiticeiro.

D. Pedro mostrara-se contrário aos cristãos novos, que o reverendo defendera em Roma.

Consideravam os jesuítas tão ligados aos israelitas para seus negócios, que até aparecera um pasquim na porta da casa de S. Roque no qual se aventava:

Um apóstolo o vende,
Os judeus o comprarão.

Arruaceiros nocturnos, armados de bacamartes e disfarçados, apostrofavam no escuro os israelitas, que diriam tutores e amigos dos inacianos.

Em 20 de Janeiro de 1674, jurou-se herdeira do trono a Princesa D. Isabel Josefa e pensara-se, pouco depois, casá-la.

Sendo apenas de seis anos futuravam-se-lhe noivos: um dos filhos dos eleitores de Neuburgo ou da Baviera, o duque de Sabóia, o Príncipe de Conti, o duque de Bourbon e também Carlos II de Espanha, no eterno desejo do predomínio da península por banda de ambos os países. Não servira a trágica lição do passado. Para não ficar inactivo no meio de tão grave assunto, o padre António Vieira apresentou seu alvitre, falando do matrimónio da herdeira do trono português com um príncipe de Médicis.

Na sua constante ânsia de resolver em negócio diplomático acorrera-lhe aquela idéia quando viajara de Marselha a Leorne com o grão-duque Cosme. Lançou a proposta, mas o Príncipe não a acharia tão bela como ao começo o jesuíta julgara.

Voltara as suas atenções para o Príncipe da Toscana, Fernando [1], mas não conseguira a desejada solução. O inaciano não calara suas críticas; acusaram-no de novo. Nem o próprio engenho de seu talento nem a arte em que se sublimara mereciam já atenções oficiais. Recusaram o epitáfio que traçara para a jazida de D. João IV.

Findara a sua carreira no domínio amado em que fôra sempre vencido e, em 27 de Janeiro de 1681, o padre António Vieira partiu para a Baía.

Contava setenta e três anos e ainda não aquietara o espírito. O seu companheiro mais dilecto, o padre José Soares [1], queria-o tranqüilo a rever para a posteridade seus magníficos sermões no doce sossêgo da quinta do Tanque, onde viviam.

A sua grande glória não impediu o governador, António de Sousa Meneses, alcunhado o *Braço de Prata,* de o tratar como se fôsse vulgar rebelde. Acusou o secretário da colónia, Bernardo Vieira Ravasco, irmão do reverendo, de incitador da morte de um português seu inimigo, que António de Brito, muito da intimidade dos Vieira, assassinara.

Julgou o preclaro orador poder contar com a sua fama, amizades na Côrte e favor do Regente, mas tendo mandado a Lisboa, com cartas de empenho, seu sobrinho Gonçalo Vieira Ravasco, D. Pedro II recebera-o para lhe dizer tôda a sua indignação paracom o jesuíta que se insubordinara contra o governador, seu representante.

O velho e consagrado inaciano recebeu a rude resposta do monarca. Mal pensaria na imortalidade do seu nome, mas se seus sentidos lha anunciaram, tê-la-ia dado, se pudesse, a trôco do castigo de Sousa Meneses, o *Braço de Prata.*

Caíra em síncope; adoecera moralmente e logo o físico se ressentira do abalo.

Prègou ainda nas exéquias da Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, e absolvido no processo, em 1687, com seu irmão, recebeu o título de visitador da província do Brasil, que devia exercer por dois anos.

Ao eleger-se um procurador a Roma, acusaram o insigne jesuíta de mercadejar votos para lhe caber a dignidade. O superior do Colégio baiano repreendeu, diante da congregação, o padre que tanta glória dera à Companhia de Jesus e à sua Pátria.

Fôra o último desengano. Não cabem águias em capoeiras [2].

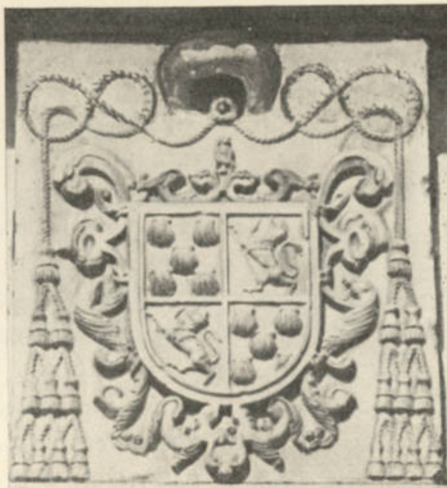
---

[1] Filho de Cosme III. Faleceu em 1712.

[1] Missionário jesuíta. Foi o assecla e amanuense do grande orador e a morte do seu amigo produziu-lhe tal abalo que jamais teve saúde, falecendo em 16 de Maio de 1699.

[2] Faleceu em 18 de Julho de 1697.

ARMAS DE D. PEDRO VIEIRA DA SILVA, BISPO DE LEIRIA,



COLOCADAS NA FACHADA DO ANTIGO SEMINÁRIO DAQUELA CIDADE

PEDRO VIEIRA DA SILVA

Ministro de quatro soberanos — Sua atitude para com D. Duarte de Bragança — Sombra à beira do poder — Os seus desterros e os seus triunfos — Como acabou a carreira do estadista — O bispado de Leiria



O SECRETÁRIO de Estado Francisco de Lucena subira ao patíbulo ([1]) acusado de tratos com os ministros espanhóis e de não ter prevenido a tempo o Infante D. Duarte para se escapar da Alemanha, quando da revolução portuguesa. Pagava o que uns denominavam traições e outros habilidades políticas ([2]).

Chamou-se para exercer o cargo, vago pela tragédia, a Pedro Vieira da Silva, desembargador, cujos serviços anteriores marcavam pouco amor às coisas portuguesas, pois, encarregado, em 1637, de averiguar das culpas de alguns rebeldes algarvios, fôra inclementíssimo.

([1]) 28 de Abril de 1643.

([2]) Pedro Fernandes Monteiro, à hora da morte, mandou dizer ao Príncipe D. Pedro que caluniara o conde de Castelo Melhor e acrescentou «que o mesmo se confessava do Lucena ao qual pela mesma causa — sua malícia e inveja — lhe fizera dar a morte injustamente». — *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

Estudara no Colégio de S. Paulo e na Universidade de Coimbra, e, enveredando pelo fôro, era desembargador da Relação, juiz dos Feitos da Coroa e membro do Conselho da Fazenda quando o elevaram a secretário de Estado ([1]).

Tratou imediatamente de praticar a política contrária à do antecessor supliciado e desejou entender-se com o prisioneiro de Milão, o desditoso Infante, irmão de D. João IV.

Muito amigo do padre António Vieira, escutava as suas maquinações políticas e, como homem assisado e experto, mais que talentoso, tirava da moenda a melhor farinha. Das mil idéias do reverendo aproveitava o trigo, deitando fora o joio sem lho dar a perceber. O arteiro explorava a generosidade do génio.

([1]) Era natural de Leiria, filho de Gaspar Rebêlo da Guerra e de D. Clemência Vieira. Dedicadíssimo à terra onde nasceu, sempre desejou enchê-la de benefícios e acabaria sendo bispo da sua diocese, da qual tomou posse em Abril de 1673.

Auxiliavam-se mùtuamente. Vieira tinha influência no ânimo de D. João IV e desejava um agente contínuo junto do soberano.

Eram amigos, a ponto de o jesuíta se lhe dirigir com ternura:

«Lembram-me aquellas horas solitárias dessa secretaria, em que o coração de Vossa Mercê e o meu, como tão conformes no zêlo e no desejo, se costumavam entristecer ou consolar juntamente.»

Assim lhe escrevia o padre estando na Haia, quatro anos depois, tratando, entre outros assuntos, da impossível libertação do «Príncipe Vendido».

O secretário de Estado era calmo, astuto, previdente; não sendo uma águia, baixava por vêzes à condição de galináceo entre os pavões da Côrte, fingindo inferioridades, deixando-os ostentar galas e falsa importância e governando a seu modo. Usava das mil e uma cautelas tão necessárias na época em que se saía do govêrno para o patíbulo e do comando do exército para os cárceres.

Pertenciam-lhe os segredos do Estado; tratava com os embaixadores, os generais, os estrangeiros, sempre a apagar-se como uma sombra, deixando as majestades em foco; gostava de fingir-se manejado mesmo quando impulsionava, e era êste o cunho de seu espírito.

Deixava pouco rasto; sumia-se para que não o vissem como a Lucena, vincada personalidade que se diluíra em sangue.

O carácter, o vulto, a originalidade, o pessoalismo irritam os que dominam e quem é mandado. Se pertencem tais atributos a um revolucionário, pode contar com a aura popular; se são predicados de estadista, em breve se perde com êles.

O atilado Pedro Vieira da Silva sabia isto, e embora na aparência aplaudisse os grandes cometimentos do seu amigo António Vieira, no íntimo refreava-se, pesava-os, expunha-os a El-Rei, de forma a imputar-lhe a responsabilidade nos arrojos.

Além disso, era muito delicado, submisso, todo vénias para os soberanos e para o herdeiro do trono, acessível e indispensável, como um móvel íntimo, para o serviço de Suas Majestades.

Não paradeava, não blasonava, não irritava; tampouco protegia em excesso, dando alarde de suas benesses, mas sabia aproveitar-se do bom vento para enfunar as velas das pretensões dos amigos.

D. João IV dera-se activamente ao propósito de salvar o irmão das garras dos espanhóis ou, pelo menos, lenitivar sua ruím sorte, e lidava através dos embaixadores, espias e plenipotenciários, passando tudo pelas mãos do político assessor.

Escrevendo ao conde da Vidigueira, embaixador em Paris, no período em que se pretendera incluir a libertação de D. Duarte num dos artigos da paz de Munster, El-Rei expressava-se dêste modo:

«Tem-me com muito maior sentimento do que vos posso declarar o apêrto em que tanto de repente está pôsto o Infante D. Duarte, meu muito amado e prezado irmão, do que vos mandei informar por Pedro Vieira.»

E mais adiante:

«... algum dos meios que tem intentado por minha parte de que vos dará memória Pedro Vieira», etc.

Colaborava, em aparente automatismo, com o Rei, aconselhando-o quando lho pedia e calando-se, deixando-o proceder, quando não o solicitava.

Desde que o soberano o autorizou a dirigir as negociações do caso de D. Duarte de Bragança, multiplicou-se, soube tratar com os diplomatas, agentes e espiões, a ponto de o prisioneiro escrever ao marquês de Nisa nos seguintes têrmos:

«Só Pedro Vieira da Silva se lembra de mim, e se bem há outras pessoas junto de El-Rei que têm esta memória, é só para encontrarem minhas coisas e procurarem, como os mesmos castelhanos, que eu perca a vida nesta miséria.»

Não podia manifestar-se melhor o reconhecimento. De-resto, parecia ser sincero o seu desejo de bem servir a Alteza encarcerada, se acaso há lhaneza e verdade em política. Abrira-se com os diplomatas; mostrara-se magoado ante a situação do Infante.

Se junto do cativo estavam Noé e Huet [1], seus particulares, acarinhando-o, em Portugal a melhor boa vontade que se conhecia, com a do soberano, e essa prêsa a preconceitos e embaraços do Estado, era a de Pedro Vieira da Silva.

O irmão de D. João IV torturava-se dentro do cárcere milanês, mas encontrara o lenitivo de se corresponder, e largamente, com diversas personalidades. Além do próprio monarca receber cartas suas, outras chegavam aos embaixadores, ministros e Reis, sem que os espanhóis fôssem informados. Servia de intermediário na posta secreta o reverendo Francisco Portis, que colocava as missivas e as respostas sob a toalha do altar na capela onde o prisioneiro ouvia missa.

Todos os trabalhos, canseiras e desvelos que o secretário de Estado empregou foram vãos, mas não se poupara a extremos para o salvar e proteger. É esta a facêta mais simpática da vida política do doutor leiriense.

---

[1] Pertencia à nobre família alemã vinda para Portugal com Duarte Cláudio Huet, que acompanhou sempre o Infante com grande lealdade, sendo seu testamenteiro. Recebeu o grau de cavaleiro de Cristo e a comenda de S. Gil. Casou com D. Constança Malheiro Souto Maior, filha do alcaide-mor de Vila Nova de Milfontes.

O marquês de Nisa referiu como, ao chegar a Lisboa, portador de cartas do irmão do monarca, encontrara no estadista a maior vontade e zêlo no caso do Infante. Não deixara de o referir ao prêso, acrescentando que, desinteressada e atentamente, o ministro tratara de suas propriedades e bens.

Se voltasse a Portugal encontraria as suas vilas, títulos, pratas, tapeçarias e mais valores na melhor ordem, conservação e rendimento.

Até nisto fôra zeloso, e tanto que o Infante, ao ditar o seu testamento ao capelão-mor do castelo, José Baptista Tibaldini, apontou uma verba que foi exarada pelo tabelião Legnano, pouco conhecedor da língua portuguesa:

«Ao doutor Pedro Fiero (Vieira) da Silva, trezentos cruzados cada ano, a êle e a sua casa perpètuamente.»

A Huet legava mil escudos e ao capelão Portis cem dobras. O grosso da riqueza do Infante passava a seus sobrinhos D. Teodósio, D. Afonso e D. Pedro.

O Infante faleceu em 3 de Setembro de 1649; complicava-se a situação portuguesa e Pedro Vieira da Silva continuava junto do monarca, representando o seu papel, não influindo nos partidos que se esboçavam na Côrte, tampouco nas acções do Príncipe D. Teodósio.

O homem dos segredos jamais se excedia, não dando um passo além das balizas marcadas pelo Rei ou pelos Conselhos a que assistia.

D. João IV tinha-o como o melhor dos seus criados, e se fôsse amigo de alguém dever-lhe-ia ter dedicado alguma amizade.

Estando já há seis dias enfêrmo, ouvia o secretário de Estado falar-lhe dos negócios públicos e, após os assuntos delicados, disse-lhe que desejava fazer o seu testamento. Debalde o político pretendeu, enternecidamente, desviá-lo de tal idéia, que envolvia a da morte próxima, mas o moribundo volvera:

«Dispor para a morte não prejudica a vida, sendo-lhe Deus testemunha que não lha pedia mas o que mais conviesse à sua salvação.»

O estadista saíu chorando e apresentou ao enfêrmo o testamento feito em Salvaterra, que desejava alterar; assistiu-lhe até final, lidando ainda como secretário de Estado, pois para as coisas íntimas, bem suas, o Rei preferia António de Cavide [1], em cuja casa se criava sua filha ilegítima e que ia reconhecer, a Infanta D. Maria, secular no convento de Carnide, onde praticaria obras exemplares.

Morto o Rei, Pedro Vieira da Silva ocupou maior lugar na governança, mas nem por isso deixou de ser como uma sombra. Consumia-o, porém, o pensamento que da sua experiência dos negócios resultaria, fatalmente, o domínio sôbre outros estadistas desde que manejasse a Regente. Estava ali como um indispensável elemento do Estado. Jamais se impusera ostensivamente. O importante era proceder do mesmo modo, mas obrigando ao reconhecimento de seu valor.



O fim de D. João IV trouxera à superfície os partidos solapados. Sabia-se da maior ou menor influência dêste ou daquele fidalgo, mas nenhum se atrevia a confessar a chefia dos grupos políticos.

O conde de Odemira tinha os seus parciais, pedras que colocava no xadrez dos Conselhos, mas inutilizados pelo xeque do Rei; o conde de Cantanhede aguardava a sua hora, com o irmão D. Rodrigo de Meneses; e Pedro Vieira da Silva, distribuindo, sob capa, os favores, colocava-os a juros sem alarde.

A Rainha sentira a erupção súbita de tantas ambições. Não podia apoiar-se num fidalgo sem levantar as queixas dos émulos. Procurou os conselhos de frei Domingos do Rosário, o padre irlandês O'Dally, já empregado pelo defunto Rei em comissões diplomáticas.

O padre António Vieira ia chegar.

Quando o conde de Soure hesitou em partir para o seu pôsto do Alentejo, sem o deferimento das pretensões que trazia, quem recadejou para êle as ordens da Rainha foi o secretário Pedro Vieira da Silva, e êsse papel irritara o prócere, que pertencia às facções. Capitulou o estadista não de emissário, mas autor dos agravos que lhe faziam.

O político não podia remeter-se à sua cómoda posição de sombra e não era valoroso para afrontar o adversário. Molemente, combatia a presença dos contrários; procurava enredá-los, prejudicando-lhes as aspirações e os empenhos em tôdas as oficinas do Estado.

Possuía tato mas faltava-lhe o arrôjo, e, quando o ensaiou, não foi feliz, não soube usá-lo. Já se tinham habituado a vê-lo como um vago recorte, longe das personalidades vincadas de Cantanhede ou de Cadaval, que se destacava a-pesar-da sua mocidade.

Seguindo o conselho do padre irlandês ou por argúcia própria, a Rainha organizara um Conselho Especial — a Junta Nocturna — na qual se debatiam os negócios em segrêdo, e nela reüniu os rivais: Odemira, Cantanhede, Nisa, Soure e Pedro Fernandes Monteiro, o mais venal dos desembargadores, consciência a preço sob a mais severa das aparências. No fundo, um corrupto.

---

[1] Servira, desde longo tempo, o duque de Bragança e continuou no memo trato após a Restauração. Foi secretário de Estado e comendador de Cristo. Fundou o convento da Penha, onde jaz, bem como sua mulher, D. Maria de Castro.

Gaspar Severim de Faria, o outro secretário, dava-se às questões da Fazenda. A Regente procurava harmonizar os que a serviam, mas todos ambicionavam o principal papel.

Já constavam os distúrbios do jovem Rei e a soberana carecia, cada vez mais, de ligar os membros do govêrno, o que dificilmente conseguia. Sem o seu feitio audacioso e enérgico teriam rebentado pùblicamente os conflitos.

Teve que punir o secretário de Estado por uma questão bisantina. Com outro grande vassalo, D. Luísa de Gusmão hesitaria antes de castigar; àquele pôde aplicar-lhe a pena sem criar fero inimigo.

Tendo a Infanta D. Catarina e o seu irmão D. Pedro que comparecer no jubileu da Porciúncula, o estribeiro-mor Rui de Moura Teles colocou-se à frente do cortejo, com protesto dos oficiais do jovem Rei.

A soberana determinou o contrário e o orgulhoso paçào atribuíu aquêle desígnio a Pedro Vieira da Silva. Queixou-se dêle. A Rainha mandou o agravo ao Conselho. Fizera-se terrível questão do passo da etiquêta e eram longas as alegações para momento tão complicado com a guerra e as divisões políticas.

Saltou para a tela a acusação referente à falta de despacho de muitos documentos pela secretaria de Estado e o político, pôsto em causa, recolheu a casa sem licença e enviou à Regente as respostas que julgava condignas.

Alegava que já pedira vénia para se retirar por algum tempo, a-fim-de fazer partilhas entre os seus filhos, visto ter enviüvado, mas recebeu logo a resposta.

Não era na quinta leiriense que D. Luísa o queria, mas em Évora, para onde o desterrou, visto ter-se ausentado sem sua autorização.

Deixou-o algum tempo longe da Côrte; depois chamou-o, concedendo a um dos seus filhos o chantrado de Leiria e restituindo ao político as honrarias perdidas.

Na única vez que se mostrara resoluto e audacioso recebera mau tratamento. Compreendeu que o julgavam indispensável; sentiu não ser fácil à Rainha passar sem os seus serviços, tanto mais que se adiantavam as lutas. Andavam alguns ambiciosos em tôrno de D. Afonso VI.

A Côrte tornara-se infernal. A soberana escrevera a célebre carta na qual se dispunha a deixar o govêrno.

Morreu, por esta época, o conde de Odemira, o chefe do «partido velho», e o duque de Cadaval, seu genro, ocupou o pôsto vago.

D. Luísa de Gusmão pensava entrar em «um convento de religiosas, não para se obrigar à obediência de votos, porque nem as fôrças nem os anos o permitiam, senão para se recolher sem tráfego de criados, mais que alguns que sabia haviam de acompanhá-la em tôdas as fortunas».

O secretário de Estado tivera prévio conhecimento da determinação e devia considerar semelhante atitude habilíssimo golpe.

A ameaça surtiria efeito. Entregava-se o govêrno ao Rei; ia casar a Princesa; só faltava o juramento de D. Pedro como sucessor da coroa. Debalde ensaiara fazer as pazes com Castela.

Gritou-se que desejava entronizar o Infante, prejudicando o irmão mais velho.

Pedro Vieira da Silva não deixara o seu papel de sombra.



O secretário de Estado fôra o emissário natural para a participação aos tribunais das decisões da Regente.

No dia de S. Bernardo, que caía em Agôsto, a 20, entre S. Joaquim e Santo Anastácio, a Majestade entregaria os selos de Estado ao filho primogénito; «obrigação que havia dilatado, assim pelos contínuos embaraços da guerra, como pela pouca aplicação que El-Rei mostrava ao Govêrno da Monarquia».

Era ela quem apontava os defeitos do monarca em semelhante crise e voltara-se a dizer que não podia ocultar seu grande amor ao Infante, o que, de resto, é natural nas mães para com os seus filhos mais novos. São os últimos frutos de seus ventres, os derradeiros penhores de seu amor.

Lançou-se o boato de que o documento tendia à prolongação da Regência e os tribunais e Estados acudiram a pedir à viúva de D. João IV que ficasse no poder, ao mesmo tempo que o partido do Rei se sobressaltava. Não havia dúvidas; maquinava-se alguma coisa de grave.

Os conselheiros, entre os quais era ouvido o padre António Vieira, amigo do secretário de Estado, pronunciavam-se pela confiança na Regente, que nenhum dêles dominava.

Chegou o dia em que o monarca partiu para o palácio de Alcântara e ali instaurou o govêrno do «Triunvirato». Grandes foram os trabalhos de Pedro Vieira da Silva, que não podia ocultar a sua predilecção por D. Pedro.

A Rainha também não conseguira esconder os propósitos que a animavam; reconhecia os direitos do soberano, mas apresentava-o de forma pouco em harmonia com o papel que devia representar. Colocava-o numa evidência desastrosa da qual se beneficiava o secundogénito, embora não o evocasse.

Empregou na entrega das missivas para o filho, que deixara o Paço, o conde de Arcos, o bispo de Targa e, só por fim, o secretário de Estado.

El-Rei, que, desde a mais tenra infância, se habi-



tuara a ver o estadista na sua secretaria e no Paço beijando-lhe a mão, grave e submisso, acolheu-o bem.

Declarou-lhe que nomeara seis conselheiros de Estado para o servirem e logo o emissário da Regente lhe pedira que detivesse semelhante desígnio «porque ainda que todos aquelles fidalgos fossem dignos da occupação para que estavão destinados, que o tempo fazia a nomeação menos decente e o número menos estimável».

Explanou-se em considerações políticas; disse-lhe que D. João IV levava para escolher um conselheiro de Estado nada menos de seis anos, elegendo êle seis numa noite e sem dar conta à Rainha, embora fôssem muito dignos e hábeis os escolhidos.

«Nomeações intempestivas costumava o Mundo não as julgar por acertadas».

Falara por sua conta em caso grave, pelo conhecimento que tinha do Rei, julgando comovê-lo ou intimidá-lo falando-lhe de erros e de responsabilidades.

Tentou convencê-lo a encontrar-se com a Rainha, que sempre tivera a intenção de suavemente lhe entregar o Reino, sua pertença.

O monarca estava muito melindrado pela atitude tomada para com êle desde a leitura da representação, que o magoara, até à captura e destêrro do seu valido António Conti. Tomou atitude que nunca se julgara possível ao ordenar a Pedro Vieira da Silva a convocação dos novos conselheiros. Eram o marquês de Cascais, os condes de Atouguia, Arcos, Óbidos, o visconde de Vila Nova da Cerveira e António de Mendonça.

Imediatamente o conde de Atouguia pediu a El-Rei que o secretário de Estado indicasse qual a forma legal da entrega do govêrno. Era uma maneira de pôr em causa a Rainha, que o ofendera ao retirar-lhe o comando do Alentejo.

O estadista saíu da habitual prudência e falou com arrôjo que não era habitual.

Os Reis não costumavam tomar o poder pela violência, antes a sua entronização decorria com o digno aprumo das cerimónias do estilo, lavrando-se actas públicas da transmissão dos poderes. Pelo falecimento de D. João IV coubera o govêrno à Rainha, visto a menoridade do herdeiro da coroa, e por isso era preciso tomar de suas mãos os selos de Estado, dentro da etiquêta e das cerimónias tradicionais.

Não podia duvidar da soberana, mas, se tal desconfiança lavrava no seu ânimo, fácil seria expulsá-la enviando algum daqueles senhores à secretaria de Estado, onde êle entregaria ao representante régio a chave de um escritório em cuja gaveta maior se encontravam, já lavrados, os documentos precisos para as devidas formalidades. Nesta conformidade devia El-Rei voltar ao Paço.

Era o que se pretendia obter dêle, através de tudo, livrando-o da sugestão de Castelo Melhor e de Sebastião César de Meneses, porque o conde de Atouguia era mais ponderado.

Volveram os presentes que bastava serem entregues os selos a El-Rei para tudo ficar legalmente estabelecido. O emissário redarguiu que nem êle tinha poder para solicitar tal acto da soberana, nem ela de lho encomendar. Só de sua mão para a de Sua Majestade deveriam passar directamente as reais chancelas.

O acto era sagrado; cabia praticá-lo como mandavam as tradições.

Dissolveu-se o Conselho sem se acertar com o caminho a seguir.

Pedro Vieira da Silva fôra suficientemente hábil para replicar aos novos conselheiros. Quando êles saíram, D. Afonso VI preguntou baixinho ao secretário de Estado se a Rainha lhe entregaria o govêrno. Vivia nêle, realmente, a desconfiança. Os áulicos tinham conseguido infiltrar-lhe aquela idéia, que por sua doença se tornava fixa e atirava-a com a inconseqüência de todos os anormais, não podendo contê-la, trasbordando de sua alma para a sua bôca.

O político assegurou as intenções da Rainha; dava-se por fiador com a sua pessoa.

Transmitir-lhe-ia o poder com as devidas cerimónias.

El-Rei saíu da sala para a casa vizinha, onde os seus conselheiros se encontravam. Produziam argumento de outro jaez: voltasse Pedro Vieira da Silva com documento sôbre aquêle capítulo assinado por Sua Majestade.

O secretário de Estado curvou-se a beijar a mão a D. Afonso VI.

D. Luísa de Gusmão ordenou-lhe que passasse a ordem no sentido indicado, e ainda êle mal recolhia à secretaria já o conde de Pombeiro o procurava, da parte do monarca, para ser portador da missiva. Deu-lha depois de firmada pela Regente. Dizia:

> *Muyto alto e poderoso Principe. Ámeenhã ás des horas do dia, terão recado os Tribunaes para em sua presença vos entregar os sellos e com elles o governo destes vossos Reynos, na forma que se costuma; e porque nesta materia não haverá duvida algũa vos rogo muyto queyrais recolher-vos a vossa casa.*

No dia seguinte, era sexta-feira, véspera de S. João, e D. Afonso VI, com todo o seu estado, passou do Paço de Alcântara ao da Ribeira, detendo-se no Côrte Real [1] para conduzir consigo o Infante seu irmão.

Realizou-se a cerimónia na presença de ambos; o soberano do lado direito, à esquerda D. Pedro, e tendo o reposteiro-mor coberto de púrpura uma cadeira, o

---

[1] Ficava no sítio do antigo Arsenal da Marinha até ao Corpo Santo.

secretário de Estado ajoelhou e depôs sôbre a almofada a bôlsa que continha os selos de Estado. Tomou-a a Regente e passou-a ao filho, que começava a reinar.

Fôra o último acto solene a que assistira Pedro Vieira da Silva na Regência.

Dias depois estava desterrado.

A Rainha entraria no convento das Agostinhas Descalças, em Xabregas, sendo mais boquejada que o próprio secretário de Estado.

Iniciava-se a grande luta na qual o soberano perderia o trono.



Nas Côrtes celebradas em 27 de Janeiro de 1668 figurou o estadista no seu antigo cargo.

Assim que D. Pedro assumira o poder chamara-o logo, como a dar-lhe satisfação do muito que padecera longe do mando, afastado da Côrte, tido por mau vassalo (1).

El-Rei estava prêso num dos seus quartos, ali perto da secretaria onde o político começara a tarefa de convocar os tribunais, câmaras e almoxarifados com as ordens terminantes de só obedecerem a documentos chancelados pelo Regente.

O novo senhor do Reino instalara-se no palácio; emparedara a passagem dos aposentos do irmão e entregou-se nas mãos experientes do secretário de Estado que substituía António de Cavide, sucessor de António de Sousa Macedo, que por sua vez herdara o cargo do conde de Castelo Melhor foragido.

Foi enorme a tarefa do habilidoso velho, mas não o esmagou. Estava muito habituado à papelada; sabia mexer em documentos, conhecia fórmulas, protocolos, estilos; sentia-se bem entre aquelas rumas de ordens, avisos, decretos e ofícios que expedia.

Faziam-se as eleições de procuradores para se dar legalidade às Côrtes, ante as quais o Regente prestaria o seu juramento.

Era pequeno o intervalo entre as oficinas onde se preparavam os alicerces do Estado e o quarto onde D. Afonso VI, enfurecido, apoplético, ameaçava os criados, nos quais só via, e com razão, guardas e espias. Espetara um dêles, um tal Parada, com sovela de afiado bico e ameaçara outros servos.

¿Verdade ou mentira? A cogula negra que esconde a justiça dos vencidos envolvera o Rei. Mandaram tirar-lhe objectos contundentes e de lâmina.

Pedro Vieira da Silva passara ordem aos oficiais da Fazenda Real para apurarem suas contas a-fim-de serem apresentadas às Côrtes. Produziram sensação e abalo semelhantes determinações. Gastara-se muito à larga, talvez sem documentos. Havia alarme, quási pânico, entre os funcionários.

Sucediam-se os desterros que o secretário de Estado levava à assinatura do Regente. Chegara a vez de punir os vencedores da véspera e preparavam-se as pazes com a Espanha, agitada pela política de D. João de Áustria.

O trabalho de Castelo Melhor, feito no sentido de acabar com a guerra, frutificava a súbitas, após o drama que o afastara da Côrte e levara o Rei ao cárcere.

O enviado castelhano era portador de cartas da Rainha D. Maria Ana de Áustria, Regente de Espanha, para o marquês de Heliche, D. Gaspar de Haro Gasman y Aragon, prisioneiro em Lisboa. Dava-lhe poderes para celebrar as pazes conforme as instruções que também lhe remeteria (1).

Interviera o representante de França, Melchior de Harod, barão de Saint Romain, que pretenderia, com o abade de Chavigny, impedir o acto que não convinha ao seu país. Talvez os preparativos do Tratado de Paz, em que se falava no tempo de Castelo Melhor, tivessem contribuído poderosamente para a resolução da Rainha em saír do Paço e para a prisão do Rei.

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia era o melhor agente de Luís XIV em Portugal.

Avisado pelo juiz do povo ante a atitude que tomava, o enviado francês entendeu-se com fidalgos portugueses para atalhar o que ia tão bem encaminhado.

O Regente não aceitara o que se lhe propunha. A trégua era bem precisa, embora depois demonstrasse a sua simpatia pela França, conforme a cunhada desejava. Não seria porém êsse o caminho da política portuguesa voltada para a Inglaterra, mas que Pedro Vieira da Silva já não conduziria. Apagar-se-ia de vez.

Os plenipotenciários remataram (2) o acto pacífico com o marquês de Heliche, tendo sido medianeiro o enviado de Inglaterra, conde de Sandwich.

Cimentava-se uma tríplice aliança entre Portugal, a Inglaterra e a Espanha com a paz perpétua.

---

(1) 23 de Novembro de 1667.

(1) A paz firmou-se em 13 de Fevereiro de 1668.

(2) Foram plenipotenciários o duque de Cadaval, os marqueses de Nisa, de Gouveia e Marialva, o conde de Miranda e Pedro Vieira da Silva, portugueses; o inglês conde de Sandwich e o espanhol D. Gaspar de Haro Guzman e Aragon, conde de Heliche, marquês del Carpio.

O acto solene realizou-se no convento de Santo Elói, em Lisboa. Como se o padroeiro dos lavrantes e ourives presidisse sempre aos destinos da Restauração, recordava-se que em seu dia, o 1.º de Dezembro, se proclamara, vinte e oito anos antes, a independência da Pátria.

Em sua festa se quebraram os ferros que prendiam Portugal ao jugo estrangeiro, temperando as almas no ouro da sua fé.



O duque de Cadaval serviu de condestável nas Côrtes realizadas para a entrega do govêrno a D. Pedro, Regente do Reino, e Pedro Vieira da Silva foi o secretário de Estado, por cuja mão correram os maiores negócios e proclamas.

Celebrou-se o casamento do Infante com a cunhada, a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, que a Cúria separara legalmente do marido prêso.

Voltara o conde de Sandwich, que se hospedou no convento das religiosas do Bom Sucesso, constando que vinha dar os parabéns pelo casamento dos soberanos e pedir a liberdade de D. Afonso VI, pois nunca a Rainha de Inglaterra se consolara do terrível drama português.

Continuavam os desterros a-propósito-de cartas do conde de Castelo Melhor, que estava em Inglaterra, dizendo-se ter-se sabido por suas letras a parte da missão secreta referente à libertação do monarca.

Foram atingidos Salvador Correia, Simão e António de Vasconcelos, irmãos do ministro êxule, Clemente da Cunha, D. Manuel de Sousa, Rui Fernandes e outros.

Nomearam-se bispos no comêço de Setembro de 1668, cabendo a mitra de Leiria a Pedro Vieira da Silva, que enviüvara, tendo tomado ordens já com a mira no báculo.

Ficava, todavia, exercendo o seu cargo político, pois só cinco anos depois tomaria posse efectiva da diocese, embora não ficasse no poder perdido por banal procedimento.

Era prelado; ganhara dêste modo uma honra apetecida, mas também com ela a certeza de que noutro se começaria a pensar para o lugar proeminente que ocupara durante tão largo tempo.

O padre Martim Afonso, da família dos Melos, fôra acusado de ter em casa quatro filhos, quando provou serem sobrinhos e pupilos. Cassara-se-lhe a nomeação de bispo do Algarve, ao que se espalhou, por intrigas dos jesuítas. A parentela culpou o secretário de Estado, que se disse alheio à intriga, pois se limitara a distribuír as nomeações e até, por várias vêzes, falara a Sua Alteza na dignidade a conferir ao caluniado.

Os gentis-homens pediram audiência a D. Pedro e, baseados na informação do estadista, mostraram-lhe ter devido fiar-se nêle, pois suas boas notas valiam e várias vêzes as dera a Sua Alteza.

O Regente chamou o secretário de Estado e preguntou-lhe diante dos requerentes:

— ¿Alguma vez me disseste que Martim Afonso, por serviços, letras e procedimentos, era digno que eu fizesse caso dêle?

O novo prelado calou-se e o Príncipe reinterrogou-o:

— ¿Disseste-me que Martim Afonso era um clérigo mal procedido e indigno que eu o ocupasse em algum bispado?

Continuou em silêncio. Confessava, com a sua mudez, a grande culpa. Então, o Infante escorraçou-o:

— Sois um mentiroso e enganais os homens; ¡ide para vossa casa!

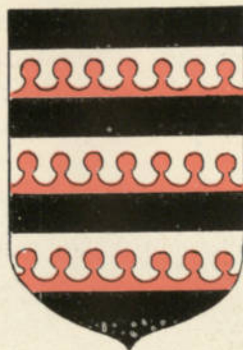
Coberto de opróbrio, escreveu a D. Pedro para que o substituísse na secretaria de Estado, alegando a idade, e sendo interinamente escolhido para o cargo Pedro Sanches Farinha.

Ao que se propalava, havia três indigitados para o alto pôsto: Francisco Correia, João Roxas e António Cavide. Êste, porém, não desejava reentrar na Côrte, visto seu Rei ter sido obrigado a resignar a coroa.

Em Abril de 1673, Pedro Vieira da Silva, que perdera em um momento, por sua felonia, o que ganhara, durante largos anos, ocultando-a, entrou na diocese de Leiria como prelado e a sua única preocupação consistiu em edificar o convento de Santo António dos Arrábidos, em cuja capela foi sepulto (¹).

Servira D. João IV, D. Luísa de Gusmão, D. Afonso VI e o Regente. Não sendo um grande homem político, tivera grande preponderância no Estado.

(¹) Faleceu em 12 de Setembro de 1676.



LUÍS DE VASCONCELOS E SOUSA

(Terceiro conde de Castelo Melhor)

O Escrivão da Puridade — A intriga que o perdeu narrada pelos agentes estrangeiros em Lisboa — Bastidores da política da Rainha e do Infante — Destronamento de D. Afonso VI — Exílio do estadista e seus serviços à Rainha de Inglaterra — O morgado de Santa Catarina



Aos vinte e seis anos começou o conde de Castelo Melhor a governar Portugal, porque era êle o soberano, através de um dédalo de subtilezas e sôbre um paiol. Soldado distinto na na guerra da fronteira do Minho quando o pai ali comandava, obrigado à disciplina mas achando que mais nascera para dirigir, soubera empolgar o ânimo do Rei já sacudido pelas facções.

D. Afonso VI não amava o ministro; sentia, porém, instintivamente, que defendê-lo equivalia a guardar-se. Ora arremetia, ora se amedrontava; rodeava-se de improvisados guardas de corpo — a «patrulha baixa», os «petiscantes» — negros, mouros, mulatos, rufiões ajoldados que o criado Manuel Antunes recrutava com o sentido de criar uma púrria para as aventuras régias, as correrias nocturnas, os destemperos do moço monarca.

Julgara, ao mesmo tempo, constituir um núcleo dedicado, valoroso, com o arreganho dos que tendo crimes na sua vida se resgatam por valentias estranhas.

O Rei não imaginava que sem o poder e a protecção os seus fanfarrões perderiam o arreganho, o rasgo, a fibra rixenta. Eram de alugar, nanja de dedicações extremes; contavam só com a impunidade.

No seu orgulho, cultivado desde a infância, vítima da doença, o monarca degenerado e alvo das baixas lisonjas não podia ver nos áulicos, nos paçãos, nos próprios «petiscantes» mais do que lacaios a sôldo, desvanecidos no seu serviço. Olhava-os de alto; e quando o coração, que não era insensível, o alertava, logo o hábito de domínio afastava a sensibilidade.

Nunca se instruíra; a mãe impedia-o de trabalhar; o pai não quisera forçá-lo ao estudo, preferindo-o destro.

Em criança queimara-se do lado direito e os médicos, à fôrça de sangrá-lo, enfraqueceram-no; sobreveio a paralisia parcial, o semi-esgotamento cerebral, que se acendia, de quando em quando, em luzeiros, clarividências, certo espírito. Vivia entre trevas cor-

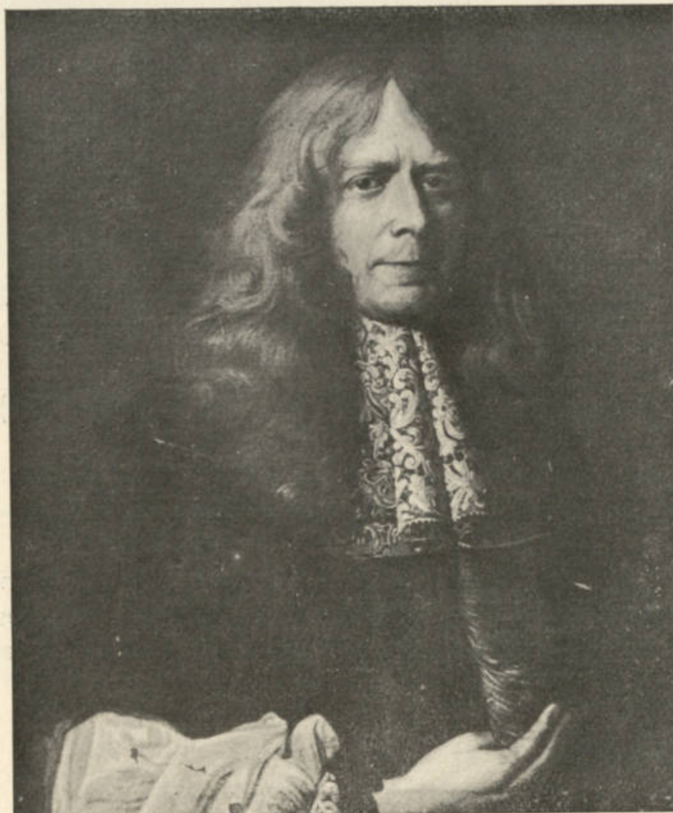
tadas por relâmpagos, ziguezagueadas por coriscos. Tinha ímpetos, impulsos, arrebatamentos; não sabia dissimular, o que se tornava defeito máximo em pessoa real. Jamais se moderava; dizia o que lhe vinha à bôca; era pródigo, atirava o dinheiro e as graças, escolhendo quási sempre mal os agraciados. As recompensas descabidas irritavam os que as mereciam por seus talentos e se viam menosprezados e desfalcados em seu valor.

Assim como não se coïbia de falar, El-Rei não se dava tão pouco ao trabalho de esconder suas predilecções: o vinho, a arruaça, os amores fáceis. Até fumava, cachimbando como todos os estúrdios da época, rufiões e tranca-ruas.

Constava que suas carícias amorosas eram desilusões das amásias e desgostos para êle, que se via inútil para a procriação. Não seria totalmente assim; depois da sua queda do trono acentuara-se a balela.

Castelo Melhor assegurava criar em sua casa uma menina de quatro anos, filha do Rei que o deixava governar, enlevado nos seus talentos, porque os possuía, na sua habilidade, nas subtilezas que o impunham. Agora premiava, logo punia; não dava contas a ninguém; criava inimigos mas desenvolvia o Estado.

Os seus vinte e seis anos ([1]), durante os quais fôra soldado e cortesão, eram demasiado juvenis para a gravidade que o govêrno impõe. Os velhos políticos, Marialva, Soure, Sande, guerreiros e diplomatas, encarrancavam. Os novos, Cadaval, Tôrre, S. João da Pesqueira, arrebatavam-se. Os mais sábios, D. Rodrigo de Meneses, Pedro Vieira da Silva e o célebre jesuíta António Vieira, desdenhavam.



Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º Conde de Castelo Melhor

(Quadro pertencente ao sr. marquês de Castelo Melhor e existente no Palácio da Rosa, em Lisboa).

Enquanto tivera o apoio da ciência e do alto saber de Sebastião César de Meneses e a espada do conde de Atouguia, que formavam com êle o «Triunvirato», ainda houvera respeito porque os bem intencionados entendiam que as três figuras se completavam e os pretendentes tinham mais a quem solicitar.

Ao ficar só, sentiria avançar a alcateia, o enxame e até os rebanhos: os furiosos, os insaciáveis, os mendigos.

Sacudia uns, atendia outros, preocupadíssimo com a política: a interna resolvia-a com os desterros e as peitas; a externa era de mais difícil solução.

Os seus colegas membros do «Triunvirato», Sebastião César de Meneses e o conde de Atouguia, já tinham sido apeados; aquêle estava no convento da Batalha, o último em desgraça não menor.

Luís XIV lançara as suas vistas sôbre Portugal. Importavam-lhe as probabilidades de sucessão em Espanha.

Morrera Felipe IV; ficara Regente D. Maria Ana de Áustria, e um Rei entre a vida e a morte, quatro anos enfermiços, permitia tôdas as ambições: as de D. João de Áustria, seu turbulento irmão bastardo; as do Rei de França, seu poderoso parente, visto ter casado com Maria Teresa de Espanha e ser filho de Ana de Áustria.

Ela renunciara à sucessão, mas em política só a fôrça faz guardar a fé dos tratados, e o Brabante, a Flandres, o Franco Condado mereciam bem alguns trabalhos e até guerras.

A Espanha não pagara parte do dote da Rainha de França, quinhentos mil escudos, mas também não se liquidara o da filha de Henrique IV. Em troca do

---

([1]) Luís de Vasconcelos e Sousa nascera em 1636. Era terceiro conde de Castelo Melhor e sexto conde de Calheta, filho de João Rodrigues de Vasconcelos o célebre guerreiro e da heróica D. Mariana de Lencastre, defensora de Monção. Tinha o senhorio de Valhelhas, Almendra e Mouta Santa, sendo alcaide-mor de Pombal. Casou com D. Guiomar de Távora, viúva de D. Jorge de Ataíde, conde de Castro Daire. O irmão do ministro, Simão de Vasconcelos e Sousa, ocupava os postos de general de cavalaria e de governador da casa do Infante D. Pedro; Sebastião era cavaleiro de Malta e morreu no ataque de Badajoz a 16 de Março de 1657. António de Vasconcelos foi deão da Sé de Lisboa e D. Prior de Guimarães; Manuel também vestira o hábito, mas deixara-o para casar com sua sobrinha D. Isabel de Sousa Coutinho. D. Mariana e D. Isabel, irmãs dêles, professaram.

Os filhos do estadista chamaram-se Afonso de Vasconcelos e Sousa, que nasceu em 17 de Janeiro de 1664 e teve o título de conde de Calheta, e Bernardo de Vasconcelos, vindo ao Mundo em 1666.

dinheiro exigiam-se territórios. ¿A casa de Áustria opor-se-ia?

Leopoldo e Luiz XIV entenderam-se. Se Carlos II de Espanha morresse, o soberano francês ficaria com a Flandres e o imperador com o direito à sucessão do reizinho espanhol. O pacto assinou-se.

Começaria a conquista da Flandres e era preciso que a Espanha não pudesse dispor de muitas tropas, impedindo-se, a todo o transe, por aquela razão, a paz com Portugal que Castelo Melhor ensaiara.

Viera para Lisboa o enviado de Luiz XIV, o barão de Saint Romain; a Inglaterra, cheia de desconfiança, mandara *sir* Richard Fanshaw como medianeiro da paz na península.

Já apresentara as inaceitáveis condições da trégua, pelas quais o Rei de Portugal se reconhecia feudatário da Coroa castelhana, pagando-lhe quinhentos mil cruzados anuais, cedendo-lhe tôdas as praças do Brasil, auxiliando-o nas guerras, depois de se demolirem as fortalezas construídas após 1640.

A Inglaterra aliava-se à Espanha. A trégua com Portugal seria por trinta anos e nesse propósito de tudo conseguir nomeara-se *sir* Robert Southwel para Lisboa.

Lord Sandwich fôra nomeado embaixador extraordinário de Carlos II da Grã-Bretanha em Madrid.

Castelo Melhor aborrecera-se sobremaneira com a forma por que a Espanha tratava Portugal, pois não o considerava em igualdade de categoria.

Afirmava: «poderão conquistar o Reino, mas nunca os portugueses», e firmava-se na sua grande e honrada resolução: não entrar em acordos senão de Rei para Rei.

No comêço do ano de 1666 queria-se assegurar a trégua de trinta anos, ao que o atilado marquês de Sande se opunha no seu parecer, como conselheiro de Estado. A trégua podia ser um preparo: «ou a paz definitiva ou coisa alguma» — escrevia êle.

Os inglêses activaram a negociação porque pretendiam contrariar a França, cheia de recursos devidos ao génio de Colbert.

Luiz XIV pompeava entre o seu exército. A Côrte seguira-o na guerra com o luxo mais ostentoso, a magnificência que nunca se vira em campanha.

O monarca, de dezanove anos, incitava a mocidade às aventuras; o ministro português, Castelo Melhor, com os seus vinte e seis, queria revestir-se da gravidade das idades mais adiantadas, mas chegava D. Afonso VI, em turbilhão, gargalhando, e obrigava o escrivão da puridade a ir com êle ao campo escolher touros ou a alguma entrevista de amores.

Se não lhe obedecesse, se o desviasse dos prazeres, aborreceria o monarca; se deixasse de o acompanhar, depressa outros favoritos lhe tomariam o lugar. Vivia na duplicidade de impor respeito e divertir-se, na profunda meditação e nas ligeirezas das estúrdias.



A luta entre os agentes inglêses e franceses prosseguia e os britânicos julgaram-se vencidos quando se anunciou o casamento «de la francesa con el duque de Bragança». Assim tratava o duque de S. Lucar de Medina de las Torres a futura Rainha de Portugal, D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, e a D. Afonso VI, dirigindo-se a *sir* Robert Southwel.

Soubera-se do consórcio do Rei de Portugal, levado a efeito pelo marquês de Sande.

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia partira para Lisboa. A diplomacia de Luiz XIV ganhara.

O conde de Castelo Melhor, que achara o caminho seguro para dirigir o espírito de El-Rei, não duvidava que saberia conduzir a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, que cá chegara, e cujo retrato agradara à Côrte.

Era formosa e esbelta e de tão religioso espírito, a-pesar-de educada na Côrte das garridices, pompas e leviandades, que até trouxera em sua companhia quatro religiosas capuchinhas descalças (¹), cuja superiora, madre Maria de Santo Aleixo, não podia ser mais seráfica.

A camareira-mor, a mãe do ministro, D. Mariana de Lencastre, de tão varonil ânimo, a ilustre defensora de Monção, encarregar-se-ia de dominar aquela alma, de-certo dócil e cheia de fé, nos meandros da vida portuguesa, desde que Madame de Puy, que em igual cargo a acompanhara, partisse na armada.

Foi um dia de festa e de triunfo para o moço estadista, organizador das vitórias, já em contacto com os grandes vultos estrangeiros, o verdadeiro soberano sob a égide do monarca cujo casamento êle fizera por política.

O Rei espôso de uma Princesa de França, a Rainha de Inglaterra Princesa de Portugal constituíam alianças fortes.

Aquela união, parecendo-lhe maravilhosa, deslumbrava-o sob o calor de Agôsto, quando a barca dourada rasgou as águas do Tejo em direcção à esquadra, empavesada de flâmulas, bandeiras, estandartes e galhardetes, e que salvava à terra, recebendo a retribuïção dos cumprimentos das tôrres nos grandes estampidos da pólvora. Eram dez os navios e o sol português, fazendo cintilar os metais das peças, dourando os estandartes, cobrindo-os de luz, era o herói na grande festa do recebimento da noiva real.

O povo nos cômoros da cidade e desde os montes a Ribamar, olhava espantado e em júbilo tão portentoso espectáculo.

Era meio dia quando as naus fundearam na Junqueira, e na estrondosa aclamação das tôrres e nos

---

(¹) As outras religiosas chamavam-se sórores Amada de Santa Clara, Isabel de S. Paulo e Cecília de Paris. O seu convento denominou-se das Francesinhas e ficava junto aos da Esperança e de S. Bento, no sítio depois chamado do Caminho Novo.

emboras cantados pelos campanários via-se partir a saveira esplendente com suas tripulações fardadas de escarlate enfeitado a prata, rútilas, alegres, sadias e pomposas.

Tinham embarcado no faustoso bergantim a marquesa de Castelo Melhor, a heroína de Monção, camareira-mor, e seu filho Luís de Vasconcelos e Sousa, primeiro ministro, novo, galhardo no fausto de seu trajo e no aprumo do seu mando.

A Rainha acolheu-os com a majestade e a graça de quem aprendera a representar no maior palco do Mundo. Era encantadora, atraindo a sorrir, dominando a olhar; rodeavam-na suas damas, uma côrte de beldades que vinha perfumar por instantes os Paços portugueses, povoados por guerreiros ousados, alguns galãs, mas quási todos desconfiados ante as louçanias das francesas tão airosas, tão sedutoras, mas que diziam pérfidas. Os marinheiros comparavam-nas às sereias; os soldados às formosas aves do paraíso.

As senhoras daquela época, pertencentes à aristocracia francesa, tinham muito de actrizes; instintivamente representavam, umas o drama heróico sob plumas, como a *Grande Mademoiselle* e a duquesa de Longueville, outras as virtudes galantes, como a Scarron, que estivera para vir no séquito da Rainha, falhando ao seu destino de guia e amante querida do Rei Sol. Seria Madame de Maintenon.

Havia papéis para tôdas, desde as *soubrettes* às damas centrais; a espôsa de D. Afonso VI incarnava a alta diplomacia disfarçada na candidez e na penetração esbatida sob a futilidade.

À tardinha, eram seis horas, o cortejo real atravessou o rio em grande arruído de peças e de mosqueteria.

O monarca vestira-se a primor; o Infante igualmente, porque aquêle Rei, que disseram, depois, grosseiro nos modos e trajos, arruïnava o erário em requintes de luxo [1]. O irmão queria sobrepassá-lo; se não se dera ao capricho de rivalizar com êle, parecia realmente emulá-lo.

Soavam trombetas, clangoravam no ar que começava a suavizar-se depois da tórrida temperatura que Agôsto trouxera. A brisa aliviava os espíritos e os corpos amodorrados durante o dia.

Retumbaram as salvas na nau capitã francesa; secundaram-na os outros navios, e o marquês de Sande, descendo o portaló, curvou-se ante o Rei que o ministro acompanhava. No primeiro degrau, o almirante marquês de Rouvigny dava as boas-vindas ao soberano, que lhe respondeu por intermédio do diplomata.

Uma ala de infantaria francesa, de grande uniforme, fazia a continência desde a entrada do navio até à câmara real.

D. Pedro ajoelhou; a cunhada ergueu-o.

O bispo de Laon, tio da Rainha, entretivera-se com os dignitários depois de ter dito ao monarca quanta honra êle dera à sua família.

Descera-se para as embarcações e o bergantim real foi aproar ao engalanado cais da Junqueira sob o ribombo das salvas.

Desembarcaram na grande ponte; abriram-se as galhardas alas da nobreza num rumor heráldico de espadins, cadeias de ouro e capas de sêda. O povo rumorejava; a lacaiagem, a postos nas tábuas dos côches, resplandecia, e quando a Rainha apareceu curvaram-se as cabeças e correu um sussurro de doce agrado.

A artilharia berrava e os sinos suavizavam os seus brados.

Descia, doce e perfumada, a noite. Acenderam-se archotes e o cortejo foi parar no Calvário, onde se abria a porta do convento das Flamengas, com seu hálito de pétalas esfolhadas sôbre a alcatifa que a soberana pisaria.

O bispo capelão-mor, com o seu clero, aguardava os Reis, à frente das damas cujas jóias cintilavam. As damas de honor estavam de pé sob o vivo clarão das luzes. Avalanches de flores, as rosas e os cravos portugueses enchiam os altares e o seu aroma penetrante misturava-se com o do incenso e da cera derretida.

O prelado lançou a benção aos esposos; suavemente se apreciava a Rainha, que agradava, parecendo menos majestosa que tocada de piedade, pois as freirinhas seguiam-na nos seus buréis entre tantos esplendores. Cresciam devoções pelas «francesinhas», como já chamavam às monjas capuchas.

Rodaram os carros para o portão da quinta de Alcântara; através das ruas de buxo se caminhou ao clarão dos archotes na noite cálida. O Infante acompanhou os noivos até à porta da segunda câmara e, depois de passar entre os dignitários curvados, foi dormir à casa de Luiz César de Meneses, que ficava vizinha.

D. Afonso VI deixou a espôsa no seu quarto, voltando a conversar com os seus íntimos a queixar-se da «opressão e ânsia que havia padecido durante o tempo que durara a cerimónia daquele dia e chegadas as horas em que devia voltar para o quarto da Rainha, não houve diligência nem persuasão alguma que o obrigasse, tomando vários pretextos de indisposições que acabaram de destruir tôdas as esperanças mal fundadas, que a sua família doméstica podia ter

---

[1] Duarte Ribeiro de Macedo escrevia ao duque de Cadaval, desterrado em Almeida: «El-Rei gastou em vestidos de Abril a esta parte 22.000 cruzados e dão-se-lhe para a sua algibeira 5.000 todos os meses». Visconde de Santarém — *Quadro Elementar*, vol. XVIII.



A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV

(Trecho da pintura mural, existente no Palácio da Ajuda, em Lisboa, da autoria de José da Cunha Taborda)

MOEDAS FELIPINAS E JOANINAS



De D. João IV: 1 — Quatro cruzados — ouro; 2 — Cruzado — prata; 3 — Meio cruzado — prata; 4 — Tostão — 1641 — prata; 5 — Meio tostão — 1641 — prata; 6 — Quatro vinténs — prata; 7 — Dois vinténs — prata; 8 — Vintém — prata; 9 — Cinco réis — cobre; 10 — três réis — cobre; 11 — Real e meio — cobre.

Dos Felipes: 12 — Quatro cruzados — ouro; 13 — Cruzado — ouro; 14 — Tostão — prata; 15 — Meio tostão — prata; 16 — Quatro vinténs — prata; 17 — Dois vinténs — prata; 18 — Vintém — prata.

(Da colecção da Casa da Moeda de Lisboa — Reproduções obtidas por concessão do director dêste estabelecimento, tenente-coronel Cruz Azevedo, tendo as moedas sido catalogadas pelo ilustre professor, investigador e numismata, Dr. Damião Peres).

Nota — *As moedas encontram-se ratadas por haver o criminoso hábito, que a certa altura teve de ser punido por disposições especiais, de as cortar ou aparar à volta, a-fim-de roubarem à moeda alguns pedaços de ouro ou prata que no fim de algum tempo constituiriam pêso razoável. Note-se que as de cobre não eram muito sacrificadas, justamente por serem de menor valia. Chegaram a circular moedas cujo valor metálico andava tão longe do seu valor real que houve de recolhê-las. Como medida de segurança passaram as moedas a ter cerrilha, não tendo valor a que aparecesse com ela cortada.*

da sua sucessão, que de todo não estava introduzida na desconfiança universal, pelas repetidas acções com que El-Rei as dissimulava» ([1]).



Andava naquela época D. Pedro muito molestado, doente pela emulação, sobressaltado pelos cortesãos, ilaqueado e invejoso.

Queria saír da Côrte; assim o dizia em arremêço. Ainda não chegara a Rainha, mas já o ministro preguntara a Schomberg, cuja espôsa era parente da soberana, se podia ter confiança nas tropas do Alentejo no caso do Infante para ali ir.

O francês respondeu gravemente «que não via nada que pudesse fazer recear que o Infante quisesse atear a guerra civil».

O povo e os diplomatas eram contra êle no momento da festa dos desposórios, que parecia querer perturbar.

D. Afonso VI encantara-se com a espôsa; assim o julgavam os escutas franceses e os altos espias ([2]). Recebeu o bispo de Laon, que ia partir na armada, e presenteteou-o com valiosos brindes, bem como as personalidades principais do séquito da noiva.

Lisboa abrira dezasseis arcos triunfais em homenagem aos soberanos. Nas portas de Santa Catarina, as da cidade para o arrabalde, ostentava-se o primeiro que os italianos tinham levantado por ser ali mais domínio da sua freguesia do Loreto que o campo de outros estrangeiros. Seguiam-se os arcos dos franceses, alemães, flamengos e o dos ofícios, disputando primasias e galas.

O cortejo saíu da quinta real de Alcântara. Havia já vinte e sete dias que durava a lua de mel, sob as árvores frondosas, à vista do Tejo e nas salas espaçosas, antes que se cerrassem as cortinas da alcova



D. Pedro II

(Da colecção da A. C. L.)

régia onde D. Afonso VI passava o tempo que não gastava nos passeios deleitosos com a espôsa.

Assistia-lhe estimulado pela sua beleza e encanto ou pelo prazer da novidade, porque, sendo volúvel, dava-se com entusiasmo que logo se desvanecia.

Ligeiro de ânimo, impulsivo, caprichoso, atormentado pela doença, não se comedia nem mentia. Em vez dos meios têrmos dos equilibrados, devia sentir o muito amor ou o ódio. Não lhe caberia no espírito a indiferença.

Era meio dia; sol a pino do Agôsto escaldante. Tropeavam os cavalos dos vereadores e magistrados que abriam o cortejo, seguindo-se-lhes arautos e passavantes com os porteiros de maças de prata aos ombros; corregedores de garnachas negras forradas de branco; juízes e escrivães avançavam à frente do estado particular, títulos, nobreza, dignitários, cobertos de pedraria.

Os côches de gala arrastavam-se com a lentidão de paquidermes através das ruas ante as vénias do povo que, a súbitas, refervia em aclamações.

Descobrira-se a carruagem do seu pesado tejadilho e um guarda-sol carmezim, franjado de ouro, encobria

---

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado*. O autor desta obra não pôde dissimular o seu partidarismo. Era amigo do Infante D. Pedro e daí as suas apreciações por vezes parciais.

([2]) Nos primeiros tempos que decorrerão depois da sua chegada, não só esta Princesa — D. Maria Francisca Isabel de Sabóia — viveo na melhor intilligencia com El-Rei D. Affonso mas até o abade de Verjus e Saint Romain se mostrarão muito satisfeitos do modo por que era tratada. Verjus participava a M. de Lionne, em 9 de Agôsto de 1666, que El-Rei tinha ido buscar (a espôsa) a bordo, que estava constantemente com ela e que não podia passar um instante sem a ver».

O visconde de Santarém, autor desta nota, documentou-a com os testemunhos de Verjus, agente da casa de Vendôme, em Lisboa, e de Saint Romain, representante da França.

a Rainha ([1]) da soalheira, revestindo-a na sua tonalidade sangrenta, bem como ao Rei, que ia à sua direita. Defronte sentava-se o Infante. A guarda real dos archeiros, vestida de verde e branco, escoltava o reluzente veículo.

Dançava-se a todos os cantos; tinham vindo bailadores de várias terras da província, e sob a luz do sol, a variedade dos trajos, a chuva de pétalas, as colchas de várias côres, a areia vermelha que se pisava com as plantas odoríferas, os berros da turba, a voz da pólvora e o seu cheiro acre, emprestavam à capital alguma coisa de levantino. Era bizarra, ingénua e fera, ardente, amolentadora, ebrifestiva.

O grave vereador Cristóvão Soares de Abreu, que lia o discurso de boas-vindas sôbre o tablado, à beira de um dos arcos solenes e garridos, pomposo e cómico, não era escutado. Rumorejava-se febrilmente à soalheira, na excitação do vinho, no prazer da festa de noivado, que comovia e arrebatava os portugueses.

D. Afonso VI ouvia aquela oratória choca, que queria ser retumbante, e recebia as chaves da cidade da mão do presidente do Senado, Rui Fernandes de Almada.

Mais adiante encontrava-se o heróico marquês de Marialva, governador das armas, com tôda a oficialidade a cavalo para seguir os reais noivos à Sé, onde se cantava o Te Deum.

Finda a cerimónia recolheram ao Paço da Ribeira.

Continuavam a beijar-se, ligados por dois sentimentos diferentes. A galante francesa não amaria o marido, pouco de damarias, impulsivo, mas ainda galanteador; êle desejava-a com todo o apetite por sua carne perfumada e da sábia delicadeza de amor aprendido, por instinto, na Côrte dos adultérios, das loucuras, das amantes reais entronizadas, até que o beatismo as tomava como se o pecado merecesse o céu ([2]).

Ao fim de quinze dias Castelo Melhor compreendeu que a boneca de França, de ar tão ingénuo e piedoso, tocado de gentileza, tinha um aprumo de ferro só maleável para a graça.

Apossara-se tanto do ânimo inconstante do marido que o ministro, conhecendo bem o amo, a receara.

Em vez da «fanfreluche», da bagatela que a julgava, suave no trato, indiferente à política, aparecia-lhe a agente diplomática sempre em conversas com Saint Romain e mandando recadejar Verjus, o delegado da casa de Vendôme, no qual o estadista adivinhava o informador atilado e secreto de Luís XIV.

Não era costume haver ministros acreditados por particulares, por mais principescos que fôssem. Os representantes das nações figuravam nas côrtes mas não os das greis das Rainhas.

Verjus viera e ficara, embora não pago, ostensivamente a dizer-se sem dinheiro, e tinha constante contacto com a Rainha.

Saint Romain transmitia para França que a soberana estava mui a-par-do estado das coisas de Portugal e particularmente do carácter do conde de Castelo Melhor, e que ela se tinha apercebido que êste ministro buscava, por todos os meios, impedir que se apoderasse do ânimo de El-Rei. O diplomata pensava que «o melhor partido que esta Princesa devia tomar era conformar-se com o domínio do conde, ao menos por algum tempo» ([1]).

Ela mostrava demasiado interêsse pela política; parecia preferi-la às diversões, desejosa de bem cumprir as ordens do seu Rei, além de trabalhar por sua conta e para exclusivo entretenimento de seu espírito. Citava já a Rainha-mãe que assistira aos Conselhos e não a separava do seu caso quando ela sempre coadjuvara o marido na anormalidade do período que decorrera e ficara Regente.

Não sucedia o mesmo a seu respeito, mas teimava. Confidenciara ao embaixador de Luiz XIV «que o conde (Castelo Melhor) mesmo lhe tinha dito em Alcântara, e mesmo feito esperar que tomaria parte no govêrno, concluindo que mesmo a Rainha lhe tinha pedido a êle, Saint Romain, que dispusesse o dito conde a cumprir esta promessa, observando que o dito conde se limitava, até então, simplesmente, a comunicar à Rainha os negócios, sem todavia receber as suas ordens, nem a sua aprovação. Saint Romain trabalhou pois para que ela tomasse parte no govêrno» ([2]).

Acaudilhavam-no, no Paço, Verjus e o confessor, o jesuíta padre Francisco Villes e Schomberg, além de agentes subalternos espalhados pela cidade, entre os quais Gravier.

Era um partido.

O valido real, que intrigara os colegas para lhe caber todo o govêrno, vencendo Atouguia e Sebastião César de Meneses, a espada e a ciência, pressentia o perigo.

Êle, que soubera afastar para o Pôrto António Conti, deposto favorito do monarca, entrevia o maior obstáculo ao seu domínio na Rainha feiticeira que trazia o marido tonto. Tinha para o captar a supremacia intelectual e a voluptuosidade.

([1]) «...foi vista a rainha com admiração e lastima por ser já notorio em toda a corte os eclipses que padecia sua formosura». Conde da Ericeira, *Portugal Restaurado*. Não devia ser assim pois Saint Romain, em ofício de 9 de Dezembro de 1666, diz ao seu govêrno ter declarado a Rainha que estava de esperanças, e em Março, do ano seguinte, ainda não as perdera. Logo o povo não podia ter aquelas notícias, quando muito espalhadas entre paçãos políticos.

([2]) Luís XIV distinguira a La Vallière, que lhe dera quatro filhos, e também a Montespan, enquanto não se deixou seduzir pela Maintenon até ao casamento secreto.

([1]) Visconde de Santarém — *Quadro Elementar*.

([2]) Idem.

O Infante retirara-se para Queluz e deliberara saír do País; pelo menos assim o anunciavam os seus partidários desoladamente. Nunca houve, a sério, semelhante propósito.



Em Setembro, no dia 1, já o ministro de França podia anunciar ao seu govêrno que a Rainha assistia ao Conselho de Estado. Ela própria lho participara radiante.

Ali se tratara do caso do Infante, declarando o Rei que êle se recolhera a Queluz por não lhe terem sido dados os dignitários que solicitara e não se lhe concederam. A atitude de D. Pedro produzira a divisão na Côrte.

Castelo Melhor acudira pedindo que o castigassem desde que o tivessem por autor da desunião.

O govêrno francês sabia tudo isto pela tuba do enviado a quem a Rainha fornecia os elementos relatando tudo quanto sucedia.

Era como uma espia da vida secreta de Portugal.

Luiz XIV recomendara-lhe «que tivesse a maior consideração pelo conde de Castelo Melhor e que a Rainha principiasse por pedir a êste ministro seu conselho e opinião acêrca dos negócios».

O escrivão da puridade queixou-se a Saint Romain de que a Soberana, «tendo apenas chegado havia quinze dias, tinha começado a atacá-lo em diversos negócios do govêrno» (1).

Por êste tempo o Infante D. Pedro declarou ao diplomata sentir grande simpatia pela França; a cunhada já conseguira dominar o marido de tal forma que, em Novembro, êle dera ordem ao estadista para não fazer coisa alguma sem a consultar.

Subia a irritação; pouco depois falava-se de desavenças, porque o ministro não queria subordinar-se.

Chegara em Agôsto; no comêço de Dezembro dissera-se grávida; cheia de esperanças em bom sucesso, como Saint Romain asseverava (2).

Não se demorou o escrivão da puridade em dar-lhe os parabéns pelo seu estado.

Volveu-lhe com majestade «que ela era a principal interessada neste negócio, pois ao menos lhe poupariam dissabores no estado em que a viam».

D. Afonso VI alegrara-se sobremaneira; radiava para se aborrecer quando a Rainha o desiludiu da

(1) Visconde de Santarém — *Quadro Elementar*, vol. XVIII.

(2) Ofício de Saint Romain, de 23 de Março de 1667, tendo o anúncio do pejamento sido feito em Dezembro anterior. *(Quadro Elementar)*.

gravidez, dizendo-lhe «que se não fôra daquella vez seria doutra» (1).

O monarca pensava pela sua cabeça; recebera Verjus como enviado da Casa de Vendôme, dando-lhe assim autoridade que não possuía, tornando-se o melhor agente de Saint Romain. Era o fio condutor da intriga, o órgão de transmissão do que sucedia no Paço, o fornecedor dos relatórios ao embaixador de França, industriando-o nos mais pequenos pormenores das intrigas (2). Também êle enviava informações a Luís XIV e ao ministro Lionne (3), que as aproveitava largamente com os talentos que se lhe reconheciam.

Pretendia-se, a todo o transe, evitar a paz com a Espanha e tudo servia para combater as diligências dos inglêses no sentido contrário. Activavam-se as reclamações do Infante; moviam-no, excitavam-no.

O estadista vivia assoberbado com a política; recebia notícias de preparativos bélicos no país vizinho e sobressaltava-se.

Os franceses queriam imediata resposta ao tratado proposto, à Liga oferecida, que êle «com uma vivacidade digna de sua juventude» resolveu em quatro dias (4).

Durante dez anos a França pagaria o seu corpo de exército de Portugal, quatro regimentos, além da entrega de cem mil libras esterlinas por ano durante o tempo que êles erguessem sós o facho da guerra, mas logo que aquêle país voltasse suas armas contra a Espanha a soma reduzir-se-ia a trinta e quatro mil libras (5).

«Obrigava-se, ainda, a forçar os espanhóis a reconhecerem o título de Rei de Portugal, sendo a garantia do acôrdo a celebrar-se entre estes dois Reinos no caso em que a guerra que ela (França) meditava contra a Espanha terminasse antes de expirar o prazo da Liga (6).

Portugal formaria dois exércitos de dezassete mil homens cada um, e se falhasse esta organização mobilizar-se-iam quatro terços de quatro mil praças e não receberia propostas de Espanha sem acôrdo com a França, concedendo-se-lhe privilégios no comércio.

Às grandes dificuldades do erário convinham os subsídios, sendo melhor recebê-los do que pagar os corpos militares à sua custa, conforme o Tratado.

Imediatamente Luiz XIV declarou guerra à Espanha.

Castelo Melhor devia ter anteparado o golpe da

(1) Participação de Verjus. *(Quadro Elementar)*.

(2) Visconde de Santarém, no *Quadro Elementar*, chama-lhe o maior ministro de Luís XIV.

(3) Hugues de Lionne.

(4) Robert Southwell — *Histoire du détrônement d'Alphonse VI*.

(5) Idem, idem.

(6) Idem, idem.

Rainha e a grande exibição de simpatia do Infante pelos franceses.

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia não conduzia a política, não a dominava; intervinha, mas sem figurar no primacial papel.

Estava prisioneiro em Portugal D. Gaspar Guzman de Aragon, conde de Heliche, marquês del Carpio, grande de Espanha, que ia transmitindo ao seu govêrno o que se passava. Outros oficiais, na mesma situação, o ajudavam, visto gozarem de relativa liberdade.

Era no meio desta agitada política, da série de transtornos de tôda a espécie, que o Infante procedia propalando que ia saír do Reino e turbando o ambiente.

A Rainha ambicionava o mando supremo. Se pudesse conduzir o marido à sua vontade, entre duas carícias e dois decretos que inspirasse, viveria à sua beira. Ligada ao seu interêsse, ela queria favorecer os franceses, mas depois de ver o Tratado alvoroçara-se com a idéia de possíveis entendimentos de outra ordem. Por parte da Inglaterra persistia-se na paz com a Espanha.

O conselheiro da Casa de Vendôme transmitia para França o que sucedia:

Apesar de que o Conde de Castello Melhor governava tudo, porque todos os empregados erão creaturas suas ou seus partidários e amigos, o que havia de mais difficil para aquelle Ministro era dirigir, e conduzir o animo de El-rei no qual elle se conservava em favor pelos costumados artificios que para isso empregava, e pelos esforços dos seus confidentes, e não por natural inclinação de El-rei para com elle, pois este Soberano jamais a tinha tido pelo dito Ministro. E com effeito El-rei mesmo por varias vezes fez queixas á Rainha, e certas confidencias contra o Conde, e lhe contou «des petits finesses», as coisas que lhe ocultava (1).

Apesar de tudo, conhecia que os inimigos do Conde erão os inimigos de El-rei, e que tratavão de derrubar o Ministro para o derrubarem a elle, como bem o declarou á Rainha em uma conversa que com ela teve.

Se Saint Romain conseguisse comprometer D. Pedro nos seus desígnios, tudo correria bem. Sobretudo desejava-se obter a segurança de que cumpriria o Tratado com a França.

Trabalhavam-no neste sentido e a cólera do Infante, sendo muita, deixava-se arrastar pela vontade de vencer.

A soberana acarinhava o espôso, obtendo várias concessões, e conhecia tudo quanto o cunhado praticava no sentido de excitar a opinião.

Pedira gentis-homens para lhe assistirem e o irmão negara-lhos, temendo as conspirações. Não deixara escolhê-los; nomeara-os êle. ou antes coubera o encargo a Castelo Melhor.

Sua Alteza recusara-os, e ante a sua insistência

(1) Visconde de Santarém — *Quadro Elementar.*

acabaram por dar-lhe outros, os preferidos: os condes da Tôrre, de S. João da Pesqueira, de Vilar Maior e de Aveiras, ficando Cristóvão de Almada considerado escuta do ministro. Soube que assim capitulavam e demitiu-se lealmente.

O estadista construíra um baluarte à sua volta, escolhendo para os cargos gente de confiança. A mãe era camareira-mor da Rainha; o tio, frei Luís de Sousa, estava indicado para capelão-mor; o irmão, Simão de Vasconcelos, tinha ofícios rendosos governando a casa de D. Pedro.

O político organizara a vitória, ligara o país à França e, não podendo enriquecê-lo, prestigiava-o. Via, porém, o Rei fugir à sua acção, a obra a esboroar-se, e para o prender colaborava nos seus prazeres, julgando assim arrancá-lo aos encantos da Raínha.

A batalha travar-se-ia entre a soberana e o favorito real, que talvez tivesse vencido, dada a volubilidade de D. Afonso VI, se não fôsse o forte partido do Infante e se o monarca soubesse comedir-se.

Por cada vantagem ganha por Castelo Melhor, irrompia a ira do coração de D. Pedro, que dizia «estar deliberado a matar o conde em qualquer parte que lhe oferecesse ocasião» (1). Por sua parte, a Rainha, ao sentir que o espôso lhe fugia, imputava ao valido a influência ganha através dos conselhos que lhe dava da recondução a seus antigos hábitos.

Para demais, Sua Majestade «não sabia o que era dissimular; e assim dizia sempre a verdade sem se prender nem pela consideração do tempo nem dos lugares, tampouco pela categoria das pessoas e nos seus arrebatamentos lançava, fôsse a quem fôsse, tudo quanto entendia» (2).

Amava os grandes lances bravos, «comprazendo-se em matar pela sua própria mão touros, ursos e outros animais ferozes; em certas ocasiões pouco se lhe importavam as vidas humanas. Era a sua estranha forma de viver; ia até fazer da noite dia e do dia noite. Jantava ordinàriamente na cama, comendo em excesso. Algumas vezes fumava e bebia mais vinho do que qualquer outro português» (3).

Corria que, antes de saír do seu país, a noiva sabia de todos os defeitos do monarca.

Mas sendo dotada de desmedida ambição, aquêles vícios e tudo quanto poderiam dizer-lhe dêle para a afastar do consórcio foram mais aboízes para o seu espírito.

«Quando da sua chegada a Portugal, encontrando o Rei quási escravo do conde de Castelo Melhor e dos seus partidários, vendo que as intrigas desenvolvidas para obter parte no govêrnó não resultavam mais do que afastá-lo, percebeu que êle esperava por

(1) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*
(2) Southwell — *Histoire du détrônement d'Alphonse VI.*
(3) Idem.

suas maneiras vulgares fazê-la sentir todos os percalços banais do casamento e não pôde suportar mais tempo o estado em que se via. Começou, então, a entreter correspondência secreta com o Infante» ([1]).

Pela festa de Santo António, em 1667, correram-se touros no Terreiro do Paço e muito se molestou a Rainha ao saber que certa loureira alcunhada a «Calcanhares» estivera gozando o espectáculo numa das janelas do palácio real.

A rascoa granjeara o afecto do Rei e dizia-se que o conseguira por artes do ministro. Fizera-se rival da soberana.

A «Calcanhares» seria, mais terra-a-terra, portuguesa, de feitio consentâneo com o do amado, azevieira e boémia, encantando-o e seduzindo-o pelo contraste com a artificiosa e delicada francesa.

Recomeçara a vida antiga do monarca, as noitadas, as orgias de amores pouco distintos.

Seu cunhado, Carlos II de Inglaterra, não era menos dado a escandalosos divertimentos e bacanais, mas escolhia as amantes noutros meios, á imitação de Luiz XIV, que até as instalava no Paço, mesmo em vida da Rainha. Felipe IV nunca se coïbira em seus caprichos. Não andavam, porém, nas correrias e tunantadas atribuídas a D. Afonso VI, sem outras provas, depois do seu casamento, além das engendradas pelos políticos.

Que vivia por deshoras nas ruas não havia dúvida; mas não constam suas rixas no período do govêrno de Castelo Melhor; figuraram, mais tarde, nas acusações que lhe fizeram um rol de amantes de tôda a casta. Sòmente não incluíram nêle a celebrada «Calcanhares», cujos amores tanto indignaram a Rainha, que depois assacara ao marido o mesmo defeito badalado pelas comborças.

O alcaiote daqueles caprichos régios era o criado Manuel Antunes, todo da intimidade do amo; ajudavam-no, por vêzes, António Conti e Gaspar Pinheiro, também moço do Paço.

Uma das da vida airada, Isabel de Oliveira, moradora às portas de Santa Catarina, relataria que El-Rei tivera amores com sua sobrinha, Lourença Maria, filha de António Fonseca, porteiro da cana. O ministro acompanhara o amo à rua das Flôres, de onde partiram para o Paço levando a môça.

O seu criado Agostinho Nunes era o grande provisor dos reais prazeres, naturalmente por ordem do estadista, que ajudava aos régios caprichos; isto, porém, no tempo em que o Rei era solteiro.

Outros lacaios sabiam da má existência que o soberano levava. Por ordem do conde de Castelo Melhor, sempre acusado no domínio da real estúrdia, lidava no mester de alcoveto Henrique Henriques de Miranda, que não empregava criadagem no proxenetismo, pois o tomava para si. Era tenente-general de artilharia.

Sem as grandes queixas do Infante e as ambições da Rainha, as estronices e mancebias do monarca acabariam por ser vistas como as dos outros soberanos, desde que escolhesse em melhor sociedade os seus prazeres, embora a devassidão fôsse a mesma ou pior.

D. Pedro já não continha as fúrias e a cunhada ensaiava nova tática. Voltara para êle as suas vistas ao ver aumentar o seu partido.

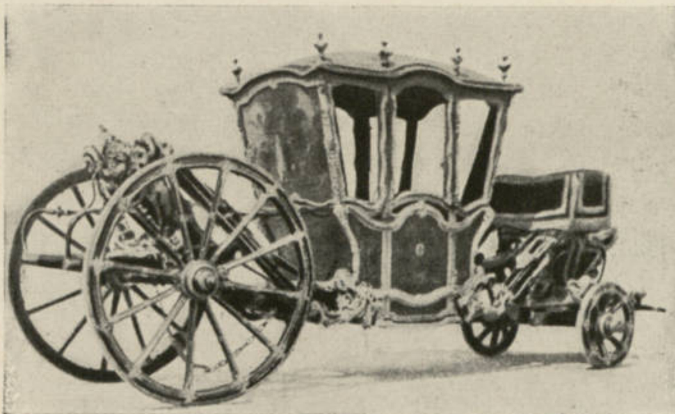
Rebentou, nesse momento, o conflito com o secretário de Estado António de Sousa Macedo ([1]), que a Rainha acusou de falta de respeito. Turbara-se mais a vida da Côrte; já não se sabia quem tinha razão, mas como o poder é imã, alguns dos políticos não se atreviam a hostilizar abertamente o ministro; os cortesãos procediam, como sempre, hipòcritamente, mostrando-se alguns seus declarados inimigos. Os conselheiros de Estado, marqueses de Sande, Nisa, de Marialva e Gouveia, condes de Miranda e de S. Lourenço e o visconde de Vila Nova, não admitiam que um mancebo, embora talentoso, mandasse no Estado de que êles faziam parte; o duque de Cadaval, sendo jóvem também, disputava-lhe sempre o primeiro lugar no govêrno.

Ali estavam os adversários naturais, contrariando-o em tudo sem ar de desagrado para o Rei.

Uns não imaginaram que a deposição do estadista arrastaria a do soberano; outros impulsionavam, certeiramente, a catástrofe.

Quási todos tinham razões contra o valido e também contra o seu colega António de Sousa Macedo; e êles, ao comparecerem no Conselho, deviam julgar-se na presença de juízes, pois muito lhes preguntavam por vezes de má sombra.

Dilataram as negociações de paz com a Espanha, como se depreende dos pareceres do marquês de Sande ([2]), parcial



Côche de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, oferecido por Luís XIV, Rei de França, existente no Museu dos Côches, em Belém

([1]) Southwell — *Histoire du détrônement d'Alphonse VI.*

([1]) Biografia de António de Sousa Macedo.

([2]) Papéis inéditos do marquês de Sande, pertencentes ao senhor conde de Belmonte.



do Infante, como a maioria dos conselheiros de Estado. Êle era diplomata e navegava pouco ostensivamente na maré suja.

A atmosfera adensava-se. Se o Rei tivesse outro temperamento, fôsse pelo menos popular, Castelo Melhor venceria a facção contrária.

Caíra como um brulote a notícia de que D. Pedro fôra ameaçado de morte, quando se sabia ter sido êle quem jurara acabar com o valido. Dobraram-se as guardas; aparecera a infantaria no Terreiro do Paço, entrincheirada nos palanques da praça de touros, tudo isto com a cumplicidade dos chefes. Deu-se como razão do aparato bélico constar que haveria desordens para assassinarem Sua Alteza e destronarem El-Rei.

A carta do irmão do monarca, logo reproduzida por tôda a parte, aumentava a excitação ao máximo. Dizia:

Com grande sentimento meu prostrado aos pés de V. M. (a quem venero como meu Rei e Senhor e respeito com amor de Irmão) me obriga a exhorbitancia do Conde de Castel Melhor, a dizer a V. M. que havendo elle esgotado todos os meios que a sua malicia excogitou em damno da minha vida, como me constou por ministros de toda a autoridade e zelo [1] *que a minha prevenção evitou, passou agora a sua insolencia a armar o proprio Paço de V. M. com persuadir que eu intentava violar o sagrado delle podendo inferir-se bem dos antecedentes que o seu intento seria.*

O Infante ia fazer dezanove anos em Abril e estava-se em Setembro; à sua volta zumbiam os intriguistas; a cunhada, que começara a corresponder-se com êle, esperava dominá-lo.

D. Pedro, cheio de raiva contra os que se lhe antepunham, e desperto pelas graças da francesa, lançara-se nos mais cruéis propósitos quando lhe afiançaram que queriam matá-lo pelo veneno.

Os diplomatas assediavam-no. Saint Romain levava-o a pronunciar-se pela França mediante as sugestões da Rainha; Verjus era para êle agente secreto e talvez insinuador de amores; Southwel tentava quebrar a influência do partido francês, mas êle levava-lhe a palma. O inglês asseverava que D. Maria Francisca Isabel de Sabóia «mantinha correspondência secreta com o Infante» [1].

Explicava a *lord* de Ormond, em Junho de 1667:

Julgo que ela não teve, ao começo, outra intenção além da ruína do Conde, mas esta correspondência produziu, de seguida, outros efeitos e mais consideráveis porque se chegou ao ponto de tratar de amor e mesmo de casamento.

O padre Verjus, jesuíta francês, seu confessor, e o abade de Saint Romain eram os principais agentes neste negócio e aquêles cujos conselhos seguia. Uma cabala composta por espíritos tão activos, como os que tomaram grande parte em todas estas desordens, bastariam para transtornar os estados de metade do mundo [2].

O que principiara por política acabaria na mesma paixão entregando-se a mulher para governar e não hesitando o homem em praticar tôdas as protérvias para conseguir o domínio.

Ela tinha vinte anos galantes e experientes e êle ia fazer dezanove [3]; os conselheiros velhos excitavam-lhes as tendências do amor, tão natural em tais idades, para tornarem mais rápido o desenlace.

Moviam-se em tão juvenis anos sem a autoridade de um soberano sério; a amorosa vibrava pela política de Luís XIV e pela sua; o apaixonado, querendo vencer, iria até o fim guiado pelos ambiciosos. O monarca estava perdido. Não se adaptava; era já aborrecido pelos vassalos, que ouviam, a tôda a hora, o elogio do Infante.

Trigueiro, espadaúdo, de muita robustez e fôrça, era donairoso; pegava em grandes pesos, fazia exercícios violentos; comparavam-no com um hércules que quebrava ferraduras, torcendo-as, com dois estorcegões.

Alardeavam-se, na época, fantásticas proezas de colossos: um lavrador que atirava aos ombros um saco de moio; um almocreve que, partindo fàcilmente os ferros dos cavalos, dizia ao ferrador que não pagava coisas tão quebradiças pelo preço exigido. O artista, concordando, dispunha-se a receber a pecúnia reduzida, mas ao tomar as moedas despedaçava-as, como se fôssem de papel, dizendo não ter valor tão frágil dinheiro.

As mulheres gostavam de ouvir as narrativas em que se referiam os gestos dos valentões, caindo em admiração, que a Rainha não negava ao Infante, exa-

---

[1] Referia-se ao magistrado de quem se escrevia: «Pouco entristeceo a morte de Pedro Fernandes Monteiro, ministro que de humildes princípios chegou a altura de ocupar os maiores lugares e adquirir fazenda em copia, que testou 400.000 cruzados deixando a seu filho, Roque Monteiro, hum morgado de 14.000 cruzados. Agora diremos como adquiriu o valimento e a fazenda. Á hora da sua morte mandou dizer ao Principe que restituisse á sua graça o Conde de Castelo Melhor, confessando que por sua malicia e inveja o caluniara falsamente com S. A. e lhe levantara que lhe queria dar veneno, só pelo ver destruído; que pela hora em que estava lhe afirmava que não tivera S. A. mais zeloso e fiel vassalo». — *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

[1] Southwell — *Histoire du détrônement d'Alphonse VI.*

[2] Idem, idem.

[3] D. Pedro nascera em 26 de Abril de 1648 e D. Maria Francisca em 21 de Junho de 1646.

D. Afonso VI contava vinte e quatro anos, pois viera ao Mundo em 21 de Agôsto de 1643, e o seu ministro tinha 31, visto ter nascido em 1636.



gerando-a com o amor e impelida pela ansiedade de domínio político.

A idéia de D. Pedro largar o Reino, levado pelo que imaginava o desejo de Castelo Melhor em fazê-lo desaparecer, andava de bôca em bôca com o propósito de a soberana não perdoar certo acto a Sousa Macedo, o que considerava insulto grave, e isto fazia-os aliados.

Pedia-se o castigo do ministro; caído êle tudo mudaria e todos os pretextos serviam para o afastamento.

O Infante requeria: «espero eu da justiça de V. M. que por este atrevimento — o de persegui-lo — execute um tal castigo apartando de si este vassalo, que não me ponha em necessidade de buscar Reinos extranhos».

O Conselho de Estado tomou conhecimento do que se lhe propunha; alguns dos seus membros desejavam por terra o valido e defendiam o Infante; outros, sem lhe faltarem na vénia, exigiam provas do atentado que denunciava: a tentativa de envenenamento. Por sua vez o estadista fôra avisado de que tentavam assaltá-lo.

Por êsse motivo começaram os desterros e já se falava, em voz alta, na reünião dos Três Estados.

Capitulava-se D. Afonso VI ora de devasso, logo de impotente, e isto em alarmes terríveis.

Andava, naquela época, Carlos II de Inglaterra em propósitos de se divorciar de D. Catarina de Bragança, afirmando «que ela fizera voto de castidade» [1]. O soberano desejava casar com *miss* Stuart, escocesa cuja formosura igualava sua virtude.

Os inglêses, porém, não pensavam em expulsar o monarca porque ninguém conspirava contra êle.

O reverendo Russel, nomeado bispo de Portalegre, viera para Lisboa na qualidade de agente régio para colaborar com Southwel e negociava com *lord* Sandwich a paz em Espanha.

A Rainha conseguira adiar o Tratado por todos os modos, mesmo «nas barbas dos ministros ingleses» [2], mas acabara por assistir à vitória do adversário. Havia quem pensasse em colocar o Infante à frente do exército para não se assentarem pazes.

Se a trégua se declarasse haveria mais vantagens para os conspiradores, pois não temeriam o inimigo externo.



[1] Hume — *Reinado de Carlos II.*

[2] Visconde de Santarém — *Quadro Elementar.*

Castelo Melhor estava ilaqueado. A sua situação era terrível. Preferia os interêsses da França aos da Inglaterra, mas a Rainha não lhe agradecera, pois desejava ser a única no mando.

Feita a Liga, a Espanha deliberara entrar em mais benigno acôrdo, visto não correrem bem as coisas no país.

A Rainha D. Maria Ana de Áustria apoiara-se no seu director espiritual, o padre Nithard, e a nobreza alvoroçava-se; enviara-se D. João de Áustria para a Flandres, ameaçada pelas tropas de Luiz XIV, e o ministro britânico, *lord* Sandwich, assinara o Tratado particular de trégua entre Portugal e Espanha, firmado pelo padre confessor da soberana, o duque de Medina del Torre e o conde de Peneranda [1].

«A trégua permaneceria firme, inabalável e sagrada pelo espaço de quarenta e cinco anos contados desde o dia da sua publicação». Suspender-se-iam tôdas as hostilidades, conservando as duas coroas os territórios que ficassem respectivamente em poder de ambas, restabelecendo-se o comércio e procurando o embaixador de Inglaterra fazer com que Portugal aceitasse aquelas condições.

No caso de haver relutância seria dela informado o soberano britânico «para adoptar de futuro as resoluções que melhor correspondessem à grandeza de seu ânimo».

Marcara-se seis meses de prazo para a resposta definitiva.

A França rompera com a Espanha, ao mesmo tempo que tratava da paz com a Inglaterra em Bréda. Em todo o caso, o soberano inglês não queria que se hostilizasse Portugal; *lord* Arlington ordenava a Sande que cumprimentasse da sua parte o conde de Castelo Melhor e Sandwich instava os espanhóis para que dessem o título de Rei a D. Afonso VI, porque só assim podia negociar a trégua.

Em Julho, Southwel fôra recebido pelo Rei no meio da Côrte e apresentara-se o Tratado, no qual se substituíra o tratamento régio pelo de «Coroa Lusitana», e ante a designação apareceu a recusa.

Foi Rui Teles de Meneses levar a queixa a Carlos II de Inglaterra, e o enviado britânico, referindo-se ao que se passara com Sousa Macedo, cuja atitude a Rainha não perdoava, dizia-o retirado em Sintra e acrescentava «que o Infante só ia à Côrte em dias de cerimónia; do contrário metia-se em Queluz ou no Côrte Real». Tinha a Castelo Melhor «um ódio implacável».

Contava que, «pelas onze horas da noite, em que

[1] Visconde de Santarém — *Quadro Elementar.*



partira o secretário (António de Sousa Macedo), um frade procurara o conde, na sala grande de Audiência, e revelara-lhe secretamente que estavam muitos gentis-homens em casa do Infante com o fim de o surpreender — a êle ministro — e tirar-lhe a vida, quando nessa recolhesse ao seu aposento».

O conde levou o frade à presença do Rei para lhe confiar o que sabia e deu ordem para o refôrço da guarda; «no dia seguinte vários amigos do Conde escoltaram-no ao palácio bem armados».

Isto provocara as cartas do Infante, a primeira das quais, datada de 2 de Setembro de 1667, obrigara Castelo Melhor a pedir ao amo a reünião do Conselho para a meia noite, não se aceitando nem mesmo a desculpa de doença.

Ia jogar a grande parada.

D. Pedro precisava do auxílio da Rainha e escreveu-lhe:

Madame:

L'insolence du Comte de Castelmelhor est parvenue au point de armer les Gardes du Palais au Roi mon Maître, dans des intentions criminelles contre ma personne. Je viens de me mettre sous la protection du Roi, en lui exposant cet attentat, dans une Lettre dont j'envoye la copie à Vôtre Majesté, pour que elle puisse connaitre la justice de mes plaintes et les soutenir de son autorité; et afin que Vôtre Majesté m'accorde, à propos la proteccion don j'ai besoin dans cette occasion. L'Infant.

Entreteve-se na carta a mão experimentada e subtil de algum dos letrados do seu partido, como D. Rodrigo de Meneses.

Sua Alteza recebeu uma explicação, dada em nome do Conselho, pelo seu grande amigo marquês de Marialva.

D. Afonso VI mandara-lhe contar o sucedido, tudo quanto o frade lhe dissera ante Castelo Melhor, o que provocara o redobramento das guardas, pois na última sedição até tinham atirado pedras às vidraças [1] do palácio e desejara-se, desta vez, prevenir tais atentados.

Por isso se tomavam precauções.

El-Rei acrescentara, segundo repetia Marialva:

...que se as ordens dadas tivessem vindo de Castelo Melhor, contrariando o respeito devido a S. A., a própria Majestade mataria o conde por sua mão e com tanta mais razão que a ternura que S. M. tem por Sua Alteza, e o ardor que tem em o satisfazer em todas as cousas exigem dar-lhe provas em todas as ocasiões que se apresentarem porque o rei não ama somente o Infante como seu irmão mas tanto como se fôsse seu filho.

Em segundo lugar, que, por puro esquecimento, S. M. não chamara então Sua Alteza; o que não pode desculpar-se senão pela hora indevida a que as ordens foram dadas e pela precipitação inevitável.

O marquês de Marialva preguntava da parte do Rei ao Infante se queria que o ministro fôsse beijar-lhe a mão e cumprimentá-lo.

A camarilha considerou ardil do estadista os dizeres do herói transmitidos em nome de El-Rei e D. Pedro mandara assegurar-lhe, pelo notável guerreiro, ter sabido, por quem assistira à cena, que o conde de Castelo Melhor dera as ordens tanto às guardas do Paço como à cavalaria, para resistirem se ali aparecesse, atribuindo-lhe o propósito de assaltar o Paço, isto quando êle, Infante, estava deitado tranqüilamente.

Por fim, após as idas e vindas dos emissários reais, o Príncipe pediu licença para ir pessoalmente ao palácio beijar a mão à soberana e, de joelhos, apresentar as suas queixas.

No dia seguinte reinava grande agitação na Côrte; sucediam-se os agentes, os mensageiros, os espiões, gente que se apresentava lealmente, outra para a pesca no turbado mar.

Southwel escreveria:

Uns vinham para prestar serviços, outros para causar invejas, outros para se insinuarem, e todos, mais ou menos, para satisfazerem a curiosidade que tinham de saber qual a volta do caso de sorte que via tudo em grande confusão.

O Conde afectava estar tranqüilo em sua casa apresentando-se a quem ia vê-lo na sua grande sala de audiência, que era como o centro onde todas as linhas iam dar. Consultava uns e ouvia outros.

Entrando no palácio real, dirigiu-se para o seu gabinete e passava freqüentemente para a recâmara do soberano, voltando a saír e «vendo-se claramente, pelo seu ar embaraçado, que não tomava nenhum negócio tanto a peito como seu».

Falando com Southwel, ainda o ouviu dizer que tinha uma fragata pronta a partir para Inglaterra e volveu «que podia escrever sôbre o que viu esperando, porém, que os tumultos acabassem depressa, pois achara vários expedientes para os destruir, estando seguro de fazer brilhar a sua inocência com a maior claridade, embora fôsse poderosa e escura a nuvem que o ofuscava».

O enviado britânico acrescentou «que faria uso das suas instruções se Sua Majestade o julgasse conveniente».

Que não as empregasse por enquanto, redarguira o conde. Consistiam, parte dessas instruções, na exigência do pagamento do resto do dote de D. Catarina. Tinham-lhe escrito:

«A nossa Côrte espera, já que a de Lisboa preferiu a continuação da guerra ajudada pelo poder da França, que se ache também em circunstâncias de embolsar a dívida de que se trata».

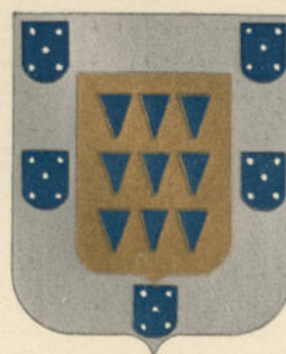
---

[1] Fôra quando da conjura feita pelo «Triunvirato» contra a Rainha D. Luísa de Gusmão, a-fim-de obrigá-la a sair do Paço para o convento de Xabregas.

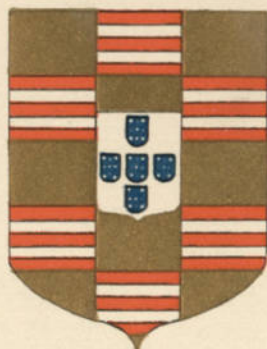
ARMAS HERALDICAS DE ALGUMAS DAS FAMÍLIAS CUJOS MEMBROS TOMARAM PARTE NOS ACONTECIMENTOS DA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL



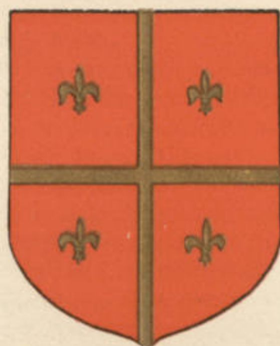
SOUSAS



CUNHAS



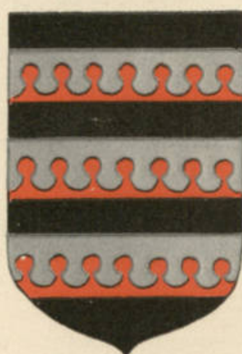
GAMAS



ATOUGUIAS



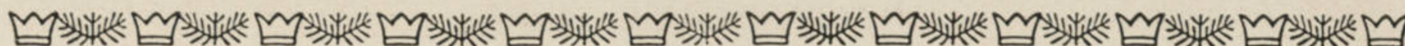
MASCARENHAS
(Tôrre e Fronteira)



VASCONCELOS
(Castelo Melhor)



D. SANCHO MANOEL
(Vila Flor)



Não era, porém, esta a prática que podia dar resultado, mas outras de carácter intervencionista, o que o ministro evitou.

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia enviara ao Rei a carta do Infante, preguntando-lhe, com a habilidade e subtileza de sempre, qual a resposta que devia dar-lhe, ao que o marido volveu estar pronto a ditá-la quando julgasse útil, não achando conveniente que ela se misturasse mais nesse negócio.

Bichanava-se que D. Afonso VI firmara um decreto no qual fazia os maiores elogios ao valido, isentando-o de tôdo o exame. Dizia-se ser a resposta à representação que lhe fizera nestes têrmos:

Senhor:

Curvo-me humildemente aos pés de Vossa Majestade, suplicando-lhe que lance a vista sôbre êste memorial, no qual represento, para o tornar mais eficaz, todo o mérito de um vassalo que tendo servido o seu Príncipe durante seis anos, tem já a satisfação de ouvir dizer que não há Príncipe na Europa a quem um vassalo tenha prestado tão grandes serviços como os que prestei a Vossa Majestade. Tenho, ainda, mais a vantagem de ser filho e descendente daqueles que sacrificaram a sua vida pelo serviço do seu Príncipe em todas as extremidades em que se encontrou êste Reino.

A honra que me cabe pelos serviços dos meus antepassados e a adquirida pelos que prestei parece agora tão apagada que pondo na balança a felicidade que me vem do interêsse que tenho em servir Vossa Majestade, com a turbação em que me vejo mergulhado, a minha dôr sobrepassa o resto e tudo isto causado por uma acusação apresentada a Vossa Majestade por Sua Alteza a quem se insinuou que eu maquinava contra a sua vida.

O meu infortúnio é tão grande, que apesar das provas incontestáveis que meus avós e eu temos dado da fidelidade e zêlo devidos aos Príncipes de Portugal, ousaram persuadir a Sua Alteza que eu concebera o designio, muito sacrilego, de privar êste reino de seu sucessor, vossa Majestade de um irmão e a Igreja Católica de um zeloso protector.

Nem sempre a inocência basta para triunfar da calúnia e as desgraças assemelham-se às tempestades durante as quais os que se lhes acham expostos devem livrar-se tanto mais quanto elas são mais violentas.

Os serviços que prestei a Vossa Majestade, por espaço de dez anos, tanto nas batalhas ganhas como nos combates travados a favor dêste Reino, a felicidade das armas de Vossa Majestade, tantas praças tomadas ao inimigo, tantas esquadras equipadas por meus cuidados, êste Reino apetrechado com cavalaria e infantaria, pelo dôbro das que tinha quando Vossa Majestade subiu ao trono; o tratado com a França tão vantajoso para esta Coroa, o tratado com Castela levado até êste grau, como parece pelas determinações do Conselho, esta equidade sempre incorruptível no concernente ao serviço de Vossa Majestade, esta afabilidade com a qual dei audiências a tôda a gente e o que importa, sobretudo, a felicidade que tive de me ter interessado e sido testemunha do casamento de Vossa Majestade e de ser empregado (Deus sabe com que zêlo) para o casamento de Sua Alteza; enfim a minha assiduïdade, dia e noite, ao serviço de Vossa Majestade, não me tendo nunca afastado de meus deveres e sempre continuado com o mesmo ardor: tudo isto me fizera acreditar que podia razoàvelmente pretender e pedir a Vossa Majestade titulos e domínios e esperar que a sua generosidade seria de meus serviços e da minha fortuna um memorável exemplo para os vassalos e que chegaria, sem dúvida, se a minha honra não tivesse sido ennodoada.

Mas como parece agora esmagada, sob a mais violenta opressão, suplico a Vossa Majestade para me conceder a liberdade de me retirar para uma das minhas terras (era senhor de Valhelhas, Almendra, Mouta Santa e alcaide-mor de Pombal, além do condado de Calheta, na ilha de S. Jorge, nos Açôres) *para aí passar o resto dos meus dias, nalgum lugar tão deserto que não possa ser perturbado pela vergonha de ser visto. Deponho os meus serviços aos pés de Vossa Majestade para obter essa graça, assim que possa achar-me assaz solitário para deplorar minhas desgraças e que agrade a Vossa Majestade empregar em meu lugar uma ou várias pessoas ao seu serviço que seguras de que não se atacará sua reputação não tenham outros cuidados além do cumprimento de seus deveres.*

Mas se os meus serviços são ainda pouca cousa para obter a graça que peço, solicito de Vossa Majestade conceder-ma, pelo amor que sempre lhe consagrei ou por aquela bondade de que sempre me deu tantas provas, porque é a única consolação que me resta no estado em que me encontro; e se por um outro exame, relativo ao crime de que acusam, julgar necessário que entre nalguma prisão, logo obedecerei porque me importa, sôbre tôdas as cousas, justificar minha inocência não só para satisfação de Sua Alteza, mas para que meus filhos não possam imputar-me, um dia, ter degenerado do exemplo de meus antepassados e de ter conspurcado seu sangue por uma conduta desta natureza.

Em qualquer lugar onde me encontre pedirei sempre a Deus Todo Poderoso de conservar Vossa Majestade na perfeita saúde que todos desejamos como zelosos vassalos e sem a qual não podemos passar.

Em Lisboa, neste 23 de Setembro de 1667.

O conde de Castelmelhor.

Respondeu El-Rei ao memorial com honrosa carta da qual se espalharam várias cópias, mas o ponto capital não se atingiu.

Pretendia-se aplacar a zanga do Infante, a quem D. Afonso VI mandou o marquês de Sande e Rui de Moura Teles, conselheiros de Estado, para lhe darem satisfações precisas, querendo, porém, saber, por ordem do soberano, quem lhe dissera que o conde de Castelo Melhor preparara a sua morte.

A política externa também decorria agitada. O descontentamento da Inglaterra era evidente.

Luiz XIV queria distinguir o estadista que assinara o Tratado que firmava a Liga entre os dois países, mas a Rainha labutava pelo poder exclusivo, julgando servir melhor o seu soberano, ao ver os diplomatas britânicos em acção.

O Rei de França escrevera ao conde:

Meu primo:

Recebi com prazer a carta que me enviastes pelo senhor Francisco Ferreira Rebêlo [1] *e, em resposta, dir-vos-ei que tendes mostrado sempre tanta aplicação pelo bem do serviço do Rei, vosso Senhor, e demonstrado tanta capacidade em promover seus verdadeiros interêsses, que aquêles que tenham tanta paixão, como Eu tenho, por vêr prosperar os negócios, não podem ter senão sentimentos de muita preferência por vossa pessoa e desejar sinceramente a continuação do vosso ministério. Aliás o abade de Saint Romain referiu-me por que maneira vos esforçastes pela*

[1] Era o enviado de Portugal a Paris.

conclusão do tratado que assinou, em virtude dos meus plenos poderes, e Eu estou muito satisfeito por vos testemunhar, por estas linhas, a consideração em que vos tenho e asseguro-vos que podeis em tôdas as ocasiões fazer um juizo certo da minha benevolência e da minha estima.

Posto isto, Eu peço a Deus que vos tenha, meu Primo, em sua santa e digna guarda. Escrito em Douay no 6.º dia de Julho de 1667. Luiz (1).

Referendava a carta o ministro Lionne.

D. Pedro colocara-se à frente dos inimigos do favorito, impelido pela mentira de Pedro Fernandes Monteiro, que inventara querer o ministro envenená-lo. O título da comédia espanhola que coubera ao dito magistrado era o da intitulada *El mayor monstruo del mundo*.

O moço Infante deixara-se iludir; à sua volta intrigava-se; o secretário do Rei, D. Pedro de Almeida, informava de tudo quanto se passava na Côrte; a Rainha escrevia-se com o cunhado, cuja juventude exigia tôdas as vitórias. Sua Alteza assediava o irmão com queixas em longas cartas, nas quais só tratava do exílio do conde.

Queria ir beijar a mão a El-Rei mas desejava receber «algumas demonstrações efectivas que me façam julgar do que tem mais fôrça sôbre Vossa Majestade, se a ternura por um irmão que é vosso vassalo ou a estima por um vassalo que é vosso ministro».

Datava-se a missiva de 4 de Setembro. O estadista leu-a e deu balanço às fôrças de que dispunha no Conselho; receou ficar vencido, mas pediu ao soberano a reünião daquela assembléia, sendo admitidos a votar o ex-arcebispo de Braga D. Veríssimo de Lencastre (2) e o conde de Vale-de-Reis (3). O primeiro era inquisidor, enérgico e firme; o segundo, parente do ministro, como Rui de Moura Teles, todos dedicados ao valido e tendo o último grande mérito e influência. Julgava poder contar com os marqueses de Gouveia e de Nisa, conde de S. Lourenço e visconde de Ponte de Lima, mas hesitariam em servi-lo.

O marquês de Sande, tão pronto no voto contra António de Sousa Macedo, primeiro esteio do estadista, que se substituíra, provisòriamente, por António de Cavide, jogava com a eterna diplomacia de claros-escuros e oportunismo.

O duque de Cadaval destruíu tôdas as esperanças de salvação de Castelo Melhor, há tanto tempo por êle odiado; pediu justiça para o Infante, no que o acolitaram Marialva e Sande, êste na forma costumada, de suposto equilíbrio, acabando por dizer que «o Infante de Portugal era o seu Infante e devia ser considerado nessa qualidade».

Pretendia-se misturar magistrados no Conselho como para julgamento, mas os partidários de Sua Alteza, receando que ilibassem o estadista, levaram-no a mais ousada determinação.

Temendo-se as becas, convocaram-se as Câmaras como o juiz do povo de Lisboa em convite enviado na segunda-feira, 8 de Setembro. O Conselho reünira no sábado; domingo preparara-se tudo para a explosão que rebentaria do convite de Sua Alteza:

D. Pedro, Infante de Portugal, vos envio muito saüdar. Tendo resolvido expor a El-Rei meu irmão os excessos de que é culpado o Conde de Castelo Melhor, como é evidente pela cópia da memória que vos envio, julguei, a-propósito, comunicar-vos um pormenor, para que possais fàcilmente conhecer que não tenho outro fim além de servir El-Rei, meu Senhor, procurar o bem dêste Reino e a tranqüilidade pública e espero que como de partes interessadas representareis neste sentido a Sua Majestade.

O Infante. 8 de Setembro de 1667.

Foi grande a surprêsa de muitos dos convocados; não sabiam como proceder ante o insólito e estranho chamamento e dirigiram-se ao Paço, uns sinceramente para saber como deviam actuar, outros para a assembléia, disfarçando sempre, na ignorância e no espanto, a sua presença na Côrte.

O golpe fôra bem imaginado. O Paço apresentava o ar lúgubre com o luto das becas e a gravidade dos magistrados. A maioria pronunciou-se pelo conde, mercê dos seus amigos.

Não deviam julgá-lo por simples suspeitas. Três ou quatro votaram em contrário, mas vinte e três ou vinte e quatro pronunciaram-se de modo a serem pedidas as provas cabais do delito atribuído ao estadista.

O juiz do povo e a Casa dos Vinte e Quatro, que estavam ao lado do Infante, segundo se dizia, bandeavam-se e os partidários de D. Pedro julgaram-se perdidos.

Atirando o último trunfo esperaram vencer ou morrer. Sua Alteza convidaria os ditos magistrados e os populares, um por um, a-fim-de pessoalmente se explicar. E dêste modo, imaginando-se cada convidado à beira do favor, transmudariam a ponto de o juiz do povo e seus escrivães com os membros da Casa popular irem à audiência régia pedir justiça para o Infante.

O Terreiro do Paço enchera-se de gente.

O que há pouco parecia a salvação do ministro, revelava-se a sua perda.

---

(1) Inserta no livro *O Conde de Castelo Melhor no exílio*, de Francisco Palha.

(2) D. Veríssimo de Lencastre era filho de D. Francisco Luiz de Lencastre e de D. Felipa de Mendonça. Fôra deputado e promotor na Inquisição de Évora, em 1644, conselheiro e bispo eleito de Lamego, cuja mitra renunciaria pela de Braga, em 1671. Morreu em 13 de Dezembro de 1692.

(3) D. Nuno de Mendoça, segundo conde de Val-de-Reis, nasceu em 31 de Dezembro de 1612. Gentil-homem da câmara de D. Teodósio, governador do Algarve, presidente da Câmara, conselheiro de Estado. Casou com D. Luísa de Castro, filha de Rui Teles, senhor de Paiva e Meadas. Faleceu em 15 de Março de 1692.

O Rei alarmara-se. Alguns dos particulares, achegados ao monarca, aconselhavam-no a separar-se do valido.

D. Afonso VI queria reünir, mais uma vez, os procuradores e magistrados, porém o povo ululava e João da Castanheira, criado do soberano, dissera-lhe que lhe tirariam a coroa se não afastasse o ministro.

O monarca increpou a nobreza por ter ido cabalar com o Infante, tratando-se da causa real, pois era êle e não Castelo Melhor quem a convocava, vendo os fidalgos mais assíduos em Queluz e no Côrte Real que no Paço da Ribeira. Também exortara eclesiásticos; mandara chamar o juiz do povo e procurara convencer, pessoalmente, os que podiam influír na sorte do conde.

Falou alto; deu-se à causa com ardor de que ninguém o julgaria capaz; percebera bem ser a queda do favorito a sua própria desdita.

Apresentou ao Conselho a opinião dos que primeiro tinham julgado a favor do acusado; mandara de novo os marqueses de Marialva e de Sande e Rui de Moura Teles a dar contas a D. Pedro do que se passava.

A resposta foi longa e sacudida. Já devia estar pronta, naquela sexta-feira, 9 de Setembro de 1667, ainda antes de chegar às mãos do Príncipe a real missiva de que os conselheiros eram portadores.

Depois de enviar cumprimentos a D. Afonso VI, Sua Alteza declarou que ia responder e entrara no assunto dizendo que Castelo Melhor receava ver o seu caso examinado devidamente. Condenava a desordem em que os magistrados se tinham pronunciado, sendo interrompidos pelos rufos dos tambores e que a maior parte até ignorava a questão. Decidia:

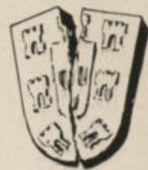
Não quero banir o Conde; um simples destêrro não pode deshonrá-lo. Procuro um recurso contra a autoridade que exerce. Se provo o crime de que o acuso, deve perder ao mesmo tempo a honra e a vida; se não o provo, voltará ao cargo que ocupa no Govêrno.

Buscava afastá-lo sob o pretexto de nova análise e exame aos documentos que desejava apresentar, mas só quando o acusado estivesse longe, para não poder influír nas decisões.

Esclarecia:

As opiniões dos juízes Joaquim Roxas de Azevedo e de Martim Afonso de Melo são justas assim como o sentimento de Pedro Fernandes Monteiro, que soube apoiar o seu juízo de forma incontestável pelo estudo profundo que fez das matérias concernentes aos crimes de lesa-majestade, durante os últimos vinte e sete anos e particularmente, pelo exemplo, de Francisco de Lucena, secretário de Estado, que, sendo acusado por pequeno número de gentis-homens, não deixou de ser guardado para se observarem seus passos, entrando até na prisão.

Aquêle magistrado fôra um dos seus juízes, o principal, o que o levara ao cadafalso, acabando, porém, por confessar ao Infante D. Pedro, à hora da morte, que «por sua malícia e inveja caluniara falsamente» Lucena e Castelo Melhor ([1]).



Naquela data o Príncipe acreditava no juiz que tanto influíra na condenação do secretário de Estado de seu pai e o levara ao patíbulo. Ouvindo-o, exteriorizava mais a sua cólera. Só sossegaria com o destêrro provisório de quem quisera matá-lo. Não havia maneira de convencer-se da sua inocência.

Acumulava culpas sôbre o estadista; vibrava tôdas as gamas, desde o falso respeito à ironia:

...é um negócio que me interessa de perto, a mim, único Infante de Portugal e sucessor imediato de Vossa Majestade no caso que não tenha os descendentes que lhe desejo.

Afirmando a petulância do valido, assegurava:

O conde deixou acreditar ao povo que Vossa Majestade só seria Rei na aparência se êle se ausentasse por alguns dias, no que me deshonra, bem como a tôda a nobreza ([2]).

As guardas continuavam armadas e o irmão do monarca protestava:

É contra o Infante, Senhor, é contra o Infante que o Conde de Castelo Melhor arma, perante tôda a Nobreza do Reino e à vista do povo, perturbando todos os espiritos e desordenando o corpo politico, para oprimir a liberdade de suas deliberações. O Infante D. Pedro não receia essas armas, se as recеasse derramaria o sangue das próprias veias indigno dos sentimentos que deve ao seu nascimento e ao exemplo dos Reis seus antepassados.

Queria afastar, formalmente, o inimigo.

A mãe do ministro, D. Mariana de Lencastre, e outros seus dedicados solicitaram da Rainha que houvesse piedade. El-Rei mandou-lhe dizer «não consentir no afastamento do conde visto a questão ser sua».

Três fidalgos assediavam a soberana e o Infante a favor do acusado. Era já o reconhecimento da sua fôrça.

D. Pedro reinsistia: «Castelo Melhor estava no Paço e quisera atentar contra a sua vida; atendia-o El-Rei e não o escutava a êle, Infante de Portugal».

O político empregava todos os argumentos possíveis para não deixar o poder; enviava um bom emissário à Rainha para lhe participar como Carlos II de Inglaterra se metera na questão entre o Rei e o Infante a-fim-de a apaziguar.

Era o próprio enviado britânico, Robert Southwel, que procurava a Majestade para abonaçar o seu espírito. Afirmou-lhe que o conde fôra injusto para com ela e não servia para mediadora de quem tão duramente a tratara. O diplomata volveu que devia

---

([1]) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

([2]) O conde de Castelo Melhor saíu da côrte em 9 de Setembro de 1667 e o Rei foi deposto em 23 de Novembro.

vingar-se, generosamente, perdoando; e a soberana inclinou-se a essa contemporização, afirmando «que, se estivera até então inactiva, esperava, por esta conduta, influír melhor no espírito do Infante, aparecendo como mais equitativa e imparcial mediadora».

Parecia encantada com o passo que o diplomata dava e procurava mostrar-se amena.

D. Pedro decidira, pelo menos na aparência, retirar-se da Côrte já que o ministro ficava, e dera as suas ordens de partida para o próximo domingo. Anunciou-se a sedição; disseram ao monarca que ela seria inevitável. Verjus suplicou ao Infante, da parte da cunhada, que ficasse no Reino, embora não saísse de Queluz. A resposta foi cabal: partiria se o conde se não afastasse da Côrte.

Era inexorável a sua decisão.

Rui de Moura Teles apresentou-se, mais uma vez, como medianeiro e ouviu Sua Alteza dizer-lhe: «Esperava melhores processos de uma pessoa que me criou».

Impunha o destêrro do inimigo.

O Rei, ao ouvir a resposta que o conselheiro trazia, puxou da espada e, manejando-a furiosamente, gritou, invectivou e pôs em risco as vidas dos que se lhe aproximavam, tomado por uma das suas crises. Bradava que preferia morrer a deixar que o conde saísse de seu lado; enquanto êle preponderasse, estaria defendido e os inimigos percebiam-no.

Era o arrimo, o esteio, a inteligência que o sustentava no trono; e o monarca antevia a sua perdição se o valido lhe faltasse.

Mandou o confessor tentar o Infante à paz; deviam estar conluiados, porque voltou, triste na aparência, dizendo Sua Alteza irredutível. Mostrava-se indomável; queria o inimigo aniquilado.

Castelo Melhor caíu de joelhos aos pés do amo e pediu que o exilasse. D. Afonso VI consentiu, forçado e receoso, e «recomeçou mais vivamente suas queixas, dizendo a sua autoridade perdida e que só esperava a ruína».

A Rainha entrou na sala e viu-o chorando, a dizer-lhe «serem as lágrimas a sua derradeira consolação».

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia usou de generosidade teatral ao mandar pedir ao cunhado e cúmplice que poupasse a vida e a honra do inimigo, visto êle saír da Côrte e desejar mostrar-lhe sua submissão, lançando-se a seus pés e renunciando, para sempre, ao título de escrivão da puridade, ao seu altíssimo cargo. Era a derrota.

O vencedor volvia em grande júbilo, confessando, sem querer, entendimento entre ambos:

Madama.

Logo que Vossa Majestade julgou a-propósito intervir nesta questão, decidi obedecer-lhe em tudo quanto me determinasse. Para satisfazer, agora, ao que Vossa Majestade me ordena, relativo à honra e pessoa do Conde, prometo a Vossa Majestade, à fé de Príncipe, de cousa alguma tentar em prejuízo de qualquer delas. Para obedecer-vos e para fazer ver sensìvelmente ao Conde o poder da mediação de Vossa Majestade quero consentir que as minhas queixas sejam, para sempre, amortalhadas em profundo esquecimento como se cousa alguma se tivesse passado.

Deus conserve Vossa Majestade. 15 de Setembro de 1667.
O Infante.

A carta foi recebida pelas onze horas da noite, pois D. Pedro levara algum tempo a meditá-la. Falava-se da inevitável perda do valido; diziam-no sucumbido, mas Southwel encontrou-o cheio de dignidade, «parecendo suportar suas desgraças com sangue frio e resignação admiráveis».

O tempo estava esplêndido, e como o diplomata acentuasse o esplendor do outono precoce, êle disse-lhe que tal beleza podia ser remédio para muitos males excepto para os seus. E acrescentou não existir um país onde a inveja grassasse tanto como em Portugal. A-propósito, contara a anedota do genovês que o conde-duque de Olivares consultara acêrca da maneira mais fácil de dominar os portugueses. «Deixando-os em paz, porque se estrangularão uns aos outros».

O estrangeiro, tornava Castelo Melhor, conhecia a nossa nação. Declarava-se cansado e evocava seus trabalhos, exprimindo o fruto de suas reflexões:

«Nos outros países as reconciliações começavam pelo coração, mas neste principiam pela compostura e nela se fica. Em Portugal cada homem julga-se capaz de governar, sòmente por ser português».

Previa a desordem e a ruína; sentia a fraqueza do Estado e da nação e «se a chama se alteasse, de bom grado usaria suas lágrimas para a apagar mas não ousaria estender suas mãos, pois havia muitos tições a tocar».

Conhecia bem os espinhos e perigos do seu ofício e tê-lo-ia abandonado há muito tempo sem o zêlo que despendera pelo Rei, cuja coroa ajudara a sustentar».

Ameaçavam-no; gostaria que a tempestade amainasse para se demitir e não mostrara, há mais meses, o seu propósito com mêdo de que os amigos o abandonassem.

É assim a política.

Noutra entrevista com o ministro britânico começara por um provérbio de antanho: «as águas voltam à nascente de mil em mil anos». Também êle, ao cabo de seis anos de trabalho, se voltasse, encontraria o Estado do mesmo modo. Desejava, de todo o coração, ser o Jonas que aplacasse a tempestade cujas conseqüências almejava que não fôssem mais perniciosas do que a pretendida causa.

Tornava-se dificílimo comprovar a sua inocência ante o poder do seu inimigo, mas pedira ao diplomata que o justificasse ante o Rei de Inglaterra e o chanceler, *lord* Arlington, até que pudesse escrever-lhes.

Pediria a respectiva licença para o fazer e se não



Castelo Melhor, na presença do Marquês de Marialva, pedia a D. Afonso VI que o exilasse

(Desenho de Calderon Denis)

tivesse mulher e filhos iria para o estrangeiro, talvez para a Grã-Bretanha.

O Rei mandou-o chamar quando se encontrava conversando com o embaixador e pediu-lhe que esperasse, pois voltaria depressa, mas demorou-se além das nove horas da noite e o diplomata saíu.

O conde só regressara às onze, indo o marquês de Sande dizer-lhe que a Rainha o desejava ver. Foi à sua presença e recebeu o insulto daquela generosidade: a carta do Infante, o salvo-conduto passado a quem tanto pudera.

Ajoelhou, agradecido, pelo menos na aparência; solicitou da soberana especial cuidado pela pessoa do Rei, «tratando de lhe agradar por algumas coisas ligeiras e de ganhá-lo por outras mais importantes e, particularmente, de querer lembrar-se do cuidado de seus interêsses».

Pediu-lhe protecção e voltou à sala das audiências, onde o aguardavam vários amigos, que o acompanharam à sua residência. Pôs os papéis em ordem e regressou ao Paço da Ribeira, ficando com o Rei mais de uma hora, naturalmente a aconselhá-lo e a instruí-lo nos negócios pendentes.

Choravam ambos; pelas duas horas da manhã, Castelo Melhor despediu-se do monarca, sempre em pranto, e partiu, escoltado por vinte soldados, para Tôrres Vedras, mas ante a erupção popular recolher-se-ia num mosteirozinho dos arrábidos no lugar do Barro.

Levara vinte e cinco mil cruzados como ajuda de custo; indicara para o govêrno os seus amigos Rui Teles de Moura, o conde de Vale-de-Reis e seu tio António de Mendonça, prelado da Sé e futuro bispo de Lisboa, entregando-se o secretariado das mercês a Pedro Sanches Farinha.



Logo que o adversário largou com a sua cavalaria para sete léguas de Lisboa, D. Maria Francisca Isabel de Sabóia escreveu um bilhete a Verjus no qual lhe narrava a cena. Não fôra descansar sem pôr o agente da casa de Vendôme, o espião, ao facto dos acontecimentos. Segundo afirmava:



O Conde, vendo que não havia outro remédio senão partir, deixara o espírito do Rei bem disposto para com ela, devendo cair naturalmente o govêrno em suas mãos. O marido fôra vê-la e ela mudara logo de parecer pois lhe recomendara repouso, depois de tantos dias de fadiga, da mediação e pedira-lhe que não se misturasse jamais em quaisquer negócios, pois podia alterar-se a sua saúde. Ainda por cima, quando se retirou — asseverava a soberana — mandou Rui de Moura Teles ([1]) *dizer-lhe que o Rei resolvera propor várias coisas ao Conselho, que ia reünir, e pedia-lhe para não se dar ao incómodo de assistir visto não ser necessária a sua presença.*

A Rainha exacerbara-se, clamou contra Castelo Melhor, que mesmo de longe a prejudicava, enganando-a, ludibriando-a com os seus protestos de dedicação.

Entrou pela sala do Conselho com espanto dos que a julgavam adormecida.

Queria mandar. Não afastara o valido para assistir à vitória dos seus delegados, agentes e parentes elevados ao mando. Era certo que Marialva fôra encarregado dos negócios da guerra, Sande dos estrangeiros e Nisa da marinha, no que se via ainda o dedo do estadista, mas o poder, assim dividido, afastava-os da dedicação que esperava.

Propusera-se ao soberano destruír as barricadas da praça e mandar a tropa para seus quartéis; êle, porém, negara-se a semelhantes decisões, lembrando-se dos conselhos do ministro. Aparecia à janela; mostrava-se ao povo durante uma hora e mais, e no domingo, 17 de Setembro, presidiu ao Conselho.

O marquês de Marialva já fôra levado a não aceitar o cargo porque dizia não haver dinheiro e estarem as tropas com grande atraso nos soldos. Castelo Melhor governara por processos próprios da sua habilidade e não deixara normas aproveitáveis para êle.

Sande também recusava o lugar, receoso da má vontade da Rainha. Mostravam-se indispostos todos os escolhidos para aquela espécie de gabinete político.

Indignavam-se com os membros do govêrno principal: Rui de Moura Teles, António de Mendonça e conde de Vale-de-Reis. Apelava-se para as Côrtes, a reünião dos Três Estados, mas também não agradava à soberana aquela resolução.

Henrique Henriques de Miranda, criatura de Castelo Melhor, tenente-general de artilharia, que ajudara muito o favorito nos preparos dos secretos prazeres do Rei, recebera um aviso para não voltar ao Paço, pois temia-se que influísse ainda no ânimo do monarca pelo seu especial préstimo de alcoveto. Ameaçavam-no de morte; assustou-se, encheu-se de mêdo e os médicos julgaram-no à beira da sepultura. Testou recomendando seu filho e fazenda ao duque de Cadaval. Um químico alemão conseguiu salvá-lo ministrando-lhe certas gotas. Acorreu muita gente a visitá-lo e os partidários do Infante à compita, a-fim-de usarem da sua influência no real espírito, o que êle prometia, dilatando, todavia, a resolução. Assaltado por bandos mascarados, fugiu. É que da sua ida ao Paço resultara de novo o chamamento de António de Sousa Macedo, tão malquerido pela Rainha.

O juiz do povo solicitou audiência para o Infante, ao que o soberano acedeu, mas desejando dar pouca publicidade à entrevista, exactamente o que não se requeria.

A visita realizou-se; levantaram-se as paliçadas e a guarda e D. Pedro, depois de pedir audiência à cunhada, entrou com ela na sala régia. Falara-lhe no regresso do antigo secretário Sousa Macedo e ouvira-a opor-se-lhe formalmente.

Ao vê-los juntos, o monarca pôs-se de atalaia contra o irmão; restabeleceram-se as guardas, mas a desordem era inevitável.

Não havia dinheiro; Luís Mendes de Elvas fôra encarregado de arranjar o bastante para pagar às tropas. Êle era hábil financeiro, cristão novo, mal visto pelo povo e servira sempre Castelo Melhor nas funções de provisor do erário. Obrigou-se a apresentar as quantias e D. Pedro, por sua vez, encarregar-se-ia de distribuir os soldos.

António de Cavide substituíra Sousa Macedo apenas pelo tempo necessário ao castigo que se infligira ao secretário de Estado, novamente nas reais graças ([1]). O marquês de Sande foi encarregado de participar à soberana aquela resolução; hesitou receoso, mas obedeceu ao ouvir um terrível grito sôlto pelo Rei ante a sua atitude.

Por sua vez D. Maria Francisca Isabel de Sabóia increpou-o desabridamente.

Rebentariam os grandes conflitos, a decisiva batalha em que D. Afonso VI ficaria vencido.



([1]) Rui de Moura Teles, presidente do Desembargo do Paço, fôra governador e capitão general de Mazagão, senhor de Póvoas e Meadas, veador da Fazenda e estribeiro-mor da Rainha D. Luísa de Gusmão. Sua filha D. Laura de Castro casou com D. Nuno de Mendoça, segundo conde de Vale-de-Reis, e foram pais do terceiro senhor do título, Lourenço, de D. Rui de Moura Teles, depois arcebispo de Braga, e da condessa de Sant'Iago, D. Luísa, de D. Maria de Ataíde, senhora de Murça, e de sórores Luzia, Margarida, Brites, Catarina, Joana e Mariana. Também houveram D. Brites e António, falecidos em meninos.

([1]) Biografia de António de Sousa Macedo.



Em Outubro ainda o conde de Castelo Melhor estava em Portugal, ou, se já se preparava para o exílio, não deixava de receber do marquês de Sande uma carta de pêsames pela morte de seu tio frei Luís de Sousa, o frade bernardo que desejara nomear confessor do Rei:

Senhor meu. Recebyade V. S.ª de 15 do corrente comteram-me os meus malles em esta Caza com o mesmo retiro em que V. S.ª me deixou e con as mesmas entradas que antes tinha com a Raynha minha Sñra me livra de não poder logo obedecer ao q̃ V. S.ª me ordena mas ou por o Padre Confeçor ou por Monsieur Gravieur [1] *prezᵉ a S. M. que Deos G.de a carta que V. S.ª me fez favor de escrever e do q̃ rezultar avisarei a V. S.ª a quem a Companho m.º cordialm.ᵉ no conhecimento da morte do Senhor frei Luis em q.ᵉᵐ V. S. perdeo bom tio e verdadeiro amigo e eu bem q̃ estimava mas Deos Louvado qª assim o permitte elle dê a V. S. em toda a parte aonde estiver aquella vida e saude q̃ V. S. deseja a qᵐ Deos g.ᵈᵉ. Lx. a 17 de Outubro de 1667. Marq̃ de Sande* [2].

O escrivão da puridade demitido pedira ao conselheiro de Estado a sua interferência junto da Rainha.

António de Sousa Macedo ainda quis refrear a agitação mandando prender o conde de Vila Flor, Luís de Mendonça Furtado, Gil Vaz Lôbo e outros fidalgos, mas depressa se viu obrigado a reentregar o poder a António de Cavide.

Quiseram matá-lo e conseguiu escapar-se.

Ainda fazia serviço na qualidade de camareira-mor a mãe do desterrado. A soberana despediu-a. Queixando-se a D. Afonso VI, êle mandou-a continuar no cargo, tratando a espôsa por «brichota», o apôdo aplicado aos estrangeiros.

Decorreram ràpidamente os acontecimentos tão bem preparados e de infalível êxito por falta de resistência dos amigos de Castelo Melhor.

A Rainha saíu do Paço para o convento da Esperança; El-Rei quis arrancá-la dali à fôrça; o escândalo foi enorme e o Infante interveio em papel de apaziguador.

Pouco depois o monarca abdicava e os parentes e os partidários do antigo valido foram desterrados.

D. Pedro tomava a Regência; a facção exultava.

Largou um esquadrão em busca do foragido, que julgavam em Pombal. Recebera constantes avisos e escapara aos perseguidores oculto sob o altar-mor do convento do Buçaco, enquanto a soldadesca batia a mata ameaçando incendiá-la se os freis não lho entregassem.

Em bom disfarce, atravessou a Espanha, que ia fazer as pazes com Portugal, e, entrando em França, o êxule procurou arrimo.

Sabia o seu Rei prêso, a sua política abatida, a sua obra desmoronada e preparou-se para as péssimas horas da tormenta, julgando que os seus inimigos, depois de satisfeitos de tanto poder, o deixariam viver num cantinho de Portugal.

Não o queriam em Paris; mandavam-no para Turim, onde reinava a irmã de D. Maria Francisca Isabel de Sabóia [1].

Estaria vigiado mais fàcilmente que na Côrte de Luís XIV, onde Lionne o acolheria e o próprio Rei lhe daria sinais de sua graça.

A paz com a Espanha feita pelo govêrno de D. Pedro, no mais apressado dos movimentos medrosos, irritara o monarca francês. Embora a Rainha, já espôsa do cunhado, mandasse no Estado, não pudera evitar o acto indispensável às duas nações sarjadas pela política interna.

D. João de Áustria agitava a Espanha; a camarilha ambiciosa não dava descanso ao Regente de Portugal.

Constou que o conde de Castelo Melhor se detivera em Madrid, muito aceito pela Rainha e ministros. Correram éditos para aparecer a dar contas em Lisboa e logo seu irmão, Simão de Vasconcelos, pediu que o deixassem substituí-lo no acto. Solicitou licença para saír do destêrro, onde se encontrava, depois de ter deixado a tôrre de Outão, na qual o encarceraram, e apresentar as provas de que o exilado estava inocente.

Dentro em pouco, o tão condenado secundogénito dos Castelo Melhor via-se liberto, consentindo-se que a cunhada abandonasse Pombal, para onde a tinham mandado, podendo desde logo assistir em Lisboa.

Avisava-se o proscrito que saísse de Castela para Sabóia e assim se aliviaria de muitas culpas. Obedeceu. Seu irmão e seus amigos ficavam soltos; acenavam-lhe com o perdão, mas durante largos anos lho negaram.

Fixavam-no em Turim; demorou-se dois anos naquela Côrte e volveu-se a Paris, onde Lionne o agasalhou.

O representante de Portugal fêz-lhe sentir quanto desagradava ao Regente a sua estada em França, e assim regressou à Sabóia.

Ligou-se com as principais personagens; recebeu gentilezas dos soberanos, mas debalde êles solicitavam o seu regresso ao Reino.

A Rainha opunha-se; Cadaval irritava-se; o marquês de Fronteira e os outros deixavam-nos operar figurando como refôrço ao menor sinal de clemência de D. Pedro, que procuravam dominar.

O proscrito dirigiu-se à Rainha de Inglaterra e

---

[1] Era um dos agentes franceses.

[2] Carta inédita pertencente ao senhor conde de Belmonte.

[1] Marie Jeanne Baptiste de Nemours, espôsa de Carlos Manuel II.

a Carlos II, esperando de sua influência o perdão do Regente. O mais que alcançaram foi licença para êle residir na Madeira, de que a mãe era donatária. Deveria apresentar-se em Lagos, onde uma nau de guerra o tomaria para o levar à ilha.

Percebeu que ficaria prisioneiro, como estava o seu Rei nos Açôres, e mascarou em dificuldades a escusa. Dilataram-se mais as cóleras, e só ao cabo de oito anos de residência em Turim lhe consentiram a passagem a Londres, onde ficaria sob a responsabilidade do soberano.



Os pedidos das Majestades britânicas enfadavam a Rainha, o Regente, os próceres.

O govêrno de Sabóia encarregou o político exilado de várias missões, que cumpriu em Paris e Londres, onde estava em 1677.

Havia dez anos que fôra apeado do poder. Não corriam bem os negócios de sua casa; a própria espôsa parecia tê-lo olvidado; pensava muito nos filhos, o mais velho dos quais, Afonso, contava treze anos e Bernardo onze.

Êle, que tanto poder tivera, ia nos quarenta e um anos e andava há dez exilado. Esperava descansar na Côrte de Inglaterra. Entreter-se-ia com a Rainha das coisas de Portugal, do terrível drama de que ela jamais se consolaria: o irmão mais velho prêso em Angra, o mais novo casado com a cunhada, a Côrte imoral e revôlta; o grande castigo de Deus!

Assim o julgava na sua alma profundamente ungida pela graça e votada ao sacrifício.

O Rei Carlos II foi desperto dos seus divertimentos pela mais assombrosa das cabalas. Tinha ressuscitado o espírito republicano em determinados meios; noutros nascera o aborrecimento pelo monarca estúrdio. No âmago da questão vibrava a cólera contra os católicos e que ia reflectir-se sôbre a Rainha.

O protestantismo erguia a cabeça temerosa; as conjuras alastravam com a facilidade de incêndio em óleo, porque sendo a nação antipapista admitia sectàriamente todos os crimes por parte dos adversários.

Um antigo padre católico, Tito Oates, que passara à defesa da religião anglicana, era o autor do formidável libelo. Estudara com os jesuítas de Saint Omer depois de ter sido capelão da armada britânica e expulso por costumes vergonhosos.

Em 1678, a 12 de Agôsto, Carlos II fôra avisado de que o queriam assassinar. Revelara-lhe a conspiração o químico Kisby, que conseguira aproximar-se da Majestade quando passeava no parque. Declarou-lhe que dois indivíduos, Grove e Pickering, fariam fogo sôbre êle e que o médico da Rainha Catarina, *sir* George Wakemann, se comprometera a envenená-lo, isto por conta dos jesuítas. Êles tinham outrora largado fogo a Londres e tencionavam atear novos incêndios; recordava-se a Conspiração das Pólvoras, em virtude da qual subiram ao cadafalso alguns inacianos em 1605.

O provincial, Garnet, fôra supliciado como inspirador do atentado que devia fazer voar o Parlamento.

Ao cabo de setenta e três anos voltava-se à ruïdosa campanha, espalhando-se que tendia ao restabelecimento do catolicismo.

Oates visou a Rainha; em casa do secretário do duque de York, irmão do Rei e herdeiro da coroa, encontrara-se volumosa correspondência com o padre La Chaise, confessor de Luís XIV.

O juiz encarregado do processo, Berry Godfrey, fôra assassinado nos arredores de Londres e imputou-se o crime aos católicos, embora se julgasse que os protestantes seriam capazes de praticá-lo para comprometer os antagonistas, que aproveitavam com a morte do magistrado, seu grande inimigo.

Carlos II, que conhecia a fé católica do irmão duque de York, ao receber o aviso de o quererem matar não o acreditara e dissera-lhe:

— ¿¡Quem seria o louco que me assassinaria sabendo que me sucederíeis?!

Foi obrigado a fingir tomar a sério a conjura, que agitava a nação, levantando na Câmara dos Comuns as grandes tempestades de oratória nas quais se conspurcava o nome da Rainha, cujo médico fôra prêso para se satisfazer a opinião pública.

Retiraram-se todos os católicos inglêses do serviço da soberana por ordem expressa do Rei, que, não dando o menor crédito à campanha, se curvava ante os desígnios do Parlamento, lembrando-se de que, por questão semelhante, seu pai perdera o trono e a vida.

Todos receavam ser tomados por papistas e o Rei, cujo espírito era eclético, receava muito que o condenassem e mostrava-se manhosamente ao lado dos antipapistas.

Os partidos apossaram-se do escândalo e a Rainha, gemendo e rezando, esperava a sentença. Chegara a falar-se em prendê-la; citavam-se mais trágicos destinos de soberanas britânicas.

O conde de Castelo Melhor foi o inteligente político de sempre; moveu-se com habilidade; manobrou no meio estranho, ligando-se a altas personalidades para defender a sua Princesa, tanto mais que tinha morrido, em 9 de Agôsto daquêle ano de 1678, o embaixador de Portugal D. Francisco de Melo.

Admirável de dedicação, fino de espírito, ardente no combate, Castelo Melhor, em terra estrangeira, dera tantas provas de seu valor como na Pátria.

Não eram só os assalariados de Oates, como Bedlol, que acusavam a Rainha de querer envenenar o marido, tendo peitado o médico Wakeman; o próprio duque de Buckingham e *lord* Shafterbury depunham nesse sentido. Era a política actuando. Davam-se como cúmplices dos católicos *lords* Carrigton e Brudenel, que foram presos.

O exilado procurava a miúde o Rei; entendia-se com *lord* Arlington, que muito o apreciava, bem como Claredon, filho do antigo chanceler, o mordomo-mor Ossory e Conventry, secretário de Estado. Disse-se que chegara a suplicar aos deputados mais intransigentes a atenção para as provas que lhes apresentava relativas ao procedimento da Rainha. Ela rezava; pedia enérgico ânimo ao céu e chorava.

Carlos II dizia sempre: «¡O negócio não é da Rainha, mas meu!» Carecia, porém, que o Parlamento esgotasse as suas razões e que o médico Wakeman fôsse pôsto fora de causa.

Todos louvavam o procedimento do gentil-homem que se expunha no meio de tão cruenta batalha.

D. Catarina, sentindo-se desapoiada pela sua família, visto não haver embaixador de Portugal em Londres, pensou em obter o cargo para o proscrito, que tantos serviços lhe prestara e do mesmo modo podia ser útil ao seu país.

Morrera D. Francisco de Melo [1]; o seu espólio fôra para Portugal levado pelo padre Manuel Dias, também portador das cartas da soberana para o Regente.

A condessa de Penalva, D. Maria de Portugal, irmã do embaixador falecido, esperava recolher a sua herança, mas, ao abrirem-se as caixas em Lisboa, viu-se que faltavam algumas cédulas firmadas pelo Regente e os selos. Em tôrno dêsse desaparecimento levantou-se nova questão por parte dos inimigos de Castelo Melhor.

O padre Manuel Dias, interrogado acêrca do que se passava, não tivera a grandeza de ânimo necessária para considerar o exilado alheio ao pedido da nomeação diplomática. Rebentaram protestos em grita.

A Rainha e Cadaval opuseram-se à mercê; a condessa de Castelo Melhor deixara partir para Londres o seu primogénito e, parecendo esquecida do espôso, não animava o regresso que êle tanto solicitava; o irmão, Simão de Vasconcelos, escrevia-lhe dizendo que ainda existiam muitas raivas contra êle e não teve o consôlo do cargo e dos proventos, que o aliviariam de despesas prejudiciais à sua casa, à fazenda que devia legar aos filhos.

Finalmente, o médico da Rainha foi absolvido e ela elevada nos corações dos que não podiam abri-los durante as suspeitas; prosternava-se ante os altares agradecendo a Deus a ventura que lhe dava, libertando-a de tão grande pesadelo, não aos olhos do marido, que nunca a julgara culpada, mas aos do povo, que recaíra no seu sossêgo após as decisões dos juízes.

E Catarina voltou a receber os respeitos.

Quis premiar a quem tanto a ajudara e ofereceu a Castelo Melhor soberbo anel de pedrarias, do valor de doze mil cruzados, com mil libras de pensão anual concedidas num documento escrito em latim e encimado pelo seu retrato, linda miniatura de rara perfeição artística esmaltada no pergaminho. Também fôra presenteado com uma jóia que se avaliou em nove mil cruzados, oferta de Jaime II, cunhado da grata Rainha.

Vinculou-se assim, em 1703, na casa de Castelo Melhor, o morgado de Santa Catarina, em cuja escritura o antigo escrivão da puridade evocava os serviços dos seus antepassados à Pátria, desde os de Martim Moniz na tomada de Lisboa aos do segundo conde de Castelo Melhor nas batalhas da Restauração. Citava, depois, os que pudera fazer. Pensava na posteridade, que não o olvidou.

Já tinham morrido D. Afonso VI e D. Maria Francisca Isabel de Sabóia quando, em 1685, o estadista foi autorizado a residir em Pombal, onde trataria de sua casa e fazenda. Agora não podia pleitear pela reentronização do seu Rei e a Rainha levara para a campa o seu ódio. Vinte meses depois pôde voltar a Lisboa. Tinha perto de cinqüenta anos.

Deus prolongou-lhe a existência até aos oitenta e quatro, como para o deixar assistir ao fim do Regente, elevado ao trono sob o nome de D. Pedro II.



Castelo Melhor reingressou no Conselho de Estado por ordem de D. João V.

Sofrera muito na sua longa vida e ao debruçar-se sôbre os torvos bastidores da política nacional, que lhe foi dado ver na sua ancianidade, deviam redobrar as suas dores de patriota, a tortura da sua alma de português.

Faleceu em 15 de Agôsto de 1720.

---

[1] D. Francisco de Melo era filho de D. Gomes de Melo, alcaide-mor de Lamego, e de sua espôsa D. Marinha de Portugal, filha de Nuno Cardoso Homem de Vasconcelos, morgado da Taipa e de D. Ana Alvim. O primogénito dêste consórcio foi aquêle fidalgo, que teve o cargo de camareiro-mor de D. Catarina, Rainha de Inglaterra, sendo também embaixador português. Faleceu em Londres, sem sucessão, em 1678.



ANTÓNIO DE SOUSA MACEDO

O Residente em Londres — A amizade de Carlos I — Poeta, jurisconsulto, historiógrafo, jornalista e político — O esteio de Castelo Melhor — O conflito com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia — Últimos anos de sua vida



NÃO tinha sido fácil o estabelecimento de relações entre o govêrno de Carlos I de Inglaterra e a embaixada que D. João IV lhe enviara em 1641.

Compunham aquela missão três homens de valor: D. Antão de Almada, fidalguíssimo chefe da revolta nacional; Francisco de Andrade Leitão, notável jurisconsulto; e António de Sousa Macedo, o secretário, que ia começar a distinguir-se na diplomacia.

Contava trinta e cinco anos [1] e se não tomara armas pela revolução, em 1 de Dezembro, ou foi por estar no Pôrto, ouvidor da chancelaria, ou porque magistrados não compareceram na acção nem houvera grande número de aliciados entre êles.

Escolhido para a embaixada, deixara publicado o seu poema *Ulyssipo,* evocador da fundação de Lisboa, e *Flores de Hespanha e Excelencias de Portugal en que brevemente se trata lo mejor de sus historias y todas las del mundo,* com que, em castiço castelhano, então usual entre portugueses cultos, dava largas à sua veia literária.

Deixando os companheiros em Plymouth, após uma travessia trabalhosa, entrara em Londres para obter a audiência e começou por enviar ao secretário de Estado uma memória na qual expunha os direitos de D. João IV à coroa portuguesa. Queria abrir o caminho que topava cheio de obstáculos.

---

[1] Atribue-se aos Sousa Macedo a ascendência de Gonçalo Roez de Macedo, senhor de Macedo de Cavaleiros, bisavô de Martim Gonçalves de Macedo, que na batalha de Aljubarrota salvou a vida a D. João I.

O bisavô do estadista era Gaspar de Macedo. Fizera-se o político ilustre donatário da Ilha Grande de Joanes, na foz do Amazonas.

Seu filho foi o primeiro barão daquela terra e também recebeu igual honraria sob a designação de baronato de Murlingar.

Casou com D. Catarina de Távora e Eça, sendo primogénito do seu enlace Luís de Sousa Macedo, visconde de Mesquitela em carta régia de 28 de Abril de 1754.

D. Afonso de Cardeñas, representante de Espanha, procurava impedir a recepção dos portugueses. O conde de Pembray desejou saber quais as razões históricas e políticas que assistiam a D. João IV e Sousa Macedo expôs-lhas no Memorial, a chave que começou a entreabrir as portas paçãs.

Os plenipotenciários portugueses foram recebidos com a etiquêta costumada. O agrado por parte do Rei, da Rainha e da Côrte deu-lhes aso às negociações, em melhores bases, com a assinatura do Tratado, pois era indispensável aos dois povos a continuação do comércio com os privilégios do secular intercâmbio.

Os britânicos, sabendo das vantagens obtidas pelos holandeses na capitulação com Portugal, quiseram ganhar valores idênticos tanto no tráfico como na liberdade de consciência religiosa em domínios lusos.

Aparecera um escrito no qual um cronista espanhol refutava os direitos do duque de Bragança à Coroa e António de Sousa Macedo respondeu-lhe com o seu trabalho *Carta a um señor de la Côrte de Inglaterra sobre el Manifiesto que por parte de Elrey de Castella publicó su cronista D. Joseph Pellizer.*

Foi louvada a obra e o secretário da embaixada deu à estampa o *Publico sentimento da Alemanha a el-rei da Hungria*, em que se tratava da prisão do Infante D. Duarte, vendido pelo Imperador da Alemanha aos espanhóis.

O polaco João de Lobkowitz Caramuel publicara uma obra de alto alcance e êxito, *Phillippus Prudens*, e o diplomata português respondeu-lhe com livro em que não poupava o autor nem título da sua explanação política.

Londres sentiu a actividade do escritor, que foi largamente discutido, sobretudo ao evocar, com eloqüência, a íntegra razão de seu amo. Felipe II não se fundamentara no direito arvorado por Pellizer, mas na fôrça do seu exército.

Era uma verdadeira felípica aquêle manifesto antifelipino.

Ao sucesso da obra juntara-se a simpatia pelo autor, e quando se assinou o Tratado, cuja ratificação se celebrou em 22 de Maio de 1642, já Sousa Macedo estava acreditadíssimo nos meios londrinos, tornando-se segura a sua posição na capital britânica, onde permaneceu na qualidade de Residente.



Ia começar a grande luta entre o Parlamento e Carlos I. A Câmara dos Comuns era revolucionária, mas não antimonárquica. Desejava, porém, as garantias democráticas negadas pelo Rei e pelo seu ministro Sttrafford, que os deputados condenaram como a um arauto do fim do próprio soberano. O estadista subiu ao patíbulo e o arcebispo Laud abençoou-o da janela do cárcere por entre as grossas grades.

Diz-se que o político murmurara, ao ver-se abandonado pelo monarca e perdido: «¡Não deis a vossa confiança aos príncipes nem aos filhos dos homens porque nêles não há salvação!»

Carlos I, ao firmar a sentença de morte do seu companheiro de luta, dissera: «Se só a sua vida pode satisfazer o meu povo, digo: *¡Fiat Justitia!*»

Caída a cabeça de Sttrafford, imaginara-se o Rei vencido e as retaliações renovaram-se. Rebentou a luta civil, cheia de facciosismo protestante. Era a guerra religiosa, o pior dos cataclismos.

Surgira Oliveiro Cromwell na história de Inglaterra.

Sousa Macedo, ainda antes de receber ordens de Lisboa, aproximara-se do Rei a ponto do Parlamento encarregar *sir* Henry Vanne, *sir* John Moowe, Vassal, Reynold e Wluttacre de procurarem o enviado português a-fim-de lhe assegurarem o respeito da Câmara por suas prerogativas desde que não colidissem com o Estado. Se continuasse a deixar os papistas ouvir missa em sua capela ou por qualquer forma faltasse às suas obrigações de estrangeiro para com a representação nacional, tomar-se-iam as medidas convenientes para evitar o abuso.

Aquietara-se, mas, um ano depois, apresentava o seu formal protesto (1) contra a proïbição do Parlamento relativa à entrada dos navios realistas nos portos da Grã-Bretanha e Irlanda. Pelo artigo décimo primeiro do Tratado de Paz e Comércio entre as duas nações, deviam-se reparações por perdas sofridas por portugueses em casos semelhantes.

Não descurava, no meio de tão agitada política, a sua obra de jurisconsulto, pois publicou em Londres trabalhos de direito, em latim, e vendo as perseguições, sentindo o soberano à beira da derrota, pretendeu retirar-se de Inglaterra.

Carlos I lamentou a sua partida, considerando o ministro residente de Portugal e exprimindo-lhe a sua gratidão por tantos serviços importantes, devendo sua memória ser querida de tôda a Família Real e seus descendentes sempre honrar os dêle quando visitassem a Inglaterra (2).



Escrevia em cifra ao soberano declarando-lhe que pediria os passaportes ao Parlamento logo que sua espôsa desse à luz.

Participava que se retirava, mas ia sempre ficando com o fim de auxiliar o infeliz

(1) 24 de Setembro de 1644.

(2) Visconde de Santarém — *Quadro Elementar.*

monarca, cujo exército deminuía pouco a pouco ante o acréscimo das tropas do Parlamento.

O diplomata multiplicava-se, não só em obediência às ordens do Rei, mas pela simpatia que Carlos I lhe inspirara, e foi quem iniciou as negociações para o casamento do Príncipe Carlos — depois Carlos II — com uma Princesa de Bragança ([1]).

Pleiteava pela liberdade do Infante D. Duarte; movia-se a favor do monarca britânico e tornando-se mais suspeito ao parlamento viu-se em maus transes, mas socorreu o soberano com dinheiro e armas.

Avançara mais a luta mas falara-se o casamento de D. Teodósio com Princesa de Inglaterra ([2]) em 1647, quando o exército real sofria os maiores reveses.

Em 27 de Abril do ano anterior, Carlos I deixara Oxford e dissera: «Não desespero de atraír para o meu campo prebiterianos e independentes, a-fim-de me desembaraçar de uns e de outros e voltar novamente a ser Rei».

O Parlamento vencera-o, mas a nação não queria o soberano amesquinhado; a sorte das armas não tinha significação para muitos inglêses.

Cromwell, com a sua severidade, continuara a guerra, mas acabara por tentar a transigência do monarca. Queria a liberdade para o país e a monarquia condicionada, obediente às leis.

O soberano voltou a Londres, instalou-se em Hampton Court e não atingiu o que se esperava dêle. Prometia a Jarreteira a Cromwell, que devia achá-lo demasiadamente ingénuo.

Em 11 de Novembro de 1647 o monarca deixou o palácio e foi para Carisbrooke, esperando mobilizar de novo um exército.

O ministro de Portugal prosseguia nos socorros ao Rei e, em 1648, ainda tratava de enviar-lhe dinheiro, recomendando El-Rei D. João IV várias remessas de França e de Holanda, feitas pelo marquês de Nisa e Francisco de Sousa Coutinho.

Dera-se ordem a Sousa Macedo para regressar a Lisboa logo que Carlos I fôra entregue aos parlamentares, pela quantia de quatrocentas mil libras esterlinas, que os escoceses de seu exército receberam.

No ano seguinte, em 29 de Janeiro, a cabeça do Rei foi decepada como anteriormente a de seu ministro Sttrafford por sentença por êle assinada, exclamando: *¡Fiat Justitia!*

Imolara-o ao povo, que vê nos castigos injustos os desígnios de Deus.

([1]) Seria a infanta D. Joana a noiva de Carlos de Inglaterra, mas também se pensara em D. Catarina.

([2]) Carlos I tinha duas filhas: Maria, que desposou Guilherme de Orange, e Henriqueta, que foi duquesa de Orleans.

Não podia ficar sem emprêgo diplomata e jurisconsulto de tanta categoria como era o antigo Residente em Londres.

Mandaram-no à Holanda substituir Francisco de Sousa Coutinho, que se embaraçara nas negociações e até assistira à coroação do proscrito Carlos II de Inglaterra, realizada por alguns fiéis numa estalagem da Haia.

Sousa Macedo tomou a peito os difíceis trabalhos; estava na capital das Províncias Unidas e, em 7 de Setembro de 1650, conseguiu a paz. Relatou os seus diversos esforços para a conseguir numa das suas obras ([1]), publicando outra de género diferente ([2]) enquanto lidava na diplomacia.

Era sabedor, atilado e espontâneo. Não descurava o trabalho e deixaria vasta obra.

É crível que tivesse encontrado em Haia o Príncipe Carlos de Inglaterra, que se considerava devedor de grandes obséquios à coroa portuguesa, tendo até um agente acreditado em Lisboa.

De volta ao Reino, em 1652, o diplomata assistiu à aclamação de D. Afonso VI, na qual orou; e, quando Carlos II subiu ao trono britânico, enviou-lhe as suas saüdações.

A memória dos Príncipes nem sempre reflecte no espelho da sua felicidade a fisionomia dos amigos das horas sombrias, mas o conhecimento que o Rei tinha de António de Sousa Macedo devia ser de tal forma agradável que juntando os seus motivos de gratidão aos recebidos pelo seu desditoso pai quis distingui-lo de maneira eloqüente.

Escrevera-lhe de Lisboa, em latim, datando a missiva de 18 de Junho de 1660, e a resposta não tardou, pois, por carta patente de 28 de Junho de 1661, o monarca britânico galardoou seus serviços na pessoa do filho, Luís Gonçalo de Sousa Macedo, agraciando-o barão de Molingária (Murlingar) ([3]) em vida e sendo o título extensivo à sua sucessão.

([1]) *Discurso e prática que fêz nos Estados Gerais das Províncias Unidas.*

([2]) *Harmonia política dos documentos divinos com as conveniências do estado* e *Resposta a uma pessoa que pedia se escrevesse a vida do príncipe D. Teodósio.*

([3]) Ao título de barão de Murlingar, na Escócia, era inerente o pariato de Inglaterra, que foi usado pelos descendentes de António de Sousa Macedo, que receberam o viscondado e condado de Mesquitela, com a baronia da Ilha Grande de Joanes, sendo duque de Albuquerque um dos membros desta nobre casa, D. João Afonso da Costa e Sousa Macedo de Vasconcelos, que faleceu em 24 de Setembro de 1890, no solar da família, ao Poço Novo. Era o décimo-segundo armeiro-mor do Reino; passou o título de conde de Mesquitela a seu irmão D. Luís, grande helenista e latinista. Sucedeu-

Evocava o passado, rememorando: «Há muitos anos (era ocasião em que se atearam nossos reinos grandes e desastrosas sedições) prestou Sousa Macedo muitos e importantes serviços a nosso pai de felicíssima memória e naqueles calamitosos tempos ousara defender e sustentar a dignidade do nome real entre os rebeldes ainda com iminente perigo da sua vida ([1]).

A sua pena trabalhava sempre ([2]) e, atraído pela política, António de Sousa Macedo foi-se ligando a Castelo Melhor, que não escondia seus propósitos de mando.

Por essa amizade se explica que sendo tão grande a simpatia do soberano britânico pelo diplomata português não tivesse sido êle o empregado nas negociações para o casamento da Infanta D. Catarina, pois as iniciara no tumultuoso reinado de Carlos I.

Já andava muito agitada a vida portuguesa quando dos preparativos do consórcio da filha de D. João IV, pois a Rainha D. Luísa de Gusmão declarava, em Março de 1661, que «a sua inclinação a levava a recolher-se a um convento de religiosas».



António de Sousa Macedo

(B. N. L.)

Intentava matrimoniar a filha, dar casa ao Infante D. Pedro e entregar o govêrno ao primogénito.

O antigo Residente em Londres devia ter manifestado os seus sentimentos políticos e só porque lealmente os afixara não teria figurado nas consultas para o consórcio, nem ocupado qualquer cargo além dos que lhe cabiam na magistratura.

Vivera no lar aquêle tempo até que o chamaram à actividade na qual exuberantemente excelia.

Abria-se-lhe o caminho das torturas.

Elevado ao poder, juntamente com o seu amigo conde de Castelo Melhor, era indispensável ao secretário da puridade.

D. Afonso VI estava bem apoiado naqueles dois homens que os inimigos desejavam abater.

O Rei agraciou Sousa Macedo com as comendas de Sant'Iago de Souzelas e de Santa Eufémia de Penela e deu-lhe a alcaidaria-mor de Freixo de Numão. Ao filho, barão de Molingária, em Inglaterra, amerceou-o com igual título português: o baronato da Ilha Grande de Joane, no Amazonas.

O secretário de Estado começou a publicar os *Mercurios Portugueses com as novas da guerra entre Portugal e Castella,* mais uma prova do seu valor que já faiscara em diversas facetas. Era poeta, jurisconsulto, diplomata, historiógrafo e político. Juntava-lhe as qualidades de jornalista, o primeiro que se destacou em Portugal, embora apenas no noticiário, que, de-resto, era a base dos mensários do género publicados no estrangeiro.

O intelectual estudioso ganhara muita disciplina e abertura para o seu espírito nas viagens e na observação dos meios em que lidara, desde 1641 a 1651, na Inglaterra e Holanda.

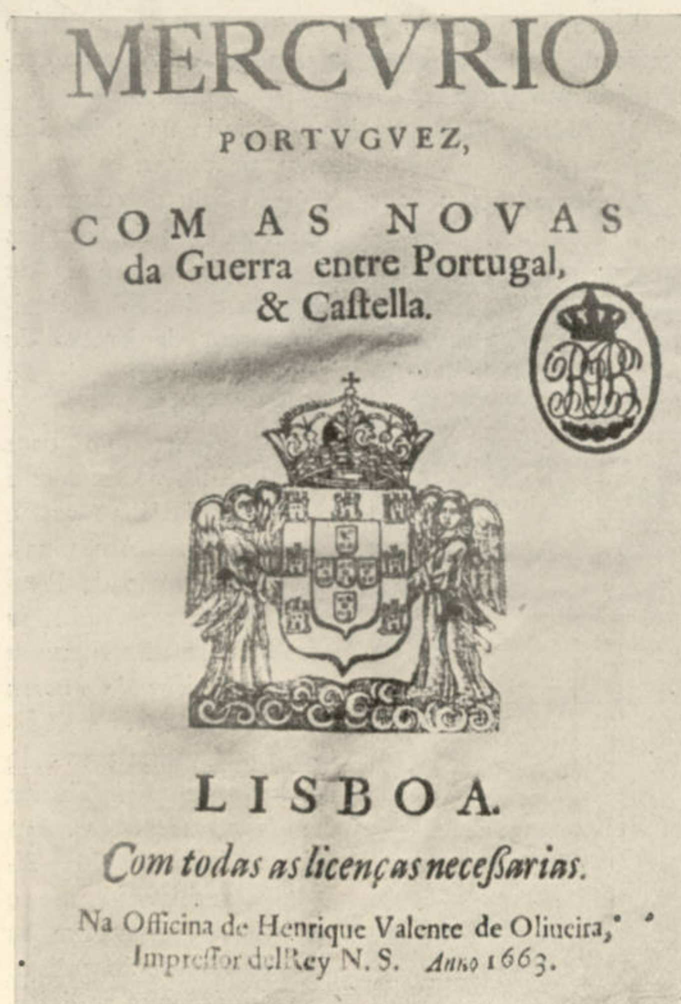
Organizara o periódico à maneira das gazetas batávias e francesas. Para o título inspirara-se nos boletins da velha Roma, os *Mercurius,* que evocavam o deus do comércio, constituindo apenas lista, espécie de bolsim, do preço dos géneros escrita imediatamente ao fecharem-se os mercados. Era jornalismo pela oportunidade flagrante e a tabela de tráfico pelo que apresentava.

O secretário de Estado podia manobrar o noticiário a talante das necessidades políticas.

-lhe seu filho, D. Luís Maria Álvaro da Costa de Sousa Macedo, actual representante do célebre estadista e diplomata dos reinados de D. João IV e D. Afonso VI.

([1]) José de Tôrres — *Arquivo Pitoresco,* 1862.

([2]) Publicou mais: *Fala que fez no juramento do rei do mui alto e poderoso D. Afonso VI — Decisiones supremi senatus justitiae Lusitaniæ — Lusitaniæ Liberata — Genealogia Regnum Lusitaniæ — Apolegeticon juridicum pro Conceptione Immaculata Virginis* e uma *Relação das festas do casamento de D. Catarina,* escrita em Castelhano. Teria ainda tempo para tratar obras dos mais diversos géneros: a *Vida de Santa Rosa, Eva e Ave ou Maria Triunfante* e os *Mercúrios,* gazetas que sustentou de 1663 a 1666.



FRONTISPÍCIO DO «MERCÚRIO»

(B. N. L.)

Vivia no palácio da calçada do Combro, no Poço Novo, artéria fidalga da época, onde habitava a família de D. Francisco Manuel de Melo.

Sousa Macedo freqüentava diàriamente o Paço da Ribeira. Sua espôsa, D. Mariana Lemercier, acompanhara-o durante a estada em Londres e recolhera-se à que julgava tranqüila vida lisboeta, mas que começara a ser turbada após a morte de D. João IV e ia envolver o seu talentoso marido.

Considerava-se o diplomata, e com razão, o grande auxiliar do conde de Castelo Melhor.

Não ofuscava o valido real; era um homem de trabalho, metido no seu gabinete, não paradeando.

O escrivão da puridade brilhava mais. A fama do jurisconsulto enchia o país. O moço favorito do monarca confiava nêle, cujos cinqüenta e sete anos experientes eram arrimo e tutela para as horas amargas que, por vêzes, se lhe deparavam.

Quando D. João de Áustria tomara Évora e atirara as suas avançadas sôbre Alcácer do Sal com o fito em Lisboa, Sousa Macedo, receando as tropas de Massacana, usara de um expediente a um tempo brilhante e proveitoso. Mandara marcar uma linha no Terreiro do Paço, publicando o bando que dava foros de valentia a quem atravessasse a demarcação para a banda da residência régia.

Seriam êsses bravos os primeiros encorporados no exército do Alentejo.

A turba excitara-se depois da reünião entusiasta e entra a atribuír aos generais as culpas que não lhes cabiam. Passara como cataclismo pelos solares de alguns dêles, sendo o mais devastado o do marquês de Marialva, cuja espôsa e filhas foram obrigadas a refugiar-se no convento da Esperança.

Tomaram uns à conta de imprevidência do estadista aquela convocação popular; outros a tiveram por propósito ameaçador aos chefes que descuravam os comandos, atingindo, todavia, quem era menos suspeito. Marialva, o heróico cabo de guerra, jamais perdoaria o vexame.

Os partidários do Infante D. Pedro fincaram-se nas ruíns certezas que não podiam ter, mas o secretário de Estado já andava em suas bôcas alcunhado com o título da comédia espanhola: *Otro demonio tenemos.*

O primeiro, o seu par, era o conde de Castelo Melhor.

Para aniquilar o valido, seria preciso destruir as probabilidades de vitória do secretário de Estado.

Como não se entrechocavam, lançar-se-iam sôbre um e outro brulotes de todos os calibres, engenhos de variados efeitos.

O escrivão da puridade não entregava dinheiro suficiente à Rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia, com quem entrara em conflito algumas semanas após a sua chegada. Receava que as grandes quantias servissem para alimentar oposições e opositores.

Ela queria mandar; animara-a aquêle firme propósito; o ministro buscava afastá-la do poder, o que só conseguiria furtando o Rei à sua influência, mas o seu feitio persistente e o encargo que tomara de servir a política francesa movimentavam todos os recursos da sua habilidade, valor e formosura.

El-Rei D. Afonso VI tinha ido, com o conde de Castelo Melhor, apartar os touros ao campo por uma quente tarde de Agôsto.

No meio do ruído dos «petiscantes e da patrulha baixa», entre nuvens de poeira e berros de campinos, a Majestade, acicatando a montada, parecia feliz.

A vista do gado bravo despertava-lhe fibras batalhadoras, arrebatamentos ancestrais, bem brigantinos, e o valido folgava com o amo, despreocupando-se na aparência dos graves problemas do Estado.

Os cavalos, os cães que acompanhavam as mana-

das, os moços de monte e a criadagem de librés vistosas completavam o quadro cuja principal figura era El-Rei, a querer disfarçar o seu defeito, a hemiplegia, esforçando-se em proezas de toureio, de equitação e de montaria.

Longe do Paço da Ribeira, D. Afonso VI parecia outro; respirava melhor, folgava e indicando os touros para a corrida do dia seguinte era mais venturoso que nomeando cabos de guerra para a fronteira, onde assomavam ameaças mesmo depois das derrotas infligidas a D. João de Áustria no Ameixial e ao marquês de Carracena em Montes Claros.

Por isso cognominariam de «Vitorioso» aquêle soberano enfêrmo que, de pampilho em punho, apartava os melhores touros para a lide real.

Já o Infante D. Pedro se rebelara contra o que considerava a sujeição do Rei ao valido, conde de Castelo Melhor, quando a Rainha, aproveitando a ausência do marido e do ministro, mandara chamar Sousa Macedo para tratar com êle de alguns negócios pendentes que lhe interessavam particularmente. O estadista levou-lhe uma carta chegada de Angola, que confiou à camareira-mor, mãe do escrivão da puridade.

Era em 25 de Agôsto, dia de S. Luís, em 1667.

Havia tempo que certo almocreve matara um francês, refugiando-se numa igreja de Coimbra, considerada coito, lugar privilegiado de asilo para abrigo de réus.

Preguntou D. Maria Francisca Isabel de Sabóia a Sousa Macedo se o assassino fôra condenado à morte e o político volvera ter mandado proceder às diligências com a necessária brevidade, a-fim-de ver se estava coberto pelas imunidades do templo. Repetiu Sua Majestade haverem-lhe dito que fôra pronunciada a sentença, que parecia preocupá-la, pois desejava ver punido o matador do seu compatriota.

O velho diplomata redarguiu ser precoce o juízo, pois ainda não viera a resposta relativa aos privilégios da sobredita igreja.

Passou a Rainha a tratar de um processo do conde de Santa Cruz, que o monarca mandara subir ao Conselho de Estado conforme a lei, ao que já agastadamente a soberana replicou que isso podia usar-se em relação a assuntos da casa do espôso, mas não aos da sua ([1]).

Queria saber como se julgara e o secretário de Estado respondera-lhe que não tivera tempo para ver todos os papéis, mas lhe parecia ser a sentença favorável àquele fidalgo, ignorando pormenores. Se os averiguasse, transmitir-lhos-ia.

Sua Majestade aborrecia-se por ver o caso no Conselho; antes o desejava resolvido de outro modo, e como Sousa Macedo se oferecesse para apresentar o real pedido ao monarca, ela de novo acentuou não desejar que levasse as suas palavras ao conhecimento do marido nem de outra pessoa.

Sousa Macedo julgou que se referia ao conde de Castelo Melhor e antepôs-lhe o soberano dizendo-lhe que com o amo directamente tratava.

Que não fazia caso de suas pretensões e negócios — volveu a soberana —; tampouco da sua autoridade, e deixou escapar o muito que a pungia semelhante procedimento.

A verdade era que não podia admitir govêrno acima do seu, ordens contrariando as suas, julgamentos diversos dos consentâneos com suas deliberações.

Quis êle saber concretamente a que lhe faltara, pois daquêle modo não passavam de generalidades suas queixas e só pretendia, como todos os outros ministros, satisfazer-lhe as vontades, obedecer-lhe, servi-la.

Volveu, imediatamente, sentir a falta de dinheiro: «que morria de fome e não tinha um real para gastar e que outras tinham muito dinheiro e faziam muitas obras».

Impensadamente o diplomata referiu-se à parcimónia da falecida Rainha, pois regrava muito bem suas despesas. Não desperdiçava, vivendo, todavia, como era próprio da sua posição.

Pedia a D. Maria Francisca Isabel de Sabóia que verificasse bem o que julgava, e se carecesse de créditos El-Rei não lhos negaria.

¡Que ainda não recebera vinte mil cruzados já concedidos!

Como o estadista tentasse explicar as fórmulas, ouviu-a retorquir que não lhe davam contas de coisa alguma, nem sequer do regresso do duque de Cadaval ([1]).

Desculpou-se o interlocutor com as determinações de El-Rei.

Explodiu dos lábios da Rainha grande queixa contida, a amargura máxima: não tinha o menor poder. Assim o repetia às pessoas que se lhe dirigiam, e como êle quisesse desviá-la de semelhante idéia, teimosamente acentuou o seu descontentamento.

Verificava-se que não podia tolerar o escrivão da puridade a dominar El-Rei, e, sem se lhe referir, redobrou de razões.

Que a tratavam como a uma negra, e repetia a frase colèricamente, acrescentando que pareciam procurar ocasiões para a desgostar, tratando-a «como à mais vil pessoa».

O ministro excitou-se, e declarava depois: «pe-

([1]) D. João de Mascarenhas Lencastre, mordomo-mor da Rainha. Faleceu em 15 de Fevereiro de 1668.

([1]) Estivera até então desterrado e a Raínha muito desejara vê-lo na côrte.





FRANCISCO DE ANDRADE LEITÃO
NOTÁVEL JURISCONSULTO QUE FÊZ PARTE DA EMBAIXADA A LONDRES PARA O RESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE INGLATERRA E PORTUGAL
(B. N. L.)

dia perdão se fôsse demasiado em réplicas a isto, porquanto me obrigava o zêlo do serviço de Sua Majestade, o de Vossa Majestade e a honra da minha nação e não tinha paciência para ouvir que a nação portuguesa queria tratar como negra a sua Rainha e desobedecer a Sua Majestade; que não queria outra coisa senão ter a Vossa Majestade em tôda a veneração e que em nenhuma parte do Mundo eram os Reis venerados como em Portugal (¹).

Erguera a voz num desabafo, e a Soberana tornou:

— «¡Isso dizem os portugueses!»

— «Não só o dizem os portugueses mas o confirmam tôdas as nações — volveu o político — e nós sabemos muito bem como são os Reis tratados em França, Inglaterra e noutras partes da Europa, que ainda que se tratam com grande respeito não tem comparação com o de Portugal.»

Rematara dizendo que a Rainha era «quási adorada».

Ela dispusera-se a saír da sala quando o secretário ajoelhou para lhe beijar a fímbria do vestido, pedindo-lhe escusas se muito falara, «mas obrigara-se a tanto pelo contentamento de Sua Majestade e honra da nação portuguesa, e quem informava a Sua Majestade daquela maneira era traidor a Sua Majestade, a Vossa Majestade, ao Reino e a Deus».

Voltando-se para as damas e senhores presentes, disse-lhes que «como boas testemunhas» o deviam ajudar.

D. João de Sousa concordou com êle (¹) e a Rainha, indignada, transpôs a porta.

Assim descreveu António de Sousa Macedo os factos passados naquela tarde de Agôsto em que El-Rei fôra apartar os touros (²).

A Rainha discordou da narrativa, fazendo sua queixa ao marido, que foi vê-la pela noite.

Contou-lhe ter ordenado ao ministro que falasse mais baixo, mas que lhe pegara no vestido para a deter quando quisera retirar-se, e voltando-se para a assistência pedira-lhe o testemunho da maneira como tratava os portugueses, parecendo querer levantá-los contra ela.

D. João de Sousa fôra complacente; D. João de Castro e outros fidalgos ameaçaram-no.

D. Afonso VI acreditou-a; capitulou de louco o secretário e, sem que a espôsa lho pedisse, prometeu demiti-lo e obrigá-lo a deixar a Côrte.

Ouvira a consorte asseverar que o estadista a increpara e ditara a narrativa do que devia ter sucedido.

Vendo, o secretário, que eu lhe voltava as costas para sair, tomou-me o vestido para me deter, a-fim-de que eu ouvisse as outras boas *cousas que lhe restavam por dizer, não querendo que perdesse nada; e não podendo deter-me, pôs-se a gritar, olhando para as damas da minha casa e para tôdas as outras pessoas que estavam presentes: Vêde como a Rainha nos trata! Vêde como trata os oficiais de El-rei! Eu vos tomo por testemunhas. Nunca Rainha nem de Portugal nem de Inglaterra, nem de outro Estado fêz nunca a nenhum súbdito o que ela nos faz aqui nem falaram assim aos seus criados nem aos seus súbditos. O Rei de França não lhes falaria assim. Só ela quis proceder dêste modo e sente prazer em gritar connosco* (³).

— ¡Que era um doido! ¡Deixaria o cargo! Seria desterrado! repetia o Rei.

D. Maria Francisca Isabel de Sabóia julgava ter derrubado aquela alta baliza que a afastava do poder; talvez tivesse provocado o incidente ou viria êle ao acaso, mas triunfara pelo propósito ou pelo imprevisto.

No dia seguinte, foi grande a sua desilusão.

(¹) Esta relação de António de Sousa Macedo, publicada por José de Tôrres, não concorda em grande parte com a de *sir* Robert Southwell, no livro *Histoire du détrônement d'Alphonse VI.*

(¹) Terceiro filho do conde do Prado. Desposou D. Maria de Lima, viúva de Neutel de Castro, conde de Mesquitela. Faleceu em 1703.

(²) Relação de António de Sousa Macedo, em 27 de Agôsto de 1667.

Sir Robert Southwell escreveu: «Parece que o secretário, exaltado por sua amizade pelo conde (Castelo Melhor), ou não podendo conservar bastante império sôbre as suas paixões, perdeu de tal forma de vista as maneiras, as expressões e a consideração devida à Raínha, que ela não guardou a menor moderação a seu respeito».

(³) Declarações da Raínha publicadas por José de Tôrres, *Archivo Pitoresco de 1858-59.*

O secretário ficava no pôsto. Castelo Melhor conseguira deter o impulso do soberano, que foi pedir à espôsa que esquecesse o caso. Tinham-no persuadido ser ela ignorante das maneiras portuguesas, melindrando-se sem grande motivo.

A indignação e o ressentimento excitaram o espírito da Rainha, que soube do depoïmento que Sousa Macedo enviara ao Conselho de Estado e replicou-lhe em sentida queixa no seguinte requerimento:

Senhor. Não fiz mais cedo presente a V. M^e e ao Cons^o de Estado a justa Cauza de meu sentimento e o estranho motivo de minha queixa por até agora cautelozamente se me ocultar a rezolução junta q̃ se tomou no Cons^o de Estado a qual sendo-me mostrada me deixou com suma admiração e se eu tivesse noticia della logo procurava reprezentar a Vossa Majestade a magoa e dôr a que minha Consciencia, a minha honra, justiça, razão e verdade me obriga. Agora S^or que soube da rezolução do Cons^o me queixo a V. Mg^e com a confiança de Raynha, com a humildade de Vassala e com a justiça de hua pessoa g. e da perfidia com q̃ An^to Se atreveu a caluniar-me e a enganar aleivozamente aos Conselheiros assegurando-lhes q̃ na pratica q̃ comigo tivera, eu lhe falara contra toda a Nação Portugueza, sabendo elle muito bem (como eu aqui declaro a V. Mg^e em fé, palavra de Raynha) que eu lhe falei muito ajustadamente ao sentimento e interesse de toda a Nação; contra o procedimento do mesmo Ant^o e de dous outros amigos seus (¹), *que me tratavão indignamente. Não se pode ver Couza mais espantoza que atrever-se este home por meio de hua falcidade que nem a menor aparencia podia ter de verdadeira e de hua tam grosseira e mentiroza calunia a procurar e a conseguir subrreticiam^te no Cons^o de Estado hua resolução tam injurioza contra hua Raynha pois he certo q̃ me não chega menos ao coração o agradecimento das demonstrações de amor e de respeito; e de compaixão q̃ em todas as ocasiöens conheço em todos os portugueses; os estimo e amo como meos filhos, do q̃ me chega a esperiencia q̃ tenho da maldade e dureza com q̃ estes dous outros homens me tratarão sempre os quaes me obrigarão com suas insolencias a conciderar como meos capitaes inimigos* (²). *Sobretudo isto, Senhor, depois de eu aver declarado e processado como de novo faço q̃ eu não poderia jamais falar a Ant^o nem ver hum tal homem que com hũ só falso testemunho* (³) *alcançou cautelozam.^te contra meu credito uma rezolução tam odioza de que se fez hum tam escandelozo assento entre o de repressões e de ameasos.*

....

Senhor. Sirva-se V. Mg^e de mandar conciderar a grandeza destes Crimes pois se a reputação ofendida de hua pessoa particular requer hua grande satisfação q̃ fará a com que se deve reparar o credito de huma Raynha que he inceparavel de V. Mg^e e de sua soberana autoridade?

Justiça peço S^or por parte de V. Mg^e pela minha e de seus Conselheiros de Estado que cavilozamente enganados assinarão esta rezolução que não se devera tomar contra qualquer Vassalo q̃ mais contra Sua Raynha sem pr^o ser ouvida mas a violentas e artificiosas traças junto ao poder fazem obrar destas couzas; e servem de escuza á injustiça dellas (⁴).

O Conselho deliberara nestes têrmos:

Propondo-se aos ministros abaixo assinados a pratica que o Secretario de Estado teve com a Raynha Nossa Senhora q̃ consta do papel q̃ o dito secretario deu; e como a dita S^a afirma q̃ o secretario lhe perdeu o respeito pareceu q̃ não obstante justificar-se o secretario em que seria mal entendido da Raynha Nossa Senhora pois só o zelo de despersuadir V. Mg^e de que a Nação Portugueza procurava só venerar á Mg^e e não trata-la como refere o papel deve V. Mg^e mandar q̃ o secretario de estado se retire fora da côrte por espaço de dez ou doze dias e que nestes venha servir o seu of^o Antonio de Cavide; e que deve Elrey Nosso Senhor fazer presente á Raynha Nossa Senhora que faz esta demonstração só por lhe dar gosto; e que em semelhantes ocaziões senão empenhe pellas ruins consequencias que dellas podem resultar ao Estado das cousas assim do presente como para o futuro. Lx. 31 de Agosto de 1667 (¹).

Assinavam o conde de Castelo Melhor, marquês de Sande, conde de S. Lourenço e visconde de Lima.

Novamente, em 5 de Setembro, o Conselho reüniu e o marquês de Sande manifestou-se:

Em grandes tormentas confundem-se as redes e não he muito que eu falle em as cortar. No papel que V. Mg^e me mandou comunicar da Raynha Nossa Senhora, alem dos sentimentos de tão alta e delicada materia sey eu que foy muito mais do que se poder immaginar o que S^a Raynha deixou e venceu por vir servir a V. Mg^e e como fui tamanha p^e (parte) *naquella negociação* (a do consórcio régio) *nam posso nem faltar á verdade deixar de referir este testemunho e passando ao que V. Mg^e nos manda: O Conselho tem dito a V. Mg^e o que costuma com seu zello e amor e intilligencia e porque na queixa da Raynha minha S^a temos o testemunho de duas Magestades tão encontradas, só as Leys Divinas podem abrir o caminho para esta materia como dizem o Bispo de Leiria* (²) *e o Arcebispo de Braga* (³) *e p^a o humano e divino, não se pode proceder sem a dilligencia que aponta o Bisconde* (⁴) *e com as mesmas circunstancias em que lhe diz ha-de V. Mg^e de propor e escolher os sogeitos.*

Mas, Senhor, depois de dada a sentença não há negociações e as que nesta materia se devem fazer que devem ser todas as humanas e divinas, deve V. Mg^e querer começar sem acabar de resolver-se; que não só nos he necessario curar infermidade prezente com as medicinas para este acidente proprias mas aplicar as que hão-de sarar os males que he tirando e arrancando a raiz de todo o mal.

Meu Senhor, como já dice e repito a V. Mg^e se perde para em algum modo o evitar, deve V. Mg^e acodir ao serviço de Deus, a q̃ se deve asy a seos Progenitores a tão honra dos Vassalos dando logo execução o papel que dei e o Conselho de Estado fez presente a V. Mg^e. Com elle se V. Mg^e não conseguir o remedio deste acidente e ao de outros muitos e muito eminentes em que a honra de V. Mg^e a de sua familia e a de seus vassalos vay inceperavel. E se V. Mg^e não quer ver a cada instante que se detem em fazer o que naquelle papel se lhe diz, se lhe seguirá siglos de inconvenientes e ruinas e não valem, como já dicemos a V. Mg^e nossas lagrimas, nossos rogos, nossas experiencias, nossos zelos e o singular amor com que amamos os nossos principes verá o Mundo q̃ com todos estes atributos e com o de prevenir o futuro servimos e aconselhamos a V. Mg^e e lhe dicemos a verdade sem mais interesse que o serviço de Deus, de V. Mg^e e bem de seus Reynos (⁵).



(¹) Castelo Melhor e António de Cavide?

(²) Castelo Melhor e Sousa Macedo.

(³) O de D. João de Sousa?

(⁴) Cópia incluída nos papéis inéditos do marquês de Sande, pertencentes a D. Vasco da Câmara, conde de Belmonte.

(¹) Cópia incluída nos papéis inéditos do marquês de Sande, pertencentes a D. Vasco da Câmara, conde de Belmonte.

(²) Pedro Vieira da Silva.

(³) D. Veríssimo de Lencastre.

(⁴) Visconde de Vila Nova da Cerveira, D. Diogo de Lima.

(⁵) Parecer do marquês de Sande em 5 de Setembro de 1667. Papéis inéditos pertencentes ao senhor conde de Belmonte.

No papel a que se referia preconizava a paz com o Infante D. Pedro e repetia-o:

Senhor o que mais convem he união ao servisso de V. Mg.e e a Sua Alteza e ao bem dos seus Reynos. As negociações são os meios por onde os homens a alcanção.

E tratava a Rainha por «Estrêla da Paz» ([1]).



Durante os doze dias de destêrro em Sintra, gozando da beleza da paisagem, António de Sousa Macedo não teria calma.

Regressou e levantou-se maior celeuma.

Os conjurados tremeram, porque o ministro, na noite de 4 para 5 de Outubro, dera ordem para se prenderem os condes de Vila Flor e da Tôrre, Francisco Correia e Pedro Fernandes Monteiro, alma flageladora do Infante contra Castelo Melhor, e também D. Rodrigo de Meneses, o sábio conselheiro de Sua Alteza. Dois militares, Gil Vaz Lôbo, o Hercules Português, e Francisco Barreto, antigo capitão do Brasil, estavam destinados a sofrer a mesma sorte.

O partido da Rainha e do irmão do Rei empenhava-se no aniquilamento do secretário de Estado que ofendera a Majestade. Sem a sua derrota de pouco valia a saída de Castelo Melhor da Côrte.

Dera-se o encontro forçado do monarca e do Infante e quando o soberano pedira uma espada, Sua Alteza apresentara-lhe a sua em vénia, teatralmente.

O povo ululava no Terreiro do Paço.

O Rei estava perdido desde que lhe tinham faltado Castelo Melhor, vencido pela calúnia, e Sousa Macedo, escorraçado após as cenas com a Rainha, cuja provocação parecia evidente.

O secretário, ante as ameaças, escondera-se numa das câmaras do expediente, e o duque de Cadaval, decidindo vencê-lo sem muito dano, mandou-o buscar por Manoel de Melo.

Assim que o viram berraram à sua volta; aventaram deitá-lo da janela e evocava-se, bem injustamente, o paralelo de sua culpa com a de Miguel de Vasconcelos, o traidor à Pátria que ali sofrera exemplar castigo.

Conduzido em segrêdo e grande recato para lugar seguro, onde não o alcançasse a virulência da política, o notável escritor, poeta, jurisconsulto, diplomata e estadista sumiu-se da vida pública onde a política rangia seus dentes implacáveis, feros, dilacerantes, entre tôdas as cóleras e ambições de díscolos da nobreza e do clero.

D. Pedro chegou a aterrar-se.

O lugar escolhido para retiro foi Penela e por ali passou o Príncipe de Florença Cosme de Médicis, que andava correndo Mundo. Pediu-lhe que o levasse consigo para Inglaterra e esperou-o em Coimbra.

Sem o menor sinal respeitoso, «sem deixar margem no papel nem pôr título na carta», António de Sousa Macedo entregou a alguém um papel destinado ao Regente no qual dizia:

«Vou dêste Reino fugindo à injustiça e passo a Inglaterra a buscar justiça» ([1]).

Assinara-o. Viu-se na secura insulto e confiscaram-lhe os bens; prenderam-lhe o filho e «depois de estar alguns dias na casa do segrêdo experimentaram que lhe era mais própria a de Orates e o soltarão por inocente» ([2]).

O proscrito pôde recolher-se, mais tarde, ao seu palácio do Poço Novo, e durante o período do afastamento no mais recôndito esconderijo, onde não soubesse da Côrte nem dêle a Côrte soubesse, escreveu em latim a obra que ficou manuscrita por falta de chancela da censura. Intitulava-se: *Tratado analítico da remuneração que o Príncipe deve ao serviço de seus vassalos e da acção que a estes compete.*

O espírito de jurisconsulto insigne manifestava-se ante as ingratidões régias.

Finou-se, aos setenta e seis anos, em 1 de Novembro de 1682, e jaz na capela que instituíra na igreja das Mercês, o antigo convento de Jesus.

Reza a lápida de seu túmulo:

Aqui depôs o esplendor, as honras e deixou a vida de trabalhos António de Sousa Macedo. Chamado pelo têrmo da sua vida mortal, aguarda a aurora da imortalidade, até que chegue a sua existência imutável; juntamente com sua muito ilustre mulher D. Mariana Lemercier. Faleceu no 1.º de Novembro de 1682; ela a 4 de Dezembro do mesmo ano.

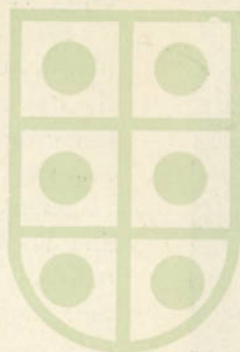
Irmãos orai por êles, se quereis que os outros orem por vós.

([1]) Parecer do marquês de Sande em 10 de Setembro de 1667. Papéis inéditos pertencentes ao senhor conde de Belmonte.

([1]) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

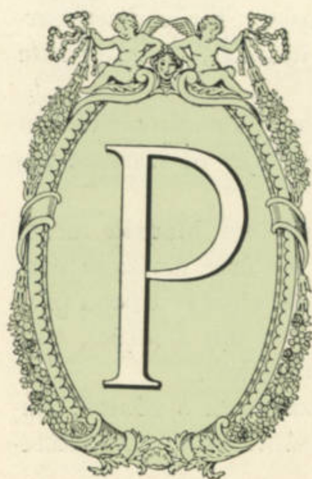
([2]) Idem.





D. FRANCISCO MANUEL DE MELO

O soldado poeta — Sua acção patriótica — A obra literária escrita no cárcere — Do degrêdo à diplomacia — Missões em Inglaterra, Parma e Roma — Últimos dias do «Rouxinol das Saüdades»



ARENTE dos Braganças, fidalgo de alta estirpe, escritor de raça, foi infeliz como todos os homens de talento que não se adaptam, vão além da sua época ou mantêm o carácter [1].

À fôrça de padecer resignou-se a ponto de traçar como máxima a frase definidora de um estado de alma vizinho da abdicação e da revolta:

«O sofrimento também se gasta, ainda que é moeda que não corre».

Menino, longe ainda das desventuras, foi discípulo dos jesuítas, tendo por um dos seus mestres Baltasar Teles, imortalizado como cronista da Companhia, embora o padre António Vieira desdenhasse do estilo da obra de seu irmão inaciano [1].

A criança prodigiosa de inteligência estudou com o afinco de quem fazia brinquedo da aprendizagem de tantas coisas de que andava ávido o seu espírito: filosofia, teologia, humanidades, retórica, línguas e história.

Aos dezassete anos tinham-no por futuro luminar em qualquer ciência a que se dedicasse.

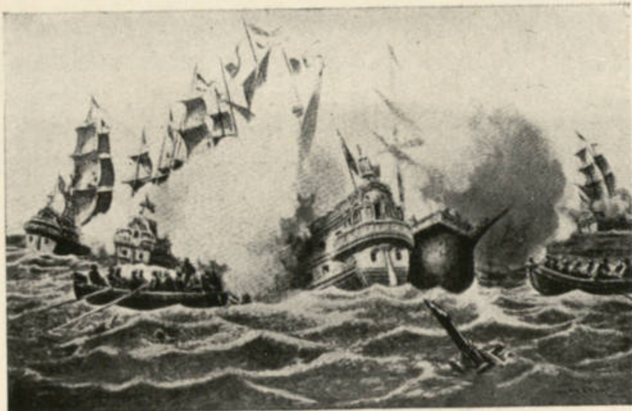
Chamava-o para as letras o seu espírito, vivendo nêle o do bisavô materno, Duarte Nunes de Leão, que fôra mestre cronista e notável filólogo [2].

Usou de vernácula linguagem como se tivesse recebido a herança do avoengo; mas não se lhe assemelhou no amor da Pátria, pois que, o historiador,

(1) Filho de D. Luís de Melo e de D. Maria de Toledo Mansuelos, nasceu em 23 de Novembro de 1611. Descendia dos Manuéis; era parente dos Braganças por linha de D. Fernando II, que seu primo, o Príncipe Perfeito, mandara supliciar em Évora. Sua mãe era espanhola, filha do alcaide-mor de Alcalá de Henares.

(1) O padre Baltasar Teles, cronista da Companhia de Jesus, nasceu em Lisboa no ano de 1595 e faleceu em 20 de Abril de 1675.

(2) Natural de Évora, filho do doutor João Nunes, professor de Medicina; foi desembargador da Casa da Suplicação e escreveu, além de muitas outras obras, as vidas dos Reis desde D. Henrique a D. Afonso V. Devem-se-lhe os ensaios da origem da língua portuguesa.



Combate naval

sendo malquisto pelo Prior do Crato, fizera do ódio do Príncipe tabela para as mercês de Felipe II.

Não se pareceu com êle o fidalgo de altas letras, porque, a-pesar-de seu sangue espanhol, se escrevia o castiço castelhano, não amava Castela.

Nascera num palácio da calçada do Combro, às portas de Santa Catarina, na extrema de Lisboa, e ficando órfão de pai aos quatro anos, encontrou os carinhos maternos para o guiarem até que entrou no Paço, onde começou por sentir que à sua volta só havia espanholizados.

Mancebo, pensou nas aventuras, desejou ser soldado da fortuna; como era bom cavaleiro e manejava as armas, visionou proezas e damarias. Alistou-se, aos catorze anos, num dos terços da defesa de Lisboa e passou depois ao serviço do mar.

Embarcara naquela armada famosa em que a alma portuguesa, tão perseguida e amesquinhada pelo govêrno intruso, se expunha aos tormentos para mais alto se erguer.

Não havia capitão que recusasse tripular os navios em mau estado para não o julgarem medroso das travessias. A escola dos marujos era antiga, mas seus veleiros autênticos esquifes.

D. Manuel de Meneses, da casa dos Cantanhede, valoroso marinheiro e tão dado ao estudo da náutica como ao da História e das genealogias, não servira no Reino quando da proclamação felipina, antes se alistara na esquadra inglêsa que pretendera tomar Lisboa sob a bandeira do Prior do Crato.

Donairoso, belo, louro e rosado, êsse alentejano de Campo Maior foi alcunhado «O Flamengo», pelo tom de seu rosto, côr dos cabelos e dos olhos, que eram azuis.

O duque de Pastrana, seu parente, fê-lo isentar da culpa e o gentil-homem comandou esquadras do mar das Índias, bateu-se com os britânicos, foi ao Brasil chefiando a frota de resgate da Baía, pedindo como prémio o govêrno do Algarve, onde viveria «abraçado com os seus livros e os seus compassos».

Negada a mercê, intimaram-no a comandar a armada que devia comboiar a frota da Índia, governada pelo capitão-mor Vicente de Brito e Meneses. Eram velhos os barcos e a tempestade destroçou-os.

Estava na capitânia, como soldado, D. Francisco Manuel de Melo, em cujo peito ardia a ânsia da glória das armas e das letras, imitando o seu notável comandante, cujos navios se perderiam na costa de França (¹).

Altíssima lição de serenidade e amor às letras lhe deu D. Manuel de Meneses, quando, sob a tempestade, o chamou, começando a leitura de um soneto que Lope da Vega lhe oferecera tempo antes. Louvava nêle o cardial Barberino, e o marinheiro, começando a discuti-lo e a criticá-lo, elevava a alma, abandonando o corpo à vontade superior que deflagrara a tormenta.

O jovem fidalgo aprendera o estoicismo com tão valoroso mestre e o exemplo servir-lhe-ia para mais tarde se fortalecer.

Partiu na esquadra de Tristão de Mendonça, que o armou cavaleiro depois de um combate com corsários.

Contava D. Francisco Manuel de Melo dezóito anos, e o espírito deslumbrado só sonhava novas aventuras, alçar-se no fastígio da fama de batalhador e de literato, porque achava as musas propícias ao amor como a bravura, pois era indigno do sorriso tentador das mulheres quem não possuísse valor preciso para jogar a vida por uma grande causa, como a da Pátria, e até por uma ninharia: um laço, uma flor, um cabelo.

Dois anos depois do seu baptismo de fogo, o poeta, já louvado, foi promovido a capitão. Ficou desembarcado, servindo num corpo de infantes, naturalmente amando, poetando, sonhando.

Militava às ordens de espanhóis; a nação cativa não tinha ainda esperanças de escorraçar os intrusos naquele ano de 1633.

O nobre português requeria em Madrid mercê maior e aprendia a conhecer a Côrte dando-se com fidalgos e escritores, êle próprio a ensaiar a pena para escrever comédias, então atractivo das atenções, com as novelas de cavalaria e as bucólicas.

Cervantes nem sempre desdenhara o género. Anteriormente ao *D. Quixote*, a sátira portentosa, escrevera a pastoril *Galatéa*.

Lope da Vega, que fôra secretário do duque de Alba, soldado antes de vestir o hábito, era exemplo das honras e proventos com que a Espanha pagava aos seus eminentes homens de letras, dos que sabiam cultivar a Côrte e os senhores. Aproximava-se do fim de sua vida e escrevera mais de mil e oitocentas obras.

Cognominavam-no *El Fenix de los Ingenios, El Monstruo de la Naturaleza.*

(¹) O episódio foi narrado nas *Epanáforas de Vária História Portuguesa*, por D. Francisco Manuel de Melo.

O seu discípulo, Perez de Montalven, já se destacara e D. Juan Ruiz de Alarcon, advogado, cortesão, feio, defeituoso fìsicamente, subira em todos os conceitos como o poeta da generosidade e da honradez.

Tirso de Molina, frei Gabriel Téllez, era insigne, e Calderon de la Barca assombrava, citando-se o padre Moreto y Cabana com Zorrilla e outros menores, que despertavam admirações ou curiosidades.

D. Francisco Manuel de Melo, que ensaiara a pena escrevendo os sonetos à morte de Inês de Castro, andaria deslumbrado em busca de glórias, de empregos e de aventurosos amores na Côrte onde tantos engenhos literários floresciam.

Se alguns despertavam as cóleras dos grandes e não gozavam os prazeres da existência, sentindo que a infelicidade se comprazia em torturá-los, outros, e alguns de somenos categoria, triunfavam.

Já estava em Lisboa a duquesa de Mântua, que fizera sua entrada em galas ordenadas por Miguel de Vasconcelos e pelo Senado da Câmara, e tornava-se urgente o regresso do capitão a Portugal. Voltava sem a comenda ([1]) prometida desde que servisse de novo no mar e embarcou, gastando mais de seus haveres do que recebendo em soldos.

A nobreza obrigava-o; seguira o exemplo de outros fidalgos e esperava obter frutos de seu sacrifício.

Licenciado dos terços em Portugal, tendo falecido sua mãe e a irmã, que se chamava D. Isabel, preferiu ficar em Madrid entretido no convívio de D. Francisco Gomez Quevedo y Villegas, que o mundo literário enaltecia.

O poeta espanhol lia-lhe suas poesias suaves e as sátiras, vendo-o sedento de glória de soldado e das letras.

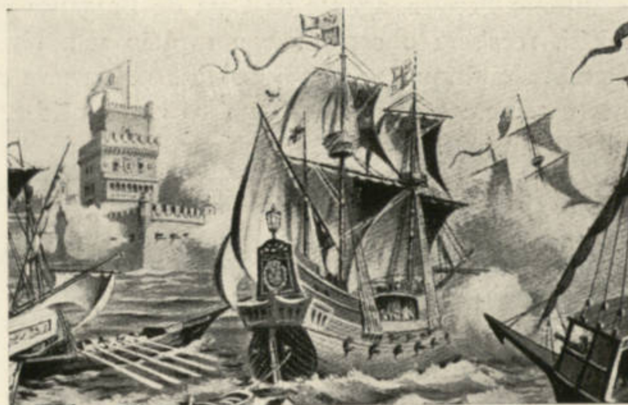
O grande escritor era secretário do Rei. Tinha a influência de que gozavam também outros de menor valor e possuía dinheiro suficiente para levar a vida larga que os homens de talento apetecem como lenitivo a suas canseiras desequilibradoras.

Gôngora influíra funestamente na plasticidade e leveza do estilo literário, entrechesando-se de alambicado e da afectação, da metáfora que o ilustre Quevedo adoptaria e também, por vêzes, o seu amigo, que soube libertar-se do processo em voga para deixar voar seu engenho livre e originalmente.

¿Por que não se colocou em lugar de destaque o português, desde que entrara tanto na amizade do poeta espanhol, cujo ofício junto de Felipe IV lhe podia ser precioso? ¿O orgulho de D. Francisco Manuel não o deixaria falar de suas ambições?

Vivia-se faustosamente em Madrid; mesmo os que pouco auferiam endividavam-se para se darem ares

([1]) Possuiu as comendas de Santa Maria de Assunção do lugar de Espichel e Oião, de Santa Maria do Hospital e de Simão de Viana, na Ordem de Cristo.



ESQUADRA ENTRANDO O PÔRTO DE LISBOA

de fidalgos; o valido Olivares tinha os seus favoritos, que, por sua vez, se rodeavam de clientelas e, nessas filas de pretendentes apadrinhados, a Espanha consumia-se devorada pela ténia de teimosos pedintes insatisfeitos, por mais que lhes dessem, e cuja cabeça era o conde-duque com seus anéis e sua cauda de aventureiros.

Intrigava-se muito e produzia-se pouco.

A monarquia ostentava o resplendor do passado; empobrecia-se, hora a hora, pelas guerras, a preguiça dos que desejavam auferir, sem trabalho, a grande pompa dos que se arruïnavam e recorriam aos expedientes.

Mais valia a deshonra do que trajo remendado. Preferia-se um hábito de frade a uma alcaidia nas colónias; o povo gemia sob os tributos, mas o deslumbramento e o aparato dos grandes cegavam-no e vivia de ilusões como êles.

Imaginava-se a Espanha mina de ouro e pedrarias inesgotáveis ante os esplendores de Madrid. Possuía-as, mas desbaratava-as.

O poeta português não podia falhar à influência do ambiente. Procurou a protecção de um grande senhor; encontrou-se junto do conde de Linhares, que despertava na época a inveja do próprio conde-duque, visto recaírem sôbre êle as vistas do monarca.

Diogo Soares, secretário do Conselho de Portugal, genro e cunhado de Miguel de Vasconcelos, entendera ser preciso aniquilar quem tão alto subira no espírito do Rei e assim afrontando o valido seu protector.

Felipe IV oferecera-lhe a vice-realeza do Brasil, almirantados, um título de duque; os cortesãos de Olivares jaziam ([1]).

([1]) D. Miguel de Noronha, que acabara de exercer a vice-realeza da Índia, voltara a Madrid com preciosas jóias, algumas das quais ofereceu à Raínha e ao Rei, merecendo, então, os elogios de Olivares. Nomeado membro do Conselho de Portugal, procurava afrontar o secretário Diogo Soares, que chefiava o partido dos portugueses espanholizados.

António Pereira, agente da Casa de Bragança em Madrid, recebera o escritor e o capitão sem têrço. Informava o duque seu amo do que se passava na Côrte e tomara o moço D. Francisco por confidente.

Saberia muito através de Linhares, alçado às grandes posições, e seus avisos chegavam sempre certos ao solar de Vila Viçosa.

Parece, porém, que o conde, agradecido pelas honras recebidas, desejava, através do poeta, conhecer o que pensava o duque temido pelo govêrno de Olivares e tão astuto que dificilmente se descobriam seus verdadeiros sentimentos.

Se êle, Linhares, obtivesse o que não se conseguira até então, isto é, o segrêdo das intenções de D. João de Bragança, maiores seriam suas probabilidades de vitória, pois manobraria a seu talante naquele mar tenebroso da Côrte espanhola.



Rebentaram as Alterações na capital do Alentejo, em 1637.

«Houve quem dissesse que se Évora estivesse mais perto de El-Rei (Felipe IV) e mais longe do Duque (de Bragança) não se mostraria tanto contra a conveniência real» ([1]).

O arguto Diogo Soares arranjou maneira de inutilizar o rival no Conselho. Nomeando-se o conde de Linhares delegado de El-Rei junto dos eborenses amotinados, ou teria arte para convencê-los a favor do monarca e perder-se-ia a seus olhos, ou, colocando-se a seu lado, alienaria o favor de Felipe IV.

O estratagema prevaleceu e vingou.

D. Francisco Manuel de Melo foi convidado a acompanhar o grande fidalgo, que não seria feliz na sua missão. O adversário colocara-o na pior das situações e que geraria seu desfavor.

Conversando com o Duque de Bragança no seu solar, o escritor recebeu o encargo de o libertar de suspeitas aos olhos do conde-duque. Auxiliá-lo-ia o novo agente brigantino em Madrid, Francisco de Sousa Coutinho. Foi precisa a maior das habilidades, que êle soube manejar, empregando vários sortilégios de seu engenho:

«Ao Duque de Bragança acorriam diversas matérias do Estado, a Primeira a sua Conservação, porque para acudir a qualquer parte onde a Fortuna o chamasse convinha estar isento de suspeita».

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*. Mss. da A. C. L.

«Com tal ânimo elegeu e abraçou todos os meios de justificação afectos do novo ânimo dos homens que se pudesse ser ouviria que os próprios que padecessem os ignorassem» ([1]).

Negava-lhe o objectivo principal, o sacrifício para a conquista do cetro; mas se pusesse a descoberto o desígnio jamais o obteria. Era indispensável a manha e a ardileza, sem o que se inutilizariam todos os esforços.

Encarregado pelo conde de Linhares de narrar ao conde-duque tudo quanto vira e os propósitos dos fidalgos portugueses, o emissário superiormente inteligente não serviu o ministro espanhol, tampouco referiu as rebeldias que analisara, desculpou o duque de Bragança, pintando-o de forma a que «a El-Rei D. Felipe dando crédito aos seus conselheiros se conformou com a satisfação da Casa de Bragança, segurando com bastos favores sua conformidade» ([2]).

Confessaria, singelamente:

«Procurei instruir a todos os ministros dos procedimentos de Bragança, mais em modo de referillos que de louvallos, mostrandoos de tal sorte que não podessem ser ouvidos sem ser acreditados» ([3]).

Felipe IV e o conde-duque receavam a influência brigantina no país sujeito, avassalado, mas o emissário teve artes de persuadir o valido do contrário, a ponto de ouvir falar «breve e suavemente da pessoa do Duque de Bragança; exagerou seu ânimo e a reverência em que tinha seu parentesco; quanto desejava os aumentos de sua grandeza e como El-Rei a estimava» ([4]).

D. Francisco Manuel deixara-se de comédias e versos. Tendo sido empregado na missão política, pensou que a carreira das armas melhor se lhe abriria se desse sinal de sua sapiência na arte guerreira. E escreveu *Politica militar en avisos de generales*, que viu a luz da publicidade em Madrid, naquele ano de 1638.

Linhares, que ia perder o valimento, encarregara-o de organizar em Lisboa o seu regimento e arranjara-se-lhe, ao mesmo tempo, a patente de mestre de campo para Flandres. Levantou as tropas, embarcou-as na esquadra do marquês de Oquendo e bateu-se à frente do seu têrço, sendo prestes e bravo para a luta mas não colhendo proventos, pois a formidável derrota infligida por Tromp à esquadra espanhola não era de molde à concessão de largas recompensas.

O cardial-Infante D. Fernando, governador da Flandres, quis empregar o escritor militar tão seu conhecido incumbindo-o de descrever os lances da expedição em que tomara parte. Pintou a batalha das

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*.
([2]) Idem, idem.
([3]) D. Francisco Manuel de Melo — *Epanáfora Politica*.
([4]) Idem, idem.

Dunas e julgando que obteria recompensas em Espanha partiu para Madrid, eximindo-se ao encargo que o Príncipe lhes destinara na Alemanha.

Abalara-se-lhe a saúde; apeteciam-lhe horizontes diferentes daqueles que até ali vira, as passagens cobertas de neve, o frio a entorpecê-lo, a derrota das armas, a desolação do ambiente.

Escrevia sem tréguas, aguardando o seu momento, o capricho da glória e da fortuna, duas mulheres que raramente andam juntas em afagos a portugueses.

Quando rebentou a guerra da Catalunha, Olivares nomeou-o para servir no exército de ataque com a patente de mestre de campo general ([1]).

O fidalgo-poeta e soldado entendera-se sempre com o Duque de Bragança; dera-lhe até, a seu pedido, uma espécie de guia para servir de arrimo à sua inexperiência das coisas militares quando fôra nomeado governador das armas de Portugal.

A revolução catalã permitira, ou antes, promovera e precipitara o movimento libertador de 1640, e mal êle se deflagrou D. Francisco Manuel de Melo foi prêso por ordem do conde-duque, conduzido a Madrid e guardado em cárcere bem vigiado.

Conseguiu comover o ministro, que, solicitado ainda para lhe conferir honrarias em vez de castigos, acabara por nomeá-lo governador de Ostende, obrigando-o a seguir ràpidamente para o seu pôsto.

Assim que pôs pé na Flandres pensou evadir-se e nada lhe foi mais fácil. Desertou da cidade que governava e apresentou-se em Londres ao embaixador D. Antão de Almada. Ali conheceu os Príncipes Roberto e Maurício, mais tarde tão provados na sua travessia para o Tejo sob a perseguição dos navios de Cromwell.

Recebeu o encargo de se encontrar com Tristão de Mendonça, embaixador nos Países Baixos, que lhe entregou o comando da esquadra de dezóito navios mercantes, frota de transporte para duzentos soldados portugueses refugiados, foragidos dos terços onde serviam na Flandres e que desertaram ao terem notícia da libertação da Pátria.

Também embarcaram os auxiliares holandeses — um regimento de dragões e outro de cavalaria — e a expedição navegou escoltada pela esquadra do almirante Gysels, que hospedava na nau capitã o próprio embaixador ([2]).

A sorte parecia sorrir, finalmente, ao talentoso fidalgo que tanto sofrera. Era justo que lhe concedessem tôdas as recompensas, lhe enchessem de júbilo a alma e as algibeiras do trajo casquilho com o ouro suficiente para poder trabalhar sossegadamente na sua obra, dar-se aos seus amores e prazeres.

A casa da calçada do Combro, onde nascera, já não lhe pertencia, embora se julgasse com direitos a pleitear, pois considerava-se lesado.

El-Rei D. João IV recebera muito bem o seu antigo agente, o autor da guia que lhe servira para movimentar as tropas, o amigo fiel que o desculpara hàbilmente ante o conde-duque, desconfiado mercê de Diogo Soares, que, mais atilado e menos escrupuloso, quisera ver o Bragança em Milão e a «herva crescer nos degraus e no pátio do palácio de Vila Viçosa».

D. Francisco Manuel de Melo não ganhou a questão referente ao prédio, que ficaria pertença de D. Maria de Lima, sua adquiridora.

Fôra o primeiro cheque no bravo que deixara tudo pela nação e queria servir.

Possuía ainda uma quinta arrabaldina sôbre o rio de Alcântara, na encosta da serra do Monsanto, vizinhando com as terras vastas do Alvito. Era o retiro admirável para homem de letras que pretendesse viver embalado entre o murmúrio das águas, o rumor doce das folhas, a fragância das rosas e o canto das aves com o das rimas, o das frases, o deleite espiritual de bem ler para melhor escrever. Êle, porém, sonhava aventuras.

Bens positivos não lhe iam à mão; davam-lhe a honra de o consultar sôbre assuntos militares, mas apenas lhe entregaram um esquadrão no assédio de Badajoz. Era um oficial especializado, constantemente no quartel general, «em ajustes de vistas», como êle portuguêsmente escrevia acêrca das operações.

Iam começar seus infortúnios.

A sorte é volúvel para certos homens e fiel a outros, que geralmente não merecem seus favores. ¿Mas que fazer se as fêmeas são caprichosas e a fortuna é a pior de tôdas elas?



A grande amizade e o parentesco que D. Francisco Manuel de Melo mantinha com D. Agostinho Manuel de Vasconcelos, «chronista eloquente, escriptor e politico estudioso» ([1]) talvez tivessem contribuído para as suas desgraças.

Fôra aquêle muito íntimo de D. Teodósio, pai do Duque de Bragança D. João, e em tanto segrêdo viviam que o grande senhor se lhe confiava, tomando-o por conselheiro e redactor de seu testamento, no qual existiam cláusulas a favor de seu filho D. Duarte. O herdeiro da casa teve conhecimento de semelhante intimidade e acabou por captar o confidente paterno,

([1]) Escreveria *Historia del Movimiento y Separacion de Cataluña*, assinando-a com o pseudónimo de Clemente Libertino.

([2]) Saíu da Holanda em 2 de Setembro de 1641 e fundeou no Tejo no dia 16.

([1]) D. Francisco Manuel de Melo — *Tácito Português*.

que «com tanta imprudência como ingratidão» fêz revelações aproveitadas, sem paga, pelo interessado.

Ao descobrir-se a conspiração do marquês de Vila Real e do arcebispo de Braga, D. Sebastião de Matos Noronha, D. Agostinho Manuel foi considerado cúmplice e subiu ao cadafalso.

Era em 1641. Talvez o impetuoso homem de letras, mal pago e atormentado, querendo ver seus méritos considerados, tivesse alargado suas críticas mais do que o preciso para, em vez de defesa e queixa, se tomarem seus desabafos por tolerância para com o parente erudito e ambicioso.

Também, ao que constou por outras vias, não quisera testemunhar no processo levantado contra Francisco de Lucena, secretário de Estado, suspeito de traição e, pela cópia de inimigos que tinha, pôsto mais de-pressa em julgamento, sendo condenado ao patíbulo.

Decepada a cabeça do político, em 28 de Abril de 1643, ¿voltar-se-iam as atenções para D. Francisco Manuel de Melo, que não se prestara a acusá-lo?

Um ano e meio depois, ou talvez ainda antes, o fidalgo era prêso como cúmplice da morte de Francisco Cardoso, mordomo da condessa de Vila Nova de Portimão.

O assassino fôra um criado do escritor, que o despedira, e marido da mulher com quem o assassinado tinha coito.

Condenado em primeira instância pelo delito que jurava não ter praticado, o notável homem de letras foi encerrado na tôrre de Belém e ali penou largos anos.

Não era o crime de molde a tão dilatado castigo em pessoa fidalga da sua estirpe e procurou-se a verdade na origem de tão grande punição.

¿D. João IV retê-lo-ia no cárcere por suspeito de oposicionismo ou por suas relações e parentesco com D. Agostinho Manuel, réu de alta traição? ¿Por se negar ao testemunho no processo de Lucena ou ainda em virtude de razões de ordem pessoal?

¿Andariam ambos de amores com a formosa condessa de Vila Nova de Portimão e, encontrando-se no caminho de seus favores, nas trevas de um pátio, ter-se-iam batido sem que o escritor reconhecesse o adversário?

D. Mariana de Lencastre, filha do comendador de Coruche, D. Lourenço de Lencastre, era a terceira espôsa de D. Gregório Taumaturgo de Castelo Branco, o conde daquele título, pouco feliz com as consortes. Dizia-se que matara tôdas por adultério (1).

Também se aventou que o Rei, muito desconfiado dos sentimentos políticos do parente, em virtude dos factos anteriores em que não conseguira haver provas, combinara com a amante aliciar o rival para uma conjura, o que êle aceitara talvez por galantaria, não a denunciando.

D. João IV, oculto na recâmara, verificaria os sentimentos do escritor contra o Estado, não lhe perdoando a sua fidelidade a Lucena (1).

Tudo isto peca por falta de provas, sendo contudo estranha a demorada detenção do parente da Família Real por culpa em que fôra condenado a degrêdo o marido da mulher que mantinha relações ilícitas com o assassinado.

¿Teria Francisco Cardoso delatado ao amo os amores de D. Francisco Manuel de Melo com a condessa, e êle, aproveitando as suas culpas de adúltero com a espôsa do mandante do crime, levá-lo-ia a proceder daquele modo?

Os assassinos acusaram o fidalgo, que debalde requereu contra a sentença de degrêdo para a África, igual à cominada ao seu antigo servo.

O mais que obteve, recorrendo para a Mesa da Consciência, foi a mudança do lugar da deportação. Iria para a Índia depois de pagar dois mil e seiscentos cruzados de custas e multa (2), mas continuou na tôrre, trabalhando, noite e dia, ao som do marulho das ondas.

Aprenderia a sofrer e a consolar-se, pois escreveu: «O vigor da virtude, porque mora na alma, não envelhece com o corpo».

Debalde intervinham a seu favor os amigos que lhe podiam restar na desgraça, porque é máxima irrefutável que as tempestades, devastadoras do bem-estar e da ventura, apartam também os que viviam junto dos que as perderam. Deve movê-los o mêdo do contágio dessa peste moral que é a má sorte.

---

(1) O caso é contado nas fantasiosas e por vezes absurdas *Memórias* do bispo do Grão Pará, D. João de S. José de Queiroz. Pelo menos a terceira condessa de Vila Nova de Portimão D. Maria de Lencastre, não foi vítima do marido. Ficando viúva, casou com Luís da Silva Telo de Meneses, segundo conde de Aveiras, conforme se lê nas *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, pág. 312.

(1) Enquanto ao zêlo que, segundo alguns cronistas, D. João IV pusera no castigo de Lucena, sabe-se que o representante da França, Lanier, tendo conversado com o Rei acêrca das acusações feitas ao secretário de Estado, cuja prisão fôra pedida pelos Três Estados, se mostrara admirado pela mudança operada para com o político, que, em seu entender, sempre se dedicara a Portugal. Pediu licença para ir vê-lo e o monarca volvera-lhe: «Sim, sim, e de mui boa vontade, que elle é grande amigo vosso». Visconde de Santarém. *Quadro Elementar*, vol. XIX.

(2) Parece que deveu esta modificação na pena à intervenção da Regente de França Ana de Áustria, que solicitara a graça do escritor, em nome de Luís XIV. Com efeito escrevera à soberana, talvez por conselho de Lanier, ministro francês, que o visitava na tôrre.

O prêso entretinha-se não só na efabulação de suas obras, mas escrevendo cartas, montões de missivas, que enviava aos que tinha por interessados em sua existência. Era como se conversasse com êles na lobreguidão e no desamparo do cárcere.

A tôrre de S. Vicente, de Belém, batida pelas ondas, tornava-se de difícil acesso. Limitado devia ser o número de guardas, pouco severos, sem receio da fuga do prisioneiro. Deixá-lo-iam subir à plataforma, a contemplar a entrada e a saída dos navios, e êle visionava qual o seu transporte para o degrêdo.

O mar caprichoso, rugindo ou aplacando-se, rodeava-o, irritando-o ou esperançando-o durante os seis anos que passou naquela prisão de pedra, olhando a extensão e vendo as velas a perder-se e a aproximar-se ou demorando a vista nos longes da Outra Banda, onde se erguia também um forte, a Tôrre Velha, seu cárcere de algum dia.

Afanosamente produziu e imagina-se a tortura de sua existência rangendo a pena no papel para se distrair, nanja para ganhar a vida. Aumentava material que avolumaria a sua obra quando lhe fôsse dado imprimi-la ([1]), isto é, se algum dia pudesse ter contacto com o Mundo, de forma diferente da que lhe consentiam. Recebia visitas e correspondência; tinha seus servos, pelo menos um cozinheiro e um criado; dizia-se que o deixavam passear.

Em 1647, quando do atentado que Domingos Pereira tramara contra D. João IV, publicou o manifesto que teve sua propaganda além-fronteiras.

O monarca também alvitrara que escrevesse a vida de D. Teodósio de Bragança, seu pai, mal sabendo como no *Tácito Português* êle tratava as relações do duque com o futuro Rei, que ali tinha enclausurado tão portentoso cronista.

«O filho era D. João de Bragança, escrevia-se com o conde-duque por mão de D. Francisco de Melo ([2]) e por seu conselho tambem sobre negocios em que por força quizera introduzi-lo se tratavão ambos por estilo igual que para Theodosio foi Ultimo escandalo da Vida e termo Ultimo della».

Igualmente se teria o soberano interessado por uma *Vida dos Reis Portugueses,* da autoria do encarcerado, para ser impressa ornada de gravuras.

Começara a requerer ao monarca em têrmos súplices, e de-certo, se houvesse no seu espírito a desconfiança de ser êle o rival topado no pátio da condessa de Vila Nova de Portimão, se a história tivesse foros de verdade, com D. João IV não se atreveria a esperar a menor benevolência.

([1]) Já na Tôrre Velha, trabalhou no livro *El Mayor Pequeño.*

([2]) Parente dos Braganças, ao serviço de Espanha, general e diplomata que muito concorreu para a prisão do Infante D. Duarte.

Dizia, mais tarde, de suas amarguras:

«Nos primeiros seis anos da minha prisão escrevi vinte e duas mil e seiscentas cartas. E ¿que será hoje, sendo doze os de prêso, seis o de desterrado e muitos os de desditoso?»

Não pôde deixar de soltar o seu brado pedindo alguma coisa de material como mendigo que o Estado esquecia nos rigores do cárcere entre as paredes de granito arrefecidas pelas águas do Tejo que as penetravam.

«Sirva-se Vossa Mercê me mandar uma manta de lenha que com essa incerteza estou desaviadíssimo para o inverno e, segundo isto vae, levo geitos de lhe queimar aqui todo o pinhal» ([1]).

Estava na Tôrre Velha ou de S. Sebastião da Caparica, na margem esquerda do rio, caminho de um arraial de pescadores.

Fronteira à Tôrre de Belém, muito mudava o panorama que o prisioneiro alcançaria: as margens do Tejo, os cómoros de S. José de Ribamar, em cujo convento o esperava uma jazida, então mal adivinhada; os altos de Linda-a-Pastora e Linda-a-Velha, a verdura dos combros até Lisboa com sua massa de edifícios, as praias da Junqueira, a quinta de Alcântara e o esfuminhado do Paço da Ribeira.

Para além, perdidas de seu alcance, as montanhas e serranias indistintas por vêzes, outras na glória da luz: Arrábida e Palmela; e, para o poente, o vasto mar sulcado pelas naus irmãs das que tinha comboiado a frota mercante carregada de soldados quando viera dar-se à Pátria.

¿E tudo para quê? Aquela tôrre sinistra era o seu forçado asilo.

Enviava o Memorial ao monarca, em verdadeiro desalento, queixoso pelo que jurava ser perseguição.

«Prêso, há seis anos, por parte de suas justiças». Queria tratar da «justificação ante Deus, Vossa Magestade e ante o Mundo por falsas calumnias impostas por seus inimigos». Outro documento idêntico chegou às mãos do soberano.

E por mais que se procure o rasto dos nomes dos que o perderam, não se encontram, a não ser que se dê crédito ao ressentimento de altas personagens querendo castigá-lo por seu pouco apêgo ao Estado, tomando por pretexto a morte de um vulgar servo da condessa de Vila Nova de Portimão.

Considerava inimigos longínquos, adversários invejosos de sua reputação, não de honrarias, pois poucas fruía, ou ciosos dos amavios das damas. Queixava-se ao monarca de não lhe terem apresentado as provas

([1]) Carta a Rui de Lourenço de Távora, governador da Tôrre Velha. Morreu, em 1657, no segundo sítio de Badajoz.

do que tinham por seu delito, pois os juízes davam seus «pareceres sem que apresentassem os motivos em que os fundaram».

Pretendia ser ouvido, dizendo a D. João IV: «Ninguem ignora a paixão de que fizeram motivo alguns dos que me julgaram para me condemnarem; cujo effeito eu mais advinhei que mereci, prevenindo delle a Vossa Magestade, muito antes de ser julgado porque sabia que me tinha a paixão certa do damno naquelle mesmo lugar onde a razão me mandava buscar o remedio».

Tudo isto é confuso, escrito para que só o soberano e alguns ministros o pudessem entender.

Tinham-no ali à mão para as obras difíceis, mas sem outro alívio ou prémio além do que consideravam honra que lhe faziam ao utilizarem-lhe a lesta e insigne pena.

Assim interveio, escrevendo, quando da questão dos Príncipes Roberto e Maurício, cujos navios estavam bloqueados no Tejo pela esquadra do Parlamento inglês.

Participara-se-lhe que cumpriria seu degrêdo no Brasil, mas logo, julgando-se ser-lhe desagradável a partida, e por isso pronto a tentar a fuga, ameaçaram-no pô-lo a ferros.

Acabaram remetendo-o ao castelo de S. Jorge, de cujas muralhas não poderia lançar-se, mas cujas portas lhe abriam por vêzes para ir visitar a sua quinta de Alcântara.

Partiu para a Baía, na esquadra comandada por Francisco de Brito Freire [1], e chegado ao destêrro recomeçou as *Epanáforas* [2].

Só voltou a Lisboa dois anos depois da morte do Rei, refugiando-se no território de Espichel, pertencente à comenda que não lhe tiraram [3].

Procuraria, ainda, alguma felicidade; amaria sempre, pois era dado aos amavios inconstantes que, se não o perderam de todo, lhe criaram tantos inimigos como a política.

Ia dizendo, já quarentão, na sua *Carta de Guia de Casados:*

«Roussinol de todo o anno, que canta de noite e dizem que logo faz saudades, de que serve? De que servem saudades, estando o marido em casa?»



Os inimigos de D. Francisco Manuel de Melo, se não eram dos derrotados pela ascensão ao poder do conde de Castelo Melhor, deviam sentir-se vencidos quando o escritor regressou à vida normal.

D. António Álvares da Cunha fundara a Academia dos Generosos, um areópago onde discreteavam os homens de valor da época, e não foi esquecido o ilustre fidalgo.

Encarcerado, soubera que o sobrinho do antigo arcebispo de Lisboa, o ínclito D. Rodrigo da Cunha, reünira na sua livraria os cultores da ciência, das artes, da história e da filologia.

Desde 1647 que se realizavam as «Conferências Discretas», e entre os académicos e seus afins pelo espírito encontraria o prêso protecções e amizades.

Dedicara o *Pantheon* ao camareiro-mor João Rodrigues de Sá e Meneses, conde de Penaguião, a quem escrevera:

«Desejei excitar por cartas minhas, aos colégios deste Reino e aos particulares que conheço de maior engenho, para que todos fizessem ũas honras posthumas literárias a N. das quaes, sendo-me remetidas, pudesse eu ordenar um livro, que não invejasse aos que cá vemos noutros».

Parece que o pação, cujo valimento com D. João IV era bastante, se interessara por êle, pois confiadamente se lhe queixava:

«Sei, Senhor, sabe V. S.ª já dos meus novos trabalhos que da causa delles terá mais noticia que eu. Elles são de feição que basta ser christão para que lastimem; sobeja o ser discreto; sobeja o ser honrado. Senhor quando ha de ter termo o estar de hum triste homem exposto á furia do odio que não merece? e pelo que não merece?

«Penas há, castigos há para tudo. Sou eu peor que tudo, que ainda se não adia um castigo que me valha?»

E acabava, como sempre, pedindo justiça.

O conde de Penaguião morrera, em virtude das feridas recebidas em campanha, quando soltaram o seu amigo, que se ligara ao conde de Atouguia, cunhado do falecido.

Anteriormente, aquêle ilustre capitão, filho de D. Felipa de Vilhena, tinha influência para lhe acudir

---

[1] Francisco de Brito Freire pertencia à família dos mesmos apelidos da qual dois membros fizeram parte da conjuração de 1640. Comandando a armada que devia conduzir D. Afonso VI ao degrêdo da Ilha Terceira, abandonou o seu pôsto e foi vestir a roupeta na Cotovia. Era rico, nobre, solteiro e sobretudo honrado, o que se prova com o seu procedimento.

[2] Escrevera *El Fenis de Africa, Las Tres Musas del Melodino,* o seu pseudónimo e como êle dizia (Melo Indino), *Pantheon* e a *Carta de Guia de casados.*

[3] O académico sr. Edgar Prestage escreveu uma obra de alto alcance sôbre D. Francisco Manuel de Melo, na qual descreve, tanto quanto é possível, a vida do notável escritor. As bases para a biografia do grande clássico existem nas suas *Cartas familiares,* publicadas em Roma em 1644 e em Lisboa no ano de 1752, e também nas *Epanáforas.*

junto da Regente, assim como a condessa de Pontével, sua prima, dama de D. Catarina, Rainha de Inglaterra, e irmã de D. Francisco de Melo, depois embaixador em Londres, com quem largamente o prêso se correspondia.

Sendo estes ou outros os seus protectores, é certo que já quando das festas do consórcio da Princesa êle poetava em louvor da grande boda real.

Perdoado em 30 de Julho de 1662, isto é, em pleno êxito do «Triunvirato» — o govêrno de Castelo Melhor, Atouguia e Sebastião César de Meneses — logo lhe foi confiada investidura cujos fins eram de alta categoria.

Devia tratar em Roma da nomeação dos bispos para as diversas dioceses, desprovidas de prelados depois da independência, e entrever as probabilidades do matrimónio de D. Afonso VI com a filha do duque de Parma, Ranúncio II, representante dos Farnésios, descendentes do Papa Paulo III.

Deram-se modificações no que primitivamente se combinara e a alteração fêz-se em Janeiro de 1663.

Encontrar-se-ia em Londres com o marquês de Sande, embaixador de Portugal, e ajustariam as vistas para os resultados finais.

Talento tanto tempo encarcerado devia expandir-se como fénix renascendo em côrte estrangeira, de Londres onde ia encontrar parentes, como a condessa de Penalva. Muito agradou às damas portuguesas, bem como à sociedade aristocrática britânica e distinguiu-se; honrou sua reputação.

Tinha artes para tudo quanto se prendesse com o espírito, as letras e também a música, chegando a traçar libretos para diversas composições; saüdaria Carlos II em verso e fêz falar de sua pessoa com aquêle interêsse tão próprio das damas por personagens que sofreram entre ferros.

A vida de D. Francisco Manuel de Melo, parente da Rainha e condenado às agruras de uma tôrre, tornaram-no mais atraente; talvez se tivessem evocado também os seus amores.

Deixara em Lisboa, reconhecido, um menino de nove anos, chamado D. Jorge Manuel de Melo, que morreria, aos vinte anos, servindo a França, batendo-se na sangrenta batalha de Senef, sob o comando de Condé, e em que ficou vencido o Príncipe de Orange.

Mal imaginava o pai, ao pisar a terra francesa, qual a sorte do filho nos gloriosos exércitos de Luís XIV.

Turenne conversou com o diplomata, que se disfarçara com o nome de Cavaleiro de São Clemente, parecendo muito do seu agrado o nome, pois já em 1645, ao publicar a sua *Historia de los movimientos y separacion de la Cataluña,* dedicada ao Papa Inocêncio X, usara do pseudónimo de Clemente, acrescentando-lhe o de Libertino, pouco próprio para assinar oferendas ao Chefe da Cristandade.



A religiosíssima Rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, entregara ao diplomata cartas para o Papa Alexandre VII, Fábio Chigi, mas a situação em que se encontrava o Pontífice não lhe permitia resolver a questão dos bispados portugueses.

Lidara-se, desde o início da Restauração, em constantes trabalhos para se obter o reconhecimento da realeza dos Braganças.

A Espanha impedia-o a todo o transe, pelos mais extraordinários processos, desde os ataques armados nas ruas de Roma aos plenipotenciários portugueses até às mais complicadas intrigas.

As suas armas ameaçavam o pontífice; a França impusera-se-lhe desde o insulto ao duque de Créqui, embaixador de Luís XIV.

A represália não tardara porque os Reis dos dois países, embora católicos, não se curvavam à Santa Sé em matéria política. O mesmo sucedia com Portugal, pois estava longe de consentir ao Papa a escolha dos prelados para as Sés nacionais. Indicavam-se-lhe os nomes dos eleitos e requeria-se a sua confirmação.

O poeta fôra primeiro a Parma com suas vistas sôbre a Côrte onde uma Princesa poderia ser escolhida para Rainha de Portugal.

Deslumbrá-lo-ia o grande nome dos Farnésios, cuja história devia ter estudado desde que Paulo III conferira a soberania de Placência a seu filho natural Pedro Luís Farnésio, déspota que os vassalos odiaram, acabando por assassiná-lo.

Octávio, seu sucessor, reconquistara Parma mas não Placência, e só quando Júlio III o auxiliara pudera considerar-se soberano.

Figurava naquela família um herói de Lepanto, Alexandre Farnésio, que governara os Países Baixos e dera batalhas felizes: Maestricht, Malines, Bois le Duc e le Tournai. Batera-se ao lado dos católicos e forçara Henrique IV a levantar os cercos de Paris e de Ruão.

O nome de Ranúncio I, letrado e artista, a-pesar-de cruel, encheria mais a imaginação do poeta português. O duque deixara morrer no cárcere o seu filho natural Octávio; indispusera-se com a nobreza, mas animara os intelectuais.

Seu neto Ranúncio II era o pai das Princesas que

o enviado português ia ver na Côrte famosa, devendo pedir para o seu Rei a mão da mais nova das filhas de tão grande raça.

Encheu-o a desilusão; apagou-se-lhe o sonho.

Andara um Farnésio batendo-se contra Portugal na fronteira do Alentejo, mas essa inimizade desaparecera ante o que se julgara a vantagem da aliança.

Avolumara-se a fama do grande dote da escolhida para Rainha de Portugal, mas nem êle existia e menos a formosura da descendente do Papa. Tampouco a Côrte representava à sua vista o meio escolhido que entressonhara ao evocar os grandes senhores daquela raça.

Feia e quási pobre, a filha de Ranúncio, se serviu de modêlo ao cálamo apurado do escritor, foi para algumas comparações pouco favoráveis à indigitada noiva de D. Afonso VI.

E entretanto, se ela tivesse sido a escolhida, a-pesar-de seus defeitos, possìvelmente seria diversa a sorte do monarca cujo casamento, falhado em Itália, sempre lhe daria mais ventura que o negociado em França, sob as intrigas dos espanhóis.

O diplomata deixara Parma depois de ter visto Génova, onde se demorara, e partira após os rigorosos passos da etiquêta.

Não fôra bom casamenteiro o autor da *Carta de Guia de Casados.*

Esperaria melhor resultado em Roma, onde o embaixador de França o devia acolher para o trabalho comum contra a Espanha.

Alexandre VII desejaria ser agradável a Luís XIV, mas rodeava-o péssima atmosfera; embaraços de tôda a ordem o enleavam.

A-pesar-das desculpas apresentadas ao representante francês, êste não tivera, daí em diante, as contemplações antigas para com a Igreja.

O duque de Sabóia, Carlos Manuel II, também mantinha o seu exército em pé de guerra; outros príncipes italianos abandonavam o Pontífice; na Áustria não se arranjavam socorros; Veneza, conturbada pelas suas batalhas contra os turcos, debalde esperava o auxílio do resto dos países católicos.

Em Roma continuavam as intrigas dos espanhóis, muito sabedores da missão que fôra confiada ao «Chevalier de Saint Clément», cuja vida conheciam, e, embora o Pontífice o recebesse, escusava-se a satisfazer-lhe os propósitos.

A sua chancela na nomeação dos bispos equivaleria a sancionar o trono brigantino.

D. Francisco Manuel de Melo freqüentava os sábios e os cientistas; arrimara-se muito aos jesuítas, penetrara as intrigas dos franciscanos e cuidara activamente de suas obras, porque o meio era excelente para os trabalhos de espírito.

Alastrava sôbre grande parte da Itália a revivescência intelectual.

Florença, que tanto primara em letras, inaugurava o berço onde as ciências seriam embaladas: a física, a matemática, a química desenvolviam-se; no palácio Pitti funcionava a célebre Academia del Cimento.

A França lançava suas vistas para aquêle meio de cultura e renascimento e o erudito fidalgo português entretinha-se na Cidade Eterna com os sábios, à míngua de poder cultivar os políticos.

Tratava de imprimir *Las Obras Morales* e as *Cartas Familiares,* preparando a sua viagem de regresso.

Parma não lhe agradara. Certamente teria conhecimento, pelo duque de Créqui, das negociações realizadas em Paris para o casamento de D. Afonso VI com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia.

A noiva parmesã não era de molde a satisfazer o encargo que levara.

O seu caminho seria de novo para França e dali para Portugal, enchendo-se, sem dúvida, de saüdades do ambiente que deixava e lhe embalsamara a alma de suavidade.

Roma era a cabeça de um mundo onde a sapiência se reconhecia e considerava e Portugal, àquela hora, vespeiro de mesquinhas lutas aguardando outras mais dramáticas.

Fechando a sua bagagem, o poeta ia voltar.

Demorou-se em Pisa e depois em Lião, assistindo aos trabalhos do prelo das suas *Obras Métricas* e do *Auto do Fidalgo Aprendiz.* (1).

Reentrando em Portugal, foi despachado para a Junta dos Três Estados, aquela que o marquês de Sande tanto recomendava a D. Afonso VI para sua contabilidade, e era singularmente díspar com o engenho literário do escritor o emprêgo que lhe davam.

Tinha cinqüenta e cinco anos. O seu refúgio era a quinta de Alcântara, à beira do rio, que, passando sob a ponte da batalha do Prior do Crato, ia perder-se no Tejo.

Nas traseiras da vasta propriedade, terras de se-

---

(1) Acêrca desta obra pronunciou-se o eminente polígrafo doutor Júlio Dantas, presidente da Academia das Ciências de Lisboa, na lição de abertura do Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em Agôsto de 1939.

Atribuiu, e muito lògicamente, ao genial Molière o conhecimento da farsa do escritor português, da qual teria aproveitado a parte mais cómica e de maior alcance do *Bourgeois Gentilhomme,* a das lições dadas pelos vários mestres ao burguês que desejava aristocratizar-se e que foram traçadas no *Fidalgo Aprendiz,* editado em Ruão no ano de 1665. A peça de Molière representou-se em 1670.

Da escolha do grande autor francês melhor se avalia o valor do desditoso D. Francisco Manuel de Melo.

meadura alargavam-se até aos tojais dos baixos do Monsanto; estrelavam-se ao longe velas de moínhos e o sítio era quási ermo, bom para a meditação e estudo.

Pasciam rebanhos por aquêles montes e uma grande melancolia pairava nas baixas à beira das brenhas escalvadas ([1]).

A um lado ficava a quinta onde, segundo se disse depois, o marquês de Marialva tratara da primeira conjuração a que presidira, em 1637 ou 1638, sendo ainda conde de Cantanhede, contra o domínio espanhol. Para as bandas do Calvário destacavam-se a cêrca e o palácio de Alcântara, onde D. João IV se comprazia viver e em cuja tapada caçava, saüdoso de Vila Viçosa.

D. Afonso VI noivara na residência e as árvores, cujas copas se avistavam de longe, tinham assistido aos primeiros beijos trocados com a espôsa que o traíra.

Infelizmente, D. Francisco Manuel de Melo não conseguira realizar a união do seu Rei com a Princesa de Parma, mas Deus também não quisera que êle presenciasse a grande tragédia desenrolada no Paço da Ribeira e naquela mesma quinta que o povo olhava com inveja, mal imaginando ser ela a moldura da tela do Palácio da Desgraça.

Por Outubro ([1]) tristonho, quando começam a caír as primeiras fôlhas, morrera o grande e desditoso escritor, fidalgo de sangue e das letras.

A sua casa ficava ao filho que houvera e ainda o acompanhara algum tempo.

Levaram-no a enterrar no convento de S. José de Ribamar, onde os arrábidos, irmãos dos que tratara na Côrte de Inglaterra, servindo D. Catarina, seriam os guardas de sua sepultura.

No caminho para a última morada o cadáver foi transportado por diante da Tôrre de Belém, dentro de cujas paredes de pedra o infeliz prisioneiro penara durante tantos anos, atirando ao papel suas amarguras, cansados os olhos pela constante aplicação ao trabalho e por tanto se inundarem de pranto.

Estancadas as lágrimas, fugindo-lhe o refrigério, o grande socorro das dores que elas representam, o prêso ilustre sentira que «o sofrimento também se gasta ainda que é moeda que não corre».

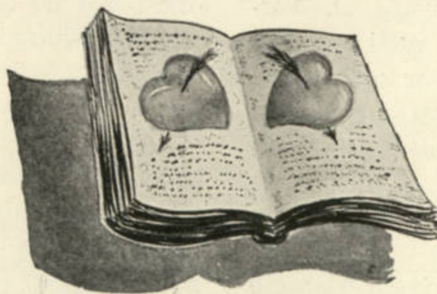
Do tôpo da riba onde Diogo Lopes de Sousa, conde de Miranda, edificara a casa religiosa e o jazigo de sua família, avistava-se a Tôrre Velha de além-Tejo.

Ali continuara o poeta a carpir suas amarguras, até que a má sorte o levara para o castelo, para o destêrro, sempre a sonhar, a embevecer-se, a visionar, mortinho por benquerer alguém e por ser benquerido.

E assim foi a vida do evocador do Rouxinol das Saüdades.

([1]) Muitas vêzes visitámos a casa que tudo indica ter sido construída no sítio onde D. Francisco Manuel de Melo vivera os seus últimos instantes. Pertencia, no tempo em que por ali andávamos, à fábrica de estamparia do Cabrinha, e era residência de mestre Peres, gravador. Lembramo-nos dum banco de azulejo florido rente aos alegretes da entrada da moradia, cujas janelas abriam para a rua da Fábrica da Pólvora, mas nessa época o nosso espírito andava entretido noutro empenho e não guardou do quadro mais que reminiscências.

([1]) Faleceu em 13 de Outubro de 1666.





D. LUÍS DE MENESES

3.º conde da Ericeira

O condiscípulo do Príncipe D. Teodósio — Uma carreira de soldado no Alentejo — Ligações políticas — Como o conde acusou D. Afonso VI de ter mandado tentar contra a sua vida — O «Colbert» português — O estadista suïcida



Com os mestres de D. Teodósio e no ambiente em que vivia, D. Luís de Meneses, que seria terceiro conde da Ericeira [1], título que usava seu irmão D. Fernando, não podia deixar de acompanhar o Príncipe nos seus planos políticos. Tinham os mesmos preceitos e ardores; a mística do Bragança transformara-se no amigo em humor merencório, que o mataria.

Quis ir servir de soldado na província do Alentejo aos quinze anos, e D. João da Costa levou-o consigo. Andara, por bem pouco tempo, com o propósito de passar a Trás-os-Montes em companhia de seu irmão, o conde de Atouguia, mas adoecera e não partira. Menos poderia ir para a Índia no séquito do conde de Aveiras, como se futurara.

O mestre de campo general do Alentejo sentara-lhe praça no têrço de António de Melo e Castro, e por lá militara separado do amo que devia ser o Rei se a morte o tivesse poupado. Não estaria longe dêle quando acudira à campanha.

As tendências do mancebo, futuro autor do *Portugal Restaurado,* levavam-no para os deleites do espírito, mas jamais deixara de ser bom militar.

Propensões para os heroísmos acometem todos aquêles que se propõem contar feitos depois da leitura dos grandes lances da História, mas em D. Luís era obrigação de cavaleiro aquela vida de pelejador.

Esteve na batalha de S. Miguel em 1658; na das Linhas de Elvas no ano seguinte; participaria das glórias do Ameixial e Montes Claros e das tomadias de Évora e Valença de Alcântara.

Morto o Príncipe D. Teodósio, tanto do seu cora-

[1] Nasceu em 22 de Julho de 1632. Sendo filho de Henrique de Meneses, quinto senhor do Louriçal, e de D. Margarida de Lima, filha dos quartos condes de Atouguia, João Gonçalves de Ataíde e D. Maria de Castro.

ção, escolhera outro senhor, e não era êle o Rei por direito de herança, D. Afonso VI, mas o Infante D. Pedro.

Recordando seu tempo de oficial, o fidalgo letrado escreveria:

> *De quinze anos comecei a servir na guerra em que passei em todos os postos tam vagarosamente como qualquer soldado da fortuna e que cheguei ao maior emprêgo de Governador das Armas. Achei-me em tôdas as ocasiões grandes da Provincia do Alentejo do ano de 1650 até à batalha de Montes Claros e fui voto em todos os negócios de maior consideração* (1).

A intervalos ia à Côrte, não a espairecer, mas pela ansiedade de se pôr a-par do que se passava, pensando, talvez, já nessa hora turbada, nalgum paralelo de suas muitas leituras relativas às desavenças entre sobretudo os que viveram à beira dos tronos. Depois voltava à sua vida militar.

Capitão das guardas do governador do Alentejo, ao passar a igual pôsto nas Couraças, vira mais de os grandes ambiciosos do Mundo, perto a guerra e ao julgar-se que Joane Mendes de Vasconcelos queria sitiar Badajoz, o oficial que tanto vivera no Paço e gozava «a confiança do favor da Rainha, experimentado desde os primeiros anos», escrevera-lhe a avisá-la do risco da emprêsa, mas persistira o intento, não deixando por isso D. Luís de Meneses de se bater. Aprisionaria o ajudante Francisco Navarro, que estava muito ferido; operou depois com o seu batalhão, chegando a desobedecer ao general que o mandava recolher, preferindo «o risco de qualquer castigo que a faltar naquela ocasião, com o perigo de ser julgado por pouco ansioso de encontrar os conflitos (2). O chefe unira-o ao peito, mas também lhe apertara o braço com fôrça pela indisciplina.



D. Luís de Meneses

(Do «Portugal Restaurado»)

No decurso da campanha ficara dentro da praça de Elvas sitiada, mas fôra dos que saíram a dar a mão ao exército que chegara em seu auxílio sob o comando do marquês de Marialva.

Já era general de artilharia quando D. João de Áustria, investindo em Ameixial, lhe mandara recado para «ter bem tratadas as mulas do Trem para lhe conduzirem o seu fato a Badajoz». Agourava, assim, arrogantemente, a derrota dos portugueses. A resposta foi condigna do atrevimento: «...que em satisfação do seu cuidado, lhe pedia fizesse memoria das Forças Caudinas, sítio em que os romanos padeceram em Nápoles uma grande afronta penetrando o interior daquele reino (1).

A vitória bafejara os portugueses e D. Luís muito contribuíra para ela com o voto e acção de sua arma.

---

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado,* vol. I.
(2) Idem.

(1) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

Aconselhara o avanço e ganhara-se no propósito. Montes Claros coroara sua carreira aos olhos do exército.

Vivia nêle lembrança de D. Teodósio, mas D. Afonso VI tratava-o com amizade e distinção, reconhecendo-lhe a superioridade, e já causava invejas aos «que fundavam sua fortuna na persistência da valia» ([1]).

Amigo do Infante D. Pedro, não deixava de freqüentar o paço do Côrte Real e Queluz, o que levou o monarca a mandá-lo chamar de noite deixando-o fechado muito tempo numa casa, até que lhe foi apresentado um papel no qual, citando-se aquelas visitas, se lhe preguntava «o partido que determinava seguir, se o de Sua Majestade se o de Sua Alteza».

A resposta foi arripiante para o real ânimo:

É verdade que Sua Alteza me fez mercê de me mostrar, quarta-feira na Côrte Real, a sua casa de armas, sem mais atenção que a sua real generosidade; deliberei continuar a assistência de Sua Alteza, entendendo que é de o maior serviço que podia fazer a Sua Majestade, porque sendo Sua Alteza como o mais obrigado, o mais atento a dar gôsto a Sua Majestade, e à conservação do reino, não é justo que os vassalos de Sua Majestade se separem das comunicações de Sua Alteza, assim para fomentar tão precisa como louvável união, como participam das suas sobrenaturais virtudes; se acaso haja alguma pessoa que persuada a Sua Majestade a opinião contrária, justamente merece severo castigo, porque totalmente encontra a conservação dêste reino ([2]).

O autor do *Portugal Restaurado* acusou sem ambages D. Afonso VI de ter mandado tirar-lhe a vida ([3]). Recebera aviso de uma cilada que um dos aliciados confessara ao padre Jorge da Costa, da Companhia de Jesus, e também a outro sacerdote.

O Rei partira para Salvaterra e uma noite, indo D. Luís com sua espôsa ([4]) e o irmão D. Fernando em carro de passeio, ao deixarem os últimos arcos do mosteiro de S. Domingos foram atacados a tiro por três homens a cavalo, que fugiram, tendo ferido duas das mulas.

Não só o Infante D. Pedro, mas o ministro, conde de Castelo Melhor, mostraram sua pena, dizendo o último que «com o próprio sangue comprara não ter acontecido».

Mandara D. Afonso VI levantar gente na vila da Feira e, ao chegar ao Pôrto, de novo avisaram o conde de terem partido seis homens para o matar. Voltou a atribuir a ordem ao monarca.

Defendera-o o conde de Miranda, governador da cidade, e fôra da Côrte para Santarém, onde devia conservar-se. Sentia-se maltratado pelos áulicos. Tinham-lhe retirado o sôldo de general de artilharia e, queixando-se, teve como resposta do secretário de Estado, Sousa Macedo: «que Elrei não deferia porque justiça faria a todos mas favores a quem tinha vontade».

Sempre fôra acirrado partidário do Infante D. Pedro, com quem se entendia secretamente, tomando-se seu conselho em tôdas as decisões contra o Rei.

Conferenciara com Sua Alteza em Lisboa, na casa de D. João da Silva, tendo partido a ocultas de Santarém. Soubera e aprovara o propósito do protesto junto do monarca contra os seus ministros, participara de tôdas as intrigas, embora figurasse a distância, até que, prêso o Soberano, vira desanuviada a política.

Governador de Trás-os-Montes em 1673, seria deputado da Junta dos Três Estados e vèdor da Fazenda vinte meses depois. Contava quarenta e três anos.

Ia dar as suas maiores provas. Não se limitou a governar à antiga, entregando-se a pompas e prazeres. Desenvolveu a indústria dos tecidos, o que produzira impressão em Inglaterra; tentara sanear a moeda e desenvolveu a navegação para a Índia.

Finalmente laboravam fábricas em Portugal, as mesmas que o Tratado de Methuen devia aniquilar.

Era conde da Ericeira o político que cognominariam de «Colbert Português». Assaltado por um ataque que se diagnosticaria hoje de neurasténico, lançou-se da janela do seu palácio ([1]) para o jardim, morrendo instantâneamente.

Além do *Portugal Restaurado,* sua principal obra, onde por vezes o partidista irrompe da toga do historiógrafo, escreveu *Compêndio panegírico da vida e acções do Excelentíssimo Senhor Luís Álvares de Távora, conde de S. João, marquês de Távora,* e *Exemplos de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto. Relação do felice sucesso que conseguiram as armas do Sereníssimo Príncipe D. Pedro,* que referem as vitórias de Francisco de Távora em Angola, e várias obras poéticas, ficando algumas manuscritas.

O amigo de D. Teodósio acabaria no suïcídio.

Não amara o seu Rei; elegera outro.

A-pesar-dos seus talentos, ou por que os tinha, aborrecera a vida e evadira-se do Mundo.

([1]) Conde da Ericeira — *Portugal Restaurado.*

([2]) Idem.

([3]) Idem. Cap. XII, pág. 852.

([4]) Era sua sobrinha D. Joana Josefa de Meneses, filha e herdeira do segundo conde da Ericeira.

([1]) A residência dos condes da Ericeira era uma maravilha cuja fama chegou aos nossos dias. Chamava-se Palácio da Anunciada, pois ficava defronte dêste mosteiro. Viera da espôsa de D. Duarte de Meneses, 1.º conde daquele título, D. Isabel de Castro, descendente do fidalgo galego Fernão Álvares de Andrade, que o edificara em 1530. A livraria dos condes da Ericeira continha dezóito mil volumes, mil colecções preciosas, entre as quais a *História de Carlos V,* escrita por êle próprio, e outros exemplares raros e famosíssimos. Ali funcionou a Academia das Conferências Discretas, fundada pelo filho do autor do *Portugal Restaurado,* D. Francisco Xavier de Meneses, 4.º conde da Ericeira. Seu irmão faleceu a 22 de Junho de 1699, e a viúva do 3.º conde da Ericeira morreu em 7 de Agôsto de 1709. Era poetisa, escrevera: *Despertados del alma al sueño.* Seu filho, D. Francisco Xavier de Meneses, foi o 4.º conde da Ericeira, e sua irmã, D. Maria Madalena de Meneses, professou em 22 de Junho de 1676 no convento da Encarnação.

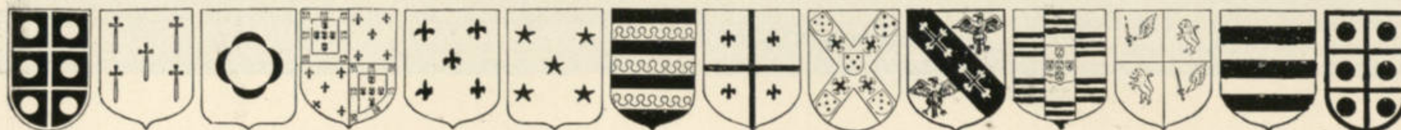






OUTROS FAUTORES DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL





D. António de Mascarenhas

Filho de D. Nuno de Mascarenhas, alcaide-mor de Nisa e de Castelo de Vide, senhor de Palma e de Castelo Novo, que recusou de Felipe III o título de conde de Azinhaga. Estudou no colégio de S. Paulo, onde entrou em 1613; doutorou-se em teologia na Universidade de Coimbra; escreveu *Famílias do Reino de Portugal,* obra que permaneceu na livraria dos duques de Lafões.

Desposou D. Isabel de Castro, filha de António de Mendonça e de D. Ana de Castro, nascendo do seu consórcio D. Nuno, D. Mariana, que foi espôsa de Henrique de Sousa Tavares, primeiro marquês de Arronches; D. Luísa, mulher de D. Duarte Castelo Branco, e D. Helena.

O aclamador de D. João IV faleceu em 23 de Julho de 1654.

D. António Telo

Nasceu de Francisco Telo de Meneses, governador de S. Tomé. Jurara matar Miguel de Vasconcelos no dia 1 de Dezembro de 1640. Foi êsse o seu propósito mal entrou no Paço da Ribeira, começando por ferir o oficial da secretaria António Correia, com quem tivera rixas. Avançou denodamente para cumprir o que se impusera. Descarregou a pistola sôbre o secretário de Estado que fugia mas não conseguiu matá-lo. Chamavam ao valoroso fidalgo que assim procedera *O Queiroz.*

D. Afonso de Meneses

Foi seu pai D. Fradique de Meneses, senhor da Ponte da Barca, de antiqüíssima nobreza, sendo o primeiro senhor da vila João de Magalhães, recebendo o senhorio de D. Afonso V em 1471. Coubera à descendência, além da terra de seu título, o castelo de Nóbrega, tôrre de Magalhães, de Santo de Rebordões, couto de Fonte Arcada e casas de Fonce e Freiriz.

D. Afonso de Meneses foi mestre-sala de D. João IV e muito estimado por El-Rei.

D. António da Alcáçova

Era seu pai D. Pedro da Alcáçova, alcaide-mor de Campo Maior, comendador da Idanha, e sua mãe D. Maria de Noronha, filha de Gil Eanes da Costa e de D. Margarida de Noronha.

O seu herdeiro, D. António, desposou sua prima D. Maria da Costa, herdeira de D. Rodrigo da Costa, que morreu combatendo os holandeses na Índia e casou, em segundas núpcias, com D. Helena de Portugal, filha de D. João de Almeida, não havendo sucessão.

António de Saldanha

Teve por progenitor João de Saldanha, general da armada da Costa. Foi alcaide-mor de Vila Real e comendador de S. Salvador de Serrazes. Militou na Índia, em 1633, e depois da aclamação, a-pesar-de ser governador da Tôrre de Belém, tomou o comando da armada que foi reconquistar a Ilha Terceira. Eram cinco caravelas, nas quais se transportavam trezentos infantes, munições e artilharia grossa. Levantou um têrço; sossegou os moradores, sustentando a tropa com o produto do novo valor da moeda, passando as de ouro de quatro cruzados a três mil réis, as patacas de trezentos e vinte a quatrocentos e oitenta e os tostões a seis vinténs e os meios tostões a três vinténs. Formou uma companhia de cavalaria e voltou a Lisboa com duas navetas do Oriente.

Casara na Índia com D. Mariana de Melo, filha do desembargador D. Jerónimo de Brito, e tiveram João de Saldanha que morreu menino.

Fóra do matrimónio houve de D. Maria de Castro, mulher nobre, D. Luísa e D. Mariana, freiras como sua mãe, que tomaram o véu, levando a mais piedosa existência.

Aires de Saldanha de Albuquerque

Primogénito de António de Saldanha, que chamaram *O Cativo,* pois ficara prisioneiro em Alcácer-Quibir. Procedia de alta estirpe. Seu avô, Aires de Saldanha, fôra vice-Rei da Índia, graças ao marquês de Castelo Rodrigo, favorito de Felipe II e parente da espôsa do fidalgo, D. Joana de Albuquerque.

O descendente, que entrara na revolução de 1640, foi quem pediu aos desembargadores que abrissem as portas da Casa da Suplicação, e recebendo êles, com júbilo, a notícia da Independência, acompanhou-os para os salvar de possíveis desacatos por parte de alguns réus que procurassem vingar-se.

Assim se fêz e os magistrados salvaram-se de vexames.

Casou com D. Isabel da Silva, filha de Luís Saldanha.

Socorreu, no ano de 1641, Campo Maior assediada, e ficou governando a praça.

Mais tarde mandou parte dos seus terços devastar Vilar-de Rey, batalhou em Valverde, onde, galgando uma ribanceira, recebeu um pedregulho na cabeça que o derrubou, ficando sem sentidos.

Derrotou os castelhanos em Vilar de Rey, no período das lutas de 1642, e atirou-se sôbre a vila de Albuquerque.

Morreu na batalha de Montijo, em 1644, pelejando «largo espaço com valor insigne e acções dignas de eterna memória».

João de Saldanha de Sousa

Seu pai, Fernão Saldanha, era morgado de Barcarena, e sucedeu a seu irmão sendo também senhor da quinta da Azinhaga, Comendador de S. Martinho de Santarém, Santa Maria da Tôrre e Santa Maria de África.

Soldado valoroso, era mestre de campo em 1643 e, tratando-se do sítio de Badajoz pronunciara-se, em primeiro lugar, no Conselho para se continuar o assédio, visto contar-se com socorro e El-Rei estar em Évora, onde podia deliberar, mas, mesmo que se encontrasse na capital, o seu voto de soldado seria o mesmo.

No ano seguinte pelejou valorosamente no Montijo à frente de um têrço. Defendeu, em Elvas, a porta de Olivença por encargo de Matias de Albuquerque quando do ataque do marquês de Torrecusa, mas retirou, após as derrotas dos espanhóis, não ocultando o seu aborrecimento ao ver-se preterido por André de Albuquerque no comando que lhe pertencia, por ser mais antigo. A-pesar-da intervenção do monarca para os conciliar, o mestre de campo recusou servir daquele modo. Seria general de cavalaria da Beira, governador das armas de Setúbal, deputado dos Três Estados, marechal de campo.

Casara com D. Inês Antónia de Távora, filha de Luís Francisco, senhor do morgado de Oliveira, e de D. Luísa de Távora.

Os nobres condes de Rio Maior descendem do notável soldado, tão pouco afeito a recuar diante do inimigo como a ceder o passo em questões onde a sua dignidade sofresse. Era um herói e um carácter.

João de Saldanha da Gama

Capitão de cavalaria; morreu na batalha do Montijo, tendo recebido dezassete feridas. Era filho de Luís Saldanha, comendador de Salvaterra, e de D. Maria da Silva, irmã de António da Gama, que morreu num desafio, em 1619, ficando ela por sua herdeira.

Começou a sua carreira militar governando Campo Maior, na ausência de Aires de Saldanha, e à frente de cento e sessenta homens foi sôbre Vila da Póvoa preando muito gado, mas ao chegar a Xévora, vendo o inimigo, abandonou parte da tomadia e avançou com o resto para Ouguela, salvando-o Fernão Rodrigues, que, com 40 cavalos, lhe cobriu a retirada.

D. Francisco de Almada fôra aprisionado, em 1643, numa escaramuça junto a Badajoz, tendo os castelhanos derrotado a companhia de António de Canto e Castro, que não estava à frente dela. Saldanha da Gama quis desafrontar as armas portuguesas e preparou-se para lance de efeito, partindo de Campo Maior e batendo, em Albuquerque, duzentos infantes com os seus oficiais.

António de Saldanha

Irmão de João de Saldanha da Gama, foi cónego mas renunciou ao estado eclesiástico e foi bater-se na batalha de Montijo como capitão de cavalaria. Portou-se com denodo mas a sua antiga vocação chamava-o. Voltou à Igreja e vestindo, depois, a roupeta de jesuíta, partiu para a Índia.

Bartolomeu de Saldanha

Irmão de João e de António de Saldanha, também morreu na batalha do Montijo. Seu outro irmão Manuel rendeu-se em Olivença, que governava em 1657, e foi degredado para a Índia no mesmo ano.

Sancho Dias de Saldanha

Seu pai, Diogo de Saldanha, comendador de Vila Rei, servira em Tânger e matrimoniara-se com D. Maria Lôbo, filha de Manuel de Mesquita e de D. Guiomar Lôbo. O seu primogénito, António, foi capitão de infantaria, e Sancho teve o mesmo pôsto na cavalaria.

Morreu em 1652 no encontro dos nossos esquadrões com os de Badajoz, tendo secundado a investida do oficial francês Duquisné, que recebeu três ferimentos.

Era marido de D. Mariana Cabral, filha do corregedor do crime Diogo Fernandes de Salema, cujo papel nas Alterações de Évora fôra muito censurado.

D. João Pereira

Pertencia à família dos comendadores de Pinheiro. Seu pai era D. Francisco Pereira, filho de D. João Pereira e de D. Guiomar de Castro, da casa de Vila Verde. Sua mãe chamava-se D. Mécia de Noronha. Neto de D. Francisco Pereira, que foi embaixador em Madrid em 1564.

O conjurado de 1640 era prior de S. Nicolau e deputado do Santo Ofício. Tinha os seguintes irmãos: Sebastião, eremita de Santo Agostinho; D. Maria, freira em Santa Marta; D. Guiomar e D. Francisca, que morreram solteiras; D. Catarina, mulher de Cristóvão Soares, secretário de estado, etc.

Fernão Teles da Silva

Sua mãe, D. Mariana de Lencastre, armara-o para a Revolução de 1640. Seu pai foi Luís da Silva, do Conselho de Estado, alcaide-mor de Seia. Ocupou os altos cargos de governador da Relação do Pôrto, regedor das Justiças, conselheiro de Estado e da guerra, mordomo-mor de D. Luísa de Gusmão, governador da Beira e conde de Vilar Maior por carta régia de 27 de Janeiro de 1653. Sua espôsa, D. Mariana de Mendonça, era filha de Simão da Cunha, trinchante-mor. O seu primogénito, Manuel Teles da Silva, recebeu o título de marquês de Alegrete em 19 de Agôsto de 1687.

António Teles da Silva

Irmão de Fernão Teles da Silva. Foi cavaleiro de Malta, sem professar. Esteve na restauração da Baía, em 1625 e 1635, e capitaneou naus na Índia.

Nomeado vice-Rei do Brasil, ali se conservou sete anos, cabendo-lhe o período mais melindroso da guerra com os holandeses, porque havendo trégua com êles por dez anos, como se afirmava diplomàticamente, os ataques continuavam e, embora se visse atormentado, não queria deixar Pernambuco em mãos de batávios.

Mandou André Vidal de Negreiros, sob pretexto de visitar parentes na Paraíba, avistar-se com João Fernandes Vieira. No regresso, o governador deu-lhe o socorro de sessenta soldados ocultamente. Os holandeses queixaram-se dos rebeldes e António Teles da Silva, enganando os emissários, aprontou oito embarcações com terços de veteranos que deviam fazer a paz dos pernambucanos com os invasores. Era esta a missão aparente; na verdade iam pelejar.

Não esquecera o que lhe fôra recomendado do reino embora em disfarce. Mais tarde, provendo mal uma expedição e sem aguardar os socorros do Reino, mandara desalojar o inimigo da Itaparica, os portugueses foram derrotados. Morreram seiscentos, com o seu chefe Francisco Rebêlo.

O governador foi substituído pelo conde de Vila Pouca de Aguiar, António Teles de Meneses, e regressando ao Reino, em 1650, morreu vítima do naufrágio do navio que o conduzia, capitaneado por Álvaro de Carvalho, e que deu à costa em Buarcos. Era solteiro.

António Álvares da Cunha

Sobrinho do ínclito D. Rodrigo da Cunha, arcebispo de Lisboa, correspondeu à grande fé patriótica do tio. Era filho de Lourenço da Cunha, capitão-mor na Índia. O parente prelado mandou-o vir para Lisboa, aos onze anos, e educou-o sob as suas vistas, tornando-o colaborador dos seus trabalhos de investigação, em que era exímio. Capitão de cavalaria na guerra do Alentejo e governador de Évora, foi guarda-mor da Tôrre do Tombo, cargo merecido por sua erudição. Era senhor de Tábua, Alvarelos, Fundo de Vila, S. Simão, Barroso, S. João da Boa Vista, Quintela, Oliveira, Babão, Serragudo e Lameiras, trinchante-mor e secretário da Academia dos Generosos.

Matrimoniou-se com D. Maria Manuel de Vilhena, filha de D. Cristóvão Manuel de Vilhena. Nascera em Goa, a 26 de Maio de 1626, e faleceu no dia 2 de Maio de 1690.

Escreveu, além de outras obras, *Campanha do Alentejo na primavera de 1663; Aplausos académicos à vitória do Ameixial; Certame epitalâmico ao felicíssimo casamento de D. Afonso VI; Obelisco Português; Carta a João Nunes da Cunha, quando foi eleito vice-Rei da Índia; Rebelião de Ceilão; Escola de Verdades abertas aos portugueses,* etc., e deixou inéditos um *Atlas Lusitano* e outros manuscritos, que ficaram na livraria do convento de S. Domingos.

Sua filha, D. Joana, foi condessa de Vila Flor pelo casamento com seu tio D. Sancho Manoel.

Rodrigo de Resende Nogueira de Novais

Bartolomeu Dias, o grande navegador, deixou um neto que aumentou a glória da família, se chamou Paulo Dias de Novais e foi o grande pioneiro da região angolana e donatário da sua capitania.

O ilustre capitão agonizou ao empalidecer a esperança de definitivas vitórias. Sucedeu-lhe nas honras e títulos seu primo Jorge Nogueira de Novais, que provinha de Fernão Pires, armado cavaleiro por Nuno de Mascarenhas na batalha de Duquela, sendo-lhe confirmadas as mercês como cavaleiro da Casa Real por D. João III, em 1528.

Desta linha nasceu Rodrigo de Resende Nogueira de Novais, primogénito do herdeiro de Paulo Dias de Novais, cuja mãe foi D. Catarina de Resende, filha de Rodrigo de Resende.

O segundo capitão-governador do Reino de Angola, sucessor nos morgadios de seu pai e noutros, figurou na aclamação de D. João IV, no Paço da Ribeira, em 1 de Dezembro de 1640, e indo levar a boa nova a Santarém, ali proclamou a realeza brigantina.

O monarca confirmou as mercês da capitania aumentando-a com um hábito de Cristo, de duzentos cruzados de renda, em 19 de Outubro de 1656, «isto pelos seus serviços na aclamação e relembrando os de Bartolomeu Dias e Paulo Dias de Novais» ([1]).

O nobre senhor não tomou posse do seu alto cargo, falecendo em 1659. A sua sucessão, após a morte de Gaspar Lourenço de Carvalho de Resende Nogueira de Novais, passou a D. Teodósia Maurícia Vitória de Resende Nogueira e Novais, cuja descendência entroncou, por D. Isabel de Novais Pimentel, na nobilíssima família de Soidos, pois aquela senhora matrimoniou-se com D. António Luís José Pereira Coutinho Pacheco de Vilhena Fonseca e Brito de Mendonça Botelho, segundo marquês daquele título.

Luís de Loureiro e Abreu

Na estirpe que se denominou dos Loureiro de Mazagão, vinda de longe nos nobiliários, foi primeiro morgado Joane Eanes de Loureiro. De pais para filhos combateram em África e o secundogénito do terceiro morgado de Silgueiros, Luís de Loureiro, foi agraciado com o fôro de fidalgo cavaleiro, recebendo a comenda da Tôrre e Espada logo que D. Afonso V a instituíu.

D. João III concedeu carta de brasão ao adail-mor do Reino, que usava o mesmo nome de Luís, a qual foi chancelada, em Almeirim, na data de 26 de Junho de 1550, sendo nomeado governador de Tânger. Filho de Henrique de Loureiro, ganhou fama por suas proezas em Azamor e Mazagão.

Outro membro daquela grei, igualmente Luís de Loureiro, morrera, em Março de 1547, pelejando, tendo a patente de capitão-general da mesma cidade. Seu filho, António de Loureiro, que os mouros apelidavam de *Bôca Negra,* também batalhou e fruíu honras na Ordem de Cristo. Seu irmão, Álvaro de Góis de Loureiro, que andara na Índia, ganhou a alcaidia da praça africana, cujo nome se soldava ao da sua raça.

Disputara o morgadio em 1603, mas reinavam os Felipes e, como os Loureiro de Mazagão tinham sido partidários do Prior do Crato, passou a honraria a Nuno de Barros Loureiro, embora êste fôsse descendente daquela grei por linha feminina.

Tinha ido a Tânger, com o filho do Infante D. Luís, Manuel de Loureiro, filho de Jorge de Loureiro, e ali desposara, em 19 de Março de 1593, D. Isabel Pessanha, havendo Cristóvão Pessanha de Loureiro, que se matrimoniara com D. Maria Pinto Correia, a 9 de Janeiro de 1623.

Um dos ramos dos Loureiros fixara-se em Mazagão desde que, no reinado de D. Sebastião, lá se estabelecera António Gomes de Loureiro, casando com D. Maria Guterres Pinto.

Houveram uma filha, D. Maria Rosa Perpétua, mulher de Afonso de Medeiros, de Pinhela. O filho Francisco de Loureiro desposou Maria da Espinhosa, e o seu primogénito foi António Gomes de Loureiro, em memória do avô paterno. Realizou matrimónio com Maria Capela, filha de Paulo Gomes de Carva-

---

([1]) D. António Xavier da Gama Pereira Coutinho (Soidos). *Os representantes de Bartolomeu Dias e de seu neto Paulo Dias de Novais.*



lho. Acabou ao lado de D. Francisco de Mascarenhas, conde de Castelo Novo, pelejando contra os mouros, em 11 de Abril de 1640. Ficaram no campo cento e sessenta cavaleiros portugueses e entre êles estava Francisco de Loureiro e Abreu, filho mais velho daquele bravo.

Seu irmão Luís de Loureiro e Abreu, feitor de Mazagão, foi dos revolucionários pela independência nacional. Cavaleiro fidalgo, recebeu com os foros o hábito de Cristo, o comando de uma companhia de ordenanças de sua propriedade em Mazagão. Em 1 de Setembro de 1666 galardoaram seus serviços com o pôsto de alfaqueque, encarregado do resgate dos cativos. Desposou Maria Espinosa, filha de Afonso Leitão.

D. Estêvão da Cunha

Nasceu de Tristão da Cunha, alcaide-mor de Terena, senhor de Gestaçô e Panoias, e de D. Margarida da Silveira.

Foi prior de S. Jorge de Lisboa, cónego da Sé do Algarve e bispo eleito de Miranda. Faleceu em 1666. Pertenceu ao número dos eclesiásticos aliciados desde o primeiro ano para o acto dignificador da Restauração de Portugal.

Luís Álvares da Cunha

Primogénito de Tristão da Cunha Ribeiro, morgado de Paio Pires, e de D. Antónia da Silva, filha de D. Antão de Almada. Morreu na batalha do Montijo, na qual ficou prisioneiro seu tio D. Francisco de Almada, como já referimos.

Era valoroso militar.

D. Manuel Childe Rolim

Décimo quinto senhor da Azambuja e Montargil, filho de Francisco Rolim de Moura e de sua segunda espôsa D. Joana de Melo, filha de Francisco de Melo. Descendiam dos cruzados D. Rolim e Childe Rolim, flamengos, que D. Afonso Henriques premiou com aquela povoação pelo auxílio prestado na conquista de Lisboa. O fidalgo andou na guerra das fronteiras e casou duas vezes, a primeira com D. Francisca Luísa de Vasconcelos, a segunda com D. Margarida de Albuquerque, havendo do inicial consórcio D. Francisca Rolim de Moura e D. João Rolim de Moura, que sucedeu na casa que seria a dos condes de Vale-de-Reis, marqueses e duques de Loulé.

Procediam de Childe ou Gil de Rolim, da Casa de Borgonha, que foi segundo comandante da armada destinada à Terra Santa, mas fundeara em Lisboa vindo do Pôrto a convite do heróico bispo do Pôrto D. Pedro para a conquista da bela urbe moura.

D. Francisco de Sousa (Conde do Prado)

Gentil-homem da câmara do Príncipe D. Teodósio, vèdor da casa de D. João IV, filho de D. António de Sousa e de D. Maria de Meneses, foi terceiro conde do Prado por morte de seu tio, D. Luís, com os senhorios de Sagres e Beringel.

Depois da vitória de 1 de Dezembro de 1640, tomou o govêrno da tôrre de S. Julião da Barra; de seguida levantou um têrço que devia guarnecer Moura e Serpa. Queimou Barrancos, que se ligara aos espanhóis, e tomou Valença com Francisco de Mendonça.

O parente que falecera em Madrid, no ano de 1643, renunciara ao título a seu favor.

Joane Mendes de Vasconcelos fôra cercar Badajoz e o conde do Prado ficara na defesa de Elvas, governando-a. Acompanhavam-no seus filhos D. António, D. João e D. Pedro, nascidos do seu consórcio com D. Eufrásia Felipa de Lima, filha dos condes da Tôrre.



Entregaram-lhe o govêrno de Entre-Douro-e-Minho e bateu o marquês de Viana, repelindo-o para a Galiza. Fortificou Valença para impedir novas incursões, dando-lhe uma guarnição de quatrocentos homens. Pôde aniquilar o exército de D. Baltasar Pantoja, que pretendia invadir o Minho por Viana e Caminha. Era tal a mobilidade das fôrças portuguesas que o general espanhol, ao retirar, dissera ter sido o seu quartel-mestre, pois lhes preparava os alojamentos. Mal os acabava, caíam sôbre êles.

O conde de S. João e D. Francisco de Sousa tomaram Gaião, na Galiza, em 1663, e dois anos depois, em 13 de Outubro, o último dêstes fidalgos devastou povoações entre La Guardia e Tui. Passara a invasor.

Embaixador a Roma, no ano de 1669, junto dos Papas Clemente IX e X, recebeu o título de marquês das Minas em 7 de Janeiro de 1670.

Cobrara sessenta e cinco mil cruzados com o cargo, metade do que pedira para ajudas de custo, mas propôs ao Regente ser o intermediário dos bispos nomeados, que ofereceram cinqüenta mil cruzados pela diligência.

Assim se propalou. Demorara a partida, mas mandaram-no seguir em 27 de Maio de 1669. Três dias antes da viagem fôra D. Afonso VI deportado para a Terceira e encarregaram o diplomata de o acompanhar ao degrêdo. Ao recebê-lo no navio pretendeu que lhe entregasse a espada, mas o Rei deposto não acedeu; recusou aceitar o braço que lhe oferecia para subir ao portaló, dizendo: «Andai, que os Reis não necessitam de arrimo e quem tem o de Deus nada lhe falta».

A tempestade rugiu em breve; declarou-se fogo a bordo e o soberano gritava para o fidalgo que se acercava: «A vida dos Reis está nas mãos de Deus e não no poder dos homens, e contra o que êle dispõe importa pouco o que os homens ordenam».

O conde de Prado voltou da ilha em 14 de Junho de 1669. Chegou a Roma, mas não pôde conseguir coisa alguma do Pontífice Clemente IX, que, a-pesar-de enfêrmo, nomeava cardiais.

Morreu em 9 de Dezembro de 1669. Só em 30 de Abril de 1670 foi eleito o cardial Altieri sob o nome de Clemente X.

Por êste tempo apareceu queixa na Côrte contra D. António Luís de Sousa, filho do novo marquês das Minas, pois fazia extorsões no Minho, bem como os seus oficiais, delapidando os paisanos. Foi encerrado no Tôrre de Belém nos primeiros dias de Maio.

Em 23 de Junho de 1674, faleceu o primeiro marquês das Minas. Aquêle seu filho foi o bravo general que entrou com as tropas portuguesas em Madrid em 28 de Maio de 1706, consagrando definitivamente o nome e o título de seus maiores.

Rui de Figueiredo Alarcão

A-pesar-de ter sido descrita, anteriormente, a figura dêste capitão famoso, que deixou bem claras suas provas de valor nas *Relações* que escreveu, acentuamos que foi antepassado dos Condes de Belmonte em cujas veias corre sangue real. Seu filho, Pedro de Figueiredo Alarcão, casou com D. Francisca de Lancastro, filha de D. Miguel Luís de Meneses e de D. Margarida de Lancastro. O seu descendente D. Vasco António de Figueiredo Cabral da Câmara, terceiro Conde de Belmonte, casou em 20 de Outubro de 1847 com D. Maria de Mendoça Rolim de Moura Barreto, filha da infanta D. Ana de Jesus Maria e de seu marido o primeiro Duque de Loulé, notável estadista.

D. Tomás de Noronha (3.º Conde dos Arcos-de-Valdevez)

Primogénito de D. Marcos de Noronha e de D. Maria Henriques. Conselheiro de Estado, gentil-homem da câmara do Príncipe D. Teodósio. Casou duas vezes: a primeira com D. Brites de Vilhena, filha do senhor de Vila Verde, Francisco de Noronha e Albuquerque; a segunda com D. Madalena de Bourbon, filha de D. Luís de Lima e Brito, primeiro conde dos Arcos-de-Valdevez, título que D. Tomaz herdaria por morte de seu cunhado D. Lourenço Felipe.

Alçado à presidência do Conselho Ultramarino, no reinado de D. Afonso VI, estando enfêrmo em 1669, soube da prisão do soberano. Chamou o confessor, tomou os sacramentos, e «lendo-lhes uma lição dos desenganos do mundo deu a alma a Deus».

Foram seus filhos: D. Marcos, quarto conde do título; D. Bernardo, D. Afonso, morto numa pendência em Coimbra, no dia 29 de Janeiro de 1686, sendo estudante; D. Luís, D. Manuel, D. Leão, faleci-

dos em crianças; D. Vitória, espôsa do conde de Atouguia; D. Manuel de Ataíde, que morreu das feridas recebidas em Montes Claros; D. Maria Antónia, condessa de Avintes; D. Antónia, condessa de S. Miguel; D. Helena, marquesa de Alegrete; D. Teresa e D. Luísa, que faleceram meninas.

Teve ilegítimos: Pedro de Noronha, que foi eremita de Santo Agostinho, e D. Maria, carmelita.

D. Francisco de Noronha, irmão do conde, pertenceu também aos elementos activos no dia 1 de Dezembro de 1640. Soubera cumprir o seu dever ao lado dos ilustres parentes.

Os Maldonados

Eram cinco conjurados nesta família, que morava no sítio de Arroios ([1]), e a cujo chefe, D. Miguel Maldonado, fôra participado, da parte do duque de Bragança, nas vésperas da revolução, que não abandonasse o seu bairro sem a surtida no Terreiro do Paço. Quiseram alguns cronistas ver na ordem transmitida por João Pinto Ribeiro enorme confiança nos Maldonados, que serviriam para ajudar na defesa de preciosidades do palácio brigantino caso se perdesse a revolta.

Grande era a prole de Gaspar Maldonado, filho de Fernão Maldonado, moço fidalgo de D. João III. Estivera, aos catorze anos, em Mazagão, e ajudando a tomar o Peñon de Velez fôra armado cavaleiro ante o exército.

Deu-se-lhe carta de escrivão da chancelaria com a sucessão em seus filhos ou marido de sua filha. Casara com D. Luísa da Silva, filha de Pedro Fernandes, e houvera o ofício por consórcio, pois o sogro o exercera.

Seus filhos foram Pedro Arias Maldonado, Luís Arias Maldonado e Jerónimo, que morreram crianças; Miguel, Francisco, D. Felipa, D. Maria, D. Catarina, tendo bastardos de D. Maria da Silva, mulher de João Fernandes Pacheco, descendente do *Decepado,* e com quem fugira para Madrid. Chamaram-se Fernão e Jerónimo da Silva Maldonado aquêles rebentos ilegítimos.

O primogénito de D. Gaspar, D. Miguel Maldonado, moço fidalgo e sucessor no ofício público, encontrou-se de montante erguido, rodeado pelos quatro filhos, no Paço da Ribeira, onde acorreram só depois da revolução rebentar, conforme lhe fôra recomendado.

Comendador de Santa Maria das Naves, casou com D. Madalena Soares Espeleta, filha de D. Francisco Soares de Espeleta, coronel de Baroca, governador de Sacatecas, nas Índias Ocidentais de Castela, e cavaleiro de Montera. Foi riquíssimo.

Nasceram do matrimónio de D. Gaspar Maldonado de Espeleta: Vicente Soares Maldonado, Francisco e Sebastião Maldonado. Seriam conjurados e batalhadores com o pai, que morreu em 4 de Abril de 1649, sendo sepulto em Santo Alberto, onde se lhe juntou a espôsa em 9 de Abril de 1661. Os outros filhos eram: António, futuro comissário de cavalaria no partido de Almeida, e D. Micaela, carmelita em Aveiro.

D. Gaspar Maldonado de Espeleta

O herdeiro do ofício paterno era genealogista. Conspirou a favor de D. Afonso VI, prêso na Terceira, e foi degolado no Rossio, em 1674. À beira do suplício quis receber por espôsa Mariana Meireles, sua manceba, da qual houvera um filho, João Maldonado, que também sofreu a pena de cadafalso. Êste, por sua vez, pediu para casar com a amante, Maria de Almeida, da qual havia três filhos: Gaspar, Madalena e Mariana.

D. Vicente Soares Maldonado

Bateu-se bravamente, na batalha do Montijo, e morreu dos dezasseis ferimentos recebidos.

D. Francisco Soares Maldonado

Bravo na batalha em que o irmão acabara, pelos golpes do inimigo, finou-se em Castela.

D. Sebastião Maldonado

Moço fidalgo, sucedeu na casa, por mercê de D. Luísa de Gusmão. Andou também na guerra e

---

([1]) Ainda existe em Lisboa a travessa do Maldonado. É no Intendente. Vem desde a rua da Bombarda. Outrora a travessa abria-se na rua Direita dos Anjos, vindo do Paço do Benformoso, e terminava na calçada do Forno do Tejolo.

Também há o beco do Maldonado. É o primeiro à esquerda na rua do Infante D. Henrique, antiga de S. Tomé, vindo das Portas do Sol, e termina na rua dos Cegos.



foi cavaleiro de Cristo. Teve patente de capitão-mor de Arronches, com o sôldo de capitão de cavalaria, excepcionalmente, tendo-lhe cabido o uso de Dom, bem como aos irmãos, por provisão de 13 de Dezembro de 1659, marcando-se na sua patente ter-se portado, no dia 1 de Dezembro de 1640, «de maneira que mereceu ser invejado». Capitão de infantaria na batalha do Montijo, bateu os inimigos a chuço por se lhe ter quebrado a espada e voltou à base cheio de feridas. Casara com Violante Micaela, plebeia, que lhe dera um filho de nome Francisco.

D. António Maldonado

Era o quinto filho de D. Miguel. Não entrara na revolução de 1640 por ser muito novo, mas não deixou de honrar, nas batalhas, a sua grei. Tenente-general de cavalaria, acabou por desposar a senhora com quem vivia, Maria Pinto, natural de Alenquer, mãe de D. Álvaro, que cometeu crime de morte mas foi perdoado, em quinta-feira de Endoenças, matrimoniando-se com Maria Pinto da Trindade, com quem vivera em mancebia.

Gonçalo Tavares de Távora

Filho de Francisco Tavares, alcaide-mor de Mira. Provinha a grei de D. Pedro de Viegas de Tavares, senhor da Guarda no reinado de D. Sancho I. Seu descendente D. Estêvão Peres de Tavares foi o primeiro alcaide-mor de Faro, exercendo também alguns dos Tavares dêste ramo iguais cargos em Portalegre, Armamar e Alegrete.

Fêz parte desta família António Tavares de Távora, prior de Mafra, que se ligou ao partido do Prior do Crato, fugindo para o estrangeiro, onde foi perseguido. O duque de Serra conseguiu que o Papa o mandasse prender, ficando em S. Lucar de Barrameda até 1613. Cinco anos depois, um Breve inocentou-o e nomeou-o membro da Mesa da Consciência e Ordens, o que não aceitou. Bispo esmoler-mor com D. João IV.

D. Paulo da Gama

Neto de D. Francisco de Portugal, filho de D. Francisco da Gama, segundo conde da Vidigueira que desposou Luísa Giraldes. Dêste casamento nasceu Vasco, que se matrimoniou na Índia com D. Joana da Silva e em segundas núpcias com D. Maria do Amaral. Foram os progenitores de Paulo da Gama, morgado da Boa Vista, que faleceu em 8 de Outubro de 1660.

Gil Vaz Lôbo

Pertencia à nobre estirpe de Freire de Andrade, sendo filho de Gomes Freire e de D. Luísa de Moura, sua segunda mulher, filha do desembargador João Gomes Leitão e D. Helena de Moura. Foi herói de renome.

Gil Vaz, sendo tenente-general de cavalaria da Beira, fôra em defesa de Elvas em 1659, no exército comandado pelo conde de Cantanhede, figurando ao lado dos grandes cavaleiros daquela época, Denis de Melo e Castro, Achim Tamaricourt, Pedro Lalande, Manuel Freire de Andrade e do grande André de Albuquerque. Quando se romperam as linhas, na memorável batalha, acometeu bravamente com os batalhões de reserva e ajudou a render o forte com Manuel Freire de Andrade, conde de S. João da Pesqueira e Simão Correia da Silva.

Ganhou o pôsto de mestre de campo general e ficou governando o Alentejo, tendo tomado a seu cargo o empreendimento de Freixenal, onde venceu o general de cavalaria D. Diogo Correia. Retirou-se com prisioneiros e despojos, honrando as armas portuguesas.

Não casou, mas deixou uma filha bastarda, D. Luísa de Moura, que foi abadessa de Odivelas. A casa passou à irmã do ilustre capitão, D. Madalena da Silveira, que desposou Manuel de Miranda Henriques.

Gaspar de Brito Freire

Sucedeu na casa de seu pai, Estêvão de Brito Freire. Sua mãe chamava-se Violante de Araújo e nascera de abastado comerciante no Brasil, de nome Francisco de Araújo. Deixaram grande fortuna ao filho, que casou, «por amores», com D. Francisca da Silveira, viúva de António Vaz de Camões, filha de Álvaro da Silveira e de D. Brites Mexia. Seu primogénito, Estêvão, morreu afogado vindo na armada de França, em 1627.

Houve, ainda, Luís e Francisco, e instituíu morgado para sua filha D. Violante, que casou com Fernão Teles de Meneses.

Seu filho Luís também participou da revolta no Paço da Ribeira no dia da Restauração.



INFANTE D. DUARTE DE BRAGANÇA, IRMÃO DE D. JOÃO IV

Devia figurar nesta obra um capítulo sôbre a prisão de D. Duarte de Bragança no castelo de Milão, no qual se intercalava a correspondência do infeliz irmão de El-Rei D. João IV, mas não sendo bem da índole dêste livro, e muito vasto, limitamo-nos a fazer referências a algumas das fases capitais da existência do desventurado Príncipe.

Reservamos a nossa investigação para outro trabalho, cabendo nêle o relato e as observações de Francesco Cuzani, que Sua Alteza Real, o Senhor D. Duarte Nuno de Bragança, teve a gentileza de nos oferecer por intermédio do nosso prezado amigo Visconde do Torrão, que desvanecidamente agradecemos, vincando o interêsse de Sua Alteza pelos estudos históricos nacionais e a sua extrema gentileza para connosco.





EPÍLOGO

Ao cabo de vinte e oito anos de guerra proclamou-se a paz com a Espanha ([1]).

Figurava no Tratado o nome dum Rei prêso: o de Portugal; um outro Rei, de sete anos, bolçando nos volvedoiros leite e bílis, era o último da raça dos Áustrias de Espanha.

O descendente da águia e do gerifalte, de Carlos V e de Felipe II, lembrava um daqueles míseros soberanos merovíngios, pretextos da existência da monarquia que outros governavam.

D. Afonso VI rugia no cárcere a pouca distância da alcova onde a sua mulher divorciada se entregava às carícias do cunhado, seu marido à face da Igreja.

Era êle o Regente, o senhor dos reinos do cativo.

Carlos II, entre as faixas, mal sabia o que em seu nome decretava a mãe, a Regente D. Maria Ana de Áustria.

Pela vida fóra, durante o seu reinado, que durou trinta e cinco anos, menos quatro que os de sua idade, pouco mais conheceria do Estado, embora firmasse os despachos de seus ministros.

([1]) Assinara-se o Tratado em 13 de Fevereiro de 1668 no convento de Santo Elói, em Lisboa.

Para se chegar à entronização de dois espectros, o do prisioneiro português e o do enfermiço espanhol, consumira-se muito dinheiro e vidas na guerra dos vinte e oito anos, entre dois povos que podiam ser invencíveis se não se dilacerassem.

Os Reis de Portugal e da Espanha eram sombras, apagadas majestades: uma, o Bragança, receberia, a-pesar das torturas da sua vida, o cognome que a História lhe conferiu: «Vitorioso».

Era um sarcasmo.

O espanhol, bisneto do «Demónio do Meio Dia», neto do «Pio», filho do «Grande», não teve sobrenome que o designasse ou distinguisse. Um número apenas, o segundo Carlos. Outro sarcasmo.

O primeiro Carlos fôra a águia que o Mundo celebrara, como o quinto da raça: o Imperador, o glorioso.

Os generais portugueses e espanhóis tinham embaïnhado as espadas diante das desgraças dos seus países.

Felipe IV, para salvar a sobrinha e espôsa da pressão dos validos, deixara-lhes, com a tutoria do Rei, o govêrno, a Regência sujeita a uma Junta. Precavia o trono do filho legítimo da ambição do bastardo.

D. João de Áustria tinha sangue felipino e de his-



Rainha de Espanha D. Maria Ana de Áustria
(Retrato por Carreña. Museu do Prado — Madrid)

triões; a mãe celebrizara-se no palco; era a Calderona; o tablado paterno fôra o trono: o pai era o Rei Planeta.

A Junta afastaria o Príncipe importuno. Compunham-na o conde de Castrillo, ex-vice-Rei de Nápoles, que gozara um pouco de favoritismo junto de Felipe IV; D. Cristobal Crespi de Valladaura, valenciano, letrado e justo; o cardial D. Pascual de Aragon, inquisidor, ex-embaixador em Roma, e D. Baltasar de Moscoso, que recebera a notícia da honraria e lhe sobrevivera apenas algumas horas.

O Conselho de Estado enviara à Junta os seus delegados: D. Gaspar de Bracamonte y Guzman e o marquês de Aytona, sendo secretário D. Blasco de Loyola.

O cardial D. Pascual de Aragon renunciara ao alto cargo de inquisidor geral que lhe dava direito ao título de Conselheiro de Estado; nomeou-se para o tribunal do Santo Ofício o padre jesuíta alemão João Everardo Nithard, que passou a membro da Junta.

Acompanhara a Rainha quando viera de Áustria e ela, que declarara não querer valido nem valida, entregara absolutamente ao inaciano o leme da governação.

D. Maria Ana preferia os estrangeiros aos espanhóis, que tinham por soberano seu filho, enfêrmo. Julgavam-no tanto à beira do túmulo que Luís XIV e Leopoldo de Áustria tinham pactuado a divisão da herança espanhola: o trono para o ramo austríaco; a Flandres para a França.

O Imperador de Áustria arrependera-se pouco depois de assinar o Tratado e «exigiu que não se desse conhecimento dêle a qualquer Côrte; que não se lavrasse dupla cópia conforme o uso e que o documento único fôsse encerrado em uma caixa de metal de que êle teria uma chave e o Imperador e o Rei de França a outra. O cofre devia ser confiado ao grão-duque de Florença. O Imperador entregou-o, para êsse efeito, ao ministro de França em Viena, e o Rei mandou dezasseis guardas de corpo às portas da cidade para acompanharem o correio com mêdo que o Imperador mudasse de aviso e mandasse assaltá-lo no caminho. Levaram-no para Versailles e não para Florença, o que faz suspeitar ter Leopoldo recebido dinheiro, pois não ousou queixar-se. Eis como o Imperador deixou despojar o Rei de Espanha» [1].

Dentro do país começara a agitação contra êle. D. João de Áustria, nomeado governador da Flandres, viu na honraria o pretexto para o afastarem e recusou-a, alegando doença.

Mandaram-no retirar da Côrte; criara-se um partido; um dos amigos do Príncipe fôra prêso e executado na casamata da fortaleza. O filho de Felipe IV devia ser encarcerado no Alcaçar de Segóvia quando fugiu. Acusavam-no de querer derrubar o govêrno, enclausurando a Rainha num convento. Dirigiu-se para Aragão e Barcelona, deixando escrita uma carta acusadora, que se espalhou, revoltando-se contra «a execrável tirania do padre Everardo».

O Príncipe não era, como D. Afonso VI de Portugal, ingénuo a ponto de confiar no irmão que ambicionava o seu trono.

D. João de Áustria lançava o seu desafio à Rainha.

Os partidos retalhavam a Espanha.

Em Portugal começava a alastrar enorme piedade pelo Rei cativo no Paço onde o Regente e a Rainha noivavam.

As fibras da alma popular vibravam condoïdamente, menos pelo roubo do trono feito ao soberano do que pelo incestuoso consórcio.

O nome de Maria Francisca já tinha mau sabor nas bôcas da arraia miúda.

Ia chegar o embaixador de Espanha.

O espectáculo da Côrte portuguesa era tão perturbador como o da nação espanhola.

O povo mostrava compaixão pelo destronado; a nobreza, cúmplice do Infante, exigia pagas tão portentosas como as que alguns dos seus avós tinham pedido a Felipe II em troca de suas adesões.

Desencadeavam-se as iras; os povos queixavam-se das prepotências; debatiam-se vis interêsses.

---

[1] Voltaire. *Le Siècle de Louis XIV.*

Os mais validos do Regente, como os condes da Tôrre e de S. João da Pesqueira, ambicionavam os lugares de alto mando. Lutavam entre si os fidalgos por melhores apanágios. Reentravam no país alguns dos nobres ao serviço da Espanha, como o conde da Castanheira, cujos bens tinham sido vendidos em hasta pública. Reclamava o que dizia pertencer-lhe, baseando-se no artigo VIII do Tratado de Paz:

«Tòdas as privações de heranças e disposições feitas com ódio da Guerra são declaradas por nenhumas e como não acontecidas e os dous Reis perdoão a culpa a huns e a outros vassalos em virtude dêste Tratado, hanvendo-se de restituir as fazendas que estiveram no fisco e Coroa».

D. Miguel de Noronha, conde de Linhares, também aparecera como o próprio herdeiro da casa de Aveiro.

Um contemporâneo escreveu acêrca do conde que fôra vice-Rei da Índia e ficara em Espanha: «vinha para sua terra comer o seu e veio dar seu corpo a comer á terra». Morrera; os ares da Pátria foram-lhe fatais como se o execrassem.



Princesa D. Isabel Josefa

(Quadro da galeria de Vila Viçosa — Foto de Octávio Bobone)

Regressava quási todo o mau grão daquele semental de traições. Para além-raia não ia nenhum português pedir restituïções porque os trêdos tinham recebido as «cédulas» de Felipe II em território nacional e os acrescentados pelos Áustrias nos seus domínios deixavam-se ficar por lá, aumentados em honrarias e enriquecidos.

Gritava-se em Lisboa contra certos valimentos, mas o Regente afastava os favoritos.

A Rainha conseguira mandar; obtivera tudo quanto desejava durante o período em que o marido a amou. Nascera uma filha do seu casamento; chamou-se D. Isabel Josefa e seria desditosa ([1]).

Na antiga recâmara real, o tio dessa criança, o Rei deposto, levara a existência de um orate, devorando a comida, bebendo em demasia, trôpego, obeso, apoplético. Parecia esperar-se que morresse nalguma crise congestiva.

Os espanhóis sabiam tanto o que se passava em Portugal como os portugueses os sucessos de Espanha.

Ante os desmandos da viúva de Felipe IV e do padre Nithard, D. João de Áustria mobilizara um pequeno exército e, saindo de Barcelona, atravessara para Aragão acampando em Torrejón e Ardoz.

A Regente pediu tréguas; impunha-se uma convenção. A-fim-de se fazer o armistício, o Príncipe exigia a partida do jesuíta, o seu afastamento do país. Obedeceu-se pelo receio da guerra civil e o padre, ao chegar a Fuencarral, recebeu o decreto que o nomeava embaixador em Roma ou na Alemanha, à sua escolha.

Para que reinasse a paz em Portugal era preciso deportar o Rei cativo. O povo murmurava; possìvelmente conjurava-se a seu favor.

Uma tarde, o jesuíta Manuel Fernandes convenceu o régio prêso a ir para Almeirim ([1]). Agradeceu, radiante. Levaram-no para bordo de uma nau; destinavam-lhe para residência vigiadíssima o castelo de Angra.

E êle, na tolda do navio, de espada nua, apoplético, anafado, revestia-se da maior majestade do Mundo: a da desgraça.

Rebentara enorme tempestade e o real prisioneiro bradava:

«A vida dos Reis está na mão de Deus e não no ...de dos homens, e contra o que Êle dispõe importa pouco o que os homens ordenam».

Em volta fuzilavam relâmpagos.

Durante os cinco anos ([2]) da deportação do Rei

([1]) ...eu em 6 de Janeiro de 1660.

([1]) 24 de Maio de 1669.

([2]) Em 23 de Novembro de 1667 abdicou D. Afonso VI e foi prêso; conduziram-no para bordo em 24 de Maio de 1669 e, em virtude da tempestade, as naus só desferraram em 30 do mesmo mês a caminho da ilha Terceira. Em 20 de Setembro de 1674 fundeou diante de Ribamar a frota que transportava o monarca, que seria recluso no Paço de Sintra, onde faleceu em 12 de Setembro de 1683. *(Monstruosidades do Tempo e da Fortuna).*



no castelo insular deram-se grandes acontecimentos na Europa.

A França enfrentara os propósitos da Tríplice Aliança, composta pela Inglaterra, Holanda e Suécia.

Separara a primeira das suas aliadas por um convénio secreto; desejou aniquilar a segunda; à terceira fêz promessas enormes, assim como à Espanha, para se manter neutral no conflito.

Rebentara a guerra com os Países Baixos e a Grande Aliança surgira. Juntara-se à Holanda a sua secular inimiga espanhola, a Áustria, o duque de Lorena e o Grande Eleitor palatino.

Luís XIV dividiu o seu exército e atacou, ao mesmo tempo, os batávios e os espanhóis.

Tomou o Franco Condado. Condé derrotara Guilherme de Orange em Senef, mas Schomberg, que comandara em Portugal, era batido na Catalunha pelo duque de S. Germano, ao invadir o Rossilhão.

Assinara-se-ia a paz de Nimega em 1679.

Anteriormente Portugal fôra surpreendido por novas tentativas dos espanhóis, destinadas a provocar a desordem no Reino.

O conde de Humanes, embaixador de Carlos II em Lisboa, sentindo atmosfera de simpatia popular pelo Rei cativo, conseguira que alguns fidalgos se ligassem na conjura cujo fim consistia em libertá-lo, conduzi-lo a Lisboa e entregar-lhe o poder. Casaria com a Rainha viúva de Espanha e D. João de Áustria com a filha bastarda de D. João IV, D. Maria, que era secular no convento de Carnide.

Na alma portuguesa morava a piedade pelo infeliz Rei, cujas culpas eram mínimas ante as do irmão. Os ambiciosos tinham envenenado o espírito de D. Pedro; os políticos enredavam-no; a cunhada tentara, com os seus encantos, os seus vinte anos fortes e o ímpeto de seu temperamento fizera o resto.

A nação preguntava para que se deflagrara a revolta e se dera semelhante espectáculo ao Mundo.

A vida nacional não melhorara; os nobres disputavam os lugares, devorados de raiva, demonstrando claramente quais os seus intuitos quando [illegible] valido de D. Afonso VI, destronando e e[illegible] o soberano.

A maior parte dos conspiradores, cúmplices de Humanes, subiram ao cadafalso ou foram degredados; a Rainha de Inglaterra interviera a favor de António de Cavide e salvara-o; outros do[illegible] metidos fugiram.

Os pasquins colados nas paredes da capela [illegible] diziam dos sentimentos políticos dominantes.

Pegou-me a França o seu mal,
Jamais serei Portugal.

E a França assegurava, em evidente alusão à Rainha:

Fará o que eu lhe mandar,
Pois que a soube casar.

A Espanha intervinha com esperanças, jamais perdidas, acêrca de suas vitórias sôbre Portugal:

Tenho viva confiança
De haver alguma mudança.

Em bom aviso, a Inglaterra dizia:

Portugal, vê o que fazes
Se não me observas as pazes.

E o Rei, na sua fortaleza, guardado pelo esbirro Manuel Nunes Leitão, queixava-se:

Para Deus sòmente apelo,
Pois me tem neste castelo.

Havia quem espalhasse, tal era o desejo que o facto se desse, ter rebentado grande revolta na Terceira, sendo D. Afonso VI aclamado e por sua ordem degoladas tôdas as autoridades.

Pedira socorro à Inglaterra, que lho daria, e acreditava-se em tudo porque a Rainha da Grã-Bretanha constantemente insistia pelo melhor tratamento a dar ao irmão cativo. Um dos grandes desesperos de sua alma era a daquela tormentosa existência.

Mandara-se regressar o prisioneiro ao Reino.

A armada de Pedro Jaques de Magalhães, que o conduzia, fundeara em Paço de Arcos e o duque de Cadaval, o grande inimigo do monarca, fôra encarregado de recebê-lo.

Era, mais do que nunca, a tortura moral infligida ao Rei deposto.

Acompanhavam o grande fidalgo vários cabos de guerra, nobres e oficiais. Curvavam-se a beijar a mão do desditoso soberano.

Vinha menos gordo que à partida e ganhara mais aprumo.

Louro, de olhos azuis, nariz aquilino, guardava a majestade que o infortúnio empresta e a memória, jamais falha, a-pesar-de sua doença, a famosa memória brigantina que mais lhe servia para o castigo e menos para o prémio.

D. Afonso VI, ao deparar-se-lhe o duque, virou-lhe a cara, recusou-lhe a mão ao beijo, pois sabia que o odiava e fôra a alavanca da política contrária à de seu govêrno des[illegible]npo de D. Luísa de Gusmão.

Manuel [illegible] Leitão, o carcereiro militar que



tivera o amo sob suas vistas baixas no castelo de Angra, continuaria a exercer o infame papel no Paço de Sintra, onde o cativo ia habitar uma alcova lajeada de adôbe que seus pés gastariam no constante e agitado passeio durante os nove anos (1) de seu novo tormento.

Carlos II, a pálida sombra de Rei de Espanha, que os vassalos viam passar com a sua fealdade de prognata, os cabelos escorridos, lívido e melancólico, não passava de joguete da mãe e do favorito que ela escolhera ao ser obrigada a demitir o jesuíta Nithard.

D. Fernando de Vallenzuella era esbelto, moço e galhardo. Começara por espia; requestara a íntima dama de D. Maria Ana de Áustria, D. Maria Ambrósia de Uceda, e acabara confidente da Rainha e ministro.

Os grandes senhores da Côrte, e entre êles o cardial de Aragão, tinham avisado a Regente das murmurações populares e paçãs.

O aventureiro chegaria à insolência. Numa festa da Côrte aparecera ostentando orgulhosas e reveladoras divisas. Uma dizia: «Yo só tengo licencia»; a outra, «A mi solo es permitido».

Era o escândalo.

O Rei foi proclamado de maior idade (2) e o valido elevado a marquês de Villasierra.

O soberano premiara-o pròdigamente. Caçando no Escurial, ferira-o e no transe mandara que se cobrisse. Concedia-lhe, assim, a grandeza de Espanha.

A irritação da Côrte subira ao máximo.

D. João de Áustria mais uma vez se revoltara e o privado, cheio de susto, pedia ao amo que o enviasse para o convento do Escurial, onde fôra tão feliz ao ser alvo da espingarda real e em cujo retiro esperava escapar aos partidários do Príncipe rebelde.

Os conjurados obrigaram o Rei a acompanhá-los ao Buen Retiro, quási como cativo, e a Rainha foi enclausurada em Toledo. O duque de Medina Sidónia e outros fidalgos descobriram o refúgio do valido régio e, arrancando-o da cela onde se ocultara, mandaram-no para Consuegra e depois para Cavite.

O bastardo de Felipe IV subiu a primeiro ministro; dentro em pouco desagradava. Assinada a paz de Nimega em 1679, pensou-se no casamento do Rei.

Luiz XIV tornara-se o árbitro da Europa; interveio no consórcio do monarca e Carlos II desposou Maria Luísa de Orleans (3). Pouco depois morria o irrequieto irmão do Rei, que tanto agitara a Espanha com os seus ambiciosos projectos. Contava apenas cinqüenta anos.

(1) 20 de Setembro de 1674 a 12 de Setembro de 1683.

(2) 6 de Novembro de 1675.

(3) A Princesa era filha de Felipe de Orleans e de Henriqueta de Inglaterra, irmã de Carlos II e nascera [illegible] Morreria no Escurial no ano de 1689. Espalhou-se que [illegible]enada.



Havia três semanas e cinco dias que El-Rei D. Afonso VI fizera quarenta anos quando, em 21 de Setembro de 1683, acordara convulso, a pedir que o vestissem pois queria ouvir missa.

Acudiu o médico, estranhando aquela atitude, porque há muito acabara a intranqüilidade do cativo.

Parecia resignado, afeito à sua sorte cruel, sabendo que o irmão e a cunhada não eram felizes.

O Regente tomara por amantes até açafatas da Rainha, que, tornando-se criminosa por amor e ambição política, via o marido a traí-la, senhor do mando e mais inclinado à Inglaterra do que à França.

Atacavam-no doenças secretas; a sua abóbada palatina era de prata.

Quando o real prisioneiro soltara os seus berros aflitivos, quiseram deitá-lo de novo; recusou; solicitava o santo sacrifício com a ânsia de alma em pena.

Levaram-no para a capela, onde, através das grades, continuava a orar:

— ¡Senhor, Senhor, perdoai-me os meus pecados! — exclamou ao ver o sacerdote revestido, e quando, finda a missa, o padre se lhe achegou, disse-lhe:

— Venha cá, dê-me a sua mão...

O reverendo preguntou-lhe se queria confessar-se, e êle, contorcido na dor, os olhos dilatados, o sangue no rosto, mal respondeu e, apertando muito a mão do eclesiástico, finou-se sob a sua bênção.

Três meses depois (1) acabava seus dias, no palácio de Palhavã, a que fôra sua espôsa.

A mulher formosa vira perdidos os seus encantos; matava-a a hidropisia e tudo que fôra graça e esb[illegible]za deformara-se, fazendo da elegância mons[illegible]

[illegible] Pedro II bem castigado porque veria acabar a Princesa fruto dos seus amores culpados e tortura[illegible] terrível enfermidade.

[illegible] continuava nas suas guerras e a Espa[illegible] à Alemanha, à Suíça e à Holanda, debalde [illegible]esistir ao ímpeto dos exércitos franceses.

[illegible]rassava a peste na Andaluzia; a esquadra que [illegible]sportava vinte milhões das Américas fôra tragada

(1) 27 de Dezembro de 1683.



Carlos II   Luiz XIV   Felipe V

pelo mar; em Flandres as águas romperam diques e comportas e, no meio dos desastres da nação, do erário exhausto, o Rei era cada vez mais a sombra devastada dos grandes avós, a imagem do país arruïnado, sucumbido.

Firmada a paz de Ryswick, Carlos II julgou poder sossegar. Caíra em maior atonia.

Morrera a Rainha D. Maria Luísa em 12 de Fevereiro de 1696, e pensara-se no novo matrimónio do soberano, a-pesar-de o saberem incapaz de dar sucessão à coroa.

Casou com D. Maria Ana de Neuburgo, filha do eleitor palatino Felipe Guilherme, e que pretendeu governar entre dois favoritos: a baronesa de Berlips, a «Perdiz», e o barão de Wiser, o «Côxo».

O Rei Sol desejara vencer a Espanha em todos os seus redutos, executando o grande plano político de Richelieu e, ao mesmo tempo, encarando a hipótese de ver um Príncipe de sua família no trono dos Áustrias.

Já se dispunha da herança do caquético Rei, de trinta e nove anos, que ia morrer.

Tivera antes um lampejo, uma claridade, que a Providência justa lhe acendia no cérebro doente e exclamou:

— ¡¿É esta a Espanha de Carlos V e de Felipe II?!

Aquêle moço inválido lembrava o velho cardial D. Henrique no leito da agonia. A sua pátria foi herdada por uma dinastia estrangeira.

Deus traçara o seu juízo.

Ia reinar na Espanha das conquistas um monarca francês. O último rebento dos Áustrias acabava como o Príncipe português, cujo sepulcro fôra o alicerce do trono felipino.

Um neto de Luís XIV subiria ao trono espanhol. Era o duque de Anjou; predestinadamente chamava-se Felipe. Foi o quinto de nome, iniciador da dinastia bourbónica.

Jamais as águias dos Áustrias cravariam suas garras nos castelos e nas quinas de Portugal.

FIM



ESCREVI
A ÚLTIMA
PÁGINA
DÊSTE LIVRO
EM
29 DE JULHO DE 1939
E NA
GRAÇA DE DEUS

ÍNDICES

TEXTO

GRAVURAS

fora do texto

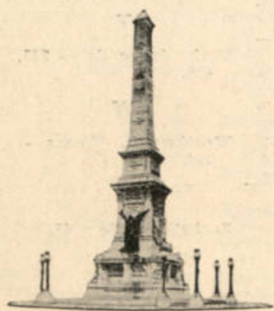
Intercaladas no texto

ONOMÁSTICO

A

B

C





ENP